

## aspectos da actuação urbanística entre programas, planos e projectos

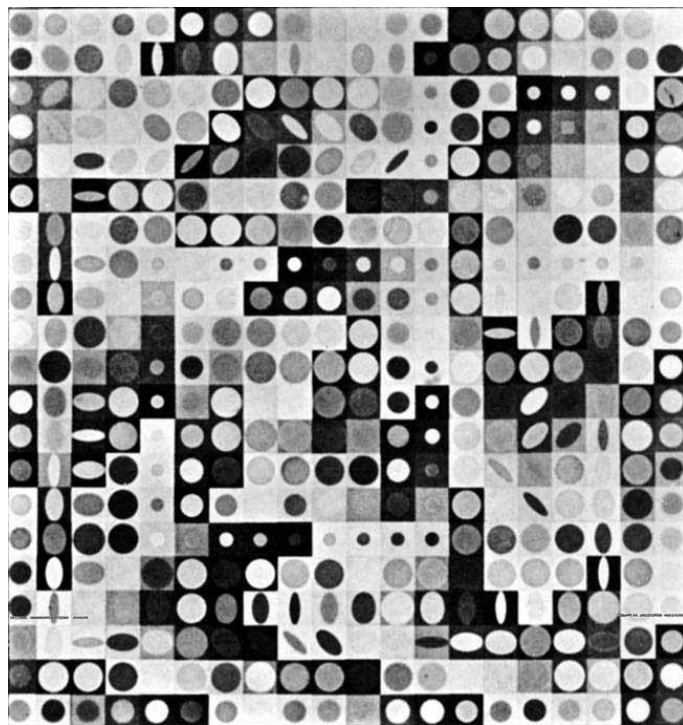
*programas, tempos e formas do projecto urbano – a carta da Asprela*

RUI MANUEL VIEIRA PASSOS MEALHA

TESE DE DOUTORAMENTO APRESENTADA  
À FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM ARQUITECTURA

Rui Manuel Vieira Passos Mealha

aspectos da actuação urbanística entre programas, planos e projectos  
programas, tempos e formas do projecto urbano – a carta da Asprela



**TOMO A**

Dissertação de Doutoramento em Arquitectura  
apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

2015

*Imagem da capa*

Pintura de Victor Vasarely (Galeria Denise René, Paris), impressa em *Learning from Las Vegas* de Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour, in VINEGAR, Aron, 2008, *I am a monument on learning from Las Vegas*, Mass., The MIT Press, p. 29







*À Lela, Nadja, Tadzjo e Claudine, que me fazem rir e confortam nas adversidades e amenidades*

### ***Agradecimentos***

*ao Manuel Sá, pelos 30 anos de ensinamentos, paciência, perspicácia e generosidade,*

*a todos os colegas, pela amizade, pelos contributos e debate dos temas desta dissertação, em especial ao Mário Gonçalves Fernandes,*

*a todos os que disponibilizaram e comentaram alguns dos materiais de pesquisa, em especial ao*

*Nuno Portas, Pedro Ramalho, Sérgio Fernandez, Camilo Cortesão, Mercês Vieira, Francisco Barata Fernandes, João Adão Fonseca, Pedro Silva, António Cardoso, Novais Barbosa, João Pedro Matos Fernandes, António Figueiredo, José Luís Estrada, Bragueira Dias, Luís Moreira, Carlos Prata, José Luís Gomes, José Manuel Soares, José Quintão, Adalberto Dias, Pedro Alarcão, Teresa Cáliz, João Pedro Seródio, Luís Paulo Martins, Hélder Marques, José Alberto Fernandes, Álvaro Domingues, Ricardo Figueiredo, Joaquim Moreno, Rui Cardoso, Luís Viegas, e muitos outros,*

*a todos os que comigo colaboraram na prática profissional, em especial ao Rui Castro, companheiro de longa data,*

*aos meus alunos e à escola onde, nas minhas aulas, ao longo dos últimos 26 anos, consolidei muitas das questões agora polemizadas.*



*resumo*

Esta dissertação propõe uma reflexão acerca de algumas temáticas fulcrais do debate disciplinar da urbanística contemporânea, respeitantes ao entendimento actual do projecto urbano, dos seus conteúdos técnicos e documentais, e acerca das condições operativas da acção urbanística numa realidade instável, em constante mutação, e marcada por novas expectativas de vida das populações.

Procura-se uma percepção objectivada e consentânea dos fenómenos urbanos como resultantes e/ou determinantes da interacção entre programas, planos, projectos de espaços públicos e projectos de arquitectura, das suas formas de concreção e de gestão, e dos modos como o projecto urbano reconhece e representa as realidades que pretende modificar.

As actuais condições do exercício disciplinar exigem novos enquadramentos metodológicos entre análises e propostas, que satisfaçam as recentes exigências de reestruturação urbanística, estruturação ambiental e gestão dos territórios urbanizados.

O estudo recorreu à observação de uma série de exemplos da prática disciplinar do autor, desenvolvidos em períodos distintos, correspondentes a objectivos e programas diversificados, e com níveis de concatenação das suas abordagens a escalas igualmente diversificadas.

Os exemplos seleccionados (universo referido) correspondem a áreas-contexto e a temáticas variadas, com expressão em centralidades, espaços-limite e periferias urbanas, permitindo um conjunto de *lições* que importam igualmente ao exercício de uma práxis pedagógica ligada à prática profissional sobre realidades concretas, partindo de um conjunto de pressupostos de enquadramento (universo de referência).

O caso de estudo (do pólo universitário) da Asprela configura um verdadeiro *laboratório* urbanístico que permite observar as condições de urbanização e de reurbanização de um *contexto-problema* estabelecido no confronto das várias escalas da cidade alargada.

À racionalidade dos programas e projectos observados, procura-se contribuir para uma outra racionalidade conduzida por uma epistemologia da complexidade, praticável face às novas circunstâncias do exercício disciplinar e, conseqüentemente, da sua aprendizagem.



*abstract*

This dissertation proposes reflection on some of the key issues in the disciplinary debate on contemporary urbanistics relating to the current understanding of urban design, its technical and documental content, and on the operating conditions of urban action on unstable reality, one of constant change, and marked by the population's new expectations of life.

It seeks an objective and consistent perception of urban phenomena resulting from and/or determining factors for interaction between programmes, plans, public space projects and architectural projects, their means of completion and management, and the ways in which urban design recognises and represents the realities it aims to modify.

The current conditions of the disciplinary exercise require new methodological frameworks for analyses and proposals that meet the latest requirements of urban restructuring, environmental structuring and the management of urbanized territories.

A series of examples of the author's disciplinary practice were used, which were developed during different periods, corresponding to a variety of objectives and programmes, and with equally varied levels of concatenation in their approaches to scale.

The selected examples (referred universe) are from context-areas and varied topics, expressed in centralities, confined spaces and urban peripheries, making a series of *lessons* possible, which are equally important for the exercise of a pedagogical praxis linked to professional practice on concrete realities, based on a set of suitable assumptions (reference universe).

The Asprela case study (the university campus) is a true urban *laboratory* that allows us to observe the conditions of urbanization and redevelopment of a *problem-context* set in the confrontation of the various scales of the enlarged city.

To the rationality of the programmes and projects observed, an attempt has been made to contribute towards another rationality driven by an epistemology of complexity, which is practicable given the new circumstances of the disciplinary exercise and consequently, of its learning.



## *résumé*

Cette dissertation propose une réflexion sur certains des principaux thèmes du débat disciplinaire de l'urbanisme contemporain, relative à la compréhension actuelle du projet urbain, de son contenu technique et documental, et sur les conditions de fonctionnement de l'action urbaine sur la réalité instable, en constante evolution, et marqué par nouvelles attentes dans la vie des populations.

En recherche d'une perception objectivée et cohérente des phenomenes urbains comme resultat et / ou determinants de l'interaction entre les programmes, les plans, les projets de l'espace publique et projets d'architecturaux, ces formes de concrétude et sa gestion, et la façon dont l'urbanisme reconnaît et représente les réalités qu'on veut modifier.

Les conditions actuelles de l'exercice disciplinaire a besoin des nouveaux cadres méthodologiques entre des analyses et des propositions, qui répondent aux nouvelles exigences en matière de restructuration urbaine, la structuration de l'environnement et de la gestion des territoires urbanisés.

L'étude a demandé l'observation d'une série d'exemples de la pratique disciplinaire de l'auteur, développé dans des périodes différentes, correspondant à des objectifs et des programmes variés, et avec des niveaux de concaténation des aproches pour les tout aussi diverses échelles.

Les exemples choisis (de l'univers visé) correspondent à des zones-contexte et des différent thèmes, avec l'expression de centralités, espaces limites et périphérie urbaine, ce qui permet un ensemble de *leçons* avec importance aussi pour l'exercice d'une pratique pédagogique lié à la pratique professionnelle sur des réalités concrètes, basé sur un ensemble d'hypothèses-cadre (univers de référence).

L'étude de cas (le campus), Asprela, configure un véritable *laboratoire* urbain qui nous permet d'observer les conditions de l'urbanisation et le réaménagement d'un *contexte-problème* établi dans la comparaison des différentes échelles de la ville élargie.

Sur la rationalité des programmes et des projets observés, vise à contribuer à une autre rationalité mennée par une épistémologie de la complexité, possible, en face des nouvelles circonstances de l'exercice disciplinaire et, par conséquent, de leur apprentissage.



*Sumário*

**TOMO A**

<b>I.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	19
	<i>objectivos e tema geral da pesquisa</i>	35
	<i>caso de estudo</i>	37
	<i>método</i>	38
	<i>estado de situação</i>	41
	<i>estrutura de trabalho</i>	42
	<i>método</i> 37	
<b>II.</b>	<b>PARA UM ENQUADRAMENTO DE REFERÊNCIA</b>	46
II.1.	À PROCURA DA CIDADE	47
	<i>Nota acerca da dimensão urbana da arquitectura ou a ‘arquitectura com consciência urbanística’</i>	66
II.2.	ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO PROJECTO URBANO	70
	<i>o projecto urbano</i>	71
	<i>análise / projecto</i>	76
	<i>projecto / processo e o princípio da flexibilidade</i>	82
	<i>condições de inovação</i>	106
	<i>a contingência dos modelos</i>	125
	<i>hermenêutica do projecto</i>	130
	<i>temporalidades - sincronismo, anacronismo, diacronismo</i>	131
	<i>acerca do espaço e seu entendimento</i>	142
II.3.	UNIVERSO DE REFERÊNCIA - NOTAS PARA UMA GRELHA DE LEITURA	153
	<i>Conhecimento e complexidade, configuração, sistemas e heterotopias</i>	155
	<i>alguns temas de intermediação</i>	182
	<i>Ordem e desordem (esquema de MORIM)</i>	
	<i>A ordem inevitável ou a ordem na desordem e a experiência da ordem</i>	182
	<i>A ordem da construção</i>	183
	<i>O sentido da ordem</i>	184
	<i>Factores de coerência</i>	184
	<i>Proximidade como factor de agrupamento</i>	185
	<i>Simetria e orientação – alinhamentos ou convergência para uma estrutura física ou espacial</i>	
	<i>Fechamento ou fundo comum</i>	186

	<i>A importância da ausência</i>	187
	<i>Repetição</i>	190
	<i>A interacção de factores</i>	192
	<i>Convergências e disjunções</i>	193
	<i>Articulações e intersecções – forma e estrutura</i>	193
	<i>O antigo e o novo</i>	193
	<i>Do objecto ao espaço</i>	195
	<i>Espaço e lugar</i>	204
	<i>Espaço in-between</i>	205
<b>II.4.</b>	<b>ANÁLISE E REPRESENTAÇÃO - ASPECTOS METODOLÓGICOS</b>	207
	<i>Plasticidade e representação</i>	209
	<i>Expressão e escala</i>	230
<b>II.5.</b>	<b>O CAMPUS</b>	235
	<i>O campus</i>	237
	<i>Clusters e mat-buildings</i>	237
	<i>A modificação</i>	279
	<i>Linguagem e representação do projecto urbano</i>	297
<b>III.</b>	<b>O PROCESSO DA ASPRELA apontamentos</b>	326
	<i>Processo da Asprela, apontamentos</i>	328
	<i>O hospital escolar da cidade</i>	399
	<i>O planeamento da Asprela</i>	412
	<i>Edificações e conjuntos edificados</i>	459
<b>IV.</b>	<b>NOTA DE SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS</b>	497
<b>V.</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	509



## **TOMO B**

Nota prévia	576
<b>VI. ÍNDICE DAS IMAGENS</b>	577
<b>TOMA A</b>	578
<b>TOMO B</b>	597
<b>VII. SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS</b>	609
<b>VIII. ANEXOS</b>	613
VIII.1. INTRODUÇÃO	615
VIII.2. CONVERSAS ACERCA DA ASPRELA	621
Conversa com o Arquitecto João Adão da Fonseca	623
Conversa com o Arquitecto José Quintão	635
Conversa com o Engenheiro Luís Moreira	643
Conversa com o Arquitecto Nuno Tasso de Sousa	655
Conversa com o Arquitecto Pedro Ramalho	665
Conversa com os Arquitectos Mercês Vieira e Camilo Cortesão	671
Conversa com o Engenheiro Pedro Silva	685
VIII.3. CRONOLOGIA INSTAURADORA	701
VIII.4. DOCUMENTOS	709
ÍNDICE DO ANEXO DOCUMENTOS	711
DOCUMENTOS – FICHAS	727
VIII.5. EXCURSOS	849
<hr/>	
AUTORES, PERCURSOS, PLANOS, PROJECTOS E ICONOGRAFIA DE REFERÊNCIA	
apontamentos	850
<i>Arménio Losa</i>	851
<i>Oldemiro Carneiro</i>	971
<i>Luiz Cunha</i>	983
<i>Rui Mealha</i>	1053



# I. INTRODUÇÃO



## INTRODUÇÃO

Os temas centrais desta reflexão envolvem um conjunto de questões que percorrem a urbanística contemporânea no que respeita ao entendimento do exercício e prática profissional do projecto urbano.

Tal como no passado com o urbanismo moderno, hoje, o “novo urbanismo”<sup>1</sup> ou “urbanismo com novos compromissos”, depara-se com uma série de perplexidades acrescidas pela rápida mutabilidade dos seus ‘materiais’ de trabalho, de todo o seu universo disciplinar, exigindo, precisamente, novas metodologias de abordagem e novos entendimentos (trans)disciplinares.

Ascher afirma em 2001 que “ a terceira revolução urbana moderna, que se desenha com a nova fase de modernização das sociedades ocidentais, gera mutações profundas nos modos de concepção, de realização e de gestão das cidades”<sup>2</sup>.

Os efeitos da globalização (por novas formas de comunicação, organização económica, temporal e espacial, com expressão mundial), as rápidas alterações das tecnologias da

---

<sup>1</sup> Designação dos princípios de um novo urbanismo, em contraposição com o urbanismo moderno, na correspondência a novos paradigmas, tal como apontado por diversos autores como Nuno Portas e François Ascher, em ASCHER, François, 2010 (2001 e 2004), PORTAS, Nuno (pref.), LOBO, Margarida Souza (trad.), VALENTE, Ana (trad.), *Novos Princípios do Urbanismo, seguido de Novos Compromissos Urbanos, um léxico*, Lisboa, Livros Horizonte. (títulos originais: *Les Nouveaux Principes de l’Urbanisme. La fin des villes n’est pas à l’ordre du jour*, e, *Les Nouveaux Compromis Urbains, Lexique de la ville plurielle*, La Tour-d’Aigues, Ed. de l’Aube, 2001 et 2004).

O ‘novo urbanismo’ ou ‘neo-urbanismo’ aventado pelos autores referidos não deverá ser confundido com os princípios da corrente consagrada pela *Carta do Novo Urbanismo* norte-americano (*New Urbanism*), proclamados em 1996 na sequência do *quarto Congresso do Novo Urbanismo*, conforme adiante referido.

<sup>2</sup> ASCHER, François, 2010, op. cit., p. 78.

informação e das redes de comunicação, as profundas alterações verificadas nas últimas décadas na organização e nas formas do território e da cidade contemporânea, e as alterações dos modos e expectativas de vida dos habitantes e usuários da cidade, são alguns dos aspectos que obrigam a novas formas de (re)pensar a disciplina da urbanística e a uma nova conceptualização dos exercícios de actuação na cidade e territórios urbanizados existentes.

Ascher acrescenta ainda que “a mudança da natureza e da escala dos desafios colectivos, dão assim lugar, pouco a pouco, a um novo urbanismo que qualificaremos de neo-urbanismo, para o distinguir do paleourbanismo da primeira revolução urbana moderna e do urbanismo, cujo conceito propriamente dito foi inventado por ocasião da segunda revolução moderna”<sup>3</sup>.

A acepção de ‘novo urbanismo’ enunciado por Ascher não poderá ser confundida com os princípios da corrente consagrada pela Carta do Novo Urbanismo norte-americano (*New Urbanism*), promulgados em 1996 na sequência do *quarto Congresso do Novo Urbanismo*, baseados em aspectos como a organização de sistemas regionais constituídos pela articulação das áreas centrais com cidades de média dimensão, obstando aos processos de dispersão e retomando o modelo da cidade jardim e modelos de planeamento regional de transportes colectivos. A Carta do Novo Urbanismo norte-americano consagra vinte e sete princípios relativos à região (a metrópole, cidade grande e média/*city*, a cidade pequena/*town*, o bairro/*neighborhood*, o sector /*district*, os espaços-corredor/*corridor*, os quarteirões, as ruas e os edifícios, como escalas de espacialização (localização/articulação ou segregação) dos programas e funcionalidades urbanas e territoriais. “O Novo Urbanismo oferece uma alternativa futura para a construção e reconstrução das regiões. Bairros que são compactos, com funções mistas e confortáveis para os peões; sectores com localização e carácter apropriados; e corredores que são funcionais e aprazíveis podendo *ser inseridas em ambientes naturais e comunidades artificiais* num todo sustentável”<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> ASCHER, François, 2010, op. cit., p. 78.

<sup>4</sup> DUANY, Andres, PLATER-ZYBERK, Elisabeth, 1994, “The Neighborhood, the District and the Corridor”, in KATZ, Peter (ed., pref.), SCULLY, Vincent (ed., afterword), 1994, *The new urbanism: toward an architecture of community*, New York, McGraw-Hill, p. XX, trad. do excerto do texto orig. (grifos nossos), “The New Urbanism offers an alternative future for the building and re-building of regions. Neighborhoods that are compact, mixed use and pedestrian friendly; districts of appropriate location and character; and corridors that are functional and beautiful can integrate natural environments and man-made communities into a sustainable whole”.

Face à relativa desagregação do *New Urbanism* emergiram outros movimentos alinhados na crítica à suburbanização e à dispersão, como o *Smart Growth*, menos explícito quanto a modelos urbanísticos e territoriais, mas mais extenso na escala de actuação e reforço do discurso da sustentabilidade, apoiados no paradigma da cidade compacta aplicado (no continente americano e também na Europa) sobretudo a pequenas e médias centralidades e áreas-limite (frentes de água, determinadas formas lineares), privilegiando usos mistos, modos de mobilidade suave, elevados níveis de infraestruturação, e expressão relevante dos sistemas ecológico e ambiental, como padrões superiores da urbanização. A retoma de modelos tradicionais baseados na organização das unidades de vizinhança não contempla, no entanto, as novas formas de urbanização dispersa, nem as suas dinâmicas frequentemente mutáveis de evolução e conurbação, ou seja, não reconhece a cidade-território contemporânea, aspectos adiante retomados na generalidade. Na realidade, os referidos princípios, porque informados em modelos predeterminados, não se ajusta com facilidade às dinâmicas e natureza da cidade actual.

A hegemonia da cidade pré-contemporânea, histórica, tradicional e moderna foi marcada por sucessivos planos urbanísticos desenvolvidos a diversas escalas, metodologias e formas de resolução, desde os baseados no ordenamento e zonamento de territórios mais ou menos vastos, com base nos usos e nas grandes infra-estruturas territoriais, considerando programas com maior ou menor reserva de flexibilidade, como pelas actuações baseadas em programas e concreções eminentemente executórias, abrangendo, em geral, sectores mais restritos do território.

O “projecto urbano”<sup>5</sup>, definido com âmbitos técnicos e teóricos entre o plano e os projectos dos espaços públicos estruturantes, consistiu no principal instrumento de

---

<sup>5</sup> Como descrito por Bernardo Secchi, Nuno Portas, Manuel de Solà-Morales i Rubió, e Giuseppe Campos Venuti, entre diversos outros autores. Veja-se os entendimentos destes autores, cf, SECCHI, Bernardo, 2005 (2000), *Primeira lição de Urbanismo*, São Paulo, Perspectiva, (edição original, 2000, *Prima lezione di urbanística*, Bari, Laterza); SECCHI, Bernardo, 1989, “Una nuova forma di piano”, in *Un progetto per l’urbanistica*, Torino, Einaudi, pp. 137-150, (artigo igualmente consultado em *Urbanistica*, n. 82, 1986, Milano, Franco Angeli, pp. 6-37); PORTAS Nuno, 1988, “El surgimiento del proyecto urbano”, in *PU/UP (Perspectivas Urbanas/Urban Perspectives)* n.º 3, 2003, Barcelona, UPC, pp.1-11, (original em italiano in *Urbanística*, n.º 110, 1998, trad. Francisco Javier Monclús, pp.58-69), [Em linha][Consultado em Agosto 2014], disponível em: <<http://www.etsav.upc.edu/personals/iphs2004/urbper/num03/index.htm>>;

representação e actuação na cidade, ao longo das últimas décadas, estando ainda a cidade compacta no centro do debate disciplinar da urbanística.

Nuno Portas recorda que o termo ‘projecto urbano’ não é recente, tendo sido utilizado para “referir-se aos projectos unitários de arquitectura”<sup>6</sup> de dimensão apreciável à escala da cidade, e acrescenta que “esta visão, que aparece nos anos 1960 com o Team X e intervenções então propostas cuja nova dimensão demonstraria claramente a recusa, entre os arquitectos mais conhecidos, do urbanismo ambicioso do estado-providência da segunda pós-guerra”<sup>7</sup>. Segundo Portas, esta visão dava a entender a impossibilidade de estender uma lógica de arquitectura de autor a todas as frentes de transformação das cidades europeias, conduzindo a intervenção projectual à “procura de intensidade em exemplos limitados, com uma dimensão decididamente visível, mais do que a tentativa em definir uma reforma planificada no sentido da continuidade entre a cidade e as suas periferias”<sup>8</sup>, concluindo que “desta maneira era possível integrar, em concepções tridimensionais, todos os elementos estruturais normalmente separados na cidade genérica (Bakema, Smithsons, Candilis, Hodgkinson, Womersley, Tange, os metabolistas, Gregotti)”<sup>9</sup>.

A segunda geração dos projectos urbanos, com a crise dos anos 1970, foi marcada por operações locais de iniciativa pública, mantendo a arquitectura de autor como sinal distintivo, mas, ainda segundo Nuno Portas, “inscrevendo-se em tecidos preexistentes (Rossi, De Carlo, Solà-Morales, Bohigas, Ungers, Siza). O projecto não investe na ampliação do capital fixo urbano, mas na tipologia e na linguagem do edificado e, ao mesmo tempo, na criação de um espaço colectivo, articulado com a morfologia que o delimita”<sup>10</sup>.

Os projectos urbanos de terceira geração distinguem-se sobretudo pelo programa e processos correspondentes estabelecidos em relação biunívoca com os planos, marcando um novo estilo de planificação urbanística por articulação entre medidas de

---

SOLÀ-MORALES I RUBIÓ, Manuel de, 1989 (1987), “La segunda historia del proyecto urbano”, in Revista *URurbanisme* n.º 5, Barcelona, Laboratorio de Urbanismo de Barcelona (LUB), pp. 21-26;  
ASCHER, François, DOMINGUES, Álvaro (trad.), 1998, (1995), *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta Editora;

CAMPOS VENUTI, Giuseppe, 1994 (1987), *La Terza generazione dell'urbanistica*, Milano, Franco Angeli.

<sup>6</sup> PORTAS Nuno, 1988, “El surgimiento del proyecto urbano”, in *PU/UP [Perspectivas Urbanas/Urban Perspectives]* n.º 3, 2003, Barcelona, UPC, pp.1-11, p. 1.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 1.



ordenamento e gestão, com a programação activa de medidas operativas “determinadas pelo aproveitamento de oportunidades imprevistas (...), pelo que, o projecto urbano encontraria nas previsões do plano, dedutivamente, a sua justificação”<sup>11</sup>.

A montante e jusante do projecto urbano, visando diversos propósitos e na correspondência às escalas de incidência dos seus conteúdos, estão os planos regionais, os ‘planos de cidade’ e outros estudos urbanísticos com influências diversas no ‘pensamento’ do espaço urbanizado, e os projectos de arquitectura com ‘consciência urbanística’, igualmente fazedores de cidade (de muitos dos seus factos mais expressivos).

Entretanto, as ideologias neoliberais, com efeitos muito significativos na economia e dinâmicas da cidade, influenciando intensamente as políticas urbanas, alteraram radicalmente a maneira de pensar e de gerir o espaço urbanizado, mantendo-se ainda, nos seus aspectos fundamentais, as mesmas tipologias de instrumentos de planeamento urbanístico, cada vez mais desajustados face às novas circunstâncias da realidade.

De facto, com a exaltação do neoliberalismo e reestruturação das políticas sociais, surgiram novas dinâmicas urbanas e a afirmação de novos conceitos urbanísticos, pondo em causa as anteriores metodologias do exercício previsionar estabelecido perante dinâmicas efectivas ou latentes na cidade e território, que entretanto se tornou heterogéneo, descontínuo e multipolar, na sequência do seu crescimento exponencial.

As metodologias de abordagem das formas canónicas de urbanização perderam a sua capacidade operativa, pelo que se torna fundamental a procura de novos instrumentos que permitam conceptualizar, com eficácia, o exercício disciplinar da (actuação) urbanística em conjunturas e territorialidades frequentemente incomuns e instáveis.

Transversalmente aos instrumentos de planeamento físico mantém-se o planeamento estratégico, veículo de grandes decisões, munido de metodologias e instrumental muito próprio, vocacionado ao reconhecimento de problemas e potencialidades com incidências territoriais e sectoriais diversificadas, e (uma vez a sua metodologia ajustada à leitura da cidade contemporânea) com capacidade de indução de efeitos e resultados

---

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 2.

desejados no âmbito do planeamento competitivo, flexível e orientado para as rápidas transformações da cidade e do mercado.

Em suma, verificamos que a emergência de novas estruturas produtivas baseadas em princípios de inovação de base tecnológica e em formatos renovados de parcerias financeiras, obrigam a repensar os enquadramentos projectuais da urbanística contemporânea, nomeadamente no que respeita aos seus termos operativos e vertentes de natureza eminentemente estratégica.

As alterações das configurações físicas e territoriais, e as alterações das relações socio-produtivas verificam tendências frequentemente imprevisíveis. O modelo da espacialização flexível tornou-se dominante nos processos de desenvolvimento empresarial, contrariando o modelo da concentração de meios, característico do sistema fordista verticalizado. O modelo flexível, alinhado com as políticas neoliberais, acompanha usualmente com melhor desenvoltura as geografias difusas e novos modos de organização do trabalho.

As temáticas enredadas nestas reflexões observam necessariamente alguns dos velhos e (relativamente) recentes paradigmas da urbanística e da arquitectura, acerca das condições do exercício e prática actual do projecto urbano, temáticas que se revelam muito abrangentes e de grande complexidade.

Importa-nos agora, especialmente, contribuir para a reflexão acerca de determinados factores instauradores de novas metodologias de abordagem para leitura, análise, compreensão e representação da cidade e do território, e que importam à construção de programas de actuação urbanística e construção (da ‘forma’) do projecto urbano<sup>12</sup>, ou seja, da decisão acerca das escalas, ‘materiais’ e procedimentos de pertinência para enquadramento operativo das suas condições de actuação por modificação e gestão.

A estes interesses converge uma tentativa de leitura e avaliação de determinadas condições de construção da cidade ‘entre programas, planos e projectos de arquitectura e dos espaços colectivos’, recorrendo, entre outros, ao exemplo de um sector urbano específico da cidade do Porto (a área central do Pólo Universitário da Asprela), procurando alguns aspectos que importam ao entendimento, organização e avaliação do

---

<sup>12</sup> A forma do projecto, entendida como o conjunto articulado dos seus conteúdos técnicos, temáticos (temas envolvidos) e documentais, desde as análises às propostas, de exercícios e práticas disciplinares estabelecidas a várias escalas e linguagens.

projecto face a possíveis macrotendências a considerar pela praxis profissional e pelo exercício de gestão da cidade contemporânea.

Sendo que os temas abordados são profundamente concatenados, embora arriscando alguma banalização transitória que poderá resultar do seu tratamento parcial e por aproximações e contributos sucessivos, é nossa opção por alguma desagregação das reflexões estabelecidas, que permita focalizar determinadas noções e correlações interpostas às temáticas desenvolvidas e que, de momento, nos interessam particularmente.

No fundo, procuramos abordar algumas condições do actual entendimento das heranças do urbanismo moderno, que exigem agora novas metodologias de análise e de actuação, bem como acerca do entendimento das relações dinâmicas entre o espaço urbanizado e os usuários desse mesmo espaço, relações essas em constante modificação, e que importam ao juízo de novas temáticas e formas (conteúdos técnicos, documentais e processuais) da actuação urbanística actual, que em parte poderão consistir na revisão/reinterpretação de antigos modelos e de ‘velhos’ paradigmas (e utopias) aplicados aos novos contextos-problema.

Estas reflexões são isso mesmo: anotações e contributos para o pensamento acerca de algumas temáticas presentes ao exercício e prática disciplinar da arquitectura e do urbanismo, pensando-as de forma articulada como gradientes da acção urbanística estabelecida a várias escalas de representação.

A construção do conhecimento elabora-se pela prática e pela investigação sobre essa mesma prática, procurando esclarecer as condições de pertinência do seu exercício, nos aspectos que mais nos preocupam, sistematizando leituras e avaliando metodologias e resultados.

Mas é evidente a necessidade de construção de um corpo de conhecimento alargado a várias áreas disciplinares que compartilham o entendimento da actuação urbanística, por recurso a técnicas, métodos ou teorias que lhes são próprias, aplicando-as, por analogia, à resolução de problemas gerais ou específicos.

Nestes termos, o autor examina um conjunto de projectos desenvolvidos ao longo do tempo (*exemplos de programas, planos e projectos*), procurando identificar as suas formas de *articulação* técnica e processual – quando encadeados como projectos determinados por planos, ou determinantes a alguns programas ou outros projectos, enquanto compromissos ou relações preexistentes, a internalizar pelos mesmos, ou ainda mutuamente articulados na conformação de determinados programas ou morfologias complexas, entre diversos outros aspectos – que importam ao entendimento retrospectivo e, sobretudo, prospectivo das realidades a que respeitam, considerando que, face à rápida transformação dessas realidades, será já possível, de algum modo, avaliar o desempenho de determinados conteúdos (e formas de concreção) e programas propostos, nomeadamente no que respeita aos efeitos das metodologias operadas. Os projectos mais recentes observam, naturalmente, a experiência já sedimentada de algumas das *articulações* estabelecidas anteriormente.

A urbanística moderna foi informada por sucessivos modelos de expansão da forma urbana, numa perspectiva previsional de tempo longo, acolhendo o debate de experiências e utopias, perpassando a ruptura da forma urbana com as expansões periféricas, e planeando o futuro por espacialização de dinâmicas com estabilidade satisfatória para os procedimentos de programação e de gestão convencional da cidade canónica.

A ideia de cidade é polissémica, assim como o entendimento de algumas correlações disciplinares, como as estabelecidas entre análises e (programas/soluções) propostas para intervenção na cidade e território, desde logo pela diversidade de conceitos e convicções acerca de ‘análise’ e acerca de ‘proposta’ projectiva, domínios muitos dos quais frequentemente banalizados por vulgarização de conotados, por metonímia e, porventura, por excesso de utilização retórica ou metafórica.

Sendo então muito diversas as opiniões e conjecturas acerca de alguma da terminologia utilizada nesta dissertação, sentimos a necessidade de estabelecer, no decorrer da mesma, o nosso entendimento acerca de determinados termos de referência de partida. Ou seja, é nossa intenção que a aproximação a uma sinopse ou revisão crítica dos conceitos convocados esteja subjacente, nos seus aspectos fundamentais, aos devidos contributos agora ensaiados.

Dadas as múltiplas correlações disciplinares abordadas, os correspondentes termos de referência são, então, explanados ao longo desta dissertação, na oportunidade dessas mesmas abordagens, opção esta meramente de natureza discursiva decorrente do articulado da narrativa adoptada.

Também ao longo da dissertação alguns conceitos instauradores serão sucessivamente retomados de forma circunscrita face às temáticas abordadas e proposições defendidas.

Tendo sido adoptado um articulado marcado por aproximações sucessivas a diversas temáticas, é nossa intenção que a unidade estruturante resulte da interligação das correlações que delas emergem.

Esta dissertação é disposta por um articulado que organiza diversas aproximações a temáticas que são muito abrangentes e com diversos entendimentos (trans)disciplinares. O desenvolvimento destas temáticas ultrapassa manifestamente o âmbito e formato das presentes reflexões, que pretendem somente acrescentar alguns esclarecimentos acerca do nosso entendimento acerca das mesmas, resultantes da investigação desenvolvida. Para cada uma das vertentes temáticas em particular, foi opção conjecturar acerca dos seus conteúdos próprios, explorados por uma narrativa apensa às questões, problemas e correlações que nos interessam nesta alegação.

A construção do argumento sugerido, resulta então por progressivas associações das aproximações sucessivamente estabelecidas, adquirindo nexos por metonímia, onde as relações lógicas a distintos níveis discursivos completam e esclarecem o circunstancial anacoluto do discurso.

Não se trata de artifícios formais, mas tão-somente de uma opção de comunicação aberta às situações de prolepse próprias das contexturas abordadas, situações que procuramos discernir e operar.

Algumas asserções resultam do que nos parece constituir conhecimento tácito das regras inerentes às correlações determinadas, em (aparente) contraste com uma visão global e positivista de conhecimento científico, no sentido da dicotomia conhecimento explícito/conhecimento tácito, concebida por Polanyi<sup>13</sup>.

O ‘conhecimento’, e sobretudo o que respeita à ‘gestão do conhecimento’ são factores que importam grandemente ao exercício de investigação e de projecto, tornando-se

---

<sup>13</sup> Cf. POLANYI, Michael, 2009 (1966), *The Tacit Dimension*, New York, Anchor Books.

crucial reconhecer a natureza dos seus atributos, conformidades e competências, situação realçada por Nonaka e Takeuchi<sup>14</sup> com base na teoria do conhecimento de Polanyi, reconhecendo precisamente a diferença entre conhecimento tácito e conhecimento explícito.

Em 1958 Polanyi afirma que o ‘conhecimento pessoal’<sup>15</sup>, de carácter impressivo e emotivo, constitui a origem do conhecimento explícito, de maior elaboração e mais bem articulado. Neste sentido, para Polanyi, a Gestalt<sup>16</sup> apoia-se no conhecimento tácito, por assimilação de parcelas da realidade, incorporando-os em factos que classifica segundo padrões significantes diversificados. A estrutura da Gestalt é então relançada numa lógica de pensamento tácito, que muda o alcance e perspectiva de todo o sujeito. As elevadas formas de integração tornam-se assim mais amplas<sup>17</sup>. Mas Polanyi distingue o ‘pessoal’ do ‘subjectivo’, apontando o conceito de “interiorizar”<sup>18</sup> (*indwelling* ou habitar interiormente), aludindo ao conceito de ‘habitar’ (*dwelling*) de Heidegger, como “(...) um dos mecanismos fundamentais da sua filosofia – é um mecanismo básico do conhecer tácito, do conhecer não articulado ou formal (...)”<sup>19</sup>

Não é do nosso interesse a abordagem exaustiva de todas as matérias implicadas com o universo disciplinar abordado, o que seria, de resto, uma tarefa irrealizável no âmbito deste formato, e também de pouca utilidade face aos objectivos pretendidos, estabelecidos essencialmente como abordagens sintéticas das relações disciplinares a reter como metodologias de *articulação* entre programas, planos e projectos.

Trata-se de abordagens gerais e intermitentes aos conceitos de espaço e forma, escala, complexidade e legibilidade das articulações estabelecidas entre metodologias, estratégias, programas e propostas de actuação urbanística e arquitectónica, clarificando alguns aspectos considerados relevantes face aos objectivos destas reflexões, nomeadamente os que retomam (reabilitando / adaptando / ajustando) antigas metodologias para utilização no quadro das actuais exigências da actuação urbanística.

<sup>14</sup> NONAKA, Ikujiro, TAKEUCHI, Hirotaka, 1995, *The Knowledge-Creating Company: How Japanese Companies Create the Dynamics of Innovation*, New York, Oxford University Press.

<sup>15</sup> Cf. POLANYI, Michael, 1974 (1958), *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy*, London, Routledge & Kegan Paul.

<sup>16</sup> Constitui uma das temáticas de referência do presente trabalho.

<sup>17</sup> Cf. POLANYI, Michael, 1974, op. cit., p. 6.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>19</sup> BEIRA, Eduardo, 2009, “Michael Polanyi (1959): O estudo do homem”, in *Inovação & Desenvolvimento, Engenharia & Tecnologia, WP 90* (out. 2009), Working papers “Mercados e Negócios: Dinâmicas e Estratégias”, MIT Portugal, p. 6.

Pretende-se assim contribuir para uma reflexão acerca de um conjunto de correlações disciplinares que importam directamente à actuação urbanística em circunstâncias específicas (nomeadamente perante sucessivas alterações estruturais ou conjunturais profundas e de vária ordem), e que importam igualmente à avaliação, discussão crítica e validação das estratégias e procedimentos de actuação.

Para se compreender um programa de intervenção na cidade existente é fundamental (re)conhecer o lugar a modificar e o potencial de modificação desse mesmo lugar, interpretar as circunstâncias do seu estado pré-intervenção e das motivações e condições de pertinência dessa mesma intervenção.

São então alinhadas as possíveis *articulações* entre os contextos físicos, social e produtivo, e com os programas e procedimentos de actuação sobre os mesmos, articulações a reconhecer entre os factos em si, no interior da cada domínio, e entre os diversos domínios da realidade e do conhecimento acerca da mesma.

Deste modo, poderemos considerar que as acções de reurbanização resultam de interferências significantes ao nível das articulações (formas de articulação) preexistentes, ou seja, da instauração de novas formas de articulação entre os factos urbanizados, e de novos entendimentos acerca desses mesmos factos.

Para delimitação (com nitidez) de um universo referido, e para conforto na abordagem de determinadas actuações articuladas entre planos, programas e projectos, procurando as condições de tais exercícios conjugados, é observado um caso de estudo – o processo de urbanização do sector da Asprela –, que consiste fundamentalmente na concentração de grandes equipamentos colectivos, resultando numa forte polarização de programas (equipamentos colectivos de ensino e de saúde, de grandes dimensões) e no confronto de temáticas com manifesta pertinência disciplinar<sup>20</sup>.

De facto, a área central da Asprela constitui o maior Pólo Universitário da cidade do Porto e um interessante ‘laboratório’ de práticas urbanísticas, dos resultados de decisões e realizações encadeadas, de conexões e desconexões dos exercícios de gestão dos

---

<sup>20</sup> Tendo o autor coordenado vários projectos para o sector urbano referido, como o ‘Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela’, os projectos de ‘Inserção Urbana da Plataforma do Metro do Porto’, executadas pela Transmetro e pela Normetro, a ‘Assessoria de Gestão da Área do Pólo da Asprela’ para a Universidade do Porto, os projectos de obras de urbanização dos arruamentos estruturantes ‘Viário V1A, V1B, V1C, V4C, V10/20’ e os projectos das obras de edificação do ‘Centro de Inovação’ e do ‘Edifício Central’ da UPTEC (Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela), bem como o ‘estudo prévio do Parque Urbano’ e o ‘Projecto de Valorização da Ribeira da Asprela/tramo do IPO’ (CMP/Águas do Porto, E.M.).

diversos interesses e programas específicos, em suma, da expressão de uma nova centralidade peculiar no território da cidade alargada.

Verifica-se que a área central da Asprela tem sido urbanizada ao longo das últimas décadas, com base em estratégias primárias prosseguidas por acções aparentemente casuísticas<sup>21</sup>, marcadas por elevados níveis de incerteza quanto a convicções acerca de modelos e organização / dimensionamento dos programas considerados, que foram produzindo sucessivos efeitos pontuais de fraca conectividade urbana, não obstante os diversos planos para o respectivo território e para a cidade-concelho.

Os planos para a Asprela (de Arménio Losa, Oldemiro Carneiro, Luiz Cunha e Rui Mealha) produziram efeitos distintos, como a definição de novos arruamentos e outros espaços públicos, localização de determinadas funcionalidades, reserva de terrenos para instalações da Universidade do Porto, ensaio de sistemas funcionais e espaciais, e desenho dos espaços públicos estruturantes (programas de estruturação urbanística e de estruturação ambiental) entre outros aspectos<sup>22</sup>.

A maioria das medidas preconizadas pelos planos desenvolvidos pela administração central (embora, por vezes, coordenados por técnicos com ligações a serviços da autarquia) e pela Universidade do Porto, não foram no entanto implementadas<sup>23</sup>, o que sistematicamente determinou a elaboração de novos estudos urbanísticos que internalizavam, como ‘compromissos’, algumas das decisões firmadas por estudos precedentes e pelas arquitecturas entretanto projectadas ou realizadas.

Este quase permanente panorama de ‘desordem’ permitiu que algumas bolsas de terrenos de apreciável dimensão fossem acumulando funcionalidades a partir de um

---

<sup>21</sup> Até ao princípio dos anos 1990, a operação urbanística foi conduzida pelo Estado central, ou por organismos tutelados por este, como as Direcções Gerais e Comissões Administrativas (das Construções Escolares, das Instalações Universitárias, do Ensino Superior, entre outras), e como a Universidade do Porto, com prerrogativas delegadas de ‘autonomia administrativa’, que permitia uma gestão discricionária dos processos de edificação e de urbanização.

<sup>22</sup> Contemporâneo da construção do Hospital Escolar, “o plano de Arménio Losa correspondeu a uma concepção moderna, ao contrário dos campi universitários monumentalizantes de Lisboa e Coimbra”. Os planos de Luiz Cunha perfilham “um esquema de interligações construídas, entre os espaços de ensino, equipamentos e residência”. As propostas de Rui Mealha pretendem “corrigir problemas funcionais e ambientais pendentes e (...) construir uma nova centralidade através de equipamentos diversificados e da reconfiguração dos sistemas de mobilidade”, in COSTA, Alexandre Alves, TAVARES, André, 2001, *Mapa de Arquitectura do Porto*, Lisboa, Argumentum, Edições, Estudos e Realizações.

<sup>23</sup> Algumas das acções propostas pelos diversos estudos urbanísticos foram alteradas pontualmente ou não foram realizadas, como o prolongamento a sul da alameda central, a instalação do parque urbano / edifício transparente, o tratamento da envolvente ao bairro de Paranhos, a via interna de rebatimento, paralela à A3, os restantes atravessamentos da A3 e o completamento do nó da Estrada da Circunvalação, entre diversas outras medidas adiante referidas.



traçado de base (por vezes apenas idealizado, mas não imediatamente implementado), situação que perdurou até à saturação do espaço destinado à ‘Cidade Universitária’, permitindo-se, ainda assim, a derradeiras intervenções isoladas e intersticiais.

A área do caso de estudo, só foi novamente sujeita a estudos urbanísticos para completamento da operação da Universidade do Porto, na oportunidade do aproveitamento de financiamentos disponíveis para a inserção urbana da plataforma do metro, e por aproveitamento de participações financeiras em infra-estruturas e equipamentos com programas inovadores ou de base tecnológica, no que respeita a vertentes de estruturação urbanística e de estruturação ambiental<sup>24</sup>.

A disponibilidade de terrenos constituiu uma das causas determinantes da ‘escolha’ da Asprela para localização de programas que se foram sucessivamente acumulando e que, sendo na sua maioria avulsos, condicionaram progressivamente o território a que respeitam, num efectivo e permanente confronto de escalas e de relações estabelecidas na correspondência a diversas intencionalidades, relações que entretanto se modificaram em aspectos (e com consequências) que procuramos esclarecer<sup>25</sup>.

Importa-nos sobretudo verificar o estado de situação, e de como algumas medidas locais poderão ter eventuais efeitos endógenos e exógenos, identificando ainda alguns dos problemas que só poderão ser abordados com eficácia a uma escala supralocal.

Este panorama é, contudo, frequente em muitas das formas de expansão urbana, mas a Asprela constitui um exemplo peculiar, pelas escalas e estrutura programática polarizada, funcionalmente especializada, entre outros aspectos dissemelhantes abordados.

O reconhecimento das suas ‘regras’ e a variabilidade das mesmas, observando as decisões assumidas e as realizações efectuadas, constitui um dos objectivos deste trabalho. É pretendida a identificação dos motivos da não execução de determinados programas preconizados pelos planos desenvolvidos, mas que poderão ainda ser realizados como incremento de factores de identidade e para completamento dos objectivos de estruturação urbanística e de qualificação ambiental, enquanto estrutura

---

<sup>24</sup> Que viabilizaram o enquadramento operativo da urbanização e edificação das várias componentes do programa da UPTEC-Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto/Associação de Transferência de Tecnologia da Asprela.

<sup>25</sup> Os equipamentos de saúde e de ensino correspondem a recintos com grandes dimensões, pelo que as decisões acerca dos mesmos implicaram sucessivamente a redução do território ‘disponível’ (para o estudo de uma visão urbanística coesa e consentânea com as escalas em presença) e o debate de uma ‘ideia de cidade’ só foi considerado muito tardiamente, na tentativa de conferir uma lógica (de urbanização) significativa a um processo fortemente marcado por realizações avulsas consumadas.

mais equilibrada e ‘habitável’<sup>26</sup>, testando assim algumas das correlações de natureza metodológica que nos interessa apreciar e registar.

Importa então observar algumas das lógicas urbanísticas subjacentes à inserção dos factos arquitectónicos relevantes, no que respeita ao seu desempenho como acontecimentos urbanos, para além, naturalmente, da sua importância e significado como objectos e espaços (urbanísticos e arquitectónicos) singulares.

Para além da linguagem urbanística das arquitecturas projectadas, procura-se aferir acerca dos programas, da sua disposição espacial, de como participam na construção do lugar urbano, de como se relacionam com o território em que se inserem e de como se relacionam com os demais factos existentes nesse mesmo território, ou seja, importa-nos entender as condições em que a linguagem arquitectónica poderá constituir-se como uma das estruturas significantes instauradoras do novo projecto urbano, numa perspectiva de (re)aproximação entre o urbanismo e a arquitectura, da sua unificação e fusão como campo disciplinar vocacionado para a actuação urbanística a diversas escalas.

Esta é uma das linhas de investigação que perseguimos e, como tal apresentada enquanto um dos argumentos destas notas, no sentido das alegações adiante formuladas.

Outro enquadramento da investigação empreendida prende-se com a retoma de determinados conceitos de organização (concatenação) urbanística e arquitectónica que permitam o reconhecimento de lógicas de adaptabilidade, permanência e estabilização de algumas correlações disciplinares estabelecidas como esquemas (programáticos, de actuação e de gestão) da *reurbanização* actual da ‘cidade para hoje’.

Trata-se da reflexão acerca da representação das relações entre as formas de organização dos programas arquitectónicos de grande dimensão, e os correlativos padrões de estruturação urbanística.

Trata-se, ainda da recuperação de conceitos férteis de alguns arquétipos e experiências reconhecidas como *steams*, *clusters* e *mat-buildings* a dispor enquanto matrizes urbanísticas ou territoriais – clusters urbanísticos (clusters de clusters), e mat-urbanism

---

<sup>26</sup> No sentido das condições de vivência e fruição pelos seus residentes e usuários, pelas estruturas funcionais bem desenvolvidas, elevado nível das infra-estruturas urbanísticas e ambientes qualificados, cf. HUET, Bernard, 1984, “La Città come Spazio Abitabile, Alternative alla Carta di Atene”, in *Lotus*, n. 41, Milano, Electa, pp. 6-17, e NICOLIN, Pierluigi, 1984, “Abitare in città”, in *Lotus International*, n. 41, Milano, Electa, p. 5.

(clusters encadeados ou texturas espaciais/territoriais articuladas) – com vista a conferir nexos espaciais a funcionalidades e estruturas objectais fragmentadas. Procuram-se assim relações homólogas aos ‘materiais pesados’ da urbanização, presentes na cultura arquitectónica como visões utópicas da cidade, enquanto mega formas e macroestruturas arquitectónicas e territoriais.

As *mega formas* observadas poderão inspirar a definição de *mega espaços* em grelha flexível e evolutiva, de resto já parcialmente existentes ou latentes na urbanização actual, materializados como sistemas de espaços públicos, redes de infra-estruturas urbanísticas, elementos da macroestrutura de mobilidade, grandes projectos urbanos ou conjuntos edificado compactos, alguns signos de identidade como eixos, linhas de água, limites e ‘juntas (grossas) territoriais’, malhas homogéneas, pólos, e outros elementos ou sistemas de maior ou menor complexidade.

No essencial procuramos estabelecer, na generalidade, algumas abordagens baseadas na representação da cidade e no reconhecimento da intervenção como “obra aberta”, onde o factor tempo é preponderante, e também se desenha. Abordagens que permitam encarar alguns níveis de caracterização prospectiva de base estratégica que orientem o exercício e prática disciplinar do novo projecto urbano, com base na esquematização de relações operativas para intervenções flexíveis e evolutivas, entendidas como “sistemas geradores de objectos e espaços reprodutíveis, abertos e/ou evolutivos”<sup>27</sup>.

#### objectivos e tema geral da pesquisa

A cidade é o resultado da estratificação de projectos, realizações, signos e símbolos. É um produto antrópico por excelência, expressão do modo de vida de uma comunidade, da sua história, mas também das suas aspirações. Mas não basta a sobreposição dos extractos culturais, económicos e formais para qualificar o espaço como cidade, como cidade interessante para se viver e trabalhar. É sobretudo o sentido do ‘projecto’, da sua capacidade em representar o futuro, de organizar os interesses colectivos, que permite consolidar uma ideia de cidade com expressão urbanística e arquitectónica.

Como falar hoje da forma da cidade e do território?

---

<sup>27</sup> PORTAS, Nuno, 1970, “Arquitectura: Forma de Conhecimento – Forma de Comunicação”, in “Novas Perspectivas das Ciências do Homem”, pp. 65-90, in PORTAS, Nuno, 2005, *Arquitecturas: teoria e desenho, investigação e projecto*, (pp. 21-37), Porto, FAUP, p. 23.

Como retomar o entendimento da arquitectura como estruturante da cidade, mas concertada em programas estratégicos ou numa ‘boa’ ideia de cidade.

A investigação que suporta a presente dissertação procura identificar modos de operar temas eminentemente arquitectónicos no âmbito dos processos de transformação e reorganização do território urbanizado, como temas de intermediação entre escalas usos e significantes de vária ordem.

Como repensar a urbanização e a dimensão urbana entre tendências, modelos e oportunidades, e face a novas expectativas de vida na cidade (decorrentes, nomeadamente) dos paradigmas ambientais e de sustentabilidade).

Os ‘lugares de mudança’ na cidade são muitos e diversificados. No caso de estudo deste projecto de investigação (área central da Asprela), observamos espaços-limite e impasses urbanísticos, factos arquitectónicos disseminados, arquitecturas-cidade, espaços de mobilidade, juntas territoriais agregando fragmentos com disposição sequencial, etc.

Se partirmos de um entendimento ‘corboziano’ do território, como *palimpsesto* sujeito a sucessivas transformações e adições, o território, mesmo antes que um produto, apresenta-se como o próprio projecto. Quando propomos a ‘arquitectura da grande escala’ não nos referimos apenas à (grande) escala do projecto arquitectónico, de uma ‘arquitectura de grande escala’, comumente designada por megaestrutura (no sentido do ‘arranha-céus’) mas à arquitectura do território que engloba, naturalmente, as megaestruturas ou megaformas (no sentido do ‘arranha-chãos’), constituídas pelas formas agregadas e articuladas também designadas por ‘steams’, ‘clusters’ e ‘texturas’ (arquitectónico-territoriais). A nossa tese é que a grande escala pode ser interpretada com eficácia pela arquitectura, sendo uma das perspectivas privilegiadas para observar a construção do território, representando o sentido tipológico (e, portanto, o social e o uso potencial) das transformações a considerar às diversas escalas da intervenção urbanística.

Mas nesta fase, procuramos estabelecer apenas o ‘problema’ e identificar alguns ‘materiais’ de referência que inreresam aos objectivos da investigação e tema geral acima descritos

Estando a investigação ‘em aberto’, pretende-se prosseguir com a mesma, por desenvolvendo os aspectos que manifestam potencial metodológico, testando-os no âmbito de um universo de referência com maior representatividade.

Assim, o presente trabalho constitui-se fundamentalmente como um ‘relatório de progresso’ do projecto de investigação em curso, tal como inicialmente programado.

[Em futuro exercício de *articulações* será desenvolvida uma revisita a diversos estudos urbanísticos, observando as principais motivações e termos de conformidade com as realidades a que respeitavam e, sobretudo, as formas de articulação com outros programas, projectos de arquitectura e PMOT’s, com os quais se relacionam.

Sendo defendido que a cidade constrói-se entre programas, planos e projectos, e ainda pelo exercício da gestão de acções e procedimentos variados, verificamos que todos estes factores alteram-se com o tempo, e em função dos objectivos, oportunidades e dinâmicas a que correspondem.

As conjunturas económicas e sociais, assim como os actores envolvidos, são, entre outros, factores variáveis que importam ao enquadramento dos programas e dos termos de validação e de gestão dos planos e projectos.

Interessa-nos, sobretudo, reconhecer um conjunto de influências internas ao exercício das diversas escalas, as suas condições de pertinência, e as suas formas de *articulação* (no âmbito do mesmo projecto ou no âmbito da conjugação/concertação entre programas e projectos), com base num universo referido suficientemente representativo de contextos diferenciados (físicos, sociais, produtivos).

A forma do projecto urbano, entendida como a colecção dos seus conteúdos técnicos e documentais, torna-se fundamental para o entendimento das intencionalidades, intensidades e convicções dos exercícios disciplinares na cidade e território.

As *articulações* respeitam não apenas à referida ‘visitação’ retrospectiva e simultaneamente prospectiva, mas torna-se relevante como dispositivo-chave metodológica, procurando perceber ‘de como os programas e propostas reconhecem os contextos (físicos e temáticos) que desejam interpretar e modificar’, ou seja, ‘de como os programas e os esquemas projectivos representam o potencial de modificação latente no território’, a reconhecer como uma das suas características intrínsecas.

É nossa convicção que uma observação mais profunda das relações entre os factos urbanos permite aceder com maior nitidez a possíveis mecanismos de natureza metodológica, para enquadramento, com maior precisão, das análises e das propostas de actuação, dispensando uma absoluta previsibilidade dos resultados dessa mesma actuação.

Trata-se de agir sobretudo sobre as relações existentes, mais do que sobre os factos em si, e proceder a (inter)acções que possam ser conduzidas (ajustadas) ao longo do tempo.

O desenho do tempo, o desenho do faseamento, o desenho de soluções completas em cada momento, mas abertas a alterações, são aspectos que potenciam os níveis de flexibilidade das soluções projectivas.

Neste sentido, as *articulações* a reconhecer são pretendidas como contributos para o debate acerca das metodologias de análise, acerca das condições de objectivação das análises face a diversas tipologias do exercício disciplinar do urbanismo e da arquitectura.

É interessante e útil verificar as condições de conformidade das linguagens estabelecidas pelas diversas escalas presentes em todos os exemplos seleccionados (a linguagem do projecto urbano), e identificar os pressupostos de concreção ou expressão definitiva, a partir das proto linguagens dos arquétipos de partida (passíveis de identificação aos diversos níveis de complexidade das relações estabelecidas).

Como universo de referência são utilizadas diversas das noções desenvolvidas anteriormente, em especial os termos relacionais envolvidos com as noções de expressão, complexidade, estrutura e textura (*clusters, mat-building mat-urbanism*).

### caso de estudo

A Asprela constitui-se como um sector urbano problemático, de grande fertilidade disciplinar no âmbito da arquitectura e do urbanismo, pela concentração de equipamentos direccionais e pelas manifestas dinâmicas de urbanização e de edificação.

Localizando-se no limite da cidade consolidada, é delimitada por barreiras / impasses determinados pelos ‘cortes’ da macroestrutura viária e pelos recintos condominiais (com extensas frentes urbanas) de diversos equipamentos hospitalares e de ensino. Este sector é assim marcado pela forte polarização / acumulação de factos urbanos muito

expressivos (grandes contentores monofuncionais), onde se afirma o confronto entre as várias escalas da cidade alargada.

A operação urbanística está por completar e prosseguem diversos processos de edificação que qugravam e desagravam os problemas existentes.

O processo da Asprela constitui um verdadeiro laboratório urbanístico, pela diversidade das questões e por se encontrar num ‘estado interessante’ de retorno a uma certa fragmentação das decisões e não-concertação dos programas e projectos estruturantes em curso (qualificação da Estrada da Circunvalação, reestruturação e ampliação do Hospital de S. João /HSJ, reestruturação do Instituto Português de Oncologia / IPO, qualificação da ribeira da Asprela), não sendo aparentemente colocados a debate diversos outros programas, igualmente estruturantes, preconizados pelos estudos urbanísticos realizados na década de 2000.

Surpreendentemente, na Asprela manifestam-se, em simultâneo, diversos tempos das decisões e realizações, um tempo longo de estudos urbanísticos que produzem alguns efeitos fulminantes em determinados momentos, desactualizando-se de seguida, e os tempos curtos de algumas acções que, não cumprindo os estudos urbanísticos, condicionam actuações futuras.

Mais do que uma descrição estática desta realidade, interessa-nos as suas dinâmicas, a reconhecer nos factos urbanos mais representativos, de como os mesmos condicionam os termos de estruturação urbanística de todo o sector, termos estes que deverão ser igualmente dinâmicos).

Dada a complexidade dos factos a investigar, pela sua natureza heterotópica e os seus tempos dilatados e contraídos, num campo homogéneo e heterogéneo segundo as escalas de abordagem, é nossa opção, neste primeiro enquadramento, atender com proficiência a algumas noções instauradoras de um possível universo de referência, anotando os tópicos de uma possível ‘chave de leitura’ do universo referido descrito na generalidade. É esta a razão da ordem de disposição das matérias, surgindo primeiro os materiais do ‘universo de referência’ seguidos por uma breve apresentação do ‘universo referido’.

### Método

A investigação que sustenta a narrativa desta dissertação evoluiu no contexto dos seguintes procedimentos:

- Uma exegese de algumas fontes bibliográficas respeitantes a diversos campos disciplinares, da urbanística e arquitectura, geografia e economia urbana, antropologia e sociologia, filosofia e semiologia, história das artes, das políticas e ideias contemporâneas, com importância para as temáticas envolvidas na cognição da cidade, da arquitectura e do projecto urbano, cruzando a informação considerada pertinente para o progresso dos trabalhos. Foram elaboradas fichas de leitura e constituída uma base de dados bibliográfica articulada com uma base iconográfica que integra as colecções da cartografia e dos suportes áudio-visuais entretanto produzidos;
- Aproximação a um caso de estudo de grande fertilidade quanto ao processo de formação urbana (por intervenções casuísticas em ‘fundo’ planeado, e à revelia dos planos específicos e planos da cidade), características dos seus factos arquitectónicos (dimensões e singularidade), e perspectivas de evolução futura (completamento e saturação da urbanização, desenvolvimento e articulação das estruturas programáticas urbana e das diversas funcionalidades). A abordagem ao caso de estudo verifica duas vertentes fundamentais – a investigação orientada pelos objectivos disciplinares descritos, e o exercício projectual às várias escalas de (i) assessoria à gestão urbanística e programação urbanística, (ii) projecto urbano, (iii) projectos de espaços públicos e obras de urbanização, (iv) projectos de arquitectura. Esta dupla condição permitiu já perspectivar algumas das condições de *articulação* entre as várias escalas de representação da arquitectura e do urbanismo, exercício que se pretende ensaiar em universos mais diversificados da cidade genérica;
- Realização de um conjunto de entrevistas e conversas com alguns dos actores envolvidos nos processos de gestão, programação, edificação e urbanização da área-caso de estudo, obtendo testemunhos, opiniões e informação diversificada relevante para a investigação. Alguns dos testemunhos obtidos não foram deliberadamente incluídos neste trabalho de explanação do actual estado da investigação, por versarem temáticas apropriadas a outro âmbito de abordagem, reservando-se assim para futura oportunidade. Após a realização das referidas conversas, as mesmas prosseguiram por correio electrónico, para esclarecimentos pontuais ou disponibilização de documentos;
- Consulta de fontes primárias reunidas em fundos arquivísticos, constituída por correspondência trocada entre entidades oficiais, planos, projectos e outros

documentos, parte dos quais referidos ao longo da dissertação ou constantes das relações em Anexo. Foram obtidos elementos de trabalho nas seguintes fontes:

- Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto (processos de obras de construção e de obras de urbanização na Asprela).
- Arquivo Histórico Municipal do Porto (processos anteriores aos anos 1960, ortofotomapas e cartografia histórica)
- Arquivo Central da Reitoria da UP e Arquivo Digital da UP (projectos das unidades funcionais localizadas na Asprela e documentos correlacionados).
- Assessoria de Planeamento da UP (planos e projectos para a Asprela).
- FAUP - Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (Plano de Oldemiro Carneiro, Projectos de Arménio Losa e de Viana de Lima).
- CEFA.UP – Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (Projecto da FMD.UP e Projecto vda cantina/residência de estudantes da FEP).
- DGT/SNIT – Direcção-Geral do Território/Sistema Nacional de Informação Territorial – Arquivo Histórico (Planos de Arménio Losa e Luiz Cunha).
- IGOE [<https://www.igeoe.pt/index.php?id=1>] (ortofotomapas e fotografias aéreas).
- FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Mapoteca (cartografia temática diversa).
- Arquivo Pedro Ramalho (Concurso e Projecto da FEUP, Cantina e Residência de Estudantes).
- Arquivo Mercês Vieira / Camilo Cortesão (Projecto do BIC e Plano do Pólo II da UC).
- Arquivo Adalberto Dias (Concurso FEUP e Projecto da Estação do Metro do Porto).
- Arquivo João Adão da Fonseca (Projectos da ESB.UC).
- Arquivo José Bernardo Távora (Projecto FPCE.UP).
- Arquivo Serôdio & Furtado (Projecto do Edifício I3S)



- Arquivo Rui Mealha (Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Processo da Assessoria de Gestão da Área do Pólo da Asprela, Projecto de Inserção Urbana da Plataforma do Metro do Porto, Projecto de Urbanização da Asprela - V1A, V1B, V1C, V4C, V10/20, Projecto do Centro de Inovação, Projecto do Edifício Central da UPTEC, Projecto do Parque Urbano e Projecto de Valorização da Ribeira da Asprela/tramo do IPO).

Relacionadas com algumas das temáticas agora abordadas apenas na generalidade, seria interessante estabelecer toda uma série de enquadramentos adicionais, certamente pertinentes, mas que reservamos para outra ocasião, porque constituem matérias de grande particularidade que nos desviariam dos propósitos agora delineados, já por si muito disseminados por alguns dos vários contributos parciais estabelecidos.

#### estado de situação

O estado actual do debate disciplinar acerca da cidade contemporânea, centra-se na discussão da difusão e explosão da forma urbana, tendo sido observados os contributos dos autores referidos no corpo da dissertação. Verificamos no entanto que a dimensão morfológica está frequentemente secundarizada na discussão de aspectos inerentes à coesão e recomposição de territórios a escalas alargadas. Verificamos ainda que as propostas de habilitação / (re)activação da linguagem arquitectónica no âmbito de determinados programas de actuação urbanística resultam sobretudo como concreções objectuais na cidade ou numa ideia de ‘cidade de objectos’

Um ‘olhar arquitectónico’ sobre o tema da metropolização poderá focar alguns aspectos morfo-tipológicos do ‘projecto urbano’, no entendimento da sua vertente como instrumento de um ‘urbanismo tipológico’.

Face aos objectivos da dissertação e aos conteúdos do projecto de investigação, o estado do debate disciplinar acima referido só nos interessa, desde já, na estrita medida da objectivação dos trabalhos (de investigação) destinados à definição e discussão de um quadro pertinente de referência.

Entendemos que o debate disciplinar acerca da cidade contemporânea integra necessariamente a reflexão e experimentação de novas metodologias de análise e de

actuação. Nestes termos, e na perspectiva deste projecto, poderá evoluir com base no universo de referência a constituir com as anotações agora registadas.

Não obstante a circunstância apontada, consideramos o ‘estado de situação’ tal como disposto ao longo do trabalho, a partir dos posicionamentos críticos de Bernardo Secchi (*Le condizioni sono cambiate*), da leitura crítica de Colin Rowe e Fred Koetter (*Collage City*), de Asher (*Novos Princípios de Urbanismo*), Portas (“De una ciudad a outra: perspectivas periféricas”), Huet (“L’architecture contre la ville”), Gandelsonas (“La ciudad como objecto de la arquitectura”) e Manuel Solà-Morales (“La urbanitat de l’arquitectura”), entre outros autores e obras referidas no corpo da tese como ‘instauradoras’ das reflexões propostas.

### estrutura do trabalho

Para além da presente apresentação [INTRODUÇÃO], esta dissertação é composta por um bloco de temas do universo de referência adoptado [ENQUADRAMENTO DE REFERÊNCIA], constituído por aproximações pontuais (reflexões) a um conjunto de temáticas presentes ao exercício disciplinar da actuação urbanística, como *apostila* a essas mesmas temáticas, cujo esclarecimento conceptual é assim considerado como implícito no que respeita aos seus termos instauradores fundamentais.

Como referências instauradoras das reflexões estabelecidas, são retomadas algumas noções aparentemente estabilizadas desde longa data, como as de ‘plano’, ‘processo’, ‘flexibilidade’, ‘projecto urbano’, entre outras, que agora readquirem novos entendimentos encadeados por reflexão crítica dos seus mecanismos conjecturais.

Estas temáticas constituem-se igualmente como chaves de uma grelha (de leitura) estabelecida com base nas tipologias e níveis de complexidade das relações examinadas, com alguns contributos reunidos em [UNIVERSO DE REFERÊNCIA – NOTAS PARA UMA GRELHA DE LEITURA].

Trata-se de um capítulo caracterizado pela incursão em conceitos provenientes de saberes externos à arquitectura, particularmente das ciências territoriais e da filosofia, onde procuramos as raízes culturais e alguns entendimentos críticos de fenómenos da realidade contemporânea e que, conseqüentemente, se constituam como materiais teóricos de novos instrumentos metodológicos para actuar sobre essa mesma realidade.

As interpretações das formas de articulação estabelecidas são preferencialmente formuladas como metodologias operativas a avaliar de acordo com os novos desafios de

(re)urbanização e de (re)qualificação dos territórios onde se expressam (as referidas formas de articulação), ou apenas como aspectos conceptuais a recuperar ou adquirir pela actuação urbanística exercida a várias escalas e linguagens, do programa urbano ao projecto arquitectónico. Neste sentido são reunidos alguns tópicos (de um possível roteiro, ainda por impulsionar no progresso desta mesma linha de investigação) acerca de ‘metodologias de análise e estratégias de intervenção’ Estes tópicos encadeados constituem-se, de algum modo, como apêndice das reflexões anteriormente estabelecidas acerca das mesmas temáticas, procurando alguns sinais prospectivos de natureza metodológica.

Como universo referido são observadas algumas das circunstâncias e momentos do processo de formação urbana da Asprela [O PROCESSO DA ASPRELA], território marcado por planos e projectos directa ou indirectamente articulados, sendo também abordados na generalidade alguns outros projectos seleccionados como de referência.

Não obstante a investigação efectuada sobre o caso de estudo – Processo da Asprela – ter sido aprofundada quanto aos múltiplos aspectos relacionados com a programação, realização e gestão dos eventos arquitectónicos e urbanísticos, interpretando os vínculos correspondentes, foi opção deste trabalho a discussão sumária dos seus aspectos mais significativos, e que poderão importar a uma abordagem prospectiva da situação actual.

A [NOTA DE SÍNTESE] ensaiada procura estabelecer um breviário de percurso, aberto ao progresso desta e de outras investigações atinentes às temáticas abordadas e propósitos das pesquisas a que respeitam, tendo a consciência da imensidão de materiais e referências ainda por tratar e debater. Trata-se simplesmente de um apontamento de recapitulação transitória de algumas ‘lições’ das *articulações* estabelecidas como contributos para o ‘novo projecto urbano’, particularizando alguns aspectos relativos ao processo da Asprela.

Nas [REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS] foi nossa opção reunir os títulos das obras directamente referidas ou citadas nesta dissertação, não obstante terem sido consultados diversos outros títulos que consideramos igualmente instauradores de algumas das temáticas abordadas (nos termos agora dispostos) e que poderão naturalmente informar futuros eventuais desenvolvimentos ou informar novas abordagens correlacionadas.

Os títulos foram dispostos por autor e por data, não diferenciando monografias, ensaios, teses, catálogos e outros espécimes, para que se mantenas reunidas as referências de cada autor. Sempre que conhecidos são indicados o título da edição original.

Em ANEXO (TOMO B) optou-se por juntar uma selecção de referências acerca do caso de estudo, contribuindo assim para a sua melhor compreensão. Este anexo, em formato digital, é constituído pelos seguintes conjuntos de elementos:

[CONVERSAS ACERCA DA ASPRELA] contendo as sínteses das transcrições de algumas das conversas/entrevistas realizadas com diversos protagonistas do ‘Processo da Asprela’ - projectistas, programadores e gestores - trocando opiniões acerca das suas actividades e outros assuntos gerais relacionados com aquele sector urbano. Das conversas entretanto efectuadas, foram seleccionadas as seguintes:

- Conversa com o Arquitecto João Adão da Fonseca (2014.06.25);
- Conversa com o Arquitecto José Quintão (2014.07.01);
- Conversa com o Engenheiro Luís Moreira (2014.07.07);
- Conversa com o Arquitecto Nuno Tasso de Sousa (2014.07.12);
- Conversa com o Arquitecto Pedro Ramalho (2014.07.29);
- Conversa com os Arquitectos Mercês Vieira e Camilo Cortesão (2014.07.30).
- Conversa com o Engenheiro Pedro Silva (2014.08.04).

[CRONOLOGIA INSTAURADORA] dos principais acontecimentos urbanísticos relacionados com a Asprela.

[DOCUMENTOS] onde se reúnem as referências a uma série de fontes primárias consultadas em arquivos.

[EXCURSOS] constituídos por alguns apontamentos acerca dos planos e projecto urbano (soluções das fases consideradas como cruciais, pelas suas estruturas conceptivas esclarecedoras das correspondentes motivações disciplinares) para a área da Asprela, de Arménio Losa, Oldemiro Carneiro, Luiz Cunha e Rui Mealha.

As citações identificadas de textos originais em língua que não a portuguesa, são traduções livres efectuadas pelo autor desta dissertação. São ainda citados livremente, alguns extractos não identificados de textos apresentados em conferências, seminários e artigos realizados pelo autor.

A presente dissertação está escrita de acordo com a antiga ortografia.



## **II.**

### **PARA UM ENQUADRAMENTO DE REFERÊNCIA**

## II.1.

### À PROCURA DA CIDADE

Os territórios de assentamento dos aglomerados urbanos suportam e experimentam processos de urbanização, de conformação, de crescimento, expansão e difusão da sua forma, de modificação e de densificação, determinados por condições muito diversificadas, menos ou mais abruptas ou explosivas, com expressão a diversas escalas<sup>28</sup>.

Para Melvin Webber, a sequência de intervenções em determinado território pode revelar “mudanças dinâmicas nos padrões espaciais da localização das actividades. Mas não deixa de ser uma visão das distribuições estáticas em diversos instantes temporais”<sup>29</sup>. Admitindo a imprecisão e as limitações dos conceitos de ‘utilização do solo’ e de ‘densidade’, Webber afirma a necessidade de “um modo de ver a cidade como sistema dinâmico em acção, sistema no qual as pessoas interagem umas com as outras através do espaço em cada instante do tempo”<sup>30</sup>.

As razões e os tempos das mudanças, a sedimentação ou volubilidade dos seus efeitos espaciais, as leituras dos processos (quase) sempre ‘inacabados’ porque em curso entre acções e reacções a diversos níveis significantes, são alguns dos aspectos que naturalmente desfocam o entendimento da realidade e das dinâmicas (frequentemente de difícil previsibilidade) que operam na cidade.

---

<sup>28</sup> Territórios genericamente referidos no sentido do seu reconhecimento e representação por escalas diversificadas, como espaços abrangidos em si mesmos, (delimitados, indeterminados, contraídos ou dilatados) enquanto “sectores de solo fisicamente urbanizado” onde se desenvolvem padrões de interacção espacial específicos que são a “expressão de comportamentos económicos e sociais” igualmente específicos, como refere Melvin Webber, *cf.* WEBBER, Melvin M., 1974 (1964), “El lugar urbano y el dominio urbano ilocal”, in WEBBER, Melvin M. (ed.), [et al.], 1974 (1964), *Indagaciones sobre la estructura urbana*, Barcelona, Gustavo Gili, pp.73-140, p. 85.

<sup>29</sup> WEBBER, Melvin M., 1974, *op. cit.*, p. 85.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 85.

Considerando que as políticas urbanas, os programas e as práticas de actuação no espaço urbanizado constituem entendimentos operativos acerca da cidade e da urbanização, os mesmos surgem no entanto frequentemente afectados por inúmeros factores de interferência e, como tal, muitas vezes ainda alinhados com conceitos desactualizados e procedimentos (metodológicos, técnicos e operativos) manifestamente superados pela natureza dos fenómenos urbanos actuais. Estes fenómenos que poderão já não se manifestarem pelas territorialidades e escalas anteriormente reconhecíveis, pois a ‘territorialidade’ não é mais, necessariamente, uma propriedade dos sistemas de relações emergentes na urbanização actual.

Neste sentido, Melvin Webber sublinha que insistir na ideia de que a territorialidade é uma característica dos sistemas sociais, constitui um erro grave, e “tem-nos levado a procurar soluções locais para problemas cujas causas não são de origem local (...). Temos estado tentados a aplicar instrumentos de construção urbana para corrigir desordens sociais, e depois ficamos surpreendidos ao ver que não funcionam”<sup>31</sup>.

A actualidade da leitura topológica de Melvin Webber, retomada por Marc Augé em *Non-Lieux*<sup>32</sup> e por François Ascher em *Metapolis*<sup>33</sup>, entre outros autores, permite uma maior nitidez na leitura de muitos dos processos de mudança (modificação) dos territórios metropolitanos, onde prevalecem ainda, genericamente, evidentes défices de desenho urbano, onde as redes urbanísticas encontram-se muitas vezes incompletas, e onde a arquitectura do edificado e do espaço colectivo não contribuem grandemente para padrões aceitáveis de qualificação dos espaços urbanizados, porque fragmentados, na ausência de sistemas que assegurem a sua identidade como lugares e a respectiva coesão territorial. Muitos destes espaços encontram-se entretanto densificados e degradados, com manifestas necessidades de reabilitação.

Algumas das formas urbanas emergentes, e muitas das formas de expansão das periferias da cidade tradicional agora integradas na forma da cidade alargada, não apresentam qualificação arquitectural relevante, e aguardam por acções de regeneração,

---

<sup>31</sup> WEBBER, Melvin M., 2004 (1968), “La era postciudad”, in RAMOS, Ángel Martín (ed.), 2004, *Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos*, Barcelona, UPC, pp. 13-23, p. 14.

<sup>32</sup> AUGÉ, Marc, 2005 (1992), *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Lisboa, 90º.

<sup>33</sup> ASCHER, François, 1998 (1995), *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta.



nomeadamente por hierarquização, conexão, e qualificação dos seus espaços públicos estruturantes<sup>34</sup>.

O reconhecimento das características dos factos urbanos e das inter-relações essenciais estabelecidas entre si e com a envolvente urbana e territorial (ou a falta dessas mesmas inter-relações), revela-se determinante para o entendimento do território urbanizado como lugar privilegiado do debate e reflexão disciplinar da arquitectura e do urbanismo, nomeadamente para avaliação das condições de relevância das estratégias de intervenção, correspondentes programas e soluções técnicas adoptadas<sup>35</sup>.

A cidade, não sendo apenas constituída pelas áreas urbanizadas actualmente existentes, alargou-se nas últimas décadas por propagação de funções urbanas e colonização do território, perdendo limites, adquirindo novas formas mais ou menos precisas e inteligíveis, constituindo-se hoje como o próprio território.

De facto, sendo a realidade dinâmica e em permanente transformação, parece-nos evidente que ‘perceber a cidade’ não dispensa a identificação do seu próprio potencial de modificação e, portanto, o exercício do projecto de intervenção no seu espaço e estrutura. Ou seja, o exercício e prática disciplinar do projecto urbano, nas suas várias vertentes e competências, ‘fertiliza’ o processo de conhecimento da realidade complexa e profundamente concatenada.

Assim, o exercício disciplinar da Arquitectura e do Urbanismo depara-se com múltiplas perplexidades enfatizadas pela acelerada mutação das suas condições conceptuais, técnicas e operativas, em que parte significativa tem evidência por sintomas de natureza linguística, nomeadamente por debilidade dos recursos semânticos disponíveis em

---

<sup>34</sup> Trata-se de espaços habitados, por vezes com densidades consideráveis, mas cujo processo de formação é marcado por baixo nível de qualificação das infraestruturas de suporte, constituindo-se como ‘ilhas’ segregadas num território urbanizado heterogéneo. Importa perceber estes espaços, sobretudo no que respeita ao seu próprio potencial de modificação. A Asprela, caso de estudo do presente processo de investigação, constitui uma *centralidade periférica*, um somatório de factos arquitectónicos heterogénios, com forte carga funcional, e com uma rede de suporte incompleta e deficientemente articulada, entre outros aspectos peculiares adiante desenvolvidos.

<sup>35</sup> Trata-se da identificação das relações fundamentais entre os espaços e estruturas urbanas produzidas, face a diversos factores das conjunturas física, politico-ideológica, económica e social, subjacentes à respectiva formação, considerando a cidade no sentido global de todos os seus elementos e estruturas, das suas diversas partes constitutivas, e aos vários níveis de leitura propostos por diversos autores como Bernard Huet, Bernardo Secchi, Francesco Indovina, François Asher, Giuseppe Campos Venuti, Ignasi de Solà-Morales i Rubió, Jean Castex, Manuel Fernandes de Sá, Manuel de Solà-Morales i Rubió, Mario Gandelsonas, Nuno Portas, Philippe Panerai, Robert Fishman, Rosario Pavia, entre vários outros.

léxico comprometido<sup>36</sup> sem capacidade em interpretar as correlações complexas da cidade contemporânea. Na verdade, os novos fenómenos urbanos não encontram enquadramentos disciplinares eficazes, por necessitarem de novos termos de referência, de recursos instrumentais adequados à interpretação da realidade em permanente mutação, de novas metodologias operativas de abordagem.

Stephano Boeri considera, a propósito, que “ainda utilizamos designações vagas e genéricas, para nomear problemas espaciais [complexos]; termos que ‘deslizam’ nas coisas, incapazes de capturar o real significado dos novos lugares que nos rodeiam”<sup>37</sup>.

Na realidade, não se trata apenas do desfasamento significativo de parte da terminologia disciplinar mas, sobretudo, da necessidade em referenciar transdisciplinarmente os novos fenómenos e correlações emergentes na cidade, situação ainda dificultada pela deterioração de diversas noções, por banalização de sentido ou por metonímia.

A manifesta necessidade de uma profunda inovação metodológica dos procedimentos inerentes ao exercício disciplinar da urbanística contemporânea é ainda marcada pela complexidade da concertação transdisciplinar (acrescentada à ‘complexidade’ da própria realidade).

Acrescenta Boeri que “hoje em dia, muitos lugares na cidade contemporânea são apenas decifráveis se considerarmos a sequência de paisagens urbanas ao longo das quais elas são implantadas, colocadas em sucessão no mesmo ‘comprimento de onda’ - Televisão, automóvel, subúrbios, parque de estacionamento, centro comercial, parque de estacionamento, subúrbios, automóvel, televisão”<sup>38</sup>.

A leitura dos factos urbanos e das suas relações mútuas é assim eminentemente dinâmica, e o comportamento (vivência) do observador é determinante para a capacitação das condições de interactividade que verdadeiramente habilitam e constituem o próprio entendimento da cidade.

---

<sup>36</sup> Com as lógicas dos antigos modelos de organização, planificação e actuação na cidade, das políticas urbanas incrementalistas, e exercício da urbanística previsional. Os novos paradigmas da realidade referida exigem uma adequação semântica do universo de referência.

<sup>37</sup> BOERI, Stephano, 1998/1999 (1997), “Eclectic Atlases: Four Possible Ways of Seeing the City”, in *Daidalos (Berlin architectural journal)*, n. 69/70, Dec. 1998/Jan. 1999, Berlin, Bertelsmann, pp. 102-113, p.102, tradução do excerto original, “we still use generic, vague words, to name spatial issues; words that ‘slip’ on to the things, unable to catch the real meaning of the new places which stand around us”.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p.112, do texto original, “Nowadays, many places in the contemporary city are only decipherable if one considers the sequences of urban landscapes along which they are deployed, placed in successions on the same ‘wavelength’ - Television, automobile, suburbs, parking lot, shopping centre, parking lot, suburbs, automobile, television”.

Alteraram-se os modos de ‘habitar’ a cidade, da sua vivência quotidiana, são evidentes as mutações de formas, estruturas e infra-estruturas, só aparentemente desorganizadas por corresponderem a novas lógicas de organização espacial, funcional, económica e social, lógicas que importa interpretar, representar e clarificar.

Assim, encontramos territórios entrecortados por factos e artefactos urbanos muito diversificados, volúveis ou resistentes (em termos significantes, formais, estruturais, funcionais, etc.), e pelos correspondentes interstícios de relações ou falta de relações entre as suas partes constitutivas, como fragmentos de expansões urbanas anteriormente consumadas, para além das anteriores rupturas funcionalistas da forma urbana, das antigas periferias, hoje densificadas, dos espaços das macroestruturas de comunicação, dos diversos polígonos de polarização funcional, como parques tecnológicos, de serviços, de logística e de lazer, *malls* comerciais, *campi* escolares, de saúde ou de justiça, entre outras formas ou programas segregados, incluindo domínios complexos de *standards* variados, e áreas naturalizadas ou disfuncionais marcadas pela obsolescência de utilizações passadas.

Geram-se novos mapas, novas cartografias e geografias das actividades económicas e de acomodação social, urbanística, arquitectónica e ambiental, mapas ecléticos que, de acordo com Stefano Boeri, poderão “ajudar-nos a reconhecer as mudanças físicas na sua acção contemporânea (...), os novos mapas olham para a superfície do espaço para encontrar vestígios e indícios de formas de habitar que são muitas vezes invisíveis, mutáveis e provisórios”<sup>39</sup>.

Necessitamos de perceber o comportamento destes sistemas peculiares, com frequentes conformações pouco regulares, em geral descontínuos e segmentados, onde se mantêm alguns dos factores característicos das anteriores periferias, onde alguns dos factores de debilidade e de desqualificação urbanística não são propriamente atributos dos factos edificados em si, mas antes dos espaços urbanizados incompletos e desarticulados, onde se estabelecem mecanismos de relações complexas com a emergência de novas actividades e novos modos de vida e de ‘habitar’ (vivenciar) a cidade.

---

<sup>39</sup> BOERI, Stephano, 1998/1999, op. cit., p. 112, do texto original “help us to recognize the physical change in its contemporary action (...).Therefore the new maps look to the surface of space to find traces and indications of ways of inhabiting which are often invisible, mutable, and provisional”.

São frequentemente mutantes e pouco nítidas algumas das suas próprias lógicas económicas e sociais que permitam esquematizar modos de actuar e de gerir apropriados, ultrapassando as indeterminações sentidas pela arquitectura e urbanística em reconhecer e representar os valores mais relevantes para o entendimento e (re) estruturação dos espaços urbanizados.

A visitação e reconhecimento impressionante destes espaços comumente ambíguos, com vínculos de uma nova ordem urbana, de uma geografia distendida, permite verificar o seu carácter repetidamente obscuro, porque já modificados e simultaneamente ainda dotados de carga significativa morfogenética e natural, sendo assim espaços de vulnerabilidade, frequentemente predispostos a acções e programas de adequação duvidosa, por concreções desconexas, incompletas, ou marcadas por aparentes desajustes e equívocos tipológicos.

É precisamente a condição de instabilidade resultante da natureza ambígua de determinadas formas, espaços e factos urbanísticos e arquitectónicos (sobretudo das suas relações com os contextos onde se localizam) que desfoca facilmente a leitura do potencial real de modificação destas “territorialidades”<sup>40</sup>, dos seus factores tidos como invariantes, factores de identidade (unidade e diversidade), de permanência, e de articulação entre momentos ou tempos distintos, ou dos factores pertinentes de coesão urbana e territorial (caso tal forma de *coesão* constitua, ela própria, objectivo estratégico relevante). Segundo Giuseppe Dematteis, “pensar o território como suporte das dinâmicas de socialização equivale a dizer que a territorialidade é, na sua essência, um fenómeno social”, o que pressupõe inúmeras formas de territorialidade a diversas escalas explícitas no espaço e no tempo, isoladas ou conformando redes de apreciável complexidade, realçando ainda o mesmo autor que “como *sistemas territoriais locais*, as cidades expressam formas de territorialidade distintas segundo as relações que os seus próprios sujeitos têm com o território que, visto como um *meio [milieu]*, é um conjunto de condições-vínculos-recursos potenciais ligados à natureza dos lugares e ao seu “*património*”, quer dizer, às propriedades estavelmente adquiridas por estes ao longo do tempo histórico”<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> DEMATTEIS, Giuseppe, 1999, “En la encrucijada de la territorialidad urbana”, in RAMOS, Ángel Martín, 2004, *Lo Urbano en 20 autores contemporáneos*, Barcelona, UPC, pp. 171-176.

<sup>41</sup> DEMATTEIS, Giuseppe, 1999, op. cit., p. 173. (grifos do texto original).

Neste sentido, a ‘territorialidade’ resulta como uma ideia de todo um conjunto de relações complexas, dos processos de conformação – formação e evolução – dessas mesmas relações em sistemas espaciais, sociais, funcionais e produtivos. Uma das dificuldades de natureza metodológica consiste precisamente no reconhecimento e representação, pelo projecto, das especificidades inerentes às realidades que pretende modificar, de como as abordagens morfo-tipológicas interpretam prospectivamente as relações específicas das “matrizes territoriais”<sup>42</sup>, das suas estruturas sociais e produtivas.

Jordi Borja e outros autores descrevem a cidade como ‘agente social’<sup>43</sup> complexo e multidimensional. A cidade exprime-se como agente social, estabelecendo vínculos entre a administração pública (local, regional, nacional), os agentes económicos (públicos e privados), organizações cívicas, culturais e profissionais, meios de comunicação social, e pelas relações estabelecidas entre as instituições políticas e a sociedade civil.

Na verdade, os entendimentos da cidade (das cidades, dos seus factos, espaços e estruturas, vivências, actividades empresariais e culturais, etc.) avolumam-se com a diversificação dos seus eventos, mutações das suas formas, emergência de novas funcionalidades e significados, alteração dos modos de vida e dos meios de produção (na cidade e da cidade), e das novas expectativas de vida e de *bem-estar* dos seus usuários, avolumando-se, em simultâneo, as dificuldades de enquadramento disciplinar da actuação urbanística e arquitectónica, o que frequentemente acentua o estado de perplexidade dos exercícios correspondentes.

Em certa medida, e sendo um aparente paradoxo, verificamos que quanto mais importantes e expressivos são os factos urbanos contemporâneos, mais difícil parece tornar-se a descrição da cidade que, segundo Emanuele Sgroi, “já não pode ser representada como uma *entidade social por direito próprio* e não é mais o único lugar da urbanização, bem como a cidade ocidental não é o fim da história da urbanização”<sup>44</sup>.

Não só é manifesta a existência de ‘diversas’ cidades dentro da cidade e no espaço

---

<sup>42</sup> Cf. DEMATTEIS, Giuseppe, 1999, op. cit., p. 174.

<sup>43</sup> Cf. BORJA, Jordi, CASTELLS, Manuel (eds.), BELIL, Mireia, BENNER, Chris (col.), 1997, *Local y global, la gestión de las ciudades en la era de la información*, Madrid, Taurus.

<sup>44</sup> SGROI, Emanuele, 1997, *Mal di città, la promessa urbana e la realtà metropolitana*, Milano, FrancoAngeli, p. 11. Trad. livre do autor a partir do texto original “La città non può più essere rappresentata come entità sociale a sé stante e non è più il solo luogo dell’urbanesimo, così come la città occidentale non è il punto conclusivo della storia dell’urbanizzazione” (grifo nosso).

urbanizado, como as realidades poderão ser múltiplas e instáveis, de acordo com toda a variedade de factores e correspondentes dinâmicas conjunturais, num quadro sempre flexionável de relações e comportamentos em constante mutação, mas que são também marcados por aspectos invariantes a determinar, e que conferem alguma resiliência e padronização estrutural. Em suma, como sintetiza Antonietta Mazzette, “no interior da mesma experiência de cidade, são criados *mundos urbanos* independentes uns dos outros (...), reconhecíveis em virtude da formação de interações específicas entre o corpo individual, o corpo social e o corpo da cidade”<sup>45</sup>. Mas essas interações não são estáticas, alteram-se constantemente em função de factores locais e globais, em função da volubilidade de determinadas políticas macroeconómicas ou mesmo da presciência dos efeitos das mesmas, no fundo, da sua efectiva previsibilidade (dos níveis de ponderabilidade que orientam os exercícios da decisão, gestão e actuação sobre a realidade).

A globalização determina uma significativa reestruturação económica e social, imprimindo uma nova natureza dual da economia e do mercado de trabalho urbano.

Como descreve Emanuele Sgroi, “Por um lado temos a cidade ‘quaternária’, com actividades produtivas sofisticadas e complexas de alto valor acrescentado, com a verticalização do sector de serviços, com a ampla presença de *elites* cosmopolitas (*gestores*, financeiros, cientistas investigadores, empreendedores e profissionais dos meios de comunicação [*media*], etc.), por outro lado temos a cidade ‘marginal’ onde persistem relações de produção pré-capitalistas (serviços artesanais, pequena construção, terciário inferior e comércio informal, segmentos de agricultura localista), e na qual prosperam novas actividades económicas de tipo intersticial ou informal resultantes da complexidade e *dificuldade* de funcionamento do sistema urbano”<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> MAZZETTE, Antonietta, 1998 (coord.), “Mutamenti di forma nei sentimenti del bello e del brutto urbano”, in MAZZETTE, Antonietta, 1998 (ed.), *La città che cambia. Dinamiche del mutamento urbano*, Milano, Franco Angeli, (pp. 115-144), p. 123, (grifo nosso). Trad. livre do autor a partir do texto original “all’interno della medesima esperienza di città, si sono creati mondi urbani indipendenti gli uni dagli altri (...) riconoscibili in virtù della formazione di specifiche interazioni tra il corpo individuale, il corpo sociale e il corpo della città”.

<sup>46</sup> SGROI, Emanuele, 1997, op. cit., p. 94, (grifos do texto original). Trad. livre do autor a partir do texto original “Da una parte abbiamo la città ‘quaternaria’, densa di attività produttive sofisticate e complesse ad alto valore aggiunto, con la verticalizzazione del terziario, con la presenza estesa di *élites* cosmopolite (*managers*, esperti di finanza, ricercatori scientifici, imprenditori e professionisti dei *media*, ecc.); dall’altra, abbiamo la città ‘marginale’, in cui persistono rapporti di produzione

A urbanização de territórios alargados e complexos, assim como determinadas modificações com contornos e consequências manifestamente imprevisíveis, são factores que obrigam as disciplinas que estudam a cidade a ultrapassar alguns exercícios de retóricas triviais.

De certa maneira, persiste ainda uma *ideia de cidade* que na realidade já não existe, como observa Antonietta Mazzette, notando que “continua-se a pensar a cidade em termos mensuráveis e ordenáveis no tempo e no espaço, com funções sociais preestabelecidas e inscritas inequivocamente a determinados espaços”<sup>47</sup>, com matriz histórica ou modernista, quando já todas as reflexões propostas nos últimos anos discordam desta perspectiva. De facto, os frequentes equívocos de interpretação decorrem da ambiguidade de diversos significantes de referência, bem como da condição heterotópica de determinados conotados morfotipológicos e modelos reconhecíveis na cidade histórica, tradicional, moderna e pós-moderna, que não encontram condições de conformidade significativa com as realidades da cidade contemporânea.

Assim, quando falamos de cidade, pensamos muitas vezes num conjunto de factores, usos e imagens, mais ou menos desfasadas da realidade, pensamos em fragmentos, respeitantes às várias partes ou sectores, em estruturas ou factos singulares existentes. Mas muitas vezes, como assinalam Guatri e Torrani, “temos ainda na mente a cidade histórica, com os seus limites bem definidos, o centro com o conjunto das suas funções [equipamentos direccionais, teatros, museus, etc.], a câmara municipal, a catedral”<sup>48</sup>.

Mas, a ideia de cidade já não compreende apenas as malhas orgânica e tradicional das centralidades históricas e antigas, bem definidas, de fácil reconhecimento e descrição

---

precapitalistici (artigianato di servizio, piccola edilizia, basso terziario e commercio ambulante abusivo, spezzoni di agricoltura localistica) e in cui crescono nuove attività economiche di tipo interstiziale o informale, provocate dalla complessità e dalla *difficoltà* di funzionamento del sistema urbano”.

<sup>47</sup> MAZZETTE, Antonietta, 2003 (ed.), *La città che cambia. Dinamiche del mutamento urbano*, Milano, Franco Angeli, p. 19, trad. do autor a partir do texto original, “si continua a pensare alla città in termini misurabili e ordinabili nel tempo e nello spazio, con funzioni sociali prestabilite e riconducibili inequivocabilmente a spazi determinati”.

<sup>48</sup> GUATRI, Luigi, TORRANI, Pier Giuseppe, “Presentazione”, 1993, in BOERI, Stefano, LANZANI, Arturo, MARINI, Edoardo, 1993, *Il territorio che cambia, ambienti, paesaggi e immagini della regione milanese*, Milano, Ed. Abitare Segesta, AIM Associazione Interessi Metropolitan, p. 9, trad. livre do autor a partir do texto original “abbiamo ancora nella mente, e negli occhi, la città storica, com il confine bem delineato (...), il centro con la somma delle sue funzioni, il palazzo comunale, la cattedrale”.

pelos seus eminentes valores significantes, nem sequer as formas difusas de algumas das antigas periferias.

Ainda segundo Guatri e Torrani, “estas imagens [ainda muito arreigadas] são agora simbólicas porque na realidade vivemos num ambiente completamente transformado, numa situação urbana caracterizada por uma significativa e profunda mescla de experiências, tradições, funções, numa incrível trama de relações entre as várias partes do território”<sup>49</sup>. E muitas das noções que habitualmente utilizamos para descrever a cidade estão agora desadequadas. De resto, o exercício disciplinar do projecto urbano revela frequentes dificuldades em representar alguns dos aspectos relevantes a reconhecer no espaço da cidade, como a expressão das relações dos usuários da cidade com os lugares que vivenciam, onde habitam e trabalham, ou a expressão dinâmica dos seus hábitos e práticas de mobilidade, entre outros factores que importam certamente à validação de programas de actuação urbanística e ao enquadramento de regimes adequados de participação das populações nas transformações a empreender na cidade.

Jordi Borja e Manuel Castells (2002) sublinham que “as cidades estão a assumir um papel cada vez mais importante na vida política, económica, social, cultural e mediática<sup>50</sup>” acrescentando que “podemos descrever a cidade como agentes sociais complexos e multidimensionais”<sup>51</sup>.

No entanto, este postulado, para que tenha um carácter operativo, necessita da aproximação a referentes espaciais, funcionais, morfo-tipológicos e simbólicos. A crise financeira e social dos últimos anos acentuou a desterritorialização de determinados factos urbanos e modos de vida, bem como o surgimento de novos modos de produção da cidade e do trabalho na cidade, mas estes fenómenos de desterritorialização consistem, aparentemente, na constituição de novas espécies de ‘territorializações’, na resignificação de espaços e artefactos da urbanização. Nestes termos, na experiência real, a cidade não tem ‘um tempo’ nem ‘um espaço’ fixos, mas expande-se no *espaço* e

---

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 9. Trad. livre do autor a partir do texto original “Queste sono ormai immagini simboliche perché in realtà viviamo in un ambiente del tutto trasformato, in una situazione urbana caratterizzata da un significativo e profondo mescolamento di esperienze, tradizioni, funzioni, in un incredibile intreccio di rapporti tra le varie parti del territorio”.

<sup>50</sup> BORJA, Jordi, CASTELLS, Manuel, (con la collaborazione di Mireia Belil e Chris Benner), 2002, *La città globale*, Novara, De Agostini, p. 95. Trad. do trecho “le città stanno assumendo un ruolo sempre più importante nella vita politica, economica, sociale, culturale e mediatica. Potremmo descrivere le città come agenti sociali complessi e multidimensionali”.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 95. Trad. do trecho “potremmo descrivere le città come agenti sociali complessi e multidimensionali”.



no *tempo*, fragmentando-se e reagrupando-se de acordo com os usos praticados e escalas das relações estabelecidas<sup>52</sup>.

Na sociedade industrial, a cidade identificava-se pela clara divisão cidade/campo, centro/periferia e pela disposição territorial das funções urbanas direccionais, produtivas, comerciais e habitacionais; e a estrutura social estabelecia relações inteligíveis com a estruturação do trabalho e paradigmas urbanísticos existentes.

A cidade pós-moderna apresenta uma ‘articulação’ do território mutável, flexível, polimórfica. Os princípios de organização do solo urbano tornam-se o consumo, a mobilidade, a comunicação<sup>53</sup>, trilogia desenvolvida por Mazzette e Sgroi em *La metropoli consumata*.

“A cidade torna-se o lugar de *excelência* da oferta de consumo: a organização do território urbano, a regulação da mobilidade, e os novos projectos arquitectónicos (...) estão cada vez mais influenciados pelas funções de consumo urbano. A cidade, como sistema de lugares, de formas, de eventos, torna-se o próprio *objecto* de consumo”<sup>54</sup>

A cidade actual apresenta algumas características como a mutação da sua forma, o facto de tudo consumir e dissipar (território, bens, cultura, pessoas, etc.), o facto das intervenções fragmentárias assumirem a forma de eventos espontâneos e transitórios, e o facto dos fluxos de comunicação prevalecerem frequentemente a outras funções urbanas como habitar e trabalhar.

Neste sentido, Mazzette sintetiza a cidade contemporânea com uma entidade onde “a ausência de formas, a condição de mutabilidade, e a dificuldade de planificar, substituíram a ordem fundada nas correspondências espaço-tempo-função-função social”<sup>55</sup>.

<sup>52</sup> Veja-se, a propósito, os temas apontados em MAZZETTE, Antonietta, 2003 (ed.), “Alcuni temi di dibattito sulla città”, in MAZZETTE, Antonietta, 2003 (ed.), *La città che cambia. Dinamiche del mutamento urbano*, Milano, Franco Angeli, pp. 16-29.

<sup>53</sup> Cf. MAZZETTE, Antonietta, SGROI, Emanuele, 2007, *La metropoli consumata, antropologie, architetture, politiche, cittadinanze*, Milano, FrancoAngeli, p. 55 et. seq.

<sup>54</sup> MAZZETTE, Antonietta, SGROI, Emanuele, 2007, op. cit., p. 68, (grifos do texto original). “La città diventa il luogo di *eccellenza* dell’offerta di consumo: l’organizzazione del territorio urbano, la regolazione della mobilità, i nuovi progetti architettonici (...) sono sempre più influenzati dalle funzioni del consumo urbano. La città, come sistema di luoghi, di forme, di eventi, diventa essa stessa *oggetto* di consumo”

<sup>55</sup> MAZZETTE, Antonietta, 2003 (coord.), *La città che cambia. Dinamiche del mutamento urbano*, Milano, Franco Angeli, p. 20. Tradução livre do autor a partir do texto original “l’assenza di forme, la mutevolezza l’impossibilità di pianificare hanno sostituito l’ordine fondato sulla corrispondenza spazio-tempo-funzione-ruolo sociale”.

Em certa medida, poderemos considerar que a nova ‘identidade’ da cidade actual funda-se na diversidade e desarticulação dos seus factos constitutivos, em substituição de alguns dos signos definidos na cidade moderna e industrial, resultando como uma realidade compósita, frequentemente imprevisível e dificilmente decifrável<sup>56</sup>.

Mas são muitos e diversificados os entendimentos de cidade física como ‘cidade da mobilidade’, ‘cidade da água’ e ‘cidade sustentável’, entre outras denominações aplicadas como sínteses de ‘um todo’ urbanizado.

É também comum e compreensível, a designação de certas partes da cidade (ou do todo, tomado pela parte) pelo termo da sua função predominante, como ‘cidade da justiça’, ‘cidade da saúde’, ‘cidade da ciência’, ‘cidade universitária’, ‘cidade tecnológica’ ou ‘cidade criativa’, ‘cidade do trabalho’, ‘cidade portuária’, comercial ou empresarial, etc, denotando determinada forma de polarização, de segregação funcional, ou de especialização económica e produtiva, ou definidas na correspondência a visões estratégicas por reconhecimento de vocações ou aproveitamento de potencialidades.

Mesmo para uma leitura muito localizada de alguns sectores da cidade, observando determinados factos urbanos em presença e as suas ‘influências’/relações de proximidade, e no caso em que tais relações se mantêm aparentemente inalteradas desde longa data, no que respeita às correspondentes configurações físicas e ‘aspecto’<sup>57</sup>, circunstância devida, entre outros factores, a dinâmicas insipientes frequentemente conjugadas com a compacidade do espaço (saturação do espaço por acumulação dos objectos dispostos no mesmo), tais lugares já não são propriamente os mesmos que resultaram do seu processo de formação. A alteração da expressão dos signos invariantes é um dos efeitos do (decorso do) tempo cronológico.

<sup>56</sup> Para uma definição semântica do termo ‘cidade’, no seu percurso da polis à metrópole, da cidade industrial à urbanização pós-industrial, nas diversas classificações e significados conferidos por algumas disciplinas que a estudam (com relevo para as ciências sociais e do comportamento), veja-se, nomeadamente, as abordagens da realidade urbana em Sassen, Borja, Castells, Mazzette, Guidicini e Sgroi:

SASSEN, Saskia, 2004 (1994), *Le città nell’economia globale*, Bologna, Il Mulino;

BORJA, Jordi, 2003, *La Ciudad Conquistada*, Madrid, Alianza;

BORJA, Jordi, CASTELLS, Manuel, 2002 (-), *La città globale. Sviluppo e contraddizioni delle metropoli nel terzo millennio*, Novara, De Agostini;

MAZZETTE, Antonietta, 1997, “Come cambia la metropoli: alcune categorie analitiche”, in GUIDICINI, Paolo, SGROI, Emanuele (ed.), 1997, *Valori, territorio, ambiente*, Milano, Franco Angeli;

MAZZETTE, Antonietta, SGROI, Emanuele, 2003, *La Metropoli Consumata, antropologie, architetture, politiche, cittadinanza*, Milano, FrancoAngeli.

<sup>57</sup> Conceito sucessivamente abordado face a alguns dos seus possíveis entendimentos disciplinares como operador de diversas correlações que nos interessam para a presente reflexão.

Na verdade, são alterados (com maior ou menor profundidade) os entendimentos das funcionalidades singulares, das suas ‘estruturas curriculares’, assim como as formas de entendimento do espaço urbano, agora noutro tempo de leitura, com outros actores e novos conceitos estabelecidos obviamente na perspectiva dos novos paradigmas de vida na cidade, que enfatizam as questões ambientais e de sustentabilidade, aspirações de qualidade de vida, de conforto, saúde e outras amenidades, por parte da comunidade, bem como a valorização da ‘infraestrutura’ de trabalho, e dos programas de ‘aceleração social’.

As formas e padrões da urbanização encerra sempre diferenças substanciais quanto ao potencial estratégico de modificação, dada a multiplicidade dos factores implicados, muitos dos quais apenas implícitos e sem evidências morfológicas, tipológicas ou funcionais, factores que revelam escalas de incidência muito diversificadas.

É por vezes difícil distinguir as propriedades de determinadas periferias resultantes da expansão difusa que se alarga no território metropolitano, de algumas das centralidades específicas emergentes ou geradas por densificação e/ou especialização funcional.

Necessitamos então de (re)conhecer a cidade existente, as suas áreas centrais e as diversas formas expandidas e difusas, as correlações mais e menos estáveis dos seus factos e artefactos, entender os comportamentos dos seus usuários em tempos distintos, com ritmos e ‘modos de vida’ diversificados, bem como as suas carências e aspirações.

Claro que importa dominar os principais aspectos dos processos de formação, estruturação e transformação da cidade e do território, de todas as suas experiências, compromissos, estilos e consequências da gestão e da actuação urbanística, entre outros aspectos igualmente relevantes, para focalizar os valores significantes e factores dissonantes postos em evidência nos momentos sincopados que interessam à objectivação de leituras e objectivação dos termos das análises e das propostas projectuais.

Na verdade, a leitura crítica do espaço urbano coloca inevitavelmente diversas hipóteses interpretativas, procurando regras comportamentais próprias aos fenómenos observados, como os resultados das transformações entretanto operadas, a afirmação de eventuais padrões de regularidade ou de singularidade, dos novos fundamentos, ritmos e ordens dispositivas passíveis de identificação.

Não se trata de debater cada um dos fenómenos detectados, mas antes “delinear uma nova imagem interpretativa do território (...) e tentar capturar, dentro da transformação, alguns sinais ou episódios passíveis de uma reflexão projectual”<sup>58</sup>.

Mas o exercício projectual pressupõe a articulação de interesses disciplinares diversificados, por enquadramento dos seus diversos conteúdos (e procedimentos) temáticos, técnicos e operativos, com expressão a múltiplas escalas (de decisão, representação e actuação) e tempos, onde muitas das correlações possivelmente pertinentes não revelam condições de compreensão com nitidez satisfatória, tratando-se de processos dinâmicos e susceptíveis a uma multiplicidade de factores, parte dos quais com comportamentos variáveis e frequentemente indeterminados.

É nossa opinião que algumas hipóteses interpretativas de determinadas formas territoriais urbanizadas existentes ou emergentes, procurando padrões de uma ‘regularidade evolutiva’ ou os princípios de uma ‘nova ordem urbana’, só adquirem alguma consistência disciplinar em determinadas circunstâncias, como espaços já comprometidos por factores estruturantes (presença de factores atractores de dinâmicas, permitindo a previsibilidade destas; presença de factores difusores que evidenciem princípios de evolução, estruturação e consolidação; presença de ‘materiais pesados’ que determinem a estruturação das áreas onde se inserem (que resultam assim como ‘areas envolventes’); ou existência de um ‘estado de situação’ marcado por níveis de estruturação urbanística já relativamente avançados e consolidados.

A interacção entre problemas do território e problemas económicos e sociais constitui um dos principais domínios da actuação urbanística actual, entre ‘gestão’, ‘urbanização’ e ‘reurbanização’, onde se incluem os restantes *re’s*, como ‘renovação’, ‘reabilitação’, ‘regeneração’ e ‘restauro’.

Mas convém estabelecer alguns aspectos que elucidem a questão central – o que é a cidade? – no sentido do argumentário disciplinar de absoluta relevância porque relativamente imune à sucessiva alteração dos paradigmas da urbanística (a recente não-previsibilidade da programação urbanística; a possível ‘fusão’ entre urbanismo e

---

<sup>58</sup> GUATRI, Luigi, TORRANI, Pier Giuseppe, “Presentazione”, 1993, op. cit, p. 9. Tradução do autor a partir do texto original “delineare una nuova imagine interpretativa dei territorio [milanesi] e cerca di cogliere, all’interno delle trasformazioni, alcuni segni o episodi sottoponibili ad un ripensamento progettuale”.

arquitectura (ou a arquitectura com ‘consciência urbanística’ explícita); a procura de novas metodologias operativas como o planeamento estratégico reenquadrado; o novo entendimento do ‘processo’, como gestão de recursos; as novas formas do projecto representado por esquemas e diagramas activos; os novos paradigmas da sustentabilidade, estruturação ambiental, isotropia e outros – propondo que a cidade é o seu projecto, o projecto que a própria cidade reconhece, de modificação dos seus espaços, estruturas e infra-estruturas, e gestão desse mesmo projecto – projecto que se alicerça precisamente numa ideia de (‘da’) cidade, estabelecendo uma perspectiva de futuro.

Neste mesmo sentido, o projecto urbano será avaliado, nomeadamente quanto às condições de pertinência do seu programa de intervenção, pelo modo de como (o projecto) reconhece e representa os contextos que pretende modificar, demonstrando assim as relações de conformidade temáticas, metodológicas, de escala(s), entre outras de natureza operativa. A sintaxe da descrição da realidade intervencionada pelo projecto sustenta a narrativa do mesmo no que respeita aos operadores metodológicos e soluções preconizadas.

Quando se observa a cidade alargada sobressai a imagem aparentemente ‘caótica’ do conjunto dos fragmentos urbanizados, com várias escalas, imagens, densidades, e sentidos morfo-tipológicos (das suas peças singulares e conjuntas), articulados pelos elementos da estrutura viária, os quais, por vezes, não configuram sistemas coerentes devidamente desenvolvidos e hierarquizados.

Os grandes equipamentos, as polarizações unifuncionais e as centralidades destacam-se nesta trama de relações como nódulos de atracção a enquadrar por diversas perspectivas que desejamos questionar, nomeadamente acerca do significado dos centros do terciário, e acerca da polarização territorial de determinadas funções (actividades económicas, polígonos de serviços, etc.), como novas formas de urbanização com forte autonomia espacial e estrutural.

Na aproximação bidimensional ao território, pela observação das bases cartográficas e fotografias aéreas actualizadas, constatamos que, com frequência, as configurações da urbanização extensiva afastaram-se dos modelos conhecidos (de matriz orgânica, tradicional ou funcionalista), sobretudo pela deficiente caracterização e desarticulação

do sistema dos espaços colectivos e pela fragmentação das formas urbanas conjugadas, preexistentes e emergentes.

A desfocagem de signos de identidade, com leitura e representação a escalas de proximidade, prejudica o esclarecimento projectual de eventuais programas de coesão urbana e territorial, caso tais programas sejam oportunos, podendo as estratégias urbanas sobressair enquanto factos distópicos face à cidade existente, mesmo quando ponderados no contexto das respectivas escalas de pertinência para enquadramento dos sistemas a que correspondem.

Contudo, ao prescindir das suas próprias limitações, a cartografia convencional não é, por si, instrumento suficiente para registo da natureza e ‘intensidades’ das mutações que ocorrem nos territórios da urbanização.

Torna-se necessário recorrer a novas metodologias de análise, percorrer o território nas suas extensões de mobilidade(s) e sociabilidade, e sentir os efeitos impressos nos espaços e ‘juntas’ territoriais (percebendo as suas características), nas áreas edificadas descontinuadas ou sitiadas, com diversas imagens, sentidos morfo-tipológicos, densidades e programas, espaços abertos comprimidos pelas escalas dos diversos artefactos territoriais, acontecimentos diversos, incrustações tipológicas, artefactos e outros factos diversos, com maior ou menor expressão.

O social é agora, como sempre, o centro das atenções da urbanística, nas suas urgências históricas de estruturação das cidades, sobretudo na conformação dos programas de alojamento e do trabalho na cidade, nas preocupações funcionais relativas aos equipamentos públicos e, mais recentemente, no que respeita a preocupações ambientais e de qualidade de vida, sempre com interpretações polissémicas e, por vezes, muito divergentes, sobretudo quanto a condições de actuação face aos processos de mutação da forma urbana<sup>59</sup>.

Perante as perplexidades e indecisões que marcam actualmente o exercício e prática disciplinar, é a própria arquitectura que assume a qualificação do seu contexto urbano, quer pela envergadura e representatividade do programa, quer pelos seus termos

---

<sup>59</sup> Veja-se as contribuições de BORDIN, Alain, 2005, *La Métropole des Individus*, La Tour d’Aigues, Éd. de l’Aube, ou de SGROI Emanuele, 1997, *Mal di città. La promessa urbana e la realtà metropolitana*, Milano, FrancoAngeli, ou ainda de PAVIA, Rosario, 2005, *Le paure dell’urbanistica*. Roma, Meltemi Editore.

conceptivos, por auto-referenciação ou por imposição de padrões morfológicos e imagéticos.

Pelas razões apontadas, interessa-nos perceber alguns aspectos das interacções entre cidade e arquitectura pela leitura de um conjunto de aspectos urbanos ou territoriais que influenciaram as soluções arquitectónicas, como os correspondentes contextos físicos e programáticos, formas de inserção e de articulação, entre outras relações (com a designação genérica de) ‘entre planos e projectos’, porque programadas a partir de instrumentos de ordenamento do território, mas onde as arquitecturas surgem como os principais protagonistas do ‘fazer cidade’. Neste último sentido, propomo-nos examinar alguns aspectos da leitura da cidade a partir da(s) sua(s) arquitectura(s), ou inerentes ao reconhecimento de padrões de uma arquitectura urbana.

Como artefacto colectivo, o espaço urbanizado é o suporte e serventia das actividades quotidianas dos seus habitantes e usuários, das actividades alocadas na malha edificada que assume concreções muito diversificadas.

Poderão ser observados diversos níveis de conformidade entre planos, projectos urbanos e projectos de arquitectura, gestão e normativa urbanística, e ainda no que respeita às soluções arquitectónicas em si, aspectos como ‘reconhecimento do lugar’ pelo projecto arquitectónico, ‘capacidade de fazer cidade’, ‘arquitectura como cidade’, ‘cidade como arquitectura’, ou outros factores programáticos e conceptivos.

Na verdade, sentimos algumas inquietações no que respeita à opinião, profusamente divulgada, de que a urbanística e a arquitectura correspondem a campos disciplinares distintos e autónomos, de uma ‘arquitectura com os seus próprios conteúdos’, preferindo o entendimento de uma arquitectura indivisa nos seus pressupostos fundamentais, de uma proto arquitectura como disciplina de projectação urbanística.

Naquele primeiro entendimento, a arquitectura aparenta permanecer contida a relações internas aos objectos e espaços isolados (fragmentos), às respectivas condições de identidade e de permanência, e as questões urbanísticas, enquadradas por aproximações teóricas, apresentam resoluções no interior do campo da arquitectura. Será este o campo dominante da ‘implosão’ da cidade canónica.

No segundo sentido, a arquitectura torna-se diáfana face ao seu suporte, completando-o, onde a acção urbanística recorre à arquitectura como fonte de padrões formais e de metalinguagens operativas. Poderá então ser reconhecida com maior clareza, uma linguagem da modificação física do território.

Mas estamos convictos que, entre diversas outras combinações vibratórias, a arquitectura da actuação urbanística (como prática disciplinar do projecto urbano) estabelece conexões qualitativas e interactivas com o território que influencia, acentuando o carácter dos novos e antigos espaços relacionais e concebendo lógicas inovadoras para as operações urbanísticas relativas aos sistemas dos espaços colectivos e, em espessura, às funcionalidades edificadas. Pela sugestão de concreções tipológicas e formais, demonstrativas das suas condições de pertinência (tipológica e formal), poderão assim ser esclarecidas, se for caso disso, toda uma série de opções não implícitas nos simples esquemas bidimensionais, quanto à natureza das implantações parcelares (assentamento no terreno), recortes volumétricos, sistemas construtivos, padrões dos materiais e das linguagens singulares e conjuntas das aproximações urbanísticas.

A actuação urbanística determinou aspectos essenciais da forma da cidade, tal como a arquitectura singular e conjunta, com importância direccional, de grande escala, ou com determinadas funções específicas muito exigentes quanto a infra-estruturas de serventia, como por exemplo os grandes equipamentos colectivos, *malls*, ‘parques’ empresariais ou de logística.

Tratando-se fundamentalmente das relações entre os factos e artefactos urbanos (entre si e com o suporte físico), estabelecidas a várias escalas, quer a arquitectura quer a urbanística estão hoje na encruzilhada entre os seus campos análogos com diversas outras áreas disciplinares das ciências exactas e humanas.

Desde logo será interessante inquirir acerca da contribuição da arquitectura para a contínua reconstrução, regeneração e reurbanização da cidade, bem como acerca da resinificação da própria arquitectura no decurso dos correspondentes processos, e face a determinadas medidas de política e estilos da gestão urbanística.

O confronto com a cidade produz efeitos na própria arquitectura, que acautela a organização do seu programa e correspondente resolução tipológica, condições de serventia e acessos, formas de articulação urbana ou territorial, entre outros factores, apurando técnicas de trabalho e de representação face aos novos entendimentos da cidade e do urbano.



O abandono da relação cidade-arquitectura, sempre em processamento por sucessivas alterações, entendimentos e factos arquitectónicos acrescentados à urbanização, poderá conduzir a arquitectura a um posicionamento simplesmente estético e retórico, situação inteligível em circunstâncias de ausência de referências consistentes ou perante escalas específicas de colonização ou dominação impostas pelo programa, escala e atitude da arquitectura, mas eventualmente inconsistente perante estratégias formuladas quer como sistemas espaciais e funcionais coesos, quer como afirmação de singularidades programadas (e ainda assim conformadas por outro tipo de sistemas, topológicos ou simbólicos).

A actuação em ambientes marcados pela intensa fragmentação morfológica, ou em determinadas formas da cidade genérica e difusa, por exemplo, permite de algum modo a opção por soluções de estruturação urbanística tendencialmente agregadoras ou por soluções igualmente genéricas ou difusas, admitindo que a qualificação urbana manifesta-se frequentemente como difusa, quer em contextos compactos da cidade canónica, quer em contextos de disrupção característicos da cidade difusa.

O compromisso da arquitectura com a cidade, nas suas múltiplas possibilidades, alarga o horizonte da actuação e gestão urbanística, permitindo maior nitidez dos contextos de envolvimento das áreas disciplinares que verificam maior empatia semântica ou operativa com os diversos níveis de desenvolvimento das linguagens do projecto arquitectónico ou urbanístico.

### *Nota acerca da dimensão urbana da arquitectura ou a ‘arquitECTURA com consciência urbana’*

Interessa-nos entender os compromissos da arquitectura com a cidade, a relação dos edifícios e conjuntos edificados entre si e com a cidade, e compreender as condições de desempenho morfo-tipológico no espaço urbanizado, verificando as condições de articulação dos seus programas, de como a arquitectura também ‘faz’ cidade, e como nela se inscreve.

São apontadas diversas experiências em que o território e a cidade são materiais dos projectos de arquitectura que, em determinados casos, são consequências mais ou menos objectivas de planos ou projectos urbanos, ou de programas de estruturação urbanística e de valorização ambiental de determinados sectores ou ‘faixas’ do território urbanizado.

Não obstante os seus programas, estilos e modelos a que correspondem, verificamos que a maioria dos objectos edificados são deliberadamente colocados nos seus contextos físicos em atitude do respectivo reconhecimento por simpatia ou por contraste, ou ainda em atitude de aparente apatia face à envolvente urbanizada. Esta última situação verifica ainda variantes a reconhecer como ‘auto desvanecimento’ sem diálogo aparente, ou como ‘auto referenciação’, ignorando a sua envolvente ou pretendendo constituir-se como factor estruturante do seu contexto de inserção, ‘dominando-o’. Em territórios comuns e banais, os factos qualificados serão porventura contrastantes, independentemente da sua escala e programa, mas também como resultado das mesmas. De acordo com esta noção, o edificado afirma-se como uma entidade singular de composição unificada e acabada em si própria, pretendida como isolada e abstracta, mas também como factor energizante e operativo de espaços, ambientes e imagens a reconhecer às escalas do urbano e do território. Edifícios distintos quanto a programas, modelos e padrões de linguagem poderão assim estabelecer relações similares com as suas envolventes urbanas, e vice-versa.

Estas relações evoluem no tempo, constroem a memória dos lugares, e tendem a inserir-se em sistemas espaciais coerentes, ou a agravar as rupturas morfológicas que interpretam. Os factos edificados que, desde a sua concepção, reconhecem os seus lugares de assentamento, inserem-se numa precisa e ininterrupta sequência espacial-

temporal que será sempre alterada pela posterior adição de elementos, estruturas e infraestruturas.

Os signos readquiridos da metrópole, e próprios das vivências inscritas na contemporaneidade, constituem um contributo fundamental em diversas arquitecturas actuais, incorporando frequentemente efeitos visuais da cultura de massas (do *mainstream* arquitectónico), como em Rem Koolhaas, Federico Soriano, onde porventura não se torna fundamental a demarcação de elementos e regras organizacionais de composição arquitectónica, abrindo os seus limites, e incluindo elementos visuais obtidos na própria cidade.

A partir da combinação ou da colagem de informação urbana relevante ou culturalmente assimilada, poderá assim ser recriado um ‘cenário’ análogo à vivência da cidade contemporânea.

Cumulativamente ou em oposição à noção acima apontada, focada em símbolos visuais, poderão ser concebidos espaços de relacionamento social ou de elevada interactividade (funcional, espacial, social, territorial), como em algumas intervenções de Van Eyck ou de Peter Eisenman, por exemplo.

São ainda de observar algumas atitudes experimentais por processos dinâmicos no âmbito das oportunidades sociais e materiais dos lugares (re)urbanizados. Trata-se, nomeadamente, da actuação no interior de sistemas com padrões sociais e económicos já incorporados. Não são meros processos de composição com recurso a materiais finitos, mas acções de ressignificação das áreas de influência das intervenções operadas nos espaços urbanizados.

As opções acima tipificadas podem ocorrer de forma isolada ou conjugada, adquirindo naturalmente outros efeitos e consequências, em função dos territórios onde se localizam e que povoam, em função dos seus programas, produzindo diversos efeitos de acumulação e de escala, entre outros aspectos.

No caso do “grande projecto urbano”<sup>60</sup>, arquitectura e cidade fundem-se pela complexidade e encadeamento dos seus espaços e valências, podendo apresentar grande diversidade de espaços de espécies distintas ou da mesma espécie.

---

<sup>60</sup> Designação atribuída a determinados projectos de grande escala ou expressão territorial. O ‘grande projecto urbano’ foi o dispositivo característico de actuações voluntárias em que a comunidade

São muito diversificadas as relações entre cidade e arquitectura, a reconhecer com autonomia significativa, na cidade e/ou nas suas arquitecturas, o que permite considerar uma grande latitude temática do projecto urbano.

Poder-se-á então, de algum modo, reconhecer uma dimensão arquitectónica dos estudos urbanísticos, e uma (determinada) consciência urbana da arquitectura (da projectação arquitectónica, do seu exercício e prática disciplinar), com interesse operativo enquanto linguagem do novo projecto urbano.

Para a leitura e reconhecimento da forma da cidade e do território, são determinantes os elementos da macroestrutura (macroestrutura viária, ferroviária, portuária e aeroportuária), os seus signos naturais (como os de natureza topográfica e hidrológica), as suas várias partes constitutivas correspondendo a malhas ou modelos urbanísticos bem definidos (como as centralidades, as malhas orgânicas e tradicionais, as macro polaridades e grandes polígonos de serviços, de logística, habitacionais e empresariais, entre outros signos de forte representação cívica e cultural (como gares, museus, teatros, hospitais, universidades), das formas dos limites, dos impasses, dos sistemas isotrópicos expressivos.

Como unidades de análise, têm ênfase, entre outros factores, os termos de identidade, unidade e de diversidade, agregação, coesão, fragmentação, singularidade, similitude das relações e interacções contingentes, das vivências e suas ocorrências plurais, dos eventos, da complexidade, ordem e desordem (outras ordens), dos limites, das formas, espaços, estruturas e texturas, entre muitos outros nexos e correlações passíveis de estabelecimento.

O tema da crise urbana (da compreensão do urbano) encontra-se no centro do debate actual da urbanística (e da arquitectura), discutindo-se mesmo a ‘morte da cidade’<sup>61</sup>.

---

procurou a sua representação através de sinais com importância simbólica, marcando determinados tempos e estratégias específicas para cidade homogénea. Veja-se a propósito as noções e exemplos dispostos por CASSIA, Cesare Macchi (coord.), 1991, *Il Grande Progetto Urbano, La forma della città e i desideri dei cittadini*, Roma, La Nuova Italia Scientifica.

<sup>61</sup> Veja-se os entendimentos de JACOBS, Jane, 2001 (1961), *The Death and Life of Great American Cities*, New York, Vintage, de SECCHI, Bernardo, 1984, *Il Racconto Urbanistico*, Torino, Einaudi, de CHOAY, Françoise, 1979, *L’urbanisme, utopies et réalités*, Paris, Ed. Le Seuil, ou ainda CHOAY Françoise, 1994 (1992), *Le règne de l’urbain et la mort de la ville*, catalogue de l’exposition “*La ville: art et architecture en Europe, 1870-1933*”, Paris, Centre Georges Pompidou, pp. 26-35.

De facto, o que está a morrer são os entendimentos antiquados da urbanística, enquanto a cidade renasce por novas formas.

As cidades não vão desaparecer. O que tem acontecido é que a cidade cuja imagem nos é familiar vai-se transfigurando, ou melhor, já se transformou ao ponto de ser quase irreconhecível pelas categorias das análises convencionais.

Assim, a ‘procura da cidade’, pressupõe o entendimento da sua realidade complexa de “racionalidades múltiplas eventualmente contraditórias; que forme um sistema aberto; que os seus equilíbrios são instáveis”<sup>62</sup>, é também a procura das condições de actuação sobre essa mesma realidade, de como ela reconhece e representa as modificações que produz ou experimenta.

A contradição conceptual entre cidade e arquitectura alimentou desde longa data a dicotomia cidade / arquitectura, situação agravada com o Movimento Moderno.

Rowe e Koetter procuram uma base de conciliação entre as duas correntes disciplinares, a do objecto arquitectónico e a da textura urbana, a estabelecer entre tradição e inovação, entre permanência e mudança, entre o objecto e o seu contexto. Em alguns autores o crescimento e a mudança constituíram precisamente os valores essenciais para a compreensão da cidade contemporânea.

Mangin e Panerai<sup>63</sup> defendem que a reconciliação entre a Cidade e a Arquitectura depende em primeiro lugar da nossa capacidade de imaginar um novo projecto para a Cidade, em que os instrumentos apropriados continuam por descobrir, não se tratando do regresso ao tipo de regulamentos que estão ainda em vigor e que garantem a perenidade de um modelo que devemos ultrapassar.

Aqueles autores consideram a necessidade em repensar os instrumentos de mediação entre a cidade e a arquitectura “que se apoiem nas convenções urbanas, fornecendo um contexto a partir do qual a Arquitectura possa produzir o seu efeito de diferença”, referindo ainda que este projecto urbano deverá também assentar na ideia de projecto permanente, em que o ponto de partida é sugerido, mais que desenhado, apostando-se na realização de longa duração.

---

<sup>62</sup> ASCHER, François, 1998 (1995), *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*, tradução de Álvaro Domingues, Oeiras, Celta, p. 141.

<sup>63</sup> Cf. MANGIN, David, PANERAI, Philipp, 1999, *Project Urbain*, Marseille, Parenthèses.

## **II.2.**

### **ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO PROJECTO URBANO**

### *o projecto urbano*

No sentido apontado da ‘actuação no espaço urbanizado existente’, como exercício de um conjunto de programas e projectos (e procedimentos de gestão) destinados à requalificação e ressignificação do território urbanizado, por afirmação de atitudes e metodologias baseadas no reconhecimento dos ‘materiais’ significantes e demais recursos da própria cidade, Manuel de Solà-Morales enfatizou (em 1986) o entendimento técnico-operativo do projecto urbanístico, como destinado a “dar forma a um processo físico arquitectónico e de engenharia que deve combinar terreno, construção e infra-estrutura”<sup>64</sup>.

Projecto urbanístico que, no sentido da “cidade como espaço habitável”<sup>65</sup> proposto por Huet, deverá ainda pressupor e explicitar uma ‘ideia de cidade’ que se construa nas formas urbanas a adoptar, mas que contenha, através destas, opções claras quanto ao modo de projectar e vivenciar o seu espaço público de suporte.

Huet refuta então os “esquemas estruturais”<sup>66</sup> como *conteúdo* relevante face aos novos desafios da planificação urbanística, afirmando que “diversamente dos esquemas estruturais [o projecto urbano] não é uma construção abstracta baseada essencialmente na determinação das infra-estruturas e sobre a subdivisão do solo em zonas de

---

<sup>64</sup> SOLÁ-MORALES, Manuel de, 1986, “Spazio, tempo e città”, in *Lotus International*, n.º 51, 1986, Milano, Electa, pp. 25-30, p. 25, tradução do excerto original “Il progetto urbanístico è un progetto per dar forma a un processo físico, architettonico e di ingegneria, che deve combinare terreno, costruzione e infrastruttura”.

<sup>65</sup> HUET, Bernard, 1984, “La città come spazio abitabile, Alternative alla Carta di Atene”, in *Lotus International*, n. 41, Milano, Electa, pp. 6-17. Consultado ainda a versão em língua portuguesa com tradução de Maria Barda, intitulado “A Cidade como Espaço Habitável (alternativas à carta de atenas)”, in *AU - Arquitetura e Urbanismo*, ano 2, n. 9, dez./jan. 1986/1987, São Paulo, Ed. PINI, pp. 82-87.

<sup>66</sup> Que entende como “planimetrias gerais” interpretativas do modelo de cidade proposto pela Carta de Atenas e ilustrado por Le Corbusier, criticando-o como abstracto, “homogéneo, isotrópico e fragmentável, desprovido de direcção; isento de qualquer valor simbólico e cultural [e] não centraliza nenhuma estratégia política ou económica [sendo] um espaço considerado em termos meramente quantitativos”, cf. HUET, Bernard, 1986/1987, op. cit.. pp. 82-83.

ocupação, sem nenhum cuidado com o espaço”<sup>67</sup>, concretizando que o projecto urbano consiste na individualização dos diversos componentes do tecido urbano, “o traçado, as hierarquias monumentais, a subdivisão e, enfim, as regras de organização espacial”<sup>68</sup>.

Também no mesmo sentido, Manuel de Solà-Morales considerou que “a construção da cidade – de uma parte da cidade – combina no decurso do tempo diversas operações no terreno e edificação, e a complexidade do seu resultado não é a mera repetição de tipologias ou justaposição de tecidos, mas expressa o processo concatenado no qual as formas e os ciclos construtivos se sucedem com ritmos próprios”<sup>69</sup>.

Mas verificamos hoje a necessidade de uma ‘nova’ contextualização física e temática da actuação urbanística, em função da profunda alteração dos problemas a resolver, das dinâmicas e expectativas dos diversos actores e, conseqüentemente, das novas contingências e condições do exercício e prática disciplinar da arquitectura e do urbanismo.

Os novos problemas da cidade contemporânea posicionam-se enquanto questões centrais das reflexões disciplinares, em contextos de manifesta imprevisibilidade e amortecimento das dinâmicas de crescimento e de expansão que ainda recentemente marcaram a evolução da cidade europeia.

A afirmação dos padrões de uma nova ‘cultura urbana’ faz-se acompanhar por novas políticas motivadas por preocupações face aos problemas sociais, de reestruturação urbanística (reurbanização) e de estruturação ambiental da cidade (por valorização dos elementos e estruturas naturais que ainda subsistem e que apresentam potencial de inserção em sistemas relevantes) entendidas como factores que importam à dignificação e qualificação dos seus espaços colectivos.

O reforço e reorientação de algumas das dinâmicas de modificação das estruturas urbanas existentes leva a considerar a oportunidade e importância fulcral da programação, enquadramento e *articulação* da actuação urbanística, condição

---

<sup>67</sup> HUET, Bernard, 1984, “A Cidade como Espaço Habitável (alternativas à carta de atenas)”, in *AU - Arquitectura e Urbanismo*, ano 2, n. 9, dez./jan. 1986/1987, São Paulo, Ed. PINI, pp. 82-87, p. 86.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 86.

<sup>69</sup> SOLÀ-MORALES, Manuel de, 1986, op. cit., p. 25, tradução do excerto original “La costruzione della città – di una parte di città – combina nel corso del tempo le diverse operazioni sul terreno e l’edificazione, e la complessità del suo risultato non è solo ripetizione di tipi o giustapposizione di tessuti, ma esprime il processo concatenato in cui le forme e i momenti costruttivi si succedono con ritmi propri”.



fundamental à validação do exercício disciplinar do urbanismo, da arquitectura e da gestão do território da cidade.

O novo projecto urbano deverá “recuperar a dialéctica da unidade e do fragmento, do contínuo e do descontínuo, do idêntico e do diverso que se encontra em todas as cidades existentes. Para que isto se realize é necessário inserir a fragmentação das operações arquitectónicas (e não a subdivisão), a multiplicidade das arquitecturas singulares, no quadro rígido das regras urbanas com o qual se conforma a imagem visível da cidade, de modo a restituir ao tecido urbano a flexibilidade da antiga subdivisão cadastral”<sup>70</sup>.

A objectivação estratégica da actuação nos espaços urbanizados, face aos problemas e recursos dos mesmos, habilitando os instrumentos de planeamento às várias escalas e níveis de resolução que importam ao enquadramento e abordagem de factores tão diversos como os referentes ao traçado ou ao desenho dos espaços públicos estruturantes, determina a consideração de relações inovadoras entre plano e projectos.

O projecto urbano emerge, neste sentido, do reconhecimento das novas incidências e abrangências disciplinares de que é investido.

A ideia de projecto urbano pretendeu e pretende ainda superar a dissociação entre o plano urbanístico, confinado ao campo da análise e resposta prevalentemente estratégica, e o projecto de arquitectura vocacionado à resposta particularizada de qualificação dos espaços colectivos e dos fragmentos arquitectónicos.

A planificação da cidade propõe-se, neste sentido, ao reconhecimento de níveis alargados de representação, onde plano e projecto encontram-se pelo rigoroso e progressivo desenho e redesenho dos seus espaços, motivo e consequência do renovado interesse pela morfologia urbana. O que ressalta, de resto, da pluralidade dos actuais contextos físicos e temáticos da actuação (e da gestão) nos territórios urbanizados existentes.

De facto, a (re)contextualização de algumas das preocupações presentes à discussão da cidade e à formulação das actuais políticas urbanas, contrapondo ao campo do “crescimento” os interesses estratégicos da transformação e ressignificação das suas estruturas, permite definir claramente a natureza formal dos objectivos últimos da

---

<sup>70</sup> HUET, Bernard, 1984, op. cit, *Lotus International*, n. 41, p. 13. Cf. HUET, Bernard, 1984, “A Cidade como Espaço Habitável (alternativas à carta de atenas)”, in *AU - Arquitectura e Urbanismo* n. 9, p. 86.

intervenção urbanística, “...ao ponto da qualidade formal poder ser determinante para se alcançar uma desejável transformação funcional”<sup>71</sup> como sublinha Campos Venuti.

Nestes termos, os instrumentos e materiais a adoptar para a intervenção urbanística no território, poderão e deverão não só veicular intencionalidades bem afirmadas, de claro sentido metodológico e processual, como criar as condições para o respectivo ‘transporte’ interactivo ao longo das sucessivas e diversamente escalonadas aproximações cometidas ao projecto urbano enquanto ‘plano’ e ‘projecto’<sup>72</sup>.

A legitimidade do plano passará pela capacidade de reflectir, a níveis aceitáveis, o reconhecimento analógico das suas medidas, quer consideradas no interior da sua própria estrutura, e ao nível das suas diversas escalas e estádios diacrónicos, quer no que resulta do diálogo com a realidade que pretende representar e transformar.

Desta forma ‘projecto urbano’ significa “...tomar como ponto de partida a geografia de uma dada cidade, as suas necessidades e sugestões e introduzir com a arquitectura os elementos de linguagem que dêem forma ao sítio (necessários à configuração do espaço).

Projecto urbano significa ter presente a complexidade da obra a empreender, mais do que a simplificação racional da estrutura urbana. Significa ainda, trabalhar de modo indutivo, generalizando o que é particular, estratégico, local, gerador...<sup>73</sup>.

A noção deste novo projecto urbano resultará nestes termos como transformação radical do entendimento da actuação urbanística exercida no contexto do espaço urbanizado, por várias escalas de representação do mesmo, do seu potencial de modificação. O enquadramento por várias escalas e linguagens revela-se como um dos principais factores de inovação do projecto.

---

<sup>71</sup> VENUTI, G. Campos, 1985, *Rinnovamento e continuità nella política urbanística Bolognese*, in *Transizione*, n.º 1/85, Bolonha, p. 11. Embora respeitante à situação italiana, esta asserção revela-se pertinente e passível de generalização por via das vontades políticas orientadas no sentido da valorização patrimonial e cultural dos referenciais urbanos do território e da cidade.

<sup>72</sup> O tema geral ‘(da construção) do projecto urbano’ percorre este conjunto de reflexões, por referências pontuais estabelecidas a diversos níveis, na correspondência a alguns dos factores que, nesta oportunidade, importam à sua consideração. As (ex-)periferias urbanas constituem, pela fertilidade e potencial de transformação que apresentam, o território preferencial das correlações a estabelecer.

<sup>73</sup> Manuel SOLÁ-MORALES, “Otra tradición moderna”, in *UR / Urbanisme*, revista, n.º5. 1987, pp. 21-27.

Enquanto instrumento estratégico destinado não só ao ordenamento, mas também à (pré)figuração das transformações e modificações a empreender na cidade, obriga a reflectir acerca das eventuais “condições de inovação” da disciplina urbanística por incorporação e apropriação de factores tendentes ao desenvolvimento e afirmação de padrões de “língua” plurais, e eficiências operativas próprias.

“Projectar o lugar é assim, o método principal do que designamos como *projectos urbanos*. Projectos, pelo que vemos, que não são os do *urban design* harvardiano dos anos 1960 (Sert, Soltan, Makki), nem os do *townscape* de Cullen, nem o estruturalismo dos Smithson, De Carlo, Bakkema, Tange e Team 10. Nem tão-pouco o *grand design* que procuravam Bacon em Philadelphia ou Hugh Wilson em Cumbernauld. Nem condizem com Krier, Gossling, Alexander ou Colin Rowe. Ainda que [o *projecto urbano*] contenha alguma coisa de todos eles, uma certa vontade operativa e pragmática, e uma ética mais profissional do que ideológica, e porque têm também uma grande desconfiança nos princípios e um grande apreço pelos fins. Como se não fosse simples confiar no talento quando o desenvolvimento das nossas cidades está em jogo...”<sup>74</sup>

A insistência na noção de projecto urbano permitirá, aparentemente, habilitar a disciplina urbanística das condições necessárias ao entendimento estratégico e operativo da intervenção na cidade, por programação e progressivo encaminhamento das acções de modificação da malha urbana existente.

Ainda segundo Bernard Huet, o projecto urbano baseia-se na articulação das várias ordens que constituem a malha urbana, como “o traçado, as hierarquias monumentais, a subdivisão do espaço e (...) as regras de organização espacial”<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> SOLÁ-MORALES, Manuel, 1987, “Otra tradición moderna”, in *UR / Urbanisme*, revista, nº5, pp. 21-27, p. 24.

<sup>75</sup> HUET, Bernard, 1984, “La città come spazio abitabile, Alternative alla Carte di Atene”, in *Lotus International*, n. 41, Milano, Electa, pp. 6-17, (ed. língua portuguesa com trad. de Maria Barda, 1987, “A Cidade como Espaço Habitável (alternativas à carta de atenas)”, in *AU - Arquitetura e Urbanismo* n. 9, dez./jan. 1986/1987, São Paulo, Ed. PINI, pp. 82-87, p. 86.

### *análise / projecto*

O projecto será, antes de mais, dotado de uma estrutura conceptual e técnico-operativa, onde a representação da realidade articule estrategicamente os objectivos de transformação pretendidos com as incidências temáticas e disciplinares, escalas de abordagem e procedimentos a desenvolver<sup>76</sup>.

A sua estrutura deverá assim reflectir, com rigor, os termos das necessárias análises, entendidas estas, naturalmente, face aos objectivos e métodos adoptados, pelo que o programa de intervenção e análises serão factores que se conformam mutuamente e que, para além de informarem as opções conceptuais - técnicas e formais - do projecto urbano, importam à sua própria ‘forma’, à definição da sua própria estrutura formal e processual.

Trata-se de saber ‘que plano’, ‘que projectos’, ‘quais os conteúdos, incidências e desenvolvimentos’ que deverão ser adoptados face aos problemas em presença e objectivos de transformação pretendidos, assim como decidir acerca das formas de articulação processual e institucional mais adequadas.

A análise da realidade que se pretende abarcar, sendo parcialmente responsável pela descrição e delimitação do território-alvo, deverá ela própria constituir-se como componente e opção do projecto urbano, e como tal objectivada em função do que verdadeiramente interessa à definição das estratégias e propósitos (programa) de transformação.

Tratar-se-á de estabelecer a relação, interna ao instrumento, entre os termos com que o plano reconhece e representa a ‘realidade’ que pretende abarcar, e os termos da ‘transformabilidade’ dessa mesma realidade: ou melhor, de como o projecto urbano

---

<sup>76</sup> Os aspectos metodológicos, fundamentais à construção do projecto urbano, e que importam naturalmente à sua discussão crítica, poderão ser assumidos, neste sentido, como um dos objectivos do exercício disciplinar da arquitectura e do urbanismo.

reconhece e comunica a importância da ‘natureza da cidade’ (da sua memória estrutural) na definição das estratégias de modificação urbana a que se propõe.

Sendo este um dos pressupostos fundamentais da emergência e ‘construção do projecto urbano’<sup>77</sup> (bem como da sua actual retoma conceptiva) cujos desígnios últimos se referem à forma do próprio espaço urbanizado e das suas partes constitutivas, concluímos pela inevitabilidade em propor e operar metodologias de análise, claramente atinentes à identificação das leis de permanência dos factos urbanos nas suas formas essenciais<sup>78</sup>.

Para Hillier, a forma física do espaço urbano poderá ser compreendida pela descrição das conjugações essenciais que supostamente terão presidido ao respectivo processo de formação – as ‘leis’ do objecto urbano – e por via da capacidade que reconhece ao objecto urbano de permitir autonomizar reconhecimentos parciais e específicos das suas características físicas e formais, referidas como entidades denotativas daquelas mesmas “leis”<sup>79</sup>.

Os posicionamentos metateóricos de Hillier, propondo o desenvolvimento de uma metodologia descritiva<sup>80</sup> como base de aproximação à morfologia urbana e parcelar, colidem com a aparente impossibilidade desta metodologia constituir-se em ‘disciplina formal’, sem que, para tal, abdique da dimensão social, económica, política e ideológica do objecto das análises<sup>81</sup>.

<sup>77</sup> A ‘construção do projecto urbano’ é entendida como a elaboração do mesmo, implicando o enquadramento estratégico dos necessários procedimentos de articulação, negociação e validação das suas “medidas” ou “forma” do próprio instrumento. Os atributos e meios de produção (da forma) do plano, constituem matérias a observar (na generalidade) mais adiante.

<sup>78</sup> Com a natural apreensão decorrente das actuais manifestas e persistentes dificuldades de enquadramento operativo da relação entre análise morfológica e projecto (em que o projecto ‘impõe’ frequentemente as suas próprias relações morfológicas). De facto, parte das actuais hesitações e perplexidades do exercício disciplinar resultam da ausência de um corpo teórico que reconheça e materialize, de forma inequívoca, os termos das relações a estabelecer entre a análise morfológica, programa e projecto.

<sup>79</sup> Leis estabelecidas, segundo Hillier, como internas ao objecto: leis formativas – relações entre o todo e as suas partes: leis do social ao objecto – configuração espacial conotada com atributos do social: leis do objecto ao social – configuração espacial indutora de efeitos e comportamentos no social. Acerca do assunto, ver ainda HILLIER, Bill, 1988, “La morfologia urbana e le leggi dell’oggetto”, in ZANELLA, Patricia (ed.), 1988, *Morfologia dello spazio urbano, questioni di analisi e di progetto*. Milano, Franco Angeli, pp. 29-64.

<sup>80</sup> Ver em HILLIER, Bill, 1988, “La méthode de la syntaxe spatiale”, in MERLIN, P. (ed.), 1988, *Morphologie urbaine et parcellaire*, Paris, P.U.V.

<sup>81</sup> Vejam-se as opiniões entre outras, de F. Choay acerca do simultâneo interesse e aparente inoperância de determinadas abordagens morfologistas, às diversas escalas do local ao urbano e territorial. Cf. CHOAY, Françoise, 1988, “Conclusion”, in MERLIN, Pierre (ed.), 1988, *Morphologie urbaine et parcellaire*, Paris, P.U.V.

Bernardo Secchi salienta que “o que chama a nossa atenção percorrendo a cidade e o território, ou observando representações adequadas, são, em primeiro lugar, *repetições de elementos tipificados*: elementos, através dos quais, é possível estabelecer-se um sistema de *semelhanças* e de diferenças. Tipo, semelhança e repetição são conceitos que estimamente relacionados: não é possível tipificar sem um reconhecimento prévio da semelhança, e não há reconhecimento desta sem que exista repetição. Mas são conceitos amplamente convencionais: vemos como semelhante o que estamos habituados a considerar como tal; só do que vemos semelhante retemos a repetição e viabilizamos uma representação tipificada”<sup>82</sup>.

Estes conceitos, sendo convencionais, dependem no entanto dos paradigmas disciplinares<sup>83</sup> em que são operados. O paradigma estabelece as regras do ‘jogo’, o significado, disposição e protocolos das relações hierárquicas entre as ‘peças’, tal como no ‘jogo’ com o qual Thomas Kuhn pensa as analogias. “Uma vez percebida a semelhança e apreendida a analogia entre dois ou mais problemas distintos, [é facilitado o estabelecimento de relações entre factos e atributos] e aplicá-las à natureza segundo maneiras que já tenham demonstrado sua eficácia anteriormente”<sup>84</sup>.

A recuperação dos conceitos de ‘repetição’ e ‘articulação’<sup>85</sup>, cuja natureza dispositiva permitirá encarar as relações de distinção, de subdivisão e de conjugação que se estabelecem num campo específico, entre elementos de natureza análoga e diversa, facilitará, porventura, o reconhecimento (e desempenho) simultâneo e conjugado dos

---

<sup>82</sup> SECCHI, Bernardo, 1989, “Una nuova forma di piano”, in *Un progetto per l’urbanistica*, Torino, Einaudi, pp. 137-150, p. 144. (artigo igualmente consultado em *Urbanistica*, n. 82, Milano, pp. 6-13, p. 9.). Tradução livre do autor a partir do texto original “Ciò che il nostro sguardo coglie percorrendo la città ed il territorio od osservandone adeguate rappresentazioni sono, in primo luogo, *ripetizioni di elementi tipizzati*: di elementi cioè tra i quali è possibile stabilire un sistema di *somiglianze* e di differenze. Tipo, somiglianza e ripetizione sono concetti tra loro strettamente associati: non si dà possibilità di tipizzare senza un preventivo riconoscimento di somiglianza e non si dà riconoscimento di questa senza che vi sia ripetizione. Ma sono anche concetti largamente convenzionali: vediamo simile ciò che ci siamo abituati a considerare tale; solo di ciò che vediamo simile cogliamo la ripetizione e tendiamo a fornire rappresentazioni tipizzate”.

<sup>83</sup> Kuhn considera os ‘paradigmas partilhados’ como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornece problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”, cf. KUHN, Thomas S., 1998 (1962), *A Estrutura das Revoluções Científicas*, tradução de Beatriz e Nelson Boeira, São Paulo, Perspectiva, p. 13. (Título original, 1962, *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, University of Chicago).

<sup>84</sup> KUHN, Thomas S., 1998, op. cit., p.13.

<sup>85</sup> Conceitos que, como vários outros correlacionados, são objecto de aproximações sucessivas ao longo deste trabalho, no âmbito dos diversos temáticos abordados.

vários elementos e correlações de base morfológica que concorrem para a construção do projecto urbano<sup>86</sup>.

Trata-se da tentativa em circunscrever referenciais projectuais de base morfológica, atribuindo significados prospectivos às formas assumidas pelos espaços da cidade.

Não se trata (ainda) propriamente da identificação das estruturas significantes presentes no contexto urbano<sup>87</sup>, mas tão só da eleição de significados (esparcos e de elaboração simples) voluntariamente atribuídos a um conjunto de elementos morfológicos devidamente tipificados.

Presume-se que aqueles “significados”, que supostamente indiciam aspectos da própria natureza dos referentes objectivos a que respeitam, só adquirem consistência significativa se a estrutura das análises e do próprio projecto permitirem a respectiva reunião em sistema lógico bastante à sua validação conjunta.

Ou seja, a que níveis de representação e reconhecimento poderão as formas dos espaços urbanizados ser entendidas como entidades representativas (figurações) das relações específicas estabelecidas a outros níveis que não morfológicos?

De facto, parecem ser ilusórias e não se têm revelado operativas as tentativas de, por exemplo, fazer representar inequivocamente um determinado tipo edificatório por simples recurso a determinada morfologia urbana ou parcelar (só por si).

A procura de metodologias atinentes às análises e respostas eminentemente morfológicas, como síntese das relações estabelecidas ou a estabelecer nos restantes níveis de figuração da malha urbana, constitui importante via de investigação que aportará certamente novas aquisições que transcendem o actual estado da disciplina urbanística.

A inovação disciplinar que aparentemente poderia ocorrer da eventual confirmação e ‘sucesso’ das metodologias ‘morfologistas’<sup>88</sup> residiria fundamentalmente no respectivo entendimento como metodologias operativas de análise, visto que a consideração da sua aplicação propositiva parece ferir, de algum modo, os princípios de flexibilidade

---

<sup>86</sup> Cf. SECCHI, Bernardo, 1989, “Una nuova forma di piano”, in *Un progetto per l’urbanistica*, Torino, Einaudi, pp. 137-150, (artigo igualmente consultado em *Urbanistica*, n. 82, Milano, pp. 6-13).

<sup>87</sup> Atitude fundamental à formulação do programa de intervenção, tal como adiante referido a propósito das ‘condições de inovação’.

<sup>88</sup> O que, de facto, se configura como uma hipótese remota, dadas as dificuldades acima apontadas, em ‘autonomizar’ o objecto urbano para estudo da sua forma, sem abdicar dos contextos que permitiriam o eventual reconhecimento da respectiva (do objecto) dimensão ideológica. Trata-se aparentemente de um vício metonímico.

invocados como uma das condições fundamentais para a constante adequação e actualização da actual actuação urbanística.

A morfologia urbana, não se permitindo, desde já, a uma plena capacitação (operativa) disciplinar, revela-se, no entanto, como um dos suportes fundamentais para a construção do projecto urbano e projecto arquitectónico.

As formas representadas pelo projecto constituem, de facto, a base de todos os procedimentos a desenvolver, quer ao nível da sua própria legitimação, como ao nível dos processos de viabilização e gestão das medidas que preconiza (por aferição das características dos espaços colectivos e progressiva adequação das figurações da arquitectura urbana pressuposta e representada pelo projecto).

Apesar, e para além das dificuldades operativas apontadas às metodologias ‘morfologistas’, poderemos considerar a inevitabilidade em recorrer aos significados virtualmente transportados pelas formas existentes ou a preconizar pelo projecto urbano, desde que entendidos como significados encadeados em sistema propositivo estratégico – como bases de trabalho e não propriamente como determinantes das transformações a empreender.

As formas a referir pelo projecto urbano deverão assim circunscrever significados destinados à fixação do respectivo programa e não propriamente as determinações físicas (em si) que lhes são inerentes<sup>89</sup>.

Neste sentido, poderão ainda ser entendidas como materiais para a comunicação dos significados que se pretendem evitar.

Vejam-se apenas alguns exemplos.

A ‘loggia’ (arcada / porticado urbano), como espaço de transição entre o edificado e o não edificado, caracterizado pelos seus atributos de conforto e de percurso, é forte conotado vivencial das formas urbanas que o representam. Ou seja, a sua concreção morfo-tipológica representa o ‘social’ pela expressão de um espaço de adro urbano ou de um percurso, ou ainda como lugar do exercício, pela sociedade, de determinadas funções (comerciais ou outras).

As representações esquemáticas e diagramáticas poderão acrescentar uma valia estratégica à actuação urbanística, permitindo a sua flexibilidade e admitindo

---

<sup>89</sup> A não ser nas situações terminais da respectiva concreção arquitectónica. Esta questão será adiante retomada a propósito da aproximação a determinados modelos de referência do projecto urbano.



temporalidades dilatadas, sem perderem a capacidade de interpretar um conjunto de (meta)relações de partida, entre as componentes morfológica, social, económica e operativa.

Poderemos igualmente decidir que determinada forma do parcelar transporta, em certas circunstâncias, o reconhecimento preferencial de determinado(s) tipo(s) edificatório(s). Veja-se o exemplo do lote de frente urbana “estreito e profundo” que pressupõe em geral, na sua versão isolada, ocupações por um restrito conjunto de funções e tipos edificatórios.

A mesma parcela veicula o reconhecimento da variabilidade tipológica decorrente das modalidades de agregação permitidas pelo seu sentido morfológico, e na correspondência, por exemplo, a processos de substituição do edificado. São vulgares os exemplos estabelecidos por exclusão conotativa, de como determinada forma urbana não reconhece determinado(s) tipo(s) edificatório(s).

A estrutura específica do desenho urbano que se pretende habilitar, vale-se de formas elaboradas, que supostamente veiculam sistemas denotativos e conotativos facilmente reconhecíveis, por reprodução de um conjunto de relações morfológicas previamente tipificadas, onde o sujeito social encontra representação através das relações estabelecidas entre elementos morfológicos, tipológicos, imagéticos e outros, e no que respeita aos níveis de consumação formal e funcional das exigências e necessidades urbanas que revela.

As análises morfológicas assumirão, nesta ordem de ideias, a importância que decorre do reconhecimento, pelo projecto urbano, da variabilidade e potencial concretizável das correlações interpretadas ao nível da sua arquitectura urbana.

O programa de actuação urbanística, veiculado por planos, projectos e formas (estilos dos exercícios) de gestão, interpretará as efectivas relações entre os termos das análises e a ‘forma’ do projecto urbano que representa (desenha) as transformações a empreender.

### *projecto / processo e o princípio da flexibilidade*

Perante a inevitabilidade em considerar a realidade como de natureza dinâmica, susceptível a múltiplos e complexos factores cujos comportamentos conjunturais manifestam características de uma certa imprevisibilidade, a actuação urbanística actual procura, naturalmente, enquadramentos processuais que garantam condições aceitáveis de longevidade, actualidade e adequação das suas propostas.

O plano, “como modelo imperfeito, necessita de uma permanente actualização e aprofundamento, que lhe permita aumentar a sua capacidade de sobrevivência”<sup>90</sup>.

O plano tem assim sido entendido como um processo, em que os objectivos, as propostas, as respectivas condições de gestão e de implementação, entre outros aspectos, são factores que se complementam e interagem no espaço e no tempo que abarca.

O entendimento do plano como ‘processo’, como “uma atitude, uma forma programada e constante de gerir um dado território”<sup>91</sup>, leva à consideração do *princípio da flexibilidade*, nomeadamente no que concerne aos aspectos estratégicos e operativos da sua própria estrutura e composição.

O recurso à flexibilidade, por enquadramento estratégico de soluções e procedimentos face a um horizonte temporal e a determinadas prerrogativas da gestão urbanística, permitirá encarar o plano como instrumento adaptável às dinâmicas da realidade que abarca, alargadas ainda às dinâmicas induzidas pelo próprio processo que interpreta.

---

<sup>90</sup> Sá, Manuel Fernandes de, 1992, “Do Plano Director Municipal ao Plano de Pormenor”, comunicação apresentada no Seminário *Implementação dos Planos Directores Municipais*, Porto, C.C.D.R.N.

<sup>91</sup> FERNANDES de SÁ, Manuel, 1989 (comunic. 1988), “Os problemas e a prática do urbanismo em Portugal”, in AMARAL, Diogo Freitas do, 1989, *Direito do Urbanismo* (Parte I – Introdução Geral), Oeiras, Instituto Nacional de Administração (INA).

Trata-se de verificar em que termos e até que ponto deverá o plano, como processo, interagir com a realidade que pretende ordenar, sem comprometer os seus próprios pressupostos e objectivos de transformação.

A flexibilidade será, nestes termos, entendida como uma das componentes fundamentais do processo de planeamento que, e nessa qualidade “configura-se e constrói-se”<sup>92</sup>.

Não poderá obviamente tratar-se simplesmente do ‘não dito’, nem construir-se como permissividade ou alheamento de decisões porventura embaraçosas, como apontado por Secchi.

Não será igualmente o simples protelamento de decisões, sem que tal situação decorra de estratégias claramente elaboradas e fundamentadas nesse mesmo sentido.

A flexibilidade é atributo, é uma qualidade com que formas e conteúdos poderão ser deliberada e transitoriamente afectados.

Secchi afirmou em 1989 que “a necessidade em recorrer à flexibilidade á a consequência, para a urbanística, de uma transformação que tenho reclamado repetidamente: a descoberta da fertilidade de uma concepção do plano como ‘processo’, como ‘máquina não-banal’. Só com grande dificuldade que percebemos a importância para a urbanística contemporânea da ruptura epistemológica que, por trás desta descoberta, é consumida com os avanços e atrasos inevitáveis nos diversos países ocidentais nas duas décadas dos anos 1950 e 1960”<sup>93</sup>.

Motivada por objectivos estratégicos, a flexibilidade não poderá resultar da hesitação, daquilo que o plano ‘não quer’ ou ‘não sabe’ dizer. Tendo precisos efeitos espaciais, interferindo com processos e projectos que deverão internalizar os seus efeitos, concluímos que a flexibilidade descreve-se e ‘desenha-se’.

Mas os paradigmas da representação da cidade tornaram-se muito instáveis nas últimas décadas. “As condições mudaram: projectar significa hoje resolver problemas, utilizar métodos, exprimir intenções diferentes das de um passado recente”<sup>94</sup>. Esta constatação

<sup>92</sup> SECCHI, Bernardo, 1989, “Il piano flessibile” [Editoriale], in *Urbanistica*, n. 96, Milano, Franco Angeli, pp. 3-6, p. 3. Tradução do autor a partir do texto original “Come però la flessibilità si configuri e costruisca”.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 3. Tradução do autor a partir do texto original “La necessità di ricorrere al flessibile é la conseguenza, per l’urbanistica, di una svolta che ho più volte richiamato: la scoperta della fertilità di una concezione del piano come ‘processo’, come ‘macchina non banale’. È solo con grande fatica che ci rendiamo conto dell’importanza per l’urbanistica contemporanea della rotura epistemológica che, a ridosso di questa scoperta, si è consumata, com gli inevitabili anticipi e ritardi nei diversi paesi occidentali, a cavallo dei due decenni degli anni Cinquanta e Sessanta”.

<sup>94</sup> SECCHI, Bernardo, 1989 (1984), “Le condizioni sono cambiate”, in SECCHI, Bernardo, 1989, *Un Progetto Per L’urbanistica*, Torino, Einaudi, pp. 48-56, p. 48. [Artigo inicialmente editado na revista

de Secchi de 1984 ganha hoje redobrada actualidade, perante as sucessivas alterações das relações de produção da/cidade, em contexto de complexificação e aceleração das contradições na sociedade, na cidade e na arquitectura.

Já em 1986 Patrizia Gabellini observava que “a questão da representação visual na planificação urbanística tem sido objecto nos últimos anos de vários seminários e publicações, o que resultou numa consciência mais ampla acerca da sua especificidade no interior da questão mais ampla da planificação e acerca da sua fertilidade para estimular um debate mais alargado”<sup>95</sup>.

Qual é então o ‘desenho’ do projecto urbano? Como se desenha o ‘tempo’? Que expressões gráficas poderão concrecionar os níveis e condições de ‘flexibilidade’ e vincular determinada proposta urbanística? Como o desenho poderá interpretar correlações de índole ‘social’? Como articular e ‘adjectivar’ os diversos conteúdos temáticos envolvidos na linguagem do projecto urbano?

A ‘representação’ (da cidade e da intervenção na cidade) é um dos temas centrais da reflexão acerca do projecto urbano, porventura a mais importante, se aceitarmos que a ‘cidade é o que representamos’, e onde se interceptam as ordens significantes aos diversos contextos técnicos e temáticos invocados pelo correspondente exercício disciplinar.

Naturalmente que as várias escalas de abordagem, onde os problemas adquirem importâncias relativas e graus de (in)determinação diferenciados, levam à consideração de níveis de flexibilidade e rigidez igualmente diferenciados, na correspondência ao sucessivo aprofundamento e resolução da sua representação.

Poderemos assim considerar que os vários instrumentos de planeamento disponíveis, pelas suas escalas, incidência relativas, composição, processos e tempos a que respeitam, assumem diferentes graus de flexibilidade e determinação / concreção das suas principais medidas estratégicas.

---

*Casabella*, n. 498-499 (Gen./Feb. 1984), Milano, Electa, pp. 8-13]. Trad. livre do autor a partir do texto original “Le condizioni sono cambiate: progettare vuol dire oggi affrontare problemi, utilizzare metodi, esprimere intenzioni differenti da un pur recente passato”.

<sup>95</sup> GABELLINI, Patrizia, 1986, “Il disegno del piano”, in *Urbanistica*, n. 82, Milano, Franco Angeli, pp. 108-127, p. 108. Tradução livre do autor a partir do texto original “La questione della rappresentazione visiva nella pianificazione urbanistica è stata oggetto negli ultimi anni di non pochi seminari e pubblicazioni e ciò há prodotto una diffusa consapevolezza circa la sua specificità entro la questione più generale della pianificazione e circa la sua fertilità per avviare ragionamenti più estesi”

Sendo o desenho dos espaços públicos da cidade veículo indispensável à caracterização e qualificação das soluções preconizadas pelo projecto urbano (permitindo, de resto, avaliar as condições de adequação e viabilização dessas mesmas soluções), conclui-se pela relevância das correlações directas entre ‘flexibilidade’ e ‘desenho’ do projecto urbano, que se manifestam como estruturas do próprio projecto, adaptadas aos diversos níveis de abordagem e objectivos / programas de actuação<sup>96</sup>.

O desenho da cidade e dos seus espaços assumirá, assim, incidências, escalas e resoluções decorrentes dos objectivos programáticos, técnicos e estratégicos do plano, por progressivo enquadramento e afectação aos termos que importam, à decisão sobre as figurações que ele próprio representa.

Ou seja, o desenho objectivará as potenciais condições da sua própria validação face aos necessários recursos, e por resoluções estratégicas das modificações que projecta no espaço da cidade.

Sendo que, para os mesmos objectivos poderão concorrer, em simultâneo, diversas proposições mais ou menos voluntariosas, com procedimentos e desenvolvimentos escalonados no tempo e no espaço, poderemos então considerar que a redução do grau de incerteza de um plano é acompanhada, no âmbito do respectivo processo, pela progressiva fixação das variáveis que motivaram a adopção estratégica dos parâmetros de flexibilidade iniciais, perdendo estes o seu sentido fundamental.

A consideração estratégica do desenho dos espaços da cidade acusa-se assim como um dos temas centrais (da construção) do projecto urbano e, como tal, objecto de sucessivas aproximações a estabelecer no decorrer deste trabalho.

“Construir cenários é muito diferente de fazer previsões. A previsão baseia-se na certeza de que os resultados futuros de algumas variáveis possam ser conhecidos antecipadamente (...). A convicção de prever, isto é, de ver antecipadamente, está alinhada com as visões racionalistas do mundo e das práticas dedutivas a elas associadas”<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup> Este assunto será adiante retomado a propósito da programação urbanística e programas de actuação urbanística.

<sup>97</sup> LENOCI, Sabina, 2005, *Tra arte, ecologia e urbanística*, Roma, Meltemi, p. 34. Trad. do texto original “Costruire scenari è ben diverso che fare previsioni. La previsione si basa sulla certezza che

Secchi, no seu texto “Scenari”<sup>98</sup>, resumiu alguns dos significados deste termo (no debate entre urbanistas e planeadores). ‘Cenário’ como processo de participação na decisão acerca da actuação no espaço urbanizado; ‘Cenário’ como representação de tendências da acção, ou visão alusiva a dúvidas ou desejos invocados pela sociedade; ‘Cenário’ como percurso sugerido e fundamentado; ‘Cenário’ como simulação e experimentação das consequências de determinados ensaios propostos, ou ensaio de representação.

Entender o (conceito de) cenário como um guião de acção, como uma ‘cena’ ainda por concretizar, poderá permitir o estabelecimento de relações não deterministas, mas interpretativas e operativas, entre o presente e o futuro.

Partindo do princípio de que a intervenção no território é necessariamente de natureza estratégica e estrutural, a esquematização de cenários permite estabelecer alguns dos termos dessa intervenção, como sugestões, como instrumentos de comunicação, ou como instrumentos operativos (de conformação claramente estratégica) destinados a induzir comportamentos ou reacções de validação favoráveis, mas ainda por concretizar. Constituem-se assim como representações energéticas, com capacidade de ‘excitação’, estimulando dinâmicas desejadas.

Sendo por vezes difícil concordar com a representação do presente, sobre a descrição do que se vê, se conhece e é previsível, mais difícil será concordar com a representação do futuro, do que ainda está por realizar e que interfere potencialmente com as expectativas e os interesses dos vários actores dos espaços urbanizados.

As esquematizações de trabalho, do presente ao futuro, mobilizam assim diversos significados e poderão invocar muitas formas de concreção figurativa. De facto, é muitas vezes mais difícil consensualizar programas flexíveis, ainda ‘em aberto’, do que formas definitivas de intervenção, porque estas são mais facilmente apreendidas pelos pormenores revelados com precisão (e que permitem esclarecer, com exactidão, algumas das principais preocupações dos actores urbanos em cenário de participação).

---

l’andamento futuro di alcune variabili possa essere conosciuto in anticipo... La convinzione di poter pre-vedere, cioè di vedere in anticipo, è figlia di visioni razionaliste del mondo e pratiche deduttive a esse associate”.

<sup>98</sup> SECCHI Bernardo, 2002, “Progetti, visioni, scenari”, in *Diario di un Urbanista, Planum, European journal of planning*. [Em linha][Consultado em Agosto 2014], disponível em <<http://www.planum.net>>.

Para decidir como desenhar (campos e escalas de resolução, e objectivos do reportório de elementos a produzir) será importante distinguir entre o desenho que se aplica a factos materiais ou espaciais (imagens ou figurações com conotados da realidade), e o desenho que se aplica a conceitos ou princípios de actuação (imagens porventura mais abstractas), ambas com manifesta utilidade para a ‘construção’ dos programas e soluções de actuação, mas não permutáveis.

Na coexistência e confronto entre o figurativo e o abstracto ajustam-se os programas e os procedimentos, estabelecendo consensos em torno de uma (boa) ‘ideia’ de intervenção, que será o resultado, então perene, comprometido, deste figurino de práticas possíveis de intervenção urbanística.

Práticas que consentem diversos efeitos possíveis de comunicação, abrangentes a várias sensibilidades, de acordo com a tendência contemporânea do uso do conceito como mapa do pensamento ‘abstracto’ no sentido em que “selecciona alguns elementos da realidade que muitas vezes não são totalmente privados da sua materialidade, sendo ordenados segundo novos nexos de causalidade, produzindo combinações *figurativas* elementares, pretendendo representar, com alguma aproximação, determinadas características relevantes do projecto. Analógica, porque o *conceito* não é uma representação codificada da realidade, mas com a qual estabelece relações de similaridade”<sup>99</sup>.

Conceito e diagrama que se propõem como uma ‘máquina de pensar’ a cidade e o território, como instrumentos de visão prospectiva com grande elasticidade, com capacidade de precisão e de flexibilidade, salientando ou simplificando os factos representados, desvelando os seus nexos de complexidade, diferenciando o essencial e o acessório.

O diagrama constitui-se assim como instrumento apropriado ao domínio de processos de actuação complexos e inovadores, progressivamente vinculados a objectivos formais representados a diversas escalas, cotejando os termos de natureza estratégica com os comportamentos aleatórios da gestão e da própria realidade que reage às intenções de modificação.

---

<sup>99</sup> LENOCI, Sabina, 2005, op. cit., p. 32, trad. livre do texto original “seleziona alcuni elementi della realtà che spesso non sono del tutto privati della loro matericità e sono ordinati secondo nuovi nessi causali, producendo elementari combinazioni *figurative* tese a rappresentare, con una certa approssimazione, caratteri rilevanti del progetto. Analogica, perché il *concept* non è una rappresentazione codificata della realtà, ma con essa stabilisce relazioni di somiglianza”.

Os esquemas e diagramas apresentam efeitos ‘vibratórios’ sintonizados com o carácter argumentativo e demonstrativo do projecto.

Uma proposta de actuação pode garantir níveis de flexibilidade considerados adequados a determinado tempo e procedimentos e, simultaneamente, sugerir o que se desejaria realizar em concreto, de modo a que a ‘flexibilidade’ se constitua como um mecanismo operativo (como ‘material prospectivo’) da projectação urbanística.

Secchi defende a consideração da sinergia plano / projecto<sup>100</sup> através da construção do *projecto urbano*, cuja ‘forma’ resultará do encontro entre o reconhecimento do plano como instrumento de uma organização física e social desejada, e a representação precisa e específica da sua estrutura formal e ambiental.

Neste sentido, assumem especial relevo os projectos dos espaços públicos<sup>101</sup>, ou dos espaços colectivos em geral, como material de importância estratégica para a estruturação e formatação do próprio projecto.

Presume-se, neste mesmo sentido, que a actuação urbanística deverá, desde logo, e de forma estratégica, considerar o estabelecimento de condições e dinâmicas apropriadas ao enquadramento das condições vivenciais dos espaços colectivos existentes ou a preconizar, como objecto privilegiado da sua própria estrutura programática e operativa. Referimo-nos à identificação dos interesses e meios necessários à objectivação do programa de actuação e programa a instalar, respectivas relações e relações com a ‘forma’ do projecto (os seus conteúdos técnicos e documentais).

Trata-se, fundamentalmente, de perceber quais as relações entre a forma do território que se pretende modificar, e o conjunto (coleção) dos documentos a produzir para o efeito (as suas escalas e técnicas de representação, e ainda no que respeita às formas de articulação interna ao projecto e processo, e articulação externa, de validação das suas propostas).

Verifique-se, a propósito, que a matriz fundiária do território e a morfologia do suporte físico determinam, seguramente, alguns dos pressupostos da construção e concepção da actuação urbanística (do programa aos procedimentos e formas do projecto e das suas

---

<sup>100</sup> Cf. SECCHI, Bernardo, 1989, “I progetti del piano”, in *Casabella*, n. 563 (diciembre), Milano, Electa, pp. 34-37.

<sup>101</sup> Cf. SECCHI, Bernardo, 1989 (1986), “Progetto di suolo”, in *Un progetto per l’urbanistica*, Torino, Einaudi, pp.129-136.



propostas), sendo fortemente sugestivo o seu entendimento como síntese estrutural do uso e reuso continuado do espaço.

Esta situação será tanto ou mais relevante, quanto se considerar que é no confronto entre as características morfológicas do parcelar e o solo público<sup>102</sup> que se poderão estabelecer algumas das correlações operativas que presidem à reestruturação ou revitalização deste último, bem como, porventura, se afirmam algumas das potencialidades de modificação da própria estrutura parcelar.

De resto, a questão fundiária estará sempre presente através do exercício de gestão (da actuação) urbanística, que procederá ao sistemático reconhecimento e actualização matricial do território urbanizado (por ‘visita’, descrição e representação modelar; por enquadramento estrutural face às características latentes, iminentes e induzidas de base morfo-tipológica, funcional, histórica e formal; por enquadramento estrutural face às características de base económica e sócio-produtiva, e por enquadramento estratégico e operativo de base normativa face a unidades ou acções de planeamento e de gestão).

Nas nossas cidades, onde o parcelar é maioritariamente privado, representando no seu conjunto a quase totalidade do território urbanizado, a ‘propriedade urbana’ apresenta-se como produto histórico significativo, capaz de transportar conotações facilmente reconhecíveis, nomeadamente quanto ao sentido tipológico inerente às suas configurações morfológicas.

Se na cidade histórica e na malha urbana estabilizada da cidade tradicional canónica, as relações íntimas de natureza morfo-tipológica são impostas pela elaboração formal e funcional que advém da correlativa valia significativa da arquitectura singular, da arquitectura urbana e dos espaços públicos formais, já para muitas áreas deficientemente estruturadas, ou com manifestos défices de urbanização, a estrutura cadastral e morfologia territorial poderão constituir os únicos significantes em presença, disponíveis como ‘materiais’ de referência da actuação de (re)estruturação urbanística e estruturação ambiental.

---

<sup>102</sup> O espaço público, promovendo condições de serventia à propriedade, constitui-se, por si, como factor de conformação morfológica do solo urbanizado e respectiva ‘construção’ formal. Poderá ainda ser representação pelas suas características físicas, e enquadrado por via regulamentar e administrativa, como factor de ordenamento da intervenção urbanística e arquitectónica.

Observe-se ainda a importância das morfologias territoriais e do próprio cadastro, ao nível das ‘escalas’ que imprimem (salientam) no território, e como factores inerentes aos respectivos potenciais de transformabilidade.

As periferias (ou antigas periferias) apresentam, de resto e em geral, toda uma série de sinais significantes, como os testemunhos-resquícios da actividade industrial, os antigos núcleos e quintas, percursos e outras estruturas de matriz rural, entre muitos outros aspectos decorrentes das próprias transformações entretanto experimentadas ao longo do tempo, como as intrusões por estruturas e imposições de limites, sem inserção urbana.

Se alguns dos factores intervenientes na constituição do solo urbanizado (espaços públicos e privados, edificados e não edificados) são reflexo das condições do mercado fundiário, a sua compreensão passará naturalmente pelo entendimento dos mecanismos e comportamentos deste último, cujas especificidades locativas, entre outras, importa detectar e perceber.

De facto, torna-se importante verificar em que termos o consumo do solo se articula com os demais factores da urbanização, ou como poderão os programas de actuação urbanística, de forma coerente, exercer o interesse público no confronto com as expectativas existentes no território (expectativas constituídas artificialmente, ou reconhecidas como atributo venal próprio).

A atenção às condições do mercado adquire especial importância numa conjuntura como a nossa, marcada pela fraca disponibilidade de solo público, pela ausência de uma genuína política de solos que permita regular comportamentos e operar o exercício de redistribuição da renda fundiária e, sobretudo pela insipiência de políticas e dinâmicas de reurbanização.

A disponibilidade de terrenos (e de terrenos públicos), constitui condição fundamental para a plena afirmação da iniciativa dos poderes públicos na transformação da cidade.

Mais do que a planificação dos espaços privados e dos espaços públicos (com qualificações resultantes de contrapartidas obtidas das operações urbanísticas privadas), será a actuação no espaço público, por objectivos e projectos estratégicos, que poderá induzir dinâmicas favoráveis ao próprio processo de qualificação urbanística e ambiental.

No balanço analítico das formas de urbanização, é notória a prevalência das crises urbanas decorrentes da emergência de novos factores críticos, como a redistribuição deficitária das mais-valias decorrentes da gentrificação induzida por programas públicos, ou os generalizados défices ambientais e de sustentabilidade dos espaços urbanizados da cidade actualmente existente.

A opção por acções estratégicas (nomeadamente as de base tecnológica ou de natureza ambiental), constituindo uma das condições de inovação do projecto, revela a importância das políticas e dos termos dos respectivos cometimentos (das suas vontades) presentes a muitos dos exercícios da actuação e da gestão urbanística local ou supralocal.

Se algumas das actuais políticas urbanas, apresentando vertentes animadas por preocupações de qualificação e valorização física e ambiental do espaço, conquanto possibilitem a emergência de condições favoráveis para enquadramento e articulação processual do projecto urbano, remetem-no, com frequência (como já o faziam anteriormente), à sua mera condição de instrumento de planificação territorial e instrumento de gestão das (sempre permanentes) contradições em presença.

Será porventura o projecto urbano que autonomizará estratégias e procedimentos que lhe permitam acompanhar, de forma coerente e interactiva, o exercício das vontades de qualificação do território urbanizado, completando infra-estruturas e conectando sistemas e ecossistemas.

O novo projecto urbano, pelo seu desenho, corporizará formas e técnicas mais ou menos fundamentadas por enquadramentos lógicos e operativos da estrutura física, social e produtiva do território, o que determinará, pelo reconhecimento formal da importância relativa das correlações adoptadas, a construção e afirmação da ‘sua própria *consciência* política e ideológica’<sup>103</sup>.

O projecto urbano resulta assim como programa de intervenção, cujas vertentes técnica e operativa terão subjacentes a um sentido político eminente, aferido pela concertação urbanística de expectativas e interesses estabelecidos.

A estrutura do projecto estabelece os vínculos entre a sociedade e o território, sobretudo no que respeita ao uso do solo, sendo o território, ‘os usos que nele se praticam’.

---

<sup>103</sup> Veja-se, a propósito, as opiniões de CROSTA, Pier Luigi, 1990, *La política del piano*, Milano, Franco Angeli, e de PORTAS, Nuno, 1991, “le opportunità non previste (Resposta a Lotus – Projectos especiais/a planificação urbanística entre plano e projectos)”, in *Lotus International*, n.º 69, Milano, Electa, pp. 116-117.

Ultrapassando a visão estritamente funcionalista, o uso do território é o que fazem os habitantes (usuários) desse mesmo território, as práticas dos seus actores.

O entendimento da actuação urbanística como exercício eminentemente pluridisciplinar, ‘entre intenção e acção’, permite propor a consideração da acção do projecto como sistema empírico de interacção múltipla, passível de reordenar com clareza os vários interesses em presença, afirmando os pressupostos de uma plataforma negocial concorrente à assumpção dos consensos que deverão presidir à intervenção no território urbanizado.

O espaço colectivo suporta as principais actividades desenvolvidas na cidade e território urbanizado, sobretudo no que respeita à qualidade de vida dos seus usuários. Poderá ser descrito pela tipologia de serventias que propicia, pelo desenvolvimento e qualidade das suas infra-estruturas, pelos seus níveis de conforto e de desenho urbano, mas, sobretudo, pelos níveis de hierarquização e de articulação de cada um dos seus elementos à escala do sistema.

Sendo certo que o espaço público altera-se com as transformações espaciais, interessa-nos verificar os principais termos dessas alterações, de como as enquadrar em termos operativos, como instrumentos de estruturação urbanística e de estruturação ambiental objectivados, precisamente, no sentido da melhoria das condições de vida das populações.

Surgem assim, desde logo, algumas primeiras questões que consideramos pertinentes acerca da cidade e dos seus espaços colectivos, tais como acerca da importância do espaço público num contexto territorial de múltiplas transformações físicas, tecnológicas, sociais, económicas e culturais, que se exprimem por novas formas de organização da cidade, por formas diferentes de a vivenciar e pensar.

Novas formas de ‘habitar’ a cidade o o território (que integram diversas polaridades e grandes contentores funcionais, articulados pelos sistemas dos fluxos, entre outros aspectos) determinam novas relações da vida quotidiana e, conseqüentemente, novos entendimentos dos espaços públicos emergentes ou reabilitados. Trata-se, entre vários outros aspectos, de saber entender e actuar sobre estes espaços, experimentando algumas aproximações conceptuais às temáticas envolvidas (algumas das quais correspondem a preocupações ‘recentes’ de natureza ambiental e relativas à sustentabilidade de equipamentos e infraestruturas), e pela experiência de projectos de

intervenção no espaço público numa perspectiva heurística, como método da ‘reflexão em acção’;

A dimensão pública da cidade leva a observar a questão do domínio público e seus limites. O espaço público constitui-se como noção presente ao debate teórico que se liga às ideias de cidadania, de democracia, de convivência e identidade colectiva, entre outras. Acreditamos que a qualidade da apropriação e utilização do espaço público potencia o sentido de pertença do lugar, importando assim a processos de inserção urbana das funcionalidades de suporte de vida e dos processos de sociabilização e de formação de condições de identidade urbana.

A ideia de espaço público teve porventura maior esclarecimento na sequência de alguns dos contributos de Jürgen Habermas e Hannah Arendt. Habermas entende o termo ‘público’ no sentido do espaço ‘tornado comum’ como suporte de acção e utilização colectiva<sup>104</sup>, enquanto Arendt designa como público o que é visível, como cenário das relações sociais com visibilidade para a colectividade, e como espaço de representação cívica<sup>105</sup>.

Muitos outros autores observam o espaço público nas suas diversas dimensões, como espaço de comunicação e interacção, de acesso e mobilidade, de cultura, de acumulação de redes e outros artefactos de utilização pela comunidade.

Ainda alguns autores designam como espaço público todas as estruturas de utilização colectiva, como equipamentos, serviços e outras funcionalidades afins, sobretudo no sentido da sua forma como (tipo de) propriedade, em oposição à propriedade privada individual.

Mas Jürgen Habermas enfatiza a importância da legitimação do espaço público pela ‘opinião pública’, como lugar de comunicação, de debate e de representação, visando precisamente a sua apropriação pelo colectivo. No entanto, alguns autores manifestam posicionamentos críticos, alertando que “uma abordagem demasiado focada no debate público, definida a partir das trocas comunicacionais, persiste limitada. Deixemos [de lado] a crítica muitas vezes invocada da redução da política à procura de acordo dialógico ou de consensos racionais que subestimam a dimensão pluralista e agnóstica

---

<sup>104</sup> Cf. HABERMAS, Jürgen, 1978, *L’espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Payot.

<sup>105</sup> Cf. ARENDT, Hannah, 2007 (1958), *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, (Ed. original: 1958, *The Human Condition*, Chicago, The University of Chicago).

da vida pública”<sup>106</sup>. São assim reconhecidas frequentes dificuldades aos processos de legitimação colectiva de determinadas opções estruturantes de natureza urbanística.

Entendemos assim que a resolução dos problemas colectivos do espaço público passa pelo desenvolvimento, estabilização e institucionalização de ambientes, de factos e de regras, de redes e de organizações de actores que suportam os dispositivos de experimentação e gestão de procedimentos.

Na sequência das suas referências instauradoras, segundo Isaac Joseph, “o conceito de espaço público alargou-se ao de um espaço de comportamentos (...) entre lugares e opiniões”<sup>107</sup>. Concordamos com a síntese de Joseph, que descreve o espaço público também na perspectiva do exercício das diversas disciplinas que o reconhecem como objecto de análise e actuação, como “espaço sensível onde evoluem corpos visíveis ou perceptíveis, e como espaço de competências, de saberes exercidos por técnicos e profissionais, mas também de usos vulgares... um espaço de observações e de observabilidade e um espaço de signos e de sinais, de palavras de ordem e de justificações. No seu conjunto, constituem um espaço de saberes”<sup>108</sup>.

Como lugar de reunião, de estadia, de distribuição, de partilha e de co-habitação, o espaço público é o lugar-comum da cultura e da identidade urbana, representando um grupo de pessoas, uma comunidade.

Pensar o espaço colectivo pressupõe assim a consideração das suas múltiplas dimensões e significados funcionais, materiais e simbólicos.

Podemos considerar que o espaço público moderno resulta da separação formal entre propriedade urbana privada e propriedade pública, por demarcação de solo destinado a usos sociais necessários à vida nos espaços urbanizados, como serventia à propriedade

<sup>106</sup> CEFAÏ, Daniel, PASQUIER, Dominique, 2003, “Introduction”, in CEFAÏ, Daniel, PASQUIER, Dominique (edits.), 2003, *Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques*, (Actes du colloque du CURAPP-Centre Universitaire de Recherches sur l’Action Publique et le Politique), Paris, P.U.F., p. 26. Tradução livre do texto original “Mais une approche trop centrée sur le débat public, défini à partir des échanges communicationnels, reste limitée. Passons sur la critique souvent énoncée de la réduction du politique à la recherche de l’entente dialogique ou du consensus rationnel, qui sous-estime la dimension pluraliste et agonistique de la vie publique”.

<sup>107</sup> JOSEPH, Isaac, 1991, “Voir, Exposer, Observer”, in JOSEPH, Isaac (dir.), 1991, *L’espace du public, les compétences du citoyen*, Paris, Recherches, p. 23, do texto original “le concept d’espace public s’est élargi à un espace de comportements (...) entre lieux et opinions”.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 27, trad. do original “un espace sensible, dans lequel évolue des corps, visibles ou perceptibles, et comme un espace de compétences, c’est-à-dire de savoirs détenus par des techniciens et des professionnels, mais aussi des usages ordinaires... un espace d’observations et d’observabilité et un espace de signes et de signaux, de mots d’ordre et de justifications. Ensemble ils constituent un espace de savoirs”.

privada, como espaço da mobilidade e espaço da infra-estrutura, ou ainda, de certo modo, como espaço destinado ao exercício de determinadas actividades de interesse para a comunidade, como os equipamentos colectivos, os serviços públicos, ou mesmo determinadas funcionalidades de propriedade privada mas de acesso público, por exemplo.

Do ponto de vista jurídico, poderá ser entendido como um conjunto de áreas geridas pela administração pública ou por entidade por esta delegada com prerrogativas de gestão de uma determinada regulação específica, constituída por atributos de utilização que a distinguem de outras formas de titularidade fundiária.

Mas muitos dos espaços colectivos resultam das dinâmicas da cidade, por acomodação de resíduos, interstícios e áreas sem destino ou utilidade aparente.

O espaço público apresenta vários planos – horizontal, vertical, de corte, em espessura na malha urbana, na cidade e no território – e tem expressão por várias escalas, as do local, do urbano e do território. Tanto é de natureza contemplativa como funcional ou aparentemente sem préstimo para o indivíduo e para a colectividade.

Mas o espaço público vibra em função das transformações do espaço urbanizado, como causa e efeito dessas transformações e com efeitos temporais diversificados.

Segundo Habermas<sup>109</sup>, os indícios das relações entre a modernização da cultura urbana, a afirmação da esfera pública e o exercício da cidadania, determinaram um modelo cultural marcado por uma nova forma de organização social, de pós-modernidade ou globalização.

O uso dos termos ‘público’ e ‘esfera pública’ expõem toda uma multiplicidade de sentidos.

“As suas origens remontam a diversos tempos históricos e, quando aplicados de forma sincrónica às condições de uma sociedade burguesa industrialmente avançada e marcada por condições de bem-estar social, fundem-se numa amálgama nebulosa”<sup>110</sup>.

---

<sup>109</sup> Cf. HABERMAS, Jürgen, 1991 (1989), *The structural transformation of the public sphere. An inquiry into a category of bourgeois society*, Cambridge Mass., The MIT Press, 1991.

<sup>110</sup> HABERMAS, Jürgen, 1991, op. cit., p. 1, tradução do texto original na edição consultada, “Their origins go back to various historical phases and, when applied synchronically to the conditions of a bourgeois society that is industrially advanced and constituted as a social-welfare state, they fuse into a clouded amalgam”.

Jürgen Habermas designa como ‘público’ um acontecimento ou facto acessível à comunidade, e ‘esfera pública’ como um domínio específico – o *domínio público* em oposição ao *domínio privado*.

A definição de esfera pública em Habermas assenta em três conceitos principais que interessam ao alargamento do entendimento do espaço público e à dissolução da sua expressão banal – o nível do ‘individual’, o nível do ‘debate’ e o nível do ‘espaço público’ situado entre o campo privado (assuntos pessoais e familiares) e o campo da governança (assuntos administrativos, legislativos e jurisdicionais).

Trata-se efectivamente de noções com origens ancestrais, tratadas pelas ciências sociais e políticas por diversas categorias e ramificações susceptíveis de entendimentos diversificados.

O modelo de esfera pública em Habermas é exigente em termos de racionalidade dos argumentos dos actores envolvidos. Contudo, reconhece que, para além de se constituir como plataforma de debate, os meios de comunicação (mass media) também podem manipular a opinião pública quando servem interesses particulares. Este desempenho ambivalente dos *media*, sendo actual, manifesta-se de grande complexidade na correspondência aos processos relativos a mudanças políticas e sociais (e das políticas sociais), bem como aos processos relativos aos progressos tecnológicos da ‘sociedade da informação’.

A dialéctica da esfera pública burguesa confronta-se assim com a aceleração dos modelos liberal e neoliberal. A opinião pública não é mais que o conjunto de opiniões individuais, e os meios de comunicação social são apenas um modo de influência.

Para além destes modelos, o próprio *media* pode ser considerado como ‘construtor’ da esfera pública, nomeadamente na correspondência à maioria das funcionalidades urbanas de utilização colectiva ou pública, onde se constituem e relevam (mediatizam, adquirindo assim novas ‘territorializações’, virtuais ou espacializadas), como eventos sociais, alguns espaços relacionais de expressão, influência e transmissão de ideias, como equipamentos culturais, instituições desportivas, de ciência ou de negócios, etc.

Para Jordi Borja, a globalização económica e os progressos tecnológicos têm consequências evidentes sobre os espaços urbanos, que assumem uma grande diversidade formal, funcional e significativa, qualificando o território e cada uma das suas partes constitutivas, independentemente da forma, desenvolvimento e extensão dos sistemas a que correspondem. Na apresentação da obra de Jordi Borja e Zaida Muxi *El*



*espacio público, ciudad y ciudadanía*<sup>111</sup>, Oriol Bohigas repete a síntese lapidar – “o espaço público é a cidade”<sup>112</sup> – utilizada por Borja na ‘introdução’ da mesma obra onde esclarece que “o espaço público é o da representação, no qual a sociedade torna-se visível”<sup>113</sup>, onde são exercidas as manifestações de cidadania, acrescentando que,

“a história da cidade é a do seu espaço público. As relações entre os habitantes e entre o poder e a cidadania materializam-se e afirmam-se na conformação das ruas, das praças, dos parques, dos lugares de encontro dos cidadãos, nos monumentos. A cidade entendida como sistema, de redes ou de conjuntos de elementos – quer sejam ruas e praças quer infraestruturas de comunicação (estações ferroviárias e rodoviárias), áreas comerciais, equipamentos culturais, ou seja, espaços de usos colectivos devido à apropriação progressiva das pessoas – que permitem o passeio e o encontro, que ordenam cada zona da cidade e conferem significado, que são o âmbito físico da expressão colectiva e da diversidade social e cultural. Isto significa que o espaço público é simultaneamente o espaço principal do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania. É um espaço físico, simbólico e político”.<sup>114</sup>

Neste sentido, é notório que a cidade modifica-se, com a modificação dos seus espaços públicos, cujos significados como estruturas urbanas de sociabilidade e de representação cívica foram progressiva e simultaneamente fragilizados, robustecidos e, em muitas circunstâncias, novamente impulsionados<sup>115</sup>.

<sup>111</sup> BORJA, Jordi, MUXÍ, Zaida, 2003 (2000), *El espacio público, ciudad y ciudadanía*, Barcelona, Electa.

<sup>112</sup> BOHIGAS, Oriol, 2000, “[Prólogo] En defensa de la urbanidade”, in BORJA, Jordi, MUXÍ, Zaida, 2003, op. cit., p. 11.

<sup>113</sup> BORJA, Jordi, MUXÍ, Zaida, 2003, op. cit., p. 15.

<sup>114</sup> *Ibidem*, pp. 15-16

<sup>115</sup> Ao integrarem a mezo ou a macroestrutura urbana e territorial, muitos elementos do traçado perderam potencial de conforto para utilização por peões, obrigando-se a normas estradais, sobretudo os que correspondem a perfis reduzidos (assumindo, por vezes, competências para as quais não estão desde logo capacitados), ou sujeitos a impactes adversos resultantes de fortes cargas funcionais. Por outro lado, alguns espaços centrais - os ‘centros antigos’, as ‘periferias centrais’ e as ‘centralidades periféricas’ (\*) - ganham novas prerrogativas funcionais e simbólicas, e protagonismo como centros da metrópole, situação muitas vezes potencializada por peculiaridades locativas (centros cívicos com equipamentos direccionais, espaços terminais com eminente carga simbólica, polaridades diversas), por acções de estruturação e valorização ambiental (por pedestrenização, reforço do desenho urbano, etc.), ou por outros factores igualmente relevantes. (\*), cf. DOMINGUES, Álvaro, 1994/5, “(Sub)úrbios e (sub)urbanos-o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?”, in *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, I Série, Vol. X/XI, 1994/5, Porto, FLUP, p. 14.

Nas centralidades históricas e tradicionais, marcadas, entre outros factores, pela densidade e desenvolvimento da urbanização, os espaços públicos apresentam-se mais estáveis e resistentes a transformações profundas, quer pelo elevado nível de infraestruturação, quer pelas recentes operações de regeneração urbana. Os sinais de degradação verificam-se sobretudo ao nível do edificado, muitas vezes sem ocupação e com premente necessidade de reabilitação.

São também frequentes as exigências de estruturação ambiental (jardins e parques públicos, áreas arborizadas, desencantamento de linhas de água, instalação de mobiliário e equipamento urbano, alargamento dos perfis das faixas e plataformas de peões, eliminação de barreiras arquitectónicas desnecessárias, melhoramento das redes e infraestruturas, entre outros tratamentos de melhoramento das condições de conforto dos espaços colectivos), não obstante algumas operações recentes de estetização e de renovação urbana.

Nas antigas periferias residenciais, actualmente abarcadas pela forma da cidade (por vezes novamente cortadas por barreiras físicas da macroestrutura viária ou por implementação de operações urbanísticas expressivas correspondentes a programas unifuncionais), os espaços públicos encontram-se genericamente marcados por um manifesto défice de desenho urbano e de valorização ambiental, nomeadamente ao nível das infraestruturas urbanísticas.

Os sistemas de espaços públicos encontram-se igualmente incompletos, mal desenvolvidos e mal hierarquizados em muitos dos grandes pólos de equipamentos e polígonos empresariais de génese relativamente recente, de que resultam frequentes efeitos perversos, como efeitos de barreira, falta de servidões, e impactos das cargas funcional que ultrapassam com frequência as respectivas escalas locais.

Em algumas expansões urbanas e periurbanas, os espaços públicos resumem-se, com frequência, às infra-estruturas de mobilidade, encontrando-se, em diversas situações, por avaliar as condições de pertinência do investimento público em acções de qualificação urbanística.

A urbanização extensiva parece ter agravado os problemas de segregação espacial, de desigualdade e exclusão social, económica e cultural no espaço da cidade contemporânea.

Em entrevista a Néstor García Canclini e acerca do seu último livro, *A globalização imaginada*<sup>116</sup>, Enrique Santamaria e Juan De La Haba<sup>117</sup> perguntam se o “interesse por narrativas e metáforas da globalização deve-se a que esta [globalização] é ainda, enquanto objecto de estudo, insegura em toda a sua complexidade; de que, como também assinalou, carecemos de uma teoria unitária sobre a globalização ou, inclusivamente esta é impossível de alcançar? Em que medida e como falar de *narrativas* – incluindo nelas as imagens, as metáforas, etc. – permite ensaiar ou ampliar os meios de reflexão, formular novas hipóteses de trabalho? Quais as implicações em falar de *narrativas sociais* no momento da investigação?”<sup>118</sup>.

Na sua resposta à questão formulada, Canclini confirma a ausência de uma teoria consensualizada sobre a globalização nas suas expressões económica, sociopolítica e cultural, acrescentando que quando recorre às narrativas e metáforas da globalização, “trata-se sobretudo de reconhecer a necessidade de uma dupla aproximação aos processos sociais em todas as épocas [enfatizando-os entretanto]. Ou seja, vivemos processos empiricamente observáveis, temos dados económicos, financeiros, comunicacionais, migratórios; temos, por exemplo, dados cada vez mais precisos sobre os enormes movimentos de inversões e consumos que ocorrem nas indústrias culturais; mas por essas indústrias circulam ao mesmo tempo imaginários e esses imaginários não são um ornamento, um componente externo ou indiferente ao que sucede nos processos mais concretos e, por assim dizer, empiricamente observáveis. Várias teorias do social reconhecem que o imaginário também representa e institui o social. Por meio de imagens, conformamos a nossa sociedade e o que sucede em relação com os outros, não nos movemos só com o empiricamente verificável com respeito aos outros, mas também com suposições e conjecturas”<sup>119</sup>.

De facto, acreditamos que, de certa maneira, só é possível entender eventuais padrões de uma suposta coerência da realidade urbana e territorial actualmente

<sup>116</sup> CANCLINI, Néstor García, 2000, *La globalización imaginada*, Barcelona, Paidós.

<sup>117</sup> Enrique SANTAMARIA e Juan DE LA HABA são autores e investigadores em Antropologia e Sociologia do Institut Català d’Antropologia (ICA).

<sup>118</sup> SANTAMARIA, Enrique, DE LA HABA, Juan, 2001, Entrevista a Néstor García Canclini, “Dilemas de la globalización: Hibridación cultural, comunicación y política”, in *Voces y Culturas, Revista de Comunicación*, n.º 17, pp. 143-165, [et. Barcelona, Paidós, pp. 147-148].

[Em linha][Consultado em Julho 2014], disponível no sítio, <<http://www.erapi.net/eu/content/alteraciones-cuadernos-de-socioantropolog%C3%ADa>>, p. 5.

<sup>119</sup> *Ibidem*, pp.147-148. Versão [em linha], pp. 5-6.

existente, marcada por uma grande volubilidade, e pela fraca nitidez de muitas das suas formas, por via de projecções, ensaios e conjecturas dos efeitos da modificação esquematizada dessa mesma realidade.

“Talvez actualmente vivenciamos uma maior tensão entre os conhecimentos científicos do social, do comunicacional, e ao mesmo tempo uma vastidão de mundo, uma opulência de informação, imagens, referências de muitas culturas que nos fazem experimentar uma vertigem apenas nominável com metáforas ou abarcável pelas suas narrativas. Se usamos metáforas e relatos é em parte para evitar perdermo-nos na dispersão do sentido, mas por sua vez, como diz Mons, esse sistema é sempre uma delimitação textual”<sup>120</sup>.

Como afirma Alain Mons<sup>121</sup>, trata-se do discurso da urbanidade como interacção da alteridade temática na diversidade de contextos. “O que chamamos *as urbanidades*, são constituídas por *atmosferas diversas*<sup>122</sup>, por lugares concretos e ambiências instáveis, por imagens difusas e partilhadas, que induzem o nomadismo da sensação e da observação. É por isso que a época contemporânea é a da experiência de uma *porosidade do sensível*, um pouco como quando tocamos numa pedra porosa que apresenta múltiplos pequenos buracos e que é permeável aos acontecimentos, aos ambientes climáticos, ainda que absorvam internamente os elementos de maneira penetrante e singular”<sup>123</sup>.

---

<sup>120</sup> *Ibidem*, p.148. Versão [em linha], p. 6.

<sup>121</sup> MONS, Alain, 2013, *Les lieux du sensible: villes, hommes, images*, Paris, CNRS Alpha.

<sup>122</sup> Entendimento das ambiências urbanas e práticas culturais no espaço urbano, de acordo com a ‘teoria das esferas’ de Peter Sloterdijk (\*), de articulação entre filosofia, arte e ciência, alegando que “as culturas são sistemas atmosféricos (...). O futuro será uma era da técnica do clima, e portanto, uma era técnica simplesmente (...). Tudo deverá ser produzido na perspectiva técnica, tanto a atmosfera metafórica como a atmosfera física. A política será uma secção da técnica do clima”. [do texto original “Les cultures sont des systèmes atmosphériques (...). L’avenir sera une ère de technique du climat, et donc une ère technique tout court (...). Tout doit être produit sous forme technique, aussi bien l’atmosphère métaphorique que l’atmosphère physique. La politique sera une section de la technique du climat”], cf. SLOTERDIJK, Peter, 2003, *Ni le soleil ni la mort, jeu de piste sous forme de dialogue avec Hans-Jürgen Heinrichs*, Paris, Pauvert, pp. 285-286. (\*) cf. SLOTERDIJK, Peter, 2003, *Esferas I*, Barcelona, Siruela.

<sup>123</sup> MONS, Alain, 2013, op. cit., pp. 11-12, (grifo nosso), tradução do trecho da edição consultada, “Ce qu’on appelle les urbanités sont constituées par des atmosphères diverses, par des lieux concrets et des milieux flottants, par des images diffuses et partagées, qui induisent le nomadisme de la sensation et du regard. C’est pourquoi l’époque contemporaine est celle d’une expérience d’une porosité du sensible, un peu comme lorsqu’on touche une Pierre poreuse qui presente de multiples petits trous et qui est perméable aux événements, aux climats ambiants, bien qu’absorbant intérieurement les éléments de façon penetrante et singulière”.

Reconhecemos os espaços planeados, que são desenhados e que se modificam com o tempo. Observamos ainda alguns efeitos das relações impressas quotidianamente nos espaços que transformamos, e que também se modificam com o tempo. No fundo, tentamos perceber de como o projecto reconhece o espaço que pretende modificar, e como representa essa mesma modificação e as suas consequências subseqüentes.

Temos assim de um lado os “processos complexos, culturais, ordenados”<sup>124</sup> e, por outro lado, as relações com essa realidade, que são da “ordem (...) da imponderabilidade, do desconhecido”<sup>125</sup>.

São variados os registos mentais acerca da cidade e de cada uma das suas partes, e modificam-se com as sucessivas vivências, esporádicas ou quotidianas, com as velocidades de apreensão, e intensidades dos comprometimentos de estudo, gestão ou integração/adição de sensações, impressões, análises, análise dos programas e soluções projectuais, entre muitos outros aspectos igualmente relevantes para a apreensão da natureza dos factos e significados da realidade abarcada em determinados momentos de determinado horizonte temporal.

A experiência contemporânea da pluralidade dos lugares urbanizados emana dos diversos sistemas vibrantes sobrepostos (físico, socio-cultural, produtivo, psicológico, etc.), com imagens também sobrepostas e concatenadas, como representações das relações estabelecidas entre tempos, espaços, objectos e outros elementos e estruturas materiais e mentais.

A questão do ‘lugar’ é sucessivamente abordada (referida) ao longo desta dissertação, por factores interpretativos ‘colocados’ em diversos universos de referência, como os de ordem morfo-tipológica, funcional e significativa, sendo também pretendida a sua abordagem num contexto de desterritorialização, como entidade espacial ‘essencial’, estática ou dinâmica, como máquina-suporte de relações e comunicações genéricas ainda por precisar. Como uma secção espacial habilitada ao enredamento de toda a complexidade das leituras impressivas e prospectivas, entendidas como contentores de esquemas de interpretação e de actuação.

---

<sup>124</sup> MONS, Alain, 2013, op. cit., p. 12. Tradução de “processus complexes, culturels, ordonnés”, no texto da edição consultada.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p.12. Tradução de “l’ordre (...) de l’impondérable, de l’inconnu”, no texto da edição consultada.

Estamos convictos da pertinência deste jogo mental da representação de distorções para acolhimento de colagens e ‘enxertos’ de imagens e significados preconcebidos, da liberdade da sua fragmentação e recomposição intencional (e involuntária), do ensaio de coreografias concertantes e desconcertantes. “Um novo espaço mental e uma estética contingente, ligados a um corpo incerto, manifestando-se por um movimento de aparecimento e desaparecimento das formas”<sup>126</sup>.

A proposta de Alain Mons em *Espace, corps, communication*<sup>127</sup> é de certa forma defendida como abordagem metodológica impressiva para entendimento do ‘espaço’, como objecto de análise experimental objectivada face a programas pretendidos, potencialidades intrínsecas e dinâmicas eventualmente existentes ou entretanto induzidas, alcançando deste modo uma caracterização pertinente (do espaço e, simultaneamente dos ‘materiais’ de projecto e das próprias correlações preconizadas pelo projecto), porque prospectiva e objectivada. Vislumbra-se assim uma metodologia com fertilidade disciplinar, porque *recursiva*<sup>128</sup>, operando o factor ‘tempo’ como ‘material’ activo do exercício projectual.

A cultura do difuso, sem opiniões estéticas ainda consolidadas, funcionais, formais ou outras, alinhando realidade e metodologias de reconhecimento perceptivo, marcada por interstícios, discontinuidades, formas e sinais interrompidos (factuais e, porventura, projectuais), parece, de qualquer modo, relevar o potencial das imagens mentais emaranhadas nas localizações onde ocorrem. De facto, trata-se sempre (e mais uma vez) do reconhecimento, pelo projecto, do lugar que pretende modificar, representando os seus materiais, as suas imagens.

Assim, refere-se Jeudy às imagens mentais das cidades, à sua emergência e utilização, como perturbadoras das nossas representações convencionais<sup>129</sup>, reconhecendo a condição de permeabilidade das leituras perceptivas, da sua natureza flexível não comprometida com decisões apriorísticas.

---

<sup>126</sup> MONS, Alain, 2004, “Glissement des images et appréhension des lieux”, in MONS, Alain (ed.) et. al, 2004, *Espace, corps, communication*, Boudeaux, Université de Bordeaux III, p. 67. Tradução de “Un nouvel espace mental et une esthétique contingente, liés à un corps incertain, se manifestent par un mouvement d’apparition et de disparition des forms”, no texto da edição consultada.

<sup>127</sup> MONS, Alain (ed.) et. al, 2004, *Espace, corps, communication*, Boudeaux, Université de Bordeaux III.

<sup>128</sup> O princípio da recursão contraria a racionalidade tradicional, e não é incompatível com a retroacção e retroinformação, em que ou produtos e efeitos são simultaneamente causas e determinantes dos próprios processos, constituindo-se como ciclos auto-organizadores. Cf. MORIN, Edgar, 1990 (1990), *Introdução ao pensamento complexo*, Lisboa, Inst. Piaget, p. 108.

<sup>129</sup> Cf. JEUDY, Henri-Pierre, 2003, *Critique de l’esthétique urbaine*, Paris, Sens & Tonka, p. 35.

São assim examinados alguns aspectos cruciais da actuação urbanística na cidade contemporânea, entre análises e propostas de actuação, para entendimento da prevalência e interesse dos arquétipos esquematizados nas suas próprias relações, face à rigidez e debilidade estratégica dos modelos arquitectónicos e urbanísticos convencionais e, sobretudo, dos processos de mediação cultural que asseguram muitas das formas e linguagens da representação.

“Se considerarmos operações culturais na cidade, como intervenções artísticas pontuais, espectáculos, acções de valorização estética do espaço urbano, é evidente que uma certa sinergia politico-cultural mantém-se suportada por uma dinâmica que imprime na cidade muito da sua imagem”<sup>130</sup>.

O projecto urbano, como síntese das estratégias e das técnicas definidas para intervenção na cidade e território existentes, será sempre de grande volubilidade, precisamente na medida da contingência das estratégias em si, face a oportunidades não previstas ou perante a rápida alteração da conjuntura e das políticas urbanísticas, económicas e sociais.

O projecto visa, naturalmente, modificar e gerir as condições de desenvolvimento (e gerir a própria modificação) da cidade e do território, dando expressão a medidas de política, disciplinando dinâmicas (induzindo-as, porventura), organizando o interesse público na resolução de problemas e como vector de desenvolvimento, sendo que, de maneira geral, marca e focaliza a ambição de uma colectividade para assuntos urbanísticos do seu interesse.

Por vezes, o projecto urbano está ainda associado à ideia de ‘processo’, e inclui os conceitos da ‘previsibilidade’ e do ‘princípio da flexibilidade’ como dispositivo (estrutura do instrumento) que permitem potenciar as suas condições de perenidade. Este paradigma está ultrapassado, pois as dinâmicas são imprevisíveis e as oportunidades incertas, tal como os ‘tempos’ da projectação e da actuação, entre vários outros factores sem evidência apriorística morfológica e significativa.

Dada a aparente debilidade da generalidade das dinâmicas de promoção imobiliária e do investimento público em acções de reurbanização, em conjugação com o excesso e

---

<sup>130</sup> JEUDY, Henri-Pierre, 2003, *Critique de l'esthétique urbaine*, op. cit., p. 143. Tradução livre de “Si on additionne dans une ville les opérations culturelles, les interventions artistiques ponctuelles, les spectacles, l'aménagement esthétique de l'espace urbain, force est de constater qu'une certaine synergie politico-culturelle demeure soutenue par un pareil rythme qui donne à la ville une bonne partie de son image”, no texto da edição consultada.

diversificação da oferta de suburbanização, a actuação urbanística deixou há longa data de ser previsional, incluindo a falta de perspectiva para indução de comportamentos ou dinâmicas supostamente atinentes ou favoráveis a alguns dos seus objectivos de estruturação urbanística ou de qualificação ambiental de determinados territórios, sobretudo os que apresentam forte expressão social.

A planificação urbanística procede, em geral, por processos *não-retroactivos*, encadeados em ‘cascata numa perspectiva meramente recursiva e, como tal, sem capacidade de se auto-informar, sem ‘consciência’ dos efeitos das suas propostas. Sendo ainda determinada por procedimentos de sucessivo conhecimento e pormenorização do território, e perante a conjuntura produtiva actual, a planificação urbanística vê-se confrontada com novas exigências metodológicas e operativas. Já não se outorga com facilidade a uma visão de conjunto para os territórios a intervencionar, que permitiria consensualizar soluções de médio ou longo prazo, correlacionadas com os necessários meios de implementação. E o longo prazo está, na maioria das situações, fora de questão, dado o ritmo das alterações da realidade e das decisões, a não ser numa perspectiva de preservação, de reserva de uso, ou de desurbanização, o que é de difícil negociação para grande parte do território urbanizado por redes débeis mas disseminadas e ramificadas por acrescentos sucessivos.

Desde logo, teremos que ‘arquitectar’ novas metodologias de análise e de actuação que permitam induzir e sistematizar determinados factores de coesão urbanística e territorial, integrando as estruturas, redes e infraestruturas existentes, e que concorram para a melhoria (das condições) da qualidade de vida dos ‘habitantes’ da cidade.

Na verdade, se observadas às suas escalas relativas, as acções de estruturação urbanística e de valorização ambiental são genericamente intervenções difusas, mesmo quando incidem em malhas urbanas da cidade compacta.

E, porventura, “as operações urbanísticas e os projectos de arquitectura realizados tornam-se, após um tempo relativamente curto, expressões de uma urbanidade integrada. Qualquer que seja a cidade, retém esta capacidade como o seu próprio enigma<sup>131</sup>”.

---

<sup>131</sup> JEUDY, Henri-Pierre, 2003, op. cit., p. 12. Tradução livre de “Les opérations d’urbanisme réalisées, les projets d’architecture accomplis deviennent après un temps relativement court, les expressions



Mais não seja, pela estratificação da memória, e pelo ‘cuidado’ do projecto transportar alguns factores de identidade que facilitam a sua inserção no espaço intervencionado, seja pela preservação de valores preexistentes, seja pela ‘invenção do próprio contexto onde actua, como memória ex-nova, ou ainda como ‘memória do futuro’.

Face a esta última ideia, e seguindo a definição proposta por Mijail Bajtin para “cronotopo”<sup>132</sup>, concluímos que este dispositivo metaforológico espacio-temporal<sup>133</sup> preside (como princípio banal) a muitas das intervenções arquitectónicas icónicas e auto-referenciadas, que ‘constroem’ os seus próprios contextos, quer pelas suas escalas e programas de excepção, quer pelas soluções de inserção como novas topografias operativas.

Nesta perspectiva dialógica, a qualificação do espaço colectivo depende da ‘atitude’ das soluções arquitectónicas (de como projectam a sua envolvente) que se autoconstroem (autopoiéticas) com base numa ordem cronotópica, social e física, o que permite verificar que, deste modo, projectam-se ‘lugares’, e não apenas ‘formas’, e não obstante constituírem em geral ‘gestos’ fortes de grande singularidade objectual.

---

d’une urbanite intégrée. Cette puissance d’assimilation n’importe quelle ville la détient comme sa propre énigme”, no texto da edição consultada.

<sup>132</sup> Cf. BAJTIN, Mijail, 1981, “Forms of Time and of the Chronotope in the Novel. Notes towards a Historical Poetics”, in *The Dialogical Imagination. Four Essays by M. M. Bakhtin*, Austin, University of Texas Press, pp. 84-258.

<sup>133</sup> Cf. NAVARRETE LINARES, Federico, 2001, “Diálogo com M. Bajtin sobre el cronotopo”, in *La tortuga marina*, <http://tortugamarina.tripod.com/>

### *condições de inovação*

Referindo-se a alguns aspectos da prática urbanística em Itália, Bernardo Secchi constata que “a colecção dos documentos que constituem hoje um plano urbanístico é diversa da que uma longa tradição nos habituou. No seu interior, sempre com maior frequência, encontram-se, por exemplo, *decisões programáticas, elementos preliminares e álbum de projectos*”<sup>134</sup>, sugerindo que as alterações produzidas ao nível da forma de representação dos planos não se devem tanto ao recurso a novos ‘materiais’ convocados pelos mesmos, mas decorrem sobretudo da importância e frequência com que alguns daqueles materiais participam no plano como elementos fundamentais da sua própria estrutura.

Para Secchi, o factor verdadeiramente inovador da experiência italiana de planificação urbanística (dos planos de terceira geração) seria o “álbum de projectos”<sup>135</sup>, conjunto de documentos escritos e desenhados, cujos conteúdos pressupõem a representação e caracterização do ‘contexto físico’ e dos ‘contextos temáticos’ do projecto, bem como a definição das atitudes e intenções presentes ao exercício da projectação, bem como o esclarecimento dos significados dos ‘esquemas projectivos’ preconizados.

Caracterização do *contexto físico* do projecto, no sentido da acumulação e concentração (no plano) dos referenciais seleccionados, no âmbito do processo cognitivo do qual os estudos de projecto fazem parte.

Caracterização do *contextos temáticos* do projecto, como representação implícita ou explicitação dos pressupostos teóricos e conceptivos da transformação ou modificação

---

<sup>134</sup> SECCHI, Bernardo, “Album di progetti”, 1988, in SECCHI, Bernardo, 1989, *Un Progetto per L’Urbanistica*, Torino, Einaudi, pp. 291-297, p. 291, (ed. orig., *Casabella*, n. 544, marzo 1988, Milano, Electa, p. 14), (grifos do texto original), trad. de “La collezione di documenti dei quali un piano urbanistico è oggi costituito è diversa da quella cui una lunga tradizione ci há abituato. Al suo interno com sempre maggior frequenza si trovano, ad esempio, *delibere programmatiche, preliminari di piano e album di progetti*”.

<sup>135</sup> Cf. SECCHI, Bernardo, “Album di progetti”, 1988, op. cit.

do espaço urbano ou do território, elencando os conteúdos convocados e enunciando as correlações a estabelecer.

Definição dos *esquemas projectivos*, como o conjunto das prescrições que permitam perceber (e demonstrar) a indubitável pertinência, possibilidade e natureza das transformações e critérios de modificação a veicular pelo projecto urbano, do seu programa de intervenção.

O “álbum de projectos” a que Secchi se referia, constitui-se “como a tentativa de reencontrar ou descobrir as *regras* que resultam da observação da cidade e do território, mais do que do sucessivo remendar do grande palimpsesto do corpus normativo”<sup>136</sup>.

Estas observações (aplicadas ao contexto italiano de então, a propósito de algumas experiências urbanísticas em que o principal objecto da planificação já não era mais o crescimento da cidade, mas antes a sua transformação, a efectiva modificação da cidade existente) mantêm-se hoje pertinentes e generalizáveis, uma vez ajustadas aos territórios urbanizados actuais, pelas possibilidades e pluralidade de abordagens a que se permite o exercício do projecto urbano, perante as novas condições do exercício, nos termos dispostos no âmbito destas reflexões.

De facto, constituindo-se sobretudo como uma ‘atitude’ do exercício projectual tendente ao reforço dos aspectos qualificativos das soluções urbanísticas, e desde que se reúnam as necessárias condições do respectivo enquadramento normativo, o projecto urbano (enquanto plano e projectos dos espaços colectivos e arquitectura urbana) habilita-se, segundo configurações e ‘esquemas’ projectivos adequados e diversificados, ao enquadramento de contextos físicos e temáticos igualmente diversificados, onde o tema da expansão da urbanização poderá ainda ter cabimento.

Refira-se que a emergência e afirmação do projecto urbano, como atitude ‘projectual’, decorre também da afirmação de um conjunto de exigências e necessidades de qualificação acrescidas dos instrumentos de planeamento, intervenção e gestão urbanística, situação especialmente pertinente quando estes incidem sobre contextos urbanos já existentes, de considerável complexidade. De facto, as estruturas dos actuais instrumentos de planeamento urbanístico (PMOTs) manifestam, com grande frequência,

---

<sup>136</sup> SECCHI, Bernardo, “Album di progetti”, 1988, in SECCHI, Bernardo, 1989, *Un Progetto per L’Urbanistica*, Torino, Einaudi, pp. 291-297, p. 297, (ed. orig., *Casabella*, n. 544, marzo 1988, Milano, Electa, p. 14), (grifo no texto original), trad. de “como il tentativo di ritrovare *regole* che nascono dallo sguardo sulla città e sul territorio piuttosto che dal continuo rammendo del grande palimpsesto del corpus normativo”, no texto da edição consultada.

graves desajustes face à realidade, por incapacidade em representar as suas relações mais profundas e complexas no actual panorama marcado por dinâmicas incipientes e por uma crise económica e de valores, quadro em que os anteriores paradigmas da urbanística previsional modernista e pós-modernista tornaram-se inoperantes.

A problemática da modificação, requalificação e valorização dos espaços da urbanização existente, pela sua fertilidade, abrangência temática e proximidade às novas formas de gestão, coloca-se hoje no centro das atenções do debate e reflexão sobre a cidade-território, tendo em vista a interpretação da cidade contemporânea e a definição de novas metodologias para a sua estruturação urbanística e qualificação ambiental.

As causas estruturais do crescimento urbano (industrialização, movimentos migratórios, desequilíbrios regionais e outras) perderam significado, e as suas causas indirectas (mercado do solo, políticas de fomento, planificação urbana por soluções extensivas) verificam hoje outro tipo de preocupações ou determinam, em geral, outro tipo de efeitos.

O património urbanizado é hoje já muito extenso e a cidade (compacta e difusa) apresenta um défice de estruturação ambiental e urbanística por colmatar, sendo as políticas urbanas mobilizadas, em grande medida, para operações (muitas vezes cirúrgicas) com elevados níveis de sustentabilidade e com manifestos efeitos no que respeita ao melhoramento da qualidade de vida das populações.

São, em certa medida, inovadores alguns dos programas estabelecidos por determinados projectos de base temáticos, como:

- ‘Projectar a infra-estrutura’ (ou a ‘partir da infra-estrutura’), ou ‘projecto de inserção’ urbana ou territorial de determinada infraestrutura, incluindo *articulações* de inserção de redes, plataformas logísticas e de transportes, macroestruturas produtivas de expressão territorial, sistemas de ‘materiais pesados’ correspondentes à polarização de algumas funcionalidades de utilização colectiva (na acepção anglo-saxónica do termo ‘infra-estrutura urbana’);
- ‘Projecto do limite’, qualificando espaços terminais, barreiras, impasses urbanísticos, ‘juntas grossas’ do território e outros espaços, lugares e ‘não-lugares’ susceptíveis de conformar axialidades funcionais e/ou formais em ‘corte’ no território urbanizado;

- ‘Projectar sistemas’ elementares, recorrentes no território, como o sistema de espaços colectivos, os sistemas de base ambiental, ou os sistemas baseados nos signos de identidade do território (orográficos, hidrográfico, etc.).

Alguns requisitos metodológicos do exercício da planificação urbanística evoluíram e alteraram-se substancialmente nos últimos anos, com as profundas modificações políticas, socio-demográficas, dos sistemas produtivos e dos processos de urbanização. Não obstante as sucessivas alterações dos paradigmas de referência, e a permanente perplexidade com que encaramos alguns fenómenos urbanos emergentes, algumas das correlações disciplinares preservam coerência disciplinar relativa, enquanto dispositivos autopoiéticos, não obstante tenha diminuído a sua eficácia e pertinência como operadores metodológicos dos actuais desafios da urbanística contemporânea. Ou seja, continuam válidas as ‘chaves de leitura’ morfológicas e tipológicas para níveis elementares de reconhecimento, por exemplo, mas a sua utilização articulada a níveis mais elaborados, como os que respeitam à conformação de modelos, encontra um conjunto de dificuldades operativas e significantes. Perante as novas condições de complexidade da urbanização e, conseqüentemente, da intervenção urbanística, algumas ‘correlações de resistência’ ou supostas como *invariantes disciplinares* já não asseguram, com facilidade, as condições de conformidade (física, tipológica, social) desejadas para a sua reprodução no território. De resto a inserção urbana de soluções tipificadas (pela suposta ‘estabilidade’ de determinadas correlações adoptadas como *invariantes*) reveste-se sempre de efeitos imprevistos determinados pela alteração de factores preexistentes, ou pela interferência de factos acrescentados posteriormente. Ou seja, o atributo ‘estabilidade’ perde-se com facilidade, como dislate de partida (veja-se os exemplos dos equívocos ou ambiguidades tipológicas) ou como equívoco adquirido ao longo do tempo.

Assim, as principais opções metodológicas estabelecidas por níveis elementares de abstracção, confrontam-se com condições de grande complexidade e fertilidade disciplinar a considerar pelo exercício da actuação urbanística (de difícil interpretação e representação).

Na verdade, uma das questões centrais do debate acerca das metodologias de análise consiste precisamente no entendimento da seguinte conjectura duplamente dialógica – o que explica que problemas similares sejam frequentemente enquadrados por soluções

distintas, e questões muito dissemelhantes possam ter representações projectivas análogas? Em que condições as tipologias dos problemas apresentam correspondências unívocas com as tipologias das soluções projectuais, e que (tipos de) problemas e (tipos de) soluções?

Como em outras instâncias do debate disciplinar, pretende-se naturalmente que as questões apontadas conduzam à experimentação de novas metodologias operativas adequadas às actuais realidades e actuais condições do exercício da actuação e da gestão urbanística, contribuindo assim para alguma ‘des-imobilização’ da discussão acerca de algumas condições de inovação do exercício projectual. Com efeito, paradoxalmente, as designadas condições de inovação não correspondem propriamente a conceitos recentes, mas sim à retoma de conceitos operativos no quadro de novas condições disciplinares e no âmbito de uma nova episteme relativa à cidade contemporânea<sup>137</sup>.

Consideremos então algumas das condições que se afiguram virtualmente necessárias para a (plena) afirmação do projecto urbano, acerca das quais o projecto deverá assegurar uma estrutura narrativa claramente assertiva.

Pela sua relevância, fixaremos alguns factores como a [1] leitura do contexto no (pelo) projecto, a [2] tridimensionalidade do projecto urbano, a [3] reflexão sobre o tempo do discurso urbanístico, a [4] planificação por objectivos e acções estratégicas, e a [5] afirmação de uma linguagem do projecto urbano, entre outros factores complementares aos apontados, ou que importam à adequação dos mesmos face aos contextos específicos dos exercícios correspondentes (para interpretação de atributos conjunturais), ou se constituam como versões variantes daqueles factores.

A leitura do contexto no (pelo) projecto [1], ou em termos mais gerais, ‘de como o projecto reconhece e representa os contextos que pretende modificar’.

<sup>137</sup> A ruptura com a urbanística modernista pela consideração do ‘princípio da flexibilidade’, permitindo encarar o plano como ‘processo’ (a construir por sucessivas e diferenciadas aproximações), foi seguida pela episteme do abandono das metodologias de base previsional, por enquadramento do projecto urbano como veículo de actuação estratégica a desenvolver por abordagens de base morfológica, a que se seguiu um novo entendimento do projecto urbano como retoma dos projectos de arquitectura (considerando uma linguagem comum na leitura do território, ou seja, pensando a linguagem do projecto urbano como uma proto-linguagem do projecto arquitectónico, noção integradora que é um dos temas recorrentes desta dissertação) e projectos de arquitectura dos espaços públicos, para uma efectiva qualificação da intervenção na cidade e eficácia do reconhecimento, comunicação e validação de programas, soluções projectuais e estilos de gestão.

Trata-se da interpretação da natureza da cidade, que o plano fornece e sobre o qual se conforma, na opinião de autores como Bernardo Secchi e Mosé Ricci<sup>138</sup>, do reconhecimento, demonstrado pelo projecto urbano, da importância relativa dos significantes em presença para a definição das estratégias e programa de intervenção e, consequentemente, da *forma do projecto urbano*, da sua estrutura, dos seus conteúdos técnicos, temáticos e documentais.

“O objectivo de obter, pelo processo de transformação (...), as *regras* de como era e *como se transformou*, a leitura/interpretação destes *como* é essencial para o reconhecimento de um dos factores fundamentais constituintes da identidade urbana. A leitura/interpretação (...) dos tecidos constitutivos da morfologia urbana e do parcelamento do solo, confiada a um tratamento gráfico que evidencia os tipos constitutivos das diversas áreas, as suas conformações e (...) as linhas ou directrizes dos arranjos, as espessuras, as alturas e, sobretudo, os *modos* através dos quais são feitas as conexões, (bem como) a geometria do solo urbanizado e dos edifícios, a dimensão e as formas e, enfim, os principais conotados do tecido”<sup>139</sup>.

As várias atitudes e metodologias de intervenção no espaço urbanizado serão então reconhecidas ao nível da *forma do projecto*, posicionando-se este face ao reconhecimento da presença e/ou ausência de materiais inerentes à natureza da cidade, assim como no que respeita às peculiaridades do contexto de intervenção – de como o plano os descreve e neles se fundamenta (ou fundamenta a sua estrutura programática, técnica e processual).

A tridimensionalidade do projecto urbano [2], consiste no efectivo reconhecimento da natureza e (diversificação das) implicações espaciais das figurações da urbanização.

<sup>138</sup> Cf. SECCHI, Bernardo, 1988, “Album di progetti”, in SECCHI, Bernardo, 1989, *Un Progetto per L’Urbanistica*, Torino, Einaudi, (ed. orig. in *Casabella*, n. 544, Milano, Electa), e, RICCI, Mosé, 1991, *Natura della città e forma del piano: l’identità delle regole*, Roma, Officina.

<sup>139</sup> RICCI, Mosé, 1991, op. cit., pp. 59 e 64, trad. livre do orig., (grifos do texto original) “Lo scopo di ricavare, dal processo di trasformazione (...), le *regole* del com’era e quella del *come si è trasformato*, la lettura/interpretazione di questi *come* è essenziale per il riconoscimento di uno dei fattori fondamentali costituenti l’identità urbana. La lettura/interpretazione dei tessuti costitutivi della morfologia urbana e delle partiture del suolo”, affidati a un trattamento gráfico che evidenzia “i tipi costitutivi delle diverse aree, la loro conformazione e (...) le linee o direttici delle giaciture, gli spessori, le altezze, soprattutto, i *modi* attraverso i quali avvengono le connessioni, (nonchè) le geometrie del suolo urbanizzato e degli edifici, le dimensioni e le forme, e infine, i connotati principali del tessuto”.

Observe-se como Huet, que muitos dos “planos de ocupação do solo, sob a sua aparente inocuidade técnica, são na realidade veículos de um modelo tacitamente anti-urbano; um dia acabará por se descobrir que os aparatos regulamentares e os procedimentos destinados a resolver de forma abstracta os problemas de densidade de população e das diversas ocupações do solo, têm precisas implicações espaciais”<sup>140</sup>.

Pelo recurso à arquitectura urbana e arquitectura dos espaços colectivos, o projecto urbano poderá considerar mecanismos conceptuais baseados numa efectiva espacialização das suas medidas, tendo acesso à linguagem arquitectónica para concreções mais pormenorizadas ou para sugestões arquitectónicas, ultrapassando claramente a contingência da mera regulação de usos e aproveitamentos do solo<sup>141</sup>.

A reflexão sobre o tempo do discurso urbanístico [3] consiste no reconhecimento do factor tempo como inerente à formatação programática e processual do projecto urbano, ou ‘de como’ o *discurso urbanístico* deverá reflectir o entendimento e a modificação do seu próprio tempo, “de quando as coisas são ditas e com que sucessão”<sup>142</sup>.

De importância fundamental para a sua própria concepção, a reflexão sobre o tempo do discurso urbanístico permitirá o entendimento da construção hermenêutica do projecto urbano, definindo os termos da actuação e decidindo sobre as respectivas figurações, bem como acerca dos termos de viabilização e validação das suas propostas.

O tempo constitui-se, neste sentido, como material fundamental à construção do projecto urbano (como *material do projecto*), que assumirá formatos diferenciados na correspondência ao respectivo horizonte processual.

Ou seja, trata-se de aferir ‘de como o tempo determina o enquadramento das condições da interactividade entre projecto urbano / projectos de arquitectura / negociação / exercício da gestão’, e ‘de como o tempo permite que o projecto incorpore (internalize) as reacções e reflexos das suas próprias determinações’, circunstância fundamental ao entendimento dos procedimentos negociais (validação das sugestões sucessivamente esquematizadas) a que (o projecto) desta forma se permite; ou ‘de como o tempo da

---

<sup>140</sup> HUET, Bernard, 1984, “La città come spazio abitabile, Alternative alla Carte di Atene”, in *Lotus International*, n. 41, Milano, Electa, pp. 6-17, p. 8, trad. de Maria Barda, “A Cidade como Espaço Habitável (alternativas à carta de atenas)”, in *AU - Arquitectura e Urbanismo* n. 9, dez./jan. 1986/1987, São Paulo, Ed. PINI, pp. 82-87, p. 86.

<sup>141</sup> Este requisito do projecto urbano será objecto de sucessivas abordagens ao longo deste trabalho, por referências pontuais aos seus vários níveis de entendimento e significação.

<sup>142</sup> SECCHI, Bernardo, 1990, “Tre piani”, in *Urbanistica*, n. 98, Milano, Franco Angeli, pp. 3-8, p. 6, trad. do orig. “di quando le cose vengono dette e con quale successione”.



gestão e decisão determina a caracterização das estratégias e dos programas de actuação’, entre outros aspectos igualmente pertinentes.

O tempo desenha-se, ou seja, todo o desenho tem um tempo implícito, o tempo da projectação, o tempo da consensualização, o tempo da realização e o tempo da validação.

Bernardo Secchi formulou uma ideia, repetida frequentemente por muitos autores em diversos contextos, de que ‘cada vez que desenhamos um risco, esse risco tem um preciso significado temporal’.

A actuação urbanística e arquitectónica verifica os seus próprios tempos curtos, de médio prazo, ou de tempo longo, ou todos eles, por faseamentos e por sucessivas retomas do programa (reurbanização, reabilitação, etc.).

Observem-se os casos dos projectos especiais (nas circunstâncias de súbito aproveitamento de oportunidades e recursos, por exemplo), em que o tempo do projecto pode inclusivamente ser derogado ou “encomendado” pela própria fase negocial que então (antecede e) condiciona com frequência os programas e as estratégias da actuação urbanística.

Veja-se a este respeito a opinião de Nuno Portas em “Resposta a Lotus”<sup>143</sup>, e no que respeita ao entendimento das condições de “interactividade” que caracterizavam então uma parte dos exercícios de planificação e gestão urbanística.

A reflexão sobre o ‘tempo’ da programação da acção urbanística constitui, de resto, factor essencial à consideração estratégica dos objectivos e acções de intervenção e modificação na urbanização existente.

Diversas acções de base estratégica desenharam factos que se destinam a induzir determinadas dinâmicas ou efeitos desejados, preparando as condições para a prossecução, em fase temporal subsequente, das restantes componentes do programa.

Vejam-se adiante os exemplos apontados por Donn Logan e Wayne Attoe respeitantes ao conceito de ‘catálise urbanística’<sup>144</sup> por eles desenvolvido.

---

<sup>143</sup> Cf. PORTAS, Nuno, 1991, “Le opportunita non previste (Resposta a Lotus, a planificação entre planos e projectos)”, in *Lotus International*, n.º 69.

<sup>144</sup> Cf. LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Berkeley, University of California Press.

A actuação por objectivos e acções estratégicas [4] decorre, em parte, da capacidade do projecto em incorporar ou assimilar os efeitos das suas próprias medidas, permitindo-se à reformulação atempada<sup>145</sup> destas últimas.

As estratégias também se desenham. A esquematização de programas procura com frequência assegurar alguma reserva de flexibilidade quando à sua concreção, articulação interna das suas valências, e dimensionamento das mesmas, ou ainda acerca da própria tipologia do programa, no que respeita às suas componentes parciais.

Mas ‘pensar em estratégia’ é, em muitas circunstâncias, ‘pensar em sistema’, em redes programáticas que permitam potenciar os factos e soluções preconizadas, por via da sua articulação e aproveitamento dos efeitos de complementaridade e de acompanhamento dos elementos, estruturas e valências singulares.

A elaboração dos programas (preliminares) arquitectónicos e urbanísticos são exercícios estratégicos de articulação dos espaços, funções e redes de suporte, e correspondente referenciação aos temas implicados e aos destinatários, determinando as condições de vivência dos mesmos. Na realidade, as opções acerca dos modelos arquitectónicos e urbanísticos têm sido determinantes para a configuração estratégica dos correspondentes programas de actuação.

O factor tempo revela grande importância estratégica para os programas de maior envergadura ou complexidade. De facto, as contingências financeiras e outras que determinam o faseamento da actuação, as indecisões acerca das condições futuras quanto ao contingente de usuários, exigências técnicas ou correspondentes a novos entendimentos de alguns programas, são factores de complexificação da decisão e da aprovação.

O planeamento estratégico tradicional no exercício da gestão empresarial tem sido aplicado com relativo sucesso pela urbanística e pela arquitectura. As matrizes SWOT, PEST e Porter’s Five Forces permitem correlacionar factores internos (pontos fortes e vulnerabilidades) com factores externos (oportunidades e ameaças) de modo a encadear decisões e procedimentos.

Importa-nos grandemente o tema da construção de sistemas, da observação das formas dos sistemas espaciais e funcionais, entre outros<sup>146</sup>, e de como se constituem enquanto dispositivos de estruturação urbanística e de qualificação ambiental.

---

<sup>145</sup> Ou capacidade em assimilar os reflexos das dinâmicas induzidas pelo próprio processo de projectação, situação poderá ocorrer por opção estratégica.

Nuno Portas aponta o carácter estratégico do projecto urbano, assim como do carácter igualmente estratégico da forma arquitectónica enquadrada por processos catalíticos.

“O projecto urbano, pelo seu nível estratégico de decisão, abarca um fragmento da cidade (previsto ou não no plano) a que se atribui um programa de execução quase sempre resultante de uma negociação prévia com algumas, mas não todas as entidades promotoras, sejam públicas, privadas ou mistas. Noutros casos, resulta de uma iniciativa pública que espera do projecto um papel de motivação ou atracção de outros actores, sejam investidores ou sejam usuários. Quase sempre estes projectos urbanos contêm indeterminações significativas, ou seja, esperam uma arquitectura motivadora, mas incompleta. Por esta razão, estas intervenções a que alguns chamam projectos estratégicos são (...) como de foram projectos-processo que ganham sucessiva forma *definitiva* com a chegada de novos sócios, promotores ou utilizadores finais, ou seja, até que o programa perca as suas últimas indefinições. Nas recentes estratégias das cidades estes projectos têm (...) uma função que alguns chamam de *catalítica* – quer dizer, que pode desencadear outras iniciativas em distintos lugares (...) – e nessa função catalítica a forma arquitectónica costuma representar, por sua vez, um papel estratégico”<sup>147</sup>.

Os sistemas poderão assumir muitas formas na correspondência a diversos níveis de abstracção, maior ou menor desenvolvimento e hierarquização, como eixos, pólos, eixos de pólos, constelações, formas ‘rizomáticas, isotrópicas, ou adjectivadas pela sua escala, função e natureza espacial ou objectual.

Adiante é abordada, entre outras, a noção de ‘megaforma’, nomeadamente na construção dos conceitos de steam, clustes, mat-building e mat-urbanização, referentes a formas de articulação de estruturas e texturas urbanas e arquitectónicas.

De resto, muitos projectos urbanos, como estratégia de estruturação e articulação dos seus programas, procuram a constituição de sistemas físicos, funcionais e espaciais, a partir de fragmentos latentes que reconhecem no território (ou a partir da própria topografia e hidrografia, por exemplo), acrescentando factos singulares ou já agrupados

<sup>146</sup> Considerando o ‘social’ como estrutura e sistema em si, mas também como representado pelas morfologias urbanas e sentido morfo-tipológico do edificado, conforme alguns apontamentos nesse sentido, constantes deste trabalho.

<sup>147</sup> PORTAS, Nuno, 2003, “De una ciudad a outra: perspectivas periféricas”, in RAMOS, Ángel Martín, (ed.), 2004, *Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos*, Barcelona, UPC, pp. 221-229, p. 225.

por nódulos ou segmentos – em territórios intermédios ('in-between'), promovendo formas axiais, ou sobrepondo, promovendo formas condensadas ou polares, ou conformando sistemas complexos simultaneamente axiais e polares, simplesmente horizontais ou verticais, consoante a forma preferencial de desenvolvimento, ou ainda com desenvolvimento tridimensional significativo.

Muitos dos exercícios de planificação urbanística relativamente recentes propunham ainda formas de urbanização extensiva, com flagrantes problemas de sustentabilidade no que respeita às redes de suporte e no que respeita à preservação de estruturas naturais com valor ecológico e ambiental.

Sendo muitas vezes pertinente a proposta de factores de coesão urbana e territorial, tornaram-se insólitas as propostas de diversos planos, de escalas eminentemente executórias, baseadas na constituição de 'novas centralidades', redundantes à escala e forma do sistema da cidade alargada, que emergiram incompletas e, como tal, mais contrastantes com as envolventes correspondentes.

Não se tratou, provavelmente, de simples equívocos decorrentes de problemas metodológicos, de programação e de gestão, mas sobretudo inerentes à ausência de uma visão estratégica para a urbanização e desenvolvimento local, ou de uma dupla estratégia, acautelando dispositivos correctores das próprias metodologias do projecto, incluindo porventura uma aproximação temporal cautelosa.

A narrativa do projecto urbano recorre a uma [5] linguagem muito própria, porque abarca e articula a linguagem do território, respeitante à descrição da topografia, das redes, da morfologia do suporte físico e morfologia do parcelar, uma proto-linguagem da arquitectura, da sua conformação fundamental, como a implantação, volumetria (recorte volumétrico), alinhamentos, e outros aspectos da morfologia arquitectónica, e ainda a linguagem própria da arquitectura, relativa à sua composição formal e resolução tipológica.

Esta narrativa descreve, no fundamental, o programa de actuação urbanística, que encerra em si um evidente sentido figurativo e tipológico das propostas que veicula.

O programa de intervenção deverá assim reflectir estrategicamente a oportunidade e natureza das acções e procedimentos destinados à 'orientação' das exigências, necessidades e comportamentos da própria realidade que o projecto representa e pretende transformar.

O projecto urbano poderá promover as acções que preconiza e prefigura (como preliminares, intercalares, variantes, contrapropostas, seriados prévios ou seriados finais), estimulando adesões e identificando os agentes e meios que reconheça como bastantes à fixação dos termos programáticos a que respeitam aquelas acções.

À fixação pontual ou intercalar das valências programáticas (e respectiva consideração como compromissos a gerir no sentido da subsequente figuração e espacialização) corresponderá, ou não, uma disrupção da escala de abordagem, na correspondência à natureza do evento e natureza das decisões sobre o mesmo.

Ou seja, o processo de configuração e espacialização da actuação urbanística e arquitectónica resultará como objecto (contingência) do ‘diálogo’ entre acção e decisão (tempos da decisão).

Neste sentido poderemos inferir de como o projecto urbano programa o exercício da sua gestão, e de como a gestão do projecto urbano resulta essencialmente como gestão (procedimentos de articulação e legitimação / validação) do seu programa.

O reconhecimento pelo projecto das opções, recursos e oportunidades de intervenção, poderá resultar como exercício de mediação e compatibilização estratégica dos vários interesses detectados, e face ao programa definido (ou cuja explicitação terá sido precipitada pelas dinâmicas induzidas pelo próprio processo interpretado pelo projecto urbano).

Tal postura poderá assim resultar como *vontade* do projecto, que objectivará materiais e procedimentos destinados a informar os procedimentos de divulgação e consensualização das suas medidas.

Tratar-se-á, nesta última circunstância, de imprimir condições de visibilidade e eficácia ao processo de projectação, fomentando sinergias e catalisando os procedimentos concorrentes à validação e viabilização da estrutura programática da intervenção pretendida.

O projecto urbano poderá, nestes termos, assumir formas e conteúdos diversificados, na correspondência a estratégias e programas igualmente diversificados, podendo mesmo reduzir-se à condição de intérprete das decisões assumidas em sede que lhe é estranha,

ou remeter-se ainda à condição intercalar de reformulação e ajuste da sua própria estrutura programática, reconhecendo então os termos derogatórios que motivaram a suposta condição intercalar<sup>148</sup>.

O entendimento da actuação urbanística face às condições de inovação apontadas como prerrogativas disciplinares dos projectos para intervenção na urbanização existente, com relevo para as reflexões sobre os ‘tempos’ do projecto e para a programação por acções e objectivos estratégicos, levam a considerar a natureza eminentemente estratégica do próprio projecto urbano enquanto veículo de programas a implementar e reacções a desencadear nos territórios que são objecto das modificações prospectivadas.

Ou seja, o novo projecto urbano, enquanto estrutura passível de conceptualização estratégica e operativa, caracterizada por abordagens diversificadas (por escalas de resolução figurativa e incidências físicas e temáticas igualmente diversificadas), embora concorrente aos objectivos de (re)qualificação e estruturação ambiental da cidade, permite-se à programação de um conjunto de medidas cujos efeitos poderão exceder a mera actuação imediata sobre os contextos da intervenção.

De facto, o projecto urbano poderá enquadrar a implementação de acções encadeadas, elas próprias capacitadas à produção de efeitos dinâmicos ou reacções por parte de eventuais intervenções ulteriores para o mesmo contexto ou parte dele.

O entendimento estratégico da modificação na urbanização existente, resultará então do conceito de ‘potencial de reprodução’<sup>149</sup> de algumas das suas medidas, como noção fulcral de sistematização e *articulação* interactiva dos seus procedimentos projectivos e processuais. Esta noção, reconhecendo à intervenção na cidade as qualidades distintas dos seus tempos enquanto programação / planificação e enquanto implementação da acção, permite a consideração, com maior clareza, dos vários níveis conceptuais e de resolubilidade das suas vertentes como desenho dos espaços públicos e desenho de conjuntos urbanísticos.

---

<sup>148</sup> Cf. PORTAS, Nuno, 1991, *Le opportunità non previste (Resposta a Lotus, a planificação entre planos e projectos)*, op. cit.

<sup>149</sup> Este conceito foi desenvolvido por Logan e Attoe, entre outros autores.  
Cf. LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, op. cit.

A noção de acção catalítica autoriza o plano ao reconhecimento estratégico dos efeitos que, no tempo, poderão resultar da implementação de determinados dispositivos, outorgando-lhes valias metodológicas atinentes à sua automatização no território, dada a evidência formal de que se revestem.

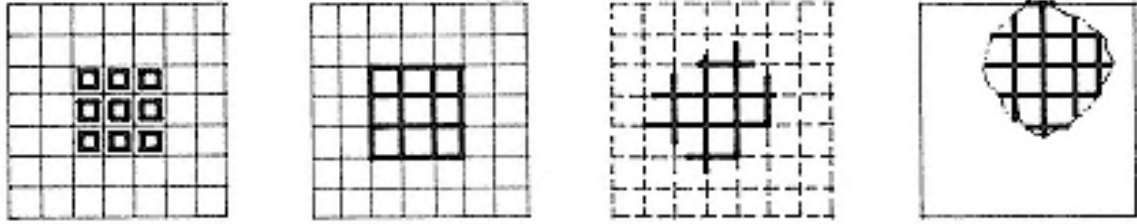
O conceito de reprodução de padrões de linguagem poderá revelar-se como narrativa central ao entendimento da urbanização enquanto arquitectura, reduzindo-se assim a complexidade das variáveis da urbanização e da edificação, mas obrigando a opções quanto a modelos reconhecíveis.

Logan e Attoe sugerem processos específicos para implementação das ‘ideias’ a desenvolver pelo desenho urbano para renovação da urbanização existente<sup>150</sup>, quer como realizações reprodutíveis, como normas ou como medidas incrementalistas.

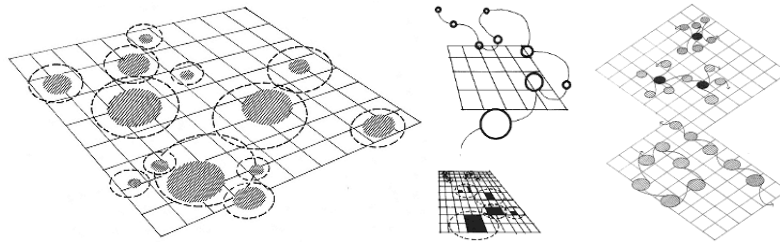
---

<sup>150</sup> Vejam-se os exemplos descritos por Logan e Attoe, referentes a algumas cidades americanas (em #4-*catalysts in action*), cf. LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, op. cit., pp. 75-121.

[Em linha][Consultado em Julho 2014], disponível em <<http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft5k4006v5/>> e em <<http://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft5k4006v5&brand=ucpress>>.



[A1] LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Berkeley, University of California Press, p. 106.  
Representação diagramática de “preservação, reforço, reparação e criação de malha urbana”.



[A2] LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Berkeley, University of California Press, p. 47 e p. 72.  
Representação diagramática do processo catalítico. As acções, representadas por eclosões/incubações, sejam expansões, reabilitações, articulações, entre outras, catalisam outras acções, que por sua vez impulsionam ainda outras. Cada acção é condicionada de modo a não produzir efeitos adversos indesejados ou para limitação do seu espaço ou expressão. As reacções podem ser nucleadas, multinucleadas, em forma de ‘colar’ ou outras.  
Conceito de ‘colagem de focos de desenvolvimento’ para Phoenix, consistindo num conjunto de oportunidades não relacionadas cronologicamente, mas articuladas física e espacialmente, reforçando-se sequencialmente por activação catalítica pontual.



Num processo de catálise urbanística, segundo aqueles autores, são consideradas algumas acções e reacções com capacidade de produzir uma série de efeitos desejados (físicos, funcionais, de qualificação ‘visual’, e respeitantes aos modos de utilização do espaço), marcando intencionalidades no território, e influenciando intervenções posteriores.

Segundo Logan e Attoe, o espaço público deverá ser tipologicamente caracterizado, para que as suas ‘regras’ possam ser reproduzidas com eficácia, o mesmo sucedendo com a modelação dos restantes sistemas com expressão espacial.

Para aqueles autores, a planificação urbanística, ao invés de concebida no sentido estrito, como processo de implementação das imagens ‘ideais’ da cidade, deverá antes ser entendido como programação de um conjunto de relações evidentes a despoletar e desencadear na malha urbana e no território cuja requalificação é pretendida.

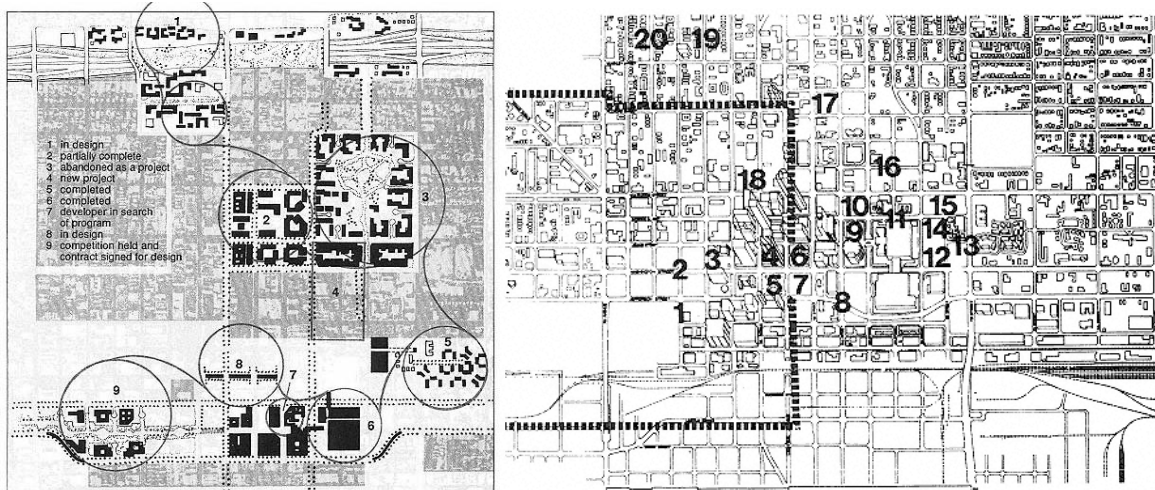
O projecto urbano resultaria assim com sentido incrementalista dos impactos e efeitos operativos pretendidos pelas arquitecturas prefiguradas, mais do que, ou para além do seu entendimento como suporte prospectivo e processual das acções de intervenção específicas a empreender.

As correlações disciplinares subjacentes à arquitectura urbana representada (prefigurada) pelo projecto, poderão, nos termos assinalados, adquirir um sentido verdadeiramente prospectivo das formas dos espaços urbanos, respectivos programas e parâmetros ambientais delineados (e implícitos), obviando o seu entendimento como modelos arquitectónicos de referência, ou seja, permitindo ao projecto urbano a consideração das condições de flexibilidade adequadas (que não comprometam o próprio plano) à representação e tipificação das arquitecturas que deverão informar a figuração dos fragmentos e conjuntos edificados.

As técnicas e procedimentos de construção do projecto urbano, e no que respeita aos níveis de resolução de sua arquitectura urbana, serão entendidos naqueles termos como uma “sequência limitada de abordagens figurativas, as quais tipificarão e condicionarão outras abordagens igualmente figurativas<sup>151</sup>”.

---

<sup>151</sup> Cf. LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Berkeley, University of California Press, p. 10.



[A3] LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Berkeley, University of California Press, pp. 108-110.

Conceito de ‘colagem de focos de desenvolvimento’ para Phoenix, consistindo num conjunto de oportunidades não relacionadas cronologicamente, mas articuladas física e espacialmente, reforçando-se sequencialmente por activação catalítica pontual.

Phoenix é uma das metrópoles com maior crescimento nos Estados Unidos, e foi afectada com a dispersão de investimentos nas áreas periféricas e críticas, desprovidas de infra-estruturas de qualidade. A estratégia adoptada foi a de atrair e concentrar investimentos e outros recursos conformando centralidades específicas de base empresarial e tecnológica, localizadas nas ‘bordas’ do núcleo central, conformando sistemas ‘anelares’ ou ‘colares’ (necklace). As oportunidades não são descritas cronologicamente, mas fisicamente, reforçando-se mutuamente com as realizações coalescentes.

Planta da ‘Baixa’ de Phoenix com a demarcação dos “projectos catalíticos” (1988), incluindo um novo centro direccional, a renovação de um antigo teatro, um parque urbano, um centro de artes performativas, centros de lazer e de serviços e diversos investimentos comerciais privados. Esta polaridade revela-se atractiva para os habitantes e para os interesses financeiros e de investimento. Sendo anteriormente uma área anónima e banal, torna-se progressivamente num pólo de desenvolvimento próspero, que “inspira confiança”. Ao projecto urbano de 1980 foram acrescentados, nos anos seguintes, diversas recomendações como a ampliação do centro de convenções, a localização de hotéis e de um shopping mall com um novo conceito, apto a ser constantemente remodelado.

Os catalisadores urbanísticos verificarão desígnios que ultrapassam a resolução pontual de problemas funcionais ou operativos, propondo-se ainda como elementos e factores que, inserindo-se no espaço urbanizado, conformam as condições da sua própria contextualização urbana.

Ou seja, os seus desígnios centram-se no referido sentido incrementalista que caracteriza os factores em questão, o seu entendimento como destinados à contínua (continuada) regeneração da malha urbana.

Um dos aspectos fundamentais deste conceito residirá precisamente no facto dos elementos catalíticos apresentarem capacidade potencial de ‘moldar’ a cidade de modos distintos ao longo do tempo, reorientando-se em função da sucessiva implementação das medidas estratégicas que representam. Neste sentido, os catalisadores urbanos são dinâmicos – interpretam e representam o espaço urbano e os parâmetros da sua modificação, interagem, determinam efeitos e ajustam-se em função dos resultados dos efeitos que determinam.

“Um catalisador urbano tem um propósito maior do que resolver um problema funcional, ou criar um investimento, ou proporcionar uma amenidade. Um catalisador é um elemento urbano que é moldado pela cidade (o seu estajo de ‘laboratório’) e, por sua vez, molda o seu contexto. *O seu objectivo é o incremento, a contínua regeneração do tecido urbano. O ponto importante é que o catalisador não constitui um único produto final, mas um elemento que impele e guia desenvolvimentos subsequentes*”<sup>152</sup>.

Uma inovação do pensamento sistémico é a de que as modificações podem integrar as realidades anteriormente existentes, por acumulação, reorganização e *articulação* de factores dos sistemas polarizados e dos sistemas lineares.

---

<sup>152</sup> LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *op. cit.*, p. 45, trad. de “An urban catalyst has a greater purpose than to solve a functional problem, or create an investment, or provide an amenity. A catalyst is an urban element that is shaped by the city (its ‘laboratory’ setting) and then, in turn, shapes its context. *Its purpose is the incremental, continuous regeneration of the urban fabric. The important point is that the catalyst is not a single end product but an element that impels and guides subsequent development*”, no texto da edição consultada.

Em vez de conceber o tecido urbano como uma massa edificada, o desenho sistémico considera redes de conexões<sup>153</sup>.

Os sistemas são concebidos com capacidade de desenvolvimento e modificação, sem comprometerem a ordem subjacente das relações estabelecidas. Os contrastes entre os padrões mais abstractos, simples e de grande complexidade, estão presentes nos vários níveis de *articulação dos sistemas*, como demonstrado pelos esquemas de Yona Friedman ou de Kenzo Tange, onde várias ordens e modelos coexistem por *layers* (como substratos topográficos) de *clusters* ou *mat-buildings*, temática que será adiante novamente abordada.

*(as fórmulas dos 3 “P’s”)*

Não existem fórmulas secretas de sucesso, mas sim conjugações de estratégias e de procedimentos.

Os três P’s propostos por Corboz (Purpose, Plan, Post) como condições para o sucesso dos media, são de facto muitos mais: como resolver os problemas, com que elementos, como comunicar, como interagir (produtos), que estratégias de marketing adoptar (pricing), mas é melhor promover as ideias e acções (promover), como as apresentar (packaging), e como posicionar os estudos urbanísticos (o que pensam os tomadores das propostas), considerando as pessoas como os destinatários finais da actuação urbanística.

---

<sup>153</sup> Um factor catalisador poderá ser simplesmente o programa ou localização de determinado equipamento, ou carácter assumido pelo tratamento de determinado espaço colectivo, ou mesmo um elemento arquitectónico que, fortemente conotado a usos específicos ou a princípios de composição e estruturação de certos ambientes urbanos indicie o subsequente recurso e reprodução desses mesmos princípios (subjacentes). Neste último caso, é fortemente sugestivo o exemplo da ‘galeria’ ou ‘loggia’ no espaço público que, representando determinado sentido funcional e social, poderá induzir futuros alinhamentos face a fragmentos disseminados no território, ou a ‘moda’ (marca dominante dos factos precedentes ou preexistentes), qualificando desta forma o espaço público com que se relaciona. Observe-se que os princípios morfo-tipológicos assim considerados são passíveis de esquematização por soluções simultaneamente genéricas e precisas.

### *a contingência dos modelos*

As ‘condições de inovação’ (do exercício da actuação urbanística) acima apontadas, põem em causa não apenas a noção da urbanística funcionalista (isotropia, homogeneidade, hierarquização, zonificação, segregação, metonímia) como a própria ideia de ‘modelo’ arquitectónico enquanto representação figurativa do espaço edificado inerente às soluções propostas pelo projecto urbano.

A incapacidade do modelo em exprimir referenciais urbanísticos causais que permitam flexibilizar os termos da sua concreção, sem que venha a comprometer o carácter das relações que exprime, leva a arrepiar, para níveis mais elementares de reconhecimento, o conjunto das relações a estabelecer (pelo projecto) como figurações da arquitectura dos espaços colectivos e arquitectura do conjunto edificado, figurações que são inerentes às estratégias e programas de actuação no espaço urbanizado existente.

A contingência do recurso (pelo projecto urbano) a modelos arquitectónicos bem definidos, decorre, em parte, das dificuldades de interacção entre categorias cognitivas (modos de organizar o pensamento projectual) de natureza essencialmente diversa.

O projecto urbano, perseguindo a definição das ‘regras’ de transformação do espaço, dos códigos que informarão a infra-estruturação e edificação parcelar na cidade, reconhece o sentido temporal e “negociável” do processo que interpreta.

O ‘modelo’, prefigurando referentes arquitectónicos concretos e irreduzíveis, alude à imobilização das estreitas relações assumidas ao nível do fragmento, dificultando o progressivo ajuste daquelas mesmas relações.

As dificuldades de adequação de determinado modelo à realidade que pretende ordenar, determinam a sua falência e a sua inevitável substituição por um outro modelo, ou por

soluções com sentido tipológico demasiado vago, e como tal susceptível a formas de gestão adversas, resultantes da extemporaneidade das relações entre as figurações sugeridas e as concreções das mesmas.

A tentativa da representação de uma estrutura projectual que se pretende de natureza eminentemente flexível, pelo recurso a referentes de natureza exclusiva, reveste-se da contradição fundamental estabelecida ao nível do ‘tempo’ do projecto – algumas das qualidades que se pretendem representar (relações entre as partes) são anuladas e substituídas pelas entidades que supostamente deveriam apenas operar o seu relacionamento.

Assim, o modelo substitui-se às relações que permitiram a sua identificação, ou a identificação das suas condições de pertinência, perdendo estas o seu sentido fundamental (gnosiológico e como vector de mobilização de sinergias para a validação das propostas).

Contradição de resto aparente, já que inexistente em fase terminal de negociação e assunção de compromissos, e resolúvel aos níveis da simulação e experimentação transitória (e circunstanciada) de referentes, entretanto considerados como meras sugestões de percurso, o que permitirá a retoma e reflexão sobre as relações disciplinares instauradoras da linguagem arquitectónica relevante ao projecto urbano.

Será assim de reflectir acerca da possibilidade em ‘esquematisar’ as correlações que são atributos do modelo, após a validação do projecto urbano, que assumiu a gramática da arquitectura como padrão linguístico de qualificação.

No entanto, será caso de insistir acerca dos riscos de “anacronismo” que, em determinadas circunstâncias, a prefiguração da arquitectura urbana eventualmente determina ao processo de planeamento: de como o modelo, enquanto configuração das relações pretendidas, poderá viciar os procedimentos da construção do projecto urbano, por eventual ‘falsificação’ das lógicas de encadeamento e fixação de significados numa perspectiva estratégica, de certo modo aberta a novos significados ainda por identificar.

Como, de resto, resultariam ‘falsificadas’ as lógicas do projecto urbano, se informado por figurações intercalares de forte expressão formal, à revelia de dinâmicas de qualquer tipo.

Como já foi referido, a prefiguração dos espaços colectivos e das arquitecturas relevantes, por recurso explícito a modelos, circunstância muitas vezes inevitável ou difícil de contornar, poderá revelar-se relativamente inócua, se os mesmos forem apresentados como técnica de prospecção muito particularizada.

O interesse do projecto urbano pelo modelo residirá também na detecção e representação das expectativas e condicionamentos existentes, e possível indução de dinâmicas que orientarão as tarefas de negociação e de gestão urbanística, como base de trabalho articulada com a representação de uma *ideia* de intervenção que reconheça o encaminhamento das ‘regras’ e procedimentos a verificar pelos objectivos do próprio projecto.

“Regra e modelo são termos (...) usados pelos urbanistas para indicar dois modos inevitáveis de organizar o pensamento projectual (...). Regra é um termo que geralmente se refere a um conjunto de requisitos e interdições a que são submetidas algumas práticas sociais; modelo alude à prefiguração de um estado de coisas. A primeira é pensada à escala de um tempo histórico povoado por assuntos que interagem mutuamente, de processos que estão associados a procedimentos, ritos, códigos, liturgias. A segunda reenvia, em vez de [para] imagens, para utopias, para mitos colocados fora da história, para um tempo em que as diferentes partes encontram plenamente a sua própria identidade. A regra é frequentemente associada à ideia de uma infinita e universal negociabilidade, o modelo à da *irreducibilidade*: dos desejos, das necessidades, dos direitos”<sup>154</sup>.

Note-se que a interconformação da arquitectura do edificado e arquitectura dos espaços colectivos poderá obviar alguns dos problemas da extemporânea prefiguração da

---

<sup>154</sup> SECCHI, Bernardo, 1989, “La regola e il modello”, in *Urbanistica*, n. 95, Milano, Franco Angeli, pp.3-6, p. 4, trad. livre do excerto orig. no texto da op. cit., (grifos do texto original), “Regola e modello sono termini (...) usati dagli urbanisti per indicare due ineludibili modi di organizzare il pensiero progettuale (...), Regola é termine che allude solitamente ad un insieme di prescrizioni e di divieti cui sono sottoposte alcune pratiche sociali; modello è parola invece che alude alla prefigurazione di uno stato di cose. La prima é solitamente pensata sullo sfondo di un tempo storico popolato di soggetti tra loro interagenti, di processi cui si associano procedure, riti, codici, liturgie. Il secondo rinvia invece ad immagini, a utopie, a miti posti al di fuori della storia, ad un tempo nel quale i diversi soggetti ritrovino pienamente la propria identità. La regola è spesso associata all’idea di un’infinita ed universale negoziabilità, il modello a quella dell’*irriducibilità*: dei desideri, dei bisogni, dei diritti”.

primeira, já que as condições de validação e os tempos de decisão da segunda permitem a consideração de figurações mais elaboradas.

Nem convém ao projecto urbano condicionar em demasia os futuros projectos de arquitectura, mas tão-só, e sobretudo, adquirir e comunicar uma ‘consciência’ clara das suas ‘arquitecturas’, de modo a garantir os convenientes termos de articulação entre as mesmas e com o desenho dos espaços colectivos.

Regra e modelo são, desta forma, “termos que se referem a uma diversa, mas não contraditória reflexão sobre o tempo”<sup>155</sup>, interessando o modelo arquitectónico sobretudo como reconhecimento ulterior da variabilidade tipológica permitida por ‘chaves’ morfo-tipológicas resultantes da fixação de algumas relações presumidas como de maior estabilidade (de persistência, de permanência, ou invariantes disciplinares) e nessa qualidade eleitas como representantes do ‘tipo’ de arquitectura do edificado e arquitecturas dos espaços públicos pretendidas pelo projecto urbano, nomeadamente na sua vertente de “projecto do chão”<sup>156</sup> conforme descrito por Bernardo Secchi.

A circunstância do modelo se esgotar nas suas correlações disciplinares específicas, determina algumas das incompatibilidades entre o recurso ao mesmo e o entendimento estratégico do carácter “catalítico” a assumir por determinadas acções de intervenção urbanística na cidade.

O projecto urbano, como linguagem de intermediação, procura então figurações de arquétipos correlacionados com os modelos que pretende sugerir, e que apresentam-se mais estáveis e menos comprometedores que as figurações dos modelos conhecidos e facilmente apreensíveis, o que permite considerar níveis mais elevados de abstracção e flexibilidade, reduzindo a complexidade das suas representações projectuais<sup>157</sup>.

---

<sup>155</sup> SECCHI, Bernardo, 1989, “La regola e il modello”, in *Urbanistica*, n. 95, Milano, Franco Angeli, pp.3-6, p. 5, tradução de “termini che alludono ad una diversa, ma non contraddittoria riflessione sul tempo”, no texto da edição consultada.

<sup>156</sup> SECCHI, Bernardo, 1989, “Progetto di suolo”, in *Um progetto per l’urbanistica*, Torino, Einaudi, pp. 129-136, (ed. original, 1986, *Casabella*, n. 520-521, Milano, Electa, pp. 19-23).  
Veja-se ainda, a propósito, algumas das considerações formuladas por Nuno Portas em, PORTAS, Nuno, 1985, *Variaciones sobre política urbana y tipología: cinco manzanas mas o menos abiertas*, in PORTAS, Nuno, 2005, *Arquitectura(s): Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, FAUP, p. 274.

<sup>157</sup> SECCHI, Bernardo, 1989, “Ridurre la complessità”, in *Urbanistica*, n. 94, Milano, Franco Angeli, pp. 3-6.



Em 1989, Bernardo Secchi afirmava que a complexidade transporta problemas metodológicos acrescidos.

“A complexidade é hoje um termo abrangente, pelo menos no campo dos estudos e das práticas que dizem respeito à urbanística: que indica uma nova área de problemas, mas também a oculta. (...) Numa época como a nossa em que a linguagem se torna frequentemente ‘automatismo que tende a nivelar a expressão em fórmulas mais genéricas, anónimas, abstractas’, complexo torna-se sinónimo de difícil e de múltiplo, assim como infinito torna-se sinónimo de ‘inumerável’; a que se recorre para evitar o esforço de uma mais rigorosa construção e formulação dos problemas”<sup>158</sup>.

A noção de complexidade alterou-se significativamente nos anos recentes, motivando uma intensa reflexão no campo dos estudos e das práticas que dizem respeito à urbanística. “A descoberta da complexidade, ou melhor, da história da complexidade, remete a toda a história da nossa tradição científica e epistemológica”<sup>159</sup>, suscitando diversas interpretações referidas na correspondência a alguns dos temas abordados na generalidade pela presente dissertação.

---

<sup>158</sup> SECCHI, Bernardo, 1989, “Ridurre la complessità”, op. cit., p. 3, trad. livre de “Complessità è oggi, almeno nel campo degli studi e delle pratiche che all’urbanistica si riferiscono, termine coprente: che indica una nuova área di problemi, ma anche li nasconde. (...) In un’epoca come la nostra nella quale il linguaggio si fa spesso ‘automatismo che tende a livellare l’espressione sulle formule più generiche, anonime, astratte’, complesso diviene sinonimo di difficile e di molteplice così come infinito diviene sinonimo di ‘innumerevole’; ad essi si ricorre per evitare lo sforzo di una più rigorosa costruzione ed enunciazione dei problemi”

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 3, trad. de “La scoperta della complessità, o meglio la storia della complessità, rimanda all’intera storia della nostra tradizione scientifica ed epistemologica”.

### *hermenêutica do projecto*

Considerando que o projecto urbano poderá ser, sobretudo, a expressão de um processo de investigação – da análise cognitiva à definição de um quadro estratégico e operativo, da individualização dos espaços físicos e temáticos do projecto à proposta de intervenção – que ‘forma’ deverá então assumir(?), que materiais importam à construção do projecto e que encargos deverão orientar o desenvolvimento dos projectos de arquitectura e arquitectura dos espaços colectivos(?) quais os respectivos graus de flexibilidade e afectação espacial e formal(?).

Ou seja, como deverão ser concebidos o programa e a estrutura formal, técnica e processual do projecto urbano, os termos do permanente ajuste e conformação dos seus conteúdos estratégicos e semânticos(?).

Sendo o projecto urbano estrategicamente proposto como representação abrangente e operativa de um conjunto de relações que possam configurar uma determinada ‘ideia de cidade’, e sendo que a experiência da planificação supõe a reflexão sobre o ‘tempo’ do seu próprio discurso, será legítimo considerar a transposição, para o campo da planificação urbanística, da noção de ‘círculo hermenêutico’, que estabelece o sentido dialéctico da compreensão do geral e do particular, do todo e da parte, o *todo como determinante e determinado pelas partes*.

Do geral para o particular e do particular para o geral, como processo conceptual e metodologia de ‘visita’ e ‘revisita’<sup>160</sup> continuada do projecto urbano ao território que intervenciona, da exaustiva descrição da sua estrutura e soluções propostas, como *capacidade* do projecto em reflectir sobre si próprio e sobre o contexto urbano que representa e pretende transformar.

---

<sup>160</sup> Neste subcapítulo procuram-se os códigos paramétricos sequenciais: accional (actores e acções) e analítico (a sua leitura), denotados pelas formas adoptadas e eventuais desajustes conotativos. Procuram-se ainda definir os termos da modificação e transformação do espaço, com recurso aos referentes necessários à materialização do mesmo. Avaliam-se correspondências e conformidades dos termos de referência com as realidades referidas.

As sucessivas aproximações, estabelecidas aos vários níveis de entendimento, reconhecimento e referenciação circunstanciada das formas (figurações intercalares) adoptadas, permitem estabelecer uma possível ‘narrativa’ do projecto, instância central da sua avaliação crítica.

Como metodologia de articulação entre plano e projectos (espaços colectivos e arquitectura urbana), o projecto urbano permite obviar algumas das vicissitudes dos processos diacrónicos de representação da cidade, não obstante não dispensar formas de validação muitas vezes extemporâneas aos tempos correspondentes ao processo que representa.

Atente-se que o processo de progressiva fixação e interconformação de factores, condiciona frequentemente os níveis de elaboração e de decisão ao estabelecimento de relações simples e discretas entre as variáveis a factorizar.

### *temporalidades*

#### *sincronismo, anacronismo, diacronismo*

Como já foi por diversas vezes referido, a consideração do projecto urbano pressupõe o reconhecimento explícito e assertivo de uma atitude face à cidade existente ou melhor, face aos espaços urbanizados que o projecto representa e pretende transformar.

Na correspondência aos factores estratégicos e programáticos, será naturalmente possível identificar os vários níveis de interacção entre o projecto e o contexto urbano a que este se refere, através dos quais poderá então aquele ser referido e descrito.

O posicionamento assumido (por representação) face ao resultado da acção do tempo sobre a forma urbana, constitui factor de reconhecimento de como o plano entende (e estrutura) a modificação daquela mesma forma urbana: ou seja, no confronto conservação/modificação do espaço urbanizado, poderemos identificar três posicionamentos fundamentais que caracterizam os instrumentos urbanísticos como *sincrónicos, anacrónicos* ou *diacrónicos*.

Para além do instrumental de planificação urbanística, também algumas atitudes de intervenção e opções de projecto poderão ser caracterizadas face às mesmas categorias cronónimas.

Como explicitação dos níveis de reconhecimento da cidade existente e representação das modificações a empreender no espaço urbano, as referidas categorias cronónimas diferenciam igualmente algumas atitudes específicas ou peculiares atribuíveis aos próprios referenciais culturais disciplinares e revertidos ao projecto, pelas circunstâncias das relações por estes firmadas entre as propriedades intrínsecas daqueles referenciais (urbanísticos e arquitectónicos – modelos e relações morfo-tipológicas particulares) e os factores que caracterizam determinados contextos físicos, programáticos, e estratégicos do projecto e desenho da cidade.

Designaremos como *sincrónicos*, os projectos ou atitudes projectivas que reconhecem a cidade actual como coexistência de partes heterogenias reunidas num espaço que é entendido (pelo projecto) como pertencente ao mesmo ‘tempo’ – o tempo do próprio projecto.

Ou seja, o contexto da intervenção é descrito e interpretado como essencialmente contemporâneo ao projecto, que assim se permite, para interesse próprio, a entender a realidade que aborda como eminentemente ‘factual’.

O interesse desta observação reside na possibilidade do projecto, em determinadas circunstâncias e níveis específicos de enquadramento, reconhecer e representar alguns dos seus materiais (da urbanização existente) como virtualmente homogeneizados, não obstante a eventualidade da respectiva descontinuidade e fragmentação.

Desta forma poderá assegurar a validação de algumas lógicas projectivas reconhecidas pelo próprio projecto como importantes aos desígnios de modificação a que se propõe.

Esta será porventura uma das condições em que a atitude propositiva poderá configurar (fundamentar) os termos da ressignificação da cidade existente por reabilitação significativa dos espaços já constituídos.

Verifique-se que, neste caso particular, a desconexão morfológica eventualmente patenteada pela cidade, poderá revelar-se como importante factor de motivação do projecto urbano, que poderá ter vontade de proceder à *articulação* dos factos urbanos, dotando-os de um ‘novo’ significado conjunto informado por sistemas inferidos da

história e memória da própria cidade, assumindo-os como factores operativos do exercício.

Poder-se-á concluir que a ‘neutralização’, ou melhor o ‘congelamento’, face ao ‘tempo de projecto’, dos tempos próprios aos factos urbanos em presença, será uma das condições para que estes últimos não resultem desvirtuados através da respectiva representação pelo projecto urbano.

Se, por outro lado, a assunção das características essenciais da identidade urbana resultar de opções conotadas com um determinado período histórico em particular, ou a uma fase específica do crescimento da cidade, então poder-se-á configurar uma atitude *anacrónica*<sup>161</sup>.

O posicionamento projectual tenderá, então a atribuir um valor relativo à cidade actual, propondo antes um outro ‘tempo’ como factor de ‘ressignificação’ do espaço urbano, do seu desenho efectivo.

O recurso a determinados modelos arquitectónicos ou urbanísticos e respectiva ‘imposição’ ao território intervencionado, como atitude concorrente à sua significação parcial ou conjunta, poderá, em determinadas circunstâncias, representar um posicionamento de ‘anacronização’ do projecto urbano.

Se, no entanto, a atitude projectual configurar lógicas (internas ao projecto) que apenas revelam os vários ‘tempos’ da cidade, inerentes à produção dos factos urbanos em presença, as relações estabelecidas (instituídas) pelo projecto revelam-se em geral mais importantes que as suas próprias determinações objectivas.

Será esta, porventura, uma das principais características dos posicionamentos *diacrónicos*, que revelam frequentemente uma matriz ou entendimento de base funcionalista.

Ou seja, a dotação de ‘coerências’ à entidade urbana poderá em algumas circunstâncias ser entendida como não sendo directamente cometida à reconstituição do sentido

---

<sup>161</sup> A retoma de algumas das qualidades da cidade tradicional, por alusão ou citação temática e formal (figurativa) de qualquer das suas produções históricas específicas, poderá em algumas circunstâncias ser entendida como postura projectual anacrónica, sobretudo se imbuída de uma visão romântico - nostálgica das produções em questão, como qualidades ‘perdidas’ cuja retoma ou ‘restauro’ importará considerar. Veja-se algumas soluções urbanísticas definidas por citação, frequentemente parcial, de reconhecidos protótipos urbanísticos do renascimento ou protótipos arquitectónicos modernistas, apenas como exemplos entre muitos outros.

(significado) de qualquer das partes da cidade, ou nem prevê a sua confirmação (legitimação) numa prevalente identidade conjunta.

Perpassando pela qualificação temporal dos factos urbanos em presença, o projecto poderá assumir lógicas de intervenção suficientes à sucessiva justificação (representação) da singularidade dos fragmentos significantes.

*Sincronismo*, *anacronismo* e *diacronismo* serão, nestes termos, ‘categorias de posicionamento’ dos projectos urbanos<sup>162</sup>, veiculadas não só pela natureza conceptual das respectivas estruturas formais e programáticas, mas ainda traduzidas pela ‘geometria’ mais ou menos variável das estratégias representadas pelos mesmos.

Ou seja, tratar-se-á ainda do posicionamento do projecto face (ao entendimento que o mesmo revela acerca) à temporização dos actos subjacentes à sua concepção, ou face aos termos de gestão e de implementação das suas propostas.

Refira-se que as categorias em causa, quer entendidas ao nível da ‘forma’ dos projectos, quer ao nível dos processos que os mesmos organizam, e tal como definidas, não pressupõem (por si) a atribuição, reconhecimento ou vínculo a juízos de mérito.

Verifique-se, de resto, a possibilidade em reconhecer, para o mesmo projecto, posicionamentos simultaneamente diversos, face ao entendimento da relação (confronto) ‘tempos’ dos factos urbanos / ‘tempos’ da actuação urbanística.

Poderemos, no mesmo sentido, definir ‘níveis’ ou ‘intensidades’ daquelas qualidades, quer quando referidas às estruturas e conteúdos dos projectos, quer quando referidas aos respectivos enquadramentos processuais.

Refira-se apenas como exemplos, entre muitos outros, que um determinado projecto urbano poderá verificar uma postura *sincrónica* face a vertentes propositivas das modificações a empreender para uma parte da cidade, e adoptar em simultâneo um posicionamento *anacrónico* face a alguns dos fragmentos em presença, por determinações específicas quanto aos termos de uso ou re-uso dos mesmos<sup>163</sup>.

Qualquer das referidas categorias cronónimas verifica as suas próprias condições de legitimação (motivação operativa, adequação às dinâmicas empreendedoras ou

<sup>162</sup> Ou categorias de ‘posicionamento relativo’ da programação da actuação urbanística na cidade e correspondentes ‘meios’ de produção do espaço urbano.

<sup>163</sup> A medida do nível ou ‘profundidade’ da anacronização cometida poderá ser avaliada, por exemplo, face à adequação programa / estrutura formal / tipologia do fragmento arquitectónico, nas situações apontadas.

reconhecimento dos demais recursos, conotação directa como vantajosa e/ou desajustada em termos imagéticos, tipológicos e morfológicos, etc.), onde será admitida ou suposta a aporção de benefícios ou condições de inovação do exercício disciplinar. Neste sentido, só se verificarão desajustes por descontextualização ou quando os modelos ou arquétipos arquitectónicos e urbanísticos de referência forem convocados em concreções marcadas por dislate morfológico (em que as formas dos espaços urbanos aparentam resultar da acumulação de sucessivas intervenções desconcertadas a muitos níveis, a título de mero exemplo), situação que parece poder redundar em plena incongruência das atitudes e procedimentos projectivos.

Do que já foi dito, poder-se-á inferir acerca da complexidade e diversidade dos problemas a considerar pelo projecto urbano, das dificuldades com que a sua construção poderá ser confrontada.

Quer sejam considerados como essencialmente inerentes à realidade que se pretende transformar e ordenar, em geral complexa e de tangibilidade sempre relativa, ou inerentes ao próprio projecto enquanto representação daquela realidade ou enquanto processo enquadrado por formas de articulação e de gestão específicas, as dificuldades com que o projecto urbano se debate revelam-se em geral profundamente correlacionadas, dado que os problemas específicos estabelecidos a qualquer daqueles níveis resultam ou determinam problemas reflexos nos restantes.

Será, nestes termos, de considerar a conveniência do projecto (em) proceder ao reconhecimento da génese e encadeamento das dificuldades que experimenta, por forma a habilitar a sua estrutura programática, formal e processual a um adequado enquadramento e encaminhamento das convicções e procedimentos, e com vista à criação das condições necessárias à sua própria legitimação (da sua própria estrutura), e legitimação / viabilização das medidas que preconiza, metodologia que poderá ter enquadramentos estratégicos de natureza retroactiva.

O exercício projectual para os territórios urbanizados com níveis heterogéneos de qualificação, parecendo aceder apenas à narrativa do seu contexto programático e processual, obriga-se a circunscrever “sistemas de relações, criar estruturas ágeis, uma

pré-sintaxe aberta a significados ainda não constituídos”<sup>164</sup>, que permitam encarar o enquadramento de realidades caracterizadas por comportamentos e dinâmicas que frequentemente ultrapassam as próprias estratégias de flexibilidade a que os planos se permitem reservar.

Trata-se, entre outros aspectos, do reconhecimento e descrição da natureza e significados das dinâmicas de produção dos factos urbanos, dos métodos e meios em que os mesmos se estruturam, assim como acerca das condições da sua reprodução.

A gestão de programas e processos assume-se como factor preponderante ao enquadramento das novas estratégias político-culturais, sendo por vezes a única via de enquadramento (em continuidade) do exercício da actuação urbanística.

A legitimação dos processos marcados pela prevalência de determinações exógenas ao projecto urbanístico<sup>165</sup>, e correspondentes contextos físicos de pertinência, poderão determinar a conformação dos estudos a ‘formas’ (competências técnicas e processuais) específicas, como expressões peculiares dos ‘modos’ de decisão, gestão e múltipla articulação da ‘empreitada urbanística’ (processo do projecto à obra: objectivo / programa / projecto / obra).

A desenvoltura dos posicionamentos projectuais face ao factor ‘tempo’ (tempos dos factos referidos e operados pelo projecto urbano, tempos da decisão e fixação de programas, tempos da gestão urbanística, etc.), representa um claro enriquecimento do exercício, libertando-o dos manifestos inconvenientes resultantes da estreiteza de vínculos a modelos de actuação pré-estabelecidos, situação concorrente à flexibilização dos trabalhos de elaboração do projecto e respectiva adequação à natureza dos contextos que representa.

Mas, simultaneamente, o factor ‘tempo’, que se desenha com precisas implicações espaciais constitui, por esta mesma razão, causa e consequência de alguns dos termos de complexificação do projecto.

<sup>164</sup> CHOAY, Françoise, 1973, *La città. Utopie e realtà*. Torino, Einaudi, p. 55, trd. Do excerto orig. “dei sistemi di rapporti, creare delle strutture agili, una presintassi aperta a significati non ancora costituiti”

<sup>165</sup> Refere-se a processos especiais ou enquadratórios de programas e factores de ‘excepção’ que resultam frequentemente como condicionantes ao exercício disciplinar de projecto. Trata-se, por exemplo, de projectos destinados a legitimar situações de excepção já consumadas, como as resultantes do exercício das prerrogativas de *autonomia administrativa* respeitantes ao caso de estudo.



Ou seja, procuram-se hoje condições que permitam ao projecto urbanístico “internalizar” os factores exógenos que o ‘ameaçem’ de inoperância, ou que de algum modo possam condicionar determinadas decisões da competência do projecto.

As estratégias de flexibilização de programas de intervenção, considerando-os como de ‘geometria variável’<sup>166</sup> de acordo com o entendimento de Nuno Portas e de Manuel Fernandes de Sá, permitem superar alguns problemas relacionados com a indefinição acerca de condicionamentos físicos e temporais, entre outros factores imponderáveis, garantindo uma maior perenidade e capacidade de adaptação face a decisões posteriores. Neste sentido, o projecto urbano deverá reconhecer e representar (comunicar) lógicas elaboradas como desenvolvimento das questões internas à ‘distância entre ciência e hermenêutica’: entre níveis de planificação e temáticas próprias ao espaço urbano, entre ‘transformabilidade’ e concreção figurativa detalhada.

Refira-se ainda a importância das metodologias de análise, das relações entre análises e propostas, que se pretendem inovadoras, de grande eficácia, e bem informadas pelos objectivos do projecto, tendo em conta que o projecto e as suas propostas são elas próprias objecto de análise.

A diversidade dos contextos temáticos e operativos da planificação urbanística (respectivo enquadramento programático, estratégico e processual), do seu entendimento face à natureza e características da cidade e do território, e nos termos acima referidos como *condições de inovação*<sup>167</sup> internas à disciplina, sugerem a formulação de algumas considerações acerca dos instrumentos de planeamento e de gestão urbanística disponíveis<sup>168</sup>.

O reconhecimento do carácter plural da planificação urbanística como resultado das alteridades assumidas pelo projecto urbano, leva a considerar as naturais dificuldades de

---

<sup>166</sup> Cf. SÁ, Manuel Fernandes de, PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro et. al., 2009, “Relatório Síntese–Modelo Territorial”, in *Plano Regional de Ordenamento de Território do Norte – PROT NORTE*, Porto, CCDR-N. Veja-se ainda, a propósito, PORTAS, Nuno (coord.), DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João, 2003, *Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, FCG.

<sup>167</sup> Então entendidas como factores de reorientação do campo de actuação do projecto urbano e, consequentemente, dos instrumentos de planificação urbanística, no sentido da sua caracterização (e reconhecimento) como instrumentos de natureza simultaneamente estratégica e executória das modificações a empreender na cidade existente.

<sup>168</sup> As suas “formas” permitem considerar a potencial adesão dos respectivos conteúdos a vínculos de natureza jurídica, e como qualidades acrescidas de natureza impositiva.

que se reveste qualquer tentativa no sentido da tipificação do correspondente instrumental em sistema taxinómico simples.

As categorias (dos instrumentos) de planeamento obtidas por nomeação sintagmática dos correspondentes vínculos técnicos e jurídicos, pressupõem a eminência das afectações de ordem dispositiva, às quais se remeterão os factores de natureza processual. A inexorabilidade dos actos administrativos enquadratórios do exercício da projectação urbanística resulta assim no entendimento deste como ‘modo’ de reprodução e contextualização daqueles mesmos actos, ou seja, os planos destinar-se-ão, em última instância à produção de novos actos administrativos, reproduzindo os seus níveis de desajustamento e a generalizada falta de desenvoltura como intérpretes de uma realidade urbana dinâmica.

Esta asserção professa a importância em considerar a programação e coordenação da intervenção na cidade existente por enquadramento sinérgico de vontades animadas por um ‘sentido do dever’ ou de ‘missão’ (“compito” / “impegno”)<sup>169</sup> de espírito alargado à contribuição e ‘empenhamento’ da iniciativa privada, configurando dinâmicas objectivadas no sentido da construção do que vários autores designam por uma “cultura urbana actual” comprometida no empreendimento da produção de sinais e significados apropriados ao entendimento do espaço urbano como entidade de carácter eminentemente vivencial.

Os instrumentos disponíveis, não têm capacidade em contribuir para a construção de uma cultura urbanística aberta a novas experiências e conceitos, embora os processos sejam escrutinados e consensualizados pela sociedade.

Ou seja, a redundância e rigidez da actual normativa urbanística poderá, entre outros aspectos, determinar precisamente a falibilidade de parte dos seus objectivos.

Atente-se ao contexto resultante da reorientação das políticas urbanas e da própria cultura técnico-profissional, por revisão do entendimento da cidade quanto aos conceitos e critérios de intervenção e onde assume grande importância a evolução

---

<sup>169</sup> SECCHI, Bernardo, 1991, *L'impegno dell'urbanistica*, in *Casabella*, n. 578.

Veja-se ainda a opinião formulada por Nuno Portas, em 1985, acerca da “cidade existente como espaços de actividades”, em, PORTAS, Nuno, 1985, “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, in *Sociedade e Território*, Revista de Estudos Urbanos e Regionais, Ano 1, n. 2, Porto, Afrontamento, pp. 8-13.

comportamental da ‘comunidade virtual’<sup>170</sup> e novas atitudes dos operadores financeiros e imobiliários<sup>171</sup>.

Trata-se dos rudimentos de uma nova ‘consciência urbana’ baseada no reconhecimento e aspiração a (ao que seria) uma nova ‘ordem’ vivencial e ambiental da cidade, naturalmente assumidas através das competências políticas e técnico-profissionais que representam a assunção daquelas aspirações.

Neste contexto, a administração local (re)surge na concomitante oportunidade das responsabilidades e obrigações acrescidas à condução de uma política urbana mais globalizante especialmente assinalada pelo ónus da dinamização de programas e acções correlativas aos renovados desígnios de qualificação e significação da cidade existente, da sua promoção internacional, privilegiando o sector do turismo, entre outras actividades correlacionadas<sup>172</sup>. Caber-lhe-á, nestes termos, a programação dos recursos necessários à continuada planificação da cidade.

Se considerarmos que o sucesso da planificação urbanística depende fortemente da natureza das políticas urbanas e da conformação cultural das competências técnico-profissionais, concluiremos pela importância da ‘planificação da própria planificação’, onde se inclui a programação estratégica da planificação da cidade (e poderão encontrar-se alguns dos recursos e condições de ‘sucesso’ da actuação urbanística).

---

<sup>170</sup> Trata-se da convocação do sujeito social colectivo como parte fundamental das modificações referidas, como “emissor” e destinatário último das mesmas. Conceito baseado na metodologia paramétrica da *Sintaxe Espacial*, proposta por Bill Hillier no âmbito das pesquisas, desenvolvidas pelo grupo da Bartlett School, que procuram reconhecer nas morfologias urbanas, uma lógica social subjacente, cujo contexto disciplinar encontra-se abordado em, HILLIER, Bill, HANSON, Julienne, 1984, *The social logic of space*, Cambridge, Cambridge University Press.

<sup>171</sup> Atitudes que parecem ensaiar novas fórmulas de produção dos espaços da cidade, privilegiando estratégias agressivas baseadas em eventos urbanos especiais, ou por técnicas baseadas na fulgurante decisão (aproveitamento de determinadas oportunidades) e celeridade da produção / promoção e mediatização dos empreendimentos, vislumbrando-se, de resto, algumas tendências no sentido da qualificação das preocupações de ordem locativa e posicional.

<sup>172</sup> Arrogando-se ou abrigando-se (ou por ‘incursões’ indirectas) ao exercício das recentes ou futuras prerrogativas investidas, nos âmbitos do social (alojamento, educação, saúde, transportes e comunicações) e produtivo (junto aos sectores de actividade produtiva ou junto ao consumo). Ao poder autárquico será assim cometida a condução das políticas sociais e produtivas dos respectivos territórios, defrontando-se com os efeitos de gentrificação da malha de matriz tradicional, em rápida especialização como malha comercial e de alojamento turístico. O dispositivo legal de (atribuição de quotas de) realojamento (para as operações de reabilitação) não tem praticabilidade dado o prévio estado de devolução locativa da malha urbana às escalas das intervenções de reabilitação (escala do edifício ou de pequenos conjuntos), e os custos especulativos dos imóveis (antes e depois de reabilitados) são precisamente a manifestação do acelerado processo de gentrificação.

Alguns dos preceitos a verificar em tal instância de coordenação serão de resto, afins às referidas ‘condições de inovação’ da projectação urbanística, razão e corolário da respectiva formulação.

De resto, a planificação informa-se nos resultados da sua própria experimentação, como “máquina não banal”<sup>173</sup> capaz de mediar o processo heurístico do reconhecimento, condução estratégica e representação do ‘estado’ da cultura urbana em que opera.

A articulação (do exercício) da programação urbanística com os precisos contextos da intervenção conduz à retoma da reflexão acerca da conveniência em aproximar as linguagens envolvidas.

Ou seja, a organização político-técnica deve ter uma *estrutura homóloga* à do sistema sobre o qual se vai intervir.

“Se se pretende actuar, simultaneamente ou em cadeia, em distintos níveis e sectores, o órgão de decisão política deve ter as características de uma comissão integrando os responsáveis por esses sectores, pela mesma razão a estrutura técnica deve incluir, homologamente, agentes dos serviços sectoriais correspondentes (..), isto para evitar curto-circuitos e sobreposições de tarefas (..) que poderiam ser simplesmente coordenadas no terreno, sem que isso implique que todos tenham de estar envolvidos ao mesmo tempo no projecto”<sup>174</sup>.

A inter-conformação da acção com os ‘actores’ e respectiva aproximação ao ‘cenário’ da sua ‘actuação’ (onde aquela se desenvolverá) importará, assim, à conjugação, programação e articulação de todos os factores que confluem na modificação do espaço da cidade.

Acrescente-se, apenas, que a adesão dos agentes às transformações pretendidas significa em geral a creditação destas últimas.

---

<sup>173</sup> Bernardo SECCHI, 1988, *La macchina non banale*, in “Urbanística”, n. ° 92, Milano, Franco Angeli, pp. 4-7, p. 4.

<sup>174</sup> PORTAS, Nuno, 1985, “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, in *Sociedade e Território*, Revista de estudos urbanos e regionais, n. 2, Porto, Afrontamento 1985, p. 10.

“A credibilidade da operação é decisiva para encorajar o auto-investimento nela, e depende, por seu lado, da imagem de dedicação e desburocratização que a organização dê de si própria”<sup>175</sup>, ou seja, das convicções de que se reveste a programação da própria acção urbanística.

A adopção dos programas e acções de projecto para intervenção no território urbanizado, pressupõe a definição de objectivos, a escolha da forma do projecto, dos seus conteúdos técnicos e documentais que melhor interpretem as modificações pretendidas e, naturalmente, a delimitação da área a intervencionar.

A planificação por encadeamento e *articulação* de instrumentos diversamente abrangentes no tempo e no espaço não constitui, por si, presunção de níveis melhorados de eficácia, conforme constata Bernardo Secchi.

“A tentativa de resolver os problemas estabelecendo uma hierarquia-cronologia de planos que tratam questões diferentes a diferentes níveis de abordagem e tempos sucessivos não se revelou eficaz. De facto, em muitos aspectos revelou-se incoerente a transformação de modelos deliberativos em tema de planificação urbanística, modelos conotados com a presença de uma multiplicidade de agentes e actores que operam simultaneamente aos diversos níveis institucionais e, portanto, hierárquicos”<sup>176</sup>.

---

<sup>175</sup> PORTAS, Nuno, 1985, “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, op. cit., p. 10.

<sup>176</sup> SECCHI, Bernardo, 1982, “Aboliamo le gerarchie”, in *Casabella*, n. 482, Jul-Ago, Milano, Electa, pp-22-23, p.22, trad. do excerto, “Il tentativo di risolvere i problemi stabilendo una gerarchia-cronologia di piani che affrontino questioni differenti ai differenti livelli ed in tempi successivi non si è dimostrato efficace. Anzi, sotto molti aspetti, si è dimostrato incoerente alla trasformazione dei modelli decisionali in tema di pianificazione urbanistica, modelli connotati dalla compresenza di una molteplicità di agenti ed attori che operano simultaneamente ai diversi livelli istituzionali e, quindi, gerarchici”.

### *acerca do espaço e seu entendimento*

As teorias da arquitectura e da urbanística toleram muitos e diversos métodos analíticos centrados em lógicas disciplinares ajustadas a diversos níveis de desagregação elementar.

Ou, ao inverso, poderão ser enumerados diversos factores que determinam a recomposição lógica dos elementos de caracterização de determinado facto ou território, por diversos níveis de correlação de menor ou maior complexidade.

Vários autores adoptam critérios semiológicos baseados no estruturalismo francês ou na teoria linguística de Noam Chomsky. Talvez o mais representativo seja Christopher Alexander que, focando-se nas tarefas de construção, tentou desenvolver um método analítico consistente, enquanto Robert Venturi e outros, propunham uma renovação completa da forma arquitectónica.

Já Christian Norberg-Shulz<sup>177</sup> propõe uma metodologia específica de análise e definição do espaço em arquitectura, que nos merece alguns comentários.

O debate sobre o assunto revela-se frequentemente banal, se reduzirmos as suas propostas à mera observação de semelhanças e dissemelhanças entre dimensões, formas e usos dos factos urbanos, estando ausente um dos factores centrais ao conceito de espaço, a dimensão da interferência humana, como fenómeno ‘vibratório’ de leitura, utilização e modificação do espaço, qualidades estas a reconhecer igualmente como atributos intrínsecos ao próprio espaço (dado à contemplação, praticável e dinâmico), sempre interactivo.

“Eu acredito que o conceito de espaço seja de importância fundamental para a análise do ambiente humano”<sup>178</sup>.

---

<sup>177</sup> NORBERG-SCHULZ, Christian, 1982 (1971), *Esistenza, Spazio e Architettura*. Roma, Officina Edizioni.

<sup>178</sup> NORBERG-SCHULZ, Christian, 1982 (1971), *Esistenza, Spazio e Architettura*, op. cit., p. 7, trad. do excerto da edição consultada, “Io credo comunque che il concetto di spazio sia di fondamentale importanza per l’analisi dell’ambiente umano”.

Partindo de uma abordagem teórica do espaço existencial, Norberg-Schulz entende o espaço arquitectónico como “uma concreção de imagens ou de esquemas ambientais, inerentes à orientação geral do homem, ou melhor, à condição humana de *estar no mundo*”<sup>179</sup>, acrescentando que “assim são estabelecidos os pressupostos para compreender a totalidade arquitectónica”<sup>180</sup>.

Para Christian Norberg-Schulz, o espaço é, sobretudo, o suporte das manifestações vitais dos seus usuários, da sociedade que o ‘habita’ e o ‘modifica’.

O desenvolvimento de uma teoria de lugar – *topos* – remonta a Aristóteles que entendeu o espaço como a soma de todos os lugares, um campo dinâmico com qualidades perceptíveis por diversas dimensões.

As sucessivas teorias acerca do espaço, mais do que em Aristóteles, basearam-se em princípios geométricos euclidianos, e o espaço, considerado como homogéneo e infinito, foi entendido como uma das dimensões fundamentais do universo, assumindo grande relevância com a introdução do sistema de coordenadas ortogonais de Cartesio.

A convicção que a geometria de Euclides permite uma representação fiel do espaço físico foi prejudicada com o advento de novas teorias geométricas e com os novos postulados do relativismo, que focaram a aproximação ao espaço físico, reconhecendo que a geometria é, sobretudo, a interpretação (a par ou para além) de uma qualidade intrínseca dos factos/objectos observados.

O anterior conceito de espaço unificado desagregou-se então em diversas entidades reconhecíveis e codificáveis por diversos níveis de abstracção (com o intuito da sua descrição, estabelecida também a diversos níveis de aproximação elementar ou correlacionada).

A ideia de espaço está assim associada à capacidade do seu entendimento como entidade passível de reconhecimento (conhecimento) como entidade generalizável.

A noção de ‘conhecimento’ surge, em alguns autores, ligada à *generalização* e *decomposição* da realidade.

<sup>179</sup> NORBERG-SCHULZ, Christian, 1982 (1971), *Esistenza, Spazio e Architettura*, op. cit., p. 7, trad. de “una concretizzazione di immagini o di schemi ambientali, inerenti all’orientamento generico dell’uomo, o più appropriatamente, alla condizione umana di *essere al mondo*”.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 7, trad. de “[mi pare] così dia ver creato i presupposti per intendere la totalità architettonica”.

Hans Reichenbach, que sistematizou os fundamentos da mecânica quântica, propõe uma teoria do conhecimento a partir da relevância da sua generalização.

“A essência do conhecimento é a *generalização* (...). A arte da descoberta é, por conseguinte, a arte da correcta generalização (...). O que é irrelevante (...) deve ser excluído da generalização (...). O significado do termo *relevante* pode assim ser definido: é relevante o que deve ser mencionado, para que a generalização seja válida. A separação dos factores relevantes dos [factores] irrelevantes é o princípio do conhecimento”<sup>181</sup>.

A *generalização* é, nestes termos, a própria natureza da explicação que consolida o entendimento de cada facto ou fenómeno objectual, espacial ou imaterial, no âmbito do exercício projectual e, como tal, de investigação.

E Reichenbach observa que a teoria da relatividade foi ainda mais longe, (re)interpretando relações de massas e energia em cognato tridimensional de factos e acontecimentos a quatro dimensões espaço-temporais, mas salienta que,

“O filósofo da ciência não está especialmente interessado nos processos de pensamento que levam a descobertas científicas, ele procura uma análise lógica da teoria concluída, incluindo a sua validação. Isto é, ele não está propriamente interessado no contexto da descoberta, mas antes no contexto de justificação da mesma”<sup>182</sup>.

<sup>181</sup> REICHENBACH, Hans, 1954 (1951), *The Rise of Scientific Philosophy*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, p. 5, trad. do excerto na edição consultada, (grifos do texto original), “The essence of knowledge is *generalization*. (...) The art of discovery is therefore the art of correct generalization (...). What is irrelevant (...) is to be excluded from the generalization (...). The meaning of the term *relevant* can thus be defined: that is relevant which must be mentioned for the generalization to be valid. The separation of relevant from irrelevant factors is the beginning of knowledge”. [Em linha – Google Livros][Consultado em Maio 2014], disponível em:

⟨<https://books.google.pt/books?id=yFuQQu7EVWIC&pg=PA5&lpg=PA5&dq=REICHENBACH,+The+separation+of+the+relevant+from+irrelevant+factors+is+the+beginning+of+knowledge&source=bl&ots=dxGADcWkk9&sig=RAAGUCYqfEILNiEHrPgbxOr6PzE&hl=pt-PT&sa=X&ved=0CCoQ6AEwAmoVChMImvefv9LFxwIVgZEUCh2Bkgrm#v=onepage&q=REICHENBACH%2C%20The%20separation%20of%20the%20relevant%20from%20irrelevant%20factors%20is%20the%20beginning%20of%20knowledge&f=false>⟩.

<sup>182</sup> REICHENBACH, Hans, 1951, “The Philosophical Significance of the Theory of Relativity” (1938), in SCHILLP, Paul Arthur (ed.), 1998 (1949), *Albert Einstein: Philosopher-Scientist*, Los Angeles, Univ. of California Press. p. 292, trad. do excerto na edição consultada, [e-BOOK/ <http://www.opencourtbooks.com/default.htm>], “The philosopher of science is not much interested in the thought processes which lead to scientific discoveries, he looks for a logical analysis of the completed theory, including the establishing its validity. That is, he is not interested in the context of discovery, but in the context of justification”.



Diversas disciplinas ocupam-se actualmente do espaço humano, como a antropologia do espaço, a geografia humana e urbana, a física e a psicologia, entre outras, em que a ‘percepção do espaço’ é estabelecida por metodologias complexas e por processamento de uma quantidade considerável de variáveis.

Mas a percepção de um determinado espaço é um processo mentalmente orientado por interesses de simples enumeração dos factos que dele ‘fazem parte’, da sua descrição, da descrição da sua natureza e das suas qualidades intrínsecas, das relações entre si, dos usos alocados e, especialmente, da descrição do seu potencial de modificação, entre muitos vários outros aspectos igualmente relevantes.

Tendo a física vocação para a interpretação de acontecimentos corpóreos, nomeadamente pelo recurso a modelos matemáticos, a psicologia procura interpretar os aspectos da leitura sensorial do espaço, recorrendo a abstracções elementares e respectivas conjugações mais elaboradas, como materiais da sua narrativa.

Mas tais recursos são eminentemente estáticos face a outras abordagens mais dinâmicas e interactivas, como os *esquemas* de Piaget, em alternativa às ‘leis’ da psicologia da forma (Gestalt).

Trata-se da leitura e tipificação dos efeitos entre acção e reacção, descritos como manifestações de ‘assimilação’ e de ‘acomodação’.

Jean Piaget descreve a assimilação mental como a ‘incorporação dos objectos em modelos de comportamento’ e o ‘ajuste como um equilíbrio entre assimilação e acomodação’<sup>183</sup>. Neste sentido, a inteligência verifica-se ao nível das relações estabelecidas, das representações das mesmas como interactividade por inteligibilidade. “A inteligência é uma adaptação. A fim de compreender a sua relação com a vida em geral, é necessário precisar as relações que existem entre o organismo e o meio ambiente”<sup>184</sup>.

Para além do espaço cognitivo, deveremos distinguir entre o ‘espaço perceptivo’ imediato e os ‘esquemas espaciais’ mais estáveis. Estes últimos são compostos de

---

<sup>183</sup> Cf. PIAGET, Jean, 1950, *The Psychology of Intelligence*. London, Taylor & Francis, p. 8. Veja-se ainda PIAGET, Jean, 2010, *Seis Estudos de Psicologia*, Alfragide, Texto, (título original, 1987, *Six Etudes de Psychologie*, Gallimard).

<sup>184</sup> PIAGET, Jean, 1965 (1952), *The Origins of Intelligence In Children (§1. The Functional Invariants of Intelligence and Biological Organization)*, New York, International Universities Press, p. 2, trad. do excerto na edição consultada [e-BOOK/ [http://www.pitt.edu/~strauss/origins\\_r.pdf](http://www.pitt.edu/~strauss/origins_r.pdf)], “Intelligence is an adaptation. In order to grasp its relation to life in general it is therefore necessary to state precisely the relations that exist between the organism and the environment”.

elementos com determinados níveis de invariabilidade, enquanto arquétipos ou estruturas universais elementares.

No seu conjunto formam uma imagem de um grupo de factos e relações que constituem o espaço observado (universo referido), de acordo com as dimensões e intensidade das referidas relações (universo de referência).

Interessa-nos especialmente o entendimento construtivista dos *esquemas*<sup>185</sup> em Piaget, pela fertilidade conceptual enquanto representação mental de acções, ideias ou percepções concomitantes, basilares do pensamento. Neste sentido poderão operar eixos de coesão entre factores estabelecidos a diversos níveis de abstracção e distintos enquadramentos disciplinares de realidades que desejamos conhecer, investigar e modificar, no âmbito de práticas científicas, pedagógicas, de gestão e intervenção, entre outras correlacionadas, e por diversas intensidades (reconhecimento impressivo, análise, caracterização, caracterização prospectiva, etc.).

Mas os esquemas interactivos e prospectivos obrigam-se a sucessivas decisões de diversa natureza que se combinam, nas diversas condições, a vários níveis de validação do exercício da actuação urbanística.

Sendo muito diversos e dinâmicos grande parte dos factores implicados, torna-se conveniente fazê-los representar por uma série de conceitos que reduzam o espectro da dispersão de reagentes atomizados ou aleatórios nos diversos momentos da narrativa do projecto, como ‘valores significantes e factores dissonantes’, ‘factores estáveis ou invariáveis’, ‘factores de estruturação urbanística’, ‘factores de estruturação ambiental e de qualidade de vida’, entre vários outros, com capacidade operativa enquanto materiais do projecto (propositivos e de enquadramento), regulando a sua (do projecto) forma, construção e validação<sup>186</sup>.

Como instrumental de interpretação significativa, tais factores poderão orientar desenvolvimentos particulares dos esquemas respeitantes aos ‘conceitos de espaço’ enunciados por Christian Norberg-Schulz, mas a grande dificuldade estará ao nível da sua utilização operativa presente ao exercício da projectação, pelos constrangimentos internos aos próprios conceitos, do seu confronto com a realidade, encontrando-se esta

---

<sup>185</sup> Cf. PIAGET, Jean, 1970, *Structuralism*, New York, Basic Books. Veja-se ainda a propósito os contributos de Lev Vygotsky em, VYGOTSKY, Lev Semenovich, 1962, *Thought and Language*, Cambridge, Mass., The MIT Press.

<sup>186</sup> Cf. SECCHI, Bernardo, “Album di progetti”, op. cit.

já muito comprometida e, frequentemente, em constante mutação, sendo que também se alteraram profundamente as expectativas de (qualidade de) vida dos ‘habitantes’ da cidade.

Para Norberg-Schulz os espaços cognitivos poderão ser percebidos em função da significação como formas de representação.

“Para os *espaços cognitivos* é necessário distinguir, na dimensão psicológica, entre o espaço perceptivo imediato e os esquemas espaciais mais estáveis. Estes últimos são compostos por elementos com um certo grau de invariabilidade, como as estruturas universais elementares (arquétipos), as estruturas condicionadas socialmente ou culturalmente, e algumas idiosincrasias particulares. Na sua totalidade, estes elementos formam a ‘imagem’ que o homem tem do ambiente, que é um sistema fizo de relações tridimensionais, intercorrente [que sobrevém] entre objectos significativos. Ao invés, o *espaço perceptivo* é egocêntrico e varia continuamente, conquanto as suas variantes estejam ligadas de modo a formar conjuntos significativos (de experiências), sendo incorporadas por esquemas subjectivos, por sua vez modificados por uma nova experiência”<sup>187</sup> (grifos nossos).

Norberg-Schulz identifica cinco conceitos de espaços<sup>188</sup> – o *espaço pragmático* da acção física, o *espaço perceptivo* da orientação momentânea, o *espaço existencial* que articula a imagem do observador com o contexto vivenciado, o *espaço cognitivo* do universo físico referido, e o *espaço abstracto* das correlações lógicas do universo de referência.

---

<sup>187</sup> NORBERG-SCHULZ, Christian, 1982, op. cit., p. 13, trad. de “agli spazi conoscitivi, bisognerà distinguere, entro la dimensione psicologica, tra spazio percettivo immediato, e schemi spaziali più stabili. Questi ultimi sono composti di elementi dotati di un certo grado di invariabilità, come le strutture universal elementari (archetipi), le strutture condizionate socialmente o culturalmente, e alcune idiosincrasie personali. Nella loro totalità, questi elementi formano ‘l’immagine’ che l’uomo há dell’ambiente, cioè un sistema fisso di relazioni tridimensional, intercorrenti tra oggetti significativi. A nostro parere gli scemi vanno unificati nel concetto di spazio esistenziale. Lo spazio percettivo invece, è egocêntrico e varia continuamente, per quanto le sue variante siano connesse in modo da formare degli insiemi significativi (esperienze), e vengano incorporate dagli schemi soggettivi, a loro volta modificati da una nuova esperienza”.

<sup>188</sup> Cf. NORBERG-SCHULZ, Christian, 1982, op. cit., p. 13.

Coloca-se assim um panorama gradativo, dos níveis conceptuais pretendidos como operativos, à representação da realidade intervencionada, e aos espaços decisórios presentes ao longo do exercício, desde a formulação de intenções e programas, às estratégias e processos de actuação, e ainda às concreções projectivas por diversas escalas de representação.

Aparentemente são simplificados procedimentos metodológicos por via da introdução de critérios limitativos da complexidade, do que poderão resultar desvios de encaminhamento do processo heurístico ou induzido, entre outros efeitos não desejados. Para que se estabeleçam nexos cruzados de representação de determinadas dimensões (conotados), pelas características físicas dos espaços urbanos<sup>189</sup>, será conveniente ‘energizar’<sup>190</sup> alguns dos factores presentes ao exercício do projecto, de modo a torná-los operativos, aptos para a interpretação de factores estratégicos e para a indução de dinâmicas favoráveis aos objectivos pretendidos pela actuação urbanística, ou favoráveis à implementação das suas propostas.

Mas a cidade agora é outra e o urbanismo não é mais previsional, procurando novas metodologias que melhorem as condições de adequação do projecto urbano às novas realidades em constante mutação, uma nova ‘forma’ do projecto e novas formas de representação da cidade e dos programas de modificação que interpreta, o que alguns autores designam como ‘novo urbanismo’ ou ‘neo-urbanismo’ (e ‘novo projecto urbano’) para distinção do ‘urbanismo moderno’.

“O neo-urbanismo apoia-se numa atitude mais reflexiva, adaptada a uma sociedade complexa e a um futuro incerto”<sup>191</sup>, propondo-se assim a abordagens projectivas variadas, com diversas ‘formas flexíveis’ instruídas por actuações estratégicas globais e por objectivos dinâmicos.

---

<sup>189</sup> Como, por exemplo, entender o ‘social’, os standards e as densidades, entre outros factores representados por determinadas morfologias urbanas ou por metodologias para tal aparentemente vocacionadas, como o método da representação global/local da manifestação dinâmica de determinadas ocorrências (sintaxe espacial, de Bill Hillier e alt.).

<sup>190</sup> Algumas vertentes da intervenção poderão ser exploradas na oportunidade da implementação dos programas principais. Como exemplo, observe-se algumas acções de estruturação urbanística realizadas na oportunidade da inserção urbana de infraestruturas de mobilidade ou outros programas.

<sup>191</sup> ASCHER, François (2010), *Novos Princípios do Urbanismo Seguido de Novos Compromissos Urbanos. Um Léxico*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 79.

O novo projecto urbano vê-se assim confrontado com a frequente necessidade em reduzir os níveis de incerteza no reconhecimento e representação que estabelece em relação aos factos e realidades que intervenciona.

No mesmo sentido será conveniente a clarificação das ambiguidades que muitas vezes caracterizam o espaço decisório.

Importa assim ter em conta a natureza dos valores perceptivos, cognoscitivos, associativos e de comunicação, dos termos da representação das sensações individuais e colectivas, resultantes da experiência do exercício projectual no espaço da urbanização.

Procuram-se então novas metodologias de análise baseadas em instrumentos de observação homólogos às realidades actuais, à sua complexidade e imprevisibilidade.

Recuperam-se e revêm-se antigos conceitos, tornando-os agora operativos para inserção das acções urbanísticas a definir em função da realidade, mas também em função dos próprios mecanismos metodológicos, eles próprios de natureza estratégica.

Nestes termos, consideramos que a redução das condições de imprevisibilidade que condicionam grandemente o actual exercício disciplinar, exige a organização dos programas de intervenção por um novo ‘album de projectos’ que retome a representação diagramática e esquemática do ‘tempo’ cada vez mais dinâmico e fugaz, mas simultaneamente inerte e paralizador da própria actuação urbanística.

Aceitando que os processos decisórios da actuação urbanística no território urbanizado dependem de múltiplos factores e protagonistas que se transfiguram com facilidade no decurso do tempo da projectação, e que os actores e decisores necessitam de distintos tipos de informação, então a selecção dessa informação deverá ser objectivada face às estratégias e programa da intervenção pretendida, tendo ainda em consideração uma ‘coleção’ de factores que interpretem os termos de qualificação e os efeitos sectoriais desejados.

Ou seja, à partida serão destrinçados os factores *estruturantes* dos factores *acessórios* para o desenvolvimento das estratégias e metodologia delineadas, prevendo-se a retroactividade (para auto-informação *causas* → *efeitos* → *causas*) em sucessivos momentos do exercício projectual.

Deste modo, o projecto analisa a realidade em todos os seus aspectos tangíveis e intangíveis, elegendo os factores predominantes no que respeita à eficácia da referida comunicação de valores a apresentar como evidências.

Tal como vários outros autores, Amos Rapoport<sup>192</sup> propõe a aplicação sucessiva de diversas restrições para reduzir o número de alternativas do espaço decisório, de modo a facultar ao projecto urbano condições de maior desenvoltura e flexibilidade.

Considerando a avaliação de desempenho das soluções projectuais face a um universo restrito de critérios objectivos<sup>193</sup>, utilizados como crivos dos standards, filtrando a informação de todo o universo referido, espera-se a orientação estratégica da actuação urbanística.

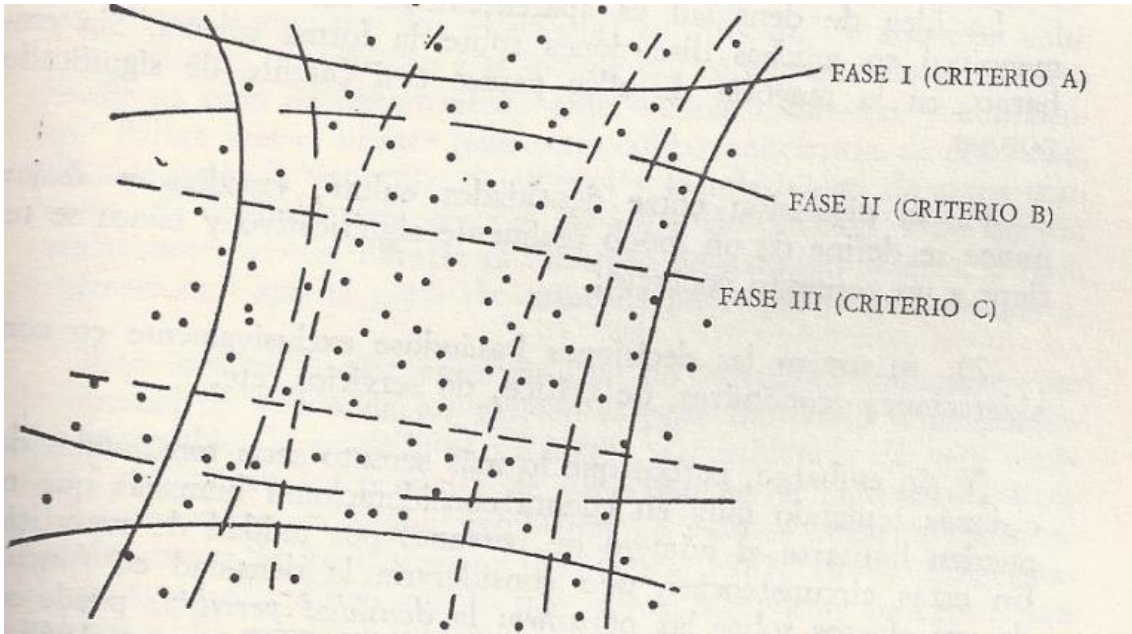
O problema coloca-se no facto de que “é mais fácil analisar a economia de um local que a sua distância subjectiva, o papel do sentimento e o simbolismo, os valores étnicos ou a qualidade ambiental percebida”<sup>194</sup>.

---

<sup>192</sup> Cf. RAPOPORT, Amos, 1974, *Aspectos de la calidad del entorno*, Barcelona, Ed. La Gaia Ciencia S. A. /COACB.

<sup>193</sup> Como, por exemplo, um conjunto de referências de base temática como a valorização ambiental, os níveis das infraestruturas, a sustentabilidade energética, a porosidade das soluções espaciais, etc.

<sup>194</sup> RAPOPORT, Amos, 1974, op. cit., p. 63.



[A4] RAPOPORT, Amos, 1974, *Aspectos de la calidad del entorno*, Barcelona, Ed. La Gaia Ciencia S. A. / COACB, p.63.

Os pontos representam soluções possíveis dentro do espaço decisório. Qualquer tipo de decisão implica reduzir o vasto número de alternativas. As linhas indicam las sucessivas aplicações de critérios destinados a reduzir o espaço decisório. O número de fases e critérios pode ser muito grande. O espaço resultante, após a aplicação de sucessivos campos (filtros) de restrições, contem ainda numerosas alternativas estabelecidas por nexos de complementaridade e acompanhamento das restantes.

Este modelo pode ser observado na sua tridimensionalidade, por camadas de relações a recortar ou sincopar por decisões de partida, informadas em modelos espaciais ou relações programáticas conhecidas.





### **II.3.**

## **UNIVERSO DE REFERÊNCIA – NOTAS PARA UMA GRELHA DE LEITURA**



*conhecimento e complexidade, configuração, sistemas e heterotopias*

*Pour avancer je tourne sur moi-même*<sup>195</sup>

*Mais au-dedans, plus de frontières!*<sup>196</sup>

Com a intenção de aprofundar alguns aspectos que importam à leitura (e por consequência, à actuação de modificação) da realidade, são consideradas algumas aproximações a um conjunto de conceitos que nos facilitam a interpretação de determinados fenómenos urbanísticos e arquitectónicos, ou seja, a interpretação das relações entre o território, a cidade e a arquitectura, nos termos que nos interessam no âmbito desta dissertação, nomeadamente, o entendimento dos factos urbanos como resultantes da conjugação e intersecção de várias escalas de actuação e de representação do território.

Mas o território fragmentado e descontínuo é susceptível a entendimentos muito diversificados, sendo resultado de uma multiplicidade de interferências funcionais, económicas, sociais e outras, em que a urbanização é apenas uma das suas formas de precipitação, ela também mutável, e sujeita a dinâmicas com tendências frequentemente imprevisíveis.

Assim os conceitos habitualmente operativos (capacidade esta já constatada no reconhecimento de universos restritos ou de contextos não demasiadamente complexos) adquirem outra abrangência, excedendo as acepções morfo-tipológicas, funcionais, de alocação ou outras.

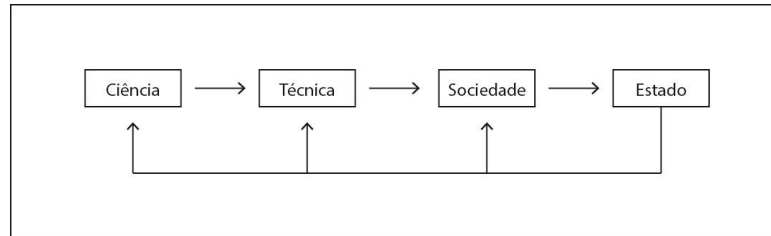
Para leitura de espaços de intermediação, será oportuna a utilização de ferramentas operadas por outros domínios disciplinares, que permitam entender os próprios

---

<sup>195</sup> TARDIEU, Jean, 1943, *Le témoin invisible*, Paris, Gallimard, p. 36. Observe-se a engenhosa construção semiótica do verso em oximoro com significante espacial implícito.

<sup>196</sup> *Ibidem*, p. 34.

processos de problematização do conhecimento de realidades herméticas, admitindo que “há, de facto, tantas definições de território como disciplinas relacionadas com ele”<sup>197</sup>.



[A5]. Esquema de processo de conhecimento inter-retroactivo.  
 Adaptado de MORIN, Edgar, 2003, *Introdução ao pensamento complexo*, Lisboa, Piaget, p.20.  
 [RM]

A ciência clássica ou ‘tradicional’, fundamental para o progresso do conhecimento, revela-se insuficiente face às exigências actuais de interpretação dos fenómenos da contemporaneidade.

Concebida por princípios que produzem uma interpretação simplificadora do universo, a ciência clássica é firmada no que Morin designa como “paradigma da simplificação”<sup>198</sup>, enunciando os seus princípios como, entre outros, o da universalidade (só há ciência do geral), a redução do conhecimento dos sistemas ao conhecimento das suas unidades elementares constitutivas, a redução do conhecimento das organizações aos princípios de ordem que lhes são próprios, e princípio do isolamento (da separação do objecto em relação ao seu ambiente e em relação ao observador).

Morin considera o conhecimento como um “processo inter-retroactivo”, em que as ‘técnicas e as práticas’ produzidas pelas ‘ciências’ modificam o entendimento e os procedimentos da ‘sociedade’, cujos conhecimentos e tecnologias transformam retroactivamente as ciências.

Mas a teoria da complexidade proposta por Morin revela algumas dificuldades em estabelecer um conhecimento ‘a priori’ a partir da experiência do real, tendendo à generalização de determinados modelos complexos, procurando o ‘modus operandi’ da

<sup>197</sup> CORBOZ, André, 2004, “El Territorio como Palimpsesto” in MARTÍN RAMOS, Ángel (ed.), *Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos*, Barcelona, UPC, p. 25. (op. orig., 1983, *Le territoire comme palimpseste et autres essais*, Besançon, Les Éditions de L’imprimeur).

<sup>198</sup> Cf. MORIN, Edgar, 2003, *Introdução ao pensamento complexo*, Lisboa, Piaget, p.330.

ciência a partir de pressupostos (metodologias) meta-científicos, experimentalmente inviáveis.

Alguns campos contemporâneos da ciência confrontam-se com fenómenos dificilmente identificados com categorias convencionais, como a causalidade e ordem, tendo como hipótese a articulação temporal entre todos os fenómenos.

Existindo estados de disrupção, de entropia, aleatoriedade e imprevisibilidade, torna-se necessária a interpretação da desordem e aleatoriedade como características intrínsecas de determinados fenómenos.

Para diversos enquadramentos metodológicos em alguns exercícios disciplinares, os fenómenos complexos caracterizam-se pela quantidade e diversidade das variáveis (de alguma maneira) interconectadas, indispensáveis para a caracterização dos sistemas correspondentes (complexos) e descrição dos seus problemas (objectivados em quadro de visão estratégica) de acordo com princípios de actuação definidos ‘a priori’.

Neste sentido, na maioria das circunstâncias apenas poderemos observar a tipologia dos fenómenos do que os fenómenos em si.

Hoje é quase uma heresia sugerir que o conhecimento científico não é propriamente a soma de todo o conhecimento, mas há um “corpo de conhecimento muito importante, mas (genericamente) desorganizado, que não pode ser designado como científico no sentido da cognição das regras gerais (dos fenómenos): o estudo de algumas das circunstâncias particulares do tempo e do espaço”<sup>199</sup>

Morin anota a urgência em contrariar a fragmentação do conhecimento, e reconhece que ao absorver a multidimensionalidade, “o pensamento complexo comporta no seu interior um princípio de incompletude e de incerteza”<sup>200</sup>.

“*Complexus* significa o que foi tecido em conjunto; de facto, há complexidade quando são inseparáveis os diferentes elementos constitutivos do todo (como o

---

<sup>199</sup> HAYEK, Friedrich A., 1945, *The use of knowledge in society*, American Economic Revue XXXV, nº4 (Sept.). p. 521, [<https://www.aeaweb.org/aer/top20/35.4.519-530.pdf>], trad. de, “But a little reflection will show that there is beyond question a body of very important but unorganized knowledge which cannot possibly be called scientific in the sense of knowledge of general rules: the knowledge of the particular circumstances of time and place”.

<sup>200</sup> MORIN, Edgar, 2003, *Introdução ao pensamento complexo*, Lisboa, Piaget, p.177.

económico, o político, o sociológico, o psicológico, o afectivo, o mitológico) e há um tecido interdependente, interactivo e inter-retroactivo entre o objecto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. A complexidade é, assim, o lugar entre a unidade e a multiplicidade. Os desenvolvimentos próprios da nossa era planetária confrontam-nos com maior frequência (e inevitavelmente) com os desafios da complexidade”<sup>201</sup>.

Os *sete saberes* de Morin<sup>202</sup>, aplicam-se como proposições presentes em todas as áreas do conhecimento e começam precisamente pela abordagem à noção de conhecimento, realçando que a ‘percepção é uma reconstrução’, sendo a representação dos estímulos percebidos uma das formas da sua restituição figurativa.

A noção de ‘conhecimento pertinente’ (segundo princípio dos *sete saberes*) é de grande importância por invocar as condições que verdadeiramente importam à interpretação e à actuação sobre a realidade a que se refere, como as suas características morfo-tipológicas, sociais, económicas, processuais, entre vários outros aspectos de interesse transdisciplinar.

Trata-se, nomeadamente, da colocação do ‘problema’ no seu contexto, ele próprio ‘contextualizado’, ou seja, objectivado face a um conjunto de interesses que importam ao exercício disciplinar que motivou a colocação do problema.

<sup>201</sup> MORIN, Edgar, 1999, *Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur*, Paris, UNESCO, p. 17, trad. do texto orig., (grifo do texto original), “*Complexus* signifie ce qui est tissé ensemble; en effet, il y a complexité lorsque sont inséparables les éléments différents constituant un tout (comme l'économique, le politique, le sociologique, le psychologique, l'affectif, le mythologique) et qu'il y a tissu interdépendant, interactif et interrétroactif entre l'objet de connaissance et son contexte, les parties et le tout, le tout et les parties, les parties entre elles. La complexité, c'est, de ce fait, le lien entre l'unité et la multiplicité. Les développements propres à notre ère planétaire nous confrontent de plus en plus souvent (et de plus en plus inéluctablement) aux défis de la complexité”.

<sup>202</sup> Os ‘Sete saberes de Morin’ podem ser assim resumidos, cf. MORIN, Edgar, 1999, op. cit.: (1) Respeita à “cegueira do conhecimento”, ou seja, ao erro e à ilusão; acerca da natureza da emoção e da inteligência afectiva; A procura de teorias abertas, racionais e críticas aptas a reformar os paradigmas sempre contingentes ao conhecimento complexo; (2) Refere-se aos princípios do conhecimento pertinente, baseados em métodos que permitam estabelecer relações mútuas e influências recíprocas entre as partes e o todo de um mundo complexo, considerando a ‘inteligência geral’ como base do reconhecimento da natureza multidimensional da realidade, e por conseguinte, da reflexão acerca da mesma; (3) Apela à reflexão acerca da complexidade da condição humana – conhecimento por elaboração sensorial, impressiva, afectiva, racional, experimental, instrumental, por recomposição, entre outros aspectos endógenos e exógenos inerentes à complexidade das dinâmicas física, biológica, psíquica, cultural, social e histórica das condições dos homens e das sociedades; (4) Respeita aos ensinamentos da(s) identidade(s) no tempo e no espaço; (5) Respeita ao princípio da incerteza na ciência, e a importância do pensamento verdadeiramente estratégico; (6) Acerca da compreensão intelectual e compreensão humana intersubjectiva, implicando um processo concertado de empatia, identificação e projecção, estudando a incompreensão dos fenómenos, as suas origens, razões, manifestações e repercussões; (7) Respeita à ética, pela tomada de consciência política, cívica e cultural, às escalas individual, de grupo e da comunidade.

A complexidade em ‘focar’ as condições (temas, escalas, etc.) de pertinência de cada momento do exercício da actuação urbanística advém, entre outros aspectos, do facto de a realidade ser multidimensional, mutável e polissémica.

As ideias de ‘identidade humana’ e de ‘compreensão humana’ posicionam as questões do social e do observador, da natureza das ‘impressões’, do entendimento da realidade e, ainda, acerca da consciência da acção.

A ‘incerteza’ é uma das características do próprio conhecimento, mas é também um atributo dos próprios factos a interpretar.

A sua complexidade decorre da múltipla condição de se constituir como qualidade inerente quer ao universo referido quer ao universo de referência, e ainda ao mecanismo mental que opera o conhecimento e a sua expressão. Segundo Edgar Morin, existem duas vias para enfrentar a incerteza da acção – a primeira consiste na compreensão adequada do presente, sendo a segunda o recurso à estratégia, ambas objectivadas prospectivamente.

Os processos físicos implicam toda uma série de factores de instabilidade (inconstância, mutabilidade, transformabilidade, variabilidade, volubilidade, entropia, etc.) potencialmente conducentes à desordem caótica ou à criação de uma nova ordem de pensamento, como em Ilya Prigogine, Boaventura Souza Santos<sup>203</sup> e outros autores.

Trata-se, entre outros aspectos, do entendimento da(s) realidade(s) disposta(s) por várias ‘camadas’ com distintas características significantes e ‘vibratórias’, com dinâmicas mais ou menos instáveis.

O ‘caos’ não significa a perda da forma nem constitui necessariamente um estado de desordem. Significa que alguns sistemas ordenados e regradados podem comportar-se de maneira aleatória, com manifestações imprevisíveis, por determinado tempo e a

---

<sup>203</sup> Vejam-se, entre outras, as opiniões de Ilya Prigogine acerca de ‘conhecimento, certeza e incerteza em PRIGOGINE, Ilya, 2000 (1993), *As leis do Caos*, São Paulo, UNESP, (título original em italiano, 1993, *Le Leggi del Caos*, Roma e Bari, Laterza. [[http://andrefolloni.com.br/fotos/1412946184\\_Prigogine.pdf](http://andrefolloni.com.br/fotos/1412946184_Prigogine.pdf)]  
PRIGOGINE, Ilya, STENGERS, Isabelle, 1997 (1996), *The end of certainty-time, chaos and the new laws of nature*, New York, The Free Press, (título original em francês, 1996, *La fin des certitudes, temps, chaos et les lois de la nature*, Paris, Odile Jacob). [[http://www.amazon.com/The-End-Certainty-Ilya-Prigogine/dp/0684837056#reader\\_0684837056](http://www.amazon.com/The-End-Certainty-Ilya-Prigogine/dp/0684837056#reader_0684837056)]  
SANTOS, Boaventura de Souza, 1997, *Um discurso sobre as ciências*, Lisboa, Afrontamento.

determinado nível. Os comportamentos aleatórios têm padrões de similaridade com a ‘mudança’, ou seja, o exercício projectual da modificação é programação do ‘caos’, e da recombinação dos materiais operados, mantendo-se, por vezes a ‘desordem’, de acordo com alguns autores<sup>204</sup>.

Em linguagem comum, com a palavra planear, descrevemos a complexidade das decisões interrelacionadas acerca da alocação dos nossos recursos que, sendo variáveis e instáveis, determinam respostas precisas ou flexíveis, mais ou menos determinadas em função dos objectivos pretendidos.

Estamos de acordo com Montaner acerca do entendimento das metodologias complexas.

“Os métodos de interpretação devem ser cada vez mais complexos. Para tanto, devemos aprender a ver a arquitectura e o urbanismo a partir de uma síntese que, sendo contemporânea, saiba conciliar o poder da crítica ideológica, de Karl Marx a Manfredo Tafuri, com a capacidade da análise do formalismo analítico de Colin Rowe. Ou seja, que explique a arquitectura, o urbanismo e a paisagem a partir da sociedade e da política, dos interesses das classes sociais, e ao mesmo tempo analise a fundo a complexidade formal e estrutural das obras”<sup>205</sup>.

Sendo de grande importância metodológica para garantir uma adequada homologia na interpretação da realidade, os objectivos e estratégias de intervenção urbanística procuram a simplificação dos suportes (físicos e espaciais) de vida dos cidadãos.

Ainda que (e porque) esta procura de simplicidade respeite sobretudo a parâmetros de funcionamento dos espaços públicos, das redes e infraestruturas, não parece existir uma consciência clara da relevância da complexidade, para uma maior fertilidade (como factor de qualificação) das relações a estabelecer no espaço urbanizado, como espaço de ‘bem-estar’ na sua acepção culturalista, facilitando assim uma perspectiva multidimensional.

---

<sup>204</sup> Cf. PRIGOGINE, Ilya, STENGERS, Isabelle, TOFFLER, Alvin (forw.), 1984, *Order out of chaos: man's new dialogue with nature*, New York, Bantam.

<sup>205</sup> MONTANER, Josep Maria, 2009, *Sistemas arquitectónicos contemporáneos*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 9.



“A complexidade não é só um fenómeno empírico (acaso, eventualidades, desordens, complicações, mistura dos fenómenos); a complexidade é, também, um problema conceptual e lógico que confunde as demarcações e as fronteiras bem nítidas dos conceitos como ‘produtor’ e ‘produto’, ‘causa’ e ‘efeito’, ‘um’ e ‘múltiplo’”<sup>206</sup>.

De facto, sendo a realidade marcada por factores de ambiguidade (física, formal e significativa), a ‘forma’ do projecto é ela própria frequentemente ambígua. Entendemos a ambiguidade não como a designação de ‘coisa vaga ou desprovida de significado’, mas na sua acepção erudita, como ‘coisa susceptível a diversos significados’, e, portanto, complexa. Neste sentido, a ambiguidade, constitui um substrato semântico homólogo, com interesse para o entendimento das relações complexas, imbricadas.

A ambiguidade pode ser fértil em termos significantes, pois em parte traduz a incompletude dos processos de formação urbana e os contrastes resultantes das modificações estruturais da sociedade. A sua leitura pelo projecto, ou como atitude de comunicação das suas propostas resulta por vezes numa certa ‘vulgarização’ da actuação urbanística e arquitectónica, como são exemplo alguns entendimentos muito ao gosto do ‘mainstream’ da publicidade, ou da defesa (da leitura) da aparentemente banalidade, desordem e fealdade da realidade, como em *Learning from Las Vegas*, após o entendimento erudito, como em *Complexity and Contradiction*.

Os factores de diversidade (sobretudo quando padronizados) são, a par dos factores de unidade, construtores do que designamos como ‘identidade’ de determinado conjunto de factos elementares, estruturas, sistemas ou ‘lugares’.

Sendo referência de identidade, a isotopia revela-se interessante como mecanismo de acesso universal (não hierarquizado socialmente) a determinados espaços e funções, podendo também ter interesse como espaço permeável ou poroso, mas poderá empobrecer os níveis de estruturação ambiental do território, pela monotonia e homogeneização dos suportes de urbanização e do desenho urbano.

Gordon Cullen<sup>207</sup> aponta que a variedade visual de uma configuração é um dos factores essenciais do desenho urbano, correspondendo a uma gradação entre os extremos da monotonia e do ‘caos’, preocupando-se com a participação das escalas muito

---

<sup>206</sup> MORIN, Edgar, 1994 (1982), *Ciência com Consciência*, p. 183, Lisboa, Europa-América, (título original, 1982, *Science avec conscience*, Paris, Fayard).

<sup>207</sup> Cf. CULLEN, Gordon, 2006 (1961), *Paisagem Urbana*, Lisboa, Ed. 70, (título original, 1961, *Townscape*, London, The Architectural Press).

localizadas e ‘fechadas’ no entendimento dos conjuntos e sistemas urbanizados a partir dos seus pormenores.

Interessa-nos especialmente esta noção da articulação de várias escalas, expresso por Kevin Lynch no estudo que desenvolveu no MIT, esquematizando impressões cognitivas de alguns espaços urbanos de Boston, representados como ideogramas de percursos, praças, limites, cruzamentos, etc.<sup>208</sup>.

Algumas opiniões de Jane Jacobs, Cristhopher Alexander, Aldo van Eyck e Robert Venturi, entre outros autores, concorrem para o reconhecimento da ‘inteligência’ da complexidade da actuação na cidade.

Jane Jacobs<sup>209</sup> criticava os entendimentos de Howard e de Le Corbusier, destacando a importância da diversidade morfológica e diversidade dos usos dos espaços colectivos da cidade orgânica e tradicional.

Alexander opõe-se à “ausência de complexidade estrutural, característica das árvores, que deforma as nossas concepções de cidade”<sup>210</sup> e que caracteriza os modelos de cidades novas ou as formas de expansão planeadas pelo modernismo.

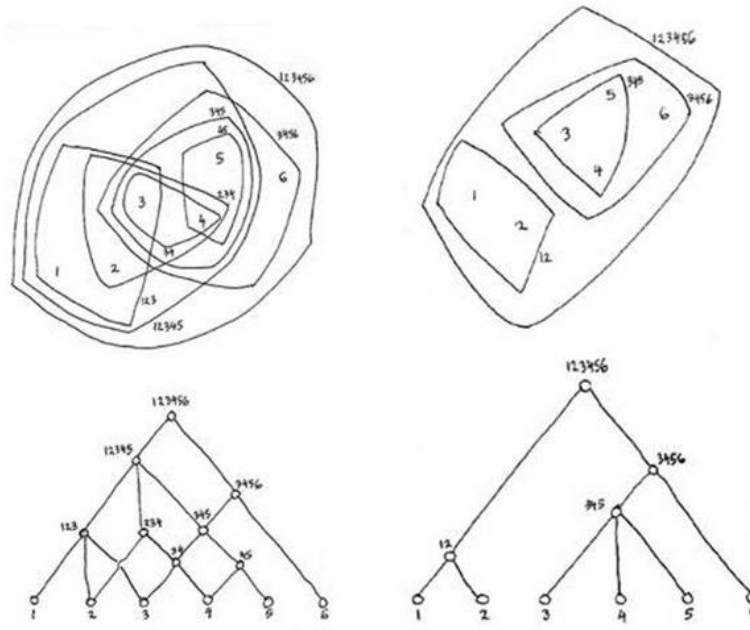
Corroborando algumas das asserções de Jane Jacobs, Christopher Alexander defendia em 1961 que as cidades com desenvolvimentos espontâneos avolumavam sistemas de relações complexas de natureza física, formal e infraestrutural, social e produtivas, evidentes e latentes, a diversas escalas e temporalidades, legíveis segundo os padrões frequentemente volúveis das medidas urbanísticas (ideológicas e/ou tecnocráticas), subvertendo naturalmente as hierarquias rígidas das concreções modernistas mais isotrópicas ou mais ramificada por sucessivas ‘ordens’ espaciais, funcionais e significantes.

---

<sup>208</sup> Cf. LYNCH, Kevin, 1999 (1960), *A imagem da cidade*, Lisboa, Ed. 70.

<sup>209</sup> Cf. JACOBS, Jane, 2001 (1961), *The Death and Life of Great American Cities*, New York, Vintage.

<sup>210</sup> ALEXANDER, Christopher, 1965, “A city is not a tree”, in *Architectural Forum*, Abril e Maio de 1965. Citação retirada da versão em língua portuguesa, publicada na revista *Arquitectura*, n.º 95, Jan./Fev. 1967, p. 25.

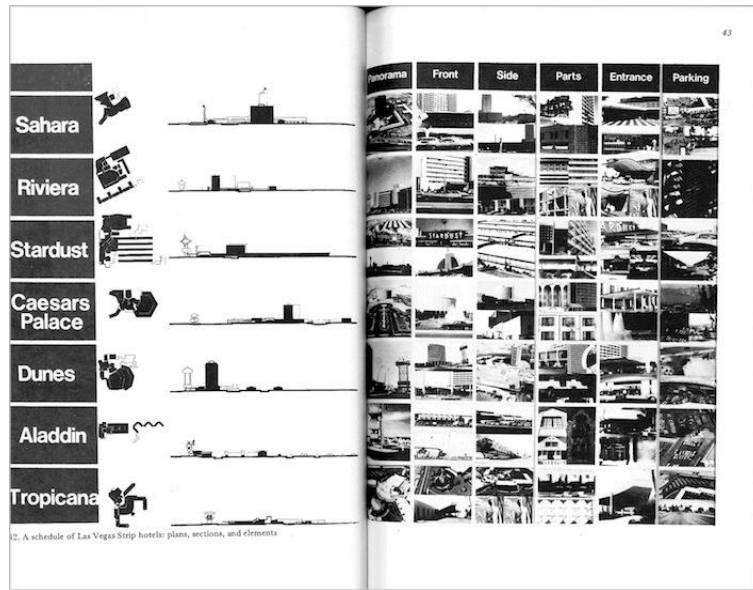


[A6]

Esquema “natural” | esquema em árvore

[ALEXANDER, Christopher, 1965, “A city is not a tree”, in *Architectural Forum*, Abril e Maio de 1965]

O esquema em árvore, à direita na imagem, restringe as conexões potenciais entre os elementos do sistema, limitando o estabelecimento de interações na cidade, como acontece com as ‘unidades de vizinhança’ de algumas ‘cidades jardim’ e outras estruturas espaciais marcadas pelo fraco desenvolvimento e hierarquização do traçado (em que a microestrutura local apresenta-se directamente articulada à macroestrutura urbana ou territorial, não existindo uma escala intermédia de distribuição).



[A7]

VENTURI, Robert, BROWN, Denise Scott IZENOUR, Steven, 1977 (1972),  
*Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form*, Cambridge, Mass., The MIT Press, pp. 42-43  
SPREAD



[A8]

VENTURI, Robert, BROWN, Denise Scott IZENOUR, Steven, 1977 (1972),  
*Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form*, Cambridge, Mass., The MIT Press  
Minor commercial buildings and signs on The Strip, Las Vegas, Nv, 1965.  
[fotografia de Denise Scott Brown, in *Interviews, Still Learning from Denise Scott Brown, 45 Years of learning from Las Vegas*, Stephanie Salomon and Steve Kroeter, Designers & Books January 7, 2014]

É de grande interesse a noção de “limiar” de Aldo van Eyck<sup>211</sup> e restantes membros do Team X, para referência às relações entre diferentes espaços urbanos (por registos impressionantes a várias escalas), concebendo-as não em termos funcionalistas ou estéticos, nem como metáforas de uma sociedade aberta, mas como dispositivos mentais de interpretação da realidade e de modificação dessa mesma realidade.

Aldo van Eyck desenvolveu o que designou como “disciplina configurativa”<sup>212</sup> que se propõe a constituir significados com os quais os seus usuários se possam identificar, como uma metodologia integradora de diferentes registos e dimensões da realidade em configurações coerentes.

Karin Jaschke estuda um grupo particular de arquitectos ligados ao estruturalismo holandês, apostados em reconfigurar a relação entre a ‘unidade habitacional’ e o projecto urbano. A crítica do modelo funcionalista está pressuposta no entendimento da condição urbana em termos de uma multiescalaridade espacial que procura interseccionar espaços públicos e espaços domésticos. O conceito de ‘configurative design’ de Aldo van Eyck constitui um esquema básico (uma forma) de uma ‘impressão psicológica’ que pode ser distendida, condensada ou multiplicada de modo a interpretar toda uma série de correlações de um sistema espacial integrando o edificado (a casa), a rua e a cidade, a um nível elevado de articulação. Blom coloca a questão no ‘limiar’ dos espaços comuns de intermediação entre o domínio público e o privado, entendendo-os como um ‘cluster’ agregador dos elementos urbanos singulares, e que introduz um padrão de sofisticação (especialização) do espaço público, assegurando à arquitectura a ‘consciência’ da sua inserção urbana à escala de cada lugar.

Ao contrário das tentativas iniciais em articular diferentes escalas por processos funcionalistas ou expressionistas, o desenho ‘configurativo’ baseia-se na ideia que tais articulações e integrações só podem ser alcançadas por significados estruturais e formais. É neste sentido que Van Eyck<sup>213</sup> defende a analogia entre a casa e a cidade,

---

<sup>211</sup> VAN EYCK, Aldo, 2008, *Aldo van Eyck: Writings*, Sun Publishers.

<sup>212</sup> JASCHKE, Karin, 2009, “City Is House and House Is City: Aldo van Eyck, Piet Blom and the Architecture of Homecoming”, in PALMA, Vittoria di, PERITON, Diana, LATHOURI, Marina (eds.), 2009, *Intimate Metropolis: Urban Subjects in the Modern City*, London and New York, Routledge, cap. 9, pp. 175-194, p. 176.

<sup>213</sup> Cf. VAN EYCK, Aldo, 2008, op. cit.

como um novo paradigma unificador das diversas escalas da arquitectura e da urbanística actual.

Venturi, Brown e Izenour colocam a questão central de como ‘olhamos para as coisas’.

“Aprender com a paisagem existente é, para o arquitecto, uma maneira de ser revolucionário. Não do modo óbvio, que é derrubar Paris e começar de novo, como Le Corbusier sugeriu na década de 1920, mas de outro modo, mais tolerante, isto é, questionar o modo como olhamos para as coisas”<sup>214</sup>.

Trata-se de como aprendemos com a cidade e, sobretudo, do paradigma segundo o qual pensamos e percebemos a cidade pela prática do acto projectual e com a acção da intervenção.

Venturi, Brown e Izenour sublinham a ideia da estruturação em alternativa à mudança,

“Os arquitectos perderam o hábito de olhar para o ambiente sem emitir julgamentos porque a arquitectura moderna ortodoxa é progressista, se não revolucionária, utópica e purista; ela está insatisfeita com as condições existentes. A arquitectura moderna tem sido de tudo menos tolerante; Os arquitectos preferiram mudar o ambiente existente em vez de o melhorar”<sup>215</sup>.

Pensando nas realidades fragmentadas, descaracterizadas, e em processos de transformação, pensando em estruturação, valorização ambiental, articulação, coesão, unidade e identidade, torna-se importante o conceito de sistema.

A noção de sistema, transversal a muitos campos de conhecimento, é susceptível a vários entendimentos de grande fertilidade disciplinar, nomeadamente pelo seu potencial operativo quando articulado com outros conceitos como, por exemplo, os de ‘adaptabilidade’, ‘flexibilidade’, ‘mutabilidade’, ‘ordem’ e ‘incerteza’.

---

<sup>214</sup> VENTURI, Robert, BROWN, Denise Scott IZENOUR, Steven, 1977 (1972), *Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form*, Cambridge Mass., The MIT Press, p. 3., trad. de, “Learning from the existing landscape is a way of being revolutionary for an architect. Not the obvious way, which is to tear down Paris and begin again, as Le Corbusier suggested in the 1920, but another, more tolerant way; that is, to question how we look at things”.

<sup>215</sup> *Ibidem*, p. 3. tradução livre de “Architects are out of the habit of looking nonjudgmentally at the environment, because orthodox Modern architecture is progressive, if not revolutionary, utopian, and puristic; it is dissatisfied with existing conditions. Modern architecture has been anything but permissive; Architects have preferred to change the existing environment rather than enhance what is there”.

Procura-se assim aferir acerca das condições de ‘resistência’<sup>216</sup> de determinadas estruturas-sistema, assim como a possibilidade de conjugação entre sistema e praxis, a descrição de como um determinado sistema (como o sistema dos espaços colectivos, entre outros) reconhece o seu próprio potencial de modificação, e de como a partir de uma ideia, determinação urbanística ou sugestão arquitectónica, é estabelecida a reestruturação significativa dos sistemas sobre os quais é exercida a referida actuação.

Presumimos que poderão assim ser alcançados vários objectivos de natureza metodológica, recompondo ou consolidando alguns elos instáveis entre as análises e as propostas como, nomeadamente, no que respeita à identificação das relações espaciais mais complexas às escalas local, urbana e territorial, superando as limitações do objecto arquitectónico como construtor de cidade, e aferindo as competências de cada sistema (e de cada uma das suas partes constitutivas) ao interagir com os seus contextos físico, social e económico.

Os níveis de complexificação (que não de ‘complicação’) podem então alargar-se quando relacionamos vários sistemas entre si, com distintos desenvolvimentos, e correspondendo, cada um, a conjuntos de elementos heterogéneos. Tais elementos dessemelhantes (materiais ou não), dispostos por escalas distintas, relacionados entre si, com uma organização interna que tenta estrategicamente adaptar-se à complexidade de conteúdos comuns, constituem um todo que não é explicável pela mera soma das suas partes.

Cada parte do sistema está em função de outra; não há elementos isolados.

Dentro dos diversos sistemas que se podem estabelecer, a arquitectura e o urbanismo são sistemas do tipo “funcional, espacial, construtivo, formal e simbólico”<sup>217</sup>.

Sendo pretendida a agregação de factos dissonantes entre si, em sistema coeso, mais do que os factos em si, importa entender os factos *entre si*, os espaços de relação, e os sistemas resultantes das suas formas de *articulação* mútua.

Ou seja, um sistema espacial será conformado por factos objectuais que confirmam significados precisos (‘objectivos’) aos espaços ‘entre’ ou ‘in-between’, o que pode ser operado por densificação construtiva e/ou por qualificação/estruturação de tais

---

<sup>216</sup> Entendida como factores de ‘permanência’ ou ‘invariantes disciplinares’ que assegurem o significado próprio das modificações consideradas pela praxis do urbanismo e da arquitectura. Esta noção é adiante retomada no âmbito de temáticas específicas.

<sup>217</sup> Cf. MONTANER, Josep Maria, 2009, *Sistemas arquitectónicos contemporâneos*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 11.

entidades espaciais, como espaços colectivos com conotados evidentes, urbanos, naturais ou respeitantes a temáticas facilmente apreensíveis.

Para Foucault, o ‘sistema’ pode ser entendido a diversos níveis, pela sua experienciação por impressões (sensações) perceptivas, pela observação (descrição) empírica e pelas (narrativas das) teorias gerais sobre a sua ‘ordem’ ou outras ‘regras instauradoras’.

“Um ‘sistema dos elementos’ - uma definição dos segmentos sobre os quais poderão aparecer as semelhanças e as diferenças, os tipos de variação de que esses segmentos poderão ser afectados, o limiar, enfim, acima do qual haverá diferença e abaixo do qual haverá similitude - é indispensável para o estabelecimento da mais simples ordem. A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem”<sup>218</sup>.

Foucault precisa os termos da afirmação anterior, para enquadramento da sua complexa abrangência, afirmando que “os códigos fundamentais de uma cultura - aqueles que regem a sua linguagem, os seus esquemas perceptivos, as suas trocas, as suas técnicas, os seus valores, a hierarquia de suas práticas - fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há-de encontrar”<sup>219</sup>.

Na outra extremidade do pensamento, teorias científicas ou interpretações filosóficas explicam por que há em geral uma ordem, a que lei geral obedece, que princípio pode justificá-la, por que razão é esta a ordem estabelecida e não outra.

Mas, entre essas duas regiões tão distantes, reina um domínio que, apesar de ter sobretudo um papel intermediário, não é menos fundamental: é mais confuso, mais obscuro e, sem dúvida, menos fácil de analisar.

“É aí que uma cultura, afastando-se insensivelmente das ordens empíricas que lhe são prescritas pelos seus códigos primários, instaurando uma primeira distância em relação a elas, fá-las perder a sua transparência inicial, cessa de se deixar passivamente atravessar por elas, desprende-se dos seus poderes imediatos e invisíveis, liberta-se o bastante para constatar que essas ordens não

---

<sup>218</sup> FOUCAULT, Michel, 1999, *As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*, “Prefácio”, São Paulo, Martins Fontes, p. xiv-xv., (título original, FOUCAULT, Michel, 1966, *Les mots et les choses, Une archéologie des sciences humaines*, Paris, Gallimard). Consultadas igualmente a edição original e a edição em língua portuguesa (2014, Lisboa, Ed. 70), que inclui textos introdutórios de Eduardo Lourenço e de Vergílio Ferreira.

<sup>219</sup> *Ibidem*, p. xvi.



são talvez as únicas possíveis nem as melhores: de tal sorte que se encontre diante do facto bruto de que há, sob suas ordens espontâneas, coisas que são em si mesmas ordenáveis, que pertencem a uma certa ordem muda, em suma, que há ordem<sup>220</sup>.

É em função dessa ordem que os códigos da linguagem são aferidos, integrados e ajustados, e que,

“se construirão as teorias gerais da ordenação das coisas e as interpretações que estas requerem. Assim, entre o olhar já codificado e o conhecimento reflexivo, há uma região mediana que liberta a ordem no seu próprio ser: é aí que ela aparece, segundo as culturas e segundo as épocas, contínua e graduada ou fraccionada e descontínua, ligada ao espaço ou constituída a cada instante pelo impulso do tempo, semelhante a um quadro de variáveis ou definida por sistemas separados de coerências, composta de semelhanças que se aproximam sucessivamente ou que se espelham mutuamente, organizada em torno de diferenças crescentes, etc. De tal maneira que essa região *mediana*, na medida em que manifesta os modos de ser da ordem, pode apresentar-se como a mais fundamental: anterior às palavras, às percepções e aos gestos, incumbidos então de traduzi-la com maior ou menor exactidão ou sucesso (razão pela qual essa experiência da ordem... desempenha sempre um papel crítico); mais sólida, mais arcaica, menos duvidosa, sempre mais *verdadeiras* que as teorias que lhes tentam dar uma forma explícita, uma explicação exhaustiva, ou um fundamento filosófico. Assim, em toda cultura, entre o uso do que se poderia chamar os códigos ordenadores e as reflexões sobre a ordem, há a experiência nua da ordem e dos seus modos de ser”<sup>221</sup>.

---

<sup>220</sup> *Ibidem*, pp. 12, [FOUCAULT, Michel, 1966, *Les mots et les choses (une archéologie des sciences humaines)*, Préface, Paris, Gallimard, pp. xv-xvi], trad. livre do excerto da ed. orig., “C’est là qu’une culture, se décalant insensiblement des ordres empiriques qui lui sont prescrits par ses codes primaires, instaurant une première distance par rapport à eux, leur fait perdre leur transparence initiale, cesse de se laisser passivement traverser par eux, se déprend de leur pouvoirs immédiats et invisibles, se libère assez pour constater que ces ordres ne sont peut-être pas les seuls possibles ni les meilleurs; de sorte qu’elle se trouve devant le fait brut qu’il y a, au-dessous de ses ordres spontanés, des choses qui sont en elles-mêmes ordonnables, qui appartiennent à un certain ordre muet, bref qu’il y a de l’ordre”.

<sup>221</sup> *Ibidem*, pp. 12-13, [FOUCAULT, Michel, 1966, *Les mots et les choses (une archéologie des sciences humaines)*, Préface, Paris, Gallimard, pp. xvi-xvii], trad. do excerto da ed. orig., “se bâtiront les

Um sistema resulta da ordem de combinação e disposição das suas partes constitutivas, pressupondo determinadas regras de organização dos factores (análogos ou diversos) concatenados. Regras que poderão ser funcionais, formais, materiais e imateriais.

Discutir o conceito de sistema consiste, ainda segundo Montaner, em “inscrever cada obra em escalas maiores ou menores, já que toda estrutura acessível à análise situa-se sempre em outros sistemas de ordem superior. Podemos falar (...) tanto de subsistemas de menor escala quanto de sistemas de maior escala actuando como contextos”<sup>222</sup>.

Montaner introduz assim a interessante e útil noção de contexto como sistema, que permite relacionar, a escalas de similitude, determinados factos urbanos e territoriais heterogéneos, relevando-se a importância do espaço (a sua essência), diferenciado como *espaço de localização*, de *extensão* e de *alocação*.

Assumindo o reconhecimento de sistemas espaciais e sistemas de objectos, exploramos a “arquitetura mais complexa que chega até à escala urbana”<sup>223</sup>, na linha de Nuno Portas<sup>224</sup> e do pensamento de Alison e Peter Smithson<sup>225</sup>, do Team X.

O entendimento da heterogeneidade do espaço contemporâneo de alocação, por referência ao “espaço-do-fora”, ou a ‘espaços-outros’<sup>226</sup> com conotados diversos,

---

theories générales de l’ordonnance des choses et les interprétations qu’elle appelle. Ainsi entre le regard déjà codé et la connaissance reflexive, il y a une région médiane qui delivre l’ordre en son être même: c’est là qu’il apparaît, selon les cultures et selon les époques, continu et gradué ou morcelé et discontinu, lié à l’espace ou constitué à chaque instant par la poussé du temps, apparenté à un tableau de variables ou défini par les systèmes séparés de cohérences, composé de ressemblances qui se suivent de proche en proche ou se répondent en miroir, organisé autour de différences croissantes, etc. Si bien que cette région *mediane*, dans la mesure où elle manifeste les modes d’être de l’ordre, peut se donner comme la plus fondamentale: antérieure aux mots, aux perceptions et aux gestes qui sont censés alors la traduire avec plus ou moins d’exactitude ou de bonheur (c’est pourquoi cette expérience de l’ordre, en son être massif et premier, joue toujours un rôle critique); plus solide, plus archaïque, moins douteuse, toujours plus *vraie* que les théories qui essaient de leur donner une forme explicite, une application exhaustive, ou un fondement philosophique. Ainsi dans toute culture entre l’usage de ce qu’on pourrait appeler les codes ordinateurs et les réflexions sur l’ordre, il y a l’expérience nue de l’ordre et de ses modes d’être.”

<sup>222</sup> MONTANER, Josep Maria, 2009, *Sistemas arquitectónicos contemporáneos*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 11.

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>224</sup> Veja-se esta temática em PORTAS, Nuno, 1969, *A cidade como arquitectura*, Lisboa, Livros Horizonte.

<sup>225</sup> Veja-se esta temática em SMITHSON, Alison e Peter, 1967, *Urban structuring*, London, Studio Vista.

<sup>226</sup> Cf. FOUCAULT, Michel, 1984 (1967), “Dits et écrits, Des espaces autres” (conferência no ‘Cercle d’études architecturales’, 1967), in *Architecture, Mouvement, Continuité*, n.º 5, outubro de 1984, Paris, Le Moniteur, p. 46-49.

Cf. FOUCAULT, Michel, 1994 (1984), “Des espaces autres”, in *Dits et écrits: 1954-1988*, t. IV (1980-1988), Paris, Gallimard, pp. 752-762.

indicia algumas das condições das relações que delimitam influências e afectações (de factos urbanos) irreduzíveis umas às outras, conduzindo à ideia de heterotopia.

Foucault apresentou a noção de heterotopia, no prefácio de *Les mots et les choses*, desde as estimulantes fábulas de Jorge Luis Borges (editadas em 1935)<sup>227</sup> acerca de uma série de temáticas recorrentes, (as utopias, as crises, as guerras, os poderes, a demência, a esquizofrenia, a sexualidade, a infâmia e o *espaço*, entre outras), ensaiando as primeiras aproximações teóricas, noções também inicialmente divulgadas num programa de rádio<sup>228</sup> dedicado a temáticas da *utopia*, e ainda numa conferência de 1967<sup>229</sup>, cuja comunicação foi publicada (postumamente) em 1984, como espaços que verificam os seguintes seis princípios instauradores (com alguns dos exemplos referidos pelo autor)<sup>230</sup>:

- São espaços-programas existentes em todas as culturas, com conotados morfológicos e tipológicos diversificados, manifestando-se como lugares de ‘crise’ (*residências para idosos...*) ou de ‘desvio’ (*prisões, hospitais psiquiátricos...*);
- Poderão resultar de transformações ou de operações específicas em diferentes momentos históricos (*cemitérios...*);
- Configuram justaposições, num único espaço, de diversos elementos espaciais incompatíveis (*cinemas, teatros, jardins...*);
- Encapsulam descontinuidades espaço-temporais, ou acumulam descontinuidades temporais (*museus, bibliotecas...*);
- Pressupõem um sistema ambivalente de abertura / encerramento, entrada / saída, e distanciamento / penetração (*quartéis militares, prisões, hotéis...*);
- Revelam uma relação específica com outros espaços, como, por exemplo, de ilusão ou de compensação (*prostíbulos, complexos religiosos...*).

<sup>227</sup> BORGES, Jorge Luis, 2005 (1935) *Historia universal de la infâmia*, Buenos Aires, Emecé.

<sup>228</sup> FOUCAULT, Michel, 1966, *Les Hétérotopies*, transmitido por Radio Feature, [Em linha][Consultado em Janeiro 2014], disponível em:  
 <[1/3] <http://www.youtube.com/watch?v=RC7qhps2HMM>>;  
 <[2/3] <http://www.youtube.com/watch?v=SyCNh7M7yzc>>;  
 <[3/3] <http://www.youtube.com/watch?v=PkoFgbbyrTo>>.

<sup>229</sup> Conferência proferida no Cercle d'études Architecturales de Tunis, a 14 de março de 1967 (in *Architecture, Mouvement, Continuité*, n. 5, oct. 1984, pp. 46-49). Michel Foucault só autorisa em 1984 a publicação do texto escrito na Tunísia em 1967, tendo edição póstuma, cf. FOUCAULT, Michel, 1984 (1967), op. cit.

<sup>230</sup> Adaptado de DEHAENE, Michiel, DE CAUTER, Lieven (ed.), 2008, *Heterotopia and the City; Public space in a postcivil society*, London and New York, Routledge, pp. 18-21.

Foucault defende que, ao contrário das utopias, as heterotopias inquietam.

“As utopias consolam: é que, se elas não têm lugar real, desabrocham, contudo, num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico. As heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fraccionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a ‘sintaxe’, e não somente aquela que constrói as frases — aquela, menos manifesta, que autoriza *manter juntos*”<sup>231</sup> (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. “Eis por que as utopias permitem as fábulas e os discursos: situam-se na linha recta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula; as heterotopias (encontradas tão frequentemente em Borges) dessecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases”<sup>232</sup>.

E acrescenta, exemplificando com campos de dissensão e de isotropia, aludindo ao seu reconhecimento como ‘texturas’ que podendo ser homogéneas são, ainda assim a agregação recursiva dos seus padrões mais elementares.

“Por vezes, não se chega a classificar de maneira coerente as meadas de lãs multicores que se (...) apresentam sobre a superfície de uma mesa; como se esse rectângulo unificado não pudesse servir de espaço homogéneo e neutro onde as coisas viessem ao mesmo tempo manifestar a ordem contínua de suas identidades ou de suas diferenças e o campo semântico de sua denominação. Eles formam, nesse espaço unido, onde as coisas normalmente se distribuem e se nomeiam, uma multiplicidade de pequenos domínios granulados e fragmentários onde semelhanças sem nome aglutinam as coisas em ilhotas descontínuas (...). Mas, mal são esboçados, todos esses agrupamentos se desfazem, pois a orla de identidade que os sustenta, por mais estreita que seja, é ainda demasiado extensa para não ser instável”<sup>233</sup>.

---

<sup>231</sup> FOUCAULT, Michel, 1999, *As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*, “Prefácio”, São Paulo, Martins Fontes, p. xii, (grifos do texto original), (título orig., FOUCAULT, Michel, 1966, *Les mots et les choses, Une archéologie des sciences humaines*, Paris, Gallimard), trad. pp. xii-xiii aferida cf. pp.10-11-12 da ed. orig..

<sup>232</sup> *Ibidem*, p. xii.

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. xii-xiii.

O conceito de Heterotopia de Foucault tem sido frequentemente criticado como inacabado, especulativo e inconclusivo, ou como inadequado como chave de análise espacial, não obstante muitos autores e alguns dos próprios críticos o tenham utilizado como referente central de uma grande diversidade de argumentos acerca da noção de espaço urbano e espaço arquitectónico, explorando a complexa e híbrida transformação do ‘espaço contemporâneo’<sup>234</sup> que se constitui como espaço heterotópico por excelência<sup>235</sup>.

Na realidade, Foucault entendeu como *epistemes* as mudanças significativas no panorama intelectual do seu tempo, à semelhança dos ‘paradigmas de Thomas Kuhn’<sup>236</sup>, entendendo que a ‘história’ teria de ser percebida em conformidade com as epistemes e os discursos do passado. Dedicando especial atenção à arquitectura, a questão do ‘espaço’ é central em Foucault, que reconhece a capacidade do modelo em influenciar o comportamento humano. As utopias sem concreção espacial, os contextos intemporais, concentracionários ou relativas ao exercício do poder, perpassam toda a obra de Michel Foucault, tendo sido fundamental para o seu edifício teórico a discussão do panopticismo (a partir da análise do *Panóptico* de Jeremy Bentham).

“A continuada relevância da heterotopia e, de facto, a sua aplicabilidade para o entendimento da complexidade da constituição de lugares, resulta, em primeiro lugar, da falta de outras ferramentas conceptuais que suplantem a fértil, embora

---

<sup>234</sup> Autores como, por exemplo, BOYER, M. Christine., 2008, “The many mirrors of Foucault and their architectural reflections, in DEHAENE, Michiel, DE CAUTER, Lieven (coord.), *Heterotopia and the city: Public space in a postcivil society* (pp. 53-74), London and New York, Routledge; LEACH, Neil (ed.), 1997, *Rethinking architecture: A reader in cultural theory*, London and New York, Routledge; LEFEBVRE, Henri, 1991, *The production of space*, Oxford, Blackwell.

<sup>235</sup> A noção de heterotopia interessa-nos especialmente como suporte de entendimento de sectores urbanos como o do caso de estudo, à sua escala conjunta (como espaço heterotópico) e às escalas de cada uma das funcionalidades em presença, consideradas como heterotopias arquitectónicas e urbanísticas, como espaços da infraestrutura, estruturas-steam, estruturas-cluster e texturas-matbuilding. Interessa-nos ainda avaliar a condição heterotópica da intervenção urbanística. Observe-se que a actuação de estruturação urbanística manifesta-se (genericamente) como difusa e, também, como heterotópica.

<sup>236</sup> O filósofo Americano Thomas Kuhn defende que a ciência não evolui simplesmente com a progressiva acumulação de novos conhecimentos, mas experimenta revoluções periódicas que designa como mudanças ou desvios dos paradigmas (*Paradigm Shifts*). O paradigma circunscreve então uma orientação teórica própria baseada numa epistemologia e em metodologias particulares de pesquisa, cf. KUHN, Thomas, 1970 (1962), *The Structure of Scientific Revolutions*, vol. I and II, Chicago and London, Univ. of Chicago Press.

controversa, formulação original de Foucault e, em segundo lugar, a sua profunda capacidade interpretativa aberta a uma miríade de leituras possíveis<sup>237</sup>.

É precisamente esta capacidade especulativa que nos interessa, pois permite entendimentos cruzados de aspectos correspondentes a ordens e escalas muito diversificadas, facilitando a sua ‘sobreposição’, sendo, de resto, esta uma das condições basilares da própria noção de heterotopia em Foucault<sup>238</sup>.

Segundo Cenzatti, Edward Soja apelida o texto de Michel Foucault (*Les mots et les choses*)<sup>239</sup> de “frustrantemente incompleto, inconsistente e incoerente”<sup>240</sup>, e apresenta a sua ideia de *espaço* e dos conceitos correlacionados (lugar, paisagem, arquitectura, meio-ambiente, cidade, região, território e geografia), criticando o seu entendimento dual, como forma concrecionada e como construção mental, propondo uma nova conceptualização como “um outro modo de compreensão e actuação para mudar a espacialidade da vida humana, um modo distinto de consciência espacial crítica apropriado ao novo âmbito e significado resultante do reequilíbrio (‘trialéctico’) espacialidade-historicidade-socialidade”<sup>241</sup>.

---

<sup>237</sup> TURGO, Nelson Nava, 2012, *Experiencing Foucault's heterotopia in fish trading houses*, in “Social Science Diliman” 8:1, pp. 31-62, Quezon City (University of the Philippines) e Georgetown University, pp. 41-42, trad. do excerto orig. “The continued relevance of heterotopia and, in fact, applicability in understanding the complexities of the constitution of places underline, firstly, the lack of other possible conceptual tools which could supplant Foucault’s (1997) original rich, though contentious, formulation and secondly, the profound interpretative power of its being open to a myriad of possible readings”, [Em linha][consultado em Janeiro 2014], disponível em <<http://journals.upd.edu.ph/index.php/socialsciencediliman/article/viewFile/3358/3127>>.

<sup>238</sup> Cf. LEACH, Neil (ed.), 1997, “Michel Foucault”, In *Rethinking architecture: A reader in cultural theory*, London and New York, Routledge, pp. 329-357.

Cf. DEHAENE, Michiel, DE CAUTER, Lieven (trad.), 2008, “Michel Foucault, (1967), Of other spaces”, in DEHAENE, Michiel, DE CAUTER, Lieven (ed.), 2008, in *Heterotopia and the city: Public space in a postcivil society*, London and New York, Routledge, pp. 13-29.

<sup>239</sup> FOUCAULT, Michel, 1989 (1966), *The Order of Things. An Archaeology of the Human Sciences*, London and New York, Routledge, (pub. orig., 1966, *Les mots et les choses*, Paris, Gallimard).

<sup>240</sup> Cf. CENZATTI, Marco, “Heterotopias of difference”, in DEHAENE, Michiel, DE CAUTER, Lieven (ed.), 2008, *Heterotopia and the city: Public space in a postcivil society*, London and New York, Routledge, pp. 75 et. seq., p. 75, trad. do excerto orig. “Frustratingly incomplete, inconsistent, incoherent”.

<sup>241</sup> SOJA, Edward William, 1996, *Thirdspace, Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places*, Oxford, Blackwell, p.10, trad. livre do excerto orig. “an-Other way of understanding and acting, to change the spatiality of human life, a distinct mode of critical spatial awareness that is appropriate to the new scope and significance being brought about in the rebalanced trialectics of spatiality-historicity-sociality”.

De facto, a heterotopia tal como descrita por Michel Foucault apresenta-se ampla, aberta a diversos significados, permitindo inegáveis desenvolvimentos, o que confere forte convicção e fascínio ao conceito, parecendo-nos óbvia a opinião de Michiel Dehaene que a heterotopia constitui “a encruzilhada das linhas de força que conformam hoje o espaço público”<sup>242</sup>

Existem territórios sem lugares e histórias sem cronologia, de cidades e universos de que se torna impossível destacar um ‘traço’ sobre uma carta, muito simplesmente porque não ‘pertence’ a um espaço em especial. Sem dúvida esses ‘lugares sem lugar’ tiveram origem no sonho, no vazio, ou seja, são o ‘foco’ das utopias.

Mas existem utopias que têm um lugar preciso e real, um lugar que podemos identificar sobre uma carta, que podemos medir, e é provável que determinem um ‘corte’ (interrupção) no espaço que ocupam, e no tempo que decorre (no sentido de uma eventual perspectiva anacrónica da correspondente narrativa e dos seus signos e conotados técnico-figurativos). São então espaços e tempos de descontinuidade, não integrando sistemas alargados (ou então o sistema é caracterizado, precisamente, pela autonomia de uma série de factos disruptivos).

Não vivemos nem trabalhamos num espaço neutro e vazio, num rectângulo de uma folha de papel. Vivemos num espaço esculpido, com áreas escuras e claras de diferentes níveis, com elementos minerais e vegetais, na margem de áreas duras e áreas naturalizadas, friáveis, penetráveis, porosas, frescas e secas, com lugares de passagem, e de estadia, e áreas abertas e fechadas, de diversas escalas, com lojas cafés, teatros, hotéis, e ainda de áreas de repouso, de recreação, e de trabalho.

Entre todos estes lugares, existem alguns espaços que são, de certa forma, absolutamente diferentes que se destinam a enquadrar ou compensar a presença dos outros, constituindo-se assim como ‘*contra-espaços*’, espaços heterotópicos, onde poderão ser reconhecidas eventuais regras (relações) topológicas, provavelmente variáveis ou distintas de acordo com o posicionamento e movimento do observador.

O seu estudo, designado por Foucault como ‘*Heterotopologia*’, verifica, segundo o mesmo autor, um conjunto de princípios, como:

---

<sup>242</sup> DEHAENE, Michiel, DE CAUTER, Lieven (ed.), 2008, *Heterotopia and the city: Public space in a postcivil society*, London and New York, Routledge, p. 4, trad. livre de (sublinhado nosso), “[heterotopia] as being at a crossroads of the conceptual flight lines that shape public space today”.

- A heterotopia é uma constante da intervenção do homem, tomando formas variadas e susceptíveis a transformações (propriedade que poderá assumir carácter operativo);
- Sobreposição de espaços aparentemente incompatíveis;
- Ideia de depósito, fechamento e acumulação, como espaço de todos os tempos, que resultam como espaços fora-do-tempo;
- Factos anacrónicos variados;
- Sistemas específicos de ‘abertura’ e de ‘encerramento’ de espaços.

Estamos em ‘época’ da simultaneidade, da justaposição, na época do próximo e do distante, do contíguo, do disperso, da desordem e da disrupção. Estamos (‘a’ disciplina do urbanismo e da arquitectura) num momento em que ‘tudo’ é experimentado, enquanto preceitos delineados com tempo e consciência da memória (ou com a consciência desta mesma situação), e sobretudo como representações das redes que ligam pontos e entrecruzam um emaranhado de referências imagéticas e formais.

Talvez seja possível afirmar que algumas disputas ideológicas que avivam alguns dos pouco frequentes debates actuais (no interior da urbanística) derivam dos ‘cortes’ abruptos entre as práticas mais atentas ao carácter dinâmico do factor tempo e os exercícios de grande intencionalidade espacial, do tempo instantâneo, qualquer que sejam os conotados temporais das formas e modelos eleitos. Trata-se, no fundo, do debate acerca de posicionamentos metodológicos de actuação (e de gestão) disciplinar, baseados em experiências formalistas com efeitos de escala expressivos, muitas vezes posicionando-se em contraste ou ruptura morfológica com a sua envolvente.

O estruturalismo, ou o que é convocado e reunido por tal designação genérica, é o esforço para estabelecer, entre elementos que poderão ter sido acumulados através do tempo, um conjunto de relações que os articule como factos justapostos, apostos ou mutuamente relacionados, ou seja, em sistema de relações espaciais e topológicas definido.

A alocação (condição de reserva ou afectação) é termo da noção de ‘ocupação’ que inclui ou representa o sentido tipológico e programático, bem como os restantes atributos como entidade espacial. Neste sentido, substitui a ‘extensão’, que, por sua vez, substituiu a ‘localização’.



As perplexidades da urbanística actual respeitam sobretudo à estruturação do espaço. O tempo, como diegese, qualifica algumas das condições de alocação.

O nosso reconhecimento impressivo do espaço vivenciado é, em forte medida, o de um conjunto de relações de alocação dos factos urbanos e naturalizados.

O espaço, pela sua afectação e uso é, assim, heterogéneo, mesmo quando idêntico e isotrópico na forma, na imagem e na função, estabelecendo, portanto, relações diferenciadas na sua ‘ocupação íntima’ e ‘exploração social’.

As alocações têm narrativa própria, descrevendo as suas características e os sistemas de relações que estabelecem. As alocações ‘de passagem’ (serventias / espaços da mobilidade), por exemplo, poderão ser descritas pelas suas características de perfil, carga e tipologia funcional, pelo feixe das relações estabelecidas com a envolvente próxima ou territorial, capacidade de serventia e de serviço, relações com as diversas funcionalidades (outras alocações) que suporta e estrutura, entre vários outros aspectos, que poderão ser modificados ao longo do tempo, em função de medidas de gestão e de diversas variáveis físicas, sociais, tecnológicas e outras.

As alocações podem organizar-se assim em redes dinâmicas de afectações de nível superior, por disciplinas / ordens de programação, de uso (por afinidades, por complementaridade ou por acompanhamento), e de gestão, por exemplo.

Podem adquirir entendimentos complexos, com a evidência de propriedades relacionadas com múltiplas alocações, que poderão, em determinadas circunstâncias inverter ou anular alguns efeitos dessas mesmas relações por fragilidade ou autonomização de alguns dos seus nexos ligantes.

Vejam-se, os exemplos de algumas utopias, sem localização real, não obstante poderem manter com a realidade (física, funcional e social) relações de conformidade íntima alinhada ou invertida, mas que se revelam, frequentemente, como modelos rígidos de organização. Veja-se ainda a contingência de determinados modelos, que se ‘esgotam’ nas suas próprias concreções figurativas<sup>243</sup>.

Mas consideremos ainda as *heterotopias*, que poderão ser eventualmente entendidas (em termos genéricos) por oposição às *utopias*, como *distopias*, ‘alocações-outras’, uma espécie de utopias alteradas e concrecionadas, com localizações reais, por vezes como espécies de ‘contra-alocações’, adquirindo interesse experimental quando, de certo

---

<sup>243</sup> Temas retomados noutros contextos da presente dissertação.

modo, interagem (ajustando-se, renovando-se, reconstruindo-se) ou se impõem à realidade, muitas vezes em função da sua escala muito circunscrita ou como *grandes projectos urbanos* (agora retomados e entendidos como operações extensas de urbanização ou de reurbanização).

Uma constatação aparentemente evidente é a de que praticamente todas as culturas produzem *heterotopias* singulares, procurando efeitos de inovação por contraste compositivo ou distinção tecnológica tentando, de facto, assegurar concordâncias locativas do programa, ou desbravando frentes de actuação estratégica, nomeadamente por indução de novas dinâmicas ou operações específicas de marketing.

Mas tais factos singulares dependem da disponibilização de factores como a escala do suporte físico, condições de mobilidade, capacidade de ‘interferência’ na organização da cidade, assumindo parâmetros de distinção bem orientados face a inerentes interesses públicos, privados ou mistos.

De resto, a *heterotopia* tem a faculdade de justapor vários espaços, várias alocações que poderão ser em si mesmas incompatíveis.

Um exemplo desta situação é o jardim, que apresenta, frequentemente, a sobreposição de temáticas iconológicas. O jardim persa tradicional é sacralizado, reunindo, no seu interior elementos figurativos representando os ‘quatro cantos do mundo’, envolvendo um espaço central, o ‘umbigo do mundo’ onde se localiza a fonte de água, e onde a componente vegetal demarca um microcosmos significante. Os ‘tapetes’, como reproduções de jardins, onde o mundo adquire a sua perfeição simbólica, constituem, pela sua materialidade, uma espécie de espaço-mundo móvel. Mas um espaço de topografia ‘neutralizada’ ou ‘substituída’ pela textura. Poderemos assim considerar o tapete-artefacto como uma heterotopia de representação da textura-mundo referida. De resto a *bidimensionalidade* será um dos factores fundamentais de caracterização (da sua ‘fertilidade’ significante) destes ‘esquemas’ intemporais de representação, esquemas baseados essencialmente nos princípios (contraste e harmonização, ilusão, inversão, alternância, ambiguidade, etc.) das composições ‘figura-fundo’, e outros princípios centrais às noções de ‘pensamento produtivo’, à ideia de *grouping* da (teoria da) psicologia da percepção (*gestalt*)<sup>244</sup>.

---

<sup>244</sup> Veja-se, a propósito, entre outros autores, o entendimento de WERTHEIMER, Max, 1945, *Productive thinking*, New York, Harper and Row.

Max Wertheimer e Karl Duncker aprofundaram o estudo dos processos de resolução de problemas, numa óptica gestaltica, considerando cada problema (questão) como uma situação conflitual, um

O tapete anglo-chinês representa paisagens naturais idílicas, opostas às imagens da cidade industrial emergente, constituindo-se igualmente como ‘mapa-objecto’ eclético de contemplação e reapropriação de natureza.

Também os jardins de Kyoto apelam à imagem da perfeição, da subtileza e do silêncio da contemplação e comunhão com a natureza, pela representação de uma paisagem em miniatura. As 15 pedras (monte Fuji, montanhas, ilhas), a areia ou gravilha penteada (água) e as pedrinhas (barquinho, tartaruga, dragão, mãe-tigre e suas crias), são símbolos de valores culturais da espiritualidade<sup>245</sup>, e representações simbólicas da realidade-território vivenciado fisicamente. E o jardim-móvel também é dinâmico e vivenciado, sendo o seu ‘estado físico’ muitas vezes o reflexo do ‘estado de espírito’ do ‘jardineiro’.

De uma forma geral os jardins históricos do ocidente são muito mais teatrais, por vezes geometrizados, como espaços lúdicos, de lazer e representação social, adquirindo significados distintos de acordo com a sua época.

---

confronto entre a informação disponível e a vontade de a resolver. O problema coloca-se porque a informação não tem capacidade em interpretar ou auto-referenciar todas as soluções consideradas pertinentes ou que verifiquem as condições metodológicas estabelecidas para a sua validação disciplinar. Duncher elabora o conceito de *imutabilidade funcional*, segundo o qual não será possível resolver os problemas sem interferir na própria percepção da realidade e, portanto, no próprio significado dos objectos.

<sup>245</sup> Existem três estilos de jardins japoneses: Os jardins *Karesansui* ou jardins Zen, constituídos em alguns templos, são jardins secos, pois ao contrário dos outros jardins, o elemento água está apenas representado pelas ondulações na gravilha e não presente fisicamente. Estes espaços têm uma forte relação com a arquitectura, com o edifício existente. Os monges dos templos budistas usavam o acto de passar com o ancinho na gravilha para meditar, a concentração é fundamental para atingir a perfeição. As rochas e pedras são representações de ilhas e o musgo é usado como cobertura do chão para recriação de florestas, também representadas por arbustos fortemente podados para terem formas mais arredondadas. Normalmente estes jardins são para serem vistos apenas de um certo ângulo, de um local específico, onde o visitante se senta a meditar.

Os jardins *Tsukiyama* têm um estilo muito próprio porque representam a paisagem de modo a parecerem muito maiores do que realmente são. Colinas, rochas pequenas, cascatas e pontes recriam uma paisagem complexa, como uma pintura antiga dum ambiente natural. Os jardins em miniatura foram feitos em bandejas muito pequenas contendo lagos, riachos, ilhas, montanhas, pontes, casas e árvores reais cuidadosamente cultivadas à escala. Estes pequenos jardins portáteis reflectem o extremo da tradição pitoresca do que é a jardinagem oriental.

Os jardins *Chaniwa* são espaços com percursos para a casa de chá, integrando lanterna, bacia de pedra e outros artefactos rituais. O jardim de chá japonês teve origem num ritual esotérico chinês, como culto da humildade, contenção, sensibilidade e outras virtudes. Os jardins através dos quais os convidados se aproximam da casa de chá, são organizados por preceitos austeros destinadas a criar uma atmosfera espiritual adequada.

Nesta nota são citadas livremente algumas noções de Alberto Carneiro, de acordo com notas do autor [RM], formuladas oralmente em aula (CARNEIRO, Alberto, 2003, “Jardins de Kyoto”, FAUP, *Aula de Projecto V* (9 de Abril), e noções retiradas de leituras de CEVER, Francisco Asensio, 1997, *International Landscape Architecture*, Barcelona, Arcoedit; de SPIRN, Anne Whiston, 1990, *This Garden is a Town*, Philadelphia, Univ. Pennsylvania; e de SPIRN, Anne Whiston, 1984, *The Granit Garden, Urban Nature and Human Design*, New York, Basic Books.

O jardim, como a menor parcela de representação do mundo mineral, vegetal e humano, é assim, desde a antiguidade, uma espécie de heterotopia universalizante (daí os nossos jardins zoológicos e outros modelos de espaços-cativeiro).

As heterotopias estão frequentemente associadas a cortes temporais, ou seja, podem aludir para o que se poderia designar por *heterocronias*, expressando-se com maior nitidez quando a actuação urbanística é exercida em ruptura com o seu tempo tradicional. Neste sentido, os jardins zoológicos e os cemitérios são exemplos de lugares heterotópicos, pois correspondem a temporalidades singulares.

Na nossa sociedade, *heterotopia* e *heterocronia* combinam-se (e recombina-se) em sistemas complexos. De resto, podem ocorrer enquanto manifestações de fenómenos urbanos ‘ex-novos’ para determinados territórios urbanizados ou reurbanizados.

Por um lado, podemos observar as heterotopias do tempo que se acumula ‘ao longo do tempo’, como no caso dos arquivos, museus e bibliotecas, cujos programas envolvem uma ideia de ‘lugar de vários tempos’. Situação similar ocorre com os arquétipos reprogramados (de convento a quartel, a hospital, a equipamento cultural, ou outra qualquer sequência de refuncionalização), ou de determinados territórios edificados antes de urbanizados (da sua contextuação urbana que releva ou não o carácter urbano das construções preexistentes).

Por outro lado, é também possível reconhecer heterotopias de tempo aprazado, volúvel ou fulgurante (como alguns programas e aproveitamentos provisórios ou intermitentes), ou ainda algumas alocações polivalentes.

Os grandes edifícios comerciais, de saúde e de ensino, organizados como cidades, são, de algum modo, *heterotopias do espaço urbano*. Por vezes não ‘constroem’ cidade, mas funcionam como uma cidade no seu interior (virada para o seu interior). Poderão assim constituir *heterotopias de substituição* ou de compensação, sendo talvez esta a sua principal função, a de recompor um ambiente com conotados e funcionalidades próprias de uma centralidade urbana convencional ou especial, criando um espaço real tão qualificado e adequado ao suporte de vida dos seus usuários, quanto é desordenado e desqualificado o território em que se insere<sup>246</sup>.

---

<sup>246</sup> Vejam-se as observações adiante formuladas acerca dos grandes equipamentos de ensino e de saúde existentes na Asprela (caso de estudo), que configuram complexos *clusters* (como a FEUP), *mat-buildings* (texturas) em formação a partir de *clusters* (Hospital de S. João e IPO), e os *steams*

André Corboz<sup>247</sup> defende um mecanismo complexo de interpretação da realidade como um palimpsesto e como um hipertexto, considerando o território como “um produto”<sup>248</sup> em constante modificação, constituindo-se assim, igualmente, como “um projecto”<sup>249</sup>.

O entendimento do território pressupõe então a identificação de todo um conjunto de relações de ‘ocupação’, da sua produção, exploração e alocação por uma determinada comunidade sendo frequentemente decifrado por meio de construções semânticas em constante processo descritivo, e compreendido pela sucessão de esquemas mentais de representação.

“Conceito? Dado o grau de generalidade em que nos movemos, seria mais prudente falar de horizonte de referência. Há, de facto, tantas definições de território como disciplinas relacionadas com o mesmo”<sup>250</sup>.

---

urbanísticos perspectivados e não realizados, assim como no que respeita aos conflitos entre os *nódulos* e as *texturas* emergentes.

<sup>247</sup> CORBOZ, André, 2004 (1983), “El Territorio como Palimpsesto” in MARTÍN RAMOS, Ángel (ed.), *Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos*, Barcelona, UPC, (ed. Original, 1983, *Le territoire comme palimpseste et autres essais*, Besançon, Les Éditions de L’imprimeur).

<sup>248</sup> *Ibidem*, p. 27. “Não basta afirmar (...) que o território é o resultado de um conjunto de processos mais ou menos coordenados. (...) o território é objecto de uma construção. É uma espécie de artefacto. Assim pois, constitui igualmente um produto”.

<sup>249</sup> *Ibidem*, p. 28. “Esta necessidade de uma relação colectiva vivida entre uma superfície topográfica e a população estabelecida nas suas pregas permite concluir que não há território sem imaginário do território”.

<sup>250</sup> *Ibidem*, p. 25.

*(alguns temas de intermediação)*

Desde que operamos (por) analogias para reconhecimento dos contextos observados no exercício disciplinar do urbanismo e da arquitectura, e dado que algumas terminologias e conceitos são susceptíveis a diversos entendimentos, sentimos necessidade em rever algumas temáticas subsidiárias e anotar alguns esclarecimentos destinados à futura construção de um breve glossário/elucidário, apresentando-se desde já alguns tópicos comentados.

Ordem e desordem (esquema de MORIM)

A ordem inevitável ou a ordem na desordem e a experiência da ordem

A ordem só se compreende na relação com a desordem.

Foucault instaura uma concepção pós-moderna de ordem ao interrogar-se acerca das relações entre as ‘coisas’ factuais.

“Em que *tábua*, segundo qual espaço de identidades, de similitudes, de analogias, adquirimos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas? Que coerência é essa — que se vê logo não ser nem determinada por um encadeamento *a priori* e necessário, nem imposta por conteúdos imediatamente sensíveis? Pois não se trata de ligar consequências, mas sim de aproximar e isolar, de analisar, ajustar e encaixar conteúdos concretos; nada mais tacteante, nada mais empírico (ao menos na aparência) que a instauração de uma ordem entre as coisas; nada que exija um olhar mais atento, uma linguagem mais fiel e mais bem modulada; nada que requeira com maior insistência que se deixe conduzir pela proliferação das qualidades e das formas”<sup>251</sup>.

---

<sup>251</sup> FOUCAULT, Michel, 2000 (1966), *As Palavras e as Coisas, Uma arqueologia das ciências humanas* (trad. Salma Tannus Muchail), São Paulo, Martins Fontes, pp. xiv-xv, (grifos do texto original), (título original, 1966, *Les mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines*, Paris, Gallimard).

Existe uma dialéctica dos processos de formação urbana, das formas urbanizadas e reurbanizadas, que importa entender como princípios reguladores das actuações urbanísticas e arquitectónicas. Os princípios relacionais entre os factos urbanizados verificam ordens do passado e novas ordens. A ‘ordem’ pode ser entendida como ‘nível’, grau de importância, sequência temporal ou ‘regra’ de formação, afirmação, relacionamento e transformação. Estes e diversos outros entendimentos deverão ser focalizados por factores inerentes às qualidades do espaço, objecto ou sistema referido, adquirindo assim significações acrescidas como relativas à ‘hierarquia’, ‘disposição’, ‘sequência’, ‘distanciamento’ e ‘regularidade’, entre outros atributos dos factos (ou conjuntos de factos) urbanos e arquitectónicos, ou referir-se às próprias ‘disciplinas’ operadas pelos exercícios cognitivos, de decomposição ou de modificação.

Neste último sentido, refere-se às regras próprias dos factos observados, às suas propriedades intrínsecas e invariáveis (nomeadamente de natureza morfo-tipológica) que permitem considerar a sua integridade significativa em processos de transformação ou de reprodução.

### A ordem da construção

Pierre von Meiss afirma que “para construir devemos usar geometrias relativamente simples. *É desde logo uma necessidade do projecto e, sobretudo, da construção.* Assim, para conceber e traçar arruamentos, implantar edifícios, para preparar o terreno (...) sempre procuramos economizar os nossos esforços fazendo uso da *repetição de elementos ‘assembláveis’*. A regularidade reside na própria essência da construção.<sup>252</sup>”.

A ordem ganha a sua autonomia, e adquirem-se outros critérios de ordem.

As formas e os espaços afirmam a sua lógica intrínseca e geométrica pela regularidade e repetição.

A repetição, o alinhamento e a justaposição de elementos idênticos conferem um sentido de ordem à cidade e, também, aos próprios factos arquitectónicos replicados.

---

<sup>252</sup> MEISS, Pierre Von, SARTORIA, Alberto (pref.), OSWALD, Franz (pref.), 1986, *De la forme au lieu: une introduction à l'étude de l'architecture*, Lausanne, Presses Polytechniques Romandes, p. 43, tad. trecho da ed. consultada, (grifos do texto original) “Pour bâtir nous devons servir de géométries assez simples. *C'est d'abord une nécessité du projet et surtout de la construction.* Ainsi, pour concevoir et tracer des rues, implanter des maisons, pour préparer le terrain, (...), nous avons toujours cherché à économiser nos efforts en nous servant de la *repetition d'éléments assemblables*. La régularité reside dans l'essence même du bâtir”.

### O sentido da ordem

Como se percebem as ‘regras’, o que é ‘regular’?

A ordem é dinâmica, altera-se com as inserções e as articulações, com o tempo e com muitos outros factores. A ordem não é uma, mas multifacetada, distinguindo o idêntico do distinto ou dissemelhante.

“Um *sistema dos elementos* - uma definição dos segmentos sobre os quais poderão aparecer as semelhanças e as diferenças, os tipos de variação de que esses segmentos poderão ser afectados, o limiar, enfim, acima do qual haverá diferença e abaixo do qual haverá similitude - é indispensável para o estabelecimento da mais simples ordem. A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem”<sup>253</sup>.

### Factores de coerência

Von Meiss afirma “que o olho escolhe e combina elementos, procurando a forma mais recapitulativa e mais simples, e ensaia a integração das partes.

Os factores de coerência formal são omnipresentes e fundamentais para a arquitectura e para o urbanismo. Todas as formas de repetição podem ser constituídas por adição ou ser a divisão de um todo ou simplesmente constituir uma série sem forma global claramente identificável”<sup>254</sup>.

Podemos compor uma figura através da descrição das (relações entre as) partes que se associam e que estabelecem determinado efeito de conjunto (ou agrupamento).

O reconhecimento impressivo dos territórios da cidade depara-se com os seus níveis de complexidade e concatenação, de que dependem a nossa maior ou menor facilidade e

---

<sup>253</sup> FOUCAULT, Michel, 2000 (1966), *As Palavras e as Coisas, Uma arqueologia das ciências humanas*, op. cit., pp. xiv-xv, (grifo do texto original).

<sup>254</sup> MEISS, Pierre Von, SARTORIA, Alberto (pref.), OSWALD, Franz (pref.), 1986, *De la forme au lieu: une introduction à l'étude de l'architecture*, Lausanne, Presses Polytechniques Romandes, p. 44, na edição consultada, “l’œil choisissait et combinait les éléments, qu’il recherchait la forme la plus recapitulative et la plus simple et qu’il essayait d’intégrer les parties”(…). Les facteurs de cohérence formelle sont omniprésentes et fondamentaux pour l’architecture et l’urbanisme. Toutes les formes de répétition peuvent par ailleurs s’additionner ou être la division d’un tout ou simplement constituer une série sans forme globale clairement identifiable.



dificuldade em reagrupar mentalmente os elementos do campo visual em unidades recapitulativas, tal como quando esquematizamos a inserção de programas ou a sua adição a conjuntos preexistentes.

Cria-se assim a ideia de ‘*pertença*’, que é reforçada por factores como a *repetição*, a *semelhança*, a *proximidade*, a *simetria* e *orientação/disposição* das partes, o seu ‘encerramento’ (concentração em torno de espaços comuns, por exemplo) ou ‘abertura’ conjunta (em vários aspectos).

Não pretendemos desenvolver grandemente algumas questões inerentes às relações forma/conteúdo, mas “é importante notar que a unidade semântica pode reforçar e até mesmo substituir a coerência formal”<sup>255</sup>.

A constituição de um ‘complexo’<sup>256</sup> por sucessivas adições, por arquitecturas com estilos muito diversos, acrescentando-as ao longo do tempo pode resultar numa estrutura agregada e com unidade.

“Quando os elementos são heterogéneos, um efeito de conjunto pode mesmo assim ser obtido graças a características parciais comuns (...)”<sup>257</sup>.

### Proximidade como factor de agrupamento

A proximidade favorece a agregação dos factos urbanísticos e arquitectónicos, pondo em maior evidência as suas formas de (des)articulação mútua.

A dimensão da ‘distância’ é sempre relativa, dado que depende dos espaços e usos estabelecidos ou potenciais nos espaços ‘entre-os-factos’.

Os níveis de coesão dependem de factores morfológicos e tipológicos.

Os ‘problemas’ de coesão de alguns conjuntos ou ‘complexos’ não residem, muitas vezes, nos factos em si, mas no que se encontra ‘entre si’, ou dependem de outros factores como os níveis de urbanização, de valorização ambiental ou de qualificação da redes e infraestruturas.

<sup>255</sup> *Ibidem*, p. 44, trad. do excerto da ed. consultada, “mais il est important de signaler que l’unité sémantique peut renforcer et parfois même remplacer la cohérence formelle”.

<sup>256</sup> Noção sucessivamente retomada por diversas abordagens no âmbito da presente dissertação, por respeitar quer a formas complexas de agregação de programas, quer a condição de desenvolvimento e concatenação dos mesmos programas.

<sup>257</sup> MEISS, Pierre Von, SARTORIA, Alberto (pref.), OSWALD, Franz (pref.), 1986, *De la forme au lieu: une introduction à l'étude de l'architecture*, op. cit., p. 44, trad. do excerto da ed. consultada, “Lorsque les éléments sont hétérogènes, un effet de groupement peut quand même être obtenu grâce à des caractéristiques partielles communes (...)”

Enrico Tedeschi<sup>258</sup> analisou as formas de articulação dos diversos espaços de edificações de Frank Lloyd Wright, Marcel Breuer, Richard Neutra e Walter Gropius, como partes de integrantes de sistemas, metodologia esta passível de aplicação a sistemas complexos estabelecidos a escalas de intermediação entre diversas arquitecturas, entre estas e a cidade, e a diversas escalas da própria cidade.

### Simetria e orientação – alinhamentos ou convergência para uma estrutura física ou espacial

#### Fechamento ou fundo comum

Figuras heterogéneas formam um grupo ou conjunto coeso pela posição dos seus elementos face aos espaços colectivos ou outros factos urbanísticos, arquitectónicos ou paisagísticos.

A forma de agregação em modelos arquitectónicos facilmente reconhecíveis é determinante para a sua caracterização conjunta.

A simetria é um dispositivo de composição e de integração a partir de um eixo material ou virtual, sendo importante destringir as leituras elaboradas a duas e três dimensões, bem como os efeitos cenográficos ou outros de natureza imagética e (exacerbação do) formal.

O sistema *beaux-arts* baseava-se em princípios formais de composição (axialidade, simetria, repetição) e na afirmação de uma linguagem clássica para resolução formal de edifícios complexos (hospitais, escolas, museus, teatros, bibliotecas, etc.), e resolução da respectiva afirmação urbana (alargando estes princípios à composição da cidade pré-moderna e moderna).

Os novos programas complexos da cidade contemporânea (aeroportos, gares, shopping-malls, novos museus, escolas, espaços culturais, polígonos empresariais e de logística) romperam já tardiamente com as composições racionalistas, clássicas e rígidas, experimentando novos sistemas construtivos e relações espaciais com maior flexibilidade.

A arquitectura contemporânea, ainda muito marcada pela resistência (permanência) de cânones modernistas, procura uma nova monumentalidade a partir de formas

---

<sup>258</sup> Cf. TEDESCHI, Enrico, 1962, *Teoría de la arquitectura*, Buenos Aires, Nueva Visión.

irregulares, distorcidas ou abstractas, com mais ou menos massa, entre a exaltação da sua objectualidade e a depuração ou desmaterialização extremada.

“A crise do objecto clássico como totalidade traz em si a impossibilidade de alcançar e legitimar a unidade, isto é, a incapacidade de expressar conteúdos unívocos (...)”<sup>259</sup>, revelando um universo de multiplicidade e de diversidade, como em Broadacre City (1928), de Frank Lloyd Wright, ou em algumas outras utopias do séc. XX e heterotopias contemporâneas.

### A importância da ausência

O espaço ‘vazio’ ou marcado pela aparente ausência de urbanização (não urbanizado) ou de conteúdos funcionais ou tipológicos (não edificado) é, no entanto, território de uma qualquer alocação existente ou latente, e ainda do seu (posterior) potencial de modificação.

Estes territórios são também (por vezes os mais importantes) espaços de relação, constituindo-se como estruturantes de sistemas físicos, urbanísticos e/ou ambientais, e onde se materializam alguns dos seus signos de identidade, como a topografia (plana, ondulada ou movimentada), a presença da água, de percursos, de arborização, entre outros exemplos.

Na realidade, a eventualidade da utilização colectiva, mesmo que apenas potencial, releva a sua importância enquanto estruturante de sistemas naturais ou urbanizados.

Mas os espaços edificados poderão ser revertidos a ‘vazios’ destinados à reedificação (renovação urbana), para constituição de infra-estruturas ou constituição de espaços de utilização colectiva.

De facto, o ‘solo’ é o suporte de qualquer actuação no território e dos processos de urbanização. A ‘tábua rasa’ é o entendimento operativo, como ‘vazios’, de pré-existências urbanizadas.

Na cidade e território existentes são hoje considerados sistemas de espaços abertos, entendidos como estruturantes ambientais com expressão a várias escalas, dos jardins e parques de proximidade, aos parques urbanos e (*links*) territoriais.

---

<sup>259</sup> MONTANER, Josep Maria, 2009, *Sistemas arquitectónicos contemporâneos*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 16.

Estas *estruturas* percorrem espaços urbanos mais ‘duros’, como praças, ruas e alamedas (de praça em praça ou parque), acompanham linhas de água (progressivamente despolidas e desentubadas nos segmentos urbanos), passeios públicos ao longo de limites ou impasses urbanísticos (‘varandas’, taludes, frentes de água ou ‘juntas grossas’ resultantes dos traçados da macro-estrutura territorial, entre outros ‘territórios-limite’). As experiências com o espaço público, a arte e a arquitectura modernas (e outras mais recentes) estimularam novos entendimentos dos espaços da cidade, das suas várias partes constitutivas, como um modo de fazer cidade onde convivem as suas várias produções, de várias épocas, por contraste, mas numa perspectiva contemporânea.

“Um fenómeno totalmente novo, que não é o espaço público tradicional (...) nem um vazio sem atributos e uma dispersão sem leis compositivas (...). O que se criou foi uma nova relação entre os objectos abstractos sobre plataformas; uma nova experiência entre a escala do corpo humano e as diversas escalas urbanas, em que se separou a circulação de veículos e pedestres; novas formas de campus universitários, novos centros urbanos, como a Alexanderplatz na Berlim oriental do segundo pós-guerra; lugares abstractos caracterizados pela presença de obras de arte contemporânea – de Isamu Noguchi a Richard Serra (...)”<sup>260</sup>

Esta atitude baseia-se na *ressignificação* do espaço público, no seu entendimento como ‘material’ privilegiado dos novos sistemas arquitectónicos (e urbanísticos) da cidade contemporânea.

“Na cidade moderna de Le Corbusier não só há uma crítica explícita à rua tradicional ou à forma regular dos espaços públicos, mas a geometria destes espaços não se refere à do traçado geral nem sequer estabelece um sistema de analogias que interrelacione a grande escala urbana com a escala menor dos edifícios ou da organização dos espaços abertos. Cada sistema formal tem a sua própria lógica e uma clara interdependência em relação aos demais”<sup>261</sup>.

---

<sup>260</sup> MONTANER, Josep Maria, 2009, *Sistemas arquitectónicos contemporâneos*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 22.

<sup>261</sup> SOLÀ-MORALES, Ignasi de, 2003, *Inscripciones*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 194.

Como rupturas morfológicas, 'juntas grossas modernistas' (espaços abertos da cidade moderna), ou 'juntas grossas contemporâneas' (espaços residuais ao longo dos impasses da macro-estrutura territorial), estes espaços apresentam hoje uma série de potencialidades, nomeadamente para concreção dos factores de urbanização incompletos (rebatimentos de infraestruturas e funcionalidades de recomposição funcional ou ambiental, entre outros aspectos), ou como novos espaços colectivos recorrentes no território, para inserção de programas de coesão urbana e territorial.



[A9] Isamu Noguchi, 1960-1966, projecto do Adele Levy Memorial Playground em New York City's Riverside Park, em colaboração com Louis Kahn, não construído.  
[Sculpted Landscapes: Isamu Noguchi's Playgrounds. [Em linha][ Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://microcities.net/>>.

## Repetição

A repetição é um meio de conferir ordem e ritmo às formas urbanas e arquitectónicas. Von Meiss enfatiza a utilidade da repetição como dispositivo de leitura, explanando as vantagens formais, funcionais e significantes em agrupar factos análogos ou passíveis de complementaridade funcional e tipológica.

A repetição em qualquer forma de ritmo constitui um princípio extremamente simples de composição que tende a propiciar um sentido de coerência<sup>262</sup>.

A repetição pode ser afirmada por variações rítmicas, adquirindo então um carácter dinâmico. Assim, a euritmia é fundamentalmente um conceito homeostático, aspirando a uma certa ‘intemporalidade’, aproximando-se do entendimento das características invariantes, cujo reconhecimento poderá importar à actuação sobre o espaço, de modo a preservar, reinterpretar ou reproduzir os seus factores de identidade já sedimentados no espaço e no tempo. “A harmonia às vezes (muitas vezes) existe: euritmia. O corpo euro-rítmico composto por diversos ritmos – cada órgão, cada função, com o seu próprio – mantem-nos em equilíbrio *metaestável* (...)”<sup>263</sup>.

Mas a repetição pode ainda significar a mimese de factos adjacentes ou simplesmente conotados com determinadas produções históricas, revelando assim uma atitude anacrónica, não obstante possa revelar-se estável, adequada e facilmente ‘integrável’ em conjuntos urbanísticos ou arquitectónicos.

Repetição e diferença são, no entanto, conceitos intimamente ligados, desde Deleuze<sup>264</sup>, sendo que a diferença é, ela própria, produzida por meio de processos de repetição.

A “diferença habita a repetição” ou a “diferença encontra-se entre duas repetições”<sup>265</sup> porque ocorre sempre o efeito de ‘adaptação’ ou efeito de paralaxe pelo posicionamento de quem observa.

<sup>262</sup> Cf. MEISS, Pierre Von, 1986, *De la forme au lieu: une introduction à l'étude de l'architecture*, op. cit., p. 43 et. seq.

<sup>263</sup> LEFEBVRE, Henri, 2004 (1992), “The Rhythmanalyst: A Previsionary Portrait”, in LEFEBVRE, Henri, 2004 (1992), *Rhythmanalysis: Space, Time and Everyday Life*, trad. ELDEN, Stuart, MOORE, Gerald, New York, Continuum, p. 20, (título original, 1992, *Éléments de rythmanalyse*, Paris, Syllepse), tradução livre do excerto da edição consultada, (grifo do texto original), “What is certain is that harmony sometimes (often) exists: eurhythmia. The eu-rhythmic body, composed of diverse rhythms – each organ, each function, having its own – keeps them in *metastable* equilibrium (...)”

<sup>264</sup> DELEUZE, Gilles, 1994 (1968), *Difference and Repetition*, trad. PATTON, Paul, New York, Columbia University Press, (título original, 1968, *Différence et répétition*, Paris, PUF).

“A noção de *paralaxe* envolve o deslocamento aparente de um objecto causado pelo movimento real do seu observador. Esta figura realça que os nossos enquadramentos do passado dependem da nossa posição no presente, e estas posições [actuais] são definidas por esses enquadramentos”<sup>266</sup>.

Esta noção complexifica-se em situações de mimese, sublinhando que os nossos enquadramentos do passado dependem das nossas ‘posições’ no presente, e que tais ‘posições’ são definidas pelos referidos enquadramentos. Alteram-se assim algumas das lógicas de ‘transgressão’ vanguardista para um modelo de (des)localização desconstrutiva ou reconstructiva muito mais próximo das práticas urbanísticas e arquitectónicas contemporâneas.

A reflexibilidade do observador inscrito na noção de paralaxe poderá conduzir a outros entendimentos da ‘repetição’. Mas Deleuze aponta três tipos de diferença – a diferença conceptual, a diferença dos homólogos incongruentes e a diferença ‘não relacionável’<sup>267</sup>.

Diferença e repetição são cónitos que, de forma articulada, impulsionam (o projecto) a descoberta / afirmação de outros tipos de diferença passível de representação. A diferença é representada como ‘negação’, como não conformidade de determinado atributo ou padrão.

É nossa convicção que a repetição por mimese causa estranheza aos arquitectos contemporâneos, preocupados com a inovação formal e construtiva dos seus projectos, perante estratégias de exaltação das imagens e soluções (de inserção urbana e de conjugação) das novas modificações face às estruturas (físicas e espaciais) preexistentes (quando estas são entendidas como relevantes para os resultados das intervenções).

Esta é uma questão arquitectónica mas também urbanística, sendo que o ‘campo’ desta engloba o daquela. A afirmação de singularidades tem exigências de escala, de programas especiais (preferencialmente de utilização colectiva), localizações

---

<sup>265</sup> DELEUZE, Gilles, Op. cit., p. 76, trad. excerto ed. consultada, (grifo do texto original), “Difference lies between two repetitions”.

<sup>266</sup> FOSTER, Hal, 1996, *The return of the real – the avant-garde at the end of the century*, Cambridge Mass. And London, The MIT Press, “Introduction”, p. xii, tradução livre do excerto do texto original, (grifos do texto original) “The notion of *parallax*, which involves the apparent displacement of an object caused by the actual movement of its observer. This figure underscores both that our framings of the past depend on our positions in the present and that these positions are defined through such framings. It also shifts the terms of these definitions away from a logic of avant-gardist transgression toward a model of deconstructive (dis)placement, which is far more appropriate to contemporary practices (where the turn from interstitial ‘text’ to institutional ‘frame’ is pronounced)”.

<sup>267</sup> Cf. SOMERS-HALL, Henry, 2013, *Deleuze’s Difference and Repetition (An Edinburgh Philosophical Guide)*, Edinburgh, University Press, p. 21 et. seq.

estratégicas (que permitam legitimar a ‘diferença’ e ‘não-repetição’ de significados do lugar), e a consensualização do posicionamento de auto-referenciação.

Verificamos que algumas abordagens na cidade global são ‘heróicas’, porque sublimes na expressão e nas técnicas envolvidas, sendo efectivamente muito enérgicas pelo esforço tecnológico e financeiro, correspondendo frequentemente a estratégias de *benchmankings* urbanísticos e empresariais, bem como à reprodução dos poderes que motivaram e validaram os correspondentes programas.

De acordo com Harold Rosenberg, “o histórico relativismo do heróico é enfatizado por Marx no contraste entre a repetição da tragédia e a repetição da farsa, que define como a repetição da repetição”<sup>268</sup>.

A repetição mimética extensiva (sobretudo no que respeita aos traçados e espaços públicos) é causa de isotropia que, de facto, será meramente física e formal, mas porventura inibidora de *identidade* por défice de ‘diversidade’ (factos diversos) e excesso de ‘unidade’ (factos análogos).

Mas o efeito do ‘tempo’ altera o ‘tempo’ da repetição, tornando-a porventura anacrónica, o que poderá não ser desejado.

### A interacção de factores

A interacção de factores corresponde à sua complexificação ou organização em sistemas variados segundo lógicas muito diversas.

Veja-se o exemplo do factor repetição com efeitos espaciais intensos quando utilizado para expressar relações de simetria ou ausência das mesmas.

Todos os factores apontados manifestam-se de modo muito variado nas suas formas dinâmicas do que nas suas variantes estáticas.

De facto, a experiência do urbanismo e da arquitectura contemporânea baseia-se fundamentalmente nas dinâmicas dos percursos e na desagregação do objecto em sistemas compostos por vários objectos que, pela sua escala ou singularidade estética, autonomiza-se (bem como ao respectivo contexto urbanizado) como facto singular ou

---

<sup>268</sup> ROSENBERG, Harold, 1994, *The Tradition of the New*, New York, Da Capo Press, p. 161, trad. do excerto no texto original, “The historical relativism of the heroic is emphasized in Marx’s contrast between the repetition of tragedy and the repetition of farce, which he defines as the repetition of a repetition”.



icónico, se representar o colectivo em qualquer das suas vertentes significantes (cultural, religiosa, administrativa, ambiental, etc.).

### Convergências e disjunções

As relações entre a arquitectura e outros campos disciplinares são múltiplas e as heteronomias recorrentes. Os enquadramentos teóricos e metodológicos recorrem frequentemente a outros saberes, para agilização de conceitos operativos e clarificação das interações (trans)disciplinares.

A ideia de topologia é importante para a clarificação de factores como a distância, deslocação, articulação e entendimento do próprio conceito de sistema.

### Articulações e intersecções - forma e estrutura

Os protótipos racionalistas procuram estudar e representar as condições “de conversão em sistemas de objectos baseados em unidades repetitivas de produção. O protótipo Dom-Ino (...) transcende a sua função de esquema estrutural para ser um sistema aditivo e combinatório”<sup>269</sup>.

São muito diversos os exemplos que podemos observar (adiante, neste trabalho) dos padrões de articulações com intersecções e sobreposições, conformando redes de conexões com vários níveis de complexidade, nomeadamente por esquematização de princípios de ‘continuidade no espaço’ das estrutura correspondentes, como é exemplo a proposta de Bakema, de 1962, para o concurso da Universidade de Bochum.

### O antigo e o novo

A repetição causa grande desconforto aos arquitectos contemporâneos, que a entendem como uma das causas que tornaram problemática parte da produção modernista.

A ‘diferenciação’ é uma das atitudes actuais, contrapondo-se à repetição, mas sobretudo como posicionamento individualista e formalista, não obstante a retoma de alguns princípios de composições orgânicas e expressionistas.

O recurso a ferramentas tecnologicamente avançadas terá, seguramente, alguma importância para a concreção de objectos arquitectónicos de grande complexidade

---

<sup>269</sup> MONTANER, Josep Maria, 2009, *Sistemas arquitectónicos contemporâneos*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 27.

(estruturas fractais, etc.), como são exemplo as experiências de Hadid e Schumacher, entre outros projectistas<sup>270</sup>.

Mas a repetição acontece sempre no modelo, mas também no arquétipo (formal dos espaços e tipologia de imagens) e, sobretudo, na atitude. Douglas Murphy refere a propósito de Hadid/Schumacher e de Norman Foster, que a ‘diferença’ está a tornar-se padronizada, e o ‘único’ está a tornar-se genérico<sup>271</sup>.

A questão da recorrência é ainda colocada na reflexão acerca das condições em constituir um procedimento de concepção de novas formas com novos significados, ou apenas de replicação e adição de formas e significados preexistentes, circunscrevendo um mecanismo similar ao da poiese ou de simples mimese.

Temos a convicção de que a repetição poderá ser importante para a arquitectura e, certamente, para a urbanística, dados os conotados (de representação de determinadas relações e práticas sociais) que transporta (como factores invariantes ou de resistência). Colocam-se, a propósito, um conjunto de questões relativas à eventualidade da ocorrência de ‘equivocos’ tipológicos não desejados.

Reflectindo sobre as associações históricas e etimológicas de temáticas relacionadas com a repetição, Teyssot considera que estes processos ordenam a nossa vida, e decorrem de aspectos como a ‘habituação’ e a ‘necessidade’ (de práticas sociais, de rotinas e de suportes vitais como a habitação), ou seja, “a repetição da necessidade molda o tempo”,<sup>272</sup>.

Neste sentido, a ‘repetição’ como atributo inscrito na ‘necessidade’, conforma vários aspectos da cidade e das nossas vidas.

Por entendimentos transversais a várias áreas disciplinares, da fenomenologia à antropologia, Teyssot preocupa-se com as escalas de proximidade, onde se forjam ambiências da vida quotidiana. A repetição como dispositivo de qualificação de factores de identidade existentes ou latentes, apresenta diferenças e similitudes com a reabilitação e reciclagem urbana, questão que exige uma reflexão apropriada quanto à memória (ex-nova e sedimentada, respectivamente) dos factos e processos correspondentes.

---

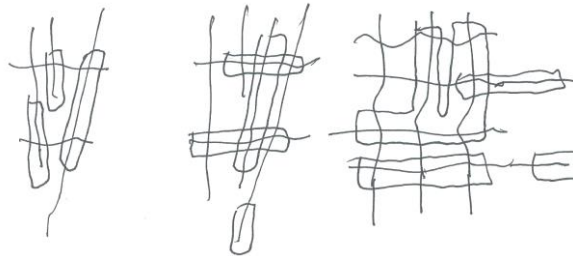
<sup>270</sup> Explorando o potencial de inovação de alguns protótipos modernistas, com a ajuda de ferramentas avançadas de modelação e computação gráfica.

<sup>271</sup> Cf. MURPHY, Douglas, 2012, *The Architecture of Failure*, London, Alresford, Zero Books, p. 136. TEYSSOT, Georges, 2013, *The Topology of Everyday Constellations*, Cambridge Mass., The MIT Press, p. 17, trad. do excerto na ed. consultada, “repetition of need shapes time”.

### Do objecto ao espaço

A crise do objecto clássico e moderno isolado, num processo de experimentação que procura a perfeição e desmaterialização por recurso a conceitos inovadores é, ainda assim, marcado pela resistência de determinados modelos e programas profusamente testados (com comprovado bom desempenho formal e construtivo), passíveis de reprodução porque estáveis em algumas das suas conexões internas e estritas.

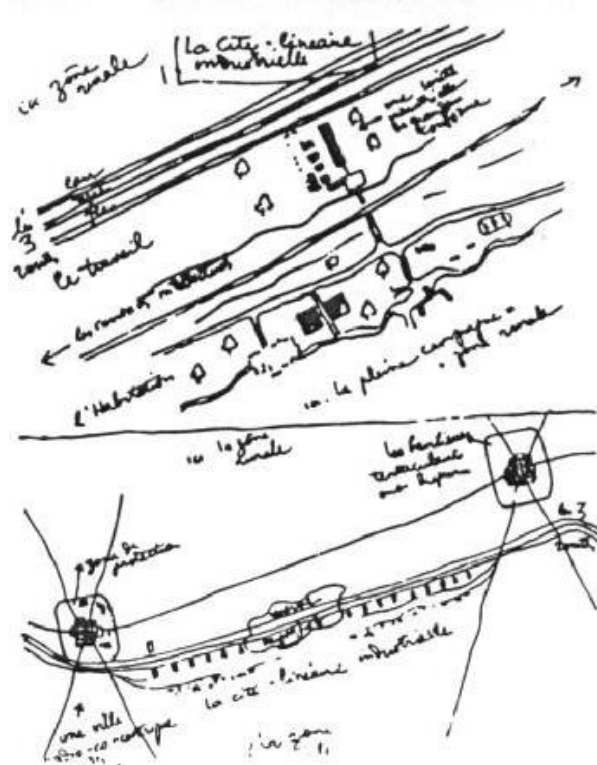
Porém, como actuação anacrónica, da repetição restará pouco mais do que a (construção de relações de consociação por) conformação de sistemas mais complexos de natureza espacial (resultando, frequentemente, na mera acumulação de funções complementares), relevando assim a importância do contexto, do espaço colectivo ou do recinto (solo delimitado) onde se expressam tais relações.



[A10]

*Stems, Clusters e Mat-buildings*

Esquemas mentais resultantes da observação de organizações de encadeamentos de estruturas e de texturas. [RM]



[A11] Le Corbusier, Cidade Linear Industrial, 1930  
[KOHLSDORF, 1985, p. 26.]

Mas o ‘contexto’, produzindo significados acrescidos e flexionados pelas suas vertentes funcional, social, topológica, topográfica e ambiental, entre outras, compromete continuamente o mérito dos objectos arquitectónico (nomeadamente pelos condicionamentos morfo-tipológicos espelhados pela envolvente urbana).

A noção de ‘**espaço**’ arquitectónico é uma das aquisições das produções modernistas. Na verdade, verificamos que, na generalidade, a superação da *crise do objecto moderno* tem conduzido quer à afirmação do objecto ultramoderno, quer a novos entendimentos de objecto e de espaço, face à fragmentação (ou estado de não-coesão) e desarticulação dos sistemas urbanos locais e territoriais.

Com a produção do espaço contemporâneo são retomados alguns sistemas de relações, embora baseados em novos princípios funcionais e formais.

O ‘grande projecto urbano’ e o ‘grande objecto arquitectónico’ verificam algumas similitudes a observar por novos entendimentos disciplinares: a afirmação de escalas dominantes e de programas predominantes para os contextos urbanizados a que correspondem, constituindo-se, no entanto como objectualidades ou espacialidades com autonomia formal e significante.

Não constroem sistemas, sendo eles próprios sistemas (organizando relações internas entre várias valências correspondentes a atributos funcionais genéricos ou específicos, e pelos espaços de serviços e de distribuição).

A sua ‘extensão’ nem sempre é factor de diferenciação, e a sua ‘leitura’ depende de factores muito diversificados, como a temporalidade dos factos e os padrões de linguagem que assumem.

De resto, é possível reconhecer formas mais complexas de conjuntos de mega objectos articulados ou aparentemente desarticulados, onde a ausência de articulação (a determinados níveis) é, ela própria, uma das características do sistema, da sua linguagem urbanística e arquitectónica.

Os complexos articulados poderão apresentar várias formas de consociação, na correspondência aos níveis das ‘ligações’ entre as partes, dependendo ainda dos processos de formação dessas mesmas ligações.

Neste trabalho, e como forma descritiva dos exemplos de ‘articulações’ seleccionadas, propomos a consideração de duas grandes espécies de sistemas complexos: os sistemas organizados em ‘árvore’ ou em ‘cachos’, designados como *clusters* ou *encadeamentos*; e os sistemas em ‘esteiras’, ‘tapetes’ (‘tapis’), ou ‘rizomas’, designados por *mat-buildings*.

Ambos podem ser descritos pelos seus níveis de isotropia ou de diversidade conjunta ou de cada uma das suas partes constitutivas, pelas formas (estruturas) e intensidades de articulação mútua entre essas mesmas componentes, pela hierarquia da disposição / repartição / organização (segregação, sequência, permeabilidade, interpenetração, etc.) dos seus espaços e valências programáticas, como espaços e funções com atributos específicos (de mobilidade, de distribuição, de serviço, de acolhimento e de actividades diversas, entre outros, com maior ou menor atrito), em suma, pelas *estruturas* e *texturas resultantes*.

Os sistemas complexos descritos pelo Team X, sugerem morfologias flexíveis, com potencial evolutivo, passíveis de sucessivas reinterpretações.

Colin Rowe e Fred Koetter apontam em *Collage City* (1978) uma alternativa à atomização dos factos arquitectónicos, considerando as interacções entre os mesmos, como sistemas (constituídos pelos factos ‘em si’ e pelos espaços ‘entre si’) no tempo único da observação e da modificação.

Os factos urbanizados confrontam-se com diversos ‘tempos’, os tempos da projectação, validação, formação, gestão, modificação, e o próprio ‘tempo do tempo’, da cronologia dos acontecimentos implicados. “(...) Em vez de esperar a desagregação do objecto (...), é razoável (...) permitir que o objecto chegue a ser digerido numa estrutura ou matriz dominante”<sup>273</sup>.

A partir da ‘*Collage City*’, Grahame Shane expõe um processo de hibridização e ambiguidade no projecto urbano contemporâneo, dando o exemplo dos novos *enclaves*,

---

<sup>273</sup> ROWE, Colin, KOETTER, Fred, 1998 (1978), *Ciudad Collage*, Barcelona, Gustavo Gili, p. x.

armaduras e formas segregadas e outras heterotopias no interior da cidade<sup>274</sup>. A metodologia proposta por Shane revela um interessante potencial conceptual que, na nossa opinião, ultrapassa as concreções morfológicas com base em modelos conhecidos, tal como praticados pelos seguidores dos princípios do ‘New Urbanism’, consagrados pela Carta do Novo Urbanismo norte-americano (*New Urbanism*), e promulgados em 1996 na sequência do seu quarto congresso. Concluimos que o ‘urbanismo recombinante’ concrecionado por modelos preestabelecidos, resulta efectivamente por ‘enclaves’ porque contido por relações rígidas internas, com dificuldades de inserção urbana por articulação com o contexto e geração de nexos de coesão conta, formas segregadas porque os modelos convocados correspondem geralmente a programas de habitação com reprodução das memas tipologias de soluções morfo-tipológicas, e heterotopias pelos resultados impressos às escalas urbana (morfologia urbana) e local (imagem urbana), e como atitude do próprio exercício.

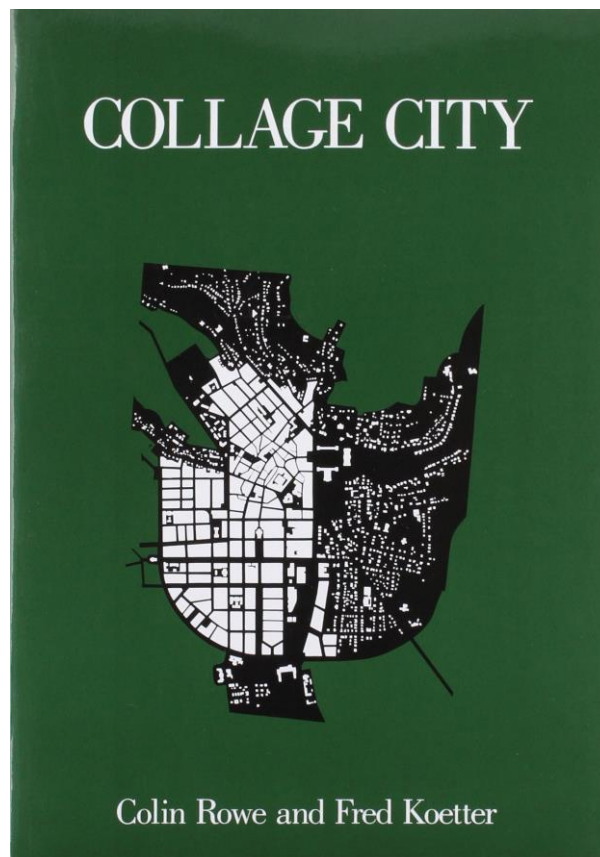
Como já referido, enquanto conceito operativo revela interesse e fertilidade disciplinar eminente (e iminente) se, ao invés de correlações pré-estabelecidas, recorrer a ‘materiais’ morfológicos e tipológicos primários e diversificados, obtidos no seu próprio contexto, representando-o e capacitando desde logo as condições de articulação e inserção urbana.

---

<sup>274</sup> SHANE, David Grahame, 2005, *Recombinant Urbanism: Conceptual Modeling in Architecture, Urban Design and City Theory*, Chichester, John Wiley & Sons.



[A12] *A cidade da textura versus a cidade dos objectos.*  
Parma (CH) e Plano de Antuérpia (Corbusier, 1933).  
[ROWE, Colin, KOETTER, Fred, *The crisis of the Object*]



[A13]  
Wiesbaden, Germany c. 1900

[ROWE, Colin, KOETTER, Fred, 1983, (1978), *Collage City*, Cambridge, Mass. And London, The MIT Press]  
“A cidade é concebida como uma colagem bidimensional e o projectista como o artífice que monta esta colagem a partir de um conjunto diversificado de objectos fragmentados que a história arquitectónica e urbana deixou para trás”<sup>275</sup>.

O termo *gestalt* pode ser compreendido como ‘estrutura’, ‘configuração’ ou ‘padrão’ de um fenómeno físico, biológico ou psicológico, sendo que tudo o que existe é parte de um todo unificado, uma unicidade que excede a soma das suas partes, envolvendo um processo de organização caracterizado pela mudança e pela intercorrelação.

Fora do campo emerge a *figura* que existe na relação precisa com o seu *campo* ou *fundo*.

A *gestalt*, conceptualizada como a configuração organizada da consciência de significantes, ocorre quando a figura de interesse referida é entendida na relação que estabelece com o seu campo ou fundo de referência.

Assim, a percepção envolve um processo de organização do *campo* nos pólos de *figura* e *fundo*, de cuja relação emerge o significado.

<sup>275</sup> ROWE, Colin, KOETTER, Fred, 1983, (1978), *Collage City*, Cambridge, Mass. And London, The MIT Press, p. 82, trad. livre do excerto “The city is conceived of as a two-dimensional collage and the urban designer as the bricoleur who assembles this collage from a diverse kit of fragmentary objects that architectural and urban history have left behind”.



O ‘espaço’ é, como o facto objectual, marcado por limites, pelas formas dos objectos que o ‘habitam’, constituindo-se assim, para Focillon<sup>276</sup>, como suporte, mas também como ‘conteúdo’. “As formas ao crescerem, separam-se, tendem a invadir o espaço, vindas de todos os lados, a perfurá-lo, a adaptarem-se a todas as possibilidades, e dir-se-ia que se comprazem nesta invasão”<sup>277</sup>. O espaço será entendido segundo parâmetros de profundidade e de relatividade, como uma ‘estrutura’ equilibrada com a sua temporalidade (relativa aos factos que suporta e representa).

As conjugações entre o espaço e (as representações do) o social, precipitam-se como lugares da modernidade. Os excessos de espaço, de tempo e da figura do indivíduo, são factores de *sobremodernidade* que se materializam nos “não-lugares”<sup>278</sup>, de uma sociedade do hiper-texto, onde se corre o risco da homogeneização do campus geográfico. Mas Augé acrescenta que os “lugares e não-lugares correspondem a espaços muito concretos mas também a atitudes, a posturas, à relação que os indivíduos mantêm com os espaços onde vivem ou que percorrem”<sup>279</sup>, apontando assim para a possibilidade da recomposição significativa da vivência e experiência social do espaço urbanizado, devendo então a actuação (sobre o mesmo) transportar/estruturar signos de representação social.

Mas, em geral, a recomposição significativa do lugar não admite o retorno a imagens e fórmulas iniciais, já obsoletas face aos novos modos de vida e face às novas tecnologias de informação, mas procura soluções que também não se revelem demasiado ambíguas (estando neste factor algumas das dificuldades do entendimento e do ‘desenho’ das condições de *flexibilidade* da actuação urbanística) nem demasiado padronizadas, passíveis de ‘personificação’.

Os ‘pictogramas’ e sinalética de orientação e de posicionamento locativo dos factores-suporte de vida são indispensáveis, não obstante concorreram para a sobreexposição dos componentes genéricos dos espaços. O seu ‘excesso’ decorre também da sobrenormativa dos seus requisitos funcionais e processuais. A experiência permite constatar que *overdesign* prejudica, frequentemente, a consolidação de práticas mais espontâneas

<sup>276</sup> FOCILLON, Henri, 1988, *A Vida das Formas. Elogio da mão*, Lisboa, Ed. 70.

<sup>277</sup> FOCILLON, Henri, op. cit., p. 28.

<sup>278</sup> AUGÉ, Marc, 1994 (1992), *Não-Lugares*, Lisboa, Bertrand.

<sup>279</sup> AUGÉ, Marc, op. cit., p. 167.

e informais, de apropriação social do espaço arquitectónico e urbanizado, impondo-se (interpondo-se) como sistemas de signos banais.

Mas a actuação urbanística é exercida em ‘espaços de lugares’, como salienta Vitor Matias Ferreira em *Projecto e Risco*<sup>280</sup>, e exacerba as suas dinâmicas de modificação, imprimindo ou induzindo determinado perfil a essas mesmas dinâmicas.

Desde logo, no quadro paradigmático polarizado pelos processos de globalização, o posicionamento de Manuel Castells parece ser extremamente sugestivo.

Com efeito, através desse posicionamento, fica sobretudo sublinhado o carácter dinâmico e global do que ele designa de *espaços de fluxos*, característica principal dos processos de globalização, mas na sua estreita relação dialéctica com o nível local que o autor nomeia de *espaços de lugares*<sup>281</sup>. Uma tal interacção acaba por estruturar um esquema de dominação, realmente, mas um sistema em *rede*, através do qual se desenvolve, então, de modo não propriamente linear, aquele mesmo processo de globalização. Mas uma vez que, como sublinhámos, não estamos perante situações de mero determinismo, aquele *mapa* da globalização pressupõe, por isso, uma permanente articulação com os “*espaços de fluxos e espaços de lugares*”, através dos quais se rompem e se projectam as características identitárias e se assumem as especificidades sociais e culturais dos diversos locais – e, portanto, também das cidades e dos territórios – numa dialéctica desigual, é certo, mas em confronto e em contraposição com aquela mesma dominação efectivamente globalizada<sup>282</sup>.

Matias Ferreira releva a importância da formulação de uma ‘ideia de cidade’ a corporizar como uma ideia de actuação estratégica por estruturação ambiental (do espaço público<sup>283</sup>) transversal e integrada, focalizando assim uma noção de *projecto*

---

<sup>280</sup> FERREIRA, Vitor Matias, 2008, *Mundo Globalizado: Projecto e Risco*, Comunicação ao VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa, UNL, FCCH.

<sup>281</sup> Referência à designação recorrente de CASTELLS, Manuel, 1996, “The Rise of the Network Society”, in CASTELLS, Manuel, 1996, *The Information Age: Economy, Society and Culture*, vol I, Malden/Oxford, Blackwell, p. 453 et. seq., “Space of Flows and Space of Places”, disponível em <[https://deterritorialinvestigations.files.wordpress.com/2015/03/manuel\\_castells\\_the\\_rise\\_of\\_the\\_network\\_societybookfi-org.pdf](https://deterritorialinvestigations.files.wordpress.com/2015/03/manuel_castells_the_rise_of_the_network_societybookfi-org.pdf)> “Space of Flows and Space of Places”.

<sup>282</sup> FERREIRA, Vitor Matias, 2008, op. cit., p. 4.

<sup>283</sup> Como espaço cívico de representação social, em FERREIRA, Vitor Matias, 2004, *O Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, Ler Devagar e ISCTE. Acerca de reestruturação e realocação das economias industriais e urbanas, Vitor Matias Ferreira define “vazio urbano” e “espaço devoluto” como áreas que perderam a sua afectação urbana original, estando desprovidas de função, verificando uma predisposição “expectante” com maior “disponibilidade” de modificação, comparativamente a outros espaços urbanos.

“suficientemente sugestiva para incorporar uma *ideia* e para configurar um *desenho*”<sup>284</sup> que inclua a ‘construção’ do social.

Coloca-se então a questão do entendimento de diversos significantes que integram o vocabulário disciplinar da arquitectura e da urbanística, operando as linguagens do projecto de arquitectura e do projecto urbano, cujo léxico, nas suas componentes semânticas articuladas, articulam também signos e referentes arquitectónicos e urbanísticos.

A narrativa do projecto urbano, recorrendo a signos eminentemente arquitectónicos, permite precisar referentes simultaneamente flexíveis (aptos a receber significados diferenciados) e inequívocos, o que interessa sobretudo a uma metodologia que será necessariamente homóloga à realidade complexa e imponderável que pretende operar.

A síntese de “espaço” de Herman Hertzberger em *Articulations* (2002), é desconcertante, e leva a considerar a necessidade da descrição/projectação exaustiva de alguns dos seus atributos e descrição/projectação das relações potenciais a que se permite, para o entendimento como entidade conceptual ou como entidade factual (espaços inerentes a factos não objectuais, e espaços inerentes a factos arquitectónicos e urbanísticos objectuais).

“*Espaço* é mais uma *ideia* do que um *conceito* delineado. Tenta colocar em palavras e tu perde-lo”<sup>285</sup>.

A ideia do espaço representa tudo o que dificilmente é contido, que se alarga ou que remove as limitações existentes e é, portanto, o oposto do hermético.

“*Espaço* é o potencial para o novo”<sup>286</sup>.

Espaço também vem de uma abertura para múltiplos significados e interpretações, sendo assim susceptível a ambiguidades. Nomeável pela profundidade (espessura), em vez de nivelamento, por uma manifesta dimensionalidade e, literalmente, pela terceira dimensão.

“*Espaço*, como a liberdade, é difícil de se apossar dele; de facto, quando uma coisa pode ser apreendida (...) depreende-se, que perdeu o seu espaço; não se pode definir o espaço, pode-se descrevê-lo, no máximo”<sup>287</sup>.

<sup>284</sup> FERREIRA, Vitor Matias, 2008, op. cit., p. 9.

<sup>285</sup> HERTZBERGER, Herman, 2002, *Articulations*, Munich, Berlin, London and New York, Prestel Verlag, p. 28, tradução do original (grifos nossos) “Space is more an idea than a delineated concept. Try to put it into words and you lose it”.

<sup>286</sup> *Ibidem*, p. 28, trad. do original (grifo nosso) “Space is the potential for the new”.

<sup>287</sup> *Ibidem*, p. 28, trad. do original (grifo nosso) “Space, like freedom, is difficult to get hold of; indeed, when a thing can be grasped and so comprehended it has forfeited its space; you cannot define space, you can describe it at most”.

E pode-se descrevê-lo como: Espaço físico, Espaço e vazio (vacuidade), Espaço e liberdade, Espaço urbano, Espaço da Arquitectura, Experiência do espaço, Espaço social/espaço colectivo, Espaço colectivo/uso social, A gramática do espaço social, Espaço vazio, Espaço de antecipação (do inesperado), etc.

### espaço e lugar<sup>288</sup>

A distinção entre o espaço e o lugar é mais clara do que se poderia supor a partir da forma como essas duas palavras são usadas. Porém elas são muitas vezes confundidas. Lugar faz-nos pensar principalmente em dimensões contidas, um jardim, uma praça, uma casa, um compartimento, com os seus espaços. Lugar implica um centro das atenções como é exemplificado com perfeição por uma mesa.

Os lugares também podem ser muito grandes, na medida em que são adequados para determinada funcionalidade. Lugar é onde se reconhecem superfícies, limites, e outros factos modificáveis, pelo que o sentido de lugar pode ser igualmente de natureza temporária.

Lugar implica um valor especial agregado a um espaço. Ele tem um significado especial para um número de pessoas que se sentem ligadas, onde se podem rever como comunidade, grupo ou partes.

Espaço, qualquer que seja a sua finalidade, pode vir a significar lugar, seja para indivíduos ou para grupos; lugar é, então, um significante adicionado ao espaço, ou seja, a ‘razão’ desse espaço.

O espaço é mensurável e apresenta representação morfológica evidente.

A única coisa que transforma o espaço em lugar é o preenchimento dado pelos seus ocupantes / usuários. A localização torna-se então um lugar ‘particular’ conotado com usos e outras ocorrências espaciais.

“Espaço e lugar não podem existir um sem o outro”<sup>289</sup>, são interdependentes na medida em que cada um traz ao outro a consciência desta sua dupla condição, permitindo que, então, cada um possa existir (ser reconhecido) como um *fenómeno*.

---

<sup>288</sup> Considerações resultantes de impressões de leituras, nomeadamente de HERTZBERGER, Herman, 2002, *Articulations*, op. cit., s/ loc.

<sup>289</sup> HERTZBERGER, Herman, 2002, *Articulations*, op. cit., p. 33, tradução livre do excerto original (grifos nossos) “Space and place cannot exist without each other”.

espaço in-between (no intermeio)

“Os arquitectos estão mais inclinados a pensar em termos de volumes, objectos e coisas, do que no *espaço* em si, ou para eles [*espaço*] é o que permanece *in-between*. O *espaço* está tomado, ocupado. Com demasiada frequência as coisas que estão construídas ocupam mais espaço do que o que deixam livre<sup>290</sup>.”

Mas o espaço é construído, bem como a própria topografia da urbanização, no que Hertzberger designa como a *envolvente construída*.

Agora temos não só a cidade, como a construção de cidade, mas também o local de construção e a construção como local.

O espaço está ‘entre’ os factos objectuais e constitui, frequentemente, a entidade de intermediação entre o edificado e a infraestrutura.

Hertzberger em *Lições de Arquitetura*<sup>291</sup>, aponta a noção de limiar, relacionando-a com o espaço ‘in-between’, como suporte de diálogo e articulação entre áreas de ordens distintas. Tal como o tema do ‘espaço-limite’, os espaços de transição constituem materiais de projecto de grande relevância, sendo que desenhar o ‘in-between’ significa actuar na transição entre ordens e porventura, deste modo, em ambas as estruturas correspondentes, observando as suas condições de articulação, conexão, segregação, isotropia, intersecção, ressignificação, etc.

---

<sup>290</sup> HERTZBERGER, Herman, 2002, *Articulations*, London, Prestel, p. 51, tradução do original (grifos nossos) “Architects are more inclined to think in terms of volumes, objects and things than in space, or them is usually what remains in-between. Space is taken, occupied. All too often the things that are build take up more space than they set free”,

<sup>291</sup> HERTZBERGER, Herman, 1996 (1993), *Lições de Arquitetura*, São Paulo, Martins Fontes, (título original, 1993, *Lessons for Students in Architecture*, Rotterdam, 010).



## **II.4.**

### **ANÁLISE E REPRESENTAÇÃO**

#### **ASPECTOS METODOLÓGICOS**





### plasticidade e representação

Mais do que por outro meio, os diagramas e os esquemas são instrumentos poderosos para a representação de estratégias da actuação urbanística contemporânea.

O *The Image of the City*<sup>292</sup> e o *Collage City*<sup>293</sup> são textos instauradores de formas específicas de entendimento da cidade, aplicando conceitos centrais da psicologia da percepção. Ambos os autores rejeitam a ideia modernista de redução da cidade a critérios meramente funcionais, em favor da influência de factores subjectivos para a leitura e vivência dos espaços urbanizados.

Ambas as abordagens utilizam ‘diagramas’ para converter experiências subjectivas em referências objectivas vinculadas a padrões relacionais e estruturais. Tratando-se de representações flexíveis e polissémicas, a sua pertinência metodológica deverá, certamente, ser reexaminada no contexto das temáticas actualmente centrais aos campos disciplinares em que operam.

A *gestalt*, estabelecida num enquadramento de **figura-e-fundo**, leva a considerar um horizonte de (formas e) padrões estáveis que surgem de um campo de sensações.

Para Gyorgy Kepes, a *linguagem da visão* (*visual language*) ultrapassa os limites das regras de composição para integrar ambas as funções do artista como emissor e espectador de uma “comunicação óptica”<sup>294</sup>. Pretende assim um mecanismo estabelecido da sensação à interpretação e interacção social.

Kepes defende a propósito da criação artística, que “a organização das cores, linhas e formas, corresponde às sensações, pensamentos e sentimentos que se vão desenvolvendo e transformando durante o processo criador”<sup>295</sup>, por construção de imagens mentais de estruturas e texturas.

“Cada representação de um objecto ou uma coisa age na superfície da imagem e descarrega sua própria direcção única de associações como um ponto, uma linha, uma forma, atua sobre o plano pictórico, e força o olho em direcções espaciais virtuais. Essas

---

<sup>292</sup> LYNCH, Kevin, 1990 (1960), *The Image of the City*, Cambridge, Mass. And London, The MIT Press. (Edição em língua portuguesa 1999 (1960), *A imagem da cidade*, Lisboa, Edições 70).

<sup>293</sup> ROWE, Colin, KOETTER, Fred, 1983 (1978), *Collage City*, Cambridge, Mass. and London, The MIT Press.

<sup>294</sup> Cf. KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*, Chicago, Paul Theobald, p. 13, [título original, 1944, *optical communication*].

<sup>295</sup> Cf. KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. op. cit., p. 201.

representações têm posições, direção, forma, tamanho, distância e peso (...). Têm texturas de calor sensorial; ou são frias, com exatidão geométrica ou teórica. Têm brilho e cor e podem deslocar-se com várias velocidades”<sup>296</sup>.

Kepes insiste que neste processo libertam-se as energias das associações visuais que motivam (forçam) o espectador a construir significados e, a partir destes, a conformar novas atitudes. “A imagem torna-se uma experiência dinâmica (...). Nós não vemos as coisas, como unidades fixas unidades estáticas, mas ao invés percebemos relações de vida”<sup>297</sup>.

É assim enfatizado o conceito de equilíbrio de forças e campos, apontando a possibilidade de criação da “sensação de espaço através de tensões resultantes das relações entre formas bidimensionais num plano”<sup>298</sup>.

Este princípio é desenvolvido por Kepes, apontando a sua fertilidade como enquadramento holístico da teoria e prática do advertising-art entre outras vertentes do design, área a que se dedicou com Lászlo Moholy-Nagy na New Bauhaus de Nova York.

“Contradição é a base da organização dinâmica das qualidades associativas da imagem”<sup>299</sup>.

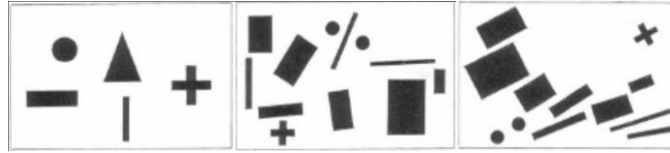
---

<sup>296</sup> *Ibidem*, p. 202, trad. do orig. “Each representation of an object or a thing acts on the picture surface and discharges its own unique direction of associations as a point, a line, a shape, acts on the picture-plane, and forces the eye into virtual spatial directions. These representations have positions, direction, shape, size, distance, and weight (...). They have textures of sensory warmth; or they are cold, with geometrical or theoretical exactness. They have brightness and color and can move with various velocities”.

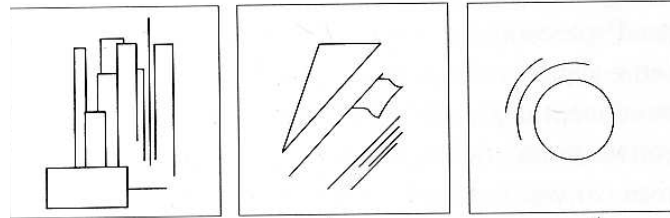
<sup>297</sup> *Ibidem*, p. 202, trad. do orig. “The image becomes a dynamic experience (...). We do not see things, fixed static units, but perceive instead living relationships”.

<sup>298</sup> Cf. KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. op. cit., p. 44 et. seq.

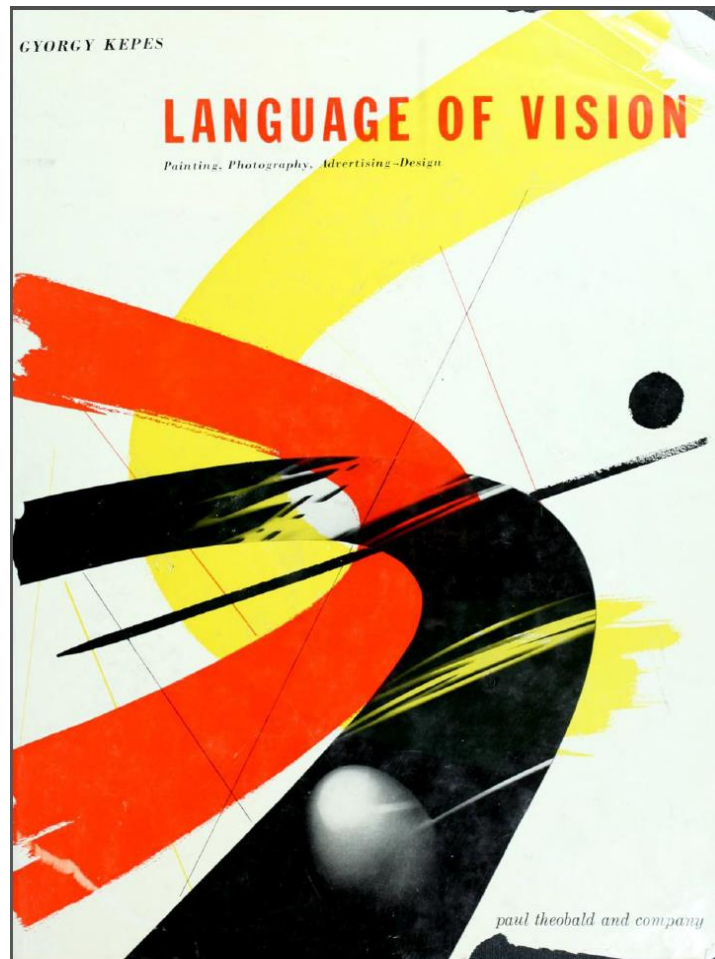
<sup>299</sup> *Idem, ibidem*, p. 202, trad. do orig. “Contradiction is then the basis of dynamic organization of the associative qualities of the image”.



[A14] *Plasticidade, organização plástica da linguagem da visão.*  
[KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. Chicago, Paul Theobald, p.44]



[A15] *Estabilidade, ameaça, calor.*  
[LUPTON, Ellen, MILLER, J. Abbott, (1999), 'language of vision', in LUPTON, Ellen, MILLER, J. Abbott, (1999), *Writing On Graphic Design*, London, Phaidon, pp. 62-66, p. 64]



[A16]. Dust jacket, *Language of vision*, (cover).  
[KEPES, Gyorgy, 1944, *Language of vision*. Chicago, Paul Theobald]

O *Language of vision*, de 1944, é organizado em três ensaios, a “Organização Plástica”, a “Representação Visual”, e “Para uma Iconografia Dinâmica”, temas explorados

também em outros escritos de mesmo autor<sup>300</sup>. Para Kepes, uma ‘linguagem de visão’ (usando também a palavra composta ‘linguagem-visual’) opera um mecanismo complexo que ultrapassa o modelo transmissor-receptor de significados, avultando uma ideia de ‘visão unificada’ moldada nas teses da ‘psicologia da percepção’ e nas teses ‘positivistas’ do ‘Circulo de Viena’, alinhadas com o pensamento de Charles Morris e Otto Neurath.

A ‘linguagem de visão’ tem como base os princípios dos ‘contrastes formais’, explicados<sup>301</sup> como “um *vocabulário* de elementos de projecto (pontos, linhas, formas, texturas, cores) é organizado por uma *gramática* de contrastes (instabilidade/equilíbrio, assimetria/simetria, macio/duro, pesado/leve)”<sup>302</sup>, embora Kepes não estruture o conceito em termos de ‘factores contrastantes’, mas sim como “campos” e “forças”<sup>303</sup> que pretendem interpretar formas de interacção social. “[A] experiência visual é mais do que a experiência de puras qualidades sensoriais. Sensações visuais entrelaçam-se com sobreposições de memória. Cada configuração visual contém um texto significativo, evoca associações de coisas, eventos; cria respostas emocionais e conscientes”<sup>304</sup>.

Os interesses de Kepes acerca da ‘visão como linguagem’ expandem-se assim por conceitos acerca de ‘linguagem como sistema’ na sequência das anteriores abordagens dos Dadaístas e de criadores como Apollinaire, Eisenstein e Le Corbusier, entre outros.

Diversos autores desenvolveram ferramentas metodológicas e operativas a partir das teorias de representação de Kepes, como Otto Neurath<sup>305</sup>, propondo uma linguagem

---

<sup>300</sup> Veja-se os títulos, KEPES, Gyorgy (ed.), 1956, *The New Landscape in Art and Science*, Chicago, Paul Theobald; KEPES, Gyorgy, 1966, *Éducation de la Vision*, Bruxelas, Ed. La Connaissance; KEPES, Gyorgy, 1965, *Structure in Art and in Science*, New York, Braziller.

<sup>301</sup> Cf. Ellen Lupton e Abbott Miller em LUPTON, Ellen, MILLER, Abbott, 1994, “Language of Vision”, in *Design, Writing Research: Writing on Graphic Design*, London, Phaidon.

<sup>302</sup> LUPTON, Ellen, MILLER, Abbott, 1994, op. cit., p. 64, (grifos do texto original), “a *vocabulary* of design elements (dots, lines, shapes, textures, colors) is organized by a *grammar* of contrasts (instability/balance, asymmetry/symmetry, soft/hard, heavy/light)”.

<sup>303</sup> KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*, op. cit., Cap. I, pp. 15 et. seq., O tema do capítulo inicial do livro – “Plastic organization” - é estruturado por subtemas com as designações *visual field*, *the retinal field*, *the three-dimensional field*, *the picture field*, *the spatial forces*, *fields of spatial forces*, *internal forces*, *the fields of internal forces*, *the physiological field*, *the psychological field* (grifos nossos).

<sup>304</sup> KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. op. cit, p. 200, “visual experience is more than the experience of pure sensory qualities. Visual sensations are interwoven with memory overlays. Each visual configuration contains a meaningful text, evokes associations of things, events; creates emotional and conscious responses”.

<sup>305</sup> NEURATH, Otto, 1939, *Modern Man in the Making*, New York, Alfred A. Knopf.

Veja-se ainda, a propósito, as opiniões de DELEUZE, Gilles, 1990, *The Logic of Sense*, New York, Columbia Univ. Press; FODOR, Jerry, LEPORÉ, Ernest, 1992, *Holism: A Shoppers’s Guide*, Oxford,

pictórica, o ISOTYPE (International System Of Typographic Picture Education)<sup>306</sup>, constituída por símbolos estandardizados, baseados, entre outros aspectos, na apreensão dos diferentes efeitos de escala dos factos observados, metodologia hoje retomada pela iconografia das novas tecnologias de comunicação. O sistema proposto por Neurath é um método de comunicação, por pictogramas, das relações entre diversos âmbitos da realidade (histórico, social, psicológico, físico e tecnológico, entre outros).

Jean Piaget<sup>307</sup> acrescenta o conceito de *estrutura* aos sistemas propostos por Kepes, Neurath e restantes seguidores do ‘positivismo lógico’ do ‘Círculo de Viena’, noção que compreende três características fundamentais, a ideia de *grupo*, a ideia de *transformação*, e a ideia de *auto-regulação*<sup>308</sup>.

A noção de ‘plenitude’, que importa ao entendimento de ‘estrutura’, não se baseia em partes aditivas ou agregadas, mas respeita (como na biologia e na psicologia da percepção, entre outras áreas das ciências) ao entendimento da ‘integridade’ de uma entidade (como sistema), entendimento que só é válido enquanto ‘não atomizável’.

No entendimento de Jean Piaget, “estrutura e transformação do grupo são indissociáveis. Mas quando falamos de transformações, referimo-nos a mudanças inteligíveis que não transformam as coisas para além do reconhecimento de uma só vez, e que sempre preservam alguns aspectos invariantes. (...) o deslocamento de um sólido no espaço comum deixa inalteradas as suas dimensões; de forma similar, a soma das partes de um todo permanece invariante após sucessivas divisões”<sup>309</sup>.

---

Blackwell; KADINSKY, Wassily, 1979, *Point and Line to Plane*, New York, Dover; KOFFKA, Kurt, 1935, *Principles of Gestalt Psychology*, New York, Harcourt, Brace; LÉGER, Fernand, 1965, *Functions of Painting*, New York, Viking; LUKÁCS, György, 1995, *The Lukács Reader*, Oxford, Blackwell; MARTIN, Reinhold, 2003, *The Organizational Complex: Architecture, Media, and Corporate Space*, Cambridge, Mass., The MIT Press; MOHOLY-NAGY, László, “Typophoto”, in *Painting Photography Film*, Cambridge, Mass., The MIT Press; MOHOLY-NAGY, László, 1946, *Vision in Motion*, Chicago, Paul Theobald; MONDRIAN, Piet, 1968, “Plastic Art and Pure Plastic Art”, In *Theories of Modern Art: A Source Book by Artists and Critics*, Berkeley, Calif., University of California Press; SCHUDSON, Michael, 1984, *Advertising, The Uneasy Persuasion: Its Dubious Impact on American Society*, New York, Basic Books; VALLYE, Anna, 2011, *Design and the Politics of Knowledge in America, 1937-1967, Walter Gropius, Gyorgy Kepes*, New York, Columbia University.

<sup>306</sup> Neurath desenvolveu esta linguagem pictórica na qualidade de curador do museu do planeamento da cidade, em Viena (Siedlungsmuseum). NEURATH, Otto, 1936, *International Picture Language, The First Rules Of ISOTYPE (with ISOTYPE pictures)*, London, Kegan Paul, Trench, Trubner & Co.

<sup>307</sup> PIAGET, Jean, 1970 (1968), *Structuralism*, New York, Basic Books, (título ed. original, 1968, *Le Structuralisme*, Paris, Cahiers internationaux de symbolisme, PUF).

<sup>308</sup> Cf. PIAGET, Jean, 1970 (1968), op. cit., p.5.

<sup>309</sup> PIAGET, Op. cit., pp. 20-21, tradução do excerto do texto original, “Group structure and transformation go together. But when we speak of transformation, we mean an intelligible change,

A noção de ‘transformação’ permite focar melhor os sistemas, as formas e significados dos factos que o constituem, bem como acerca das relações que estabelecem entre si.

Acreditamos que será na perspectiva da transformação, e no âmbito (perspectivado pelo projecto) da representação dessa mesma transformação, que se perceberá melhor a realidade, estimulando-a com factores de modificação, e interpretando a sua natureza dinâmica e reactiva face a esses mesmos factores de modificação.

Para além deste princípio, o reconhecimento das formas inclui, para a psicologia da percepção, o entendimento do seu potencial de transformação, no âmbito das relações dinâmicas com o observador, que procede a constantes ajustes entre a forma intuída e a sua representação mental ou ideográfica.

A terceira exigência do estruturalismo de Piaget envolve a preservação das ‘leis’ da estrutura, da mais simples à mais complexa, como relação ‘fechada’ aos seus próprios atributos.

Ao contrário da psicologia clássica (atomista ou estruturalista), em que a percepção da forma decorre da acumulação de uma série de impressões sobre cada uma das suas componentes, a gestalt pressupõe a apreensão da totalidade/unidade daqueles componentes, da sua configuração conjunta, como necessidade de posicionamento do observador.

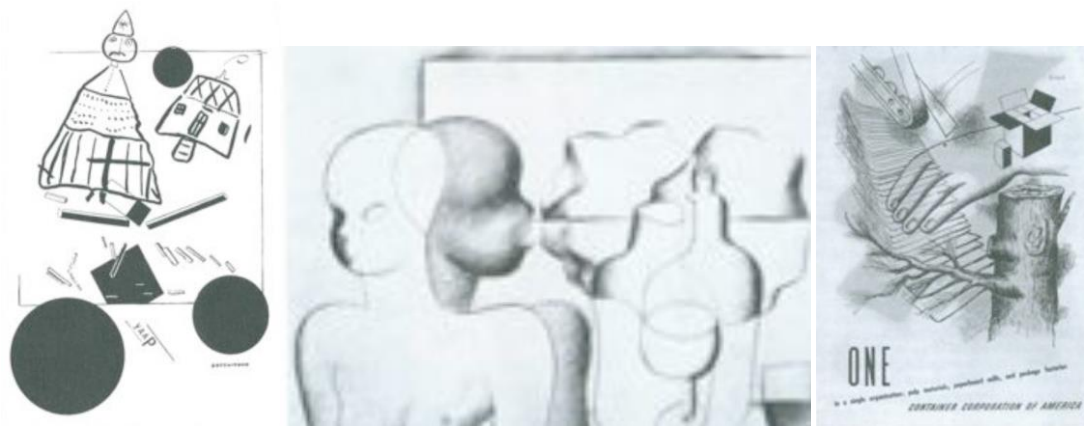
A mente organiza os estímulos visuais em imagens mentais de formas e padrões holísticos. “As figuras surgem pela continuidade implícita de linhas congruentes, de contornos, e do agrupamento de elementos semelhantes”<sup>310</sup>, linhas, contornos e formas a representar por meio de uma linguagem esquemática.

Para Kepes, a percepção implica a participação do observador no processo de organização, pelo que a experiência de uma imagem é assim entendida como um acto criativo de integração, por restituição significativa face a determinado universo cultural de referência.

---

which does not transform things beyond recognition at one stroke, and which always preserves invariance in certain respects. (...) the displacement of a solid in ordinary space leaves its dimensions unchanged; similarly, the sum of the parts of a whole remains invariant under continual division”, (tradução aferida com a de Moacir Renato Amorim da versão em língua portuguesa de 1979 (1968), *O Estruturalismo*, São Paulo e Rio de Janeiro, DIFEL).

<sup>310</sup> BRUCE, Vicki, GEORGESON, Mark A., GREEN, Patrick R., 1996, *Visual Perception: Physiology, Psychology and Ecology*, Oxford and New York, Psychology Press, p. 127, trad. do excerto no texto orig. “The figures come from implicit continuity of converging lines, contours, and the grouping of similar elements”.



[A17]

El Lissitzky (Illustration, 1923, p.25), Le Corbusier (desenho, p. 87), Fernand Léger (advertising design, 1942, p. 87).  
[KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. NY, Chicago, Paul Theobald]



[A18] Fotografia - Walter Gropius (esq.) e László Moholy-Nagy nas escadas da New Bauhaus, 1938.

[TRAVIS, David, SIEGEL, Elizabeth, 2002, *Taken by Design, Photographs from the Institute of Design, 1937-71*, Chicago, Art Institute, p. 23]  
[KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. NY, Chicago, Paul Theobald]

Nestes termos, a gestalt remete a arquitectura para a escala urbana, sendo a cidade a sua contextura de eleição.

Kevin Lynch sublinha que são múltiplos os significados individuais da cidade.

*The Image of the City*, publicado em 1960, interpreta o modo como as pessoas visualizam a cidade em que habitam. A imagem da cidade, para Lynch, é composta de elementos que “não são apenas aptos para serem vistos, mas são apresentados (para os sentidos) de forma acentuada e com intensidade”<sup>311</sup>. Esta diferenciação entre uma ‘visão’ prosaica e um modo mais profundo de ‘ver’ é fundamental para Lynch Kepes e para a *gestalt*.

---

<sup>311</sup> LYNCH, Kevin, 1960, *The Image of the City*, Cambridge, Mass., The MIT Press, p. .9, trad. excerto orig. “They are not only able to be seen, but are presented (to the senses) sharply and intently”.

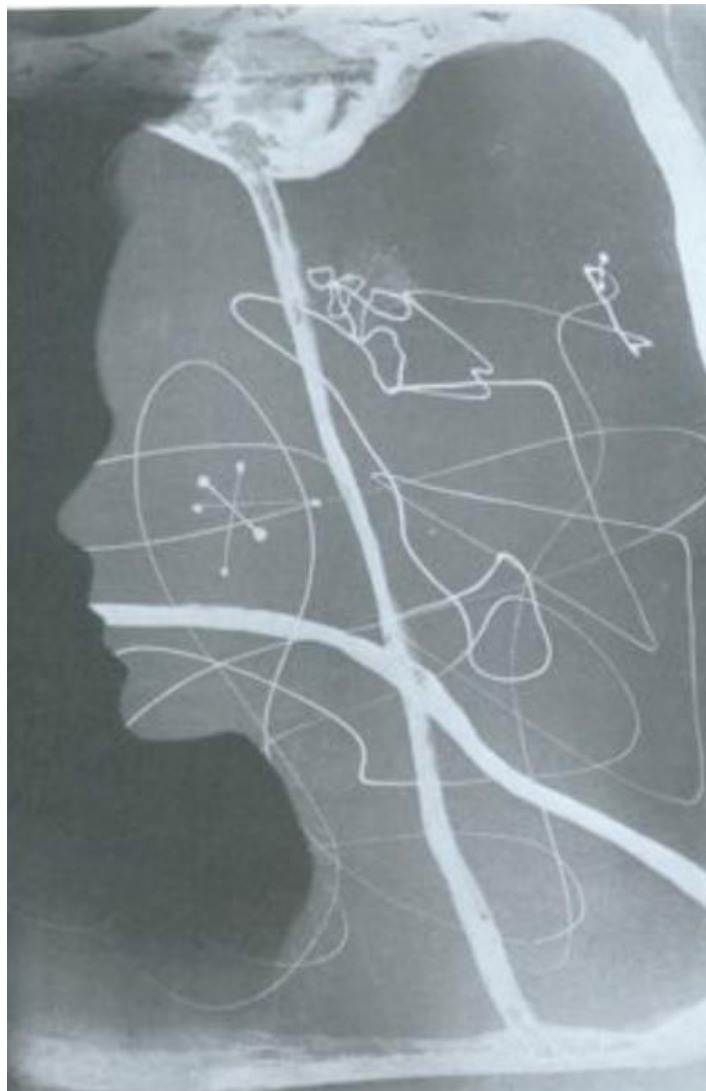




[A19]

F. Levstik, *Photographs*

[KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. NY, Chicago, Paul Theobald, p. 188]



[A20]

Gyorgy Kepes, *Photogram Lines 1939*

[KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. NY, Chicago, Paul Theobald, p. 193]

Cada imagem necessita de processamento, para associação a conotados de interpretação como entidade própria, de natureza espacial ou como objecto. Os elementos, sendo categorizados como percursos, limites, nós ou outras espécies de espaços (ou de outros tipos de estruturas), devem ser passíveis de destrição como ‘figuras contra um fundo’ e, portanto, claramente representáveis em diagramas, por limites e contornos coerentes.

“É possível fornecer ao espectador um ‘diagrama’ simbólico da forma como o mundo se encaixa: um mapa ou um conjunto de instruções escritas. Enquanto ele encaixar a realidade no esquema, ele tem uma pista sobre o relacionamento entre as coisas”<sup>312</sup>.

Mas a imagem da cidade revela inúmeras dificuldades de interpretação e representação por esquemas operativos (face a objectivos estratégicos), como rupturas, descontinuidades, ambiguidades, homogeneias, conjugações, signos complexos, etc, pelo que os diagramas destinam-se a orientar processos analíticos, já objectivados face a determinado programa ou estratégia (que determina assim a importância dos factos seleccionados, bem como o desenvolvimento e intensidade das entidades gráficas que os representam), constituindo o “fundo sobre o qual podem ser tomadas decisões criativas”<sup>313</sup>, sendo interessante o possível entendimento do dispositivo ‘figura-fundo’ central ao conceito da gestalt.

Dado que em *The Image of The City* Lynch enfatiza o ambiente físico como uma variável independente, preocupa-se em particular com as qualidades físicas descritoras dos atributos da identidade e estrutura na imagem mental, propondo o conceito de “imaginabilidade”<sup>314</sup>, como a probabilidade de sugestão de uma imagem forte para qualquer observador, sendo este um atributo inerente ao próprio objecto observado, conferindo-lhe assim um padrão de identidade. Pode também ser designado como ‘legibilidade’ ou ‘visibilidade’ no sentido amplificado, quando os objectos não são apenas para ser vistos, mas apresentam-se com nitidez e intensidade, o que Stern designava como “aparência”<sup>315</sup>.

---

<sup>312</sup> LYNCH, Kevin, 1960, op. cit., p. 11, trad. do excerto da ed. original, “You can provide the viewer with a symbolic diagram of how the world fits together: a map or a set of written instructions. As long as he can fit reality to the diagram, he has a clue to the relatedness of things”.

<sup>313</sup> *Ibidem*, p. 25, “background upon which credecisions can be made” no original.

<sup>314</sup> *Ibidem*, p. 9, “imageability” no original.

<sup>315</sup> Cf. LYNCH, Kevin, 1960, op.cit., p. 10, “half a century ago, Stern discussed this attribute (...) and called it *apparency*”.

“Uma cidade altamente imaginável (aparente, legível, ou visível) neste sentido peculiar pareceria bem formada, distinta, notável”<sup>316</sup>.

Lynch retoma ainda a noção de repetição, nomeadamente no sentido da construção da memória. Os factos tornam-se familiares com a repetição de partes dos seus padrões constitutivos, principalmente os de maior visibilidade, correspondentes a remates ou a pormenores de grande singularidade.

O seu processo de representação diagramática procura reafirmar a cidade como um todo, aproximando-se assim ao entendimento de ‘sistema’ pela psicologia da percepção, como entidade una.

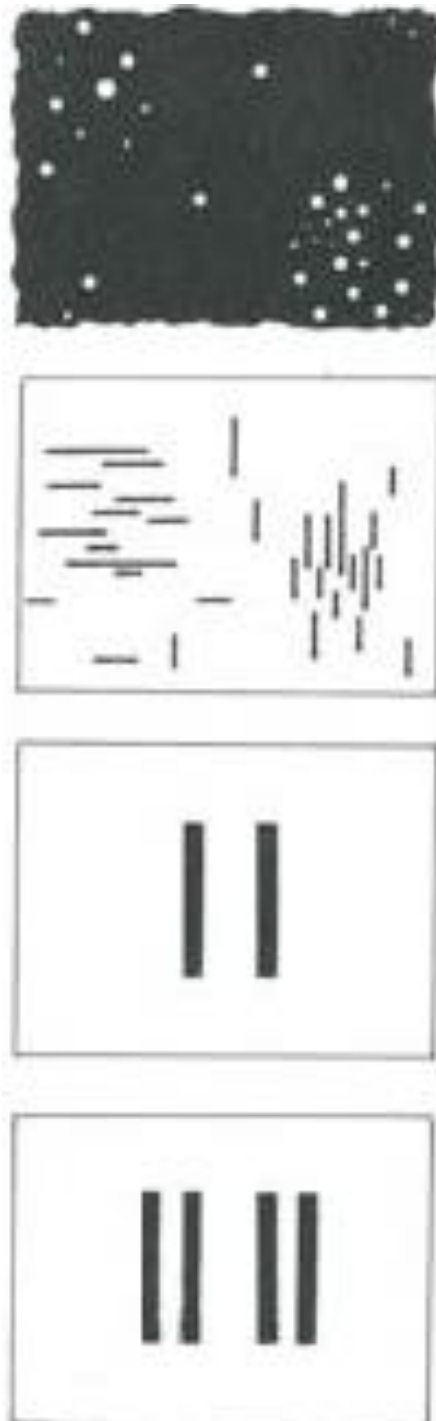
Neste sentido, a unidade entre as suas partes ou elementos constitutivos, a possibilidade da sua leitura em conjunto como uma única entidade, é precisamente o que caracteriza a sua condição como sistema.

O entendimento de ‘espaço público’ é o de maior fertilidade para o urbanismo contemporâneo. De facto o espaço público apresenta capacidade eminente de configurar sistemas a várias escalas com maior ou menor desenvolvimento, densidade, coesão e hierarquização, quer estas condições sejam reais ou apenas potenciais.

As suas características morfológicas, tipológicas, funcionais e ambientais, correspondem a modelos de formação, na correspondência a precisos processos económicos, ideológicos e sociais. O desenho do espaço público habilita-se assim à representação daqueles processos e suas manifestações no espaço urbanizado.

---

<sup>316</sup> LYNCH, Kevin, 1960, op.cit., p. 10, trad. do excerto do texto orig. “A highly imageable (apparet, legible, or visible) city in this peculiar sense would seem well formed, distinct, remarkable”



[A21]

A organização espacial é o factor vital numa mensagem óptica  
Theo Van Doesburg, *Painting*

[KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. NY, Chicago, Paul Theobald, p. 48]

A maioria das formas urbanizadas é suportada em espaços públicos de serventia e infra-estruturação, e são resultado de ocorrências espontâneas ou planeadas, de expansão, de consolidação, e correspondentes a outros processos de crescimento ou explosão da forma urbana, podendo ser lineares ou não lineares.

As escalas da arquitectura (e as próprias arquitecturas) podem organizar espaços de utilização colectiva, com carácter similar aos da cidade, como referido em vários enquadramentos deste trabalho.

Em *Collage City*, Colin Rowe e Fred Koetter analisam a cidade do ponto de vista do ‘desempenho perceptual’, com o diagrama de figura-fundo como a sua principal ferramenta.

Pois, “se a valorização ou a percepção do objecto ou figura é assumida para exigir a presença de alguma espécie de terreno ou campo, se o reconhecimento de algum tipo de campo fechado é um pré-requisito de toda experiência perceptiva e, se a consciência do campo precede a consciência da figura, então, quando a figura não é suportada por qualquer quadro reconhecível de referência, só pode tornar-se débil e autodestrutiva”<sup>317</sup>. Tanto quanto é possível imaginar um campo de objectos legíveis em termos de proximidade, identidade, estrutura similar, densidade, etc., subsistem ainda questões tal como poderão esses objectos ser aglomerados e de como assumir a possibilidade da sua exacta multiplicação.

Poder-se-á assim colocar a questão da utilidade de determinadas metodologias de análise, da sua fertilidade como instrumentos operativos da actuação urbanística e arquitectónica, nomeadamente das metodologias que se baseiam no reconhecimento impressivo da realidade, circunscrita a campos de observação limitados (e a reflexões igualmente limitadas), mas já orientadas por objectivos apriorísticos.

---

<sup>317</sup> ROWE, Colin, KOETTER, Fred, 1983 (1978), *Collage City*, Cambridge, Mass., and London, The MIT Press, p. 64, trad. do excerto do texto orig. “if the appreciation or perception of object or figure is assumed to require the presence of some sort of ground or field, if the recognition of some sort of however closed field is a prerequisite of all perceptual experience and, if consciousness of field precedes consciousness of figure, then, when figure is unsupported by any recognizable frame of reference, it can only become enfeebled and self-destructive”.

Sendo fragmentado o ‘modo’ empírico da observação de uma realidade frequentemente ‘fragmentada’, podemos admitir, ‘em linha’, processamentos mentais (reflexões) eles próprios também fragmentados ou fraccionados, cuja recomposição e restituição ao exercício de projecto se constitui como um outro nível de abstracção, mais elaborado.



[A22] Max Ernst, 1962, *Le Jardin de France*. Óleo sobre madeira.

[Paris, Museu Nacional de Arte Moderna]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014].

Disponível em <<http://spacefiction.files.wordpress.com/2009/12/jardindelafrance1.jpg>>.

Aceitamos, com a consciência dos múltiplos significados que poderemos atribuir aos termos ‘solo’ e ‘limite’, a opinião de que a crise da cidade moderna deveu-se ao solo desestruturado sem limites que corrói a estruturada ‘esfera pública’ da cidade tradicional<sup>318</sup>, mas a cidade contemporânea volta novamente a ser desterritorializada (ou estruturada de outro modo).

Rowe e Koetter estavam especialmente interessados nos diagramas em que ‘figura e fundo’ apresentam uma relação particularmente ambígua, de grande complexidade, onde ambos os campos são instáveis e por vezes reversíveis, demonstrando que a cidade tradicional de texturas é o oposto da cidade moderna dos objectos.

De facto, a figura é focada em função do fundo e, em determinadas circunstâncias, ambos os campos poderão confundir-se ou interpenetrar-se, sem hierarquia significativa, o que coloca um novo paradigma dos procedimentos da fenomenologia (às metodologias onde os referidos dispositivos estão presentes às opções a diversos níveis significantes).

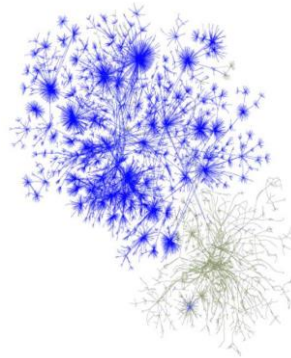
Max Ernst, em *Le Jardin de France*, propõe uma composição que sugere várias dimensões (formas envolvidas, ou ocultas, por outras formas), mas que, como uma colagem de diferentes elementos da realidade, poderá resultar percebida enquanto figuração bidimensional. O corpo feminino alongado, entre ilhas e margens, na confluência dos rios Indre e Loire, constitui uma referência da corrente surrealista de ‘cartografias na pintura’, ou uma espécie de espaços resultantes de ocorrências fortuitas, de acasos fortemente significantes. As manchas ‘sombra, pele, cobra, verde, água, areia’ estão aparentemente no mesmo plano de expressão, sem destaque de importância, não obstante as dimensões de cada um dos valores pictóricos que compõem a pintura. A incongruência das escalas de representação dos elementos mapeados (o corpo humano e o Loire apresentam expressões de escala similar), o que contribui para a ambiguidade da profundidade de campo da paisagem. O princípio da colagem, como a construção de um novo contexto a partir de fragmentos diversos (o nu feminino é retirado de um quadro de Cabanel, de 1864) é um mecanismo de ‘deslocação’, de constituição de heterotopias (figurativas e significantes).

---

<sup>318</sup> Cf. ROWE, Colin, KOETTER, Fred, 1978, op. cit., p. 65 et. seq.

Para André Breton a imagem surrealista mais forte “é aquela que apresenta o nível mais elevado de arbitrariedade (...) a que nos leva mais tempo a traduzir em linguagem prática, seja por conter uma enorme dose de contradição aparente, seja porque um dos seus termos se encontre estranhamente escondido, seja porque se anunciando sensacional, revela-se débil ou ridícula (...), seja porque implica a negação de qualquer propriedade física elementar (...)”<sup>319</sup>.

A condição rizomática pressupõe que cada projecto se constitua como um meio que se autocondiciona e que produz a sua proposta (afirma-se) a partir do imediatismo (tendência para o que é de compreensão ou benefício imediato, tomando a parte pelo todo ou o todo pela parte, o género pela espécie ou a espécie pelo género) do meio onde se insere. Procede associando heterogeneidades culturais, mimetizando o espaço urbanizado contemporâneo por fragmentos isotrópicos.



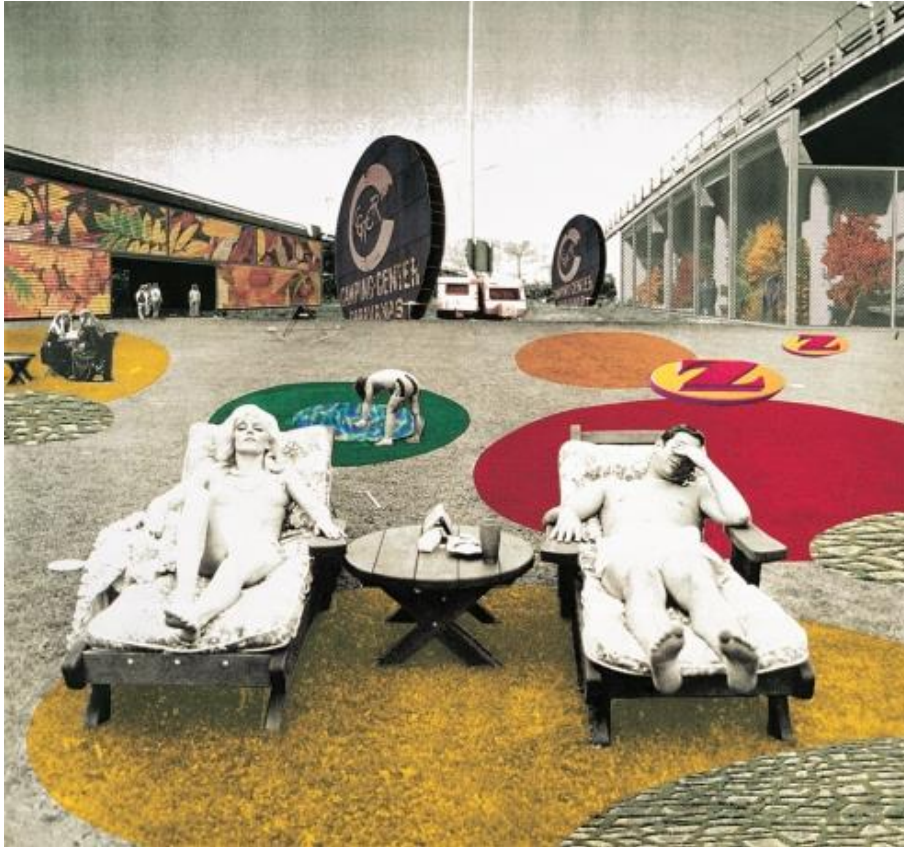
[A23]

esquemas – colagens, ‘rizoma’,

Diccionario metapolis de arquitectura avanzada, ciudad y la tecnología en la sociedad de la información, Barcelona, Actar

<sup>319</sup> BRETON, André, 1985 (1924), “Premier Manifeste du Surréalisme”, in *Manifestes du Surréalisme*, Paris, Folio essais, p. 50, tradução livre do excerto da edição consultada “est celle qui présente le degré d’arbitraire le plus élevé, (...) celle qu’on met le plus longtemps à traduire en langage pratique, soit qu’elle recèle une dose enorme de contradiction apparente, soit que l’un de ses termes en soit curieusement dérobé, soit que s’annonçant sensationnelle, elle ait l’air de se dénouer faiblement (...) soit qu’elle implique la négation de quelque propriété physique élémentaire, soit qu’elle déchaîne le rire”. Acerca do entendimento e representação do ‘objecto’ ocasional e respectiva ‘imagem’, veja-se ainda as obras, BRETON, André, 1971 (1937), *O Amor Louco*, Lisboa, Estampa, e, BRETON, André, 1971 (1928), *Nadja*, Lisboa, Estampa.





[A24] BCN LANDGRID, Barcelona, ES – ESQUEMA DIRECTOR TERRITORIAL

*É proposto um novo «esquema operativo» para a complexa realidade polinuclear de relações e conexões em que se inscreve a área metropolitana de Barcelona. O novo sistema baseia-se na potenciação de uma eventual malha relacional «cheio-vazio». Uma «grelha» infra-estrutural e paisagística de acordo com o próprio sistema geográfico abordado e definido por uma sequência articulada de faixas e «rails» de movimento onde se desenvolvem situações ritmadas (...) com concentrações e dilatações, com extensões e recortes, mas sempre afável à presença táctica dos espaços livres, das depressões visuais e das zonas de aperfeiçoamento ambiental.*

Imagem de GAUSA + RAVEAU *actarquitectura*, que se define como um núcleo vertebrador de “propostas dirigidas a favorecer novas linhas de acção relacionadas com a compreensão, a configuração e a redefinição qualitativa do espaço contemporâneo e sua conexão com as novas condições formais, culturais, técnicas, económicas e ambientais que definem hoje a paisagem e o habitat contemporâneos. Uma perspectiva apoiada em processos permanentes de transferência entre investigação, concepção e desenvolvimento – entre vocação profissional e vontade conceptual (...)”, in ACTAR, *Diccionario metapolis de arquitectura avanzada, ciudad y la tecnología en la sociedad de la información*, Barcelona, Actar.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.gausaraveuarq.com/index.php/sobre\\_nosotros/](http://www.gausaraveuarq.com/index.php/sobre_nosotros/)>.



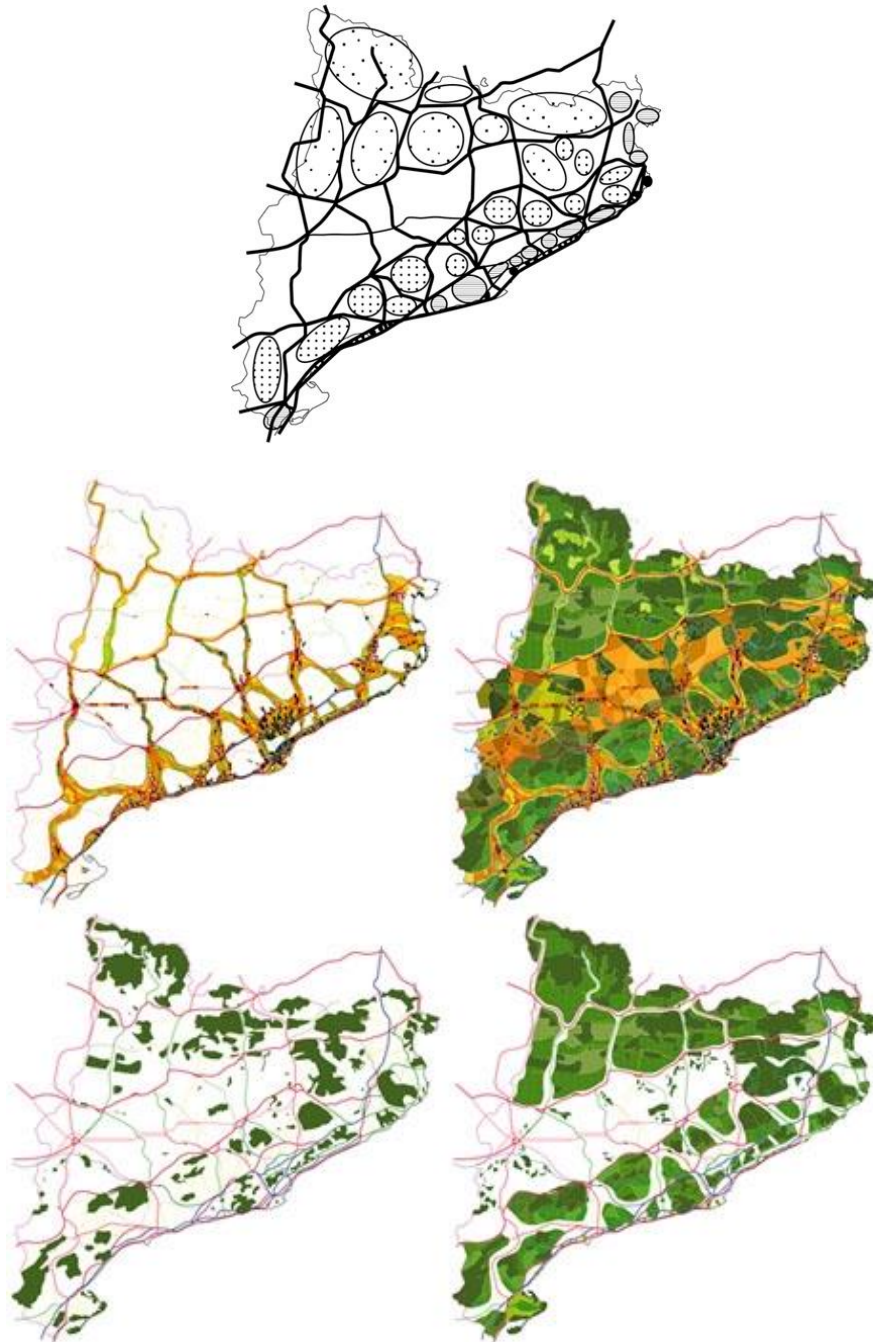
[A25] RAMBLAS DE BARCELONA

Proposta de reprodução, através de diferentes relações de posição e escala, de distintos padrões de síntese associados a movimento de agrupamento e espaçamento, de concentração e dilatação, de contracção e expansão, de presença e ausência, de cheio e vazio, dos planos figurativos, desenhados em estreita relação com os acontecimentos e usos espontâneos que se produzem no espaço.

GAUSA, The Metapolis dictionary of advanced architecture.

Diccionario metapolis de arquitectura avanzada, ciudad y la tecnología en la sociedad de la información, Barcelona, Actar.

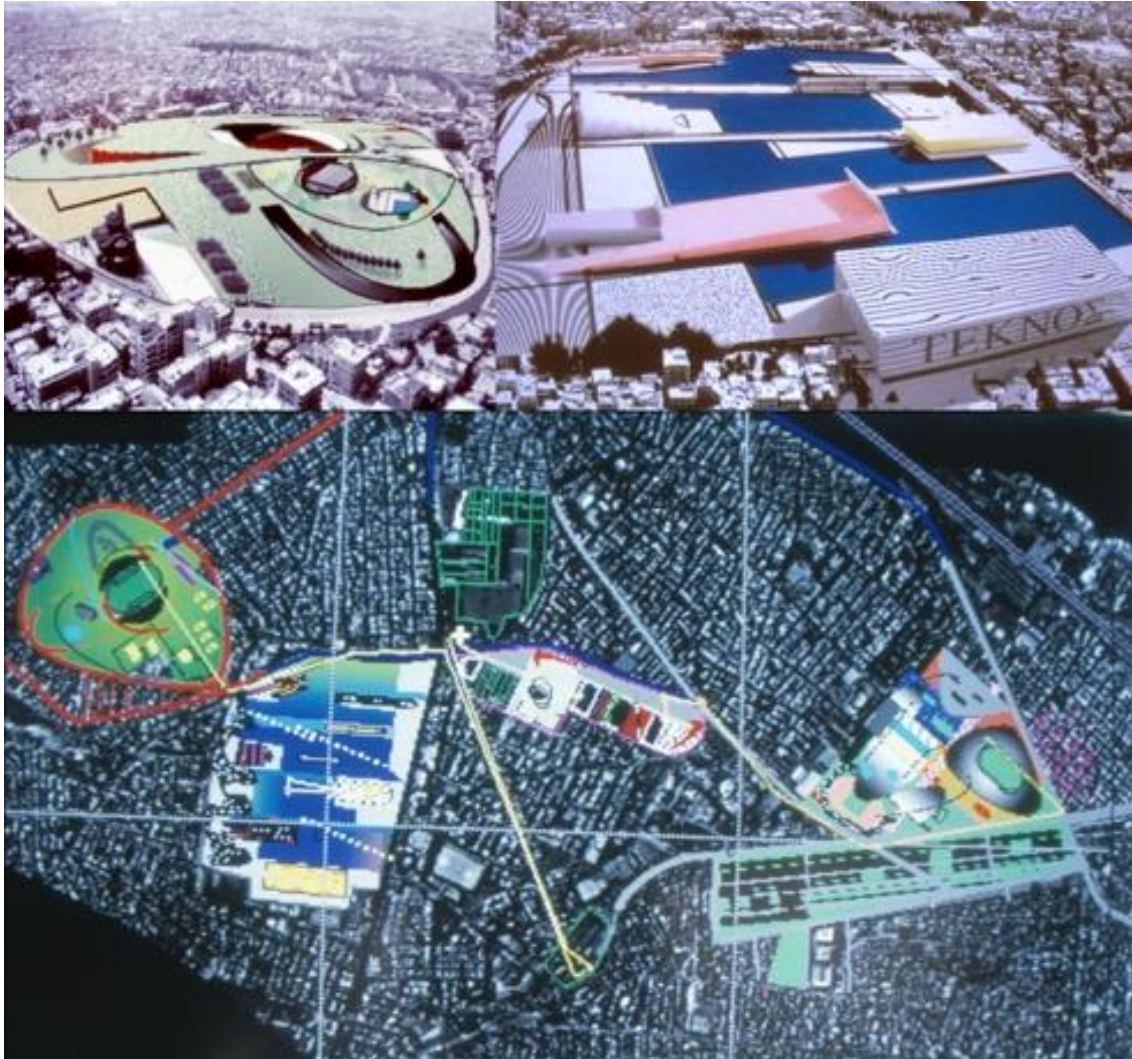
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.gausaraveuarq.com/index.php/sobre\\_nosotros/](http://www.gausaraveuarq.com/index.php/sobre_nosotros/)>.



[A26] HYPER-CATALUNIA 2003, PROYECTO, PLAN ESTRATEGICO REGIONAL

Catalunha «Land-Grid» propõe uma matriz territorial e infraestrutural, destinada a transmitir a garantia da ideia de ordenamento sustentável, de sistemas alargados a territórios de escala expressiva. Trata-se de modelos capazes de resumir e combinar os “diversos níveis estratégicos de leitura de um mesmo ‘sistema operativo’ capaz de garantir cruzamentos e ligações entre pontos, núcleos, eixos e estruturas naturais e artificiais, geográficas e urbanas. A própria escala da Catalunha favorece a referida condição ‘geo-urbana’ de um ‘território/cidade’ ou de uma ‘multi cidade’ territorial em que as reservas naturais, paisagens de atrito, canais e vectores de desenvolvimento, infra-estruturas de comunicação, tecidos existentes e futuros núcleos de expansão admitem ser articulados e orientados por um grande dispositivo concertado, geográfico e logístico, concebido como uma rede de lugares e interlugares, ou uma malha de paisagens em rede”, in ACTAR, *Diccionario metapolis de arquitectura avanzada, ciudad y la tecnología en la sociedad de la información*, Barcelona, Actar.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.gausaraveuarq.com/index.php/sobre\\_nosotros/](http://www.gausaraveuarq.com/index.php/sobre_nosotros/)>.



[A27] TESSALONIKA – ARCO DE DESARROLLO 1997, ESQUEMA DIRECTOR URBANO

Certos procesos de redifinição da estrutura urbana podem verificar aproximações a partir de esquemas evolutivos para ensaiar estratégias a curto, médio e longo prazo baseadas na descontinuidade das sequências entre zonas ou nódulos de actividades (energías/dinâmicas) conectados por canais de ligação espacial e funcional. Estas sequências urbanas conformam ‘arcos de desenvolvimento’ à escala urbana, com certa similitude com os «arcos estruturais» da arquitectura, podendo alguns dos seus elementos assumir linguagens próximas das galerías, porticados urbanos ou outros recortes morfológicos de identidade conjunta, constituídos por percursos, caminhos ‘amigáveis’ (links), sincopados e intermitentes de articulação entre áreas bem caracterizadas da cidade, ou operações territoriais de ‘grandes projectos urbanos’. A sua eficaz disposição contribui para a ‘esperança’ projectiva de reestruturação e desenvolvimento no sistema considerado, e a partir dele.

Collagem de GAUSA, in ACTAR, *Diccionario metapolis de arquitectura avanzada, ciudad y la tecnología en la sociedad de la información*, Barcelona, Actar.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.gausaraveuarq.com/index.php/sobre\\_nosotros/](http://www.gausaraveuarq.com/index.php/sobre_nosotros/)>.



[A28] BOLOGNA, ITALIA, 2008

MASTER PLAN DEL NUEVO COMPLEJO INTEGRADO  
DEL ÁMBITO DE LA ESTACIÓN CENTRAL DE BOLOGNA

Com o pretexto das inserções das infraestruturas associadas ao sistema ferroviário de alta velocidade, é esquematizado um novo plano director para a zona central da estação de Bolonha, que inclui toda uma série de espaços urbanos que se relacionam e intercalam para apoio às estruturas das coberturas previstas albergando diversas funcionalidades inter-ligadas, integrando a gare central e percursos exteriores, reorganizando-os de forma concertada com uma nova construção perimetral de apoio.

“A operação resolve, neste sentido, a própria ‘placa’ sobre as antigas plataformas, a estrutura da nova cobertura fotovoltaica que a protege e e a construção de uma peça de serviços com dupla altura que serpenteia entre as duas e eleva-se gerando uma grande torre de serviços e um novo espaço de acesso”, in ACTAR, *Diccionario metapolis de arquitectura avanzada, ciudad y la tecnología en la sociedad de la información*, Barcelona, Actar. [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.gausaraveuarq.com/index.php/sobre\\_nosotros/](http://www.gausaraveuarq.com/index.php/sobre_nosotros/)>.

## expressão e escala

### A escala regional e metropolitana

No workshop *Paris ville poreuse*<sup>320</sup>, Secchi e Viganò propõem uma cidade porosa, acessível, isotrópica e permeável, como conceito para concepção da grande região, diferente da de hoje.

Um espaço isotrópico é aquele que, para os autores, encontramos as mesmas condições de acessibilidade, facilitada e generalizada, para todos os cidadãos.

É assim considerado o melhoramento dos transportes públicos, sobretudo ferroviários, o ‘trabalho’ com a água, observando a restante cidade ‘a partir da água’, tendo em atenção não só a qualidade e o ciclo da água, mas sobretudo o sentido cívico da paisagem e dos espaços que a água pode criar, e ainda como uma ‘infra-estrutura’ fundamental de mobilidade, entre as instalações portuárias urbanas a desenvolver ao longo do sistema fluvial, imaginando zonas húmidas (‘wetlands’) que irão alargar o ‘espaço da água’.

Insistindo na problemática das desigualdades sociais, de que a grande Paris é um ‘grande caleidoscópio’ (não sendo esta a imagem utilizada habitualmente pelos autores para ilustrar os contrastes entre os pobres do norte/oriente e ricos do sul/ocidente), desejando que tudo se altere e transforme, propõem-se a tratar da questão dos problemas energéticos e da melhoria das condições de vida, mobilizando os habitantes da cidade naquele mesmo sentido.

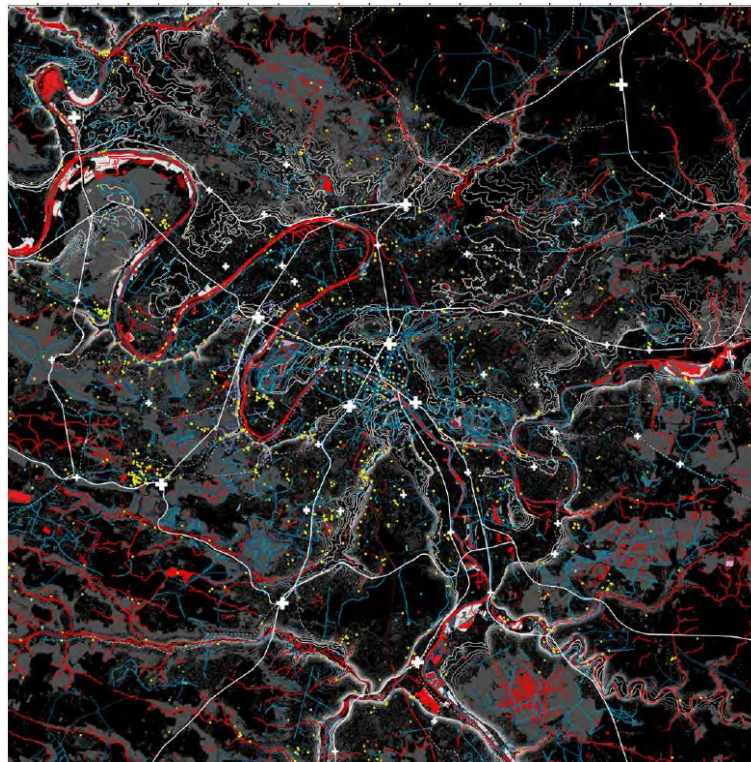
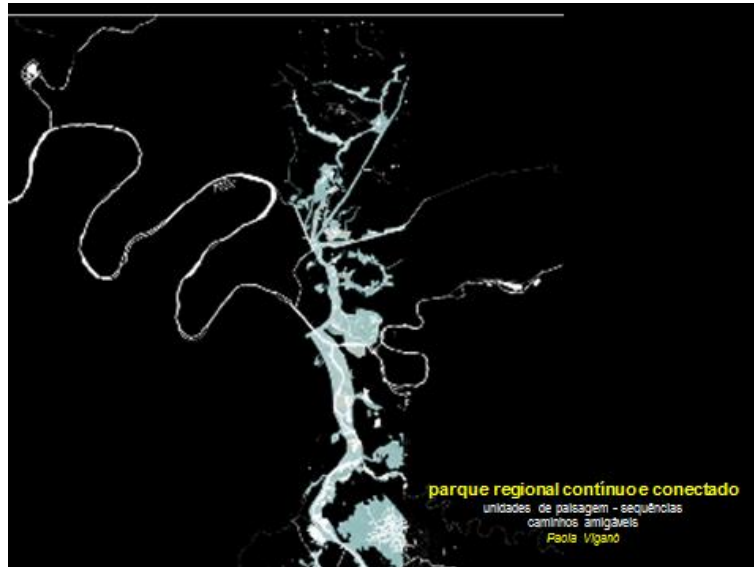
Trabalharam, na sua proposta, uma ‘ideia de habitar’ junto a uma potencial área de parque que proporciona inegáveis qualidades, identificando muitas potencialidades para aproveitamento dos efeitos de proximidade, pela possibilidade de criação de novas e muito extensas frentes de água. Mas interessa sobretudo reter a ideia de ‘porosidade’ de

---

<sup>320</sup> SECCHI, Bernardo, VIGANÒ, 2910, “Le diagnostic prospectif de l’agglomération parisienne, Consultation internationale de recherche et développement sur le grand Paris de l’agglomération parisienne, la ville “poreuse: chantier 2”, équipe Studio 09, conferências dirigidas por Frédéric Gilli, Michel Meybeck, Guy Burgel, Mathieu Flonneau, Marie-Hélène Massot, Christian Moley et Evelyne Cohen, no âmbito do *workshop “Paris ville poreuse”* organizado pelo EMU, com o apoio do Ministério da Cultura.

[Em linha] [consultado em Janeiro 2014], disponível em <<http://www.ateliergrandparis.fr/aigp/conseil/studio/STUDIOIc02.pdf>>. Dos 10 trabalhos apresentados, figuraram também os de Jean Nouvel e Antoine Grumbach, propostos como arrojadas ‘utopias verdes’, sendo o de Secchi/Viganò sustentado por uma pesquisa social, espacializada à escala metropolitana.

tais espaços, mais do que a ideia de ‘distância’ ente os seus componentes, certamente com características diferenciadas.



[A29]

Paris, VILLE POREUSE.

[Sudio 09, SECCHI, Bernardo, VIGANÒ, Paola]

[Em linha] [Consultado em Agosto 2014].

Disponível em <<http://www.studiopaolavigano.eu/atS09/at%20S09.html>>

A ideia de isotropia centra-se numa ordem-estrutura sobreposta, de serventia e acessibilidade, correspondendo a entendimentos por diversas escalas de representação.

Para Secchi e Viganò, os problemas da metrópole (e de Paris) do século XXI são de estruturação ambiental e sustentabilidade (em que a energia, a água, a biodiversidade, entre outros factores, alteram a nossa compreensão da cidade e do território), assim como os que decorrem das desigualdades sociais e da mobilidade,

O compromisso do urbanismo e da arquitectura será então, na sua opinião, o de ‘abrir’ os espaços urbanos aos cidadãos. Os referidos autores defendem que, quanto mais ‘fechados’ são os espaços, mais ‘difíceis’ se tornam, porque homogéneos do ponto de vista da pobreza, focando assim o exercício dos planeadores na criação das condições para a resolução destes problemas, na criação de conjunções para que se desenhem políticas nestes domínios.

Os territórios de urgência da actuação urbanística são os subúrbios da cidade central, as suas ex-periferias urbanizadas, mas incompletas, e os espaços-canal (fluviais, da macro-estrutura viária, etc.) que atravessam o território e ligam as várias partes da cidade (centralidades, periferias, campi, polígonos diversos). Os temas a desenvolver deverão assim ser representados a diversas escalas mutuamente concertadas, procurar as condições de inversão da actual (e generalizada) ‘impermeabilização’ do espaço urbano, entendida aos níveis físico, espacial, económico, social e ecológico.

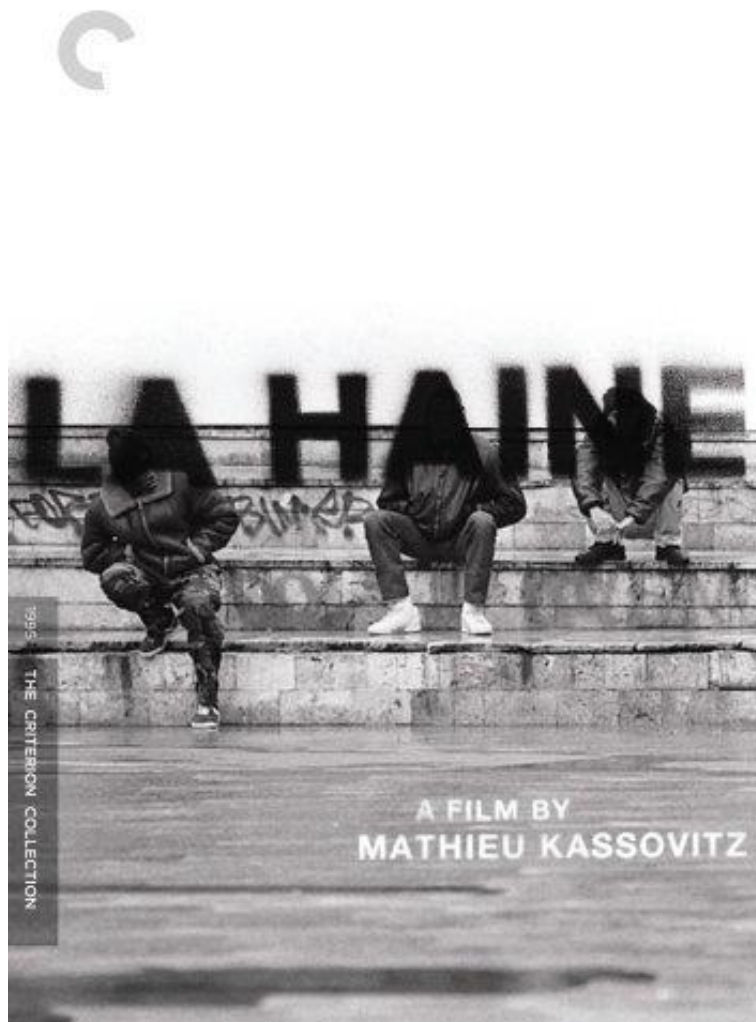
O tema da água é muito sugestivo em Paris, pela escala das frentes fluviais, e a sua representação permite explorar conteúdos de interesse social relacionados com a habitação, o lazer e o trabalho na cidade.

O conceito de isotropia é focado com nitidez como sistema operativo, de modo inovador e verdadeiramente sedutor, de ‘igualdade de oportunidades’ de permeabilidade espacial, social e de mobilidade, subvertendo o seu entendimento usual como ausência de hierarquia na diversidade, acrescentando assim alguma fertilidade conceptual à entropia, ao imprevisível (a susceptibilidade ao regime da água, entre outros factores induzidos por novos regimes de mobilidade, e cargas funcionais resultantes de diversas ocupações das frentes fluviais, como passeios públicos, recintos portuários, etc.).

Secchi e Viganò estão conscientes destas questões ao vincarem que as preocupações dos esquemas propostos residem sobretudo nas virtudes das inerentes espacialidades, mais



do que nas objectualidades sugeridas, de algum modo, como acessórias, para melhor comunicação das soluções urbanísticas preconizadas.



[A30]

LA HAINE, um filme de Mathieu Kassovitz, 1985.

[Le diagnostic prospective de l'agglomération parisienne, © équipe Studio 09, Secchi-Viganò]



## **II.5.**

### **O CAMPUS**



## O CAMPUS

### Clusters e mat-buildings

O sistema de ‘campus’ apoia-se em motivações específicas de ocupação do território, por modelos onde se ajustam níveis de urbanização face à densidade e à proporção entre os factos edificados e não edificados, tendo em conta a sua diversificação morfológica e programática, reconhecendo assim a singularidade de cada componente e o seu posicionamento / inserção em determinado recinto.

Sem a presença de formas articuladas, os nexos físicos desaparecem ou são muito atenuados, restando a leitura de um sistema topológico, quando os factos se encontram dentro do mesmo campo visual, ou quando são dispostos ao longo de percursos reconhecíveis como componentes dos programas instalados. Ou seja, são, sobretudo no modelo anglo-saxónico, os sinais topológicos e topográficos que organizam o espaço aberto existente entre as edificações, que se evidenciam pela sua linguagem arquitectónica (sentido tipológico, afirmado pela segregação e especialização dos seus programas – administrativos, lectivos, laboratoriais, biblioteca, desportivos, residenciais e de acção social), pelas condições de assentamento (sentido topográfico e locativo), e pela distância entre si (sentido topológico).

No modelo anglo-saxónico, a forma do campus é ‘fechada e aberta’ (recinto isolado ou incrustado na malha urbana, caracterizado pela prevalência de espaços abertos, onde se dispõem as construções) e integra, frequentemente, uma série de componentes naturais, como jardins e áreas arborizadas, recintos desportivos, estruturas pavilhonares mais ou menos articuladas, etc., podendo adquirir forte identidade conjunta, quando apresentam um ‘centro’, em geral demarcado por um edifício ou programa representativo da instituição ou por sistemas complexos de densidade e ocupação apreciável, ou quando marcados por cargas funcionais (utilização) intensas. São exemplos desta situação alguns complexos ‘campus da justiça’, recintos hospitalares, campi universitários, polígonos industriais, empresariais ou comerciais, entre outros. Nestes termos, pode constituir-se como uma parte ou sector da cidade, mas dificilmente poderá constituir-se

como ‘cidade completa’, no sentido do balanço multifuncional da matriz tradicional que caracteriza a maioria das centralidades existentes.

A designação (de determinadas unidades morfológicas) como ‘campus’ encontra-se, no entanto, banalizada (por metonímia), mesmo no léxico formal da normativa urbanística corrente, e já não corresponde, frequentemente, a conotados de modelo urbano (organização espacial de uma congregação tipológica / funcional), mas tão-somente à circunstância do agrupamento / concentração de determinadas funcionalidades similares (o ‘campus do hospital...’, ‘o campus da universidade...’, o ‘campus tecnológico...’, o ‘campus do porto de...’).

Mas, alguns campi modernos afirmam-se pela diversidade tipológica e pela complementaridade dos seus programas depositados em peças autónomas (a administração, a biblioteca, os anfiteatros, o edifício axial que demarca espaços abertos, etc.), como alguns dos exemplos adiante apontados (Mies van der Rohe para o Illinois Institute of Technology, 1938, Bakema para Bochum, 1962, Luiz Cunha para a Asprela, Paulo Mendes da Rocha, em Vigo, entre vários outros exemplos), não obstante as morfologias e linguagens muito distintas.

Nos campi, os factores mais importantes são, efectivamente, o ‘chão’ (o solo) e o espaço aberto.

Os sistemas articulados revelam configurações e utilizações distintas para os espaços abertos, resultantes das formas do edificado: ‘lineares’, em ‘pente’, em ‘árvore’, (com texturas) em ‘tapete’ ou ‘esteira’, entre outras.

Na linguagem dos campi, predominam assim as características dos espaços abertos (profusos, escassos, isolados, articulados, etc.), das plataformas planas ou modeladas, dos acessos e percursos, dos espaços envolventes aos factos edificados isolados ou articulados.

Interessa-nos saber como ajustar as estruturas urbanas às actuais necessidades de vida na cidade, resolvendo simultaneamente os problemas congénitos existentes nos seus vários sectores. Importa assim perceber os processos de conformação das estruturas observadas, assim como as suas potencialidades de evolução e de modificação.

As estruturas físicas e os programas dos campi poderão evoluir pela realização de intersecções diversas, por adição de percursos internos ou urbanos, e por acumulação (ou ampliação) de mais volumetrias fisicamente autonomizadas, relacionadas entre si pelos espaços abertos (vazios de urbanização) que, no limite da saturação, resultam como estruturas densas, especialmente ‘cerradas’ por amálgamas tipologicamente alteradas e diversificadas.

Mas poderão também evoluir por elaboração de feixes de conexões físicas entre os factos edificados produzindo complexos *clusters* que, no limite da saturação, resultam como texturas de ‘cobertura’ do solo, os *mat-buildings*.

A geração do Team X criou mecanismos conceptuais complexos e de grande escala, adaptáveis às realidades das cidades e territórios então existentes, para a corporização de programas (igualmente complexos) de equipamentos de grande escala, estabelecidos por dinâmicas de expansão da urbanização, inspirando as gerações seguintes, preocupadas com os fenómenos de matriz territorial da cidade contemporânea.

Esses mecanismos foram orientados fundamentalmente por reconhecimento de sistemas correspondentes a duas lógicas encadeadas, e com uma multiplicidade de variantes na correspondência às alterações morfológicas das suas partes constitutivas – as estruturas e as texturas, reconhecidos com maior nitidez como aperfeiçoamento, por abstracção, das articulações, intersecções, escalas e densidades próprias da arquitectura moderna.

Candilis, Josic e Woods conceberam as primeiras texturas com clara intencionalidade formal, a partir de campus / clusters, como na Freie Universität de Berlim, que se constitui como grande edifício com uma série de pátios para iluminação e ventilação dos seus espaços interiores. Esta textura inspira-se nas malhas compactas e densas da Kasbah, que os autores conheciam. Esta proposta ilustra o entendimento dos seus autores acerca da (missão da) arquitectura contemporânea, que é a criação de ‘organizações’ ou de ‘sistemas’, e não de formas-últimas e fechadas. Alison Smithson enunciou o princípio teórico no seu texto de 1974<sup>321</sup>, enumerando toda uma série de experiências de Candilis-Josic-Woods, de Aldo van Eick, Louis Khan e dos próprios Smithson.

---

<sup>321</sup> SMITHSON, Alison, “How to Recognize and Read Mat-Building; Mainstream Architecture as It Has Developed Towards the Mat-Building”, in *Architectural Design*, 1974, n. 9., Sept., pp. 573-590.

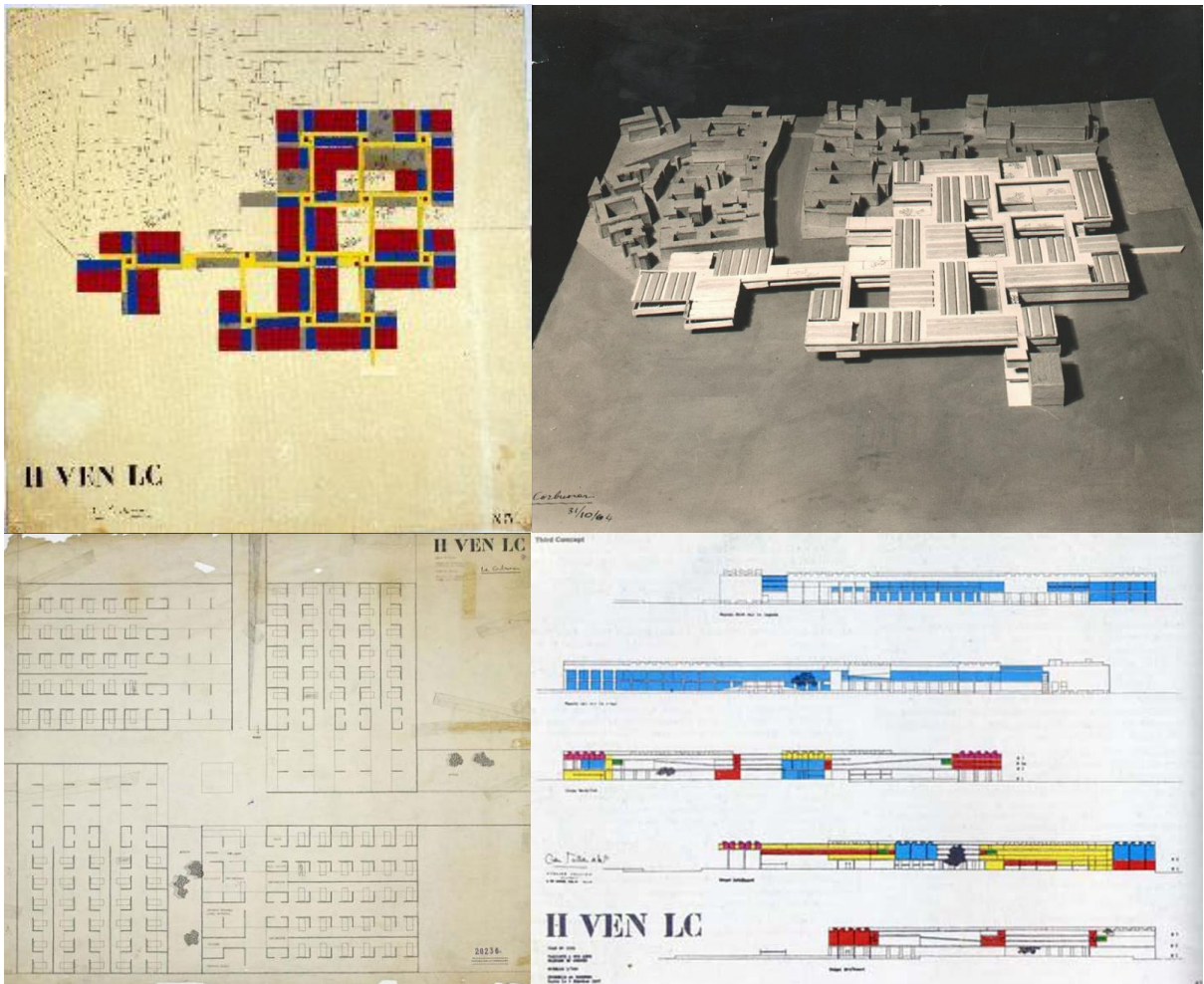
Também designados por alguns autores como ‘arranha-chãos’, têm como base uma grelha modulada, que se constitui como a ordem geral de entrelaçamento, replicando as séries de Frankfurt, Berlim e Veneza que se conjugam igualmente no Modulor de Le Corbusier.

Os ‘mat-buildings’, segundo Alison Smithson, “podem ser descritos para epitomar o anónimo-colectivo, onde as funções vêm enriquecer o tecido, e ganham nova liberdade por meio de uma ordem nova, baseada na interconexão, na intimidade de padrões de associação e possibilidades de crescimento, diminuição e alteração”. O modelo entrelaçado verifica princípios programáticos de composição, enfatizando as circulações (espaços de distribuição) e anulando hierarquias formais. O grupo de Candilis afirma a hibridização como valor acrescentado, no que respeita às propostas urbanas de Frankfurt e do Kuwait, onde são previstos programas muito desenvolvidos, incluindo serviços comércio, hotéis, habitação e equipamentos diversos, como uma ‘cidade-completa’, isotrópica e ‘não-monumental’.

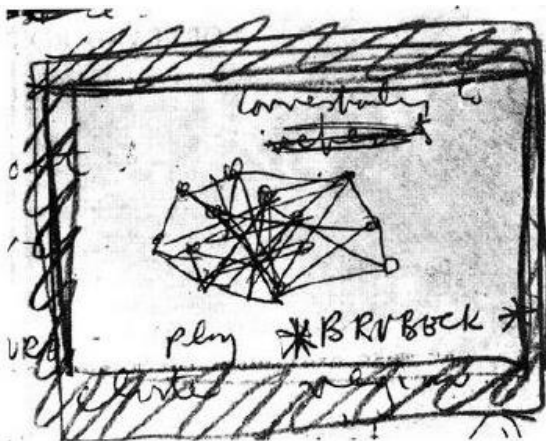
Nas **estruturas complexas ou clusters**, as articulações alongam-se e deformam-se, tornando-se mais irregulares, evoluindo das megaestruturas arquitectónicas e territoriais para as megaformas, encadeadas, mais abertas e orgânicas. Tendem à verticalidade e a crescimentos centrífugos. As formas mais comuns de ‘clustering urbano’ são constituídas por preenchimento de interstícios existentes, promovendo a unificação dos fragmentos.

Nas **texturas, ‘tapetes’, ou mat-buildings**, as articulações multiplicam-se e densificam-se, formando uma ‘malha de cobertura’ espacial, constituída por módulos com maior ou menor isotropia e hierarquia. Baseia-se na interconexão máxima e compactação das suas partes, podendo expandir-se, regredir ou modificar-se. Tendem à horizontalidade e a crescimentos centrípetos por densificação.

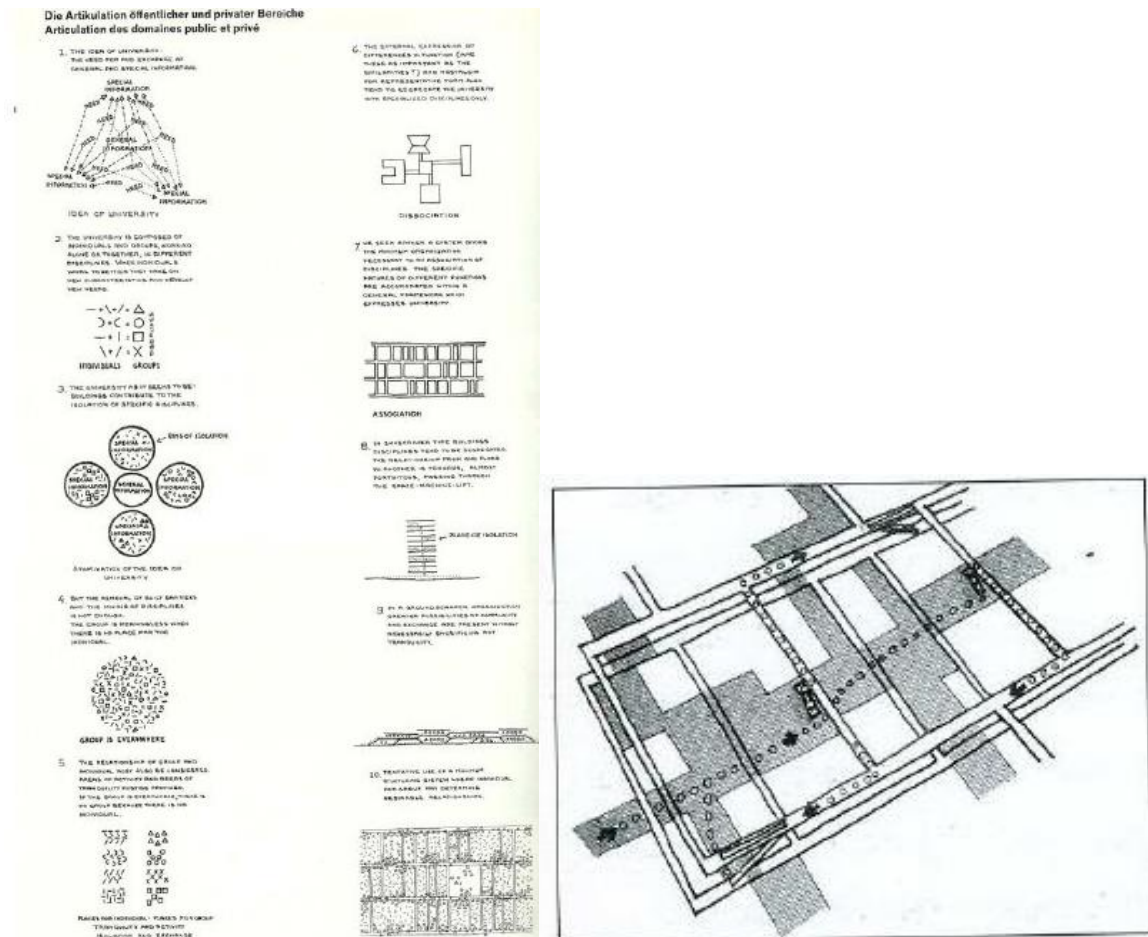




[A31] Le Corbusier, Hospital de Veneza, 1964.  
[FLC/ADAGP – Fondation Le Corbusier]  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.fondationlecorbusier.fr/>>



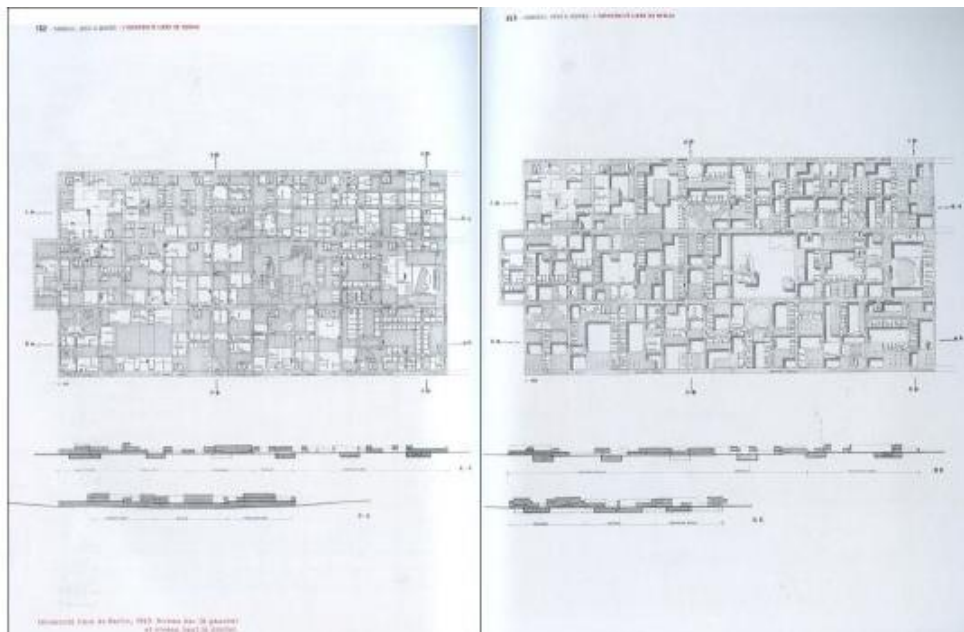
[A32] Peter Smithson, “Ideograma de uma rede de relações humanas”.  
[SMITHSON, Alison, 1968, *Team 10 Primer*, Cambridge, Mass., The MIT Press, p. 79.]



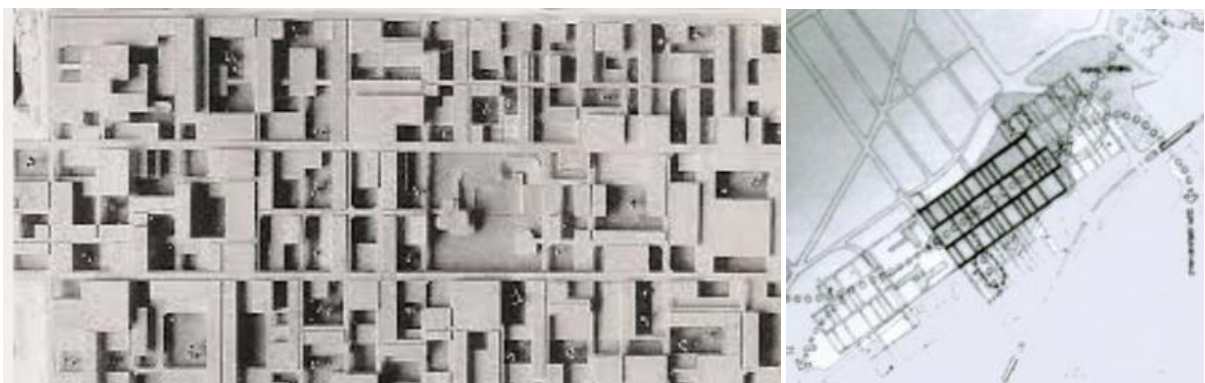
[A33] Concurso para a Universidade Livre de Berlim, 1963, diagramas explicativos do conceito da proposta. [WOODS, Shadrach, 1968, *Candilis-Josic-Woods, Building for People*, New York, FA Praeger, p. 208.]

[A34] Concurso para a Universidade Livre de Berlim, 1963, diagramas explicativos dos modelos de circulação primária e secundária.

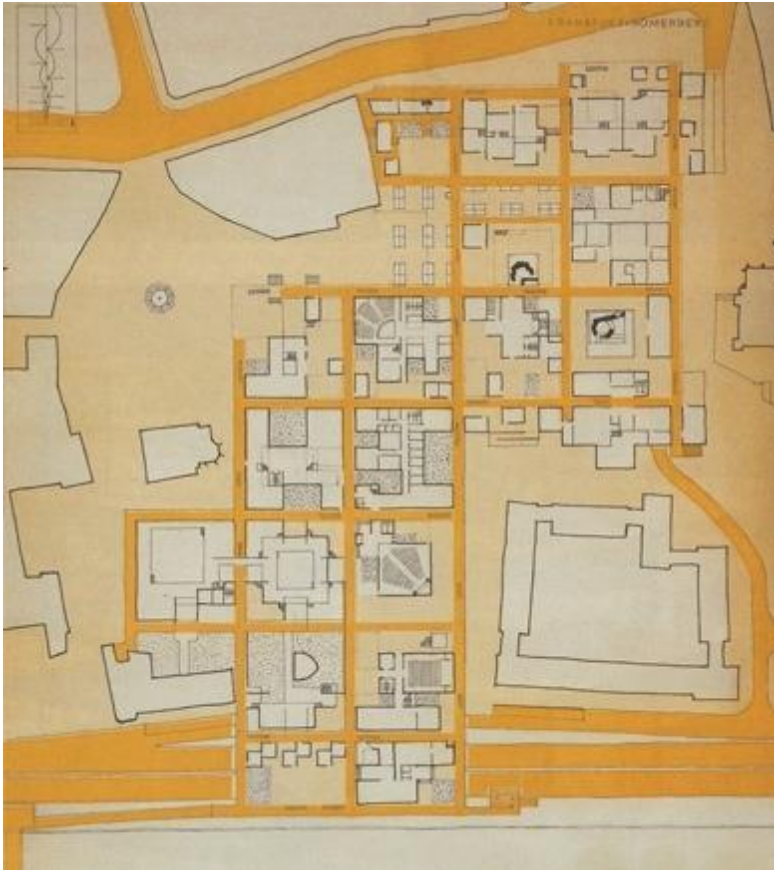
[FELD, Gabriel, SMITHSON, Peter, 1999, *Free University, Berlin: Candilis, Josic, Woods, Schiedhelm, Exemplary Projects, 3*, London, Architectural Association, p. 20.]



[A35] Concurso para a Universidade Livre de Berlim, 1963, proposta de Candilis-Josic-Woods.  
[CHALJUB, Bénédicte, 2010, *Candilis-Josic-Woods*, Paris, Infolio Ed., pp. 153-153]



[A36] Candilis, Josic e Woods, Freie Universität, Berlim, 1963-1979.  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014].  
Disponível em <[https://www.google.pt/?gws\\_rd=ssl#q=candilis+universidad+libre+berlin](https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=candilis+universidad+libre+berlin)>.



[A37] Candilis-Josic-Woods-Scheidhelm, proposta para o concurso de reconstrução de Frankfurt-Römerberg, 1963. [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.architectural-review.com/essays/the-strategies-of-mat-building/8651102.article>>.



[A38] Alison e Peter Smithson, proposta de padrão textural para o Kuwait, 1974. [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.architectural-review.com/essays/the-strategies-of-mat-building/8651102.article>>.

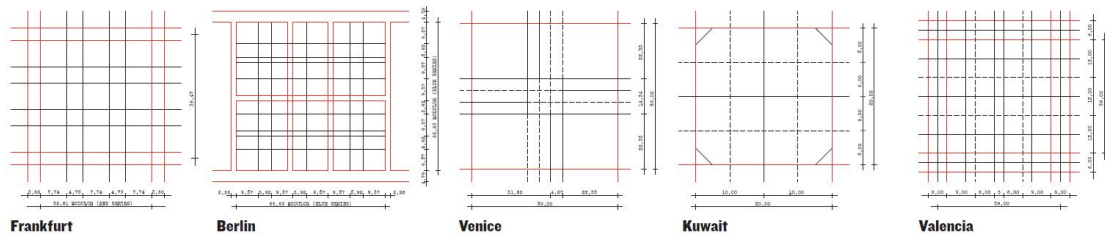


Figure A

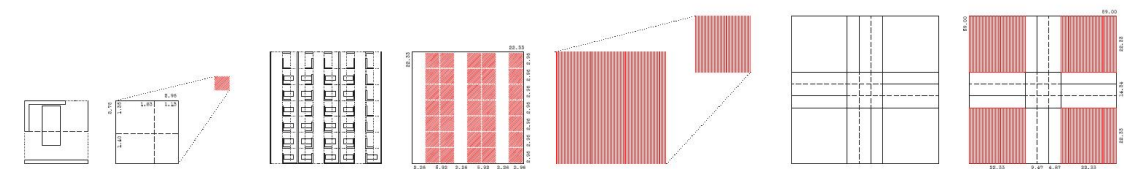
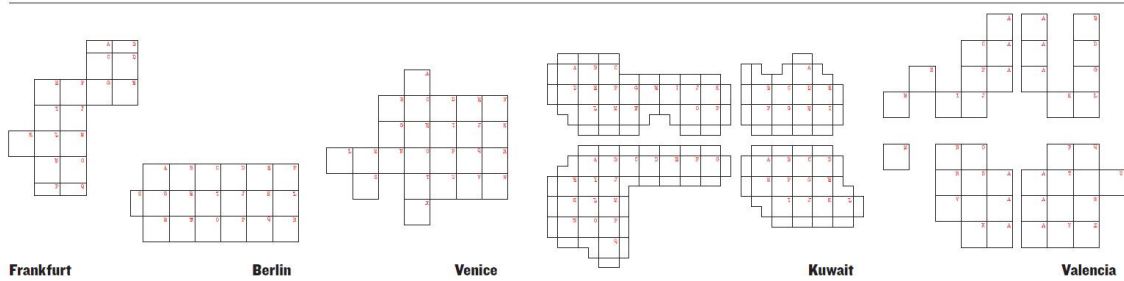


Figure C

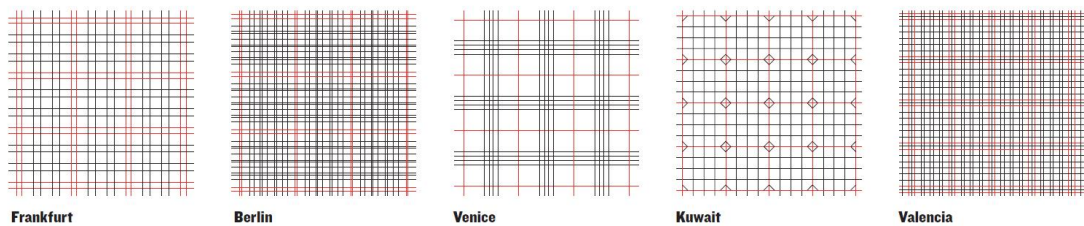


Figure D

[A39] Mat-buildings, grelhas de composição.  
 [CALABUIG, Debora D., GOMEZ, Raúl C., RAMOS, Ana A., 2013, “The Strategies of Mat-Building”, London, AR The Architectural Revue, pp. 6-9.]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.architectural-revue.com/>>.

Yoana Friedman, em manifesto utópico propõe a “cidade espacial”, mas fundamenta a sua constituição nas potencialidades dos novos materiais e nas novas técnicas de prefabricação. O actual crescimento das cidades, as novas exigências de mobilidade física e social, a concentração de actividades em áreas portuárias urbanas, são alguns dos factores que motivam alterações profundas na cidade, o obrigam à consideração de novos modelos de organização da dispersão e da compactação, que ocorrem frequentemente em simultâneo.

As mega-estruturas aéreas pretendem preservar o existente, não interferindo com o solo, a não ser nos necessários apoios, criando camadas de texturas com múltiplas conexões. Esta superestrutura espacial pressupõe assim a criação de um novo solo, uma nova topografia, criando nexos autónomos que poderão, ou não, incorporar os factos e as relações existentes. Friedman leva ao extremo as possibilidades conceptivas das noções de *cluster* e de *mat-building*, explorando a sua capacidade conjunta de criação de novas megaformas que incluem a criação dos seus próprios territórios, mais do que a sua capacidade integradora e ‘ligante’. Em ‘*L’architecture mobile*’, de 1958, propõe a mobilidade da habitação, ao serviço de um modo de vida cada vez mais caracterizado pela mobilidade, manifesto que motivou uma série de projectos experimentais do próprio grupo de Friedman (a *cidade espacial*), assim como de muitos outros protagonistas de tendências organicistas, antecedentes das megaestruturas libertárias de Constant (New Babylon, de 1964), também expansíveis e desligadas do terreno, da *Plug in City* do Archigram, ou das grandes massas e os empilhamentos de Rem Koolhaas e MVRDV.

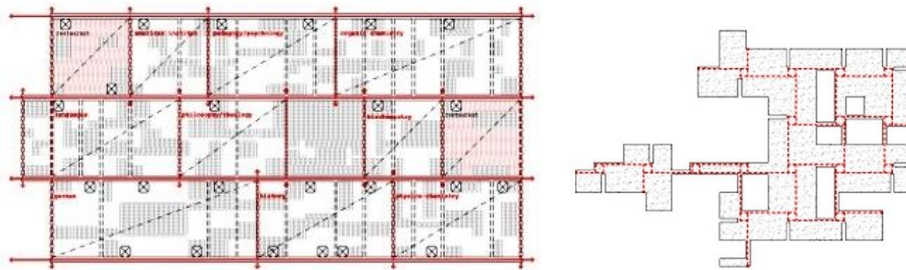
“A localização tridimensional de Friedman compõe-se de uma ossatura uniforme e contínua, semelhante a uma grade tridimensional de múltiplos andares (...) indefinidamente prolongável, acima de qualquer tipo de terreno, incluindo-se cidades já existentes, é preenchida por elementos-padrão modelados, cuja inserção é móvel (...)”<sup>322</sup>.

---

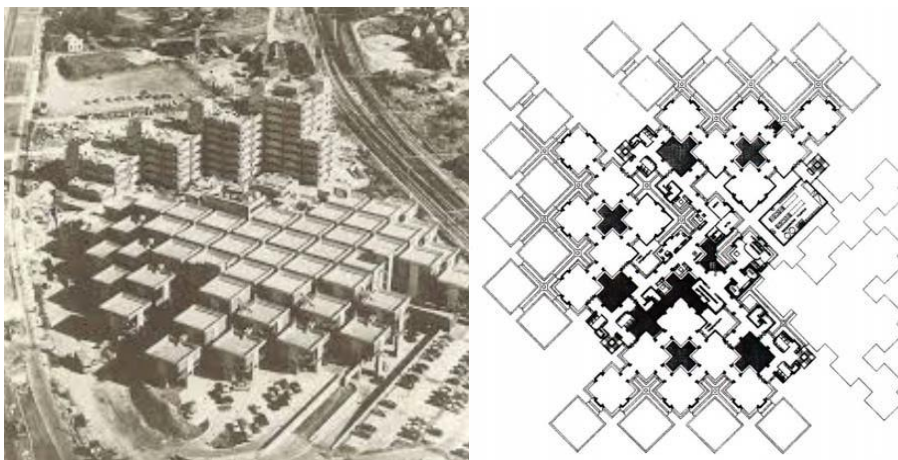
<sup>322</sup> CHOAY, Françoise, 2000, *O Urbanismo*, São Paulo, Perspectiva, p. 36.



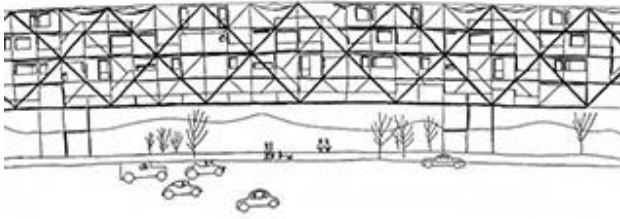
[A40] Plantas da proposta para Frankfurt-Römerberg, Candilis, Joscic, Woods, Schiedhelm, 1963.  
 [CALABUIG, Debora D., GOMEZ, Raúl C., RAMOS, Ana A., 2013, “The Strategies of Mat-Building”, London, AR The Architectural Revue, p. 10.]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.architectural-revue.com/>>.



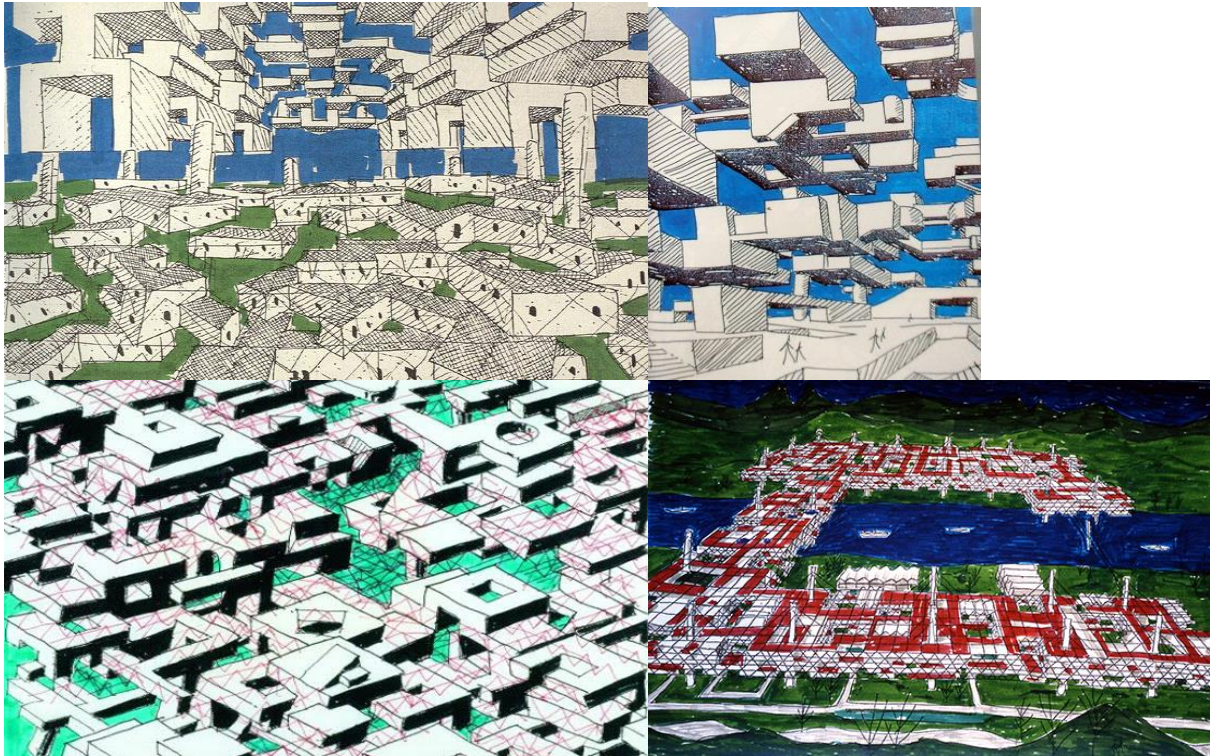
[A41] Circulações da FU Berlim, Candilis, Joscic, Woods, Schiedhelm, 1963. Circulações do Hospital de Veneza, Le Corbusier  
 [CALABUIG, Debora D., GOMEZ, Raúl C., RAMOS, Ana A., 2013, “The Strategies of Mat-Building”, London, AR The Architectural Revue, p. 10.]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.architectural-revue.com/>>.



[A42] HERTZBERGER, Herman, *Central Beheer corporate offices*, Apeldoorn, 1968/72.  
 Planta do piso alto.  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:  
 <<https://www.google.pt/search?q=herman+hertzberger+central+beheer+office+building&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=tEz9U-C0D-Gj0QXHjoDACg&ved=0CB4QsAQ&biw=1009&bih=790>>.



[A43] Yona Friedmam, cidades espaciais, 1958-1962  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<https://proyectos4etsa.wordpress.com/tag/yona-friedman/>>.

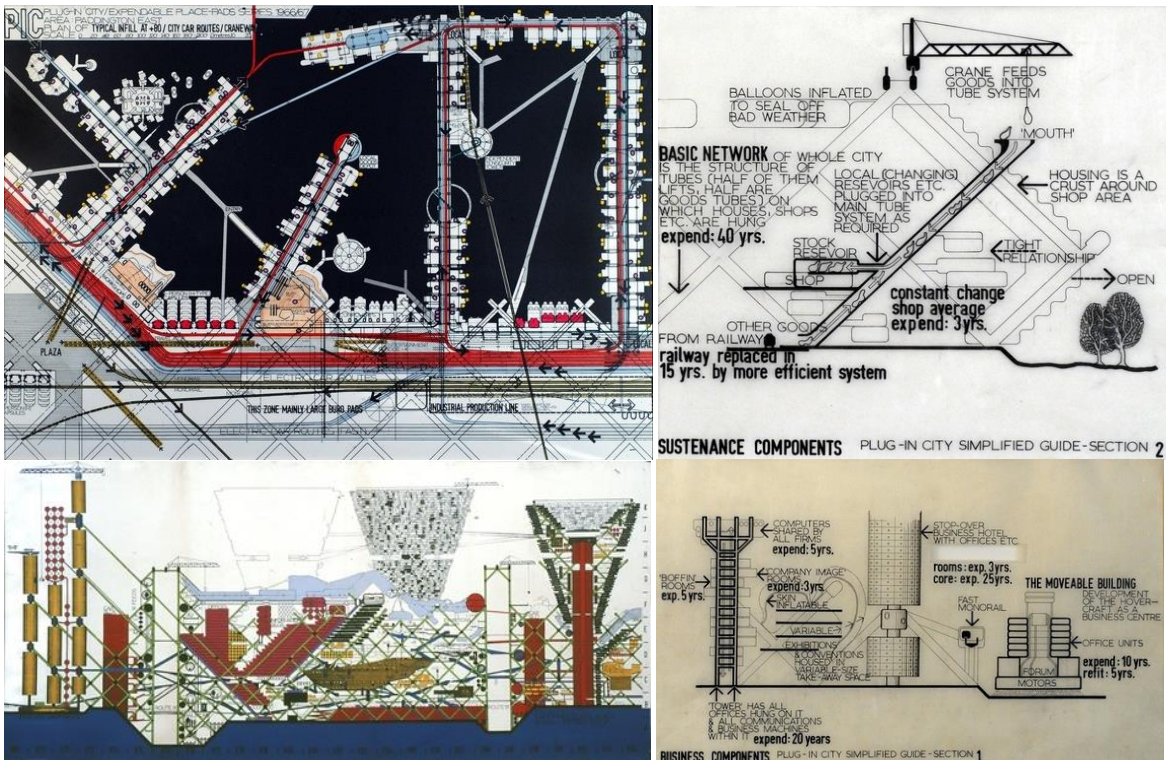


[A44] Yona Friedmam, cidades espaciais, 1958-1962  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<https://proyectos4etsa.wordpress.com/tag/yona-friedman/>>.



[A45] Archigram, Walking City, 1964.  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.archdaily.com/tag/archigram/>>.





[A46] Peter Cook, Plug-in-City, Archigram, 1966-1967.  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.archdaily.com/399329/ad-classics-the-plug-in-city-peter-cook-archigram/>>.



[A47] Kenzo Tange, Plano para Tóquio, 1960.  
 O eixo da zona coletiva; ao fundo e à direita, as habitações.  
 KULTERMANN, Udo, 1970, *Kenzo Tange 1946-1969, Architecture and Urban Design*, Barcelona, Gustavo Gili, pp. 107-135  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1389>>.

Peter Eisenman, apontou o conceito de fractal na arquitectura, com a ‘House 11.<sup>a</sup>’, descrevendo-a como a conjugação de três princípios: a descontinuidade, a recursividade e a auto-similaridade. Já para Santiago de Compostela, cidade da cultura, propôs a ‘construção’ de uma topografia de permeabilidades.

Ambas as estruturas e texturas são formações arquitectónicas e, também, urbanísticas, apresentando uma “capacidade de indeterminação funcional, podendo crescer e se repetir ilimitadamente”<sup>323</sup>, e incluir-se mutuamente, ou incluir as estruturas e tecidos urbanos preexistentes, que poderão manter-se como subsistemas formalmente reconhecíveis, ou ‘diluir-se’ a escalas maiores.

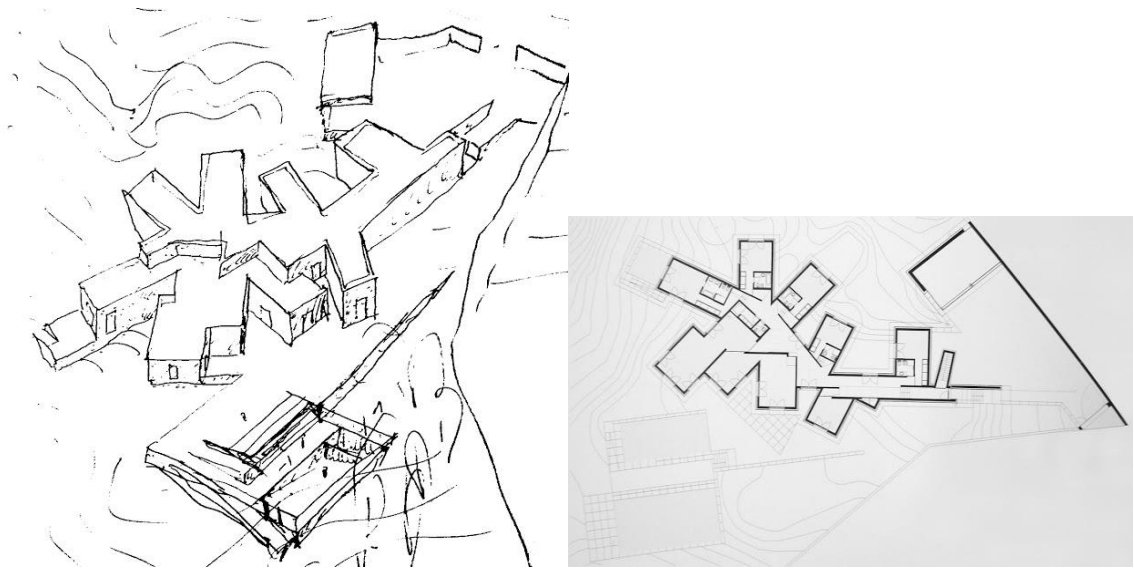
A sua capacidade de inclusão dos factos singulares, das infra-estruturas e da própria topografia, confere grande fertilidade conceptual e operativa, como suporte da caracterização prospectiva da realidade (observada face ao potencial de modificação, a reconhecer como um atributo intrínseco dos factos e sistemas urbanizados), e como ‘material’ operativo da actuação urbanística sobre esses factos e sistemas existentes, precisamente pela aptidão em enquadrar e esquematizar (representar) a acção perante um quadro de referências de natureza morfológica - morfologia do suporte físico, morfologias parcelares, formas dos factos e dos sistemas existentes e latentes no território.

Perante as inquietações contemporâneas com as novas concepções de monumentalidade, esta metodologia operativa poderá actuar por contestação do facto ou objecto modernista singular, reagrupando fragmentos em novas estruturas ou texturas com identidade e reconhecíveis como factores de reestruturação urbanística e de estruturação ambiental de territórios urbanizados, imprimindo os exercícios pelas mais diversas escalas implicadas.

Neste sentido, este mecanismo organiza o próprio projecto (correlacionando a forma do projecto com a forma do território), seleccionando os seus ‘materiais’ e escalas de pertinência, e demonstrando um amplo quadro de validação das suas propostas.

---

<sup>323</sup> MONTANER, Josep Maria, 2009, *Sistemas arquitectónicos contemporâneos*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 92.

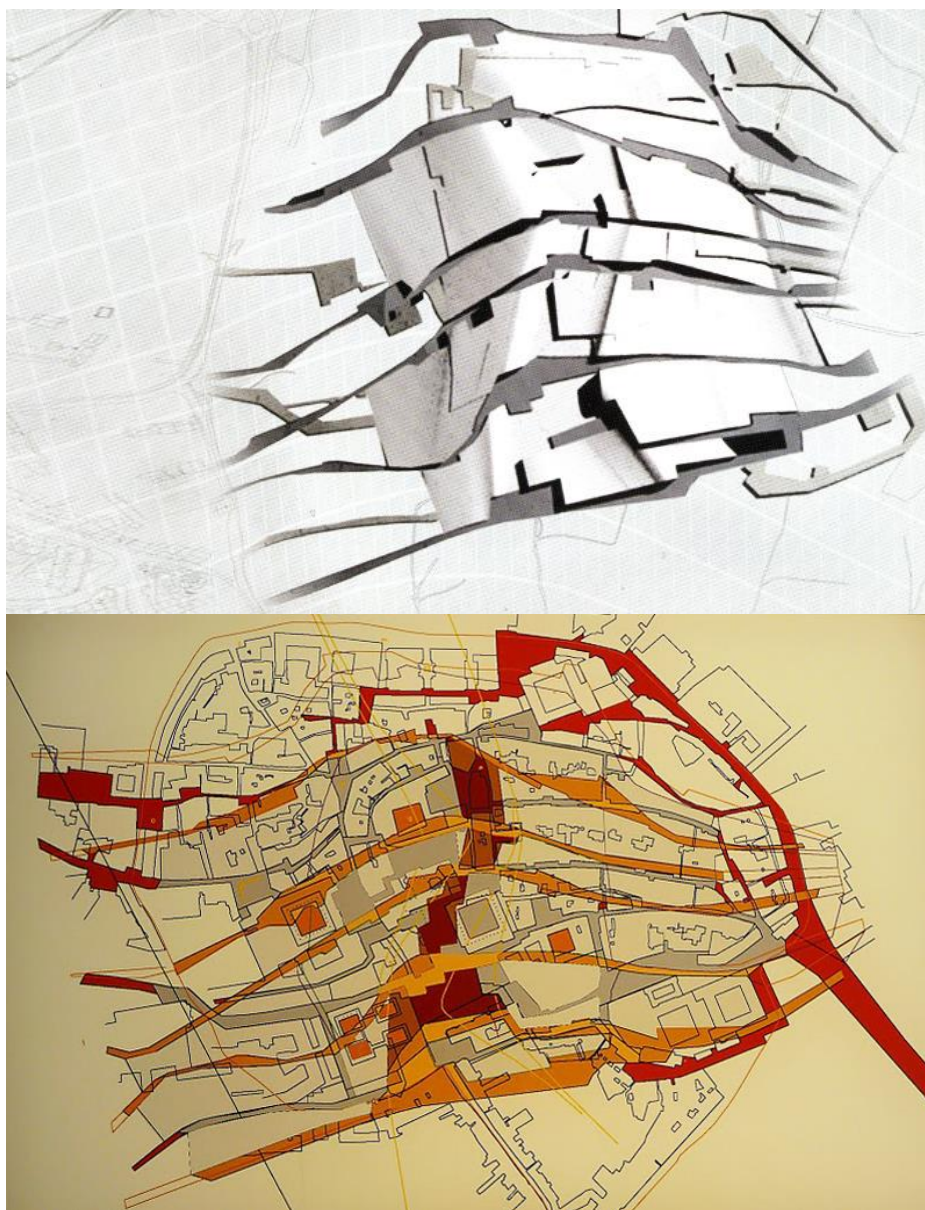


[A48] Siza Vieira, casa lagartixa  
[Em linha] [Consultado em Agosto 2014].  
Disponível em <<http://arquitectos.blogspot.pt/2007/07/casa-lagartixa-sintra-arq-lvaro-siza.html#more>>.

Uma vez adquirida a visão ‘de conjunto’ dos atributos e dinâmicas da modificação (dos espaços naturais ou urbanizados), é possível ‘desenhar’ o tempo inicial dessa mesma modificação, em quadro multivariável de factores, tornando-se previsíveis algumas das suas relações imediatas e mais esquemáticas.

A urbanização de Malagueira, em Évora, é um exemplo da coexistência dos princípios dos *clusters* e dos *mat-buildings*, pelo ‘jogo’ entre duas escalas e correspondentes sentidos morfológicos – a das unidades parcelares com sentido tipológico evolutivo (constituindo uma unidade de vizinhança), e a do conjunto, que aparenta capacidade de se expandir, e é articulada por um sistema de espaços públicos reconstruídos com as preexistências topográficas e territoriais e pelo sistema (aqueduto) das infra-estruturas urbanísticas.

A conjugação dos materiais invocados para o desenho do projecto, como os sinais morfológicos do lugar, a caracterização e hierarquização dos espaços públicos e das infra-estruturas, mantendo algumas condições de flexibilidade à escala do módulo edificado, constituiu um novo entendimento da periferia, urbanizando-a por preenchimento dos seus interstícios com relações significantes entre os velhos e novos factos, entre todos eles, conferindo-lhe estrutura e (con)textura.



[A49] Peter Eisenman, Santiago de Compostela cidade da cultura, site plan, 2001.  
[Em linha] [Consultado em Agosto 2014]. Disponível em (<http://www.eisenmanarchitects.com/>).

Como metodologia, as concepções de estrutura procuram a descrição de regras que, de tal forma ‘abertas’ a factores variáveis no tempo, admitem a possibilidade de ‘captura’ de identidades relativamente perenes. Ou lógicas sempre ajustadas aos programas e aos lugares urbanizados, ao longo do tempo, por constituírem configurações flexíveis e adaptáveis a variáveis dinâmicas, e ainda por se constituírem na articulação das várias escalas, programas e sentido colectivo do ‘habitar’.

Embora reconhecidas por concreções morfológicas de circunstância, são as formas com capacidade relacional que mais interessam, recuperando conceitos de ‘limite’, ‘infraestrutura’, ‘proximidade’, ‘vizinhança’, ‘megaestrutura/megaforma’, entre muitos outros e de todas as escalas, considerando a arquitectura como material urbano anterior ou posteriori da esquematização da actuação urbanística, retomando, agora com novos entendimentos e desempenho no exercício e prática disciplinar dos antigos conceitos da psicologia da percepção, do plano-processo (processo-outro) e do princípio da flexibilidade, do projecto do solo (topografias operativas), do grande projecto urbano (agora menos rígido, com base na estruturação de topologias dinâmicas e operativas), entre outros diversos aspectos de uma persistente e de uma também renovada ‘máquina’ complexa não-banal. Em suma, são novos os paradigmas dos entendimentos e modos de actuação disciplinar.

Mesmo na sua matriz de construções isoladas, poderão ser observadas determinadas formas de articulação, nomeadamente pelas lógicas da disposição e hierarquia dos seus edifícios (ou grupos de edifícios), como no Illinois Institute of Technology (IIT) de Mies van der Rohe que, com a intervenção contemporânea de Rem Koolhaas (construção de um edifício central polivalente, articulado a percursos de distribuição e ao *tramway*), adquiriu uma renovada hierarquização e ‘visibilidade’ acentuada pelo efeito da ‘intersecção’ efectuada. Koolhaas reabilitou o campus (propondo um ‘campus contemporâneo’ a partir do preexistente, um ‘campus moderno’), reforçando os sinais topográficos (percursos) e acrescentando os efeitos cumulativos da intersecção e da imagética singular<sup>324</sup>.

---

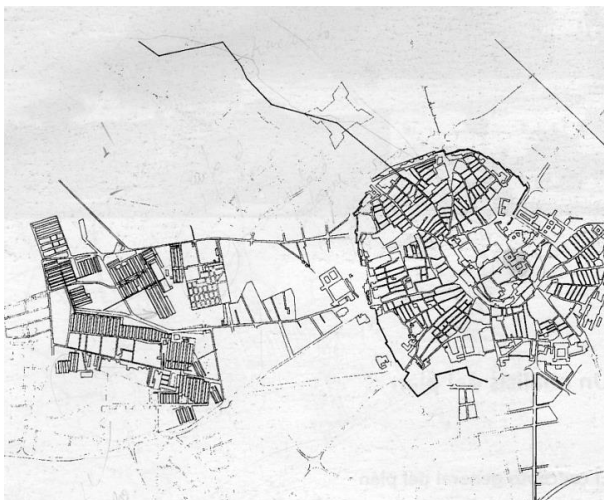
<sup>324</sup> Este exemplo é adiante particularizado nas suas principais características.



[A50] Candilis, Josic, Woods, Toulouse-le-Mirail, 1962-1977.  
[Em linha] [Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://agingmodernism.files.wordpress.com/2010/01/38-marfaing-plan.jpg>>.



[A51] Plano da DGSU, Malagueira, Évora, 1975.  
[COELHO, João Rodrigo, 2012, *O projecto do espaço público nas áreas de expansão da cidade consolidada: o caso do bairro da Malagueira*, EURAU'12]



[A52] Siza Vieira, Malagueira, Évora, 1977.  
[“Viviendas sociales en Quinta da Malagueira, Évora”, in TESTA, Peter, 1993, *Álvaro Siza: Obras y proyectos 1954-1992*. Barcelona, Gustavo Gili, pp. 112-123]  
[Em linha][Consultado em Dezembro 2013]. Disponível em <<https://vakkum.com/2014/07/06/1977habitacao-social-quinta-da-malagueirasiza-vieira/#jp-carousel-1842>>.

De facto, existe na referida matriz essencial do campus, uma vontade de ‘articulação’ com a natureza (inserção em ambiente naturalizado), criando um ‘lugar’ fora da cidade central, aparentemente inspirado nos esquemas relacionais propostos por Frank Lloyd Wright em *Broadacre City*. “Um bom plano é o começo e o fim, porque todo o bom plano é orgânico. Isso significa que o seu desenvolvimento em todas as direcções é inerente e inevitável”<sup>325</sup>.

Também podem ser reconhecidas intenções de uma certa monumentalização (do conjunto, a partir dos seus factos singulares, ou de alguns dos seus factos singulares) de muitos (dos abundantes) campi de produção modernista, incluindo o desenho de ‘unidades de vizinhança’, na correspondência ao modelo da cidade moderna.

Alguns destes projectos apresentam resoluções interessantes no que respeita a alguns cuidados de inserção na cidade preexistente, estabelecendo, apesar de tudo, algumas relações com a envolvente urbanizada (sobretudo quando próxima), revelando a importância do factor ‘distância’.

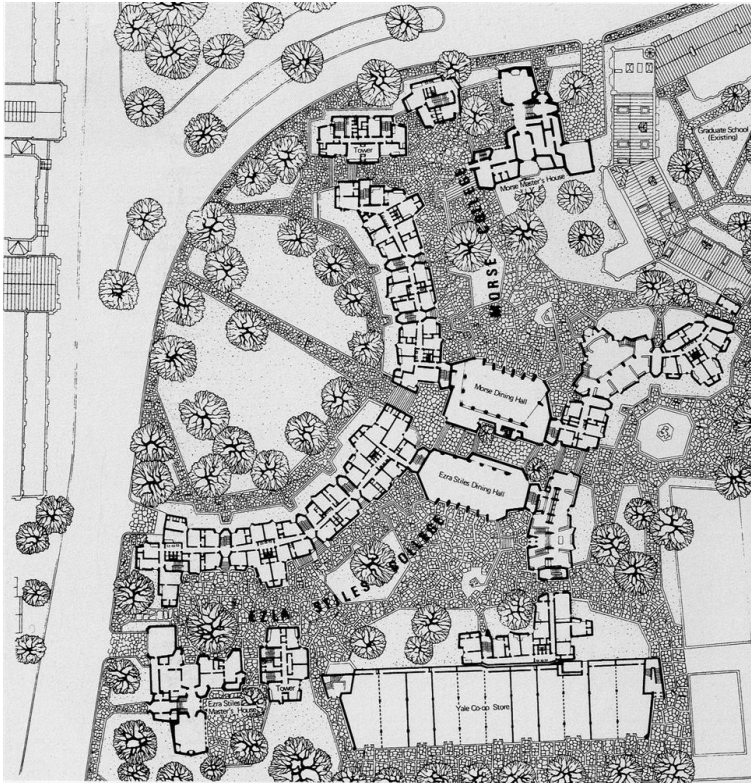
No caso da Asprela, por exemplo, caracterizado pela ocupação funcionalmente segregada de uma vasta área na periferia da cidade (periferia da centralidade existente na segunda metade do século passado), o Pólo Universitário foi timidamente articulado com os sectores envolventes (sobretudo pela Estrada da Circunvalação e pela Via Estruturante) e, simultaneamente seccionado (cercado por elementos da macroestrutura viária como a A3 e a VCI), sendo mais tarde retomados alguns factores de articulação urbana com a inserção do Metro do Porto (que coloca aquele pólo universitário à distância de 10 minutos da ‘baixa do Porto’).

A cidade-território foi ‘endurecendo’ mais rapidamente do que as operações de estruturação urbanística e articulação das novas áreas de expansão urbana, e sempre com manifesto défice de compatibilização entre as escalas de estruturação territorial e de estruturação local.

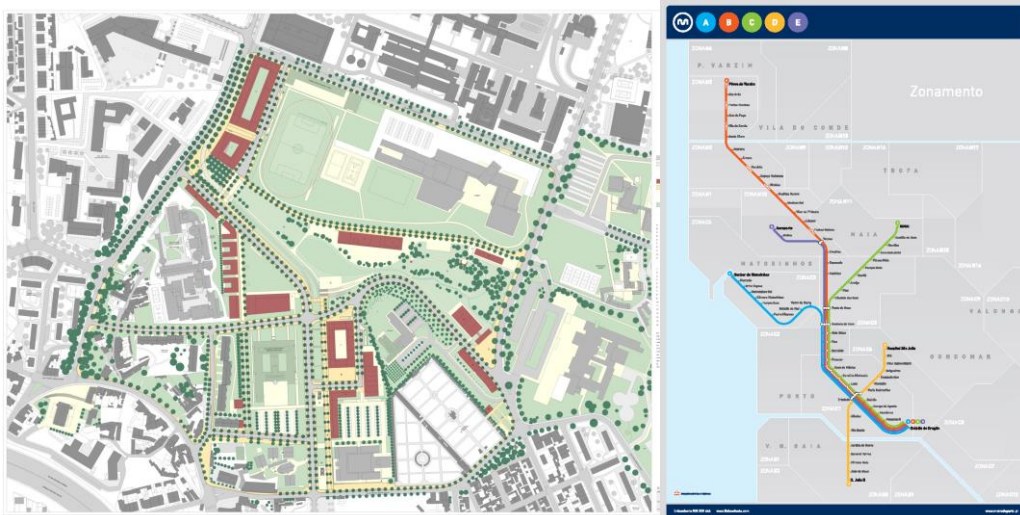
---

<sup>325</sup> WRIGHT, Frank Lloyd, 1928, “In the Cause of Architecture- The Logic of The Plan”, in *Architectural Record*, 1928 (Jan.), vol. 43, n. 1, p. 49, apud FISHMAN, Robert, 1977, *Urban Utopias in the Twentieth Century: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier*, New York, Basic Books, p. 122, tradução da citação em epígrafe ao Cap. 13, “A good plan is the beginning and the end, because every good plan is organic. That means that its development in all directions is inherent and inevitable”.





[A53] Colégio em Yale's Ezra Stiles College,  
New Haven, Connecticut, SAARINEN, Eero (1961),  
Eero Saarinen, Ezra Stiles e Morse (1958-1962).  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.archdaily.com/170141/on-oikonomia-saarinens-ezra-stiles-college-open-after-55m-renovation/>>.



[A54] Rui Mealha, sistema de espaços colectivos da Asprela,  
PUrbASP, 2000. [RM]

[A55] Metro do Porto, rede existente.  
METRO DO PORTO,

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[https://www.google.pt/?gws\\_rd=ssl#q=metro-do-porto&tbn=nws](https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=metro-do-porto&tbn=nws)>.

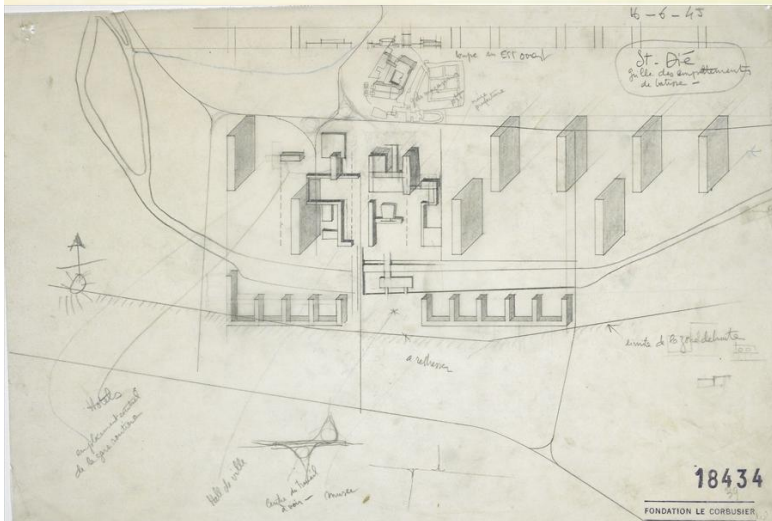
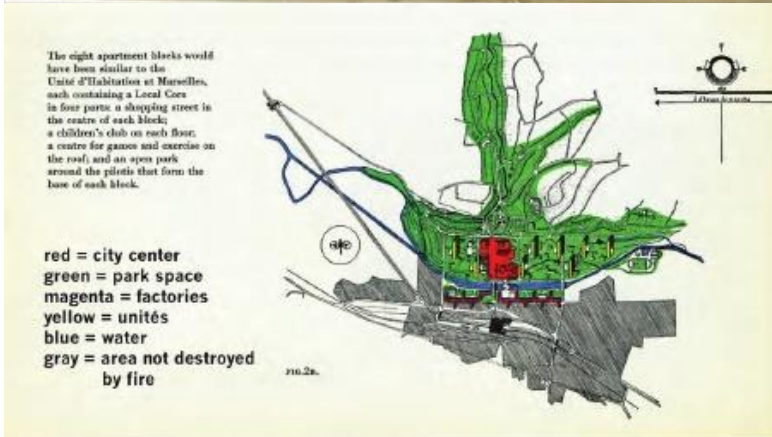
Sigfried Gideon<sup>326</sup> considera a inserção dos factos arquitectónicos nos seus territórios de assentamento por contraste e por amálgama.

Amálgama poderá ser entendida como a forma de reunião de fragmentos elementares, que se fundem, interpenetram-se e ajustam-se ao terreno, constituindo uma entidade com unidade reconhecível.

(Estes conceitos descritivos são úteis para classificação dos sistemas em função das suas características e, portanto, dos correspondentes potenciais de transformação).

---

<sup>326</sup> Cf. GIDEON, Sigfried, 1958, *Architecture. You and me: The Diary of a Development*, Cambridge Mass., Harvard University Press.



[A56] Le Corbusier, plano para Saint-Dié, 1945.

[McLEOD, Mary, COHEN, Jean-Louis (org.), 2013, *Saint-Dié: "A Modern Space Conception" for Postwar Reconstruction*, in "Le Corbusier: An Atlas of Modern Landscapes", New York, MOMA, pp. 193-200],

[BOESIGER, Willy (org.), 1946, *Le Corbusier: Œuvre Complete, 1938-1946*, Zurich, Gisberger, p. 135]

Segundo Colin Rowe<sup>327</sup>, Le Corbusier intercalou dois arquétipos espaciais na sua arquitectura doméstica, e nas suas propostas urbanas trabalhou dois princípios distintos – a lógica residencial, que se repete de forma organizada por um traçado regulador, como na Ville Radieuse (1930), e a lógica monumental, reflectida no campus concebido como centro cívico, tal como proposto para a reconstrução da pequena cidade francesa de Saint-Dié-des-Vosges (1945), onde reconheceu a importância da escala local, face à qual são definidas as características e relações mútuas entre os edifícios propostos para o núcleo central da cidade.

A proposta de Le Corbusier foi, para Gideon, “um passo importante para o desenvolvimento do desenho cívico... dos poucos exemplos de centros urbanos contemporâneos imbuídos com concepções urbanas modernas”<sup>328</sup>, opinião sublinhada por Sert, como a redescoberta do valor de práticas negligenciadas pelo modernismo, como a de “conferir ‘carácter cívico’ ao núcleo da cidade”<sup>329</sup>.

As observações referidas ressaltam o facto da proposta para a área central de Saint-Dié corporizar uma nova ‘espécie’ de espaço urbano – de composição assimétrica e com expressão deliberadamente tridimensional, a par do interesse pela vivência do espaço público, conferindo-lhe uma escala humana sem abdicar de uma certa monumentalidade (clássica), qualidades que marcaram um estágio evolutivo no pensamento de Le Corbusier e, sobretudo, a emergência de uma nova atitude no desenho urbano, admitindo a inserção urbana (em espaços de praça) de edifícios com autonomia formal, espaços urbanos que adquirem, assim, qualidades significantes renovadas a partir dos modelos tradicionais de representação social.

O plano previa ainda um sistema viário bem desenvolvido e hierarquizado, uma zona desportiva a nascente, mas o seu elemento principal era constituído pelo ‘centro cívico’, uma praça onde conjugava diversas funções públicas e privadas.

---

<sup>327</sup> Em ROWE, Colin, 1978, *Maneirismo y arquitectura moderna y otros ensayos*, Barcelona, Gustavo Gili.

<sup>328</sup> GIEDION, Sigfried, “Town Centre, St. Dié, France”, in *CIAM (1951): A Decade of New Architecture/Dix ans d’architecture Contemporaine*, Zurich, Girsberger, p. 230), apud McLEOD, Mary, COHEN, Jean-Louis (org.), 2013, “Saint-Dié: A Modern Space Conception for Postwar Reconstruction”, in MoMA, *Le Corbusier: An Atlas of Modern Landscapes*, New York, , pp. 193.

<sup>329</sup> SERT, José Luis, 1948, *From Architecture to City Planning*, in “Le Corbusier: Architect, Painter, Writer”, New York, MacMillan, p. 48, apud McLEOD, Mary, COHEN, Jean-Louis (org.), 2013, *Saint-Dié: “A Modern Space Conception” for Postwar Reconstruction*, in “Le Corbusier: An Atlas of Modern Landscapes”, New York, MoMA Books, Thames & Hudson, p. 193.

Transpondo a rigidez das soluções racionalistas homogéneas dos blocos alinhados, o modernismo desenvolveu soluções de organização da cidade por sectores hierarquizados, as *unidades de vizinhança*, estruturadas por traçados racionalistas (para várias velocidades, escalas, serventias e modos) e por conjuntos habitacionais de diversas tipologias, com a integração de equipamentos e serviços de proximidade para educação, saúde, comércio e lazer.

As unidades de vizinhança, já descritas por Arthur Perry em 1929, como formas de organização da habitação em pequenas comunidades dotadas de autonomia funcional decorrente de um conjunto de equipamentos e serviços de proximidade (escola primária, igreja e armazém comercial), que poderão assumir diversas escalas e morfologias, por extensão e repetição de soluções tipológicas individuais ou colectivas.

Josep Lluís Sert desenvolveu este princípio<sup>330</sup>, com base em tipologias colectivas, estudando as características das unidades de vizinhança, de acordo com a sua população, propondo, nomeadamente, a constituição de urbanizações abarcáveis por deslocações pedonais.

Lúcio Costa utilizou a ‘área de vizinhança’ como módulo de base para o desenho da componente residencial de Brasília, constituída como cidade linear por repetição de superquadras em ambas as ‘asas’ norte e sul do eixo monumental de simetria, resultando uma textura genérica, com variações à escala local, ao nível da organização morfológica das ‘quadras’.

Este eixo é formalizado como um sistema axial, rematado pelo conjunto do Congresso, de Niemeyer. O plano piloto insere-se no território que adapta, pelos tratamentos naturalizados e espelho de água, como uma topografia própria de assentamento.

Em Portugal, nas décadas de 50/60, foram vários os planos que se inspiraram nas ideias de unidade de vizinhança e de cidade-jardim, experimentadas na Asprela por Arménio Losa.

---

<sup>330</sup> Enunciado em SERT, Josep Lluís, 1947, *Can our cities survive?*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

As metodologias minimalistas privilegiam linguagens urbanísticas e arquitectónicas singulares, com autonomia formal, mas que, quando articuladas tornam-se, em geral, manifestos de um racionalismo abstracto onde se tornam singulares as plataformas, recintos e campi.

Veja-se o exemplo de alguns projectos de Paulo Mendes da Rocha, da arquitectura à cidade, como o da candidatura de S. Paulo aos Jogos Olímpicos de 2012 ou o do campus da Universidade de Vigo, de 2005.

Em S. Paulo propôs a (re)urbanização de alguns sectores da metrópole, dotando-os de instalações desportivas conjugadas com formas racionalistas de habitação, em alternativa à constituição de cidades olímpicas segregadas.

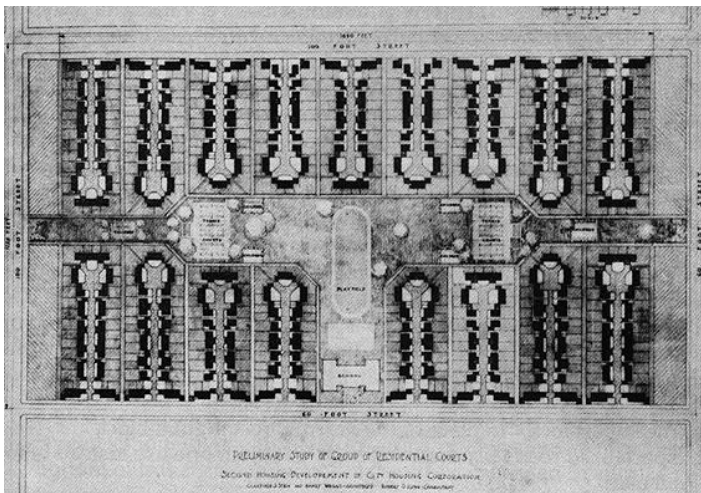
Para Vigo, Mendes da Rocha propõe uma megaforma em cluster, constituída por uma infra-estrutura de motopia (rede de percursos aéreos cruzados), que unificam as funcionalidades agregadas, existentes e propostas, bem como algumas torres cilíndricas de habitação que pontuam o território e rematam o sistema combinatório preconizado, recordando a proposta de Bakema para a Universidade de Bochum (1962) e os planos para Filadélfia, de Louis Kahn, de 1956-57, ou para Tel-Aviv, de 1963.

Na realidade, são explorados os conceitos de *megaestrutura*, *megaforma* e *relevo*, como princípios de composição formal à escala do território.

A ‘construção’ do próprio suporte físico, ou o desenho da infra-estrutura como um novo suporte físico, é uma atitude projectiva designada por alguns autores como ‘projectos de topografias operativas’.

Trata-se da possibilidade do ‘grande projecto’ urbano ou territorial de constituir o seu próprio contexto físico, dominando a sua envolvente pela escala (dimensão e significado) dos factos edificados.

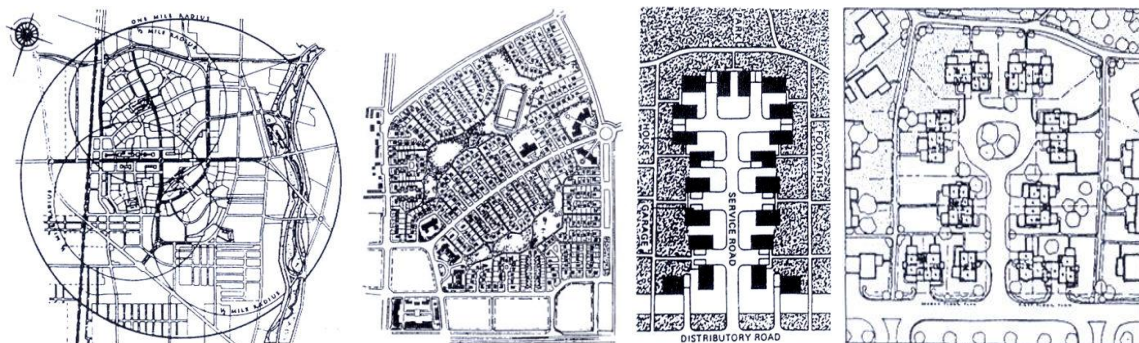
O projecto constitui-se, nesta medida, como o desenho do sistema de espaços colectivos e das infra-estruturas.



[A57] Esquema dos impasses para a *unidade de vizinhança* de Radburn, New Jersey, Clarence Stein e Henry Wright, 1928.

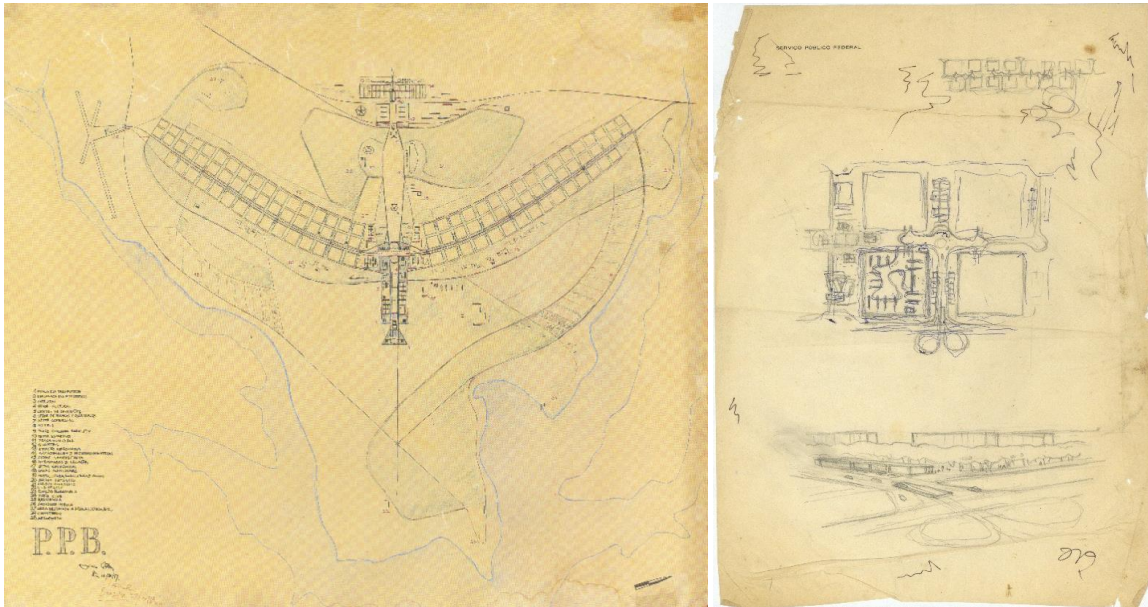
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:

<https://www.google.pt/search?q=radburn&biw=1016&bih=846&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=R3amVL6oGsHvUqi5g7gL&ved=0CC4QsAQ>.



[A58] Esquemas dos impasses para a *unidade de vizinhança* de Radburn, New Jersey, Clarence Stein e Henry Wright, 1928. [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:

<https://www.google.pt/search?q=radburn&biw=1016&bih=846&tbm=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=R3amVL6oGsHvUqi5g7gL&ved=0CC4QsAQ>.



[A59] Lúcio Costa, Plano Piloto de Brasília e esquema de *área de vizinhança* constituída por quatro superquadras (300mx300m), 1957. Casa de Lúcio Costa. [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em: <<http://www.casadeluciocosta.org/>>.

Após o Plano Obus, de Le Corbusier (composto pelo ‘viaduto’ habitado, pelo grande complexo residencial e pelo bloco administrativo na frente de água), foram várias as experiências da megaforma, com distintos sentidos tipológicos, mas com a pretensão de fazer cidade com um único edifício, ele próprio entendido como uma infra-estrutura de mobilidade, demarcando um limite, as ‘portas’, e simultaneamente uma continuidade (recorrência) no território.

A megaforma verifica um conjunto de atributos peculiares, como a sua matéria urbana expressiva (construção e espaço de distribuição), com desenvolvimento horizontal predominante, distinguindo-se da mega-estrutura pela sua continuidade estrutural, afirmando-se como uma formação topográfica, e capacidade metafórica evidente, como signo de densidade e de identidade da megalópole de urbanização dispersa.

Como formação topográfica proeminente revelam-se contundentes as experiências de Mies van der Rohe para o concurso de Friedrichstrasse (1922) e a proposta original para a exposição da Weissenhof Siedlung (1927), de Erich Mendelsohn para a Alexanderplatz em Berlim (também de 1927), e a proposta de Hans Scharoun para a Exposição de Breslau Werkbund (1929), entre muitas outras. Será ainda de recordar a engenhosa inserção territorial do Dormitório Baker em Cambridge, Mass. de Alvar Aalto (1938).

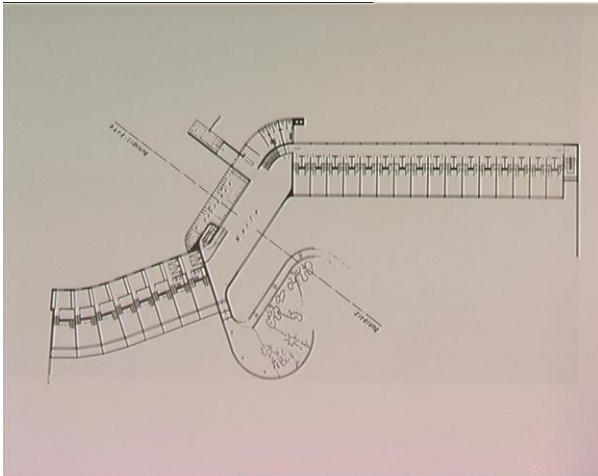


Podemos ainda observar muitas formas variantes como em Bakema para Bochum 81962) ou para Tel-Aviv (1963).

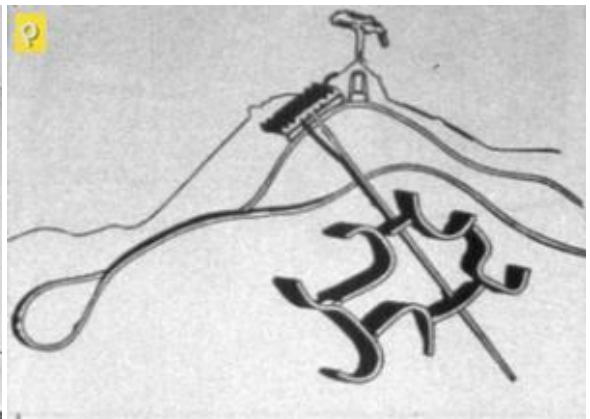
O empirismo de Louis Kahn em Filadélfia adquire articularidades interessantes, inspiradoras de produções subsequentes.

Louis Kahn considera que a cidade se transforma segundo um modelo físico em que novos centros comerciais e megaestruturas impõem-se aos contextos em que se implantam, promovendo relações de contraste, marcando novas centralidades, com uma infra-estrutura própria. Nas suas propostas para Filadélfia, as ruas adquirem o sentido construído, de edifício e de projecto arquitectónico, com o seu próprio espaço e estrutura.

A ideia da renovação da cidade implica, para Kahn, a ‘agregação’ de várias funções em estruturas de grande dimensão, libertando espaços públicos, ou elas próprias configurando espaços públicos.



[A60] Hans Scharoun, edifício para a Exposição de Breslau Werbund, 1929.  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://rubens.anu.edu.au/htdocs/laserdisk/0233/23380.JPG>>.



[A61] Le Corbusier, Plano Obus para Argel, 1931, in COHEN, Jean-Louis (org.), 2013, “*Saint-Dié: A Modern Space Conception for Postwar Reconstruction*”, in Aa.Vv., *Le Corbusier: An Atlas of Modern Landscapes*, New York, MOMA, pp. 300-305.

A obra de John Utzon já não se revela contínua no espaço, mantendo, no entanto uma estrutura concentrada de megaforma, talvez mais evidente que uma megaestrutura.

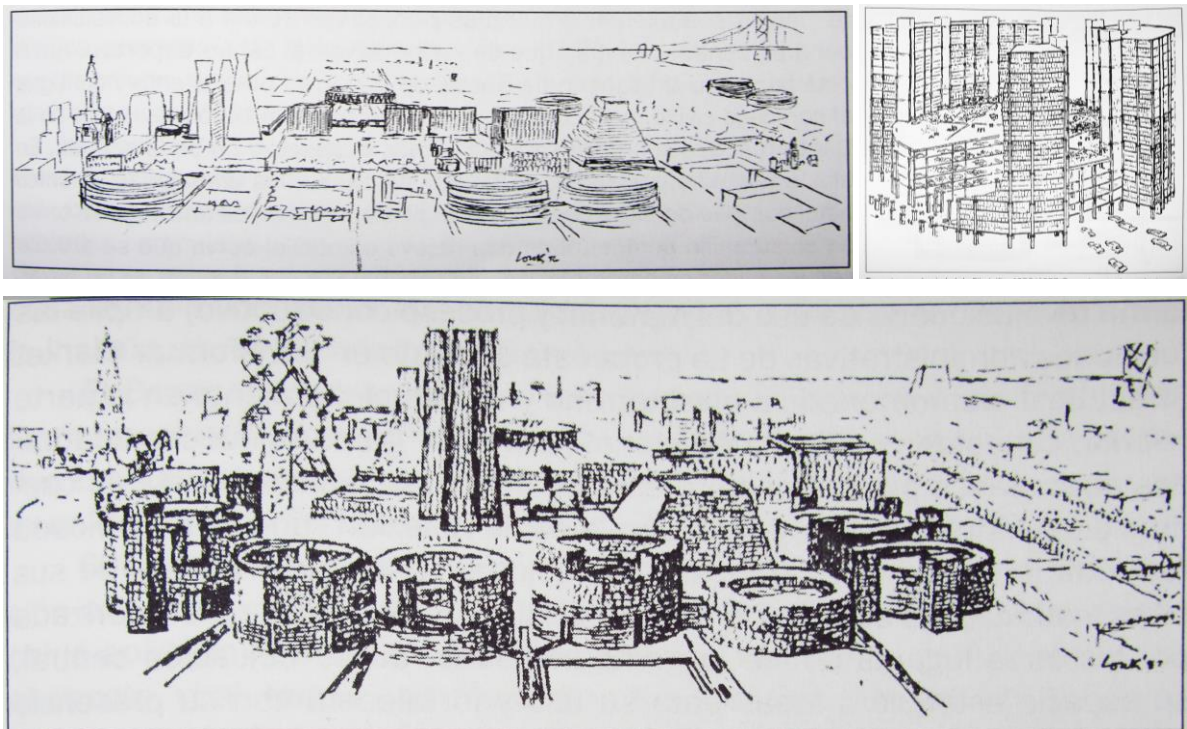
Enquanto forma de actuação, poderá corresponder a uma formação de raiz ou à evidenciação de formas parciais já latentes na cidade e no território, ou ainda corresponder a formações faseadas ou estabelecidas a partir de ‘pontos’ preexistentes.

O cluster-megaforma poderá ser concebido ‘em aberto’, salientando (ou não) formações de remate. Dificilmente poderá ser a corporização de uma classe de uso definida em zonamento que, em geral, determina padrões de diversidade, assegurando no entanto os factores de unidade decorrentes das determinações volumétricas, de alinhamentos ou relativas à caracterização formal e funcional dos espaços colectivos.

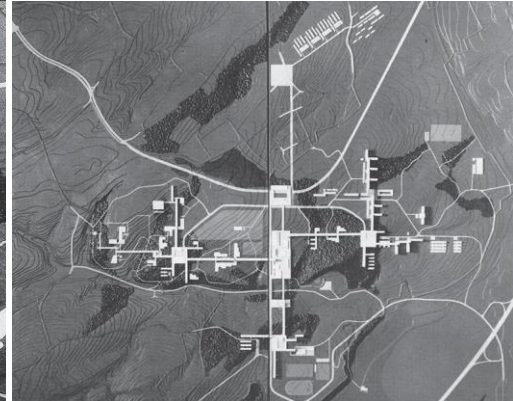
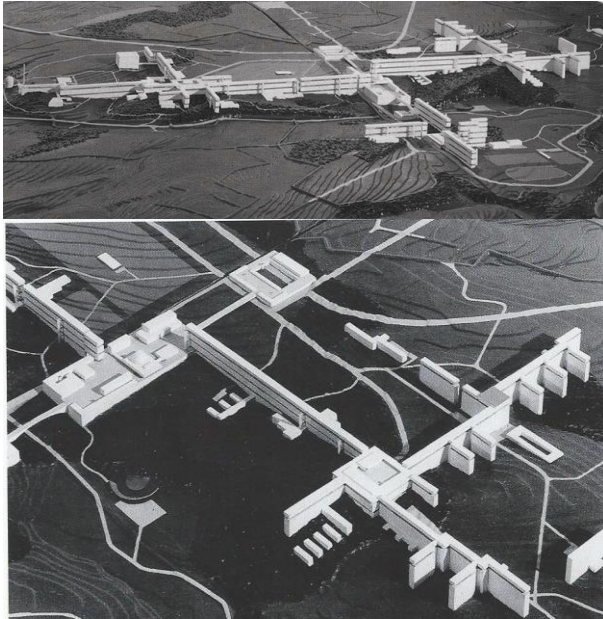
Obriga, certamente à disponibilização de terrenos com grandes dimensões, sendo certo que, hoje em dia, é impraticável a formulação utópica da ‘tábula rasa’, reduzindo-se a actuação urbanística a estratégias fragmentárias de reabilitação, pelas limitações financeiras (que permitem a actuação faseada ao longo do tempo) e limitações físicas das centralidades e das megalópoles dispersas.

O tempo entrecortado de realização e estagnação, propício a intervenções muito pontuais de reabilitação e de reurbanização, por aproveitamento (ou na sequência) de (‘entregas’) de determinada infra-estruturas e outros recursos já viabilizados, coloca uma série de questões fundamentais para a resolução de factores sociais (melhoria da qualidade de vida), de representação cívica ou de identidade imediata e permanente.

Em suma, como é que cada fase ou momento da actuação urbanística poderá ser coerente? É certo que falamos da actuação avulsa, por espasmos, mas programada a priori face a objectivos estratégicos e a esquemas flexíveis delineados, o que leva a outras questões pertinentes (como desenhar a flexibilidade? como gerir a actuação? como priorizar os investimentos? como desenhar a indução de dinâmicas favoráveis?)



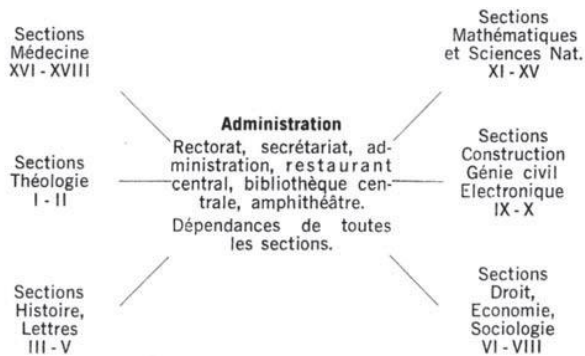
[A62] Louis Kahn, Plano de Filadélfia e torre de estacionamento, 1956-1957  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:  
[http://www.moma.org/momaorg/shared/pdfs/moma\\_learning/docs/kahn\\_full.pdf](http://www.moma.org/momaorg/shared/pdfs/moma_learning/docs/kahn_full.pdf).



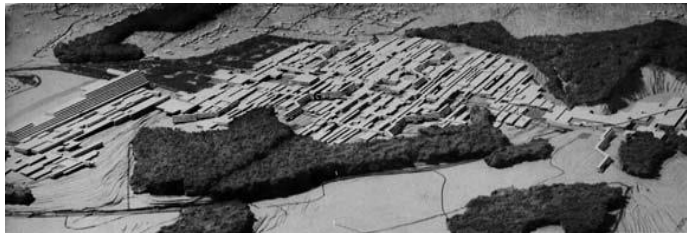
[A63] BAKEMA, J.; STOKLA, J. M. e KRUYNE, L., *Concurso para a Universidade de Bochum*, Alemanha, 1962. A maquete vista de cima. Fig. 1.125 Fig. 1.126 [BAKEMA, Jacob, 1981, *Thoughts about Architecture*, Academy Editions, London, p. 57. Fotografia: Arquivo de van denBroek e Bakema]



[A64] HENTRICH-PETSCHNIGG & PARTNER, *1.º prémio concurso para a Universidade de Bochum*, Rhur, Alemanha, 1962. Maquete da proposta vencedora. [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em: <<http://www.hpp.com/en/profil/gesellschaften/hpp-gmbh.html>>.



[A65] Concurso para a Universidade de Bochum, Alemanha, 1962. A Esquema de articulação do programa. [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em: <<http://www.hpp.com/en/profil/gesellschaften/hpp-gmbh.html>>.



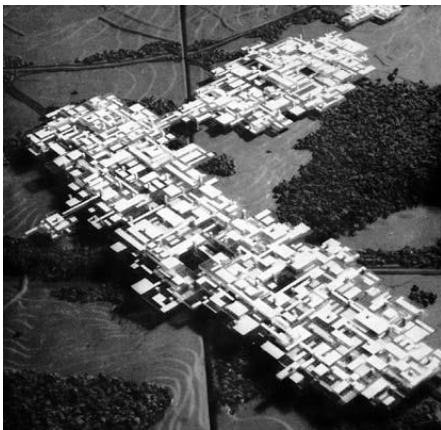
[A66] CANDILIS, Georges; JOSIC, Alexis; WOODS, Shadrach – *Concurso para a Universidade de Bochum*, Alemanha, 1962.

A estrutura espacial de distribuição – *stem* – constitui o eixo longitudinal do conjunto.

[RISSELADA, Max, HEUVEL, Dirck van den (ed.), 2005, *Team 10: in search of a Utopia of the present, 1953-81*, Rotterdam, NAI010 Publishers, p. 111].

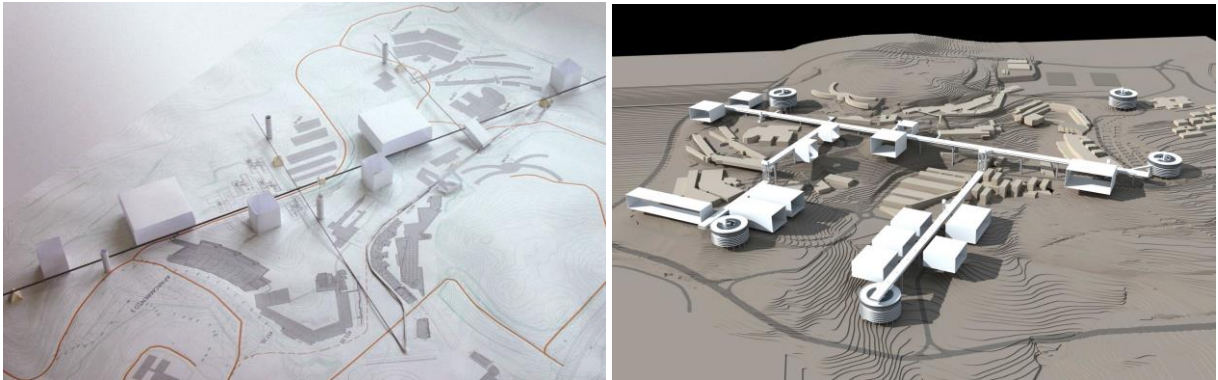
Modelo da solução proposta.

[KREHL, H., 1963, “Université de la Rhur a Bochum, Résultats du Concours”, in *L'Architecture d'Aujourd'hui*, n.º 107, *Constructions Scolaires et Universitaires*, Boulogne, Avril / Mai 1963, p. 13].



[A67] SCHULZE-FIELITZ, Eckard – *Concurso para a Universidade de Bochum*, Alemanha, 1962. Modelo da solução proposta.

[KREHL, H., 1963, “Université de la Rhur a Bochum, Résultats du Concours”, in *L'Architecture d'Aujourd'hui*, n.º 107, *Constructions Scolaires et Universitaires*, Boulogne, Avril / Mai 1963, p. 13].



[A68] Paulo Mendes da Rocha, campus da Universidade de Vigo, 2005.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.uvigo.es/>>

ROCHA, Paulo Mendes da, 2007, *Paulo Mendes da Rocha: projectos 1999-2006*, São Paulo, Cosac Naify, pp. 115-116.

“O projecto do plano-director para o campus Lagoa-Marcosende da Universidade de Vigo, na Galícia, é estruturado por uma nova proposta de circulação e utilização do terreno, e pela interligação dos conjuntos de edifícios existentes com pontos notáveis do campus, sobretudo com a praça central de convivência.

O plano de ocupação anterior, realizado na década de 1990 pelo arquitecto espanhol Enric Miralles, havia definido como eixo estruturador do campus a curva do nível 460, onde se situa a área de instalações notáveis do campus: biblioteca, reitoria, conjunto sportivo, centro comercial e praça de convivência. Foi a partir dessa cota que se constituiu o partido do novo projecto, que rompe com a distribuição anterior dos edifícios, isolados em áreas determinadas pela topografia acidentada do terreno, por meio de um conjunto de vias de circulação elevadas, expandindo a cota 460 no espaço. O projecto foi elaborado como um sistema de vias principais articuladas às ligações secundárias, algumas preexistentes, como as passarelas do complexo das Ciências Jurídicas e Económicas ou as conexões construídas no Centro Tecnológico. Por meio dessa articulação o sistema permite a circulação horizontal de pedestres em ambiente protegido das adversidades climáticas, com independência dos diversos níveis da ocupação da topografia acidentada, favorecendo a convivência e o intercâmbio na vida universitária.

De modo análogo e oportuno, o sistema foi concebido também para organizar a localização e a distribuição das infra-estruturas de energias eléctrica e hidráulica em “corredores técnicos” constituídos entre as treliças da estrutura das vias elevadas.

Além de articular as instalações existentes, as vias elevadas integram áreas do campus de difícil acesso e constituem uma matriz de organização da construção das futuras ampliações necessárias à universidade. A expansão é orientada por três vias principais: uma via no sentido este-oeste, que prolonga a cota 460 e se desenvolve paralela à área de convívio, e, na direcção norte-sul, dois eixos nas cotas 430 e 425, que estabelecem a relação com os sectores de tecnologia e de ciências marítimas.

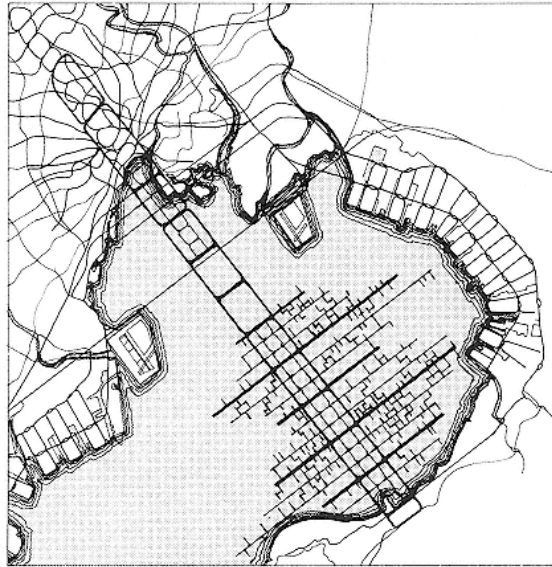
Cinco grupos de elevadores e edifícios-garagens, em posições adequadas, fazem as ligações entre as vias elevadas e as instalações implantadas nos outros níveis da acidentada topografia. Imagina-se que nas vias elevadas, com a circulação de pedestres e de pequenos veículos eléctricos para o transporte ágil de equipamentos leves, livros e documentos, ocorra uma rica convivência dos usuários do campus em seus 12 m de largura.

Um tanto imprevisível, essa convivência poderá ser amparada por uma série de serviços: pontos de vendas de materiais didácticos e de papelaria, de jornais e revistas, dispensadores diversos, postos de informação e exposição, central de segurança, instalações sanitárias. Alguns cafés podem ser instalados nos extremos dessas ruas suspensas, onde foram situadas atraentes varandas. Nos acessos principais às vias elevadas, assim como nas pontes de ligação de nível com a cota natural 460 e nas conexões com os edifícios-garagens, foram previstos postos de informação geral.

As vias elevadas constituirão, assim, alternativa atraente para a circulação, preservando a integridade do território natural, para uma reconstituição paisagística como novo projecto. Esses recintos naturais preservados sempre serão, nos dias agradáveis, um caminho, passeio para todos. O paisagismo deve reconstituir ao carácter natural sua geomorfologia, hidrologia, flora e fauna, estendendo o conceito de constituição de uma reserva ecológica para todo o campus. Trata-se da procura de uma convivência ideal entre natureza e construção.

De modo coerente com essa espacialidade recém-criada, as novas construções no campus também devem se acomodar ao terreno natural de modo peculiar, mantendo o mais possível a integridade desejada. A verticalização dos novos edifícios, que é pressuposto desse plano geral, cria uma nova implantação directamente vinculada à cota das vias elevadas. A construção futura deverá se desenvolver para cotas superiores e inferiores, de acordo com as circunstâncias, tocando o solo natural com o mínimo necessário para sua articulação com o sistema viário e com os delicados usos que se beneficiam da proximidade dos jardins no território natural<sup>331</sup>

<sup>331</sup> ROCHA, Paulo Mendes da, 2007, *Paulo Mendes da Rocha: projectos 1999-2006*, São Paulo, Cosac Naify, pp. 115-116.



[A69]

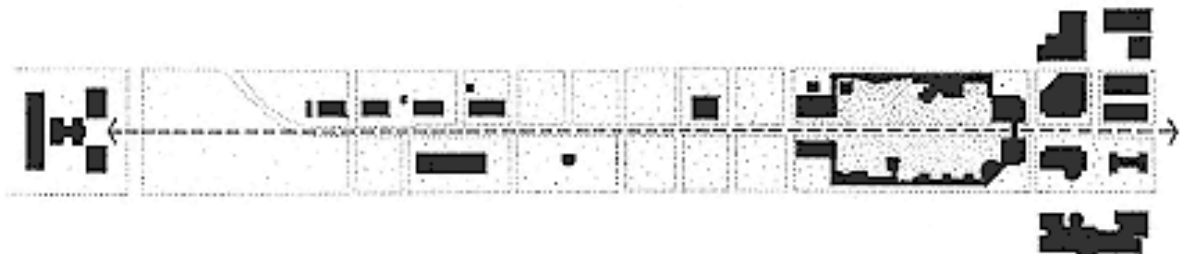
LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Los Angeles, University of California, p. 108. Proposta de Kenzo Tange para a Baía de Tokyo Bay Project. Depois de um artigo publicado no *Japan Architect* (Abril 1961), Tange propôs uma extensão altamente estruturada em cluster no espaço da baía da cidade.



[A70]

“The ideogram for the systemic orientation emphasizes the dimensionless underlying order, which remains despite additions and subtractions”. [ATTOE, Wayne, LOGAN, Donn, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Los Angeles, University of California, p. 10.]

Baseado em desenho para Caen-Herouville, de Shadrach Woods, publicado em *Urbanism Is Everybody's Business* (Stuttgart, Karl Krämer, 1968).



[A71]

Jardim de Phoenix e eixo conceptual para Phoenix, de Arata Isozaki.

Um eixo cívico ligando o Centro de Convenções ao Capitólio corta um recinto murado, um lugar urbano e uma área central simbólica e deserta. Em contraste com outros espaços verdes, o Jardim de Phoenix é um jardim seco, uma paisagem deserta, o cenário perfeito para um campo escultórico.

[Cf. ATTOE, Wayne, LOGAN, Donn, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Los Angeles, University of California, p. 162.]





Wilhelm Holzbauer, vista da maquete e planta perspectivada do conjunto, com os três edifícios na frente da Diagonal, Barcelona, 1986. [Ajuntament de Barcelona, 1992, p. 136].



Giancarlo De Carlo Giancarlo, vista da maquete e planta geral, com o edifício na frente da Diagonal, Barcelona, 1986. [Ajuntament de Barcelona, 1992, p. 137].

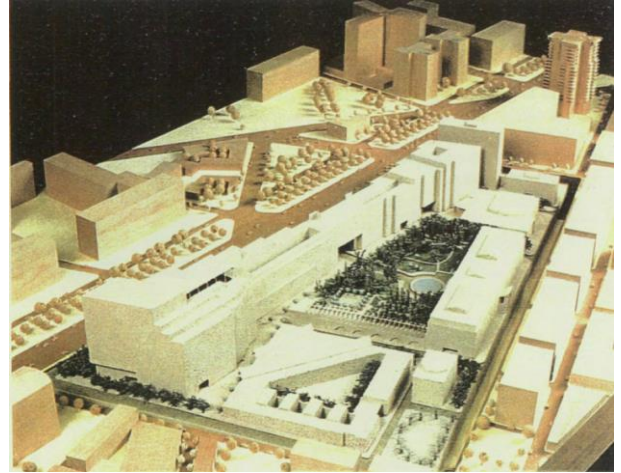


Mario Botta, vista da maquete e planta com a localização das duas torres cilíndricas, Barcelona, 1986. [Ajuntament de Barcelona, 1992, p. 136].



Derek Walker, vista da maquete, planta e alçado da proposta com a torre central cilíndrica. [Ajuntament de Barcelona, 1992, p. 137].

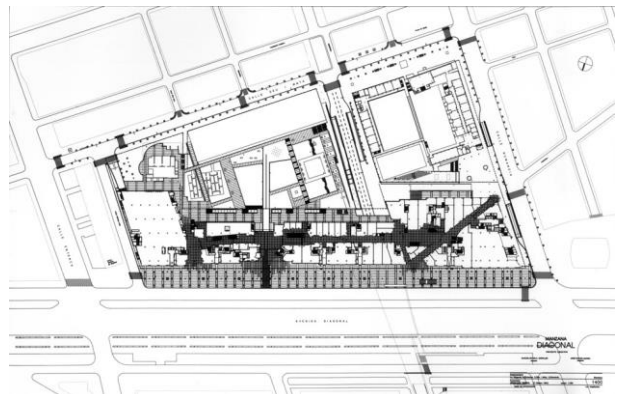
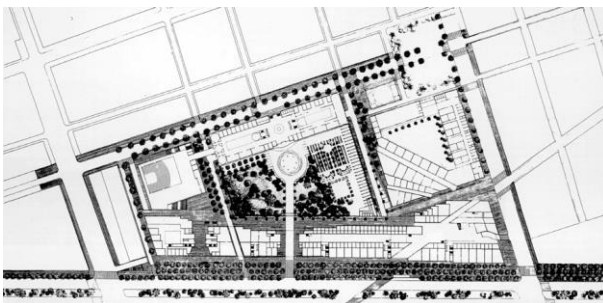
[A72] Propostas do concurso para a Illa Diagonal de Barcelona, 1993, apresentadas por Wilhelm HOLZBAUER, Derek WALKER, Giancarlo DE CARLO e Mario BOTTA. [Ajuntament de Barcelona, 1992, pp. 136-137]. [Em linha][Consultado em Abril 2014]. Disponível em, <<http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/6792/3CAPITULO1c.pdf.txt;jsessionid=DA81E50979B2B70BE5D2820BE34715A0.tdx1?sequence=17>>.



Rafael Moneo e Manuel de Solà-Morales, vistas da maquete do concurso, [FARRAN, Lluís Tobella, 2002, p. 10].

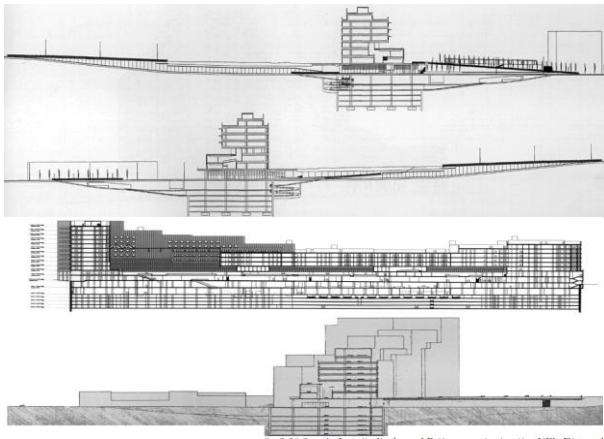


Vistas da Illa da Diagonal, [BADILLO JIMÉNEZ, Walberto, 2012, p. 26 e p. 50].

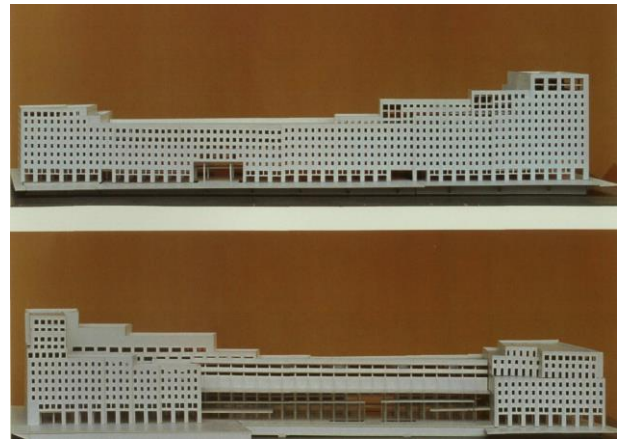


Illa Diagonal, Planta baixa e de pavimentos, projecto executivo, [BADILLO JIMÉNEZ, Walberto, 2012, p. 107].

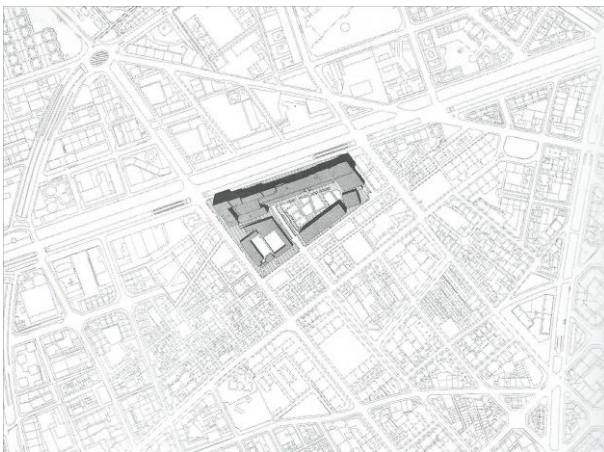
[A73] Rafael Moneo e Manuel de Solà-Morales, Bloco L'IIIIa, Diagonal de Barcelona, 1993.  
FARRAN, Lluís Tobella, 2002, *L'Illa Diagonal de Barcelona, anàlisi de qüestions del projecte*, (tesi doctoral, Departament de Projectes Arquitectònics-UPC), SOLÀ-MORALES, Manuel (dir. de la tesi), Barcelona, UPC, p. 10.  
BADILLO JIMÉNEZ, Walberto, 2012, *El Modelo Barcelona de espacio público y diseño urbano: evolución de los espacios colectivos de la ciudad. De la Casa Bloc a L'Illa Diagonal*, Barcelona, FBAUB, pp. 26, 50, 107.



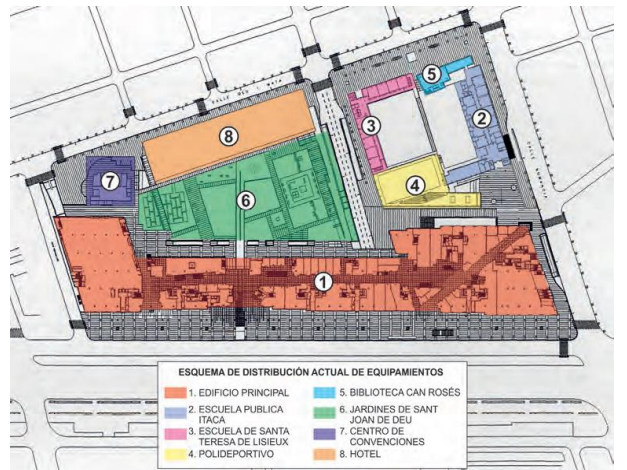
Edifício principal, secção pela rua Constança e secções pelo Pátio (long. e transv.). Projecto executivo, [BADILLO JIMÉNEZ, Walberto, 2012, p. 108 e p. 110].



Vista da maquete do edifício principal, [FARRAN, Lluís Tobella, 2002, p.67].



Il·la Diagonal, Barcelona, Plano de Situação, [MONEO, Rafael, 2010, p. 226].



Esquema de organização funcional, [BADILLO JIMÉNEZ, Walberto, 2012, p. 112].

[A74] Rafael Moneo e Manuel de Solà-Morales, Bloco L'Il·la Diagonal de Barcelona, 1993.  
BADILLO JIMÉNEZ, Walberto, 2012, *El Modelo Barcelona de espacio público y diseño urbano: evolución de los espacios colectivos de la ciudad. De la Casa Bloc a L'Il·la Diagonal*, Barcelona, FBAUB, pp. 108, 110, 112.  
FARRAN, Lluís Tobella, 2002, *L'Il·la Diagonal de Barcelona, anàlisi de qüestions del projecte*, (tesi doctoral, Departament de Projectes Arquitectònics-UPC), SOLÀ-MORALES, Manuel (dir. de la tesi), Barcelona, UPC, p. 67.  
MONEO, Rafael, 2010, *Rafael Moneo: Apuntes sobre 21 obras*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 226.

“De como nas grandes intervenções urbanas de grande escala a noção de estratégia pode prevalecer sobre a de composição”<sup>332</sup>.

A *Illa Diagonal de Barcelona*, lugar do antigo hospital infantil de Sant Joan de Déu, foi objecto de um concurso internacional de ideias em 1986, com vista à sua reestruturação, concurso em que participaram cinco equipas de arquitectura coordenadas por Wilhelm Holzbauer, Derek Walker, Giancarlo De Carlo, Mario Botta e Manuel de Solà-Morales / Rafael Moneo. A proposta ganhadora, apresentada por Manuel de Solà-Morales e Rafael Moneo propunha um quarteirão ‘fechado’ com uma extensa frente contínua face à Avenida Diagonal, mas permeável ao nível do piso térreo. Para além desta frente edificada que integra uma galeria comercial, escritórios, hotéis, e habitações, o conjunto incluía ainda duas escolas, um centro de convenções e um jardim no interior do quarteirão.

O edifício principal, concluído em 1993 “é um exemplo de resolução de um edifício de grande porte e complexidade que parte de uma posição hermenêutica capaz de traduzir a própria essência da estrutura da cidade: é precisamente nesse local onde se nota a passagem da malha tradicional – de quarteirões quase fechados e ruas quase corredores – à estrutura da cidade moderna, constituída por objectos isolados dispostos sobre áreas verdes. É, portanto, um edifício-cidade que se converte em rótula entre dois distintos sistemas urbanos”<sup>333</sup>.

A ‘grande escala’ permite a dilatação e alteração do que comumente designamos como ‘edifício’, acomodando programas complexos e abertos à conjugação de uma extensa diversidade tipológica, o que exige uma eminente perspectiva estratégica ao exercício projectual em espaço urbanizado. Desde logo pelo confronto de escalas e aferição das suas condições de articulação, ruptura ou conformidade.

A própria grande escala será possivelmente ‘construída’ por factores de pequena escala ou com expressão a escalas intermédias.

---

<sup>332</sup> Cf. MONEO, Rafael, 2010, *Apuntes sobre 21 obras*, Barcelona, Gustavo Gili (ed. orig., 2010, *Remarks on 21 works*, New York, Monicelli Press), pp. 223-254.

<sup>333</sup> MONTANER, Josep Maria, 2009 (2008), *Sistemas arquitectónicos contemporáneos*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 128.

Na realidade o projecto urbano procura enquadramentos de referência e de resolução às suas várias escalas de pertinência, desde a escala local, de proximidade, às escalas territoriais, urbana e regional.

Os termos de referência do concurso da Illa Diagonal evidenciavam a importância em conceber nexos de união entre sectores distintos da cidade. O vazio resultante da demolição de um antigo hospital tinha a sul a malha contínua de ruas e quarteirões ‘fechados’, do plano Cerdà, e a norte uma malha resultante dos planos das décadas de 1960 e 1970, caracterizada pela descontinuidade morfológica com quarteirões ‘abertos’ marcados por construções em altura. A área, de configuração trapezoidal, apresentava ainda uma frente muito extensa face à Diagonal, eixo singular do ‘ensanche’.

Acerca da sua proposta, desenvolvida em colaboração com Manuel de Solà-Morales, Rafael Moneo escreve o seguinte<sup>334</sup>:

“Explorar o potencial da Diagonal como suporte de uma arquitectura capaz de fazer cidade” foi a estratégia que orientou os projectistas. Assim (...) em vez de ser entendido como um vazio onde construir toda uma série de torres ou volumes isolados capazes de configurar um episódio de desenho urbano com sentido em si mesmo, entendeu-se como um cheio, como uma superfície inteiramente construída na malha de Cerdà, que se bem podia considerar-se como uma anomalia dada a singularidade do seu perímetro, também podia ser considerada como mais uma peça da quadrícula”<sup>335</sup>.

A solução proposta atribui forte protagonismo ao edifício principal, implantado na frente da Diagonal, mas permeável por diversos percursos transversais de acesso ao recinto verde localizado no interior do quarteirão. Esta permeabilidade é ainda reforçada por galerias estabelecidas no alinhamento de arruamentos envolventes, de acordo com a respectiva hierarquia, garantindo a conexão com a cidade e prolongando o sistema de espaços colectivos.

---

<sup>334</sup> MONEO, Rafael, 2010, op. cit., pp. 223-254.

<sup>335</sup> *Ibidem*, p. 231.



## A modificação

O modelo espacial do campus é descrito por Montaner (2009), como um sistema urbanístico-arquitectónico complexo correspondendo a diversos factores inerentes aos âmbitos dos seus programas e características das unidades curriculares das instituições, a concepções de natureza pedagógica, às condições locativas, de inserção urbana e territorial, contexto socio-cultural<sup>336</sup>.

O conceito de campus poderá ser útil como instrumento de reconhecimento da estrutura organizativa (linguagens dos sistemas morfológicos e tipológicos e funcionais), às escalas dos factos arquitectónicos, dos seus lugares de inserção urbana, às escalas das relações que estabelecem entre si e às escalas das relações entre conjuntos (entre os campi correspondendo a determinada funcionalidade) dispostos no território. Como instrumento operativo, e nos termos (das suas componentes e entendimentos) acima apontados, revela-se apto a operar alguns dos significados das relações entre as estruturas existentes e as propostas de actuação e modificação dessas mesmas estruturas (ampliação, reabilitação, renovação, reestruturação urbanística e reestruturação ambiental).

Consideramos a área da Asprela, assim como a área do pólo do Campo Alegre, entre muitas outras referidas no âmbito das presentes reflexões, como lugares do conhecimento que se manifestam nos seus espaços urbanos e nos espaços edificados de ensino e espaços correspondentes a outras funcionalidades complementares, ou seja, constituem-se ainda como lugares do conhecimento disciplinar, no campo das inter-relações entre as várias funcionalidades, e entre estas e a cidade, com grande importância para os espaços colectivos, espaços das serventias e acessibilidades, e espaços de guarnição vivencial dos usuários dos equipamentos e dos sectores urbanos a que correspondem.

Para enquadramento e focalização dos ‘problemas’ tratados nestas reflexões, recorreremos a um conjunto de exemplos de modos de projectar sobre realidades preexistentes que se pretendem transformar.

---

<sup>336</sup> Cf. MONTANER, Josep Maria, 2009, *Sistemas arquitectónicos contemporáneos*, Barcelona, Gustavo Gili.

Esta abordagem é necessariamente restrita, quer pela grande diversidade dos factos análogos e distintos com regras e mecanismos próprios difíceis de cotejar, quer porque as experiências (de urbanização e reurbanização) que se pretendem observar encontram-se imbuídas por particularidades (e aparentemente divergem de modelos urbanísticos inteligíveis).

Alguns grandes equipamentos ou concentrações de equipamentos, sendo espaços vibratórios ou de ressonância, imprimem vivências particulares aos seus usuários, na correspondência aos programas, complexidade das formas de agregação e formas de inserção na cidade e no território, sendo elas próprias ‘cidades incompletas’. Mas estes espaços têm vindo a ser alterados pelas modificações técnicas, sociais e de comunicações, encontrando-se por vezes em processo de regressão, obsolescência, esvaziamento, ou confrontados com um conjunto de problemas que reclamam acções de reurbanização, de qualificação ambiental ou outras.

Nestes termos, importa-nos sobretudo verificar de como propostas aparentemente similares produziram resultados diversos, e de como soluções dissemelhantes podem ter efeitos da mesma natureza.

Algumas experiências de reurbanização operam a escalas diversificadas, por acções prospectivas, de renovação urbana, e acções retroactivas, agindo sobre factos passados. Estas constatações requerem novas formas de ‘olhar’ a cidade, por metodologias apropriadas de análise e representação das modificações propostas.

Um exemplo paradigmático do urbanismo e arquitectura modernista universitária é o do Illinois Institute of Technology (IIT), planeado por Mies van der Rohe em 1938-1940, e construído nas décadas de 1940-1950, em momentos de grande euforia económica e social, cuja concepção apelava à construção da cidade moderna do século XX.

O IIT, como ‘campus completo’, foi desenhado às várias escalas do conjunto, desde os edifícios singulares aos espaços colectivos.

Mies esquematizou, em 1939, uma composição volumétrica preliminar, muito rígida, mas como um sistema de relações entre os vários componentes, como alinhamentos planimétrico e volumétrico, modulação - malha geométrica, definida de acordo com a estrutura-tipo das edificações e respectivo sentido tipológico (das sala de aula), regulando o conjunto desde o edifício ao conjunto, construção perimetral (de plantas rectangulares) em torno de construções centrais (edifícios complexos com grandes áreas



de implantação, dotados de pátios interiores para iluminação e ventilação), e um princípio de (quase) simetria face a um elemento de intersecção (uma via transversal estruturante daquele território periférico). À partida, Mies definiu uma quadrícula de 7,7 x 7,2 metros, com a altura de 3,6 metros, constituindo uma malha tridimensional ordenadora de todas as construções e do dimensionamento dos espaços exteriores

Estas relações são evidentes na primeira maquete preliminar, e vão perdendo nitidez com o progresso dos trabalhos. Os espaços entre as construções foram-se tornando progressivamente mais ‘abertos’, tornando-se na essência do projecto, propiciando assim uma maior abertura de vistas a partir dos percursos pedestres, e de pontos de observação mais recônditos e estáticos, como a partir do interior das construções. Com a implementação faseada ao longo do tempo, foram-se perdendo ainda mais os princípios relacionais da simetria e das composições arquitectónicas de maior complexidade organizativa, e alguns programas foram desagregados de modo a facilitar a resposta a novas condicionantes operativas, possibilitando a progressiva execução de construções de menor porte (na correspondência aos recursos disponíveis). O reagrupamento de programas, pela articulação de construções acabou por não acontecer. Mas ao invés de prejudicar as relações de partida, a intervenção converteu-se, com o tempo e espaço de reflexão, numa nova proposta onde prevaleceram aspectos de notável qualificação, arquitectónica com reflexos no conjunto, que adquiriu assim maior flexibilidade para as modificações posteriores, por sucessiva adição de novas construções, a partir do seu elemento mais emblemático, o Crown Hall, destinado à escola de arquitectura e design. Mies inspirou-se na obra de Schinkel, para a composição dos conjuntos volumétricos vinculados pelas (relações das) arquitecturas singulares, conferindo forma e significado à correspondente plataforma, numa síntese entre tradição (ordem, proporção e espaço) e modernidade (sistema construtivo e minimalismo formal). Em síntese, o campus do ITT é sobretudo um espaço de relações, de utilização dinâmica pelos peões que se deslocam nos percursos entre os pavilhões. A vontade em neutralizar a linguagem arquitectónica tornou os edifícios (e, portanto, o seu conjunto) ainda mais deslumbrantes e exuberantes, pelos sistemas construtivos e opções formais inovadoras - a ‘permeabilidade’ do Crown Hall está em sintonia com as ‘intersecções’ dos percursos no recinto do campus – procurando assim condições de perenidade.

Contudo, ao longo das últimas décadas, e sobretudo no final do século, tornou-se evidente o processo de depreciação, decadência e esvaziamento. Muitas das áreas e edifícios de ensino superior, nomeadamente em espaços universitários de características modernistas, foram concebidos a partir de uma perspectiva de ensino tradicional, mais tarde reformada. Alguns paradigmas pedagógicos têm, naturalmente, exigências tipológicas muito próprias, nomeadamente perante as mutações das tecnologias de informação e comunicação. Alguns campi são apenas a concentração de escolas numa determinada área, sem que sejam assegurados factores de articulação, de unidade e de identidade, por vezes nem sequer urbana, quer pela incompletude da urbanização quer pela desqualificação e falta de estruturação do conjunto de factos que verificam, simplesmente, uma localização polarizada.

A estruturação das edificações de ensino reflecte uma determinada espacialização do seu programa, que evolui no tempo, com diversos factores variáveis que dependem das dinâmicas da educação e da sociedade, e têm expressão no entendimento do seu desempenho arquitectónico e urbanístico, no modo como os espaços se relacionam com os seus usuários e interagem com a cidade.

A nova intervenção de Rem Koolhaas no IIT (de 2003), baseada na construção de um edifício icónico destinado a actividades sociais, como espaços de encontro, de estadia e de distribuição, o McCormick Tribune Campus Center, teve em vista a ressignificação do campus, criando nexos directos, pela (ainda maior) evidência dos percursos pedonais, entre as componentes lectivas e de alojamento.

Este projecto, reflexo de um mundo globalizado, da trama complexa de comunicações, da explosão da cidade existente e emergência de novas polaridades, procurou interpretar uma abordagem inovadora para o território em que actua e as suas preexistências urbanizadas e edificadas.

A intervenção tem expressão por várias escalas de resolução – metropolitana (actuando no canal ferroviário que secciona o campus, e no próprio campus), urbana (articulando sectores urbanos adjacentes ao campus), local (pelo novo edifício com programas de proximidade) – e diversas vertentes projectivas (projecto urbano, projecto de arquitectura, projecto de mobilidade, desenho de percursos e outros espaços públicos, design de interiores, com iconografia aludindo à polivalência da construção e valorando a história do campus, realçando a figura de Mies van der Rohe), procurando efeitos retroactivos (ressignificação, reurbanização, reestruturação e revalorização de factos e

espaços existentes), em que parte dos programas considerados não foi entretanto implementada (componente comercial ligada ao sistema de transportes e componente desportiva, por exemplo).

A intervenção de Kollhaas no IIT põe em evidência alguns aspectos determinantes para a construção da cidade contemporânea, no encontro e transição do urbanismo moderno para o neo-urbanismo.

Em 1940 o Instituto Armour e o Instituto Lewis de Chicago, fundiram-se no novo Instituto de Tecnologia de Illinois, renovando as suas instalações em Bronzeville, na periferia sul de Chicago, numa área com cerca de 50 hectares, delimitada por uma via rápida e dividida a meio por uma linha de comboio aéreo.

O plano de Mies van der Rohe<sup>337</sup> para o campus do IIT foi um dos seus maiores projectos, que desenvolveu ao longo de duas décadas, e onde se reúnem 20 edifícios por ele projectados, incluindo o notável Crown Hall.

O campus destaca-se pelas relações internas entre os edifícios e espaços vazios, e pelas relações com a cidade, sendo uma universidade moderna, de uma metrópole global com forte dinâmica urbana e poder económico mundial.

Os primeiros esquemas de 1938-1939 propunham a remoção de uma via para permitir a localização de um espaço de praça envolvida por edifícios sobre estrutura em aço. No plano realizado, conjuntos (clusters) de construções são dispostas de forma a criar uma série de espaços abertos informais resultantes de um ‘jogo’ entre espaços edificados e espaços vazios, apelando assim à construção da cidade moderna do século XX.

O ‘masterplan’ do campus baseou-se numa grelha quadrada de 24 pés (cerca de 7,2 metros) correspondente a um módulo estrutural, estabelecendo uma ordem que disciplina todo o programa desenvolvido. Esta grelha orientou o dimensionamento dos espaços interiores e espaços entre os edifícios históricos, dando corpo ao conceito de ‘espaço universal’ de Mies, que incluía a expressão da estrutura, das paredes exteriores, e dos espaços de mobilidade.

Assim, ‘deslizando’ e articulando os volumes edificados, Mies criou espaços expandidos e estreitos, combinando abertura com intimidade, propiciando leituras e

---

<sup>337</sup> Director da Bauhaus School of Design entre 1930 e 1933, Mies van der Rohe chegou a Chicago em 1938 como Director do Curso de Arquitectura do Instituto Armour, mais tarde IIT (Illinois Institute of Techology), tendo sido encarregado do redesenho do campus e respectivos edifícios.

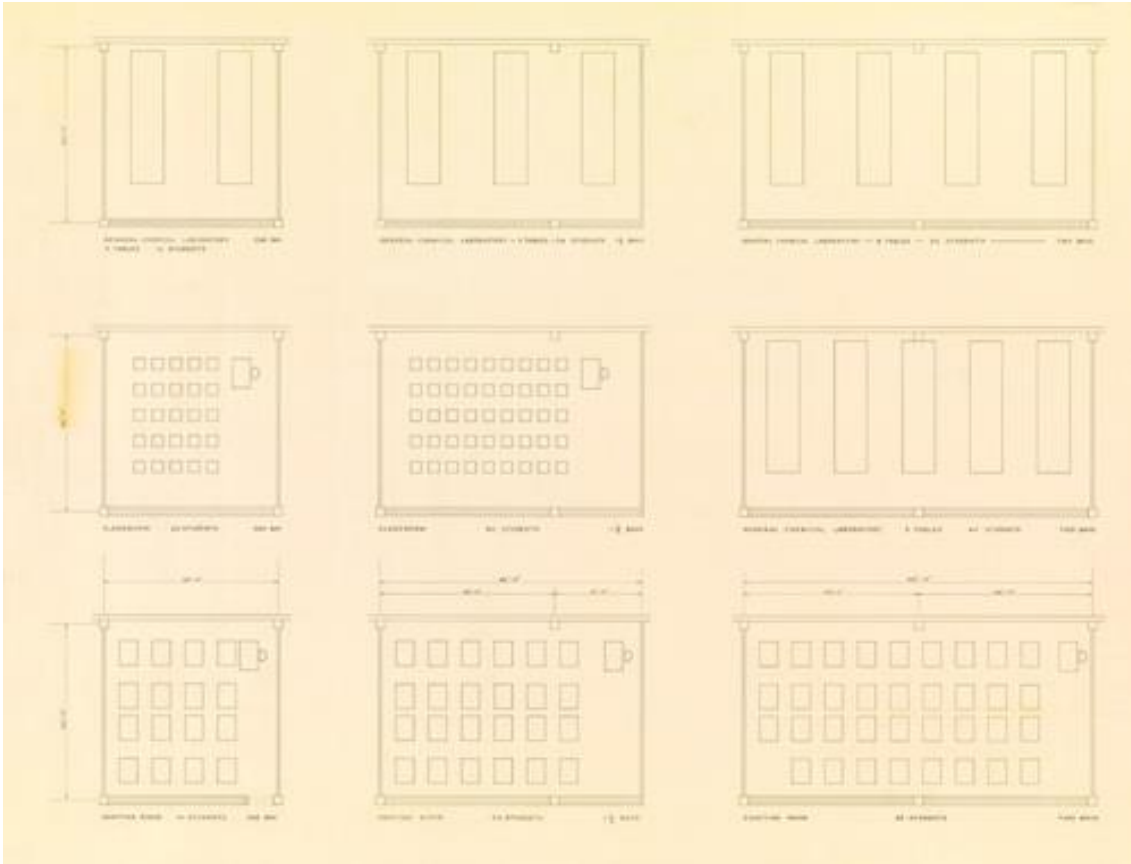
experiências inesperadas, reflectindo, à escala da cidade, os conceitos espaciais ensaiados no Pavilhão de Barcelona (1929), com espaços tridimensionais resultantes de planos verticais que se entrecruzam.

Os principais desafios do projecto surgiram com alguns programas como o auditório, que não se enquadravam no âmbito das actividades face às quais tinha sido definida a grelha de base (salas de aula, laboratórios, grandes vãos estruturais). Nas suas primeiras aproximações às situações de excepção, Mies isolou os programas especiais dos principais blocos construídos, mas com o progresso dos estudos, os edifícios singulares foram ajustados e integrados no conceito de ‘espaço universal’, unificando assim todas as vertentes desde a edificação, aos espaços exteriores e às infra-estruturas urbanísticas. No início das obras do campus, os laboratórios e os blocos de ensino foram erguidos na malha definida pelos arruamentos existentes, de modo a garantir a sua harmonização durante a construção. Esta malha pré-existente foi incorporada pelo plano do IIT, determinando a conformação dos espaços colectivos, arborizados e atravessados por percursos de peões, relacionando os edifícios entre si por uma estrutura ambiental relevante, conceito também frequentemente utilizado por Mies como em Farnsworth<sup>338</sup>. Este princípio de ordem, da rigorosa organização do edifício e dos espaços exteriores, resultou numa clara solução urbana. Utilizando materiais contemporâneos – aço e vidro – Mies garantiu uma expressão de modernidade ao conjunto e a cada um dos factos arquitectónicos, de que é exemplo o Crown Hall, desenhado em 1956. As intervenções entre planos e projectos de arquitectura permitiram sucessivos ajustes mútuos e uma forte unidade do programa conjunto, não obstante a diversidade morfológica de construções e espaços colectivos.

Já após a saída de Mies, cujos trabalhos para o IIT terminaram em 1958, foram acrescentados edifícios desenhados por Skidmore, Owings e Merrill, com base no plano original, nomeadamente a Biblioteca e o Hermann Hall, que serviu como espaço associativo dos estudantes até à abertura, em 2003, do McCormick Tribune Campus Center, desenhado por Rem Koolhaas.

---

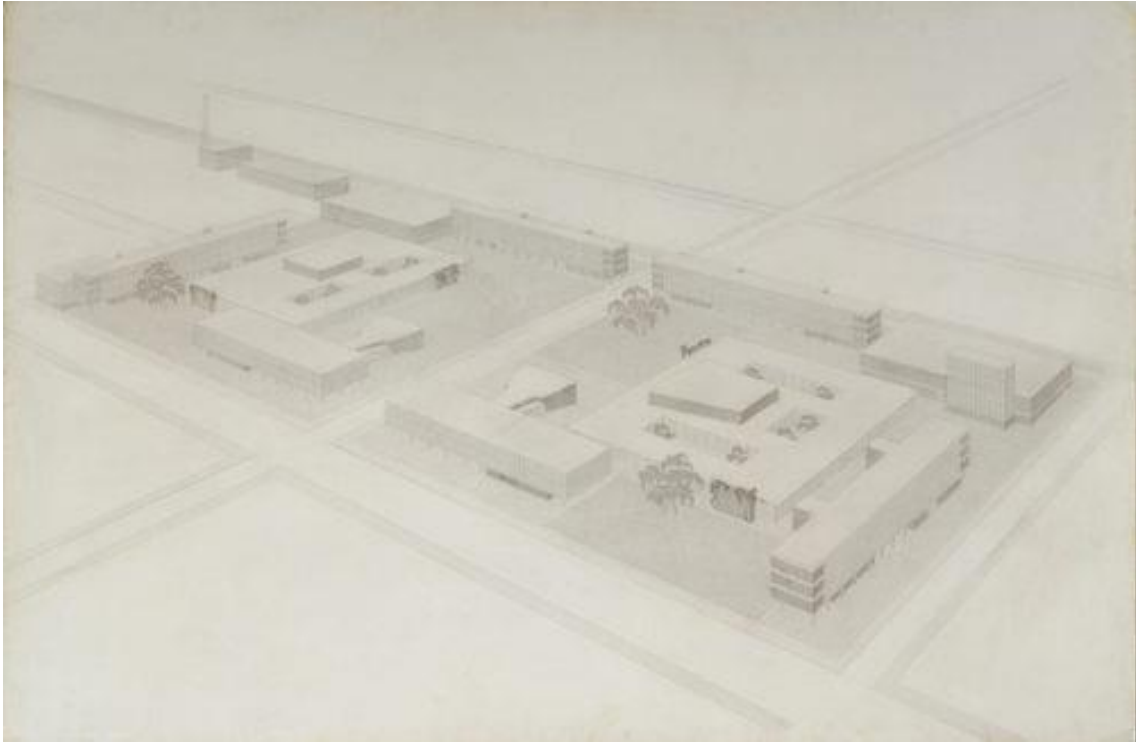
<sup>338</sup> A casa Farnsworth foi desenhada por Mies van der Rohe de 1946 a 1951, sendo um dos principais exemplares de arquitectura do *Estilo Internacional*. Cf. BLASER, Werner, 1991 (1972), *Ludwig Mies van der Rohe*, Barcelona, G. Gili.



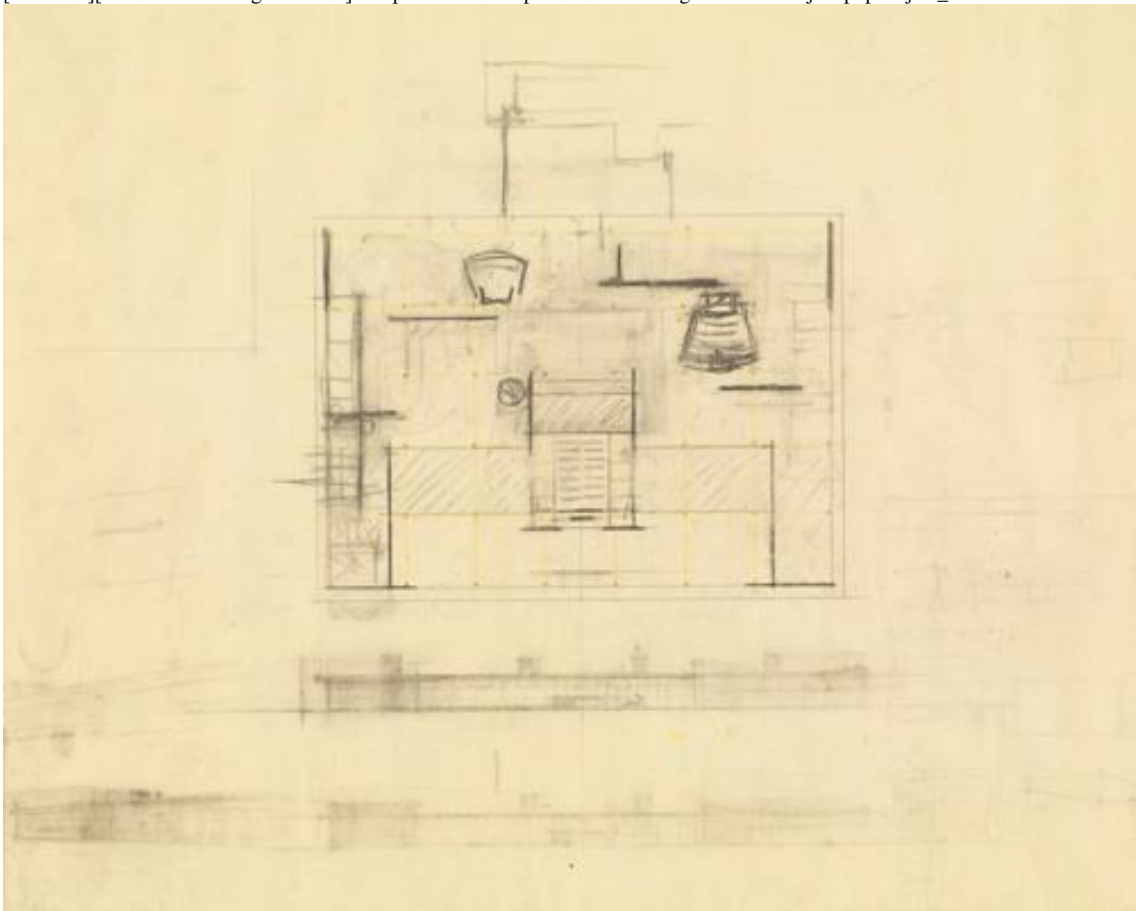
[A75] Ludwig Mies van der Rohe, 1939, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, esquema preliminar das salas de aula, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR3900.141]  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=87450](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=87450)>.



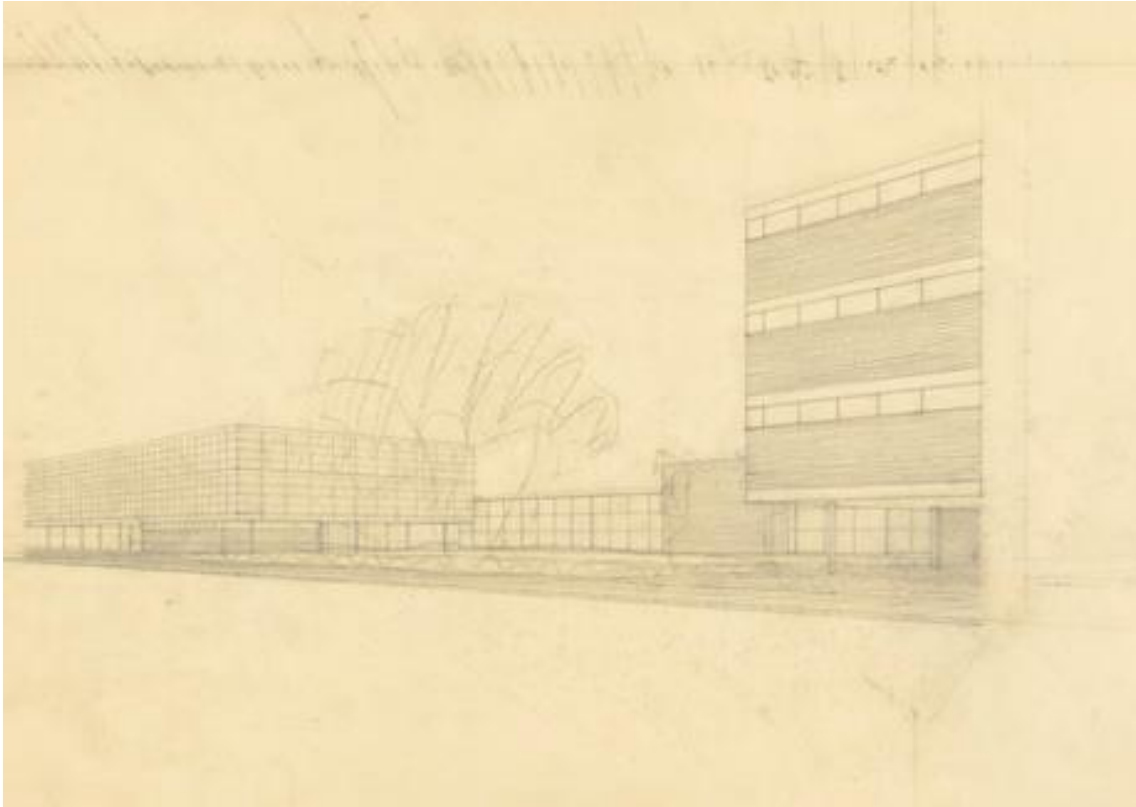
[A76] Ludwig Mies van der Rohe, 1939-1940, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, perspectiva da solução preliminar, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número 720.1963]  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=753](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=753)>.



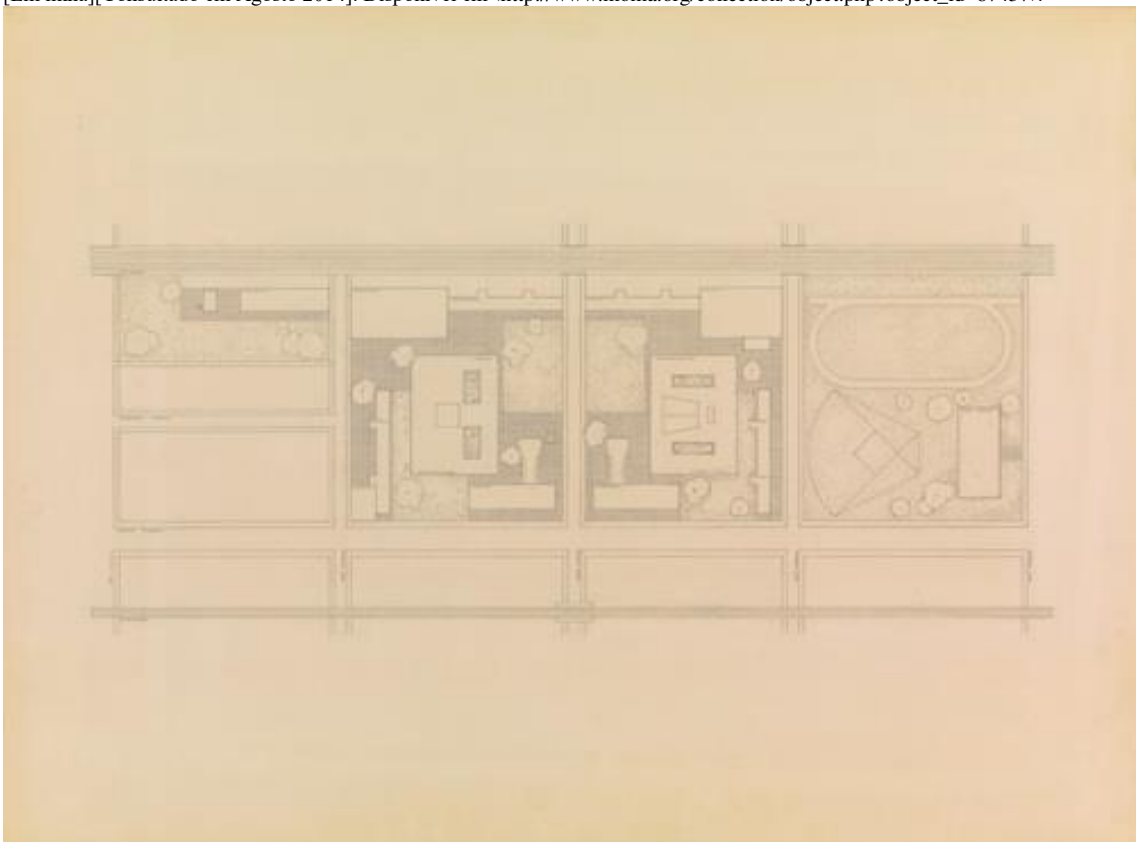
[A77] Ludwig Mies van der Rohe, 1939-40, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, perspectiva aérea do esquema preliminar, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número 719.1963]  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=752](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=752)>.



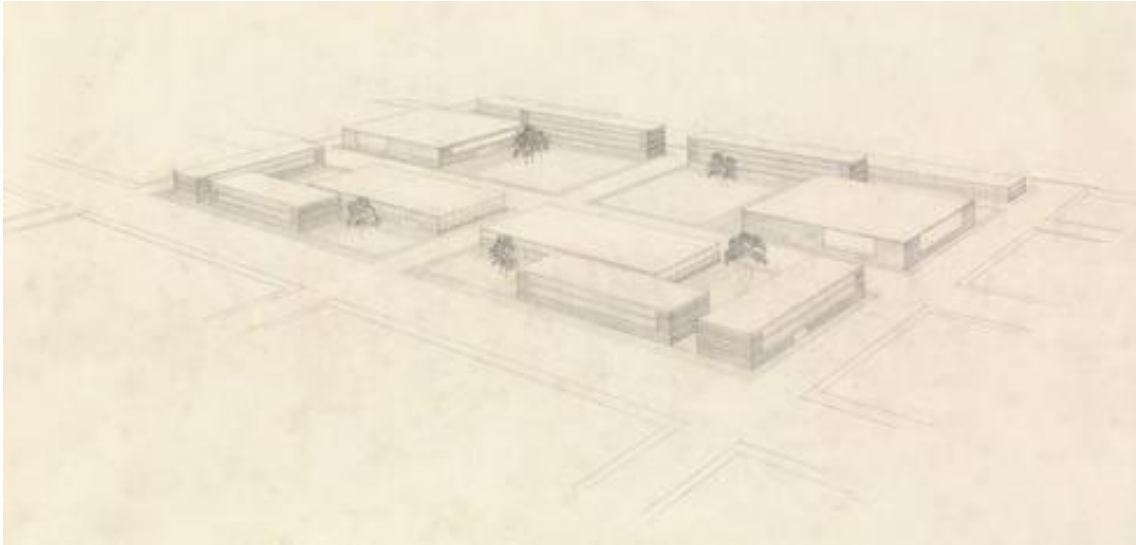
[A78] Ludwig Mies van der Rohe, 1939, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, Student Union building. Planta, alçado e perspectivas de edifício complexo (cluster) da proposta preliminar, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR4000.156]  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=87313](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=87313)>.



[A79] Ludwig Mies van der Rohe, 1939-40, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, edifícios lectivos ao longo da State Street, perspectiva do esquema preliminar, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR4000.78] [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=87457](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=87457)>.



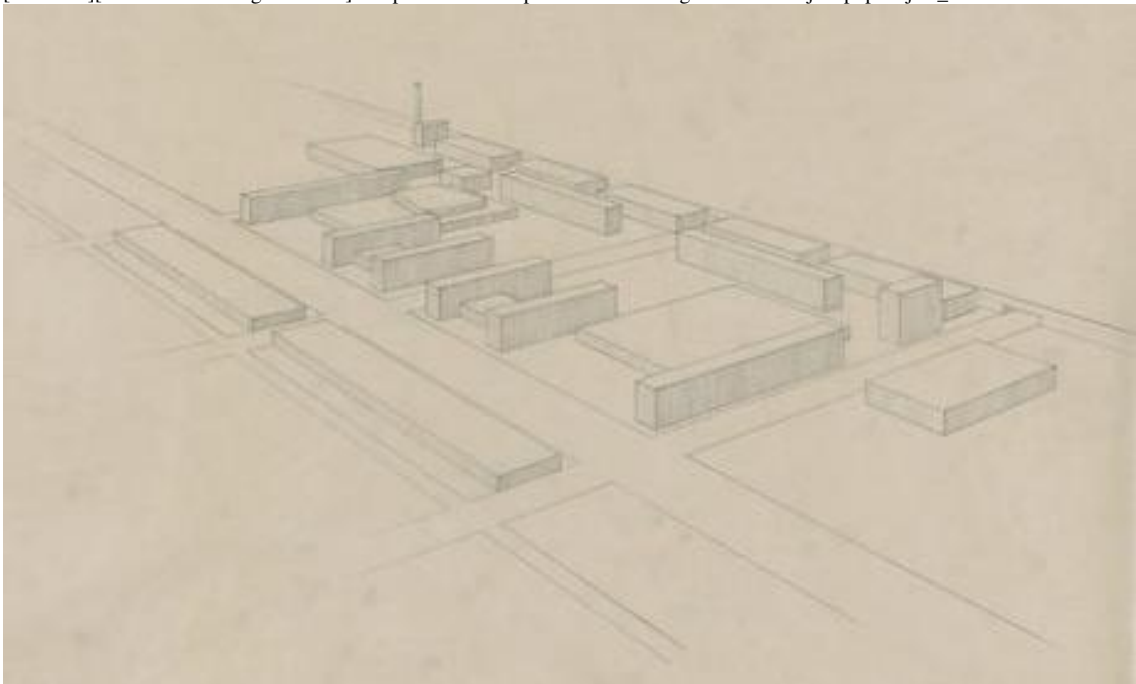
[A80] Ludwig Mies van der Rohe, 1939-40, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, Campus, site plan, esquema preliminar, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número 721.1963] [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=754](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=754)>.



[A81] IIT Master Plan, Chicago, Illinois, Aerial perspective, Ludwig Mies van der Rohe, 1940, MoMA

[Mies van der Rohe Archive, MoMA, número MR4000.165]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=87455](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=87455)>.

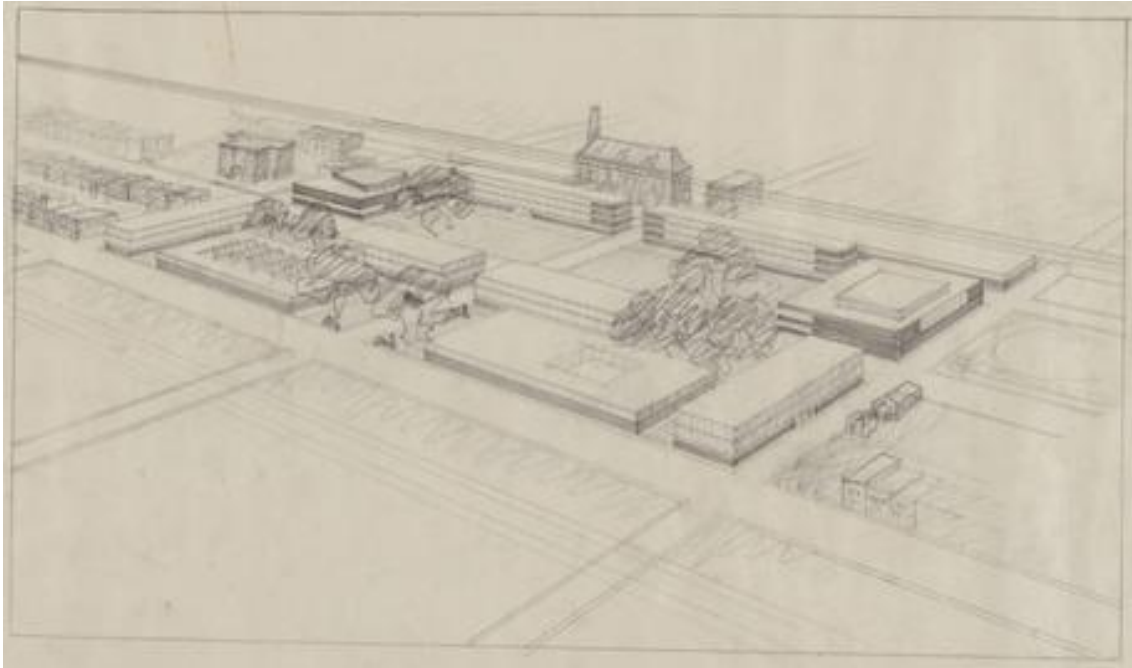


[A82] IIT Master Plan, Chicago, Illinois, Aerial perspective, Ludwig Mies van der Rohe, 1939-1941, MoMA.

[Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR4000.144]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=88283](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=88283)>.





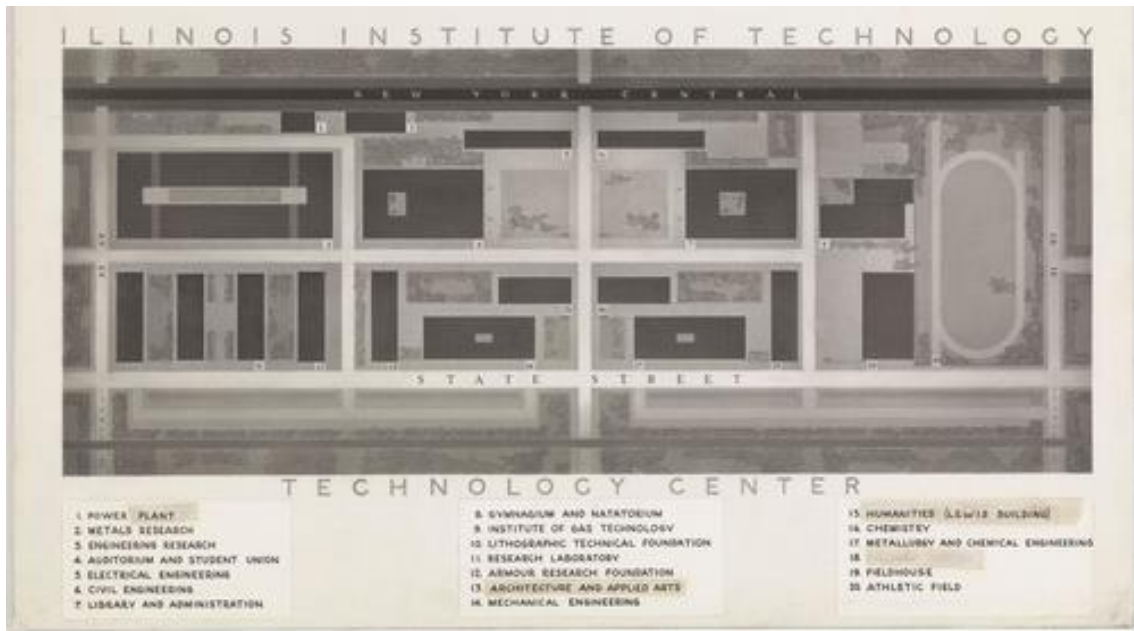
[A83] Ludwig Mies van der Rohe, 1940-41, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, perspectiva aérea do esquema final incluindo o Armour Institute e edifícios envolventes, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR4000.3]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=87763](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=87763)>.

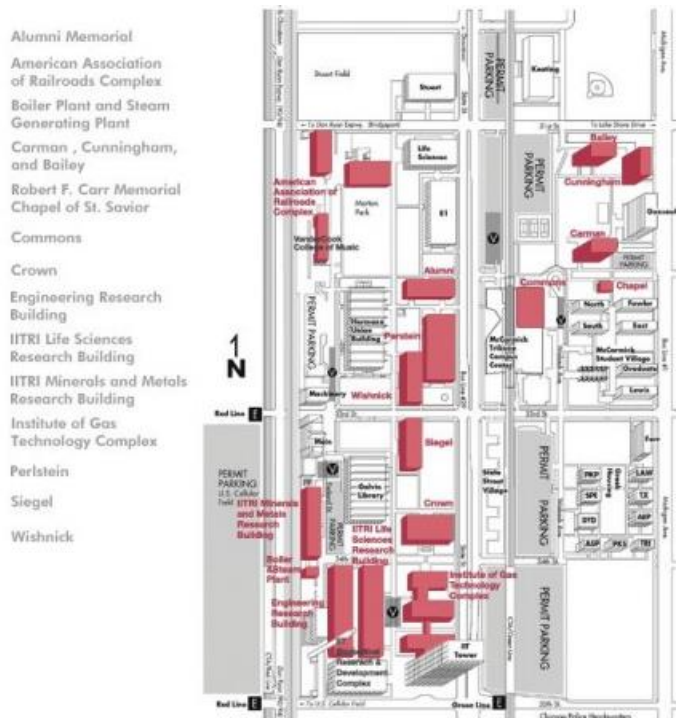


[A84] Ludwig Mies van der Rohe, 1942-46, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, "Technology Center", Site plan e perspectiva aérea, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR4000.251]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=114438](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=114438)>.



[A85] Ludwig Mies van der Rohe, 1942-46, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, "Technology Center." Site plan, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR4000.254]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=87314](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=87314)>.



[A86] IIT, Os 20 edifícios projectados por Mies van der Rohe, Illinois Institute of Technology. [Illinois Institute of Technology Archives]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://archives.iit.edu/>>.



[A87] Mies van der Rohe 1950 – 1956, IIT, *Crown Hall*, Illinois Institute of Technology.

[Mies van der Rohe Society]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.miessociety.org/legacy/projects/crown-hall/>>.



[A88] Mies van der Rohe 1950 – 1956, IIT, *Crown Hall*, Illinois Institute of Technology.

[Mies van der Rohe Society, Hagen Stier Galeria]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.miessociety.org/legacy/projects/crown-hall/>>.

O **McCormick Tribune Campus Center** (MTCC) é um edifício desenhado por Rem Koolhaas (desde a proposta vencedora no concurso de 1997<sup>339</sup> e a sua inauguração em 2003) para o campus do IIT- Illinois Institute of Technology, localizado em Bronzeville, na periferia sul de Chicago. O local era anteriormente utilizado para estacionamento, com a estrutura em viaduto do canal ferroviário aéreo. Koolhaas definiu percursos interiores (diagonais) e realizou entre esses percursos algumas funções dispersas pelo campus, como a livraria, estação de correios, restaurante, auditório, espaços de estar, etc., articulando ainda algumas funções como o edifício comum desenhado por Mies em 1953, que reforçou o seu posicionamento face a um sistema espacial (ou este ganhou expressão efectiva), deixando assim de se constituir como um edifício isolado. Um dos maiores problemas consistia no ruído provocado pelo canal aéreo ferroviário, tendo sido proposta uma estrutura autónoma (do edifício localizado por debaixo, de modo a evitar a transmissão de vibrações) em aço inoxidável envolvendo um tramo de 160 metros da ferrovia. O OMA propunha ainda um programa comercial na extrema sul, e os desenhos originais incluíam campos desportivos que não foram executados.

O IIT acrescentou esta nova construção, com programa polivalente e preparada para usos múltiplos, ao complexo já marcado por uma grande densidade de construções.

Este centro da vida estudantil é apresentado por Koolhaas com as seguintes palavras de ordem, de acordo com o diagrama em anexo, aludindo ao campus e ao edifício como centro do mesmo. “O McCormick Tribune Campus Center procura revigorar o urbanismo inerente, - mas há muito tempo negligenciado – pelo masterplan de 1940, de Mies van der Rohe, para o Instituto de Tecnologia de Illinois. A grande área do ‘Campus Center’ fornece um ponto focal para as metades anteriormente ‘separadas’ do campus, e dispõe de um tubo de aço de absorção de ruído envolvendo o metropolitano elevado, que é executado directamente sobre o edifício e, no interior, um mosaico denso de programas, incluindo uma livraria, praça de alimentação, café, auditório, centro de informática, e espaços de reunião”<sup>340</sup>.

---

<sup>339</sup> Com propostas finalistas de Zaha Hadid, Kazuyo Sejima, Helmut Jahn e Peter Eisenman.  
Cf. OMA, IIT MCCORMICK TRIBUNE CAMPUS CENTER, USA, CHICAGO, 2003, *A dense mosaic of programs unites in the centre of Mies's historic campus*, OMA site [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.oma.eu/projects/2003/iit-mccormick-tribune-campus-center/>>.

O complexo desenhado por Koolhaas institui novos nexos entre a área residencial e a área central do campus de IIT, interpretados pelos percursos entrecruzados que atravessam a construção, determinando a sua forma. Estes percursos diagonais entre as residências e os edifícios lectivos são revestidos por mosaicos em alumínio, e as paredes constituídas por camadas de painéis transparentes e translúcidos.

Ao invés de disfarçar a ferrovia elevada, Koolhaas integra-a com uma nova imagem, como componente crucial do IIT, envolvendo-a num tubo e construindo no seu desvão.

O desafio que se colocava era como habitar um determinado território, com apenas metade da população que o animava na década de 1970. “Para nós, o dilema implica um edifício que é capaz de (re)urbanizar a maior área possível com a menor quantidade de substância (construída)”<sup>341</sup>.

A situação do IIT é exacerbada pela terra-de-ninguém de cada lado da ferrovia elevada. “O coração do campus é o nosso projecto – um grande rectângulo entre as ruas 32 e 33, é o nosso projecto. Não por empilhamento de actividades, mas posicionando cada partícula programática como uma parte de um denso mosaico, o nosso edifício contém a própria condição urbana. Para capturar a totalidade dos fluxos individuais entre o lado este e o lado oeste, a rede de linhas rectas que conectam todos os destinos no campus, são organizadas em corte através do Centro para organizar a multiplicidade das actividades nas ‘ruas’, praças e ilhas urbanas. Sem fragmentar o edifício em si, cada uma das partes constituintes podem ser articuladas de acordo com as suas necessidades específicas e posicionadas para responder com precisão ao contexto de influência, colocadas para exposição máxima e impacto, criando relações de proximidade - 24 horas, comerciais, entretenimento, académicas, utilitárias - parques e outros elementos urbanos em miniatura. A autonomia de cada programa pode ser respeitada (e mesmo exacerbada), os atalhos garantem a sua interface e coexistência. O principal elemento aglutinador é o telhado, a laje contínua de betão que protege o Centro do ruído da ferrovia elevada, enquanto unifica a heterogeneidade por debaixo”<sup>342</sup>.

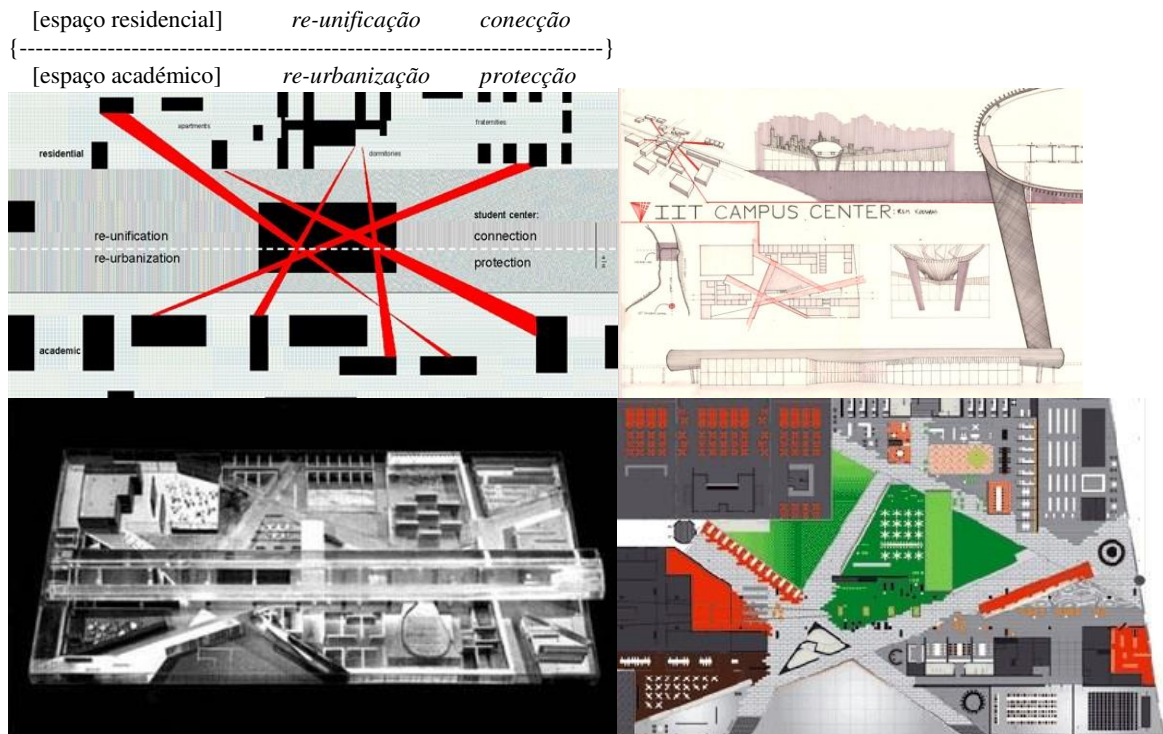
A mais recente adição estruturante ao campus do IIT revela um brilhante conceito operativo às escalas urbana e arquitectónica, aglutinadas para resolução da necessidade em reabilitar e reestruturar o complexo do IIT, marcado pela saturação dos seus factos acumulados ao longo da sua existência, e sobretudo nas últimas décadas, incluindo a

---

<sup>341</sup> GA Document 76, 2003, "OMA - McCormick Tribune Campus Center", ADA, p. 14.

<sup>342</sup> Idem, *ibidem*, p. 14.

realização de novas relações com a envolvente urbana, também ela densificada. Como espaço de encontro, de estadia e de distribuição, constitui-se ainda como um ‘playground’ de surpresas e de actividades inovadoras. A partir da sua integração com a linha férrea elevada e a articulação com a envolvente urbana o Centro McCormick conseguiu impor-se, aparentemente, constituir-se como função proeminente de unificação do campus com a sua envolvente urbana e metropolitana.



[A89] Rem Koolhaas 2003, IIT, McCormick Tribune Campus Center, Chicago, Illinois, esquemas, modelo e planta do piso térreo, OMA.

[OMA]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.oma.eu/projects/2003/iit-mccormick-tribune-campus-center/>>.



[A90] Rem Koolhaas 2003, IIT, McCormick Tribune Campus Center, Chicago, Illinois, OMA.

[OMA]

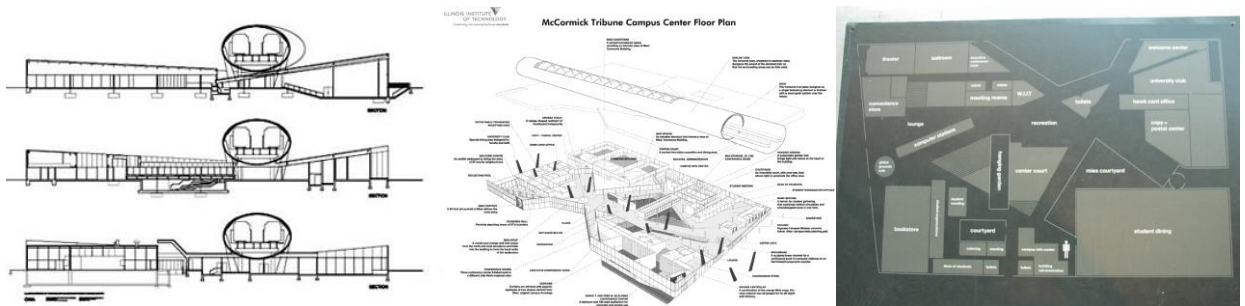
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:

<<http://www.mimoo.eu/projects/United+States/Chicago/McCormick+Tribune+Campus+Center>>;

<<http://photos.innersource.com/Around-Town/Chicago-IL/Illinois-Institute-of-i-zqPcHgN>>;

<<http://web.iit.edu/about/history/historic-architecture>>;

<<http://photos.innersource.com/Around-Town/Chicago-IL/Illinois-Institute-of-i-tvVvrM>>.



[A91] Rem Koolhaas 2003, IIT, McCormick Tribune Campus Center, Chicago, Illinois, perfis e esquemas organizativos, OMA.

[OMA]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:

[<http://www.arcspace.com/features/oma/mccormick-tribune-campus-center/.center/>](http://www.arcspace.com/features/oma/mccormick-tribune-campus-center/.center/);

[<http://victortsu.tumblr.com/page/41/>](http://victortsu.tumblr.com/page/41);

[<http://photos.innersource.com/Around-Town/Chicago-IL/Illinois-Institute-of-i-qZVkVXN/>](http://photos.innersource.com/Around-Town/Chicago-IL/Illinois-Institute-of-i-qZVkVXN).



[A92] Rem Koolhaas 2003, IIT, McCormick Tribune Campus Center, Chicago, Illinois, fachada da entrada com imagem de Mies com 6 metros de altura, ferrovia, e iconografia no interior do edifício.

[OMA]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:

[<http://www.arcspace.com/CropUp/-/media/244480/mccormick\\_tribune\\_campus\\_center\\_2.jpg/>](http://www.arcspace.com/CropUp/-/media/244480/mccormick_tribune_campus_center_2.jpg);

[<http://www.arcspace.com/CropUp/-/media/244469/mccormick\\_tribune\\_campus\\_center\\_1.jpg/>](http://www.arcspace.com/CropUp/-/media/244469/mccormick_tribune_campus_center_1.jpg);

[<http://www.formagramma.com/architecture/3285/iit-mccormick-tribune-campus-center/>](http://www.formagramma.com/architecture/3285/iit-mccormick-tribune-campus-center/>).



### Linguagem e representação do projecto urbano

A cisão entre plano e projecto, o planeamento estratégico, a natureza ardilosa da incerteza no planeamento físico e a ideia da regulação variável foram temas recorrentes da urbanística moderna (nomeadamente a partir dos anos 60 do século XX), marcada por uma hierarquia normativa em cascata descendente (top-down), com dificuldade em assegurar formas coerentes de crescimento urbano e com a convicção “algo ingénua, na possibilidade de substituir os impulsos ao crescimento através da elogiada política dos *re's* e das intervenções fragmentadas encarregadas a reputados arquitectos, já que os urbanistas tinham subvalorizado a importância semiótica da arquitectura urbana, obcecados pela visão sistémica ou standards de zonificação<sup>343</sup>”.

Chegou então o momento de “preencher os vazios deixados pela cidade burocrática e amorfa (...) formando uma realidade virtual sobreposta à outra cidade, genérica, de problemas ainda não resolvidos ou mal resolvidos...”<sup>344</sup>.

O projecto, o exercício projectual, pode então, de certa maneira, ser entendido como contexto-conteúdo ou contextura comum à urbanística e à arquitectura. A longa controvérsia acerca das relações entre plano e projecto destaca incidências disciplinares próprias, mas articuladas no claro reconhecimento da capacidade de intervenção do projecto a diversas escalas e programas da actuação urbanística.

Na realidade, a separação entre arquitectura e urbanística foi-se acentuando particularmente pela convocação de dimensões de praxis dissemelhantes correspondentes a processos relativamente autónomos que conduziram progressivamente à divisão tendencial dos seus campos de competência. Mas “sabemos da história que as melhores transformações urbanas foram conduzidas no âmbito de uma visão arquitectónica, e assim, os melhores projectos distinguiram-se por uma profunda *consciência urbanística*.

A essência profunda dos dois entendimentos está na sua própria matriz projectual comum, ou seja, no inalienável pressuposto da transformação<sup>345</sup>, sendo esta uma

---

<sup>343</sup> PORTAS, Nuno, 2004, “De una ciudad a outra: perspectivas periféricas”, in RAMOS, Ángel Martíin, (ed.), 2004, *Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos*, Barcelona, UPC, p. 221.

<sup>344</sup> PORTAS, Nuno, 2004, op. cit., idem, *ibidem*, p. 221.

condição de conhecimento (consciência) a reconhecer face ao potencial de modificação (como característica intrínseca) do espaço intervencionado.

Solà-Morales inquieta-se com a “solidão da arquitectura”<sup>346</sup> como um dos maiores problemas das nossas cidades, referindo-se como a tendência de muitas das arquitecturas mais notáveis a isolarem-se do lugar onde se encontram, a isolarem-se da cidade e da sua responsabilidade colectiva, “sendo uma atitude consciente, voluntária, de colocar-se no chão (...); parece que, efectivamente, as nossas cidades sofrem porque a arquitectura as abandonou. A cidade sem arquitectura está morta, ou se não está morta, está muito doente”<sup>347</sup>. Esta arquitectura singular, icónica, de excepção, procura reconhecimento mediático e converte-se em objecto de desejo e promoção de actores do ‘mainstream’, distanciando-se muitas vezes do espaço urbano, mas com eventual potencial enquanto referencial topológico de escala territorial, ou símbolo de um determinado tempo e forma de produção da urbanização. A importância da qualificação do espaço público é assim ainda mais relevada como vertente de intervenção especializada, ela própria afastando-se tendencialmente da arquitectura. Espaços públicos que se constituem como uma “disciplina de arquitectura a cota zero, projectando pavimentos, postes, muros e topografias artificiais, vegetação e árvores, com grande vantagem para o conhecimento destes temas, mas com uma dissociação cada vez mais radical face à arquitectura”<sup>348</sup>. Mas o espaço colectivo só poderá ser entendido em ‘espessura’ com o edificado e o parcelar, sendo parte fundamental da descrição e esquematização da morfologia urbana e dos sistemas organizativos do espaço da cidade, e a arquitectura (a linguagem arquitectónica) é o único meio apto a superar a dualidade entre espaço urbano e a forma arquitectónica, construindo os vários e articulados suportes de vida e de representação cívica dos usuários dos espaços urbanizados. Solà-Morales apresenta diversos exemplos de arquitecturas que considera desastrosas para a cidade de Barcelona, sobretudo por não qualificarem os contactos com o terreno, por considerar como atitudes arrogantes face à

<sup>345</sup> CROTTI, Sergio, 1989, “Didattica e metodologia del procedimento progettuale”, in CASSIA, Cesare Macchi (coord.), 1989, *Il progetto urbanistico come strumento didattico, un'introduzione agli studi di architettura*, Milano, CittàStudi, p. 97. (o grafo é nosso).

<sup>346</sup> SOLÀ-MORALES, Manuel de, 2009, *La urbanitat de l'arquitectura*, Conferència inaugural del curs 2009 2010, Barcelona, “Visions n.º 8”, novembre, UPC, pp. 7-25.  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014], disponível em:  
<[http://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/14545/1/VISIONS8\\_02\\_teoriaMSM2.pdf](http://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/14545/1/VISIONS8_02_teoriaMSM2.pdf);  
<<http://hdl.handle.net/2099/14545>>.

<sup>347</sup> SOLÀ-MORALES, Manuel de, 2009, op. cit. idem, *ibidem*, p. 7.

<sup>348</sup> SOLÀ-MORALES, Manuel de, 2009, op. cit. idem, *ibidem*, p. 8.

cidade marcadas por frequentes equívocos tipológicos. Mas aponta também exemplos em que a arquitectura configura a própria qualidade do espaço público, isto é, onde a qualidade do espaço público é conferida pela qualidade da arquitectura com que se articula. A urbanidade pode ter a ver com o sábio jogo de escalas, a edificação faz o espaço. De resto, nestas reflexões são abordados edifícios-cidade, com os seus espaços de distribuição, núcleos funcionais administrativos, de serviços, de apoio de vida (comerciais, culturais, habitacionais/alojamento), entre outras valências, observando aspectos de potencial articulação por soluções diversificadas, a partir das suas soluções tipológicas e modelares de base, e como se poderão entender níveis de maior (complexidade) de articulação à escala de sectores urbanos e territoriais.

A arquitectura configura a forma, a disponibilidade e a qualidade do próprio espaço público, ou seja “a qualidade do espaço público é conferida pela qualidade da arquitectura que o configura (...) o edifício faz espaço, os edifícios fazem a cidade e sem a arquitectura nada disto é possível<sup>349</sup>”.

O projecto para o jornal ‘The Economist’ de Alison e Peter Smithson, consiste num espaço colectivo conformado por quatro edifícios (sendo um deles preexistente) com uma linguagem brutalista. A permeabilidade e as potencialidades sensoriais são aspectos relacionados com a qualificação do espaço urbano, de como nos relacionamos com o espaço da cidade, em todas as dimensões da vida quotidiana. “A forma dos espaços urbanos deriva de vivências corporais específicas<sup>350</sup>, propiciando o exercício sensorial e funcional do ‘corpo’ e da ‘máquina’. O corpo é o “vector semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: actividades perceptivas, mas também expressão dos sentimentos (...). Emissor ou receptor, o corpo produz sentidos continuamente e assim insere o homem, de forma activa, no interior de dado espaço social e cultural<sup>351</sup>. O corpo será então o corpo humano (o homem) e os corpos factuais (objectos) e “coisas<sup>352</sup> com que se relaciona.

---

<sup>349</sup> SOLÀ-MORALES, Manuel de, 2009, op. cit. idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>350</sup> SENNETT, Richard, 2003 (1943), *Carne e Pedra, o corpo e a cidade na civilização ocidental*, (Flesh and Stone), S. Paulo, Record Ed, p. 300.

<sup>351</sup> LE BRETON, David, *A sociologia do corpo*, 2007 (1953), Petrópolis, Vozes Ed., p. 7 e p. 8. Uma sociologia relacionada ao corpo poderá reunir uma série de condições para o seu exercício, passível de entendimento pluridisciplinar, mantendo as suas condições de pertinência epistemológica.

<sup>352</sup> “O homem é diferente da coisa, principalmente da máquina, quando a nomeia, quando a integra ao sistema de significações e de valores (...). O corpo é a interface entre o social e o individual, entre a natureza e a cultura, entre o fisiológico e o simbólico; por isso, a abordagem sociológica ou

A questão das relações entre a cidade e a arquitectura continua, desde longa data, no centro do debate disciplinar, sendo determinante para o entendimento actual da actuação urbanística.

O sentido último da arquitectura, na perspectiva da urbanística, parece decorrer da sua capacidade em inscrever-se num contexto urbano que tende a generalizar-se no território, ou na afirmação singular capaz de operar a requalificação simbólica, imagética e funcional de uma parte desse território. Não obstante a tomada de consciência acerca dos problemas com que se depara a urbanística actual, e os diversos resultados de algumas práticas e políticas recentes, informadas por ‘boas intenções’ quanto ao ‘figurino’ de um novo projecto urbano, será necessário admitir, mais uma vez, a manifesta ineficiência da disciplina em qualificar os novos espaços da cidade. Não só sentimos grandes dificuldades em gerir o destino das periferias e ‘antigas’ periferias (nomeadamente as que se constituem actualmente como centralidades emergentes, mas com défices de infra-estrutura e de desenho urbano), como nem sequer temos grandes convicções quanto à ‘forma’ dos projectos para os centros urbanos, marcados por propensões de reabilitação, renovação e densificação.

Para conter este estado de perplexidade do exercício disciplinar, é necessário compreender as causas da dicotomia cidade / arquitectura, observando a aparente contradição implícita de contextura (e, assim, afirmada também a nível conceptivo), e como a mesma poderá eventualmente encontrar resolução no contexto de determinadas práticas disciplinares do projecto urbano.

Bernard Huet enquadra esta questão posicionando a cidade como um “facto colectivo e plural, sendo a expressão de valores públicos de uma colectividade” e a arquitectura como um “facto individual e singular fundado na visão particular e privada de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos”<sup>353</sup>.

A cidade estabelece a sua realidade na continuidade e permanência no tempo e no espaço. O tempo da cidade, e do projecto da cidade, é o *tempo longo*, o de um processo de

---

antropológica exige prudência particular e a necessidade de discernir com precisão a fronteira do objecto”, in LE BRETON, David, *A sociologia do corpo*, 2007, op. cit., p. 90 e p. 92.

<sup>353</sup> HUET, Bernard, 1986, “L’architecture contre la ville”, in *Architecture, Mouvement, Continuite* – AMC, n. 14, décembre 1986, Paris, Moniteur, p. 10.

reconstrução e de refundação permanente. O seu traçado assenta tendencialmente na construção de um sistema contínuo e articulado que restitui a unidade do corpo urbano com as suas próprias hierarquias.

A arquitectura é, pela sua própria escala e sentido tipológico, descontínua no tempo e no espaço, conjugando-se a uma série de factos e circunstâncias, ao movimento das relações das vivências em comunidade, ao ciclo rápido das transformações institucionais, funcionais, económicas e culturais.

A cidade é, prevalentemente, o lugar do compromisso e da articulação (ou desarticulação, que será, por si, um modo peculiar de ‘articulação’), e a arquitectura formaliza um sistema de valores frequentemente assentes na expressão da diferença e da inovação. Mas verifica-se uma relação de grande fertilidade entre cidade e arquitectura, sendo esta o veículo principal da ‘monumentalidade’ da colectividade, do sistema simbólico que constrói as condições de identidade de cada cidade, motivo das suas estruturas de suporte, o suporte físico urbanizado, traçado e a infra-estrutura.

“Na realidade, a superação da contradição entre arquitectura e cidade só pode ser explicada pela mecânica do sistema da tipologia dos edifícios urbanos. O tipo como estrutura de conformidade e de mediação/guarnição vivencial, partilha com a cidade um certo número de características comuns”<sup>354</sup>.

O tipo interpreta diversas relações com precisos significados físicos, construtivos, sociais e culturais, intimamente articulados com a estrutura parcelar, e com condições de persistência a ‘tempo longo’, sendo ainda o ‘tipo’ um dos principais descritores da morfologia urbana e parcelar.

Como estrutura encadeada a diversas escalas e funcionalidades, o tipo confere à arquitectura uma capacidade relevante de interferência na dinâmica urbana, desempenhando a intermediação entre continuidade e fragmento, resistência e modificação, determinação do colectivo e do privado, do padrão e da excepção. Será pelos conotados formais do sentido tipológico do edificado que se expressa parte considerável (do léxico) da linguagem da arquitectura e linguagem do projecto urbano, como uma proto linguagem arquitectónica, relevando as variantes das associações da arquitectura urbana, como condições das inter-relações estabelecidas com o parcelar e como modelos reconhecíveis.

---

<sup>354</sup> HUET, Bernard, 1986, op. cit, idem, *ibidem*, p. 10.

A questão da controvérsia entre cidade e arquitectura como obra artística tornou-se premente com o entendimento do Movimento Moderno ao conceito de arquitectura, atribuindo-lhe dois propósitos de circunstância - a produção maciça de habitação e o urbanismo concebido como instrumento de gestão da quantidade e do crescimento extensivo da cidade – objectivos aparentemente (pela ‘banalização’ resultante da reprodução do modelo) estranhos à arquitectura erudita<sup>355</sup>, de autor.

Mas o cerne da questão está na ‘relação’ entre cidade e arquitectura, tal como formulada pela Carta de Atenas, como ‘cidade funcional’, marcada pela homogeneização, isotropia e fragmentação dos seus espaços, como a antítese da organização espacial da cidade ‘histórica’.

O modelo da ‘cidade funcional’ é a manifestação de uma lógica urbanística estabelecida na dependência da habitação (designada por alojamento). A partir da célula primária

---

<sup>355</sup> O conceito de “Arquitectura Erudita” é complexo e está numa linha pouco demarcada com o que se considera como “Arquitectura tradicional”, definindo-se num conjunto de critérios de análise do seu valor distintivo e icónico no contexto de um período histórico e/ou corrente arquitectónica e estilística, mas também terá por base outros valores subjectivos e intangíveis, como o contexto histórico da cidade, as relações sociológicas dos seus habitantes e outros.

No fundamental, a arquitectura dita ‘erudita’ pressupõe uma autoria informada no conhecimento e sabedoria de base académica e pela afirmação/ experimentação de tendências por determinadas escolas, correntes ou estilos arquitectónicos reconhecidos.

As linguagens da arquitectura de autor permitem a identificação do seu carácter singular, distinto das produções designadas como de arquitectura tradicional e arquitectura corrente.

A arquitectura erudita distingue-se da não-erudita ou vernácula sobretudo pelo modo como foram concebidos e executados os edifícios, mais do que pelas suas características em si. Assim sendo, “*erudita seria a arquitectura cuja produção exigiu a aplicação de um conhecimento desenvolvido, não rudimentar, derivado da experiência mas ampliado pela especulação teórica*” (SILVA 1994, p.138), independentemente da sua qualificação estética e funcional, ou sequer congruência construtiva.

Segundo Françoise Choay, “[o De re ædificatoria (Alberti)] *impõe ao arquitecto uma tarefa que vai mudar o seu estatuto social: implica a formação de uma nova categoria profissional irreductível à dos antigos construtores*” (SILVA 1994, pp.144-145).

É assim evidente que o carácter artístico da concepção arquitectónica decorre da consciência do projectista acerca do potencial expressivo da obra. “*Nas suas manifestações mais representativas, a arquitectura erudita incorpora a intenção de demonstrar alguma proposição de carácter estético, técnico, instrumental ou meramente ideológico (...). A artisticidade da arquitectura erudita implica a possibilidade da elaboração intelectual abstracta de símbolos, conceitos e regras de articulação*”. (SILVA, Elvan, 1994, p. 149.)

Arquitectura erudita designa a que se remete a um corpo teórico instituído, apresentando assim três características muito próprias: (i) uma genealogia nominal reconhecida, ou seja, apresenta-se por realizações concebidas por autores individualizados, em contextos de valorização da autoria, (ii) é produzida em conformidade a preceitos doutrinários explícitos, decorrentes da especulação intelectual consciente, e não como simples consequência do hábito e da tradição, e (iii) é afirmada por manifesta intencionalidade e propósito expressivo com valor estético.

SILVA, Elvan, 1994, “Arquitectura erudita e cultura artística superior”, in SILVA, Elvan, 1994, *Matéria, Idéia e Forma, Uma definição de arquitectura*, pp. 136-157, Porto Alegre, Ed. da Universidade UFRGS.

constituída pelo fogo, são elaborados conjuntos congruentes com dimensões sucessivamente mais expressivas numa base quantitativa e isotrópica que, sem recurso a nexos de continuidade, permitem a transposição da ‘unidade de habitação’ à ‘unidade de vizinhança’, e desta à cidade, com base em ‘necessidades’ funcionais estabelecidas a partir da habitação, e por composições espaciais abstractas. Na ‘cidade funcional’ são ambíguas e inextricáveis as relações entre morfologia urbana e tipologia edificatória, pela ausência de nitidez da forma urbana (para além de um conjunto de regras geométricas de composição, impostas à morfologia do suporte físico) e ausência de padrões tipológicos para além da reprodução de modelos ‘acabados’ como objectos funcionais desligados de continuidades físicas, históricas e culturais sedimentadas. Suprimindo os suportes de inserção e de intermediação entre as diversas estruturas da cidade, romperam-se as potencialidades de articulação entre a arquitectura e a cidade de então.

No sentido da libertação do modelo abstracto (...) a urbanística explorou os meios de novas metodologias de análise dos factos urbanos existentes, procurando a sua exploração como materiais de suporte da actuação no espaço urbanizado, relevando o seu potencial como ‘intérpretes’ da memória dos seus lugares e como suportes de reconhecimento locativo das soluções que os integravam. Mais tarde foram experimentadas diversas metodologias conceptivas, como a decomposição e recomposição morfológica de factos e estruturas existentes, entre outros ensaios baseados nas relações mais do que nos objectos em si.

Estes ensaios tiveram como objectivo, entre outros, a tentativa da reaproximação (enquanto reconciliação) entre cidade e arquitectura, como uma primeira tomada de consciência (Rossi, Gregotti e Aymonino, entre outros) do carácter fragmentário da intervenção ‘a partir’ da arquitectura, o que resultou numa ideia de projecto de cidade por partes, onde os espaços públicos, fortemente articulados com os projectos de arquitectura, assumiam o encargo de assegurar a unidade e continuidade da forma urbana resultante de projectos parciais de fragmentos da cidade.

Esta atitude decorreu da constatação que as acções de (re)qualificação quer de áreas urbanizadas difusas quer de áreas da cidade canónica compacta, assumiam-se elas próprias como intervenções projectuais fragmentadas na sua ‘forma’ e territórios abarcados. Ao conceito de ‘arquitectura urbana’ acrescentou-se o de peça urbana, retomando a ideia de ‘cidade por partes’, mas porventura limitando o interesse da

linguagem arquitectónica na construção da cidade como entidade baseada na continuidade dos seus espaços e estruturas, privilegiando a arquitectura em relação ao espaço público.

Estes conceitos deverão, de resto, ser entendidos por diversos pontos de vista.

Por um lado, inscrevem-se na sequência de uma série de utopias dos anos 50 e 60, baseadas nas megaestruturas objectuais de Constant, Bakema, dos Smithson, Candilis ou Tange, entre outros que, na tentativa de superar a dicotomia entre urbanismo e arquitectura, propondo formas de cidade arquitectónica, criando uma nova contradição – a recusa em reconhecer a diferença primordial e a incompatibilidade conceptiva entre arquitectura e cidade, que reside nas características intrínsecas das duas estruturas, na impossibilidade em garantir a unidade e a continuidade urbana a partir de um conjunto fragmentado, descontínuo e limitado de objectos, que dificilmente poderão resultar enquanto ‘peças urbanas, mas de ‘porções’ de arquitectura urbana autónomas, onde a compleição heterotópica é manifestamente antinómica com a ideia convencional de cidade. De resto, estas aproximações não encontram enquadramento fácil, mesmo que versátil, pelas limitações dos tempos e dos espaços do exercício projectual da arquitectura, e ainda pelas limitações e dificuldades de representação de um *projecto de cidade*.

Mas é precisamente perante esta contingência técnica e operativa que se colocam novas oportunidades de regresso às utopias baseadas em megaestruturas recorrentes no território, pelo acrescento de uma ordem objectual ligante dos fragmentos arquitectónicos estruturantes, ou pela consideração de megaestruturas espaciais, desde já existentes ou latentes no território urbanizado (esteiras de mobilidade, sistemas ecológicos e ambientais recorrentes, sistemas de espaços colectivos, novas ‘juntas’ territoriais ao longo da macroestrutura viária e ferroviária em ‘corte’ no território, entre outras funcionalidades e espacialidades existentes e latentes na cidade contemporânea).

Acresce que a arquitectura, hoje, limita-se frequentemente a uma resposta meramente conjuntural e conjectural, muitas vezes focada para a reabilitação e renovação de estruturas existentes, e deste modo sujeita a condicionamentos morfológicos de partida, enfrentando sérias dificuldades de se substituir à cidade na produção de contextos urbanos inovadores.

Uma das críticas mais frequentes às opções de actuação na cidade ‘por projectos’ é, segundo formulou Bernard Huet em 1986, a de “aceitar como ponto de partida teórico a



situação crítica criada pelo modelo de urbanismo dominante sem o querer ultrapassar. Reconhecer a fragmentação de certas partes da cidade, e nomeadamente da periferia como um facto, uma base a partir da qual começa o projecto, é ser realista e é igualmente aceitar colocar limites à sua própria capacidade em intervir. Mas teorizar a fragmentação como um estado permanente e como unidade de projecto é ir contra a própria ideia de cidade. É (...) renunciar à cidade como projecto e como destino, é recusar-se a ter uma ideia de cidade”<sup>356</sup>.

Mas nenhuma sociedade pode dispensar uma ideia de cidade, como vontade de organização dos modos de vida dos cidadãos, e que permita conceber estratégias consentâneas com os seus problemas e necessidades.

A aproximação entre a cidade e a arquitectura decorre, desde logo, das condições de desenvolvimento e validação de um ‘projecto de cidade’ que sobreleve uma ‘ideia’ inerente à sua própria identidade dinâmica. Segundo Bernard Huet (1986, op. cit.), é fundamental repensar a ‘forma’ de um novo projecto urbano que assegure a intermediação entre a cidade e a arquitectura e que assegure as condições da afirmação da diversidade arquitectónica. Huet sublinha ainda a ideia do exercício contínuo existente, relevando a importância do factor ‘tempo’ que permita a sedimentação crítica dos programas e formas de actuar na cidade<sup>357</sup>. “Este projecto urbano deverá igualmente permitir a renovação da ideia de projecto permanente, em que a forma ‘de partida’ é sugerida mais do que desenhada, e que se realiza no «tempo longo» em torno de um pequeno número de evidências culturais”<sup>358</sup>.

---

<sup>356</sup> HUET, Bernard, 1986, “L’architecture contre la ville”, in *AMC-Architecture, Mouvement, Continuïte*, n. 14, déc. 1986, Paris, Moniteur, pp. 10-13, p. 13. Tradução livre do texto original “c’est d’accepter comme point de départ théorique la situation critique créée par le modèle de l’urbanisme dominant sans vouloir la dépasser. Reconnaître la fragmentation de certaines parties de la ville, et notamment de la périphérie, comme un fait, une base à partir de laquelle commence le projet c’est être réaliste et c’est également accepter de poser les limites de sa propre capacité à intervenir. Par contre, théoriser la fragmentation comme un état permanent et comme unité de projet c’est aller contre l’idée même de ville. C’est d’accepter comme donnée la négative d’une situation conjoncturelle et renoncer à la ville comme projet et comme destin; c’est refuser d’avoir une idée de la ville”.

<sup>357</sup> O factor ‘tempo’ adquire assim relevância disciplinar acrescida, como ‘material’ do projecto urbano, permitindo a fertilização dos próprios programas, a indução de dinâmicas favoráveis no sentido dos objectivos pretendidos, criando condições para a sua avaliação crítica, permitindo a condução de processos eminentemente estratégicos com ritmos de realização imprevistos ou sincopados.

<sup>358</sup> HUET, Bernard, 1986, op. cit., idem, *ibidem*, p. 13. Tradução livre do texto original “Ce projet urbain devrait également nous permettre de renouer avec l’idée de projet permanent, dont la forme de départ est suggérée plus que dessinée, et qui se réalise dans la «longue durée» autour d’un petit nombre d’évidences culturelles...”

Nestes termos, Bernard Huet inscreve a actuação no espaço urbanizado numa metodologia marcada pela representação da continuidade histórica, recusando a abstracção, a arquitectura icónica e a ruptura da forma urbana tradicional, que são alguns dos contextos temáticos presentes na cidade contemporânea, a compreender necessariamente pelo novo projecto urbano.

A descrição do projecto urbano como a esquematização das condições de acomodação / inserção dos ‘resíduos’, suturando os fragmentos heterogéneos para reconstituição de uma lógica de continuidade espacial dificilmente poderá atingir uma expressão de eficácia tipológica, para recomposição da estrutura funcional, uma das principais vertentes para o incremento da qualidade de vida das populações, ao estabelecer uma série de nexos de proximidade (e a várias escalas articuladas), para além das vertentes da qualificação da estrutura ambiental, das infra-estruturas de mobilidade e das redes de suporte. Mas a estruturação e requalificação urbanística, será essencialmente difusa, nos seus programas e territórios de actuação, quer estes sejam da cidade central quer dos territórios de urbanização difusa.

O entendimento do planeamento urbanístico evoluiu desde a separação entre o *plano* e o *projecto* a partir dos anos '60 do séc. XX, a tentativa da sua integração extensiva por estruturação da cidade e desenho das suas partes, situação decorrente das condições de previsibilidade das dinâmicas de estruturação e expansão da forma urbana, modelo ainda utilizado, embora desadequado da realidade a partir dos anos '90, dada a elevada indeterminação da programação urbanística. Os planos apoiaram-se em algumas singularidades dos projectos estruturantes e da arquitectura urbana, e os projectos reflectem algumas características dos planos, assumindo programas com maior flexibilidade. Apontavam-se então alguns conceitos de “geometria e regulação variáveis”<sup>359</sup> para territórios relativamente homogéneos e com incipientes dinâmicas demográficas, invocando-se o princípio da flexibilidade perante a imprevisibilidade. Já não tem grande importância a disjunção entre plano e projecto, mas antes a distinção entre os factores de permanência e os factores de inovação ou de ocasião.

“L. Mazza apresenta uma fundamentação teórica para esta nova dualidade que já não é a do plano/projecto, mas a que divide os territórios entre áreas

---

<sup>359</sup> PORTAS, Nuno, 2004, «De una ciudad a outra: perspectivas periféricas», in RAMOS, Ángel Martín (ed.), *Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos*, Barcelona, UPC, p. 223.

ou componentes urbanas que legitimam políticas de ‘conservação activa’ e, portanto, com uma regulação mais imposta e determinista, e áreas que, ao contrário, não estão consolidadas por obras de urbanização nem continuidade de edificação e, como tal, legitimam políticas de ‘transformação e/ou urbanização’ através de formas de regulação mais probabilísticas ou flexíveis. Campos-Venuti, por outro lado, fala em separar a componente estrutural da componente interventiva do plano, e Manuel de Solà-Morales apresenta um modelo de continuidade dos três níveis de construção urbana”<sup>360</sup>.

O que enlaçou plano e projecto foi a aceção do plano estratégico que possibilitou a formulação de indicações e sugestões (como hipóteses de actuação) a ajustar no decurso de procedimentos não normativos, com pertinência disciplinar, eles próprios objectos de um diagnóstico operativo, relevando a importância da ‘caracterização prospectiva’ como metodologia de abordagem, onde poderá ser apropriada a linguagem arquitectónica dos fragmentos objectuais e espaciais relevantes.

É precisamente, por analogia, que apontamos a possibilidade do recurso a concreções arquitectónicas para comunicação de determinados efeitos e correlações entre o projecto e o seu contexto de inserção urbana.

Mas importa definir os termos de concreção figurativa e tipológica da linguagem arquitectónica (mais ou menos diagramática ou esquemática) que encontra ressonância e consonância com a linguagem do projecto urbano. O desenho de um espaço público deverá ser verificado à escala do lugar e às escalas dos sistemas que integra, e poderá ser validado pelo interesse da sua articulação com um equipamento colectivo que serve e com que se relaciona. O espaço público deverá ser entendido em ‘espessura’, podendo estender-se como estrutura edificada, sendo delimitado pelos seus planos horizontais e verticais.

A compreensão linguística dos factos urbanos e arquitectónicos possibilita a comunicação, com grande precisão, das condições de articulação, tropia e modificação dos factos e seus significados (em si e entre si), pelas relações estruturais e conotados

---

<sup>360</sup> PORTAS, Nuno, 2004, op. cit., idem, *ibidem*, p. 223.

estabelecidos, permitindo não só entender as estruturas existentes, como usá-las enquanto referenciais (marcadores *analógicos*) da intervenção pretendida.

“Aqui o procedimento *analógico* não é baseado no sincronismo visível das interdependentes ordens da forma, mas na associação feita pelo observador ao longo do tempo. Por este meio são produzidas situações de afinidade e graças às capacidades conotativas das linguagens evocadas na intervenção, relações ou vínculos são estabelecidos entre edifícios ‘históricos’ – reais ou imaginários – e os elementos projectuais que servem para tornar o edifício efectivamente dependente. Desenhar (a partir) da análise tipológica uma primeira aproximação às suas leis internas, o projecto elabora um compromisso entre os modos próprios da tradição moderna baseada na independência da nova e da velha estrutura, estabelecendo também a correspondência morfo-tipológica e figurativa entre os factos preexistentes e propostos, por correlações passíveis de unificar o conjunto, expressando assim o sincronismo da similitude e diferença”<sup>361</sup>.

Em alguns territórios urbanizados da cidade contemporânea, marcados por escalas que provocam leituras heterotópicas dos factos em presença, que resultam assim (relativamente) descomprometidos de nexos espaciais e funcionais, ou em outras situações em que a fragmentação constitui o signo de identidade fundamental, os reconhecimentos analógicos de recomposição poderão ser exercidos por similitude a outras realidades urbanas e territoriais, ou por coerência interna ao próprio sistema a inserir, que transportem os nexos pretendidos.

O conceito de cidade como “lugar de uma nova tipologia surgiu evidentemente do desejo em enfatizar a continuidade da forma e história, contrariando a fragmentação resultante das tipologias elementares, institucionais e mecanicistas de um passado recente.

“A comparação, como diferenciação e similaridade, do interior do único sistema possível, o sistema particular definido pelo objecto existente, é o fundamento de toda a

---

<sup>361</sup> RUBIÓ, Ignasi de Solà-Morales e, 1996, “From Contrast to Analogy: Developments in the Concept of Architectural Intervention” (1985), in NESBITT, Kate (Ed.), 1996, *Theorizing a New Agenda for Architecture, An Anthology of Architectural Theory 1965-1995*, New York, Princeton Architectural Press, pp. 234-235.

*analogia*. Nesta *analogia* são construídos todos os significados possíveis e imprevisíveis”<sup>362</sup>.

A noção de *Collage City*<sup>363</sup> baseia-se em antinomias como a figura-fundo, onde as formas tradicionais têm continuidade em novas formas complexas e articuladas, contrapondo o princípio da cidade-colisão aos esquemas totalizantes. As analogias propostas referem-se a jardins (cidade obsoleta) e museus (cidade do futuro)<sup>364</sup>.

“Os planos estratégicos tentam atenuar os excessos de abstracção funcionalista e de rigidez jurídico-tipológica dos planos urbanísticos vigentes (quase todos de segunda geração) em cidades que pretendiam captar oportunidades de importantes investimentos públicos e privados, sem ter que esperar por um novo e revisto Plano Geral. Mas tão-pouco aceitavam uma solução pragmática sem perspectiva de conjunto”<sup>365</sup>.

Referindo-se às experiências de Barcelona, Portas afirma que “o planeamento apresenta-se hoje como um sistema de formas de intervenção – estratégias, planos e projectos com alcance estratégico – em que não há precedências preestabelecidas como únicos procedimentos correctos, na condição de que essas distintas formas de intervenção sejam *interactivas*, qualquer que seja a ordem que se lhes imponha na sua condução”<sup>366</sup>.

Nestes termos o projecto urbano será o veículo de representação de uma ideia de cidade, ideia fundada no seu entendimento eminentemente estratégico, sendo diversa a sua forma, na correspondência aos diversos níveis de decisão estratégica, dos quais decorre e, simultaneamente, contribui para a sua definição.

Assim, Portas entende que “o *urbanismo* será cada vez menos a ampliação grande angular da arquitectura, como foi em Brasília, e à arquitectura se chegará cada vez menos por aproximação telescópica do plano urbanístico, como querem os burocratas guardiões dos planos. A questão (...) não é de zoom, não é de objectivo, mas de objecto, e certamente, de oportunidade, ou seja, de tempo. (...) A necessidade de

---

<sup>362</sup> RUBIÓ, Ignasi de Solà-Morales e, 1996, “From Contrast to Analogy: Developments in the Concept of Architectural Intervention” (1985), in NESBITT, Kate (Ed.), 1996, *Theorizing a New Agenda for Architecture, An Anthology of Architectural Theory 1965-1995*, New York, Princeton Architectural Press, p. 237.

<sup>363</sup> ROWE, Colin, KOETTER, Fred, 1983 (1978), *Collage City*, Cambridge, Mass, The MIT Press.

<sup>364</sup> Vêr MONTANER, Josep Maria, 2007, *Arquitectura e Crítica*, Barcelona, Gustavo Gili, pp. 119-120.  
MONTANER, Josep Maria, 2007, *A modernidade superada: arquitectura, arte e pensamento do século XX*, Barcelona, Gustavo Gili, pp. 113-114.

<sup>365</sup> PORTAS, Nuno, 2004, op. cit., idem, p. 224.

<sup>366</sup> *Ibidem*, p. 225.

projectar a arquitectura da cidade será por certo mais selectiva ou estratégica, mas continua a ser não renunciável”<sup>367</sup>.

Mas as analogias referenciadas à cidade canónica já não têm grande utilidade, pois a *cidade* alterou-se profundamente dando lugar ao urbano, com novas qualidades e modos e expectativas de (qualidade de) vida dos usuários dos espaços urbanizados

O reconhecimento generalizado da importância estratégica da intervenção no espaço urbanizado é acentuado pela consciência da progressiva complexificação das realidades urbanas, dificultando a sua compreensão e, conseqüentemente, a representação e descrição dos termos da sua modificação, dada a multiplicidade de temáticas envolvidas na circunstância de que “há muito que o urbano extravasou o domínio das cidades”<sup>368</sup>. Na realidade, o projecto moderno das sociedades ocidentais implicou a universalização da urbanidade enquanto sistema prevalecente de referências culturais e sociais. É verdade que as cidades se mantêm como os grandes focos de produção dessas referências. “Mas a clássica coincidência entre urbanização e urbanidade foi dando lugar a relações de coevolução bem mais complexas, dificultando a identificação de traços específicos das cidades no contexto das sociedades de hoje”<sup>369</sup>.

A cidade morfológica tradicional existente até às décadas de '70 e '80 do século XX, caracterizada pela unidade/confinidade das suas estruturas edificadas, transformou-se em urbanizações com limites frequentemente mal definidos, em que tecidos urbanos de diversas épocas e com diversas formas, periferias de standards e níveis de urbanização diversificados, espaços-contentores de funcionalidades diversas, fragmentos, resíduos e novas centralidades emergentes posicionavam-se no espaço como ‘estilhaços’ de uma urbanização extensiva e macroestruturas de uma nova cidade-território.

O conceito de cidade contemporânea, extensa e fragmentada, descontínua, heterogénea e multicultural, surge como uma realidade geograficamente estilhaçada, mas com lógicas e dinâmicas muito próprias ainda em parte por decifrar às diversas escalas nos nexos territoriais e de proximidade que comporta.

“Temos necessidade de elaborar com urgência uma noção de ‘cidade’ como lugar da descontinuidade, da heterogeneidade, da fragmentação e das transformações

<sup>367</sup> *Ibidem*, pp. 226-227.

<sup>368</sup> FERRÃO, João, 2003, “Intervir na cidade: complexidade, visão e rumo”, in PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João, (coord.) 2003, *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 220.

<sup>369</sup> FERRÃO, João, 2003, *idem, ibidem*, p. 220.

ininterruptas”<sup>370</sup>, o seu entendimento prospectivo, observando a cidade como espaço de vida e contexto da actuação urbanística e das políticas correspondentes.

As novas exigências e condições de mobilidade que intensificam as alternativas de localização de actividades e funcionalidades relevantes à vivência na cidade, determinaram uma série de rupturas morfológicas, tornando desintegrados, descontínuos e fragmentados os novos territórios urbanizados, situação realçada pela grande diversidade morfológica e tipológica dos espaços edificados, espaços das macroestruturas territoriais e correspondentes interstícios expectantes ou naturalizados, já sem aparente capacidade de reunificação e coesão em sistemas espaciais e funcionais contínuos (como paradigma da cidade canónica). “O que nesta eram colagens por justaposição de épocas ou operadores e standards distintos, na *exurbia* serão mosaicos de cheios e vazios irregulares e desligados cuja coesão depende muito mais da capacidade de continuar a construir paisagem e espaço público do que procurar uniformidades forçadas de critérios ou factos arquitectónicos”<sup>371</sup>. A ocorrência de modificações de actividades e funcionalidades, pela emergência de novas centralidades em sistemas de diversa natureza é outro dos aspectos marcantes da cidade contemporânea. A sua entropia e as dinâmicas de conurbação intrínsecas (focos de condensação por centrifugação com base em estruturas preexistentes) ou induzidas por programação da actuação urbanística geram novas formas urbanas com dinâmicas frequentemente imprevisíveis. “Em síntese, do ponto de vista das formas extensivas de cidade, o fomento de actividades polarizadoras será um factor chave para reduzir as assimetrias”<sup>372</sup>, sobretudo resultantes de estruturas funcionais segregadas, sendo esta uma das condições de pertinência da programação estratégica da cidade contemporânea. “Uma estratégia para o sistema do espaço colectivo, centrada nos eixos e nós indutores de actividades servidas e construção da paisagem, terá óbvias consequências para a selecção dos métodos e instrumentos de planificação e desenho adequados para afirmar dinâmicas extensivas em vez das delimitações arbitrárias de perímetros, zonas e índices paramétricos herdados da planificação funcionalista ou sistémica”<sup>373</sup>.

---

<sup>370</sup> CORBOZ, André, 1990, “L’ urbanística del XX secolo: un bilancio”, in *Urbanistica*, n. 101, Rome, INU Ed., Milano, Franco Angeli, p. 11.

<sup>371</sup> PORTAS, Nuno, 2004, op. cit., idem, p. 228.

<sup>372</sup> *Ibidem*, p. 228.

<sup>373</sup> *Ibidem*, p. 228.

Pensar em projecto de cidade e do território é pensar na sua representação prospectiva a diversas escalas, e como operar a memória e a prática disciplinar na narrativa de espaços facilmente reconhecíveis das nossas cidades, acerca das suas características e significados, e ainda acerca das suas relações mútuas (as ruas, praças, equipamentos colectivos).

São diversos os entendimentos entre cidade e arquitectura na perspectiva da história da cidade, da arquitectura e da urbanística e, nomeadamente, no que respeita à leitura da cidade actual, como resultado de processos de continuidade e ruptura.

As relações entre a arquitectura e a cidade, ou seja, as formas de articulação entre a arquitectura e os seus contextos, são susceptíveis de múltiplas leituras, nomeadamente no que respeita aos modos como os arquitectos entenderam os contextos físicos e históricos como materiais de projecto – numa perspectiva culturalista em continuidade ou ruptura com a cidade preexistente (e a sua história), salientando aspectos como a integração da ‘memória do lugar’, da sua identidade, ou concebendo um novo lugar de uma nova identidade, ou ainda realçando factores de inserção física por continuidade (reinterpretação) morfológica e de escalas, ou por contraste de escalas.

Quer a abordagem seja mais ou menos subjectiva e metafórica ou ‘integrativa’, a morfologia urbana e parcelar constitui-se como referência central do projecto urbano e do projecto de cidade como estrutura constante do exercício e prática disciplinar da actuação urbanística.

Com a ‘unidade’ arquitectura/urbanística não se pretende a fusão dos dois campos (escalas) de actuação, mas antes a compreensão dos níveis de conformidade das relações a estabelecer e representar pelo projecto urbano, que atribui uma concreção morfológica aos lugares que intervenciona.

A morfogénese foi a orientação metodológica da intervenção na cidade histórica, desde Samonà, Rogers, Rossi e outros autores<sup>374</sup>.

“O embrião da cidade antiga é observado pelos arquitectos nas suas estruturas edificadas, analisadas e classificadas morfológicamente, sem preocupações em aludir à consistência das situações reais que acentuavam a estrutura do antigo tecido urbano. (...) A unidade é um acontecimento

---

<sup>374</sup> Foram de grande importância os textos e projectos de Ernesto Rogers, que dirigiu a revista “Casabella-continuità” na década de 1950, sobressaindo ainda Ignazio Gardella, Giuseppe Samonà, Ludovico Quaroni e Aldo Rossi, entre muitos outros.



complexo da cidade histórica, é um processo (...). Quanto mais coerentes forem estas partes ‘endurecidas’ do processo, tanto maior é o nível cultural, político, artístico da cidade histórica e a sua unidade espiritual e figurativa”<sup>375</sup>.

Como tentativa de superação da dicotomia entre os programas de desenvolvimento urbano, característicos do planeamento das urbanizações extensivas e formas de crescimento da cidade, e os programas de composição formal e tipológica característicos dos projectos de arquitectura, alguns autores propunham uma forma de projecto de intermediação para representação dos termos de planificação física, da concepção do projecto (‘espaços públicos’ e ‘arquitetura urbana’) e execução de cada um dos componentes.

Rossi propôs nos finais de ‘60 a ideia do projecto da cidade baseado num processo analógico organizado a partir da sua leitura histórica. “Acredito que o modo (...) de actuar sobre a cidade (...) é utilizar uma mediação entre a cidade real e a cidade análoga, (...), como ponto central da nova cidade”<sup>376</sup>.

As questões relativas às relações entre plano e projecto, urbanismo e arquitectura, estiveram no centro do debate disciplinar na década de ‘70, sendo recolocadas pelo conceito de *renovatio urbis* (‘renovação da cidade’) resultante dos estudos de Tafuri acerca das reformas do Doge Andrea Gritti na Veneza do renascimento<sup>377</sup>, que se constitui como uma ideia ou concepção da acção projectual, considerando o seu objectivo último como a “modificação crítica do território”<sup>378</sup>.

A noção de modificação implica o reconhecimento do lugar intervencionado, sendo esta uma questão de fundo da actuação urbanística – de como o projecto urbano reconhece e representa o lugar que pretende modificar; será o programa de modificação, uma característica intrínseca desse mesmo lugar? Quais são as escalas e conteúdos (técnicos e temáticos) do projecto urbano enquanto veículo de (gestão da) modificação do lugar que intervenciona?

<sup>375</sup> SAMONÀ, Giuseppe. *Urbanistica e l'avvenire della città*. Roma-Bari, Laterza, 1990, p. 121.

<sup>376</sup> ROSSI, Aldo, 1966, *L'architettura della città*, Milano, Marsilio Ed., p. 60.

<sup>377</sup> Cf. TAFURI, Manfredo (ed./pref.), 1984, "*Renovatio Urbis' Venezia nell'età di Andrea Gritti' (1523-1538)*", Roma, Officina Ed.

TAFURI, Manfredo, 1995, *Venice and the Renaissance*, Mass., The MIT Press.

<sup>378</sup> GABELINNI, Patrizia, 1993, “Figure di urbanisti e programmi di urbanistica”, in CAMPOS VENUTI, Giuseppe, OLIVA, Federico (eds.), 1993, *Cinquant'anni di urbanistica in Italia, 1942-1992*, Bari, Laterza.

Bernardo Secchi<sup>379</sup> procura circunscrever um campo disciplinar próprio da urbanística, que se relaciona de forma precisa com a arquitectura, atribuindo-lhes competências ao nível do traçado e espaços públicos, e ao nível da morfologia urbana e parcelar.

É no conceito de *renovatio urbis* que Secchi identifica, nos anos '80, os fundamentos da estratégia urbana considerada como política de mudança e transformação do significado e desempenho de uma parte da cidade (a intervenção na cidade existente), mas com capacidade de influência a escalas mais alargadas ao próprio sistema de valores da cidade.

Desde a sua formação como Engenheiro, com tese em Urbanismo (tendo Giovanni Muzio como orientador), e da colaboração no plano de Milão (1961-1965) com De Carlo (que foi membro do Team X e crítico do 'zonamento' funcionalista), Secchi interessou-se pelo planeamento físico da cidade na lógica da definição morfológica do espaço, como abordagem determinada e categórica, desenvolvendo algumas das temáticas implementadas por De Carlo<sup>380</sup>, nomeadamente no que respeitou ao entendimento do plano como um processo e à importância do projecto de arquitectura como ilustração das soluções variantes passíveis de desenvolvimento e de implementação, para a orientação dos projectistas dos 'fragmentos'.

Para Gabellini, os planos de Secchi apresentam a 'forma' característica de 'uma espécie de catálogo aberto'<sup>381</sup> passível de internalização de temáticas variadas com resultados formais igualmente distintos, o que Boeri interpreta como 'um texto', perante a impossibilidade de preconizar programas complexos e muito determinados para a urbanização difusa, onde "o plano pode, por imagens, símbolos e conjecturas, encarregar-se de espaços abertos e sem identidade da cidade difusa, onde com maior evidência se revela a falta de convergência de mapas mentais dos indivíduos"<sup>382</sup>.

Acerca da arquitectura do plano, Benevolo reduziu o urbanismo previsional ao "conjunto de técnicas capazes de colocar cada projecto de arquitectura no tempo e no

<sup>379</sup> SECCHI, Bernardo, 1989, *Un progetto per l'urbanistica*, Torino, Einaudi Ed.

<sup>380</sup> Veja-se em DI BIAGI & GABELLINI (org.), 1992, *Urbanisti italiani*, Roma/Bar, Laterza.

<sup>381</sup> GABELLINI, Patrizia, 1993, "Figure di urbanisti e programmi di urbanistica", in CAMPOS VENUTI, Giuseppe, OLIVA, Federico (eds.), 1993, *Cinquant'anni di urbanistica in Italia, 1942-1992*. Bari, Laterza, 1993.

<sup>382</sup> BOERI, Stefano, LANZANI, Arturo, MARINI, Edoardo, 1993, *Il territorio che cambia*, Milano, Abitare Segesta.

lugar preciso”<sup>383</sup>, acrescentando que “deve criar condições preliminares para a arquitectura e não antecipar arbitrariamente os seus resultados”<sup>384</sup>, concluindo que, como instrumentos, os planos têm argumentação eminentemente arquitectónica.

Um estudo urbanístico ou arquitectónico pode-se configurar como representação de um programa, como uma formulação de intenções com maior ou menor concreção formal, ou como plano de trabalhos de obras de urbanização e/ou de edificação, explanado por uma linguagem adequada à conjugação dos diversos conhecimentos técnicos e disciplinares, do urbanismo, arquitectura, design, paisagismo, geografia, ecologia, sociologia, economia, história, engenharias e ciências da construção, entre outras igualmente relevantes, abordagens todas elas com as suas próprias exigências específicas de representação, sendo diversificadas as contexturas da narrativa da actuação urbanística em cada momento e para cada efeito pretendido.

Um dos aspectos críticos da actuação urbanística é desde logo a delimitação da área a estudar, que importa à ‘forma’ do projecto urbano, à decisão acerca dos seus conteúdos técnicos e documentais, e à decisão acerca da natureza dos procedimentos de elaboração, consulta, consensualização e aprovação dos estudos. Mas os limites da actuação urbanística poderão ser vários, em simultâneo, na correspondência aos objectivos ‘de partida’, aos ‘contextos-problema’ e às múltiplas escalas de pertinência para tomada de diversas decisões, nomeadamente quanto aos limites das áreas-programa ou unidades operativas a desenvolver/pormenorizar.

As várias escalas do projecto respeitam, em geral, aos campos de enquadramento das questões implicadas no exercício, permitindo a representação das relações que estabelecem e representação dos sistemas a que correspondem, das suas formas, modelos, perfis e demais características existentes ou latentes no território urbanizado, observando os níveis de urbanização e de desenho urbano correlativos.

Foi já referida na generalidade a importância da planificação urbanística estratégica, que tem como base alguns aspectos metodológicos muito próprios, nomeadamente no que respeita ao diagnóstico de situação e caracterização prospectiva em que as propostas de

---

<sup>383</sup> BENEVOLO, Leonardo, 1989, “I progetti nel piano”, in *Casabella*, n. 563, Milano, Electa, p. 35.

<sup>384</sup> BENEVOLO, Leonardo, 1989, op. cit., p. 35.

actuação são, elas próprias, objecto das análises a elaborar, e os ‘lay-outs’ dos produtos são suportes de desenvolvimento, de comunicação e de demonstração das características das soluções preconizadas a vários níveis de comprometimento e de concreção formal.

Para intervenção em determinado território urbanizado será necessário identificar os seus principais problemas (interpretados face às características intrínsecas dos espaços abarcados pelos estudos e na perspectiva de uma determinada ‘ideia’ de cidade, ou para parte dela), a natureza das suas manifestações, as causas dos mesmos problemas (observando a sua ocorrência a várias escalas e a expressão das suas formas conjugadas), definir os princípios estratégicos de actuação e representar todos estes aspectos, por mapas e modelos físicos e mentais de trabalho. De facto, acreditamos que todos os suportes deverão ter esta capacidade como ‘base de trabalho’, acolhendo a sobreposição do existente com o previsto (compromissos eventualmente já assumidos) e com o prospectivo (modificações ensaiadas), incluindo ainda os principais resultados das análises (com sínteses de caracterização), de modo a fazer sobressair a expressão dos problemas e a dimensão das modificações pretendidas, cotejando as relações entre diagnóstico e propostas. E estas bases de trabalho, consistindo em ensaios e ponderações de práticas possíveis, deverão ser permanentemente reformuladas e refeitas, como ‘diálogos com a cidade’, elas próprias, objecto de outras bases de trabalho para coordenação das anteriores.

A sua resolução será, na maioria das vezes, esquemática ou diagramática, como, de resto, grande parte da representação do projecto urbano, correspondendo a sucessivos níveis de abstracção dos factos e relações em presença ou aventados.

Nesta ‘mapeamento operativo’ são representados os elementos, estruturas, factos e artefactos do universo referido, enquadrados (de acordo) por um conjunto de ‘chaves de leitura’ de um universo de referência, ambos característicos de cada projecto, estabelecendo o seu corpo técnico e programático.

Será relevante “submeter os instrumentos teóricos e metodológicos utilizados à análise crítica que, situando-os na sua esfera de produção, nos permite a identificação das

‘manifestações’ especificamente ideológicas que estão na sua origem e que escapam à visibilidade de uma *praxis* científica assente na rotina”<sup>385</sup>

Os esquemas utilizados pelo projecto urbano são de natureza conceptual e podem assumir diversos objectivos e níveis de resolução como ideogramas, diagramas e esboços, veiculando muita informação ou informação de grande fertilidade com recursos muito discretos, com reservas de flexibilidade adequadas aos objectivos, objecto e tempo da actuação urbanística a que respeitam. Os esquemas registam todos os aspectos da intervenção, pondo em evidência os que elege como de maior importância estratégica. O que não é representado não resulta de uma omissão, mas de uma opção deliberada nesse mesmo sentido (a não representação de determinados factos e correlações constitui assim uma forma da sua apresentação/adjectivação). É então usual a utilização de iconografia diversa para representação de funcionalidades edificadas, suas características e relações, assim como para representação de elementos, estruturas e sistemas (com base na sua tipologia, forma e organização, como entidades gráficas mais ou menos abstractas).

A estruturação morfológica, relacional e dos sistemas espaciais processa-se através das ciências da visão, de uma *linguagem da visão*, no âmbito de uma pedagogia baseada na organização plástica, no dimensionamento do espaço e na representação do movimento, tal como proposto por Gyorgy Kepes<sup>386</sup> e por Georges Perec<sup>387</sup>. A questão agora abordada é a da capacitação de determinadas configurações como instrumental prático, apto para a interpretação de novas metodologias de análise, e ao desempenho simultâneo de tarefas de desenvolvimento, de comunicação e de sugestão de estratégias, técnicas e propostas de programas e soluções para o espaço da cidade existente.

Sendo a percepção um processo interpretativo, visando permanentemente a procura do que é essencial, então poderemos considerar que os diagramas, esboços e esquemas de projecto são representações de sínteses compreensíveis do mesmo, em cada momento e na correspondência às intenções que presidiram a sua elaboração.

---

<sup>385</sup> LEMOS, Tiago Castro, 2012, “A propósito da produção do território: Sociologia urbana e relações de poder na estruturação do território como representação política e científica”, in *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIII, p. 51.

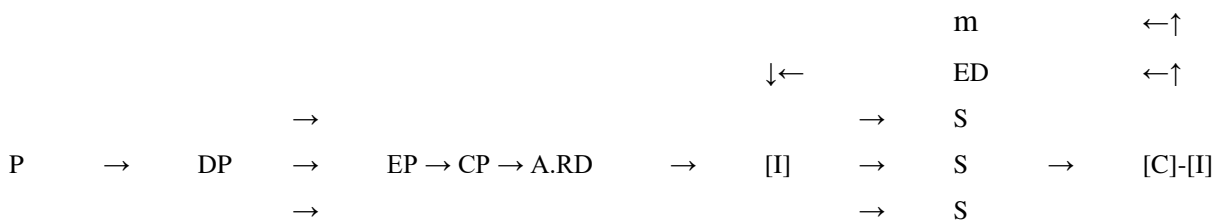
<sup>386</sup> KEPES, Gyorgy, 1995, (1944), *Language of vision*, Chicago, Paul Theobald.

<sup>387</sup> PEREC, Georges, CAMARERO, Jesús (intr.), 2001 (1974), *Especies de Espacios (Montesinos)*, Barcelona, Intervencion Cultural, (ed. original, 1974, *Espèces d’espaces*, Paris, Galilée).

O desenho de uma ideia (ideograma) de cidade, de intervenção é um instrumento central da comunicação do projecto, podendo constituir um logótipo ou ‘imagem de marca’ da actuação pretendida, ou espelhar um ‘estado de alma’ acerca da mesma, à semelhança dos ideogramas-poemas de Guillaume Apollinaire<sup>388</sup> numa perspectiva de fusão entre imagem e texto, resultando uma narrativa complexa e dinâmica, também ela passível de vários entendimentos, permitindo que os próprios termos conceptivos do projecto sejam ajustados a factores circunstanciais sem que a sua estrutura essencial seja grandemente deturpada.

A identificação dos contextos-problema será então, para Munari<sup>389</sup> o ponto de partida da definição de uma ideia de actuação, podendo esta ser formulada em abstracto, sendo então que, parte de um conjunto de premissas ou problemas também abstractos, extensos, particulares ou genéricos, considerando a resolução de um ‘problema’, como a organização do modo de vida de uma sociedade num determinado território.

A ideia tem em vista o enquadramento e fundamentação de uma hipótese de solução que oriente os trabalhos de projecto, sendo assim simultaneamente perene (na sua estrutura fundamental) e provisória (nos modelos e detalhes com que é concrecionada), podendo ainda serem consideradas várias soluções para os mesmos problemas.



- P problema
- DP definição do problema
- EP elementos do problema (sub-problemas por categorias; problemas específicos; contextos-problema)
- CP complexidade do problema
- A.RD Análise e articulação da informação
- I **ideia**
- S solução
- C criatividade
- ED experimentação / demonstração
- M modelo e prototipo

[A93] Esquema de uma operação de idealização criativa, adaptado de Munari (1981)

<sup>388</sup> APOLLINAIRE, Guillaume, 2012 (1914), *Idéogrammes*, Maldoror.

<sup>389</sup> MUNARI, Bruno, 1981, *¿Cómo nacen los objetos?*, Barcelona, Gustavo Gili.

Deleuze assinala cinco características fundamentais no diagrama que antecede, prepara e programa o acto de pintar como, nomeadamente:

- a relação entre o caos e o germe, entendendo o caos como a ausência de ordem face a organizações precedentes, mas sobretudo como a potencialidade de uma ordem para o futuro. “O caos (...) não é simplesmente uma total ausência de ordem (...) mas é potencialidade de uma ordem em relação ao que virá depois”<sup>390</sup>, razão por que se refere à *síntese do tempo*;
- o diagrama é constituído por “um conjunto de traços não significantes e, principalmente, enquanto mancha entendida como cor-ainda-não-diferenciada”<sup>391</sup>, admitindo assim inúmeras possibilidades no que respeita à função da linha na evolução do facto pictórico;
- Para Deleuze é atributo do diagrama “*desfazer as semelhanças*, em proveito de uma *semelhança mais profunda*”<sup>392</sup> favorecendo o surgimento da imagem no sentido da *Figura* de Lyotard<sup>393</sup>, superando os modelos preexistentes.

De facto, o diagrama tem uma função precisa, decorrente de um registo descomprometido com aspectos de pormenor, assegurando a representação de conotados ainda em aberto, ajustáveis ao processo criativo (na pintura, em relação a sensações ainda por entretecer e no projecto urbano em relação a programas e relações por apurar).

A linguagem do projecto urbano assume diversas particularidades marcadas pela integração do léxico da linguagem arquitectónica e das restantes disciplinas envolvidas, com maior ou menor intensidade na correspondência ao programa que organiza, a cada uma das fases de desenvolvimento dos trabalhos, e aos objectivos dos elementos e produtos elaborados, de acordo com interesses de articulação interna das correlações de projecto, enquanto análises, diagnóstico de situação, estratégias de actuação, caracterizações prospectivas, esquemas de sugestões, elementos de trabalho, soluções

<sup>390</sup> JUSTO, José Miranda, 2011, “O fundo comum do pintar e das palavras, uma apresentação da lógica deleuziana da sensação”, “Introdução” in DELEUZE, Gilles, 2011 (2002), *Francis Bacon, lógica da sensação*, Lisboa, Orfeu Negro, pp. 5-28, p. 21.

<sup>391</sup> JUSTO, José Miranda, 2011, op. cit., p. 22

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 23

<sup>393</sup> LYOTARD, Jean-François, 1971, *Discours, Figure*, Paris, Klincksiech.

propostas, relatórios de síntese, elementos de apresentação, de negociação e de demonstração, entre outros.

O desenho do projecto urbano, a sua linguagem e termos de resolução técnica e figurativa constitui uma linha de investigação que nos interessa especialmente, pois reflecte as condições de grande dificuldade em projectar hoje em contextos de incerteza e imprevisibilidade das dinâmicas, compreensão e enquadramento operativo da programação urbanística da cidade contemporânea.

### **(o desenho do plano)**

O que se representa (esquematiza) não é com efeito, e em geral, uma conformação arquitectónica precisa, pela própria natureza resolutive do esquema desenhado, mas a matriz morfológica e tipológica, o padrão de linguagem do lugar, uma ‘grelha’ para enquadramento da modificação pretendida. Uma ‘grelha’ que tem um apreciável grau de ambiguidade semântica no momento que representa o esboço de um programa e das intenções gerais quanto às principais relações a desenvolver.

Será interessante aferir como os esquemas projectuais reconhecem e representam o lugar que pretendem modificar, e como se constituem enquanto aproximações transdisciplinares.

A ‘grelha’ poderá ser formalizada a partir de operações homólogas a formas dos espaços colectivos e relações destes com estruturas edificadas, baseando-se em processos de representação dos espaços existentes nos seus diversos signos de identidade ou factores significantes reconhecíveis, como a morfologia do suporte físico, cursos de água, funcionalidades singulares ou agregadas, assim como por representação de factores dissonantes, como espaços-barreira, determinados impasses, entre outros. Não se trata, nestes termos, de uma redução geométrica da complexidade mas, pelo contrário, o seu desenho procura códigos de disposição dos factos urbanos e arquitectónicos em novas relações diagramáticas, evitando prováveis reconstruções filológicas ou miméticas, mas sobretudo resistindo à tentação de reiterar mecanicamente a representação de modelos (com resultados provavelmente contingentes, na sequência dos trabalhos). A arquitectura do plano poderá então constituir-se como os sistemas a



reconhecer a partir das redes e infra-estruturas - como prolongamentos do traçado e das serventias urbanísticas, critérios de alinhamentos e implantações, os planos verticais dos espaços colectivos (a tridimensionalidade do projecto urbano), entre outras regras a reconhecer como termos operativos (disciplinares) da actuação urbanística.

Estamos convictos que nenhum fragmento da cidade, como colheita de ‘materiais’ do projecto urbano, mesmo que represente correlações consideradas estáveis, poderá estar aparentemente em condições de suportar a reprodução de significados, porque actuaria por mimese e os significantes pretendidos são já outros, (na realidade) ainda por apurar.

Este diagrama poderá, com evidentes vantagens assemelhar-se a um mapa colocando em evidência os aspectos fundamentais para um roteiro de percurso, como ‘mapas estratégicos da modificação a formular por diversas escalas e níveis de concreção tipomorfológica, como um sistema articulado de progresso, com capacidade de interactividade (como ‘registo’ de percurso em constante actualização), assistindo aos seus trabalhos de elaboração e suportando as necessárias vertentes de comunicação e de demonstração.

O interesse desta metodologia projectual exigirá porventura a sua progressiva “dessecação e de decantação conjunta. A sombra deveria volatilizar-se e os volumes implodirem (ao ponto de deixarem como resíduos sobre o suporte) soltando os signos e os traços mais importantes, de maior densidade, mais necessários”<sup>394</sup>.

Um diagrama com concreção arquitectónica, como elemento de representação de correlações estabelecidas pelo projecto urbano, poderá desempenhar uma série de objectivos como, desde logo, veicular determinados padrões de identidade e forma específica às previsões do instrumento urbanístico.

A representação do lugar constitui o factor fundamental da sua produção, a afirmação das suas principais características, não propriamente no que respeita à concreção da sua imagem, mas desde logo o elenco do seu programa, dimensões, sentido tipológico e

---

<sup>394</sup> SPAGNOLO, Roberto, 1989, “I progetti e il piano”, in CASSIA, Cesare Macchi (coord.), 1989, *Il progetto urbanístico come strumento didattico, un'introduzione agli studi di architettura*, Milano, CittàStudi, p. 122.

forma do(s) sistema(s), as relações entre as suas partes constitutivas. Sendo múltiplos os factores que concorrem para o conceito de lugar, a arquitectura enquanto espaço ou matéria não basta às suas condições de identidade, já que os lugares são previamente entidades sociais, históricos (mesmo quando desprovidos de estratificação de significantes históricos, sendo essa então a sua natureza ‘liberta’ de carga histórica) e culturais, como em Lefebvre, o espaço é um “produto”<sup>395</sup>. Assim, é com a presença de um ‘lugar’ que o espaço adquire uma expressão efectiva no território e na memória dos seus usuários.

Mas lugar e espaço são entidades distintas. O espaço pela sua escala e morfologia e o lugar pelo seu significado antropológico.

O *genius loci* alude à dimensão simbólica e antropológica do lugar. A vivência do lugar (em termos fenomenológicos) é a experiência das relações com os factos de suporte e exercício dessa mesma vivência, sendo assim relevante a linguagem dos factos arquitectónicos e urbanísticos e a linguagem das relações entre os mesmos.

O espaço é susceptível a vários entendimentos, sendo esta uma das características fundamentais da sua representação diagramática pelo projecto urbano, permitindo que níveis mais elaborados de concreção morfológica e tipológica preservem a sua constância meta-estrutural como sugestão de relações ainda por definir e esclarecer. “A protecção e conservação do *genius loci* significam a (possibilidade da) concretização da sua essência em novos contextos históricos”<sup>396</sup>, numa perspectiva dinâmica, ajustando-se às modificações da actuação urbanística. De resto, serão estas mesmas relações de identidade — normalmente constituída na articulação de padrões de identidade (a infra-estrutura do plano) e padrões de diversidade (o fragmento arquitectónico) — a reconhecer como ‘espírito do lugar’ que constituem a essência dos ‘materiais’ do projecto urbano, a reconhecer, representar e operar pelo projecto, reflectindo a sua ‘forma’.

Sendo o lugar estruturante e estruturado por espaços, funcionalidades, estrutural, programas de modos de vida, informa, resiste e condiciona os seus termos de modificação, sendo o lugar contemporâneo uma fundação conjectural “um ritual do

---

<sup>395</sup> LEFEBVRE, Henri, 1974, *La production de l'espace*, Paris, Anthropos, p. 35.

<sup>396</sup> VENTURI, Robert, 1967, *Complexity and contradiction in architecture*, New York, in NORBERG-SCHULZ, Christian, 1976, “The phenomenon of place”, in NESBITT, Kate, 1996, *Theorising a new agenda for architecture. An anthology of architectural theory 1965-1995*. New York, Princeton Architectural Press, p. 422.

tempo e, no tempo capaz de fixar um ponto de intensidade própria na entropia da nossa civilização metropolitana”<sup>397</sup>.

As renovadas preocupações de qualificação ambiental da cidade, com atenção aos signos de identidade de natureza topográfica, hidrográfica, dos sistemas ecológicos, das práticas de sustentabilidade (permeabilidade do solo, captura das água pluviais por bacias de retenção e outros sistemas de controlo de refluxos, valorização de ‘sinais’ ou resquícios ainda existentes de sistemas e práticas artesanais há longa data abandonadas, como sistemas de cultivo e permacultura, captura de poluentes e reciclagem de resíduos) baseiam-se em certa medida na consciência de uma reabilitação territorial como expressão de responsabilização cívica dos cidadãos.

Sem aprofundar um conjunto de conceitos como ‘espaço de dentro’ e o ‘espaço de fora’, no sentido de autores como Bollnow<sup>398</sup>, Bachelard<sup>399</sup> entre outros, é incontornável considerar a questão do limite (ultrapassada por utopias como a *non-stop city*, por exemplo) de modo a conferir maior nitidez às relações aparentemente indissociáveis com o corpo e a apropriação do espaço, pois interfere com o nosso argumento da pertinência da sua representação por esquematização que poderá ser progressivamente desvelada e ajustada com o progresso da projectação (da actuação) urbanística. O posicionamento do observador permite a constante acumulação (memorização) das heterotopias que constroem o seu exercício vivencial no espaço urbanístico e arquitectónico. De facto, são as relações do corpo com o espaço que, o homem relativiza as distâncias com os factos e entre os factos, concluindo acerca de distâncias e relações existentes, latentes ou aparentemente inexistentes<sup>400</sup>. É óbvio que um lugar poder ter uma estruturação histórica mais ou menos definida ou duradoura, “revelando maior ou menor resistência aos impulsos de modificação, gerando-se ciclos de ‘vibração’ diferenciados”<sup>401</sup> que determinam as condições de conformidade com as representações esquemáticas desse mesmos impulsos (variáveis no tempo) de modificação.

---

<sup>397</sup> SOLÀ-MORALES, Ignasi, 2003, *Diferencias, topografía de la arquitectura contemporánea*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 112.

<sup>398</sup> BOLLNOW, O. Friedrich, 1968, *Hombre Y espacio*, Barcelona, Labor Ed., pp. 24-28.

<sup>399</sup> BACHELARD, Gaston, 1961 (1957), *La poétique de l'espace*, Paris, PUF, p. 25.

<sup>400</sup> São interessantes as leituras de GEHL, Jan, 2010, *Life between buildings, using public space*, Kobenhavn, Arkitektens Forlag, p. 69.

Veja-se ainda HERNÁNDEZ LEÓN, Juan Miguel, 2005, *Conjugar los vacios. Ensaio de arquitectura*, Madrid, Abada Ed., p. 51.

<sup>401</sup> SOLÀ-MORALES, Ignasi, 2003, op. cit., idem, *ibidem*, p. 112.

A metáfora das matrioskas, permite considerar o espaço (sobretudo o objecto) como contentos de outros objectos, porventura mais sofisticados por aproximação de detalhe, mas com grande utilidade poderemos entender que, cada contentor tem valor próprio não obstante o seu conteúdo, assim como, entender o espaço como o negativo da forma, “o espaço que separa – e liga – as formas é também forma (...) é ela que nos permite ganhar consciência plena de que não há formas isoladas”<sup>402</sup>.

---

<sup>402</sup> TÁVORA, Fernando, 1996 (1962), *Da Organização do Espaço*, Porto, FAUP, p. 12.



### **III.**

#### **O PROCESSO DA ASPRELA** apontamentos



## O PROCESSO DA ASPRELA apontamentos

“As cidades permanecem sobre os seus eixos de desenvolvimento, mantém a posição dos seus traçados, crescem segundo a direcção e com o significado dos factos mais antigos que os actuais, factos esses muitas vezes remotos. Por vezes esses factos permanecem, são dotados de uma vitalidade contínua, por vezes perecem; fica então a permanência da forma, dos sinais físicos, do locus.

A permanência mais significativa é dada, portanto pelas vias e pelo plano; o plano permanece sob diferentes edificações, diferencia-se nas atribuições, deforma-se frequentemente, mas não é substancialmente deslocado”<sup>403</sup>.

Não existem, na cidade antiga ou actual, espaços desocupados, a não ser os espaços afectados a determinados usos e, portanto, libertos de outros usos.

Nas antigas periferias (do centro histórico e centro tradicional) da cidade do Porto<sup>404</sup>, existiam então espaços naturais e rurais que gradualmente foram urbanizados ou reservados como espaços urbanizáveis por diversas decisões administrativas ou por instrumentos urbanísticos, tendo em vista a localização de actividades ou funcionalidades específicas.

Os referidos instrumentos, adiante abordados na generalidade quanto às suas propostas para a área da Asprela, no Porto, representam diversas intenções a escalas diversificadas – à escala regional (Porto e concelhos adjacentes), à escala da cidade-concelho, e às escalas de sectores urbanos periféricos ou periurbanos como a Asprela ou outros.

Com metodologias distintas, tais instrumentos apresentam assim diversos graus de desenvolvimento no que respeita à taxonomia de uso dos espaços, definidos na correspondência às suas características intrínsecas ou prospectivas, ao potencial de

---

<sup>403</sup> ROSSI, Aldo, 1977 (1966), *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Cosmos, pp. 64-65. Rossi entende que a estrutura fundamental da cidade está no seu traçado, que estabelece relações com o território e entre os vários sectores urbanizados, tendo já em si o próprio potencial de crescimento, de modificação, de formação de novas formas urbanas.

<sup>404</sup> Abarcadas pela cidade-concelho, e identificadas genericamente em contraponto com a cidade histórica ou compacta, urbanizada, com limites bem definidos. Veja-se as considerações adiante formuladas acerca das centralidades e periferias da cidade alargada.



modificação que manifestam, mas tendo também em conta a dimensão e disponibilidade dos terrenos para localização de programas à medida das suas exigências espaciais, entre diversos outros factores.

As abordagens urbanísticas, às suas diversas escalas e níveis de concreção figurativa, reflectem os termos de flexibilidade e os tempos de conformação e de realização das suas medidas.

As operações de expansão da forma urbana para a área e período observados entenderam então os seus espaços de suporte, sobretudo, como cheios e vazios, comprometidos ou descomprometidos, com potencial ou não para a localização de determinados programas com maior ou menor urgência, considerando a Asprela como cidade<sup>405</sup>, “como uma entidade individualizada com certa dimensão e densidade [presumida] onde se desenrola um conjunto expressivo e diversificado de actividades”<sup>406</sup>, incluindo resquícios naturais a preservar como futuros espaços públicos, como reservas de urbanização, ou como materiais de estruturação ambiental associados a modelos urbanísticos específicos.

Teresa Barata Salgueiro entende a cidade como um aglomerado populacional que a dada altura foi elevada a esta categoria, não apenas como um atributo (uma forma de ocupação do território), mas como um espaço de representação económica, cultural e social. A área da Asprela constitui-se como uma ‘cidade nova’ numa antiga periferia urbana, agora já absorvida pela cidade compacta.

A Asprela configurou o que alguns autores designam agora como espaços ‘vazios’<sup>407</sup> de funcionalidades urbanas (vazios urbanos) contíguos ou interiorizados na forma urbana, ou com aparente pouco potencial de urbanização, ou ainda residuais<sup>408</sup> de realizações diversas, entre várias outras situações em que foram designados como *terrain vague*, aludindo a vários significados<sup>409</sup>. Tratava-se de um espaço com destino decidido, mas

---

<sup>405</sup> Como cidade futura, a CUP / Cidade Universitária do Porto, tal como sistematicamente designada desde os anos ’50 do século XX.

<sup>406</sup> SALGUEIRO, Teresa Barata, 1992, *A cidade em Portugal: Uma Geografia Urbana*, Porto, Ed. Afrontamento, p. 26.

<sup>407</sup> No sentido da expressão ‘terrain vague’ utilizada por Ignasi Solà-Morales (SOLÀ-MORALES, Ignasi, 2002, *Territórios*, Barcelona, Gustavo Gili) que se remete à designação de uma ausência ou de uma carência de determinada ocupação, como *terrain vague*.

<sup>408</sup> CLÉMENT, Gilles (2007), em *Manifesto del Tercer paisaje*, (Barcelona, Gustavo Gili), define resíduo como “o resultado do abandono de um terreno anteriormente explorado. Resíduo é sinónimo de terreno deserto” p. 6 (tradução livre do autor).

<sup>409</sup> SOLÀ-MORALES, Ignasi, 2002, em *Territórios*, considera vários entendimentos para o termo utilizado, como “a relação entre a ausência de uso, de actividade, e o sentido de liberdade, de

sem realizações objectivas. A operação do estado mostrou-se, durante muito tempo, desprovida de dinâmicas. Os terrenos tardaram a ser adquiridos, e sobre a área central, de solos alagados pela ribeira da Asprela, pairou, durante longo tempo, uma grande indeterminação.

Os conceitos de ‘disponibilidade’, de ‘espaço estranho’, de lugar ‘obsoleto’ ou na eminência da condição da sua disponibilidade de modificação, podem ser significantes com eminente potencial operativo para reconhecimento de qualidades intrínsecas de determinados territórios, mesmo de forma retroactiva, a partir do momento em que se lhe coloca uma qualquer afectação, sobretudo quando pouco ou mal definida, tendo em conta, naturalmente, que na cidade contemporânea os referentes espaciais apresentam uma nova contextura. Na área caso-de-estudo, a ‘estranheza’ é distinta no entendimento dos ‘vazios’ dos espaços da então antiga periferia, e agora, já urbanizados e edificados, e que, pelos seus programas e relações estabelecidas a diversas escalas, são parte integrante da cidade alargada.

Historicamente, desde longa data (desde a decisão da delimitação física e aduaneira do concelho do Porto, e localização do Hospital Escolar/Hospital de S. João), procedeu-se à reserva de terrenos para protecção do Hospital Escolar e constituição da Cidade Universitária do Porto (CUP), ainda sem programas determinados ou dimensionados, nem definição de localizações para as escolas, remetendo-se a sua definição a limites e ‘zonas’ demarcadas por decreto avulso e confirmadas pelos diversos planos-zonamento da cidade, ou mesmo por alguns estudos com abordagens morfológicas onde as escolas foram entendidas como meras sugestões ‘em torno’ de determinado modelo, imagem ou ideia de estrutura.

Assim, enquanto periferia, a urbanização e edificação da área da CUP foi ‘estranha’ como ‘colonização’ de um território afectado, de urbanização emergente, flexível e dilatado no tempo, mas afirmando-se subitamente, na urgência das instalações escolares, como uma importante ‘centralidade periférica’ da cidade-território, vinculada a actividades de serviços especializados, em que a edificação é então entendida como a procura do sentido de identidade e de continuidade do espaço em questão.

---

expectativa (...). Vazio, por tanto, como ausência, mas também como promessa, como encontro, como espaço do possível, expectante”, pp. 181-193.

O tempo longo de formação significativa deste território, da leitura da sua identidade a diversas escalas, local, urbana e regional, está ainda em progresso, mas, ao longo do processo de urbanização, ora lento, ora rápido, com a construção das suas arquitecturas mais significativas, e com a estruturação por um sistema de comunicações articulado (embora permanentemente incompleto), vislumbra-se, na última década do século XX, o aparente termo da operação urbanística que, apesar de tudo, permitiu a permanência de um conjunto de vestígios ou sinais morfológicos impressos no território - núcleos primordiais de matriz rural, resquícios da Quinta de Lamas, e curso de água (ribeiro da Asprela), entre outros, progressivamente resumidos a espaços de memória, cujo sentido se foi então recompondo face às sucessivas e profundas transformações na sua envolvente.

Nos termos apontados na generalidade, é possível decifrar o processo de formação urbana (da área central do Pólo Universitário da Asprela) entre planos e projectos, no tempo e na circunstância dos seus principais acontecimentos e realizações:

- *primeiro andamento* - **antecedentes, hesitações e fundação** da Cidade Universitária do Porto (CUP) – do Hospital Universitário do Porto / Hospital de S. João (HUP / HSJ) à Faculdade de Economia do Porto (FEP) ;
- *segundo andamento* – **vertigens, simulações e urgência** – da Faculdade de Economia do Porto (FEP) à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP);
- *terceiro andamento* – **preenchimento** – da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto FEUP) à Carta de Objectivos Comuns (COCASP);
- *quarto andamento* – **saturação e estruturação** – a Carta de Objectivos comuns (COCASP);
- *andamento final* – **sobressaturação, importe e completamento** (completitude) – as derradeiras decisões e o registo da Carta da Asprela (ASP).

Dos vários planos realizados para a cidade e para a Asprela, alguns tiveram consequências pontuais directas ou indirectas, ou serviram como estudos e testes dos programas dos equipamentos pretendidos, definindo serventias e acessos, e suportando ainda, durante longos períodos de tempo, a reserva e as decisões de compra, pelo Estado central, dos terrenos necessários à localização das construções de Universidade do Porto.

As arquitecturas foram quase sempre realocizadas e realizadas segundo modelos e imagens distintas das propostas pelos planos com concreção tipológica ou imagética, como os desenvolvidos pelos arquitectos Arménio Losa e Luiz Cunha.

Foi ainda frequente a tomada de decisões acerca de determinadas arquitecturas, ‘negociadas’ previamente ou em simultâneo com os trabalhos de elaboração de alguns planos ou projectos urbanos, que as internalizaram, o que não obstou a alterações posteriores (nomeadamente quanto a determinadas características de algumas funcionalidades), como aconteceu com os planos de Luiz Cunha e de Rui Mealha, por exemplo.

No caso do projecto da área central do pólo universitário, de Rui Mealha, só foi desenvolvido após decisões acerca de alguns projectos de arquitectura implantados na mesma área (em função dos terrenos disponíveis, entretanto adquiridos), que necessitavam de uma estrutura de enquadramento urbano e de serventia. Ocorreram mesmo algumas dificuldades com as cotas de assentamento de construções como a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação que, sendo decididas face às condições topográficas preexistentes, condicionaram de algum modo os traçados das novas infra-estruturas a projectar.

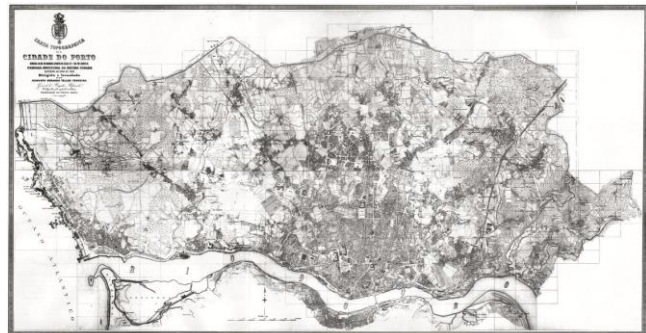
A inserção da plataforma do Metro ligeiro foi, de resto, uma das principais razões que motivaram a urgência do projecto urbano de Rui Mealha, reconhecendo a necessidade de estruturação de um território que estava a ser ocupado (edificado) sem que existisse uma ideia de conjunto que permitisse orientar a operação urbanística (a ‘fórmula’ de Luiz Cunha tinha-se já perdido pois, no princípio da década de 90, já se construía no interior da bolsa de terrenos, e não só nas suas frentes urbanas).

Para melhor disposição e encadeamento das principais relações que importam a estas reflexões, os factos ocorridos são dispostos por uma ordem aproximada dos acontecimentos e pelo tratamento das suas temáticas dominantes, como acima apontado, não obstante os ‘cortes’ temporais considerados pertinentes, e necessárias anadiploses.

[A94] Carta Topographica da Cidade do Porto, Telles Ferreira, 1892, montagem de mosaicos à escala de 1/500, Amial, Asprela e Areosa, ff. 240-246, 261-264, 282-288, 302-308, 324-329, 343 (323)-348, 362-367, 380-385, 397-402, 417-421 (fiadas verticais N/S), Arquivo Histórico Municipal do Porto, Ed. CMP, 1992, ←N.



[A95] Carta Topographica da Cidade do Porto, Telles Ferreira, 1892, escala de 1/5000, Arquivo Histórico Municipal do Porto, Ed. CMP, 1992, ↑N.Ed. CMP.



O antigo Couto de Paranhos, pertencente à Igreja e parte das terras da Maia, só integrou o concelho do Porto em 1837, na sequência da reforma administrativa de 1835.

A conclusão das obras da estrada da circunvalação, em 1895, marcou indelevelmente o novo limite administrativo e aduaneiro, sobretudo pela barreira alfandegária marcada pela trincheira cavada ao centro daquele duplo eixo viário.

Após Paranhos, também a Areosa e várias outras *freguesias mais exteriores*<sup>410</sup> integraram a cidade do Porto.

Sendo um território na periferia rural da cidade, como registado na ‘Carta Topographica da Cidade do Porto’, de Telles Ferreira (1892), em que a escala de 1/500 do levantamento realizado permite uma caracterização de grande rigor, manteve-se praticamente inalterado até aos anos 50 do século XX, o que se constata facilmente, comparando com a ‘Carta Militar de Portugal’ de 1948<sup>411</sup> ou ainda com os levantamentos topográficos realizados em 1960, necessários para o desenvolvimento de planos, projectos e aquisição de terrenos, entre outras intenções centradas na urbanização, situação que se observa com maior nitidez na sua área central conhecida como sector da Asprela, dada a presença do caminho com o mesmo nome.

De facto, o carácter rural deste sector manteve-se, pontualmente, até aos primeiros anos deste século, convivendo algumas hortas com estaleiros de construção de espaços públicos e arruamentos<sup>412</sup>.

---

<sup>410</sup> Abílio Cardoso (1990). *De ponte a ponte: o processo de urbanização da área metropolitana do Porto desde os anos cinquenta*. Porto: Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Comissão de Coordenação da Região do Norte, 1990, p. 3 e p. 8.

<sup>411</sup> Carta Militar de Portugal (Série M888, f. 122, escala de 1/25.000) de 1948, editada pelo IGE.

<sup>412</sup> Até ao início das obras inserção urbana da plataforma do Metro, assim como até ao início da obra de edificação da segunda fase do edifício da UPTEC, em 2012, os respectivos terrenos foram ocupados por hortas exploradas desde longa data pelo Sr. Mário Soares e por outros horticultores, com permissão da *Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações da Reitoria da Universidade do Porto*, mantendo assim solo agrícola de qualidade, mas cada vez mais confinado entre as construções e espaços públicos, irrigado pela ribeira da Asprela, cujo leito foi sendo alterado ao longo do tempo. De facto o leito da ribeira foi sendo geometrizado, para contornar as folhas agricultadas, facilitando a rega e as sementeiras.

O uso agrícola tornou-se residual (actualmente circunscrito a pequeno aproveitamento do terreno da Quinta de Lamas, em espaço adjacente às respectivas construções), subsistindo à resolução da situação fundiária de muitos daqueles terrenos, tema adiante abordado.

Este território é ainda marcado por pequenos lugares de matriz rural e por quintas de recreio, até ao aparecimento de algumas fábricas, em geral acompanhadas por formas de habitação operária, que imprimiram morfologias específicas, algumas das quais ainda permanecem<sup>413</sup>.

Mas a maior parte desses assentamentos localizavam-se na área nascente da freguesia (Areosa)<sup>414</sup>, apresentando maior densidade de lugares, tendo a área central menos habitantes, sendo no entanto marcada pelos lugares da Paranhos, Azenha e Lamas/Outeiro.

Do lugar de Paranhos, sobressaem o largo e igreja com o mesmo nome, tendo constituído uma importante referência territorial polarizadora do crescimento urbano, ficando praticamente enclausurada pelas construções adjacentes.

O lugar de Paranhos era constituído por uma pequena aglomeração de construções de matriz rural, ao longo dos caminhos que confluíam no largo e Igreja com o mesmo nome.

As propriedades, muitas delas muradas eram dotadas de hortas e campos de cultivo, onde se localizavam inúmeros poços e tanques de rega.

Já não se encontram vestígios destas estruturas, eliminadas pelo rápido e recente processo de urbanização (desde os anos 50 do século XX, e sobretudo durante a década de '90).

No lugar de Lamas, de menor dimensão, encontram-se preservadas muitas das suas estruturas edificadas que, tal como a Quinta de Lamas, foram sucessivamente entendidas como permanências, pelos diversos planos elaborados para a Cidade Universitária do Porto.

---

<sup>413</sup> É o caso do Bairro da Fábrica da Areosa, a norte do ISE-IPP, junto ao nó da A3 com a Estrada da Circunvalação.

<sup>414</sup> OLIVEIRA, Pereira de, 1973, *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura-Centro de Estudos Geográficos, pp. 328-329.

[A96] Imagem da Igreja Paroquial de Paranhos com um corpo central e 2 torres sineiras (inicialmente só teria a torre do relógio<sup>415</sup>) e, por cima da padieira, podemos observar a inscrição “*Divo Veríssimo Dicata*”, ou seja, é dedicada a S. Veríssimo, o orago da freguesia. O templo actual é do século XVIII, e é uma igreja clássica do mundo rural do Norte do país. RM.



O lugar de Lamas, de matriz rural, onde se localizava a Quinta de Lamas e onde subsiste a casa da Quinta de Lamas (ou casa das Viscondessas de Roriz, ou ainda, casa de Canavarros), bem como parte do seu pequeno aqueduto, com manifesto valor patrimonial, é um dos poucos testemunhos físicos e resquício morfológico das estruturas existentes naquela área até quase ao final do século XX, a par do pequeno núcleo de matriz rural adjacente, e do lugar da igreja e primeiro cemitério de Paranhos. São estas as memórias que persistem com maior nitidez, sendo que, na verdade, poucas seriam as construções existentes para além das referidas.

O conjunto do Solar de Lamas incluía a casa principal, casa do caseiro, quinta, anexos agrícolas, terreiro, jardim e hortas. As suas estruturas edificadas terão sido projectadas por Nicolau Nasoni<sup>416</sup>, sendo o acesso ao terreiro da casa, a partir de nascente por pequeno largo em forma de ‘meia-laranja’ sinalizado por um portal em arco abatido encimado por frontão interrompido, apresentando ao centro o brasão esquartelado do proprietário inicial, enquadrado por expressivas volutas. Na planta de Telles Ferreira (1892) está demarcada a ribeira da Asprela com traçado neste largo.

<sup>415</sup> Joel CLETO, em conferência realizada no Clube de Leitura da FEUP, a 2012.10.31, sob o tema “Asprela, trilhos da história”, com moderação de Fernando Brandão COSTA.

<sup>416</sup> De acordo com os levantamentos efectuados pela Universidade do Porto em março de 1980. Nicolau Nasoni, nasceu em San Giovanni Valdarno di Sopra, na Toscana, em 1691, e morreu no Porto em 1773. Estudou artes decorativas e pintura em Siena, e depois de uma temporada em Roma, fixou-se em Malta, e terá chegado ao Porto em 1725 (data em que iniciou trabalhos de pintura e a galilé barroca na Sé do Porto), a convite do deão da Sé do Porto. Trabalhou como pintor para várias igrejas e palácios no norte de Portugal. Como arquitecto, expoente maior do barroco, para além da Igreja e Torre dos Clérigos, desenhou as frontarias de diversas igrejas, e projectou diversos palácios e casas nobres de diversas quintas, respectivos jardins e peças decorativas, de que são exemplos os Palácios do Freixo, de S. João Novo e de Mateus, e as Quintas da Prelada, de Ramalde e do Chantre. Acerca de Nasoni, veja-se, entre outros títulos, SMITH, Robert C., *Nicolau Nasoni, Arquitecto do Porto*, Livros Horizonte, 1966, e CLETO, Joel, JACQUES, Sérgio, 2013, *O Porto de Nasoni, Guia de Arquitectura e Património*, Porto, Ed. Esencia del Lugar.



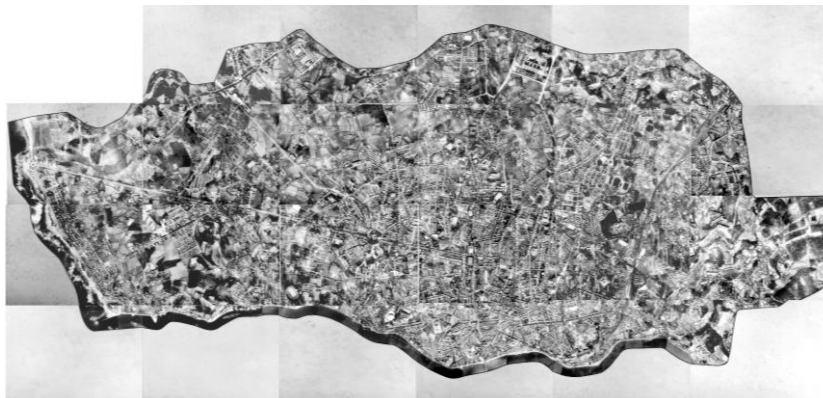


[A97] Carta Topographica da Cidade do Porto, Telles Ferreira, 1892. Área Central da Asprela. Lugar e Quinta de Lamas à direita na imagem, núcleo do largo e Igreja Paroquial de Paranhos, mais a poente, reconhecendo-se já a actual rua Delfim Maia e a rede de caminhos de serventia da bolsa de campos agrícolas delimitados a norte pela Estrada da Circunvalação. Extracto da Carta topográfica da Cidade do Porto, montagem de mosaicos à escala de 1/500, ff. 240-246, 261-267, 282-288, 302-308, 324-328, Arquivo Histórico Municipal do Porto, Ed. CMP, 1992, ↑N.

O primeiro proprietário da Quinta de Lamas, de que há registo, seria o Visconde de Roriz, falecido em 1858, sendo os últimos proprietários, a família Canavarro, tendo o conjunto (casa e quinta) sido adquirido pela Universidade do Porto, para instalações da Reitoria, a localizar no Pólo II. Posteriormente foi decidido destinar a casa a instalações para professores, como ‘círculo universitário da Asprela’, e mais recentemente pensada como núcleo de estudantes. A Reitoria da Universidade do Porto terá, de resto, reservado os terrenos da quinta para instalação de novas escolas, o que veio a verificar-se com a implantação da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

A casa principal, desenvolve-se em forma de ‘U’ com uma extensa fachada principal, orientada a nascente, envolvida por dois volumes mais avançados, sendo o de sul constituído por uma capela, com entrada a partir do terreiro e ligação à zona de serviços no piso térreo, e com coro ligado à área da escada interior, no piso alto. Nesta fachada principal localiza-se a escadaria, em dois lanços simétricos, de acesso ao piso nobre do edifício onde, a partir de um salão principal, sucedem-se em bateria, para ambos os lados, uma série de compartimentos (salas e quartos), ligados por amplo corredor longitudinal junto à fachada. O anexo, com alpendre e três pisos, localiza-se junto da entrada principal, sendo destinado a cavalaria, cortes, lagar e amplas áreas de celeiros. A residência do caseiro é disposta ao longo da extrema sul da propriedade, confinando com o espaço público (Rua Dr. Manuel Pereira da Silva), para onde apresenta um acesso de serviço.

O conjunto incluía ainda um jardim formal a norte da casa, e espaços de hortas e pomares ainda mais a norte e a poente, sendo de referir a existência de um tanque e um pequeno aqueduto.



[A98] Fotoplano da Cidade do Porto, 1958, escala de 1/10000, AH-CMP. ↑N



[A99] Quinta de Lamas, também conhecida como Solar de Lamas ou Quinta das Viscondessas, com histórico familiar de pertença da "Casa Canavaro" e da casa das "Viscondessas de Lamas" ou casa das "Viscondessas de Roriz" cujo brasão ainda se encontra hoje no portal de acesso ao terreiro murado, a partir do espaço em forma de meia Laranja.

[A100] Brasão no portal de acesso ao terreiro. RM.

[A101] Portal Barroco da Quinta de Lamas, desenho de Gouveia Portuense, em Arminda SANTOS, OPP-CUCP, [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:

<https://sites.google.com/site/clubeunesdocidadedoporto/observatorio-do-patrimonio-do-porto/informacoes>.

O conjunto encontra-se muito degradado, tendo sido objecto de um processo de classificação como imóvel de interesse municipal, processo entretanto encerrado / arquivado, restando o imóvel sem protecção legal<sup>417</sup>, o que permitiu a localização de novas construções na sua envolvente imediata

Será adiante observado de como estas estruturas com eminente valor patrimonial, interferiram com os estudos dos diversos planos e projectos desenvolvidos para o local, nomeadamente com os planos de Luíz Cunha e com o Anteprojecto da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, de Pedro Ramalho.

Entretanto, várias outras quintas foram sendo sucessivamente urbanizadas, nomeadamente por localização de bairros sociais, de que são exemplo o Bairro do Amial, o Bairro do Outeiro, o Bairro da Azenha e o Bairro de Paranhos, entre outras formas de alojamento, ou integradas nos perímetros de algumas das unidades funcionais de grande dimensão.

Sendo atravessado por estradas de comunicação com o território-região, nomeadamente pela estrada para Guimarães (Rua de Costa Cabral), foi ao longo destes caminhos que se concentraram paulatinamente, parte significativa das construções e estabelecimentos comerciais.

<sup>417</sup> Com despacho de encerramento de 18-02-2003 do Vice-Presidente do IPPAR, conforme informação em *Património*, no site do IGESPAR.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:

<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/71845/>.

A ‘Junta das Obras Públicas’ de João de Almada<sup>418</sup> fomentou um vasto programa de desenvolvimento da cidade do Porto. “A partir de 1769, a viabilidade jurídica da gestão da Junta é garantida graças à extensão ao Porto da legislação promulgada para a reedificação de Lisboa.

O vasto conjunto de obras públicas que promoveu a Junta respondia a objectivos gerais muito precisos e explícitos: promover a adequação funcional dos espaços de circulação e controlar a qualidade estética das novas edificações.

Os trabalhos desenvolveram-se em duas frentes, o núcleo medieval e a expansão extramuros, que tinham uma importância similar.”<sup>419</sup>

A conjuntura política e económica que caracterizou as primeiras décadas do século XIX marcam a crescente importância da cidade na sua região.

Com a extinção da Junta das Obras públicas, em 1833, a gestão urbanística foi exercida por diversas entidades que protagonizaram uma série de acções pontuais naturalmente orientadas para a estruturação da área central e das novas expansões por alinhamento de caminhos rurais e parcelamento de quintas existentes, emergindo assim a nova cidade liberal carente de uma nova ordem urbana.

“Na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento do capitalismo industrial aproveita-se da intervenção estatal na rede de infra-estruturas do país, que incide especialmente nas vias terrestres e marítimas, assim como no reequipamento dos portos tradicionais.

Para enquadrar as repercussões urbanas dessa política, impõe-se a elaboração de planos gerais de melhoramentos”<sup>420</sup>, sendo promulgada em 1864 uma disposição que obriga à elaboração de levantamentos cartográficos rigorosos<sup>421</sup>, e em 1865 a instituição da figura de Plano Geral de Melhoramentos<sup>422</sup>.

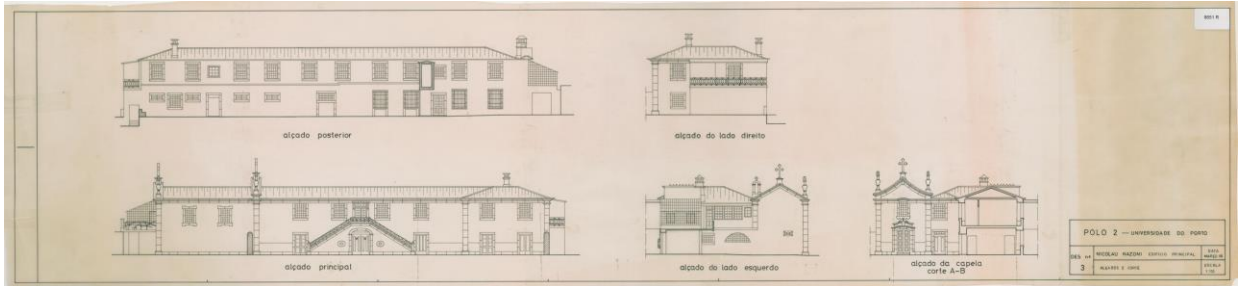
<sup>418</sup> Organismo criado por João de Almada em 1764. NONELL, Anni Günther, TAVARES, Rui, 1994, in “Atlas histórico de ciudades europeas”, Península Ibérica, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, Salvat Editores, Barcelona, p. 132.

<sup>419</sup> Idem, *ibidem*, p.132.

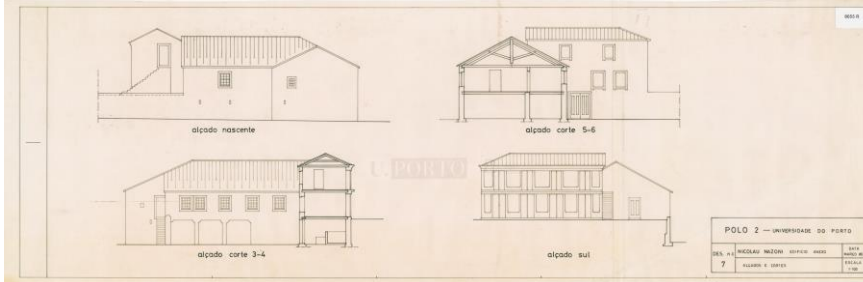
<sup>420</sup> Idem, *ibidem*, p.138.

<sup>421</sup> Por determinação do Decreto-Lei de 1864, iniciam-se no Porto os trabalhos de campo em 1870, que culminaram na restituição da Carta Topographica da Cidade do Porto, publicada em 1892 por Telles Ferreira, abarcando todo o território concelhio já delimitado pela demarcação do traçado da Estrada da Circunvalação (1889–1896) cujas obras decorriam. Cf. FERNANDES, Mário Gonçalves, 2011, “Plantas do planeamento urbano e do urbanismo em Portugal”, Porto, IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica, p. 5.

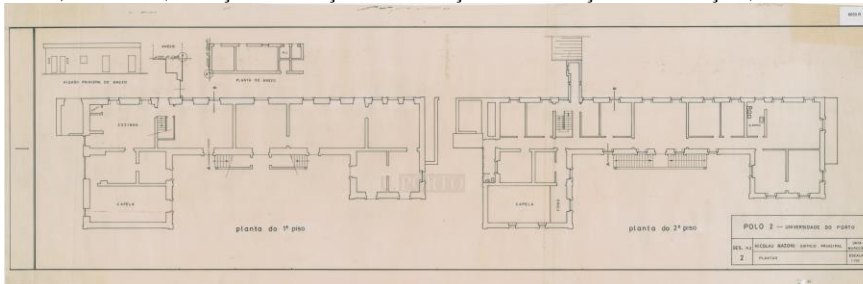
<sup>422</sup> Pelo Decreto-Lei n.º 10, de 19 de Janeiro, que vigorará até 1934.



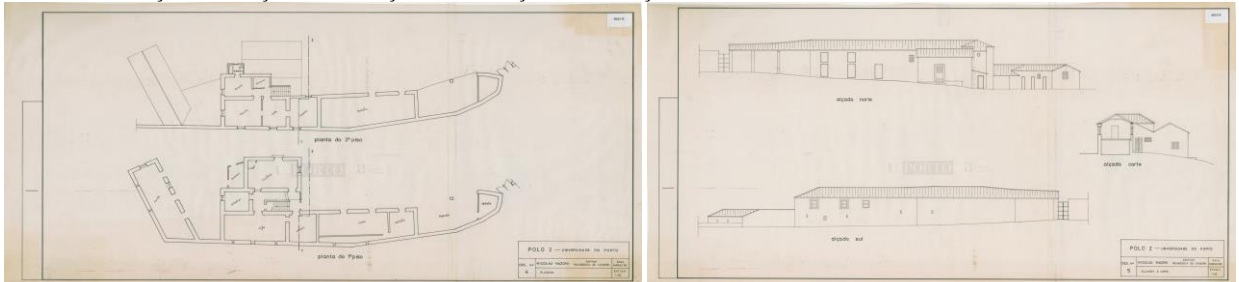
[A102] Universidade do Porto, Nicolau Nasoni, edifício principal, alçados e cortes, desenho n.º 3 – n.º 8651R, esc. 1/100, ref.ª 08651r-72, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, ADUP REIT, 03-1980.



[A103] Universidade do Porto, Nicolau Nasoni, edifício anexo, alçados e cortes, desenho n.º 7 – n.º 8655R, esc. 1/100, ref.ª 08867, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, ADUP REIT, 03-1980.

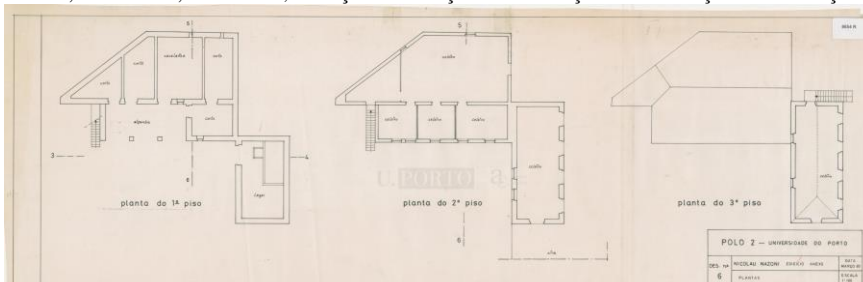


[A104] Universidade do Porto, Nicolau Nasoni, edifício principal, plantas, desenho n.º 2 – n.º 8650R, esc. 1/100, ref.ª 08862, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, ADUP REIT, 03-1980.



[A105] Universidade do Porto, Nicolau Nasoni, edifício residência do caseiro, plantas, desenho n.º 4 – n.º 8652R, esc. 1/100, ref.ª 08864, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, ADUP REIT, 03-1980.

[A106] Universidade do Porto, Nicolau Nasoni, edifício residência do caseiro, alçados e cortes, desenho n.º 5 – n.º 8653R, esc. 1/100, ref.ª 08865, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, ADUP REIT, 03-1980.



[A107] Universidade do Porto, Nicolau Nasoni, edifício anexo, plantas, desenho n.º 6 – n.º 8654R, esc. 1/100, ref.ª 08866, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, ADUP REIT, 03-1980.

O crescimento exponencial da população determinou uma série de estudos para resolução da habitação, sobretudo pela implementação de bairros sociais e de casas económicas

Como resultado tardio do Decreto-Lei de 13 de Janeiro de 1865 (ou 19 de Janeiro?), o Presidente da Câmara do Porto, Correa de Barros apresentou, em 1881, o Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto, constando de diversas propostas (descritas e orçamentadas) estabelecidas por várias vertentes temáticas, como a abertura e arranjo de ruas no território concelhio, para articulação entre os seus vários sectores, quase todas realizadas durante a mesma década, surgindo já cartografadas na carta entregue em 1892 por Telles Ferreira, considerando ainda a constituição de mercados, o melhoramento do abastecimento de água, a organização do saneamento, dos serviços de limpeza e de combate a incêndios, e ainda a constituição de um laboratório do município.

Estas propostas tentavam reagir à expansão não planeada da cidade, reconhecendo a necessidade de condições adequadas ao crescimento demográfico e industrial, dado que continuavam por resolver muitos problemas urbanísticos na área central, sendo que as áreas periféricas desenvolviam-se sobretudo ao longo das estradas de penetração no território.

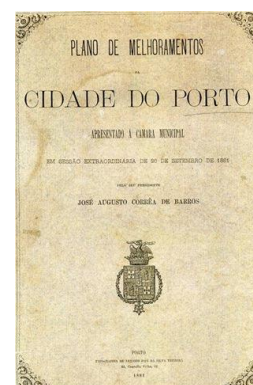
O ‘Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto’, em termos urbanísticos, exprime uma visão global do espaço da cidade ambicionando a sua estruturação, entendendo-o como sistemas articulados de vias, infra-estruturas e equipamentos.

Tratou-se de um ‘plano de actividades’ com consequências objectivas no processo de crescimento e estruturação urbana, com acções demarcadas na ‘Carta Topographica da Cidade do Porto’ concluída por Telles Ferreira em 1892 (e publicada no ano seguinte), abarcando todo o território concelhio, e não apenas as áreas urbanizadas, “para se poder melhor apreciar os novos estudos de ruas que forçosamente se hão-de abrir nas freguesias anexadas, depois de concluída a nova estrada da circunvalação”, constituindo assim “uma perfeita carta cadastral com a propriedade toda dividida, sobre a qual se poderá fazer uma perfeita matriz predial, sem os erros e as contestações provenientes

das más e incorrectas medições que geralmente se praticam nestes trabalhos, provenientes da insuficiência de quem os executa, e da falta d’ uma boa carta”<sup>423</sup>.

Até ao século XIX, o Porto era uma cidade densa contida pelas suas muralhas, onde eram parcos os espaços agricultados, resumidos a pequenos hortos e cercas conventuais. A partir dessa altura, nomeadamente com as acções dos Almadas, a cidade expande-se para as zonas rurais envolventes, estando já urbanizadas a maioria das estradas radiais de penetração no território e os pequenos núcleos de povoamento.

[A108] Edição original do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto, apresentado à Câmara Municipal em sessão extraordinária de 26 de Setembro de 1881 pelo seu Presidente José Augusto Correia de Barros. Porto : Typ. António José da Silva Teixeira, 1881. BNP-CDU 35



Eleito deputado da Assembleia Nacional Constituinte, em 1911, com a República, pelo círculo eleitoral de Sto. Tirso, com a instauração da República, Ezequiel de Campos<sup>424</sup> dedicou-se ao estudo de temáticas políticas, designadamente acerca de assuntos de desenvolvimento económico baseados em três pilares fundamentais, a modernização dos sectores da agricultura, da indústria e das exportações.

Com o fim da guerra 14-18, foi notória a vontade de modernização, com novas fontes de energia, como o petróleo e a electricidade, e com a produção em série de automóveis e telefonias, pelo desenvolvimento das redes de transportes marítimos, fluviais,

<sup>423</sup> Augusto Gerardo Telles Ferreira, a propósito da carta cadastral à escala de 1/2.500, citado em TAVARES, Rui Bastos, 1992, *A Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 – Uma Base Cartográfica Para a Gestão Urbanística Municipal*, in “Uma Cartografia Exemplar – O Porto em 1892”, CMP.

<sup>424</sup> Ezequiel de Campos (1864-1965), nasceu em S. Eulália de Beiriz (Póvoa de Varzim) e foi Engenheiro civil, industrial e de minas pela academia Politécnica do Porto (1899), director de Obras Públicas em s. Tomé, Deputado à Assembleia Nacional Constituinte, Professor Catedrático no Instituto Superior de Comércio e na Faculdade de Engenharia do Porto, tendo ainda exercido os cargos de Ministro da Agricultura por poucos meses (no governo de Domingos dos Santos entre 1924 e 1925), Chefe de Brigada de Estudos Hidráulicos dos rios Douro, Cávado e Tejo, e Director dos Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade do Porto. Desenvolveu diversos estudos de investigação nas áreas da hidráulica (estudos de irrigação do Alentejo e aproveitamento hidroeléctrico da bacia do Douro), da electrificação e do urbanismo (com propostas para a Póvoa de Varzim e para o Porto).

ferroviários e rodoviários, e pela generalização dos meios de comunicação (proliferando edições de jornais e revistas generalistas e especializadas). Ezequiel de Campos é então nomeado pelo Ministro do Comércio de Sidónio Pais, Francisco Xavier Esteves, para a funções na Junta Hidráulica Agrícola, estudando, nomeadamente, programas promissores de irrigação das bacias dos rios Douro, Cávado e Tejo.

Participa em revistas como a ‘Pela Grei-Revista para o Ressurgimento Nacional pela Formação e Intervenção de Uma Opinião Pública Consciente’ dirigida por António Sérgio, onde escreveu assiduamente, participando ainda na fundação da revista ‘Seara Nova’<sup>425</sup>, importante meio de divulgação cultural, de doutrina crítica, onde expressa as suas ideias estratégicas e integradas para o desenvolvimento do território.

Mas, nos anos 20, de recuperação económica e de uma nova modernidade, ainda se faziam sentir os efeitos nefastos da guerra, da falta de abastecimentos e de uma economia com poucos recursos, e já se começavam a sentir as consequências na Europa da grande crise económica de 1929.

No entanto, surgem ideias urbanísticas inovadoras como o Plano Geral de Melhoramentos da Póvoa de Varzim, elaborado por Ezequiel de Campos, em 1920, partindo da realidade concreta e com visão de futuro.

Este Plano de Melhoramentos parte de um levantamento rigoroso da cidade, com uma narrativa estabelecida enquanto programa de trabalho numa perspectiva operativa, diferenciando a situação existente das propostas preconizadas (pondo em evidência as modificações propostas), sobretudo quanto ao desenvolvimento e hierarquização do sistema viário, ligando as várias partes da cidade, entre si, e com os núcleos das áreas adjacentes, procedendo ainda ao alargamento e correcção de vias existentes, quando possível, tendo em atenção a morfologia urbana.

---

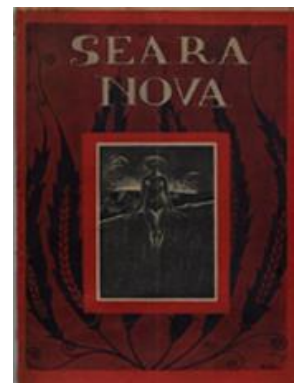
<sup>425</sup> Também dirigida e editada por António Sérgio, contando com um grupo alargado de intelectuais, onde se destacam Raul Proença, Raul Brandão, Câmara Reis Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, entre muitos outros, sendo o primeiro número publicado em 1921. Cf. *Dicionário de História do Estado Novo (1996)*, Coordenação de Fernando Rosas e de J.M. Brandão de Brito, Edição de Círculo de Leitores, cf. SEABRA, José Augusto, 2003, *Revistas e movimentos culturais no primeiro quarto do século*, in “Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo”, Lisboa, Livros Horizonte, p. 32.



[A109]  
Revista PELA GREI (Vol. I, 1.º ano, n.º 1, 1918-Março) (PELA GREI), in  
<[http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/PelaGrei/N01/N01\\_item1/P3.html](http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/PelaGrei/N01/N01_item1/P3.html)>.



[A110]  
Revista SEARA NOVA (N.º 1-15/10/1921), in  
<<http://www.searanova.publ.pt/images/revistas/n1/>>.



[A111] Ezequiel de Campos: Plano Geral de Melhoramentos da Póvoa de Varzim, 1920 [in LÔBO, Margarida S., 1995, p.32].

O facto de abordar toda a cidade e os pequenos núcleos envolventes, constitui uma atitude inovadora, de carácter estratégico e estruturante, não obstante muito focada no traçado das infra-estruturas. LÔBO (1995) afirma que “O interesse desta proposta radica no entendimento das operações de reforma urbana de que as intervenções de Haussmann, em Paris, são o paradigma. Não são as expansões de Ressano Garcia em Lisboa, na linha dos *ensanches* o modelo desta proposta; ela reflecte operações anteriores, da segunda metade do século XIX, e prenuncia os esventramentos que serão propostos entre nós nos anos quarenta, na peugada das grandes operações de renovação urbana da Itália fascista”<sup>426</sup>.

Entre 1922 a 1939, Ezequiel de Campos exerce o cargo de Director dos Serviços Municipais de Gás e Electricidade da Câmara Municipal do Porto período em que estuda profundamente o Porto e a região envolvente, por via das realizações de electrificação destes territórios, e é em 1932, ano marcado pelo fim da Ditadura Militar, que publica o ‘Prólogo ao Plano da Cidade do Porto’, estabelecendo um programa e uma metodologia para o planeamento da cidade, e das suas periferias, dando especial atenção aos problemas das vias de comunicação e aos transportes.

Inclui um ‘Esquisso de Reforma do Centro Actual da Cidade do Porto’ à escala de 1/10.000, e a ‘Traça das Ruas Primárias da Cidade do Porto’ à escala de 1/25.000, incluindo o Porto de Leixões.

Esta proposta urbanística estrutura-se por um preâmbulo (‘No Limiar’) e por cinco temas:

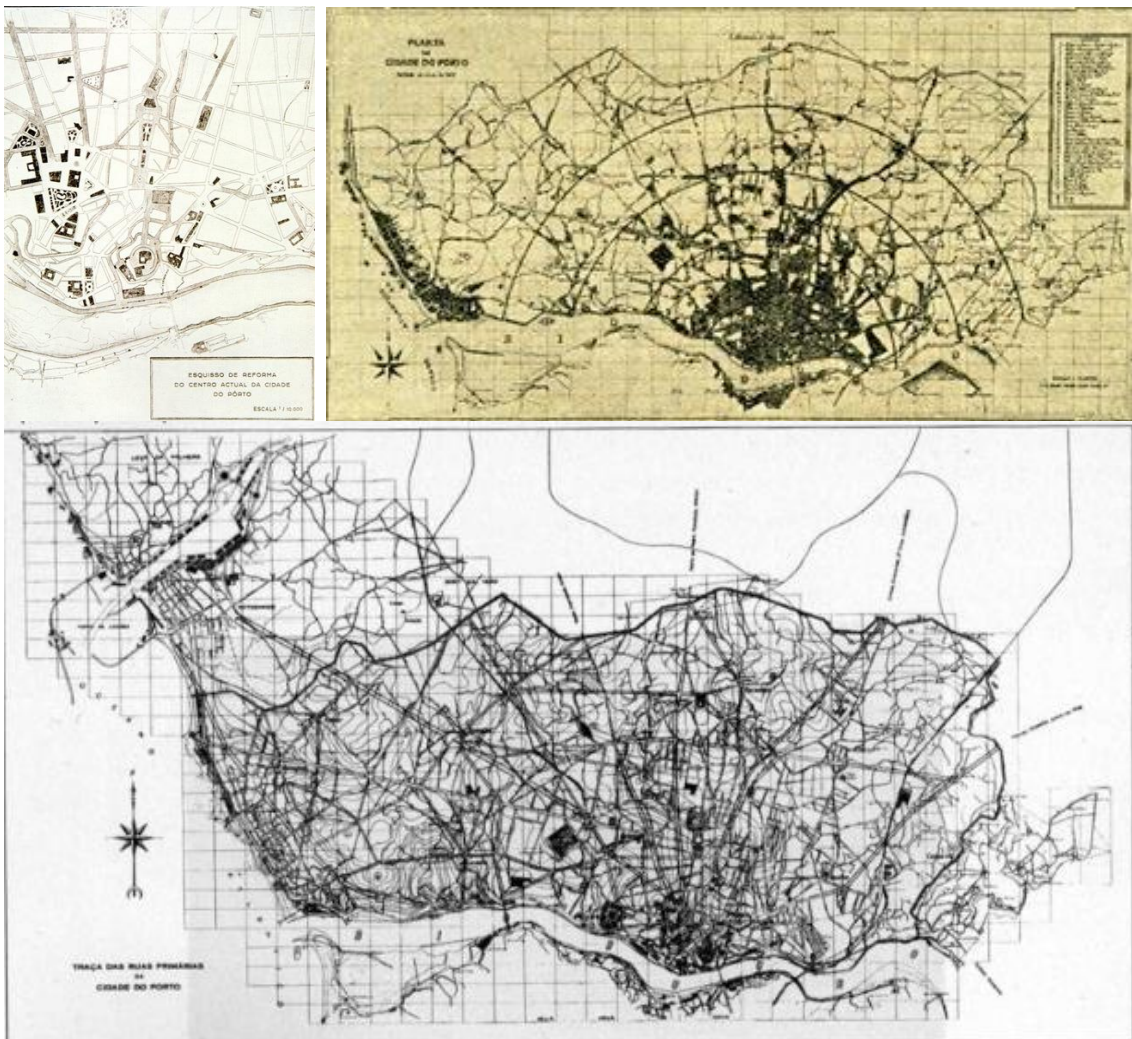
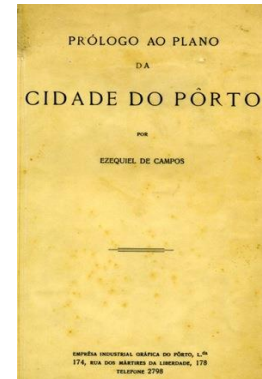
*I - Questão Prévia do Plano da Cidade do Porto; II - O Ambiente Natural do Porto; III – Traça Geral da Cidade do Porto; IV – Como Se Poderá Elaborar o Plano da Cidade do Porto; V - Como Se Poderá Realizar As Obras do Plano da Cidade do Porto.*

O ‘Prólogo ao Plano da Cidade do Porto’ apresenta-se como um manifesto nos seus objectivos e programa, e propõe uma metodologia de trabalho.

---

<sup>426</sup> LÔBO, Margarida Souza (1995), op. cit., p. 33.

[A112]  
CAMPOS, Ezequiel de, 1932, *Prólogo ao plano da cidade do Porto*,  
Porto, Emp. Industrial Gráfica.



[A113] 'Esquisso de Reforma Do Centro Actual da Cidade Do Porto' (à escala de 1/10.000), in CAMPOS, Ezequiel, 1932, *Prólogo ao plano da cidade do Porto*, Porto, Emp. Industrial Gráfica.

[A114] 'A Expansão da Cidade do Porto', 'Traça Das Ruas Primárias Da Cidade do Porto' (à escala de 1/25.000), in CAMPOS, Ezequiel, 1932, *Prólogo ao plano da cidade do Porto*, Porto, Emp. Industrial Gráfica.

[A 115] CAMPOS, Ezequiel, 1932, *Prólogo ao plano da cidade do Porto*, Porto, Emp. Industrial Gráfica.

“O plano da cidade define o programa segundo o qual a cidade deve crescer. Ele demarca a sequência, por um período de anos futuros, das realizações coordenadas a fazer na cidade e nos seus arredores atendendo-se à individualidade e ao carácter próprio da cidade, à provável extensão do seu desenvolvimento, à velocidade e direcção do seu alastramento (...). A preparação do plano da cidade compreende três partes: a elaboração da planta actualizada da cidade; o plano geral da cidade; e o plano final. Ao mesmo tempo que a planta é actualizada, faz-se o estudo do ambiente natural, económico e social da cidade, do seu valor urbano em si e no seu relacionamento regional, a avaliação do seu destino futuro, da sua grandeza de expansão e do rumo que deve levar dentro de si e em relação com os povoados periféricos: tudo enquadrado na política geral e própria do país e da região. O plano geral compreende o estudo cuidado da traça da cidade e do seu arranjo – ruas, caminho-de-ferro, campos de aviação, jardins, parques, centros urbanos, e toda a urdidura da cidade. Paralelamente, o estudo dos recursos financeiros para a realização da cidade nas atribuições municipais e do Estado, segundo o plano de prioridades e de sequência das obras da cidade”<sup>427</sup>.

Preconiza ainda a elaboração do plano final e de pormenores de execução para cada fase de obras da competência das várias tutelas, como obras municipais, obras públicas e obras portuárias.

O aumento da população da cidade e arredores preocupa Ezequiel de Campos, admitindo uma escala de pertinência, como plano regional de urbanização com forte expressão territorial.

Paranhos, como as restantes áreas rurais do concelho do Porto é abarcado pelo terceiro e quarto círculos (de 1 quilómetro de raio a partir do centro histórico) do modelo ensaiado para caracterização das ocupações e ‘A expansão da Cidade do Porto’, concluindo que não houve, no Porto, “(...) grandes linhas directrizes, nem orientações axiais de crescimento com as suas expansões de praças monumentais e de jardins, como em Paris, em Berlim, (...) e como se iniciou em Lisboa, e se pode prosseguir pela traça de [Jean-Claude Nicolas] Forestier, do arquitecto Cristino da Silva, ou outra”<sup>428</sup>. Na ‘Traça das Ruas Primárias da Cidade do Porto’ à escala de 1/25.000, ensaia um sistema viário muito desenvolvido, composto por acessos regulares ou regularizados (rectilíneos) de

---

<sup>427</sup> Ezequiel de CAMPOS (1932), *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, op. cit., p. 7.

<sup>428</sup> *Ibidem*, p. 20.

articulação entre os vários sectores urbanos e periferias rurais da área concelhia, vias de rebatimento (de cintura), entre as mesmas, acessos de ligação com os núcleos periurbanos, e acessos directos ao Porto de Leixões.

Estes programas só serão aplicados vários anos mais tarde (a partir da década de 40) à escala da cidade e do território, porque a realidade topográfica, económica e social, bem como a guerra, entre vários outros aspectos, não corroboraram uma visão rígida claramente desenvolvimentista, mantendo-se as intervenções pontuais, como a construção de casas económicas e bairros sociais.

Ezequiel de Campos faz propostas para a área central da cidade, e acerca da Universidade do Porto (fundada em 1911) observa a inexistência de uma ‘Cidade Universitária’, e sugere um ‘Centro Universitário’ por concentração das diversas escolas na área envolvente ao edifício da Academia, entre a Praça Carlos Alberto e os Clérigos. De resto, na sua opinião, a dispersão dos estabelecimentos de ensino, das áreas de residência e de outros programas, são prova da ausência de um plano de cidade.

#### Breve enquadramento político e cultural

A década de 30 é marcada por um corte radical com a forma de pensar e gerir a cidade, quando se torna mais evidente a necessidade de prever e planear o seu futuro, e com o advento do Estado Novo, em 1933, que procura rapidamente a consolidação do regime ditatorial, nomeadamente pela afirmação de uma política cultural e divulgação de uma estética própria inspirada no regime de Benito Mussolini, para o que contou com António Ferro<sup>429</sup>, editor, escritor, jornalista e político, e um dos criadores de uma política de fomento cultural, pondo em prática a sua ‘política do espírito’ ao jeito de Paul Valery. António Ferro foi dirigente do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), mais tarde designado Secretariado Nacional de Informação (SNI). Homem de

---

<sup>429</sup> FURTADO, Marta (prod.), 2012, *Estética, Propaganda e Utopia no Portugal de António Ferro, documentário de duas horas, repartido em dois episódios que percorrem a vida, a obra, o pensamento e o legado do escritor, jornalista e político português António Joaquim Tavares Ferro*, com depoimentos de José Augusto França, Margarida Acciaiuoli, Eduardo Lourenço, Fernando Dacosta, Fernando Rosas, Adriano Moreira, Vera Marques Alves, Maria Keil, José Barreto, Emília Tavares, João Moreira dos Santos, José Sasportes, Rui Afonso Santos, Jorge Silva, Lauro António, Irene Pimentel e Fernando Brito, além de outros olhares proporcionados por materiais do Arquivo RTP, Lisboa, RTP.

[Em linha][Consultado em Fevereiro 2014], disponível em <[www.youtube.com/watch?v=hOsef\\_XFidk](http://www.youtube.com/watch?v=hOsef_XFidk)>.

cultura, profundamente ligado aos meios artísticos e defensor da arte moderna, abandonou Portugal em 1949, em ruptura ideológica com o regime.

Duarte Pacheco (n. 1889-1943), formado pelo Instituto Superior Técnico (IST) em engenharia electrotécnica (1923), foi professor e director do mesmo instituto, para o qual desenvolve as novas instalações projectadas por Pardal Monteiro<sup>430</sup> entre 1925 e 1927, incluindo a grandiosa Alameda D. Afonso Henriques, rematada pela fonte monumental, como espaço urbano e eixo de enquadramento do IST, e que mais tarde será também o responsável pela organização de um conjunto de edifícios na Zona da Cidade Universitária de Lisboa, no Campo Grande.

Duarte Pacheco é nomeado Ministro das Obras Públicas e Comunicações em 1932 (no final da ditadura militar e ano do Prólogo ao Plano da Cidade do Porto, de Ezequiel de Campos), cargo que exerce até 1935, mas regressando à sua titularidade em 1938, a par de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (de Janeiro a Maio de 1938), e até à sua morte em Novembro de 1943, dinamizando a implementação de grandes infra-estruturas, de equipamentos colectivos, e os procedimentos de ordenamento urbano, conferindo à ‘capital do Império’ uma imagem de modernidade e de exaltação do regime.

Vários autores debatem a modernidade estético-cultural dos anos 1920/1930 e produção do Estado Novo, questão colocada por Nuno Portas como “(...) este período capital da produção arquitectónica portuguesa ficou caracterizado, primeiro, pela emergência e ensaio de uma linguagem de ruptura o purismo racionalista – e, depois, pela sua quase instantânea substituição, na meia dúzia de anos seguintes, pela reconstituição de uma linguagem regional-monumental”<sup>431</sup>, o que terá resultado de uma “aparentemente fácil

---

<sup>430</sup> Cf. TOSTÕES, Ana (texto); VIEIRA, Joaquim, 2010, *Fotobiografias do Século XX – Pardal Monteiro*. Lisboa, Temas e Debates.

Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957), arquitecto pela EBAL (1919), contribuiu para a divulgação da arquitectura moderna em Portugal, mas com convicções racionalistas. Em 1919 integra a Repartição das Construções Escolares do Ministério da Instrução. Com o ministro Duarte Pacheco, projectou importantes equipamentos, como as novas instalações do IST, o Instituto Nacional de Estatística (1931) as gares marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos, o edifício do Diário de Notícias, entre muitos outros. Foi correspondente da revista *Architecture d’Aujourd’hui* e presidente do Sindicato Nacional dos Arquitectos (entre 1936 e 1944). No final dos anos 30 incompatibiliza-se com Duarte Pacheco, regressando à academia (IST) e à presidência da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Arquitectos, para a qual é sucessivamente eleito em 1944, 1948 e 1951. Só após a morte de Duarte Pacheco (em 1943) volta a ter encomendas de grandes equipamentos, como o LNEC (1943), a Cidade Universitária de Lisboa, redesenhada em 1952, o Ritz, e a Biblioteca Nacional (projecto iniciado em 1954).

<sup>431</sup> PORTAS, Nuno, 1977 (1973), “A evolução da arquitectura moderna em Portugal”, in Bruno ZEVI, Bruno, 1977, *História da Arquitectura Moderna*, Lisboa, Arcádia, p. 724.

recuperação do grupo pioneiro pela ideologia oficial”<sup>432</sup>. J. M. Fernandes<sup>433</sup> situa esta questão no desfasamento cultural do país, em relação às vanguardas europeias.

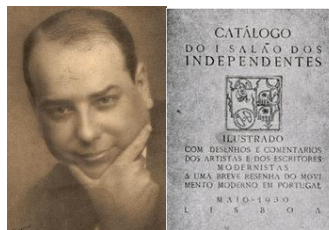
---

<sup>432</sup> Ibidem, PORTAS, Nuno, 1977, p. 725.

<sup>433</sup> FERNANDES, J. M. (org.), 1979, “Para o estudo da arquitectura modernista em Portugal”, in *Arquitectura*, n. 132 (Mar.), p. 65.

[A116]  
António Ferro  
I Salão dos Independentes (1930)<sup>434</sup>

<http://actofalhado.blogs.sapo.pt/2010/06/10/> (arquivo Rita Ferro)  
I Salão dos independentes, [catálogo]  
Lisboa [s.n.], 1930.



[A117]  
Duarte Pacheco  
Instituto Superior Técnico (I.S.T.)  
arquivo IST - <http://narq.ist.utl.pt/narq-on-line/acervo-documental/duarte-jose-pacheco-djp/>



[A118]  
Porfírio Pardal Monteiro  
Reitoria da Universidade de Lisboa  
VIEIRA, Joaquim (2010), *Fotobiografias do Século XX – Pardal Monteiro*, Lisboa, edições 'Temas e Debates'.  
Capa, Sítio da fotografia do edifício [www.ulisboa.pt](http://www.ulisboa.pt)



<sup>434</sup> I Salão dos Independentes com a participação de artistas plásticos, fotógrafos, artistas gráficos e arquitectos, entre os quais Cottineli Telmo (Ideias Arquitectónicas), Carlos Ramos (Liceu, Bairro em Olhão, Plano Urbanização de Moledo, Hotel em Espinho) e Cristino da Silva (Prolongamento da Avenida da Liberdade, Lisboa), entre muitos outros.



Vitor Matias Ferreira, na sua investigação de 1983<sup>435</sup>, centrada na análise da política urbana de Lisboa entre 1932-38 e 1948-50, períodos que se reportam a conjunturas político-urbanísticas precisas, de que o Plano de Gröer (proposto em 1932 e aprovado em 1948) foi exemplo paradigmático, sobretudo pelo enquadramento da problemática urbana da política fundiária de Lisboa (e expropriações necessárias à realização do plano) identifica dois ‘modelos’<sup>436</sup> essenciais entre um posicionamento mais próximo da arquitectura e do urbanismo alemão, de Albert Speer, e outro alinhado com o urbanismo racionalista italiano, sendo evidentes diversas correntes ‘modernistas’.

### Enquadramento Legal

Em 1934 é publicado o Decreto-Lei n.º 24.802, de 21 de Dezembro, que institui a figura do ‘Plano Geral de Urbanização’, revogando o Decreto-Lei n.º 10, de 19 de Janeiro de 1865, que enquadrava até então, a figura de ‘Plano Geral de Melhoramentos’<sup>437</sup>, como forma pragmática de ‘fazer cidade’ e “veio, assim, na altura oportuna, obrigar a uma visão de conjunto das intervenções camarárias nas cidades de Lisboa e Porto e estabelecer níveis de qualidade que se reflectem na produção urbana oitocentista, acentuando a sua vertente pragmática”<sup>438</sup>.

O novo diploma, em harmonia com as ideias formuladas por Ezequiel de Campos no ‘Prólogo ao Plano da Cidade do Porto’ de 1932, e inspirada na legislação urbanística francesa (na designada lei Cornudet, de 1919, com participação de Donat-Alfred Agache<sup>439</sup>), inscreveu, pela primeira vez, a obrigatoriedade de as câmaras municipais promoverem a elaboração de ‘planos gerais de urbanização’ das sedes dos seus

<sup>435</sup> FERREIRA, Vitor Matias, 1983, “A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, anos de 1930-40”, in *“Análise Social”*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º, 5.º, Lisboa, ICSUL, pp. 693-735.

<sup>436</sup> FERREIRA, Vitor Matias, 1983, op. cit., p. 697.

<sup>437</sup> Este diploma estabelecia alguns princípios de higiene e circulação, não obstante os objectivos preambulares estejam definidos no âmbito da ‘decoração da cidade, o livre-trânsito, a comodidade e segurança dos seus habitantes, a salubridade pública e a conveniência de evitar a aglomeração da população’ sendo que “o conceito de planeamento subjacente é insipiente, limitando-se a um pré-urbanismo regulamentar. “(...) Assim, o Plano Geral de Melhoramentos deverá ocupar-se essencialmente das ruas, praças e jardins (...)”, in LÔBO, Margarida Souza (1995), p. 16, e Anexo I, pp. 250-254. (São desta forma prescritas a obrigatoriedade de alinhamento dos edifícios e as características das vias, a sua largura mínima e declive máximo de sete por cento, de forma a assegurar boas condições de circulação, regulamentando ainda acerca de cêrceas, iluminação, ventilação, e infra-estruturas prediais).

<sup>438</sup> LÔBO, Margarida Souza, 1995, op. cit., p. 17.

<sup>439</sup> Donat-Alfred AGACHE, licenciado pela École Nationale des Beaux-Arts de Paris, elaborou planos para diversas cidades, com destaque para o plano do Rio de Janeiro, onde trabalhou com Etienne De Gröer, publicando em 1930 o texto *Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação, Extensão e Embelezamento*. Foyer Brésilien, 1930, Vol. I. (In: <http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=2694>).

municípios e para todas as localidades com uma população superior a 2.500 habitantes com crescimento demográfico superior a 10% entre recenseamentos, para além das zonas turísticas, recreativas e outras a determinar pelo Governo, “em ordem a obter a sua transformação e desenvolvimento segundo as exigências da vida económica e social de estética, de higiene e da viação, com o máximo proveito e comodidade para os seus habitantes” determinando ainda prazos de finalização de três anos, e medidas sancionatórias aos municípios faltosos, interditando o recurso à expropriação para obras de urbanização.

“Extremamente ambicioso, o legislador passa de uma situação de quase inexistência de planeamento para uma exigência de mais de quatro centenas de planos (...) a partir do momento que a necessária informação topográfica ficasse disponível”<sup>440</sup>.

Porém, tal obrigação e sansão não tiveram aplicação prática por falta de condições e recursos, nomeadamente quanto a levantamentos topográficos e inquéritos fiáveis, assim como pela inexperiência das câmaras municipais, e pelos escassos técnicos disponíveis. Mesmo assim foram desenvolvidos muitos planos gerais de urbanização conduzidos pela Administração Central.

Nas décadas de 30 e 40 trabalham em Portugal urbanistas de diversas proveniências, com formações e tendências distintas, imprimindo ao urbanismo português uma interessante diversidade de entendimentos e de experiências. Nuno Portas, em *A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*, refere a falta de experiência dos arquitectos-urbanistas portugueses, o que levou Duarte Pacheco a convidar diversos urbanistas estrangeiros para condução dos trabalhos de planeamento das principais cidades portuguesas.<sup>441</sup>

Duarte Pacheco convida Agache para os estudos de valorização da Costa do Sol (1936), e De Gröer para colaboração no Plano de Urbanização de Lisboa (1938-1949), trabalhando entretanto em vários outros Planos como os de Braga, Coimbra, Évora, Guimarães, Sintra, Abrantes, Almada e Costa do Sol, substituindo Agache. Piacentini e Muzio trabalham no Porto, e tal como Agache, revelam forte capacidade conceptiva, trabalhando a várias escalas, desde o planeamento do território ao concelhio e ao desenho urbano formal, à escala local, com perfeita definição do espaço público, como adeptos tardios da *city beautiful* ou da *cidade-jardim*. Especialmente as propostas de

<sup>440</sup> LÔBO, Margarida Souza, 1995, op. cit. pp. 39-40.

<sup>441</sup> PORTAS, Nuno, 1978, *A evolução da Arquitectura moderna em Portugal*, in ZEVI, Bruno, 1978, *História da Arquitectura Moderna*, Lisboa, Arcádia, pp. 687-744.

Agache revelam uma notável integração de escalas, pela hierarquização dos espaços urbanos e o entendimento do plano como um processo, numa “perspectiva faludiana” de aproximação científica clássica aos problemas colocados<sup>442</sup>. De acordo com Andreas Faludi, o planeamento poderia ser definido como “processo racional atravessando gerações de alternativas, avaliação e escolha com base nessa mesma avaliação”, posicionamento mais tarde contestado por diversos outros estudiosos em teoria do planeamento, nomeadamente do planeamento urbanístico.

Alfred Agache escreveu sobre a disciplina de urbanismo referindo a sua missão como “a aplicação dos conhecimentos de hoje à economia das cidades de amanhã”, no seu texto *L’Urbaniste: une philosophie sociale*.<sup>443</sup>

Plano Geral de Urbanização – Marcello Piacentini, 1940

A Câmara do Porto, obrigada a elaborar o plano geral de urbanização até 1939, contrata (em 1938) o arquitecto italiano Marcello Piacentini<sup>444</sup> para os seus serviços técnicos como assessor dos trabalhos do Plano Geral de Urbanização, de que foi autor.

Estando entretanto ocupado em funções investidas pelo Governo italiano, chegam ao Porto, em sua substituição o arquitecto Calza Bini e o Engenheiro Vincenzo Cívico em sua substituição<sup>445</sup>, que iniciaram de imediato um conjunto de análises e estudos de propostas.

Piacentini, de tendências clássicas e “que se tinha colocado inicialmente em oposição à geração racionalista italiana mais nova, supera a alternativa tradição *versus* modernidade em meados da década de trinta e alia-se às diversas correntes do

<sup>442</sup> Cf. FALUDI, 1973, *Planning theory*, Oxford, Pergamon Press, p. 36, tradução do excerto da edição consultada, “rational process of going through generation of alternatives, evaluation, and choice based on that evaluation”.

<sup>443</sup> Cf. BRUANT, Catherine, 2001, “Donat-Alfred AGACHE, 1875-1959, L’Urbaniste: une philosophie sociale”, in *Urbanisme* n. 321, Novembre/Decembre.

<sup>444</sup> Autor dos Planos Reguladores de Roma e de Verona, entre muitos outros, realizou também o Projecto da Cidade Universitária de Roma, em 1935. Cf. BRAZINHA, Joaquim, 1990, *Projecto Clássico em Arquitectura*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Lisboa, FAUTL. É interessante verificar que Marcello Piacentini supervisionou a construção da Città Universitaria di Roma, em conjunto com Gaetano Minnucci, entre 1932 e 1935. Minnucci (1896-1980) foi uma figura proeminente da cultura arquitectónica italiana, contribuindo, no final dos anos 20, para a teorização do Racionalismo Italiano, organizando, em 1928, com Adalberto Libera, a primeira Exposição Italiana de Arquitectura Racional

<sup>445</sup> Respectivamente, seu assistente da disciplina de Urbanística na Real Universidade de Roma e secretário do Instituto Nacional de Urbanismo. Em GARRETT, Antão de Almeida (1974), *História dos Planos Gerais de Urbanização da Cidade do Porto*. Porto: F.E.U.P., p. 8.

racionalismo italiano, convidando Piccinato e Pagano para trabalharem na revista *Architettura*, de que é director”<sup>446</sup> desde o seu início, em 1932.

A estrutura do gabinete técnico do município revela-se de grande fragilidade, sendo morosos e pouco rigorosos os inquéritos e as bases cartográficas solicitadas pela equipa do plano que, não obstante os estudos entregues<sup>447</sup>, a colaboração de Piacentini terminou por decisão do presidente da câmara. De facto, não foi elaborado um documento final, por sucessivos atrasos da equipa (com Piacentini ausente, trabalhando na coordenação na exposição de exaltação ao racionalismo italiano – a E42) e falhas da Câmara Municipal na realização dos necessários inquéritos e actualização da cartografia. Almeida Garrett (1974) atribui várias causas ao insucesso dos trabalhos, nomeadamente pela ausência de um conceito claro “(...) foi a dispersão de pormenorização rodoviária, (...) e terem-se visto premidos pelo estudo de casos particulares (...) que só deviam ter lugar após a estrutura básica estudada, impossível com os elementos postos à sua disposição (...)”.

Os estudos entretanto elaborados propõem uma extensa rede de comunicações (que para além da demarcação da “Actual rede de comunicações da cidade”, propõe a “Futura rede de Comunicações da cidade” e as “Futuras Grandes Comunicações por estrada”, com desenhos de Maio de 1939, estabelecendo uma intrincada rede de eixos cruzados, que o Gabinete de Urbanização camarário considera “(...) ser de muito difícil execução por razões topográficas, apesar das sucessivas alterações que lhes vão sendo introduzidas pelos autores”<sup>448</sup>, que definem ainda uma série de zonas residenciais e um pólo desportivo. Dos estudos, constam também uma série de propostas pormenorizadas para a área central da cidade, definindo espaços de grandes dimensões contidos por construções afectadas por um padrão de linguagem alinhado com as experiências racionalistas da exposição italiana E42.

No que respeita ao sistema viário, para além das ligações aos territórios envolventes, observe-se a profusão de vias de ligação com o futuro Hospital Escolar e na sua envolvente, e articuladas com a Estrada da Circunvalação, à qual foi aparentemente atribuído um grau inferior na hierarquia preconizada. Os autores do Plano Geral de Urbanização interessaram-se fortemente pela periferia da Asprela, onde o traçado

<sup>446</sup> LÔBO, Margarida Souza (1995), p. 67.

<sup>447</sup> Os esquemas de Maio de 1939, elaborados após as visitas de Bini e Cívico (actual rede de comunicações da cidade; Futura rede de Comunicações da cidade; Futuras grandes comunicações por estrada).

<sup>448</sup> LÔBO, Margarida Souza (1995), p. 67.

parece incluir uma vontade de monumentalidade (uma ordem clássica) denotada por grandes equipamentos, tal como sugerida nos estudos de pormenor para a área central da cidade.

#### Estudo Para o Plano Regulador do Porto

##### Plano Geral de Urbanização – Giovanni Muzio, 1940/1942

Giovanni Muzio (n.1893-1982) trabalhara em Milão em arquitectura e urbanismo<sup>449</sup>, tendo sido contratado pela Câmara Municipal de Porto, pelas suas referências e expectativas de resultados, nomeadamente após a difícil experiência com Piacentini, e dada a carência de urbanistas em Portugal e inexperiência da Administração perante as exigências legais dos Planos Gerais de Urbanização, no que respeita à cobertura do território e quanto a metodologias e conteúdos.

De resto, os trabalhos cartográficos e os necessários inquéritos continuavam a manifestar-se pouco eficientes.

Em 1940, o Arq. Giovanni Muzio integra o Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização da Câmara Municipal do Porto como consultor urbanista, onde permaneceu até 1942, sendo já o Arq. Arménio Losa responsável por este gabinete (desde 1939 até 1945).

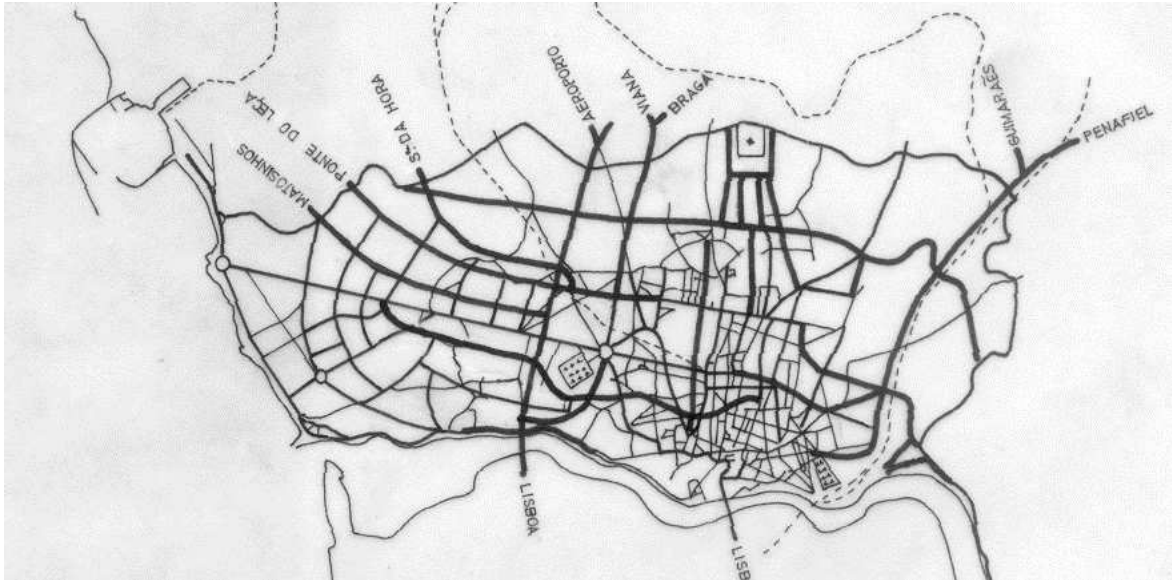
Muzio elabora então diversos estudos com grande pormenorização das estruturas edificadas, definindo implantações, alinhamentos e cérceas.

O Gabinete de Urbanização da Câmara do Porto e Muzio, desenvolvem, até à morte de Duarte Pacheco em 1943, “(...) um plano regulador para a cidade, que se ocupa especialmente do complexo problema da rede viária principal, da expansão da cidade para poente, onde o Município tem a intenção de localizar uma ‘cidade nova’, e do estudo da ligação entre o centro e a Ponte D. Luís”<sup>450</sup>.

---

<sup>449</sup> Com projectos de edifícios públicos e premiado em concursos para Planos Reguladores (edifício Cà Brùta em Milão, 1.º prémio no concurso para o Plano Regulador de Bolzano com Libera e outros). No campo da arquitectura foi um dos expoentes do movimento artístico “novecento” de orientação tradicionalista, na procura de regras no passado como invariáveis, e que alguns autores consideram como uma das correntes inspiradoras do neoclassicismo estatal que caracterizou a arquitectura italiana durante o regime de Mussolini. In: BENEVOLO, L. (1982), p. 540.

<sup>450</sup> LÔBO, Margarida Souza (1995), p. 68.



[A119] PIACENTINI, Marcello, maio de 1939, Futura rede de Comunicações da cidade. Plano Geral de Urbanização. AHCP

---

Piacentini, Marcello, Actual rede de comunicações da cidade, Maio de 1939

---

Piacentini, Futura rede de Comunicações da cidade, Maio de 1939

---

Piacentini, Futuras grandes comunicações por estrada, Maio de 1939,

---

### Quadro Síntese das propostas do Plano Geral de Urbanização (1940) de Marcello Piacentini<sup>451</sup>

Domínios de Intervenção	Propostas
Sistema Viário	<p>SISTEMA DE VIAS NORTE / SUL</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Atravessamento do concelho, desde Gaia, pela ponte na Arrábida e prolongamento até Matosinhos, cruzando a Circunvalação;</li> <li>- Prolongamento da avenida de França, para sul e para norte, com traçado paralelo à anterior, cruzando a Circunvalação perto do Amial;</li> <li>- Sistema envolvente ao HEP, articulado com a Estrada da Circunvalação, e conjunto de 4 ligações a sul do mesmo, a partir da via estruturante nascente-poente.</li> </ul> <p>SISTEMA DE VIAS NASCENTE-POENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ligação entre Contumil e Ramalde, por norte da praça 9 de Abril (arca d'água), estruturante da freguesia de Paranhos;</li> <li>- Prolongamento a nascente e poente da rua da Constituição (onde liga à ponte de Leça);</li> </ul>
Utilização do Solo	<p>ZONA CENTRAL</p> <p>ZONAS RESIDENCIAIS – expansões para norte e poente</p> <p>ZONAS INDUSTRIAIS</p> <p>ZONA DESPORTIVA</p>

<sup>451</sup> Adaptado de OLIVEIRA, Vitor, 2013, A evolução das Formas Urbanas de Lisboa e do Porto nos Séculos XIX e XX. Porto: editorial Universidade do Porto. p. 128.

O Plano Regulador de Muzio, na versão de 1940, era o equivalente ao instrumento designado como plano de “massima” em Itália, que consistiu fundamentalmente num plano de urbanização com a demarcação de ‘zonas’ na correspondência às classes de utilização do solo, e correspondente regulamento.

O seu ‘Estudo Para o Plano Regulador’ apresenta já um eixo muito expressivo de expansão para norte, em direcção a Braga (correspondendo sensivelmente ao traçado da Rua do Amial e da Rua do Vale Formoso), e um eixo de expansão para poente, servindo uma extensa área do Campo Alegre à Foz, demarcando ainda uma zona industrial e vários espaços verdes.

O Hospital Escolar do Porto surge, no Estudo Para o Plano Regulador, envolvido por uma profusão de vias secundárias que se articulam com um eixo transversal e confluem mais a sul, perto do ribeiro da Asprela, numa via de ligação ao centro da cidade.

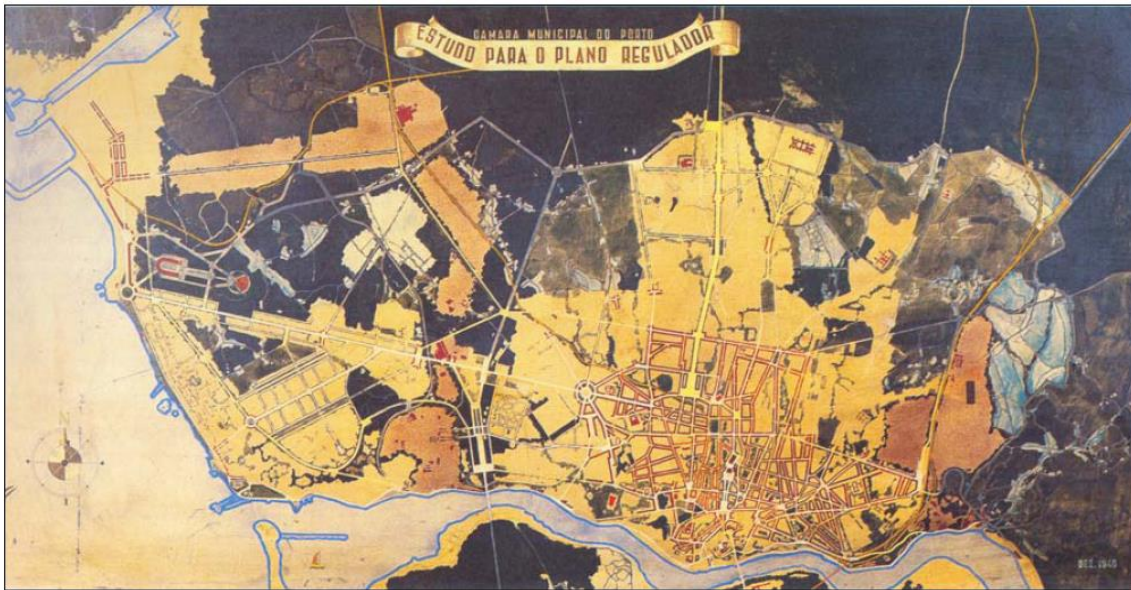
Este sistema, configurando várias formas triangulares em ‘pata-de-ganso’ articula-se directamente com a via principal em dois momentos postos em evidência, para além da Estrada da Circunvalação.

Grande parte da área central da Asprela (incluindo os terrenos a nascente do Hospital Escolar) e do Amial são demarcadas como áreas de expansão, e parte significativa da Areosa e a área onde é hoje o parque da cidade<sup>452</sup> são constituídas por zonas verdes e de reserva agrícola, o mesmo se passando em extensas áreas da Prelada, Ramalde e Viso.

Na sua versão final, de 1942-1943, como Plano Geral de Urbanização, as áreas de expansão são praticamente reduzidas à zona do Campo Alegre, e a zona industrial corresponde sensivelmente à actual zona empresarial, tendo no entanto sido dilatadas as áreas verdes.

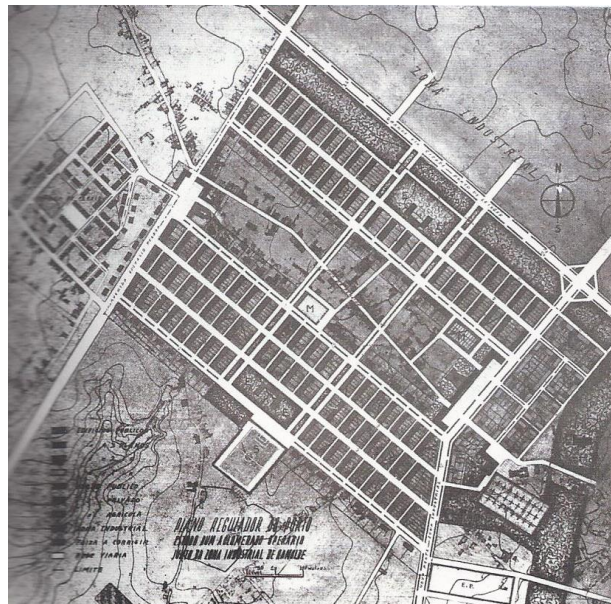
---

<sup>452</sup> Já no Prólogo ao Plano da Cidade do Porto (1932), Ezequiel de Campos defendia a criação de ‘espaços verdes’ nas então periferias do concelho, que Giovanni Muzio espacializa no seu Plano Regulador (Plano Geral de Urbanização) de 1942.



[A120] Plano Regulador do Porto, Estudo para o Plano Regulador, 1939-1943. Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.

[A121]  
 Plano Regulador do Porto  
 Estudo Dum Aglomerado Operário Junto da Zona Industrial de Ramalde.  
 Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto



Domínios de Intervenção	Propostas
Sistema Viário	EIXO NORTE / SUL com cruzamentos na Estrada da Circunvalação e no lugar da Azenha (2) e ligação ao sistema secundário a sul e envolvente ao HEP. SISTEMA SECUNDÁRIO envolvente ao HEP, articulado a norte com a Estrada da Circunvalação, a nascente com a Costa Cabral (H. Conde Ferreira), a poente com o Eixo norte / sul ((azinha norte e Azenha sul), e a sul com estrada que liga ao Covelo e área central da cidade.
Utilização do Solo	ZONA CENTRAL ZONAS RESIDENCIAIS ZONAS INDUSTRIAIS ZONAS VERDES e ZONAS DE RESERVA AGRÍCOLA – demarcadas o ribeiro da Asprela e afluentes, e zonas verdes a nascente do HEP, entre a área Central da Asprela e a Areosa e H. Conde Ferreira ZONAS OPERÁRIAS ZONA INDETERMINADA cuja utilização fica subordinada a autorizações particulares



Dez anos após a normativa dos *planos gerais de urbanização* é publicado o Decreto-Lei n.º 33.931(?), de 5 de Setembro de 1944 que introduz a figura do *plano parcial de urbanização*, vindo a ser completado pelo Dec. Lei n.º 35.931, de 04 de Novembro de 1946, que impôs a figura do *anteplano de urbanização*, cuja força vinculativa depois se veio a questionar, face ao Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU – Decreto-Lei n.º 38.382), aprovado em 1951 (RGEU – Decreto Lei n.º 38.382, de 7 de Agosto de 1951), por não se lhe referir<sup>453</sup>.

Com o fim da segunda guerra, inicia-se um período de recuperação económica com base na industrialização, marcado pelo aumento da população das cidades, o que exige um notável esforço de planeamento urbano, coincidindo com o 1.º Congresso Nacional dos Arquitectos, organizado em 1948 pela ODAM – Organização dos Arquitectos Modernos – e a renúncia ao modelo funcionalista do Movimento Moderno, com os últimos CIAM (respectivamente os X e XI CIAM, realizados em Dubrovnik, 1956, marcado pela intervenção do Team 10, e em Otterlo, 1959, sendo decidida a dissolução destes congressos internacionais), e com a publicação do Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa entre 1955 e 1961. Tornam-se mais evidentes os posicionamentos ideológicos de parte significativa da classe, as suas preocupações com os problemas da habitação e com as questões inerentes ao exercício profissional do urbanismo.

Não havendo recursos para planear o território de acordo com a Lei n.º 24.802, de 21/12/1934, foi promulgado o DL n.º 33.921, de 05/09/1944, visando facilitar e simplificar os processos de planificação urbanística, introduzindo a figura dos *planos de expansão* e dos *planos parciais de urbanização*, vindo mais tarde a ser complementado com a introdução da figura dos *anteplanos de urbanização* prevista pelo Dec. Lei n.º 35.961, de 04/11/1946.

Ao abrigo dos novos dispositivos legais, as autarquias, sobretudo as maiores, dotadas de serviços técnicos com alguma eficácia, desenvolveram diversos estudos, adquirindo assim competências e experiência na área do urbanismo.

---

<sup>453</sup> Ver Anexo I – Breve cronologia da legislação portuguesa sobre urbanismo e ordenamento do território.



[A122] Plano de Arranjo Urbanístico da Zona Industrial de Ramalde, CMO-GEPGU, 1944, Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.

Nos anos 40, algumas autarquias planeavam intensamente os seus territórios urbanos<sup>454</sup>, ensaiando soluções e, frequentemente, preparando documentos de suporte a levantamentos cadastrais e expropriação de terrenos, o mesmo fazendo o Estado para as suas operações urbanísticas, como a relativa à Cidade Universitária do Porto.

No Porto, Arménio Losa exerceu entre 1939 e 1945 o cargo de Director do Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização da Câmara Municipal do Porto, promovendo a integração dos diversos processos preparatórios do Antepiano Geral de Urbanização da cidade, definindo e concertando os seus princípios orientadores.

A sua ligação com a autarquia perdurou ainda durante muito tempo, enquanto consultor dos serviços técnicos e autor de diversos estudos urbanísticos.

Dos estudos então desenvolvidos pelos serviços técnicos da CMP, destacam-se diversos exemplos, pelos seus programas, modelos e conteúdos, alguns dos quais ‘interferindo com o processo da Asprela’<sup>455</sup>, apresentando-se alguns exemplos para observação da evolução dos diversos entendimentos dos processos de estruturação urbanística de áreas periféricas ao núcleo central da cidade.

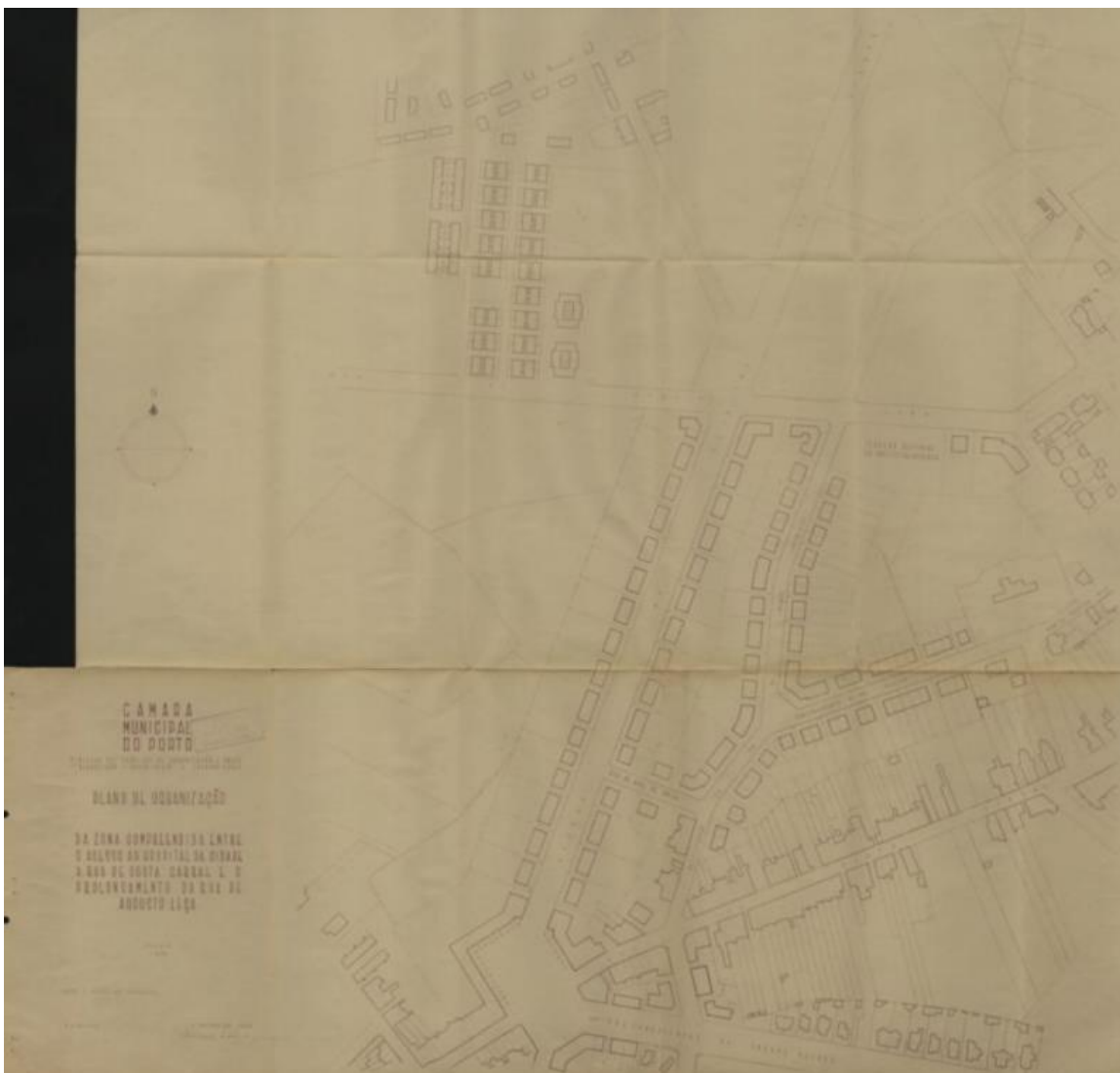
Em 1944, foi elaborado pela Câmara Municipal do Porto / GEPGU um *Plano de Arranjos Parciais e Urbanísticos para a Zona Industrial de Ramalde*, contemplando a abertura de novas vias, a integração de estruturas pré-existentes, e uma extensa urbanização de matriz funcionalista.

O desenho contempla vários espaços de praças marcados por construções especiais, assim como os remates das novas vias estruturantes da operação preconizada, com a localização de equipamentos locais.

Observe-se o exemplo do *Plano de Urbanização (1944) da Zona Compreendida entre o Acesso ao Hospital da Cidade, a Rua de Costa Cabral e o Prolongamento da Rua de Augusto Leça*, elaborado pela Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras, 1.<sup>a</sup> Repartição – Urbanização e Expropriações da Câmara Municipal do Porto.

<sup>454</sup> Foram desenvolvidos o Antepiano de Urbanização de Braga (Etienne de Gröer, 1944), Plano Parcial de Urbanização do Edifício dos Novos Paços de Concelho, Porto (CMP, 3.<sup>a</sup> Direcção, 1.<sup>a</sup> Repartição, GEPGU, 1945),

<sup>455</sup> Pela conjugação de vários *movimentos vibratórios*, com expressão a várias escalas e âmbitos decisórios, de acordo com os vários projectos estudados no âmbito da presente investigação.



[A123] Plano de Urbanização da Zona Compreendida entre o Acesso ao Hospital da Cidade, a Rua de Costa Cabral e o Prolongamento da Rua de Augusto Leça, CMP / Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras, 1.ª Repartição – Urbanização e Expropriações, escala 1/1.000, 1944, (desenho ass. supra) Eng.º Chefe e Fernandes da Silva, Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.

Este estudo, contendo uma ‘planta cadastral’ e um ‘mapa das expropriações’ (com a descrição das estruturas e usos existentes nos terrenos, identificação do proprietário e áreas a expropriar, entre outros aspectos), dá corpo à ideia do novo acesso ao Hospital da Cidade, com traçado a partir de uma praça a constituir no lugar de confluência da Rua de Costa Cabral, Rua da Alegria e Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, aberta nos anos 30.

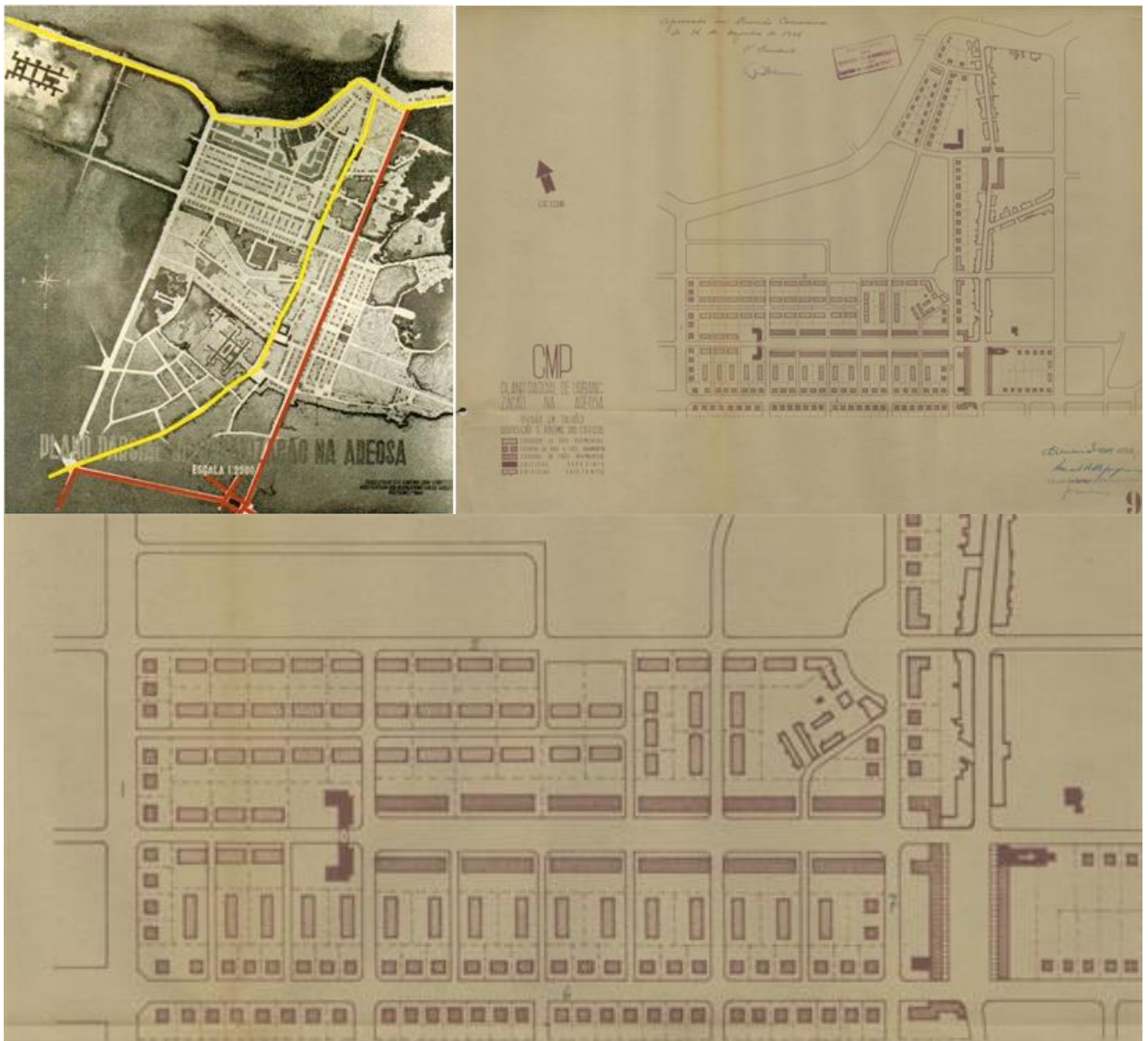
Entre outros aspectos, este plano propõe a regularização morfológica das parcelas com frente para a nova praça, Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e restantes arruamentos existentes, a rectificar ou a constituir, a rectificação da Rua Manuel Laranjeira, e o prolongamento da Rua Augusto Leça, para onde reserva um terreno destinado ao Instituto de Oncologia (no gaveto daquelas últimas ruas).

A malha urbana assume assim uma morfologia em ‘pata de ganso’ a partir da nova praça na extrema poente da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, onde se insere o novo acesso ao hospital, ideia esta que teve várias consequências nos estudos de diversas áreas ao longo do traçado do referido acesso.

A própria Avenida dos Combatentes foi rematada a nascente com a construção da Igreja das Antas, projecto de Fernando Tudela de 1944 (a igreja só foi inaugurada em 1954 e completada já no decurso dos anos 60).

Mas esta área da cidade estava muito pressionada por dinâmicas de expansão, e foi objecto de vários estudos urbanísticos e importantes realizações, como a primeira versão do Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas (1945), processo que se arrastou durante os trabalhos do Plano Director da Cidade do Porto, de Robert Auzelle, que decorreram entre 1956 e 1962, tendo o plano sido aprovado em 1964.

Em 1944, Arménio Losa e Bernardo Rodrigues elaboram a primeira versão do *Plano Parcial de Urbanização na Areosa / Plano Parcial de Expansão da Zona da Areosa*, tendo em vista a urbanização de um local de reconhecido interesse urbano, para fins residenciais, que poderá satisfazer parte das necessidades urgentes de construção, e para onde estão projectadas novas vias de penetração e a localização do grande Hospital Escolar da Cidade do Porto.



[A124] Arménio Losa e Bernardo Rodrigues, Plano Parcial de Urbanização na Areosa, 1944, CMP, Serviços de Urbanização e Obras, desenho n.º 9 – *Divisão em Talhões/ Disposição e Volume dos Edifícios*, Arménio Losa e Bernardo Rodrigues, carimbado pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização / Repartição de Estudos de Urbanização, (*ass.supra*) pelo Presidente da CMP, Jorge Viterbo Ferreira com a inscrição ‘Aprovado em Reunião Camarária de 14 de Dezembro de 1944’, SNIT, Arquivo Histórico da DGOTDU.

Estes factores, a par do serviço de transportes eléctricos já existente na Rua de Costa Cabral, induziram as dinâmicas de urbanização expressas por este estudo, a que não é alheia a circunstância do (ainda) baixo custo dos terrenos existentes, na sua maioria não urbanizados, bem como a existência de um promitente promotor privado de habitação operária, o proprietário da Fábrica de Fiação e Tecidos da Areosa.

A localização das zonas residenciais a norte e nordeste do centro urbano, são também justificadas como alternativa, de realização mais rápida e menos onerosa, às das áreas do Campo Alegre, foz, zona ocidental da cidade e zona industrial de Ramalde-Senhora da Hora.

O Plano Parcial para a Areosa enquadra-se nos estudos do Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto, em elaboração, embora preconize a expansão urbana preferencialmente para ocidente do núcleo central.

A solução urbanística é proposta como “um agrupamento de edificações que, apreciado em conjunto com a actual Bairro de Costa Cabral, com o desenvolvimento que para este se prevê e, ainda, com as construções existentes nas proximidades, pudesse realizar uma unidade urbanística, de certo modo, bastando-se a si própria (esquema 2)<sup>456</sup>”.

Este conceito pretende minimizar a segregação funcional da operação urbanística em questão, inserindo no local as componentes de comércio, serviços e outras.

Prevê assim dois pequenos centros comerciais, uma área industrial em complemento à já existente, a localização de uma escola, teatro, campos desportivos, igreja e jardins.

A componente residencial dominante é assegurada por diversos standards, sendo a abordagem eminentemente morfológica, por diversas tipologias, estas sim, segregadas espacialmente.

O modelo funcionalista é evidente, por não se constituírem quarteirões fechados, embora as habitações agregadas em blocos ou isoladas tenham implantações com recuo uniforme (alinhado) face às frentes urbanas, apresentando-se assim com jardins e quintais fronteiros às construções.

---

<sup>456</sup> Plano Parcial de Expansão da Zona da Areosa, Arménio Losa e Bernardo Rodrigues, CMP 1944, Arquivo Histórico do SNIT / DGOTDU, Memória Descritiva, p. 3.

O plano entende a rua que limita a sua área, por sul, como uma via estruturante dos sectores da Areosa, Asprela e Amial, pois descreve-a como segmento de um eixo transversal ligando a Avenida Fernão de Magalhães à Rua do Amial.

Sendo o Porto estruturado por um sistema de vias radiais, este foi desde sempre um dos seus principais problemas, o rebatimento e estruturação por vias transversais. Mas Losa entende que os espaços urbanizados deverão ser afastados dessa via estruturante, de forma a “não interferirem com a sua vida própria sossegada”<sup>457</sup>. O motivo mais importante da urbanização, para além da praça principal, centro cívico do conjunto, na Rua de Costa Cabral, onde se localiza a Igreja, será a alameda transversal com 25m de largura, traçada a partir dessa praça, e rematada por um edifício-ponte especial, mais a ponte, e ao longo da qual se localizam os blocos mais representativos desta urbanização.

Na praça situada mais a norte, as construções obedecem a um plano especial arquitectónico, com inclusão de pórticos, com piso térreo comercial, incluindo a construção da escola, do teatro, da biblioteca, de serviços administrativos e outras funcionalidades de utilização colectiva. O faseamento proposto alinha os investimentos em três fases, desde a componente operária na envolvente da bolsa industrial, à via estruturante transversal, e, finalmente, à avenida central com 25m de perfil. Apesar de relativamente modesta, a operação urbanística apresenta sectores isotrópicos com variedade tipológica e morfológica entre si, mas interiorizada na forma da estrutura espacial idealizada.

Estes mesmos princípios foram mais tarde ensaiados por Arménio Losa noutros locais, com algumas variantes decorrentes de ajustes do modelo e de acordo com as condições e programas para as áreas abarcadas, de grande dimensão, o que se verifica nomeadamente nos planos para a zona do Hospital Escolar.

Mas a Câmara Municipal do Porto / GEPGU desenvolve em 1946 (conforme carimbo de aprovação *supra* à Planta de Trabalho e Urbanização, embora o tratamento arquivístico registe a data de 1948) um outro Plano Parcial de Urbanização para a

---

<sup>457</sup> Idem, *ibidem*, p. 9.



mesma área da Areosa, entre a Rua de Costa Cabral e a ‘Rua de Acesso ao Novo Hospital da Cidade’.

Este acesso (demarcado na Planta Geral e de Urbanização, com traçado sensivelmente correspondente à actual auto-estrada A3), desenhando uma ampla zona desportiva e jardins, cujo programa mais expressivo é constituído por um estádio de futebol e uma ampla área de estacionamento a poente, junto à Rua de Acesso ao novo Hospital da Cidade, constituindo uma plataforma arborizada, tal como as margens do referido arruamento. O campo de ténis central tem desenhadas bancadas envolventes, tal como a piscina (com várias pranchas de salto) e campos destinados a outras modalidades, implantados numa faixa ‘anelar’ a sul do estádio.

Os serviços municipais mudam assim de ideias quanto ao programa para esta área, considerando a construção de um centro desportivo que possa exaltar a ideologia do regime.

A eixo do estádio é prevista uma alameda arborizada quer a poente, até ao novo arruamento, quer a nascente, ligando à Avenida Fernão de Magalhães. Esta alameda tem remate numa praça de entrada no estádio, marcada por um pórtico clássico do mesmo, em torno do qual é organizado todo o restante programa, servido por vias secundárias e várias praças.

As vias planeadas têm perfis generosos e são arborizadas. Veja-se a via de acesso ao hospital, com traçado desde a Estrada da Circunvalação e o espaço de confluência da Rua de Costa Cabral com a Rua dos Combatentes da Grande Guerra, apresenta um perfil transversal com 12m para rodagem e passeios arborizados com 4m.

São de referir ainda a proposta de casas económicas e de fábricas localizadas na envolvente da Fábrica de Fiação e Tecidos da Areosa, justificando-se assim a integração de um bairro para operários e a ampliação das instalações fabris existentes.

São vários os elementos que constam deste Plano, como, Fotografia do Plano de Apresentação, Memória Descritiva e Justificativa, Mapa de Expropriações, Planta de Localização, Planta de Trabalho e Urbanização, Planta das Zonas, Planta Cadastral, Perfis Longitudinais e Perfis Transversais. O Regulamento contempla seis zonas – desportiva, industrial, bairro operário, residencial, centro comercial (construções de 3

pisos, sendo o piso térreo comercial), zona de reserva (para futura urbanização, quando for definida a organização da área envolvente ao Hospital Escolar).



[A125] Plano Parcial de Urbanização na Areosa, Planta de Trabalho e Urbanização, escala de 1/1000 (1,02mx1,06m), C.M.P.-G.E.P.G.U., Julho de 1946, sem carimbo do CSOPT, com carimbo 'aprovado' a 6 de Agosto de 1946, (ass) J. Côrte-Real Pimenta, Bernardo Rodrigues e outros, SNIT, Arquivo Histórico da DGOTDU.

*Legenda:* 1. Estádio, 2. Campo de Treinos, 3. Ténis, 4. Piscina, 5. Volley, 6. Patinagem, 7. Basket, 8. Ginásio, 9. Estacionamento, 10. Escola, 11. Comércio Local, 12. Edifício de Assistência Social, 13. Casas Económicas, 14. Estabelecimentos Fabris.

<http://195.23.12.204/DeepZoom.aspx?source=1&ent=1230>

Esta zona da cidade, já fora anteriormente estudada para urbanização destinada a residências operárias e da classe média, sendo agora desenhado “um Centro de Desportos de que o Porto tanto carece”<sup>458</sup>, existindo neste tempo, apenas o estádio do Lima, em terreno muito limitado.

Para a escolha desta zona na Areosa, foram decisivos diversos factores como os traçados projectados das duas futuras radiais de ligação ao centro da cidade e à sua região, a Via de Acesso ao Hospital Escolar e o prolongamento da Avenida de Fernão de Magalhães, sendo o acesso imediato garantido pela Rua de Costa Cabral, com a sua linha de carros eléctricos, e a Estrada da Circunvalação (EN12).

Este estudo não identifica claramente o promotor, referindo que “(...) a organização pormenorizada do dispositivo interior da zona desportiva será levada a efeito, no devido tempo, pela entidade a cargo de quem ficar a construção do centro”<sup>459</sup>.

Verifica-se assim que, desde os anos 40, havia a intenção de instalar nesta periferia, junto à futura Cidade Universitária do Porto, uma área desportiva monumental, intenção que se manteve durante longo tempo, sendo sucessivamente retomada pelos estudos urbanísticos de Oldemiro Carneiro e de Luiz Cunha, como adiante referido.

Em 1957, o MOP contrata Januário Godinho para desenvolver os estudos Plano Geral da Zona do Campo Alegre, relativos às instalações universitárias, com a especial preocupação em prosseguir na construção das instalações desportivas.

Os referidos estudos indicam, no entanto, a impossibilidade de construção de um programa muito ambicioso.

“Segundo se vê, parece ser possível dar satisfação ao referido programa, embora se tenha de considerar que a zona desportiva não poderá ser ampliada, ficando pois saturada”<sup>460</sup>.

---

<sup>458</sup> Plano Parcial de Urbanização Na Areosa, Memória Descritiva e Justificativa, CMP- GEPGU, Julho de 1946, p. 2, SNIT/DGOTDU.  
<http://www.dgotdu.pt/channel.aspx?channelID=9B3ECC3C-397F-488E-BEA1-52A60E8E4969&listaUltimos=1>  
(acedido em 2014/08/01).

<sup>459</sup> Idem, *ibidem*, p. 6.

<sup>460</sup> Ofício da CANIU ao MOP, datado de 17-09-1957, informando da possibilidade, segundo Januário Godinho, em instalar no Campo Alegre os vários serviços propostos pelo Reitor da UP. Repositório temático da UP, po-581, 0242 e 0278.

No mesmo ano de 1946, Antão de Almeida Garrett desenvolve a sua proposta de Anteplano Regional do Porto (APRP), que obteve o parecer 2084 de 2/5/1950 do CSOP.

O plano regional é elaborado para a CMP, tendo como pressuposto a manifesta influência da Cidade do Porto na vasta região que a envolve, onde o município não exerce o comando dos interesses comuns, sentindo a necessidade em se munir de um instrumento que permita uma visão global e estratégica no sentido do desenvolvimento do centro da região (e da própria região<sup>461</sup>).

Partindo de informação com muitas lacunas, o plano é apresentado como uma contribuição para uma futura abordagem mais profunda. “Muitos outros aspectos do problema deveriam merecer atenção e estudo, tais como a Organização Local, os Serviços de utilidade pública, a educação e o turismo. E, como conclusão, uma legislação capaz de fazer cumprir o Plano”<sup>462</sup>.

O autor defende o estudo como uma “(...) contribuição valiosa para a imediata orientação dos planos locais (...). Permitirá ir para o estudo desses planos já com a ideia ordenadora do conjunto”<sup>463</sup>.

O aumento da população da metrópole, estimado em 300.000 habitantes entre 1940 e 1970 (com cerca 700.000 habitantes, dos quais 262.00 residentes no concelho do porto, no recenseamento geral da população de 1940, o primeiro efectuado pelo INE), legitima a necessidade de um planeamento regional a que, segundo Garrett, terão de ser elaborados uma série de planos de urbanização dos principais aglomerados urbanos existentes.

O modelo de fixação das formas de urbanização é a da ‘dispersão desordenada’, segundo Amorim Girão e diversos outros autores<sup>464</sup>, próxima de algumas formas de

---

<sup>461</sup> O anteplano Regional do Porto, de 1946, abarca os territórios de 9 concelhos, sendo um deles considerado parcialmente. São demarcados os territórios da Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Maia, Valongo, Matosinhos, Porto, Vila Nova de Gaia, Espinho, e parte do concelho de Gondomar.

<sup>462</sup> Anteplano Regional do Porto, Antão de Almeida Garrett, CMP, 1946, Memória Descritiva e Justificativa, p. 2, Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.

<sup>463</sup> Idem. *Ibidem*, p. 2.

<sup>464</sup> Referidos em FERNANDES, Mário, 2010, *O estudo da morfologia urbana em Portugal*, in “Cidades e Territórios Metropolitanos”, Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia, Porto, FLUP.  
[http://www.academia.edu/2241986/Morfologia\\_Urbana\\_na\\_Geografia\\_Portuguesa](http://www.academia.edu/2241986/Morfologia_Urbana_na_Geografia_Portuguesa) (acedido em 2014/08/01).

povoamento rural. A estrutura da propriedade, a sua grande fragmentação, será uma das principais razões da forma do povoamento, como observado por Ezequiel de Campos em 1943, anotando “o alastramento espontâneo da população pelo retalhamento natural do terreno”<sup>465</sup>.

Em alguns aglomerados a variação da população foi muito grande, importando-nos especialmente as situações do Porto, Rio Tinto, Senhora da Hora e S. Mamede de Infesta, registadas no APRP com taxas de crescimento (entre 1911 e 1940) de 137%, 193%, 400% e 168%, respectivamente.

As análises do APRP, embora baseadas em informação escassa, com poucas referências e levantamentos de caso sumários, correspondem a uma ‘estrutura clássica’ e com desenvolvimentos por vezes exaustivos, típicos da época, onde a sua objectivação tem maior clareza apenas nos contextos de algumas temáticas específicas, onde algumas propostas encontram condições de pertinência e eficácia, de que são exemplo os temas dos limites e dos transportes e comunicações, entre outros.

A estrutura do plano dispersa-se assim por inúmeros enquadramentos de pormenor, aparentemente com pouca importância para a fundamentação das suas propostas, definidas a escalas remotas da macroestrutura territorial.

Algumas destas análises podem no entanto ser entendidas como súpula de informações diversificadas que poderão porventura ter utilidade para posteriores abordagens de maior detalhe, sendo que o plano afirma a necessidade de Planos de Urbanização - formalidade também então usual na designação dos estudos, referindo-os na terminologia comum dos instrumentos de planeamento e gestão urbanística.

Na verdade, estamos convictos, até pelas datas da adjudicação e da aprovação de determinados planos, que a sua elaboração é muito rápida, sendo por vezes substituídos por novos planos, mudando-se de ideias acerca de programas e modelos territoriais; ou então, muitos desses estudos são mais tarde internalizados por instrumentos que precipitam processos mais ou menos longos de planeamento urbano.

---

<sup>465</sup> CAMPOS, Ezequiel de, 1943, *O enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos*, 2.<sup>a</sup> ed. Ampliada, Lisboa, Revista Ocidente, p. 129.

A estrutura do APRP baseia-se na demarcação de agrupamentos urbanos (agrupamentos próprios bem diferenciados, agrupamentos de praias e agrupamentos isolados), de uma rede fundamental de comunicações por estrada e por carril, de um zonamento com regulamentação de índices de ocupação, respectivas densidades e tipologias, usos predominantes ou exclusivos (zonas residenciais, zonas industriais, zonas portuárias, zonas de praia, zonas agrícolas de reserva, zonas verdes de interesse público e zonas rurais)

Dando grande importância à rede das comunicações fundamentais, estas terão sido concertadas com as tutelas e com as várias autarquia cujos territórios foram abarcados pelo estudo.

O caderno de encargos da DGSU obriga ao estudo das ‘zonas residenciais, industriais e os espaços livres’, tratados neste plano como ‘Limites do Território’.

É dada também importância ao tema dos ‘Espaços Livres’, considerando, nomeadamente, os que se encontram na envolvente directa das áreas urbanizadas, focando os seus problemas como inerentes à escala local, sendo que, para orientação de posteriores planos de urbanização, atribuí índices segundo a tipologia dos territórios urbanos e respectivas densidades (da população residente).

Na cidade do Porto, atribuí uma percentagem de espaços públicos verdes e privados definida em hectares por 1.000 habitantes, sendo de “(...) 0,12ha para a área central, de 0,27ha para os bairros à volta, e de 0,90ha para os bairros periféricos”<sup>466</sup>, indicadores muito modestos quando comparados com os praticados noutros países.

Garrett enuncia no APRP alguns princípios do modelo territorial que propõe, defendendo a “(...) vantagem em vincular na actividade agrícola ou florestal certas manchas julgadas convenientes à penetração em profundidade no sistema urbano, verdadeiras cunhas de arejamento, onde uma legislação apropriada impedirá a construção de fábricas ou núcleos residenciais.

Na escolha dessas penetrações e nas convenientes ligações anelares que compartimentam o território, teve-se em vista que não fossem fraccionar unidades

---

<sup>466</sup> Antepiano Regional do Porto, Antão de Almeida GARRETT, CMP, 1946, Memória Descritiva e Justificativa, Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU, p. 26.

organizadas, mas antes fossem completar no sistema dos seus espaços verdes e individuais, e que abrangem os jardins públicos, os campos de jogos, as escolas, os cemitérios e as zonas residenciais de ordem dispersa, contribuindo grandemente para o recreio e repouso das populações respectivas”<sup>467</sup>.

Pretende assim assegurar um sistema constituído por áreas agrícolas e florestais, integrando parques suburbanos, à escala da cidade e do bairro, áreas desportivas e jardins, todos ligados por ruas arborizadas, avenidas e caminhos, como estrutura de base onde se localizam as casas, fábricas, armazéns, e outros programas urbanos.

No que respeita ao sistema viário regional, o antepiano concentra as vias de penetração em duas estradas principais - a estrada para Viana e Braga (‘Via do Norte’), e a estrada para Sto. Tirso (‘Via do Nordeste’, encabeçando na Avenida de Fernão de Magalhães, com traçado de prolongamento já aprovado, entre a zona das Antas e a Estrada da Circunvalação), que delimitam a poente e a nascente a área da CUP, encontrando-se o Hospital Escolar a meio, servido pela Estrada da Circunvalação (EN12) que rebate transversalmente aquelas vias principais de penetração e ainda a ‘Via Rápida’ mais a poente, o mesmo acontecendo com a circular a estabelecer na sequência da Ponte da Arrábida, ligando-a às 3 estradas de penetração referidas, assim como à zona de Campanhã e marginal do Douro junto ao Freixo.

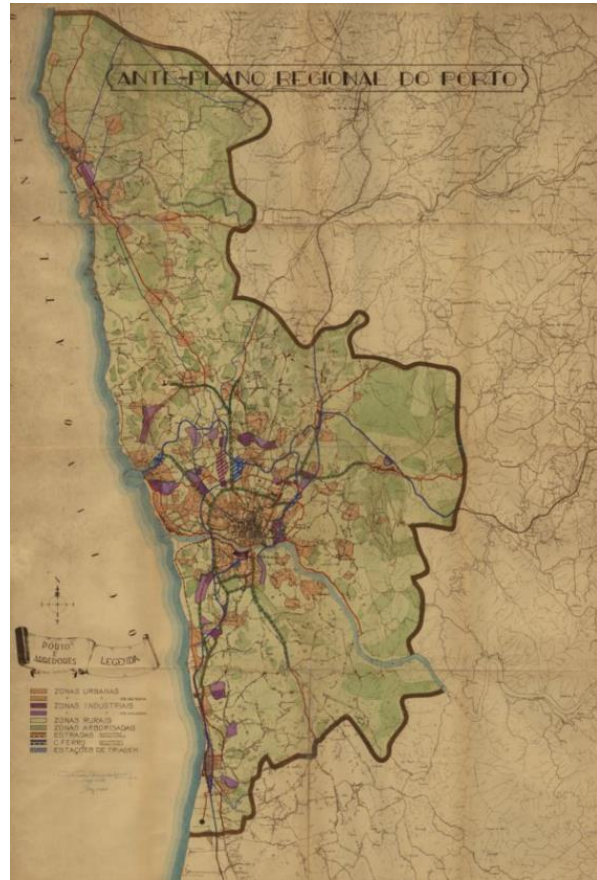
É dada grande importância à ligação Porto-Matosinhos, assegurada pela ‘Via Rápida’ na altura já com obras iniciadas. Entre outros aspectos, o APRP prevê a inserção do canal ferroviário na Ponte da Arrábida, a constituição do ramal ferroviário do vale do Rio Leça, mantendo a ligação das pedreiras de S. Gens (Sra. Da Hora) ao Porto de Leixões, assinalando ainda o interesse de uma ponte levadiça no Porto de Leixões, para ligação entre a malha antiga de Matosinhos e a área de Leça da Palmeira. De resto, acerca do Porto de Leixões, assinala as duas estradas no limite do recinto, que ligam à ‘Via Rápida’ que passa em viaduto o terraplino as instalações portuárias, permitindo assim acessos rodoviário e ferroviário no desvão do mesmo.

---

<sup>467</sup> GARRETT, Antão de Almeida, 1946, “Memória Descritiva e Justificativa”, *Antepiano Regional do Porto*, Lisboa, Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU, p. 27.



[A126]  
Anteplano Regional do Porto,  
Antão de Almeida Garrett,  
*Porto e Arredores*,  
Zonas Urbanas/Zonas Urbanas de Reserva//Zonas  
Industriais/Zonas Industriais de Reserva//Zonas  
Rurais//Zonas Arborizadas//Estradas Existentes e  
Projectadas//C. Ferro Existente e  
Projectado//Estações de Triagem, escala de 1/50.000,  
CMP, 1946.  
Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.



[A127]  
Anteplano Regional do Porto,  
Antão de Almeida Garrett,  
*Porto e a sua Zona de Influência*,  
Distribuição por fogos e Agrupamentos,  
escala de 1/50.000,  
desenho datado de 1940, CMP, 1946,  
Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.



## PLANO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO A SUL DAS ANTAS

Bernardo Rodrigues e Luís Ramos, CMP, 1945

Em Abril de 1945, o Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto elaborou o *Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas*, desenhado por Bernardo Rodrigues e Luís Ramos, para extensão, a sul, da urbanização nas frentes da Rua dos Combatentes da Grande Guerra até à Rua da Constituição (Carlos Malheiro Dias), abarcando os terrenos entre a Avenida de Fernão de Magalhães e a Rua da Alegria.

Em Dezembro do mesmo ano, foram feitas algumas alterações ao plano, constituindo 3 variantes – Variante ao sistema da Avenida Central, Variante em torno da Praça de Touros (esquema de trânsito e estacionamento), e variante aos perfis transversais das ruas.

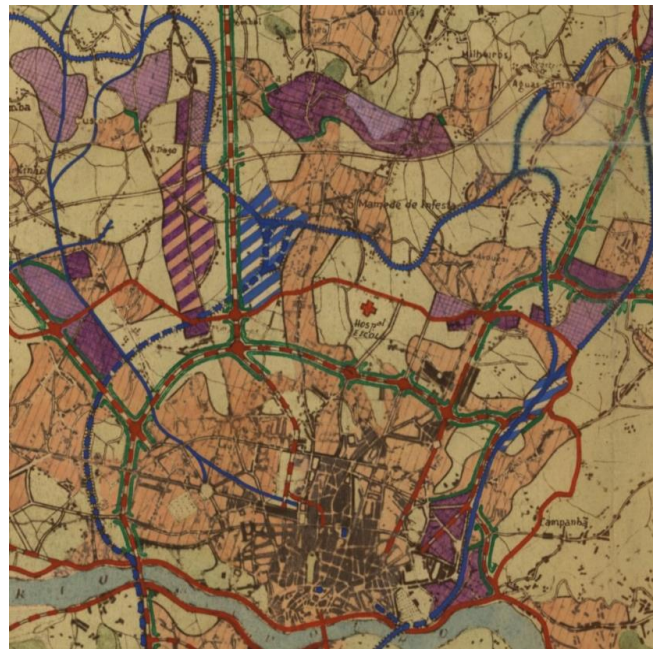
O plano propõe a estruturação de terrenos na área das Antas, por uma malha desenhada a poente de um espaço de praça de forma semicircular, para onde prevê, em posição central, a localização de uma ‘Praça de Touros’.

Esta estrutura apresenta um sistema viário hierarquizado, definindo quarteirões definidos pelos arruamentos longitudinais (nascente-poente) e pelas vias transversais (norte-sul) de ligação à Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e Rua da Constituição.

Algumas áreas definidas no interior dos quarteirões resultantes são destinadas a ‘jardim logradouro do quarteirão’, situações em que são definidas as implantações das construções (reco, profundidade e alinhamento).

São ainda definidos quarteirões destinados a edifícios públicos, e um terreno com três frentes para Escolas.

[A128]  
Anteplano Regional do Porto,  
Antão de Almeida Garrett,  
*Porto e Arredores*,  
Zonas Urbanas/Zonas Urbanas de Reserva//Zonas  
Industriais/Zonas Industriais de Reserva//Zonas  
Rurais//Zonas Arborizadas//Estradas Existentes e  
Projectadas//C. Ferro Existente e Projectado//Estações de  
Triagem, escala de 1/50.000, CMP, 1946.  
Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.



Para todos os restantes quarteirões, apenas são desenhados os alinhamentos de frente urbana das construções, encontrando-se os mesmos bem definidos, incluindo gavetos rectos e curvos, assim como a adjectivação da frente da praça (actual Praça de Sá Carneiro ou Praça Velasquez), onde a construção apresenta frente semicircular com porticado ou galeria com perfil expressivo.

Na Planta de Trabalho pode verificar-se que todos os espaços públicos têm rasantes e concordâncias desenhadas, incluindo cotas altimétricas e bitolas, podendo ainda ser observadas as modificações introduzidas pelo reparcelamento, nomeadamente nas zonas perimetrais da área-plano (junto à Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, Rua da Constituição e Rua da Alegria), com maior densidade de estruturas pré-existentes.

Desta solução foi retida a forma da praça e dos edifícios na frente da mesma, com a galeria preconizada, assim como o parque de estacionamento a norte da mesma.

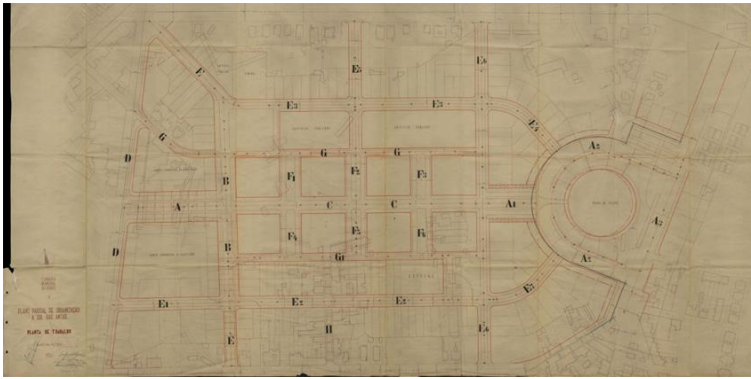
O esquema dos espaços públicos mantém-se na generalidade, sendo que o eixo central foi “pedestrenizado” (actual Alameda Eça de Queiróz) e não chega a ligar-se com a Rua da Alegria. Por outro lado, a Rua do Professor Bento de Jesus Caraça liga-se a norte com a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra.

Mas a alteração mais profunda está no modelo funcionalista de ocupação, constituído por blocos isolados (embora alinhados), em vez dos quarteirões fechados de matriz tradicional. Este princípio surge já no desenho de uma solução ‘variante ao Sistema da Avenida Central’, de Dezembro de 1945, que contempla a conjugação dos blocos (aos pares ou em forma de ‘U’), definindo ainda as construções de remate a poente (agregadas, com morfologia recortada e ‘em ponte’), solução que ainda foi posteriormente alterada.

Foi igualmente elaborada a Planta da Variante em torno da Praça de Touros – Esquema de Transito e Estacionamento, à escala de 1/500, datada de Dezembro de 1945, onde são demarcados 263 lugares de estacionamento, localizados na sua maioria na placa central arborizada do arruamento de trainel circular envolvente à Praça de Touros e junto à correspondente frente edificada.

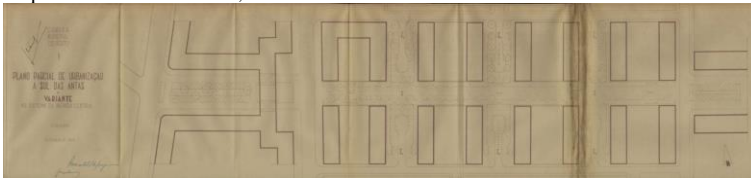
Nesta peça gráfica, o porticado urbano já não aparece desenhado.

O espaço de circulação automóvel é assim constituído por duas vias separadas pela baía central de estacionamento, uma interior, com menor perfil, e outra junto à corda exterior, com maior perfil.



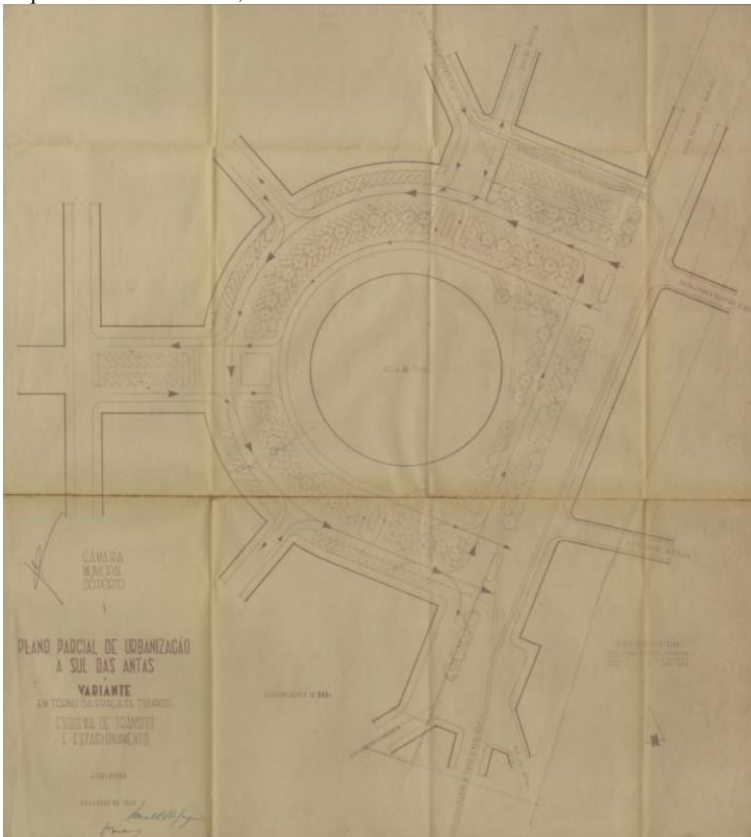
[A129] Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas, Planta de Trabalho, à escala de 1/500, CMP, Abril de 1945, (ass, *supra*) Bernardo Rodrigues, Luís Ramos e outros.,

Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.



[A130] Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas, Planta da Variante ao Sistema da Avenida Central, à escala de 1/500, CMP, Dezembro de 1945, (ass, *supra*) Bernardo Rodrigues, Luís Ramos e outros.

Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.



[A131] Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas, Planta da Variante em torno da Praça de Touros – Esquema de Transito e Estacionamento, à escala de 1/500, CMP, Dezembro de 1945, (ass, *supra*) Bernardo Rodrigues, Luís Ramos e outros. Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.

É curioso verificar que o desenho dos lugares de estacionamento ‘em espinha’ não é compatível com os sentidos de trânsito assinalados na referida planta, sendo ainda assinalado um corredor de transportes eléctricos com traçado pela Avenida de Fernão de Magalhães e Rua de Bartolomeu Dias.

O plano apresentado, com as variantes propostas, foi aprovado por despacho do MOPC, de Abril de 1946. Nesse despacho são apontadas algumas restrições relativas à concepção e implantação dos blocos de construção localizados junto à Avenida Central, indicando que, no projecto definitivo, fosse tido em conta as observações constantes do parecer da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, do MOPC, de Fevereiro de 1946.

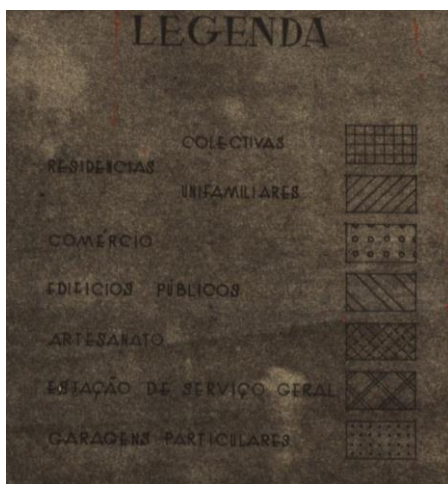
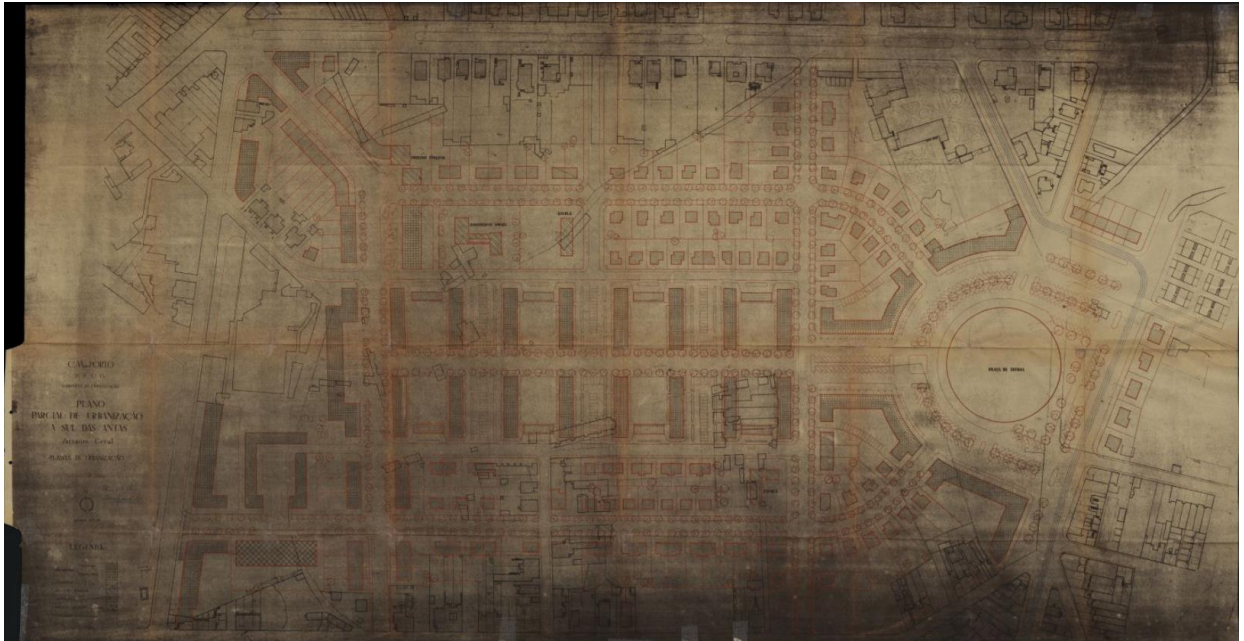
Em resposta e este despacho, em 1950, o Gabinete de Urbanização da Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras (DSUO) da Câmara Municipal do Porto elaborou uma ‘Variante Geral’ do Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas, desenhado por Almeida D’Eça (arq.) e Miguel Resende (Eng. Civil), definindo melhor as construções em torno da Praça de Touros, e revendo a disposição dos edifícios da Avenida Central.

Foram as seguintes as orientações formuladas pelo referido despacho da DGSU do MOPC:

- Recomendação no sentido de ser evitada a visibilidade das traseiras dos edifícios;
- Consideração de pracetas, para circulação e estacionamento de veículos;
- Devem ser tentadas o maior número possível de negociações por acordo, com os proprietários abrangidos na zona a urbanizar;
- Devem ser colocados em hasta pública os terrenos sobrantes dos adquiridos pela CMP, em especial os que se destinam a usos comerciais e, designadamente, o que é reservado à construção da Praça de Touros.

Assim, a CMP adjudicou o projecto das construções na frente da Alameda Central, com a indicação que não deveriam ser feitas distinções entre as suas fachadas principais e fachadas posteriores.

As principais alterações desta Variante Geral foram o sentido tipológico e forma de agregação das construções duas a duas, em torno de um espaço de praceta. Para o efeito, foi reduzida a profundidade de construção destes edifícios.



[A132] Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas, Variante Geral, Planta de Urbanização à escala de 1/500, CMP, DSUO, Gabinete de Urbanização, 1950, Almeida D’Eça (Arq.) e Miguel Rezende (Eng. Civil). Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.



[A133] Zona sul das Antas, detalhe da *Planta do Estado Actual da Cidade*, in “Plano Director da Cidade do Porto” (Plano Auzelle), 1962. Plano Director da Cidade do Porto (Plano Auzelle), Volume II, ff. n.º 5, Arquivo Histórico Municipal do Porto, CMP, 1962, ↑N.



A CMP abdicou da expropriação da fábrica existente na Rua da Alegria, pelo que a Avenida Central não é prolongada até este arruamento.

O número de pisos dos blocos colectivos foi reduzido de 6 para cinco.

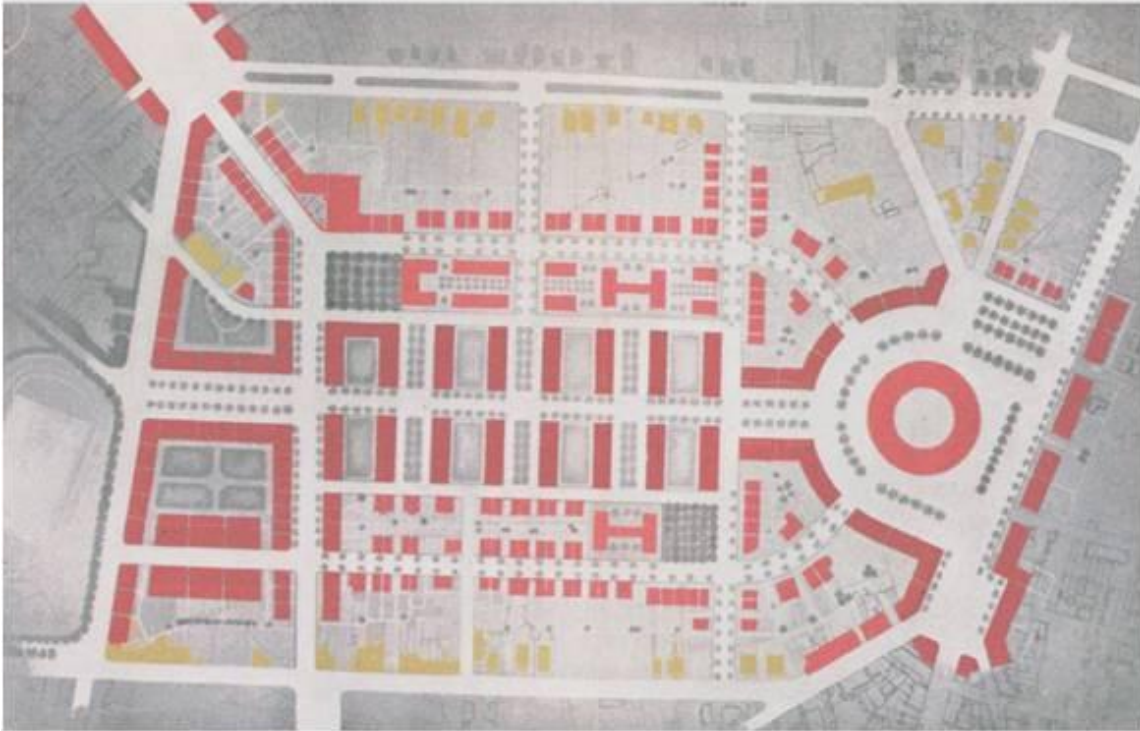
A urbanização mantém a localização de áreas comerciais em ambas as extremas nascente (no edifício curvo porticado) e poente, assim como um conjunto de equipamentos de interesse local (escolas primárias, edifício de assistência social e outro edifício público com programa ainda indefinido).

Foi ainda considerada uma estação de serviço geral para esta zona, e aumentadas as áreas destinadas a estacionamento automóvel.

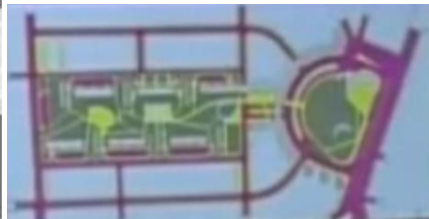
A versão de Arménio Losa é considerada pelo Plano Director de 1962 como isotrópica e ‘monótona’ por “limitar os edifícios a 5 pisos, o que aliado ao conjunto de edifícios rigidamente alinhados aumentava a monotonia do conjunto” e ainda porque não eram garantidas algumas intenções acerca da “rede viária, a localização do comércio e sobretudo a implantação dos edifícios da zona central (e porque o) elemento dominante da composição era então a Praça de Touros cuja construção foi entretanto abandonada”<sup>468</sup>.

---

<sup>468</sup> Plano Director da Cidade do Porto (Plano Auzelle), Volume II, Arquivo Histórico Municipal do Porto, CMP, 1962



[A134] Plano de Urbanização a sul das Antas, versão de Arménio Losa. Fonte: Plano Director da Cidade do Porto, (Plano Auzelle), Volume II, Arquivo Histórico Municipal do Porto, CMP, 1962.



[A135] Plano de Urbanização a sul das Antas, 1962, Cortes Marques, Plano Auzelle, CMP 1962, Volume III. [CMO, Arquivo Histórico Municipal do Porto].

[A136] Plano de Urbanização a sul das Antas, 1962, Cortes Marques, in “Funcionalismo Orgânico – Robert Auzelle e o Plano Director da Cidade do Porto” - Nuno Grande, Universidade de Coimbra e Universidade do Porto, PRT, Conferência Internacional Jacques Gréber – Urbanista e Arquitecto de Jardins.

<http://www.serralves.pt/actividades/detalhes.php?id=2022>.

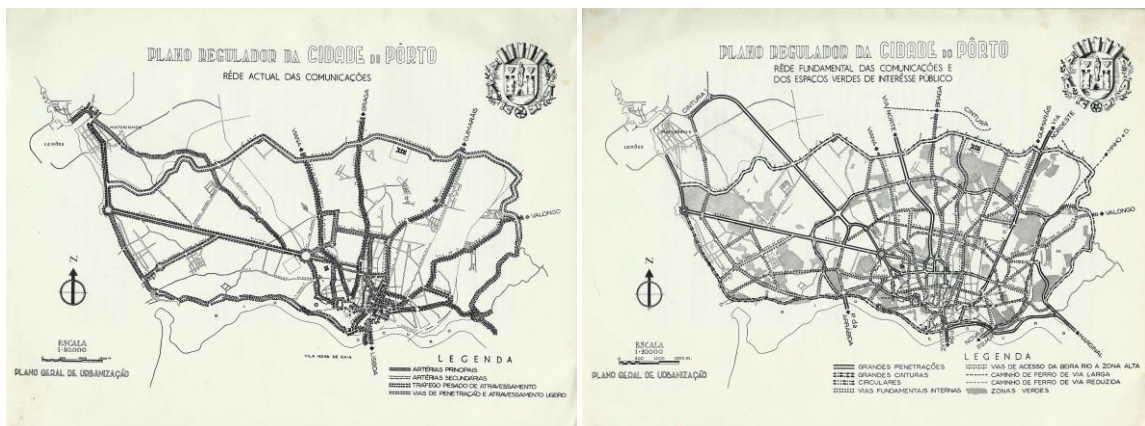
<http://zappiens.pt/Z2381>

Entretanto, a solução urbanística foi novamente alterada, nomeadamente no que respeita aos seguintes aspectos:

- A Rua do Professor Bento de Jesus Caraça foi prolongada a norte até à Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, não sendo executada a inflexão para ligação à nova praça projectada no lugar de confluência da Rua da Alegria, Rua de Costa Cabral, Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e pretendida nova ligação ao Hospital Escolar.
- Manteve-se a longa frente urbana da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e da Rua Agostinho de Campos, abdicando-se da via transversal intermédia.
- Foram modificadas algumas das implantações dos edifícios, regressando-se à solução que alterna as construções paralelas e perpendiculares ao eixo central da Alameda Eça de Queirós.
- Manteve-se a cêrcea de 5 pisos para as construções paralelas ao eixo central, mas nem todas foram executadas, nos locais onde se encontram um jardim e um parque de estacionamento.
- A cêrcea dos blocos perpendiculares ao eixo central voltou a subir para 9 pisos.

Nesta revisão, desenvolvida por Cortez Marques, não obstante (igualmente) influenciada pela Carta de Atenas, mas onde a forma como os edifícios se articulam entre si e rematam na Praça Velasquez, é reforçada uma clara e veemente intencionalidade entre edificação (até pelas suas próprias características) com o espaço público (embora herdeiro da morfologia da Praça de Touros dos estudos precedentes), mostram que apesar de tudo há elementos da cidade canónica, as transições, gavetos, os elementos de passagem que ‘encaixam’, inserem bem este conjunto na cidade bucólica da pequena casa unifamiliar envolvente.

Ou seja, aqui está um exemplo de uma integração ‘correcta’ de um plano inspirado pela Carta de Atenas e, basta ler a memória deste plano, está referenciada, nos sistemas de ventilação, nos sistemas de insolação, mas apesar de tudo há aqui uma implantação e uma articulação muito interessante entre o plano e a envolvente.

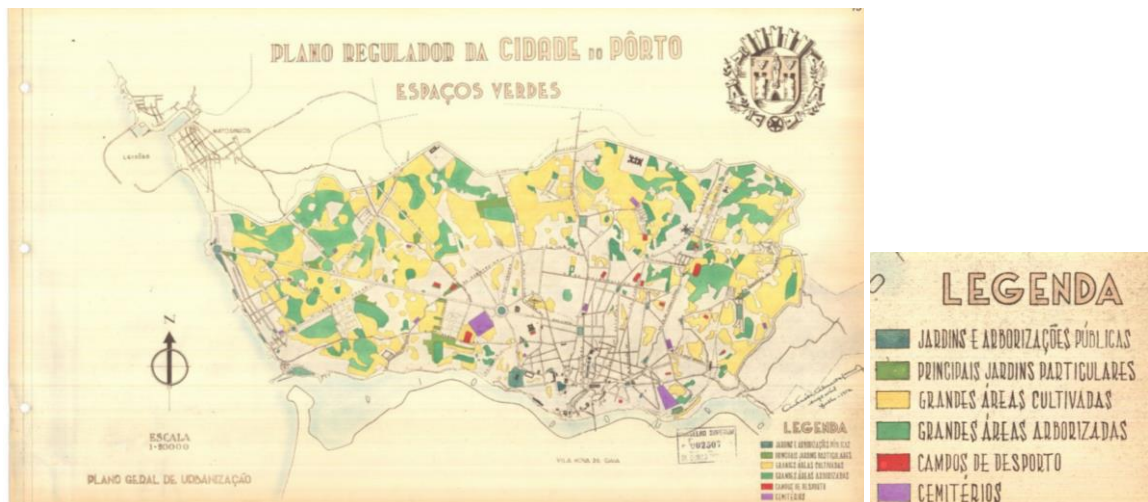


[A137] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, 'planta da rede actual de comunicações'.

GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Publicações da Câmara Municipal do Porto, 'rede actual de comunicações', p. 4c.

[A138] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, 'planta da rede fundamental de comunicações e dos espaços verdes de interesse público'.

GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Publicações da Câmara Municipal do Porto, 'rede fundamental de comunicações e dos espaços verdes de interesse público', p. 6b.



[A139] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, 'planta dos espaços verdes'. Legenda: Grandes Áreas Cultivadas (a amarelo) e Grandes Áreas Arborizadas (a verde).

GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Arquivo Histórico SNIT-DGOTDU.

Em 1946 surge o primeiro Anteplano Geral de Urbanização, continuado depois pelo Plano Regulador da Cidade do Porto, ambos de Antão de Almeida Garrett, cujos trabalhos decorreram entre 1946 e 1954, tendo sido publicado pela CMP em 1952.

Este documento constituiu-se como base de referência para os subseqüentes estudos racionalistas e funcionalistas, bem como referência de vários ensaios de formas urbanas e arquitectónicas ligadas à realidade do território, tendo estado em vigor durante 10 anos, até à aprovação do Plano Director da Cidade do Porto, de Robert Auzelle.

A elaboração do Plano Regulador foi enquadrada pelo DL n.º 33921 de 05/09/1944 e teve o parecer de aprovação com o n.º 002507, emitido pelo CSOP.

Garrett refere que “Um Plano Regulador é essencialmente um plano em que são encaradas as questões fundamentais que interessa definir por largo prazo de tempo e para que toda a actividade urbanística se possa enquadrar no respeito dessas linhas mestras do condicionamento.

Deverá, por isso, traçar as principais vias de comunicação em continuação das interurbanas bem como as internas fundamentais; tratar da organização da cidade, estabelecendo um zonamento que faça a destrição do aproveitamento do solo para as diferentes actividades do homem em aglomerado urbano, procurando os agrupamentos locais mais consentâneos a um conveniente equipamento que leve a todos os benefícios da cultura e civilização, prevendo as extensões do território necessárias à expansão, garantindo clareiras indispensáveis ao bem-estar e à higiene pela definição dos espaços livres; e, finalmente, deve incluir a regulamentação indispensável ao respeito e cumprimento desses planeamentos fundamentais”<sup>469</sup>.

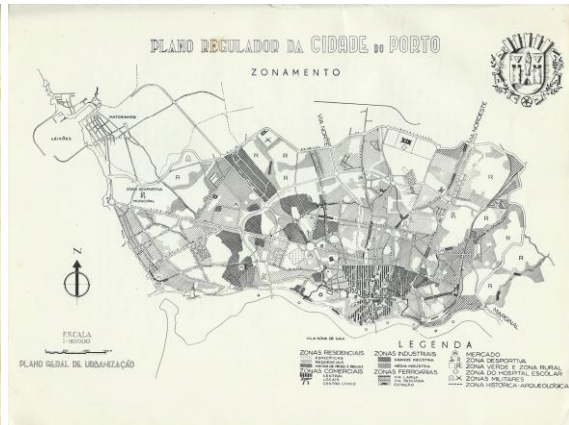
E acrescenta que “(...) deverá haver o cuidado de não descer a pormenores para que se lhes garanta uma certa flexibilidade que, sem quebra das imposições feitas e perfeitamente justificadas, deixe ficar a liberdade indispensável aos ajustamentos que as circunstâncias de então aconselharem”<sup>470</sup>.

No princípio dos anos 50, o sector da Asprela contava com uma única via estruturante (‘artéria principal’), a estrada para Braga, e a Areosa com a Rua de Costa Cabral e a Avenida de Fernão de Magalhães.

---

<sup>469</sup> GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Publicações da Câmara Municipal do Porto, Introdução, p. 3.

<sup>470</sup> Idem, *ibidem*, p. 6b.

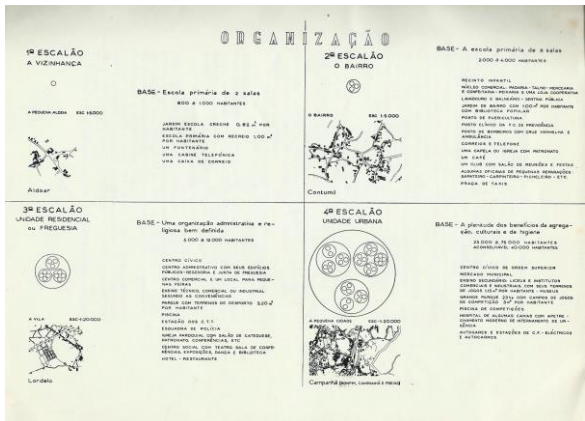


[A140] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, 'planta do zonamento existente'.  
 Legenda: zona periférica sem traça urbana excepto nalguns pequenos núcleos (quadriculado grande); zona urbana (pontilhado).

GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Publicações da Câmara Municipal do Porto, 'zonamento existente', p. 12b.

[A141] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, 'planta do zonamento proposto'.  
 Legenda: na Asprela, para além da demarcação do HEP, são propostas zonas residenciais, zonas residenciais específicas e uma área industrial.

GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Publicações da Câmara Municipal do Porto, 'zonamento', p. 18b.



[A142] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, 'planta das unidades residenciais'.  
 Legenda Unidade Urbana a poente do HEP, constituída por 2 Unidades Residenciais (Amial e Progresso); Unidade Urbana a nascente do HEO, constituída por 1 Unidade Residencial (Conde Ferreira).

GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Publicações da Câmara Municipal do Porto, 'unidades residenciais', p. 14b.

[A143] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, 'planta da organização'.  
 Legenda: 1º escalão; 2º escalão; 3º escalão; 4º escalão.

GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Publicações da Câmara Municipal do Porto, 'unidades residenciais', p. 14b.

A Estrada da Circunvalação encontra-se demarcada no Plano Regulador como uma artéria secundária e de atravessamento ligeiro, não obstante a sua importância no rebatimento do sistema de vias radiais que caracteriza o Porto.

Para além de uma série de propostas viárias (Ponte da Arrábida, Ponte D. Maria, grandes penetrações, grandes cinturas, circulares, vias fundamentais internas, vias de acesso da beira rio à zona alta, caminho de ferro de via larga e de via reduzida, algumas das quais por prolongamento ou integração de estruturas existentes, demonstrando assim grande capacidade de sistematização do Sistema Viário), apresenta uma proposta de uma ‘grande cintura’, aproveitando alguns segmentos já existentes como o da Rua Dr. Manuel Pereira da Silva (onde se encontra o cemitério de Paranhos) e duas ‘vias fundamentais internas’ para a área da Asprela, a Rua Dr. António Bernardino de Almeida e a via norte-sul, com traçado sensivelmente correspondente à actual A3.

O sistema delineado baseia-se no reforço das penetrações até ao anel da zona central (onde também se propõem condições de articulação optimizadas para o seu denso sistema viário), e por uma rede transversal de articulação e rebatimento.

O Zonamento considera quatro ‘espécies’ de classes de uso – residenciais, especiais, verdes e rurais.

Antão de Almeida Garrett introduz o conceito de uso preferencial ou ‘fundamental’, e exclusivo, ao subdividir as zonas residenciais em ‘estritamente residenciais’ ou específicas, ‘residenciais’ (onde admite a existência de pequenos estabelecimentos, oficinas ou lojas, e ‘mistas de residências e indústria’ entendidas como zonas de ‘tolerância’.

Estas classes não apresentam um sentido tipológico e morfológico, resultando essencialmente de preocupações funcionalistas, e são dispostas no território de forma pulverizada, na correspondência a terrenos disponíveis ou com preexistências de operações urbanísticas avulsas, como no caso de alguns bairros isolados.

O Plano propõe também um sistema de ‘espaços verdes de interesse público’, discriminando em zonamento as zonas verdes e as zonas rurais.

Estes espaços verdes têm forte expressão nas áreas da Asprela e da Areosa, onde são abarcadas grandes bolsas de terrenos marginantes à Ribeira da Asprela, a sul e ponte do Hospital da Cidade, ainda então em construção, e uma faixa da antiga Quinta do Outeiro, até ao Hospital do Conde Ferreira.

Alguns destes terrenos eram de cultura, mas na sua maioria eram constituídos por lameiros (da Quinta da Azenha, Quinta de Lamas e Quinta do Outeiro, e de uma série de propriedades de pequenas dimensões) só mais tarde drenados quando urbanizados.

Uma das preocupações das tutelas, responsáveis pela gestão do plano e pelas operações do estado (as construções escolares e dos equipamentos públicos estavam cometidas ao então MOP, também responsável pela aquisição dos terrenos), era a valorização dos terrenos com a projectação ou abertura de novos arruamentos, sobretudo antes da sua reserva para fins de utilidade pública por documento de planeamento adequado, como adiante descrito a propósito da questão fundiária.

Em 1960, estando em desenvolvimento o Plano Director da Cidade do Porto, de Robert Auzelle, onde são delimitadas a área da Cidade Universitária do Porto e a Zona de Protecção do Hospital Escolar do Porto, estando já concluído o Ante-Projecto da Cidade Universitária do Porto (1960), de Oldemiro Carneiro, a CANIU estima os valores das aquisições tendo como base indicações da CMP que apontavam o custo por metro quadrado, oscilando entre 250/350 escudos para terrenos com uma profundidade de 40 metros junto à Estrada da Circunvalação ou servidos por outras artérias.

Para além deste limite e numa profundidade de 100 metros (terrenos interiores) o preço seria da ordem dos 80 escudos/m<sup>2</sup>.

As restantes parcelas rústicas podem ser compradas numa base de 50 escudos/m<sup>2</sup> ou ainda menos se se tratassem de terrenos alagadiços impróprios para construção ou para plantação<sup>471</sup>.

O Plano Regulador confirma a política do Antepiano Regional do Porto (1946), também da autoria de Almeida Garrett, de que a cidade do Porto não necessita de anexar territórios envolventes, porque não obstante os seus cerca de 280.000 habitantes de então, a densidade correspondente de 70hab/ha, era “inferior à considerada ideal nas cidades-jardim”<sup>472</sup>, tendo assim muitos espaços livres para se expandir, nomeadamente nas suas freguesias periféricas, com extensas áreas desocupadas,

---

<sup>471</sup> Informação constante das “notas relativas às observações do Ministro (das Obras públicas, Arantes e Oliveira) acerca dos diferentes assuntos focados no ofício da Reitoria da Universidade do Porto, Processo n.º 38, de 22 de Novembro de 1962”, MOP/CANIU, 17/12/1962, Repositório Temático da UP, po-581, pp. 0025-0026.

<sup>472</sup> GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da Cidade do Porto*, “Memória Descritiva e Justificativa”, Porto, CMP, p. 7).



Garrett identifica nas análises realizadas no âmbito dos trabalhos do Plano Regulador uma percentagem elevada, em Paranhos, de grandes jardins (11,1% em 1939), campos de jogos (5 unidades em 1938)<sup>473</sup>, correspondendo provavelmente a espaços de quintas (de produção e de recreio). Também Paranhos foi uma das freguesias com maior taxa de construção, predominando os edifícios térreos de um só fogo, com 637 unidades<sup>474</sup>.

Acerca dos seus edifícios representativos constata que se encontram dispersos e mal situados.

“Tem uma Universidade, e as suas quatro Faculdades, cada uma para o seu lado. Com o Hospital Escolar junto da Circunvalação e que arrastará para aí a Faculdade de Medicina, ainda vai ser maior a sua dispersão. Não tem assim um centro universitário, muito menos uma *cidade universitária*”<sup>475</sup>

O ensino superior era então feito na Universidade do Porto com as seguintes Faculdades:

- Faculdade de Ciências, situada na ‘Praça da Universidade’ no mesmo edifício onde se encontra a Reitoria e onde está instalado um jardim botânico;
- Faculdade de Medicina, situada no Largo da Escola Médica, aguardando deslocação para o Hospital Escolar da Asprela, em fase de construção numa área de 54ha, incluindo a de protecção;
- Faculdade de Engenharia, situada na Rua dos Bragas, “em edifício próprio, mas insuficiente para a actual frequência”<sup>476</sup>.
- Faculdade de Farmácia, situada na Rua Aníbal Cunha, “em edifício acanhado”<sup>477</sup>.

É também apontado que a Universidade já “contou (com) uma Faculdade de Letras e um Instituto Superior do Comércio”<sup>478</sup>.

O ensino artístico está então sediado na Escola de Belas Artes, na Avenida Rodrigues de Freitas, com os cursos de arquitectura, pintura e escultura, em edifício que se encontrava sujeito a obras de beneficiação e ampliação. O curso de arquitectura passou a ser considerado superior, embora ainda não integrado na Universidade.

<sup>473</sup> GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da Cidade do Porto*, “Memória Descritiva e Justificativa”, Porto, CMP, pp. 67-68.

<sup>474</sup> *Ibidem*, pp. 88 e 92 (em quadro XVIII – prédios de habitação construídos de 1930 a 1940, por Freguesia).

<sup>475</sup> *Ibidem*, pp. 128 (cap. XI).

<sup>476</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>477</sup> *Ibidem*, p. 147.

<sup>478</sup> *Ibidem*, p. 147.

Para conveniência das análises, é desenvolvido um capítulo (XIII) que aborda a ‘organização local’, estabelecendo uma ‘apreciação da ocupação do território’, tendo como base a forma do povoamento, em três grandes áreas – ‘antiga’, ‘circuncêntrica’ e ‘periférica’, ainda subdivididas por extensões do território.

Na região periférica o plano advoga a preponderância da “ocupação estendida, de preferência descontínua”<sup>479</sup> de pequena volumetria, dada a grande disponibilidade de terrenos, não sendo de excluir a possibilidade de construção de blocos, desde que as densidades habitacionais previstas para a zona sejam mantidas na área dos ‘talhões’ por eles ocupados. São casos considerados como especiais, que deverão integrar-se nos conjuntos urbanos locais considerando densidades entre 75 e 100hab/ha (na região periférica).

O plano baseia-se numa ideia, então generalizada, de organização da cidade e seu equipamento pelos seguintes quatro escalões:

- 1º Escalão – A Vizinhança

Tem a escola primária como base de referência, e pouca população, integrando alguns pequenos serviços de proximidade;

- 2º Escalão – O bairro.

Pertencem a este escalão as aldeias de periferia, em geral com igreja, mercado e pequeno comércio, consistindo uma forma de organização local já registada pela planta de 1892;

- 3º Escalão – A Unidade Residencial – Freguesia,

Constitui já uma unidade superior na organização da cidade, com maior densidade populacional e compacidade, tendo já uma paróquia e Junta de Freguesia. Estes agrupamentos deverão ser flexíveis no que respeita à tipologia dos usos atribuídos.

- 4º Escalão – Unidade Urbana.

Trata-se de zonas com equipamentos e outras funções de interesse para várias freguesias, incluindo território agrícola não necessário à expansão da cidade no tempo de vigência deste plano regulador, e são designadas como unidades rurais, com tratamento especial.

---

<sup>479</sup> *Ibidem*, p. 243.

Os espaços livres dependem da disponibilidade em terrenos e da sua reserva para o efeito.

Constatando o carácter ainda rural do território da região periférica, o plano regulador propôs a ampliação dos espaços públicos existentes no sentido da sua aproximação às bolsas periféricas não urbanizadas. Considerando o índice de 10m<sup>2</sup> por habitante (seguindo *Gaston Bardet*) para os espaços livres, conclui que não pode ser indiferente a sua distribuição e localização no território, devendo ser complementares a equipamentos de vizinhança, com finalidades distintas, admitindo ainda a possibilidade de uso colectivo de alguns espaços livres privados existentes nas áreas intermédias e mais centrais.

Assim, na região periférica, onde permanecem expressivas bolsas de terreno agrícola e áreas que não são necessárias às previsões feitas para a expansão da cidade, são considerados terrenos rurais, como reservas futuras e que se deverão manter com o mesmo carácter durante o tempo de vigência do plano, assim como os ‘verdes’ urbanos, jardins de instituições públicas e de determinadas propriedades privadas, eixos viários arborizados e parques que deverão integrar o património estético da cidade. Os mesmos objectivos foram apontados para a região ‘circuncêntrica’, ligando, sempre que possível este tipo de espaços, como “em requezende faz-se a ligação à Avenida de Cintura que caminha, ladeada de parques, até ao grande dispositivo verde da ‘Asperela’ junto ao Hospital Escolar”<sup>480</sup>.

O regulamento define as seguintes zonas:

- Residenciais: destinadas à habitação;
- Especiais: na zona central, industriais, ferroviárias, portuárias, hospitalares, desportivas, isto é, especializadas ou influenciadas por determinados edifícios de utilização ou de interesse para toda a cidade;
- De Espaços Livres Públicos ou de Interesse Público: compreendendo os espaços verdes públicos e os espaços verdes particulares vinculados a uma manutenção permanente ou a uma utilização futura;
- Zonas Rurais: encontram-se regulamentadas pelo art.º 16º, que as define como o território de uso agrícola não necessário à expansão urbana dentro do prazo de vigência

---

<sup>480</sup> *Ibidem*, p. 280.

do plano regulador. Estas zonas são então reservadas à agricultura, podendo ser licenciados apoios com baixíssima taxa de impermeabilização em grandes propriedades. Mas, a “título excepcional, e depois de concedida a respectiva autorização da Câmara e da

D.G.S.U. podem construir-se nessa zona, hospitais, sanatórios e outros estabelecimentos similares, desde que fiquem no meio de terrenos com 5 hectares pelo menos e que a sua superfície coberta não vá além de 2% da superfície total do terreno”<sup>481</sup>.

O art.º 17º estipula que a altura dos edifícios e tipos de habitação deve obedecer ao RGEU (1951), variando dos 3-5 pisos na área central (nesta zona o RGEU deverá ser interpretado, dada a sua natureza especial, não mais que 3 pisos na região ‘circuncêntrica’, preponderando o piso térreo na região periférica, sendo permitido, em determinadas situações, a construção de mais um andar.

No entanto, não é excluída a possibilidade da construção de blocos, que não devem exceder os 8 pisos, desde que as densidades habitacionais estipuladas sejam garantidas no interior dos terrenos correspondentes. Garrett manifesta, a propósito, o receio dos realojamentos em blocos, que se poderão transformar em ilhas verticais.

O art.º 26º introduz um dispositivo de excepção, determinando que “em determinados ambientes urbanos, de particular importância construtiva ou monumental (praças, avenidas, centros comerciais, etc.) a Câmara poderá estabelecer em planos e normas especiais, as dimensões e carácter dos edifícios.

Na Zona de Paranhos, sendo atravessada pela Avenida de Cintura, consideram-se ainda duas subzonas, o ‘Ameal’ e ‘Paranhos’, onde o estado construiu os bairros com o mesmo nome, e o povoamento localizou-se ao longo da Rua do Amial (estrada para Braga) e no lugar da igreja de Paranhos. A Zona de Costa Cabral, também atravessada pela Avenida de Cintura tem várias subdivisões, nomeadamente as da ‘Areosa’ e do ‘Conde Ferreira’.

O Plano Regulador não encontra, assim, necessidade em alterar o que se encontrava estabelecido pelo Antepiano Regional em matéria de traçado das ‘Grandes

---

<sup>481</sup> *Ibidem*, p. 315.

Comunicações por estrada’, pronunciando-se apenas quanto à necessidade de estabelecimento das suas faixas de protecção, prevenindo futuros alargamentos.

Acrescenta, no entanto, diversas circulares, como a ‘Avenida de Cintura’ constituída por vários troços de perfil variável, alguns dos quais com faixas laterais para trânsito local, mantendo as faixas centrais para trânsito rápido, separadas por ‘refúgios’ de 3 m, e com passeios arborizados de 5 m de largura<sup>482</sup>, expressando assim uma ideia (de inserção) urbana para esta infra-estrutura de mobilidade.

A actual A3 não é considerada como via de ‘grande comunicação’, encontrando-se já demarcado um arruamento com traçado muito próximo do actual.

O plano propõe igualmente a estruturação da periferia, face aos novos programas previstos e porque “as novas grandes penetrações irão melhorar bastante o acesso às zonas na periferia da cidade. Mas, não são propriamente vias de interesse local. Julgou-se, por isso, conveniente criar algumas vias fundamentais internas”<sup>483</sup>, como o prolongamento da Rua Faria Guimarães até ao Hospital da Cidade e E.N- 12, com o fim de colectar a população da extensa zona entre as duas actuais artérias (Ruas do Amial e de Costa Cabral), ou a “nova artéria de Costa Cabral, no nó da Avenida dos Combatentes, para a Circunvalação (...), que é ainda uma via de acesso ao Hospital Escolar.”<sup>484</sup>, entre outras.

Face aos usos predominantes existentes em diversas áreas da cidade, o plano reconhece que tais “diferenciações, que na maioria dos casos não constituem base para o zonamento, deverão ser tidas em conta na indispensável organização das unidades residenciais e urbanas”<sup>485</sup>, e que “na região periférica, na vastidão do território, para além das necessidades previsíveis, apresentam-se diversidades sensíveis (...). O Hospital Escolar, em construção na ‘Asprela’ será um intenso foco de deslocações de toda a cidade exigindo protecção condigna e área para possíveis construções afins.”<sup>486</sup>.

---

<sup>482</sup> *Ibidem*, p. 206.

<sup>483</sup> *Ibidem*, p. 209.

<sup>484</sup> *Ibidem*, p. 209.

<sup>485</sup> *Ibidem*, p. 236.

<sup>486</sup> *Ibidem*, p. 237.

A repartição de funções do zonamento proposta por Garrett, no espírito de *Gaston Bardet*, apresenta grande flexibilidade e capacidade de adaptação a programas ainda não inteiramente definidos.

São retomadas do Antepiano Regional do Porto (Antão de Almeida Garrett, 1946) algumas funções com capacidade de definir classes de uso destinadas a territórios específicos como os de uma série de zonas industriais (Ramalde, Areosa, Campanhã e Freixo) e uma grande zona desportiva no Castelo do Queijo, por exemplo, para além da afectação de terrenos a espaços livres, parques e jardins.

É ainda interessante notar que o Plano Regulador representa, fora do Concelho do Porto, a malha urbana de Matosinhos Sul e as instalações do Porto de Leixões, pela sua grande importância para a Cidade do Porto à qual se ligam pela via marginal e pela via de cintura.

## O Hospital Escolar e a Cidade Universitária do Porto

O reconhecimento legal das Escolas Médico-Cirúrgicas foi, com a República, objecto do decreto de reforma do ensino médico, e as Escolas Médico-Cirúrgicas equiparadas à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra<sup>487</sup>.

A funcionar desde a sua criação, em 1911, no antigo edifício da Escola Médico-Cirúrgica, a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto deparou-se desde cedo com condições limitadas para a prática do ensino e da investigação clínica.

Quase meio século depois, a situação seria colmatada com a mudança para as instalações do Hospital de São João, na zona da Asprela.

Resultado de um longo processo iniciado nos anos 30 - em nota publicada no *Diário de Notícias* em Julho de 1933 - António de Oliveira Salazar manifestava a intenção de construir imediatamente nas cidades de Lisboa e Porto dois hospitais escolares.

No Porto foi replicado o projecto do Hospital de Sta. Maria, de Lisboa, do arquitecto alemão Hermann Distel, considerado especialista em construções hospitalares, sendo da sua autoria a Clínica Universitária de Berlim.

Com projecto aprovado, sendo o seu programa muito ambicioso e complexo, só foi implantado junto à Estrada da Circunvalação na sequência dos estudos desenvolvidos pelo Gabinete de Urbanização da CMP, em meados de 1941, com a colaboração de Giovanni Muzio, responsável pelos Estudos para o Plano Regulador, com soluções variantes de articulação com a cidade central e com o território.

Antão de Almeida Garrett comunica a Giovanni Muzio, em carta de Outubro de 1940, que “o novo Hospital Escolar da Cidade, cujo projecto já está aprovado e cuja construção vai em breve ser iniciada”<sup>488</sup>.

A nova construção representa para a época, um avanço tecnológico no que respeita às condições de conforto e de assistência dos doentes, estudantes e investigadores.

---

<sup>487</sup> Informação recolhida em SANTOS, Cândido Augusto Dias dos, 2011, *História da Universidade do Porto*, Porto, Ed. UP. O hospital é criado com o decreto-Lei n.º 22917, de 31 de Julho de 1933, Diário do Governo, Série I, n.º 171/33, p. 1498, que institui uma comissão administrativa para dirigir e administrar as respectivas obras de construção e cuja “composição da comissão será fixada pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, mas dela deverão fazer parte dois professores da Faculdade de Medicina, um da de Lisboa o outro da do Porto, escolhidos pelo mesmo Ministro” (art.º 4.º, § único). Aumentava-se a capacidade em camas para 1.500, determinando o mesmo diploma que o projecto deverá contemplar a execução faseada das obras.

<sup>488</sup> SANTOS, Cândido Augusto Dias dos, 2011, op. cit., p. 1458.

Ocupando alguns pisos, foi então instalada a Faculdade de Medicina, ou seja, uma unidade escolar, dependente do Ministério da Educação, inserida numa unidade hospitalar, dependente do Ministério da Saúde.

Os projectos terão começado a ser preparados em 1938, tendo ficado por edificar parte das alas do projecto inicial (os desenhos disponíveis datam de 1954), e o Hospital foi inaugurado pelo chefe de Estado, Almirante Américo Tomás a 24 de Junho de 1959. *“Estamos na presença de uma obra de que a cidade e o país podem orgulhar-se (...) passa agora a Faculdade a poder contar com instalações modelares e completas em si próprias, tendo à sua disposição um grande hospital construído e apetrechado especialmente para preencher a nobre função de valioso instrumento do ensino”*<sup>489</sup>.

De facto, o Hospital Escolar do Porto constituiu um símbolo de progresso, com grande importância para a cidade do Porto, sendo, na altura, um facto de excepção, um dos seus principais ícones.

A sua composição clássica e a sua escala monumental modificaram radicalmente toda a zona da Asprela, impondo-se de forma determinante na paisagem.

O edifício apresenta a sua entrada principal, monumentalizada, orientada para a Estrada da Circunvalação. Apesar do recuo da implantação, aquela via não apresenta um ‘momento’ especial do seu perfil na frente do hospital, antes mantendo linearidade das faixas de rodagem e da arborização, se bem que tenha uma plataforma confrontante com recinto e adjacente à Estrada da Circunvalação, a Alameda do Professor Ernâni Monteiro.

Aquando da Inserção Urbana da Metro do Porto, em 2005, Adalberto Dias estudou uma solução enterrada para o tráfego de atravessamento, dedicando a superfície a peões e trânsito local.

O hospital foi entretanto sujeito a obras de ampliação e de remodelação pontuais, e no seu recinto foram inseridas outras funcionalidades (pavilhões pré-fabricados das Consultas Externas, Escola Superior de Enfermagem do Porto, Galeria Comercial Campus São João), adiante observadas.

No início dos anos 40, são, como acima referido, elaborados diversos estudos urbanísticos contemplando novos acessos ao Hospital Escolar.

---

<sup>489</sup> Excerto do discurso do Ministro das Obras Públicas, Eduardo Arantes e Oliveira, na sessão inaugural do Hospital Escolar do Porto, in Jornal de Notícias de 25 de junho de 1959 [Repositório Temático da Universidade do Porto].



Em Junho do mesmo ano, a comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários elaborou uma “Planta Cotada do Terreno no Lugar da Asprela destinado ao Hospital Escolar”.

Em carta dirigida ao Reitor da Universidade do Porto, de Outubro de 1942, o Director da Faculdade de Ciências afirma o interesse pela aquisição da Quinta do Campo Alegre, apreensivo com o facto de as propostas em estudo (pela Câmara Municipal) do Plano Geral de Urbanização ‘inutilizarem’ parte da referida quinta, acrescentando ainda que “Muito se tem trabalhado no Plano Geral de Urbanização do Porto, cuja falta era realmente indesculpável. Parte desse plano já está delineado e aprovado pela Exma. Câmara.

Pois, segundo informações dignas de todo o crédito, esse plano implica a destruição dos belíssimos jardins e parque da Quinta do Campo Alegre!

É evidente que os projectos da Universidade, ou eram desconhecidos, ou foram inteiramente esquecidos (...).

É certo que, do plano de urbanização, faz parte o Hospital da cidade, mas não é difícil reconhecer que, se tal acontece, é porque esse hospital interessa mais como estabelecimento de assistência, do que como instrumento cultural.

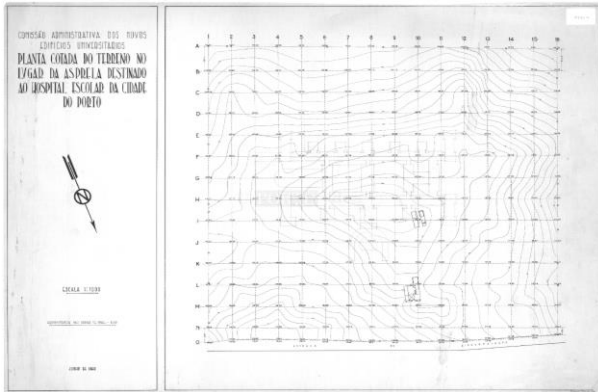
De modo que, no plano geral de urbanização, não só foi esquecido o futuro progresso e desenvolvimento da Universidade, como activamente se projecta inutilizar um importantíssimo melhoramento que era lícito esperar para breve”<sup>490</sup>.

Em Setembro de 1944, o Reitor da Universidade do Porto insiste, afirmando que a instituição tem, no momento, duas aspirações “A primeira é ver continuar as obras do seu Hospital Escolar com a celeridade necessária, de harmonia com a angustiosa carência de meios hospitalares da Cidade do Porto e com a falta das devidas instituições de ensino com que em tal matéria luta a Faculdade de Medicina (...) e a segunda aspiração é constituída pela aquisição da Quinta do Campo Alegre (...)”<sup>491</sup>.

---

<sup>490</sup> Ofício de 22/10/1942, Repositório Temático da Universidade do Porto, UP, proc. 189, N.º 4599, L.º 7, Fls. 217.

<sup>491</sup> Ofício de 22/09/1944, Repositório Temático da Universidade do Porto, UP, proc. 189, pp. 450.



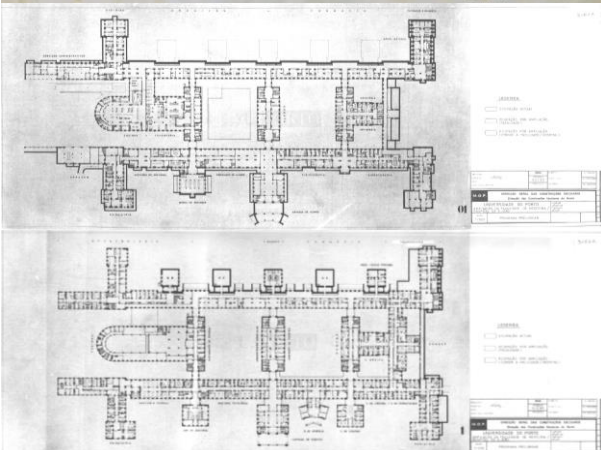
[A144]  
Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários, 1940-06, Fernando Colares des., Planta Cotada do Terreno no Lugar da Asprela Destinado ao Hospital Escolar da Cidade do Porto, esc. 1:1000, equidistância das curvas de nível - 0,50m.

[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, processo po-576, desenho n.º 1135]



[A145]  
Zona de Protecção do Hospital Escolar, s/d, esc. 1/500, identificação dos terrenos e seus proprietários, desenho n.º 8098.

[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, desenho n.º 8098]



[A146]  
Hospital de S. João, 1983, Ampliação da Faculdade de Medicina, Programa Preliminar, MOP, D-GCEN, desenhos n.ºs 3162 e 3163.

[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, desenhos n.ºs 3162 e 3163]



[A147]  
Hermann Distel – projecto de um hospital escolar na Cidade Universitária 1941/42.

[DGEMN, 1948, *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947)*, Lisboa, MOP, DGEMN]

Com as obras do hospital em fase de franco desenvolvimento logo após a segunda guerra mundial, uma portaria do MOP / Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, publicada no Diário do Governo, II Série, N.º 182, de 4 de agosto de 1954, p. 4926, fixa a Zona de Protecção do Edifício do Hospital Escolar do Porto, conforme planta anexa ao mesmo diploma<sup>492</sup>.

Verifica-se que a base já representa o HEP e o recinto a ele destinado, a Estrada da Circunvalação, elementos do traçado rural (com relevo para a Rua da Asprela que ligava o tramo existente da Rua de S. Tomé ao lugar de Paranhos) e do traçado urbano (parte da rua de S. Tomé existente e Rua Dr. Manuel Pereira da Silva), o cemitério paroquial de Paranhos, os Bairros da Azenha, de Paranhos e da Fábrica da Areosa, e ainda a linha de Caminho de Ferro de cintura (S. Mamede de Infesta), que corresponde ao limite norte da zona de protecção definida.

O limite nascente corresponde sensivelmente ao traçado da futura estrada de Famalicão e Braga (hoje A3), incluindo parte dos terrenos da Quinta do Outeiro.

O limite poente corresponde à Rua de S. Tomé, excluindo as construções em ambas as margens, e prolongado a norte até ao canal ferroviário.

O limite sul contorna as construções do centro de Paranhos e na frente da Rua Dionísio dos Santos Silva, acompanhando ainda a Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, libertando as suas frentes, bem como o cemitério paroquial (primeira fase).

Esta zona de protecção do Hospital Escolar do Porto, corresponde, no fundamental, à primeira delimitação do que veio a constituir-se como Cidade Universitária do Porto.

De facto, surge uma planta assinada por Oldemiro Carneiro, que estabelece os limites da Cidade Universitária do Porto a partir da Zona de Protecção ao Hospital Escolar do Porto. Nessa planta, foram mantidos os limites norte e nascente.

A poente, foram excluídos os terrenos mais tarde ocupados pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP-IPP), então designado por Instituto Industrial do Porto e pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica (ESB-UC).

---

<sup>492</sup> Zona de Protecção já aprovada pelo Decreto N.º 34993, de 11 de Outubro de 1945 [MOP/CANIU, p. 589, p.0102, Repositório Temático da Universidade do Porto].



[A148] Hospital Escolar do Porto, fotografias de época

[DGEMN, 1948, *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947)*, Lisboa, MOP, DGEMN]



[A149] Plano Auzelle Volume I - foto n.º 11 – Vista aérea do Hospital de S. João envolvido pelos terrenos destinados à Cidade Universitária, Porto, CMP, 1962.

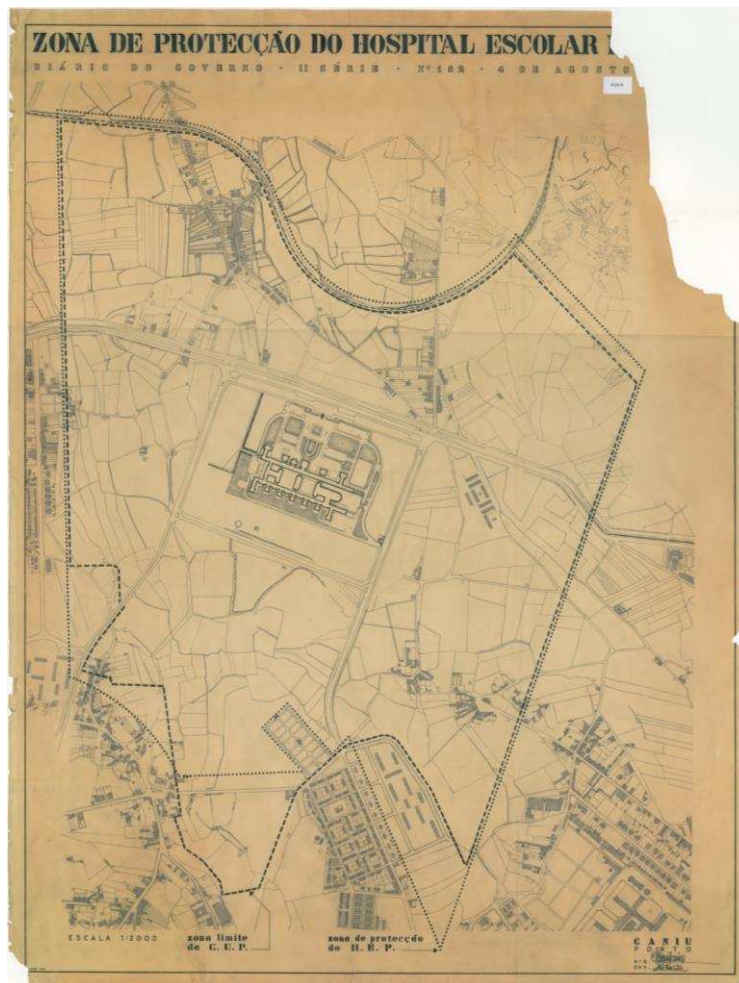
Observe-se o perfil da Alameda do Professor Hernâni Monteiro, os trabalhos de modelação de terrenos e a área arborizada no interior do recinto.

[Arquivo Histórico Municipal, CMP]



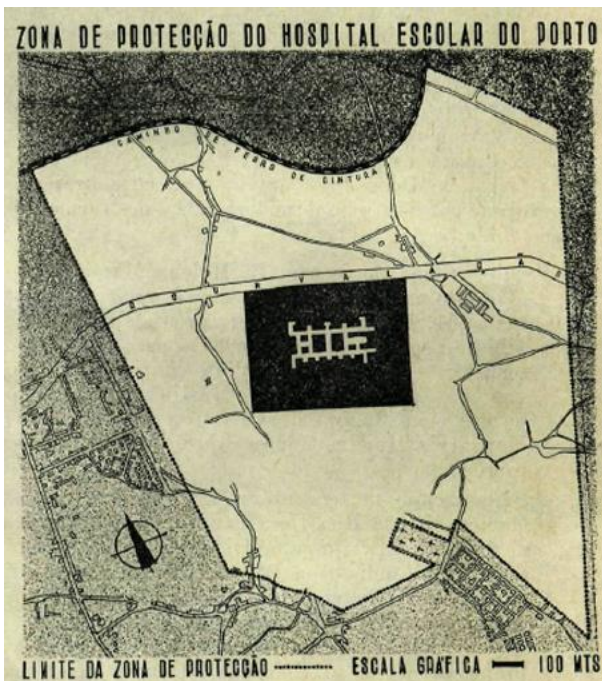
A sul foram excluídos os terrenos destinados ao grupo de moradias populares do Outeiro, integrada uma bolsa de terrenos localizados a sul da Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, e incluída a área do cemitério de Paranhos, tendo Oldemiro Carneiro a ideia da transladação do mesmo, em benefício da ‘unidade’ das instalações escolares.

Em 1960 entendeu a Comissão Administrativa da CANIU proceder à revisão do programa estabelecido nessa época para o planeamento das actividades escolares universitárias (pedagógicas, desportivas, circum-escolares, residenciais e reservas), segundo proposta da Universidade do Porto e de Antão de Almeida Garrett. O alargamento, para nascente, da área destinada à construção escolar foi então ponderada e aprovada pelo Ministro das Obras Públicas.



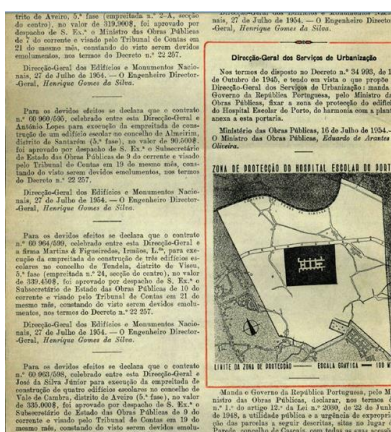
[A150] Zona de protecção do Hospital Escolar do Porto e Zona Limite da Cidade Universitária do Porto, Diário do Governo, II Série, n.º 182, 4 de Agosto de 1954, CANIU esc. 1:2000.

[Repositório Temático da Universidade do Porto, desenho n.º 8102]



[A151] Diário do Governo, II Série, N.º 182, de 4 de agosto de 1954, p. 4926, MOP, D-GSU, Zona de Protecção do Hospital Escolar do Porto, Limite da Zona de Protecção.

[Repositório Temático da Universidade do Porto, documento em processo AC-3022, e processos po-576 e po-589 do Arquivo Central da Universidade do Porto]



[A152] Planta topográfica, s/d, Cidade Universitária do Porto, s/d, esc. 1:2000, s/ leg. N.º do desenho: 8107.

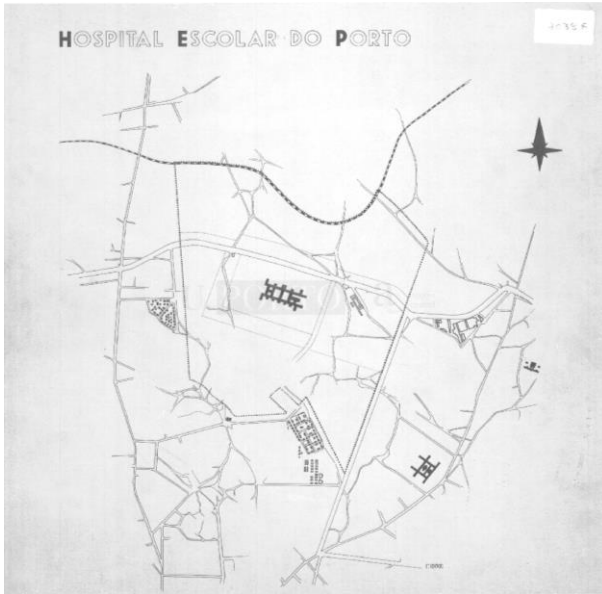
[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, processo po-576, desenho n.º 8107]



[A153] Planta Topográfica da Cidade do Porto / Câmara Municipal do Porto, Repartição de Urbanização, esc. 1:10000. desenho: 8461.

[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, desenho n.º 8461]

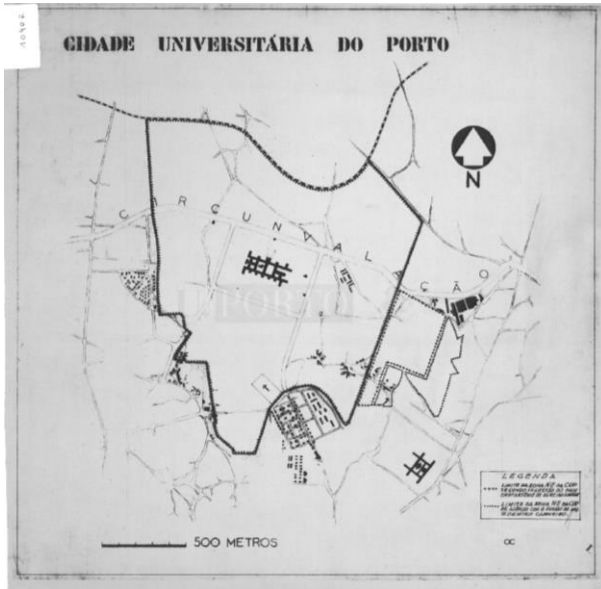
Na área demarcada como Zona de Protecção da CUP deste levantamento topográfico, constam apenas a localização do HEP, os núcleos rurais do lugar e da Quinta de Lamas, Quinta da Azenha e Quinta do Outeiro, e ainda o bairro da fábrica da Areosa



[A154]  
Hospital Escolar do Porto, s/d, Planta topográfica, esc. 1/10.000.  
Planta com a implantação das estruturas urbanas anteriores a 1958 (data da 1.ª fase de construção do bairro do Outeiro), e demarcação da zona de protecção do Hospital Escolar do Porto.  
[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, desenho n.º 3038]



[A155]  
Cidade Universitária do Porto, escala 1/500, OC-Oldemiro Carneiro.  
[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, desenho n.º 8106]



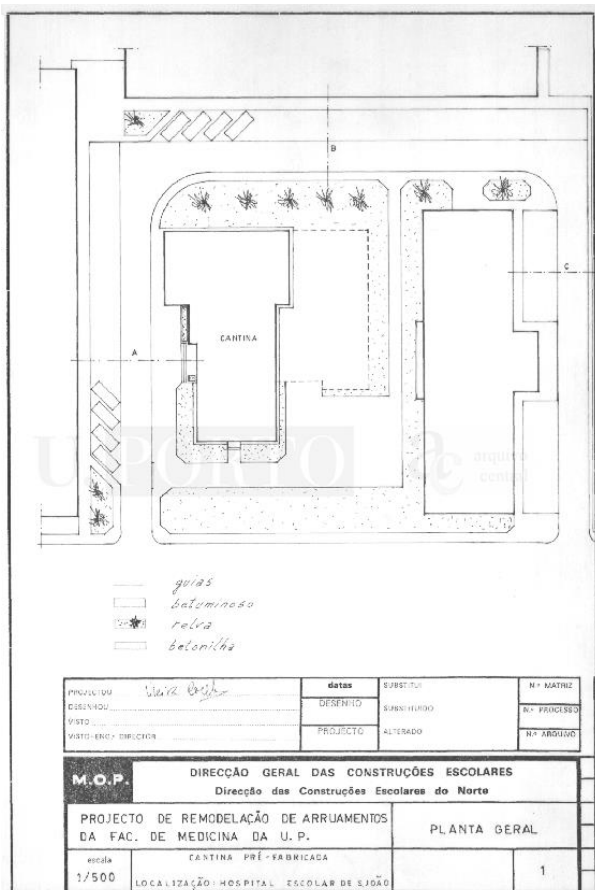
[A156]  
 Cidade Universitária do Porto  
 [Plano geral - Pólo 2], 1:500,  
 OC-Oldemiro Carneiro.

na legenda:

"Limite da zona NE da CUP segundo sugestão do Prof. Eng.º António de Almeida Garrett";

"Limite da zona NE da CUP de acordo com o estudo do Arq.º OLDEMIRO CARNEIRO".

[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, desenho n.º 1040R]

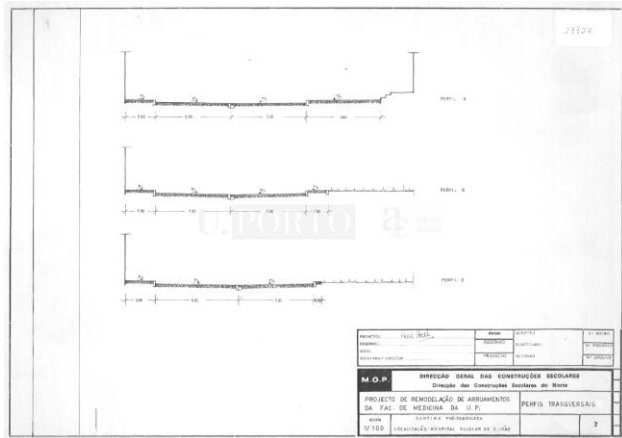


[A157]  
 Hospital Escolar da Cidade do Porto, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Projecto de remodelação dos arruamentos, cantina pré-fabricada, Vieira Coelho, s/d, MOP-DGCE, esc. 1/500, desenho n.º 2771.

[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conserv. das Instalações, desenho n.º 2771]

PROVINDO	<i>Vieira Coelho</i>	datas	SUBSTITUI	N.º MATRIZ
DESIGNOU		DESENHO	ELABORADO	N.º PROCESSO
VISTO		PROJECTO	ALTERADO	N.º ARQUIVO
VISTO ENQ.º DIRECTOR				
<b>M. O. P.</b> DIRECÇÃO GERAL DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES Direcção das Construções Escolares do Norte				
PROJECTO DE REMODELAÇÃO DE ARRUAMENTOS DA FAC. DE MEDICINA DA U. P.			PLANTA GERAL	
escala	CANTINA PRÉ-FABRICADA			1
1/500	LOCALIZAÇÃO: HOSPITAL ESCOLAR DE S. JÃO			





[A158]  
 Hospital Escolar da Cidade do Porto, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Projecto de remodelação dos arruamentos e cantina pré-fabricada, Vieira Coelho, s/d, MOP-DGCE, esc. 1/100, desenho n.º 2772.  
 [Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conserv. das Instalações, desenho n.º 2772]



[A159]. Zona de Protecção do Hospital Escolar do Porto e Cidade Universitária do Porto, s/d, s/leg.  
[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direc. de Serviços de Const. e Conserv. das Instalações, desenho n.º 8100-08312]

O limite da ZPHE foi demarcado sobre o Plano de Urbanização de Arménio Losa, que teve algumas consequências na urbanização de terrenos adjacentes, não obstante parte substancial da proposta não tenha sido realizada,

No desenho [154], o arquitecto Oldemiro Carneiro (*cf. assinatura supra*) retoma uma cópia da mesma base, com definição dos limites da Zona de Protecção do HEP e Zona Limite da CUP, para demarcação (presumivelmente em 1976) sobre cópia (plástico) da planta topográfica à escala de 1/2.000, constando ainda em legenda as seguintes descrições:

TERRENOS ADQUIRIDOS ANTERIORMENTE;

TERRENOS ADQUIRIDOS EM 1976;

TERRENOS A ADQUIRIR EM 1977.



[A160]

Zona de protecção do Hospital Escolar do Porto e Zona Limite da Cidade Universitária do Porto, Diário do Governo, II Série, n. ° 182, 4 de Agosto de 1954], CANIU esc. 1:2000.  
[Repositório Temático da Universidade do Porto, desenho n.º 8103R]

## O planeamento da Asprela

O planeamento da Asprela, para além das medidas previstas nos planos da cidade, e para além de estudos urbanísticos pontuais, verificou as seguintes etapas fundamentais:

### **1950**

Arménio Losa inicia os estudos urbanísticos para o ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, aprovado em 1954 (ano em que é definida a Zona de Protecção do Edifício do Hospital Escolar do Porto.

O antepiano teve desenvolvimentos subsequentes, com a formalização em

### **1957**

do PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, também de Arménio Losa.

Com a ampliação da área da Cidade Universitária do Porto (1960), Oldemiro Carneiro desenvolve o ANTEPROJECTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO, em

### **1960**

que evoluiu como PLANO SUMÁRIO DE IMPLANTAÇÕES, de

### **1962**

e como PLANO GERAL DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO, de

### **1965**

Luiz Cunha desenvolveu o PLANO ESTRUTURA (Plano para o Pólo 2 da UP) em

### **1973**

O mesmo Luiz Cunha elaborou o PLANO DO PÓLO II DA UNIVERSIDADE DO PORTO em

### **1987**

com versões variantes aprovadas como PLANO ESTRUTURA de

### **1988**

Rui Mealha desenvolve o PROJECTO DA ÁREA CENTRAL DO PÓLO UNIVERSITÁRIO DA ASPRELA a partir de

### **1996**

Cujo Estudo Prévio é designado como CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS, aprovada em

### **1997**

e com sequência como estudo final, concluído em

### **2000**

a partir do qual exerceu a consultoria urbanística para a Universidade do Porto, acompanhando os projectos de urbanização e de edificação para a mesma área,

nomeadamente a inserção urbana da Metro do Porto, SA, e a construção de novos edifícios.

*Anteplano e Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar*  
*Arménio Losa, 1950 e 1957*

Em 1942, o Director da Faculdade de Ciências informa o Reitor da Universidade do Porto que o Plano Geral, prevendo a expansão da urbanização na zona do Campo Alegre, “implica a destruição dos belíssimos jardins e parque da Quinta do Campo Alegre<sup>493</sup>”, acrescentando que “é evidente que os projectos da Universidade, ou eram desconhecidos, ou foram inteiramente esquecidos”<sup>494</sup>.

O Plano Geral de Urbanização não considerou o interesse da UP em adquirir a Quinta do Campo Alegre, mas dele (PGU) faz parte o Hospital da Cidade, que na opinião do Director da Faculdade de Ciências “não é difícil reconhecer que, se tal acontece, é porque esse hospital interessa mais como estabelecimento de assistência, do que como instrumento cultural”<sup>495</sup>.

Pairava assim o receio de que o progresso da universidade estaria comprometido na área do Campo Alegre, dada a escassez de terrenos adjacentes que possibilitassem a constituição de um pólo universitário, à semelhança do que estava decidido (e com projectos em curso) para Lisboa e Coimbra, e do que acontecia noutros países.

Em meados de 1943 o Ministério das Obras Públicas e das Comunicações, que tutelava a operação urbanística e, também, a construção das instalações universitárias, manifestou-se contra a aquisição de terrenos no Campo Alegre para a constituição de uma área universitária, não obstante o plano de urbanização não se encontrar ainda aprovado.

Opinião contrária tinha, no entanto, o Ministério da Educação, dado o manifesto interesse em integrar o jardim botânico na Faculdade de Ciências.

“Um Plano de Urbanização que não seja levantado sobre o deserto há-de sempre subordinar-se ao existente”<sup>496</sup>.

Colocava-se ainda a questão das faculdades, localizadas na área central da cidade, que necessitavam de renovar ou ampliar as suas instalações, dada a expansão da população

---

<sup>493</sup> Ofício de 22-10-1942, em Proc.189, N.º 4599, L.º 7, Fls.217 [repositório temático UP].

<sup>494</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>495</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>496</sup> Ofício do Ministro da Educação Nacional, de 26-07-1943, dirigido ao Reitor da UP. [processos de correspondência, cx 177, Arquivo Central da Reitoria e Serviços Centrais da UP].

escolar e a modernização dos processos pedagógicos, mas que não dispunham de terrenos para se expandirem.

Foram entretanto executadas algumas beneficiações das instalações existentes no centro da cidade, mas que resolviam apenas alguns problemas de circunstância, adiando uma operação de maior envergadura que se tornava cada vez mais premente.

Com a aquisição, pelo Estado, da Quinta do Campo Alegre (em 1949) e da Quinta Burmester (em 1957), deu-se verdadeiramente início à operação do Pólo 3 da Universidade do Porto.

Em Abril de 1953, foi inaugurado o Estádio Universitário do Porto, no Campo Alegre, com instalações muito condicionadas e sem espaços para crescimento.

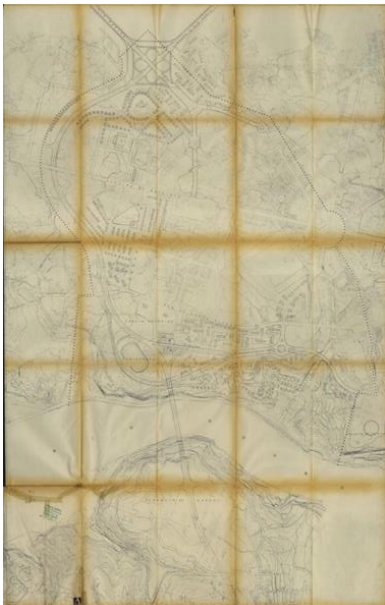
Algumas das construções projectadas, e com orçamentos entretanto garantidos, não foram sequer executadas devido ao condicionamento dos terrenos afectados pelos acessos à futura Ponte da Arrábida (cuja obra foi adjudicada em 1956), já desenhados pelo novo Plano de Urbanização do Campo Alegre (1955), de Januário Godinho, acessos de resto já previstos pelo Plano Regulador de 1952, de Antão de Almeida Garrett.

Como já referido, desde o início dos anos 1940 que a Universidade do Porto pretendia constituir um campus universitário onde reuniria grande parte, senão todas as suas unidades orgânicas.

Desejava assim garantir um espaço com unidade, onde fosse possível relocalizar as escolas então existentes na área central da cidade, em edifícios antigos e acanhados, assim como implantar os novos edifícios escolares e circum-escolares (como as Faculdades de Economia, de Letras e de Direito, por exemplo, e ainda um conjunto de residências de estudantes, cantinas e uma componente desportiva bem desenvolvida).

Arménio Losa, o arquitecto que mais trabalhara em planeamento no ‘Grande Porto’ nos anos 50, que tinha relações com a Câmara Municipal (para a qual desenvolveu vários Planos, tendo sido Director do Gabinete de Estudos do Plano Geral de Urbanização, entre 1939 e 1945), e familiarizado com os novos conceitos e ‘cidades universitárias’ emergentes na Europa e no Continente Americano, em oposição aos modelos clássicos

monumentalistas característicos das décadas anteriores (como em Lisboa, com Pardal Monteiro, e em Coimbra com Continelli Telmo) desenvolveu, a partir de 1950, estudos urbanísticos para a área da Asprela, com vista ao ordenamento da pretendida cidade universitária, segundo princípios funcionalistas, com os edifícios separados por extensas áreas verdes, separados por funções, mas correspondendo a uma clara estrutura urbana.



[A161] Januário Godinho, 1955, Plano Parcial de Urbanização de Campo Alegre – Futura Entrada da Cidade pela Ponte da Arrábida, Sugestão do Conjunto, (195x92 cm), CMP. [SNIT DGOTDU].



Arménio Losa não se limitou à área anteriormente demarcada como destinada à Cidade Universitária do Porto, estendendo as suas propostas a todo o território existente entre a Rua do Amial e a Rua de Costa Cabral, na Areosa.

Aliás, mais do que a Cidade Universitária, Losa desenhou uma cidade nova e moderna, preparada para o aumento da população urbana (estimada à escala da cidade do Porto, pelo Plano Regulador de Antão de Almeida Garrett, de 1952), organizada segundo os princípios utilizados na época, por grandes ‘Unidades Residenciais Autónomas’ (Ameal e Areosa), constituídas por ‘Unidades de Vizinhança’ com base na escola primária e jardim escola, unidades envolvidas por áreas sem habitação<sup>497</sup>.

A área estudada reparte-se assim por 3 sectores, dois deles de carácter residencial, e um sector central destinado a parque.

As Unidades Residenciais são programadas de modo a que seja apetrechada com serviços e instalações suficientes para a vida cotidiana da população local, sendo delimitadas pelas vias de circulação principal.

As referidas Unidades Residenciais são ainda subdivididas em vários sectores com relativa autonomia, designados por *Unidades de Vizinhança*, delimitadas pelas vias de circulação local, e servidas no seu interior por impasses viários.

No Antepiano de Urbanização predomina a função habitação, sendo muito circunscrito o sector destinado à universidade, a nascente do Hospital Escolar, não obstante muitas das quadras adjacentes a este sector (a nascente da via nordeste), organizadas em torno de uma grande praça, manifestarem flexibilidade suficiente para assumirem outras funções não-residenciais.

Afinal, esta solução correspondia fundamentalmente a uma abordagem morfológica, assegurando padrões de identidade formal do conjunto e padrões de unidade para cada sub-conjunto (quadra ou superquadra).

---

<sup>497</sup> Por modelo inspirado em experiências como a de Redburn (Clarence Stein e Henry Wright, New Jersey, 1928), como elemento básico e reprodutível no território, consistindo na superação da rigidez e simplicidade das propostas racionalistas dos grandes blocos sobre pilotis. Este modelo, com grande difusão assumiu uma enorme variedade de formas. O seu conceito instaurador, descrito por Arthur Perry (1929) pretendia a formalização de modelos territoriais de agrupamentos de habitações que propiciassem a vivência comunitária, evoluindo da cidade jardim pela hierarquização do sistema viário, e pela diversificação tipológica da habitação, com a introdução de blocos colectivos.



[A162]

Arménio Losa, 1954, Antepiano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar (1950-1956).  
[SNIT, DGOTDU]

Os terrenos mais húmidos (na área central da Asprela, a sul do Hospital Escolar, e na área a nascente deste) foram destinadas a espaços livres ou a edificações não residenciais (instalações escolares e industriais).

Neste sentido, as Unidades Residenciais apresentam uma organização funcional com programas afirmados como pequenos centros urbanos cívico-comerciais e administrativos compostos por escola profissional, escola primária, jardim-escola, piscina, cineteatro, salas de exposições e conferências, café-esplanada, biblioteca-museu, uma igreja com catequese, patronato, adro e parque, uma área de comércio local, escritórios, atelieres, praça de táxis, restaurante, estação de correios, esquadra de polícia, bombeiros, bombeiros, posto clínico, regedoria, junta de freguesia, garagens/estação de serviço, parques públicos, “alameda de passeio” e, naturalmente, blocos com função habitacional segregada.

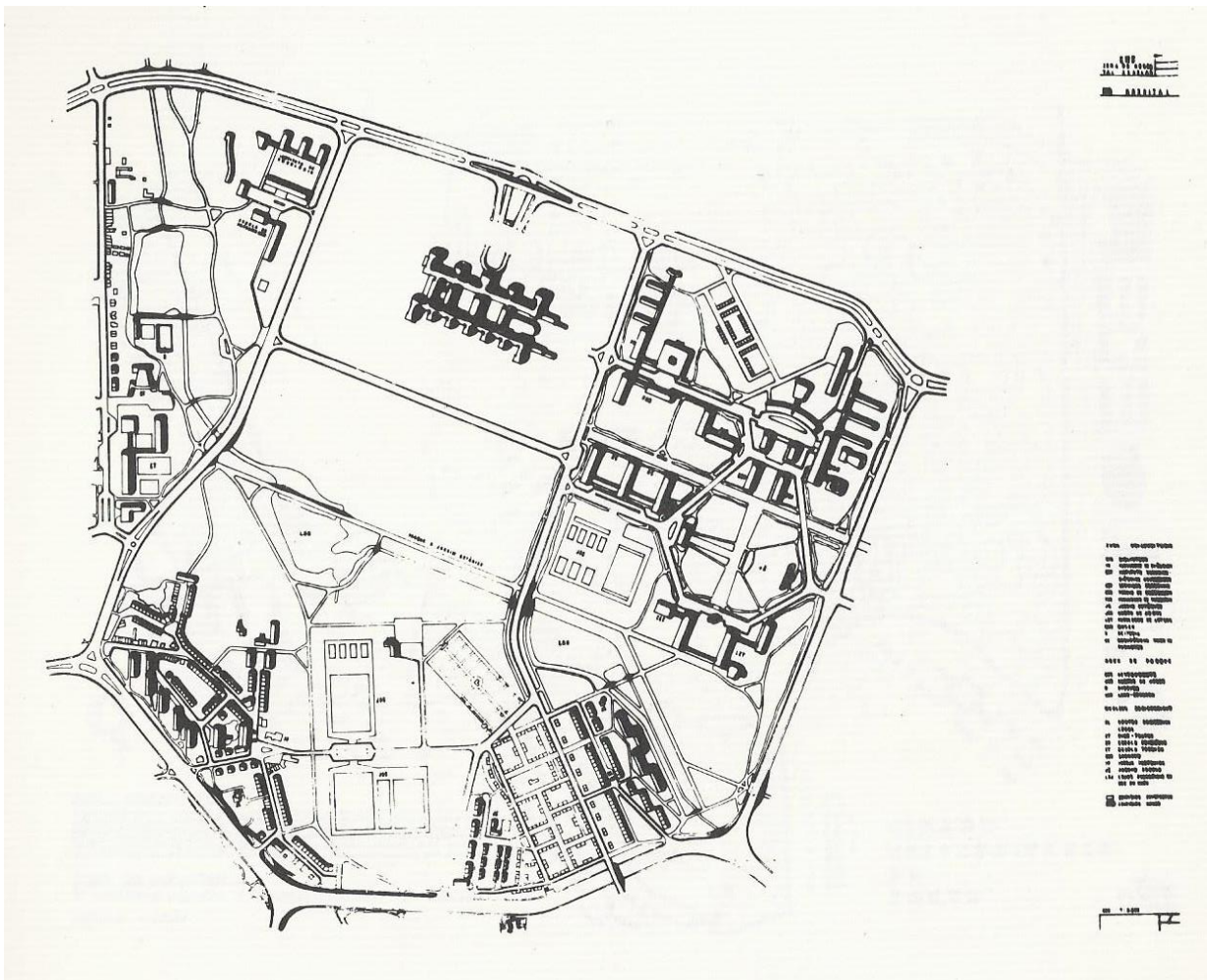
O dimensionamento das Unidades de Vizinhança é feito em função do número e composição dos agregados familiares, pelos valores estimados para o incremento da população, sendo que a sua organização é sempre esquematizada de modo a que possa ser percorrida a pé.

Losa considera então uma população de 11.500 habitantes para a Unidade Residencial do Amial, e 13.000 habitantes para a Unidade Residencial da Areosa.

Os dois centros cívicos são grandes áreas compostas por praças, galerias, esplanadas e alamedas. As instalações culturais e recreativas, os organismos oficiais de administração e assistência, o comércio principal e os locais de reunião e convívio, são instalados em edifícios próprios situados em sectores adequados à margem ou no meio daquelas praças e esplanadas.

Cada edifício é rodeado pelos espaços mais conformes com as respectivas funções: ou simples áreas de circulação, ou jardins e parques para as actividades que podem ou devem prolongar-se para o exterior.

Os Centros Cívicos – e cumulativamente centros comerciais e administrativos – são inacessíveis aos veículos automóveis. Assim, todo o seu terreno, e todas as suas circulações, são domínio exclusivo do peão. As vias de circulação passam à margem destes recintos de convergência local, servindo-os sem os perturbarem.



[A163] Arménio Losa, 1950, Plano da Zona do Hospital Escolar, in catálogo da Exposição “Património da ESBAP e FAUP, UP 1987, p. 11.

[AA.VV, 1987, *Edifícios da Universidade do Porto*, catálogo da exposição do Museu Nacional Soares dos Reis, Porto, janeiro – fevereiro 1987, Porto, Ed. UP]

Seguindo os princípios da Carta de Atenas, os edifícios são implantados com (maior ou menor) independência relativamente ao alinhamento das ruas de circulação mecânica, colocando-se no terreno de acordo com o relevo e a orientação solar mais favorável.

A orientação, que não é de grande importância para os edifícios unifamiliares de pequena volumetria, é considerada essencial no caso dos blocos de maior volumetria.

A independência dos alinhamentos é apenas relativa, por motivações estéticas e vantagens decorrentes da standardização e da isotropia, embora fossem privilegiadas as relações com o ‘arco solar’ e com os ambientes naturalizados envolventes, aspectos estes demarcados sem evidência especial pelas representações bidimensionais.

Foram definidos dois tipos principais de edifícios de habitação colectiva, os edifícios com e sem ascensor.

O primeiro tipo de edifícios, ainda inexistentes no Porto, mas já realizados em Lisboa, têm pelo menos sete pavimentos, com fogos de pequena dimensão, mas a sua altura não excedia, em geral, os 9 pisos de construção.

O segundo tipo de edifícios, de quatro pisos (rés-do-chão e três andares) encontrava-se já muito vulgarizado.

As construções em altura, por recurso a novas tecnologias baseadas em sistemas completos de pilar/viga/laje, libertam parte considerável dos terrenos para ajardinamento, arborização, e constituição de recintos desportivos descobertos, revelando melhores condições de salubridade da operação urbanística (facilitando as condições de ventilação e de iluminação natural, sendo o sombreamento assegurado por dispositivos arquitectónicos), permitindo ainda uma maior abertura de vistas, maior facilidade dos contactos e dos percursos entre vários quarteirões e para disposição adequada dos recreios ao ar livre.

Todos os edifícios têm atribuições rigorosamente definidas e inalteráveis, estabelecidas de acordo com as zonas e os locais que ocupam dentro dessas zonas. São impostas condições de segregação funcional à escala das edificações, pelo que as construções residenciais são exclusivamente destinadas à habitação.

Apenas muito pontualmente (como em centros comerciais perfeitamente delimitados, se considerava a possibilidade de inserção de programas distintos no rés-do-chão de alguns prédios residenciais. Tal como para os equipamentos e serviços, os estabelecimentos comerciais e as oficinas são instalados em construções com características próprias (formando conjuntos com volumetrias modestas).

A bolsa destinada à universidade (entre a Rua Roberto Frias e a via Nordeste, traçada sensivelmente onde foi mais tarde executada a plataforma da A3) apresenta uma composição peculiar.

São várias as ligações transversais entre a Rua Roberto Frias e os terrenos da CUP. Junto ao bairro da Fábrica da Areosa, constitui-se uma alameda que remata num espaço colectivo em torno do qual se concentram algumas construções isoladas mas alinhadas numa ‘quadra’, e uma estrutura complexa em forma de ‘pente’.

A referida alameda, que inclui tráfego viário, articula-se com o artefacto ‘giratório’ (espécie de grande rotunda) pentagonal, que constitui a ‘peça’ principal de composição do sistema viário, pelas distribuições em cada um dos seus vértices.

A Unidade em questão, que integra o bairro da Fábrica da Areosa, contempla um conjunto de edifícios (de tipologias) especiais com morfologias sugestivas, como ‘clusters’ (agregações) em forma de ‘pente’, macroestruturas ‘arqueadas’ e construções em ‘leque’, para resposta a funcionalidades como as diversas unidades orgânicas da UP, os seus espaços administrativos, biblioteca, anfiteatros e áreas sociais.

A sul do referido eixo, é traçado um percurso/alameda de peões, de acesso entre o recinto do hospital e a zona da Areosa, sendo desnivelado (com passagens inferiores) em relação a todos os eixos viários.

Ainda mais a sul, com inserção na Rua Roberto Frias sensivelmente correspondente à posterior ‘via estruturante da FEUP’, é traçado o eixo viário principal, ligando ao ‘anel’ pentagonal, e daí, até à Areosa. Provavelmente o único cruzamento da via Nordeste teve consequências como passagem inferior, quando da decisão em transformar aquela via em auto-estrada.

No enfiamento da Rua Dr. Plácido de Abreu, localiza-se um conjunto de três blocos alinhados destinados à UP, com uma disposição e recuo similares à do edifício da FEUP.

De resto, o Antepiano demarca um alinhamento ao longo da Rua Roberto Frias, tema que foi mais tarde retomado por Luíz Cunha.

É interessante verificar a intenção de Losa em articular (por um percurso rígido) a área central da Asprela (de lameiros, mais tarde drenados) e a área da Quinta do Outeiro, adjacente a sul do Lugar de Lamas.

O referido percurso, desnivelado com a rua, ligava as áreas do ‘grande parque’, e tinha assegurado remate, a nascente, pelo pequeno núcleo de matriz rural (parcialmente demolido) e por um novo espaço público com dois grandes edifícios. Esta era a estrutura proposta por Losa como um campus de modelo anglo-saxónico mas, segundo o urbanista, com grande potencial de crescimento, sendo esta uma das condições do exercício, dado o insipiente programa de partida e a grande ambição da Reitoria e da tutela (MOPC e MEC) de, no futuro, construir uma grande cidade universitária para a região do Porto.

O desenho elaborado parece reforçar a visão integrada da Asprela como um *campus*, não só pela disposição das funcionalidades na área de um grande parque, mas pela consideração de um conjunto de valências comuns (sem repetição) das várias faculdades, correspondendo assim, não apenas a uma economia de meios, mas sobretudo a um modelo preciso de organização funcional e espacial.

A alameda central de peões, traçada a eixo com o edifício do hospital, é, como referido, rematada por um conjunto de construções que adquirem, assim, grande importância locativa e significativa.

“A grande área de terrenos livres situada entre o Hospital Escolar e a Unidade Residencial da Areosa, fica reservada com uma finalidade especial.

A cidade não se expande com ritmo tal que justifique a absorção ou reserva de todos os terrenos propícios, apenas para a habitação. Importa, pelo contrário, definir áreas delimitadas para este fim, suficientes para uma expansão gradual e controlada, sem se invadir e comprometer indiscriminadamente todo o território subordinado à administração municipal. Estes terrenos, bem situados em relação à estrutura principal da Cidade, bem expostos e susceptíveis de uma grande valorização, podem e devem, portanto, reservar-se desde já, até que surja a necessidade da sua utilização especial. Constituiriam a futura Cidade Universitária”<sup>498</sup>.

O grande parque serve vários objectivos, como estrutura de protecção face às rodovias, e como estrutura ambiental relevante ao modelo adoptado.

---

<sup>498</sup> Arménio LOSA, 1954, “*Memória Descritiva e Justificativa*”, in <Anteplano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar>, SNIT, DGOTDU, p. 60.

Desde a entrega (1953) e aprovação (1954) do Antepiano, Losa continuou a trabalhar para o plano definitivo, respondendo aos pareceres entretanto emitidos.

O Plano mantém o essencial da estrutura projectada no Ante-plano, ajustada apenas aos limites impostos por alguns estudos de pormenor entretanto elaborados, como os projectos de execução da Via de Cintura Interna, da Via de Acesso do Hospital Escolar (no prolongamento da Rua Faria de Guimarães) e da Via Norte. Estas vias deslocaram-se ligeiramente da implantação primitiva mas não determinaram modificações que obrigassem a uma revisão de critério, no que respeita à subdivisão urbana anteriormente sugerida.

A área do Plano reparte-se, portanto, por duas Unidades Residenciais e por uma grande zona de parque que inclui a futura Cidade Universitária.

No entanto, na sua versão final, o plano não desenha a estrutura destinada às construções universitárias.

“A zona Universitária não se permonoriza, pois não faz sentido organizar e atribuir espaços, distribuir edifícios e pressupor necessidades ou serviços antes de se estabelecer um programa de todo o complexo.

A questão não está ainda amadurecida e não deve portanto ser-se mais do que previdente.

Reservaram-se sómente as áreas consideradas indispensáveis à criação de uma futura Cidade Universitária que conteria não só as Escolas Superiores como tudo o que contribui para a eficiência do ensino ou dele depende.

Reservam-se também as áreas livres não necessárias à imediata expansão da cidade e que poderão ser úteis amanhã, para qualquer extensão imprevisível da Cidade Universitária.

E sugere-se com esta localização de uma futura Cidade Universitária, que se faça uma revisão completa de tudo quanto se tem resolvido ou preconizado em matéria de instalações para o Ensino Superior, evitando-se a dispersão que se agrava cada vez mais com todos os seus inconvenientes”<sup>499</sup>.

---

<sup>499</sup> Arménio LOSA, 1957, “Memória Descritiva e Justificativa”, in *Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar*, SNIT, DGOTDU, p. 44.



Em suma, no Antepiano, Losa manteve grande parte das medidas do Plano Regulador, introduzindo no entanto propostas alternativas, nomeadamente acerca da hierarquia de algumas vias, considerando assim aquele Plano Regulador como o seu programa de partida, definindo morfologias edificadas e relativas aos espaços públicos, segundo uma composição de grande rigor.

Mas, declaradamente na sua versão final, Losa não estava a projectar estritamente uma cidade universitária, pela especificidade dos programas correspondentes, ainda pouco desenvolvidos e, portanto, de difícil concreção morfológica.

O Plano apresenta assim dois níveis de desenvolvimento que coexistem no mesmo documento.

Por um lado uma área habitacional e de equipamentos de proximidade (pequenas escolas, comércio, programas culturais e de lazer, etc.) dimensionados à escala das unidades de vizinhança, numa perspectiva funcionalista de segregação de funções para cada edifício, mas não para cada unidade de vizinhança, desenhada com rigor à escala de 1/5.000.

Por outro lado, define extensas áreas ‘livres’ do futuro ‘grande parque’ que rodeia o Hospital Escolar, e que se estendem principalmente para sul.

A área fronteira ao Hospital (que integra curiosamente o Concelho do Porto, embora a norte da Estrada da Circunvalação, e onde se encontram os limites administrativos de três concelhos – Porto, Matosinhos e Maia) não foi analisada, dada a ausência de elementos topográficos suficientes, sendo admitido o interesse de um programa residencial.

A referida área foi, no entanto, objecto do Plano de Conjugação Inter-Concelhio a norte do Hospital de São João, desenvolvido por Heitor Bessa em 1989.

A questão do modelo é, neste plano, sobretudo um problema de escala, sendo que Losa propõe-se a compatibilizar a ‘cidade universitária’ (como um grande recinto segregado, similar ao recinto do hospital, mas ao mesmo tempo articulado com a envolvente onde inclui o grande parque e uma série de funções urbanas) com a cidade existente e então proposta.

Trabalha a escalas distintas com concreções projectivas também distintas, construindo um modelo híbrido de fazer cidade, com segregação dos equipamentos, embora

hierarquizados e com valências comuns (como um campus), e com áreas adjacentes multifuncionais mas com edifícios monofuncionais em torno das pequenas nucleações das Unidades Residenciais.

O tempo constitui um factor decisivo para Losa, onde “o objectivo da urbanização projectada é a realização completa e harmónica de cada uma das Unidades Residenciais (...) e não apenas o de resolver um problema de circulação mais ou menos importante ou de fornecer terrenos e acessos, sendo que, a primeira fase compreenderá a colmatação e apetrechamento das Unidades de Vizinhaça existentes (...)”<sup>500</sup>.

---

<sup>500</sup> Arménio LOSA, 1957, “Memória Descritiva e Justificativa”, in *Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar*, SNIT, DGOTDU, pp. 71-72.



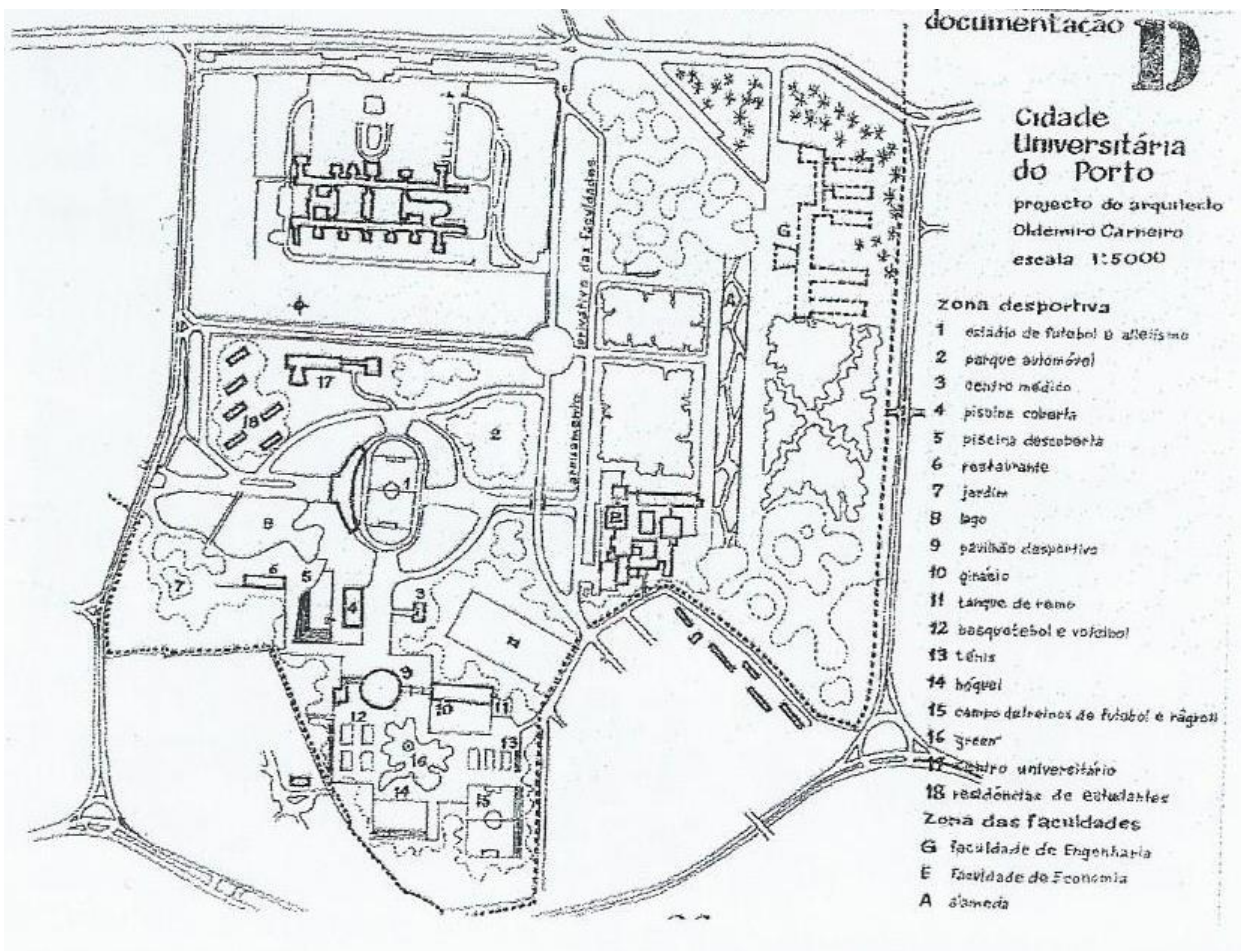
[A164] Arménio Losa, 1957, Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar, (Plano Parcial).  
[SNIT, DGOTDU]

É apontada uma estratégia de urbanização progressiva dos lugares mais afastados do centro cívico e em direcção a este (cuja Unidade de Vizinhança seria executada na última fase), dado que cada unidade contem os elementos de organização suficientes.

Parte considerável da solução urbanística proposta depende da disponibilidade dos terrenos, que só poderá ser resolvida, segundo Losa, pela sua prévia expropriação, de modo a que todos eles sejam propriedade do município, ou estabelecendo sistemas de acordos com os proprietários.

A solução apontada pelo plano é a da expropriação diferida, que não exige investimentos incomportáveis à partida.

Observe-se que, no Plano de Urbanização de 1957, não só as instalações universitárias não constam da versão final do Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar da Asprela, como foram também retiradas as implantações do Instituto Português de Oncologia (IPO), permanecendo, no entanto as construções previstas para o Instituto (Superior) de Engenharia, na rua de S. Tomé, a rematar (como actualmente) a alameda estruturante do Bairro de S. Tomé. É também mantido o percurso de peões (desnivelado face aos arruamentos) entre a área do Ameal e a Areosa, passando a sul do Lugar de Lamas, na Asprela, confirmando o interesse pelo ‘grande parque’. Observe-se ainda a diferenciação tipológica pelas formas dos bairros, e em especial a estrutura do Bairro da Asprela, junto ao limite da CUP,



[A165] Oldemiro Carneiro, "Cidade Universitária do Porto", 16-3-1965.  
[Arquivo UP, 04590 CUP; FAUP-CDAU]

O Ante-Projecto da CUP, 1960, e o Plano Sumário de Implantações de Oldemiro Carneiro, 1962

Mas a opção da utilização como parque, dos lameiros existentes na área central da Asprela não era consensual.

De resto, o ‘grande parque’ não tem expressão desenhada nas peças do plano, surgindo apenas como uma área sem construções como, aliás, na versão final do plano, acontece com toda a área destinada à cidade Universitária do Porto (com excepção da zona a nascente da via Nordeste).

Estando já em desenvolvimento o novo Plano Director da Cidade do Porto, de Robert Auzelle, (em cuja equipa trabalha Luiz Cunha) foi encarregado (pelo MOP) o arquitecto Oldemiro Carneiro, técnico da CANIU, da elaboração de um anteprojecto para a CUP<sup>501</sup>.

O MOP desenha contituir, sobretudo por razões de natureza ideológica, uma grande cidade desportiva, e vê na Asprela, a possibilidade de o fazer, embora esteja prevista a concentração de todas as actividades Universitárias na zona da Asprela, tal como consta quer do Plano Regulador da Cidade quer do Antepiano de Urbanização ambos aprovados.

Após parecer solicitado a Januário Godinho acerca da possibilidade de crescimento das instalações desportivas na zona do Campo Alegre, a tutela decide avançar com o Anteprojecto da CUP, que evoluiu como Plano Sumário de Implantações (Esboçeto do Antepiano da Cidade Universitária do Porto), compatibilizando uma modesta componente de ensino com uma expressiva e grandiosa componente desportiva.

A solução de Oldemiro Carneiro baseava-se numa composição clássica, a partir de um eixo de simetria definido ao centro do HEP, que regulava as implantações das funcionalidades do programa.

Desde logo, o edifício da Mocidade Portuguesa (Centro Universitário, orfeão, teatro clássico e cantina), junto à rua do Dr. Plácido da Costa, apresentava uma concepção tipológica estudada. Mais a sul, implantava-se, a eixo, o Estádio de Futebol e Atletismo,

---

<sup>501</sup> Em 1958 foram convidados Oldemiro Carneiro e Norberto Correa para desenvolvimento do projecto em conjunto. Por desentendimentos entre os projectistas, a tutela ainda encomendou os estudos em duplicado, mas o MOP acabou por optar por Oldemiro Carneiro, técnico da própria CANIU desde 1959.

envolvido por uma coroa de pequenos campos de jogos e outros programas de apoio (piscina coberta, piscina descoberta, centro médico, pavilhão desportivo, ginásio, campos de ténis, de hóquei, basquetebol e voleibol, campo de rãguebi e de treinos de futebol, restaurante, etc.).

O estádio tinha acesso quer por poente quer por nascente, onde se localizavam praças de acolhimento e parques de estacionamento.

Oldemiro Carneiro explorou, apesar da envergadura do programa, o tema do parque (com jardins, um ‘green’ e áreas arborizadas) e o tema da água (com um lago e uma pista de remo). Junto às instalações da Mocidade Portuguesa e, portanto, adstrita às instalações desportivas, localizavam-se seis blocos destinados a residências de estudantes (com implantações ‘livres’, em ambiente naturalizado, embora alinhadas).

O programa desportivo, contrastando com o dos edifícios lectivos, era muito desenvolvido e ambicioso.

A bolsa dos terrenos entre a Rua Dr. Roberto Frias e a via Nordeste, era em grande parte destinada ao parque e a estacionamento automóvel.

As instalações da UP dispunham-se ao longo de um ‘arruamento privativo’ paralelo à Rua Dr. Roberto Frias. A Faculdade de Engenharia localizava-se junto à via Nordeste, para melhor serventia a partir desta, e para melhor articulação com as construções industriais localizadas ao longo da frente nascente daquele arruamento.

Dos alinhamentos determinados pelo referido ‘arruamento privativo’ permaneceram diversos efeitos como a implantação da Faculdade de Economia, que consta já deste Plano Sumário de Implantações de 1962.

De resto, a frente da Rua Dr. Roberto Frias foi sempre preservada de edificações.

O arruamento paralelo de serviço, apesar de resultar na duplicação da infra-estrutura, resolvia a diferença de cotas existente entre a rua e os terrenos.

Viana de Lima reforça esta ideia, afirmando que desta forma seriam melhor resolvidas, com taludes suaves, as referidas diferenças de cotas.

A localização da Faculdade de Economia foi feita tendo em consideração que a modelação dos terrenos teria pouca expressão no local em questão.

Do lago alimentado pela ribeira da Asprela, parece terem igualmente permanecido resquícios, retomados mais tarde por Luiz Cunha.

Assim, “o presente Anteprojecto das novas instalações universitárias da Asprela, que constituirão no futuro a *Cidade Universitária do Porto*, foi concebido de acordo com as

(...) directrizes da C.A.N.I.U., e baseado nos pareceres emitidos pela Reitoria da Universidade, através do seu (...) representante, o (...) Sr. Professor Antão de Almeida Garrett, autor do Plano Regulador do Porto. Abrangendo uma área de terreno com cerca de 98 ha, da qual cerca de 20 ha são ocupados pelo actual edifício do Hospital-Faculdade de Medicina, o conjunto das instalações agora em estudo ocuparia, por conseguinte, cerca de 78 ha distribuídos por três zonas: zona a nascente (33 ha), zona a sul (29 há) e zona a poente (16 ha).

A extensão do terreno destinado às instalações universitárias apresenta-se nos seccionada em quatro zonas distintas, se às três acima referidas juntarmos a já definida pelo Hospital-Faculdade de Medicina. Qualquer ideia de concepção que alterasse a delimitação destas zonas – com arruamentos já existentes e delineados de harmonia com o Plano Regulador da Cidade – não seria de aconselhar. Daqui se infere que a concepção geral do anteprojecto teve de acompanhar este condicionamento, o de um todo seccionado, impondo-se determinada conduta de pensamento. Mesmo assim, procurou-se não desvirtuar a ideia base da concepção, tentando um conjunto harmonioso.

Esquematizando, poderemos dizer que a *zona nascente* se destinaria às diversas Faculdades, a *zona sul* às Instalações Desportivas e a *zona poente* aos futuros edifícios inerentes à cidade universitária.

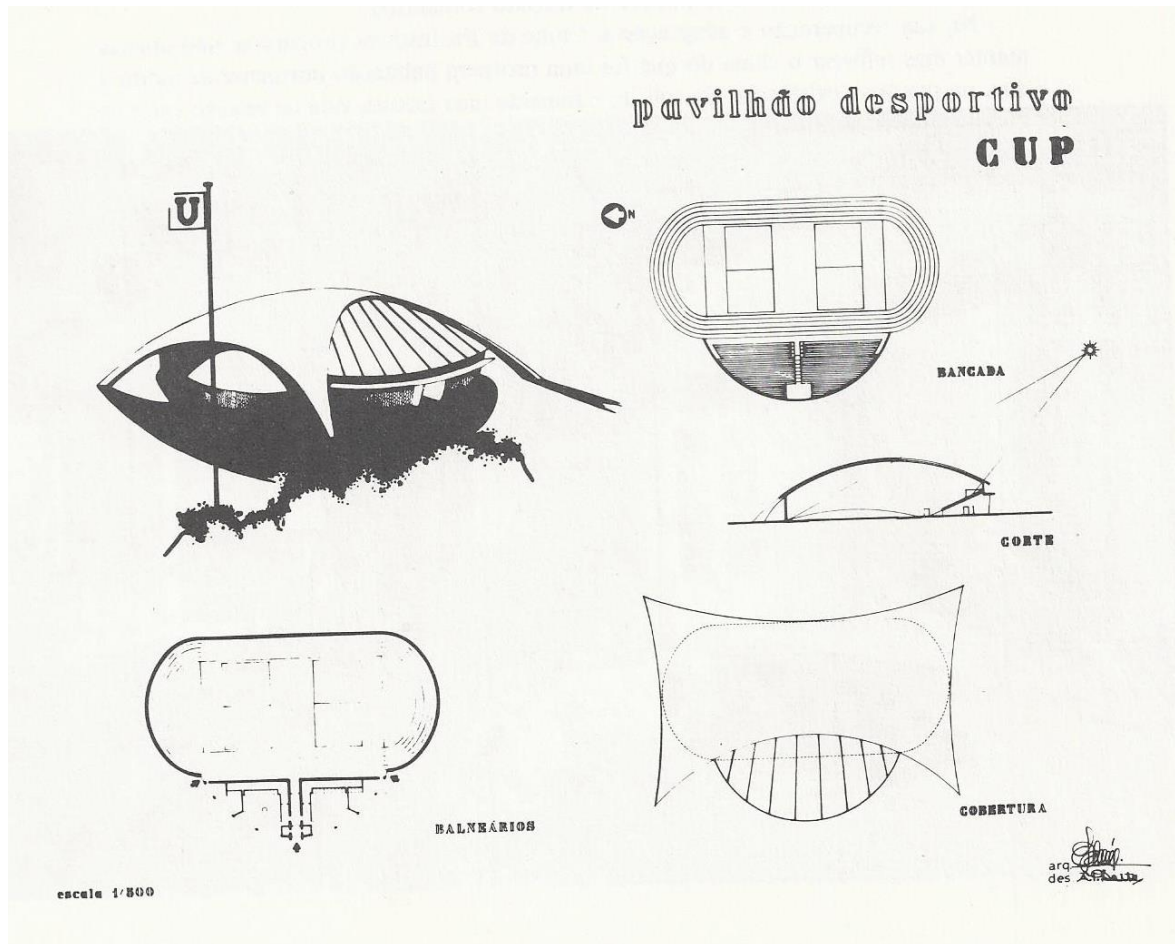
O futuro conjunto de edifícios (na zona nascente) seria realçado por uma ampla alameda ajardinada para a qual dariam as frontarias principais das diversas Faculdades.

Essa alameda ligaria a arruamentos transversais e privativos de cada edifício. Os do lado nascente permitiriam o acesso aos parques-automóveis situados entre fachadas posteriores e o previsto arruamento camarário que delimita a zona universitária. Os do lado poente, identicamente, ligariam ao arruamento norte-sul que se projecta paralelamente à actual via de circulação, denominada Rua Dr. Roberto Frias - via de circulação rodoviária cada vez mais intensa, pois é a mais cómoda e directa para as viaturas provindas do centro da cidade no seu acesso ao Hospital de São João e à Faculdade de Medicina.

Tem outro fim, ainda, esta sugestão: o de criar um recinto ao ar livre onde poderiam convergir os alunos das diversas Faculdades, provocando-lhes um natural convívio que lhes ocasionasse uma útil permuta dos seus problemas estudantis e uma sã e recíproca amizade tão necessária no decurso da sua futura vida profissional.



O conjunto das Faculdades ligaria à zona das instalações desportivas por uma rotunda circular, prevista à mesma cota de nível da citada e actual rua nascente, e por outro arruamento a cota inferior, sob pontão, traçado segundo o eixo menor do Estádio. Oldemiro Carneiro propunha igualmente uma passagem desnivelada de peões (sob a Rua Dr. Roberto Frias) fronteira à Faculdade de Economia, ligando à área central do Parque Desportivo.



[A166]  
Oldemiro Carneiro, “Cidade Universitária do Porto”, estudo prévio do pavilhão desportivo da CUP, s/d.  
[Arquivo UP, 04590 CUP, FAUP-CDAU]

Considerando como eixo principal da composição desta *zona nascente* e o eixo nascente-poente da rotunda, imaginemos duas subzonas: a norte e a sul.

A subzona norte comportaria futuramente o núcleo Faculdade de Ciências – Faculdade de Engenharia – Escola Superior de Belas Artes, (...). Para a localização da Faculdade de Engenharia procurou-se aquela que melhor acesso poderia usufruir dos arruamentos laterais previstos pelo Plano Regulador da Cidade, no sentido de que aos seus Laboratórios cada vez mais terá necessidade de recorrer a Indústria.

A subzona sul comportaria no futuro a Faculdade de Letras e é nela, desde já, que se prevê (e se decide) a localização da Faculdade de Economia, cujo projecto foi encomendado em 1961, estando ainda Oldemiro Carneiro a ultimar o seu Plano Sumário de Implantações.

A sua localização viria a satisfazer o parecer (...) do Professor Almeida Garrett, quando diz: Cremos que uma boa política seria ir comprando da periferia para o Hospital Escolar e, possivelmente, do ângulo SE para NE, de forma a já se poderem instalar a Faculdade de Economia e as Instalações Desportivas, numa primeira fase<sup>502</sup>.

Na eminência de novos estudos para revisão do Plano de Oldemiro Carneiro, necessários à prossecução da operação urbanística do Estado, e perante uma série de decisões (nomeadamente relativas aos programas das Faculdades e ao próprio programa do Plano), assim como face a problemas orçamentais para cumprimento do plano de aquisição dos terrenos cativos (definidos pela zona da CUP), foi estudada a possibilidade em ‘libertar’ parte destes terrenos, revendo desde logo os limites da CUP. Neste sentido, foi elaborado o Plano de Conjugação Inter-concelhio a Norte do Hospital de S. João (1969), da autoria de Heitor Bessa, abarcando um conjunto de terrenos pertencentes ao Concelho do Porto, muito valorizados com a construção da Estrada da Circunvalação e com a proximidade ao Hospital.

---

<sup>502</sup> Memória Descritiva do Anteprojecto do Plano Geral da Cidade Universitária do Porto, 1960, in Carta de Oldemiro Carneiro, 1960-10-30, repositório temático da UP, po-581 : 0147; 0148 – 0155



[A167]  
 Heitor Bessa, CMP, Plano de Conjugação Interconcelhio a Norte do Hospital de S. João, 1969 (Plano Parcial) Zonamento, Planta de Apresentação (f. 9), Legenda, Q. Sinóptico [DGOTDU, SNIT]

### O Plano Estrutura do Pólo da Asprela, de Luíz Cunha, 1973

Não tendo sido aprovado pelo CSOP, o Plano Sumário de Implantações de Oldemiro Carneiro foi no entanto internalizado pelo Plano Director da Cidade, de Robert Auzelle, também de 1962, no qual trabalhou Luíz Cunha, integrado no Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto.

Apesar de, como referido, o plano de Oldemiro Carneiro não possuir vigor jurídico, constituía o instrumento de trabalho mais actualizado, e produziu efeitos determinantes, como a decisão definitiva para a localização da Faculdade de Economia (FEP) e de outras funcionalidades como o IPO, o Instituto Industrial e a Escola de Enfermagem<sup>503</sup>, tendo ainda servido como base de orientação do indispensável plano de aquisições de propriedades rústicas e urbanas, abrangidas pela zona de protecção ao HEP, que foram registadas como Património do Estado.

Porém, devido às limitações de verbas para aquisição de propriedades que não correspondessem a necessidades imediatas de construção de empreendimentos, houve que suspender ou moderar essa linha de orientação.

Entretanto, ou através da CMP ou directamente pelos proprietários interessados, foram sendo apresentadas numerosas pretensões relativas quer à venda de parcelas quer à reconstrução de imóveis, quer ainda à sua beneficiação.

A situação resultante de todo **este estado de coisas**, justificava, no entender da DIU, a rápida revisão do Ante-Plano da CUP, ou mesmo a elaboração de um novo instrumento “que resolvesse os problemas (da CUP, dos proprietários e relativos ao próprio Plano Urbanístico) interessando o conjunto da Cidade do Porto”<sup>504</sup>.

Perante a necessidade e urgência em tomar decisões acerca da localização de um conjunto de instalações universitárias, como as destinadas à Faculdade de Farmácia, Faculdade de Letras e, sobretudo, à Faculdade de Engenharia, e na iminência de novos estudos urbanísticos que, insistia-se, contemplassem ainda as instalações desportivas

---

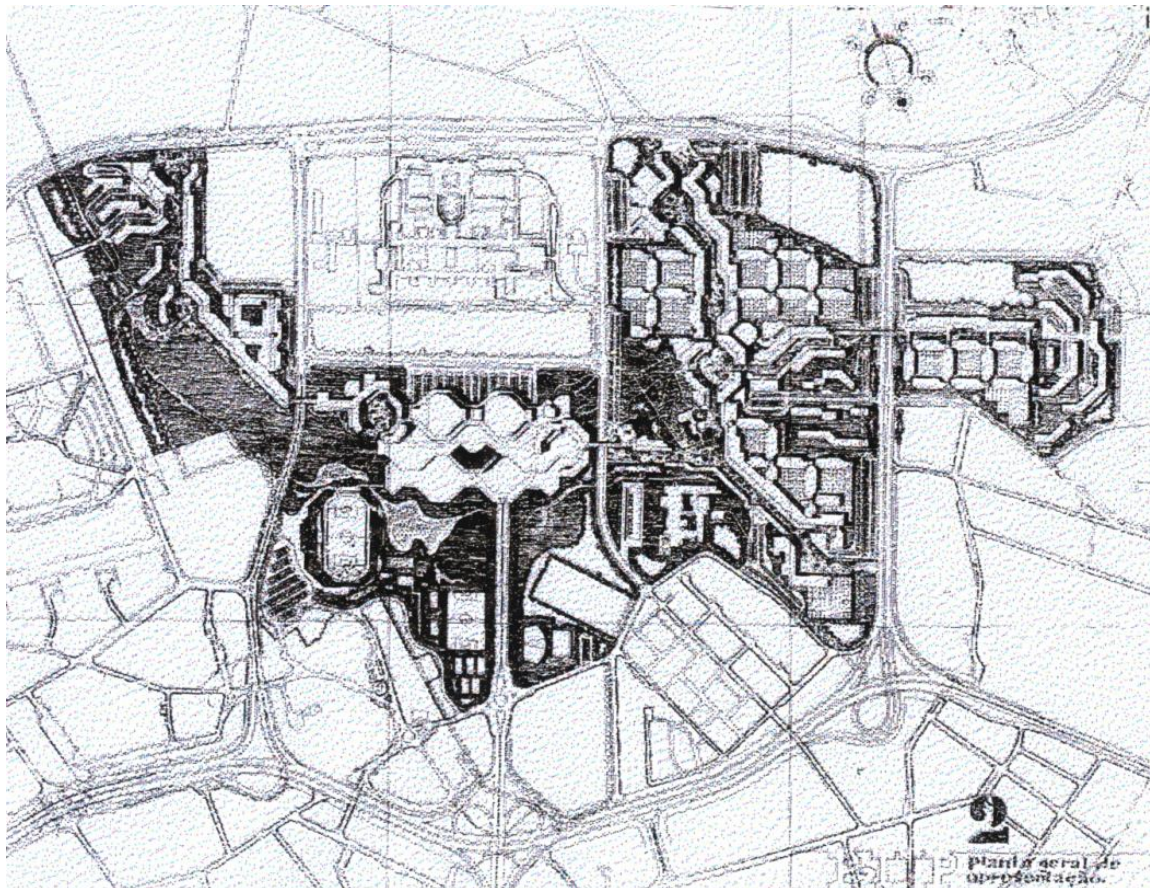
<sup>503</sup> Informação da DIU, da Divisão de Estudos e Projectos (MOP), de 03/06/1971, (doc. 68) ADUP REIT, po-582, p. 9. (Informação relativa aos terrenos cativos na Asprela, ao aproveitamento urbanístico na ZHEP, à necessidade de revisão do ante-plano de urbanização da CUP, acerca dos antecedentes, condicionantes e princípios orientadores dessa revisão).

<sup>504</sup> Idem, *ibidem*, p. 10.

para as quais não havia espaço no Campo Alegre, foram definidos alguns princípios orientadores dos trabalhos pretendidos, como a definição de áreas a libertar da operação pública, cujo ordenamento seria, no entanto, estudado em conjunto com a CMP.

Para tal tarefa recomendava-se um técnico “com reconhecida experiência e actualizado (...) quanto a conceitos actuais sobre a implantação de complexos universitários, bem como, no que respeita à evolução da política pedagógica sobre instalações universitárias na cidade do Porto”<sup>505</sup>.

Tendo entretanto falecido Oldemiro Carneiro, foi então escolhido Luíz Cunha, que trabalhara com Auzelle no Plano Director da Cidade do Porto, e que iniciou em 1973 os trabalhos do seu Plano-Estrutura (revisão do Ante-Plano para a CUP).



[A168] Luíz CUNHA, Plano Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, 1973.  
 [repositório temático da UP, po-595, 0058]

<sup>505</sup> Idem, *ibidem*, p. 13.

Entretanto as obras da Faculdade de Economia, projectada por Viana de Lima desde 1961, estavam em fase de conclusão.

Foi então criado, em 1977, o Grupo Coordenador das Instalações da Universidade do Porto, por despacho conjunto dos secretários de estado do Ensino Superior e das Obras Públicas, que procedeu à reavaliação dos programas de cada uma das funcionalidades tendo em vista uma adequada programação da operação urbanística em estudo, face às alterações dos conteúdos curriculares e às alterações estruturais da própria UP.

O plano Auzelle presidiu ao exercício da gestão urbanística da cidade durante longo tempo (tendo sido revisto apenas em 1978, pelo Plano Director Municipal de Duarte Castel-Branco), mas este facto não teve influência especial (a não ser no que respeitou a determinadas serventias e infra-estruturas urbanísticas) na gestão dos processos da UP, que continuava a exercer as suas prerrogativas de *autonomia administrativa*, situação que perdurou até aos primeiros anos do século XXI.

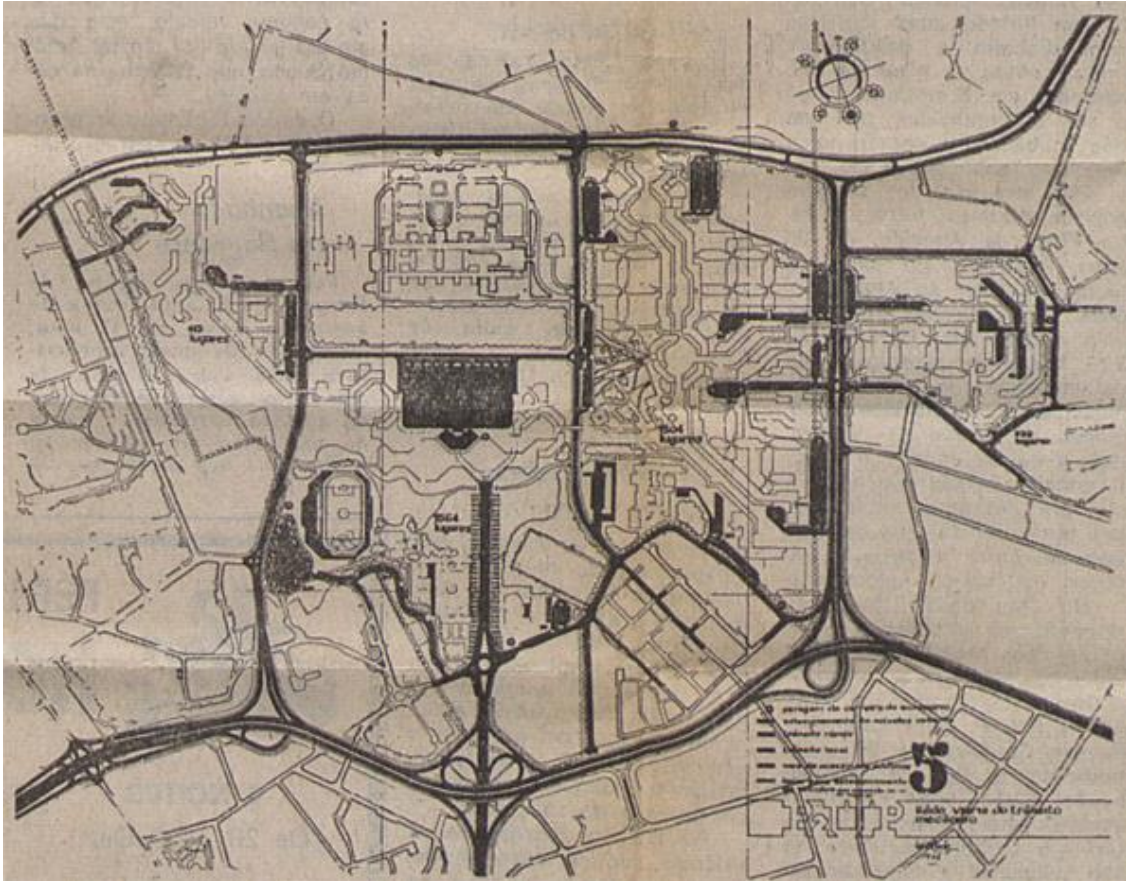
De facto, sendo operações do Estado, este (ou os seus serviços delegados) assumia a condução de todos os procedimentos de gestão, decisão e execução das obras de urbanização e de edificação dos seus empreendimentos.

Mas, apesar desta situação, alguns contactos foram estabelecidos a nível pessoal (Antão de Almeida Garrett e Luíz Cunha tiveram relações quer com a CMP quer com várias Comissões ou Direcções do MOP) e a nível institucional (troca de informações diversas, como o fornecimento de inquéritos, bases de trabalho, e estudos urbanísticos).

“Para a realização dos estudos da zona da Asprela, que é agora determinada, a DIU terá de recolher toda a informação existente nos arquivos da antiga CANIU (...) e aquela que possa ser obtida nos serviços (...) da CMP, com quem convirá estabelecer-se contacto pessoal ao nível de direcção, com vista ao estabelecimento de melhor orientação a seguir. Dado que haverá que recorrer a pessoal técnico estranho aos serviços (...) convida-se para o efeito o Senhor Arquitecto Luís Sarmento Cunha (...)”<sup>506</sup>.

---

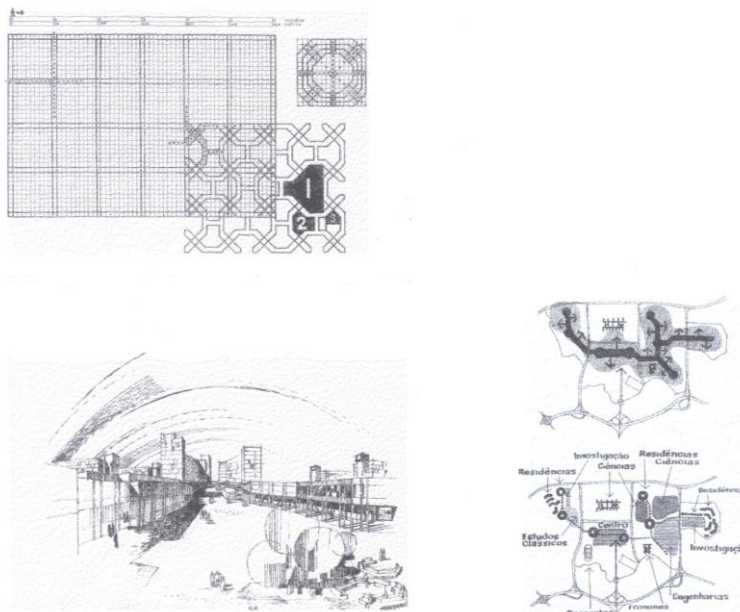
<sup>506</sup> Ordem de serviço da DGCE, dirigida à DIU, de 1971/05/27, repositório temático da UP, po-581, p. 0015.



[A169]

Luiz CUNHA, Plano Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto (Plano para o Pólo 2 da UP), 1973, Esquema da rede viária de trânsito mecânico (no qual se localizam os quatro principais parques de estacionamento (ímpasses), com a capacidade global de 4 mil carros.

[ADUP REIT, proc. Correspondência, 1974/11/30]



[A170]

Luiz CUNHA, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto.  
[repositório temático da UP, po-595, 0058]

Observe-se, no entanto, que a maioria das obras da UP, na Asprela, só foi executada a partir dos anos de 1990, depois de concluído o Plano do Pólo II da Universidade do Porto, de Luiz Cunha (1987/1988) e finalmente decidida a localização da Faculdade de Engenharia do Porto, que se constituía como o maior edifício (complexo) da UP.

Em considerações prévias ao seu Plano-Estrutura de 1973, Luíz Cunha reconhece que a construção de um núcleo universitário envolve dificuldades que não podem ser ignoradas, “particularmente no momento actual, em que muitos dos seus aspectos tradicionais têm sido postos em causa e se procede a experiências no sentido de encontrar novos termos de equilíbrio”<sup>507</sup>,

Dificuldades agravadas, no caso presente, por ausência de um programa de aspirações no domínio didáctico ou social, incluindo a definição de cursos a instalar, previsões da frequência escolar, etc., e ainda pelo desconhecimento das disponibilidades financeiras possíveis, a curto e médio prazo, com vista aos respectivos empreendimentos.

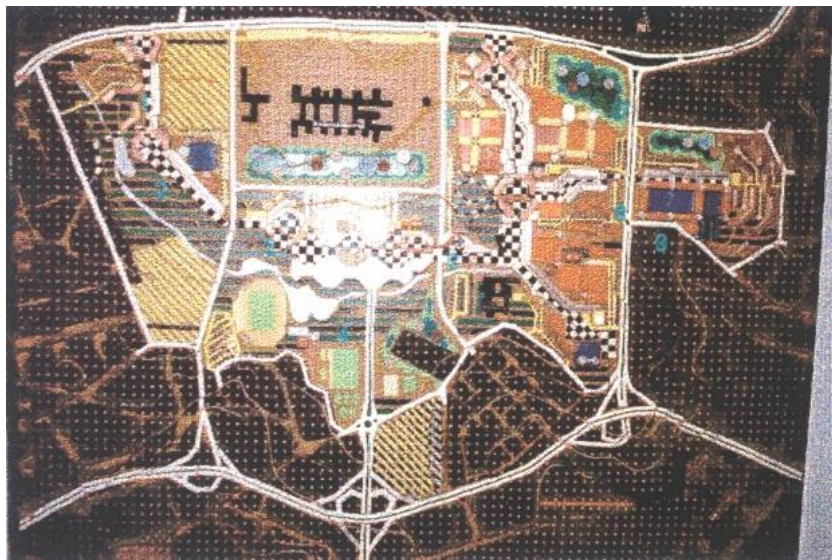
Luiz Cunha revela, a propósito, que analisou alguns exemplos de Universidades [antigas e recentes], a fim de determinar o tipo ou tipos de organização, em seu entender, mais adequados à situação portuguesa, nomeadamente a que se apresenta na cidade do Porto. Entende, assim, que o seu “plano-estrutura”, para já terá a vantagem de dar origem a uma tomada de posição por parte das autoridades competentes sobre os aspectos fundamentais do problema em causa (definição e dimensionamento do programa urbanístico), concluindo que “Seria pois do maior interesse, numa segunda fase deste estudo – a qual se nos afigura imprescindível – a realização de reuniões das diversas entidades interessadas, de modo a definir-se um programa, que, uma vez detalhado, serviria de base aos estudos de pormenor, o que não impedirá – uma vez aceite algumas linhas mestras do nosso trabalho – que se possa dar início ao programa arquitectónico das Faculdades, cuja necessidade urgente é conhecida e incontroversa”<sup>508</sup>.

---

<sup>507</sup> ADUP REIT, proc. Correspondências, AN4-N478-P177.png, 1974/11/30.

<sup>508</sup> Idem, *ibidem*.





[A171]

Luiz CUNHA, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto.  
MAQUETA DE ESTUDO.

[repositório temático da UP, po-595, 0058]

O autor do trabalho advoga soluções de continuidade entre os edifícios propriamente universitários e os edifícios residenciais ou socioculturais, num sistema que se aproxima da malha urbana tradicional; e a criação, já no plano especificamente didáctico, de uma malha de edifícios onde a individualização das faculdades se torne em grande parte diluída, o que “permitirá contactos entre os alunos das diferentes faculdades – e daí um enriquecimento da sua formação e cultura – e dará a possibilidade de estruturar cursos que abranjam zonas de ensino comuns àqueles”.

O Plano-Estrutura de Luíz Cunha salienta-se por constituir uma fusão entre a estrutura de um *cluster* com grande desenvolvimento nascente-poente, e o entrelaçado do *mat-building* com expressão sobretudo na bolsa a nascente do Hospital Escolar, onde se densificam as estruturas complexas que, no entanto, formam uma malha hierarquizada resultante do cruzamento de duas grandes linhas de força de grande desenvolvimento longitudinal – a já referida estrutura nascente/poente, e uma macro estrutura física e espacial com a orientação norte/sul.

A intensidade e complexidade das interligações entre os vários programas lectivos e residenciais tendiam a atenuar as fronteiras entre as diversas escolas e seus departamentos, afirmando uma ideia de urbanização compacta, que obrigava a condições muito exigentes de implementação, apesar de pensada como operação faseada no tempo, incompatíveis com os ritmos das decisões administrativas, sobretudo perante manifestas dificuldades financeiras desde logo na aquisição de terrenos.

A solução proposta baseia-se em complexos sistemas de circulação e hierarquia das artérias – e partindo do reconhecimento da importância que os contactos pessoais e o convívio comunitário apresentam no estabelecimento de um *clima* propício à troca de conhecimentos e à formação cultural dos alunos” - o autor do projecto situa a composição volumétrica do ‘Pólo Universitário’ sobre uma rede contínua de percursos pedestres (à maneira das *Unidades de Vizinhaça* dos planos funcionalistas precedentes), a qual constituirá uma verdadeira ‘espinha central’ na estruturação das relações entre os diversos edifícios. “Estes percursos de perfil transversal variável, intermitentemente arborizados e mobilados com bancos, fontes, etc., pavimentados em calçada ou outro tipo de piso que revele expressivamente o tipo de trânsito a que se

destinam, têm um traçado em que se inscrevem várias inflexões, de modo a variar as perspectivas e assim contrariar o desagradável efeito dos percursos que se têm que fazer a pé e se abrangem de um só golpe de vista”<sup>509</sup>. E, ainda a propósito, recomenda que “Embora a maioria das instalações que geram entre si trânsito pedestre não fiquem afastadas umas das outras mais de 8 a 10 minutos (quando percorridos a pé), admitimos a conveniência de existir um serviço de transporte do tipo frequentemente empregado para transporte de visitantes em parques, recintos de exposições ou feiras comerciais”<sup>510</sup>.

Para dimensionamento dos suportes de urbanização, Luíz Cunha utilizou os padrões para a época, definidos pela University Grants Committee.

O plano prevê a demolição de uma série de pequenos edifícios, conservando o Solar de Lamas ou da Viscondessa de Roriz, ao qual reconhece valor arquitectónico, para instalação de um centro de Convívio Juvenil, ficando integrada no novo conjunto de edifícios como testemunho vivo do passado daquela zona.

Perante a vontade da DIU - Direcção das Instalações Universitárias – em dar início, o mais brevemente possível, à construção das novas faculdades de Farmácia e de Engenharia, Luíz Cunha afirma que a “impossibilidade presente de uma avaliação exacta das necessidades e simultaneamente as incertezas sobre as instalações a implementar na zona para além das duas Faculdades (Farmácia e Engenharia) cuja construção se encontra decidida, leva, como é óbvio, à imposição de um plano flexível e adaptável aos programas que vierem a ser elaborados”<sup>511</sup>.

Por outro lado, acrescenta, “os vultosos investimentos envolvidos no empreendimento global obrigam igualmente a considerar uma construção por fases, pelo que essa possibilidade tem que ser assegurada através de um parcelamento do conjunto, de modo a que cada parcela contenha os elementos indispensáveis a um funcionamento equilibrado dos diversos serviços (...)”<sup>512</sup>.

Não deixa de ser curioso o entendimento, pelo autor, de uma proposta com grande rigidez e afectação formal (de um plano desenhado com linguagem arquitectónica), como uma estrutura flexível e adaptável.

---

<sup>509</sup> CUNHA, Luíz, 1973, “Memória Descritiva e Justificativa” do *Plano Estrutura para o Pólo 2 da Universidade do Porto*, Porto, Repositório Temático da UP, pp. 11-12.

<sup>510</sup> Idem, *ibidem*, p. 12.

<sup>511</sup> Entrevista de Luíz Cunha ao Jornal de Notícias de 30/11/1974, in ADUO REIT, recortes de imprensa.

<sup>512</sup> Idem, *ibidem*.

Para além de constituir-se como uma metodologia de trabalho de Luíz Cunha, mesmo na ausência de programas arquitectónicos bem desenvolvidos que permitam concreções tipológicas e, por esta mesma circunstância, Luíz Cunha propõe soluções de arquitectura urbana que estimulam o debate acerca de modelos e programas.

O Plano de Luíz Cunha, de 1973, não produziu consequências para além de debater um modelo territorial de grande complexidade, por entrosamento das suas diversas componentes, verificando-se a necessidade de aprofundamento dos programas das diversas Faculdades e departamentos.

De uma forma mais pragmática o Estado, que conduzia a operação urbanística, e a Reitoria da Universidade do Porto, alocando a urbanização a realizar, decidiram acerca das principais prioridades, estando a Faculdade de Economia em fase de conclusão. Assim, a maior urgência seria a construção da Faculdade de Engenharia, dada a exiguidade das instalações existentes na Rua dos Bragas.

Tornou-se então evidente a necessidade de construir um programa preliminar que suportasse o concurso público a realizar.

Para o efeito seria necessário escolher os terrenos e definir os princípios fundamentais de inserção territorial, tendo sido essa a principal missão do Plano do Pólo II da Universidade do Porto, desenvolvido por Luiz Cunha em 1987, e aprovado em 1988.

Luíz Cunha desenvolveu quatro soluções variantes num processo de intenso diálogo com a Universidade do Porto e com diversas outras entidades, conferindo sempre grande importância à área central atravessada pela ribeira da Asprela, para onde manteve a proposta de um parque público, com espelhos de água, jardins e arborização, para além de algumas veredas e pequenos pavilhões de apoio.

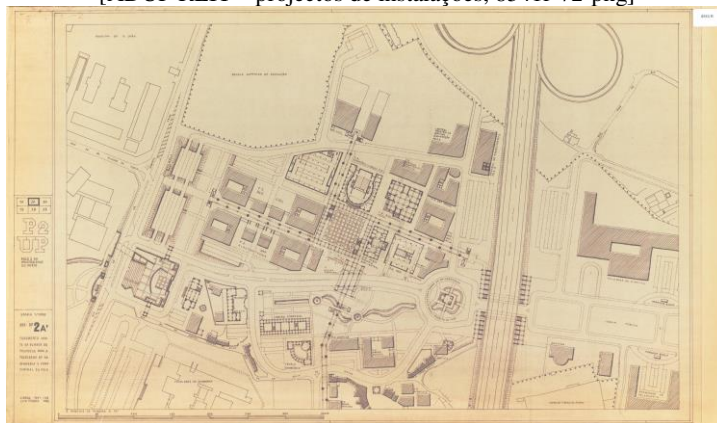
As variantes desenvolvidas revelam diferenças significativas (principalmente as soluções I, II e III) no que respeita aos modelos urbanísticos, configuração dos sistemas de espaços colectivos e implantação das construções. Já a solução IV constitui um apuramento da versão anterior.

Luíz Cunha desenha, de seguida, as suas propostas sobre bases topográficas, com o rigor da escala de 1/1.000.



[A172]

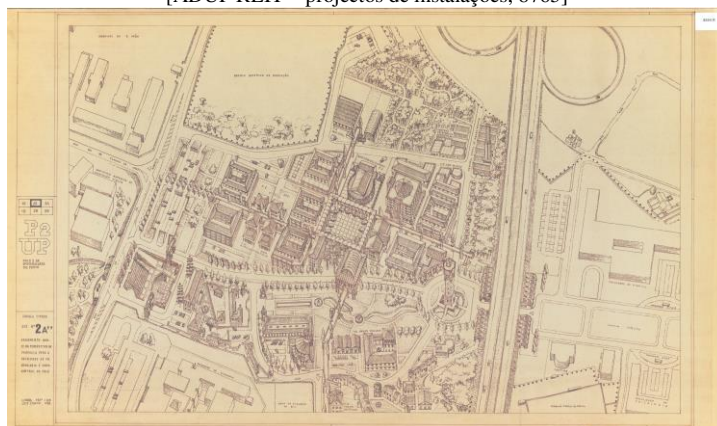
Luiz Cunha, mai. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto P2UP, Estudo Preliminar, Solução IV, Planta Geral [ADUP REIT – projectos de instalações, 8541r-72-png]



[A173]

Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto P2UP, Fragmento Norte da Planta da Proposta para a Faculdade de Engenharia e Zona Central do Pólo, f. 2A'.

[ADUP REIT – projectos de instalações, 8765]



[A174]

Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto P2UP, Fragmento Norte da Perspectiva da Proposta para a Faculdade de Engenharia e Zona Central do Pólo, f. 2A''.

[ADUP REIT – projectos de instalações, 8766]

Na solução I, as construções mantêm-se autonomizadas, embora articuladas por alinhamento diversos, numa composição conjunta, com grande afectação morfológica e tipológica (implantações recortadas, com claustros, galerias e apêndices com morfologias diversificadas).

Na solução II, as construções encontram-se mais ligadas, configurando algumas mega-estruturas, sendo que a Faculdade de Engenharia adquire maior dimensão, assim como a Faculdade de Psicologia.

A solução III é a que apresenta a Faculdade de Engenharia com uma implantação próxima da actual, também com um *cluster* de barras em forma de “U”, constituindo pátios (de estacionamento automóvel) abertos para a via estruturante a sul, e para a via de serviço envolvendo o conjunto por norte. Também é mantido um recuo face à Rua de Roberto Frias, alinhando a construção com a Faculdade de Economia.

Mas Luíz Cunha editou ainda uma versão final do plano, com a data de Fevereiro de 1988, onde os blocos da Faculdade de Engenharia surgem fragmentados por construções com claustro central, mantendo-se, no entanto, ligados pela galeria longitudinal de distribuição. Também os terrenos da Quinta do Outeiro, a sul do núcleo de matriz rural foram reservados para a Faculdade de Engenharia, tendo a versão final do plano sugerido a implantação de um conjunto de construções alinhadas, configurando uma malha ortogonal.

Tendo cumprido a sua principal missão, a de aceder a uma visão de conjunto que permitisse legitimar as condições de localização, implantação e dimensionamento da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, com concurso público realizado logo no mesmo ano de 1988, a Universidade do Porto desinteressou-se das restantes medidas do plano de Luíz Cunha, prosseguindo na construção de edifícios com implantações e volumetrias mais modestas.

Na verdade, foram respeitadas algumas das localizações propostas pelo plano, sobretudo as que correspondiam a terrenos já urbanizados, mas alteradas as funcionalidades e as morfologias sugeridas por Luíz Cunha.

As localizações ainda sem serventias urbanísticas à época, de que é exemplo a construção da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, levaram a Universidade do Porto a necessitar de estudos urbanísticos actualizados.

	solução I jan.1987	solução II fev.1987	solução III mai.1987	solução IV mai.1987	Solução FINAL Fev.1988
Sistema viário	Via estruturante com separador central onde está o curso de água e o Solar de Lamas	Idem à anterior, com adaptações pontuais a nascente	Via estruturante sem separador central	Idêntico à anterior	Idêntico à anterior
	“arco” de distribuição de div. Func.	Idem à anterior	Rotunda e via paralela à A3	Idêntico à anterior	Idêntico à anterior
Praça de Entrada	Junto à A3	Junto à A3	Junto à rua Roberto Frias	Idêntico à anterior	Idêntico à anterior
Torre da Universidade	-	-	-	-	Na rotunda junto à A3
Núcleo rural Lugar de Lamas	mantido	Idem à anterior	Parcialmente eliminado, e integrado com outras construções	Idêntico à anterior	Idêntico à anterior
BIC	Na localização actual	A nascente da A3	Junto ao núcleo rural	Com a localização e configuração actual	Idêntico à anterior
Engenharia	Construções autónomas, mas alinhadas, a nascente da A3	No “arco”, a norte. Edifício <i>mat-building</i>	Na localização actual, como <i>cluster</i>	Distribui-se por toda a área a norte da via estruturante ( <i>cluster</i> idêntico ao da versão anterior), e a sul do núcleo rural, por construções com autonomia morfológica	Idêntico à anterior, mas em edifícios isolados (mantendo-se unidos por galeria de distribuição), e alinhados
Direito	No “arco”, ao centro, onde hoje está a FEUP	A nascente da A3, com forma <i>complexa</i>	Idêntico à anterior, com morfologia mais simples	Idêntico à anterior	Idêntico à anterior
Psicologia	No “arco”, a norte	Ganha grande volumetria, a sul do núcleo rural, como edifício <i>cluster</i>	A nascente da A3, simplificando a morfologia anteriormente atribuída ao BIC	Idêntico à anterior	Idêntico à anterior, mas alinhado com as construções adjacentes a sul
Medicina Dentária	Em forma de “barra”, Junto ao cemitério, onde está hoje o IPATIMUP	Idem à anterior	Em forma de “barra” junto à igreja	Idêntico à anterior	Idêntico à anterior
Nutricionismo	Com claustro central, semelhante à actual FMD, unto ao cemitério	Idem à anterior	Idem à anterior, mas com forma de “U”	Idêntico à anterior	Idêntico à anterior
Residências	Junto à igreja	Idem à anterior	Idem à anterior, mas com forma em “U”	Idêntico à anterior	Idêntico à anterior, em edifícios isolados e alinhados
Cantinas	Junto à igreja e junto ao núcleo rural	Idêntico à anterior	Idêntico à anterior	Idêntico à anterior	Idêntico à anterior, em edifícios isolados e alinhados

Assim, em 1996, Rui Mealha é encarregado da elaboração de estudos urbanísticos para estruturação da área do Pólo Universitário da Asprela. Desde logo, e subjacente aos trabalhos encomendados, sentia-se a necessidade de recomposição de uma periferia estilhaçada, constituída por diversos fragmentos muito distintos, onde os diversos actores exerciam as suas prerrogativas de gestão e de intervenção, com meios e objectivos muito diversificados.

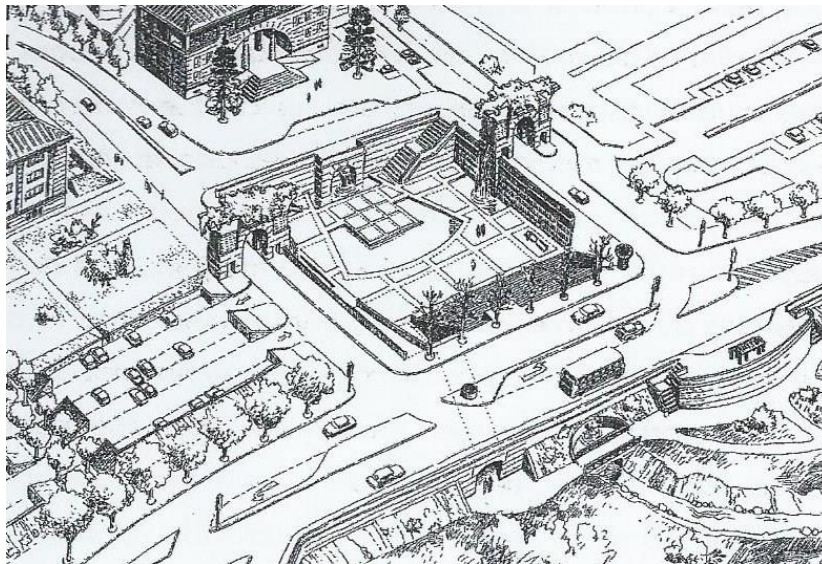
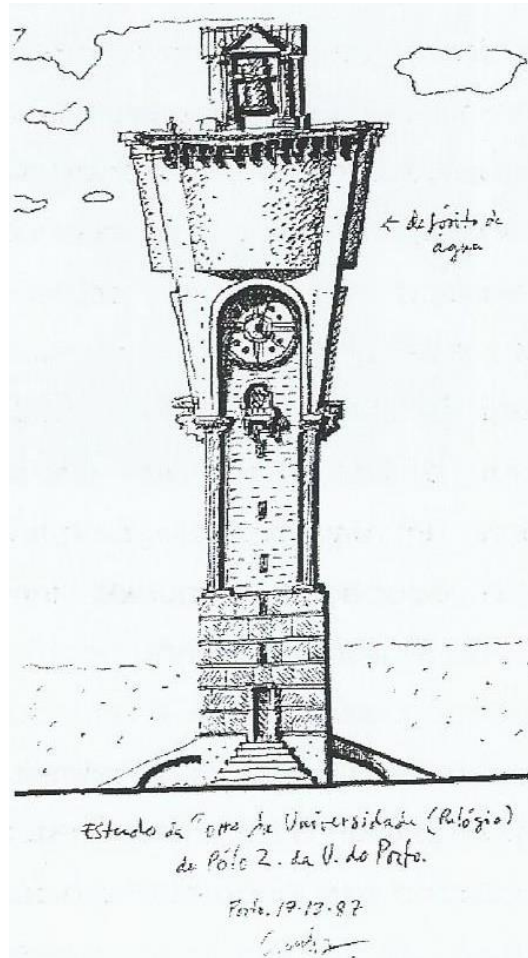
Mas para além da estruturação local, pensar a Asprela era (e é) pensar a cidade e pensar a região, definindo estratégias articuladas entre as diversas escalas de influência dos factos existentes e previstos, a escala local, a escala urbana e a escala regional. De facto, as propostas teriam que verificar enquadramentos estratégicos assertivos em resposta às várias escalas das relações dos factos (entre si e) com o lugar intervencionado, com a cidade e com o território.

Uma primeira dificuldade consistiu na (necessidade de) delimitação da(s) área(s) abarcada(s) pelo projecto urbano, para enquadramento dos estudos e representação das propostas, e que conduziu, logo de seguida, à questão ‘de como desenhar as propostas’.

O problema do ‘limite’ é recorrente nos projectos urbanos que trabalham territórios com diversos limites, entrecortados por impasses e barreiras físicas com expressões e efeitos diversos, e poderá ser enquadrado como acções específicas a desenvolver (‘projecto do limite’). Na Asprela, os limites marcavam (a ainda marcam) profundamente o território, quer sejam os impostos pela macroestrutura rodoviária (VCI e A3) quer resultantes de frentes urbanas contínuas com grande extensão ou por mega-estruturas ou mega-formas territoriais (frente poente da rua do Dr. António Bernardino de Almeida, frentes da Rua Dr. Plácido da Costa, por exemplo) quer ainda pela dimensão e vedação de recintos do parcelar (Hospital de S. João, IPO, etc.).

O território revelou-se muito confinado, pouco permeável e praticamente sem porosidade, prosseguindo a edificação dos seus espaços interiorizados, desprovidos, na altura, de frentes urbanas de serventia, de que era exemplo a obra (iniciada) da FPCE-UP.





[A175]

Luiz Cunha, fev. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto  
Estudo da Torre da Universidade (fig. de cima) e da Praça de Entrada (fig. de baixo)  
Rebaixada com ligação pedonal ao parque (passagem inferior à r. Roberto Frias)  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8766]

Acrescia e esta situação, a exiguidade do sistema viário, pouco desenvolvido e não hierarquizado.

Os processos das edificações com menor dimensão ainda se aproximavam das localizações previstas pelos estudos de 1987/1988 (alterando-se, no entanto, as funções), ‘arrumando-se’ de modo a não interferirem com as ‘áreas verdes’ também previstas pelos mesmos estudos, numa lógica de ‘meio-campus’ (na área central da Asprela) já perdida, e nunca sustentada em termos ambientais (os terrenos tiveram explorações hortícolas até ao sucessivo impacto das obras de edificação e de urbanização). De facto, após as decisões definitivas acerca da localização e implantação da FEUP, a maioria das restantes obras de edificação precederam as obras de urbanização correspondentes, em processo de autonomia das decisões (sem licenciamento por parte da Câmara Municipal do Porto).

Os estudos urbanísticos tiveram início procurando perceber os programas, problemas, prioridades e intenções das diversas instituições com interesses na Asprela.

Na área da Asprela concentram-se diversas instituições de saúde e de ensino numa área com cerca de 120ha e aproximadamente 50.000 usuários por dia, que experimentava um processo acelerado de densificação e compactação do edificado, sem previamente ser acautelada a sua estruturação urbanística e ambiental, mantendo-se um cenário há muito inoperacional no que respeitava a acessibilidades e dotação por funcionalidades de apoio e suporte de vida (as que não existiam, como habitação, comércio, serviços pessoais, equipamentos culturais e socio-recreativos, espaços desportivos e de lazer, espaços públicos de estadia, entre outras).

Praticamente todas as instituições continuavam a crescer, por ampliação das suas instalações ou acrescentando mais valências, como se verificava com o Hospital de S. João (ampliação do edifício hospitalar, construção do centro comercial e hotel), com o IPO (novas construções e obras de interligação entre as construções), com o ISEP (novas construções), com o IPP/ESE (construção do edifício administrativo, entre outros), com a UP (construção do INEGI e, mais tarde do edifício da UPTEC) e a com UC/ESB (construção de novo pavilhão e de incubadora de empresas de base tecnológica).

Mas a situação era também de mudança, pelas próprias aspirações das entidades instaladas, cujas pretensões poderiam eventualmente ser reorganizadas e reorientadas, e com o projecto da primeira fase do Metro do Porto que originaria novas condições de mobilidade para todo o sector, podendo propiciar igualmente novas condições de convivialidade, sendo certo que a esperada operação de Inserção Urbana da plataforma do Metro traria, se bem programada, uma oportunidade única de estruturação ambiental da sua envolvente urbana e territorial.

Neste panorama de múltiplos interesses dos (muitos) agentes institucionais com intervenções realizadas, em curso ou simplesmente pretendidas, os estudos urbanísticos foram profundamente marcados por compromissos já assumidos (os ‘fantasmas’ urbanísticos, como então designados), e pela necessidade de encontrar uma plataforma de concertação, consensualização, contratação e validação de (factores comuns a) intervenções muito díspares.

Acresce que o instrumento de gestão municipal e regulador do desenvolvimento urbanístico – o PDM – revelava-se inoperante e débil de sentido. “Na verdade, da panóplia de critérios utilizados pelo PDM para a generalidade da cidade, apenas dois se aplicam ao Pólo Universitário: o da protecção paisagística (de equívoca operacionalização) e o da funcionalidade (“equipamentos escolares e culturais”), cuja adequação às modernas concepções sobre sinergias e interligação da universidade ao meio urbano é francamente discutível, e que deixa sem resposta questões como a segurança ou os transportes”<sup>513</sup>.

A propósito do PDM então em vigor, verificou-se, desde logo, que apresentava alguns desajustes quanto à demarcação de algumas restrições (e, conseqüentemente, das classes de uso), que mais tarde interferiram com algumas das propostas do Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela (PUASP), nomeadamente no que respeitava ao desenho do sistema de espaços colectivos, de alamedas e praças. Alguns aspectos são de realçar – as protecções à linha de água (ribeira da Asprela) estavam demarcadas sobre base desactualizada, e não correspondiam ao novo traçado geometrizado da ribeira, para melhor aproveitamento agrícola dos terrenos; a zona

---

<sup>513</sup> FEIJÓ, Rui Graça (Vereador da CMP, com o Pelouro das Relações com as Universidades), 1997, “O desafio que temos pela frente”, in *Pólo Universitário da Asprela - Objectivos Comuns de Intervenção*, Fundação Ciência e Desenvolvimento, Porto, Afrontamento, p. 5.

ameaçada pelas cheias/zona inundável foi definida segundo relato de situação de refluxo devido à inexistência de bacias de retenção (e pela circunstância do caneiro de atravessamento da Rua Dr. António Bernardino de Almeida encontrar-se entupido com lixo e escombros<sup>514</sup> (veja-se que é nesta zona que emerge o túnel do Metro).

Foi claro, também desde logo, o entendimento dos intervenientes na Asprela, como parceiros da operação urbanística pretendida.

Os estudos desenvolvidos procuraram incitar “um novo olhar sobre a institucionalização da vida local, sobretudo do ponto de vista da convergência de interesses e de posturas<sup>515</sup>” tendo em vista a condução de procedimentos de contratualização de objectivos com condições satisfatórias de validação e de concretização.

Neste sentido, o Programa Base desenvolvido “anuncia uma filosofia de intervenção urbanística que introduz uma lógica de planeamento que visa romper de vez com a tradição autista e arrogante com que os equipamentos públicos centrais têm sido planeados e instalados na Cidade. Esta situação deriva não só da ausência de uma cultura de descentralização dialogante que tem caracterizado os serviços públicos do Estado Central e da Cidade, mas reflecte também a fragilidade do próprio processo de planeamento urbanístico municipal, incapaz de impor ao próprio Estado Central uma disciplina reguladora mais afirmativa da autonomia municipal<sup>516</sup>”.

Assim, as novas atitudes enunciadas à partida inserem-se numa estratégia de ‘fazer cidade’, recompondo programas e morfologias, articulando, a várias escalas, a Asprela com a cidade-território, como uma ‘centralidade’ específica.

“A nova urbanística anunciada para este vasto espaço, para além de significar uma ruptura, (...) insere-se numa estratégia de fazer capitalizar para a vida da Cidade o importante capital da animação universitária, com o que esta significa em matéria de ferver de novas ideias, de novas dinâmicas de acção e de função residencial com ela conexcionada. Fazer (Univer)Cidade constitui um projecto vital para uma Cidade que tem de equacionar a sua revitalização de Pólo Central em várias frentes.

---

<sup>514</sup> Segundo depoimento do Sr. Mário Soares horticultor na Área Central da Asprela desde há 50 anos.

<sup>515</sup> FIGUEIREDO, António, 1997, “Da urbanística às novas formas de institucionalização da vida urbana”, in *Pólo Universitário da Asprela - Objectivos Comuns de Intervenção*, Fundação Ciência e Desenvolvimento, Porto, Afrontamento, p. 7.

<sup>516</sup> FIGUEIREDO, António, op. cit., p.7.

A riqueza deste projecto é ambivalente. Trata-se, em primeiro lugar, de fazer Cidade dentro da própria Universidade, contrapondo ao revivalismo corporativo uma filosofia de gestão do espaço do(s) Campus assente na mobilidade, na contiguidade, na interpenetração, na sinergia e na criação de condições infra-estruturais propícias ao exercício da interdisciplinaridade (...). Mas, por outro lado, assim entendidos e geridos, os espaços e os equipamentos universitários trazem à Cidade uma nova fonte de dinamismo, contribuindo para que a intrusão se transforme em ruído positivo, suscitando da iniciativa privada novas realizações, abrindo novos espaços de centralidade (...)”<sup>517</sup>.

O projecto adquiriu progressiva consciência do seu carácter inovador e experimental, ao ser estabelecido como exercício abrangente a múltiplos interesses, perspectivando competências partilhadas em função de objectivos comuns de desenvolvimento, por concertação de disponibilidades, contratualizando e envolvendo a administração local e os diversos actores urbanos representados pelo próprio projecto.

À Câmara Municipal do Porto competia uma vertente de actuação fundamental, respeitante à estruturação dos espaços públicos e à qualificação das infra-estruturas urbanísticas. De facto, a operação de Estado privilegiava a componente edificada, em detrimento do espaço público.

Com o aparente termo do regime de autonomia administrativa de organismos do Estado central (como o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde)<sup>518</sup>, que se eximiam ao licenciamento municipal das suas obras, o território da Asprela carecia de (re)urbanização.

Tornou-se importante formar rapidamente uma ideia preliminar de conjunto que pudesse enquadrar algumas decisões muito urgentes como, por exemplo as que respeitavam ao traçado do metro ligeiro ou aos programas de alguns empreendimentos com obras já adjudicadas ou em curso.

Aliás, as questões urgentes impulsionaram e objectivaram algumas das caracterizações de partida.

---

<sup>517</sup> FIGUEIREDO, António, op. cit., p.8.

<sup>518</sup> Sendo permanentes as dúvidas quanto à leitura mais ampla desta prerrogativa, ou seja, ao seu exercício por parte de entidades delegadas (os hospitais e as universidades públicas), sendo certo que dificilmente poderiam ser excepcionadas medidas de ordenamento constantes dos instrumentos municipais com vigor jurídico.

Uma cartografia das cargas funcionais revelava que o seu ‘centro’ estava deslocado para poente e, portanto, seria lógico que o metro ligeiro tivesse traçado entre o IPO (com estação de serventia) e o HSJ, em alternativa à solução do projecto (da primeira fase) da Metro do Porto, onde a plataforma era encaminhada pela Rua Dr. Roberto Frias. Tratava-se não só da sua importância, mas da captação dos clientes deste modo de transporte, aproximando-o dos seus lugares de origem e destino, mas sobretudo das suas condições de conforto.

A solução alternativa proposta verificava ainda outros aspectos favoráveis, como o atravessamento pela área central, obrigando assim à sua estruturação, e aparentemente por melhor servir o HSJ, possibilitando a execução de uma estação mais próxima do seu acesso principal. Refira-se a propósito que, ao chegar à Estrada da Circunvalação, o metro deveria inflectir para nascente e encaminhar-se para uma ‘remise’ a localizar junto ao nó da A3 com a Estrada da Circunvalação.

Outra decisão premente relacionava-se com o projecto do edifício da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, em fase de conclusão (projecto de execução), e que revelava, na nossa opinião, dois problemas resultantes de lacunas do programa de partida fornecido aos arquitectos pela Universidade do Porto.

Por um lado não estava prevista uma capacidade de estacionamento suficiente, estimada face à taxa de motorização dos seus professores, estudantes e funcionários, e por outro lado, a sua implantação estava praticamente à cota do terreno, não modelado, na correspondência à ideia inicial de inserção em envolvente natural do parque da cidade universitária.

A cota revelava-se, de facto, muito baixa e comprometia o traçado pretendido para a plataforma do metro, quer fosse à superfície, quer em túnel. Ora, o traçado do metro pelo interior da bolsa de terrenos pressupunha uma inserção urbana entre a Rua Dr. Manuel Pereira da Silva e a Rua Dr. António Bernardino de Almeida, articulando-as por uma pendente contínua e suave (descaindo para norte). Se o metro fosse de superfície acompanhava o espaço público da inserção urbana, e se o metro fosse em túnel, teria que dispôr de gabarito suficiente.

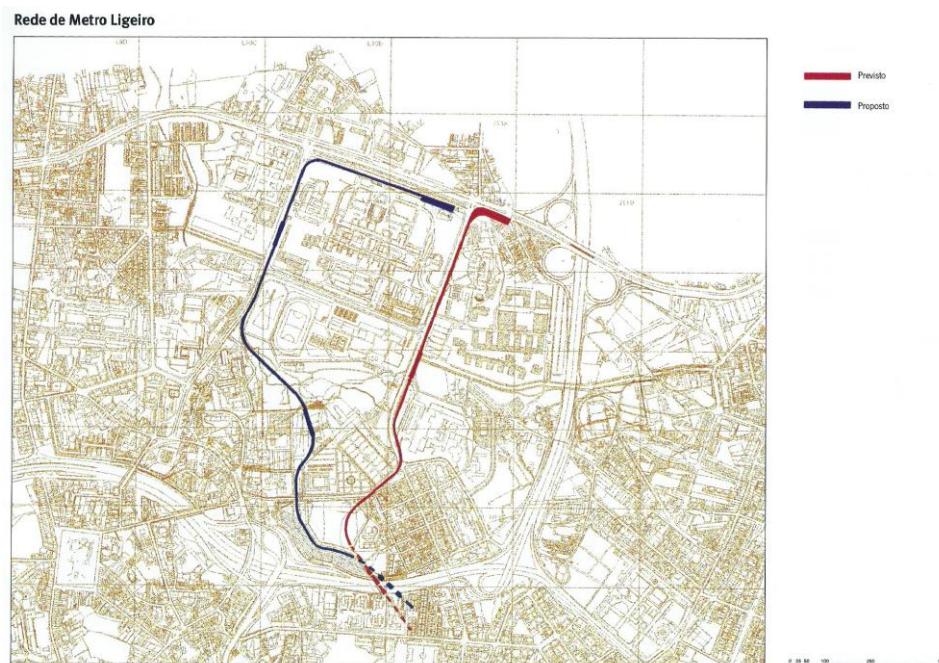
Foi então proposta aos arquitectos Fernando Távora e José Bernardo Távora a revisão do projecto de execução, de modo a contemplar um piso de estacionamento e uma cota

de implantação mais elevada (os dois aspectos estavam conjugados, se o estacionamento automóvel fosse constituído em piso baixo edificado). Para além das plataformas (parques) exteriores de estacionamento, este foi o primeiro edifício da Universidade do Porto, na Asprela, a contemplar a função ‘estacionamento residente’ em piso edificado.

Uma das principais preocupações respeitava a estruturação de um sistema coerente de espaços públicos, parte dos quais poderiam ser constituídos por aproveitamento das oportunidades decorrentes da inserção urbana do Metro do Porto.

De resto, verificou-se o interesse por um sistema alargado a vários sectores da cidade, como ‘links’ urbanos ligando parques e jardins, escolas, áreas habitacionais, equipamentos colectivos, etc, reconhecendo alguns segmentos já existentes. No essencial tratava-se de reconhecer e pôr em evidência, completar, articular e hierarquizar (fragmentos de) um sistema já latente no território.

O projecto urbano inscrevia-se assim numa multiplicidade de eixos estratégicos, que se entrecruzavam a diversas escalas de representação e de validação.



[A176]

Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela,  
Programa Base, (Carta de Objectivos Comuns), Rede de Metro Ligeiro  
Traçado Previsto e Traçado Proposto.  
[PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]

No programa base foi considerada uma alameda entre o Parque do Covelo (onde se localizam a Escola Secundária Filipa de Vilhena e uma residência do Pólo da Asprela), passando pela Junta de Freguesia de Paranhos, junto ao nó com a VCI, e rematando numa praça a constituir no interior da área central da Asprela, agregada ao parque urbano previsto para os terrenos atravessados pelo curso de água.

O parque urbano constituía um dos principais programas a desenvolver, pelo potencial de qualificação ambiental e imagem relevante para o sector urbano em questão.

A ideia de um parque ‘aberto’ com frentes acessíveis era muito sedutora, porque potenciava a sua utilização colectiva ao permitir o acesso sem barreiras.

Neste mesmo sentido foi proposta a ligação com o parque urbano e a utilização colectiva dos campos de jogos da Faculdade de Desporto (FADEUP)<sup>519</sup>, mas sem sucesso devido a razões de manutenção e de segurança.

Verificou-se que a arborização aí existente, constituída por culturas típicas de zonas húmidas, como choupos, salgueiros, ulmeiros e vidoeiros se apresentavam em bom estado sanitário, não obstante os sintomas de poluição da linha de água.

O sistema de espaços públicos congregava-se ainda a novos acessos viários propostos, como o arruamento paralelo à A3, desde o bairro da Fábrica da Areosa até ao Bairro do Outeiro, fundamental ao rebatimento dos novos acessos à Areosa, para além da passagem inferior da A3 correspondente à via Estruturante da FEUP (como a passagem superior à A3, junto ao nó com a Estrada da Circunvalação, onde a auto-estrada encontra-se em trincheira, e a passagem inferior perto do nó com a VCI, onde a auto-estrada tem rasante em plataforma de aterro).

Tal como a ligação ‘de-parque-a-parque’ (entre o Parque da Asprela e o Covelo), era proposta também uma ligação expressiva com o Jardim da Arca d’Água, onde se localizam importantes equipamentos como a Universidade Fernando Pessoa e a sede da Ordem dos Médicos; ou ainda a ligação entre o ISEP e o Amial, prolongando a alameda do Bairro de S. Tomé.

Permitindo melhorar as condições de articulação urbana, foi proposto ainda, o prolongamento, para poente, da Rua Dr. Plácido da Costa, até à Rua de S. Tomé, de

---

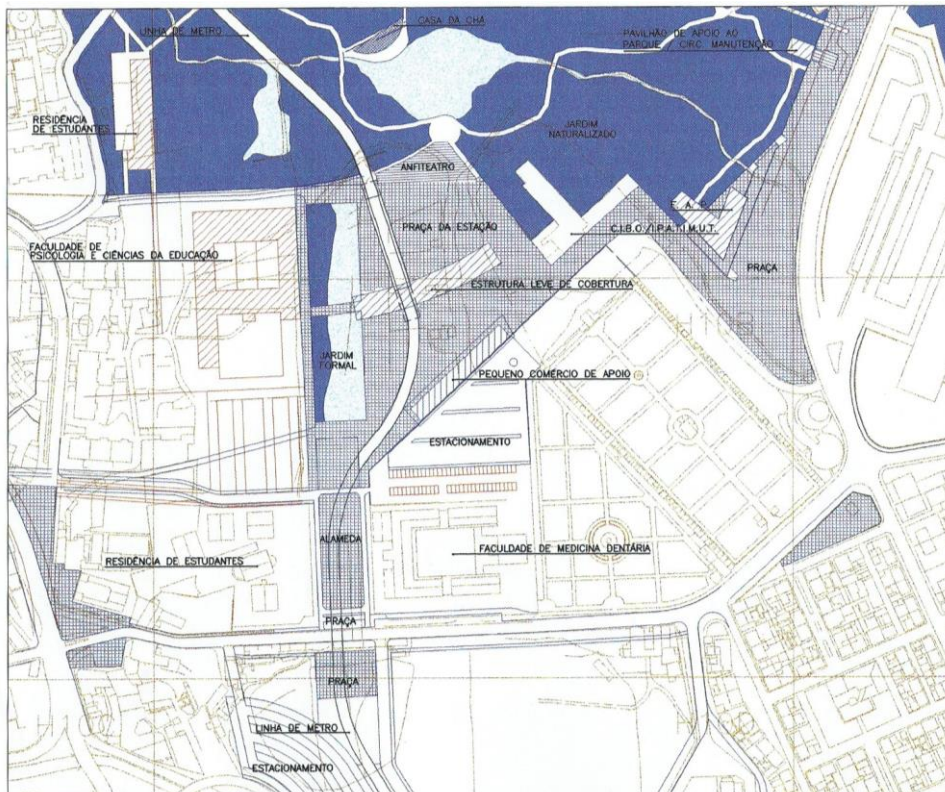
<sup>519</sup> Anteriormente designada como Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto (FCDEF-UP).



modo a irromper a barreira física da extensa frente urbana da Rua Dr. António Bernardino de Almeida (acção que obrigava ao entendimento entre várias entidades, como a Universidade Portucalense Infante D. Henrique, o Instituto Português de Oncologia - IPO e a Liga Portuguesa Contra o Cancro - LPCC).

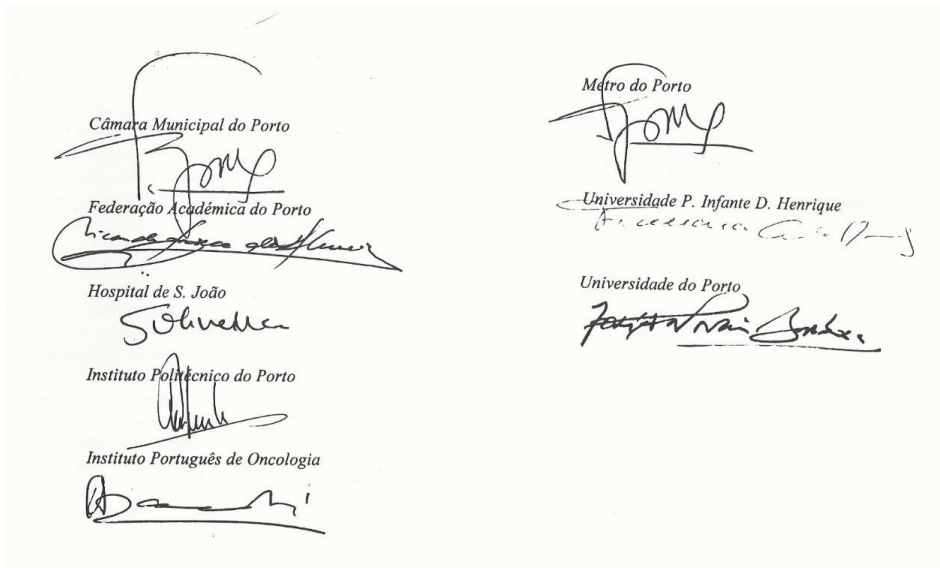
Perspectivavam-se assim uma série de acções formuladas na correspondência a objectivos e procedimentos comuns, por parte das entidades presentes ou com prerrogativas de actuação na Asprela, desde a CMP, a (então) Junta Autónoma das Estradas, os Hospitais, diversas Universidades e Institutos.

Estas acções propostas em Programa Base, acima descritas na generalidade, foram debatidas, ajustadas e desenvolvidas nas subseqüentes fases de Estudo Prévio e Projecto Geral.



[A177]

Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base, (Carta de Objectivos Comuns), Exemplo de Soluções a Desenvolver, Extracto da Carta de Objectivos Comuns.  
 [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]



[A178]

Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base, (Carta de Objectivos Comuns), CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]

O Programa Base presidiu à formulação da CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS, com a seguinte redacção:

**CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS DO PÓLO UNIVERSITÁRIO DA ASPRELA  
DECLARAÇÃO - 12 de Novembro de 1997**

O pólo Universitário da Asprela ambiciona tornar-se um marco de referência da Cidade do Porto como grande centro regional e como cidade competitiva a nível europeu.

A concentração de serviços de Saúde e de Formação Superior representa um potencial inquestionável, prevendo-se que no horizonte do Ano 2000 por ele passem diariamente cerca de 50.000 pessoas.

No dia de hoje, porém, o Pólo Universitário da Asprela confronta-se com uma mão cheia de grandes problemas, fruto de um crescimento descoordenado e não acompanhado de forma perceptível por intervenções de vulto no espaço público.

A iniciativa da Fundação Ciência e Desenvolvimento (apoiada tecnicamente pelos serviços municipais, nomeadamente a D.M.P.G.U. e, em especial, pela Divisão de Estudos Urbanísticos) de proceder aos trabalhos que conduziram à elaboração da Carta de Objectivos Comuns do Pólo Universitário da Asprela representou um primeiro passo para que os estrangulamentos que hoje se verificam fossem encarados de forma sistemática com vista à sua resolução.

A opção por uma política de diálogo não comprometeu nem a possibilidade de continuarem as obras que estão a engrandecer esta zona da cidade, nem representou uma fuga à necessidade de tomar decisões quanto a assuntos sobre os quais não havia unanimidade de pontos de vista (e que nos aparecem agora como recomendações do coordenador deste trabalho).

Há ainda muito trabalho a ser desenvolvido. Mas confrontados que somos com a Carta de Objectivos Comuns do Pólo Universitário da Asprela tal como é proposta pelo Arquitecto Rui Mealha, apoiado pelos serviços de Estudos Urbanísticos e de Informação Urbana da Câmara Municipal do Porto, a quem manifestam o maior apreço pelo trabalho desenvolvido e profissionalismo patenteado, os abaixo assinados, em nome das instituições que representam, declaram publicamente que:

1. Subscrevem a Carta de Objectivos Comuns do Pólo Universitário da Asprela.
2. Reconhecem que a política de diálogo alargado e a metodologia de trabalho em que assentou a sua elaboração deverá ser mantida e reforçada, nomeadamente no desenvolvimento dos estudos propostos pelo autor do documento.
3. Dispõem-se a colaborar, nomeadamente com a Câmara Municipal do Porto, no sentido de inscrever a intervenção nesta zona da cidade no plano de prioridades com incidência Regional, e, no caso das entidades públicas, a sensibilizar os Ministérios de Tutela para a importância de assegurar um ambiente urbano qualificado.
4. Declaram que desenvolverão os seus projectos no respeito pelo espírito que presidiu à elaboração deste documento.

### Edificações e conjuntos edificados

O Hospital de S. João resultou de decisões tomadas à revelia de estudos urbanísticos, relacionando-se com a Estrada da Circunvalação e outras vias de penetração no território e ainda, sobretudo com a disponibilização de terrenos suficientes para a sua constituição e eventual crescimento,

Com o Plano Sumário de Implantações de Oldemiro Carneiro foi decidida a localização e condições de implantação da Faculdade de Economia, da Escola de Enfermagem e do Instituto Português de Oncologia (IPO).

Com a conclusão do Plano Estrutura ou Plano do Pólo II da Universidade do Porto, de Luíz Cunha, foi realizado o concurso público para a Faculdade de Engenharia de que saiu vencedora a proposta de Pedro Ramalho e Luiz Ramalho, e foram ajustadas, a partir das suas propostas, a localização de diversas funcionalidades, como a FMDUP, a FPCEUP, as residências de estudantes de Paranhos e o IPATIMUP.

Estamos assim confrontados com processos de urbanização e de edificação de tipologias, dimensões e níveis variados de complexidade programática e estrutura. Face aos conceitos de interpretação apontados na generalidade como termos de um possível universo de referência, é objectivo destas reflexões a verificação sumária das suas condições de praticabilidade e utilidade, como mecanismos de interpretação da realidade que permitam, igualmente, operar a intervenção urbanística sobre essa mesma realidade.

O hospital de S. João constitui-se como uma cidade (como um *edifício-cidade* na acepção de Herman Hertzberger<sup>520</sup>), com os seus percursos de distribuição horizontal e vertical, com os seus pátios interiores, com um sistema funcional desenvolvido e hierarquizado, revelando uma (meta) estruturação complexa em *cluster*, com potencial de crescimento e reorganização, o que, de resto, se verifica com as intervenções recentemente realizadas e com as intervenções futuramente pretendidas. Ainda não

---

<sup>520</sup> HERTZBERGER, Herman, *Articulations*, London, Prestel, pp. 41-42.

chegará a uma fase de ‘entrelaçamento’ (*mat-building*), mas o seu recinto está já saturado por novas construções (como o centro comercial ‘campus São João’, o hotel Ibis, novas construções hospitalares, a nova Faculdade de Medicina, e ainda uma série de parques de estacionamento).

A Escola Superior de Educação do instituto Politécnico do Porto (ESSE-IPP), projectado por Nuno Tasso de Sousa, com uma linguagem ecléctica de composição, recorre a uma organização tipológica que concentra todas as valências em edifício único, com uma estrutura complexa, pois reúne o auditório (no seu centro), a biblioteca, salas de aulas, áreas de convívio, entre outras funções.

A sua entrada é descentrada e oblíqua (pela ‘esquina’) o que configura um efeito peculiar aparentemente relacionando-a de soslaio com o arruamento de serventia (rua do Dr. Roberto Frias).

De facto, não se relaciona com o arruamento, distanciando-se do mesmo, e inserindo-se numa ampla área ajardinada e arborizada, agora já com mais construções), tentando originalmente um desempenho numa área de ‘campus’ de modelo segregado da cidade, ou seja, interpretando a área da Asprela como uma futura cidade. A opção de Tasso, pela aceitação do modelo inicialmente pensado, e também porque a Escola Superior de Educação foi pioneira, sendo a primeira a instalar-se após a construção do Hospital, foi no sentido do seu desenvolvimento como uma (pequena) cidade, à escala do edifício. Nesta opção basearam-se toda uma série de edifícios, resolvendo de vários modos as questões da iluminação natural e da ventilação das áreas que resultam de implantações pouco convencionais. Aliás, a solução generalizada foi pelo recurso a pátios ou claustros interiores, frequentemente abertos como na Faculdade de Desporto (Cristiano Moreira) e na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Fernando Távora e Bernardo Távora), ou coberto como na Faculdade de Medicina Dentária (Domingos Tavares, José Quintão e Lúcio Parente).

Também a Faculdade de Economia (Viana de Lima) recorreu a uma solução tipológica semelhante. Este edifício, dos mais marcantes e representativos exemplares da arquitectura moderna portuguesa, constitui igualmente uma estrutura agregadora, podendo ser lida como um pequeno mat, como uma pequena cidade. Mas, ao contrário da ESSE.IPP, e apesar de não apresentar frente urbana directa, relaciona-se com o espaço da cidade (antes de haver cidade). De facto, a sua localização decorreu da

proximidade de cotas entre o arruamento e os terrenos, o que significava que não seriam necessários trabalhos significativos de modelação de terrenos, e decorreu ainda da disponibilização de infra-estruturas urbanísticas, que também determinava uma solução de urbanização menos dispendiosa.

A implantação propriamente dita (recuada face à rua) resultou do alinhamento estabelecido pelo Plano Estrutura de Oldemiro Carneiro, que previa a construção de um arruamento ‘particular’, paralelo à rua do Dr. Roberto Frias, precisamente para resolução do referido problema de cotas<sup>521</sup>, e para ordenar a futura Cidade Universitária de Porto (cujos edifícios lectivos se localizariam entre a rua do Dr. Roberto Frias e a projectada via Nordeste, com traçado muito próximo do que veio a ser a auto-estrada A3). Pode assim verificar-se que o edifício de Viana de Lima tem ‘consciência urbana’, e tinha também uma vontade de afirmação num território não urbano, como um marco na paisagem, assinalando a sua localização (como o fazia o Hospital escolar, pela sua volumetria e monumentalidade) com uma torre, solução que não foi viabilizada pela tutela. Tal ‘consciência urbana’ é ainda assim reforçada pela solução tipológica, em que as circulações se dispõem como as ruas de uma pequeníssima ‘cidade’, e o átrio de entrada se constitui como uma praça, pela sua morfologia, escala e função perfeitamente articulada quer com o interior (malha) quer com o exterior (uma outra praça de intermediação).

A organização da entrada principal é muito clara, orientada para a rua existente (e principal acesso ao hospital), sendo que o plano de Oldemiro Carneiro previa que rematasse um percurso de acesso ao parque urbano proposto, percurso esse, desnivelado face à rua do Dr. Roberto Frias, e que não foi retomado nos planos subsequentes (Luiz Cunha não previu nenhuma ligação, e Rui Mealha propõe a pedestrenização de parte do rua do Dr. Roberto Frias (a norte do novo eixo de ligação à rua do Dr. António Bernardino de Almeida, resultante da inserção urbana do Metro do Porto).

O conjunto do Instituto Superior de Engenharia do Porto, do IPP (ISEP-IPP) evoluiu por acumulação de edifícios, a partir da construção modernista e do auditório originais, quer no interior do recinto quer na frente dos arruamentos envolventes, e que progressivamente se foram ligando até à sua actual constituição como um cluster

---

<sup>521</sup> Viana de Lima refere em memória descritiva do estudo prévio, que, [sendo a construção] afastada da rua, será possível modelar suavemente as necessárias concordâncias em talude, *cf.* LIMA. Alfredo Viana de, s/d (1965), “Memória Descritiva e Justificativa”, *Projecto da Faculdade de Economia da Universidade do Porto*, Porto, Centro de Documentação FAUP.

agrupado ou, se quisermos, um *mat* com baixo nível de conexões, com componentes muito heterogéneos. No caso do ISEP não existiu uma dinâmica no sentido da construção de um agregado com alguma identidade conjunta oque, de algum modo, ainda pode ser pensado, embora se tenham perdido algumas excelentes oportunidades nos principais momentos dos investimentos realizados.

Ou seja, nem foram, aparentemente, muito reflectidas implantações e um programa (urbanístico) conjunto, para uma forma de articulação superior à existente, nem as arquitecturas se terão preocupado em demasia com a construção de uma forma e estrutura conjunta. Resta agora, sobretudo, ao espaço exterior colectivo entretecer o conjunto das funções distribuídas por diversos edifícios com imagens muito diversificadas, embora o auditório aparentemente constitui um núcleo agregador de vivências e de sociabilidade.

Mas já projectado como um agregado de diversas volumetrias, foi a Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica (João Adão da Fonseca e Teresa Andressen), resultando como um pequeno *cluster* compacto, não obstante a diversidade de volumetrias. Este conjunto foi também crescendo ao longo do tempo, mas sem grandes preocupações de ligação funcional, quer por ampliações no interior do recinto quer por edificações nas novas frentes urbanas mais recentes. Curiosamente, identificamos algumas ordens de factores que contribuem para alguma unidade do conjunto resultante em cada fase de crescimento – o desenho peculiar e eclético, ligado à circunstância de ter sido sempre desenhado pelo mesmo autor (João Adão da Fonseca), a a cor uniforme (cor-de-rosa) de todas as construções e estruturas deste conjunto.

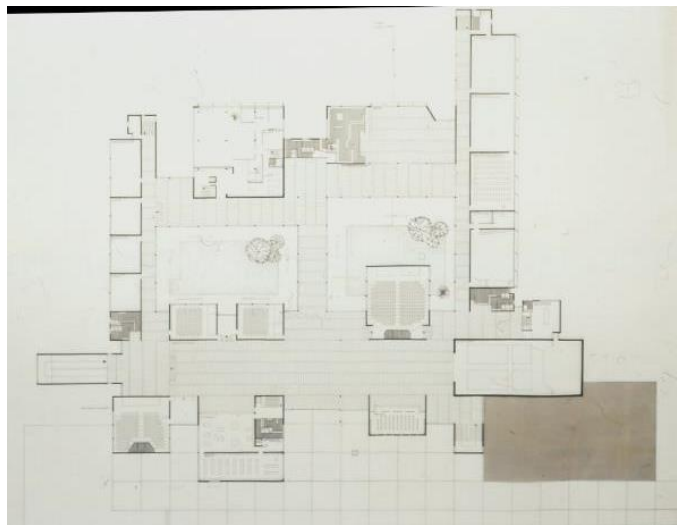
Também o conjunto do Instituto Português de Oncologia (IPO) foi, na sua estrutura inicial, projectado pelo mesmo arquitecto (António Afonso), por constituição do primeiro Pavilhão de Internamento, mais tarde designado por Pavilhão de Medicina (1979), seguindo-se a construção de edifícios agregados numa malha *mat* marcadamente horizontal, onde se destacava uma torre (o edifício principal). Ao longo do tempo foram sendo construídos mais edifícios isolados, como a unidade de cuidados continuados e de Radioterapia, bem como, em simultâneo foram sendo ligados (por passadiço aéreo e or túnel) as construções mais antigas que não estavam articuladas. Gerou-se um processo interessante, de simultânea desarticulação das construções mais recentes, e articulação das construções mais antigas. Deste processo resulta um misto de *mat* e *cluster*, sendo que a unidade de , sendo que as funções desarticuladas do conjunto têm funcionamento

praticamente autónomo (consultas externas e internamento continuado) das que se encontram ligadas.

Tal como o Hospital de S. João, o IPO constitui uma cidade confinada no seu recinto, com mais de 5000 utentes diários, o que determina grande impacto urbanístico, sobretudo pelas exigências de mobilidade.

Mas o edifício mais marcante do pólo da Asprela é a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), projectado como um *cluster* de espaços e funções, ao qual se agregam as construções do INESC e outros Institutos.

As principais funcionalidades instaladas no pólo da Asprela são adiante abordadas mais detalhadamente, no que respeita à sua condição como ‘fazedores’ de cidade, e nos termos em que poderão ser entendidos perante o actual processo de saturação do espaço, e perante alguns aspectos de um cenário de modificação do sector urbano em questão.



[A179]

Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Viana de Lima, planta do 2.º piso, escala de 1/200, s/d, (...).  
ADUP FAUP

## HOSPITAL ESCOLAR DO PORTO (HOSPITAL DE S. JOÃO)

HERMANN DISTEL, OFF4 (ampliação)

Recentemente o HSJ realizou duas exposições, a ‘Ser São João – 55 anos’ e ‘O Outro, Itinerários de Hospitalidade’, na sequência de outras iniciativas como a “HumanizArte”, onde é contada a história da instituição a partir da figura do Prof. Hernani Monteiro, e onde também foram apresentados os projectos para a ampliação das instalações e remodelação de alguns serviços. “Só agora estão a completar, aquele *H*”<sup>522</sup>.

“O hospital é uma estrutura muito fechada, mas foi crescendo, agora tem uns acrescentos, foi metida a Escola de Enfermagem e, há pouco tempo, a Faculdade de Medicina, o ‘Campus de S. João’, e o ‘Hotel Ibis’ (...).O Hospital tem agora um Plano de Modernização, para remodelar todas as instalações e como unidades novas tem, essencialmente, o Hospital Pediátrico integrado, até aos 8 anos de idade, que é o *São Joãozinho*, que é orientado por uma associação externa, uma parceria de fundos de privados, com donativos, e este é um programa que irá para a frente. Há também uma ideia de, ao lado do Campus de S. João, abrir um centro ambulatório, mas para o qual não há dinheiro de momento, então a ideia é remodelar as consultas externas que estão naqueles barracões, isto é, vão torná-las mais operacionais para durarem mais alguns anos”<sup>523</sup>.

“o que querem é remodelar e modernizar as instalações, pô-las no século XXI, o hospital do futuro, a nível energético, mudaram a central térmica para outra com geração, de cogeração, o calor produz energia (...)”<sup>524</sup>. E pretende-se ainda reformular os espaços exteriores, aumentando a sua permeabilidade e melhorando as condições de estacionamento e serventia automóvel. De facto, actualmente o edifício impõe-se como uma forte barreira física entre a Alameda Professor Hernani Monteiro (que foi remodelada há pouco tempo, tendo sido retirado o estacionamento e reorganizados os corredores e paragens dos transportes colectivos) e a Rua Dr. Plácido da Costa.

<sup>522</sup> SILVA, Pedro, MEALHA, Rui, 2014, , “Hospital de S. João”, *Pedro Silva conversa com Rui Mealha*, transcrição, Porto, RM.

<sup>523</sup> *Ibidem*.

<sup>524</sup> *Ibidem*.



A forte carga funcional, e o tráfego da Estrada da Circunvalação são os maiores problemas na envolvente do equipamento.

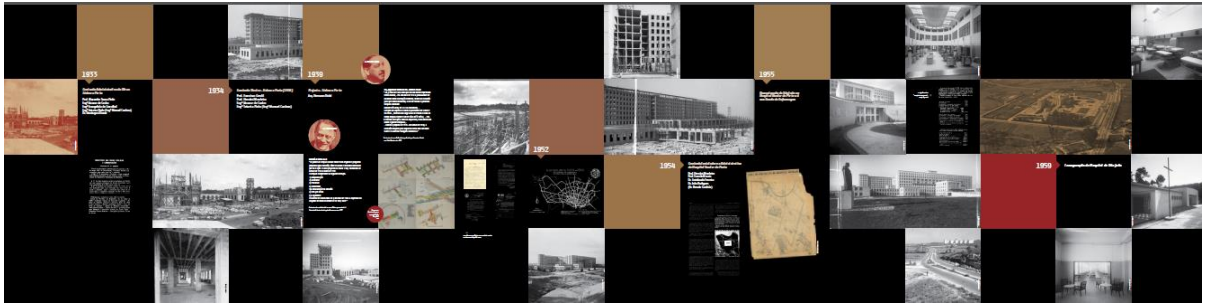
Configurando uma organização espacial e funcional em forma de ‘cacho’(*cluster*), a duplicação da ala longitudinal de distribuição (completando o H), o *cluster* evolui tendencialmente para uma textura (*mat-buildind*), aumentando o nível de articulação da sua estrutura funcional, ou seja, aumentandi a isotropia da do grande edifício-cidade. Observe-se que são assim conformados pátios interiores, alguns dos quais ocupados cor estruturas com baixa volumetria.

Esta forma evolutiva estava já pensada no projecto inicial, e é interessante verificar que a isotropia tem, no caso do HSJ, uma expressão tridimensional. Outro aspecto relevante é capacidade de reformulação tipológica dos seus espaços, que apresentam assim uma considerável reserva de flexibilidade.

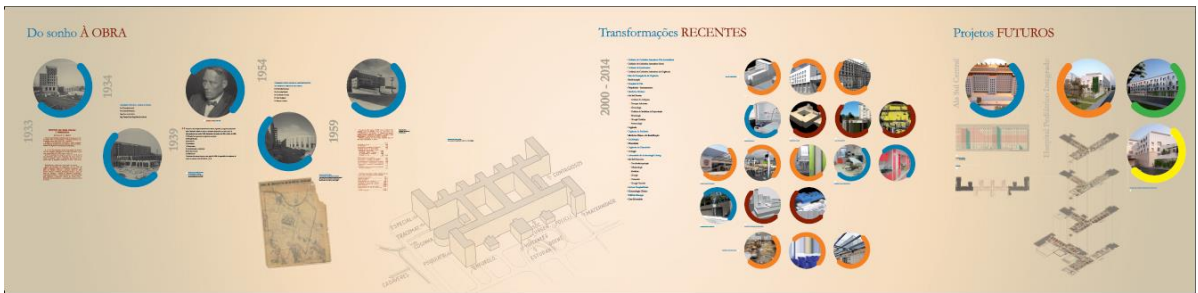


[A180]

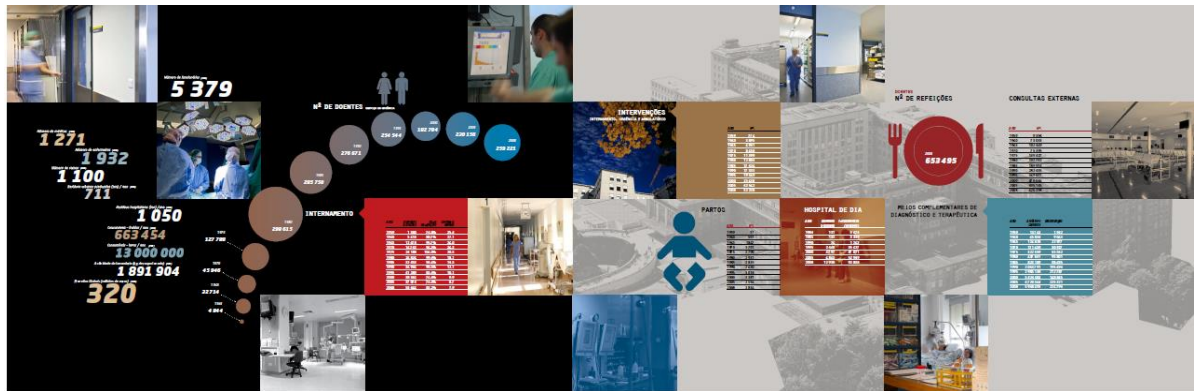
HSJ - Foto Piqueiro e maquete da exposição de 2014



[A181]  
HSJ . Do Sonho à Obra 2009



[A182]  
HSJ . Do Sonho à Obra 2014



[A183]  
HSJ . Hospital em Números

## FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

ALFREDO VIANA DE LIMA 1961 (INAUGURADA EM 1974)

“Se por um lado, são declaradamente expressas as alusões aos valores do movimento moderno no edifício da Faculdade de Economia do Porto, projectada em 1961, por outro, a utilização do vocabulário racionalista não se circunscreve a uma mera convocação modelar. A ostensiva insistência nos volumes prismáticos, independentes na extensão do espaço livre, na utilização modular do espaço, na severa austeridade cromática e na afirmação de uma horizontal monumentalidade, indiciam assim, a necessidade da arquitectura se situar face a um projecto de renovação de um espaço representativo e institucional. Trata-se, acima de tudo, de uma composição geral de grande qualidade, notável pela pujança plástica retirada do betão, visível na articulação dos efeitos de ensombramento e luz, ou nos recortados panos opacos de betão sobre a transparência das superfícies de vidro, que prolongam e entrecruzam espaços interiores e exteriores numa atraente e serena fluência. No seu conjunto, estas formulações não dependeram apenas de intuições estéticas momentâneas ou de um funcionalismo consciente. Derivaram directamente de uma ânsia de renovação profissional que se ia operando e perante a qual era de facto necessário "corrigir os erros do academismo, pelo emprego disciplinado que deve presidir às novas construções, tomando-se como exemplo os paquetes, os aviões e os automóveis, onde os ornamentos foram substituídos pela pureza e a lógica da função" (Viana de Lima, 1948).»<sup>525</sup>

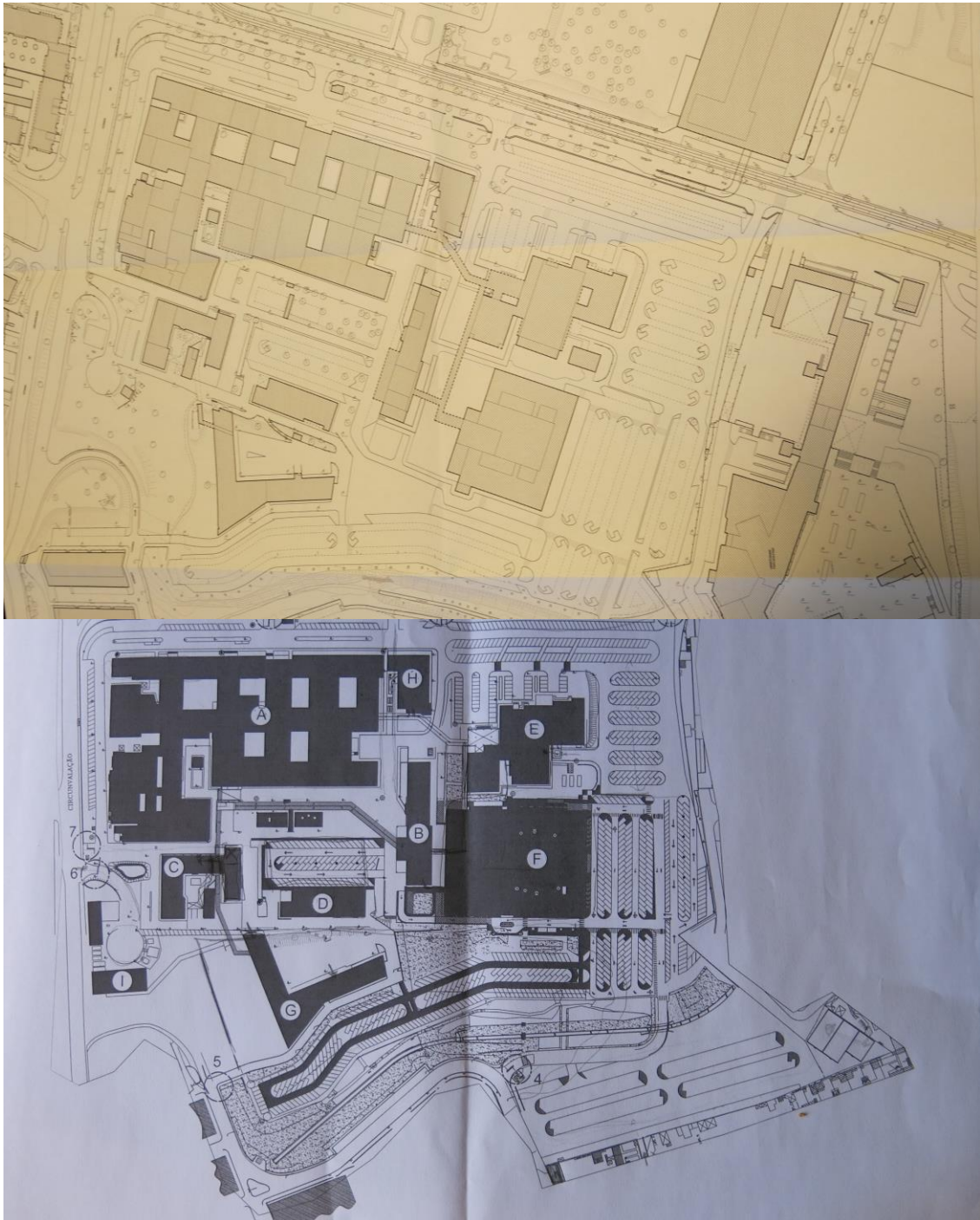
---

<sup>525</sup> FIGUEIREDO, Rute, 2001, *Nota Histórico-Artística*, IGESPAR.  
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:bNgB1pLJSdkJ:www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/327859/+&cd=3&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>

## INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA

MANUEL AFONSO (Cirur.), TEIXEIRA DE SOUSA (U. Cuid.s Cont.s),

OFF4 (U. Radiol.)



[A184]

Recinto do IPO, plano director das instalações do IPO, Porto, IPO

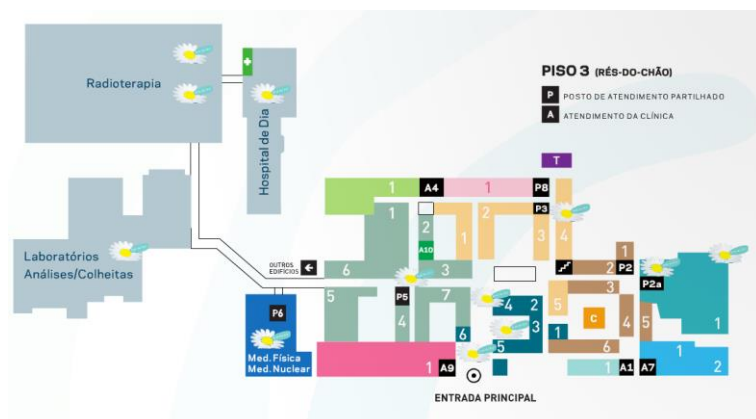


[A185]  
IPO. Porto, Fotografias. RM



[A186]

IPO, volumetrias e passadiços de articulação espacial e funcional  
'a construção de um tecido (mat)'



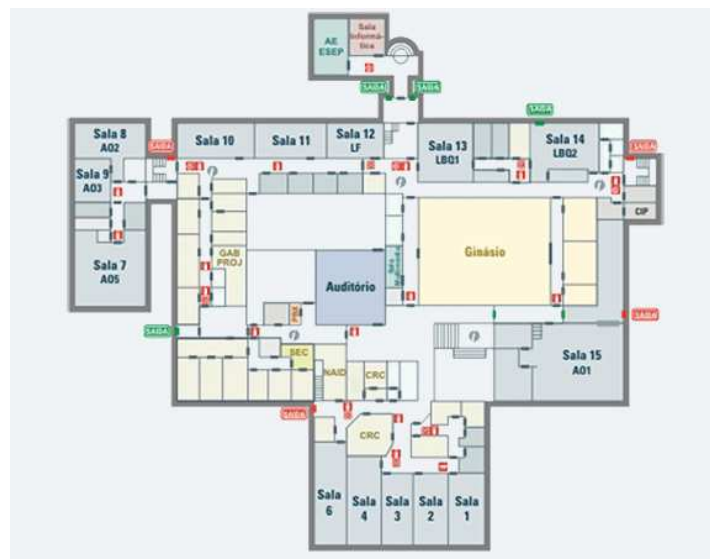
[A187]

IPO, organigrama funcional

## ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

NUNO TASSO DE SOUSA

O edifício da ESEP (IPP) foi concebido como uma estrutura compacta, reunindo todo o programa, desde a área administrativa, as áreas técnicas, salas de aula, e a biblioteca, estrutura envolvida por um jardim e afastada do arruamento, pretendendo assim aproximar-se do modelo anglo-saxónico, não participando na estruturação da cidade. O recincho é murado e livre de construções.



[A188]

ESEP/IPP, organização tipológica

## INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO

AA.VV.

O recinto do ISEP foi sendo sucessivamente edificado por construções sem relações estruturais ou funcionais entre si, resultando numa amálgama em que os espaços relacionais são os resíduos que restam das ocupações construtivas.



[A189]

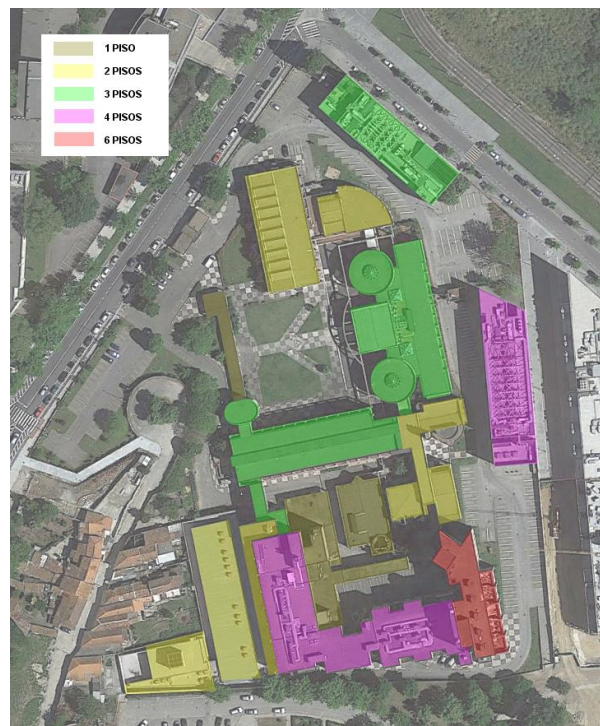
ISEP/IPP, composição do recinto



## ESCOLA SUPERIOR DE BIOTECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA JOÃO ADÃO DA FONSECA

Esta funcionalidade foi concebida como um edifício articulado com um adro face ao arruamento, explorando o tema da água. No entanto foram acrescentadas mais construções e realizadas ampliações em altura, resultando numa massa construída sem relações favoráveis com os espaços públicos envolventes.

Recentemente, com a abertura de novos arruamentos, o recinto adquiriu frentes urbanas que não existiam anteriormente, e onde implantor novas construções de base tecnológica à semelhança do edifício confrontante, da UPTEC. É curioso observar que o principal factor de unidade e de identidade deste conjunto muito recortado é a sua cor (cor-de-rosa), explicada como ‘o sonho’ do seu fundador<sup>526</sup>.



[A190]  
ESBUC, composição do recinto

<sup>526</sup> FONSECA, João Adão, MEALHA, Rui, 2014, , “ESBUC”, *João Adão conversa com Rui Mealha*, transcrição, Porto, RM.

## I3S

### CONCURSO DO I3S

O Concurso Público de Concepção para a Elaboração das Novas Instalações do Instituto de Inovação e Investigação em Saúde – I3S, de 2009, teve nove propostas validadas, que correspondem a modelos de organização diferenciados, assim como no que respeita à ligação com o edifício existente, do IPATIMUP.

Algumas propostas variam entre os conceitos de *steam* e de *cluster*, menos e mais ramificado, em forma de ‘pente’ ou com um ‘tronco’ central de distribuição.

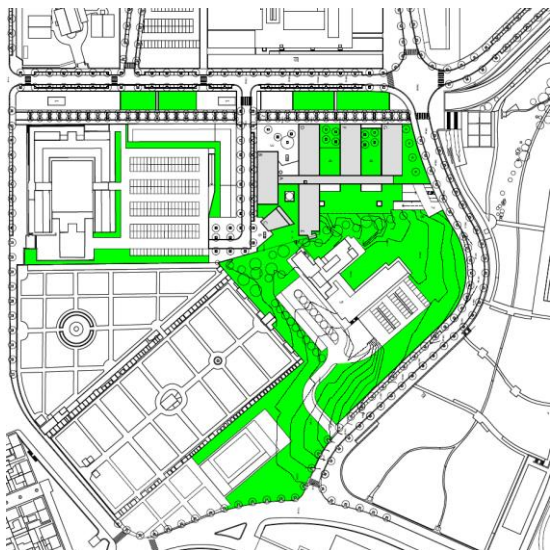
Outro grupo de propostas baseiam-se numa estrutura compacta, onde se concentram todas as valências, sendo a proposta vencedora (Serôdio & furtado) um dos exemplos desta atitude.

Mas do conjunto das propostas ressalta o facto de se constituírem como ‘gestos’ de forte intencionalidade objectual, sobretudo os deste último grupo de soluções.

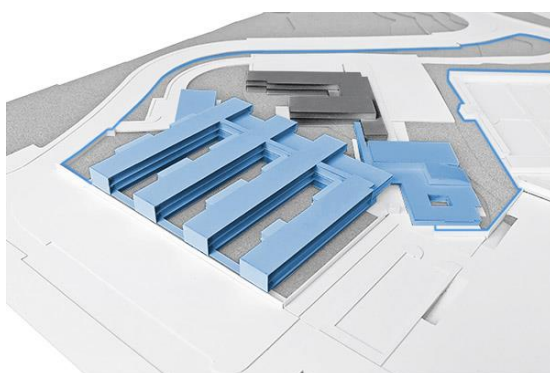
A principal diferença está na forma de organização do programa, mais ou menos hierarquizado, e no facto de alguns ‘cachos’ não correspondem a composições simétricas e, como tal, não determinam espaços marcadamente homogéneos.

Determinadas soluções compactas apresentam um pátio interior em torno do qual é distribuído o programa.

De qualquer modo, como modelos de organização funcional evidente, ou como objectos singulares compactos, nenhuma solução ‘faz’ cidade, e o recinto é segregado por vedações, pela modelação do terreno ou pelos tratamentos dos espaços envolventes. De resto, algumas propostas são claramente abstractas, não reconhecendo sequer o lugar onde se implantam. Recorde-se que o projecto da área central determinava o diálogo com a alameda, sugerindo funcionalidades abertas para este espaço, como a livraria, a cafetaria ou o auditório do equipamento, de modo a participarem no programa urbano do pólo universitário.



[A191] CPCENI-I3S, Proposta de Adalberto Dias



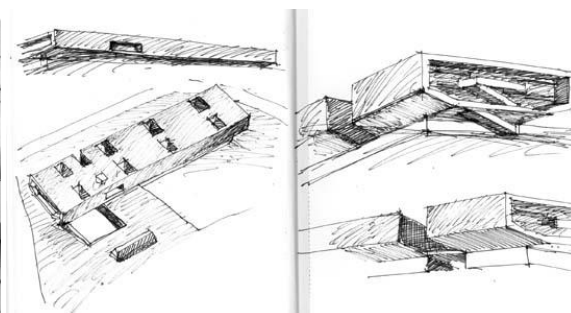
[A192] CPCENI-I3S, Proposta de Rogério Cavaca

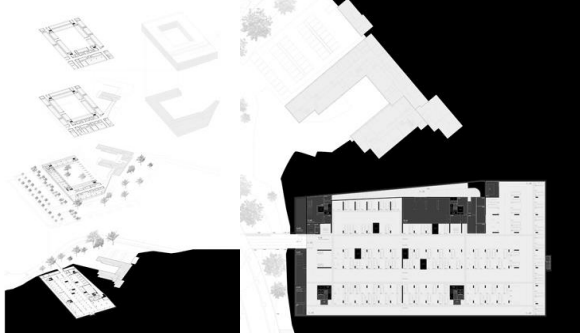
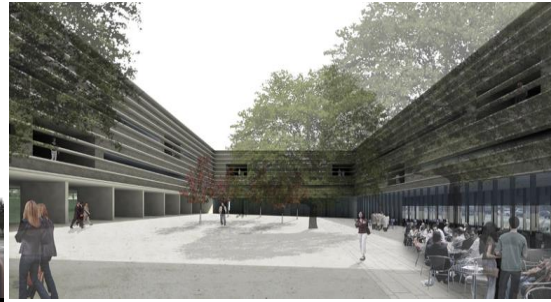


[A193] CPCENI-I3S, Proposta de Luís Duarte Pacheco



[A194] CPCENI-I3S, Proposta de Seródio & Furtado





[A195] CPCENI-I3S, Proposta de CVDB arquitectos



**FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO**  
**PEDRO RAMALHO E LUÍS RAMALHO**



[A196] Porto, Levantamento Aerofotogramétrico, Novas Instalações da Faculdade de Engenharia da U. P., 122-2/3-1 / CMP, DGPU, escala de 1:2000, 1979-09. Repositório Temático da UP, desenho n.º 5079 e 8572.

Com o projecto da Faculdade de Engenharia no Pólo da Asprela (de 1994, após a primeira versão de 1989, sendo o equipamento inaugurado em 2001), um dos mais emblemáticos e importantes edifícios escolares do Porto, culmina um longo período marcado por vários estudos urbanísticos e pela construção de diversas vias e edifícios de ensino.

Em janeiro de 1972, o então Conselho Escolar definiu os “grandes princípios a seguir na modernização e na adaptação das infra-estruturas físicas da Escola à evolução científica e tecnológica emergente e ao significativo aumento do número de estudantes que começava a verificar-se.”<sup>527</sup>

Foi então elaborado, por Luís Valente de Oliveira, o “Primeiro Relatório Acerca da Ampliação das Instalações da Faculdade de Engenharia do Porto”<sup>528</sup>, reflectindo o melhoramento das instalações na rua dos Bragas, tendo em vista uma transferência faseada, assim como um primeiro dimensionamento das novas instalações.

Em abril de 1973, o Plano-Estrutura do Pólo II da Universidade do Porto, de Luiz Cunha, desenvolvido para a Direcção-Geral das Construções Escolares, demarcava os terrenos da FEUP a norte do Solar de Lamas e Faculdade de Economia, estando esta em obras de acabamentos, e entre a Rua de Roberto Frias e a projectada auto-estrada de Famalicão e Braga (A3).

A nascente da Faculdade de Economia, ocupando os terrenos entre o lugar de Lamas e o bairro do Outeiro, Luiz Cunha previa também uma série de instalações adstritas à Faculdade de Engenharia, mas em 1977, o GCIUP<sup>529</sup> decide implantar as novas construções na Praça Almeida Garrett / Rua dos Bragas, tendo sido encomendado o respectivo projecto a Márcio de Freitas, em 1980, que foi aprovado em 1982, mas não implementado.

Subsistiam então as duas tendências – a manutenção da faculdade na zona da rua dos Bragas e a sua realocização na Asprela, opção esta só definitivamente confirmada em 1984, ano em que foi lançado um inquérito interno para definição do programa preliminar, por cada departamento, recolhendo dados estatísticos, informação acerca da sua organização e funcionamento, exigências dos espaços lectivos, gabinetes, auditórios

---

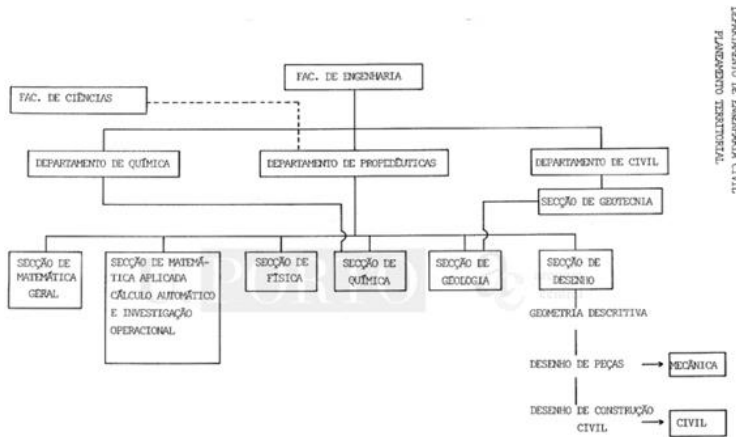
<sup>527</sup> José Novais BARBOSA, 2007, “A concepção e a Construção das Novas Instalações da Faculdade de Engenharia no Pólo II”, in *FEUP: O Projecto e a Obra*, Editora da Universidade do Porto, 2007, p. 4.

<sup>528</sup> Idem, *ibidem*, p. 4.

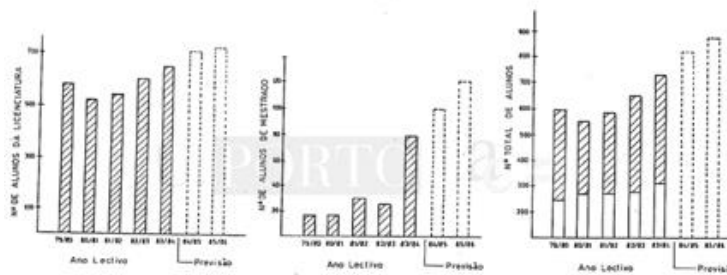
<sup>529</sup> Grupo Coordenador das Instalações da Universidade do Porto, criado em 1977 pelos MES e MOP.



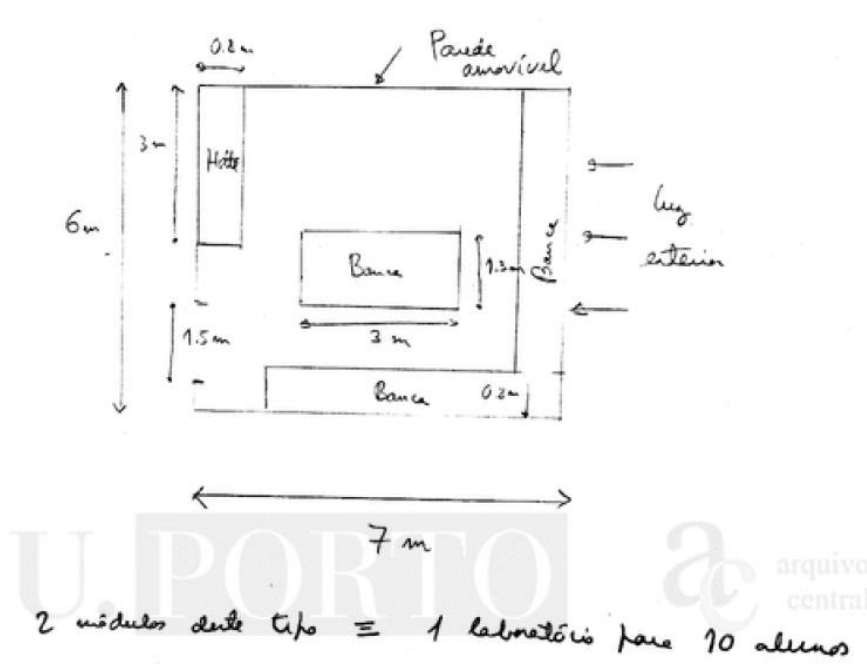
e laboratórios, áreas e equipamentos correspondentes e demais características que importaram ao dimensionamento e disposição funcional das novas instalações.



[A197] Programa Preliminar da FEUP, resposta do Departamento de Engenharia Civil, 4.ª Secção - Planeamento Territorial, ao Inquérito de 24-02-1984, organograma funcional, repositório da UP, po-2660, 0025.



[198] Programa Preliminar da FEUP, resposta do Departamento de Engenharia Mecânica ao Inquérito de 24-02-1984, estimativa do número de alunos, repositório da UP, po-2660, 0051.



[A199] Programa Preliminar da FEUP, resposta do Departamento de Engenharia Química ao Inquérito de 24-02-1984, esquema de organização de um laboratório para ensino e investigação, repositório da UP, po-2660, 0090.

Com os dados do programa preliminar, sintetizado em “fichas de espaços”, de 1986, a Universidade do Porto lança em 1988 o concurso de ideias, em duas fases, para adjudicação do projecto de arquitectura, tendo sido pré-seleccionadas três propostas<sup>530</sup>, sendo então escolhida a proposta de Pedro Ramalho e Luís Ramalho (1989).

Para a segunda fase do concurso, o júri<sup>531</sup> deliberou então escolher três trabalhos que correspondiam a três tipos de organização distintos, considerando que, cada um deles, constituía uma proposta com potenciais vantagens, mas também com inconvenientes a avaliar com o seu desenvolvimento.

Assim, a proposta de Pedro Ramalho e Luís Ramalho consistia em “esquema de construção compacta, respeitando a proposta viária do plano, propondo a não utilização imediata do terreno sul-nascente”<sup>532</sup>. O trabalho de Carlos Prata “propunha um esquema linear com articulação em ‘espinha’, partindo de galeria construída pretendendo ligar os dois terrenos”<sup>533</sup>. O trabalho de Adalberto Dias propunha um “esquema de quadrícula, privilegiando as comunicações a descoberto e ordenando em quarteirões a diversidade da construção mas implicando alterações no esquema viário do plano”<sup>534</sup>.

Analisando as propostas seleccionadas, o júri formulou as seguintes recomendações, tendo em vista a segunda fase do concurso: “A *solução em espinha*, com evidentes vantagens de clareza distributiva, permitindo que cada corpo que se lhe articula se configure e desenvolva de forma diferenciada, leva o princípio ao limite, provocando extensos percursos longitudinais – designadamente dos fluxos aulas/laboratório – e um exagerado perímetro de construção. Apresentando uma interessante alternativa para a localização da biblioteca, o desenvolvimento da solução deverá, em princípio, reduzir percursos e investimentos.

---

<sup>530</sup> Para a segunda fase foram seleccionadas três propostas, de entre 24 concorrentes (7 dos quais concluíram a primeira fase), as de Pedro Ramalho / Luís Ramalho, Carlos Prata e Adalberto Dias.

<sup>531</sup> Presidido pelo Reitor da UP, Alberto Amaral, e constituído por Luiz Cunha (autor do plano-estrutura desenvolvido para a D-GCE), Diogo Alpendurada (Assessoria de Planeamento da UP e Secretaria de Estado da Cultura), António Barbosa de Abreu, Abílio Cavalheiro, José Novais Barbosa (FEUP – Comissão Organizadora do Concurso), Nuno Portas, Alexandre Alves Costa (FAUP), e Manuel Marques de Aguiar (AAP), com o apoio de vários elementos da Comissão Organizadora do Concurso (Assessoria de Planeamento da UP).

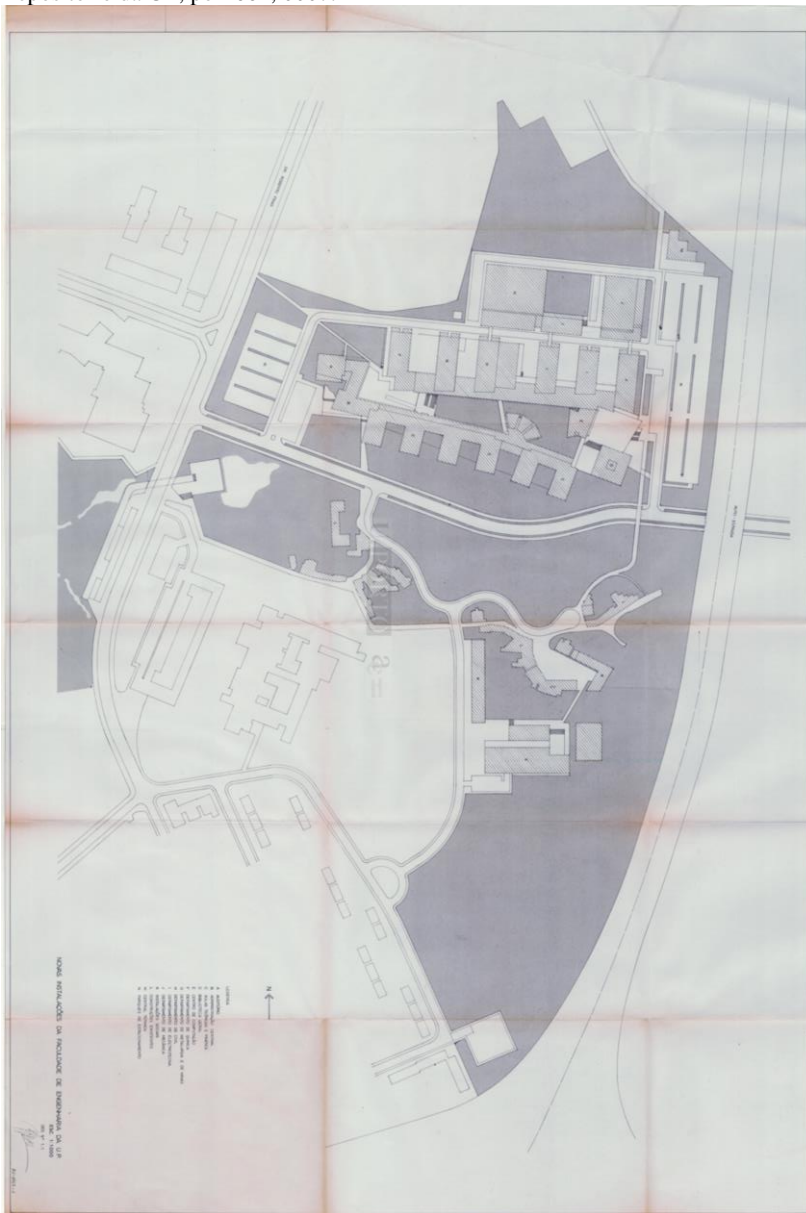
<sup>532</sup> In *Acta da Reunião do Júri do Concurso de Arquitectura para as Novas Instalações da Faculdade de Engenharia no Pólo 2 da Universidade do Porto*, Reitoria da Universidade do Porto, 20 de Setembro de 1988, repositório temático da UP, po-968, pp. 0163 a 0166.

<sup>533</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>534</sup> Idem, *ibidem*.

OPERAÇÃO	EXTENSÃO	CONTENHIDOS	REMARKS	STATUS	COMMENTS
1. AULA	...	...	...	...	...
2. GABINETES	...	...	...	...	...
3. AUDITÓRIO	...	...	...	...	...
4. BIBLIOTECA	...	...	...	...	...
5. LABORATÓRIOS	...	...	...	...	...
6. SALAS DE AULA	...	...	...	...	...
7. SALAS DE REUNIÃO	...	...	...	...	...
8. SALAS DE ESTUDO	...	...	...	...	...
9. SALAS DE ALMOÇO	...	...	...	...	...
10. SALAS DE ESPORTE	...	...	...	...	...
11. SALAS DE CULTURA	...	...	...	...	...
12. SALAS DE Lazer	...	...	...	...	...
13. SALAS DE REPOZICIONAMENTO	...	...	...	...	...
14. SALAS DE SERVIÇOS	...	...	...	...	...
15. SALAS DE SANITÁRIOS	...	...	...	...	...
16. SALAS DE COZINHA	...	...	...	...	...
17. SALAS DE LAVANDARIA	...	...	...	...	...
18. SALAS DE ESTÓFAS	...	...	...	...	...
19. SALAS DE ARMAZENAGEM	...	...	...	...	...
20. SALAS DE MANUTENÇÃO	...	...	...	...	...
21. SALAS DE REPARAÇÃO	...	...	...	...	...
22. SALAS DE TINTAS	...	...	...	...	...
23. SALAS DE TINTAS	...	...	...	...	...
24. SALAS DE TINTAS	...	...	...	...	...
25. SALAS DE TINTAS	...	...	...	...	...
26. SALAS DE TINTAS	...	...	...	...	...
27. SALAS DE TINTAS	...	...	...	...	...
28. SALAS DE TINTAS	...	...	...	...	...
29. SALAS DE TINTAS	...	...	...	...	...
30. SALAS DE TINTAS	...	...	...	...	...

[A200] Programa Preliminar da FEUP, Anexo I - Fichas de Espaços, Tomo I – Instalações Centrais, Salas de Aula e Gabinetes, Ficha n.º 01 – Auditório Principal. Repositório da UP, po-2661, 0007.



[A201] Anteprojecto da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 1992. Repositório da UP, po-1947.

A *solução compacta* otimiza as relações de proximidade entre os diferentes tipos de espaços, embora à custa das relações ambientais internas e com o exterior, mas não consegue mesmo assim incluir todos os espaços laboratoriais nem o centro de documentação, designadamente os laboratórios de Hidráulica e Acústica aparecem em contradição com o princípio distributivo e formal do conjunto.

A *solução em quadrícula* oferece grande facilidade de adaptação e faseamento do projecto e da construção. O mais evidente óbice desta solução é o de considerar o eixo viário de penetração do campus coincidente com um dos ‘corredores’ da Faculdade, que será necessário atravessar em todas as relações com os serviços e o centro de documentação. Este goza, em contrapartida, da melhor relação ambiental com a área do parque. É ainda questionável a opção de ocupação do terreno sul-nascente, afastando exageradamente unidades orgânicas de um mesmo departamento”<sup>535</sup>.

Tendo consciência da morosidade das obras, com mudanças quer nos responsáveis pelas decisões que dos critérios de avaliação para optimização das soluções, o júri recomenda a previsão de uma execução faseada e possibilidade de evolução do programa.

Na Acta Final, o júri fundamenta a escolha da proposta de Pedro Ramalho e Luís Ramalho, por “oferecer mais opções na distribuição principal, permitindo designadamente uma maior privacidade nas instalações dos docentes; apresentar uma maior independência das suas unidades, facilitando uma realização diversificada; prever acesso rodoviário periférico, facilitando eventuais expansões; oferecer a alternativa de um espaço aberto e central de comunicação ao longo de todo o conjunto edificado”<sup>536</sup>.

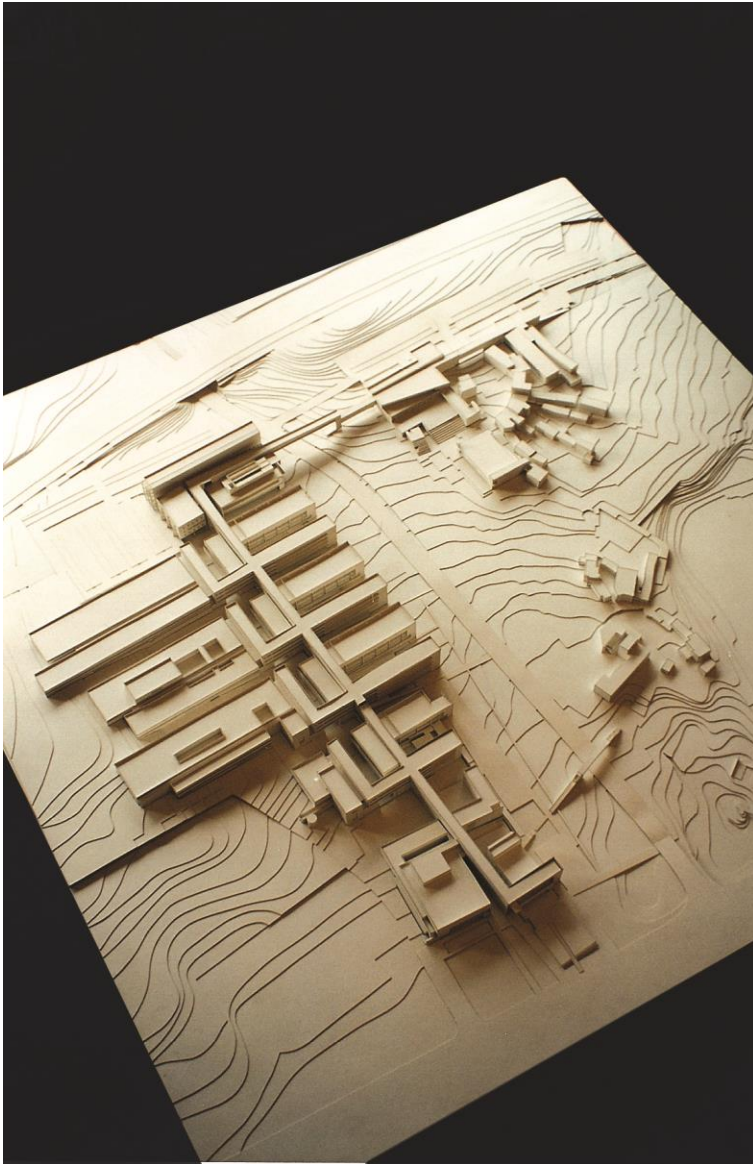
No mesmo documento recomenda-se ainda que sejam reconsideradas as localizações, programas e soluções dos espaços para a biblioteca, documentação e processamento de informação, assim como as relações com a envolvente (auto-estrada e núcleo antigo).

Decorreram assim cerca de 28 anos para a decisão de realocação da FAUP, escolha do projectista, desenvolvimento do projecto, adjudicação das obras e conclusão das mesmas.

---

<sup>535</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>536</sup> In *Acta Final do Júri do Concurso de Arquitectura para as Novas Instalações da Faculdade de Engenharia no Pólo 2*, Reitoria da Universidade do Porto, 8 de Junho de 1989, repositório temático da UP, po-967, pp. 0053 a 0055.



[A202] Proposta de Carlos Prata e de José Carlos Portugal para a 2.<sup>a</sup> fase do Concurso Público para a FEUP, proposta classificada em segundo lugar. [imagens cedidas por Carlos Prata]  
**(CLUSTER simples)**

A obra confrontou-se, no entanto, com vários problemas de início, pois os terrenos não se encontravam totalmente adquiridos e libertos<sup>537</sup>, e foi necessário rever os projectos de especialidades, face a novas exigências técnicas, o que atrasou ainda mais todo este processo.

Entretanto o Plano do Pólo II da Universidade do Porto de Luiz Cunha é em grande medida dedicado à estruturação da área destinada à Faculdade de Engenharia, ensaiando sucessivamente vários modelos com base em edifícios isolados, mas alinhados e contíguos ao longo de percursos, até aos mega-edifícios compactos.

Nas suas ‘soluções III e IV’, de maio de 1987, apresenta já uma morfologia aproximada da adoptada por Pedro Ramalho e Luís Ramalho, embora mais compacta e homogénea, sendo que na última daquelas versões é demarcado o ‘limite de terreno da FEUP’.

Nos estudos de 1988, Luiz Cunha regressa à concreção figurativa de uma sucessão de edifícios isolados dispostos ao longo de uma alameda alinhada com a rua do Doutor Plácido da Costa<sup>538</sup>, traçada como prolongamento desta.

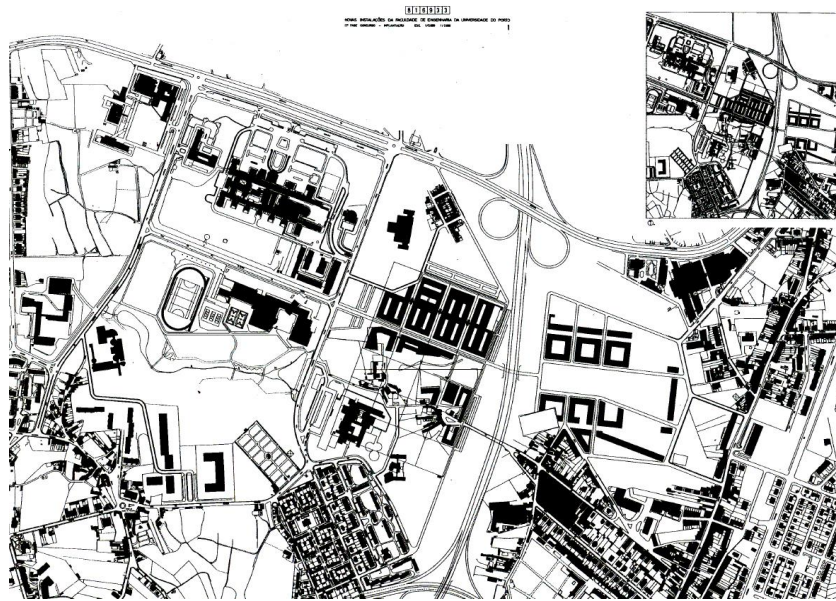
As opções de Pedro Ramalho e de Luís Ramalho, decorrem naturalmente da grande complexidade do programa, da envergadura da construção e da morfologia peculiar do terreno.

Assim, preocupando-se com uma clara inserção urbana ‘futura’, a construção principal apresenta-se com frente para a rua do Dr. Roberto Frias, onde se destacam a administração central e o volume do auditório, sendo que o conjunto das aulas práticas e anfiteatros é disposto ao longo da ‘via estruturante’ projectada (rua D. Frei Vicente da Soledad e Castro), constituindo uma grande estrutura redentada em ‘forma de pente’, e rematada pelo volume da biblioteca.

---

<sup>537</sup> A UP realojou um conjunto de habitações pré-fabricadas em terrenos localizados a norte do Sport Clube da Cruz, onde já estava projectada e mais tarde viria a ser aberta a ‘Via Estruturante’ da Faculdade de Engenharia, já traçada no plano-estrutura (1987) de Luiz Cunha, ligando a rua do Dr. Roberto Frias à zona da Areosa, passando pela passagem inferior preparada na A3.

<sup>538</sup> Ao contrário das primeiras soluções de janeiro e fevereiro de 1987, as soluções de maio do mesmo ano dispunham-se igualmente ao longo de um eixo (alameda), já não-alinhado rigidamente com a rua do Doutor Plácido da Costa, mas inflectido para norte.



[A203]

Proposta de Adalberto Dias para a 2.ª fase do Concurso Público para a FEUP, proposta classificada em terceiro lugar. [imagem cedida por Adalberto Dias] (*MAT-BUILDING*)



[A204]

Vista aérea dos terrenos destinados à FEUP, na Asprela, in *FEUP: O Projecto e a Obra*, Editora da Universidade do Porto, 2007, p. 46.

Na base cartográfica da CMP (Levantamento Aerofotogramétrico, à escala de 1/2.000) de 1979, surge entretanto implantada a FEUP a norte do Solar de Lamas, a Cantina e Associação/Residência de Estudantes a sul do lugar de Lamas, estando também demarcadas a A3, a Via Estruturante e os espaços projectados entre esta via e a rua Dr. Júlio de Matos. Observe-se que o volume principal de frente urbana (administração e anfiteatro) localiza-se precisamente no enfiamento do eixo da rua Dr. Plácido da Costa. A norte da ala de aulas práticas e anfiteatros localizam-se os volumes dos diversos departamentos ocupando a restante área até ao bairro da Areosa.

“Partiu-se de uma estrutura em grelha algo rígida que se foi, digamos, humanizando. Mas o esquema de princípio é o mesmo [que o do projecto inicial, com sensivelmente menos 20% de área de construção], a localização relativa dos sectores estratégicos da Faculdade manteve-se. O corpo dos serviços centrais e do auditório, as alas das salas de aula, os departamentos e naves, mantém as suas posições relativas. O que muda na solução inicial é a biblioteca central, que fazia a charneira com as áreas sociais, a sul, e que com o desaparecimento destas não fazia sentido manter nessa posição.”<sup>539</sup>

As experiências europeias de construção de novas universidades partem em geral de uma matriz em ‘malha’ (*mat-buildings*) ou de articulações lineares ou com formas diversificadas (*clusters*). Pedro Ramalho, adoptando relações de composição baseadas numa grelha e também em eixos e percursos, não contribuiu para um modelo de campus anglo-saxónico, dada a especialização do programa (da Faculdade) e não obstante as ideias assumidas pelos planos realizados por Luiz Cunha para a instalação do Pólo II da Universidade do Porto, que previam uma série de programas comuns como biblioteca, espaços comerciais e de serviços, entre outros. Luiz Cunha sempre manteve a esperança da constituição de um campus universitário na periferia da cidade, tendo uma ideia muito própria acerca do mesmo, que seria fundamentalmente assegurado por um espaço comum de convívio e de distribuição, incluindo apenas as escolas e funcionalidades complementares ou de acompanhamento, tentando manter uma estrutura ambiental e uma componente desportiva. Aspirava assim a uma ‘cidade universitária’ de periferia, como uma expansão especializada e segregada, como de resto se encontra no seu estado

---

<sup>539</sup> Pedro Ramalho em “conversa com Pedro Ramalho, Luís Ramalho e Raimundo Delgado”, in *FEUP: O Projecto e a Obra*, Editora da Universidade do Porto, 2007, p. 13.

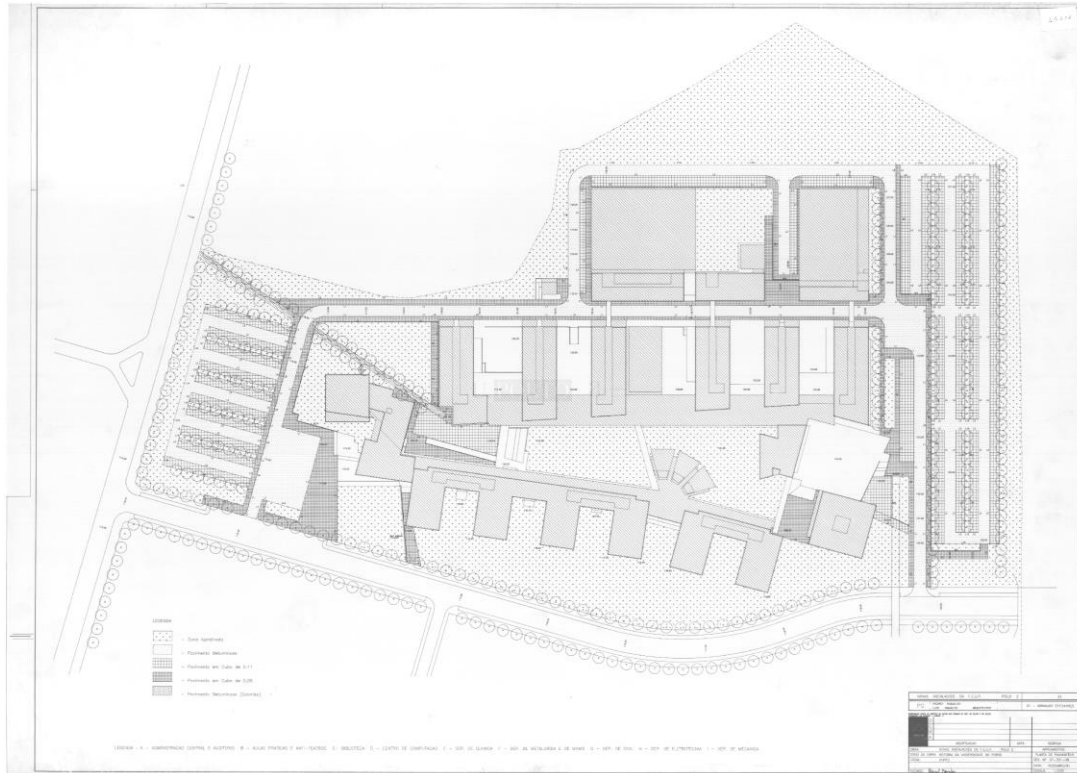


actual, embora com equipamentos direccionais de interesse regional e a área da Asprela foi englobada na cidade compacta.



[A205] FEUP, Pólo2, Projecto, 1 – Administração Central, 2 – Auditório, 3 – Aulas Práticas e Anfiteatros, 4 – Biblioteca, 5 – CICA, 6 – Dep. de Eng. Química, 7 – Dep. de Eng. Metalúrgica e de Materiais e Dep. de Eng. De Minas, 8 – Dep. de Eng. Civil, 9 – Dep. de Eng. Electotécnica e de Computadores, 10 – Dep. de Eng. Mecânica e Gestão Industrial, 11 – ECOFEUP, 12 – Cafeteria, 13 – Solar de Lamas, 14 – Residências/Hotel, 15 – Associação de Estudantes, 16 – Cantina, 17 – Recinto Desportivo, 18 – INESC, 19 – ISR, 20 – INEGI/IDMEC, in *FEUP: O Projecto e a Obra*, Editora da Universidade do Porto, 2007, p. 42.

**(CLUSTER DUPLO)**



[A206] Novas instalações da FEUP – Pólo 2, PG 01 – Arranjos exteriores, Arruamentos, Planta de pavimentos, Pedro Ramalho e Luís Ramalho, arquitectos, escala de 1/500, 1993. [desenho de Pedro Ramalho]

Como ‘grande projecto’, a Faculdade de Engenharia impõe-se no território, contribuindo expressamente para ‘fazer cidade’ em ‘anteriori’, marcada desde logo pela grande carga funcional que determina, apoiada nas vias e infra-estruturas existentes, motivando o seu desenvolvimento, expressando assim a cultura urbana do arquitecto. Mas também como ‘grande projecto’ permitiu a Pedro Ramalho construir uma cidade, projectar um ‘edifício-cidade’ pela forma como estabelece o sistema de articulações, distribuições e intersecções que organiza e disciplina todo o programa.

Organiza espaços de circulação, de estadia, serventias, jardins, praças e parques de estacionamento (pessoal permanente, alunos visitantes, membros de direcções, pessoal não permanente) e outros espaços que interessam ao programa, mas aludem à forma da cidade.

Não sendo vedado o recinto, os seus limites verificam um interessante potencial de indeterminação funcional, permitindo condições de inserção urbana e capacidade das suas volumetrias recortadas constituírem frentes urbanas qualificadas.

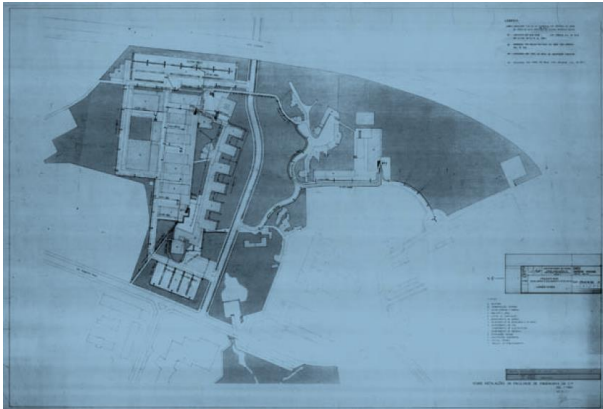
“No caso da FEUP, a nossa intensão foi conseguir articular os diferentes corpos com a diversificação e qualificação dos espaços livres, de modo a retirar ao conjunto a impressão maciça, compacta, decorrente da sua dimensão”,<sup>540</sup>.

No momento do projecto não existiam evidências urbanas no local, para além do Hospital Escolar e da Faculdade de Economia (e naturalmente, do que estava proposto por Luiz Cunha) sendo apenas aparente uma matriz orgânica e rural, e o que estava planeado e projectado tinha uma afirmação meramente virtual, pelo que foi este edifício que instaurou as primeiras referências de urbanização do local.

Com uma imagem depurada, apresenta uma linguagem clássica na composição das fachadas e recorte volumétrico, com desenho preciso que estabelece uma forte unidade conjunta, apesar da subtil diversidade dos seus diversos componentes, adequando-se à morfologia do suporte físico e pré-existências que legitimam as ‘torções’ e as morfologias ‘movimentadas’, decorrentes das opções tipológicas.

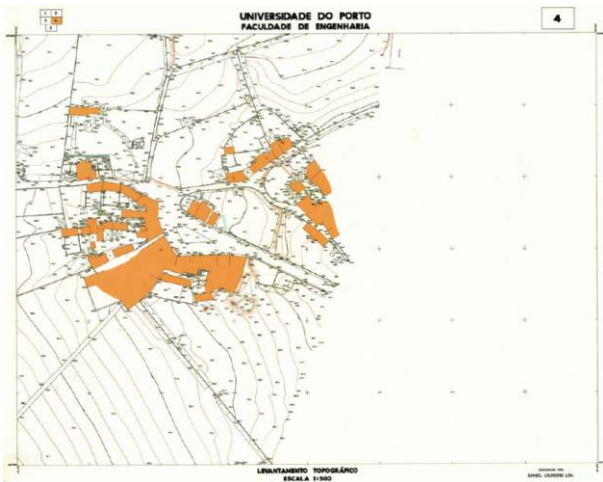
---

<sup>540</sup> Pedro Ramalho em “conversa com Pedro Ramalho, Luís Ramalho e Raimundo Delgado”, in op. cit., p. 14.



[A207] Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, projecto base, instalações e equipamento eléctrico, dezembro 1993.

[FERNANDES, Maria Eugénia Matos (coord.), 2007, A Universidade do Porto e a Cidade, Edifícios ao longo da História, um projecto de tratamento arquivístico e digitalização, Universidade do Porto, Arquivo Geral da Reitoria, Porto, Ed. UP, p. 183 (fig. 59)]



[A208] Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, levantamento topográfico.

[FERNANDES, Maria Eugénia Matos (coord.), 2007, A Universidade do Porto e a Cidade, Edifícios ao longo da História, um projecto de tratamento arquivístico e digitalização, Universidade do Porto, Arquivo Geral da Reitoria, Porto, Ed. UP, p. 182 (fig. 58)]



[A209] Novas instalações da FEUP, Pólo 2 UP, Departamento de Engenharia Civil . Corpo Sul, Alçados Norte e Nascente, Bloco 8, 15a 10-1993, Pedro Ramalho e Luís Ramalho, Arquitectos, esc. 1/100. ADUP REIT – Projectos de Instalações, desenho 01738.

O programa, sendo exigente, não poderia prever evoluções de longo tempo, e o terreno estava ‘tomado’ pela envergadura da solução delineada.

Organizado como um ‘corpo’, constituído por ‘cabeça e membros’ a solução arquitectónica desenha um organograma funcional, também de disposição urbanística das valências agregadas em unidades de programa, simultaneamente articulados em ‘malha’ e por precisas sequências espaciais, resultando num sistema integrado mas aberto, que se afirma formalmente pela dissolução do objecto único e pela variação de um mesmo padrão de composição de cada módulo, garantindo assim uma forte identidade a partir da diversidade afirmada com comedida monumentalidade.

O projecto inicial contemplava uma área de expansão, que já foi entretanto ocupada pela construção dos Institutos adstritos à Faculdade – o INESC (Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, e o INEGI (Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial). Foi igualmente constituída uma cafetaria como “ (...) um novo corpo que pretende corrigir as carências ao nível de espaços de sociabilização”.<sup>541</sup>

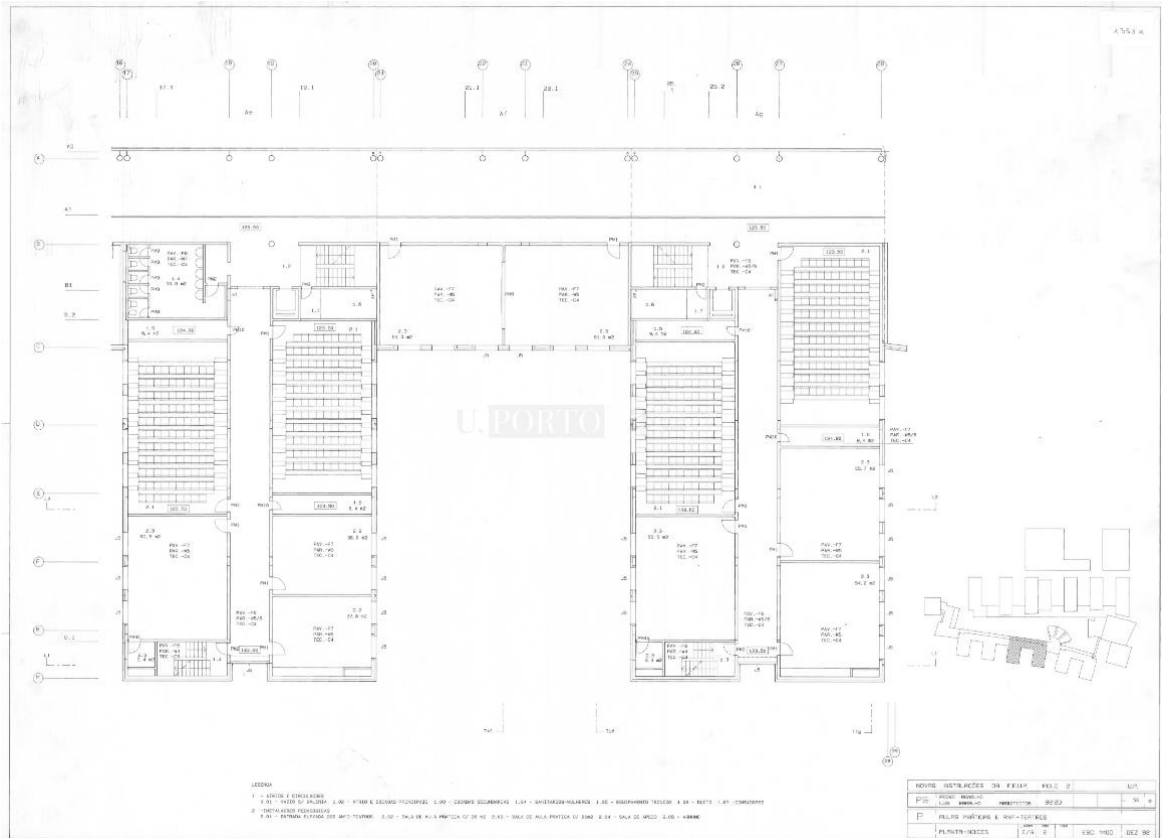
Na área a sul da via estruturante foi entretanto construída a cantina com cerca de 325 lugares, com acesso próprio por uma ponte de peões, acesso pela própria via estruturante, articulando-se ainda com o núcleo de matriz rural do lugar de Lamas.

Do que falta executar e pode ser feito, saliente-se o parque de estacionamento ‘dos estudantes’ que, aproveitando o declive existente e nivelando o terreno, permite a edificação de um silo com dois pisos semi-enterrados, mantendo uma plataforma à superfície, assim como, as intervenções de estruturação urbanística e ambiental previstas para as áreas adjacentes.<sup>542</sup>

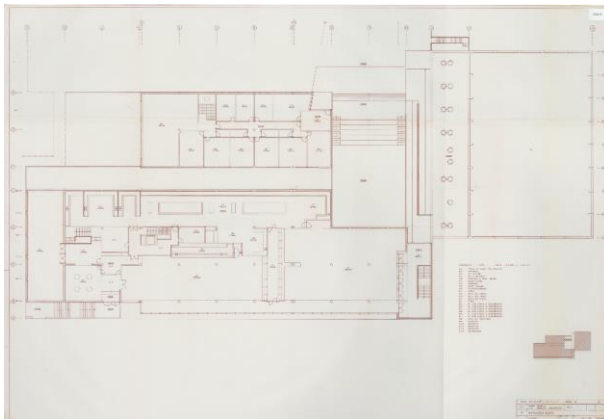
---

<sup>541</sup> Idem, *ibidem*, p. 22.

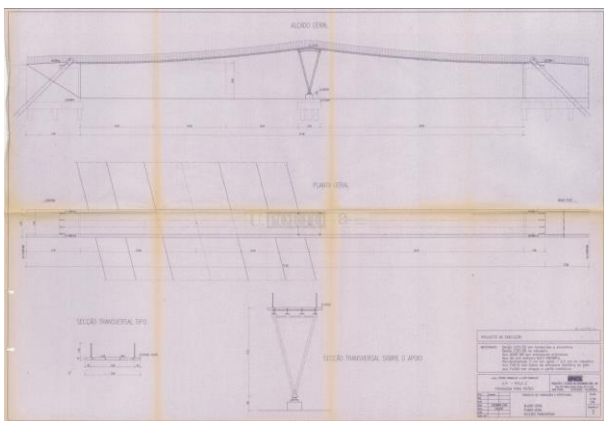
<sup>542</sup> Abordadas noutra local desta dissertação.



[A210] Novas instalações da FEUP, Pólo 2 UP, Aulas Práticas e Anfiteatros; Planta Índice, Bloco E/G-Piso 2, 56a, 12-1992, Pedro Ramalho e Luís Ramalho, Arquitectos, esc. 1/100. ADUP REIT – Projectos de Instalações, desenho 01358.



[A211] Novas instalações da FEUP, Pólo 2 UP, Instalações Sociais, Planta, Bloco 11, Piso 1, 2a, 11-1993, Pedro Ramalho e Luís Ramalho, Arquitectos, esc. 1/100. ADUP REIT – Projectos de Instalações, desenho 06005r.



[A212] Passagem para peões, FEUP, Pólo 2 UP, 1993, Pedro Ramalho e Luís Ramalho, Arquitectos, esc. 1/100 e 1/50. ADUP REIT – Projectos de Instalações.







## **IV. NOTA DE SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS**

EPÍLOGO TRANSITÓRIO  
AS LIÇÕES DA ASPRELA

## NOTA DE SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

### EPÍLOGO TRANSITÓRIO

### ALGUMAS LIÇÕES DA ASPRELA

#### SÍNTESE

A construção do Hospital Escolar do Porto (HEP) correspondeu à disponibilidade de terrenos e existência de uma boa serventia - a Estrada da Circunvalação - e a possibilidade de melhoramento ou de constituição de outros acessos. De resto, a localização deste equipamento correspondia já à compreensão da sua escala de influência regional.

Uma vez construído o HEP, foi decretada uma área de protecção que, rapidamente, e com alguns ajustes pontuais, constituiu o suporte de afectação de terrenos para a Cidade Universitária do Porto (CUP), cuja necessidade era manifesta com o crescimento da população escolar e com a alteração dos métodos e da currícula do ensino universitário. A área do Campo Alegre, afectada pelo nó dos acessos à Ponte da Arrábida, rapidamente ficou saturada.

O desejo do MOP, que tutelava a operação urbanística e a construção das instalações escolares, e da UP que desles necessitava, era o da constituição de um novo Pólo Universitário na Asprela, com todas as unidades orgânicas da Universidade do Porto.

No entanto, não existiam programas estudados que permitissem dimensionar as Faculdades, nem orientar os princípios das suas organizações tipológicas. Por outro lado, não existiam convicções acerca do modelo urbanístico mais adequado ou conveniente para a conformação de uma operação com a envergadura ambicionada.

Os responsáveis, os técnicos e os consultores da Reitoria e das suas diversas Faculdades e, sobretudo, da Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias

(CANIU), do MOP, aspiravam a uma forma de ‘campus’ de modelo anglo-saxónico, ligado à natureza, com todas as funcionalidades escolares, desportivas e circum-escolares reunidas como um domínio segregado da cidade, qualquer que esta fosse, cuja urbanização já penetrava no território, ao longo das principais estradas existentes. Mas, em simultâneo, o poder político receava a excessiva concentração de estudantes em espaços de ciência e cultura.

O facto da área central ser constituída por lameiros alagadiços, apontava para modelo com uma expressiva componente ambiental, desvalorizando os terrenos, porque impróprios para construção, mas que mais tarde acabaram também por ser parcialmente drenados e urbanizados, por falta de espaço para edificação de algumas funcionalidades. Os valores das aquisições de terrenos por parte do Estado compensavam os investimentos na sua salubização e modelação, cujas obras, no interior da área central, só foram executadas muito tardiamente, já nos anos 1990. Entretanto os poucos equipamentos construídos foram-se dispondo nas frentes dos arruamentos envolventes à grande bolsa da área central, dispensando dispendiosas obras de urbanização.

Tendo em vista o ordenamento da operação urbanística, foram encomendados estudos a Arménio Losa que, no plano de 1953 projectou uma expansão de base residencial, remetendo as instalações universitárias para a bolsa de terrenos entre o Hospital e a prevista Via Nordeste, mas que na versão de 1957 não chegaram a ser desenhadas, por indefinição do programa.

O plano de Oldemiro Carneiro (1960) tem como programa principal, a organização de uma ‘cidade desportiva’ na área central da Asprela (a zona do Campo Alegre não dispunha de terrenos suficientes), muito ao gosto do regime, e propunha uma via estruturante (paralela à Rua Dr. Roberto Frias) das futuras instalações universitárias (que resultavam assim ‘desligadas daquele eixo viário) para suposta resolução técnica dos problemas topográficos existentes. De resto, terá sido a topografia dos terrenos o factor determinante para a localização da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Estando já decidida a localização do Instituto Superior de Educação Física e dos seus campos de jogos, na área central a sul do Hospital Escolar (obrigando a aterros para modelação dos terrenos), a tutela viu-se confrontada com uma das mais importantes questões a decidir na Asprela, e que marcaria o futuro da operação urbanística a desenvolver – onde e com que forma implantar a Faculdade de Engenharia, cuja

realização estava já muito atrasada no início dos anos 70. Para o necessário estudo urbanístico foi contratado Luiz Cunha que colaborara nos trabalhos do Plano Director da Cidade do Porto, de Robert Auzelle (1962).

Os estudos de Luiz Cunha culminaram em 1988, com a aprovação do Plano Estrutura ou Plano para o Pólo II da Universidade do Porto, tendo o concurso para a Faculdade de Engenharia sido realizado no mesmo ano, tendo vencido a proposta de Pedro Ramalho e Luís Ramalho.

Estava então decidido o ‘grande programa’ da Asprela, e a Universidade do Porto foi construindo algumas faculdades e institutos, aparentemente com base na última versão de Luiz Cunha, mas alterando modelos e morfologias, e ajustando as implantações, sendo que o próprio Luiz Cunha apresentou diversas variantes às suas propostas iniciais.

Não retiramos conclusões finais desta investigação, mas tão-somente algumas considerações de percurso, já que a pesquisa continua em aberto a debate e novas contribuições, e persistem muitas das dúvidas iniciais.

Ainda assim pensamos que é possível estabelecer algumas sínteses a várias escalas, relativamente à Asprela, à cidade, ao projecto urbano, e a metodologias de análise, para conformação da actuação urbanística (entre planos e projectos de espaços colectivos e projectos de arquitectura com ‘consciência urbanística’).

Algumas destas sínteses foram, de resto, já sendo apontadas ao longo do corpo da dissertação.

Em relação à Asprela e a diversas análises acima estabelecidas, podemos reter que o território encontra-se de algum modo com défices permanentes de articulação respeitantes a nexos coerentes de coesão urbana e territorial.

As estruturas, à escala do sector urbano em questão e à escala do território, apresentam poucos factores ligantes, quer funcionais quer espaciais.

A questão que colocamos é a de como actuar em acções de estruturação conjunta de um determinado espaço da cidade já muito preenchido mas, ainda assim, manifestamente mal articulado.

Não partilhamos de grandes entusiasmos classificatórios das espécies de espaços e de sistemas, mas tão-somente da possibilidade em verificar um conjunto de condições, inerentes às características dos objectos, espaços e sistemas, que poderão importar ao aperfeiçoamento de algumas metodologias de análise e reconhecimento das novas realidades (das novas relações efectivas e potenciais a reconhecer na urbanização existente), metodologias que se pretendem potencialmente operativas no enquadramento da actuação urbanística actual.

Neste sentido, importa problematizar alguns aspectos inerentes ao conhecimento da realidade, ela própria instável, em constante transformação (parte significativa da qual consiste na modificação dos ‘modos’ de entendimento da realidade, perante novos contextos tecnológicos, sociais e económicos), e com manifestações frequentemente imprevisíveis.

Mas porque os enquadramentos são múltiplos e plurais (dependendo obviamente dos objectivos precisos e suas circunstâncias), e por isso mesmo ‘incompletos’.

Não só confrontamo-nos com um renovado ‘universo referido’, como operamos novo instrumental metodológico de um também renovado ‘universo de referência’.

Os efeitos de ‘palíndromo’ são frequentes ao observar um universo restrito, como a narrativa de um lipograma urbano permanentemente incompleto, frustrante, pleno de interferências que inibem ou retardam acções e processos (como os meandros de algumas práticas da gestão urbanística, ou a multiplicidade das prerrogativas tutelares, por exemplo).

“A abundância das coisas a organizar faz com que me conforme com ordenações provisórias, pouco mais eficazes que a anarquia inicial”<sup>543</sup>.

“Quando instauramos uma classificação reflectida, (...) qual é, pois, o solo a partir do qual podemos estabelecê-lo com inteira certeza? Em que ‘tábua’, segundo qual espaço de identidades, de similitudes, de analogias, adquirimos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas? Que coerência é essa — que se vê logo não ser nem determinada por um encadeamento a-priori e necessário, nem imposta por conteúdos imediatamente sensíveis? Pois não se trata de ligar consequências, mas sim de aproximar e isolar, de analisar, ajustar e encaixar conteúdos concretos; nada mais tacteante, nada mais empírico (ao menos na aparência) que a instauração de uma ordem entre as coisas; nada que exija um olhar mais atento, uma linguagem mais fiel e mais bem modulada; nada que requeira com maior insistência que se deixe conduzir pela proliferação das qualidades e das formas. E, contudo, um olhar desavisado bem poderia aproximar algumas figuras semelhantes e distinguir outras em razão de tal ou qual diferença: de fato não há, mesmo para a mais ingénua experiência, nenhuma similitude, nenhuma distinção que não resulte de uma operação precisa e da aplicação de um critério prévio”<sup>544</sup>.

---

<sup>543</sup> PEREC, Georges, 1986, *Pensar / classificar*, Barcelona, Gedisa, p. 116.

<sup>544</sup> FOUCAULT, Michel, 1966, *Les Mots et les Choses - Une Archéologie des Sciences Humaines*, (prefácio), Paris, Gallimard, p. IX.

O tempo curto coexiste com o tempo longo, a heterotopia exige novas atitudes de estruturação significativa espelhadas na contingência das centralidades ou necessidade das mesmas.

A presente dificuldade de leitura e de (re)interpretação de determinados espaços não-centrais da cidade, decorre da sua formação lenta em simultâneo com os momentos de precipitação de determinadas decisões no seu interior e envolvente, ou ainda da manifestação da crise de completamento de nexos funcionais insuspeitos ou entretanto planeados mas não executados.

A Asprela, tal como se encontra, formou-se por uma série de convulsões, bem como o território envolvente, mas por ordens distintas de preenchimento em circunstâncias diversificadas.

Com os traçados da macroestrutura viária de serventia regional e articulações internas pouco desenvolvidas constituiu-se como uma ‘ilha’ sitiada, espaço reservado para a deposição de funcionalidades de ensino e de saúde com dimensões expressivas, de todo o modo como uma nova centralidade específica, marcada pela especialização funcional e concentração de ‘materiais pesados’ e importantes funcionalidades da macroestrutura territorial.

Com os traçados da meso-estrutura adquiriu algum potencial de articulação interna à mesma escala de serventia e distribuição (com a Estrada da Circunvalação, ligação nascente-poente), prejudicada pela carga funcional (entre outros aspectos, nomeadamente os inerentes à organização da mobilidade viária que, aproveitando o enlace da Área Central, atribui-lhe competência de grande ‘rotunda’).

Com a infraestrutura de metro ligeiro conectou-se com a ‘centralidade central’, permanecendo débeis e incompletos todos estes níveis de articulação de traçado, em especial a transição entre a meso e a macroestrutura de comunicações.

O tempo longo da actuação urbanística é uma das razões do constante fracasso do planeamento da cidade no que respeita ao controlo e (re)ajustamento funcional e ambiental de muitos dos seus sectores (partes). A leitura do existente não integra o que falta realizar por falta de ‘entregas’ urbanísticas com evidência prospectiva suficiente que possa abarcar toda uma pluralidade de dimensões de intervenção e uma multiplicidade de tempos de processamento. Descolam-se assim os entendimentos dos diversos níveis de abordagem disciplinar, perante a concentração de factos urbanos desarticulados em espaço incompleto, mal tratado e disfuncional, como periferia

incapaz de afirmar a sua essência paradoxal enquanto centralidade singular, como uma ‘periferia central’, uma espécie peculiar de depósito de (mono)funcionalidades e espaço marcado pela ausência de determinados condimentos das centralidades tradicionais (direccionalidade, miscigenação, compacidade, simbolismo, representação política e económica, etc.).

O processo de suburbanização da cidade excluiu a área da Asprela, reservando-a para ocupações mais exigentes que o mero crescimento e expansão da forma urbana e a actuação dos poderes públicos.

Desde a decisão de localização do Hospital Escolar na Asprela, ambicionou-se para este amplo espaço então disponível, a construção de uma outra cidade – a cidade universitária – preparando-se então os correspondentes programas, reservando e comprando os necessários terrenos.

No espaço descontínuo da periferia jogavam-se interesses de afirmação do regime político não democrático, sucessivamente frustrados pelas realizações dos seus principais intérpretes, ainda assim marcados por opções modernistas, funcionalistas e eclécticas.

Os fragmentos foram-se acumulando já em período democrático, até ao limite da saturação, por programas avançados de investigação e de transferência de novas tecnologias, ligados aos centros de investigação das faculdades da UP e do IPP.

Assiste-se assim à conformação de novas formas complexas da cidade contemporânea que, tal como na cidade ‘fordista’, manifesta propensão para a especialização e diferenciação das suas funcionalidades, agregando no território da Asprela, como polaridade tripartida, uma cidade universitária, de saúde e de inovação tecnológica.

Verifica-se, no ‘laboratório da Asprela’ um ‘corte’ entre o conhecimento disciplinar adquirido pela urbanística e as novas condições de desenvolvimento urbano, nomeadamente no que respeita à necessária interpretação multiescalar do ‘puzzle’ resultante da sucessiva acumulação das diversas formas emergentes, com exigências de reajustes de estruturação urbanística e estruturação ambiental, em exercício de grande indeterminação.

Formas com concreção em tempo longo, mas precipitadas (cada uma das suas partes) por convulsões periódicas, por vezes com a mutação significativa do conjunto, complexificando-o.



“O medo produz desconforto e incerteza, bloqueando o debate, impedindo o aproveitamento da inércia das tendências culturais que dificultam a mudança”<sup>545</sup>.

A complexidade parece não contribuir favoravelmente para a leitura, fundamentação e condução da intervenção urbanística, mas antes a um conhecimento ou experiência agora redutora e estática.

Trata-se de um estado de aparente perplexidade, da ausência de uma “projectualidade global, capaz de recentrar a urbanística na política e na cultura, conferindo-lhe sentido e perspectiva”<sup>546</sup>.

A separação entre a urbanística e a arquitectura oculta e desfoca a narrativa da complexidade, como ambiente de projectação, reduzindo-a frequentemente a impressões casuísticas e hesitações quanto ao conjunto.

A imprevisibilidade da actuação urbanística (a planificação deixou de ser previsível) face a dinâmicas volúveis e insipientes, determina a falência metodológica de correlações estabelecidas como estáveis e permanentes face ao solo e face a um conjunto de propósitos de natureza morfológica e social, com precisos efeitos significantes.

Sendo por vezes demasiadas as indecisões, a ‘flexibilidade’ já não tem concreção prospectiva fácil, tornando-se no que a disciplina não entende, ‘não quer’ ou não ‘sabe fazer’.

Determinados arquétipos mais perenes e antes invariáveis, poderão tornar-se eles próprios contingentes e duvidosos.

No mesmo sentido, os ‘tempos’ das decisões às realizações tornou-se, ele próprio, frequentemente incerto, do qual não se pode inferir o horizonte de perenidade do projecto urbano, da sua suposta adequação à realidade que opera e modifica. Só neste cruzamento de campos de incertezas, multiplicam-se as hesitações da cultura urbanística estabelecida, mesmo sem convocar directamente os aspectos de ordem cultural, económica e social, em profunda mutação e, como tal, também de difícil representação morfológica ou tipológica.

A superação do desconhecido só será possível pelo conhecimento acrescentado ao exercício da projectação através da representação do existente e dos seus problemas por diversos níveis de abstracção e às devidas escalas de pertinência.

---

<sup>545</sup> PAVIA, Rosario, 2005, *Le paure dell’urbanistica*, Roma, Meltemi, p. 7.

<sup>546</sup> idem, *ibidem*.

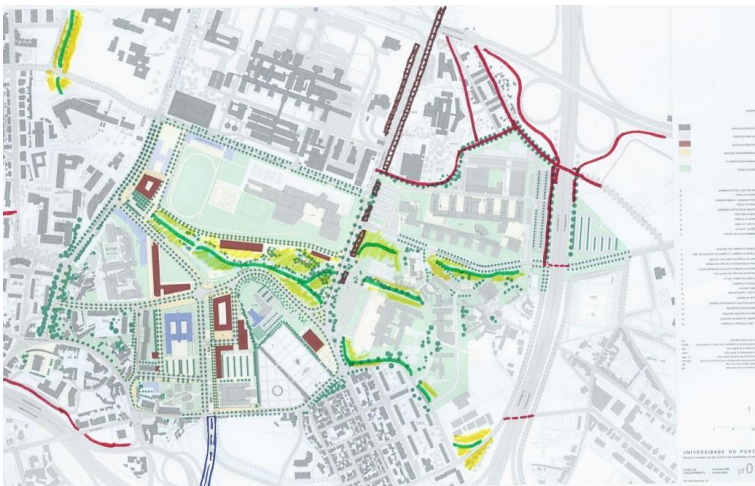
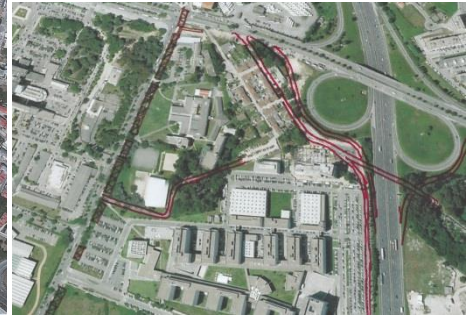
A concertação de programas, agentes e diversos outros factores, deverá ser porventura destemida perante obstáculos intransponíveis resultantes de factos consumados, imprevisibilidade das acções estratégicas operadas no intuito da indução de dinâmicas favoráveis a aproximações morfológicas facilmente reconhecíveis, do tempo longo das actuações interactivas, entre outros factores de conveniência ou de adversidade.

Em síntese, propomos a modificação do sector da Asprela pela constituição de ligantes territoriais (clusters territoriais). Uma estrutura em direcção ao centro, por prolongamento da alameda, ligando o parque da Asprela com o parque da Quinta do Covelo (onde se encontram importantes equipamentos de ensino), passando pela junta de Freguesia de Paranhos. Esta estrutura espacial, que implica a alteração do nó da VCI, poderá ter várias funcionalidades agregadas, e que correspondam a usos com elevado sentido cívico, colectivo e cultural.

A outra estrutura ligante consiste na pedestrenização da rua do Dr. Roberto Frias, a norte da Faculdade de Economia, que inclua, por exemplo, o metro aéreo e o trânsito em túnel, possivelmente a considerar na eventualidade da inserção da segunda fase do Metro do Porto, ou por outro enquadramento operativo a considerar.

Ambas as estruturas poderão adquirir formas inovadoras e evolutivas com maior ou menor complexidade, ligando-se ou aproximando-se às funcionalidades existentes, conferindo-lhes sentido conjunto, e simultaneamente representar a qualificação (autónoma do espaço público).

Mais uma vez, pensando em metodologias operativas, voltamos a pensar em propostas que as possam interpretar como abordagens projectuais.



[A213] ASPRELA, programas de estruturação urbanística e qualificação ambiental, não implementados. [RM]



## **V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

monografias, ensaios, teses, artigos e catálogos  
BIBLIOGRAFIA INSTAURADORA

Aa.Vv., s/d, *Categorias da Narrativa*, Lisboa, Vega.

Aa.Vv., 1993, *Principi e forme della città*, Milano, Garzanti.

Aa.Vv., 1994, “Campo de Santiago”, in *Vinte anos na construção da Universidade de Aveiro*, Aveiro, Universidade de Aveiro / Fundação João Jacinto de Magalhães.

Aa.Vv., 2002, “A Condição Pós-Moderna”, in *JA - Jornal Arquitectos*, n. 208, Lisboa, OA.

Aa.Vv., 2004, *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970. Um Património a Conhecer e Salvar*, Lisboa, IGESPAR / Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Catálogo da exposição itinerante.

Aa.Vv., 2009, “Ocupação Dispersa: Problemática, Custos e Benefícios”, in *Sociedade e Território*, n. (temático) 42, Porto, Afrontamento.

Aa.Vv., 2009, *50 Anos do Hospital de São João 1959-2009: Um Lugar na Cidade...*, Porto, Cooperativa de Actividades Artísticas Árvore.

Aa.Vv., 2009, *Hospitalidade*, Porto, Ideias Maiores.

Aa.Vv., *Le Corbusier: An Atlas of Modern Landscapes*, New York, MoMA.  
<https://www.moma.org/calendar/exhibitions/1297>

Aa.Vv., GOMES, Ricardo Miguel, 2009, *Hospital de São João, 50 Anos de Sonho e Resistência*, Porto, HSJ.

Aa.Vv., 2013, *Le Corbusier: An Atlas of Modern Landscapes*, New York, MOMA.

ACKERMAN, James S., 2003, *Architettura e Disegno. La rappresentazione da Vitruvio a Gehry*, Milano, Electa.

ADORNO, Theodor W., TIEDEMANN, Rolf (eds.), 2002 (1970), *Aesthetic Theory*, London, Continuum.

AGACHE, Alfred Donat, 1930, *Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação, Extensão e Embelezamento*, Paris, Foyer Brésilien.

AGIER, Michel, 1999, *L'invention de la ville, Banlieues, Townships, Invasions et Favelas*, Paris, Édit. des Archives Contemporaines.

ALCOZER, Federica, GABRIELLI, Simona, GASTALDI, Francesco, 2004, *Associazione Urbanregeneration + Città*, Firenze, Alinea.

ALEXANDER, Christopher, 1973 (1964), *Notes on the Synthesis of Form*, Cambridge Mass. and London, Harvard University Press.

ALEXANDER, Christopher, 1965, “A city is not a tree” in *Architectural Forum*, Abr. / Mai. 1965, ed. (trad.) portuguesa, revista *Arquitectura*, n. 95, Jan./Fev, p. 25.

ALEXANDER, Christopher, ISHIKAWA, Sara, SILVERSTEIN, Murray, 1977, *A Pattern Language: Towns, Building, Construction*, New York, Oxford University Press.

ALLEN, Stan, 1999, “Infrastructural Urbanism”, “Field Conditions”, in *Point + Lines: Diagrams and Projects for the City*, New York, Princeton Arch. Press.

ALLEN, Stan, 2009 (2000), *Practice: Architecture, Technique and Representation*, London and New York, Routledge.

ALLIÈS, Paul, 1980, *L'invention du territoire*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.

ALMEIDA, Luís de, 2009, *Serviço de Ortopedia do Hospital de S. João: 50 anos de actividade: 1959-2009*, Porto, FMUP.

AMARAL, Diogo Freitas do, 1989, *Direito do Urbanismo* (Parte I – Introdução Geral), *Direito do Urbanismo*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração (INA).

ANDREOTTI, Libero, XAVIER, Costa (ads.), 1996, *Theory of the Dérive and other situationist writings on the city*, Barcelona, MACBA, ACTAR.

ANDREOTTI, Libero, XAVIER, Costa (eds.), 1996, *Situacionistas: Arte Política, Urbanismo*, Barcelona, Museo d'Art Contemporani de Barcelona, MACBA, ACTAR.

APOLLINAIRE, Guillaume, 2012 (1914), *Idéogrammes*, Maldoror (título da edição original, *Et moi aussi je suis peintre*, Paris, L'Union).

ARCHIGRAM, 1999 (1972), *Archigram*, New York, Princeton Arch. Press.

ARGAN, Giulio Carlo, 1960, *Prefazione a Paul Klee, Diari 1898-1918*, Milano, il Saggiatore.

ARENDT, Hannah, 2007 (1958), *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, (ed. original, 1958, *The Human Condition*, Chicago, The University of Chicago).

ARENDT, Hannah, 1961, *La condition de l'homme moderne*, Paris, Calmann-Lévy.

ARENDT, Hannah, 1968 (1961), *Between Past and Future: Six Exercises in Political Thought*, New York, Penguin.

ARMITAGE, John (ed.), 2011, *Virilio Now: Current Perspectives in Virilio Studies*, Cambridge Mass., Polity Press.

ARNHEIM, Rudolf, 1971, *Entropy and Art. An Essay on Disorder and Order*, Los Angeles, Londres, Berkeley, University of California Press.

ARNHEIM, Rudolf, 1978, *La forma visual de la arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili.

ARNHEIM, Rudolf, 1985, *El pensamiento visual*, Barcelona, Paidós.

ARRAIZ, Miguel, “Ciudad para la Sociedad del S. XXI”, Recompilació de las *Jornadas Internacionales de Debate Ciudad para la Sociedad del S. XXI*, Colegio Territorial de Valencia, Ed. Colegio Territorial de Valencia.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, PORTAS, Nuno, TOUSSAINT, Michel, SOUSA, Rui Morais, 2000, *Universidade de Aveiro: Arquitectura e Urbanismo*, Lisboa, White § Blue.

ASCHER, François, DOMINGUES, Álvaro (trad.), 1998, (1995), *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta. (edição original, 1995, *Métapolis: ou l'avenir des villes*, Paris, Odile Jacob).

ASCHER, François, 2005, (2000), *société hypermoderne ou Ces événements nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs*, La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube.

ASCHER, François, 2010 (2001 e 2004), PORTAS, Nuno (pref.), LOBO, Margarida Souza (trad.), VALENTE, Ana (trad.), *Novos Princípios do Urbanismo, seguido de Novos Compromissos Urbanos, um léxico*, Lisboa, Livros Horizonte. (títulos originais: *Les Nouveaux Principes de l'Urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour*, e, *Les Nouveaux Compromis Urbains, Lexique de la ville plurielle*, La Tour-d'Aigues, Ed. de l'Aube, 2001, e, 2004).

ASHBY, William Ross, 1960, *Design for a Brain: The origin of adaptative behavior*, New York, John Wiley & Sons.

ATKINSON, Rowland, BRIDGE, Garry, 2005, *Gentrification in a global context: the new urban colonization*, London and New York, Routledge.

ATTOE, Wayne, LOGAN, Donn, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Los Angeles, University of California.

AUGÉ, Marc, 1982, *The Anthropological Circle: Symbol, Function, History*, New York, Cambridge University Press.

AUGÉ, Marc, 1992, *Non-Lieux. Introduction à une Anthropologie de la Surmodernité*, Paris, Seuil.

AUGÉ, Marc, 2005 (1992), *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Lisboa, 90°.

AUGÉ, Marc, Lévi-Strauss, Claude (postface), 2014 (1992), *Territoires de la mémoire, les collections du patrimoine ethnologique dans les écomusées*, Thonon-les-Bains, l'Albaron-Présence du livre.

AUGÉ, Marc, 2013, *Les nouvelles peurs*, Paris, Payot.

AURELI, Pier Vittorio, 2008, *The Project of Autonomy, Politics and Architecture Within and Against Capitalism*, New York, Princeton Arch. Press.

AURELI, Pier Vittorio, 2011, *The Possibility of an Absolute Architecture*, Cambridge Mass, The MIT Press.

AURELI, Pier Vittorio, 2013, *DOGMA, 11 Projects*, London, Architectural Association.

AURELI, Pier Vittorio, 2013, *Less is Enough: On Architecture and Asceticism*, Moscow, Strelka Press. [e-Book disponível em <www.strelkapress.com>].



- AURELI, Pier Vittorio (ed.), 2013, *The City as a Project*, Berlin, Ruby Press.
- AURIAC, Franck, BRUNET, Roger, 1998, *Espaces, jeux et enjeux*, Paris, Fayard & Fond. Diderot
- AUZELLE, Robert, 1962, “Playdoier pour une organisation consciente de l’espace, illustrations de Luíz Cunha”, in *L’Architecture d’Aujourd’hui*, 117, Oct./Nov. 1962, pp. 1-7.
- AYMONINO, Carlo, RABAÇA, Ana (trad.), 1975, *O significado das cidades*, Lisboa, Presença.
- AYMONINO, Aldo, MOSCO, Valerio Paolo (coord.), 2006, *Spazi pubblici contemporanei. Architettura a volume zero*, Milano, Skira.
- BACHELARD, Gaston, 1961 (1957), *La poétique de l’espace*, Paris, PUF.
- BACHELARD, Gaston, GILSON, Étienne (foreword), STILGOE, John R. (new foreword), 1994 (1957), *The poetics of space, The classic look how we experience intimate places*, Boston, Beacon Press.
- BACHELARD, Gaston, KEARNEY, Richard (intod.), DANIELEWSKI, Mark Z. (foreword), 2014 (1957), *The poetics of space*, New York, Penguin Books.
- BACHELARD, Gaston, 1966, *Le nouvel esprit scientifique*, Paris, F. Alcan.
- BACON, Edmund N., 1992 (1967), *Design of Cities*, London, Thames and Hudson.
- BADIE, Bertrand, 1995, *La fin des territoires, Essai sur le désordre international et l’utilité sociale du respect*, Paris, Fayard.
- BADILLO JIMÉNEZ, Walberto, 2012, *El Modelo Barcelona de espacio público y diseño urbano: evolución de los espacios colectivos de la ciudad. De la Casa Bloc a L’Illa Diagonal*, Barcelona, FBAUB.
- BAJTIN, Mijail, 1981, “Forms of Time and of the Chronotope in the Novel. Notes towards a Historical Poetics”, in *The Dialogical Imagination. Four Essays by M. M. Bakhtin*, Austin, University of Texas Press, pp. 84-258.
- BAKEMA, Jacob, 1981, *Thoughts about Architecture*, London, Academy.
- BALBO, Pier Paolo, 1992, *Il progetto urbano*, Roma, Gangemi.
- BALONAS, Pedro, 2005, “Unidades do Hospital de São João, Porto: 1992-2003”, in *Arquitectura Ibérica – Equipamentos Nº 11* (out/nov 2005), Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp.138-158.
- BANDEIRA, Pedro, et al., CEPEDA, André, et al., (fotografias), 2009, *Rescaldo e ressonância*, Porto, Universidade do Porto.
- BANERJEE, Tridib, SOUTHWORTH, Michael (eds), LYNCH, Kevin, 1990, *City sense and city design, Writings and Projects of Kevin Lynch*, Cambridge, Mass., The MIT Press.

BANHAM, Reyner, 1980 (1960), *Theory and Design in the First Machine Age*, Cambridge, Mass., The MIT Press, (ed. em castelhano, 1985, *Teoría y diseño en la primera era de la máquina*, Barcelona, Paidós).

BANHAM, Reyner, 1966, *The New Brutalism: Ethic or Aesthetic?*, New York, Reinhold.

BANHAM, Reyner, 1984 (1969), *Architecture of the Well-Tempered Environment*, Chicago, University of Chicago Press.

BANHAM, Reyner, 1981 (1976), *Megastructure: Urban Futures of the Recent Past*, London, Thames and Hudson, (ed. em castelhano, 2001, *Megaestructuras: Futuro urbano del pasado reciente*, Barcelona, Gustavo Gili).

BANHAM, Reyner, [et al.], 1999, *A Critic Writes by Reyner Banham*, Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press.

BANHAM, Reyner, RISSELADA, Max (ed.), 2011, *Alison & Peter Smithson, A Critical Anthology*, Barcelona, Polígrafa.

BARATA FERNANDES, Francisco José, 1999, *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*, Porto, FAUP.

BARATA SALGUEIRO, Teresas, 1997, “Lisboa: metrópole policêntrica e fragmentada”, in *Finisterra*, n. 32 (63), Lisboa, CEG, pp. 179-190.

BARATA SALGUEIRO, Teresa, 1998, “Cidade pós-moderna: espaço fragmentado”, in *Inforgeo*, n. 12/13, pp. 225-235.

BARATA SALGUEIRO, Teresa, 1999, “Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano”, in *Inforgeo*, n. 14, pp. 65-76.

BARATA SALGUEIRO, Teresa, 2000, “Fragmentação e exclusão nas metrópoles”, in *Sociedade e Território*, n. 30, pp. 16-26.

BARATA SALGUEIRO, Teresa, 2001, *Lisboa, Periferia e Centralidades*, Oeiras, Celta.

BARBOSA, José Novais, 2007, “A concepção e a Construção das Novas Instalações da Faculdade de Engenharia no Pólo II”, in *FEUP: O Projecto e a Obra*, Editora da Universidade do Porto, 2007

BARTHES, Roland, 1953, *Le Degree Zero de L'Écriture*, Paris, Seuil.

BARTHES, Roland, 1977 (1953), *O grau zero da Escrita seguido de Elementos de Semiologia*, Lisboa, Edições 70.

BARTHES, Roland, 2007 (1964), *Elementos de Semiologia*, Lisboa, Edições 70.

BARTHES, Roland, 1979, *Lição*, Lisboa, Edições 70.

BARTHES, Roland, 1981 (1980), *A câmara clara*, Lisboa, Edições 70.

BAUDRILLARD, Jean, 1998 (1968), *Le Système des Objets*, Paris, Gallimard.

BAUDRILLARD, Jean, 1981, *Para uma Crítica da Economia Política do Signo*, Lisboa, Ed. 70, (ed. orig., 1972, *Pour une Critique de L'Économie Politique du Signe*, Paris, Gallimard).

BAUDRILLARD, Jean, 1981, *A Sociedade de Consumo*, Lisboa, Ed. 70, (ed. orig. 1970, *La Société de Consommation*, Paris, Planete).

BAUDRILLARD, Jean, 1991, *Simulacros e Simulação*, Lisboa, Relógio d'Água, (ed. orig. 1981, *Simulacres et Simulation*, Paris, Galilée).

BAUDRILLARD, Jean, 2006, (2001), *Utopia Deferred, Writings for Utopie (1967-1978)*, Semiotext(e), Cambridge Mass., London, The MIT Press, (ed. original, 2001, *Le Ludique et le policier & autres écrits parus dans utopies: 1967-1978*, Paris, Sens & Tonka).

BAUDRILLARD, Jean, NOUVEL, Jean, 2002, *Les objets singuliers: Architecture et philosophie / Jean Baudrillard, Jean Nouvel*, Paris, Arléa.

BAUDRILLARD, Jean, PROTO, Francesco, BROADFOOT, Keith, 2006, *Mass Identity Architecture: Architectural Writings of Jean Baudrillard*, New York, John Wiley & Sons.

BAUMAN, Zygmunt, 2002 (1973), *La cultura como praxis (Culture as Praxis)*, Barcelona, Paidós (London, Sage).

BAUMAN, Zygmunt, 1998 (1997), *O Mal-Estar da Pós- Modernidade*, Rio de Janeiro, Zahar.

BAUMAN, Zygmunt, 2000, *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press, Blackwell.

BAUMAN, Zygmunt, 2005, *Liquid Life*, Cambridge, Polity Press.

BAUMAN, Zygmunt, 2006 (2005), *Confiança e medo na cidade*, Lisboa, Relógio d'Água.

BAUMAN, Zygmunt, 2006, *Liquid Fear*, Cambridge, Polity Press.

BAZZI, Agata, BOERI, Stefano, CROTTI, Sergio, GABRIELLI, Bruno, INFUSSI, Francesco, ISCHIA, Ugo, MACCHI, Cesare, Cassia (cura), MIONI, Alberto, MONESTIROLI, Antonio, ROMANO, Marco, SAMUELS, Ivor, SECCHI, Bernardo, SPAGNOLO, Roberto, 1994, (1989), *Il progetti urbanistico come strumento didattico, un introduzione agli studi di architettura*, Milano, Città Studi Edizione.

BECCARIA, Gian Luigi (coord.), 2007, *Dizionario di linguistica e di filologia, metrica, retorica*, Torino, Einaudi.

BECKERT, Cristina, 1998, *Subjectividade e Diacronia no Pensamento de E. Levinas*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

BEIGEL, Florian, 2009, *City Structures*, London, Architecture Research Unit.

BEIGEL, Florian, CHRISTOU, Philip, 2010, *Architecture as City: Saemangeum Island City*, New York, Springer Verlag.

BEIGEL, Florian, CHRISTOU, Philip, BANK, Alex, CASSWELL, Sam, DRAKE, Gemma, GRAHAM, Tom, 2010, *Urban Figures*, London, ARU, London Metropolitan University.

BEIRA, Eduardo, 2009, “Michael Polanyi (1959): O estudo do homem”, in *Inovação & Desenvolvimento, Engenharia & Tecnologia, WP 90* (out. 2009), Working papers “Mercados e Negócios: Dinâmicas e Estratégias”, The MIT Portugal, p. 6.

BELTING, Hans, MORÃO, Artur (trad.), 2014 (2002), *Antropologia da Imagem*, Porto, Dafne.

BELTING, Hans, MORÃO, Artur (trad.), 2011 (2005), *A Verdadeira Imagem*, Porto, Dafne.

BENEVOLO, Leonardo, 1987, (1963), *As origens da urbanística moderna*, Lisboa, Presença, (ed. orig., 1963, *Le origini dell'urbanística moderna*, Bari, Laterza).

BENEVOLO Leonardo, 1976, *Storia della città*, Bari, Laterza.

BENEVOLO, Leonardo, MELOGRANI, Carlo, LONGO, Tommaso Gíura, 1980, *Projectar a Cidade Moderna*, Lisboa, Presença.

BENEVOLO, Leonardo, 1982, *Historia de la Arquitectura Moderna*, Barcelona, Gustavo Gili.

BENEVOLO, Leonardo, 1989, “I progetti nel piano”, in *Casabella*, n. 563, Milano, Electa, pp. 34-36.

BERET, Chantal, BURGARD, Chrystèle (coord./cat.), 2001, *Nouvelles de nulle part, utopies urbaines, 1789-2000*, Valence (expo./cat.), Musée de Valence et Centre Pompidou.

BERMAN, Marshall, 1989 (1982), *Tudo o que é sólido se dissolve no ar, a aventura da modernidade*, Lisboa, Ed. 70, (ed. orig., 1982, *All that is Solid Melts into Air*, New York, Penguin).

BIANCHETTI, Cristina, 2003, *Abitare la città contemporanea*, Milano, Skira.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (dir.), 2003, *Retours en ville: des processus de “gentrification” urbaine aux politiques de “revitalisation” des centres*, Paris, Descartes.

BIRD, Jon, et al. (eds), 1993, *Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change*, London and New York, Routledge.

BLASER, Werner, 1991 (1972), *Ludwig Mies van der Rohe*, Barcelona, Gustavo Gili.

BOBBIO, Roberto, 1998, “Forma e utilità delle analisi morfologiche”, in *Urbanistica*, n. 111, Milano, FrancoAngeli.

BOCCHI Renato, 1984, *La forma dello spazio urbano*, Venezia, Cluva.

BOCCHI Renato, 1993, *Morfologia e Progetto della città*, Milano, CittàStudi.

BOERI, Stefano, LANZANI, Arturo, MARINI, Edoardo, 1993, *Il territorio che cambia: ambienti, paesaggi e immagini della regione milanese*, Milano, Abitare Segesta.

BOERI, Stephano, 1998/1999 (1997), “Eclectic Atlases: Four Possible Ways of Seeing the City”, in *Daidalos (Berlin architectural journal)*, n. 69/70, Dec. 1998/Jan. 1999, Berlin, Bertelsmann, pp. 102-113.

BOERI, Stefano, 2003, “Eclectic Atlases”, in *Multiplicity. USE (Uncertain States of Europe). A trip through a changing Europe*, Milan, Skira, pp. 424-451.

- BOERI, Stefano, BASILICO, Gabriele, 1998, *Italy: cross sections of a country*, Zurich, Scalo.
- BOERI, Stefano et al., 2000, *Mutaciones; Rem Koohaas, Harvard: project on the city*, Barcelona, ACTAR.
- BOERI, Stefano, 2011, *L'Anticittà*, Roma e Bari, Laterza.
- BOESIGER, Willy (org.), 1946, *Le Corbusier: Œuvre Complete, 1938-1946*, Zurich, Gisberger.
- BOHIGAS, Oriol, 1976, *Once Arquitectos*, Barcelona, La Gaya Ciencia.
- BOHIGAS, Oriol, 2000, “En defensa de la urbanidade”, in BORJA, Jordi, MUXÍ, Zaida, 2003 (2000), *El espacio público, ciudad y ciudadanía*, Barcelona, Electa.
- BOLLNOW, O. Friedrich, 1968, *Hombre Y espacio*, Barcelona, Labor.
- BORDIN, Alain, 2005, *La Métropole des Individus*, La Tour d'Aigues, Éd. de l'Aube
- BORGES, Jorge Luis, 2005 (1935), *Historia universal de la infâmia*, Buenos Aires, Emecé.
- BORGES, Jorge Luis, 2015 (1995), *O livro dos seres imaginários*, Lisboa, Quetzal.
- BOURDIEU, Pierre, 1989, “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”, in BOURDIEU, Pierre, 1989, *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel, pp. 107-132.
- BOURDIEU, Pierre, 1989, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, Pierre, 1993, *La Misère du Monde*, Paris, Seuil.
- BORJA, Jordi, CASTELLS, Manuel, BELIL, Mireia (col.), BENNER, Chris (col.), 1997, *Local y global, la gestión de las ciudades en la era de la información*, Madrid, Taurus.
- BORJA, Jordi, MUXÍ, Zaida, 2003 (2000), *El espacio público, ciudad y ciudadanía*, Barcelona, Electa.
- BORJA, Jordi, CASTELLS, Manuel, (con la collaborazione di Mireia Belil e Chris Benner), 2002, *La città globale. Sviluppo e contraddizioni delle metropoli nel terzo millennio*, Novara, De Agostini.
- BORJA, Jordi, et al., 2003, *La Ciudad Conquistada*, Madrid, Alianza.
- BORJA, Jordi, MUXÍ, Zaida (eds.), 2004, *Urbanismo en el siglo XXI, una visión crítica. Bilbao, Madrid, Valencia, Barcelona*, Barcelona, UPC.
- BOSMAN, Jos, 2006, *Team 10: In Search of a Utopia of the Present 1953-1981*, Rotterdam, NAI010 Publishers.
- BOSSI, Paolo, MORONI, Stefano, POLI, Matteo (a cura di), 2010, *La città e il tempo: interpretazione e azione*, Santarcangelo di Romagna (RN), Maggioli.
- BOUDEVILLE, J,R, 1968, *L'Espace et les Pôles de Croissance*, Paris, PUF - Presses Universitaires de France.

BOUDON, Philippe, 2002, *Échelle(s): l'architecture comme travail d'épistémologie*, Paris, Anthropos.

BOURDIEU, Pierre, 1995, *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge, Cambridge University Press.

BOURDIN, Alain, 2005, *La métropole des individus*, Paris et La Tour d'Aigues, Éd. de l'Aube.

BOURDIN, Alain, 2011, (2010), *O urbanismo depois da crise*, Lisboa, Livros Horizonte. (título original, 2010, *L'urbanisme d'après crise*).

BOUTWELL, Alan, MITCHELL, Mike, 1969, "Planning on a national scale, Continuous city for 1.000.000 human beings", in *DOMUS* 470 s. 6 (Jan. 1969), Milan, Domus Ed.

BOYER, M. Christine, 1993, "The city of illusion: New York's public places", in KNOX, Paul (ed.), 1993, *The Restless Urban Landscape*, New Jersey, Prentice Hall, pp. 111-126.

BOYER, M. Christine, 2008, "The many mirrors of Foucault and their architectural reflections", in DEHAENE, Michiel, DE CAUTER, Lieven (coord.), *Heterotopia and the city: Public space in a postcivil society*, London and New York, Routledge, pp. 53-74.

BRAZINHA, Joaquim, 1990, *Projecto Clássico em Arquitectura*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Lisboa, FAUTL, policopiado.

BRANZI, Andrea, 1971, "No-Stop City, Residential Parking, Climatic Universal System", in *Domus* n. 496, Milano, Domus Ed.

BRANZI, Andrea, 1992, *The complete works / Andrea Branzi*, London, Thames and Hudson.

BRANZI, Andrea, 1992, *Luoghi*, Berlin, Ernst&Sohn.

BRANZI, Andrea, 2006, *Modernità debole e diffusa. Il mondo del progetto all'inizio del XXI secolo*, Milano, Skira.

BRANZI, Andrea, 2006, *No-stop city, par/by Archizoom Associati*, Orleans, HXX.

BRANZI, Andrea, 2008, *Open Enclosures*, Paris, Fondation Cartier pour L'art Contemporain.

BRENNER, Neil J., ed., 2014, *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*, Berlin, Jovis.verlag.

BRETON, André, 1971 (1928), *Nadja*, Lisboa, Estampa.

BRETON, André, 1971 (1937), *O Amor Louco*, Lisboa, Estampa.

BRETON, André, 1985 (1924), "Premier Manifeste du Surrealisme", in *Manifestes du Surréalisme*, Paris, Folio Essais.

BRIDGE, Gary, WATSON, Sophie (eds.), 2002, *A companion to the city*, Malden Oxford, Blackwell.

BRIGHENTI, Andrea Mubi (ed.), 2013, *Urban Interstices: The Aesthetics and the Politics of the In-between*, Farnham, Ashgate

BROADBENT, Geoffrey, et al. (eds.), 1980, *Signs, symbols and architecture*, New York, John Wiley & Sons.

BROADBENT, Geoffrey, 1995, *Emerging Concepts in Urban Space Design*, London, Taylor & Francis.

BROWN, Denise Scott, VENTURI, Robert, 1971, *Aprendiendo de todas las cosas*, Barcelona, Cuadernos Infimos, Tusquets.

BRUANT, Catherine, 2001, “Donat-Alfred AGACHE, 1875-1959, L’Urbaniste: une philosophie sociale”, in *Urbanisme* n. 321, Novembre/Decembre, pp. 77-83.

BRUANT, Catherine, 2002, “Donat-Alfred AGACHE, 1875-1959”, in BERDOULAY, V., CLAVAL, P. (dirs.), 2002, *Aux débuts de l’urbanisme français*, Paris, L’Harmattan, pp. 133-150.

BRUCE, Vicki, GEORGESON, Mark A., GREEN, Patrick R., 1996, *Visual Perception: Physiology, Psychology and Ecology*, Oxford, Psychology Press.

BRUNET, Roger (coord.), 1986, *Espaces, jeux et enjeux*, Paris, Fayard, Fondation Diderot.

BUCKMINSTER FULLER, Richard, 2008 (1969), *Utopia or Oblivion: The Prospects for Humanity*, Munken, Lars Müller.

BUCKMINSTER FULLER, Richard, 1981, *Critical Path*, New York, St. Martin’s Press.

BUNSCHOTEN, Raoul, HOSHINO, Takuro, BINET, Hélène, 2001, *Urban Flotsam: Stirring the City*, Rotterdam, CHORA Office, NAI010 Publishers.

BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan (eds.), 2010 (2007), *The Endless City: The Urban Age Project by the London School of Economics and Deutsche Bank’s Alfred Herrhausen Society*, London, Phaidon.

BURDETT, Ricky, SUDJIC, Deyan (eds.), 2011, *Living in the Endless City*, London, Phaidon.

BUSBEA, Larry, 2007, *Topologies: The Urban Utopia in France, 1969-1970*, Cambridge Mass., The MIT Press.

BUSQUETS, Joan, Ecole Polytechnique Federal de Lausanne (Département d’Architecture), 1991, *L’architecture à l’échelle intermédiaire*, Barcelona et Lausanne, DA-EPFL.

CACCIARI, Massimo, 1997, *L’arcipelago*, Milano, Adelphi.

CALABUIG, Debora Domingo, GOMEZ, Raúl Castellanos Gomez, RAMOS, Ana Abalos, 2013, “The Strategies of Mat-Building”, in *AR-The Architectural Review*, London, AR.  
<http://www.architectural-review.com/essays/the-strategies-of-mat-building/8651102.article>

CALAFATI, Antonio Giulio, 2009, *Economie in cerca di città, la questione urbana in Italia*, Roma, Donzelli.

CALTHORPE, Peter, FULTON, William, 2001, *The Regional City*, Island Press.

- CALVINO, Italo, 2011 (1972), *As Cidades Invisíveis*, Alfragide, Teorema.
- CAMAGNI, Roberto, GIBELLI, Maria Cristina, RIGAMONTI, Paolo, 2002, *I Costi collettivi della città dispersa*, Firenze, Alinea.
- CAMPOS, Ezequiel de, 1932, *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, Porto, Ed. Empresa Industrial Gráfica.
- CAMPOS, Ezequiel de, 1943, *O enquadramento geo-económico da população portuguesa através dos séculos*, 2.ª ed. ampliada, Lisboa, Revista Ocidente.
- CAMPOS-VENUTI, Giuseppe, 1981, (1978), *Urbanismo y Austeridad*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, (ed. orig., *Urbanistica e austerità*, Milano, Feltrinelli).
- CAMPOS-VENUTI, Giuseppe, 1985, “Rinnovamento e continuità nella política urbanística Bolognese”, in *Transizione*, nº1/85, Bolonha.
- CAMPOS-VENUTI, Giuseppe, 1994 (1987), *La Terza Generazione dell’Urbanistica*, Milano, FrancoAngeli.
- CAMPOS-VENUTI, Giuseppe, OLIVA, Federico (eds.), 1993, *Cinquant’anni di urbanistica in Italia, 1942-1992*, Bari, Laterza
- CANCLINI, Néstor García, 2000, *La globalización imaginada*, Barcelona, Paidós.
- CANDILIS, Georges, 1972, *Recherches sur l’Architecture des Loisirs*, Stuttgart, Karl Kramer Verlag.
- CANDILIS, Georges, JOSIC, Alexis, WOODS, Sadrach, 1975, *La Naissance d’une Ville Nouvelle*, Stuttgart, Karl Kramer Verlag.
- CANIGGIA, Gianfranco, KMAFFEI, Gianluigi (a cura), 1997, *Ragionamenti di Tipologia. Operatività della tipologia processuale in architettura*, Firenze, Alinea.
- CARATI, Francesca, 2004, *Sulla città contemporanea: letture e riflessioni*, Milano, FrancoAngeli.
- CARDOSO, Abílio, 1990, *De ponte a ponte: o processo de urbanização da área metropolitana do Porto desde os anos cinquenta*, Porto, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Comissão de Coordenação da Região do Norte.
- CARDOSO, Abílio, 1996, *Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento*, Porto, Departamento de Engenharia Civil da FEUP e Afrontamento.
- CARDOSO, António P. C., 1997, “A Arquitectura e o urbanismo do Porto pós-almadino e os modelos franceses e flamengos”, in *Lisboa iluminista e o seu tempo*, Lisboa, Universidade Autónoma.
- CARDOSO, António P. C., 1998, “Arquitectura e urbanismo em Amarante: o arquitecto Januário Godinho”, in *Actas do Congresso Histórico de Amarante*, Porto, UP.
- CARERI, Francesco, 2001, *Costant. New Babylon, una città nómade*, Torino, Testo e Immagine.



CARERI, Francesco, 2002, *Walkscapes. El andar como práctica estética. Walking as na aesthetic practice*, Barcelona, Gustavo Gili.

CAREY, John (ed.), 1999, *The Faber Book of Utopias*, London, Faber and Faber.

CARNEIRO, Alberto, 1995, *Campo Sujeito e Representação no Ensino e na Prática do Desenho/Projecto*, Porto, FAUP.

CARNEIRO, Alberto, TÁVORA, Fernando, MORENO, Joaquim, 2002, *Desenho Projecto de Desenho*, Lisboa, MC, IAC.

CARNEIRO, Alberto, 2003, “Jardins de Kyoto”, *Aula de Projecto V*, 9 Abril de 2003, FAUP, [doc. em arquivo RM].

CARVALHO, Marta Filipa Almeida, 2008, *O papel do plano do Pólo II da Universidade de Coimbra no processo de transformação urbana da cidade: uma metodologia de ocupação da expansão*, Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano Porto, FAUP.

CARVALHO, Nuno, 2000, *Eleitos de Paranhos contra caos no pólo da Asprela*, *Jornal Público*, 2000, 22 de Outubro

CASSATELLA, Claudia, 2001, *Iperpaesaggi*, Torino, Testo e Immagine.

CASSIA, Cesare Macchi (coord.), 1989, *Il progetto urbanístico come strumento didattico, un'introduzione agli studi di architettura*, Milano, CittàStudi.

CASSIA, Cesare Macchi (coord.), 1991, *Il Grande Progetto Urbano, La forma della città e i desideri dei cittadini*, Roma, La Nuova Italia Scientifica.

CASTELLS, Manuel, 1972, *La question Urbaine*, Paris, Maspero.

CASTELLS, Manuel, GODARD, Francis, 1974, *Monopolville: l'emprise, l'État, l'urbain*, Paris, Mouton.

CASTELLS, Manuel, 1984, “Space and Society: Managing the New Historical Relationships” in SMITH, Michael Peter (ed.), 1984, *Cities in Transformation*, Beverly Hills and London, Sage, pp. 235-260.

CASTELLS, Manuel, 1996, “The Rise of the Network Society”, vol. I de *The Information Age: Economy, Societ and Culture*, Malden/Oxford, Blackwell.

CASTELLS, Manuel, 2005, (1996), (*The Rise of the Network Society*), *A Sociedade em Rede*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELLS, Manuel, 1997, *The Power of Identity*, Oxford, Malden/Oxford, Blackwell.

CASTEX, Jean, DEPAULE, Jean-Charles, PANERAI, Philippe, 1977, *Formes Urbaines: de l'ilot à la barre*, Paris, Dunod.

CASTRO, Paulo S. M. Tavares de, 2001, *Memórias da FEUP: no início do funcionamento das novas instalações* (catálogo de uma exposição). Porto, FEUP.

CEFAÏ, Daniel, PASQUIER, Dominique (edits.), 2003, *Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques*, (Actes du colloque du CURAPP-Centre Universitaire de Recherches sur l'Action Publique et le Politique), Paris, PUF.

CEFAÏ, Daniel, PASQUIER, Dominique, 2003, "Introduction", in CEFAÏ, Daniel, PASQUIER, Dominique (edits.), 2003, *Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques*, (Actes du colloque du CURAPP-Centre Universitaire de Recherches sur l'Action Publique et le Politique), Paris, PUF., p. 26.

CELANT, Germano, GHIRARDO, Diane, MOLINARI, Luca (ed.), 2008, *Aldo Rossi: Drawings*, London, Skira.

CENTRE GEORGES POMPIDOU, 1994, *Archigram*, Paris, Centre Georges Pompidou.

CENZATTI, Marco, "Heterotopias of difference", in DEHAENE, Michiel, DE CAUTER, Lieven (ed.), 2008, *Heterotopia and the city: Public space in a postcivil society*, London and New York, Routledge.

CESARI, Maurice Mûnir, 1973, *La Lectura del Ambiente*, Barcelona, Publicação Colégio Oficial de Arquitectos de Catauña y Baeares.

CEVER, Francisco Asensio, 1997, *International Landscape Architecture*, Barcelona, Arcoedit.

CHALAS, Yves, 2004, *L'Imaginaire aménageur en mutation, cadres et référents nouveaux de la pensée et de l'action urbanistiques*, Paris, L'Harmattan.

CHALJUB, Bénédicte, 2010, *Candilis-Josic-Woods*, Paris, Infolio.

CHARRE, Alain (dir.), 2001, *Les Nouvelles Conditions du Projet Urbain, Critique et méthodes*, #Mégapole n° 22, Hayen, Sprimont, Pierre Mardaga.

CHOAY, Françoise, 1965, *L'Urbanisme: Utopies et Réalités*, Paris, Seuil.

CHOAY, Françoise, 1973, *La città: Utopie e realtà*. Torino, Einaudi.

CHOAY, Françoise, 1988, "Conclusion", in MERLIN, Pierre (ed.), 1988, *Morphologie urbaine et parcellaire*, Saint-Denis, PUV.

CHOAY, Françoise, 2000, *O Urbanismo*, São Paulo, Perspectiva.

CHOAY, Françoise, 2003, *Espacements: l'évolution de l'espace urbain en France*. Milano, Skira.

CHOAY, Françoise, 2004, (1994), "El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad", in MARTÍN RAMOS, Ángel (ed.), 2004, *Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos*, Barcelona, UPC, pp. 61-72, (ed. orig., 1994, "Le règne de l'urbain et la mort de la ville", catalogue de l'exposition "*La ville: art et architecture en Europe, 1870-1933*", Paris, Centre Georges Pompidou, pp. 26-35).

CHOAY, Françoise 2007 (1980), *A Regra e o Modelo, Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópico.

CINA, Giuseppe (coord.), 1996, *L'innovazione del Piano - Temi e strumenti urbanistici a confronto*, Milano, FrancoAngeli.

CIORRA, Pippo, MARINI, Sara, 2011, *Re-Cycle: Strategie per l'architettura, la città e il pianeta*, Milano, Electa, Roma, Maxxi Architettura.

CLAEYS, Gregory, SARGENT, Lyman Tower (eds.), 1999, *The Utopia Reader*, New York and London, NY University Press.

CLEMENT, Alexander, 2011, *Brutalism: Post-War British Architecture*, Ramsbury, Crowood Press.

CLÉMENT, Gilles, 2007, (2004), *Manifesto del Tercer paisaje*, Barcelona, Gustavo Gili.

CLETO, Joel, JACQUES, Sérgio, 2013, *O Porto de Nasoni, Guia de Arquitectura e Património*, Porto, Esencia del Lugar.

COELHO, João Rodrigo, 2012, *O projecto do espaço público nas áreas de expansão da cidade consolidada: o caso do bairro da Malagueira*, EURAU'12, Porto, FAUP.

COHEN, Jean-Louis, LION, Yves, 2005, *Urban textures*, Basel, Birkhäuser.

COHEN, Jean-Louis (org.), McLEOD, Mary (org.), 2013, “*Saint-Dié: A Modern Space Conception for Postwar Reconstruction*”, in Aa.Vv, *Le Corbusier: An Atlas of Modern Landscapes*, New York, MoMA.

COLQUHOUN, Alan, 2005 (2002), *La Arquitectura Moderna. Una historia desapasionada*, Barcelona, Gustavo Gili.

COLQUHOUN, Alan, FRAMPTON, Kenneth (intr.), 2008, *Collected Essays in Architectural Criticism*, London, Black Dog.

CONDE, Yago, 2000 (1994, UPC), *Architecture of the indeterminacy*, Barcelona, ACTAR.

COOK, Peter, 1994, *A Guide to Archigram, 1961-74*, London, Academy Editions.

COOK, Peter, 1999, *Archigram*, New York, Princeton Arch. Press.

COOK, Peter, 2004, *The City, Seen as a Garden of Ideas*, New York, Monacelli.

CORBO, Stefano, 2014, *From Formalism to Weak Form: The Architecture and Philosophy of Peter Eisenman*, London and New York, Routledge.

CORBOZ, André, 1990, “L’urbanística del XX secolo: un bilancio”, in *Urbanistica* n. 101, Rome, INU, Milano, FrancoAngeli, pp. 7-12.

CORBOZ, André, 1994. “L’ipercittà”, in *Urbanistica*, n. 103, Milan, FrancoAngeli, pp. 6-10.

CORBOZ, André, 2001, “Attention à l’implicite!”, in CHARRE, Alain (dir.), 2001, *Les Nouvelles Conditions du Projet Urbain, Critique et méthodes*, #Mégalopole n° 22, Hayen, Sprimont, Pierre Mardaga, pp. 27-28.

CORBOZ, André, 2004, (1983), “El Territorio como Palimpsesto”, in MARTÍN RAMOS, Ángel (ed.), *Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos*, Barcelona, UPC, pp. 25-34, (ed. orig., 1983, *Le territoire comme palimpseste et autres essais*, Besançon, Les Éd. de L’imprimeur).

CORDEIRO, José Manuel Lopes, 2000, “A academia politécnica”, *Jornal Público*, 2000, 17 de Setembro.

COSTA, Alexandre Alves, TAVARES, André, 2001, *Mapa de Arquitectura do Porto*, Lisboa, Argumentum, Edições, Estudos e Realizações.

COSTA, Alexandre Alves, TAVARES, André, 2003, *Mapa de Arquitectura do Porto: Plano de Arquitectura*, Porto, FAUP Publicações.

COSTA, Alexandre Alves, 2007, *Introdução ao Estudo da História de Arquitectura Portuguesa*, Porto, FAUP.

COSTA, Aníbal Styliano, 2000, “Paranhos já tinha problemas de sobra”, *Jornal Notícias*, 29 de Fevereiro.

COSTA, Guim, 2004, *Barcelona 1992-2004*, Barcelona, Gustavo Gili.

COULSON, Jonathan, ROBERTS, Paul, TAYLOR, Isabelle, 2011, *University Planning and Architecture: The search for perfection*, Oxon, Routledge.

CRANG, Mike, THRIFT, Nigel, 2000, *Thinking Space*, London and New York, Routledge.

CRISTINA, Benedetto, GOBBI SICA, Grazia (coord.), 1999, *Architettura e rinnovo urbano*, Firenze, Alinea.

CROMPTON, Dennis, 2012, *A Guide to Archigram 1961-74*, Archigram Archives, New York, Princeton Architectural Press.

CROSTA, Pier Luigi, 1990, *La política del piano*, Milano, FrancoAngeli.

CROTTI, Sergio, 1989, “Didattica e metodologia del procedimento progettuale”, in CASSIA, Cesare Macchi (coord.), 1989, *Il progetto urbanístico come strumento didattico, un'introduzione agli studi di architettura*, Milano, CittàStudi

CUFF, Dana, SHERMAN, Roger (eds.), 2011, *Fast-Forward Urbanism, Rethinking Architecture's Engagement with the City*, New York, Princeton Arch. Press.

CULLEN, Gordon, 1964, (1961), *Townscape*. London, The Architectural Press.  
(ed. Portuguesa, 2006, *Paisagem Urbana*, Lisboa, Ed. 70).

CUNHA, Luiz, 1965, “Museu de arte e Arqueologia do Seminário Maior do Porto, 1957-1962”, in *Arquitectura* n. 87, Mar./Abr., 1965, Lisboa, AAP, pp. 76-79.

CUNHA, Luiz, 1968, “Igreja de São Mamede de Negrelos, Santo Tirso / Luís Cunha”, in *Arquitectura* n. 102, Março./Abr., 1968, Lisboa, AAP, pp. 68-72.

CUNHA, Luiz, 1970a, “Reflexões sobre as megaestruturas urbanísticas e a arquitectura celular”, in *Binário*, n. 147, Maio 1970, Lisboa, FCG, p. 264, (participação de Luíz Cunha no Congresso da Federação Europeia da Cultura, Roterdão).

CUNHA, Luiz, 1970b, «Reflexões sobre as megaestruturas urbanísticas e a arquitectura celular», in *Binário 147*, dez. 1970, p. 264.

CUNHA, Luiz, 1971, “Centro de caridade no Porto / Luiz Cunha”, in *Binário*, n. 153, Junho 1971, Lisboa, FCG, pp. 360-366.

CUNHA, Luíz, 1973, *Plano, Memória Descritiva e Justificativa do Plano Estrutura para o Pólo 2 da Universidade do Porto*, Porto, Repositório Temático da UP.

CUNHA, Luíz, 1974, “Entrevista ao Jornal de Notícias de 30/11/1974”, in *ADUO REIT*, recortes de imprensa.

CUNHA, Luís, 1982, “Capa, Desenho, Luiz Cunha: Projectos e Outros Desenhos”, in *Arquitectura*, Ano IV, (4.ª Série), Fevereiro de 1982, pp.16, 42-75.

CUNHA, Luís, 1985, “Centro Psico Geriátrico de N. Sra. de Fátima na Parede, Cascais / Luiz Cunha”, in *Jornal dos Arquitectos*, 33/34, jan./fev. 1985, pp. 55-56.

CUNHA, Luiz, 1995, “Plano de Pormenor do Polo II da Universidade do Porto /Luiz Cunha”, in *Jornal dos Arquitectos* 154, dez. 1995, pp. 25-29.

CUNHA, Luiz, 1998, “entrevista com Luiz Cunha”, in *unidade u06*, p. 76.

CUNHA, Luiz, 2000, “Uma realidade no limite do imaginário: entrevista a Luís Cunha por José Charters Monteiro”, in *Arquitectura e Vida* n. 9, Out. 2000, pp. 36-43.

DAVID, Ana (coord.), 2007, *Vazios urbanos, urban voids, Trienal de Arquitectura*, Lisboa, Caleidoscópio.

DAVIS, Mike, 2006, *Planet of Slums*, London, Verso.

DE CERTEAU, Michel, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre, RENDALL, Stephen (trad.), 1984 (1974), *The Practice of Everyday Life*, Berkeley and Los Angeles, The University of California Press.

DE CERTEAU, Michel, 1984 (1974), “Walking in the City”, in DE CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre, RENDALL, Stephen (trad.), 1984 (1974), *The Practice of Everyday Life*, Berkeley and Los Angeles, The University of California Press, cap. VII, pp. 91-110.

DE CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce, MAYOL, Pierre, TOMASIK, Yimothy (trad.), 1998 (1990), *The practice of everyday life, Vol. 2, living & cooking*, Minneapolis, London, The University of Minnesota Press, (tit. orig. 1990, *L'invention du quotidien, II, habiter, cuisine*, Paris, Gallimard).

DE GRACIA, Francisco, 1992, *Construir sobre lo construido. La arquitectura como modificación*, Madrid, Nerea.

DE LANDA, Manuel, DELEUZE, Gilles, 2000, *Diagrams, and the Genesis of Form*, Amerikastudien / American Studies, Vol. 45, N. 1, Chaos/Control: Complexity (2000), pp. 33-41.

DEBORD, Guy Ernest, 1991 (1967), *A sociedade do espectáculo*, Lisboa, Mobilis in Mobile.

DEBRAY, Régis, 1994, *Vida y muerte de la imagen, Historia de la mirada en Occidente*, Barcelona, Paidós, (ed. orig., 1992, *Vie e mort de l'image. Une histoire du regard en Occident*, Paris, Gallimard).

DEHAENE, Michiel, DE CAUTER, Lieven (coord.), 2008, *Heterotopia and the city: Public space in a postcivil society*, London and New York, Routledge.

DELEUZE, Gilles, 1990 (1969), *The Logic of Sense*, New York, Columbia Univ. Press, (ed. orig., 1969, *Logique du Sens*, Paris, Minuit).

DELEUZE, Gilles, PATTON, Paul (trad.), 1994 (1968), *Difference and Repetition*, New York, Columbia University Press, (ed. orig., 1968, *Différence et répétition*, Paris, PUF).

DELEUZE, Gilles, 2004 (1983), *A imagem-movimento, cinema 1*, (trad. e introd. Rafael Godinho), Lisboa, Assírio&Alvim, (ed. orig. 1983, *Cinéma 1. L'Image-mouvement*, Paris, Minuit).

DELEUZE, Gilles, 2006 (1985), *A imagem-tempo, cinema 2*, (trad. e introd. Rafael Godinho), Lisboa, Assírio&Alvim, (ed. orig., 1985, *L'image-temps*, Paris, Minuit).

DELEUZE, Gilles, 2005 (1984), *Foucault*, São Paulo, Brasiliense, (ed. orig., 1984, *Foucault*, Paris, Minuit).

DELEUZE, Gilles, 2011 (1981), *Francis Bacon, lógica da sensação*, Lisboa, Orfeu Negro, (ed. orig., 1981, *Francis Bacon: Logique de la sensation*, Paris, Seuil).

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix, 2007 (1972), *Mil planaltos, Capitalismo e esquizofrenia 2*, (trad. e pref. de Rafael GODINHO), Lisboa, Assírio & Alvim, (ed. orig., 1972, *L'anti-œdipe, capitalisme et schizophrénie*, Paris, Minuit).

DELEUZE, Gilles, 1988, *Le pli, Leibniz et le baroque*, Paris, Minuit.

DEMATTEIS, Giuseppe, 1998, “Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas”, in MONCLÚS FRAGA, Francisco Javier (ed.), *La ciudad dispersa*, Barcelona, Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, pp. 17-33.

DEMATTEIS, Giuseppe, 2004 (1999), “En la encrucijada de la territorialidad urbana” in MARTÍN RAMOS, Ángel (ed.), 2004, *Lo Urbano en 20 autores contemporáneos*, Barcelona, UPC, pp. 171-176, (ed. orig., *Sul crocevia della territorialità urbana*, Milano, FrancoAngeli).

DERRIDA, Jacques, VITALE, Francesco (org.), 2008, *Adesso l'architettura*, Milano, Libri Scheiwiller.

DESIDERI, Paolo (a cura di), 2001, *ExCity*, Roma, Meltemi.

DESIGN MUSEUM, ARCHIGRAM, 2007, *Architects, 1961-1974*, London.

⟨<http://design.designmuseum.org/design/archigram.html>⟩.

DHERVILLEZ, Jany, 2002, “Les restructurations hospitalières et la ville”, in *Hôpital, urbanisme et architecture, Actes du Colloque du 3 avril 2002*, p.9.

⟨URL: <http://www.Millenaire3.com>⟩.

DLUHOSCH, Eric, ŠVÁCHA, Rostilav, FRAMPTON, Kenneth (introd.), 1999, *Karel Teige 1900-1951: L'enfant terrible of the Czech modernist avant-garde*, London, Cambridge Mass., The MIT Press.

DOBER, Richard, P, 1996, (1963), *Campus Architecture: Building in the Groves of Academe*, McGraw-Hill, New York, *Campus Planning*, Reinhold Publishing Corporation.

DI BIAGI, Paola, 1986, "La Construzione della Città Pubblica", in *Urbanistica*, n. 85, Milan, FrancoAngeli.

DI BIAGI, Paola, GABELLINI, Patrizia, 1992, *Urbanisti italiani: Piccinato, Marconi, Samonà, Quaroni, De Carlo, Astengo, Campos Venuti*, Roma/ Bari, Laterza

DI GIOVANNI, Andrea, (a cura di), 2008, *Progettazione urbanística. Un Laboratorio e un Corso*, Santarcangelo di Romagna (RN), Maggioli.

DOMINGUES, Álvaro, 1994/5, "(Sub)úrbios e (sub)urbanos-o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?", in *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, I Série, Vol. X/XI, 1994/5, Porto, FLUP, p. 14.

DOMINGUES, Álvaro, 1996, «*Política urbana e competitividade*», in *Sociedade e Território*, 23, Porto, Afrontamento, pp. 31-42.

DOMINGUES, Álvaro, MEALHA, Rui, 2002, "O confronto entre duas escalas urbanas: Projecto da Área Central do Pólo II da Universidade do Porto", in *Sociedade e Território - urbanismo e ordenamento do território N.º 33: balanço dos anos 1970-2000* (Fevereiro 2002), Porto, Afrontamento, pp. 130-141.

DOMINGUES, Álvaro, 2003, "Asprela: Uma rótula entre a Cidade e o Urbano", in *Revista dos Antigos Alunos da Universidade do Porto N.º 8 (Julho de 2003) - Pólo II: uma nova ideia de (univer)cidade*, Porto, Ed. UP, p. 22.

DOMINGUES, Álvaro, 2009, *A Rua da Estrada*, Porto, Dafne Editora.

DOMINGUES, Álvaro, 2009, "Megastructures. What is really the point?" in GABELLINI, Patrizia (dir.), *Territorio*, Milano, FrancoAngeli. 48 (nuova serie), p. 21-27.

DOMINGUES, Álvaro, 2009, Julho, "Ocupação dispersa – porque é que tudo é tão negativo quando se fala disto?", in CARVALHO, Jorge (coord), *Sociedade e Território, número temático 42*, Porto, Afrontamento, pp 30-41.

DOMINGUES, Álvaro, 2011, "Da cidade ao urbano" in PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João, 2011, *Políticas Urbanas II. Transformações, Regulação e Projectos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 18-67.

DOMINGUES, Álvaro, 2012, "Territory" in LEÃO, Pedro (dir.) *Scopio Magazine. Above Ground Territory 3/3*. Porto: CCRE/FAUP. December, p. 52-63.

DORIGATTI, Remo, 2009, "La grande dimensione, misura e dismisura", in GABELLINI, Patrizia (dir.), *Territorio*, Milano, FrancoAngeli, 48 (nuova serie), p. 9-13.

DREIFUS, H., 1990, *Being-in-the-world: a commentary on Heidegger's Being and Time*, Cambridge Mass., The MIT Press.

DUANY, Andres, PLATER-ZYBERK, Elisabeth, 1994, "The Nighborhood, the District and the Corridor", in KATZ, Peter (ed., preface), SCULLY, Vincent (ed., afterword), 1994, *The new urbanism: toward an architecture of community*, New York, McGraw-Hill, pp. XVII-XX.

- DUTTA, Arindam (ed.), 2013, *A Second Modernism*, Cambridge Mass., The MIT Press.
- DZIEWIOR, Yilmaz, MÖNTMANN, Nina (eds.), 2004, *Mapping a City*, Ostfildern, Hatje Cantz.
- EATON, Ruth, 2002, *Ideal Cities: Utopianism and the (Un)Built Environment*, London, Thames & Hudson.
- ECO, Umberto, 1989 (1962), *Obra aberta*, Lisboa, Difel.
- ECO, Umberto, 1991 (1964), *Apocalípticos e integrados*, Lisboa, Difel.
- ECO, Umberto, 1972 (1968), *La estructura ausente*, Barcelona, Lumen.
- ECO, Umberto, 1971, *Le forme del contenuto*, Milano, Bompiani.
- ECO, Umberto, 1977 (1971), *O Signo*, Lisboa, Ed. Presença.
- ECO, Umberto, 1980 (1977), *Como se faz uma tese*, Lisboa, Presença.
- ECO, Umberto, 1980, "Function and sign: the semiotics of architecture"; "A componential analysis of the architectural sign /column/", in BROADBENT, Geoffrey et al. (eds.), 1980, *Signs, symbols and architecture*, New York, John Wiley & Sons.
- ECO, Umberto, 1986 (1983), *Viagem na Irrealidade Quotidiana*, Lisboa, Difel.
- ECO, Umberto, 1989 (1985), *Sobre os espelhos e outros ensaios*, Lisboa, Difel.
- ECO, Umberto, 1989 (1988), *O pendulo de Foucault*, Lisboa, Difel.
- ECO, Umberto, 1992 (1990), *Os Limites da Interpretação*, Lisboa, Difel.
- ECO, Umberto, 1993 (1992), *Interpretação e sobreinterpretação*, Lisboa, Presença.
- EINZAGUIRRE GARAITAGOITIA, Xabier, 2001, *La construcción del territorio disperso: talleres de reflexión sobre la forma difusa*, (Aula D'Arquitectura, ETSA, 42), Barcelona, UPC.
- EISENMAN, Peter, 2001 (1999), *Diagram Diaries*, London, Thames & Hudson, (1999, *Diagram Diaries*, New York, Universe).
- EISENMAN, Peter, 2007, *Written into the void: selected writings, 1990-2004*, New Haven, Yale University Press.
- ELIAS, Norbert, 1992 (1985), *Condição Humana. Considerações sobre a evolução da humanidade, por ocasião do quadragésimo aniversário do fim de uma guerra (8 de Maio de 1985)*, Lisboa, Difel.
- ELIAS, Norbert, 1994, *Teoria Simbólica*, Oeiras, Celta Editora.
- ELIAS, Norbert, 1998 (1984), *Sobre o Tempo*, Rio de Janeiro, Zahar.



EMÍLIA, Cristina, FURTADO, Gonçalo, *Ideias da Arquitectura Portuguesa em Viagem*, Joelho #3, Coimbra, e|d|arq-ed. do Departamento de Arquitectura da FATUC.

ERAYDIN, Ayda, TAŞAN-KOK, Tuna (eds.), 2013, *Resilience Thinking in Urban Planning*, London, Springer.

ERNST, Max, 1962, *Le Jardin de la France*, Huile sur bois (144x168), a Facetious Cartographer / un cartographe facétieux, Musée National d'Art Moderne, Paris, France.  
⌊<http://spacefiction.files.wordpress.com/2009/12/jardindelafrance1.jpg>⌋.

ESPAÑOL, Joaquim, 2007, *Forma Y Consistència, La construcción de la forma en arquitectura*, Barcelona, Edición Fundación Caja de Arquitectos.

ESTEBAN, Idoia (coord.), 2015, *Why Density?, Debunking the myth of the cubic watermelon, Desmontando el mito de la sandia cúbica*, Vitoria-Gasteiz, a+t.

ESTEBAN NOGUEIRA, Juli, 1999, *Elementos de ordenación urbana*, (Aula D'Arquitectura ETSA), Barcelona, UPC.

FABIAN, Lorenzo, GIANNOTTI, Emanuel, VIGANÒ, Paola, 2012, *Recycling City-Lifecycles, Embodied Energy, Inclusion*, Pordenone, Giavedoni Ed.  
⌊[http://issuu.com/extremecities/docs/recycling\\_city/91](http://issuu.com/extremecities/docs/recycling_city/91)⌋, ⌊[www.recyclingcity.it](http://www.recyclingcity.it)⌋.

FABIAN, Lorenzo (coord.), 2013, *New Urban Question, ricerche sulla città contemporanea 2009-2014*, DCP Venezia, Roma, ARACNE.

FALUDI, ANDREAS, 1973, *Planning theory*, Oxford, Pergamon.

FANTIN, Marisa, MORANDI, M., PIAZZINI, M., RANZATO, L., (coord.), 2012, *La città fuori dalla città*, Roma, INU Ed.

FARIA, Rosário Lobato de, PINTO, Fernando Pereira, 1994, *Paranhos –guia / monografia da Freguesia de Paranhos, no Porto*, Porto, Afrontamento Mediana.

FARRAN, Lluís Tobella, 2002, *L'Illa Diagonal de Barcelona, anàlisi de qüestions del projecte*, tesi doctoral, Departament de Projectes Arquitectònics-UPC, SOLÀ-MORALES, Manuel, dir. de la tesi, Barcelona, UPC.

FAUP, 2008, *Páginas brancas*, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto / coord. Diana Sousa, Matosinhos, Quidnovi.

FEIJÓ, Rui Graça, (pref.), 1997, “O desafio que temos pela frente”, in *Pólo Universitário da Asprela - Objectivos Comuns de Intervenção*, Fundação Ciência e Desenvolvimento, Porto, Afrontamento.

FELD, Gabriel, SMITHSON, Peter, 1999, *Free University, Berlin: Candilis, Josic, Woods, Schiedhelm, Exemplary Projects, 3*, London, Architectural Association.

FERMAND, Catherine, 2012, “Pour une histoire urbaine et architectural de l'Hôpital”, in *Hôpital, urbanisme et architecture*, [Em linha] *Actes du Colloque du 3 avril 2002*, p.12. Disponível em ⌊URL: <http://www.Millenaire3.com>⌋.

FERNANDES, Fátima, CANNATÀ, Michele, 2001, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea: 1991/2001*, Edições Asa, Porto.

FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos, 2010, *A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Área de Conhecimento de Teoria e Projecto, apresentada à Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, Guimarães, policopiado.

FERNANDES, Fátima, CANNATÀ, Michele, 2003, *Guia da Arquitectura moderna - Porto 1925/2002*, Porto, Asa.

FERNANDES, José Manuel, 1979, “Para o estudo da arquitectura modernista em Portugal”, in *arquitectura*, N.º 132, (4.ª Série), Março 1979, Lisboa, AAP, pp. 65.

FERNANDES, José Manuel, LAMAS, José, 1979, “Entrevista com Nuno Portas”, in *arquitectura* N.º 135, (4.ª Série), Setembro/Outubro 1979, Lisboa, AAP, pp. 56-67.

FERNANDES, José Manuel (Comis.), 1994, *Anos 60, Anos de Ruptura : Arquitectura Portuguesa nos Anos Sessenta*, Lisboa, Sala do Risco, Capital Europeia da Cultura, Livros Horizonte.

FERNANDES, Maria Eugénia Matos, 2007, *A universidade do Porto e a cidade, edifícios ao longo da história* / Maria Eugénia Matos Fernandes (coord.), Porto, Universidade do Porto.

FERNANDES, Mário Gonçalves, 2010, *O estudo da morfologia urbana em Portugal*, in “*Cidades e Territórios Metropolitanos*”, Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia, Porto, FLUP.

FERNANDES, Mário Gonçalves, 2011, “Plantas do planeamento urbano e do urbanismo em Portugal”, in *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*, Porto, FLUP, CEGOT.

FERNANDES, Mário Gonçalves, 2012, *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança, 1852/1926*, Porto, FAUP.

FERNANDEZ, Sérgio, COSTA, Alexandre Alves, (pref), 1988, (1985), *Percurso, Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, Porto, FAUP.

FERNANDEZ, Sérgio, RAMALHO, Pedro, 1995, *Pedro Ramalho: projectos e obras de 1963 a 1995*, Porto, Associação dos Arquitectos Portugueses/AAP.

FERRÃO, João, 2003, “Intervir na cidade: complexidade, visão e rumo”, in PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João, (coord.) 2003, *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 220.

FERREIRA, Alfredo Matos, TÁVORA, Fernando, 1995 (1986). *Aspectos da organização do espaço Português*, Porto, FAUP.

FERREIRA, António Fonseca, 2006, «*Cidades*», in *Sociedade e Território*, 39, Porto, Ed. Afrontamento.

FERREIRA, António Fonseca, 2008, «*Cidadãos, Território, Informação*», in *Sociedade e Território*, 41, Porto, Ed. Afrontamento.

FERREIRA, Vitor Matias, 1983, “A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, anos de 1930-40”, in *Análise Social*, Vol XIX nº77, 78 e 79, pp. 693-735, Lisboa, ICSUL.

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223464571B4yHJ2at6Wq07IE0.pdf>

FERREIRA, Vitor Matias, 2004, *O Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, Ler Devagar e ISCTE.

FERREIRA, Vitor Matias, 2008, *Mundo Globalizado: Projecto e Risco*, Comunicação ao VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa, UNL, FCCH.

FIGUEIRA, Jorge, 2002, *Escola do Porto : um mapa crítico*, Coimbra, e/d/arq.

FIGUEIRA, Jorge, 2009, *A Periferia Perfeita, Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60-Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Coimbra, DARQ/FCTUC, policopiado.

FIGUEIRA, Jorge, 2010, *O Arquitecto Azul*, Coimbra, Imprensa UC.

FIGUEIREDO, António Manuel, 1997, “Da urbanística às novas formas de institucionalização da vida urbana”, in MEALHA, Rui, *Pólo Universitário da Asprela - Objectivos Comuns de Intervenção*, Fundação Ciência e Desenvolvimento, Porto, Afrontamento.

FIGUEIREDO, António Manuel, 2011, *Cidades em Movimento: (Macro)Tendências e Desafios de Governação*, Braga, CMB, QP.

FIGUEIREDO, Rute, 2001, *Viana de Lima, Nota Histórico-Artística*, IGESPAR.

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/>

FISHMAN, Robert, 1977, *Urban Utopias in the Twentieth Century, Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier*, New York, Basic Books.

FLAM, Jack (ed.), 1996, *Robert Smithson, the collected writings*, Berkeley, University of California Press.

FOCILLON, Henri, 1988, *A Vida das Formas. Elogio da mão*, Lisboa, Ed. 70.

FODOR, Jerry, LEPORE, Ernest, 1992, *Holism: A Shoppers's Guide*, Malden/Oxford, Blackwell.

FONSECA, Maria Teresa Saraiva Pires da Fonseca Dias da, 1996, *A Construção do Pólo 3 da Universidade do Porto, planos, projectos e edifícios (3 volumes)*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Porto, FAUP, policopiado.

FONT, Antonio, LLOP, Carles, VILANOVA, Josep, 1999, *La Construcció del Territori Metropolità – Morfogènesi de la Regió Urbana de Barcelona*, Barcelona, Ed. Area Metropolitana de Barcelona.

FONT, Antonio, and Colegio de Arquitectos de Cataluña, 2004, *L'explosió de la ciutat: morfologies, mirades i mocions sobre les transformacions territorials recents en les regions urbanes de l'Europa Meridional = The explosion of city: morphologies, observations and motions within recent territorial transformations in South Europe urban regions*, 1, ed, Barcelona, COAC.

FOSTER, Hal, 1996, *The return of the real – the avant-garde at the end of the century*, Cambridge Mass., The MIT Press.

FOUCAULT, Michel, 1966, *Les Hétérotopies*, Radio Feature.

FOUCAULT, Michel, 1966, *Les mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines*, Paris, Gallimard.

FOUCAULT, Michel, GORDON, Colin (ed.), 1977, *Power/Knowledge*, New York, Pantheon Books.

FOUCAULT, Michel, 1984 (1967), “Dits et écrits, Des espaces autres” (conferência no ‘Cercle d’études architecturales’, 1967), in *Architecture, Mouvement, continuité*, n.º 5, outubro de 1984, Paris, Le Moniteur, p.46-49.

FOUCAULT, Michel, 1984 (1979), *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Edições Graal.

FOUCAULT, Michel, 1988 (1973), *Isto não é um cachimbo*, Rio de Janeiro, Paz e terra.

FOUCAULT, Michel, 1989 (1966), *The Order of Things. An Archaeology of the Human Sciences*, London and New York, Routledge, (pub. orig., 1966, *Les mots et les choses*, Paris, Gallimard).

FOUCAULT, Michel, 1993 (1967), “Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias”, (transl. Jay Miskowiec), in OCKMAN, Joan (ed.), 1993, *Architecture Culture 1943-1968*, New York, Columbia Books of Architecture, Rizzoli Publisher, pp. 420-426.

FOUCAULT, Michel, 1994 (1984), “Des espaces autres”, in *Dits et écrits: 1954-1988*, t. IV (1980-1988), Paris, Gallimard

FOUCAULT, Michel, 2000 (1966), *As Palavras e as Coisas, Uma arqueologia das ciências humanas* (trad. Salma Tannus Muchail), São Paulo, Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel, 2001, *Dits et écrits, tome 1: 1954-1975*, Paris, Gallimard.

FOUCAULT, Michel, 2001, *Dits et écrits, tome 2: 1976-1988*, Paris, Gallimard.

FRAMPTON, Kenneth, 1999, *Megaform as Urban Landscape*, The Raoul Wallenberg Lectures, Michigan, University of Michigan, A. Alfred Taubman College of Architecture + Urban Planning.

FRANKHAUSER, Pierre, 1994, *La fractalité des structures urbaine*, Paris, Anthropos.

FREITAG, Michel, PEREIRA, Miguel Serras (trad.), 2004 (1992), *Arquitectura e Sociedade*, Lisboa, D. Quixote.

FRIEDMAN, John, WEAVER, Clyde, 1979, *Territory and Function. The Evolution of Regional Planning*, Berkeley, Los Angeles, University of California Press.

FRIEDMAN, Yona, 1974, *Utopies réalisables*, Paris, L’Éclat. (ed. portuguesa, 1978 (1974), *Utopias realizáveis*, Lisboa, Socicultur).

FRIEDMAN, Yona, FERRÉ, Albert, [et al.] (coord.), 2006, *Pro Domo / Yona Friedman*, Barcelona, Actar.

FURTADO, Gonçalo, “As Novas Formas Urbano-Territoriais, A Cidade e o Arquitecto (2000)”, in *arqa-Arquitectura e Arte Contemporâneas, Condições Periféricas*, n. 68A.9 (Abr.2009), Lisboa, Futurmagazine Socied. Ed, pp.78-81.

*GA Document EXTRA 07*, 1996, “NOUVEL, Jean”, Tóquio, ADA.

*GA Document EXTRA 10*, 1996, “TSCHUMI, Bernard”, Tóquio, ADA.

*GA Document 76*, 2003 "OMA - McCormick Tribune Campus Center", Yóquio, ADA.

GABELLINI, Patrizia, 1986, “Il disegno del piano”, in *Urbanistica*, n. 82, Milano, FrancoAngeli, pp. 11 e 108-127.

GABELLINI, Patrizia, 1993, “Figure di urbanisti e programmi di urbanística”, in CAMPOS VENUTI, Giuseppe, OLIVA, Federico (eds.), 1993, *Cinquant'anni di urbanistica in Italia, 1942-1992*, Bari, Laterza.

GABELLINI Patrizia, 1996, *Il disegno urbanístico*, Roma, La Nuova Italia Scientifica.

GABELLINI, Patrizia, 2001, *Tecniche Urbanistiche*, Carocci, Roma.

GABELLINI, Patrizia, 2010, *Fare Urbanistica, Esperienze, comunicazione, memoria*, Roma, Carocci

GANDELSONAS, Mario, 2004 (1999), “La cidade como objeto de la arquitectura”, in MARTÍN RAMOS, Ángel (ed.), 2004, *Lo urbano en 20 autores contemporâneos*, Barcelona, UPC, pp. 159-170, (pub. orig. in GANDELSONAS, Mario, 1999, X-urbanism. Architecture and the American City, New York, Princeton Arch. Press).

GARCIA, Mark (ed.), 2010, *The Diagrams of Architecture*, Chichester, New York, John Wiley & Sons.

GARCIA VÁSQUEZ, Carlos, 2004, *Ciudad hojaldre: visiones urbanas del siglo XXI / Carlos García Vásquez*, Barcelona, Gustavo Gili.

GARNIER, Tony, 1988, (1917), *Une Cité Industrielle, Étude pour la construction des villes*, Paris, Philippe Sers.

GARRETT, Antão de Almeida, 1946, “Memória Descritiva e Justificativa”, *Anteplano Regional do Porto*, Lisboa, Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.

GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto - CMP.

GARRETT, Antão de Almeida, 1974, *História dos planos gerais de urbanização da cidade do Porto*, Porto, Faculdade de Engenharia, Secção de Planeamento Urbanístico.

GARRISON, Roger W, 2007, “Hayek and Friedman: Head to Head”, in *Sea Meetings*, New Orleans, Auburn University.

GASPARRINI, Carlo, 1986, “L'intervento nella periferia”, in *Urbanistica*, n. 83, Milano, FrancoAngeli.

GASPARRINI, Carlo, 2003, *Primevisioni: attraverso le scale dei piani e dei progetti*, Naples, Clean.

GAUSA, Manuel, 2001, Texto “Metropolis > Metapolis: nuevas mapificaciones”, in ARRAIZ, Miguel, “Ciudad para la Sociedad del S. XXI”, Recopilació de las *Jornadas Internacionales de Debate Ciudad para la Sociedad del S. XXI*, Colegio Territorial de Valencia, Ed. Colegio Territorial de Valencia.

GAUSA, Manuel, GUALLART, Vicente, MULLER, Willy, SORIANO, Federico, MORALES, José, PORRAS, Fernando, PRAT, 2001, *Diccionario Metapolis de la Arquitectura Avanzada*, Barcelona, Actar.

GAUSA, Manuel, GUALLART, Vicente, MULLER, Willy, PRAT, Ramón, 2003, *HiperCatalunya, Territoris de Recerca*, Barcelona, Ed. Generalitat de Catalunya GENCAT.

GAUSA, Manuel et al., 2003, *The metapolis dictionary of advanced architecture: city tecnology and society in the information age*, Barcelona, Actar.

GAUSA, Manuel, 2010, *Open | espacio tiempo información |Arquitectura, vivienda y ciudad contemporánea. Teoría e historia de un cambio*, Barcelona, Actar.

GAUSA, Manuel, 2011, “Diagram as a Battle Map”, in Aa.Vv., *Program Diagrams*, Seoul, Damdi Publishers.

GEHL, Jan, GEMZOE, Lars, 2002, *Novos Espaços urbanos*, Barcelona, Gustavo Gili.

GEHL, Jan, 2010, *Life between buildings, using public space*, Kobenhavn, Arkitektens Forlag.

GENOSKO, Gary (ed.), 2001, *The Uncollected Baudrillard / Jean Baudrillard*, London, Sage.

GIDDENS, Anthony, 2005 (1990), *As consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.

GIEDION, Siegfried, 1954 (1941), *Space, Time and Architecture: The Growth of a New Tradition*, Cambridge, Harvard University Press.

GIEDION, Siegfried, 1968 (1941), *Espaço, Tempo e Arquitectura*. Barcelona, Ed. Científica-Médica.

GIEDION, Sigfried, 1951, *CIAM: A Decade of New Architecture/Dix ans d'architecture Contemporaine*, Zurich, Girsberger.

GIEDION, Sigfried, 1958, *Architecture. You and me: The Diary of a Development*, Cambridge Mass., Harvard University Press.

GIEDION, Siegfried, 1975, *La arquitectura, fenómeno de transición. Las três edades del espacio en arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili.

GIL, José, 1997, *Metamorfoses do corpo*, Lisboa, Relógio d'Água.

GIL, Mário Cabrita, 1986, *A Idade da Prata*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

GIL, Mário Cabrita, 1987, *Tendências da Arquitectura Portuguesa* (sobre obras de Álvaro Siza Vieira, Raul Hestnes Ferreira, Luís Cunha, Manuel Vicente, Tomás Taveira), Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Secretaria de Estado da Cultura de Portugal.

GOLD, John R, 2007, *The Practice of Modernism: Modern Architects and Urban Transformation, 1954–1972*, London and New York, Routledge.

GONÇALVES, Fernando, 1981, “Urbanística à Duarte Pacheco”, in *arquitectura N.º 142, Ano III* (4.ª Série), Julho 1981, Lisboa, AAP, pp. 20-37.

GONZÁLEZ, Antoni, LACUESTA, Raquel, 2002 (1995), *Barcelona architecture guide 1929-2002*, Barcelona, Gustavo Gili, <<http://www.emporis.com/city/barcelona-spain>>.

GOODMAN, Robert, 1977 (1972), *Despues de los urbanistas, que?*, Madrid, Hermann Blume.

GRAHAM, Stephen, MARVIN, Simon, 2001, *Splintering Urbanism: networked infrastructures, technological Mobilities and the Urban Condition*, London and New York, Routledge.

GRANDE, Nuno, 2009, *Arquitecturas da cultura: política, debate, espaço. Génese dos Grandes Equipamentos Culturais da Contemporaneidade Portuguesa*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura, Coimbra, DARQ/FCTUC, policopiado.

GRANDE, Nuno, 2011, “Funcionalismo Orgânico – Robert Auzelle e o Plano Director da Cidade do Porto”, in *Conferência Internacional Jacques Gréber – Urbanista e Arquitecto de Jardins*, Porto, Universidade de Coimbra e Universidade do Porto, Fundação de Serralves.

GREGOTTI, Vittorio, 1982, "La ‘freccia ferma’ / “The ‘Motionless Arrow’”, in *Casabella*, n. 479, Milano, Electa, pp. 36-37.

GREGOTTI, Vittorio, 1982, “Un compito / A task”, in *Casabella*, n. 485, Milano, Electa, pp. 12-13.

GREGOTTI, Vittorio, 1984, “Architettura come modificazione”, in *Casabella*, n. 498-499, Milano, Electa, pp. 2-7.

GREGOTTI, Vittorio, 1986, “Il disegno degli spazi aperti”, in *Casabella*, n. 527, Milano, Electa, pp. 2-3.

GREGOTTI, Vittorio, 1986, “La riqualificazione della periferia”, in *Urbanistica*, n. 82, Milano, FrancoAngeli.

GREGOTTI, Vittorio, 1991, “Un compito per il disegno urbano / A challenge for urban design”, in *Casabella*, n. 584, Milano, Electa, pp. 2-3.

GREGOTTI, Vittorio, 1992, “Progetto Urbano, fine?”, in *Casabella*, n. 593, Milano, Electa, pp. 2-3.

GREGOTTI, Vittorio, 1993, “Gli spazi aperti urbani: fenomenologia di un problema progettuale”, in *Casabella*, n. 597-598, Milano, Electa, pp. 2-4.

GREGOTTI, Vittorio, 1993, "La città europea oggi", in AA.VV., 1993, *Principi e forme della città*, Milano, Garzanti, pp. 234-277.

GREGOTTI, Vittorio, 1993, *La città visibile*, Torino, Einaudi.

GREGOTTI, Vittorio, 1994 (2ª ed), *Território da arquitetura / Vittorio Gregotti*, São Paulo, Perspectiva, (Debates, 111).

GREGOTTI, Vittorio, 2001 (1972), *Território da arquitectura*, São Paulo, Perspectiva, (ed. orig., 1972, *El territorio de la arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili).

GREGORY, Paola, 2003, *Territori della complessità*, Torino, Testo e Immagine.

GRIMALDI, Nicolas, 1993, *Ontologie du Temps. L'attente et la rupture*, Paris, PUF.

GROSJEAN, Bénédicte, 2010, *Urbanisation sans urbanisme. Une histoire de la 'ville diffuse'*, Wavre, Mardaga.

GROSSMAN, Vanessa, 2006, *A Arquitetura e o Urbanismo Revisitados pela Internacional Situacionista*, São Paulo, Annablume.

GUATRI, Luigi, TORRANI, Pier Giuseppe, “Presentazione”, in BOERI, Stefano, LANZANI, Arturo, MARINI, Edoardo, 1993, *Il territorio che cambia, ambienti, paesaggi e immagini della regione milanese*, Milano, Abitare Segesta.

GUEDES, P., 2007, *Manifestos, Ensaios, Falas, Publicações*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos

GUIDA, Giuseppe, RICCI, Mosè (pref.), 2011, *Immaginare città, metafore e immagini per la dispersione insediativa*, Milano, FrancoAngeli.

GUIDICINI, Paolo, SGROI, Emanuele (coord), 1997, *Valori, territorio, ambiente*, Milano, FrancoAngeli.

GUPTA, Akhil, FERGUSON, James (eds.), 1997, *Culture, Power and Place*, Durham and London, Duke University Press

HABERMAS, Jürgen, 1988 (1978, 1962), *L'espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Payot.

HABERMAS, Jürgen, 1991 (1962), BURGER, Thomas (trad.), *The structural transformation of the public sphere. An inquiry into a category of bourgeois society*, Massachusetts, The MIT Press.

HABERMAS, Jürgen, 1994 (1968), *Técnica e Ciência como 'Ideologia'*, Lisboa, Ed. 70.

HALL, Peter, 1996, (1988), *Cities of Tomorrow. An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century*, Malden/Oxford, Blackwell.

HALL, Peter, 1989, “The rise and fall of great cities: economic forces and population responses”, in LAWTON, Richard (ed.), 1989, *The Rise and Fall of Great Cities: Aspects of Urbanisation in the Western World*, London, New York, Belhaven.

HALL, Peter, 1998, *Cities in Civilization: Culture, Innovation and Urban Order*, New York, Pantheon Books, London, Weinfeld and Nicolson.



HARVEY, David, 1993, “From space to place and back again: reflections on the condition of post modernity”, in BIRD, Jon et al. (eds), 1993, *Mapping the Futures: Local Cultures, Global Change*, London and New York, Routledge.

HARVEY, David, 1989, *The urban experience*, Oxford, Blackwell.

HARVEY, David, 1990 (1989), *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Malden/Oxford, Blackwell.

HARVEY, David, 2006 (2005), *Spaces of global capitalism*, New York, Verso.

HAYEK, Friedrich A., 1945, “The Use of Knowledge in Society”, in *American Economic Review*, XXXV n°4, Pittsburgh, AER, pp. 519-530.  
[<https://www.aeaweb.org/aer/top20/35.4.519-530.pdf>]

HAYS, K. Michael, 1992, *modernism and the posthumanist subject. The Architecture of Hannes Meyer and Ludwig Hilberseimer*, Cambridge Mass. and London, The MIT Press.

HAYS, K. Michael (ed.), 1998, *Architecture Theory since 1968*, New York and Cambridge Mass., The MIT Press.

HEIDEGGER, Martin, 1990 (1977), *A origem da obra de arte*, Lisboa, Ed. 70.

HEIDEGGER, Martin, 2003, *O conceito de tempo*, Lisboa, Fim de Século.

HERNÁNDEZ LEÓN, Juan Miguel, 2005, *Conjugar los vacios. Ensaio de arquitectura*, Madrid, Abada.

HERTWECK, Florian, MAROT, Sébastien (eds), 2013 (1977), *The City In The City: Berlin: A Green Archipelago. A manifesto by Oswald Mathias Ungers and Rem Koolhaas with Peter Riemann, Hans Kolhoff, and Arthur Ovaska*, Lars Müller.

HERTZBERGER, Herman, 1996 (1993), *Lições de Arquitetura*, São Paulo, Martins Fontes, (título original, 1993, *Lessons for Students in Architecture*, Rotterdam, 010).

HERTZBERGER, Herman, 2002, *Articulations*, Munich, Berlin, London and New York, Prestel.

HEUVEL, Dirk Van Den, RISSELADA, Max, 2007, *Alison Y Peter Smithson: De la Casa del Futuro a la Casa de Hoy*, Barcelona, Polígrafa.

HEUVEL, Dirk van den (ed.), 2013, *Alison and Peter Smithson, a Brutalist Story, involving the house, the city and the everyday (plus a couple of other things)*, Dissertação de Doutoramento, Delft, Technische Universiteit Delft,

[http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=14&ved=0ahUKEwiFkiL02M3NAhWGPxoKHaBUDgs4ChAWCDAwAw&url=http%3A%2F%2Frepository.tudelft.nl%2Fassets%2Fuuid%3A7e9d6f1f-9b3e-4b85-a4ce-72f7eca919ba%2FDirkvandenHeuvelDissertation.pdf&usg=AFQjCNFVCKVpxmzRebct6upp-jyq\\_wyluw](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=14&ved=0ahUKEwiFkiL02M3NAhWGPxoKHaBUDgs4ChAWCDAwAw&url=http%3A%2F%2Frepository.tudelft.nl%2Fassets%2Fuuid%3A7e9d6f1f-9b3e-4b85-a4ce-72f7eca919ba%2FDirkvandenHeuvelDissertation.pdf&usg=AFQjCNFVCKVpxmzRebct6upp-jyq_wyluw)

HILBERSEIMER, Ludwig, 2012, *Metropolisarchitecture and Selected Essays*, New York, GSAPP Books.

HILLIER, Bill, HANSON, Julienne, 1984, *The social logic of space*, Cambridge, Cambridge University Press.

HILLIER, Bill, 1988, “La méthode de la syntaxe spatiale”, in MERLIN, Pierre (ed.), 1988, *Morphologie urbaine et parcellaire*, Saint-Denis, PUV.

HILLIER, Bill, 1988, “La morfologia urbana e le leggi dell’oggetto”, in ZANELLA, Patricia (coord.), 1988, *Morfologia dello spazio urbano, questioni di analisi e di progetto*. Milano, FrancoAngeli, pp. 29-64.

HILLIER, Bill, 1996, *Space is the Machine*, Cambridge, Cambridge University Press.

HJELMSLEV, Louis, 1969 (1943, *Omkring sprogteoriens grundlæggelse*), *Prolegomena to a Theory of Language*, Madison Milwaukee, and London, The University of Wisconsin Press.

HOBBS, Robert, 1983 (1981), *Robert Smithson: Sculpture*, New York, Smithmarh.

HOCHBERG, Julian E., 1964, *Psicologia della percezione*, Milano, Aldo Martello.

HUET, Bernard, 1984, “La città come spazio abitabile, Alternative alla Carta di Atene”, in *Lotus International*, n. 41, Milano, Electa, pp. 6-17.

HUET, Bernard, 1986/1987 (1984), “A Cidade como Espaço Habitável, alternativa à Carta de Atenas”, in *AU-Arquitectura e Urbanismo*, n. 9, dez./jan. 1986/1987, (trad. Maria Barda), São Paulo, PINI, pp. 82-87.

HUET, Bernard, 1986, “L’architecture contre la ville”, in *AMC-Architecture, Mouvement, Continue*, n. 14, déc. 1986, Paris, Moniteur, pp. 10-13.

HUET, Bernard, PINON, Pierre et al, 1998, *Paris, formes urbaines et architectures*, Paris, Recherches.

HYUNGMIN, Pai, 2002, *The Portfolio and the Diagram: Architecture, Discourse and Modernity in America*, Cambridge Mass., The MIT Press.

INDOVINA, Francesco, 1990, “La ciudad difusa”, in MARTÍN RAMOS, Ángel (ed.), 2004, *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*, Barcelona, UPC, pp. 49-60, (ed. orig., INDOVINA, Francesco et al., 1990, *La città diffusa*, Venecia, Daest, pp. 19-43).

INDOVINA, Francesco (ed.), 1996, *La città diffusa 2*, Venècia, Daest.

INDOVINA, Francesco, 1999, «*La città diffusa: cos’è come si governa*», in INDOVINA, Francesco, (coord.), 1999, *Território, Innovazione, Economia, Pianificazione, Politiche, Vent’anni di ricerca del Daest*, Venecia, Daest, p. 47-58.

INDOVINA, Francesco, (coord.), 1999, *Território, Innovazione, Economia, Pianificazione, Politiche, Vent’anni di ricerca del Daest*, Venecia, Daest.

INDOVINA, Francesco, FREGOLENT, Laura, SAVINO, Michelangelo, (eds.), 2005, *L’esplosione della città*, Bologna, Compositori.

INDOVINA, Francesco, DORIA, Luigi, FREGOLENT, Laura, SAVINO, Michelangelo, (eds.), 2009, *Dalla città diffusa all’archipelago metropolitano*, Milano, FrancoAngeli.

INGALLINA, Patrizia, 2001, *Le projet Urbain*, Coll. Que sais-je? n. 3585, Paris, PUF.

INGERSOLL, Richard, 2006, *Sprawltown. Looking for the City on Its Edges*. New York, Princeton Arch. Press.

INNERARITY, Daniel, 2009 (2004), *A Sociedade Invisível. Como observar e interpretar as transformações do mundo actual*, Lisboa, Teorema.

INNERARITY, Daniel, 2010, *O novo espaço público*, Lisboa, Teorema.

INNERARITY, Daniel, 2011, *O Futuro e os seus Inimigos. A paisagem temporal da sociedade contemporânea. Uma teoria da aceleração*, Lisboa, Teorema.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 1997, *Antologia: Internacional Situacionista*, Lisboa, Antígona.

JA – *Jornal dos Arquitectos*, 33/34, Jan./Fev. 1985, CUNHA, Luíz, «*Centro Psico Geriátrico de N. Sra. de Fátima na Parede, Cascais / Luiz Cunha*», pp. 55-56.

JA – *Jornal dos Arquitectos*, 112-113, Ano XI, Junho/Julho 1992, *Percursos de Carreira – Pancho Guedes, Victor Figueiredo, Chorão Ramalho, Maurício Vasconcellos, Luiz Cunha*.

JA – *Jornal dos Arquitectos*, 154, Dez 1995, «*Plano de Pormenor do Polo II da Universidade do Porto / Luiz Cunha*», pp. 25-29.

JA – *Jornal dos Arquitectos*, 208, Novembro-Dezembro 2002, *Condição Pós-Moderna*.

JA – *Jornal dos Arquitectos*, Agosto/Setembro 1993, TEIXEIRA, Manuel C., *Construção universitária recente em Portugal*.

JA – *Jornal dos Arquitectos*, Agosto/Setembro 1993, *Arquitectura para o ensino superior*.

JA – *Jornal dos Arquitectos*, Agosto/Setembro 1993, *Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto*.

JA – *Jornal dos Arquitectos*, 154, Dezembro 1995, MARTINS, Patrício, *Acção e desenvolvimento urbanístico da cidade do Porto*.

JA – *Jornal dos Arquitectos*, 154, Dezembro 1995, *P.P. Do Pólo III da Universidade do Porto*.

JA – *Jornal dos Arquitectos*, 176/177, Novembro 1997, *Faculdade de Letras da U.P.*

JACKSON, Peter, 1992, *Maps of Meaning*, London and New York, Routledge.

JACOBS, Jane, 2001 (1961), *The Death and Life of Great American Cities*, New York, Vintage.

JACQUES, Paola Berenstein (org.), 2003, *Apologia da Deriva. Escritos Situacionistas sobre a cidade*, Rio de Janeiro, Ed. Casa da Palavra.

JACQUES, Paola Berenstein, 2012, *Elogio aos errantes*, Salvador, EDUFBA.

JASCHKE, Karin, 2009, “City Is House and House Is City: Aldo van Eyck, Piet Blom and the Architecture of Homecoming”, in PALMA, Vittoria di, PERITON, Diana, LATHOURI, Marina (eds.), 2009, *Intimate Metropolis: Urban Subjects in the Modern City*, London and New York, Routledge, cap. 9, pp. 175-194.

JENCKS, Charles, 1991, (1977), *The language of Post-Modern Architecture*, (6ª ed.), London, Academy Editions.

JEUDY, Henri-pierre, 2003, *Critique de l'esthétique urbaine*, Paris, Sens & Tonka.

JIMÉNEZ, José, 1993, *Cuerpo y tiempo. La imagen de la metamorfoses*, Barcelona, Destino.

JOEDICKE, Jürgen, 1968, *Candilis-Josic-Woods: Una década de arquitectura y urbanismo*. Barcelona, Gustavo Gili.

JOEDICKE, Jürgen, CANDILIS, Georges, WOODS, Shadrach, JOSIC, Alexis, 1978 (1968), *Ein Jahrzehnt Architektur und Stadtplanung = A decade of architecture and urban design = Une décennie d'architecture et d'urbanisme*, Stuttgart, Karl Kramer.

JORGE, Filipe (coord.), 2001, *Mapa de Arquitectura do Porto*, Lisboa, Argumentum.

*Jornal Público*, 2000, 14 de Setembro, SOARES, Andreia Azevedo, *Pessimismo na Rua dos Bragas*.

*Jornal Público*, 2000, 17 de Setembro, CORDEIRO, José Manuel Lopes, *A academia politécnica*.

*Jornal Público*, 2000, 22 de Outubro, CARVALHO, Nuno, *Eleitos de Paranhos contra caos no pólo da Asprela*.

JOSEPH, Isaac (dir.), 1991, *L'espace du public, les competences du citoyen*, Paris, Recherches.

JOSEPH, Isaac (dir.), 1991, “Voir, Exposer, Observer”, in JOSEPH, Isaac (dir.), 1991, *L'espace du public, les competences du citoyen*, Paris, Recherches.

JUSTO, José Miranda, 2011, “O fundo comum do pintar e das palavras, uma apresentação da lógica deleuziana da sensação”, “Introdução” in DELEUZE, Gilles, 2011 (2002), *Francis Bacon, lógica da sensação*, Lisboa, Orfeu Negro, pp. 5-28.

KADINSKY, Wassily, 1979 (1970), *Point and Line to Plane*, New York, Dover.

KADINSKY, Wassily, 1987 (1926), *Ponto, Linha, Plano (Point et Ligne sur Plan)*, Lisboa, Ed. 70.

KAMINER, Tahl, 2011, *Architecture, Crisis and Resuscitation: The Reproduction of Post-Fordism in late-twentieth-century architecture*, London and New York, Routledge.

KANEKAR, Aarati, 2015, *Architecture's Pretexts Spaces of Translation*, London and New York, Routledge.

KASSOVITZ, Mathieu, 1995, *La Haine (o ódio, ou “nem tudo está bem” - [trad. Port.]*), com direcção e guião de Mathieu Kassovitz, fotografia de Pierre Aïm, música de “Assasin”, interpretação de Vicent Cassel (Vinz), Hubert Koundé (Hubert), Saïd Taghmaoui (Saïd), Paris, 96’.

KATZ, Peter (ed., preface), SCULLY, Vincent (ed., afterword), 1994, *The new urbanism: toward an architecture of community*, New York, McGraw-Hill,

KEPES, Gyorgy (ed.), 1956, *The New Landscape in Art and Science*, Chicago, Paul Theobald.

KEPES, Gyorgy (ed.), 1965, *Education of Vision*, New York, Braziller.

KEPES, Gyorgy (ed.), 1965, *The Man-made Object*, New York, Braziller.

KEPES, Gyorgy (ed.), 1965, *Sign, Image, Symbol*, New York, Braziller.

KEPES, Gyorgy (ed.), 1965, *Structure in Art and in Science*, New York, Braziller.

KEPES, Gyorgy (ed.), 1965, *Module, Proportion, Symmetry, Rhythm*, New York, Braziller.

KEPES, Gyorgy (ed.), 1965, *The Nature and Art of Motion*, New York, Braziller.

KEPES, Gyorgy, 1965, “The Morphology of Movement”, in KEPES, Gyorgy (ed.), 1965, *The Nature and Art of Motion*, New York, Braziller, pp. 81-114.

KEPES, Gyorgy, 1966, *Éducation de la Vision*, Bruxelles, La Connaissance.

KEPES, Gyorgy, 1969, (1944), *Language of vision*, Chicago, Paul Theobald.

KEPES, Gyorgy, 1995, (1944), *Language of vision*, New York, Dover Publications.

KESSLER, Mathieu, 2000, *El paisaje y su sombra*, Barcelona, Idea Books.

KLOTZ, Heinrich, 1988 (1984), *The History of Postmodern Architecture*. Cambridge Mass., London, The MIT Press.

KOFFKA, Kurt, 1935, *Principles of Gestalt Psychology*, New York, Harcourt, Brace.

KOLAC, Enver, 2010, *University Campus Design- A new campus for Middle East Technical University, in the TRNC: Educational Program and Campus Design Issues*, Saarbrücken, Lap Lambert Academy Publishing.

KÖHLER, Wolfgang, 1998 (1947), *La psicologia della gestalt*, Milano, Feltrinelli.

KOOLHAAS, Remment, VREISENDORP, Madelon, ZENGHELIS Elia, ZENGHELIS, Zoe, 1972, “Exodus, or the Voluntary Prisoners of Architecture”, Thesis, Architectural Association.  
<http://forgeard.fr/essay/rem-koolhaas-graduate-thesis.html>

KOOLHAAS, Remment 1978, *Três textos sobre a cidade: Grandeza, ou o problema do grande, A cidade Genérica*, Barcelona, Gustavo Gili.

KOOLHAAS, Remment 1990, *Rem Koolhaas: projectes urbans (1985-1990)*, Barcelona, Gustavo Gili.

KOOLHAAS, Remment, 1994 (1977), *Delirious New York: A Retroactive Manifesto for Manhattan*, New York, Monacelli.

KOOLHAAS, Remment, MAU, Bruce, 1998 (1995), *Small, Medium, Large, Extra-Large: Office for Metropolitan Architecture*, New York, Monacelli.

- KOOLHAAS, Remment, 2007, *La ciudad genérica*, Barcelona, Gustavo Gili.
- KOOLHAAS, Remment, BOERI, Stefano, KWINTER, Sanford et al., 2000, *Mutaciones*, Barcelona, ACTAR.
- KOOLHAAS, Remment, 2010, *Três textos sobre a cidade: grandeza, ou o problema do grande ...*, Barcelona, Gustavo Gili.
- KOSTOF, Spiro, 1991, *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*, London, Thames and Hudson.
- KOSTOF, Spiro, 1992, *The City Assembled: The Elements of Urban Form Through History*, London, Thames and Hudson.
- KOZLOVSKY, Roy, 2009, “Urban Play”, in PALMA, Vittoria di, PERITON, Diana, LATHOURI, Marina (eds), 2009, *Intimate Metropolis: Urban subjects in the modern city*, London and New York, Routledge, pp 195-217.
- KREHL, H., 1963, “Université de la Rhur a Bochum, Résultats du Concours”, in *L'Architecture d'aujourd'hui*, n.º 107, *Constructions Scolaires et Universitaires*, Boulogne, Avril / Mai 1963
- KROLL, L, 1986, *The Architecture of Complexity*, London, Batsford.
- KROLL, L, PEHNT, W, (int.), 1988, *Buildings and projects*, London, Thames and Hudson.
- KUBLER, George, 1988, *La configuración del tiempo. Observaciones sobre la historia de las cosas*, Madrid, Nerea.
- KUHN, Thomas, 1970, *The Structure of Scientific Revolutions*, In *Foundations of the Unity of Science: Toward and International Encyclopedia of Unified Science*, vol. I and II, Otto Neurath, Rudolf Carnap, and Charles Morris, Chicago, University of Chicago Press.
- KUHN, Thomas S., 1998 (1962), *A Estrutura das Revoluções Científicas*, (trad. de Beatriz e Nelson Boeira), São Paulo, Perspectiva.
- KULTERMANN, Udo, 1970, *Kenzo Tange 1946-1969, Architecture and Urban Design*, Barcelona, Gustavo Gili.
- KUMAR, Krishan, BANN, Stephen (ed.), 1993, *Utopias and The Millennium*, London, Reaktion Books.
- KWINTER, Sanford, 2010, *Requiem for the City at the End of the Millenium*, Barcelona, Actar.
- LAI, Jimenez, 2012, *Citizens of No Place: An Architectural Graphic Novel*, New York, Princeton Arch. Press.
- LAMAS, José Manuel Ressano, 1992, “Luiz Cunha, Percursos de Carreira”, in “Percursos de Carreira-Pancho Guedes, Victor Figueiredo, Chorão Ramalho, Maurício Vasconcellos, Luiz Cunha”, in *JA-Jornal Arquitectos 112-113*, Ano XI, jun./jul. 1992, pp. 60-63, Lisboa, OA.
- LANG, Peter, MENKING, William, 2003, *Superstudio. Life Without Objects*, Milan, Skira.

LANZANI, Arturo, DEMATTEIS, Giuseppe (pref), 1991, *Il Territorio al plurale, Interpretazioni geografiche e temi di progettazione territoriale in alcuni contesti locali*, Milano, FrancoAngeli.

LAPA, Vasco (coord.), ABREU, Maria Fernanda de, ILLINGWORTH, David (trad.), CABRITA, Mário, [et al], 1987, *Tendencias de la arquitectura portuguesa: obras de Álvaro Siza, Hestnes Ferreira, Luiz Cunha, Manuel Vicente, Tomás Taveira*, catálogo de exposição do Fundo Teresa Capucho, Barcelona, Col·legi d'Arquitectes de Catalunya.

LASSUS, Bernard, 1977, *Jardins imaginaires*, Paris, Les Presses de la Connaissance.

LAWTON, Richard (ed.), 1989, *The Rise and Fall of Great Cities: Aspects of Urbanisation in the Western World*, London, New York, Belhaven.

LE BRETON, David, 2007 (1953), *A sociologia do corpo*, Petrópolis, Vozes.

LE CORBUSIER, 1977, *Maneira de Pensar o Urbanismo*, Mem Martins, Europa-América.

LEACH, Neil (coord.), 1997, *Rethinking architecture: A reader in cultural theory*, London and New York, Routledge.

LEACH, Neil, 2005 (1999), *A anestésica da arquitectura*, Lisboa, Antígona.

LEÃO, Pedro (dir.) *Scopio Magazine. Above Ground Territory 3/3*. Porto: CCRE/FAUP. December.

LEATHERBARROW, David, 2000, *Uncommon Ground: Architecture, Technology and Topography*, Cambridge Mass, The MIT Press.

LEFEBVRE, Henri, 1970, *Du rural à l'urbain*. Paris, Anthropos.

LEFEBVRE, Henri, 1971, *Everyday Life in the Modern World*, New York, Harper and Row.

LEFEBVRE, Henri, 1973 (1968), *Le droit à la ville*, Paris, Seuil.

LEFEBVRE, Henri, 1974, *La production de l'espace*, Paris, Anthropos,

LEFEBVRE, Henry, 1991 (1974), *The production of space*, Cambridge Mass. and Malden/Oxford, Blackwell.

LEFEBVRE, Henri, 1995, *Introduction to Modernity*, London, Verso.

LEFEBVRE, Henri, ELDEN, Stuart (intr.), 2004 (1992), *Rhythmanalysis: Space, Time and Everyday Life*, New York, Continuum.

LÉGER, Fernand, 1965, *Functions of Painting*, New York, Viking.

LE MOS, Tiago Castro, 2012, “A propósito da produção do território: Sociologia urbana e relações de poder na estruturação do território como representação política e científica”, in *Sociologia*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIII, pp. 51-70, Porto, FLUP.

LENGLART, Denis, VINCE, Agnès, 1992, *Universités, Écoles Supérieures*, Paris, Le Moniteur.

LENOCI, Sabina Anna, 2005, *Tra arte, ecologia e urbanística*, Roma, Meltemi.

LEMOINE, Bertrand, 1980, *Les Halles de Paris. L'histoire d'un lieu, les péripéties d'une reconstruction, la succession des projets, l'architecture d'un monument, l'enjeu d'une Cité*, Paris, L'Equerre.

LEPETIT, Bernard, PUMAIN, Denise, 1999, *Temporalités urbaines*, Paris, Economica.

LESBEQUE, Sabine, VAN VLISSINGEN, Helen Fentener, 1999, *Yona Friedman: Structures serving the unpredictable*, Rotterdam, NAI010.

LEVITAS, Ruth, 1990, *The Concept of Utopia*, London, Philip Allan.

LICHTENSTEIN, Claude, HABERLI, Alfredo W. (ed.), 2000, *Far vedere l'aria: making air visible: a visual reader on Bruno Munari*, Baden, Lars Müller.

LICHTENSTEIN, Claude, 2006, *As Found: The Discovery of the Ordinary: British Architecture and Art of the 1950s, New Brutalism, Independent Group, Free Cinema, Angry Young Men*, Baden, Lars Müller.

LIMA, Alfredo Viana de, s/d (1965), “Memória Descritiva e Justificativa”, *Projecto da Faculdade de Economia da Universidade do Porto*, Porto, Centro de Documentação FAUP.

LIN, Zhongjie, 2010, *Kenzo Tange and the Metabolist Movement: Urban Utopias of Modern Japan*, London and New York, Routledge.

LIPPARD, Lucy R., 1997 (1973), *Six years: the dematerialization of the art object from 1966 to 1972*, Berkeley, University of California Press.

LIPPARD, Lucy R., 2004 (1973), *Seis años: la desmaterialización del objeto artístico de 1966 a 1972*, Madrid, Akal.

LÔBO, Margarida Souza, 1995, *Planos de Urbanização, A época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP.

LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Berkeley, University of California Press.

<http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft5k4006v5/>

<http://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft5k4006v5&brand=ucpress>.

LOPES, A. S., (1995), *Desenvolvimento Regional: Problemática, Teoria, Modelos*, Lisboa, F.C.G.

LOPES, Diogo Seixas, 2010, *Tendenza, O som da Confusão*, Porto, Dafne., Opúsculo 23.

LOSA, Arménio, 1954, “Memória Descritiva e Justificativa”, in *Anteplano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar (Porto)*, Lisboa, SNIT, DGOTDU.

*Lotus International*, n.º 23, 1979, “Territory”, Milano, Electa.

*Lotus International*, n.º 110, 2001, [SOLÀ- MORALES, Ignasi (ed.)], “Territori”, Milano, Electa.



LUCAN, Jacques, 1982, “Il terreno dell’architettura, La liberazione del suolo e il ritorno all’Acropoli”, in *Lotus international*, n.º 36, 1982/III, Milano, Electa, pp. 5-26.

LUKÁCS, György, 1995, *The Lukács Reader*, Malden/Oxford, Blackwell.

LUPTON, Ellen, MILLER, Abbott, 1994, “Language of Vision”, in *Design, Writing Research: Writing on Graphic Design*, London, Phaidon.

LYNCH, Kevin, 1990 (1959), *The Image of the City*, Cambridge Mass. and London, The MIT Press.

LYNCH, Kevin, 1980 (1972). *De que Tempo es Este Lugar?*, Barcelona, Gustavo Gili.

LYNCH, Kevin, 1999 (1960), *A imagem da cidade*, Lisboa, Ed. 70.

LYNCH, Kevin, 1999, (1981), *A boa forma da cidade*, Lisboa, Ed. 70, (ed. orig., *A Theory of Good City Form*, Cambridge Mass, The MIT Press).

LYOTARD, Jean-François, 1971, *Discours, Figure*, Paris, Klincksiech.

MAGNAGHI, Alberto, 2000, *Il progetto locale*, Torino, Bollati Boringhieri.

MAGNAGHI Alberto (a cura di), 2001, *Rappresentare il luoghi, metodi e tecniche*, Firenze, Alinea.

MAGRI, Lucio, TAVARES, José Luis, 2011, *Arménio Losa e Cassiano Barbosa*, Vila Nova de Gaia, QuidNovi.

MAMOLI, Marcello e TREBBI Giorgio, 1988, *Storia dell’urbanistica. L’Europa nel secondo dopoguerra*. Bari, Laterza.

MANGIN, David, PANERAI, Philipp, 1999, *Project Urbain*, Marseille, Parenthèses.

MANGIN, David, 2004, *La ville franchisee, Formes et structures de la ville contemporaine*, Paris, Éditions de la Villette.

MANGIN, David, 2010, *La ville passante*, Marseille, Parenthèses et DGALN.

MANUEL, Frank Eduard, 1973, *Utopias and Utopian Thought*, London, Souvenir..

MARÇAL, Horácio, 1995, *S. Veríssimo de Paranhos: freguesia da Cidade do Porto, subsídios para a sua monografia*, Monografias - S. Veríssimo de Paranhos (Porto), Porto, Gabinete de História da Cidade.

MARCH, Lionel (ed.), *Urban Space and Structures*, Oxford, Cambridge University Press.

MARCOLLI, Atillio, 1969, *Topos, khôra e architettura*, Roma, Silva.

MARCOLLI, Atillio, 1973 (1971), *Teoría del campo 1º, curso di educazione alla visione*, Firenze, Sansoni.

- MARCOLLI, Atillio, 1973, *Il laboratorio della visione*, Milano, Ottagono.
- MARCOLLI, Atillio, 1985 (1978), *Teoría del campo 2º, curso di educazione alla visione*, Firenze, Sansoni.
- MARIN, Louis, 1993, “The Frontiers of Utopia”, in KUMAR, Krishan, BANN, Stephen (ed.), 1993, *Utopias and The Millennium*, pp. 7-16, London, Reaktion Books.
- MARQUES, Paulo Farinha, 2000, “O Parque da Asprela: Principais Tipologias de Intervenção Paisagística”, in *Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela*, Porto, arquivo Rui Mealha arquitectos.
- MARTÍ ARÍS, Carlos, 1993, *Las variaciones de la identidad, Ensayo sobre el tipo en arquitectura*, Barcelona, Ediciones del Serbal.
- MARTIN, Leslie, 1975, (1972), “The grid as generator”, in MARTIN, Leslie,
- MARTÍN RAMOS, Ángel (ed.), 2004, *Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos*, Barcelona, UPC.
- MARTIN, Reinhold, 2003, *The Organizational Complex: Architecture, Media, and Corporate Space*, Cambridge Mass., The MIT Press.
- MARTINS, Luís Paulo Saldanha, 2000, “A Universidade e a Cidade”, in *Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela*, Porto, arquivo Rui Mealha arquitectos.
- MARTINS, Marta, 2013, “Condomínios habitacionais fechados: (im)precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXVI, 2013, Porto, FLUP, pág. 61-80. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11879.pdf>
- MASBOUNGI, Ariella, MANGIN, David, 2009, *Agir sur les grands territoires*, Paris, Le Moniteur.
- MASBOUNGI, Ariella, 2010, *Barcelona, la ville innovante*, Editions Le Moniteur, Paris.
- MASSUMI, Brian, 1992, *A user's guide to Capitalism and Schizophrenia, deviations from Deleuze to Guattari*, Cambridge, The MIT Press.
- MATIAS FERREIRA, V. (org.), CASTRO, Alexandra, 1999, *A Cidade da Expo'98, Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?*, Lisboa, Bizâncio.
- MATIAS FERREIRA, V., 2004, *Fascínio da Cidade, Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais do ISCTE e Ler Devagar.
- MATOS, Maria Madalena Aguiar da Cunha, 1999, *As Cidades e os Campi: Contributo para o Estudo dos Territórios Universitários em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território, Lisboa, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, policopiado.
- MATOS FERNANDES, Maria Eugénia (coord.), 2007, *A Universidade do Porto e a Cidade: Edifícios ao longo da história*, Porto, Editora Arquivo Central da Reitoria da Universidade do Porto.

- MATTOGNO, Claudia, 2008, *Ventuno parole per l'urbanistica*, Roma, Carocci.
- MAZZETTE, Antonietta, 1997, “Come cambia la metropoli: alcune categorie analitiche”, in GUIDICINI, Paolo, SGROI, Emanuele (coord), 1997, *Valori, territorio, ambiente*, Milano, FrancoAngeli.
- MAZZETTE, Antonietta (coord.), 2003 (1998), *La città che cambia. Dinamiche del mutamento urbano*, Milano, FrancoAngeli.
- MAZZETTE, Antonietta, SGROI, Emanuele, 2003, *La Metropoli Consumata, antropologie, architetture, politiche, cittadinanza*, Milano, FrancoAngeli.
- MAZZETTE, Antonietta (coord.), 2009, *Estranee in città. A casa, nelle strade, nei luoghi di studio e di lavoro*, Milano, FrancoAngeli.
- McLEOD, Mary, COHEN, Jean-Louis (org.), 2013, “Saint-Dié: ‘A Modern Space Conception’ for Postwar Reconstruction”, in MoMA, 2013, *Le Corbusier: An Atlas of Modern Landscapes*, New York, MoMA, Thames & Hudson.
- McDONOUGH, Thomas (ed.), 2002, *Guy Debord and the Situationist International. Texts and Documents*, Cambridge Mass. and London, The MIT Press.
- MEALHA, Rui, 1997, *Pólo Universitário da Asprela - Objectivos Comuns de Intervenção*, Fundação Ciência e Desenvolvimento, Porto, Afrontamento.
- MEALHA, Rui, OLIVEIRA, José, FERNANDES, GONÇALVES, Mário, set. 2006, “Projecto-Base do Documento Estratégico para a primeira Unidade de Intervenção na Cidade de Coimbra. No Lugar da Avenida Central”, in *Monumentos* N.º 25, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, p. 144.
- MEALHA, Rui, 2007, “Requalificação da frente ribeirinha em Vila do Conde, PPZRN 2002”, in DAVID, Ana (coord.), 2007, *Vazios urbanos, urban voids, Trienal de Arquitectura*, Lisboa, Caleidoscópio, pp. 280-281.
- MEISS, Pierre Von, SARTORIA, Alberto (pref.), OSWALD, Franz (pref.), 1986, *De la forme au lieu: une introduction à l'étude de l'architecture*, Lausanne, Presses Polytechniques Romandes.
- MENDES, Luís, 2002, “O lazer e o recreio no Parque da Nações; O consumo, o lúdico e o estético na produção da cidade pós-moderna”, in *Inforgéo*, 16/17, Lisboa, Colibri, pp. 81-108.
- MENDES, Manuel, RAMALHO, Pedro, 1995, *Uma Homenagem a Arménio Losa*, (reimpressão), Porto, Afrontamento.
- MENDES, Manuel, (coord.), 2001, *(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*, Porto, FAUP.
- MENDES, Manuel, 2008, *Arménio Losa, Cassiano Barbosa, arquitectos, Nosso Escritório, 1945-1957. Roteiro da Exposição*, Museu dos Transportes e Comunicações, Edifício da Alfândega do Porto, Porto, Centro de Documentação da FAUP.
- MENDES, Sérgio, 2001, *Dois Arquitectos Paradigmáticos do Porto na Universidade de Aveiro*, Dissertação para Obtenção da Suficiência Investigadora, Programa de Doutoramento: *Problemas de la Arquitectura y Ciudad Moderna: Teoría, História, Proyectos*, Valladolid, Departamento de

Teoría de la Arquitectura, Universidad de Valladolid, policopiado.

MERLEAU-PONTY, Maurice, 1992 (1945). *La phénoménologie de la perception*, London and New York, Routledge.

MERLEAU-PONTY, Maurice, 2006 (1945), *Fenomenologia da percepção*, São Paulo, Martins Fontes.

MERLIN, Pierre (ed.), 1988, *Morphologie urbaine et parcellaire*, Saint-Denis, PUV.

MERLIN, Pierre, 1995, *L'Urbanisme Universitaire à l'Étranger et en France*, Paris, Presses de l'École Nationale des Ponts et Chaussées.

MERLIN, Pierre, CHOAY, Françoise (dir.s.), 1996 (1988), *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*, Paris, PUF.

MERLINI, Chiara, 2010, *Cose/Viste. Letture di Territori*, Santarcangelo di Romagna (RN), Maggioli.

MESQUITA, Mário, 2005, *A Universidade e a Cidade, O Património Edificado da Universidade do Porto*, Porto, Ed. UP.

MILES, Malcolm, 2008, *Urban Utopias: The Built and Social Architectures of Alternative Settlements*, London and New York, Routledge.

MILHEIRO, A, 2007, «No fim do Mundo», in GUEDES, P., 2007, *Manifestos, Ensaios, Falas, Publicações*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, pp. 6-9.

MITCHELL, William J., 2001 (1999, Cambridge Mass., The MIT Press), *E-topía: vida urbana, Jim - pero no la que nosotros conocemos*, Barcelona, Gustavo Gili.

MOHOLY-NAGY, László, 1925, “Typophoto”, in *Painting Photography Film*, Cambridge, Mass., The MIT Press.

MOHOLY-NAGY, László, 1946, *Vision in Motion*, Chicago, Paul Theobald.

MOHOLY-NAGY, László, 2005 (1928), *Do material à arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili.

MOHOLY-NAGY, Sibyl, 1975, *Moholy-Nagy La sperimentazione totale*, Milano, Longanesi.

MOLDER, Jorge (prog.), NAZARÉ, Leonor (curad.), Fonseca, Cristina Sena da (coord.), 2005-2006, *Densidade Relativa*, Catálogo, Lisboa, FCG.

MOLTENI, Enrico, 1997, *Alvaro Siza, Barrio de La Malagueira – Evora*, Barcelona, UPC.

MoMA, 2013, *Le Corbusier: An Atlas of Modern Landscapes*, New York, MoMA, Thames & Hudson.

MONCLÚS FRAGA, Francisco Javier (ed.), *La ciudad dispersa*, Barcelona, Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona.

MONDRIAN, Piet, 1968, “Plastic Art and Pure Plastic Art”, in *Theories of Modern Art: A Source Book by Artists and Critics*, Berkeley, University of California Press.

MONEO, Rafael, 1978, “On Typology”, in *Oppositions* 13, pp. 23-45.

MONEO, Rafael, 2010, *Rafael Moneo: Apuntes sobre 21 obras*, Barcelona, Gustavo Gili, (ed. língua inglesa, 2010, *Rafael Moneo: Remarks on 21 Works*, London, Thames & Hudson, New York, The Monacelli Press).

MONS, Alain, 2004, *Espace, corps, communication*, Boudeaux, Université de Bordeaux III.

MONS, Alain, 2013, *Les lieux du sensible; villes, hommes, images*, Paris, Ed. CNRS Alpha.

MONCLÚS FRAGA, Francisco Javier (ed.), *La ciudad dispersa*, Barcelona, Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona.

MONTANER, Josep Maria, 1993, *Después de Movimiento Moderno, Arquitectura de la segunda mitad del siglo XX*, Barcelona, Gustavo Gili.

MONTANER, Josep Maria, 2007 (1999), *Arquitectura e Crítica*, Barcelona, Gustavo Gili.

MONTANER, Josep Maria, PÉREZ, Fabián Gabriel (eds.), 2003, *Teorías de La Arquitectura. Memorial Ignasi de Solà-Morales*, Barcelona, UPC.

MONTANER, Josep Maria, 2003, *Repensar Barcelona*, Barcelona, UPC.

MONTANER, Josep Maria, PÉREZ, Fabián Gabriel (eds.), 2003, *Teorías de la arquitectura, Memorial Ignasi Solà-Morales*, Barcelona, UPC.

MONTANER, Josep Maria, 2007, *A modernidade superada: arquitetura, arte e pensamento do século XX*, Barcelona, Gustavo Gili.

MONTANER, Josep Maria, 2009 (2008), *Sistemas arquitetónicos contemporâneos*, Barcelona, Gustavo Gili.

MONTEIRO, Ana, MENÉRES, Filipe, JORGE, Filipe, 2000, *O Porto visto do céu*, Lisboa, Argumentum.

MOORE, Charles Willard, ALLEN, Gerald, 1981, *L'Architecture sensible; espace, échelle et forme*, Paris, Dunod / Bordas.

MOOS, Stanislaus Von, 1987, *Venturi, Rauch & Scott Brown: Buildings and Projects*, New York, Rizzoli.

MORE, Thomas, 2007 (sec. XVI), *Utopia*, Vialonga, Coisas de Ler.

MORIN, Edgar, 1984 (1977), *O Método 1, A natureza da Natureza*, Mira-Sintra, Mem Martins, Publicações Europa-América.

MORIN, Edgar, 1990, *Science avec conscience*, Paris, Fayard.

MORIN, Edgar, 1994 (1982), *Ciência com Consciência*, Lisboa, Europa-América.

MORIN, Edgar, 1999, *Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur*, Paris, UNESCO.

MORIN, Edgar, 2003 (1990), *Introdução ao pensamento complexo*, Lisboa, Inst. Piaget, (ed. or. 1990, *Introduction à la pensée complexe*, Paris, ESF).

- MOUNTFORD, James, 1966, *British Universities*, London, Oxford University Press.
- MUMFORD, Eric, 2002, *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- MUMFORD Lewis, 1961, *The City in History. Its Origins, its Transformations and its Prospects*, New York, Harcourt Brace.
- MUMFORD, Lewis, 1973, “Utopia, the City and the Machine”, in MANUEL, Frank Eduard, 1973, *Utopias and Utopian Thought*, London, Souvenir Press, pp. 3-24.
- MUMFORD, Lewis, 1974 (1973), *Le mythe de la machine, Tome 1: La technologie et le développement humain. Tome 2: Le pentagone de la puissance*, Paris, Fayard.
- MUMFORD, Lewis, 1982, *A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas*, São Paulo, Martins Fontes.
- MUMFORD, Lewis, 2007 (1922), *História das utopias*, Lisboa, Antígona.
- MUNARI, Bruno, 1981, *¿Cómo nacen los objectos? (Da cosa nasce cosa, Appunti per una metodologia progettuale*, Roma/Bari, Laterza), Barcelona, Gustavo Gili.
- MUNARIN, S., TOSI Maria Chiara, 2001, *Tracce di città*, Milano, FrancoAngeli.
- MUNTAÑOLA THORNBERG, Josep, 1974, *La arquitectura como lugar. Aspectos preliminares de una epistemología de la arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili.
- MURPHY, Douglas, 2011, *The Architecture of Failure*, London, Zero Books.
- NAPOLI, Giuseppe di, 2011, *I principi della forma*, Torino, Einaudi.
- NAVARRETE LINARES, Federico, 2001, “Diálogo com M. Bajtin sobre el cronotopo”, in *La tortuga marina*, <http://tortugamarina.tripod.com/>
- NESBITT, Kate, 1996, *Theorizing a New Agenda for Architecture: An Anthology of Architectural Theory 1965–1995*, New York, Princeton Arch. Press.
- NESBITT, Kate, 2006, *Uma nova agenda para a arquitectura; antologia teórica 1965–1995*, São Paulo, Cosac Naify.
- NEURATH, Otto, 1936, *International Picture Language, The First Rules Of ISOTYPE (with ISOTYPE pictures)*, London, Kegan Paul, Trench, Trubner & Co.
- NEURATH, Otto, 1939, *Modern Man in the Making*, New York, Alfred A. Knopf.
- NEURATH, Otto, CARNAP, Rudolf, MORRIS, Charles, 1970, *Foundations of the Unity of Science: Toward and International Encyclopedia of Unified Science*, vol. II, Chicago, University of Chicago Press.
- NEVES, José, RAMALHO, Fernando (eds.), 2013, *Pensamento Crítico Contemporâneo*, Lisboa, Ed. 70.

- NICOLIN, Pierluigi, 1984, “Abitare in città”, in *Lotus International*, n. 41, Milano, Electa, p. 5.
- NIEUWENHUYS, Constant, 1960, “Unitary Urbanism”, in WIGLEY, Mark (ed.), 1998, *Constant’s New Babylon: the hyper-architecture of desire*, Rotterdam, NAI010 (Witte de With), pp. 131-135.
- NIEUWENHUYS, Constant, 1974, “New Babylon: Outline of a culture”, in WIGLEY, Mark (ed.), 1998, *Constant’s New Babylon: the hyper-architecture of desire*, Rotterdam, NAI010 (Witte de With), pp. 160-165.
- NONAKA, Ikujiro, TAKEUCHI, Hirotaka, 1995, *The Knowledge-Creating Company: How Japanese Companies Create the Dynamics of Innovation*, New York, Oxford University Press.
- NONELL, Anni Günther, TAVARES, Rui, 1994, *Atlas histórico de ciudades europeas, Península Ibérica*, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, Salvat Editores, Barcelona.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, 1975, *Existencia, espacio y arquitectura*, Madrid, Blume.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, 1976, “The phenomenon of place”, in NESBITT, Kate, 1996, *Theorising a new agenda for architecture. An anthology of architectural theory 1965-1995*. New York, Princeton Architectural Press.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, 1979, *Genius Loci – Towards a Phenomenology of Architecture*, New York, Rizzoli.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, 1980, (1974, 1967), *Intentions in Architecture*, London, Allen and Unwin.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, (Praeger Publishers trad.), 1980, (1974), *Meaning in Western Architecture*, London, Studio Vista.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, 1982 (1971), *Esistenza, Spazio e Architettura*, Roma, Officina Edizioni. (título original, 1971, *Existence, Space and Architecture*, New York, Praeger).
- NORBERG-SCHULZ, Christian, DIGERUD, J. G. (coord.), 1990, *Louis I. Kahn, idea e imagen*, Madrid, Xarait.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, 1992 (1979), *Genius Loci, Paesaggio Ambiente Architettura*, Milano, Electa.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, 1998, (1967), *Intenciones en Arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili.
- NÓVOA, António, [et al.], 1992, *Formação para o desenvolvimento. Uma experiência participada de formação de agentes de desenvolvimento*, Lisboa, Edições Fim de Século.
- NUNES, A, Sedas, (org), 1969, *A Universidade na Vida Portuguesa*, Lisboa, ISCTE, 2 vol.
- NUNES, Rui, ÉVORA, César, 1998, “Assimetrias internas e históricas sobrepõem-se a discursos de conjuntura”, in *Economia Pura*, Ano I, nº 6, Lisboa, Ed. Figure’s, pp. 30–33.

OATES, J, 1979, *Babylon*, London, Thames and Hudson.

OCAMPO FAILLA, Pablo, 2002, present. BRU, Eduard, trad, Evelyne Briffault, *Periferia: la heterotopia del no lugar = peripherie: l’heterotopie du non-lieu*, Santiago do Chile, Ediciones A+C, U.43.

OCKMAN, Joan (ed.), 1993, *Architecture Culture 1943-1968. A Documentary Anthology*, New York, Columbia Books of Architecture, Rizzoli Publisher.

OLIVEIRA, Pereira de, 1973, *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Coimbra, Instituto de Alta Cultura-Centro de Estudos Geográficos, (ed. 2007, Porto, Afrontamento).

OLIVEIRA, Vitor, 2011, *Avaliação em planeamento urbano*, Porto, Ed. UP.

OLIVEIRA, Vitor, 2013, *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*, Porto, Ed. UP.

OROZCO, María Cecilia O’Byrne, 2007, *El proyecto para el Hospital de Venecia de Le Corbusier*, tese de doutoramento, Barcelona, UPC, policopiado.

ORTEGA Y GASSET, José, 2002, *O que é o conhecimento?*, Lisboa, Fim de Século.

OSBORNE, Peter, 2001 (2000), *Philosophy in Cultural Theory*, London and New York, Routledge.

OSBORNE, Peter, 2001 (2000), “Sign and Image”, in OSBORNE, Peter, 2001 (2000), *Philosophy in Cultural Theory*, London and New York, Routledge.

OSBORNE, Peter, 2013 (1958), *Anywhere or Not at All: Philosophy of Contemporary Art*, London, Verso.

PALMA, Vittoria di, PERITON, Diana, LATHOURI, Marina (eds.), 2009, *Intimate Metropolis: Urban Subjects in the Modern City*, London and New York, Routledge.

PANERAI, Philippe, DEPAULE, Jean-Charles, DEMORGON, Marcelle, VEYRENCHE, Michel, 1980, *Elements d’analyse urbaine*, Bruxelles, Archives d’Architecture Moderne.

PANERAI, Philippe, CASTEX, Jean, 1982, “Prospective della tipomorfologia”, in *Lotus Internacional* n. 36, Milano, Electa, pp. 94-99.

PANERAI, Philippe, CASTEX, Jean, DEPAULE, Jean Charles, 1986, *Formas urbanas: de la manzana al bloque*, Barcelona, Gustavo Gili.

PANERAI, Philippe, DEPAULE, Jean-Charles, DEMORGON, Marcelle, 2002, (1999), *Analyse urbaine*, Marseille, Éditions Parenthèses.

PANERAI, Philippe, CASTEX, Jean, DEPAULE, Jean-Charles, SAMUELS, Ivor, 2004, *Urban forms, The death and life of the urban block*, London, Architectural Press.

PAVIA, Rosario, 1994, *L’idea di città: teorie urbanistiche della città tradizionale*, Milano, FrancoAngeli.



PAVIA, Rosario, 1996, “El miedo al crecimiento urbano”, in MARTÍN RAMOS, Ángel (ed.), 2004, *Lo urbano en 20 autores contemporâneos*, Barcelona, UPC, pp. 105-116.

PAVIA, Rosario, 2002, *Babele: la città della dispersione*, Roma, Meltemi Editore.

PAVIA, Rosario, 2005 (1996), *Le paure dell'urbanistica, Disagio e incertezza nel progetto della città contemporânea*, Roma, Meltemi, (ed. orig., 1996, Génova, Costa & Nolan).

PAQUOT, Thierry, 2009, *L'espace public*, Paris, La Découverte.

PAWLEY, Martin, JENKINS, David (ed.), 2007, *The Strange Death of Architectural Criticism*, London, Black Dog.

PEDROSA, Patrícia Santos, 2009, *Cidade Universitária de Lisboa, 1911-1950: génese de uma difícil territorialização*, Edições Colibri- IHA/ Estudos de Arte Contemporânea, Lisboa, FCSH- Universidade Nova de Lisboa.

PEREC, Georges, 1983 (1965), *As coisas, uma história dos anos sessenta*, São Paulo, Companhia das Letras, (ed. orig., 1965, *Les choses, une histoire des années soixante*, Paris, René Julliard).

PEREC, Georges, 1986, *Pensar / classificar*, Barcelona, Gedisa

PEREC, Georges, TAMEN, Pedro (trad.), 1989 (1978), *A Vida: Modo de Usar*, Presença, (ed. orig., 1978, *La Vie: Mode d'Emploi*, Paris, Hachette).

PEREC, Georges, CAMARERO, Jesús (trad.), 2001 (1974), *Especies de Espacios, Montesinos*, Barcelona, Intervencion Cultural, (ed. orig., 1974, *Espèces d'espaces*, Paris, Galilée).

PEREIRA DE OLIVEIRA, J. M., 2007, (1973), *O Espaço Urbano do Porto, Condições Naturais e Desenvolvimento*, Ed. Afrontamento.

PÈREZ, Linarejos Cruz, ECHÁNIZ, Ignacio Español, 2000, *El paisaje. De la percepción a la gestión*, Madrid, Liteam.

PÉREZ-BERMUDES, Carlos, 2000, *Lo que enseña el arte, la percepción estética en Arnheim*, Valencia, UV.

PÉREZ-GÓMEZ, Alberto, PELLETIER, Louise, 2000, *Architectural Representation and the Perspective Hinge*, Cambridge Mass., London, The MIT Press.

PERGOLA, Cesare, 1997, *La città dei sensi*, Firenze, Alinea.

PEVSNER, N., 1979, (1976), *A History of Building Types*, London, Thames and Hudson, *Historia de las Tipologías Arquitectónicas*, Barcelona, Gustavo Gili.

PIAGET, Jean, 1950, *The Psychology of Intelligence*. London, Taylor & Francis.

PIAGET, Jean, 1965 (1952), *The Origins of Intelligence In Children (§1. The Functional Invariants of Intelligence and Biological Organization)*, New York, International Universities Press. [[http://www.pitt.edu/~strauss/origins\\_r.pdf](http://www.pitt.edu/~strauss/origins_r.pdf)]

PIAGET, Jean, 1968, *Le Structuralisme*, Paris, Cahiers internationaux de symbolism, PUF.

PIAGET, Jean, 1970, (1968), *Structuralism*, New York, Basic Books.

PIGNATELLI, Paola Coppola, AA.vv, 1991, *Polo universitário a Valco S. Paolo (Roma): nove progetti: corso di Progettazione Architettonica II, 1990-91*. Roma, Gangemi.

PIMENTA, J. Corte-Real, 1967, *Plano Director da Cidade do Porto*, Urbanização, Vol. 2, nº2.

PIMENTEL, Diogo Lino, 1972, “Comentário breve a alguns trabalhos de Luíz Cunha”, in *arquitectura N.º 124*, (4.ª Série), Maio 1972, Lisboa, AAP, pp. 9-30 [“obras”, pp.10-30].

PIMENTEL, Diogo Lino, 1982, “Luís Cunha: Projectos e outros desenhos”, in *arquitectura N.º 145*, Ano III (4.ª Série), Fevereiro 1982, Lisboa, AAP, pp. 42-75.

PINDER, David, 2005, *Visions of the City*, London and New York, Routledge.

PIRES, Isabel Maria Branco, 2006, *Considerações sobre o símbolo na arquitectura religiosa de Luiz Cunha*, Prova Final em Arquitectura, Porto, FAUP, policopiado.

POLANYI, Karl, 2001 (1944), *The Great Transformation : The Political and Economic Origins of Our Time* (2ª ed.), Boston, Beacon Press.

POLANYI, Michael, 1974 (1958), *Personal Knowledge: Towards a Post-Critical Philosophy*, London, Routledge & Kegan Paul.

POLANYI, Michael, PROSCH, Harry, 1977, *Meaning*, Chicago, University of Chicago Press.

POLANYI, Michel, SEM, Amartya (foreword), 2009 (1966), *The Tacit Dimension*, New York, Anchor Books, (ed. orig., 1966, New York, Garden City).

PORTAS, Nuno, BARATA, J. P. Martins, 1968, “A Universidade e a Cidade: problemas arquitectónicos e de inserção no espaço urbano”, in *Análise social*, Vol. VI (n.º 22,23,24), pp.492-509, Lisboa, ICSUL.

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253050L4gFE7bb4Ct23JQ2.pdf>

PORTAS, Nuno, 1969, *A cidade como arquitectura*, Lisboa, Livros Horizonte.

PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, 1969, “A Universidade na Cidade: problemas arquitectónicos e de inserção no espaço urbano”, in NUNES, A, Sedas, (org), *A Universidade na Vida Portuguesa*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais do Instituto Superior de Ciências Económicas.

PORTAS, Nuno, 1970, “Arquitectura: Forma de Conhecimento – Forma de Comunicação”, in “Novas Perspectivas das Ciências do Homem”, pp. 65-90, in PORTAS, Nuno, 2005, *Arquitecturas: teoria e desenho, investigação e projecto*, Porto, FAUP, pp. 21-37.

PORTAS, Nuno, 1978 (1973), *A evolução da arquitectura moderna em Portugal*, in Bruno ZEVI, Bruno, 1978, *História da Arquitectura Moderna*, Lisboa, Arcádia.

PORTAS, Nuno, 1985, “Notas sobre a intervenção na cidade existente”, in *Sociedade e Território*, Revista de estudos urbanos e regionais, n.º 2, Porto, Afrontamento, pp. 8-13.

PORTAS, Nuno, 1985, *Variaciones sobre política urbana y tipología: cinco manzanas mas o menos abiertas*, in PORTAS, Nuno, 2005, *Arquitectura(s): Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, FAUP.

PORTAS, Nuno, 1987, *Conceitos de Desenvolvimento Urbano*, in *Jornal dos Arquitectos*.

PORTAS Nuno, 1988, “El surgimiento del proyecto urbano”, in *PU/UP (Perspectivas Urbanas/Urban Perspectives)* n.º 3, 2003, Barcelona, UPC, pp.1-11, (Original en italiano in *Urbanística*, n.º 110, 1998, trad. Francisco Javier Monclús, pp.58-69).

PORTAS, Nuno, 1991, “Le opportunità non previste (Resposta a Lotus, a planificação entre planos e projectos)”, in *Lotus International*, n. 69, Milano, Electa, pp. 116-117.

PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel, GUGLIELMETTI, Anne (trad), 1992, *Portugal, Architecture 1965-1990*.

PORTAS, Nuno (coord.), 1998, *Planos operativos de escala intermédio, caracterização técnica e arquitectónica*, polic. RM.

PORTAS, Nuno, (coord.), DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João [et al.], 2003, *Políticas Urbanas – Tendências, Estratégias e Oportunidades*, CEFA/FCG, Lisboa, FCG.

PORTAS, Nuno, 2003, “De una ciudad a outra: perspectivas periféricas”, in RAMOS, Ángel Martín (ed.), 2004, *Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos*, Barcelona, UPC, pp. 221-229.

PORTAS, Nuno, BARATA, J. P. Martins, 2005, *Os Tempos das Formas-Vol,1, A Cidade Feita e Refeita - Escritos 1963-2004*, Guimarães, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, DAAUM.

PORTAS, Nuno, 2005, *Nuno Portas- Prémio Sir Patrick Abercrombie-Prize-UIA 2005*, Ordem dos Arquitectos, Caleidoscópio, Lisboa.

PORTAS, Nuno, 2005, *Arquitectura(s): Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, (MENDES, Manuel, ed.), 3 vol., Porto, FAUP.

PORTAS, Nuno, 2007, (1969), *A cidade como arquitectura. Apointamentos de método e crítica*, Lisboa, Livros Horizonte.

PORTAS, Nuno, 2008, (1964), *A Arquitectura Para Hoje*, Livros Horizonte, Lisboa.

PORTAS, Nuno, 2008, (1973), “A Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: Uma interpretação”, in *A Arquitectura Para Hoje*, Lisboa, Livros Horizonte, Lisboa.

PORTAS, Nuno, 2009, “*Il paesaggio delle megastrutture*” in GABELLINI, Patrizia (dir.), *Territorio 48*, Milano, FrancoAngeli.

PORTAS, Nuno, 2009, “*As formas da cidade extensiva*” in CARVALHO, Jorge (coord.), 2009, Julho, in *Sociedade e Território, Ocupação dispersa: problemática, custos e benefícios*. Porto: Edições Afrontamento, Nº 42, p. 61-66.

PORTAS, Nuno, TRAVASSO, Nuno, 2011, “As transformações do espaço urbano. Estruturas e fragmentos” in PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João, *Políticas Urbanas II. Transformações, Regulação e Projectos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 162-229.

PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro, CABRAL, João, 2011, *Políticas Urbanas II. Transformações, Regulação e Projectos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

PORTAS, Nuno, GRANDE, Nuno (curador), 2012, *O Ser Urbano Nos Caminhos de Nuno Portas*, catálogo da exposição, Fundação da Cidade de Guimarães, Lisboa, INCM.

PORTAS, Nuno, 2012, *Os tempos das formas / Nuno Portas*, Manuel de Solà-Morales, (pref), 2 vol, Vol, I, *A cidade feita e refeita*, Vol. II, *A cidade imperfeita e a fazer*, Guimarães, DAAUM.

PRIGOGINE, Ilya, STENGERS, Isabelle, 1997 (1996), *The end of certainty - time, chaos and the new laws of nature*, New York, The Free Press, (ed. orig., 1996, *La fin des certitudes, temps, chaos et les lois de la nature*, Paris, Éd. Odile Jacob).

PRIGOGINE, Ilya, STENGERS, Isabelle, TOFFLER, Alvin (forw.), 1984, *Order out of chaos: man's new dialogue with nature*, New York, Bantam.

PRIGOGINE, Ilya, 2000 (1993), *As leis do Caos*, São Paulo, UNESP, (título original em italiano, 1993, *Le Leggi del Caos*, Roma e Bari, Laterza.  
[[http://andrefolloni.com.br/fotos/1412946184\\_Prigogine.pdf](http://andrefolloni.com.br/fotos/1412946184_Prigogine.pdf)]

*QUADERN D'ARQUITECTURA I URBANISME MONOGRAPHES*, 1990, “Rem Koolhaas: Urban Projects”. Barcelona, Gustavo Gilli.

*QUADERNS D'ARQUITECTES*, 1994, *Ciutat funcional i morfologia urbana, 1*, Barcelona, UPC.

RAFFESTIN, Claude, 1986, “Écogénèse territoriale et territorialité”, in AURIAC, Franck, BRUNET, Roger, 1998, *Espaces, jeux et enjeux*, Paris, Fayard & Fond. Diderot, pp. 175-185.

RAFFESTIN, Claude, 2005, *Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio, Elementi per una teoria del paesaggio*, Firenze, Alinea.

RAMALHO, Pedro, 1990, *Itinerário*, Porto, FAUP.

RAMALHO, Pedro, MENDES, Manuel, 1995, *Uma Homenagem a Arménio Losa*, Matosinhos, Câmara Municipal de Matosinhos e Ed. Afrontamento.

RAMOS, Ángel Martin, 2004, *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*, Barcelona, UPC.

RANCIÈRE, Jacques, 2004, *The Politics of Aesthetics: the Distribution of the Sensible*, London and New York, Continuum.

RANCIÈRE, Jacques, 2007, *The Future of the Image*, London and New York, Verso.

RANCIÈRE, Jacques, 2009, *The Aesthetic Unconscious*, Cambridge, Polity.

RANCIÈRE, Jacques, 2010 (2000), *Estética e Política. A Partilha do Sensível*, Porto, Dafne.

RAPAGÃO, João Paulo (coord.), *Mapa de Arquitectura, Roteiro com 24 obras de Arénio Losa/cassiano Barbosa e Arménio Losa/Alfredo Matos Ferreira/Beatriz Madureira, na cidade do Porto*, comemorações do centenário Arménio Losa, Porto, CMP e AO-SRN.

RAPOPORT, Amos, 1974, *Aspectos de la calidad del entorno*, Barcelona, Ed. La Gaia Ciencia S. A. /COACB.

RASMUSSEN, Steen Eiler, 2000, *La experiencia de la arquitectura. Sobre la percepción de nuestro entorno*, Madrid, Marea Celeste.

READER, John, 2004, *Cities*, London, William Heinemann.

REICHENBACH, Hans, 1951, “The Philosophical Significance of the Theory of Relativity (1938)”, Collected in SCHILLP, Paul Arthur (ed.), 1998 (1949), *Albert Einstein, Philosopher-Scientist: The Library of Living Philosophers Volume VII* (3<sup>rd</sup>. ed.), Los Angeles, Univ. of California Press

REICHENBACH, Hans, 1954 (1951), *The Rise of Scientific Philosophy*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press,

REINER, Thomas A., 1986 (1963), *Utopia e Urbanistica, Il ruolo delle comunità ideali nella pianificazione urbana*, Venezia, Marsilio Editori.

REIS, José Eduardo, SILVA, Jorge Bastos da, 2006, *Nowhere Somewhere. Writing, Space and the Construction of Utopia*, Porto, Ed. Universidade do Porto.

RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, GONÇALVES, A. Custódio (pref.), 1994, *A Cidade: Rumo a uma nova definição?*, Porto, Afrontamento, (ed. orig., 1992, *La ville vers une nouvelle définition*, Paris, L'Harmattan).

REYNOLDS, Ann, 2003, Robert Smithson: Learning from New Jersey and Elsewhere, Cambridge, Mass., The MIT Press.

REZENDE, Miguel, 1952, *A evolução territorial da cidade do Porto e a orientação a seguir para a urbanização das zonas residenciais*, Civitas, Ano VIII, II Semestre, 221-227.

RICCI, Mosé, 1991, *Natura della città e forma del piano: l'identità delle regole*, Roma, Officina.

RISSELADA, Max, HEUVEL, Dirck Van Den, (ed.), 1992, *Portugal: Architecture 1965-1990*, Editions du Moniteur, Paris.

RISSELADA, Max, HEUVEL, Dirck Van Den, (eds.), 2005, *Team 10: in search of a Utopia of the present, 1953-81*, Rotterdam, NAI010 Publishers.

ROBBINS, David (ed.), 1990, *The Independent Group: Postwar Britain and the Aesthetics of Plenty*, Cambridge, London, The MIT Press.

ROCHA, Paulo Mendes da, 2007, *Paulo Mendes da Rocha: projectos 1999-2006*, São Paulo, Cosac Naify.

RODRIGUES, Ana Leonor M. Madeira, 2000, *O Desenho, Ordem do Pensamento Arquitectónico*, Lisboa, Estampa.

RODRIGUES, Luis Filipe Salgado Pereira, 2010, *Desenho, Criação e Consciência*, Lisboa, Bond Editora.

ROJEK, Chris, TURNER, Bryan S. (eds.), 1993, *Forget Baudrillard*, London and New York, Routledge.

RONCAYOLO, Marcel (coord.), 2001, *La ville aujourd'hui: mutations urbaines, decentralisation et crise du citoyen*, Paris, Seuil.

RONCAYOLO, Marcel, 2002, (1996), *Lectures de villes. Formes et temps*. Marseille: Éditions Parenthèses.

RONCAYOLO, Marcel, 2005 (1990), *La ville et ses territoires*, Paris, Gallimard.

ROUILLARD, Dominique, 2004, *Superarchitecture. Le Futur de l'architecture 1950 - 1970*, Paris, Éditions de la Villette.

ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão de, ROLLO, Maria Fernanda, 1996, *Dicionário de História do Estado Novo*, Ed. Bertrand.

ROSENBERG, 1994, *The Tradition of the New*, New York, Da Capo Press.

ROSMANINHO, Nuno, 2006, *O poder da arte: o estado novo e a cidade universitária de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

ROSSI, Aldo, 1976, “La città analoga: tavola”, in *Lotus International*, n. 13 (Dicembre 1976), Milano, Electa.

ROSSI, Aldo, 1966, *L'architettura della città*, Milano, Marsilio Ed.

ROSSI, Aldo, 1977, (1966), *A Arquitectura da Cidade*, Lisboa, Edições Cosmos.

ROSSI, Aldo, 1981, (1966), *La arquitectura de la ciudad*, Barcelona, Gustavo Gili.

ROSSI, Aldo, 1988 (1981), *Autobiographie scientifique*, Marseille, Parenthèses.

ROSSI, Aldo, SCULLY, Vicent (pref., posf.), 2013 (1981), *Autobiografia científica*, Lisboa, Ed. 70.

ROWE, Colin, 1978, *Maneirismo y arquitectura moderna y otros ensayos*, Barcelona, Gustavo Gili.

ROWE, Colin, KOETTER, Fred, 1983, (1978), *Collage City*, Cambridge, Mass. and London, The MIT Press.

ROWE, Colin, KOETTER, Fred, 1998 (1978), *Ciudad Collage*, Barcelona, Gustavo Gili.

ROWE, Peter G., 1991, *Making a Middle Landscape*, Cambridge, Mass., The MIT Press.

RUBY, Ilca, RUBY, Andreas, 2006, *Groundscapes, El Reencuentro con el suelo en la Arquitectura Contemporanea*, Barcelona, Gustavo Gili.

RUEGG, Walter (coord), 1996, *Uma História da Universidade na Europa: As Universidades na Idade Média*, Vol I, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

RUEGG, Walter, (coord), 2002, *Uma História da Universidade na Europa: As Universidades na Europa Moderna, 1500-1800*, Vol II, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

SÁ, Manuel Fernandes de, 1989, (comunic. 1988), “Os problemas e a prática do urbanismo em Portugal”, in AMARAL, Diogo Freitas do, 1989, *Direito do Urbanismo* (Parte I – Introdução Geral), *Direito do Urbanismo*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração (INA).

SÁ, Manuel Fernandes de, 1992, “Do Plano Director Municipal ao Plano de Pormenor”, comunicação apresentada no Seminário *Implementação dos Planos Directores Municipais*, Porto, CCDR-N.

SÁ, Manuel Fernandes de, PORTAS, Nuno, DOMINGUES, Álvaro et. all., 2009, “Relatório Síntese – Modelo Territorial”, in *Plano Regional de Ordenamento de Território do Norte – PROT NORTE*, Porto, CCDR-N.

SÁ, Manuel Fernandes de, 2010, *Plano de Urbanização de Alcântara, Proposta de Plano*, Lisboa, C.M.L., Volumes I, II, III.

SADLER, Simon, 1999 (1998), *The situationist city*, Cambridge Mass., London, The MIT Press.

SADLER, Simon, 2005, *Archigram: Architecture without architecture*, Cambridge, Mass., London, The MIT Press.

SALGUEIRO, Teresa Barata, 1992, *A Cidade em Portugal, Uma geografia urbana*, Porto, Afrontamento.

SAMONÀ, Giuseppe, 1990, *Urbanistica e l'avvenire della città*. Roma/Bari, Laterza.

SANTAMARIA, Enrique, HABA, Juan De La, 2001, Entrevista a Néstor García Canclini, “Dilemas de la globalización: Hibridación cultural, comunicación y política”, in *Voces y culturas*, Revista de Comunicación, n.º 17, pp. 143-165, Barcelona, Paidós, pp. 147-148.

SANTOS, Boaventura de Souza, 1997, *Um discurso sobre as ciências*, Lisboa, Afrontamento.

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos, 1996, *Universidade do Porto – Raízes e Memórias da Instituição*, Porto, Ed. UP.

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos (coord. ed.), PONTES, Sara, 2007, *Para a história da Universidade do Porto*, Porto, Ed. UP.

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos, 2011, *História da Universidade do Porto*, Porto, Ed. UP.

SARKIS, Hashim (ed.), 2001, *Case: Le Corbusier's Venice Hospital and the Mat Building Revival*, Munich, London, New York, Prestel Verlag.

SARUP, Madan, 1993, *An introductory guide to Post-Structuralism and Postmodernism*, New York, Harvester Wheatsheaf.

SASSEN, Saskia, 1991, *The Global City: New York, London, Tokyo*, New York and NJ, Princeton University Press.

SASSEN, Saskia, 1998, *Globalization and Its Discontents; Essays on the New Mobility of People and Money*, New York, The New Press.

- SASSEN, Saskia, 2004 (1994), *Le città nell'economia globale*, Bologna, Il Mulino.
- SASSEN, Saskia, 2009, “Bridging the Ecologies of Cities and Nature”, in *The New Urban Question, Urbanism beyond Neo-Liberalism*, Rotterdam, Ifou.
- SCHUDSON, Michael, 1984, *Advertising, The Uneasy Persuasion: Its Dubious Impact on American Society*, New York, Basic Books.
- SCHUMACHER, Patrik, 2011, *The Autopoiesis of Architecture, A New Framework for Architecture, Volume I*, Chichester, New Jersey, John Wiley & Sons.
- SCHUMACHER, Patrik, 2012, *The Autopoiesis of Architecture, A New Agenda for Architecture, Volume II*, Chichester, New Jersey, John Wiley & Sons.
- SEABRA, José Augusto, 2003, “Revistas e movimentos culturais no primeiro quarto do século”, in *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SECCHI, Bernardo, 1982, “Aboliamo le gerarchie”, in *Casabella*, n. 482, Milano, Electa, p. 22.
- SECCHI, Bernardo, 1982, “Perché i piani”, in *Casabella*, n. 484, Milano, Electa, pp. 38-39.
- SECCHI, Bernardo, 1984, *Il Racconto Urbanistico: la politica della casa e del territorio in Italia*, Torino, Einaudi.
- SECCHI, Bernardo, 1984, “Le condizioni sono cambiate”, *Casabella*, n. 298-299, Milano, Electa, pp. 8-13.
- SECCHI, Bernardo, 1986, “Progetto di Suolo”, in *Casabella*, n. 520-521, Milano, Electa, pp.19-23.
- SECCHI, Bernardo, 1988, “Album di progetti”, in SECCHI, Bernardo, 1989, *Un Progetto per L'Urbanistica*, Torino, Einaudi, (ed. orig. in *Casabella*, n. 544, Milano, Electa, p. 14).
- SECCHI, Bernardo, 1988, “La macchina non banale”, in *Urbanistica* n.º 92, Milano, FrancoAngeli.
- SECCHI, Bernardo, 1989, “Il piano flessibile”, in *Urbanistica*, n. 96, Milano, FrancoAngeli, pp. 3-6, p. 3.
- SECCHI, Bernardo, 1989, “I progetti del piano”, in *Casabella*, n. 563, Milano, Electa, p. 36.
- SECCHI, Bernardo, 1989, “La regola e il modelo”, in *Urbanistica* n.º 95, Milano, FrancoAngeli.
- SECCHI, Bernardo, 1989 (1984), “Le condizioni sono cambiate”, in SECCHI, Bernardo, 1989, *Un Progetto Per L'urbanistica*, Torino, Einaudi, pp. 48-56, p. 48. (ed. orig. in *Casabella*, n. 498-499, Milano, Electa, pp. 8-13).
- SECCHI, Bernardo, 1989, “Lo spessore della strada” in *Casabella*, n. 553-554, Milano, Electa, pp. 38-41.



SECCHI, Bernardo, 1989 (1986), “Progretto di suolo”, in *Un progretto per l’urbanistica*, Torino, Einaudi, pp. 129-136, (ed. orig., 1986, *Casabella*, n. 520-521, Milano, pp. 19-23).

SECCHI, Bernardo, 1989, “Ridurre la complessità”, in *Urbanistica*, n. 94, Milano, FrancoAngeli, p. 3-6.

SECCHI, Bernardo, 1989 (1986), “Una nuova forma di piano”, in SECCHI, Bernardo, *Un progretto per l’urbanistica*, Torino, Einaudi, pp. 137-150, (artigo igualmente consultado em *Urbanistica*, n. 82, 1986, Milano, FrancoAngeli, pp. 6-37).

SECCHI, Bernardo, 1989, *Un Progetto per L’urbanistica*, Torino, Einaudi.

SECCHI, Bernardo, 1990, “Tre piani”, in *Urbanistica*, n. 98, Milano, FrancoAngeli, pp.3-8.

SECCHI, Bernardo, 1991, L’impegno dell’urbanistica”, in *Casabella*, n. 578, Milano, Electa, p. 25.

SECCHI, Bernardo, 1991, “La perferia”, in *Casabella*, n. 583, Milano, Electa, p. 21.

SECCHI, Bernardo, 1993, “Un urbanistica di spazi aperti”, in *Casabella*, n. 597-598, Milano, Electa, pp. 5-9.

SECCHI Bernardo, 2000, *Prima lezione di urbanística*, Roma e Bari, Laterza, (ed. língua portuguesa, 2007, trad. Marisa Barda e Pedro Sales, *Primeira lição de urbanismo*, São Paulo, Ática).

SECCHI, Bernardo, 2005 (2000), *Primeira lição de Urbanismo*, São Paulo, Perspectiva, (ed. orig., 2000, *Prima lezione di urbanística*, Roma e Bari, Laterza).

SECCHI Bernardo, 2002, “Progetti, visioni, scenari”, in *Diario di un Urbanista, Planum, European journal of planning*. [Em linha][Consultado em Agosto 2014], disponível em <<http://www.planum.net>>.

SECCHI, Bernardo, 2003, “Progetti, visions, scenari”, *Planun Magazine*.

SECCHI Bernardo, 2003, “Scenari”, in “Diario di un Urbanista”, *Planum, European journal of planning on line*, [Em linha][Consultado em Agosto 2014], disponível em <<http://www.planum.net/topics/secchi-diario.html>>.

SECCHI, Bernardo, 2006, "Progetto di suolo 2", in AYMUNINO, Aldo, MOSCO, Valerio Paolo (coord.), *Spazi pubblici contemporanei. Architettura a volume zero*, Milano, Skira.

SECCHI, Bernardo, 2008, (2005), *La città del ventesimo secolo*. Roma/ Bari, Laterza.

SECCHI, Bernardo, VIGANÒ, 2009, *Antwerpen, Territories of a new modernity*, Amsterdam, SUN.

SECCHI, Bernardo, VIGANÒ, 2010, *Le diagnostic prospectif de l’agglomération parisienne, Consultation internationale de recherche et développement sur le grand pari de l’agglomération parisienne, la ville “poreuse: chantier 2, équipe Studio 09*. conferencias dirigidas por Frédéric Gilli, Michel Meybeck, Guy Burgel, Mathieu Flonneau, Marie-Hélène Massot, Christian Moley et Evelyne Cohen no âmbito do *workshop “Paris ville poreuse”* organizado pelo EMU, com o apoio do Ministério da Cultura.

SECCHI, Bernardo, 2011, “Isotropy vs. Hierarchy”, in *Landscapes of Urbanism, Q5*, (ed. V. Ferrario, A. Sampieri, and P. Viganò), Rome, Officina.

SECCHI, Bernardo, VIGANÒ, 2011, *La Ville poreuse. Un projet pour le Grand Paris et la métropole de l'après-Kyoto*, Genève, MetisPresses.

SELLARS, W., 1997, *Empiricism and the philosophy of mind*, Harvard, Harvard University Press.

SENNETT, Richard (ed.), 1969, *Classic Essays on the Culture of Cities*, Englewood Cliffs, New Jersey, Underlining Highlighting Ed.

SENNETT, Richard, 1996, *Uses of disorder: Personal identity and city life*, London, Faber.

SENNETT, Richard, 2003 (1943), *Carne e Pedra, o corpo e a cidade na civilização ocidental*, (Flesh and Stone), S. Paulo, Record Ed.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1983, *História das Universidades*, Porto, Lello e Irmão.

SERT, José Luís, 1947, *Can our cities survive?*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

SERT, José Luis, 1948, *From Architecture to City Planning*, in “Le Corbusier: Architect, Painter, Writer”, New York, MacMillan.

SGROI, Emanuele, 1997, *Mal di città, la promessa urbana e la realtà metropolitana*, Milano, FrancoAngeli.

SHANE, David Grahame, 2005, *Recombinant Urbanism: Conceptual Modeling in Architecture, Urban Design and City Theory*, Chichester, John Wiley & Sons.

SI-Situationist International, 1960, “The Theory of Moments and the Construction of Situations”, in *Internationale Situationniste* nr. 4 [Situanist International].

SILVA, Elvan, 1994, *Matéria, Idéia e Forma, Uma definição de arquitectura*, Porto Alegre, Ed. da Universidade UFRGS.

SIZA VIEIRA, Álvaro, “Plano de Pormenor Para a Zona da Malagueira – Évora”, in *arquitectura*, n. 132, (4.ª Série), Março 1979, Lisboa, AAP, pp. 34-49.

SLOTERDIJK, Peter, 2003, *Esferas I*, Barcelona, Siruela.

SLOTERDIJK, Peter, 2003, *Ni le soleil ni la mort, jeude piste sous forme de dialogue avec Hans-Jüraen Heinrichs*, Paris, Pauvert, pp.285-286.

SMITH, Michael Peter (ed.), 1984, *Cities in Transformation*, Beverly Hills and London, Sage.

SMITH, Michael Peter, 2001, *Transnational Urbanism: Locating Globalization*, Malden/Oxford, Blackwell.

SMITH, Robert C., 1966, *Nicolau Nasoni, Arquitecto do Porto*, Livros Horizonte.

SMITHSON, Alison, 1968 (1962), *Team 10 Primer*, Cambridge, Mass., The MIT Press. (London and Tonbridge, Studio Vista).

SMITHSON, Alison, SMITHSON, Peter, 1957, “Cluster City, a New Shape for the Community”, in *Architectural Review*, n. 730, Nov. 1957.

SMITHSON, Alison, SMITHSON, Peter, 1967, *Urban Structuring, Studies of Alison & Peter Smithson*, London, Studio Vista.

SMITHSON, Alison, SMITHSON, Peter, 1973, *Without Rhetoric: An Architectural Aesthetic 1955-1972*, London, Latimer New Dimensions.

SMITHSON, Alison, 1974, “How to recognise and read mat-buildings: Mainstream Architecture as It Has Developed Towards the Mat-Building”, in *Architectural Review / Design*, n. 9, sept. 1974, pp. 573-590.

SMITHSON, Alison, SMITHSON, Peter, 1991, *Team 10 Meetings: 1953-1984*, New York, Rizzoli International Publications.

SMITHSON, Alison, SMITHSON, Peter, 2005 (2001), *The Charged Void, Urbanism*, New York, The Monacelli Press.

SMITHSON, Robert, 1996 (1979), *Robert Smithson, The Collected Writings*, Berkeley, University of California Press.

SOARES, Andreia Azevedo, 2000, “Pessimismo na Rua dos Bragas”, *Jornal Público*, 14 de Setembro.

SÖDERSTRÖM, Ola, 2000, *Des images pour agir, le visuel en urbanisme*, Lousanne, Payot.

SÖDERSTRÖM, Ola, 2005, “De la mégalopole au *split screen*. Trois esthétiques urbaines contemporaines”, in *Intellectica - Espace, inter/action & cognition*, 2005/2-3, 41-42, Paris, Intellectica, pp. 201-223.

SOJA, Edward William, 1989, *Postmodern Geographies, The Reassertion of Space in Critical Social Theory*, London, Verso.

SOJA, Edward William, 1996, *Thirdspace, Journeys to Los Angeles and Other Real and Imagined Places*, Oxford, Blackwell.

SOJA, Edward William, 2010, *Seeking Spatial Justice*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Ignasi, 1994, “Colonization, Violence, Resistance”, in *Anyway*, Cambridge, Mass., The MIT Press, p. 120.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Ignasi, 1994, “Territorio construído, La ciudad desde la arquitectura”, in *Arquitectura Viva*, n.º 35, p. 31-37.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Ignasi, 1995, “Arquitectura Débil”, in *Diferencias, Topografía de la Arquitectura Contemporánea*, Barcelona, Gustavo Gili.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Ignasi, 1995, “Terrain Vague”, in *Anyplace*, Cambridge, Mass., The MIT Press.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Ignasi, 1996, “From Contrast to Analogy: Developments in the Concept of Architectural Intervention” (1985), in NESBITT, Kate (Ed.), 1996, *Theorizing a*

*New Agenda for Architecture, An Anthology of Architectural Theory 1965-1995*, New York, Princeton Arch. Press, pp. 234-235.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Ignasi, SASSEN, Saskia (prol.), 2002, *Territorios*, Barcelona, Gustavo Gili.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Ignasi, EISENMAN, Peter (prol.), 2003 (1995), *Diferencias, topografía de la arquitectura contemporánea*, Barcelona, Gustavo Gili.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Ignasi, 2003, *Inscripciones*, Barcelona, Gustavo Gili.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Ignasi, COSTA, Xavier, (eds.), 2005, *Metrópolis: ciudad, redes, paisajes*. Barcelona, Gustavo Gili.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Manuel de, 1969, *Sobre metodología urbanística, algunas consideraciones*, Escuela Técnica y Superior de Arquitectura de Barcelona, Monografía, Barcelona, UPC.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Manuel de, 1973, *De la ordinación a la coordinación (perspectivas de la planificación urbanística)*, Barcelona, CAU, nº22, pp. 106-14.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Manuel de, 1986, “Spazio, tempo e città / Space, time and the city”, in *Lotus International*, n. 51 (1986-09), Milano, Electa, pp. 25-30.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Manuel, 1987, “La segunda historia del proyecto urbano”, in *UR, Urbanisme*, n. 5, Barcelona, Laboratorio de Urbanismo de Barcelona (LUB), pp. 21-27.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Manuel, 1989, “An'altra tradizione moderna / Another modern tradition”, in *Lotus international*, n. 64 (1989-12), Milano, Electa, pp. 6-32.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Manuel, 1992, “Projectar la periferia”, in *UR-revista*, n. 9/10, Barcelona, Laboratorio de Urbanismo de Barcelona (LUB), pp. 55-57.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Manuel de, 2001, *Designing cities*, Milan, Electa.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Manuel de, 2002, (1997), *Las formas de crecimiento urbano (Les formes del Creixement Urbà)*, Barcelona, UPC.

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Manuel de, FRAMPTON, Kenneth (pref.), IBELINGS, Hans (“Urbanidad”), 2008, *A matter of things*, Rotterdam, NAI010 Publishers, (ed. orig., 2008, *De cosas urbanas*, Barcelona, Gustavo Gili).

SOLÀ-MORALES i RUBIÓ, Manuel de, 2009, “La urbanitat de l'arquitectura”, Conferència inaugural del curs 2009 2010, Barcelona, *Visions*, n. 8, novembre, UPC, pp. 7-25.

SOMERS-HALL, Henry, 2013, *Deleuze's Difference and Repetition*, Edinburgh, University Press.

SORIANO, Federico, 2009, *100 hiperminimos y uno último de Francisco Jarauta=100 hyperminimals: and a final one from Francisco Jarauta / Federico Soriano*, trad. Mike Lumber, Noemí García Millán, Madrid, Lampreave.

SORT, Jordi Julià, 2005, *Redes metropolitan networks / Jordi Julià Sort*, Barcelona, Gustavo Gili.

SPAGNOLO, Roberto, 1989, “I progetti e il piano”, in CASSIA, Cesare Macchi (coord.), 1989, *Il progetto urbanístico come strumento didattico, un'introduzione agli studi di architettura*, Milano, CittàStudi, p. 122.

SPIER, Steven (ed.), 2002, *Urban Visions, Experiencing and Envisioning the City*, Liverpool, Liverpool University Press and Tate Liverpool.

SPIRN, Anne Whiston, 1984, *The Granit Garden, Urban Nature and Human Design*, New York, Basic Books.

SPIRN, Anne Whiston, 1990, *This Garden is a Town*, Philadelphia, Univ. Pennsylvania.

SPIRN, Anne Whiston, 1995, « *Constructing Nature: The Legacy of Frederick Law Olmsted* », in AA.VV., *Uncommon Ground, Rethinking the Human Place in Nature*, New York, William Cronon editor, pp. 91-113.

SPIRN, Anne Whiston, 2001, « *Urban Nature and Human Design: Renewing the Great Tradition* », in AA.VV., *Classic Readings in Urban Planning*, New York, Island Press, pp. 475-497.

STEINER, Hadas A., 2009, *Beyond Archigram: The Structure of Circulation*, London and New York, Routledge.

STRATIS, Socratis, 2001, “La demarche de projet à l'échelle urbano-architecturale”, in CHARRE, Alain (dir.), 2001, *Les Nouvelles Conditions du Projet Urbain, Critique et méthodes*, #Mégapole n. 22, Hayen, Sprimont, Pierre Mardaga, pp. 81-87.

STRAUVEN, Francis, 1998, *Aldo Van Eych: The Shape of Relativity*, Amsterdam, Architectura&Natura Press.

SWENARTON, Mark, AVERMAETE, Tom, HEUVEL, Dirk van den (eds.), 2015, *Architecture and the welfare state*, London and New York, Routledge.

SYKES, A. Krista (ed.), HAYS, K. Michael (afterword), 2010, New York, Princeton Architectural Press.

TAFURI, Manfredo, 1976, *Architecture and Utopia: Design and Capitalist Development*, Cambridge Mass., The MIT Press.

TAFURI, Manfredo (editor/pref.), 1984, *"Renovatio Urbis" Venezia nell'età di Andrea Gritti (1523-1538)*, Roma, Officina Ed.

TAFURI, Manfredo, 1995, *Venice and the Renaissance*, Mass., The MIT Press.

TAGLIAVENTI, Gabriele, (Ed), 2002, *New Urbanism*, Firenze, Alinea Ed.

TARDIEU, Jean, 1943, *Le témoin invisible*, Paris, Gallimard.

TAVARES, Rui Bastos, 1992, *A Carta Topográfica da Cidade do Porto de 1892 – Uma Base Cartográfica Para a Gestão Urbanística Municipal*, in “Uma Cartografia Exemplar – O Porto em 1892”, CMP.

TÁVORA, Fernando, 1964, “Escola Primária em Vila Nova de Gaia (1957-1961)”, in *Arquitectura*, n. 85, 1964, pp. 175-179 [comentário de Luiz Cunha].

TÁVORA, Fernando, 1996, (1962), *Da organização do espaço*, Porto, FAUP.

TAYLOR, Charles, 1977, *Hegel*, Cambridge University Press.

TEDESCHI, Enrico, 1962, *Teoría de la arquitectura*, Buenos Aires, Nueva Visión.

TESTA, Peter, 1993, *Álvaro Siza: Obras y proyectos 1954-1992*. Barcelona, Gustavo Gili.

TEYSSOT, Georges, BOUVIER, Pierre, ROSE, Julie (trad.), 2013, *The Topology of Everyday Constellations*, Cambridge, Mass., The MIT Press.

TOSTÕES, Ana, BECKER, Annette, WILFRIED, Ana, WANG, Cristina, 1998, *Arquitectura do Século XX – Portugal (Catálogo da Exposição)*, Frankfurt /Lisboa.

TOSTÕES, Ana, 2003, *Arquitectura Moderna Portuguesa: 1920-1970*, Lisboa, IPPAR.

TOSTÕES, Ana (texto); VIEIRA, Joaquim, 2010, *Fotobiografias do Século XX – Pardal Monteiro*. Lisboa, Temas e Debates.

TOSTÕES, Annette Becker, WILFRIED, Ana Cristina Wang, 1998, *Arquitectura do Século XX – Portugal (Catálogo da Exposição)*, Frankfurt e Lisboa.

TOUSSAINT, Michel A. P., 1989, “Luiz Cunha - Tempos Recentes”, in *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, catálogo da exposição, Lisboa, 2.ª ed., 1989, pp. 48-49.

TOUSSAINT, Michel A. P., 2009, *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na Primeira Metade do Século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura, Lisboa, FAUTL, policopiado.

TRANCIK, Roger, 1986, *Finding Lost Space – Theories of UrbanDesign*, New York, Ed. Van Nostrand Reinhold.

TUÑÓN, Emílio, MANSILLA, Luis, Set. 2006 (2003), “No Lugar da Avenida Central”, in *Monumentos*, n. 25, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

TSCHUMI, Bernard, 1981, *The Manhattan Transcripts*, London, Academy Ed., St. Martin’s Press.

TSCHUMI, Bernard, 1994, *Architecture and disjunction*, Cambridge, Mass., The MIT Press.

TSCHUMI, Bernard, 1994, “Spaces and Events”, in *Architecture and Disjunction*, Cambridge, Mass., The MIT Press.

TSCHUMI, Bernard, 1995, *Architecture and Disjunction*, Cambridge, Mass., The MIT Press.

TSCHUMI, Bernard, 1999, *Le Fresnoy: Architecture In/Between*, New York, The Monacelli Press.

- TSCHUMI, Bernard, 2000, *Event-Cities 3: Praxis*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- TSCHUMI, Bernard, 2012, *Red is not a Color*, New York, Rizzoli.
- TSCHUMI, Bernard, 2014, *Notations: Diagrams and Sequences*, London, Artifice Books on Architecture.
- TSCHUMI, Bernard, 2014, *Tschumi Parc de la Villette*, London, Artifice Books on Architecture.
- TOUSSAINT, Michel, 2000, *Campus Universitário de Aveiro*, Porto, Asa.
- TURGO, Nelson Nava, 2012, *Experiencing Foucault's heterotopia in fish trading houses*, in "Social Science Diliman" 8:1, pp. 31-62, Quezon City (University of the Philippines) e Georgetown University, pp. 41-42.
- UNGERS, Oswald Mathias, 2013, *The City in the City: Berlin: A Green Archipelago*, Zurich, Lars Müller.
- UNIDADE, u06, 1998, CUNHA, Luiz, "Entrevista com Luiz Cunha", Porto, FAUP, pp. 73-76.
- UNIVERSIDADE DO PORTO, 2000, *A Universidade do Porto e a cidade: comemorações do Dia da Universidade do Porto: projecto da área central do pólo II da Universidade do Porto - programa base / Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto.
- BRUANT, Catherine, AGACHE, Alfred, 2001, "L'Urbaniste: une philosophie sociale", in (*Revue*) *Urbanisme*, n. 321, [em linha] Disponível em <<https://www.urbanisme.fr/commerce-urbain/sommaire-321>>.
- URRY, John, LASH, Scott, 1994, *Economies of Signs & Space*, London, Sage.
- URRY, John, 1995, *Consuming Places*, London and New York, Routledge.
- VALLYE, Anna, 2011, *Design and the Politics of Knowledge in America, 1937-1967. Walter Gropius, Gyorgy Kepes*, New York, Columbia University.
- VAN DE VEN, Cornelis, 1981, *El espacio en arquitectura*, Madrid, Cátedra.
- VAN EYCK, Aldo, 2008, *Aldo van Eyck: Writings : The child the city and the artist an essay on architecture the in-between realm. Collected articles and other writings 1947-1998*, Amsterdam, SUN.
- VATTIMO, Gianni, ROVATTI, Pier Aldo (eds), 1988 (1983), *El pensamiento débil*, Madrid, Ed. Cátedra, [Milano, Guiangiaco Feltrinelli, 1983].
- VATTIMO, Gianni, 1986, *El fin de la modernidade. Nihilismo y hermenêutica en la cultura posmoderna*, Barcelona, Gedisa.
- VÁSQUEZ BARQUERO, Antonio, 1993, *Política Económica Local*, Madrid, Pirâmide.

- VENTURI, Robert, 1966, *Complexity and Contradiction in Architecture*, New York, MOMA.
- VENTURI, Robert, 1986 (1966), (*Complexity and Contradiction in Architecture*), *Complejidad y contradicción en la arquitectura*, Barcelona, Gustavo Gili.
- VENTURI, Robert, BROWN, Denise Scott IZENOUR, Steven, 1977 (1972), *Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form*, Cambridge Mass., The MIT Press.
- VENTURI, Robert, BROWN, Denise Scott, IZENOUR, Steven, 1998 (1966), *Apreniendo de Las Vegas: el simbolismo olvidado de la forma arquitectónica*, Barcelona, Gustavo Gili.
- VENUTI, G. Campos, 1985, *Rinnovamento e continuità nella política urbanística Bolognese*, in *Transizione*, n.º 1/85, Bolonha, p. 11
- VIDLER, Anthony, 1992, *The Architectural Uncanny: Essays in the Modern Unhomely*, Cambridge Mass. and London, The MIT Press.
- VIDLER, Anthony, 2000, *Warped Space: Art, Architecture, and Anxiety in Modern Culture*, Cambridge Mass. and London, The MIT Press.
- VIDLER, Anthony, 2008, *Histories of the Immediate Present: Inventing Architectural Modernism*, Cambridge Mass. and London, The MIT Press.
- VIDLER, Anthony, 2014, *The Third Typology and Other Essays*, London, Artifice Books on Architecture.
- VIEIRA, Joaquim, 2010, *Fotobiografias do Século XX- Pardal Monteiro*, Porto, Porto Editora.
- VIGANÒ, Paola, 1999, *La città elementare*, Milano, Skira.
- VIGANÒ, Paola, 2008, “Water and Asphalt-The Project of Isotropy in the Metropolitan Region of Venice”, in *Architectural Design* 78 (1).
- VIGANÒ, Paola, U. degli Uberti, T. Lombardo, G. Lambrecht, and G. Zaccariotto, 2009, “Landscapes of Water” (*Paesaggi dell’acqua*), Pordenone, Risma.
- VIGANÒ, Paola, 2010, *The Territories of Urbanism: The project as knowledge producer*, Lausanne, EPFL Press (ed. italiana, 2010, *I territori dell’urbanistica: Il progetto come produttore di conoscenza*, Rome, Officina), (ed. francesa, 2012, *Les territoires de l’urbanisme*, Geneve, MetisPresses).
- VIGANÒ, Paola, 2010, “Extreme City-A Design and a Research Theme-Introduction, in *Extreme City – Climate Change and the Transformation of the Waterscape*, Venice, IUAV Press.
- VIGANÒ, Paola, 2011, “The Project of Isotropy”, in *Landscapes of Urbanism, Q5*, Rome, Officina.
- VIGANÒ, Paola, MASBOUNGI, Ariella (coord.), 2013, *Métamorphose de l’ordinaire*, Saint-Étienne, Parenthèses et DGALN.
- VINCE, Agnès, LENGART, Denis, 1992, *Universités, Écoles Supérieures*, Paris, Le Moniteur.



VINEGAR, Aron, 2008, *I AM A MONUMENT, On Learning from Las Vegas (Robert Venturi, Denise Scott Brown, and Steven Izenour)*, Cambridge, Mass., The MIT Press.

VIOLEAU, Jean-Louis, 2005, 'Team 10 and Structuralism: Analogies and Discrepancies', in RISSELADA, Max, HEUVEL, Dirck Van Den, (eds.), 2005, *Team 10: in search of a Utopia of the present, 1953-81*, Rotterdam, NAI010 Publishers.

VIRILIO, Paul, 2003, *Unknown quantity*, London, Thames e Hudson.

VIRILIO, Paul, 2004, *Ciudad pánico, el afuera comienza aqui*, Paris, Galilée.

VON MEISS, Pierre, 1990 (1986), *Elements of Architecture – From form to Space*, London and New York, Routledge.

VYGOTSKY, Lev Semenovich, 1962, *Thought and Language*, Cambridge, Mass., The MIT Press.

WAGAR, Walter Warren, 1982, *Terminal Visions*, Bloomington, Indiana University Press.

WALKER, Enrique (ed.), 2010, *Lo Ordinario*, Barcelona, Gustavo Gili.

WALL, Derek, 1999, *Earth First! and the anti-roads movement: radical environmentalism and comparative social movements*, London and New York, Routledge.

WALSH, Chad, 1962, *From Utopia to Nightmare*, London, Geoffrey Bles.

WEBBER, Melvin M. (ed.) [et al.], 1974 (1964), *Indagaciones sobre la estructura urbana*, Barcelona, Gustavo Gili.

WEBBER, Melvin M., 1996, (1964), *(The Urban Place and the Nonplace Realm), L'urbain sans lieu ni bornes*, La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube.

WEBBER, Melvin M., 2004 (1968), "La era postciudad", in RAMOS, Ángel Martín (ed.), 2004, *Lo Urbano en 20 Autores Contemporáneos*, Barcelona, UPC, pp. 13-24, (ed. orig., 1968, "The Post-City Age", in *Dædalus, Journal of the American Academy of Arts & Sciences*, Cambridge Mass, The MIT Press, pp. 1091-1110).

WEBER, Max, 1962 (1921), *The City*, New York, Collier Books.

WERTHEIMER, Max, 1945, *Productive thinking*, New York, Harper and Row.

WIGLEY, Mark, 1991, "Prosthetic Theory: The Disciplining of Architecture", in *Assemblage* 16, pp. 7-29.

WIGLEY, Mark, 1993, *The Architecture of Deconstruction: Derrida's Haunt*, Cambridge, The MIT Press.

WIGLEY, Mark, 1997, "Il Luogo", in *Lotus*, n. 95 (dicembre 1997), Milano, Electa, pp.119-131.

WIGLEY, Mark (ed.), 1998 (1960), *Constant's New Babylon: the hyper-architecture of desire*, Rotterdam, NAI010 Publishers (Witte de With Publishers).

WIGLEY, Mark (ed.), 1999, *Yona Friedman: Structures Serving the Unpredictable*, Rotterdam, NAI010 Publishers.

WOLLEN, Peter, 2001, “Situacionists and architecture”, in *New Left Review*, 8, mar-apr 2001, pp. 123-129. [Em linha][Consultado em Agosto 2014], disponível em <<http://newleftreview.org/search>>.

WOLLEN, Peter, 2004, *Paris Manhattan, Writings on Art*, New York and London, Verso.

WOODS, Shadrach, 1968, *Candilis-Josic-Woods, Building for People*, New York, FA Praeger.

WOSTOWICZ, Robert (ed.), 1998 (1931-1940), *Sidewalk critic; Lewis Mumford's writings on New York*, New York, Princeton Arch. Press.

WRIGHT, Frank Lloyd, 1928, “In the Cause of Architecture - The Logic of the Plan”, in *Architectural Record*, 43, n° 1, p. 49, in FISHMAN, Robert, 1977, *Urban Utopias in the Twentieth Century: Ebenezer Howard, Frank Lloyd Wright, Le Corbusier*, New York, Basic Books, p. 122.

WUSTEN, Herman Van Der (ed.), 1998, *The Urban University and its Identity: Roots, Location, Roles*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.

ZANELLA, Patrizia (ed.), et al., 1988, *Morfologia dello spazio urbano. Questioni di analisi e di progetto*, Milano, FrancoAngeli.

ZARDINI, Mirko, 1996, *Paesaggi ibridi. Un viaggio nella città contemporanea*, Milano, Skira.

ZAZZERO, Ester, 2010, *Progettare green cities, SSUD sustainable sensitive urban design, Urban Project, Inclusive City, Smart City*, Trento-Barcellona, List Pub.

ZEVI, Bruno, 1977, *História da Arquitectura Moderna*, Lisboa, Arcádia.

ZIMMERMANN, Clemens, 2004, *L'era delle metropoli*, Bologna, il Mulino.

ŽIŽEK, Slavoj, *The Parallax View*, Cambridge, Mass., London, The MIT Press.

ZUKIN, Sharon, 1991, *Landscapes of Power, From Detroit to Disney World*, Berkeley, Cal., University of California Press.

ZUKIN, Sharon, 1995, *The Cultures of Cities*, Malden, Mass., Blackwell.

ZUKIN, Sharon, 2010, *Naked city: the death and life of authentic urban places*, Oxford, Oxford University Press.

ZUMTHOR, Peter, 1988, *Thinking Architecture*, Basel and Boston and Berlin, Birkhauser.

## **aspectos da actuação urbanística entre programas, planos e projectos**

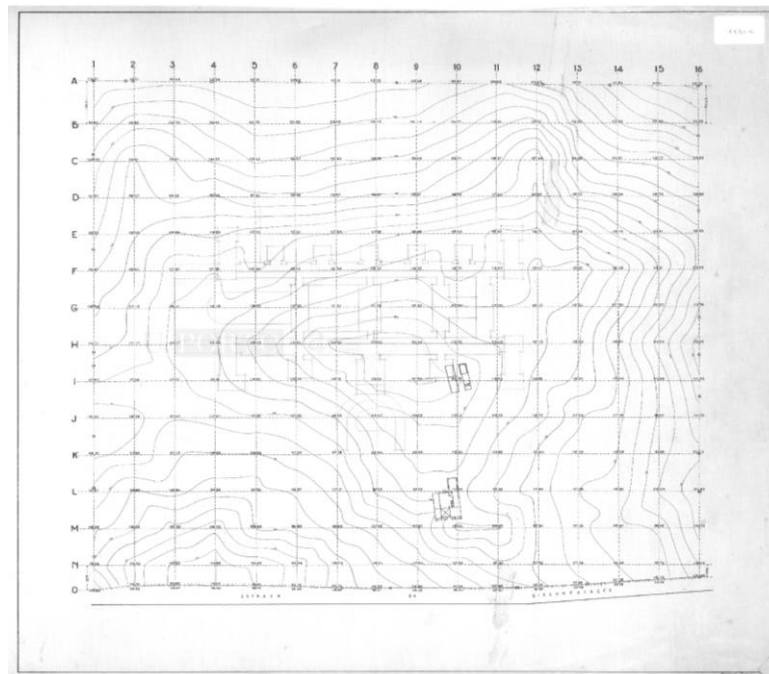
*programas, tempos e formas do projecto urbano – a carta da Asprela*

RUI MANUEL VIEIRA PASSOS MEALHA

TESE DE DOUTORAMENTO APRESENTADA  
À FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM ARQUITECTURA

Rui Manuel Vieira Passos Mealha

aspectos da actuação urbanística entre programas, planos e projectos  
programas, tempos e formas do projecto urbano – a carta da Asprela



**TOMO B**

Dissertação de Doutoramento em Arquitectura  
apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

2015

*Imagem da capa*

PLANTA COTADA DO TERRENO NO LUGAR DA ASPRELA DESTINADO AO HOSPITAL ESCOLAR DA CIDADE DO PORTO  
Escala 1:1000, Equidistância das Curvas de Nível - 0,50, Junho de 1940  
COMISSÃO ADMINISTRATIVA DOS NOVOS EDIFÍCIOS UNIVERSITÁRIOS (CANEU)  
[Repositório Temático da Universidade do Porto, desenho n.º 1135R]

*Sumário*

**TOMO A**

<b>I.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	19
	<i>objectivos e tema geral da pesquisa</i>	35
	<i>caso de estudo</i>	37
	<i>método</i>	38
	<i>estado de situação</i>	41
	<i>estrutura de trabalho</i>	42
	<i>método</i>	37
<b>II.</b>	<b>PARA UM ENQUADRAMENTO DE REFERÊNCIA</b>	46
II.1.	À PROCURA DA CIDADE	47
	<i>Nota acerca da dimensão urbana da arquitectura ou a ‘arquitectura com consciência urbanística’</i>	66
II.2.	ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO PROJECTO URBANO	70
	<i>o projecto urbano</i>	71
	<i>análise / projecto</i>	76
	<i>projecto / processo e o princípio da flexibilidade</i>	82
	<i>condições de inovação</i>	106
	<i>a contingência dos modelos</i>	125
	<i>hermenêutica do projecto</i>	130
	<i>temporalidades - sincronismo, anacronismo, diacronismo</i>	131
	<i>acerca do espaço e seu entendimento</i>	142
II.3.	UNIVERSO DE REFERÊNCIA - NOTAS PARA UMA GRELHA DE LEITURA	153
	<i>Conhecimento e complexidade, configuração, sistemas e heterotopias</i>	155
	<i>alguns temas de intermediação</i>	182
	<i>Ordem e desordem (esquema de MORIM)</i>	
	<i>A ordem inevitável ou a ordem na desordem e a experiência da ordem</i>	182
	<i>A ordem da construção</i>	183
	<i>O sentido da ordem</i>	184
	<i>Factores de coerência</i>	184
	<i>Proximidade como factor de agrupamento</i>	185
	<i>Simetria e orientação – alinhamentos ou convergência para uma estrutura física ou espacial</i>	
	<i>fechamento ou fundo comum</i>	186

	<i>A importância da ausência</i>	187
	<i>Repetição</i>	190
	<i>A interacção de factores</i>	192
	<i>Convergências e disjunções</i>	193
	<i>Articulações e intersecções – forma e estrutura</i>	193
	<i>O antigo e o novo</i>	193
	<i>Do objecto ao espaço</i>	195
	<i>Espaço e lugar</i>	204
	<i>Espaço in-between</i>	205
II.4.	<b>ANÁLISE E REPRESENTAÇÃO - ASPECTOS METODOLÓGICOS</b>	207
	<i>Plasticidade e representação</i>	209
	<i>Expressão e escala</i>	230
II.5.	<b>O CAMPUS</b>	235
	<i>O campus</i>	237
	<i>Clusters e mat-buildings</i>	279
	<i>A modificação</i>	275
	<i>Linguagem e representação do projecto urbano</i>	297
III.	<b>O PROCESSO DA ASPRELA apontamentos</b>	326
	<i>Processo da Asprela, apontamentos</i>	328
	<i>O hospital escolar e a cidade universitária do Porto</i>	399
	<i>O planeamento da Asprela</i>	412
	<i>Edificações e conjuntos edificados</i>	459
IV.	<b>NOTA DE SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS</b>	497
V.	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	509

*Sumário*

**TOMO B**

Nota prévia	576
<b>VI. ÍNDICE DAS IMAGENS</b>	577
<b>TOMA A</b>	578
<b>TOMO B</b>	597
<b>VII. SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS</b>	609
<b>VIII. ANEXOS</b>	613
VIII.1. INTRODUÇÃO	615
VIII.2. CONVERSAS ACERCA DA ASPRELA	621
Conversa com o Arquitecto João Adão da Fonseca	623
Conversa com o Arquitecto José Quintão	635
Conversa com o Engenheiro Luís Moreira	643
Conversa com o Arquitecto Nuno Tasso de Sousa	655
Conversa com o Arquitecto Pedro Ramalho	665
Conversa com os Arquitectos Mercês Vieira e Camilo Cortesão	671
Conversa com o Engenheiro Pedro Silva	685
VIII.3. CRONOLOGIA INSTAURADORA	701
VIII.4. DOCUMENTOS	709
ÍNDICE DO ANEXO DOCUMENTOS	711
DOCUMENTOS – FICHAS	727
VIII.5. EXCURSOS	849
<hr/>	
AUTORES, PERCURSOS, PLANOS, PROJECTOS E ICONOGRAFIA DE REFERÊNCIA	
apontamentos	850
<i>Arménio Losa</i>	851
<i>Oldemiro Carneiro</i>	971
<i>Luiz Cunha</i>	983
<i>Rui Mealha</i>	1053



## Nota prévia

Esta dissertação baseia-se, em parte, na interpretação de diversos documentos sobre a cidade-região do Porto e a cidade-concelho do Porto, e tem como caso de estudo a área central da Asprela, na freguesia de Paranhos. Foram consultadas diversas fontes, como a troca de correspondência entre a Universidade do Porto<sup>1</sup> e diversas entidades tutelares, que permitem enquadrar o processo de urbanização desta área (Pólo 2 da Universidade do Porto), desde os seus primeiros sinais de urbanização e de edificação correspondentes a realizações planeadas, observando os termos da sua progressiva constituição como Pólo Universitário estabelecido entre planos e projectos estruturantes<sup>2</sup>.

O processo imbricado de formação e evolução do lugar estudado é objecto da narrativa sumária constante do primeiro volume – Tomo A –, acompanhada por elementos gráficos e descritivos escolhidos como síntese dos elementos seleccionados do decurso da pesquisa efectuada, parte dos quais constam do presente volume anexo de carácter documental.

Optou-se pela edição dos referidos elementos porque contém referências às fontes consultadas e informações de base que complementam o corpo da dissertação, contribuindo para uma melhor compreensão da mesma.

---

<sup>1</sup> Parte significativa destes documentos constam do acervo do Arquivo Central da Reitoria e Serviços Centrais da Universidade do Porto / Serviço de Construção e Conservação das Instalações, com tratamento arquivístico e transferência de suporte de informação produzida, referenciada junto ao catálogo das fontes, e reunida pelo correspondente sector orgânico, com publicação por Maria Eugénia Matos Fernandes (out.2006) do respectivo *Estudo Orgânico e Funcional*. Universidade do Porto.

<sup>2</sup> Foram também consultados o Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto (Casa do Infante), o Arquivo geral da Câmara Municipal do Porto (Paços do Concelho), o Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, e o Arquivo Histórico da DGOTDU-SNIT.

anexo VI. **ÍNDICE DAS IMAGENS**

**TOMO A**

**TOMO B**

## ÍNDICE DAS IMAGENS

### TOMO A

[A0 - capa] Pintura de Victor Vasarely (Galeria Denise René, Paris), impressa em *Learning from Las Vegas* de Robert Venturi, Denise Scott Brown e Steven Izenour, in VINEGAR, Aron, 2008, *I am a monument on learning from Las Vegas*, Mass., The MIT Press,  
Sub-capa

#### II.2

[A1] LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Berkeley, University of California Press, p. 106.  
p. 120

[A2] LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Berkeley, University of California Press, p. 47 e p. 72.  
p. 120

[A3] LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Berkeley, University of California Press, pp. 108-110.  
p. 122

[A4] RAPOPORT, Amos, 1974, *Aspectos de la calidad del entorno*, Barcelona, Ed. La Gaia Ciencia S. A. / COACB, p.63.  
p. 151

#### II.3.

[A5]. Esquema de processo de conhecimento inter-retroactivo. Adaptado de MORIN, Edgar, 2003, *Introdução ao pensamento complexo*, Lisboa, Piaget, p.20.[RM]  
p. 156

[A6] Esquema “natural” | esquema em árvore [ALEXANDER, Christopher, 1965, “A city is not a tree”, in *Architectural Forum*, Abril e Maio de 1965]  
p. 163

[A7] VENTURI, Robert, BROWN, Denise Scott IZENOUR, Steven, 1977 (1972), *Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form*, Cambridge, Mass., MIT Press. *SPREAD*  
p. 164

[A8] VENTURI, Robert, BROWN, Denise Scott IZENOUR, Steven, 1977 (1972), *Learning from Las Vegas: The Forgotten Symbolism of Architectural Form*, Cambridge, Mass., MIT Press.  
Minor commercial buildings and signs on The Strip, Las Vegas, NV, 1965.  
[fotografia de Denise Scott Brown, in *Interviews, Still Learning from Denise Scott Brown, 45 Years of learning from Las Vegas*, Stephanie Salomon and Steve Kroeter, Designers & Books January 7, 2014]  
<http://www.designersandbooks.com/blog/still-learning-from-denise-scott-brown>  
p. 164

[A9] Isamu Noguchi, 1960-1966, projecto do Adele Levy Memorial Playground em New York City’s Riverside Park, em colaboração com Louis Kahn, não construído.  
[Sculpted Landscapes: Isamu Noguchi’s Playgrounds. [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://microcities.net/>>.  
Página 189

[A10] *Stems, Clusters e Mat-buildings*. Esquemas mentais resultantes da observação de organizações de encadeamentos de estruturas e de texturas. Esquema do autor [RM]  
p. 195

[A11] Le Corbusier, Cidade Linear Industrial, 1930, [KOHLSDORF, 1985, p. 26.]  
p. 196

[A12] *A cidade da textura versus a cidade dos objectos*. Parma (CH) e Plano de Antuérpia (Corbusier, 1933).  
[ROWE, Colin, KOETTER, Fred, *The crisis of the Object*]  
p. 200

[A13] Wiesbaden, Germany c. 1900. [ROWE, Colin, KOETTER, Fred, 1983, (1978), *Collage City*, Cambridge, Mass. And London, MIT Press].  
p. 200

#### II.4.

[A14] *Plasticidade, organização plástica da linguagem da visão*. [KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. Chicago, Paul Theobald, p.44]  
p. 211

[A15] *Estabilidade, ameaça, calor*. [LUPTON, Ellen, MILLER, J. Abbott, (1999), 'language of vision', in LUPTON, Ellen, MILLER, J. Abbott, (1999), *Writing On Graphic Design*, London, Phaidon, pp. 62-66, p. 64]  
p. 211

[A16]. Dust jacket, *Language of vision*, (cover). [KEPES, Gyorgy, 1944, *Language of vision*. Chicago, Paul Theobald]  
p. 211

[A17] El Lissitzky (Illustration, 1923, p.25), Le Corbusier (desenho, p. 87), Fernand Léger (advertising design, 1942, p. 87). [KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. NY, Chicago, Paul Theobald]  
p. 215

[A18] *Fotografia - Walter Gropius* (esq.) e *László Moholy-Nagy* nas escadas da New Bauhaus, 1938.  
[TRAVIS, David, SIEGEL, Elizabeth, 2002, *Taken by Design, Photographs from the Institute of Design, 1937-71*, Chicago, Art Institute, p. 23]. [KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. NY, Chicago, Paul Theobald]  
p. 215

[A19] F. Levstik, *Photographs* (p. 188).  
Página 217

[A20] Gyorgy Kepes, *Photogram Lines 1939* (p. 193). [KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. NY, Chicago, Paul Theobald]  
Página 217

[A21] A organização espacial é o factor vital numa mensagem óptica. Theo Van Doesburg, Painting. [KEPES, Gyorgy, 1995 (1944), *Language of vision*. NY, Chicago, Paul Theobald, p. 48]  
p. 220

[A22] Max Ernst, 1962, *Le Jardin de France*. Óleo sobre madeira. [Paris, Museu Nacional de Arte Moderna]  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em  
<<http://spacefiction.files.wordpress.com/2009/12/jardindelafrance1.jpg>>.  
p. 222

[A23] esquemas – colagens, ‘rizoma’, Diccionario metapolis de arquitectura avanzada, ciudad y la tecnología en la sociedad de la información, Barcelona, Actar.  
p. 224

[A24] BCN LANDGRID, Barcelona, ES – ESQUEMA DIRECTOR TERRITORIAL  
Imagem de GAUSA + RAVEAU *actarquitectura*, in ACTAR, *Diccionario metapolis de arquitectura avanzada, ciudad y la tecnología en la sociedad de la información*, Barcelona, Actar  
[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em  
<[http://www.gausaraveauarq.com/index.php/sobre\\_nosotros/](http://www.gausaraveauarq.com/index.php/sobre_nosotros/)>.  
p. 225

[A25] RAMBLAS DE BARCELONA

GAUSA, The Metapolis dictionary of advanced architecture.

Diccionario metapolis de arquitectura avanzada, ciudad y la tecnología en la sociedad de la información, Barcelona, Actar

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em  
<[http://www.gausaraveauarq.com/index.php/sobre\\_nosotros/](http://www.gausaraveauarq.com/index.php/sobre_nosotros/)>  
p. 226

[A26] HYPER-CATALUNIA 2003, PROYECTO, PLAN ESTRATEGICO REGIONAL

Catalunha «Land-Grid», in ACTAR, *Diccionario metapolis de arquitectura avanzada, ciudad y la tecnología en la sociedad de la información*, Barcelona, Actar.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em  
<[http://www.gausaraveauarq.com/index.php/sobre\\_nosotros/](http://www.gausaraveauarq.com/index.php/sobre_nosotros/)>  
p. 227

[A27] TESSALONIKA – ARCO DE DESARROLLO 1997, ESQUEMA DIRECTOR URBANO

Collagem de GAUSA, in ACTAR, *Diccionario metapolis de arquitectura avanzada, ciudad y la tecnología en la sociedad de la información*, Barcelona, Actar.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em  
<[http://www.gausaraveauarq.com/index.php/sobre\\_nosotros/](http://www.gausaraveauarq.com/index.php/sobre_nosotros/)>  
p. 228

[A28] BOLOGNA, ITALIA, 2008. MASTER PLAN DEL NUEVO COMPLEJO INTEGRADO DEL ÁMBITO DE LA ESTACIÓN CENTRAL DE BOLOGNA, in ACTAR, *Diccionario metapolis de arquitectura avanzada, ciudad y la tecnología en la sociedad de la información*, Barcelona, Actar. [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em

<[http://www.gausaraveauarq.com/index.php/sobre\\_nosotros/](http://www.gausaraveauarq.com/index.php/sobre_nosotros/)>  
p. 229

[A29] Paris, VILLE POREUSE. [Studio 09, SECCHI, Bernardo, VIGANÒ, Paola]

[Em linha] [Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.studiopaolavigano.eu/atS09/at%20S09.html>>  
p. 231

[A30] LA HAINE, um filme de Mathieu Kassovitz, 1985.[Le diagnostic prospective de l'agglomération parisienne, © équipe Studio 09, Secchi-Viganò].

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.studiopaolavigano.eu/atS09/at%20S09.html>>  
p. 233

## II.5

[A31] Le Corbusier, Hospital de Veneza, 1964.

[FLC/ADAGP – Fondation Le Corbusier]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.fondationlecorbusier.fr/>>  
p. 241

[A32] Peter Smithson, “Ideograma de uma rede de relações humanas”.

[SMITHSON, Alison, 1968, *Team 10 Primer*, Cambridge, Mass., MIT Press, p. 79.]  
p. 241

[A33] Concurso para a Universidade Livre de Berlim, 1963, diagramas explicativos do conceito da proposta.

[WOODS, Shadrach, 1968, *Candilis-Josic-Woods, Building for People*, New York, FA Praeger, p. 208.]  
p. 242

[A34] Concurso para a Universidade Livre de Berlim, 1963, diagramas explicativos dos modelos de circulação primária e secundária.

[FELD, Gabriel, SMITHSON, Peter, 1999, *Free University, Berlim: Candilis, Josic, Woods, Schiedhelm, Exemplary Projects*, 3, London, Architectural Association, p. 20.]

p. 242

[A35] Concurso para a Universidade Livre de Berlim, 1963, proposta de Candilis-Josic-Woods.

[CHALJUB, Bénédicte, 2010, *Candilis-Josic-Woods*, Paris, Infolio Ed., pp. 153-153]  
p. 243

[A36] Candilis, Josic e Woods, Freie Universität, Berlim, 1963-1979.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014].

Disponível em <[https://www.google.pt/?gws\\_rd=ssl#q=candilis+universidad+libre+berlin](https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=candilis+universidad+libre+berlin)>.

p. 243

[A37] Candilis-Josic-Woods-Schiedhelm, proposta para o concurso de reconstrução de Frankfurt-Römerberg, 1963.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.architectural-review.com/essays/the-strategies-of-mat-building/8651102.article>>.

p. 244

[A38] Alison e Peter Smithson, proposta de padrão textural para o Kuwait, 1974.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.architectural-review.com/essays/the-strategies-of-mat-building/8651102.article>>.

p. 244

[A39] Mat-buildings, grelhas de composição.

[CALABUIG, Debora D., GOMEZ, Raúl C., RAMOS, Ana A., 2013, “The Strategies of Mat-Building”, London, AR The Architectural Revue, pp. 6-9.]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.architectural-review.com/>>.

p. 245

[A40] Plantas da proposta para Frankfurt-Römerberg, Candilis, Josic, Woods, Schiedhelm, 1963.

[CALABUIG, Debora D., GOMEZ, Raúl C., RAMOS, Ana A., 2013, “The Strategies of Mat-Building”, London, AR The Architectural Revue, p. 10.]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.architectural-review.com/>>.

p. 247

[A41] Circulações da FU Berlim, Candilis, Josic, Woods, Schiedhelm, 1963. Circulações do Hospital de Veneza, Le Corbusier

[CALABUIG, Debora D., GOMEZ, Raúl C., RAMOS, Ana A., 2013, “The Strategies of Mat-Building”, London, AR The Architectural Revue, p. 10.]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.architectural-review.com/>>.

p. 247

[A42] HERTZBERGER, Herman, *Central Beheer corporate offices*, Apeldoorn, 1968/72. Planta do piso alto.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:

<<https://www.google.pt/search?q=herman+hertzberger+centraal+beheer+office+building&tbm=isch&tbo=u&source=uni v&sa=X&ei=tEz9U-C0D-Gj0QXHjoDACg&ved=0CB4QsAQ&biw=1009&bih=790>>.

p. 247

[A43] Yona Friedmam, cidades espaciais, 1958-1962

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<https://proyectos4etsa.wordpress.com/tag/yona-friedman/>>.

p. 248

[A44] Yona Friedmam, cidades espaciais, 1958-1962

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<https://proyectos4etsa.wordpress.com/tag/yona-friedman/>>.

[42] Archigram, Walking City, 1964. [<http://www.archdaily.com/tag/archigram/>] (acedido a 2014/08/01)

p. 248

[A45] Archigram, Walking City, 1964.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.archdaily.com/tag/archigram/>>.

p. 248

[A46] Peter Cook, Plug-in-City, Archigram, 1966-1967.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.archdaily.com/399329/ad-classics-the-plug-in-city-peter-cook-archigram/>>.

p. 249

[A47] Kenzo Tange, Plano para Tóquio, 1960.

O eixo da zona coletiva; ao fundo e à direita, as habitações.

KULTERMANN, Udo, 1970, *Kenzo Tange 1946-1969, Architecture and Urban Design*, Barcelona, Gustavo Gili, pp. 107-135

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em

<<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1389>>.  
 p. 249

[A48] Siza Vieira, casa lagartixa.  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://arkitectos.blogspot.pt/2007/07/casa-lagartixa-sintra-arq-lvaro-siza.html#more>>.  
 p. 251

[A49] Peter Eisenman's Santiago de Compostela  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.eisenmanarchitects.com/>>.  
 p. 253

[A50] Candilis, Josic, Woods, Toulouse-le-Mirail, 1962-1977.  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://agingmodernism.files.wordpress.com/2010/01/38-marfaing-plan.jpg>>.  
 p. 255

[A51] Plano da DGSU, Malagueira, Évora, 1975.  
 [COELHO, João Rodrigo, 2012, *O projecto do espaço público nas áreas de expansão da cidade consolidada: o caso do bairro da Malagueira*, EURAU'12]  
 p. 255

[A52] Siza Vieira, Malagueira, Évora, 1977.  
 [Viviendas sociales en Quinta da Malagueira, Évora, Álvaro Siza, Obras y proyectos 1954-1992. Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 1993. pp. 112-123]  
 p. 255

[A53] Colégio em Yale's Ezra Stiles College, New Haven, Connecticut, SAARINEN, Eero (1961), Eero Saarinen, Ezra Stiles e Morse (1958-1962).  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.archdaily.com/170141/on-oikonomia-saarinens-ezra-stiles-college-open-after-55m-renovation/>>.  
 p. 257

[A54] Rui Mealha, sistema de espaços colectivos da Asprela, PUrbASP, 2000. [RM]  
 p. 257

[A55] Metro do Porto, rede existente.  
 METRO DO PORTO,  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em  
 <[https://www.google.pt/?gws\\_rd=ssl#q=metro+do+porto&tbn=nws](https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=metro+do+porto&tbn=nws)>.  
 p. 257

[A56] Le Corbusier, plano para Saint-Dié, 1945.  
 [McLEOD, Mary, COHEN, Jean-Louis (org.), 2013, *Saint-Dié: "A Modern Space Conception" for Postwar Reconstruction*, in "Le Corbusier: An Atlas of Modern Landscapes", New York, MOMA, pp. 193-200], [BOESIGER, Willy (Org.), 1946, *Le Corbusier: Œuvre Complete, 1938-1946*, Zurich, Gisberger, p. 135]  
 p. 259

[A57] Esquema dos impasses para a *unidade de vizinhança* de Radburn, New Jersey, Clarence Stein e Henry Wright, 1928.  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:  
 <<https://www.google.pt/search?q=radburn&biw=1016&bih=846&tbn=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=R3amVL6oGsHvUqi5g7gL&ved=0CC4QsAQ>>.  
 p. 263

[A58] Esquemas dos impasses para a *unidade de vizinhança* de Radburn, New Jersey, Clarence Stein e Henry Wright, 1928. [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:  
 <<https://www.google.pt/search?q=radburn&biw=1016&bih=846&tbn=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=R3amVL6oGsHvUqi5g7gL&ved=0CC4QsAQ>>.  
 p. 263

[A59] Lúcio Costa, Plano Piloto de Brasília e esquema de *área de vizinhança* constituída por quatro superquadras (300mx300m), 1957. Casa de Lúcio Costa. [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em: <http://www.casadeluciocosta.org/>.

p. 264

[A60] Hans Scharoun, edifício para a Exposição de Breslau Werbund, 1929.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <http://rubens.anu.edu.au/htdocs/laserdisk/0233/23380.JPG>.

p. 266

[A61] Le Corbusier, Plano Obus para Argel, 1931, in COHEN, Jean-Louis (org.), 2013, “*Saint-Dié: A Modern Space Conception for Postwar Reconstruction*”, in Aa.Vv, *Le Corbusier: An Atlas of Modern Landscapes*, New York, MOMA, pp. 300-305.

p. 266

[A62] Louis Kahn, Plano de Filadélfia e torre de estacionamento, 1956-1957

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:

[http://www.moma.org/momaorg/shared/pdfs/moma\\_learning/docs/kahn\\_full.pdf](http://www.moma.org/momaorg/shared/pdfs/moma_learning/docs/kahn_full.pdf).

p. 268

[A63] BAKEMA, J.; STOKLA, J. M. e KRUYNE, L., *Concurso para a Universidade de Bochum*, Alemanha, 1962. A maquete vista de cima. Fig. 1.125 Fig. 1.126 [BAKEMA, Jacob, 1981, *Thoughts about Architecture*, Academy Editions, London, p. 57. Fotografia: Arquivo de van denBroek e Bakema]

p. 269

[A64] HENTRICH-PETSCHNIGG & PARTNER, *1.º prémio concurso para a Universidade de Bochum*, Rhur, Alemanha, 1962.

Maquete da proposta vencedora.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em: <http://www.hpp.com/en/profil/gesellschaften/hpp-gmbh.html>.

p. 269

[A65] Concurso para a Universidade de Bochum, Alemanha, 1962.

Esquema de articulação do programa.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em: <http://www.hpp.com/en/profil/gesellschaften/hpp-gmbh.html>.

p. 269

[A66] CANDILIS, Georges; JOSIC, Alexis; WOODS, Shadrach – *Concurso para a Universidade de Bochum*, Alemanha, 1962.

[RISSELADA, Max, HEUVEL, Dirck van den (ed.), 2005, *Team 10: in search of a Utopia of the present, 1953-81*, Rotterdam, NAI Publishers, p. 111]. Modelo da solução proposta.

[KREHL, H., 1963, “Université de la Rhur a Bochum, Résultats du Concours”, in *L’Architecture d’Aujourd’hui*, n.º 107, *Constructions Scolaires et Universitaires*, Boulogne, Avril / Mai 1963, p. 13].

p. 270

[A67] SCHULZE-FIELITZ, Eckard – *Concurso para a Universidade de Bochum*, Alemanha, 1962. Modelo da solução proposta.

[KREHL, H., 1963, “Université de la Rhur a Bochum, Résultats du Concours”, in *L’Architecture d’Aujourd’hui*, n.º 107, *Constructions Scolaires et Universitaires*, Boulogne, Avril / Mai 1963, p. 13].

p. 270

[A68] Paulo Mendes da Rocha, campus da Universidade de Vigo, 2005.

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <http://www.uvigo.es/>

ROCHA, Paulo Mendes da, 2007, *Paulo Mendes da Rocha: projectos 1999-2006*, São Paulo, Cosac Naify, pp. 115-116.

p. 271

[A69] LOGAN, Donn, ATTOE, Wayne, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Los Angeles, University of California, p. 108. Proposta de Kenzo Tange para a Baía de Tokyo Bay Project.

p. 272



[A70] The ideogram for the systemic orientation emphasizes the dimensionless underlying order, which remains despite additions and subtractions.

Based on a design for Caen-Herouville by Shadrach Woods, published in *Urbanism Is Everybody's Business* (Stuttgart, Karl Krämer, 1968).

ATTOE, Wayne, LOGAN, Donn, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Los Angeles, University of California, p. 10.

p. 272

[A71] Jardim de Phoenix e eixo conceptual para Phoenix, de Arata Isozaki.

[ATTOE, Wayne, LOGAN, Donn, 1989, *American Urban Architecture: Catalysts in the Design of Cities*, Los Angeles, University of California, p. 162.]

p. 272

[A72] Propostas do concurso para a Illa Diagonal de Barcelona. MONEO, Rafael, 2010, *Rafael Moneo: Remarks on 21 Works*, London, Thames & Hudson. [Em linha][Consultado em Abril 2014]. Disponível em, <<http://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/6792/3CAPITULO1c.pdf.txt;jsessionid=DA81E50979B2B70BE5D2820BE34715A0.tdx1?sequence=17>>.

p. 273

[A73] Rafael Moneo e Manuel de Solà-Morales, Bloco L'IIIa, Diagonal de Barcelona, 1993.

FARRAN, Lluís Tobella, 2002, *L'Illa Diagonal de Barcelona, anàlisi de qüestions del projecte*, (tesi doctoral, Departament de Projectes Arquitectònics-UPC), SOLÀ-MORALES, Manuel (dir. de la tesi), Barcelona, UPC, p. 10.

BADILLO JIMÉNEZ, Walberto, 2012, *El Modelo Barcelona de espacio público y diseño urbano: evolución de los espacios colectivos de la ciudad. De la Casa Bloc a L'Illa Diagonal*, Barcelona, FBAUB, pp. 26, 50, 107.

p. 274

[A74] Rafael Moneo e Manuel de Solà-Morales, Bloco L'IIIa Diagonal de Barcelona, 1993.

BADILLO JIMÉNEZ, Walberto, 2012, *El Modelo Barcelona de espacio público y diseño urbano: evolución de los espacios colectivos de la ciudad. De la Casa Bloc a L'Illa Diagonal*, Barcelona, FBAUB, pp. 108, 110, 112.

FARRAN, Lluís Tobella, 2002, *L'Illa Diagonal de Barcelona, anàlisi de qüestions del projecte*, (tesi doctoral, Departament de Projectes Arquitectònics-UPC), SOLÀ-MORALES, Manuel (dir. de la tesi), Barcelona, UPC, p. 67.

MONEO, Rafael, 2010, *Rafael Moneo: Apuntes sobre 21 obras*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 226.

p. 275

[A75] Ludwig Mies van der Rohe, 1939, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, esquema preliminar das salas de aula, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR3900.141]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em

<[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=87450](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=87450)>.

p. 285

[A76] Ludwig Mies van der Rohe, 1939-1940, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, perspectiva da solução preliminar, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número 720.1963]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em

<[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=753](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=753)>.

p. 285

[A77] Ludwig Mies van der Rohe, 1939-40, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, perspectiva aérea do esquema preliminar, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número 719.1963]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em

<[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=752](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=752)>.

p. 286

[A78] Ludwig Mies van der Rohe, 1939, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, Student Union building. Planta, alçado e perspectivas de edifício complexo (cluster') da proposta preliminar, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR4000.156]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em

<[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=87313](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=87313)>.

p. 286

[A79] Ludwig Mies van der Rohe, 1939-40, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, edifícios lectivos ao longo da State Street, perspectiva do esquema preliminar, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR4000.78]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em  
 <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=87457](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=87457)>.  
 p. 287

[A80] Ludwig Mies van der Rohe, 1939-40, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, Campus, site plan, esquema preliminar, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número 721.1963]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em  
 <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=754](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=754)>.  
 p. 287

[A81] IIT Master Plan, Chicago, Illinois, Aerial perspective, Ludwig Mies van der Rohe, 1940, MoMA  
 [Mies van der Rohe Archive, MoMA, número MR4000.165]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em  
 <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=87455](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=87455)>.  
 p. 288

[A82] IIT Master Plan, Chicago, Illinois, Aerial perspective, Ludwig Mies van der Rohe, 1939-1941, MoMA.  
 [Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR4000.144]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em  
 <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=88283](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=88283)>.  
 p. 288

[A83] Ludwig Mies van der Rohe, 1940-41, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, perspectiva aérea do esquema final incluindo o Armour Institute e edifícios envolventes, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR4000.3]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em  
 <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=87763](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=87763)>.  
 p. 289

[A84] Ludwig Mies van der Rohe, 1942-46, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, "Technology Center", Site plan e perspectiva aérea, MoMA. [Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR4000.251]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em  
 <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=114438](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=114438)>.  
 p. 289

[A85] Ludwig Mies van der Rohe, 1942-46, IIT Master Plan, Chicago, Illinois, "Technology Center." Site plan, MoMA.  
 [Mies van der Rohe Archive, MoMA número MR4000.254]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em  
 <[http://www.moma.org/collection/object.php?object\\_id=87314](http://www.moma.org/collection/object.php?object_id=87314)>.  
 p. 290

[A86] IIT, Os 20 edifícios projectados por Mies van der Rohe, Illinois Institute of Technology. [Illinois Institute of Technology Archives]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://archives.iit.edu/>>.  
 p. 290

[A87] Mies van der Rohe 1950 – 1956, IIT, *Crown Hall*, Illinois Institute of Technology.  
 [Mies van der Rohe Society]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.miessociety.org/legacy/projects/crown-hall/>>.  
 p. 291

[A88] Mies van der Rohe 1950 – 1956, IIT, *Crown Hall*, Illinois Institute of Technology.  
 [Mies van der Rohe Society, Hagen Stier Galeria]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.miessociety.org/legacy/projects/crown-hall/>>.  
 p. 291

[A89] Rem Koolhaas 2003, IIT, McCormick Tribune Campus Center, Chicago, Illinois, esquemas, modelo e planta do piso térreo, OMA. [OMA]  
 [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em <<http://www.oma.eu/projects/2003/iit-mccormick-tribune-campus-center/>>.  
 p. 295

[A90] Rem Koolhaas 2003, IIT, McCormick Tribune Campus Center, Chicago, Illinois, OMA. [OMA]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:  
 <[http://www.mimoo.eu/projects/United+States/Chicago/McCormick+Tribune+Campus+Center](http://www.mimoo.eu/projects/United+States/Chicago/McCormick+Tribune+Campus+Center;)>;  
 <<http://photos.innersource.com/Around-Town/Chicago-IL/Illinois-Institute-of/i-zqPcHgN>>;  
 <<http://web.iit.edu/about/history/historic-architecture>>;  
 <<http://photos.innersource.com/Around-Town/Chicago-IL/Illinois-Institute-of/i-tvVvvrM>>.  
 p. 295

[A91] Rem Koolhaas 2003, IIT, McCormick Tribune Campus Center, Chicago, Illinois, perfis e esquemas organizativos, OMA. [OMA]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:  
 <<http://www.arcspace.com/features/oma/mccormick-tribune-campus-center/.center/>>;  
 <<http://victortsu.tumblr.com/page/41>>;  
 <<http://photos.innersource.com/Around-Town/Chicago-IL/Illinois-Institute-of/i-qZVkvXN>>.  
 p. 296

[A92] Rem Koolhaas 2003, IIT, McCormick Tribune Campus Center, Chicago, Illinois, fachada da entrada com imagem de Mies com 6 metros de altura, ferrovia, e iconografia no interior do edifício. [OMA]

[Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em:  
 <[http://www.arcspace.com/CropUp/-/media/244480/mccormick\\_tribune\\_center\\_2.jpg](http://www.arcspace.com/CropUp/-/media/244480/mccormick_tribune_center_2.jpg)>;  
 <[http://www.arcspace.com/CropUp/-/media/244469/mccormick\\_tribune\\_center\\_1.jpg](http://www.arcspace.com/CropUp/-/media/244469/mccormick_tribune_center_1.jpg)>;  
 <<http://www.formagramma.com/architecture/3285/iit-mccormick-tribune-campus-center/>>.  
 p. 296

[A93] Esquema de uma operação de idealização criativa, adaptado de Munari (1981)  
 p. 318

### III.

[A94] Carta Topographica da Cidade do Porto, Telles Ferreira, 1892, montagem de mosaicos à escala de 1/500, Amial, Asprela e Areosa, ff. 240-246, 261-264, 282-288, 302-308, 324-329, 343 (323)-348, 362-367, 380-385, 397-402, 417-421 (fiadas verticais N/S), Arquivo Histórico Municipal do Porto, Ed. CMP, 1992, ←N.  
 p. 333

[A95] Carta Topographica da Cidade do Porto, Telles Ferreira, 1892, escala de 1/5000, Arquivo Histórico Municipal do Porto, Ed. CMP, 1992, ↑N. Ed. CMP.  
 p. 333

[A96] Imagem da Igreja Paroquial de Paranhos com um corpo central e 2 torres sineiras (inicialmente só teria a torre do relógio) e, por cima da padieira, podemos observar a inscrição “*Divo Veríssimo Dicata*“, ou seja, é dedicada a S. Veríssimo, o orago da freguesia. O templo actual é do século XVIII, e é uma igreja clássica do mundo rural do Norte do país. RM.  
 p. 336

[A97] Carta Topographica da Cidade do Porto, Telles Ferreira, 1892. Extracto da Carta topográfica da Cidade do Porto, montagem de mosaicos à escala de 1/500, ff. 240-246, 261-267, 282-288, 302-308, 324-328, Arquivo Histórico Municipal do Porto, Ed. CMP, 1992, ↑N.  
 p. 337

[A98] Fotoplano da Cidade do Porto, 1958, escala de 1/10000, AH-CMP. ↑N  
 p. 338

[A99] Quinta de Lamas, também conhecida como Solar de Lamas ou Quinta das Viscondessas, com histórico familiar de pertença da "Casa Canavarro" e da casa das "Viscondessas de Lamas" ou casa das "Viscondessas de Roriz" cujo brasão ainda se encontra hoje no portal de acesso ao terreiro murado, a partir do espaço em forma de meia Laranja.  
 p. 339

[A100] Brasão no portal de acesso ao terreiro. RM.  
 p. 339

- [A101] Portal Barroco da Quinta de Lamas, desenho de Gouveia Portuense, em Arminda SANTOS, OPP-CUCP, [Em linha][Consultado em Agosto 2014]. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/clubeunesocidadedoporto/observatorio-do-patrimonio-do-porto/informacoes>>. p. 339
- [A102] Universidade do Porto, Nicolau Nasoni, edifício principal, alçados e cortes, desenho n.º 3 – n.º 8651R, esc. 1/100, ref.ª 08651r-72, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, ADUP REIT, 03-1980. p. 341
- [A103] Universidade do Porto, Nicolau Nasoni, edifício anexo, alçados e cortes, desenho n.º 7 – n.º 8655R, esc. 1/100, ref.ª 08867, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, ADUP REIT, 03-1980. p. 341
- [A104] Universidade do Porto, Nicolau Nasoni, edifício principal, plantas, desenho n.º 2 – n.º 8650R, esc. 1/100, ref.ª 08862, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, ADUP REIT, 03-1980. p. 341
- [A105] Universidade do Porto, Nicolau Nasoni, edifício residência do caseiro, plantas, desenho n.º 4 – n.º 8652R, esc. 1/100, ref.ª 08864, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, ADUP REIT, 03-1980. p. 341
- [A106] Universidade do Porto, Nicolau Nasoni, edifício residência do caseiro, alçados e cortes, desenho n.º 5 – n.º 8653R, esc. 1/100, ref.ª 08865, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, ADUP REIT, 03-1980. p. 341
- [A107] Universidade do Porto, Nicolau Nasoni, edifício anexo, plantas, desenho n.º 6 – n.º 8654R, esc. 1/100, ref.ª 08866, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, ADUP REIT, 03-1980. p. 341
- [A108] Edição original do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto, apresentado à Câmara Municipal em sessão extraordinária de 26 de Setembro de 1881 pelo seu Presidente José Augusto Correia de Barros. Porto : Typ. António José da Silva Teixeira, 1881. BNP-CDU 35 p. 343
- [A109] Revista PELA GREI (Vol. I, 1.º ano, n.º 1, 1918-Março) (PELA GREI), in <[http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/PelaGrei/N01/N01\\_item1/P3.html](http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/PelaGrei/N01/N01_item1/P3.html)>. p. 345
- [A110] Revista SEARA NOVA (N.º 1-15/10/1921), in <<http://www.searanova.publ.pt/images/revistas/n1/>>. p. 345
- [A111] Ezequiel de Campos: Plano Geral de Melhoramentos da Póvoa de Varzim, 1920 [in LÔBO, Margarida S., 1995, p.32]. p. 345
- [A112] CAMPOS, Ezequiel de, 1932, *Prólogo ao plano da cidade do Porto*, Porto, Emp. Industrial Gráfica. p. 347
- [A113] ‘Esquismo de Reforma Do Centro Actual da Cidade Do Porto (à escala de 1/10.000), in CAMPOS, Ezequiel, 1932, *Prólogo ao plano da cidade do Porto*, Porto, Emp. Industrial Gráfica. p. 347
- [A114] ‘A Expansão da Cidade do Porto’, ‘Traça Das Ruas Primárias Da Cidade do Porto’ (à escala de 1/25.000), in CAMPOS, Ezequiel, 1932, *Prólogo ao plano da cidade do Porto*, Porto, Emp. Industrial Gráfica. p. 347
- [A115] CAMPOS, Ezequiel, 1932, *Prólogo ao plano da cidade do Porto*, Porto, Emp. Industrial Gráfica. p. 347

[A116] António Ferro I Salão dos Independentes (1930)<sup>3</sup> <http://actofalhado.blogs.sapo.pt/2010/06/10/> (arquivo Rita Ferro) I Salão dos independentes, [catálogo] Lisboa [s.n.], 1930.  
p. 352

[A117] Duarte Pacheco Instituto Superior Técnico (I.S.T.) arquivo IST - <http://narq.ist.utl.pt/narq-on-line/acervo-documental/duarte-jose-pacheco-djp/>  
p. 352

[A118] Porfírio Pardal Monteiro Reitoria da Universidade de Lisboa VIEIRA, Joaquim (2010), *Fotobiografias do Século XX – Pardal Monteiro*, Lisboa, edições ‘Temas e Debates’. Capa, Sítio da fotografia do edifício [www.ulisboa.pt](http://www.ulisboa.pt)  
p. 352

[A119] Marcello PIACENTINI (Maio de 1939), Futura rede de Comunicações da cidade. Plano Geral de Urbanização. Fonte: AHCP  
p. 358

[A120] Plano Regulador do Porto, Estudo para o Plano Regulador, 1939-1943. Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.  
p. 360

[A121] Plano Regulador do Porto, Estudo Dum Aglomerado Operário Junto da Zona Industrial de Ramalde. Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto  
p. 360

[A122] Plano de Arranjo Urbanístico da Zona Industrial de Ramalde, CMO-GEPGU, 1944, Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.  
p. 362

[A123] Plano de Urbanização da Zona Compreendida entre o Acesso ao Hospital da Cidade, a Rua de Costa Cabral e o Prolongamento da Rua de Augusto Leça, CMP / Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras, 1.ª Repartição – Urbanização e Expropriações, escala 1/1.000, 1944, (desenho ass. supra) Eng.º Chefe e Fernandes da Silva, Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.  
p. 364

[A124] Arménio Losa e Bernardo Rodrigues, Plano Parcial de Urbanização na Areosa, 1944, CMP, Serviços de Urbanização e Obras, desenho n.º 9 – *Divisão em Talhões/ Disposição e Volume dos Edifícios*, Arménio Losa e Bernardo Rodrigues, carimbado pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização / Repartição de Estudos de Urbanização, (ass. supra) pelo Presidente da CMP, Jorge Viterbo Ferreira com a inscrição ‘Aprovado em Reunião Camarária de 14 de Dezembro de 1944’, SNIT, Arquivo Histórico da DGOTDU.  
p. 366

[A125] Plano Parcial de Urbanização na Areosa, Planta de Trabalho e Urbanização, escala de 1/1000 (1,02mx1,06m), C.M.P.-G.E.P.G.U., Julho de 1946, sem carimbo do CSOPT, com carimbo ‘aprovado’ a 6 de Agosto de 1946, (ass) J. Côrte-Real Pimenta, Bernardo Rodrigues e outros, SNIT, Arquivo Histórico da DGOTDU.  
<http://195.23.12.204/DeepZoom.aspx?source=1&ent=1230>  
p. 371

[A126] Antepiano Regional do Porto, Antão de Almeida Garrett, *Porto e Arredores*, Zonas Urbanas/Zonas Urbanas de Reserva/Zonas Industriais/Zonas Industriais de Reserva/Zonas Rurais/Zonas Arborizadas/Estradas Existentes e Projectadas/C. Ferro Existente e Projectado/Estações de Triagem, escala de 1/50.000, CMP, 1946. Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU  
p. 377

[A127] Antepiano Regional do Porto, Antão de Almeida Garrett, *Porto e a sua Zona de Influência*, Distribuição por fogos e Agrupamentos, escala de 1/50.000, desenho datado de 1940, CMP, 1946, Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.  
p. 378

---

[A128] Antepiano Regional do Porto, Antão de Almeida Garrett, *Porto e Arredores*, Zonas Urbanas/Zonas Urbanas de Reserva//Zonas Industriais/Zonas Industriais de Reserva//Zonas Rurais//Zonas Arborizadas//Estradas Existentes e Projectadas//C. Ferro Existente e Projectado//Estações de Triagem, escala de 1/50.000, CMP, 1946. Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.

p. 380

[A129] Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas, Planta de Trabalho, à escala de 1/500, CMP, Abril de 1945, (ass, *supra*) Bernardo Rodrigues, Luís Ramos e outros, Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.

p. 382

[A130] Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas, Planta da Variante ao Sistema da Avenida Central, à escala de 1/500, CMP, Dezembro de 1945, (ass, *supra*) Bernardo Rodrigues, Luís Ramos e outros, Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.

p. 382

[A131] Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas, Planta da Variante em torno da Praça de Touros – Esquema de Transito e Estacionamento, à escala de 1/500, CMP, Dezembro de 1945, (ass, *supra*) Bernardo Rodrigues, Luís Ramos e outros, Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU.

p. 382

[A132] Plano Parcial de Urbanização a Sul das Antas, Variante Geral, Planta de Urbanização à escala de 1/500, CMP, DSUO, Gabinete de Urbanização, 1950, Almeida D’Eça (Arq.) e Miguel Rezende (Eng. Civil). Fonte: Arquivo Histórico do SNIT, DGOTDU

p. 384

[A133] Zona sul das Antas, detalhe da *Planta do Estado Actual da Cidade*, in “Plano Director da Cidade do Porto” (Plano Auzelle), 1962. Fonte: Plano Director da Cidade do Porto (Plano Auzelle), Volume II, ff. n.º 5, Arquivo Histórico Municipal do Porto, CMP, 1962, ↑N.

p. 384

[A134] Plano de Urbanização a sul das Antas, versão de Arménio Losa. Fonte: Plano Director da Cidade do Porto (Plano Auzelle), Volume II, Arquivo Histórico Municipal do Porto, CMP, 1962.

p. 386

[A135] Plano de Urbanização a sul das Antas, 1962, Cortes Marques, Plano Auzelle, CMP 1962, Volume III. [CMO, Arquivo Histórico Municipal do Porto].

p. 386

[A136] Plano de Urbanização a sul das Antas, 1962, Cortes Marques, in “Funcionalismo Orgânico – Robert Auzelle e o Plano Director da Cidade do Porto” - Nuno Grande, Universidade de Coimbra e Universidade do Porto, PRT, Conferência Internacional Jacques Gréber – Urbanista e Arquitecto de Jardins.

<http://www.serralves.pt/actividades/detalhes.php?id=2022>. <http://zappiens.pt/Z2381>

p. 386

[A137] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, ‘planta da rede actual de comunicações’. Fonte: GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Publicações da Câmara Municipal do Porto, ‘rede actual de comunicações’, p. 4c.

p. 388

[A138] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, ‘planta da rede fundamental de comunicações e dos espaços verdes de interesse público’. Fonte: GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Publicações da Câmara Municipal do Porto, ‘rede fundamental de comunicações e dos espaços verdes de interesse público’, p. 6b.

p. 388

[A139] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, ‘planta dos espaços verdes’. Legenda: Grandes Áreas Cultivadas (a amarelo) e Grandes Áreas Arborizadas (a verde) Fonte: GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Arquivo Histórico SNIT-DGOTDU.

p. 388

[A140] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, 'planta do zonamento existente'. Fonte: GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Publicações da Câmara Municipal do Porto, 'zonamento existente', p. 12b.  
 p. 390

[A141] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, 'planta do zonamento proposto'. Legenda: na Asprela, para além da demarcação do HEP, são propostas zonas residenciais, zonas residenciais específicas e uma área industrial. Fonte: GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Publicações da Câmara Municipal do Porto, 'zonamento', p. 18b.  
 p. 390

[A142] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, 'planta das unidades residenciais'. Legenda Unidade Urbana a poente do HEP, constituída por 2 Unidades Residênciais (Amial e Progresso); Unidade Urbana a nascente do HEO, constituída por 1 Unidade Residencial (Conde Ferreira). Fonte: GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Publicações da Câmara Municipal do Porto, 'unidades residenciais', p. 14b.  
 p. 390

[A143] Plano Regulador da Cidade do Porto, Antão de Almeida Garrett, 1952, 'planta da organização'. Legenda: 1º escalão; 2º escalão; 3º escalão; 4º escalão. Fonte: GARRETT, Antão de Almeida, 1952, *Plano Regulador da cidade do Porto*, Separata da Revista «Civitas», Publicações da Câmara Municipal do Porto, 'unidades residenciais', p. 14b.  
 p. 390

[A144] Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários, 1940-06, Fernando Colares des., Planta Cotada do Terreno no Lugar da Asprela Destinado ao Hospital Escolar da Cidade do Porto, esc. 1:1000, equidistância das curvas de nível - 0,50m. [Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, processo po-576, desenho n.º 1135]  
 p. 402

[A145] Zona de Protecção do Hospital Escolar, s/d, esc. 1/500, identificação dos terrenos e seus proprietários, desenho n.º 8098 [Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, desenho n.º 8098]  
 p. 402

[A146] Hospital de S. João, 1983, Ampliação da Faculdade de Medicina, Programa Preliminar, MOP, D-GCEN, desenhos n.ºs 3162 e 3163. [Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, desenhos n.ºs 3162 e 3163]  
 p. 402

[A147] Hermann Distel – projecto de um hospital escolar na Cidade Universitária 1941/42. [DGEMN, 1948, *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947)*, Lisboa, MOP, DGEMN]  
 p. 402

[A148] Hospital Escolar do Porto, fotografias de época [DGEMN, 1948, *15 Anos de Obras Públicas (1932-1947)*, Lisboa, MOP, DGEMN]  
 p. 404

[A149] Plano Auzelle Volume I - foto n.º 11 – *Vista aérea do Hospital de S. João envolvido pelos terrenos destinados à Cidade Universitária*, Porto, CMP, 1962. Observe-se o perfil da Alameda do Professor Hernâni Monteiro, os trabalhos de modelação de terrenos e a área arborizada no interior do recinto. [Arquivo Histórico Municipal, CMP]  
 p. 404

[A150] Zona de protecção do Hospital Escolar do Porto e Zona Limite da Cidade Universitária do Porto, Diário do Governo, II Série, n.º 182, 4 de Agosto de 1954, CANIU esc. 1:2000.  
 p. 405

[A151] Diário do Governo, II Série, N.º 182, de 4 de agosto de 1954, p. 4926, MOP, D-GSU, Zona de Protecção do Hospital Escolar do Porto, Limite da Zona de Protecção. [Repositório Temático da Universidade do Porto, documento em processo AC-3022, e processos po-576 e po-589 do Arquivo Central da Universidade do Porto]  
 p. 406

[A152] Planta topográfica, s/d, Cidade Universitária do Porto, s/d, esc. 1:2000, s/ leg. N.º do desenho: 8107.  
[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, processo po-576, desenho n.º 8107]  
*p. 406*

[A153] Planta Topográfica da Cidade do Porto / Câmara Municipal do Porto, Repartição de Urbanização, esc. 1:10000, desenho: 8461.  
[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, desenho n.º 8461]  
Na área demarcada como Zona de Protecção da CUP deste levantamento topográfico, constam apenas a localização do HEP, os núcleos rurais do lugar e da Quinta de Lamas, Quinta da Azenha e Quinta do Outeiro, e ainda o bairro da fábrica da Areosa  
*p. 406*

[A154] Hospital Escolar do Porto, s/d, Planta topográfica, esc. 1/10.000.  
Planta com a implantação das estruturas urbanas anteriores a 1958 (data da 1.ª fase de construção do bairro do Outeiro), e demarcação da zona de protecção do Hospital Escolar do Porto.  
[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, desenho n.º 3038]  
*p. 407*

[A155] Cidade Universitária do Porto, escala 1/500, OC-Oldemiro Carneiro.  
[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, desenho n.º 8106]  
*p. 407*

[A156] Cidade Universitária do Porto [Plano geral - Pólo 2], 1:500, OC-Oldemiro Carneiro. [Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conservação das Instalações, desenho n.º 1040R]  
*p. 408*

[A157]  
Hospital Escolar da Cidade do Porto, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Projecto de remodelação dos arruamentos, cantina pré-fabricada, Vieira Coelho, s/d, MOP-DGCE, esc. 1/500, desenho n.º 2771.  
[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conserv. das Instalações, desenho n.º 2771]  
*p. 408*

[A158]  
Hospital Escolar da Cidade do Porto, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Projecto de remodelação dos arruamentos e cantina pré-fabricada, Vieira Coelho, s/d, MOP-DGCE, esc. 1/100, desenho n.º 2772.  
[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direcção de Serviços de Construção e Conserv. das Instalações, desenho n.º 2772]  
*p. 409*

[A159]. Zona de Protecção do Hospital Escolar do Porto e Cidade Universitária do Porto, s/d, s/leg.  
[Repositório Temático da Universidade do Porto, Direc. de Serviços de Const. e Conserv. das Instalações, desenho n.º 8100-08312]  
*p. 410*

[A160] Zona de protecção do Hospital Escolar do Porto e Zona Limite da Cidade Universitária do Porto, Diário do Governo, II Série, n.º 182, 4 de Agosto de 1954], CANIU esc. 1:2000.  
[Repositório Temático da Universidade do Porto, desenho n.º 8103R]  
*p. 411*

[A161] Januário Godinho, 1955, Plano Parcial de Urbanização de Campo Alegre – Futura Entrada da Cidade pela Ponte da Arrábida, Sugestão do Conjunto, (195x92 cm), CMP. [SNIT DGOTDU].  
*p. 416*

[A162] Arménio Losa, 1954, Antepiano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar (1950-1956).  
[SNIT, DGOTDU]  
*p. 418*



- [A163] Arménio Losa, 1950, Plano da Zona do Hospital Escolar, in catálogo da Exposição “Património da ESBAP e FAUP, UP 1987, p. 11.  
[AA.VV, 1987, *Edifícios da Universidade do Porto*, catálogo da exposição do Museu Nacional Soares dos Reis, Porto, janeiro – fevereiro 1987, Porto, Ed. UP]  
*p. 420*
- [A164] Arménio Losa, 1957, Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar, (Plano Parcial).  
[SNIT, DGOTDU]  
*p. 427*
- [A165] Oldemiro Carneiro, “Cidade Universitária do Porto”, 16-3-1965.  
[Arquivo UP, 04590 CUP; FAUP-CDAU]  
*p. 429*
- [A166] Oldemiro Carneiro, “Cidade Universitária do Porto”, estudo prévio do pavilhão desportivo da CUP, s/d.  
[Arquivo UP, 04590 CUP, FAUP-CDAU]  
*p. 433*
- [A167] Heitor Bessa, CMP, Plano de Conjugação Interconcelhio a Norte do Hospital de S. João, 1969 (Plano Parcial)  
Zonamento, Planta de Apresentação (f. 9),  
Legenda, Q. Sinóptico [DGOTDU, SNIT]  
*p. 435*
- [A168] Luiz CUNHA, Plano Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, 1973.  
[repositório temático da UP, po-595, 0058]  
*p. 437*
- [A169] Luiz CUNHA, Plano Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto (Plano para o Pólo 2 da UP), 1973, Esquema da rede viária de trânsito mecânico (no qual se localizam os quatro principais parques de estacionamento (impasses), com a capacidade global de 4 mil carros.  
[ADUP REIT, proc. Correspondência, 1974/11/30]  
*p. 439*
- [A170] Luiz CUNHA, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto.  
[repositório temático da UP, po-595, 0058]  
*p. 439*
- [A171] Luiz CUNHA, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto. MAQUETA DE ESTUDO.  
[repositório temático da UP, po-595, 0058]  
*p. 441*
- [A172] Luiz Cunha, mai. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto. P2UP, Estudo Preliminar, Solução IV, Planta Geral. [ADUP REIT – projectos de instalações, 8541r-72-png]  
*p. 445*
- [A173] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto. P2UP, Fragmento Norte da Planta da Proposta para a Faculdade de Engenharia e Zona Central do Pólo, f. 2A’.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8765]  
*p. 445*
- [A174] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto. P2UP, Fragmento Norte da Perspectiva da Proposta para a Faculdade de Engenharia e Zona Central do Pólo, f. 2A’.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8766]  
*p. 445*
- [A175] Luiz Cunha, fev. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto. Estudo da Torre da Universidade (fig. de cima) e da Praça de Entrada (fig. de baixo) Rebaixada com ligação pedonal ao parque (passagem inferior à r. Roberto Frias) [ADUP REIT – projectos de instalações, 8766]  
*p. 449*

- [A176] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base, (Carta de Objectivos Comuns), Rede de Metro Ligeiro. Traçado Previsto e Traçado Proposto.  
[PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 455*
- [A177] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base, (Carta de Objectivos Comuns), Exemplo de Soluções a Desenvolver, Extracto da Carta de Objectivos Comuns.  
[PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 457*
- [A178] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base, (Carta de Objectivos Comuns), CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS.  
[PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 458*
- [A179] Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Viana de Lima, planta do 2.º piso, escala de 1/200, s/d, ADUP FAUP  
*p. 463*
- [A180] HSJ - Foto Piqueiro e maquete da exposição de 2014  
*p. 465*
- [A181] HSJ . *Do Sonho à Obra 2009*  
*p. 466*
- [A182] HSJ . *Do Sonho à Obra 2014*  
*p. 466*
- [A183]  
HSJ . *Hospital em Números*  
*p. 466*
- [A184] Recinto do IPO, plano director das instalações do IPO, Porto, IPO  
*p. 468*
- [A185] IPO. Porto, Fotografias. RM  
*p. 469*
- [A186] IPO, volumetrias e passadiços de articulação espacial e funcional - ‘a construção de um tecido (mat)’  
*p. 470*
- [A187] IPO, organigrama funcional  
*p. 470*
- [A188] ESEP/IPP, organização tipológica  
*p. 471*
- [A189] ISEP/IPP, composição do recinto  
*p. 472*
- [A190] ESBUC, composição do recinto  
*p. 473*
- [A191] CPCENI-I3S, Proposta de Adalberto Dias  
*p. 475*
- [A192] CPCENI-I3S, Proposta de Rogério Cavaca  
*p. 475*
- [A193] CPCENI-I3S, Proposta de Luís Duarte Pacheco  
*p. 475*

[A194] CPCENI-I3S, Proposta de Serôdio & Furtado  
p. 475

[A195] CPCENI-I3S, Proposta de CVDB arquitectos  
p. 476

[A196] Porto, Levantamento Aerofotogramétrico, Novas Instalações da Faculdade de Engenharia da U. P., 122-2/3-1 / CMP, DGPU, escala de 1:2000, 1979-09. Repositório Temático da UP, desenho n.º 5079 e 8572.  
p. 479

[A197] Programa Preliminar da FEUP, resposta do Departamento de Engenharia Civil, 4.ª Secção - Planeamento Territorial, ao Inquérito de 24-02-1984, organograma funcional, repositório da UP, po-2660, 0025.  
p. 481

[198] Programa Preliminar da FEUP, resposta do Departamento de Engenharia Mecânica ao Inquérito de 24-02-1984, estimativa do número de alunos, repositório da UP, po-2660, 0051.  
p. 481

[A199] Programa Preliminar da FEUP, resposta do Departamento de Engenharia Química ao Inquérito de 24-02-1984, esquema de organização de um laboratório para ensino e investigação, repositório da UP, po-2660, 0090.  
p. 481

[A200] Programa Preliminar da FEUP, Anexo I - Fichas de Espaços, Tomo I – Instalações Centrais, Salas de Aula e Gabinetes, Ficha n.º 01 – Auditório Principal.  
Repositório da UP, po-2661, 0007.  
p. 483

[A201] Anteprojecto da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 1992.  
Repositório da UP, po-1947.  
p. 483

[A202] Proposta de Carlos Prata e de José Carlos Portugal para a 2.ª fase do Concurso Público para a FEUP, proposta classificada em segundo lugar. [imagens cedidas por Carlos Prata]  
p. 483

[A203] Proposta de Adalberto Dias para a 2.ª fase do Concurso Público para a FEUP, proposta classificada em terceiro lugar. [imagem cedida por Adalberto Dias]  
p. 487

[A204] Vista aérea dos terrenos destinados à FEUP, na Asprela,  
in *FEUP: O Projecto e a Obra*, Editora da Universidade do Porto, 2007, p. 46.  
p. 487

[A205] FEUP, Pólo2, Projecto, 1 – Administração Central, 2 – Auditório, 3 – Aulas Práticas e Anfiteatros, 4 – Biblioteca, 5 – CICA, 6 – Dep. de Eng. Química, 7 – Dep. de Eng. Metalúrgica e de Materiais e Dep. de Eng. De Minas, 8 – Dep. de Eng. Civil, 9 – Dep. de Eng. Electotécnica e de Computadores, 10 – Dep. de Eng. Mecânica e Gestão Industrial, 11 – ECOFEUP, 12 – Cafeteria, 13 – Solar de Lamas, 14 – Residências/Hotel, 15 – Associação de Estudantes, 16 – Cantina, 17 – Recinto Desportivo, 18 – INESC, 19 – ISR, 20 – INEGI/IDMEC, in *FEUP: O Projecto e a Obra*, Editora da Universidade do Porto, 2007, p. 42.  
p. 489

[A206] Novas instalações da FEUP – Pólo 2, PG 01 – Arranjos exteriores, Arruamentos, Planta de pavimentos, Pedro Ramalho e Luís Ramalho, arquitectos, escala de 1/500, 1993. [desenho de Pedro Ramalho]  
p. 490

[A207] Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, projecto base, instalações e equipamento eléctrico, dezembro 1993. [FERNANDES, Maria Eugénia Matos (coord.), 2007, A Universidade do Porto e a Cidade, Edifícios ao longo da História, um projecto de tratamento arquitectónico e digitalização, Universidade do Porto, Arquivo Geral da Reitoria, Porto, Ed. UP, p. 183 (fig. 59)]  
p. 492

[A208] Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, levantamento topográfico.

[FERNANDES, Maria Eugénia Matos (coord.), 2007, A Universidade do Porto e a Cidade, Edifícios ao longo da História, um projecto de tratamento arquivístico e digitalização, Universidade do Porto, Arquivo Geral da Reitoria, Porto, Ed. UP, p. 182 (fig. 58)]

Página 492

[A209] Novas instalações da FEUP, Pólo 2 UP, Departamento de Engenharia Civil . Corpo Sul, Alçados Norte e Nascente, Bloco 8, 15a 10-1993, Pedro Ramalho e Luís Ramalho, Arquitectos, esc. 1/100. ADUP REIT – Projectos de Instalações, desenho 01738.

p. 492

[A210] Novas instalações da FEUP, Pólo 2 UP, Aulas Práticas e Anfiteatros; Planta Índice, Bloco E/G-Piso 2, 56a, 12-1992, Pedro Ramalho e Luís Ramalho, Arquitectos, esc. 1/100. ADUP REIT – Projectos de Instalações, desenho 01358.

p. 494

[A211] Novas instalações da FEUP, Pólo 2 UP, Instalações Sociais, Planta, Bloco 11, Piso 1, 2a, 11-1993, Pedro Ramalho e Luís Ramalho, Arquitectos, esc. 1/100. ADUP REIT – Projectos de Instalações, desenho 06005r.

p. 494

[A212] Passagem para peões, FEUP, Pólo 2 UP, 1993, Pedro Ramalho e Luís Ramalho, Arquitectos, esc. 1/100 e 1/50. ADUP REIT – Projectos de Instalações.

p. 494

[A213] ASPRELA, programas de estruturação urbanística e qualificação ambiental, não implementados. [RM]

p. 507



## ÍNDICE DAS IMAGENS

### TOMO B

[B0 - capa] PLANTA COTADA DO TERRENO NO LUGAR DA ASPRELA DESTINADO AO HOSPITAL ESCOLAR DA CIDADE DO PORTO

Escala 1:1000, Equidistância das Curvas de Nível - 0,50, Junho de 1940, CANEU.

[Repositório Temático da Universidade do Porto, desenho n.º 1135R]

*p. 571*

[B1] Edifícios de Arménio Losa [Google Earth e RM]

*p. 856*

[B2] Edifícios de Arménio Losa [Google Earth e RM]

*p. 857*

[B3] Plano Parcial de Urbanização na Areosa, Arménio Losa, 1944, [Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]

*p. 860*

[B4] Plano Parcial de Urbanização na Areosa, Arménio Losa, 1944, [Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]

*p. 861*

[B5] Arménio Losa, 1954, Ante-Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar, [Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]

*p. 871*

[B6] Arménio Losa, 1954, Ante-Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar, Planta de conjunto - *carimbada pelo CSOP* [Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]

*p. 872*

[B7] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954 [p. 1] capa [Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]

*p. 873*

[B8] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954 [p. 2] Índice, PEÇAS DESENHADAS, [carimbado CSOP], [Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]

*p. 873*

[B9] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [sector AREOSA], [Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]

*p. 874*

[B10] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [sector AMIAL], [Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]

*p. 874*

[B11] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [área CENTRAL], [Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]

*p. 874*

[B12] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 11], UR AMEAL, ARRUAMENTOS EXISTENTES (grandes artérias; ruas a conservar, ruas a suprimir; artérias fixadas no Plano Regulador) – 1/18 (28)

*p. 879*

[B13] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 12], UR AREOSA, ARRUAMENTOS EXISTENTES (grandes artérias; ruas a conservar, ruas a suprimir; artérias fixadas no Plano Regulador) – 2/18 (37)

*p. 879*

- [B14] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 16) Análise da Estrutura - Circulação Mecânica, A. SOLUÇÃO DO ANTE-PLANO REGULADOR – f.1/9(19)  
*p. 882*
- [B15] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 17) Análise da Estrutura - Circulação Mecânica, B. SOLUÇÃO DO PLANO REGULADOR – f.2/9(20)  
*p. 882*
- [B16] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 18) Análise da Estrutura - Circulação Mecânica, C. SOLUÇÃO PROPOSTA – f.3/9(21)  
*p. 882*
- [B17] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 19) Análise da Estrutura – ZONAMENTO, A. SOLUÇÃO DO ANTE-PLANO REGULADOR – f.4/9(22)  
*p. 883*
- [B18] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 20) Análise da Estrutura – ZONAMENTO, B. SOLUÇÃO DO PLANO REGULADOR – f.5/9(23)  
*p. 883*
- [B19] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 21) Análise da Estrutura – ZONAMENTO, C. SOLUÇÃO PROPOSTA – f.6/9(24)  
*p. 883*
- [B20] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 22) Análise da Estrutura – TRANSPORTES COLECTIVOS, A. SOLUÇÃO DO ANTE-PLANO REGULADOR – f.7/9(25)  
*p. 884*
- [B21] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 23) Análise da Estrutura – TRANSPORTES COLECTIVOS, B. SOLUÇÃO DO PLANO REGULADOR – f.8/9(26)  
*p. 884*
- [B22] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 24) Análise da Estrutura – TRANSPORTES COLECTIVOS, C. SOLUÇÃO PROPOSTA – f.9/9(27)  
*p. 884*
- [B23] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 27) UR AMEAL, UNIDADES DE VIZINHANÇA com base na escola  
*p. 886*
- [B24] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 28) UR AREOSA, UNIDADES DE VIZINHANÇA com base na escola  
*p. 886*
- [B25] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 30) UR AMEAL, RELEVO DO TERRENO  
*p. 886*
- [B26] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 31) UR AREOSA, RELEVO DO TERRENO  
*p. 887*
- [B27] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 33) UR AMEAL, ORGANIZAÇÃO  
*p. 889*
- [B28] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 34) UR AREOSA, ORGANIZAÇÃO  
*p. 889*

[B29] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 41) UR AMEAL, POPULAÇÃO  
*p. 895*

[B30] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 42) UR AREOSA, POPULAÇÃO  
*p. 895*

[B31] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 49) UR AREOSA, ARRUAMENTOS PROPOSTOS  
*p. 899*

[B32] UNIDADES RESIDENCIAIS, ARRUAMENTOS PROPOSTOS, legenda  
*p. 899*

[B33] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 50) UR AREOSA, ARRUAMENTOS PROPOSTOS  
*p. 899*

[B34] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 54) UR AMEAL, TRANSPORTES COLECTIVOS  
*p. 903*

[B35] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 57) UR AREOSA, TRANSPORTES COLECTIVOS  
*p. 903*

[B36] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 58) UR AMEAL, INDÚSTRIA E ARTESANATO  
*p. 905*

[B37] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 59) UR AREOSA, INDÚSTRIA E ARTESANATO  
*p. 905*

[B38] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 69) UR AMEAL, FASEAMENTO  
*p. 909*

[B39] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 70) UR AREOSA, FASEAMENTO  
*p. 909*

[B40] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 80) UR AMEAL – UV.A (1/9)  
*p. 910*

[B41] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 81) UR AMEAL – UV.B (2/9)  
*p. 910*

[B42] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 82) UR AMEAL – UV.C (3/9)  
*p. 910*

[B43] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 83) UR AMEAL – UV.D (4/9)  
*p. 910*

[B44] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 84) UR AMEAL – UV.E (5/9)  
*p. 911*

[B45] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 85) UR AMEAL – UV.E' (6/9)  
*p. 911*



- [B46] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 86] UR AMEAL – UV.F (7/9)  
*p. 911*
- [B47] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 87] UR AMEAL – UV.G (8/9)  
*p. 911*
- [B48] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 88] UR AMEAL – UV.G' (9/9)  
*p. 912*
- [B49] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 89] UR AREOSA – UV.A (1/6)  
*p. 912*
- [B50] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 90] UR AREOSA – UV.A' (2/6)  
*p. 912*
- [B51] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 91] UR AREOSA – UV.B (3/6)  
*p. 912*
- [B52] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 92] UR AREOSA – UV.C (4/6)  
*p. 913*
- [B53] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 93] UR AREOSA – UV.D (5/6)  
*p. 913*
- [B54] ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1954, [p. 94] UR AREOSA – UV.EE' (6/6)  
*p. 913*
- [B55] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Planta de conjunto - carimbada pelo CSOP. [Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]  
*p. 915*
- [B56] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Montagem, DGOTDU  
*p. 916*
- [B57] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, LEGENDA a, DGOTDU  
*p. 916*
- [B58] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, LEGENDA b, DGOTDU  
*p. 917*
- [B59] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 1-52, DGOTDU  
*p. 917*
- [B60] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 2-53, DGOTDU  
*p. 918*
- [B61] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 3-54, DGOTDU  
*p. 918*
- [B62] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 4-61, DGOTDU  
*p. 918*
- [B63] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 5-62, DGOTDU  
*p. 919*
- [B64] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 6-63, DGOTDU  
*p. 919*
- [B65] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 7-64, DGOTDU  
*p. 919*

- [B66] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 8-71, DGOTDU  
*p. 920*
- [B67] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 9-72, DGOTDU  
*p. 920*
- [B68] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 10-79, DGOTDU  
*p. 920*
- [B69] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 11-80, DGOTDU  
*p. 920*
- [B70] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 12-81, DGOTDU  
*p. 921*
- [B71] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 13-82, DGOTDU  
*p. 921*
- [B72] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 14-88-89, DGOTDU  
*p. 921*
- [B73] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 15-90, DGOTDU  
*p. 922*
- [B74] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Mosaico 16-91, DGOTDU  
*p. 922*
- [B75] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, ORGANIZAÇÃO -  
UR AMEAL e UR AREOSA, Legenda, DGOTDU [MD-p.7b]  
*p. 928*
- [B76] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, ORGANIZAÇÃO -  
UR AMEAL, DGOTDU [MD-p.7b]  
*p. 928*
- [B77] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, ORGANIZAÇÃO -  
UR AREOSA, DGOTDU [MD-p.7b]  
*p. 928*
- [B78] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, Quadros Síntese -  
UR AMIAL e UR AREOSA, DGOTDU [MD]  
*p. 941*
- [B79] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, ARRUAMENTOS  
PROPOSTOS - UR AMEAL e UR AREOSA, Legenda, [DGOTDU\_MD-p.30bc]  
*p. 947*
- [B80] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, ARRUAMENTOS  
PROPOSTOS - UR AMEAL, [DGOTDU\_MD-p.30b]  
*p. 947*
- [B81] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, ARRUAMENTOS  
PROPOSTOS - UR AMEAL, [DGOTDU\_MD-p.30c]  
*p. 947*
- [B82] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, TRANSPORTES  
COLECTIVOS - UR AMEAL e UR AREOSA, Legenda, DGOTDU [MD-p.40bc]  
*p. 955*

[B83] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, TRANSPORTES COLECTIVOS - UR AMEAL, DGOTDU [MD-p.40b]  
p. 955

[B84] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, TRANSPORTES COLECTIVOS - UR AREOSA, DGOTDU [MD-p.40c]  
p. 955

[B85] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, INDÚSTRIA E ARTESANATO - UR AMEAL e UR AREOSA, DGOTDU [MD-p.40de]  
p. 957

[B86] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, INDÚSTRIA E ARTESANATO - UR AMEAL, DGOTDU [MD-p.40d]  
p. 957

[B87] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, INDÚSTRIA E ARTESANATO - UR AREOSA, DGOTDU [MD-p.40e]  
p. 957

[B88] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, FASES DE REALIZAÇÃO - UR AMEAL e UR AREOSA, Legenda, DGOTDU [MD-p.54bc]  
p. 967

[B89] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, FASES DE REALIZAÇÃO - UR AMEAL, Legenda, DGOTDU [MD-p.54b]  
p. 967

[B90] PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957, FASES DE REALIZAÇÃO - UR AREOSA, Legenda, DGOTDU [MD-p.54c]  
p. 967

[B91] Vista aérea do Estádio do Futebol Clube do Porto, Plano Director da Cidade do Porto (Plano Auzelle, fig. 15). Estádio das Antas (1952), cartaz e fotografia da cerimónia de inauguração por Craveiro Lopes, Arquivo e Museu do FCP.  
p. 974

[B92] Cidade Universitária do Porto, planta topográfica, escala 1:2000, desenho 8107, CANEU, s/ d., ADUP REIT.  
p. 975

[B93] Limites da “Cidade Universitária do Porto”, Oldemiro Carneiro, s/ d., escala 1:500, desenho 8106, ADUP REIT.  
p. 976

[B94] Oldemiro Carneiro, “Cidade Universitária do Porto”, 16-3-1965, Arquivo UP, 04590 CUP, FAUP-CDAU, MESQUITA, Mário, *A Cidade da Universidade*, Porto, UP  
p. 977

[B95] PLANO SUMÁRIO DE IMPLANTAÇÕES – ESBOCETO DO ANTEPLANO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO, ANTE-PLANO DE URBANIZAÇÃO, Oldemiro Carneiro, 1962, CANIU – MOP, Oldemiro Carneiro, “Cidade Universitária do Porto”, 16-3-1965. Arquivo UP, 04590 CUP; FAUP-CDAU, MESQUITA, Mário (-) *A Cidade da Universidade*, Porto, Porto, UP  
p. 978

[B96] Oldemiro Carneiro, “Cidade Universitária do Porto”, 16-3-1965, Arquivo UP, 04590 CUP; FAUP-CDAU, MESQUITA, Mário, *A Cidade da Universidade*, Porto, UP.  
p. 979

[B97] Oldemiro Carneiro, “Cidade Universitária do Porto”, estudo prévio do pavilhão desportivo da CUP, s/d. [Arquivo UP, 04590 CUP, FAUP-CDAU]  
p. 980

- [B98] Luiz Cunha, 1962, Sede do Centro de Caridade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Porto [Arquivo Luiz Cunha]  
 p. 988
- [B99] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, *VISTA GERAL DO TERRENO, E RELAÇÃO ENTRE OS DOIS PÓLOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO*, [repositório temático da UP, po-595]  
 p. 991
- [B100] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, *SISTEMA ESPACIAL E ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL* da CUP, [repositório temático da UP, po-595]  
 p. 993
- [B101] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, *PERFIL TRANSVERSAL-TIPO DE UM NÚCLEO RESIDENCIAL (escala original de 1:500)*, [repositório temático da UP, po-595]  
 p. 993
- [B102] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, *SISTEMA ESPACIAL E ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL* da CUP, [repositório temático da UP, po-595]  
 p. 995
- [B103] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, *PLANTA GERAL DE APRESENTAÇÃO [2]*, [repositório temático da UP, po-595]  
 p. 997
- [B104] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, *ESQUEMA DA REDE VIÁRIA DO TRÂNSITO MECÂNICO*, com a localização dos quatro principais parques de estacionamento, com a capacidade global de 4 mil carros, [repositório temático da UP, po-595]  
 p. 997
- [B105] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, *PLANTA GERAL DE APRESENTAÇÃO [2]*. [MESQUITA, Mário, *A Cidade da Universidade*, p. 274]  
 p. 999
- [B106] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, *PLANTA DO SECTOR NASCENTE*, [repositório temático da UP, po-595, 0058]  
 p. 999
- [B107] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, *MAQUETA DE ESTUDO*, [repositório temático da UP, po-595, 0058]  
 p. 1001
- [B108] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, *MAQUETA DE ESTUDO*, [Edifícios da Universidade do Porto, catálogo da exposição integrada nas comemorações do 75.º aniversário da UP, Museu Nacional Soares dos Reis, fevereiro 1987, Porto, Ed. UP, p. 15.]  
 p. 1005
- [B109] Luiz Cunha, jan. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, ESTUDO PRÉVIO, PRIMEIRA VERSÃO, SOLUÇÃO I, PLANTA GERAL, [ADUP REIT – projectos de instalações, 8538r-72-png]  
 p. 1010
- [B110] Luiz Cunha, fev. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, ESTUDO PRÉVIO, PRIMEIRA VERSÃO, SOLUÇÃO II, PLANTA GERAL, [ADUP REIT – projectos de instalações, 8539r-72-png]  
 p. 1012
- [B111] Luiz Cunha, mai. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Estudo Preliminar, Solução III, Planta Geral, [ADUP REIT – projectos de instalações, 8540r-72-png]  
 p. 1014
- [B112] Luiz Cunha, mai. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Estudo Preliminar, Solução IV, Planta Geral, [ADUP REIT – projectos de instalações, 8541r-72-png]  
 p. 1016

- [B113] Luiz Cunha, out. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Estudo Preliminar, Solução IV, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 1A – 8785, [ADUP REIT – projectos de instalações, 8785]  
*p. 1017*
- [B114] Luiz Cunha, out. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Estudo Preliminar, Solução IV, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 1B – 8786, [ADUP REIT – projectos de instalações, 8786]  
*p. 1017*
- [B115] Luiz Cunha, out. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Estudo Preliminar, Solução IV, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 2A – 8787, [ADUP REIT – projectos de instalações, 8787]  
*p. 1018*
- [B116] Luiz Cunha, out. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Estudo Preliminar, Solução IV, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 2B – 8788, [ADUP REIT – projectos de instalações, 8788]  
*p. 1018*
- [B117] Luiz Cunha, out. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Estudo Preliminar, Solução IV, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 3A – 8789, [ADUP REIT – projectos de instalações, 8789]  
*p. 1019*
- [B118] Luiz Cunha, out. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Estudo Preliminar, Solução IV, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 3B – 8790, [ADUP REIT – projectos de instalações, 8790]  
*p. 1019*
- [B119] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Fragmento da Planta Geral, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 1A., [ADUP REIT – projectos de instalações, 8762]  
*p. 1020*
- [B120] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Fragmento da Planta Geral, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 1B., [ADUP REIT – projectos de instalações, 8763]  
*p. 1020*
- [B121] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Fragmento da Planta Geral, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 2A., [ADUP REIT – projectos de instalações, 8764]  
*p. 1021*
- [B122] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Fragmento da Planta Geral, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 2B., [ADUP REIT – projectos de instalações, 8767]  
*p. 1021*
- [B123] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Fragmento da Planta Geral, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 3A., [ADUP REIT – projectos de instalações, 8770]  
*p. 1022*
- [B124] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Fragmento da Planta Geral, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 3B., [ADUP REIT – projectos de instalações, 8771]  
*p. 1022*
- [B125] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Fragmento Norte da Planta da Proposta para a Faculdade de Engenharia e Zona Central do Pólo, f. 2A', [ADUP REIT – projectos de instalações, 8765]  
*p. 1023*
- [B126] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Fragmento Norte da Perspectiva da Proposta para a Faculdade de Engenharia e Zona Central do Pólo, f. 2A'', [ADUP REIT – projectos de instalações, 8766]  
*p. 1023*
- [B127] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Fragmento Sul da Planta da Proposta para a Faculdade de Engenharia e Zona Central do Pólo, f. 2B', [ADUP REIT – projectos de instalações, 8768]  
*p. 1024*

[B128] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Fragmento Sul da Perspectiva da Proposta para a Faculdade de Engenharia e Zona Central do Pólo, f. 2B'', [ADUP REIT – projectos de instalações, 8769]  
*p. 1024*

[B129] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Legenda, f. 8568r(1), [ADUP REIT – projectos de instalações, 8780]  
*p. 1025*

[B130] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP, Planta do Faseamento das Obras de Execução, f. 4, [ADUP REIT – projectos de instalações, 8772]  
*p. 1026*

[B131] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988, LIMITE DO TERRENO DA FEUP, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO, *Base* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f.122-2/3-1//4 : 4 2B, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8571R]  
*p. 1027*

[B132] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987, LIMITE DO TERRENO DA FEUP – PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987, *Base* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f.122-2/3-1//4, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8542]  
*p. 1028*

[B133] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987, *Base* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 1A : 122-2/3-1 1: 4 1A, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8573]  
*p. 1029*

[B134] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / 1988-02, GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira, *Base* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 1A : N.º 97. 190, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8603]  
*p. 1030*

[B135] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987, *Base* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 1B : 122-2/3-1 3: 4 1B, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8574]  
*p. 1031*

[B136] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / 1988-02, GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira, *Base* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 1B : N.º 97. 191, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8604]  
*p. 1032*

[B137] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987, *Base* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 2A : 122-2/3-1 2: 4 2ª, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8575]  
*p. 1033*

[B138] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / 1988-02, GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira, *Base* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 2A : N.º 97. 192, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8605]  
*p. 1035*

[B139] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987, *Base* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 2B : 122-2/3-1 4: 4 2B, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8576]  
*p. 1036*

[B140] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / 1988-02, GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira, *Base CMP*, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 2B : N.º 97. 193, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8606]

*p. 1037*

[B141] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987. DESENHO DE TRAÇADO VIÁRIO, *Base CMP*, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 3A : 122-2/3-2 1 : 4 3ª, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8577]

*p. 1038*

[B142] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / 1988-02, GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira, *Base CMP*, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 3A : N.º 97. 194, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8607]

*p. 1039*

[B143] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987. DESENHO DE TRAÇADO VIÁRIO, *Base CMP*, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 3A : 122-2/3-2 1 : 4 3B, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8578]

*p. 1040*

[B144] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / 1988-02, GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira, *Base CMP*, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 3B : N.º 97. 195, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8608]

*p. 1041*

[B145] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / PERFIS LONGITUDINAIS / 1988-02, GOP, J. de Araújo Sobreira, *Base CMP*, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 97. 208, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8621]

*p. 1042*

[B146] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988, PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / PERFIS LONGITUDINAIS / 1988-02, GOP, J. de Araújo Sobreira, *Base CMP*, DGPU, escalas 1:10 e 1:50, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 97. 209, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8622]

*p. 1043*

[B147] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988-02, P[ólo] 2 UP : Ante-Projecto de Arruamentos, Perfis longitudinais, N.º 97. 208 / GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira, 1:1000, 1988-02 - 3 perfis em 1 folha, desenho n.º 8621, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8621]

*p. 1044*

[B148] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988-02, P[ólo] 2 UP : Ante-Projecto de Arruamentos, Perfis transversais tipo, N.º 97. 209 / GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira, 1:10; 1:50, 1988-02 - 5 pormenores, 6 perfis em 1 folha, desenho n.º 8622, [Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8622]

*p. 1045*

[B149] Luiz Cunha, 1989, Residência Universitária de Paranhos, Anteprojecto, Alçado de capa e fotografias tomadas na rua Dr. Manuel Pereira da Silva, desenhos 9569 e 9575, [ADUP REIT – projectos de instalações, 9569, 9575]

*p. 1047*

[B150] Luiz Cunha, 1991, Residência Universitária de Paranhos, Planta de Implantação e Planta Geral, desenhos 9577 e 1186, [ADUP REIT – projectos de instalações, 9577, 1186]

*p. 1049*

[B151] Luiz Cunha, 1991, Vista Geral do Terreno e apontamento perspectivado, desenho 9576, [ADUP REIT – projectos de instalações, 9577, 1186]

*p. 1050*

[B152] Luiz Cunha, 1991, Residência Universitária de Paranhos, Pavilhão 2, alçado posterior, alçado lateral, pormenor das colunas posteriores, desenhos 1183 e 1184, [ADUP REIT – projectos de instalações, 1183, 1184]  
*p. 1051*

[B153] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Extracto da Planta de Zonamento do PDM do Porto (Castel-Branco, 1993), [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1103*

[B154] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Planta da Situação Actual 1997- ainda sem a demarcação das obras em curso (FEUP, FPCEUP, CCCIPO), [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1103*

[B155] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Afectações do PDM do Porto (Castel-Branco, 1993), Aproximação à Estrutura Fundiária, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1104*

[B156] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Hierarquização do Sistema Viário Fundamental Existente e Novas Vias, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1104*

[B157] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Sistema Viário, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1105*

[B158] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Alargamento e Rectificação de Arruamentos, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1105*

[B159] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Estacionamento Existente, Previsto e Proposto, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1106*

[B160] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Rede de Metro Ligeiro, Traçado Previsto e Traçado Proposto, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1106*

[B161] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Sistema de Espaços Públicos Existentes e Propostos, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1107*

[B162] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Perfil Longitudinal da Linha de Metro Ligeiro – Traçado Proposto, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1107*

[B163] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Perfis Existentes e Propostos, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1108*

[B164] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Exemplo de Soluções a Desenvolver, Extracto da Carta de Objectivos Comuns, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1109*



[B165] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base, (Carta de Objectivos Comuns), Forma do Projecto, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1109*

[B166] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Fotografias de Modelo de Trabalho, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1110*

[B167] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1110*

[B168] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS – forma do projecto, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]  
*p. 1111*

[B169] Rui Mealha, Paulo F. Marques, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base, O Parque da Asprela – Principais Tipologias de Intervenção Paisagística, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP, RM]  
*p. 1157*

[B170] Rui Mealha, Paulo F. Marques, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base, *Zona de Conservação*, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP, RM]  
*p. 1158*

[B171] Rui Mealha, Paulo F. Marques, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base, *Habitat e Enquadramento*, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP, RM]  
*p. 1160*

[B172] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base, [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP, RM]  
*p. 1162*

[B173] Rui Mealha, 2000, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Inserção Urbana da Metro do Porto, procedimento de concertação com a IHRH, [RM]  
*p. 1192*

[B174] Rui Mealha, 2000, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Modelo de Trabalho, [RM]  
*p. 1193*

[B175] Rui Mealha, 2000, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Modelo de Trabalho, [RM]  
*p. 1194*

[*Imagem da contracapa*] Constant Nieuwenhuys, 1959, *Groep Sectoren* (“*Grupo de Sectores*”), in WIGLEY, Mark, 1998, *Constant's New Babylon: the hyper-architecture of desire*, catálogo de exposição e textos, Rotterdam, Witte de With, Center for Contemporary Art / 010 Publishers, p. 118.  
*p. 1197*

## **VII. SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS**

## SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

<b>AP</b>	Assessoria de Planeamento
<b>APUP</b>	Assessoria de Planeamento da Universidade do Porto
<b>CANEU **</b>	Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários
<b>CANIU *</b>	Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias
<b>CDDCEN</b>	Comissão Directiva da Direcção das Construções Escolares do Norte
<b>CDCUP</b>	Comissão Directiva do Centro Universitário do Porto
<b>CEAU</b>	Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo
<b>CIAM</b>	Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna
<b>CODA</b>	Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto
<b>CMP</b>	Câmara Municipal do Porto
<b>CNA48</b>	Congresso Nacional dos Arquitectos de 1948
<b>CSOP</b>	Conselho Superior de Obras Públicas
<b>CUC</b>	Cidade Universitária de Coimbra
<b>CUL</b>	Cidade Universitária de Lisboa
<b>CUP</b>	Cidade Universitária do Porto
<b>DCE</b>	Direcção (Director) das Construções Escolares
<b>DCEN</b>	Direcção (Director) das Construções Escolares do Norte
<b>DEN</b>	Direcção (Director) de Edifícios do Norte
<b>DENN</b>	Direcção (Director) dos Edifícios Nacionais do Norte
<b>DEP</b>	Divisão de Estudos e Projectos
<b>DGCE</b>	Direcção-Geral (Director Geral) das Construções Escolares
<b>DGCP</b>	Direcção Geral da Contabilidade Pública
<b>DGEMN *</b>	Direcção-Geral (Director Geral) dos Edifícios e Monumentos Nacionais
<b>DGES</b>	Direcção-Geral (Director Geral) do Ensino Superior
<b>DGESBA</b>	Direcção-Geral (Director Geral) do Ensino Superior e das Belas Artes
<b>DGEU</b>	Direcção-Geral de Estudos de Urbanização
<b>DGSU</b>	Direcção Geral dos Serviços de Urbanização (MOP)
<b>DOCUL</b>	Direcção (Director) de Obras da CUL
<b>DIU</b>	Direcção (Director) das Instalações Universitárias
<b>EC</b>	Estrada da Circunvalação
<b>ESBUC</b>	Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica
<b>FCDEF</b>	Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto
<b>FEP</b>	Faculdade de Economia da Universidade do Porto
<b>FEUP</b>	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
<b>FMD</b>	Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto
<b>FPCEUP</b>	Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
<b>GCCI</b>	Gabinete de Construção e Conservação das Instalações (UP)
<b>GMOP</b>	Gabinete do Ministro das Obras Públicas
<b>GPGUCMP</b>	Gabinete de Planeamento e Gestão Urbanística da CMP
<b>GPU</b>	Gabinete de Planeamento Urbanístico (CMP)
<b>HEL</b>	Hospital Escolar de Lisboa (Hospital de Sta. Maria)

<b>HEP</b>	Hospital Escolar do Porto (hospital de S. João)
<b>IAC</b>	Instituto de Alta Cultura
<b>IPATIMUP</b>	Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto
<b>IPO</b>	Instituto Português de Oncologia
<b>IPP</b>	Instituto Politécnico do Porto
<b>IPPC</b>	Instituto Português do Património Cultural
<b>IST</b>	Instituto Superior Técnico
<b>MC</b>	Ministério (Ministro) da Cultura
<b>MEC</b>	Ministério (Ministro) da Educação e Cultura
<b>MEN</b>	Ministério (Ministro) da Educação Nacional
<b>MF</b>	Ministério das Finanças – 8.ª Repartição adecta à DGOP / MOP
<b>MOP</b>	Ministério (Ministro) das Obras Públicas
<b>MOPC</b>	Ministério (Ministro) das Obras Públicas e Comunicações
<b>ODAM</b>	Organização dos Arquitectos Modernos
<b>RUF</b>	Residência Universitária Feminina
<b>RUM</b>	Residência Universitária Masculina
<b>RUP</b>	Reitoria (Reitor) da Universidade do Porto
<b>SSUP</b>	Serviços Sociais da Universidade do Porto
<b>UIA</b>	União Internacional dos Arquitectos
<b>UC</b>	Universidade de Coimbra
<b>UL</b>	Universidade de Lisboa
<b>UP</b>	Universidade do Porto
<b>UPTEC</b>	Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto
<b>VCI</b>	Via de Cintura Interna

Hierarquia / Organograma (exemplos da hierarquia dos órgão tutelares de tramitação administrativa)

**MOP → DGSU**

**MOP → DGCE → DIU → DEP**

**MOP → DGCE → DCEN → GEP**

**MOP → DGEMN → DEN**

**MOP → CANIU → DEN → DENN → RUP**

**MOP → CANEU**

**MEC / MEN → DGES/DGESBA → IAC → DGCP** (Direcção Geral da Contabilidade Pública - 10.ª Repartição, junto do MEN)



## VIII. ANEXOS



## anexo VIII.1. INTRODUÇÃO

[CONVERSAS ACERCA DA ASPRELA] contendo as sínteses das transcrições de algumas das conversas/entrevistas realizadas com diversos protagonistas do ‘Processo da Asprela’ - projectistas, programadores e gestores - trocando opiniões acerca das suas actividades e outros assuntos gerais relacionados com aquele sector urbano. Das conversas entretanto efectuadas, foram seleccionadas as seguintes:

- Conversa com o Arquitecto João Adão da Fonseca (2014.06.25);
- Conversa com o Arquitecto José Quintão (2014.07.01);
- Conversa com o Engenheiro Luís Moreira (2014.07.07);
- Conversa com o Arquitecto Nuno Tasso de Sousa (2014.07.12);
- Conversa com o Arquitecto Pedro Ramalho (2014.07.29);
- Conversa com os Arquitectos Mercês Vieira e Camilo Cortesão (2014.07.30).
- Conversa com o Engenheiro Pedro Silva (2014.08.04).

### [CRONOLOGIA INSTAURADORA]

Trata-se de uma breve cronologia que enquadra as principais realizações que tiveram lugar na área da Asprela, entre Planos, Projecto Urbano, Projectos de Espaços Públicos e Projectos de Arquitectura.

Alguns Planos e Projectos revelaram grandes dificuldades no que respeita à sua datação, quer por corresponderem a trabalhos que se prolongaram no tempo, quer porque se verificaram alguns hiatos entre a decisão administrativa e a adjudicação dos trabalhos, ou no que respeita à própria conclusão, entrega e aprovação dos projectos, com tramitações em geral dilatadas no tempo (nem todos os estudos urbanísticos foram aprovados, embora ocasionalmente tenham produzido alguns efeitos). Acontece também que foram elaboradas várias versões da maioria dos Planos, versões que, em geral, assumiram designações distintas, e os Projectos foram desenvolvidos no decurso de várias fases, desde o programa preliminar, estudo prévio (por vezes com soluções alternativas), projecto geral e projecto de execução com a integração das especialidades técnicas correspondentes.

Interessaram-nos especialmente os programas preliminares e os estudos prévios dos



diversos planos e projectos, para observação do grau de desenvolvimento e das características dos respectivos programas, observação das relações destes com as primeiras abordagens projectuais, aferindo assim acerca da importância do programa (do seu desenvolvimento) para a concepção das soluções propostas, observando ainda o modo de interpretação, concreção e inserção urbana e territorial do programa.

Interessaram-nos também as informações disponíveis acerca da avaliação das primeiras abordagens (em geral constantes de correspondência trocada entre os promotores e os projectistas, ou com as entidades tutelares, constantes de pareceres intermédios e finais, relatórios, actas de reuniões de avaliação, ou actas de reuniões de júris).

A cronologia apresentada constituiu inestimável instrumento de trabalho, para cotejo e correlação dos acontecimentos nas suas várias escalas de abordagem, entre planos, projectos e realizações, contexto político, legislativo/normativo e cultural, e contem as principais referências inerentes aos factos abordados, constando assim dos correspondentes processos, e integra referências extraídas das fontes primárias e de fontes bibliográficas específicas consultadas para o efeito.

Como referido, as datações de processos e projectos são sempre contingentes, dependentes de diversos factores, como referência de conteúdos pontuais, ou referências de apresentação e aprovação de fases correspondentes às designações utilizadas, ou ainda a registos documentais diversos ou à produção dos elementos a que respeitam. Na realidade, os processos e projectos apresentam diversas datas, correspondendo, por vezes, a períodos com horizonte temporal de muitos anos (e até décadas), pelo que foi identificada a sobreposição de estudos, com o mesmo objecto, que decorreram em simultâneo.

[DOCUMENTOS] onde se reúnem as referências a uma série de fontes primárias consultadas em arquivos.

As referências constam de um conjunto de fichas de registo de documentos em arquivo, como ofícios e relatórios, tendo tido alguma importância os pareceres ‘redigidos supra’ alguns dos ofícios, que foram interpretados e parcialmente transcritos, quando manuscritos. As fontes documentais utilizadas são de diversa natureza, desde desenhos, cartas, ofícios, memórias descritivas, recortes de imprensa, diplomas legislativos originais e digitalizados depositados nos arquivos e colecções identificadas, ou publicados em teses, livros e

periódicos diversos.

As fichas elaboradas para classificação e tratamento das fontes primárias e secundárias da informação recolhida procuram verificar uma ordem cronológica geral (sempre contingente) e uma ordem, também cronológica, por temáticas e processos relativos aos vários planos, e aos projectos de arquitectura estruturantes desenvolvidos para o espaço urbano estudado e áreas de enquadramento adjacentes.

Alguns documentos de natureza administrativa, constituídos por actas, cartas, ofícios e ordens de serviço, entre outros elementos emitidos por projectistas e diversas entidades oficiais (Reitor da UP, MOP, CANIU, CANEU, etc.)<sup>4</sup>, são também objecto das fichas em anexo, para estabelecimento, com exactidão, da sua importância na ordem diacrónica dos acontecimentos observados, sendo assim parcialmente transcritos, interpretados e comentados, mas também porque foi necessário decifrar notas manuscritas de determinadas *ordens de serviço* ou redigidas *super* ofícios e outros documentos. Refira-se, a propósito, que muitos dos documentos interpretados são cópias em *papel químico*, esborratadas, ou em mau estado, praticamente ilegíveis, tendo sido também importante a identificação de muitas das assinaturas para reconhecimento de grande parte das decisões tomadas *super* aos documentos, como as de Arantes e Oliveira (MOP), Manuel Tavares Cardoso (Vice-Presidente e Administrador-Delegado da CANIU), entre outros. Foi também importante a identificação de algumas assinaturas, para identificar a autoria de determinadas peças escritas e peças gráficas de grande importância para esta dissertação, caso de desenhos de Oldemiro Carneiro, apenas como exemplo recorrente, esclarecendo assim indeterminações dos correspondentes tratamentos arquivísticos.

Assim, os principais documentos instauradores do ‘processo da Asprela’ foram tratados por classificação dos correspondentes *fac-símiles*, alguns dos quais reproduzidos em anexo, mas sobretudo por transcrição ou resumo dos mesmos, de acordo com a sua relevância para a presente dissertação.

Esta forma de organização dos documentos em anexo é sempre contingente, por datação duvidosa, por indeterminação da ordem dos factos que competem a determinados registos escritos ou gráficos, ocorrendo ainda situações de reenvio de correspondência (ou de cópias de ofícios com outras datas), ou a sua tramitação cruzada com informações,

---

<sup>4</sup> *Ibidem*, Cf. obra citada. FERNANDES, M. E. Matos (2006).

solicitações, ordens, esclarecimentos, respostas de várias entidades acerca de partes do mesmo assunto, o que de algum modo dificulta a sua interpretação.

Veja-se a propósito, a multiplicidade de organismos dependentes de cada ministério, com prerrogativas e atribuições precisas, instituídas, revogadas ou modificadas pela emanção de dispositivos legais específicos, mas por vezes com incumbências similares ou sobrepostas acerca dos mesmos assuntos ou assuntos conexos.

Apenas como exemplo observa-se, em determinadas circunstâncias, o percurso de uma pesada hierarquia disposta, a cada nível (central e regional), com prerrogativas de acompanhamento e aprovação dos estudos como a ‘linha’ (com percursos descendente e ascendente (em ciclos permanentes) da tramitação exercida) *DGEMN, DGCE, CANIU, CANEU, DCCE, DIU, DEP, DCEN, DENN, DEN, GEP*<sup>5</sup>, tendo alguns destes organismos um exercício a termo certo, aparentemente para agilizar tarefas específicas atribuídas, mas quase sempre dependentes das decisões centralizadas no despacho do Ministro.

De resto, os procedimentos registados, ora se desenrolaram mais ou menos intensamente em tempo longo, ora se precipitaram em tempo curto, para além de que os planos e projectos são marcados por várias datas, desde a decisão (do programa e da elaboração do projecto) pela tutela, da sua adjudicação (por vezes adiada ou conturbada), da elaboração de cada umas das suas fases e variantes correspondentes, dos pareceres internos e externos de comissões permanentes dos serviços e por comissões ad hoc, das aprovações, das revogações e revisões, da aprovação em parecer final e das formas de gestão da implementação, numa engrenagem de extrema complexidade, abordada na generalidade no âmbito da Dissertação.

[EXCURSOS] constituídos por alguns apontamentos acerca dos planos e projecto urbano (soluções das fases consideradas como cruciais, pelas suas estruturas conceptivas esclarecedoras das correspondentes motivações disciplinares) para a área da Asprela, desenvolvidos por Arménio Losa, Oldemiro Carneiro, Luiz Cunha e Rui Mealha, contendo

---

<sup>5</sup> *Ibidem*, Cf. obra citada. FERNANDES, M. E. Matos (2006).

comentários e transcrições pontuais, que se julga pertinentes, acerca de uma série de peças escritas e peças gráficas desses mesmos estudos.

O anexo integra um conjunto de fichas relativas a alguns dos arquitectos e engenheiros que intervieram na Asprela, como autores de estudos e projectos, ou apenas com importância no processo com uma breve referência bibliográfica e iconográfica acerca das correspondentes experiências académicas e profissionais, com relevância para o entendimento de possíveis influências no exercício e prática profissional da arquitectura e do urbanismo, e das suas relações (profissionais) com a Administração. Nestas fichas de referência acerca de alguns dos autores implicados no processo da Asprela, não são incluídos dados respeitantes ao autor da dissertação, para além da abordagem dos projectos realizados para a zona em questão.,

Apresenta-se ainda um anexo relativo à experiência recente do autor, no desenvolvimento do Plano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, bem como de projectos de urbanização e de edificação desenvolvidos, ao serviço da Universidade do Porto, e ainda não relatados.



## anexo **VIII.2. CONVERSAS ACERCA DA ASPRELA**

Conversa com o Arquitecto João Adão da Fonseca (2014.06.25)

Conversa com o Arquitecto José Quintão (2014.07.01)

Conversa com o Engenheiro Luís Moreira (2014.07.07)

Conversa com o Arquitecto Nuno Tasso de Sousa (2014.07.12)

Conversa com o Arquitecto Pedro Ramalho (2014.07.29)

Conversa com os Arquitectos Mercês Vieira e Camilo Cortesão (2014.07.30)

Conversa com o Engenheiro Pedro Silva (2014.08.04)



**Conversa com o Arquitecto João Adão da Fonseca** (2014.06.25)

MEALHA, Rui, 2014, *ESB.UC do Porto, conversa com João Adão da Fonseca*, transcrição, Porto, RM.

Conversa com o Arq. João Adão da Fonseca, coordenador dos projectos da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica – Pólo da Asprela, no Porto, realizada a 2014.06.25.

A conversa teve a duração de 02:31:39, e foi registada em gravação digital áudio, da qual se transcreve o seguinte extracto.

João Adão da Fonseca (JA)

Rui Mealha (RM)

**RM:** Chegaste à Asprela a meados dos anos 1980...

**JA:** Então cheguei lá em 1984 pela 1ª vez com um desenho A4, um esquiço, muito riscado, aquilo foi de certa forma uma candidatura lançada pela Universidade Católica.

Quando fui lá, já o projecto me estava entregue, e levava um desenho fornecido pelas construções escolares, e esse desenho, assim com um risco à mão levantada, tinha escrito “parcelas 6A, 7A, 8...”. E eu, sem nada, tive que fazer os primeiros esboços enquanto se fazia um levantamento topográfico, que era desenhado à mão, e que levou 2 a 3 meses, e eu, entretanto, tinha que fazer alguma coisa.

Engraçado, fui logo recebido com uma caçadeira, é verdade, por um fulano que durante a noite trabalhava como condutor dos carros do lixo e durante o dia cultivava aqueles terrenos, era uma zona com muita água. E ele não queria sair, o que foi negociado com a [Universidade] Católica, e então mudou-se para o terreno ao lado, para a área onde está a Faculdade de Educação Física. E ficou lá durante muito tempo a cultivar legumes até que, provavelmente, a Universidade do Porto permitiu a sua permanência noutra espaço.

**RM:** Na área ajacente ao IPATIMUP, entre o Instituto e a [Faculdade de] Medicina Dentária.

**JA:** Quando comecei a pensar no projecto, o programa era muito mais “curto”, era ligado à biotecnologia química, pelo menos aqui em Portugal estava a nascer esta área específica do conhecimento. E o facto é que ninguém sabia como organizar um programa destes.



O primeiro programa começou [a ser desenvolvido] com o apoio de dois professores de Engenharia Química que tinham estado nos Estados Unidos, um deles, e o outro no Canadá e Inglaterra, a fazer doutoramentos na área da biotecnologia. E da biotecnologia para o domínio do ramo alimentar é um pulo. (0:03:46)

O programa [preliminar] tinha grandes indefinições. Eram precisos laboratórios e salas para professores, que não eram tipificadas nem quantificadas, e dos alunos pouco se sabia. E, de facto, os meus interlocutores sabiam tanto como eu, um professor forneceu-me umas fotocópias das plantas de um edifício com 3 pisos, legendadas em inglês, em que os pisos não tinham janelas, eram laboratórios em caixas fechadas, era esse o conceito.

**RM:** Uma das questões que me preocupa tem a ver, precisamente, com a definição dos programas, se já são informados por determinados modelos, como são articuladas as diversas valências, como é assegurada alguma flexibilidade em estruturas com redes complexas, de modo a assegurar futuras eventuais alterações .... Porque discutia-se essa questão de programa insuficiente, suficiente, com ou sem espaços para crescer. Situação a verificar à escala de cada unidade orgânica e à escala conjunta do Pólo [Universitário].

**JA:** Houve “luzes”, opiniões, uma sensibilidade bacoca, tinham que apresentar alguma coisa e avançar rapidamente. Há uma ideia inicial, em que a incidência de espaços de laboratoriais é de longe superior àquilo que estavam habituados [na Universidade Católica] e, pelo meu conhecimento limitado da área, não seria possível, era uma brutalidade, laboratórios e mais laboratórios, para um número reduzido de alunos, eram 5 turmas de 20 a 25 alunos.

**RM:** E era esse o tema central do programa?

**JA:** Sim, em 1984, em 1986, 1987 começou a primeira obra, com a Soares da Costa. A incidência de laboratórios era imensa, isto é, o projeto começou a ser estudado para um programa que preenchesse a necessidade de 5 turmas, cada uma com 25 alunos, 125 alunos em Engenharia Alimentar, que em termos de laboratórios era imenso, laboratórios de química, de biologia, etc, com imensas variantes, sem indicação das suas dimensões. Então comecei a fazer um estudo tipológico e urbanístico. Vou a um laboratório tecnológico (...) dirigido pelo Professor Augusto Medina, que veio também da química, foi professor catedrático muito cedo (...), e teve uma situação académica que evoluiu muito rapidamente. Eles, na Direcção, tinham uma ideia clara que a biotecnologia era uma disciplina de futuro,

aqueles três professores, o Sereno, o Medina e o outro não me recordo agora do nome, apoiados pelo Carvalho Guerra. Uma ideia que correspondia a um sonho muito grande.

**RM:** Um sonho cor-de-rosa!

**JA:** Do Professor Carvalho Guerra, ou da filha dele, segundo o Medina. Depois explico-te a história do sonho.

Então avancei com o projecto que tinha uma vertente institucional, correspondente ao hall de entrada, secretaria, gabinetes dos professores e do diretor, que era já um corpo [programa] estável, havia uma outra vertente, que seria a dos laboratórios tecnológicos, e que tinha uma incidência muito grande à escala do edifício. E era pretendida uma coisa grande, com uma ponte rolante, das que existem em fábricas ou em armazéns.

As pessoas não têm noção de espaço e tive que estudar alternativas, então estabeleci um ritmo, isto num dos edifícios com 3 pisos. A métrica de 10 metros levou-me a uma percepção do lugar, e ali havia duas opções, ou um conjunto de construções ou uma peça única, seja um retângulo seja um "S", mas que seja em bloco, um bloco. Mas de qualquer modo a construção do sentido de lugar era difícil, porque aquilo era um descampado, havia o Instituto da Superior de Engenharia em frente, uma parte apenas, não havia ainda a Portucalense nem a segunda parte do instituto Superior de Engenharia, era tudo branco ou cinza.

**RM:** E “verde”.

**JA:** O [programa] que me tinham dado era muito grande, com a possibilidade de ser ainda maior, a curto ou a médio prazo, por ser um edifício das Construções Escolares...

**RM:** Como planeaste a flexibilidade?

**JA:** Como aquilo podia crescer, eu então parti do conceito de uma praça, isto é, eu coloquei de parte esta paisagem, esta envolvente confusa e ambígua, e resolvi aglutinar o edifício a partir de uma praça. Andei a passear pelo país, mais a norte, a ver praças, e foi em Esposende que encontrei a dimensão da praça.

Praça essa que foi muito agradável para o director que se interessou pela sua utilidade.

Aquela praça tinha 3 edifícios, o corpo central, o corpo de ensino e de laboratórios, e o corpo tecnológico, e depois uma arcada. Mas era uma arcada que correspondia ao acesso e para delimitação do espaço.

O diretor disse “isto é óptimo, sabe porquê, porque se põe ali placares das notas e os alunos

não andam no hall e corredores. Quando forem as candidaturas à Católica, ficam aqui e não entram dentro do edifício”.

E de facto está no lugar certo, põem ali toda a publicidade. Enquanto o Medina foi director não havia publicidade no hall da entrada, curso disto, mestrado aquilo, que as escolas promovem, ciclos de conferencias, estava tudo naquele painel, ele era muito rigoroso nisso, muito disciplinado.

**RM:** E como desenhaste a praça? Ela é interior ao recinto murado na frente do arruamento!

**JA:** A Teresa [Andresen] era recém formada, vinha dos Estados Unidos, tinha feito o mestrado e, creio, pela experiencia que tinha aqui em Portugal, uma praça ajardinada era um descabro, porque o problema não era fazer o projeto ou fazer a área verde, a questão era a manutenção.

Então a Teresa juntou-se com a Cristina Castelo-Branco, de Lisboa, e a mim, no desenho da praça. Uma coisa interessante é que a praça devia ser onde as pessoas poderiam participar dela, (...). Pensamos a praça como uma zona de circulação, mas onde se possa pausadamente desfrutar do espaço, não no meio mas como se estivesse fora. Daí surgiu um sentido periférico de zonas de estar, e com a Teresa, por uma questão de opção, resolvemos que seria (...) um lajeado, uma calçada. Quando estou com a Teresa em obra, já com os toscos dos primeiros edifícios, o Carvalho Guerra visitou a obra com o Ernâni Lopes, que já morreu, aquele que foi ministro, em 1984, e ele pergunta-me, “então a praça?”, e respondi “a praça será em lajeado, não é verde, que depois ninguém trata”, ao que retorquiu “Então vocês saem, e eu arranjo tudo”. Só então o Carvalho Guerra soube que a praça seria pavimentada.

Então a Teresa lembrou-se de vir com aquele desenho e com a modulação de quadrados de 2m por 2m, e ela disse que o sustento da sua solução de base era aquele [desenho] “pé-de-galinha”, bem como a composição geométrica com a “regra d’ouro”.

Está protegida dos ventos e por outro lado funciona com o sol, por isso, no inverno, em Fevereiro, há muita gente ao sol. Há uma ali uma grande parede que está voltada a sul, esta orientação tirou partido do arco solar, e em simultâneo desenhou a própria vegetação cuja imagem varia com a estação, é colorida no verão, vêm as Azáleas na primavera, as Camélias brancas e a cor no verão (...). Na envolvente existia então parte do ISE, parte da

oncologia, o S. João, o bairro da Asprela, a fachada de economia lá no fundo, e a Educação Física do Cristiano Moreira.

Assim surgiu a 1ª fase da biotecnologia, o seu sentido de lugar, o edifício não tinha muito contacto urbano, isto é, não havia diálogo, não havia cafés, apenas um bar voltado a sul. De facto, a tua opção, que gostei imenso, reforçava o carácter urbano, com o tratamento da ribeira, com percursos pedonais desde a Economia à Católica.

**RM:** Era o Parque Urbano.

**JA:** Para o ambiente dos alunos, da malta dos 17 aos 23, 24 anos é o ambiente ideal porque fazem as actividades todas ali. Em paralelo que seria fechado por aquela massa urbana toda.

Eu, no primeiro estudo, nos primeiros estudos, porque no fundo estive 30 anos a fazer aquele projeto, apercebi-me que havia expansões, para onde não sabia. O primeiro edifício começa a ser construído em 1976 e em 1986 já estava lá primeiro curso, se não me engano. Entrava-se pela galeria, a praça ainda não estava feita. O primeiro edifício estava pronto, e os outros estavam em toscos. Em 1984, quando começou a obra, ele [Medina] tinha 20 mil contos, e a obra tinha sido adjudicada por 100 mil contos à Soares da Costa. Ele [Medina] levava lá muita gente, foi conseguindo financiamento e a obra ia sendo acabada, equipada e mobilada. Claro que, com todos os aspectos negativos que uma obra assim tem, o que subsistia era a perseverança, convicções e objetivos sólidos do Medina e restante equipa dirigente. A obra cresceu, cumprindo o fecho dos 3 primeiros blocos.

Na altura estudei a praça de maneira que tivesse sol todo ano em metade da sua área, estando também protegida dos ventos e de facto vê-se lá muita gente desde que não chova. A praça é o centro da escola, em torno do qual começaram logo a surgir ampliações.

Mas queria um sentido de unidade, e pensei numa cor unificadora. A partir de 1987 foram várias as inaugurações, sempre com pouco dinheiro. Mas o nível de exigência do pouco dinheiro foi subindo com o tempo. Porque na primeira fase não havia dinheiro para os vidros duplos e a impermeabilização foi feita com uma solução económica.

É engraçado porque os percursos “pé-de.galinha”, foram traçados em função daquilo a que nós achávamos que era o percurso das pessoas a partir da entrada no recinto.

Esta é a entrada do corpo académico dos alunos, aqui é a dos laboratórios, aqui era a direção e aqui era a zona tecnológica... esta porta está aqui, eram portas de emergência.

A ideia do professor Sereno, que acompanhava o projeto do dia-a-dia, era a de os alunos não utilizarem o hall de entrada. Se conseguisse uma entrada específica para os professores também seria interessante, então surgiu uma entrada por aqui. Esta entrada nunca funcionou, está sempre fechada, e aqui assim é a entrada para a zona do bar, as portas de emergência passaram a ser as portas de uso comum. Quando não chove, as pessoas em vez de fazerem este percurso fazem isto, acedem directamente ao exterior.

A praça tem a sua história, o espelho de água surgiu porque havia aqui uma mina de água.

**RM:** Quando foi feita esta obra aqui atrás [primeira fase da UPTEC], apareceu um caneiro com água.

**JA:** A escola tem bombas de água com bóias. A água, é muito bucólica, e decidimos que estes quadrados [desenho do pavimento] escorrem e, depois, entram dentro de água, e desmaterializam-se, e então este aqui tem 4 por 4 metros, mas tem a vantagem de se poder pôr um guarda-sol, aqui é o bar.

**RM:** Agora a escola tem muito mais alunos!

**JA:** Agora tem quatro licenciaturas, cursos de pós-graduação, mestrados, doutoramentos, e um curso de enfermagem.

A Teresa desenha esta fonte, um trevo de quatro folhas, desenha uns caixotes que lá estão em ardósia, uns caixotes para nenúfares. Como esta água podia vazar, tinha que haver caixas sempre com água, a água vinha daqui do poço e escorria por um canal, com uns cubos em ardósia onde a água seria oxigenada, porque a ideia era ter possibilidade de peixes. Então através de um canal subterrâneo seria encharcada esta praça. O Medina gostou muito, até por causa dos reflexos, acentuados pela ardósia no chão, preto, também porque a água poderia desaparecer, não obstante se bombeada da mina. Acontece que isto só durou meio ano, a primeira bomba foi mal colocada, selou, nunca mais ninguém se interessou.

As Magnólias de folha branca foram plantadas há 30 ou 35 anos. Podiam estar muito desenvolvidas, mas não se conseguiu, porque têm uma caixa muito pequena. Esta Magnólia que está ali tem para aí cerca de 1 metro e 50 de altura e tem 25 a 30 anos, porque está numa caixa de metro e meio por metro e meio. Assim não pode crescer. Mas também tive que retirar alguns plátanos pelo atravacamento que começavam a provocar.

**RM:** E como prosseguiu então o crescimento das instalações?

As instalações foram crescendo, foi surgindo uma massa acastelada, com diversas construções, cada uma do seu género. O programa teve que ter resposta e o terreno é limitado. Na minha opinião há aqui escalas que não são convidativas para o bem-estar.

Foi feita aqui uma associação de estudantes, logo a seguir fizeram-se mais salas e uma loja para alunos. Depois veio a capela, comecei por fazer um oratório, como me foi pedido, como um simples lugar de oração, mais nada, onde haveria um símbolo, uma imagem religiosa.

A dada altura, pedem-me uma igreja, noutra ocasião pedem-me uma torre. Diz-me o Carvalho Guerra, o Reitor, que é preciso um sino e espaço para um vitral. Claro que nunca houve dinheiro para o sino. Quando foi feito este edifício [a capela] previ a possibilidade de ter ligações para o exterior para receber pessoas de fora, mas nunca funcionou.

E este edifício tem 8 pisos, 32 metros, uma massa enorme (...).

**RM:** Laboratórios?

**JA:** São todos laboratórios, e a funcionar. Aqui dentro está uma piscina. O Medina quis também este campo de ténis e o campo de basquete. Estas foram as funções da fase intermédia.

Na última fase foram modificados vários espaços, e construídos os novos edifícios de ciência e tecnologia (start-ups) de frente urbana, assim como feitos alguns melhoramentos nas redes.

Durante muitos anos a rua [Dr. António Bernardino de Almeida] que vinha por aqui, junto à portaria, só teve metade construída, e havia uma série de problemas de esgotos, as águas pluviais que iam desaguar na ribeira da Asprela. As águas pluviais e residuais atravessavam o recinto da escola. (0:57:33)

**RM:** Daí a tal piada de mau gosto!

**JA:** Havia que resolver o problema, e ainda deveria ser feita muita coisa.

**RM:** Muita coisa, sobretudo à escala do sector urbano, começando pelo parque...

**JA:** Mal ou bem está lá aquele parque. Pode-se tirar partido, ele ainda não é...

**RM:** O parque estava previsto, duas praças de entrada do parque com o meu estudo, diversas veredas, espaços frescos e espaços secos, arte urbana interactiva e evocativa da memória do lugar, espaço central naturalizado, articulado com a alameda/jardim formal e espaço ligante da estrutura envolvente [o percurso da água], etc. Esteve para ser feito no

âmbito da inserção urbana da metro do Porto, ao mesmo tempo que os arruamentos, mas subitamente alterou-se o paradigma da inserção urbana, esvaziando-se a oportunidade, que incluía ainda outros aspectos de grande relevância numa perspectiva pedagógica e culturalista.

**JA:** Tu exploravas o tema da água. Fazias uma bolsa de reserva e a água continuava.

**RM:** Tinha um grande pavilhão transparente, inspirado nos jardins Citroën de Paris, era um parque dentro de uma estufa. Uma espécie de macro luminária do parque, era um ponto de encontro, um lugar de convívio, sobretudo nos dias de chuva e no inverno. Mas o tema da água é de grande fertilidade, tínhamos os artefactos e as artes... O metro queria pegar naquilo para se prevenir face a eventuais inundações do túnel...

**JA:** Mas qual túnel, aqui em baixo?

**RM:** O túnel do metro onde está a estação [do Pólo Universitário], ao meio da alameda. Tinham receio que pudesse inundar, porque a área está demarcada no PDM do Porto como leito de cheia máxima.

**JA:** Ficou por resolver?

**RM:** Creio que, tecnicamente, não existirão riscos de inundação. Só que a Metro, em vez de instalar o parque urbano, desenhado com percursos e definição de bacias de retenção por causa da cheias, resolveram o assunto com uma mera obra de hidráulica, rebaixando a cota do terreno, deixando uns montículos com as árvores principais em cima, para não as descalçar, e construíram um muro como platibanda da trincheira, para protecção do túnel. Ou seja, criaram uma bacia de retenção sem desenho e de grande capacidade, que aparentemente sublima a questão do refluxo.

**JA:** Mas a cave da Biotecnologia já teve mais que uma inundação, e até colocaram bombas.

**RM:** O nível freático está muito alto, e a conduta das pluviais está praticamente à “pele”. Aquele horticultor, o senhor Mário Soares conta as histórias das cheias históricas, relatos que orientaram a demarcação do “leito de máxima cheia” do PDM. As duas grandes cheias da área central e da área da Quinta da Azenha, atrás do IPO, foram causadas pelo entupimento do caneiro da António Bernardino de Almeida pela carcaça de uma vaca numa ocasião, e por frigoríficos e eletrodomésticos de grandes dimensões, no outro episódio. De resto, agora existem dois caneiros, o antigo e um novo, para o curso de água e para as

pluviais.

Creio que os terrenos da biotecnologia eram também lameiros, e foram dos primeiros a ser aterrados. O percurso desenhado por Luíz Cunha a contornar a Biotecnologia tinha um recorte geometrizado. Os terrenos foram sendo nivelados a partir das “estradas”.

**JA:** O Estado foi comprando terrenos para a Cidade Universitária, que só agora estão a ser registados.

**RM:** A questão do cadastro ainda não está completamente resolvida. O Pedro Silva tentou um processo de loteamento, mas depois optou pela negociação de permutas entre a Universidade do Porto e a Câmara Municipal do Porto.

**JA:** As construções que projectei estavam em terrenos cedidos à Universidade do Porto, da Universidade do Porto, portanto, e que na altura ainda não estavam registados, uma confusão gerida processualmente pelo João Pedro Alpendorada, da Reitoria. E os processos eram instruídos e geridos com base no célebre entendimento da “autonomia administrativa”.

**RM:** E com base nas propostas do Plano Estrutura de Luíz Cunha, de 1987, ou à sua revelia!

**JA:** E os outros planos?

**RM:** Os efeitos foram muito pontuais. Subsistiram, no entanto, algumas poucas ideias retomadas parcialmente pelos estudos posteriores. O primeiro plano do Losa é de 1953. Tratava-se do antepiano de urbanização da Zona do Hospital Escolar, cujos trabalhos começaram em 1950, e em 1953 foram aprovados, mas depois ele continuou para 1956 e aquilo deu, em 1957, um plano de urbanização.

Os planos anteriores passaram a antepianos, não havia levantamentos nem técnicos para fazer todos os planos, então passaram a antepianos e depois a lei também mudou, e institui a figura dos planos parciais de urbanização e, mais tarde, retomou novamente a figura de plano.

Então é aprovado, em 1957, o plano de urbanização da zona do Hospital Escolar. Depois houve o estudo do Oldemiro Carneiro, que estagiou com o Távora, que trabalhava nos Monumentos Nacionais, fez uma espécie de Plano Estrutura, as implantações de um complexo desportivo.

**JA:** Como era o [Plano] do Losa?



**RM:** A matriz da sua concepção era claramente funcionalista, com edifícios de tipologias e funções segregadas, mas agrupados em unidades de vizinhança com um “mix” funcional, o primeiro plano definia blocos e casas geminadas. Fez cidade! Só naquela bolsa onde está o Politécnico, a nascente do Hospital S. João, fez uma alameda, arruamentos, implantando ali os equipamentos de ensino, uns edifícios curvos e uma praça, e que eram os serviços comuns da Universidade, uma biblioteca geral, um anfiteatro e os pavilhões de engenharia, o pavilhão de psicologia, outro de direito, outro de letras. A perspectiva do programa era muito interessante pois reconhecia valências comuns, relações de complementaridade e de acompanhamento, princípios estes que mais tarde foram abandonados. As escolas mais recentes têm cantinas, auditórios e bibliotecas próprias, para cada uma, repetindo essas funções, mas também as escalas são outras. O conjunto desenhado pelo Losa era muito modesto, longe da envergadura dos equipamentos actuais, não teria resistido às dinâmicas curriculares nem à explosão dos contingentes da população escolar.

**JA:** Então agrupou os componentes comuns...

**RM:** Ao longo de uma alameda, e a engenharia era disposta ao longo da via rápida prevista, actual A3, junto às unidades industriais. Do lado poente da Asprela dominava uma componente ambiental, porque os terrenos eram lameiros, só foram drenados muito recentemente.

(...)

**JA:** Tu só entras em 1990?

**RM:** Entrei em 1990 com passagem de testemunho.

**JA:** Como entras?

**RM:** Comecei como assessor da Reitoria, coordenando os vários projectos em curso, parte dos quais em fase de programa base. Foi necessário esquematizar os chamados Objectivos Comuns de Intervenção Urbanística, para discutir e tentar articular as soluções avulsas, desde as implantações preconizadas, aos padrões morfológicos, relações mútuas, exigências em serventias e infraestruturas urbanísticas, e mesmo no que respeitava às cotas de projecto, capacidade em estacionamento próprio e muitos outros aspectos, pensando naturalmente na estruturação urbanística e ambiental de todo o sector. As implantações tinham fortes reservas de flexibilidade, pois os programas tinham pouca consistência, e sem demonstração metodológica, os recintos eram condomínios fechados, na sua maioria,

era necessário abrir os programas à cidade... E a Carta, que era um programa urbano, estabelecendo os termos de articulação dos programas das várias entidades interventoras, evoluiu para um Estudo Prévio de Estruturação Urbanística e Ambiental e, mais tarde, para uma versão já avançada de Projecto Urbano que incluiu os Projectos de Execução dos espaços colectivos estruturantes e da inserção urbana da plataforma da Metro do Porto.

(...)

**JA:** Já era peça autónoma a que fizeste para aquele “start-up” de empresas, está lá o meu filho, eles gostam muito, estão em cima da paisagem verde, é um edifício aberto.

**RM:** É tudo aberto à cidade, podes ir lá tomar um café ou almoçar, no café ou na esplanada, visitar uma exposição, descansar no jardim...

(...)

**JA:** Eu quando comecei a fazer aqueles edifícios não conhecia o teu edifício, só quando da obra da tua primeira fase.

**RM:** Temos um arruamento de permeio, o viário V4C, para peões, que terá continuidade para norte e para sul. De resto, falta ainda qualificar o arruamento a sul, por onde se acede à Psicologia, à entrada principal da UPTEC e também à Biotecnologia, onde para além de acesso de serviço, ganhou recentemente grande importância. (...)

**JA:** Na frente do viário V4C e na extrema norte, a Católica construiu as unidades de ciência e tecnologia, é essa a nossa última fase de crescimento. Sabes que aqueles edifícios estão alugados à Universidade do Porto, e uma parte dos outros serão ocupados pelo IPP. As redes prediais são alucinantes e pesam muito nos investimentos.

**RM:** E as exigências regulamentares são leoninas. A segurança integrada, a qualidade do ar para a qual depois se traduz em facturas de energia com valores substanciais. E estes programas especiais obrigam a instalações especiais. Os esquemas tipológicos são também muito complexos. Na primeira fase tinha umas instalações para criogenia e uma rede predial de hidrogénio, salas brancas com pressão negativa e OTEs enormes... Eu tinha mais umas perguntas, mas já me falaste praticamente de todos os assuntos que me interessam agora registar. Precisava talvez de um breve cronograma dos principais acontecimentos.

**JA:** Eu dou-te a data das fases e envio um plano com manchas das várias fases. Eu tinha estudos que tinham edifícios muito maiores que iam quase à linha de água.

**RM:** Obrigado João, combinamos depois novo encontro.



**Conversa com o Arquitecto José Quintão** (2014.07.01)

MEALHA, Rui, 2014, *FMDUP e FEP, conversa com José Quintão*, transcrição, Porto, RM.

Conversa com o Arq.º José Quintão, co-autor do projecto da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto (FMDUP) e coordenador do projecto de reabilitação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, realizada a 2014.07.01.

A conversa teve a duração de 0:30:44, e foi registada em gravação digital áudio, da qual se transcreve um extracto.

José Quintão (JQ)

Rui Mealha (RM)

**RM:** O Professor Fernando Peres disse-me há algum tempo que o edifício estava muito exposto à envolvente, que gostaria de o envolver com um muro...

**JQ:** Começamos o projecto do muro que, no entanto, era bastante permeável, com um gradeamento, havia uma primeira parte em alvenaria de tijolo ou betão, e depois era uma grade com um desenho, com um certo ritmo.

**RM:** O que parece um pouco contraditório, o desenho do próprio edifício tem uma entrega urbana muito clara.

**JQ:** Sim, mas quem queria eram eles, nós não queríamos a vedação. Há uma coisa que é preciso saber, aquele edifício foi-nos pedido o programa e havia coisas do arco-da-velha, por exemplo a zona de lavagem de instrumentos queriam 100m<sup>2</sup>. Pensamos que não podia ser e perguntamos. Eles apenas tinham duas máquinas simples onde punham lá os instrumentos e depois iam para a esterilização. Aquilo era um disparate para duas máquinas. De uma maneira geral eles não tinham noção dos espaços. Como aquela grande Nave, onde os alunos faziam aplicações aos doentes, que era preciso iluminar por cima mas sem incidência do sol. Tanto estudei que o espaço acabou por ficar um pouco sombrio, mas de qualquer forma eles nunca dependeram de luzes como as das cadeiras de dentista. Havia um aspecto interessante, as 3 entradas pretendidas, uma para os alunos, pela rua sul, outra pela frente principal, que era para os doentes, e uma terceira a norte, para médicos,

enfermeiros, etc, o que nunca funcionou como tal, porque entretanto houve redução de empregados, enfim, acho que só funciona a porta da frente.

Outras das imposições era que, depois dos pacientes serem atendidos, não queriam que eles se cruzassem com os que ainda iam ser atendidos. Por isso é que há essa marcação, o doente tinha que ir até ao fundo, subir as escadas ou elevador e vir por aquela passerelle imensa. Só assim era possível segregar os fluxos. Assim como as entradas diferenciadas, que eram também para evitar que os pacientes se cruzassem com estudantes e funcionários. No meio disto tudo, aparece um factor novo, apareceu a “sida”, e então houve que fazer gabinetes especialíssimos para tratar estes doentes. Uma ou duas salas de pressão e umas zonas de recobro, quando a pessoa ainda está meio tonta e fica lá.

Eu penso que, nesse aspecto, o edifício corresponde quase a 100 por cento ao pedido [programa preliminar]. Independentemente de estarmos a falar em termos estéticos, mas em termos técnicos, penso que o edifício foi pensado por nós os três [Domingos Tavares, José Quintão e Lúcio Parente]. Acho que a ideia do claustro foi do Domingos, e depois nós os três trabalhamos nisso e correu tudo muito bem (...).

Depois houve a questão da insolação, da protecção solar, (...), o desenho daqueles triângulos é meu, com o consentimento do Domingos e do Lúcio, como é obvio. Simplesmente quando chegamos lá, sem nos perguntarem nada, estava tudo feito de uma semana para a outra, e achei aquilo muito estranho. Olho para aquilo, e verifico que praticamente não dá sombra nenhuma, é um disparate total, principalmente na zona sul que é onde estão os anfiteatros e os laboratórios (...). Depois soube que metia água por todos os lados, aquilo foi feito num tempo recorde, nunca percebi como, mas levantou-me algumas dúvidas. Íamos todas as terças feiras à obra, íamos os 3 ou íamos 2, mas sempre, nunca houve uma falha, e de uma semana para a outra está tudo colocado, e surgem estas questões das palas e das fissuras, achei tudo tão estranho. Claro que não tivemos coragem de dizer “tirem e tragam outra”, já estava feito, eram obras públicas.

Entretanto, já estava bastante obra feita, quando nos pedem um museu. E então lembrei-me de ocupar a parte de cima do palco da grande sala, do anfiteatro, e fazer lá um pequeno museu, até ficava engraçado. Depois veio o tipo do ar condicionado estragou aquilo tudo.

**RM:** O programa preliminar, foi fornecido em organigrama, dimensionado, com as relações entre valências, áreas, exigências específicas?

**JQ:** Não. Os metros quadrados vinham, como já disse. Era o Fernando Peres, muito simpático, ele era um interlocutor extremamente valioso, quando tínhamos dúvidas íamos com ele falar com o director dos serviços, mas a informação foi prestada verbalmente, praticamente, como te digo, pediram 100m<sup>2</sup> para duas máquinas de lavar. Os trabalhos de projecto correram bem, a construção é que foi rápida de mais e deu asneira (...).

**RM:** O terreno já vinha delimitado? Vocês tinham pouca flexibilidade, pelo menos face à rua e ao cemitério.

**JQ:** Sim, o terreno estava bem definido, e construímos nos limites com os recuos e alinhamento definidos.

**RM:** E tens ideia se são os limites definidos pelo Luiz Cunha? Ou o Luiz Cunha internalizou o programa como compromisso assumido pela Reitoria?

**JQ:** Não sei.

**RM:** Porque o Luíz Cunha tem, de facto, aquele polígono, mas era destinado às Ciências da Alimentação. Isto na terceira versão do plano, porque ele fez “quatro mais uma” em 1987, assim como algumas revisões para ajustes pontuais. Não houve então um diálogo directo entre vocês e o autor do plano...

**JQ:** Tenho uma ideia do plano, daquela residência de estudantes à frente da Medicina Dentária.

**RM:** E o espaço entre a Medicina Dentária e a residência de estudantes, o Luíz Cunha já tinha previsto um espaço público, a entrada para um parque e acesso à Faculdade de Psicologia que entretanto constava no plano como Medicina Dentária.

**JQ:** Fui a uma reunião na Reitoria que queriam qualquer coisa, que nos afastássemos, já não sei bem o que era, porque então começava-se a pensar no Metro do Porto e lembro-me de um engenheiro do Metro dizer que era muito interessante o metro passar por cima [à superfície], até porque “numa zona tão descampada podia alguma aluna ser atacada”. (...)

**RM:** A versão à superfície era uma visão que tinha a ver sobretudo com o orçamento, que eu saiba.

**JQ:** Porque um parque universitário, porque a questão era essa, aquelas zonas intersticiais tinham árvores, relvados, são muitos estudantes, professores, (...). Agora aquilo nem está mal tratado, mas não vejo...

**RM:** Agora é uma alameda, as árvores não são regadas...

**JQ:** A ideia é de salutar até porque havia o lar de estudantes e agora várias outras funções.

**RM:** O Luíz Cunha, na 3ª versão, que era muito curiosa, tinha uma entrada formal, mesmo para o parque, entrava-se por umas instalações desportivas e acedia-se a um terreno destinado à Medicina Dentária, onde acabou por ficar a Psicologia. Ou seja, trocaram porque, creio, primeiro foi construída a Medicina Dentária no terreno que tinha frente de rua, com infraestruturas, exigindo assim menor investimento. O outro terreno ainda não tinha acessos e obrigava a movimentos de terras e à execução de infraestruturas.

**JQ:** Exactamente, agora estou a lembrar-me...

**RM:** Aquele parque de estacionamento ao lado já estava previsto?

**JQ:** Não, tenho a impressão que foi depois.

**RM:** Vocês têm a tal porta a norte que liga ao parque de estacionamento, com um passadiço, não é? Por cima da rampa que vai para cave.

**JQ:** Cave onde era a entrada, onde estava o grande salão, onde estava a sala de operações, e também as salas de recuperação.

Depois houve uma chatice muito grande com o ar condicionado, e acho que o terreno do parque de estacionamento foi-lhes dado [à FMDUP] quando o projecto já estava em curso.

**RM:** O parque de estacionamento tem um muro alinhado com a fachada da Medicina Dentária, e não contribui para a qualificação da alameda. O terreno era um pouco movimentado, e sempre pensei numa frente de alameda que evidenciasse factores de identidade.

As grelhas dos vãos, as grelhas metálicas, vieram naturalmente com o próprio projecto, não é? Foram pensadas no âmbito do desenho de composição da fachada?

**JQ:** Isso era o que eu estava a falar, nem sequer nos perguntaram, porque aquilo que lá está, deve passar 80 por cento de luz, é um disparate total. Na minha casa de Caminha, coloquei uma portada assim, com uma rede que tira 50 por cento da luz, e é excepcional, tu pões a mão e não está quente, e portanto o vidro está a uma temperatura muito melhor...

Aquele grande vão com a pala, um pouco como está ali, aquela pala em cima, estava bem, eu fiz o estudo perfeitamente para aqui, era média solar de verão nem uma nesga de sol e à medida que o sol vai andando começa a entrar sol, mas era tão pouco sol de verão que se podia passar bem sem ar condicionado e de inverno entrava o sol.

**RM:** O contacto com o cemitério é sempre problemático, mas ao mesmo tempo tratava um

assunto que era, digamos, de composição urbana.

**JQ:** A escola não alinha com o cemitério, tem um recuo, e observa ainda um afastamento lateral de 3 metros.

**RM:** O problema do cemitério é que não tem Adro, abre directamente para a rua, não tem condições.

**JQ:** O anfiteatro é na parte de traz, entrava-se por aqui, quando houvesse sessões, e o cemitério é aqui.

**RM:** A concepção do edifício, para além do seu sentido tipológico, com claustro central e circulações envolventes, leva a pensar em alguns arquétipos conhecidos, mas o desenho e composição das fachadas tem alguma inspiração ou referências intencionais? Eu pergunto isto, porque o Eduardo Fernandes, o autor da “Escolha do Porto”, alega uma inspiração “rossiana” da vossa parte.

**JQ:** Isso estava escondido. Há um escrito meu, numa dessas revistas que escrevi sobre o assunto, em que eu dizia, “feíinho mas honesto”.

**RM:** Quando fala no “pato”.

**JQ:** Mas isso é do Venturi.

**RM:** Ele [Eduardo Fernandes] é que fala no Venturi e depois cita o “feíinho mas honesto”.

**JQ:** Não existe uma inspiração “rossiana”, a não ser que seja uma coisa inconsciente nossa. O que o Eduardo faz tem graça, o que escreve acho abominável. Agora, de facto, o conceito de claustro deve-se ao Domingos, porque quando eu comecei a trabalhar, essa componente era uma coisa assim toda esfarrapada, quase um organigrama traduzido verbalmente para arquitectura, e o Domingos propôs algo fechado e de facto acabou por ter razão, se calhar não havia perímetro de segurança. Por isso é que foi assim tão fechado. Porque no fundo havia três portas e a porta de entrada para o anfiteatro, que abriam de vez em quando.

**RM:** É muito curiosa a organização do edifício, é muito virado para si próprio, mas ao mesmo tempo com uma entrega urbana muito favorável, marca aquele gaveto com a alameda.

**JQ:** Tinha vãos grandes e a questão da placagem foi uma coisa, foi sempre extremamente cara.

**RM:** Por exemplo, a engenharia, eu tenho uma ideia sobre engenharia, o Pedro Ramalho,



que é um complexo, que não é vedado, tem muitas entradas, mas é muito virado para dentro dele, ou seja, pela escala, é uma espécie de cidade com ruas, com avenidas lá dentro, são espaços de circulação com jardim, com praça muito grande, trabalhado a várias escalas de unidade e de diversidade morfológica.

Este vosso edifício, não obstante a diferença de escala, é uma espécie de “condensado” de programa em torno de um “laboratório” central, portanto muito ensimesmado, mas ao mesmo com uma presença urbana muito interessante, rematando a alameda.

**JQ:** Esse paralelismo com o Rossi é completamente descabido.

Porque para mim o Rossi é o De Chirico, tal e qual, sem qualquer espécie de menosprezo, pelo contrário, aprecio imenso a arquitectura do Rossi, mas que é de um purismo que esta obra não tem.

Pode parecer uma certa vaidade, mas não é, até fomos três os autores, mas tentamos fazer um edifício que respondesse inteiramente ao que nos pediam e penso que, nesse aspecto, a questão da clausura é evidente, mas tenho a impressão que é um edifício, diria, o mais funcionalista possível, por isso chamei-lhe “feíinho mas honesto”. Acho que não tem grande graça, é pesadão, tem aquelas clarabóias à frente, em cima, depois tem aquelas redes telas que, de facto, tinham apenas um objectivo funcional.

**RM:** As árvores também cresceram na envolvente. Lembro-me há uns anos atrás existirem problemas construtivos, algumas placas que se partiram na fachada.

**JQ:** Aquelas placas foram um bocado problemáticas, se voltássemos atrás não sei se o próprio Domingos queria. Pensamos também em mármore serrado, ou granito, mas ficava muito caro, tivemos sempre em conta que era uma obra do estado com dinheiro de todos nós, portanto não podemos colocar algo que custa o dobro se tem a mesma resistência ao tempo.

**RM:** Como resolveste a questão dos materiais na Faculdade de Economia, apesar de tudo tratava-se de uma situação especial, da reabilitação de uma obra muito importante, de carácter especial.

**JQ:** Quando estive à frente da reabilitação da Faculdade de Economia tive um problema muito grande por causa do chão, eram placas de 1,20 por 60, de fibrocimento, era muito bonito. Num ano morreram um aluno, um professor e um funcionário com cancro de pulmão. A escola ficou um pouco em polvorosa e queriam substituir o pavimento, até que

apresentaram umas lâminas que eram maravilhosas, tinham a mesma dimensão, mas com apenas 15 anos de durabilidade. Tirar o chão todo da faculdade, com custos elevadíssimos, para daqui a 15 anos fazer outra obra, não! Então pensei nas placas de granito, chanfrei e a união a meio quase não se nota. Se entrares lá e não tiveres conhecimento, parece o mesmo chão. Fui buscar a cor do chão do outro.

De maneira que em edifícios públicos, em obras do Estado é preciso ter muito cuidado, e cuidado com as consequências de exploração, a factura da iluminação, e encargos de manutenção. Claro que o equipamento e o mobiliário foi assunto do Dono da Obra.

**RM:** Aí há uns tempos, o Fernando Peres expressou a vontade de ampliação da escola, sabes alguma coisa disso? Foi há cerca de 10 anos.

**JQ:** Não sei nada disso.

**RM:** Estávamos a trabalhar na Inserção Urbana do metro.

**JQ:** Saí do Centro de Estudos, depois comecei a fazer a tese, não sei o que se passou. Sei que houve uma alteração lá em cima, foi o Domingos que tratou do assunto, que ainda estava ligado ao processo.

**RM:** Pretendia ampliar as instalações para instalar uma unidade curricular comum com a medicina, um currículo propedêutico. Não era nada de muito preocupante porque, supostamente, poderia dispor do terreno do parque de estacionamento. Apenas sublinhámos, na altura, a conveniência de um programa de comércio e serviços no piso térreo com frente para a alameda tal como, de resto, já tínhamos proposto no Estudo Prévio do Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela.

**JQ:** Aliás acho que previmos uma possível passagem de ligação ao parque de estacionamento, por cima da rampa de acesso à cave; isso fazia parte do programa.

**RM:** Porque há uma grande preocupação, em muitas escolas, quanto à possibilidade de ampliação. Exactamente o que tu estavas a dizer, este investimento que depois fica ali, acabado e confinado, sem possibilidade de ampliação, o que não protege o investimento inicial.

**JQ:** Mas sabes foi uma coisa engraçada, que foi a primeira vez, pelo menos para mim que tive que projectar, co-projectar em espaço encerrado. Com um ambiente moderno podemos “esticar e dobrar”, aqui não. Tínhamos à partida que meter o programa, muito ambicioso, embora pouco definido, dentro de uma “caixa”. Foi uma experiencia muito interessante. E

estávamos constantemente na obra.

**RM:** Para acabar, onde está o projecto? Gostava de ver os desenhos e ler a memória descritiva.

**JQ:** Só se estiver no Centro de Estudos. O Zé Luís [José Luís Gomes] deve saber, ou então pergunta ao Domingos. Ainda foi desenhado à mão em 1989,

**RM:** Na minha ficha a adjudicação do projecto foi em 1987, o projecto foi licenciado em 1989, a obra adjudicada em 1994, e a mudança de instalações efectuada em 1997. Foram 10 anos, sem contar com os anteriores ao projecto, da decisão e discussão do programa de partida. Obrigado.

**Conversa com o Engenheiro Luís Moreira** (2014.07.07)

MEALHA, Rui, 2014, *IPO do Porto, conversa com Luís Moreira*, transcrição, Porto, RM. Entrevista / conversa com o Eng.º Luís Moreira, responsável pelas instalações do IPO de Porto - Instituto Português de Oncologia, Dr. Francisco Gentil, EPE, realizada a 2014.07.07 nas instalações do IPO.

A conversa decorreu no ‘edifício D’, onde se localiza o gabinete do Eng.º Luís Moreira, na mesa de reuniões, e com o apoio de uma planta sem escala impressa numa folha A4 (imagem em anexo), representando o conjunto das instalações do IPO. A gravação digital áudio tem a duração de 0:47:12, transcrevendo-se, de seguida, um extracto da mesma.

Luis Moreira / IPO (LM)

Rui Mealha (RM)

**RM:** Estamos então a falar do edifício principal.

**LM:** (...) como estava a dizer, o edifício A, que é o nosso edifício central, é o maior de todos. É o edifício de cirurgia com os serviços de internamento de cirurgia. Os pisos 6, 7, 8, 9 estão afetos à cirurgia, o piso 10 é um piso multidisciplinar, o piso 11 é o piso de transplante de medula, o piso 12 é o de pediatria e internamento de pediatria, o piso 13 é o da administração, e o piso 14 é dedicado aos serviços religiosos.

O 5º [piso] é um piso técnico, com a casa das máquinas, elevadores e depósitos de água. que existem lá em cima.

Portanto é um edifício de cirurgia. A inauguração deste edifício, na sua raiz, foi em 1993. Se bem que a primeira fase do IPO começou aqui neste cantinho [*apontando para a planta*] em 1970, não sei exatamente qual era a área, mas era assim um cantinho em 1974. Quando nós inauguramos, com a 1ª fase, era uma estrutura muito diminuta.

**RM:** Tenho os levantamentos fotográficos, as fotografias aéreas de sucessivas coberturas, que documentam o processo de crescimento das vossas instalações. Evoluíram então agregando mais valências, constituindo núcleos de programas? O que se seguiu?

**LM:** Depois foi construído o edifício de medicina, o edifício B, onde estão os internamentos a que chamamos de ‘internamentos de medicina’, e também o ‘hospital de dia’, onde se fazem as sessões de quimioterapia, equipado com 60 cadeirões, salvo o erro.

Também tem os serviços administrativos cá de casa, o serviço de recursos humanos, serviços financeiros, de aquisição logística, de gestão hoteleira, que é o que trata dos parques de estacionamento, das roupas, segurança dos parques, ajardinamento, [instalados] neste edifício B (...) de 1978.

**RM:** Também projectado pelo Arquitecto António Afonso?

**LM:** [Foi] Tudo [projectado pelo] o arquiteto António Afonso.

**RM:** Sabe dele?

**LM:** Já faleceu. Faleceu aqui no instituto, embora não tivesse doença de cama, mas foi aqui, talvez há uns 6 anos.

**RM:** O edifício B reuniu então, desde logo algumas funcionalidades específicas...

**LM:** O edifício B tem um anfiteatro que durante muitos anos foi o principal da casa, com cerca de 100 lugares.

Continuando, o edifício C era onde estavam as instalações de anatomia patológica, que de momento está devoluto, porque a anatomia patológica mudou de sítio. Estamos a falar de 1988 mais ou menos. Aqui [edifício C] ainda continua em laboração a central térmica, é este rectângulo [*apontando para a planta*], e tem uma pequena parte da garagem, embora seja muito residual, com apenas algumas viaturas.

O edifício D, onde nós estamos, é dos serviços de manutenção, e não há muito a dizer.

O [edifício] E é o [edifício] dos laboratórios.

Este edifício E, como disse, é o dos laboratorios, estamos a falar da conclusão em 1997/1998, mas depois o aquitecto (Rui Mealha), por favor, confirme.

Estamos a falar de 1997/1998 como conclusão da obra do edifício dos laboratórios, que tem a área laboratorial toda, também tem o anfiteatro de grande dimensão com cerca de 300 lugares, e tem sediado um programa que nos é muito caro, pelo menos ao Dr. Pontes e à instituição também, que é a EPOP, Escola Portuguesa de Oncologia do Porto, e ainda mais alguns serviços, mas não tão relevantes. (0:04:45)

O edifício F é o mais recente, tem a radioterapia e também alberga, no piso superior a anatomia patológica que transitou do edifício C para o edifício F.

**RM:** Desenhado por...

**LM:** Este projeto é da ARIPA, um gabinete de projectos de Lisboa.

**RM:** E tem uma imagem peculiar...

**LM:** Fachadas com “bolhas”, a fachada é de vidro, nesta fachada e nesta aqui [*apontando para a planta*]. Isto foi um processo de concepção-construção, embora nós demos alguns *inputs*, mas o arquiteto é que apresentou essa solução construtiva para o edifício F.

O [edifício] G, é da Liga Portuguesa Contra o Cancro, o dono dele é a LPCC, embora o IPO tenha feito um acordo com base no programa OCA, que significa Análise do Cuidado da Oncologia. Trata-se da Unidade de Cuidados Continuados, e o acordo consiste na cedência do edifício por 99 anos, coisa do género, pelo instituto, porque aqui há uma curiosidade, estamos por aqui [*localizando-nos na planta*], depois aqui, enfim, há umas nuances, estes terrenos por aqui são da Liga, esta área toda, isto é tudo da Liga Portuguesa Contra o Cancro, até aqui assim, mais ou menos com este desenho [*apontando para a planta*]. (0:6:37)

O [edifício] H é de ‘medicina nuclear’, uma especialidade que, tal como a radioterapia, tem que ter alguns requisitos em termos de proteções radiológicas. Às vezes os doentes são injectados com determinados isótopos e não convém andarem misturados com os restantes doentes. Foi então criado este edifício, porque antigamente havia aqui uma rua, um arruamento franco, depois houve a necessidade de reinstalar este serviço e foi criado aqui este pólo que faz ligação a esta galeria, porque ela só ligava o edifício da área A ao edifício E, e depois foi interceptada aqui a meio [*apontando para a planta*], (...).

**RM:** O que verifiquei ainda agora é que o edifício H tem uma série de máquinas e equipamentos de grande dimensão que estavam em manutenção, pelo que tive de o contornar para aqui chegar.

**LM:** No edifício I estão os serviços de apoio, temos um ecoponto, os serviços de limpeza e de jardinagem, nem consta aí ainda [na planta], é até relativamente recente, foi construído na mesma altura que o da radioterapia [que o edifício F].

Portanto, o nosso parque vem até aqui atrás, temos este parque que ainda faz parte, temos uns armazéns que servem de arquivo, o arquivo morto [*apontando para a planta*].

O edifício das oficinas é da mesma idade do edifício dos laboratórios, de 1997/1998, e foram construídos pela mesma empresa, na mesma empreitada.

Este edifício G da Liga, não sei exatamente quem é o projectista dele, mas tem ali na entrada do edifício umas placas indicativas. Sei que foi tirado de um modelo francês, com algumas adaptações, mesmo esta forma, foi um modelo das Unidades de Cuidados

francesas porque foi das primeiras Unidades, salvo o erro, de Cuidados Continuados do país, até recebemos cá várias visitas, agora nem tanto, mas aí há uns anos recebíamos visitas para verificarem o funcionamento, a logística daquela unidade.

**RUI:** Foi projectado pelo arquitecto Jorge Teixeira de Sousa em 1990. A entrada que refere é a do topo?

**LM:** É a que está virada para norte/nascente, há outra entrada aqui assim, mais abaixo noutro plano[*apontando para a planta*].

**RM:** Outros aspectos que também me interessam dizem respeito à carga funcional, os números, o número de professores, de investigadores, utentes, a dimensão do ambulatório, dos internamentos, capacidade de estacionamento, etc, numa perspectiva crítica quanto ao nível de desempenho das instalações actuais, eventuais necessidades em meios e infra-estruturas, e perspectivas de futuro. Interessa-me especialmente perceber a organização do programa, a forma de articulação das diversas unidades e valências, e as relações com a cidade.

**LM:** Vamos fazer assim, como compreende, não sei esses numeros todos, mas tenho acesso à informação. Envie-me um email e responderei. Camas do IPO são 300 as que temos, o número médio de doentes por dia que circulam nas nossas consultas é de 2.000 salvo o erro, dou-lhe depois os dados gerais sobre profissionais, médicos, enfermeiros, e outras áreas.

**RM:** Obrigado, uma estimativa, e uma ideia da evolução dos principais indicadores.

**LM:** Sim, uma média.

Tambem é interessante o parque, porque é relativamente grande nesta zona.

Em termos de área [o recinto] terá 100 mil m<sup>2</sup>, mais ou menos, 102,600 m<sup>2</sup> de área de terreno e nós temos 93,400m<sup>2</sup> de área bruta de construção. (0:10:45)

**RM:** Qual é a vossa opinião sobre o desempenho aquitectónico e urbanístico, quero dizer, que problemas sentem com a polarização e compactação do programa, da sua inserção urbana neste sector monofuncional da Asprela, com todos estes grandes equipamentos. Eu penso que o Metro do Porto facilita bastante o acesso, com uma estação mesmo à porta, embora numa posição terminal da rede.

**LM:** Isso foi uma conquista, porque inicialmente estava previsto passar do outro lado, na Roberto Frias.

**RM:** Quando começaram os trabalhos do projecto da Área Central, chegou-se à conclusão que o ‘centro de gravidade’ no que respeita à carga funcional, estava mais deste lado, na rua Dr. António Bernardino de Almeida, embora a Faculdade de Engenharia tenha muitos utentes, cerca de 7.500 alunos. Mas a carga funcional do S. João e do IPO aconselhava que o metro se colocasse entre os dois.

**LM:** As faculdades têm sempre mais gente jovem, têm mais facilidade de locomoção e têm níveis elevados de motorização, sendo lógico o privilégio das instituições de saúde.

Nós actualmente estamos satisfeitos com esta distribuição. Esta entrada aqui, por trás, pela Rua de S. Tomé, ajuda o IPO e ajuda a descongestionar a rua Bernardino de Almeida, e até mesmo este cruzamento da Circunvalação. Porque no início quando só existia a chamada entrada 1, entrada principal por onde toda a gente tinha que entrar de manhã, começava a ser um grande problema para a rua [Prof. António Bernardino de Almeida]. Esta ligação facilitou muito. Não sei se na reunião falaram sobre este acesso [percurso] aqui [*apontando na planta a faixa confrontante com a Universidade Portucalense Infante D. Henrique, ao longo do limite sul do recinto*].

**RM:** Sim falamos desse acesso, este ‘bico’ é da Portucalense e está ocupado por uns pequenos anexos abandonados. Estamos a esquivar a solução de ligação entre a rua Dr. António Bernardino de Almeida e a rua de S. Tomé, mas permanecem os problemas apontados pelo Dr. Laranja [inerentes à ‘devassa’ do recinto do IPO].

**LM:** Sim, mas uma ligação pedonal vinha um pouco em nosso benefício. Confesso que o Dr. Pontes aparentemente não terá gostado da ideia, pelo menos a mim não mostrou muito interesse nela, mas o que nós verificamos actualmente é que isto tem um grande fluxo de estudantes aqui dentro, mesmo fora de horas, que saltam o muro quando querem evitar passar pela portaria da cancela.

**RM:** E esta frente da rua Bernardino de Almeida é muito extensa. De outro modo têm que dar a volta [à grande bolsa, para ligação com a rua de S. Tomé] ou atravessar [o recinto] da Portucalense, frequentemente encerrado e de qualquer modo desalinhado com a rua Dr. Plácido de Abreu [eixo transversal a sul do HSJ].

**LM:** Têm que dar a volta, pelo que faz todo o sentido passar por aqui, e mesmo à noite como se vê. São estudantes, são jovens e não só, e saltam as grades. O tal acesso seria uma forma de encaminhar e resolver o problema. (0:16:16)



**RM:** Nós verificamos várias coisas, uma delas é que em algumas situações não existem passeios, os percursos não são ‘escorreitos’, e por outro lado é necessária a anuência de demasiadas entidades para viabilizar intervenções tão simples e tão óbvias. Pelo menos tentaremos uma solução de valorização ambiental da ribeira, que não fique dependente dessa decisão [acerca do percurso pedonal de ligação à rua Dr. António Bernardino de Almeida], e que possa desde já ser implementada.

Como estamos, digamos assim, a pintar de verde esta zona da linha da água, resolvemos pintar de verde também este triângulo e o eixo transversal, para peões e velocípedes, perdendo-se alguma, muito pouca, capacidade de estacionamento, mas pondo em evidência um sistema de espaços públicos coerente e bem articulado, e valorizados ambientalmente, qualificação que talvez se propague pelo parque de estacionamento.

**LM:** Sem vedações?

**RM:** Quanto às características do percurso, não concordamos com o seu confinamento entre duas vedações, o que poderia propiciar alguns problemas de segurança ou de vandalismo.

Veja, mesmo aqui perto, naquela passagem superior da A3, que liga o núcleo de Lamas ao Sport Club da Cruz, aí há uns tempos vi uns miúdos brincalhões a cobrarem portagem aos peões, estavam a meio do viaduto a portajar uma senhora de idade que queria passar, pedindo um euro e, depois da senhora pedir desconto, reduziram para metade, mas combinaram que pagaria no regresso!

De qualquer modo, o PDM internaliza a proposta de um arruamento na sequência da [rua Dr.] Plácido da Costa para ligação à [rua de] S. Tomé, proposto pelo Projecto Urbano da Área Central da Asprela, da Universidade do Porto, porque estes quarteirões têm frentes urbanas muito extensas.

**LM:** Há aqui uma coisa que na altura não referi, uma drenagem das águas pluviais aqui da ribeira e há aqui uma estrutura qualquer que é um separador de hidrocarbonetos, qualquer coisa está lá enterrado, não sei exactamente como aquilo funciona.

**RM:** É um tanque de decantação que terá que ficar, devendo apenas ser garantidas condições de visita e serviço. Ainda acerca do conjunto edificado, as construções foram sendo progressivamente articuladas por passadiços altos.

**LM:** O que nós sentimos é que o edificio A, de 15 pisos, é demasiado alto, demasiado

elevado. Temos [o edifício de] 15 pisos na zona central, o mais alto desta área [Asprela]. Talvez fosse preferível que tivéssemos estendido um pouco mais e reduzido a altura do edifício.

**RM:** Mas também perdiam espaço exterior e teriam porventura dificuldades com as escalas e formas de articulação de algumas valências...(0:24:00)

**LM:** Mas isto aqui são terraços exteriores, este ao nível do piso 3 que é o nosso piso geral, digamos o r/chão, ocupa esta área toda [*assinalando na planta*]. Porque em termos de elevadores isto é muito violento, estão sempre quase 24h por dia a trabalhar.

Em termos de parque [de estacionamento], precisavamos efectivamente [de uma grande capacidade], este aqui ainda é recente [*assinalando na planta a área da extrema poente do recinto*]. Aqui [*na frente nascente*] não se fez nenhuma intervenção, foi só um arranjo provisório porque precisamos um pouco mais de sombra, isto quando aquece, quando está sol, é terrível. Aqui em cima [*espaços de nascente*], as árvores já estão maiores, mas demoram muito tempo a crescer, muito anos.

**RM:** Na zona da ribeira propomos a plantação de cultivares já muito desenvolvidas.

**LM:** Aqui, neste parque, existia um edifício, que era antigamente o edifício da manutenção, laboratório, o refeitório e a cozinha, ocupando esta área toda [*assinalando na planta uma antiga construção adjacente ao edifício D*]. Portanto, com a construção deste edifício [D] foram transferidos o refeitório, o centro informático e a área laboratorial. Depois com a construção deste [E], a área laboratorial foi transferida e nós passamos para o lado [D], e o antigo ainda resistiu alguns anos, mas acabou por ser demolido para ser fito este [*pequeno*] parque central.

Em termos de rede viária, noto que há aqui alguns labirintos, aqui era uma rua que vinha fora a fora que vinha dar a este edifício B. Portanto era aqui uma avenida central, as coisas foram crescendo e agora falta ligação.

O que eu acho interessantíssimo foi o facto das primeiras pessoas, nomeadamente o Dr. Guimarães dos Santos, que foi um dos Presidentes aqui do Instituto de Oncologia, terem tido a visão que tiveram e terem conseguido comprar, que foram mesmo comprados, estes terrenos à volta, porque isto começou com um núcleo muito pequeno, e depois estes terrenos todos aqui para trás já foram adquiridos pela própria instituição, o que nos permite hoje este desafogo, ter tido esta capacidade de expansão, e continuar de alguma

forma a expandir e servir a população que nos está afeta.

Como sabe o IPO de Lisboa vive grandes dificuldades porque estão ali enfiados e não conseguem progredir para lado nenhum.

Este serviço da radioterapia estava neste espaço, e os aparelhos têm o seu tempo de vida, e a substituição de um destes aparelhos de radioterapia é uma coisa terrível no meio de um serviço. Nós precisamos de protecções radiológicas muito significativas, precisaríamos de aumentar o reforço das paredes, das lages e das fundações no meio de um serviço em funcionamento, seria caótico. Até que foi o Dr. Pontes o grande mentor deste projecto, decidiu a construção de um serviço de radioterapia de raíz, porque aqui não tínhamos efectivamente mais para onde ir.

Por isso contruiu-se um serviço que tem 10 bunqueres. São salas com aparelhos de radioterapia, em que 7 estão a ser utilizadas e as outras 3 em bruto, vazias, o que nos permite com alguma facilidade daqui a uns anos, a rotatividade. Estando um aparelho já está obsoleto, num dos bunqueres vazios coloca-se um novo aparelho e retiramos o velho sem grandes problemas para o serviço. Acho que foi muito bom.

Aqui [*onde foi implantado o edifício F*] era uma zona muito degradada da instituição, mesmo esta área aqui [*a sul da anterior*] era em terra batida, não sei se tem acesso a fotografias da casa, há uma série de fotografias que documentam isto. Era tudo terra batida, no inverno ficava enlameado, cheio de covas, altos e baixos, era mesmo terrível. (0:29:17)

**RM:** Naturalmente antes da construção do aterro...

**LM:** E tínhamos aqui um biotério, um edificio mais pequeno que este [onde estamos]. Um biotério nunca usámos e acabou por ser demolido para dar lugar a este edificio [edificio F]. Tínhamos várias queixas por causa do terreno, dos ratos que andavam por aí, enfim era um baldio, mato e desta forma está muito mais arranjado.

**RM:** Ainda conheci a velha casa da Quinta da Azenha, ali mais em baixo, junto à linha de água.

**LM:** Há uma fotografia que está no Conselho Administrativo, no 3º piso, uma vista aérea, tirada se calhar daqui, que se vê a quinta, todo este espaço verde e o Bairro de S. Tomé. Era uma área agrícola. (0:30:55)

**RM:** E as ligações entre os edificios?

**LM:** Este parque [edificado] está interligado, o conjunto de edificios está interligado por

redes aéreas [passadiços] ou subterrâneas [túneis], menos o da manutenção [edifício D].

**RM:** Esta [assinalando na planta] também é uma ligação subterrânea?

**LM:** É uma ligação subterrânea, faz esta e faz esta. Agora aqui também há, embora não esteja muito definido, aqui sai à superfície, mas depois vem enterrada e faz ligação e este edifício e ainda a este [assinalando na planta].

E também há uma [ligação] aérea por aqui, e esta que vem aqui ter, com uma rampa que passa pelo meio do edifício, que vem assim por aqui [assinalando na planta].

Este edifício E e o F têm ligações com o B. O F tem ligações aéreas e subterrâneas, aquelas que falamos, e também ligações subterrâneas aqui por baixo. Este edifício B agora também tem [ligações] aéreas, antigamente só tinha [uma ligação] subterrânea que ligava ao edifício central. Esta nova ligação foi muito boa.

**RM:** Agora a [ligação] aérea é por aqui [alguns passadiços interligam-se entre si].

**LM:** Sai daqui e liga com esta outra. Há muitos anos atrás este edifício [adjacente ao edifício C] era de internamento, e aqui é um edifício laboratorial [E]. Quando era preciso levar umas análises de um doente e se chovia muito, o funcionário tinha que sair pelo este túnel e subia por aqui, agora é muito mais rápido.

Agora já estamos a montar um sistema pneumático com umas cápsulas de transporte das amostras clínicas (...).

**RM:** Estava admirado com esta porque não havia. Ela é iluminada?

**LM:** Tem umas clarabóias de luz natural e de luz artificial.

Eu gosto muito destas particularidades, gosto da vivência de cá, também são uns anos.

**RM:** No fundo os arquitectos também, quase sempre as coisas mais interessantes estão nos pormenores.

**LM:** O IPO deu à cidade do Porto todo este passeio que aqui temos, isto era um vale com silvas, com terra e nós, a determinada altura, fizemos aqui este arranjo e estão alinhados pela fachada anterior. Porque isto era um espaço em terra batida, com 50 centímetro de largura, e agora temos uma avenida em passeio (...)

Eu tenho uma dor na alma com o acesso ao parque [do centro comercial Campus de S. João], que estrangula o passeio construído em terrenos cedidos pelo IPO. Agora no passeio quase não passa uma cadeira de rodas, numa área onde circulam bastantes doentes.

**RM:** O Campus de S. João e o Hotel Ibis são do ano 2000?

**LM:** Sim, 1999, 2000, é isso.

**RM:** Ainda se decidia a montante da Câmara Municipal, no pressuposto da “autonomia administrativa”.

**LM:** Houve ali um desaterro brutal, mas uma parte, se calhar uma pequena parte desse desaterro veio para aqui [recinto do IPO], para fazer este parque de estacionamento, daqui até aqui [dos edifícios F e G até à linha de água].

Este parque só existia, há aqui um muro de contenção de terras em betão, toda esta terraplanagem foi feita com terras que combinamos com o construtor do Campus, eles podiam depositar a terra no outro lado da rua, que para eles deu muito jeito, facilitando muito os trabalhos, e trouxeram também as máquinas para a compactação e o nivelamento, e nós executamos as infraestruturas e a pavimentação asfáltica.

Este edifício do ecoponto é muito interessante, se calhar não existem muitas unidades destas, porque ele tem um acesso exterior directo que permite o acesso dos camiões do lixo e resíduos de grande porte, integrando ainda uma rotunda. Estão aqui os contentores de resíduos, o depósito de oxigénio, com acesso a qualquer hora do dia ou da noite, não há constrangimentos de estacionamento cá dentro, porque é sempre um problema fazer circular um destes camiões de grande porte aqui no meio dos nossos arruamentos.

Portanto, o portão 6 é um portão que está dedicado exclusivamente a esses acessos.

Em contra partida, por questões logísticas, nós temos aqui um depósito de azoto líquido e ele tem que estar aqui, não pode ir para outro sítio, porque existem distâncias máximas que limitam a distribuição do azoto líquido a menos de 200°. Portanto tem que estar aqui [junto ao edifício E], porque é onde estão as tinas do equipamento. Este abastecimento é feito de madrugada, às 5h, 6h da manhã.

**RM:** O abastecimento não é muito ruidoso?

**LM:** Aqui não há internamentos, também está bastante afastado, não há problemas a esse nível, mas o camião tem que vir fora de horas para poder circular aqui dentro, é um camião articulado. Estes aspectos de logística são interessantes e exigentes.

Os terrenos desta vila universitária [loteamento da LPCC] foram vendidos pela Liga [Portuguesa Contra o Cancro] para lhes permitir arranjar verbas destinadas a este edifício aqui [edifício G/Cuidados Continuados]. Esta fatia de terreno [ambas as margens da linha de água] é nosso, em tempos pensou-se ceder à Câmara o que não se concretizou, porque a

nossa intenção era alargar esta rua, é um caminho estreito [Rua Académico Futebol Club]. A ideia era nós cedermos uma faixa de terreno e a Câmara alargar a rua.

**RM:** Aliás, eu tenho visto muitas ambulâncias de fora, estacionadas na Rua Académico Futebol Club.

**LM:** Porque o nosso parque é pago, temos meia hora gratuita, e como eles têm que ficar à espera, vão ficando aí.

**RM:** Os motoristas juntam-se á conversa na rua.

**LM:** Nós quando construímos este edifício F ficamos sem uma área significativa de parque de estacionamento, e então fizemos este arranjo que se vê, é provisório sem grande qualidade, tivemos que fazer para drenar este estacionamento daqui [área do edifício F] para aqui [extrema poente do terreno do IPO], e na altura em que se fez o pontão, que não existia, a plataforma foi pavimentada toda de seguida, e só no final da obra libertou-se tudo.

Havia aqui uma série de garagens e há aqui nesta plataforma uma rua que era o acesso, e agora não tem serventia porque existe um talude com um desnível significativo.

(...)

**RM:** Cheguei a conhecer o conjunto de pequenas construções que eram utilizadas, creio, como armazéns e garagens. Mas esta entrada pela Rua de S. Tomé é muito utilizada.

**LM:** Há muita gente com consulta externa. O IPO serve de Aveiro para cima, serve o país todo, as pessoas vêm de Trás os Montes, Bragança, Chaves, Vila Real, Viana e não vêm de metro. Pontualmente uma ou outra que venha, mas normalmente vêm cá com algum familiar.

(...)

**RM:** A Asprela e os grandes equipamentos são autênticas cidades dentro da cidade, não só pela população como pela complexidade dos programas e ainda pela escala dos fluxos em áreas muito restritas.

**LM:** Eu cheguei a ver um projecto aqui para a Circunvalação que previa um túnel para o tráfego de atravessamento, mas isso nunca avançou. (0:43:55)

(...)

**RM:** Daqui a pouco envio-lhe um email a perguntar quantos quartos de internamento, quantos médicos, funcionários, visitantes.

**LM:** Inclusive do parque, a lotação dele, capacidade, picos, é sempre ao meio dia a hora com maior movimento. Começa de manhã a crescer até cerca da uma, duas horas, e depois começa a decair.

**RM:** Agradeço a sua ajuda.

**Conversa com o Arquitecto Nuno Tasso de Sousa** (2014.07.12)

MEALHA, Rui, 2014, *IPP/ESEP/ISEP, conversa com Nuno Tasso de Sousa*, transcrição de extracto, Porto, RM.

Conversa com o Arq. Nuno Jennings Tasso de Sousa, autor da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, realizada a 2014.07.12.

A conversa teve a duração de 01:16:38, e foi registada em gravação digital áudio, da qual se transcreve o seguinte extracto.

Nuno Tasso de Sousa (NT)

Rui Mealha (RM)

**RM:** Pode contar-me um pouco como aconteceu o seu envolvimento com os assuntos da Asprela e da Universidade do Porto?

**NT:** No meu estágio, no princípio do estágio, trabalhei um pouco com o Viana de Lima no projecto da Faculdade de Economia, no desenho dos alçados dos auditórios, que foi uma reflexão “corbusiana” que se fez; andei à procura do jogo de proporções, como ele gostava muito, eu estive a estudar e a acertar as proporções todas, e ele na altura até ficou todo contente, e como estudo prévio não estava com grande preciosismo, e fiz pouco mais, estudei também a estereotomia da fachada, não fiz lá muito mais, talvez tenha passado a tinta alguma coisa da Faculdade de Economia. Eu conheci é muita gente que na altura colaborava com ele e assistia às reuniões e depois fui para outro trabalho qualquer...

**RM:** Estou a construir uma cronologia e as cronologias são muito complicadas nas datas dos projectos, porque são processos e às vezes essas datas do projecto de execução, ou da inauguração da obra, ou então são do estudo prévio, de uma qualquer versão do estudo prévio, ou de decisões e procedimentos de validação, mas o que tento é associar a data ao facto concreto. E tenho esta referência para a Escola Superior de Educação: 1983...

**NT:** Digamos... corresponderá à conclusão do projecto.

**RM:** Pois, porque nestes anos, você andava a fazer várias coisas... o Plano Geral do Pólo III, não é? Em que uma base é de 1980, nesta cronologia, segundo fontes que eu fui conseguindo de alguns documentos. Este Plano Geral do Pólo III, pelos vistos, teve várias



versões, porque eu encontrei a versão 1, a versão 2, a versão 3; e os desenhos, mas os desenhos já são de 1985, em 1988, são do sistema de acessos...

**NT:** O Pólo III, a Arrábida, no Campo Alegre, começa por ser só a área, digamos, compreendida, digamos entre a área onde está a Faculdade de Arquitectura e o Estádio Universitário; mais tarde é que é feita uma segunda fase, que é o lado nascente, onde está a Faculdade de Letras. E depois foi o processo de integrar e a questão dos acessos que foi sempre um problema complicadíssimo. Desde o princípio que pretendi eliminar aquele nó, que é um nó colossal, com cerca de 50 hectares, que é uma brutalidade. Mas foi uma luta terrível sem resultado, porque surgiam constantemente barreiras de todos os lados... era pegar nos estudos existentes (...), como o que ligava a saída da Ponte da Arrábida directamente à Praça da Galiza, fazendo uma entrada já de cariz urbano na cidade, que era de facto a solução e isso foi logo para princípio, e ainda não se pensava em expandir [o Pólo]; começou-se uma negociação com a Câmara, que correu muito bem com o presidente da Câmara que era o Coelho Magalhães, que era nosso colega e percebeu muito bem (...). Isto era no fim do [mandato de] Coelho de Magalhães, e depois entrou outra presidência, e o J. Pimenta rapidamente iniciou a obra na Rua da Piedade para bloquear... isto é o que ia acontecer, claro... Mas começamos por se fazer uma viagem lá fora, a Itália, à Suíça, Alemanha, Inglaterra, conhecia alguma coisa e ver o que é que eles estavam a fazer por aí fora...

Devo dizer-te que já se desenhava o esforço nesses países, sob o ponto de vista conceptual, que as Universidades iam buscar dentro do tecido urbano, que é o que tinha feito o Auzelle aqui com a Asprela. Simplesmente logo à partida, que estava a ser praticamente impossível as pessoas aceitarem; até porque, foi curioso que, na altura, na visita à Universidade de Parma acompanhados por um arquitecto que trabalhava com eles (...), isto em plena crise do petróleo, portanto, nos anos sessenta, eles tinham alguns edifícios, estavam a começar a implementar um Pólo exterior à cidade... e saiu imediatamente legislação para os edifícios que fossem feitos de metal e vidro eram banidos, a questão das acessibilidades, transportes, tudo reduzido ao mínimo, portanto foi logo uma política geral orientada para reduzir o consumo energético; estava um edifício a meio, estava outro a começar, e eles interromperam aquilo imediatamente... voltei lá 20 anos depois, e vi que nunca mais se fez lá nada... interromperam durante algum tempo, e ficou tudo no centro da cidade em Parma

e com resultados melhores.

Aqui o Pólo III é um compromisso entre o centro e a Asprela, mas também não ficaram no centro, é um compromisso... um compromisso terrível, porque depois também não foi possível negociar, pois grande parte [do terreno] era da Junta Autónoma das Estradas, portanto não foi possível negociar, deslocar aquele nó e fazer uma entrada simples, directa na zona da Venezuela, ou qualquer coisa, ou então criar aquela avenida, como existem desenhos disso, ter assim já um percurso mais nobre, menos “autoestradal”, digamos assim, e depois as coisas poderiam articular-se doutra maneira, mas não foi... aliás, um dos principais opositores foi a Comissão de Coordenação da Região Norte, que ocupava os terrenos onde está a Faculdade de Letras (...) temos ali uns edifícios metidos numas ilhas no meio de um nó rodoviário, não é? Foi o resultado disso tudo...

**RM:** Na Asprela, como é que surgiram as decisões acerca das instalações do IPP? Aliás, o IPP tem dois sectores. O sector do Instituto Superior de Engenharia, na Rua António Bernardino de Almeida, e o sector da ESEP e Administração na Roberto Frias.

Ainda conheci o IPP ainda sem alguns dos actuais edifícios, quando o Gino [Virgínio Moutinho] e o [Filipe] Oliveira Dias estavam a desenvolver os seus projectos. Agora o recinto está saturado. De qualquer modo, o edifício original modernista, na frente da Rua de S. Tomé, implantado no alinhamento da alameda do Bairro de S. Tomé, verificando uma composição urbana deliberada, dominou, digamos, a maioria das restantes implantações, umas paralelas, outras à esquadria, que foram sendo acrescentadas àquele sector, ensaiando soluções de articulação entre as duas principais frentes urbanas...

**NT:** Aquilo inicialmente não era Politécnico; o Instituto Superior de Engenharia, já existia antes aqui no Porto; eu participei no programa dos Politécnicos, foram cinco equipas, logo a seguir ao 25 de Abril, após três ou quatro anos, o governo português negociou com o Banco Mundial o financiamento para a instalação dos Politécnicos em Portugal, e quem dirigia essa operação, foi o Professor Marçal Grilo, que foi Ministro e pertenceu à Gulbenkian (...), ele constituiu uma equipa com Pedro Lourtie outros, integrando os arquitectos Luís Lamas e o Sepúlveda, equipa que implementou o programa dos Politécnicos em Portugal, e seleccionaram cinco equipas, entre as quais a minha e as do Loureiro, Ribeiro de Andrade e Marçal Grilo; e depois tivemos sessões de aprendizagem sobre o que eram os programas pretendidos para os politécnicos, incluindo viagens pela

Europa, especialmente em França, e também uma estadia na Suécia, para vermos o funcionamento, os programas e as características de determinadas instalações de ensino especial, e depois cada um foi um cargo. Então foi-me alocada a Escola Superior de Educação. Quando o edifício está pronto e o Politécnico entra em funcionamento, é nessa altura que o Instituto Superior de Engenharia é integrado no Politécnico que, de resto, está em crescimento. Compraram recentemente aquela unidade de Biologia da Católica que estava ligada à Medicina, e à enfermagem, e que está a ser adaptada. Portanto, a minha relação foi primeiro com a Faculdade de Economia, onde andei a desenhar aquelas placas na fachada, e só mais tarde é que trabalhei com o IPP. Nunca se pensou, digamos, que aquele espaço [do ISEP] viesse a ser ocupado como posteriormente foi com dois monstros que fizeram lá dentro, um que é um erro grave que nós aprendemos, por não sabermos construir os programas antes da execução de projectos. O erro foi a localização da biblioteca central [no centro do edifício], só que é um elefante branco, não serve para nada... nem para biblioteca serve, porque é uma asneira. Foi na Alemanha, em Constance, que vimos este modelo, uma construção única com as Faculdade todas lá metidas dentro, modelo da preferência da direcção do professor Luís Soares... pois aquilo é um elefante branco, sobredimensionado, e as pessoas não usam os espaços exteriores (...), portanto estava ali aquele terreno todo sem nada e claro que apeteceu construir assim...

**RM:** Porque a opção de construir no interior do terreno e não à face da rua, foi sua?

**NT:** Foi, foi... Já estava [construída] a Faculdade de Economia e aquilo não tinha suporte de lado nenhum... eram tudo quintas.

**RM:** Como pensaram o programa? Cada escola devia ter as valências todas, de bar, cantina, biblioteca... ou consideravam serviços comuns?

**NT:** A nossa proposta era ter uma unidade central. A cantina é local de convivência interdisciplinares e uma praça, etc; já se debatia o modelo, mas as decisões tinham muito a ver com a autonomia de gestão das diversas entidades, com os faseamentos, escalas e, sobretudo, do funcionamento de cada currículo. A Escola de Educação tinha grande autonomia, pelo que não se punha a questão da partilha de parte do programa, mas se correspondia ou não a construções distintas, sobretudo se fosse possível a sua execução faseada.

**RM:** Esta situação não se colocava na Escola Superior de Educação por ser um projecto

único, central?

**NT:** Surgiu a seguir à Faculdade de Economia como intervenção única, e portanto as outras coisas que estão para lá, são coisas que foram aparecendo ao sabor do acaso, não têm nenhum desenho, não tem nenhuma estrutura, não havia nada... havia o projecto do Luíz Cunha, quer se goste quer não, tinha uma determinada orientação, um princípio que daria um desenvolvimento integrado, mas que também foi completamente ignorado...

**RM:** Foram dois planos do Luiz Cunha. No de 87/88 a Escola Superior de Educação já consta demarcada, já estava construída, e esse plano do Luiz Cunha dá grande ênfase à Engenharia, porque era a grande peça que estava ainda por decidir... e o plano delimita o terreno, e define algumas relações como o recuo face à Roberto Frias e o alinhamento com a Plácido da Costa, mas o Pedro Ramalho diz que não tinha essas indicações por parte do caderno de encargos do concurso.

O que eu ando a explorar são relações entre planos e projectos. A intervenção urbanística a várias escalas, pela arquitectura, pelos programas, a questão dos programas a vários níveis, construção de programas, se são mais abertos, mais fechados, possibilidades de expansão, de crescimento ou se são concentrados ou dispersos, se têm valências comuns ou não, etc. No IPO e no ISEP as várias construções que foram sendo acrescentadas, são depois ligadas por passadiços altos e por túneis.

**NT:** Eu via a educação pela relação entre o homem e a natureza, e ainda podia construir a escola no interior de um jardim, afinal não tinha propriamente cidade...

Tento fazer uma coisa (...), pensei no Hospital de Veneza (...) que não tem corpos; apesar de tudo tinha dois corpos isolados, nas pontas, para a música e drama, programas que não se integravam muito bem no barulho, e o resto tudo metido [no volume único]. O próprio ginásio está lá encaixado no meio, vai-se pelo corredor, abre-se uma porta e lá está o ginásio; e não é um corpo ao lado. [Existe] Portanto uma malha de acessos, uma quadrícula, e depois tudo se passa...

O acesso principal ao edifício era pela esquina, na sequência daquele percurso diagonal estabelecido a partir da portaria na Rua Roberto Frias. Mas entretanto este acesso foi modificado pois as funções no interior foram alteradas.

**RM:** É então já pensada como uma estrutura compacta e complexa... porque a escala e imagem do edifício não indiciam uma tipologia “encorpada”, sendo também complicadas

as questões de iluminação e ventilação transversal.

**NT:** Exactamente, a ideia era resolver todo o programa numa construção única. O pátio interior resolvia muita coisa, mas foi também em parte edificado, e temos funções menos exigentes em luz natural, obviamente. Mas a organização tipológica tem vindo a ser alterada pelo IPP.

**RM:** Houve tentativas falhadas...

**NT:** E de alguma maneira o Pólo 3 é, digamos assim, feito um bocado à revelia daquilo, uma vez que não queriam sair da cidade, mas mesmo assim nos primeiros estudos que fiz para o Pólo 3, dispunha as Faculdades num percurso desde a Praça dos Leões até ao Campo Alegre; inseridos na malha urbana... o que deu uma balbúrdia dos diabos... a Faculdade de Letras estava instalada nos pré-fabricados, mas ainda tinha sectores na Quinta da Póvoa, mas também estavam no Seminário do Vilar, portanto o estudo que conseguia distribuir o programa na direcção poente, porque o tecido era muito menos comprometido que noutra direcção qualquer, mas os interesses iam constantemente aparecendo... a imobiliária, os hotéis... era tudo muito caro.

**RM:** O próprio Luíz Cunha, no plano de 87, depois com variações em 88, previa a Faculdade de Letras, as Faculdades de Direito, as Faculdades que lá estão, a Psicologia, a de Medicina Dentária, mais as residências de estudantes masculinas e femininas, mais campos de jogos, mais um parque... Quer dizer, toda a universidade, esvaziando tudo o que estava no centro.

**NT:** Esvaziar tudo... o conceito dos anos do Pós-guerra e objectivo do campus. Muitas cidades reconstruídas aproveitavam a deixa e atiravam tudo para fora dos centros. Na Alemanha fizeram-nos viver em Bremen uma experiência muito interessante, era um campus fora e estivemos acompanhados por uma unidade de projectos de ensino superior do governo daquele estado e foram-nos lá levar e almoçamos lá numa cantina central, e depois disseram-nos: “Agora, boa tarde. Dêem para aí um passeio, e depois encontramo-nos outra vez lá no Departamento de Estudos, que era no centro da cidade. E para conseguirmos conseguir sair dali?... realmente era muito complicado, muito complicado... também em campus ingleses, um ou outro curso que eu fui lá fazer, de curta duração, às vezes ficava a dormir nos campus e era uma experiência completamente falhada, não vivíamos a cidade.

**RM:** O plano do Oldemiro Carneiro propunha a inserção territorial de praticamente toda a universidade, excepto as Belas Artes e a componente desportiva, na bolsa de terreno a norte da Engenharia que é hoje do IPP. Já então existia como propriedade única?

**NT:** Era uma quinta, aquele terreno era quase todo uma só quinta, depois existia outra quinta onde está a Faculdade de Engenharia, com uma casa, a casa da Viscondessa de...

**RM:** Viscondessa de Roriz, a Quinta de Lamas, ainda existe, que é, porventura, projecto do Nasoni...

**NT:** Foi sempre tudo muito difícil. Sobretudo no Campo Alegre. Eu não tenho, nem nunca tive muita paciência e tinha uma grande dificuldade... eram discussões terríveis com o Castel-Branco e aquela equipa toda, dias que eu passei a debater, a ver se conseguia trabalhar aquele território do Campo Alegre... não foi possível... ele [Castel-Branco] ainda tentou fazer uma coisa, aquilo que se chamou o Porto paralítico, que era bloquear tudo em determinado instante e depois partir para outra... o Porto tem uma dinâmica muito própria, um passado que marca muito.

O Luiz Cunha esteve no meu gabinete e até o queria fazer era, um bocado, o modelo de Constance, um edifício, uma construção única em que tudo estava lá instalado, mas rapidamente se viu que nem sequer dentro da própria Faculdade de Ciências se conseguiu o entendimento. As reuniões muito complicadas, foi sempre tudo muito acompanhado em todas as Faculdades, foi tudo muito diálogo, constante e permanente até ao momento que vence a ideia de cada um por si, de cada entidade com os seus projectistas, e o urbanista fica com as “entregas” e pouco mais.

**RM:** Mas para a Asprela entre os planos da cidade e os planos específicos para a Asprela, do Oldemiro Carneiro, do [Arménio] Losa, do Luíz Cunha, fez-se muito trabalho, muito trabalho, não serviram é praticamente para nada... ou talvez para reserva de terrenos, escolha de terrenos... mas os terrenos já estavam reservados de trás pelo Oldemiro Carneiro e pelo Almeida Garrett que definiram a cidade universitária do Porto e insistiam com o Ministério das Obras Públicas, que tinha a tutela das construções regulares, para comprarem depressa os terrenos que estavam-se a valorizar muito e sentiam-se dinâmicas e problemas e eles não se mexiam, porque não havia cabimentos orçamentais e tiveram que desviar dinheiros da cidade universitária de Coimbra e de Lisboa para comprarem alguns terrenos, o terreno onde está a Economia... portanto eu li alguns ofícios desses,

manuscritos do Arantes de Oliveira e do gabinete do Arantes de Oliveira, e as informações do Almeida Garrett a dizer que tinha de haver celeridade senão perdia-se a oportunidade...

**NT:** Mas aquilo era tudo terrenos péssimos para a construção... não era por acaso que estavam arrumadas para ali...

**RM:** Pois eram... eram lameiros e chapais.

**NT:** Eu lembro-me. Com a Faculdade de Economia, o problema que foi com as fundações, O edifício, de rés-do-chão e andar, tem estacaria que nunca mais acaba e tudo, foi preciso desviar linhas de água, canalizar isto e aquilo, e drenar toda aquela área. Todo o espaço compreendido entre o cemitério de Paranhos e o Hospital de S. João, aquilo era tudo água... tudo lameiros... uma espécie de bulhão.

**RM:** Os terrenos também eram mais baratos por isso... A urbanização seria definida pelos planos... que vieram a propor a utilização como parque natural e também a localização de instalações desportivas.

**NT:** Mesmo a Escola Superior de Educação tem as fundações directas, mas no limite, porque o do lado mais a norte, para a música, está mais alto. Depois está ainda a biblioteca e as artes visuais. Mas as construções têm grande autonomia, ocuparam as áreas naturais envolventes ao edifício inicial que pretendia conter todo o programa. O professor Luís Soares pretendeu criar aqui um campus do politécnico, mesmo quando o espaço encolheu.

**RM:** É mais ou menos clara essa intenção. Provavelmente se não fosse assim teria sido entretanto constituída uma frente urbana, o que nunca aconteceu, ou será essa a reserva para eventual futuro crescimento ou para promover uma maior coesão entre as peças existentes.

**NT:** Portanto há um enxerto numa coisa dentro doutra coisa, o Hospital de S. João é também um campus que enche... um campus, aqui, um campus ali, e se calhar a Engenharia é quase um campus também... é um somatório de coisas que nunca se interligaram. De facto, aqui era possível, e seria também possível no Campo Alegre, desmontando o nó rodoviário; é uma história triste, não é?... pois acho que sim...

**RM:** E o Bairro da Fábrica da Areosa, nunca houve muitas intenções. Está muito degradado também, está aqui um enclave, o próprio INEG e o Pedro Ramalho com a Engenharia, teve muitas dificuldades, com um bico em cima do terreiro do arraial das festas de São João.

**NT:** Quando eu comecei este trabalho, as hortas e as sebes estavam mais cuidadas, portanto muito ao modelo daqueles dos bairros operários do norte da europa ... isto ainda estava muito engraçado, depois a vizinhança prejudicou muito o próprio bairro, era completamente diferente ter aqui uma quinta ou ter uma escola. Poderia ter, digamos, um efeito benéfico.

**RM:** Acerca dos limites das unidades funcionais?

**NT:** Está tudo retalhado, são espaços encerrados e murados... e agora?

**RM:** Ou desmaterializando, ou densificando, ou as duas coisas.

(...)

Muito obrigado, e até breve.





**Conversa com o Arquitecto Pedro Ramalho** (2014.07.29)

MEALHA, Rui, 2014, *FEUP, conversa com Pedro Ramalho*, transcrição de extracto, Porto, RM.

Conversa com o Arq. Pedro Ramalho, autor (com Luís Ramalho) da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, realizada a 2014.07.29.

A conversa teve a duração de 01:17:00, e foi registada em gravação digital áudio, da qual se transcreve o seguinte extracto.

Pedro Ramalho (PR)

Rui Mealha (RM)

**RM:** Já falámos algumas vezes acerca da Asprela e da Faculdade de Engenharia, e agora gostava de retomar algumas das questões relacionadas com o programa, modelo, linguagem, inserção urbana, as intencionalidades subjacentes e relações mútuas.

**PR:** E como tem decorrido esta vida curta desta parte da cidade, e acerca de aspectos de natureza urbanística a que te tens dedicado, e que certamente te interessam.

**RM:** A área a concurso correspondia aos terrenos definidos no plano de Luiz Cunha que, de resto tinha uma perspectiva tipológica e, sobretudo, formal, representado com base numa linguagem arquitectónica muito elaborada.

Como interpretaste o programa preliminar que foi a concurso?

**PR:** O programa era muito complexo. A faculdade está organizada por diversos equipamentos – civil, Minas, Electrotecnia e computadores, informática, física, química, mecânica, etc. – com metodologias de ensino distintas, para os vários ciclos pedagógicos, mas também com bases comuns, aos quais se juntam os institutos. As vertentes de investigação e as componentes correspondentes aos serviços e aos órgãos de gestão são também muito exigentes. O programa foi elaborado face a um conjunto de termos de referência da UNESCO para planeamento de estruturas similares de grande dimensão, mas com enquadramentos irrealistas, como a relativa, à taxa de motorização dos alunos e, portanto, mais adaptada a determinados modelos sem grandes exigências de mobilidade.

**RM:** São flagrantes os problemas de mobilidade, a todas as escalas e modos. Mesmo o

Metro ligeiro tem uma interrupção de frequência, isto é, só liga à “centralidade central”, falta-lhe os rebatimentos com os restantes ramos de penetração, para ligação à Sr.<sup>a</sup> da Hora, Maia e Rio Tinto. A área central da Asprela suporta cargas de atravessamento sem origem nem destino no sector, a A3 produz um efeito de barreira, e a mobilidade suave não tem infraestrutura de suporte, entre muitos outros factores.

Mas a Roberto Frias tem um importante potencial estruturante. Sendo o único “ligante de nascente” dos poucos factos relevantes em presença. A FEUP posiciona-se de um modo peculiar face à Roberto Frias...

**PR:** De facto o automóvel tem uma interferência avassaladora. Temos um parque de estacionamento em cada uma das extremidades da escola e uma via de serviço no interior do recinto, para acesso aos institutos e aos diversos pavilhões. E agora também uma área de estacionamento a sul da via estruturante e ao longo desta mesma via. O recuo face à Rua de Roberto Frias seguiu um princípio similar ao da [Faculdade de] Economia.

**RM:** Sem os problemas topográficos descritos por Viana de Lima e que terão motivado o afastamento, evitando assim movimentos de terras significativos. Também na forma e escala do recorte da implantação, lida em planta, parecem existir similitudes entre os dois projectos.

**PR:** Os terrenos da Engenharia também não eram fáceis, surgiram várias surpresas, mesmo durante as obras.

Na realidade não existiam referências urbanas na envolvente próxima. O Hospital estava distante, tal como a Economia, não permitiam relações directas.

**RM:** E tinhas ainda o interessante núcleo da Quinta de Lamas.

**PR:** Sim, que teve alguma influência na disposição e orientação das novas construções, sobretudo o muro e tanque do Solar de Lamas.

**RM:** Que integras deliberadamente no projecto, procurando nexos territoriais...

**PR:** O núcleo rural era a referência mais próxima, junto ao qual foi localizada a cantina. O traçado da Via Estruturante, condicionada nos seus dois momentos, na articulação com a Roberto Frias e na inserção com a passagem inferior da A3 determinou inevitavelmente algumas das opções urbanísticas. No entanto, o essencial (...) resultou da concepção da organização do programa.

**RM:** O projecto inicial previa a biblioteca junto ao núcleo rural...

**PR:** E também uma residência de estudantes perto da economia, mas não chegou a ser construída. A biblioteca esteve prevista inicialmente no lugar de Lamas, foi depois relocada no remate nascente do conjunto lectivo, junto da A3. Primeiro, havia a vontade por parte de diversos Departamentos, de terem a sua própria biblioteca, o que não fazia sentido. Foi assim tua opção, a formalização da biblioteca central, um edifício magnífico. Em alguns aspectos, o programa de partida resultava como a soma das intenções dos diversos departamentos, tentando autonomizar alguns espaços partilhados.

**RM:** A linguagem de padrão racionalista procura vincar o carácter cívico do programa? A valorização do sentido tipológico da cidade da ciência? Existia a vontade de uma certa monumentalidade, uma forte afirmação na cidade e na região? O programa transporta uma complexidade com conotados a evidenciar?

**PR:** Procura fundamentalmente resolver as questões das várias escalas envolvidas, e afirmação de factores de identidade... Pensada inicialmente para cerca 3.500 alunos, sentando em simultâneo toda a população escolar, o que conferia, por si, uma interessante flexibilidade.

**RM:** E, de facto, é desenhada como uma cidade, como um corpo coerente e hierarquizado, no meu entender. É uma cidade, com os seus espaços de circulação, na articulação do seu programa, em várias componentes de vida e de suporte das actividades lectivas e actividades complementares.

**PR:** É uma estrutura aberta, permeável à envolvente. Envolvente que precisa de requalificação.

**RM:** O Plano desta área propõe o desencanamento da linha de água e reabilitação do lameiro arruinado pelo depósito de inertes da Soares da Costa, do estaleiro da obra.

**PR:** Será sempre difícil estabelecer relações favoráveis com a água. O caneiro está muito muito abaixo da superfície.

**RM:** seria necessário encontrar uma solução inovadora, para amenizar taludes. E o lameiro não deveria ser um jardim banal, deveria ter um enquadramento culturalista e contemporâneo, com interesse pedagógico.

**PR:** A pensar para todo o sector, que está muito fragmentado por pequenos espaços residuais, mas com valor potencial, como o lameiro e a casa da Quinta.

A rua do Bairro do Outeiro, onde está o BIC, a nascente da economia, chegou a fazer parte

da proposta do concurso da Faculdade de Engenharia, que atravessava, digamos, o lugar de Lamas, sem grande interferência, e para onde estava também pensada uma passarele de peões ligando o corpo principal às funcionalidades localizadas mais a sul. O passadiço da cantina, mais perto da A3 só apareceu mais tarde com a localização actual da cantina.

Para o Solar de Lamas foi pensado um programa similar ao círculo do Campo Alegre, destinado a apoio para professores, espaços de representação, restaurantes uma pequena componente de alojamento e de espaços de trabalho nos seus anexos, e outras actividades, mas nunca avançou, tendo sido inclusivamente avultados programas específicos de natureza cultural e outros.

Também foi pensada a aquisição de parcelas no Bairro da Fábica da Areosa, com a intenção da sua reabilitação por inserção de residencias de estudantes e apoios correlacionados.

Interferindo com o parque de estacionamento de nascente, o Projecto Urbano desenvolvido, propõe um arruamento ligando a área da fábrica da Areosa com a Via Estruturante da Faculdade de Engenharia. De resto, junto ao Bairro da Areosa previa-se um viaduto sobre a A3 ligando a nascente, aproveitando o desnível da própria A3, em tricheira, passando por baixo da Circunvalação. Seria um nó complexo, em trevo ou diamante, incluindo ainda o acesso à plataforma da A3, a partir da Circunvalação e para destinos a sul. Tudo isto teria que ser pensado com a Engenharia.

**PR:** Lembras-te da dificuldade em implantar a torre do INEGI, os problemas com os terrenos. Acerca do estacionamento de nascente chegou-se a pensar numa estrutura com um segundo tabuleiro, em cave, semi-cave ou meio-piso, sendo talvez possível integrar o tal canal adjacente à A3, para completamento do sistema. Este canal poderia ter continuidade até ao Bairro do Outeiro, onde atravessaria novamente a A3 por passagem inferior, já que aqui a A3 está sobre plataforma de aterro.

**RM:** Tal continuidade parece estar irremediavelmente comprometida com a recente edificação do pavilhão desportivo Luís Falcão, com decisão avulsa e à revelia do Projecto Urbano.

**PR:** [acerca do concurso] O Carlos propunha um esquema linear de articulação em espinha ao longo da A3.

A solução do Adalberto, com alguns problemas, era formulada segundo um esquema em

quadrícula, sobre um eixo estruturante traçado na continuidade da [Rua Dr.] Plácido da Costa e que, inflectindo ligeiramente para sul, inseria-se na passagem inferior [da A3], com passadiços transversais.

O programa previa cerca de 7.000 alunos (...).

No início havia a intenção de ligar o acesso aos institutos, INESC e INEGI, com a Rua Roberto Frias, o que não veio a acontecer. De resto, foi necessário ajustar as implantações, tendo em atenção as confrontações, sobretudo com o Politécnico.

(...)



**Conversa com os Arquitectos Mercês Vieira e Camilo Cortesão** (2014.07.30)

MEALHA, Rui, 2014, *BIC e Pólo 2 da Universidade de Coimbra, conversa com Mercês Vieira e Camilo Cortesão*, transcrição de extracto, Porto, RM.

Conversa com os Arquitectos, realizada a 2014.07.30.

A conversa teve a duração de 00:57:05, e foi registada em gravação digital áudio, da qual se transcreve o seguinte extracto.

Camilo Cortesão (CC)

Mercês Vieira (MV)

Rui Mealha (RM)

**RM:** Já te falei dos principais esta investigação, e podíamos começar pelo BIC [Business Innovation Center], como aconteceu?

**CC:** Quem devia falar deste projecto é a Mercês porque o projecto é dela, eu pouco fiz.

O que eu me lembro foi ter sido convidado pelo Eduardo Oliveira Fernandes na altura, Vice-Reitor e que tinha este programa em mente. Estava muito ligado a questões de energia, por um lado, e por outro pretendia desenvolver este programa do BIC que era uma incubadora de empresas, e que ele queria aproveitar para fazer um edifício de grande performance energética. Na altura começaram a aparecer regulamentos de normas técnicas mais exigentes, e nós estávamos a fazer este projecto que tinha algumas imposições, como ter todas as fachadas da frente a Sul, não ter ar condicionado, ter sistemas de sombreamento, ter paredes de trás fechadinhas.

Isto tudo demorou muito tempo. Houve um primeiro projecto, depois houve um concurso para fundações, ficaram lá fundações relvadas durante não sei quanto tempo. Depois lançou-se uma primeira fase, e uma segunda fase, e já não era o mesmo programa, já não havia BIC nenhum, já directamente com a faculdade de Economia e mudaram tudo e entretanto aquilo já era tudo cheio de ar condicionado. Já nos fins dos anos 90 ou até depois.

Por outro lado era um projecto para ser construído por fases. Tinha um edifício central que era a entrada, tinha um edifício de apoio principal, que era este [*indicando numa planta de*



*localização impressa em formato A4*] e depois tinha uma série de “barras”, e havia uma relação entre este edifício e as barras por aqui fora. Entretanto, um dia dizem-nos que no Centro de Estudos da Faculdade [CEFA] está a ser desenvolvido um projecto para o sítio do nosso, mas a gente não soube de nada.

**RM:** Era a residência de estudantes e uma cantina, ligada à Faculdade de Economia para tirar a cantina lá de dentro?

**CC:** Provavelmente. Nós com o projecto encomendado, feito por ali fora [pensado para este terreno], e de repente metade do nosso terreno estava a ser “feito”, nunca ninguém nos disse nada (...). Mas tu estás a ver que a galeria continuava e, portanto, a lógica do projecto era de facto uma série de barras por causa da orientação face ao sol, e das sombras, um esquema de alguma complexidade, havia dois quadrados e um pátio, e um espaço central. (0:03:22)

Ainda tentamos a ideia dos tijolos. A galeria é que dava unidade, mas por outro lado todos estes espaços, eram espaços transparentes, podiam ser do uso mais ou menos geral, o que não se viu nada a acontecer porque começaram a vedar estas coisas todas, como de costume. Isto é um projecto falhado manifestamente, porque nasceu para ser uma coisa, nasceu para ser de uma maneira, e foi de outra, o programa foi alterado, foi desenvolvido durante 20 anos, por aí.

**MV:** Este projecto teve várias fases, esta versão é diferente dessa [*planta parcial do Plano de Luiz Cunha, impressa em formato A4*], foi a primeira versão.

**CC:** Esta peça desenhada é de quando?

**RM:** Esta peça desenhada é do Luíz Cunha, tem a data de 1997.

**CC:** Este projecto é de 1985/1986, por aí...

**MV:** Depois construíram só este, e depois este, ficou em toscos e depois isto, e depois refez-se o desenho para este aqui. Acrescentou-se um piso.

**CC:** Este subiu um piso relativamente ao que tinha antes.

Aquilo foi tudo estranho, e ainda por cima funcionou também muito mal porque na altura a Reitoria convidou-nos para fazer a arquitectura mas já tinha as especialidades todas, de maneira que nós trabalhávamos com uma equipa que não conhecíamos. Andamos ali a tentar, a meio do projecto, tentamos explicar aos engenheiros que tínhamos que fazer a coordenação do projecto.

**RM:** Pelos vistos tem acontecido frequentemente... (0:05:32)

**CC:** Isto correu especialmente mal. Até porque a primeira fase foi feita com, contrataram-nos como empresa, mas contrataram uma outra empresa para fazer a coordenação do projecto e ao fim de uns meses de trabalho a gente falou com eles, que fizessem o que entendessem, mas a coordenação do projecto ou fazíamos nós ou não havia projecto para ninguém. Não era possível um gabinete de engenheiros a coordenar os engenheiros todos e os arquitectos, entre outros.

**MV:** Nós tínhamos um UPT na sala de reuniões, na sala 06.07... então, uma sala deste tamanho, um terço era para instalar o UPT porque o engenheiro achou que estava ali muita à vontade. Era tudo empresas grandes, tudo cheio de reuniões.

**CC:** Correu muito mal, fundamentalmente porque foi feito aos bocadinhos, depois o limite dos terrenos não estavam bem conhecidos, depois as reuniões com a Câmara, porque depois era preciso fazer parques de estacionamento, porque não havia, mais acessos, a relação com a Faculdade de Economia não estava clara. Nós tínhamos proposto um sistema de acessos que não tinha nada que ver com isto aqui, foi tudo uma porcaria.

Engraçado, nós fomos lá no outro dia e aquilo está bestial, o edifício envelheceu bem. É um edifício completamente datado, já nasceu datado, aquilo começou a ser construído já tinha quase 20 anos, com caixilharias de madeira, daquelas, ainda insistimos na segunda fase para se pôr as mesmas caixilharias, acho que já tivemos que fraquejar numas caixilharias de ferro, daquelas boas, tivemos que substituir mais ao tempo corrente, mas tenho umas fotografias do edifício feitas recentemente, achei muito bonito, achei que estava assim, parece feito pelos nossos pais, qualquer coisa antiga que não tem nada a ver com estas coisas, plásticas que somos obrigados a fazer agora.

**RM:** Ele tem uma imagem curiosa, o facto de ser em tijolo também ajuda, penso eu. O edifício parece-me que não foi especialmente pensado para fazer cidade, não tem uma entrega claramente urbana, embora tenha uma fachada virada para a Rua Actor Dias.

**CC:** Ele tinha uma estrutura que se relacionava, que era o Norte e o Sul, que era a estrutura dos outros edifícios, tinham corpo, apanhava a malha do bairro da Câmara e o outro corpo apanhava a malha da Faculdade de Economia. De alguma maneira fazia a rótula entre as 3 malhas, mas o que não foi feito, todo o desenho de pavimentos e prolongamento que o iria tornar um elemento mais urbano, e foi assim, pronto. A época não foi boa.

**RM:** O muro baixo também ajuda, tem alguma visibilidade a partir dos espaços públicos.

**CC:** O tijolo tinha muito que ver com fazer uma imagem autónoma relativamente ao edifício da Faculdade de Economia. Tinha aquele edifício de betão que eu gosto cada vez mais, não queria fazer uma relação, fomos buscar outra linguagem, mas é um edifício que não é muito fácil falar hoje, porque de facto tem um ar um bocadinho “escolar”. Mas com as peripécias a certa altura a obra foi interrompida e este espaço no meio era um campo de juncos, com 4 metros de altura, o nível freático é altíssimo, isto tudo tinha problemas de drenagem de maneira que já não era nível freático, era só freático! Andávamos de galochas, era um autêntico pântano que ali estava. Lindíssimo porque o projecto estava invadido pelos juncos, parecia uma construção mais do sul. Apareciam os pilares no meio dos juncos, não sei se temos fotografias disto, é engraçado. (0:11:14)

**RM:** Na altura havia a intenção de ser maior, ter mais desenvolvimento...

**CC:** Sim, com as instalações genéricas da incubadora, os escritórios, as centrais, os anfiteatros os espaços de formação, e os espaços para as empresas a incubar. Obviamente não fazia qualquer sentido que não tivesse um terço da área para as empresas. Isto era para replicar quatro a cinco vezes.

**RM:** Ele tinha um modelo muito claro que era uma certa autonomia das empresas.

**CC:** Um sistema de acessos. Isto fazia uma grande alteração na topografia, havia esta rua e a seguir, esta rua que é paralela à universidade, e ela voltava. Havia um esquema do percurso, tinha um serviço a uma cota que eram as cargas e descargas, isto eram coisas semi- industriais e tinha esta galeria que funcionava à cota alta que relacionava as pessoas. Isto era tudo na época em que não havia deficientes nem nada, ainda se teve que ...valores. Naquela altura em que era tudo em escadas e não havia problemas desses. (0:13:00)

**MV:** Esta galeria aqui dava para a rua e depois as outras eram por aqui.

**CC:** É isso! A galeria transformava-se em fachada sobre a rua e os edifícios eram só para um lado.

**RM:** O edifício é muito curioso e engenhoso, ninguém à primeira vista dirá que se relaciona com a Faculdade de Economia.

**CC:** Que não era para ser. Era uma incubadora de empresas.

**RM:** Tem autonomia formal e funcional.

**CC:** Isto era uma coisa para entrarem camionetas. Era uma coisa para ter outro tipo de

pressupostos, e com um peso muito grande dessa imposição, de ser um edifício emblemático das energias, da eficiência energética. Começava a estar na moda os edifícios solares passivos. Tinha que ser um edifício solar passivo, cheio de massa nas paredes interiores, todas com vinte centímetros e os tijolos cheios de areia, aquela conversa toda ao alto, paredes todas em azulejos, mais o ventilador, de repente vem o tipo que fez isto. Estas pequenas histórias também são boas para lembrar que foram várias equipas que fizeram isto, tudo o que era mecânico era da Faculdade de Engenharia que fazia, o INEGI, que era aquela instituição que estava ligado ao Eduardo Oliveira Fernandes, e quando isto foi retomado muito mais tarde convidou a Reitoria, já o Eduardo não estava na Reitoria, já foi tratado provavelmente com o António Cardoso, convidaram-nos e a gente explicou que este projecto tinha sido feito por uma equipa constituída pela Reitoria e que nós estávamos obviamente disponíveis para falar outra vez com as mesmas pessoas e mesmas instituições para que a segunda fase do projecto fosse feita da mesma maneira. A verdade é que, quando demos por isso, o projecto acabou por ser feito, não pelo INEGI mas pelos funcionários do INEGI enquanto profissionais liberais, e foi engraçado porque, de facto eles chegaram aqui e malbarataram completamente as ideias de eficiência energética, e eu nunca trabalhei em nenhum projecto em que as instalações de AVAC tivessem um peso tão escandaloso como este tem. (0:16:04)

Isto tem uma vala, além que o edifício, a gente tem que o travar de uns sítios esquisitos porque está coberto de maquinas descomunais que parece uma demonstração. As pessoas quando trabalham institucionalmente têm que cumprir uma lógica, que é outra quando trabalham na privada, portanto este edifício é interessante também nesse ponto de vista, até porque quem foi autor do projecto desta segunda fase também foi o homem responsável pelo actual regulamento que obriga a ventilar seiscentas vezes a mesma coisa e a aquecer e a trazer fresquinho, compra água das pedras pelos tubinhos...

Mas o professor Eduardo Maldonado, responsável por esse regulamento, foi também responsável por esta obra inacreditável de ar condicionado excessiva.

**RM:** Há pouco tempo escrevi umas breves notas intituladas “Negócios por Decreto”, e alguns exercícios poderiam ser “desenhar (pel) o decreto”.

**CC:** Não tenho a menor dúvida.

**RM:** Eram vários decretos, o tal sobre a qualidade do ar, muito exigente em equipamento e

consumo de energia, alguma regulamentação sempre em constante revisão e actualização por incremento da opacidade, etc.

**CC:** A segurança contra incêndios, outro também opaco, e abstracto.

Nós agora temos a experiência de trabalhar fora de Portugal, e trabalhamos em sítios com os British Standards, e outros sítios onde se trabalha com as normas americanas, e ainda com a regulamentação Suíça, e não há dúvida que a mais exigente é mesmo a nossa. Por coisas patetas. Tipo encher a compartimentação corta-fogo, edifícios que têm rés-do-chão e um para que? Para proteger as pessoas ou os edifícios. As pessoas saem mais depressa pela porta da rua do que pelo caminho de fuga. Deste ponto de vista é um bom exemplo. Mas do ponto de vista urbanístico não tem grande significado. (0:19:11)

**RM:** Há um aspecto que se levanta agora, um tema que é pensar o que se pode fazer na Asprela, nomeadamente na perspectiva da estruturação ambiental (...). O que acontece é que a Asprela, apesar de todo o processo de planeamento que foi muito intenso, era assim, fazia-se planos e depois vinha uma arquitectura, vem aí Economia, então os planos foram todos revistos, vem aí Engenharia, ocupou uma área muito significativa e o Luís Cunha que teve que refazer os planos dele porque já eram outra coisa, já tinham um compromisso, portanto as arquitecturas persistiram nos momentos.

Parece tudo muito ao contrário e continuam a tomar-se decisões avulsas, mas com ideais, os tais ideais de regressar a uma perspectiva de campus, de tomar aquela Roberto Frias só para peões e com uma segunda fase do metro, querem ali um “y”.

**CC:** Que nunca mais se fez. Faz impressão ali, os transportes públicos parece que foram planeados assim a olhar para o outro lado, o metro passa na tangente...

**RM:** O metro passa no penteado, risco ao meio, passa ali no centro de gravidade que onde está a maior carga funcional, no IPO e no Hospital S. João.

**CC:** Ao hospital serve-o bem, mas a outra paragem é ali ao pé da Escola de Educação.

**RM:** E Engenharia que tem 9 mil usuários e que pouco usam o metro. O metro está a onze minutos da baixa, na altura quando começamos a trabalhar na Asprela não havia nada nos programas do outro lado da estrada exterior da Circunvalação.

**MV:** A concentração está toda do outro lado.

**RM:** Pois à frente, ao longo da Circunvalação, aqui está cheio de habitação, cafés e lojas.

**MV:** E a passagem para o lado de lá não deve ser fácil.

**RM:** É tudo de apoio à zona do hospital.

**MV:** As pessoas que vão estudar, compram casas ali, os miúdos compram. As pessoas que eu conheço compram ali porque é perto.

**RM:** É perto e a própria Areosa teve um desenvolvimento nestes últimos 10 anos, uma coisa louca. Zona da Areosa, aquela igreja chalé vem com a cobertura quase até ao chão que é a Igreja Paroquial da Areosa, e há ao lado uma Escola Secundária CS + S, coitadinha da Igreja, tinha aquela imagem estranha e afirmava-se muito naquele lugar, porque não havia mais nada, agora está ali nem se vê, está tudo cheio de torres à volta, prédios muito altos.

**CC:** Esqueço-me da Areosa, não é sítio onde vá, mas realmente deve valer a pena.

**RM:** Para a Areosa houve uma série de planos, porque nessa altura quando se faziam os planos da zona do Pólo Universitário, foram feitos muitos planos para a zona da Areosa, ou seja o Losa trabalhava pelo Losa e pelos serviços da Câmara e estava a fazer os Planos Director nos fins dos anos 50 e princípios anos 60. O plano Asprela é de 62, foi aprovado em 1962 e então desenvolveram muitos projectos para aquela zona e projectos para a zona sul das Antas ali na Alameda Eça de Queirós, nos Combatentes etc. Exactamente porque previam ali uma dinâmica de expansão, que depois não deu em quase nada, fizeram-se umas ruas novas, fez-se a Igreja, a Alameda Eça de Queirós com aquela cidade modernista, funcionalista, essa fez-se. Com a Praça Velasques, que era uma praça de touros, no projecto inicial lá no meio da praça, era uma Praça de touros que a certa altura o Losa meteu uma torre no meio, nem isso aconteceu.

Mas os planos foram muito desenvolvidos, sobretudo as preocupações eram os terrenos, faziam-se muitos negócios nessa zona da Asprela de terrenos nos anos 50. Há umas correspondências trocadas pelo Ministro com Arantes de Oliveira e o Almeida Garrett e outros projectistas que dizia o seguinte "Os terrenos à frente das ruas custam 250 escudos por metro quadrado até quarenta metros, a seguir os intermédios depois de cinquenta metros custam 50 escudos o metro quadrado e a seguir custam 15, máximo 25 escudos por metro quadrado".

O que aconteceu, os proprietários voltaram a fazer novas ruas nas meações dos terrenos para abrir novas frentes urbanas.

**CC:** Para passarem de 25 escudos a 500 escudos.

**RM:** Para 250 pelo menos.

**CC:** Três minutos de marcha, isto são os desenhos do Luís Cunha, é lindíssimo, isto com imagens, tudo em casinhas parece um hospital.

**RM:** Os originais são fantásticos, os originais não, vi os plásticos, as cópias originais.

**CC:** Boa época!

**RM:** Só queria mais um minuto para cruzar várias coisas. Na Asprela como se jogou aquela pretensão de carregar com tudo da Universidade do Porto e sobretudo a componente desportiva que foi abandonada, nem hoje, ainda está completamente abandonada.

**CC:** Mas a Escola de Desporto não tem campo?

**RM:** Tem campos exteriores, uma piscina olímpica lá dentro.

**CC:** Não tens aí o plano? A planta da Asprela agora?

**RM:** Não, acho que não, mas a Escola de Desporto, eles consideram que os campos são salas de aula e não abrem aquilo à comunidade. Mas são também laboratórios, como a piscina, onde uns inventores estão a testar robots osmóticos.

O próprio Januário Godinho deu informação à tutela, ao ministro das obras públicas, que no Campo Alegre já não cabia mais nada, tudo na Asprela é assim uma informação desse género, e que levou a aumentar a área. Eu não vou estender-me para muita coisa, por muitos modelos de campus, de cidades universitárias e de programas urbanísticos, intervenções em universidades, tenho que fazer um breve enquadramento, nem sequer tenho tempo para falar da cidade, universidade, cidade e as relações correspondentes, portanto faço uma passagem sobre uma parte da Asprela, e nesta história a Asprela está ligada ao Campo Alegre, que está ligado à Universidade de Coimbra e a Lisboa. Porque para a própria aquisição de terrenos para a Faculdade de Economia foram desviados uns dinheirinhos de Coimbra. Não havia cabimento orçamental e então um chefe de serviço descobriu um truque que era, “nós podemos ficar com algum dinheiro para terrenos”, que não compra todos, porque a Universidade do Porto fez um truque, começou a construir sem terrenos, tinha autonomia administrativa, que perdeu, e quando eu comecei a trabalhar, este era um assunto muito confuso. Autonomia administrativa é o seguinte, a Universidade tem um projecto e vai para a obra e não “dá cavaco” à Câmara, um dia lembra-se que tem que ligar infra-estruturas...

**RM:** De facto a questão dos terrenos era muito complicada, e estava ligada ao expediente

da “autonomia administrativa”.

**CC:** Nós ainda passamos por isso. E em várias ocasiões já não sabíamos qual era o terreno do projecto.

**MV:** Deu uma data de confusões, tivemos que ir a Câmara fazer a legalização de obra já executada.

**RM:** Isso ainda não acabou completamente.

**CC:** Nós andamos com isto, já no tempo do Rui Rio, andamos na Câmara com esta história, que não estava legalizado.

**RM:** Se o próprio “Campus de S. João”, o shopping ligado ao hospital, é clandestino, pelo menos em determinado momento, como consta de informações agregadas ao processo. Eu cheguei a informar que as coisas deveriam ter um carácter mais urbano, por exemplo lojas viradas para a rua, porque o hotel é todo virado para dentro, mas não ligaram nada às informações da Câmara, o terreno era um bosque que resultou de um movimento de terras, foi feita uma colina que foi arborizada, há uma memória descritiva que aponta o objectivo de criar um melhor ambiente para as enfermarias, pessoas e trabalhadores, etc. Mas o Ministério da Economia só descobriu quando caíram os tapumes - e que era obrigatório o licenciamento pelo Ministério da Economia. Ainda hoje está mal parada a história. Não está completamente legal. É um bocado o que se passa com o Bom Sucesso.

**RM:** Que conceito ou modelo urbanístico orientou as vossas opções para o Pólo de Coimbra?

**CC:** Aquilo foi um concurso que eu e a Mercês fizemos há trinta anos, o primeiro em 1989, vinte e cinco anos. Conheces a maquete.

Foi um concurso de duas fases, e a ideia que nós defendemos logo na primeira fase e reforçamos na segunda fase foi rigorosamente oposta à ideia de campus. O terreno era aquele, estava comprado, tinha sido comprado dentro dessa ideia antiga do Ministério da Educação, invocando o interesse público de uma área grande, com 90 hectares dos quais já tinha comprado uns 30 hectares. Mas nem tudo estava comprado, e nós fizemos o plano claramente atando a malha a construir ao que existia na envolvente, que nuns sítios era um plano modernista, a maior parte das quais do Vasco Cunha de Coimbra e do outro lado eram ocupações clandestinas, AUGIs. Muitas de clandestinos, e nós no fundo tentamos organizar um esquema onde conseguíssemos ter uma malha ortogonal muito semelhante à



que havia na outra encosta que era uma coisa dos anos 40, no tempo do plano De Groer, com que se relacionava formalmente. Os alinhamentos eram os mesmos, era possível seguir visualmente do plano da outra encosta para ali, e construir uma solução de quarteirões. Eu estou cada vez mais de acordo com a proposta que nós fizemos, e se aquilo não correu muito bem não foi por erro do plano. O plano estava certíssimo e continua a estar, a gestão municipal é que foi cada vez pior, não a gestão Universitária, mas a Municipal. Que, no fundo, foi sucessivamente colocando entraves burocráticos a uma ideia de terrenos que eram multifuncionais, portanto até hoje não se conseguiu quase nada do que era a tentativa de afectar uma parte significativa daquele terreno a habitações, só se conseguiu construir as residências de estudantes, porque demos a volta dizendo que era equipamento, e não era habitação, conseguiu-se também fazer uma agência da Caixa Geral de Depósitos e pouco mais, porque a Câmara não deixou cumprir o plano que tinha, que ela nunca aprovou.

Portanto as coisas não se completaram, e foram-se construindo vários edifícios da maneira que eu acho que deviam ser feitos, no fundo o que o plano definia eram regras de geometria, mas eram claramente à revelia das lógicas quantitativas dos índices dos polígonos de implantação. Nós, a certa altura, fizemos uma versão do plano em que os polígonos eram quarteirões porque outra coisa não tinha sentido. Qual é a ideia, não há projecto nem programas que se pudesse dizer que o edifício tinha que cumprir aquela forma, conversas do urbanista.

Apesar de tudo, nós conseguimos durante muito tempo que os edifícios tivessem alguma relação formal uns com os outros sem demasiadas imposições, simplesmente porque tinham uma regra modelar que tinha que ser cumprida.

É tudo definido como múltiplo de quatro metros e meio e tem que ser tudo edificado, todas as estruturas e as ruas são construídas, só que a certa altura a Câmara já não deixava cumprir a regra porque queria que o passeio tivesse mais cinco centímetros, e para cumprir a portaria de não sei o quê...

Estas coisas tristes em que nos temos que manter, e por outro lado foram fazendo tropelias como construírem um depósito de águas sem dizer nada, e estragar algumas relações. Mesmo assim, na verdade, estamos neste momento a retomar aquele projecto à custa dos projectos, exactamente de incubadoras de empresas que estão a aparecer do outro lado.

Foram inauguradas há poucos meses mais uma série de ruas exactamente com a mesma regra, mas do outro lado.

**MV:** O Pólo tem duas vertentes, uma virada a Sul e outra a Norte.

**CC:** O Pólo é isto tudo, esta parte dos desportos onde não se fez nada, fez-se a avenida que também fomos nós que a desenhamos, contra o projecto de auto-estrada que já estava e depois voltaram a retomar a auto-estrada. Tudo o que foi construído numa primeira fase foi aqui e neste momento está-se a construir aqui [*assinalando entidades gráficas na imagem referida*]. Mantendo esta zona verde, este monte aqui. Por outro lado, e apesar de tudo, uma das vitórias grandes que tivemos com este projecto foi que fizemos este outro projecto aqui ao lado, que é de promotores privados que nos convidaram, porque eramos os arquitectos daqui, e nós conseguimos transferir para aquele lado a mesma lógica, a mesma malha de quarteirões, e a mesma regra, e integramos os clandestinos que estavam aqui no meio. É claro que entretanto há muita coisa por fazer, muitas ligações que faltam. Houve, de facto, uma péssima gestão municipal.

Se eu aqui digo que há responsabilidade do engenheiro mecânico, aqui há claramente responsabilidade de um urbanista que tem nome, que é o Jorge Carvalho que tem uma maneira de olhar a cidade de quem nasceu numa aldeia, e isso é um trauma. É um homem que não gosta de cidades, um urbanista que não gosta de cidades devia ser obrigado a fazer projectos de aldeias, mas não fazer nada com mais de um hectare.

Portanto tudo isto tem sido uma luta terrível com resultados um pouco deprimentes nalguns casos, porque às vezes nós aqui no escritório sentimo-nos como a tentar defender um mal menor. A tentar defender coisas terríveis e, às vezes, a achar que o especulador imobiliário tem mais razão que o defensor da lógica pública, o que é manifestamente terrível e no entanto é a verdade.

Consegues encontrar especuladores, só porque eles conseguem no fundo fazer alguma sustentabilidade. Que é para se sustentarem, e há artistas que, por serem burocratas, nunca conseguiram fazer nada a não ser “trolhisses”. Isto tem sido o lado mau da nossa história. O lado bom, é que realmente o Pólo está a funcionar, muito mal porque está cheio de campos de silvas, porque metade das coisas não se construíram, porque deviam ter sido de iniciativa privada, era onde deviam existir casas em frente, projectos que estão feitos e que emperraram nas manhas da burocracia, porque não se podia, porque aquilo era uma zona

de equipamentos e não podia haver habitação, quando é possível ter lógicas destas, e depois fizeram revisões e ainda pioraram. Um plano todo que é feito por engenheiros, e o resultado é que aquilo está cheio de gente, o Pólo está cheio de gente fundamentalmente nas universidades, mas cheio de gente naquelas instituições de relação com as empresas, com centenas de empresas lá metidas, é inacreditável. Cheio de carros parados, não mora lá ninguém, agora fecha um pouco mais tarde, porque estas empresas modernas trabalham de noite, aquilo até a meia-noite tem lá gente, ao fim de semana não tem praticamente ninguém. Não havia necessidade, entretanto as Câmaras estão a investir, a fazer esculturas nas rotundas, e não têm dinheiro para fazer ligações de 30 metros que fechavam a malha. Ou levantam problemas a privados que queriam construir nas bordas daquilo e iam oferecer a malha, mas não, ou porque tinha mais um piso ou porque não era aquele programa, e entretanto deixaram passar o tempo, e os privados foram para o Brasil e os públicos para o subsídio de desemprego.

Em resumo, o Campus da Asprela, ou a Cidade Universitária de Lisboa, mais não a late de Coimbra, para nós foram exemplos do que não fazer. Porque a alta de Coimbra, a alta dos fascistas, esse foi bastante inspirador para nós, hoje em dia podemos dizer estas coisas. A alta é um quarteirão com grande mistura de funções, porque é muito concentrada, muito densa, e a cidade não penetra mas contem-na. Umas coisas muito em cima das outas, portanto as nossas imagens eram claramente essas, e a verdade é que fizemos umas monumentais acho que no principio de democracia foi um bocadinho...lá estão os rapazes que devem gostar do tio das botas, manifestamente não é o caso, agora a gente gosta mais de modernista do que de engenheiro...

Faz-me impressão os tipos que olham a cidade com aritmética em vez de geometria e isso não dá.

**RM:** Fui lá recentemente dar uma aula no curso do Bandeirinha, no edifício do Távora, e não me pareceu especialmente incompleto quanto à infra-estrutura, estava bem lançada uma estrutura, que é o que falta na Asprela, o espaço está pensado, com uma ideia de conjunto e a Asprela não. Na Asprela foi pior do que “ao contrário”, foram-se acumulando uma série de factos, uma série de acontecimentos, e o plano veio agora no fim, todo “atrapalhado” para compor umas... desgraças.

**CC:** É engraçado, o outro Pólo, o chamado Polo III que é o de saúde, que começou mais

ou menos na mesma altura, talvez um pouco antes, com um plano de Eduardo Rebello de Andrade, que está cheio de arquitectura, de *pedigree*, todos os arquitectos foram fazer bonitos projectos, mas que realmente não têm nenhuma relação entre eles, e além do mais, tu não sabes entrar ali, não sabes por onde se entra, depois de muito esforço descobri que atrás de uma bomba de gasolina há um sítio por onde entras para o Pólo Universitário, que entretanto está rodeado por vias rápidas e por uns taludes, coisa bastante assustadora, e realmente o nosso trabalho também está no fundo, não porque a gente não se tenha esforçado, e apesar de tudo como as coisas estão a ser feitas. Conseguimos algumas coisas com muito esforço. Dou-te um exemplo: Isto tinha uma malha na diagonal, e agora houve uns dinheiros lá da universidade exactamente por causa das incubadoras de empresa, e lá convencemos a Reitoria, e a diagonal está feita, com metade da largura, mas a verdade é que agora tu entras aqui e vai lá direitinho, faz toda a diferença, já vale a pena ir ver, porque se começou a perceber que é uma diagonal que desenhamos que vai até ao Palácio da Portela que é aqui. Falta-lhe um bocadinho, falta o nó, um nó sofisticado que tínhamos feito, além do mais havia um plano em que o metro passava ali, um plano que sempre acreditei que não era verdade, que não ia passar metro nenhum ali, e não vai! Agora aquilo é simplesmente uma rotunda mas falta a ligação para baixo, atravessa aqui e atravessa para a Portela e falta uma ligação de 100 metros. Realmente aquilo é o preço de fazer duas rotundas onde não fazem falta ou se não tivessem posto protecção acústica daquelas de auto-estrada cá em baixo, que o preço das protecções acústicas também tem o efeito dos 100 metros de rua e aquilo tinha um ar bastante mais decente porque os urbanismos e os burocratas têm destas coisas. Conseguimos batalhando muito para aquilo não ser uma auto-estrada, que fosse uma via urbana com passeios, e é, tem uns passeios bestiais e depois nos passeios puseram uma barreira acústica para separar do terreno da frente urbana os passeios estavam a criar, quando o que está no plano é passeio e depois ter o edifício universitário a seguir aberto para o passeio, para a avenida. Tem uma barreira acústica! Engenheiros!

**RM:** Algum dia vão perceber o que é fundamental e que importa à qualidade de vida das pessoas... espero!

(...)



**Conversa com o Engenheiro Pedro Silva** (2014.08.04)

SILVA, Pedro, MEALHA, Rui, 2014, “Hospital de S. João”, *Pedro Silva conversa com Rui Mealha*, transcrição, Porto, RM.

Conversa com o Eng.º Pedro Silva, responsável pelo Plano Estratégico do Hospital de São João, realizada a 2014.08.04, realizada nas instalações de RM, com apoio de material gráfico e fotográfico relativo ao Hospital de São João e área da Asprela.

A conversa teve a duração de 1:20:59, e foi registada em gravação digital áudio, da qual se transcreve um extracto.

Pedro Silva (**PS**)

Rui Mealha (**RM**)

**RM:** Coordenaste há pouco tempo duas exposições no hospital de São João, a “Ser São João – 55 anos” e “O Outro, Itinerários de Hospitalidade”, na sequência de outras iniciativas como a “HumanizArte” e as exposições sobre o Professor Hernâni Monteiro.

Contas a história do Hospital a partir da visão de Hernâni Monteiro, como espaço de ensino, de investigação e de assistência, uma história extraordinária...

**PS:** Hernani Bastos Monteiro foi o elo de ligação até à conclusão do Hospital, ele morreu muito cedo, em 1963. E foi feita essa exposição há cinco anos e agora em Junho estivemos para a remodelar, nós comprimimo-la um bocadinho, mas manteve-se. Alguns membros da Comissão Técnica para a construção dos Hospitais Escolares de Lisboa e Porto e da Comissão Instaladora do HEP, de que Hernâni Monteiro fazia parte, viajaram pela Europa e descobriram na Alemanha uma clínica muito interessante projectada por Hermann Distel. A memória descritiva do projecto defende uma lógica muito funcional, um grande edifício em que ele separa os acessos dos médicos, estudantes, e doentes, tudo muito segregado mas [também] articulado, esses esquemas funcionais que copiam os do [Hospital de Santa Maria] de Lisboa, mas “cortados”, e que só agora estão a completar, aquele “H” duplo só agora é que o estão a acabar. Alguns arquitectos pegaram no projecto do [Hospital de] Santa Maria em Lisboa e ajustaram-no para a situação do Porto, conforme algumas

publicações acerca da história do hospital e do mobiliário da época.

Houve uma altura em que havia duas Direcções Gerais que tomavam conta destes processos, uma era a Direcção Geral dos Hospitais e a outra era a Direcção Geral dos Edifícios Escolares, do MOP [Ministério das Obras Públicas]. A construção do edifício foi uma epopeia, primeiro que a obra começasse e depois houve ali uma certa cisão com o Hospital de Santo António, porque os médicos vieram todos de lá, e havia uma certa concorrência, pelas novas condições de trabalho e de carreira.

Vou enviar-te os PDFs da exposição.

**RM:** Eu, acerca do hospital e das várias outras funcionalidades localizadas na Asprela, pretendo observar as relações entre as arquitecturas entre si e com a cidade e o território, a capacitação dos modelos correspondentes a novas condições da infraestrutura de suporte, a construção de sistemas, etc, procurando metodologias operativas que permitam representar as escalas, a entropia e o potencial de modificação intrínseco da própria realidade, assim como focar os principais problemas por enquadramentos prospectivos com utilidade disciplinar.

**PS:** O hospital é uma estrutura muito fechada, mas foi crescendo, agora tem uns acrescentos, foi metida a Escola de Enfermagem e, há pouco tempo, a Faculdade de Medicina, o “Campus de S. João”, e o “Hotel Ibis”.

Houve uma tentativa de rentabilização daquela área, de uma forma possivelmente não legal, e está em tribunal, foi concessionado aquele espaço [do Campus de S. João] à Braga Parques, e até o próprio estacionamento, programa da vocação daquela empresa, para servir o Hospital. Digamos que houve ali algum espírito subvertido daquele espaço e o Hospital agora tem vontade de reverter isso.

O Hospital tem agora um Plano de Modernização, para remodelar todas as instalações e como unidades novas tem, essencialmente, o Hospital Pediátrico integrado, até aos 8 anos de idade, que é o “São Joãozinho”, que é orientado por uma associação externa, uma parceria de fundos de privados, com donativos, e este é um programa que irá para a frente. Há também uma ideia de, ao lado do Campus de S. João, abrir um centro ambulatório, mas para o qual não há dinheiro de momento, então a ideia é remodelar as consultas externas que estão naqueles barracões, isto é, vão torná-las mais operacionais para durarem mais alguns anos, porque não havia dinheiro, isto depende muito da política da altura, a ideia

desta Administração do Hospital é que se houvesse esse espaço, haveria mais rentabilidade e poderia ter mais capacidade do que faz agora, como pequenas cirurgias e pequenas coisas, se tivesse essa possibilidade de ter um espaço. O [Hospital de] Santo António tem umas acções deste tipo, como um ambulatório no siloauto do Zé Manuel [José Manuel Soares]. O António Babo e a Teresa Andersen, quando foi da altura da exposição dos “50 anos”, convidamo-los, e eles fizeram um plano de reorganização, quer dos espaços verdes, quer das circulações, já com as ideias de crescimento que o Hospital tem previstas. Eles fizeram um plano, que não foi concretizado ainda, está a marinar um pouco. Porque estas coisas mudam, passam as oportunidades e depois não se concretizam. O Barata Feyo fez uma maquete com esse desenvolvimento todo, que está lá na exposição. A ideia da Administração do Hospital é abrir, de algum modo, aquele quarteirão.

**RM:** O que já propunhamos no Projecto da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, já que o Hospital, ele próprio, é uma cidade dentro da cidade afirmando-se como impasse urbanístico com escala expressiva.

**PS:** O Hospital de S. João está a tentar remodelar as instalações, à medida das suas possibilidades. O tema da exposição era “um lugar na cidade”, afirmarem-se na cidade, na cidade/região. As pretensões desta Administração do Hospital de São João, de uma certa autonomia, mas também de uma certa abertura, vão no sentido do estabelecimento de relações de articulação com outras instituições e vizinhos. Nós fizemos algumas tentativas em desenvolver acções em que houvesse uma ligação com vários parceiros e vizinhos, mas eles são muito autónomos e o que querem é remodelar e modernizar as instalações, pô-las no século XXI, o hospital do futuro, a nível energético, mudaram a central térmica para outra com geração, de cogeração, o calor produz energia e há ali uma certa partilha com a Universidade, apesar da Universidade ser um parente pobre, não tem tanto dinheiro como eles; eles agora tinham como áreas mais centrais, acabar de remodelar os vários pisos que queriam remodelar, fazer esse Hospital Pediátrico integrado e depois têm ideias de fazer um ambulatório novo e uma reconversão do jardim todo e melhorá-lo, fazer uma espécie de creche para os filhos dos funcionários e uma espécie de escola pré-primária... bom, não sei se isso alguma vez será feito, pois é uma ideia muito deles, muito pessoal. São estas ideias que estão a pensar, não sei toda a viabilidade, porque isto ainda envolve muito dinheiro para se gastar com estas remodelações todas e para abrir um pouco o Hospital ao



exterior e resolver o problema do estacionamento, que o António Babo propunha que fosse enterrado atrás e havia essa ideia de devolver o jardim à população. Aliás, os espaços exteriores, aquela mancha arborizada foi interrompido, foi muito prejudicada, e nasceram mais umas coisas avulsas, nasceu uma farmácia e nasceu aquela casa “Macdonalds”, que tem uma certa piada pois, no fundo, é uma casa de acolhimento de famílias de crianças que estão lá com alguma permanência, durante algum tempo e vão para lá as famílias e estão ali a apoiar, no fundo têm um quarto onde podem cozinhar e há essa lógica, e foi outro edifício que apareceu com essa nova pretensão, já depois do estudo do António Babo.

Este Administrador [Presidente do Conselho de Administração, Dr. António Ferreira] já está há 10 anos, e a exposição pode ser o fecho de ciclo e não sei se quererá continuar por muito mais tempo; não se perspectiva a curto prazo que vá continuar e provavelmente virá outra direcção.

Houve situações mal resolvidas, que foi o metro, e umas coisas que eles sempre foram contra, existem umas passagens por baixo para as urgências que foram e estão tapadas e não há intenção de alteração, apesar do António Babo sugerir a reabertura; mas agora não fazem falta, com na altura daquela inserção do metro, proposta ao longo da frente do hospital, e que alimentou aquela novela toda.

Esta direcção sofreu um pouco com a sua autonomia, e nunca ligaram muito bem à Câmara [Municipal]; há ali uma relação que nunca foi muito bem resolvida com a Circunvalação, com aquele espaço todo.

Pontualmente há administrações que se dão bem e que conseguem algumas coisas e outras não e houve um certo enquistamento de posições.

**RM:** Quanto à inserção urbana do metro, achou-se que o metro era uma barreira e que era perigoso, mas houve uma tentativa, inclusivamente, de intervir na alameda Hernani Monteiro, naquele sector da Circunvalação, o Adalberto Dias fez a inserção urbana da frente do Hospital que deu o que (não) deu, mas propunha enterrar o trânsito de atravessamento da Circunvalação, e à superfície ficava só a serventia ao Hospital, transportes colectivos o metro, sendo que o acesso à urgência era pelo tal e o “cut-and-cover” agora entulhado, aliás como o atravessamento da rua de Roberto Frias pelo metro.

**PS:** Estão em curso estudos e projectos da área metropolitana para reconverter a Circunvalação e também houve aí uns planos do programa Civitas que teve também uma

intervenção, que até tinha um autocarro eléctrico de plataforma baixa, umas ciclovias, e no âmbito desse projecto de mobilidade havia outro estudo para a Circunvalação, para resolver a história do interface, mas tratou-se de mais um estudo que ficou no papel, por concretizar. Acho que não há uma reflexão muito sistemática (...); há impulsos que às vezes têm força suficiente e se concretizam ou então não têm força suficiente e morrem. E concretizam-se normalmente de forma avulsa. O Metro tinha que passar, fez-se e pronto, e acabou, ficou como ficou... O Metro resolveu aquilo que queria, a linha foi um sucesso, tem muitos clientes e só haverá um novo impulso quando o Metro quiser.

**RM:** Falou-se numa segunda fase do Metro, que provavelmente agora não se fará. Havia um outro ramal da linha amarela que passaria por a Roberto Frias, atravessava a Circunvalação e depois parece que ia para S. Mamede de Infesta, virava e fechava na Senhora da Hora.

**PS:** Há muitas discussões acerca da importância do rebatimento, mas há aqui um problema crítico, que é a capacidade da linha; esta linha está muito carregada e há pontos que estão no auge, no máximo; mas esta linha, que vem de Gaia está estranguladíssima; estava-se a pensar fazer uma coisa que muito discutível, pois na zona da Asprela havia uma descontinuidade da linha, para a poderem carregar de uma determinada maneira para o centro e de outro modo não seria possível aumentar a capacidade; o que viesse de fora, se continuasse a entrar na cidade saturava o centro, que não aguentava mais carga. No fundo, chegam mais linhas ao centro do que as que saem. Era uma espécie de interruptor, uma interrupção de frequência; mudavas o que tinhas de mudar para ir para o centro, o que é estúpido, fazias aquele bocadinho até à estação da Asprela, e mudavas de comboio para ir para o centro, por causa de uma questão que é a capacidade de carga que está no limite, em cerca de 3 minutos, ou 3 minutos e pouco, de frequência, consegue-se meter o máximo de comboios, não se consegue mais, e se há muita coisa a rebater para ali, não pode ser, não aguenta... ou uma ou outra... Está tudo muito em discussão.

**RM:** Esta ideia do metro foi objecto de umas conversas, não mais do que isso, do que o que falta fazer, sobretudo o que se pode ainda fazer na Asprela, com a Metro do Porto, o Prof. António Cardoso, com o Reitor e mais pessoas da Universidade do Porto, pensando que não se consegue construir, a partir de determinado momento quando o espaço e a infraestrutura ameaça saturar; quando se ocupou a área central que ainda tinha um espaço

muito “verde”, aliás de terrenos encharcados que foram drenados nos anos 60, com a Escola Superior da Educação, do IPP, a Faculdade de Ciências de Desporto e depois mais tarde com a Psicologia, mas já pensando em novas funcionalidades, na Faculdade de Psicologia e na Medicina Dentária. Aliás o próprio Luíz Cunha, no último plano dele, faz um parque naquela zona, deixando de fora apenas os terrenos mais elevados onde está o IPATIMUP e pouco mais. Mas a questão topográfica, esta questão dos terrenos baixos já se punha desde o Viana de Lima com a Fac. de Economia que está a uma cota muito baixa. Mas então voltou-se a falar, não de um Pólo de modelo anglo-saxónico, mas de uma polaridade urbana, qualquer coisa que desse alguma unidade àquela zona numa ideia de fazer cidade com a Universidade. A minha opinião foi sempre contra a segregação funcional. Esta “ainda periferia” precisava de habitação, residências de estudantes, áreas comerciais, aliás os equipamentos todos eles têm parque, livraria, biblioteca, cafetaria, e sucessivamente perdeu-se a oportunidade de algumas dessas valências estarem viradas para fora também, como, por exemplo, um hotel pode ter uma cafetaria ou loja com porta para a rua e porta para dentro, e funcionar com um desempenho urbano mais favorável, mas então voltou-se a falar numa situação que era o condicionamento da Roberto Frias...

**PS:** Essa não era a ideia do António Cardoso?

**RM:** Sim, mas sobretudo na perspectiva de um campus universitário. De qualquer modo, seria a qualificação da Rua de Roberto Frias como alameda central da Asprela, estruturando a recomposição de um programa que conjugue a escala local com as escalas urbana e regional.

Neste eixo passaria o prolongamento metro, o transporte colectivo, sendo que o viário seria resolvido com uma tangente à A3, uma paralela que cosia aquela malha toda cortada completando o nó da A3 com a Circunvalação, fazendo essas peças, esses artefactos... que estão incompletos. Ninguém entra ali para sul e estando perto do nó é um pouco estúpido ter que atravessar a Asprela se se vai para Gaia ou para o centro da cidade, pela A3, poderia... neste sentido é que se voltou a falar inclusivamente no metro e noutros aspectos o que ainda se pode talvez pensar fazer.

Eu estou a preparar um esquema, um cartograma com algumas dessas peças para apoiar a retoma da discussão sobre a Circunvalação e a Asprela.

**PS:** Pois, porque eu acho que há essa situação toda...

**RM:** Repegando em ideias que apareceram e que desapareceram como a [da Estrada da Circunvalação, no tramo correspondente à Alameda] de Hernani Monteiro e de outras...

**PS:** Pois eu acho que há-de haver sempre, neste momento não há ainda, há-de haver em alguma altura em que a Câmara terá de rever e revoltar a repensar aquilo e há sempre a tentativa, o vício de começar de novo, do zero e de perder um pouco...

**RM:** Isso é um problema do planeamento urbanístico, que muitas vezes, as soluções são, acontecem, por vezes, coincidências... os projectistas nem conheciam, ou estavam fora dum contexto qualquer, numa discussão qualquer, mas têm a mesma ideia; a ideia está latente no território, a mesma ideia, ou então, retomam-na de coisas dos planos anteriores.

**PS:** Por exemplo há outro engenheiro, professor lá da FLUP, que estudou as vias todas, toda a circulação, tem o modelo daquilo tudo, que é o que o Zé Pedro Tavares, no âmbito do Civitas que te falei; podia-se pegar nesse modelo e testar o que acontece, ou não acontece, há essas ferramentas mais disponíveis para isso, o problema é que, digamos, são impulsos muitas vezes, a Câmara neste momento não está agora a reflectir sobre isso, não conheço ninguém que esteja com essa perspectiva, o metro era um motor, deixou de o ser e não vai ser tão cedo; esse motor está na fase de entregar o serviço a um terceiro, por isso ainda menos... só quando houver outra vez um impulso de expansão, mas também acho que o impulso de expansão que foi feito, ali havia claramente um sobredimensionamento, fazer um Y ali, digamos, era uma coisa completamente estúpida, tendo uma aqui, ou se desactiva esta; estão ali já uns milhares construídos e gastos, quer dizer, estão os buracos tapados, que é esse da urgência e da Roberto Frias. Para que é que se vai gastar mais um tanto a furar, fazer mais um estudo, numa época em que temos menos dinheiro, e essa lógica de expansão surgiu ainda com a batuta de que é possível fazer muita coisa, que não há limite, que não é preciso rentabilizar o máximo o que temos...

**RM:** E de qualquer maneira esse aspecto, essa costela, digamos, que temos da Metro, da inserção urbana, foi muito interessante para a cidade...

**PS:** Pois foi, foi, mas já não estão cá os grandes motores da Metro, na altura o Oliveira Marques e o Duarte Vieira, que pegaram naquilo e deram alguma força, houve ali um certo sobredimensionamento.

**RM:** Não era só a parte esquelética da plataforma...

**PS:** Mas se eles tivessem tido mais contenção, se calhar eles tinham ido mais longe... mas

no fundo cada um queria mais, era uma galinha de ovos de ouro, cada autarquia queria a sua obra... e também o que estava pensado, a 1ª fase era mesmo aquilo...

**RM:** Quer dizer é, na minha opinião, ou se fazia mais esquelético, ou mais cidade, mais uma perspectiva mais urbana...

**PS:** Sim a alternativa... a diferença era física... deveria ter havido alguns limites, alguma maior participação das Câmaras... há coisas que foram feitas verdadeiramente anormais, como há na Rotunda da Boavista um túnel feito para ligar à Avenida de França, foram uns gastos estúpidos...

**RM:** Na Asprela há aquela história magnífica do Parque Urbano... sabes a história não é? O metro estava disposto e estava interessado em instalar o Parque e chegou-se a fazer um estudo prévio do parque. Um *Estudo Prévio-Plus*, com um estudo de cotas mais rigoroso para dar o salto para um projecto de execução, inclusivamente sem haver projecto geral; havendo um bom estudo prévio com a solução fundamental... dava para lançar a obra... sim, ia-se para o pormenor para lançar a obra, porque afinal de contas era um parque...

**PS:** Sim, porque é que não fizeram ali e fizeram noutros sítios, sítios em que fizeram obra a mais e ali não foi...

**RM:** A razão, a motivação do metro é que precisava de constituir uma bacia de retenção, para que não fosse dar-se um transvase de entrar água pelo túnel adentro e ir parar ao Douro, ou qualquer coisa, ou encharcar a baixa e acumular a água; mas então fizemos os desenhos do parque com uns muretes e uns percursos, valorizando e completando o coberto arbóreo existente, que são uns choupos, salgueiros, ulmeiros e vidoeiros, que curiosamente estavam em bom estado de conservação, embora a água estivesse com mau aspecto, muito colorida, mas as árvores são muito resistentes; os ulmeiros e os vidoeiros, não há nada de mal que lhes pegue; mas para resolver a bacia de retenção, em vez dos percursos em muretes, a Metro decidiu desaterrar, baixar a cota do terreno, muito simplesmente, e emparedar a trincheira da saída do túnel, até uma determinada cota, a cota da cheia máxima, e assim resolveu o seu problema e ficaram as árvores principais tendo sido algumas abatidas; as principais, mais vistosas, ficaram em cima de uns montículos de terra numa paisagem “esburacada”, agora já coberta pela vegetação; eu cheguei a fotografar essas obras, porque também estávamos em obras nos arruamentos da inserção urbana; aquilo estava tudo descascado; a história da bacia de retenção é uma história

incrível e rebuscada, porque as notícias-testemunhos das duas grandes cheias, a última das quais relatada por um horticultor que continuava a cultivar no meio das obras, com autorização da Reitoria da Universidade do Porto, um senhor chamado Mário Soares, que contava uma história magnífica. Ele geometrizou a ribeira para melhorar a rega e compor os seus campos hortícolas, e contava que em determinado dia ficou tudo alagado, mas passado um bocado a água tinha desaparecido, portanto descreveu um episódio de refluxo e quando se foi ver, estava uma carcaça de uma vaca no caneiro debaixo da António Bernardino de Almeida; e a outra cheia terá sido provocada por electrodomésticos no mesmo buraco.

Ainda acerca do Hospital de S. João, gostava que me ajudasses a perceber o enquadramento do programa, o que orientou o seu dimensionamento. Pedi à Administração [do HSJ] a indicação da pessoa ou serviço mais indicado para consultar, mas ainda não obtive resposta. Todos estes equipamentos foram dimensionados para determinada carga que não é a da actual exploração, e a expansão está, creio, fora de causa, porque não programada, sendo difícil de compatibilizar com o preexistente, e por falta de espaço. Refiro-me à situação actual e não a uma eventual perspectiva de crescimento futuro. Por exemplo, a Engenharia foi pensada para 4.000 alunos, por exemplo, e de momento tem quase o dobro; a Economia, no programa base aquando do início dos trabalhos de projecto, em 1961, o programa tinha um rácio fantástico de área por cada aluno, era uma escola com uma perspectiva funcional diferente... agora os alunos não cabem lá, têm que desmantelar a cantina e já há vários anos têm um projecto para construir uma cantina lá fora, que não foi avante. O projecto foi desenvolvido pelo José Luís Gomes, no Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura e incluía ainda uma residência de estudantes, com localização a nascente do edifício do Viana de Lima.

Eu gostava de confrontar os rácios iniciais com os actuais, do Hospital de S. João, o número de Médicos, de Dirigentes, Investigadores, enfermeiros, auxiliares, camas, a expressão do ambulatório, das consultas externas, um conjunto de dados estatísticos ou estimativas.

**PS:** A exposição do cinquentenário tem esses elementos de 2009, e tenho um painel onde está essa informação toda, embora tu também a possas recolher no site do Centro Hospitalar, que talvez esteja mais actualizado, no Plano de Actividades ou no Orçamento.

**RM:** Não estou a fazer uma análise quantitativa, mas preciso de uma escala, de um padrão quantitativo, saber com o que estou a lidar, quer no Hospital de S. João, quer nas Escolas; a [Faculdade de] Engenharia e o ISEP são muito grandes, o IPO tem um ambulatório que é enorme, maior do que se possa imaginar, e pelo tema é uma coisa muito difícil, funciona com o envolvimento das famílias. De qualquer modo, o S. João inclui serviços e entidades autónomas.

**PS:** A Escola Superior de Enfermagem, é autónoma do S. João, mas está dentro do recinto, e é um interessante edifício modernista, mas não sei quem foi o arquitecto autor do projecto.

**RM:** É desenhada pelo arquitecto António Afonso, o mesmo que desenhou os edifícios mais antigos do IPO, e os espaços exteriores são da autoria do Arquitecto Paisagista Ilídio de Araújo, mas esses espaços estão já, em parte, profundamente alterados.

A entrada principal do São João ainda é aquela ao cimo da rampa?

**PS:** Essa é a mais institucional. Nesta reformulação, foi criada uma espécie de gabinete, uma recepção, que é do lado esquerdo [nascente], aquele lado da sala de espera grande, com um balcão e depois com uma triagem, onde se seguem as linhas pintadas no chão, e agora entra-se pelo nível 1 e antes, entrava-se pelo nível 2, e aí é que era triagem das visitas, mas agora deixou de ser assim. Porque as urgências passaram a ser autónomas, que são do outro lado; deixou de haver esse conflito por baixo da rampa, onde as ambulâncias entravam. As urgências estiveram aí, mas isso desapareceu tudo e foi para o lado. Como era um Hospital Escolar, inicialmente não tinha urgências; só muito mais tarde é que passaram a ter as urgências. Até se conta uma história, que parece não ser verdadeira, que foi o acidente ferroviário de Custóias [de 1964, com 90 mortos e 105 feridos], onde morreu muita gente, tendo sido montado um Hospital de campanha, e que motivou a construção de um Serviço de Urgência no Hospital de S. João. Mas vendo nos papéis, essa história é desmentida, pois a valência já estava pensada, tendo sido concretizada passado algum tempo.

**RM:** O HSJ é uma cidade, é muito grande, uma parte substancial da carga funcional existente na Área Central da Asprela.

**PS:** Tem quase 5.600 funcionários e se somares a Faculdade, mais os alunos, mais os doentes, os visitantes, quer dizer, está ali muita gente e todos os dias... não se sabe muito

bem... há quem fale em 10.000... em 15.000.... Não se sabe, mas deve andar por aí...

**RM:** Eu tenho um número, o da Carta de Objectivos Comuns, do nosso projecto de 2001, em que o Hospital tinha cerca de 10.500/11.000 pessoas... uma estimativa, incluindo todos os usuários; mas agora cresceu um pouco... A Faculdade de Medicina tem cerca de 2.400 pessoas entre professores, investigadores, funcionários administrativos e pessoal auxiliar, incluindo os alunos, mas sem contabilizar visitantes, segundo dados dos Recursos Humanos. Uma dado que eu nunca consegui saber, foi o número de carros, já nessa altura ninguém sabia.

**PS:** Agora há pessoas que têm os carros nos parques exteriores. Dantes havia um parque A (mais caro, dos Directores, etc) e B (mais barato, dos funcionários), e eram pagos com “tiquets”, mas quando isto foi alienado à Braga Parques, que foi quem passou a fazer o controle da entrada e saída dos parques, cada um dos funcionários pagava um tanto para ter o carro ali. No último ano, os parques A e B são geridos em conjunto, como parque único, e todos [os utentes] pagam o mesmo. Não será muito difícil, será fazer umas contas, porque é saber os lugares que cabem nas áreas. Como o parque habitacional cresceu, há muita gente que acaba por ter avenças nesses sítios. A STCP, também chegou a ceder-lhe [ao HSJ] um parque ali na Areosa, na antiga “remise”.

Cheguei a falar com o António Cardoso, mas não se concretizou, para ele ceder aquele terreno de topo junto à linha do Metro [na frente da rua Dr. Bernardino de Almeida], ao lado FCDEF, que já se pensou para a Faculdade de Nutrição, mas que nunca se concretizou; é um lote da Asprela que ainda está vago.

**RM:** Para onde tínhamos também previsto um hotel, bem como uma componente comercial e residencial.

Também se pensou na Escola de Gestão do Porto, a EGP, que foi agora para Matosinhos... o Professor António Cardoso ainda pensou na Quinta de Lamas, mas está num processo de classificação, e existem outras intenções. A questão da propriedade, dos terrenos que estão por regularizar, levanta uma série de problemas à Reitoria, e é um assunto que estás a tratar. Tenho um documento [*planta síntese à escala de 1/1.000, impressa*] teu com a identificação dos dois loteamentos.

**PS:** Eu fiz estes dois loteamentos [*assinalando na planta*], um a nascente e outro a poente da Roberto Frias. A ideia era consolidar os lotes...



**RM:** Estes terrenos tinham sido todos comprados pelo Estado...

**PS:** Só que alguns ainda não estavam registados... foi necessário organizar o processo de registo em nome do Estado e depois o outro registo para a Fundação da Universidade. O processo de transferência do Património do Estado para Património da Universidade foi feito posteriormente com aportes do Ministério das Finanças. Mas como eram áreas muito grandes, com muitos hectares, eram necessários estudos de impacto ambiental e, por outro lado, eram processos muito pesados, por causa das cedências, das obras de urbanização e dos contratos de urbanização... Havia aqui um [tipo de] procedimento que depois se chegou à conclusão que não era o mais adequado para isto. No fundo existiam interesses comuns entre a Câmara e a Universidade, e então a forma mais lógica era haver permutas entre aqueles terrenos que a Universidade ocupou e aqueles terrenos que a Câmara ocupou, ou aqueles terrenos que não foram ocupados pela Câmara, e entretanto construíram-se ruas e tinham que ser cedidos à Câmara [integrando o domínio público], e então foi esse processo que foi feito. Nós, o que fizemos, foi esquecer o que está construído e seguir as regras de impermeabilização, se cumpre ou não o PDM, teve que se fazer este jogo todo para tudo ficar bem, mas ainda assim era um processo muito demorado e complicado, e chegou-se à conclusão que nunca mais daqui sairíamos, então voltamos para trás e começamos como se não existisse nada; [ignorando os aproveitamentos construtivos, e considerando que] há aqui só terrenos, e existe um cadastro, há arruamentos antigos que são municipais, que são do domínio público e estão identificados e há um conjunto de terrenos que são da Universidade, depois aqui a Universidade construiu um conjunto de equipamentos, que terão [correspondência a] lotes, mas isso não nos interessa particularmente, interessa-nos é saber dos terrenos que eram públicos e que a Universidade ocupou, como estes caminhos antigos; tens o cadastro dos terrenos do domínio público ocupados pela Universidade, e que esta vai comprar à Câmara, vai trocar com a Câmara, e depois há terrenos que a Câmara vai ficar com eles, por isso não há troca; e este também é público é para a Câmara; no fundo a Universidade cede este, este, etc. e a Universidade ocupou aqui umas ruas aqui, ali também ocupou algumas coisas... não constitui lotes... os terrenos eram assim, haviam vários terrenos... mas depois agrega tudo; no fundo tu fraccionas, se o terreno tinha isto, este bocadinho regista e passa para o domínio da Câmara e fica em duas partes, regista-se este e este em nome da Universidade e depois faz-se uma

agregação, agrega esta parcela, mais esta parcela, mais esta, esta e esta e faz-se um lote para uma escola... e para as outras escolas faz-se a mesma coisa... nesses lotes [assim conformados] para cada escola é que se tem que cumprir o PDM, os indicadores [índices urbanísticos estabelecidos]; aliás alguns estacionamentos tiveram de ser “desimpermeabilizados” para cumprimento dos rácios para os edifícios do INEGI e no INESC, se fores lá ver, aquilo está “furadinho”...

**RM:** Pois, porque eu pensei que talvez tivesses usado aquele raciocínio que, no limite eram todos e somavam-se os terrenos todos e somavam-se as implantações todas...

**PS:** Nós aqui não estávamos preocupados com a validação ou não dos edifícios; estávamos é preocupados agora era com a legalização dos terrenos, por isso foi troca de terrenos, apenas; fez-se isto porque depois teve-se que fazer a conta da área de construção e de impermeabilização permitida para cada terreno, limitada aos tais 60% de impermeabilização, e esse valor é que dá para enquadrar a construção (...). Mas foi isso que foi feito, apenas troca de terrenos, a permuta deste com aquele e chegou-se à conta do “deve a haver” e há um saldo que era favorável à Universidade e [as partes] chegaram então a acordo; embora haja agora este lote que ainda ficou da parte da Universidade, o António Cardoso quis assim para permitir alguma folga [em favor da UP] e para [o balanço] não ser tão desequilibrado. Também tenho um ou dois mapas disto, se quiseres, porque isto foi um processo, foi só uma avaliação que foi feita depois dos loteamentos. Mas chegamos à conclusão que era tudo tão complexo...

**RM:** Eu quando cheguei a este processo à Asprela, porque houve um concurso para escolher um consultor, um urbanista, no fundo para uma operação que se chamava “Coordenação Geral dos Projectos da Asprela” e que deu na tal “Carta de Objectivos Comuns da Asprela” que foi publicada pela Afrontamento, e desenvolvida como Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, que é o desenho que orientou toda a Inserção Urbana da Metro do Porto, a modelação do conjunto, o sistema dos espaços públicos, a definição da UPTC, do I3S, Parque Urbano e restantes funcionalidades ... quando eu cheguei a este processo, deparei-me com procedimentos de decisão por *autonomia administrativa*; portanto a Universidade fazia os projectos, fazia as obras, construía e não avisava a Câmara, não pedia licenças de construção, e a partir de certa altura começou a licenciar os projectos junto à Câmara Municipal... Já no nosso tempo em

2001, já se pedia e pagava-se, pagavam-se as taxas, pagava-se isso tudo, mas antes também tinha ligar as redes, teve de instruir os processos no SMAS e na EDP e compilar os pareceres das licenças de utilização. E estudei nos arquivos da Câmara os inúmeros pareceres e despachos sobre esse assunto. E claro, na Câmara, o Rui Feijó, os engenheiros da Via Pública, o António Belo, a Lurdes Carreira, e mais tarde o Carapeto, entre outros, atestavam acerca do desconhecimento que a Câmara tinha dos processos. A partir de certa altura as coisas começaram a ser, digamos, todas formalizadas e este processo também correspondia a isso, a tentar legalizar tudo; isto foi o tempo ainda do Carapeto que sugeriu um loteamento, e estivemos imenso tempo a fazer isso, para aí 6 meses a fazer o loteamento, mas dava muito trabalho, um trabalho cirúrgico de reconstituição de tudo, terrenos, limites dos terrenos, e lá não havia e pegar nos documentos dos Conservadores a ver se havia ou não havia, e lá conseguimos articular aquilo, e conseguiu-se perceber que aquilo estava mais ou menos consistente, mas depois isto era tão burocrático, que a própria Câmara é que disse, mas porque é que não se faz ao contrário? Até foi ainda o Miranda que sugeriu isso, por uma pergunta; então por esse processo que foi tudo; é uma coisa muito complicada com os procedimentos todos e verificar as coisas que estão feitas, se estão bem, se não estão bem e fazer já cumprir as coisas;

**RM:** Imagino, cumprir os rácios de estacionamento próprio,

**PS:** E depois andamos para ali a inventar coisas, que nunca mais de lá saíamos, quer dizer...

**RM:** Porque, por exemplo na própria Engenharia, falei com o Pedro Ramalho e ele diz que foi durante o processo, quando a Engenharia se mudou para lá foi uma surpresa a taxa de motorização dos alunos, que não era nada daquilo que estavam a contar.

**PS:** Pois, pois isso mudou muito... foi uma surpresa; aliás, esta rua estava em projecto, e ela tinha estacionamento linear, e por causa disso, começou-se a ver que era muito pouco e pôs-se em espinha, que foi uma forma de ganhar alguns lugares, que não eram muitos, mas pronto...

Pronto, eu fico assim, mando-te esta informação mais recente que fiz... este apontamento do loteamento, não porque não teve consequência e a informação do HSJ.

**RM:** Quero ver se pego nas fichas depois... pois eu fiz um ensaio com o Pedro Ramalho, que achei que a ficha era muito rígida, mas não percebi bem porque aquilo afinal mexe-se

e altera-se o nome e depois se se tiver dificuldade fazemos uma ao lado e depois incorpora e encaixamos umas páginas ali, não vai ser muito complicado; a mim faz-me impressão ter fichas muito grandes , coisas dentro umas das outras, que por exemplo tem uma designação, um tema muito genérico, uma acção, uma medida que depois é subdividido, desmultiplicado, que obriga a ir ao início. Eu preferia ter uma página repetida em várias fichas, e dar autonomia à própria ficha, que a qualquer momento aquilo tira-se uma fotocópia e ... como documento, pode ser tudo integrado e depois tira-se um caderno de fichas só e em cada uma está... ou sub-fichas, com uma autonomia, com sub-acções; com um ficheiro mais claro, há um corpete, e pode-se pegar numa só, e trabalhar uma só, um tema só.

**PS:** No outro dia também ligou o Luís Guedes Carvalho e perguntou qual era a prioridade; eu faria uma média das prioridades todas, embora depois quando estou a falar numa ficha específica, numa sub-ficha, posso nas observações dizer, esta é prioritária, aquela não é, e posso ali dar-lhe um carácter diferente e nessa leitura depois faz-se e depois quem leia a ficha fica com o geral... pois foi a forma, mas depois estávamos a cair num arco de fichas muito grande, muita quantidade.

Eu acho que vou fazer o seguinte, diminuir o número de sub-acções; eu vou fazer algumas coisas agregadas; há essa vantagem em agregar algumas coisas; pois ali coisas que eu estava a fazer troços, mas vou mudar.



### anexo **VIII.3. CRONOLOGIA INSTAURADORA**

1852				Criação do Conselho Superior das Obras Públicas	
1853				Houssman é nomeado Prefeito de Paris por Napoleão III	
1859				Aprovação do Plano de Ildefons Cerdà em Barcelona publica a <i>Teoría de la Construcción de Ciudades</i> (TCC), contendo a análise teórica que fundamenta sua proposta de plano de extensão e reforma da cidade de Barcelona, iniciado em 1855.	
	1864			Decreto-Lei que obriga a levantamentos topográficos	
	1865			Decreto-Lei n.º 10, de 19 de Janeiro, que institui a figura de Plano Geral de Melhoramentos, e que vigorará até 1934	
		1877		Inauguração da Ponte D. Maria Pia (ferroviária)	
		1879		Cemitério da JFP – primeira fase	
		1881		PLANO DE MELHORAMENTOS DA CIDADE DO PORTO – <b>CORREA DE BARROS</b>	CMP
				Ampliação do Cemitério da JFP	
		1883		Inauguração do HOSPITAL CONDE FERREIRA	
		1886		Inauguração da ponte D. Luiz I	
	1892			Carta Topographica da Cidade do Porto - Augusto Gerardo Telles Ferreira, publicada em 1893. (1870-1892)	
		1896		Inaugurada a gare ferroviária de S. Bento	
		1896		Estrada da Circunvalação – construída entre 1889 e 1896	
	1903			Regulamento de salubridade acerca das construções	
	1910			Planta do Porto – Arquivo Municipal do Porto	
1911				Instauração da República e eleição da Assembleia Nacional Constituinte	
1926				Golpe da Ditadura Militar (28 de Maio)	
1914				I Guerra Mundial	
1918					
1917				Revolução de Sidónio Pais (8 de Dezembro) – Lenine lidera a Revolução Socialista Soviética	

1926				Golpe de 28 de Maio	
1928				Salazar nomeado Ministro das Finanças e Duarte Pacheco Ministro da Instrução Pública	
1932				Fim da Ditadura Militar	
1932				Ministro das Obras Públicas e Comunicações – <b>MOPC – Duarte Pacheco (5/7/1932 – 18/1/1936; 25/5/1938 – 15/11/1943)</b>	
o		1932		PRÓLOGO AO PLANO DA CIDADE DO PORTO – <b>EZEQUIEL DE CAMPOS</b>	EC.CMP
1933				Advento do Estado Novo, com a constituição política de 1933. Salazar é Presidente do Concelho de Ministros Duarte Pacheco é MOP, e Ant. Ferro Director do Secret. Propaganda Nacional	
		1933		Decreto-Lei n.º 23052, de 23 Setembro – Bairros Sociais de Habitação Económica	
•		1934		Decreto-Lei n.º 24802, de 21 Dezembro – <b>Os Planos Gerais de Urbanização</b> – criado Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização	
		1934		Comissões Nacionais para as Instalações Universitárias (Coimbra, Lisboa e Porto)	
		1936		Decreto-Lei n.º 27262, de 24 Novembro- reserva de terrenos para os hospitais escolares e edifícios universitários de Lisboa e Porto	CANEU
1936				Duarte Pacheco sai do Governo   1º Congresso da União Nacional	
1936				Guerra Civil Espanhola	
1939				Abertura da Av. Combatentes da Grande Guerra	
		Anos 30		Carta da Cidade do Porto - CMP	
		1938		Conjunto da Reitoria, Direito e Letras na ZHE da Universidade de Lisboa – <b>PARDAL MONTEIRO</b> , redesenhado em 1952 Duarte Pacheco retoma o cargo de Ministro das Obras Públicas	
		1938		Bairro de Casas Económicas de Paranhos (rua Dr. Manuel Laranjeira (Planta geral)) (1935-1941), <b>LUIÍS AMOROSO LOPES</b>	IHRU
1938				IIT – Campus do Illinois Institute of Technology, Chicago, Mies Van Der Rohe (construído no pós-guerra, entre as décadas de 40-50)	
1939				II Guerra Mundial	
1945				<b>ARMÉNIO LOSA</b> é Director do Gabinete de Estudos do Plano Geral de Urbanização do Porto / CMP	AL.CMP
1940				Exposição do Mundo Português (23 Junho – 2 Dezembro) – Arq. Coord. / Pav. Descobrimientos (desmontado 1959- réplica de 1960) – <b>COTTINELLI TELMO</b>	
o		1940		PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO – <b>MARCELLO PIACENTINI</b> (1938-1940) c/ CB e VC	MP.CMP



1941		Exercícios curriculares na ESAP: Concurso Para Grande Composição Urbana. Tema: Hospital Distrital	
	1941-1949	Cidade Universitária de Coimbra – Cottinelli Telmo, 1941-1948 (iniciou as obras na década de 40) e Cristiano da Silva, 1949-1966. Plano el e projectos de arquitectura.	
o	1940	PLANO REGULADOR - GIOVANNI MUZIO (1939-1940)	GM.CMP
o	1942	PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO – GIOVANNI MUZIO (1940-1943)	CMP
1943		Morte de Duarte Pacheco (15-Nov)	
1944		Decreto-Lei n.º 33931, de 5 de Setembro – introduz a figura do <b>Plano Parcial de Urbanização</b> - PPU	
	1944	PLANO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO (DE EXPANSÃO) NA AREOSA – CMP, <b>ARMÉNIO LOSA E BERNARDO RODRIGUES</b> , 1944 – 1948 (planta de 1946), (habitação com comércio, serviços e indústria).	AL.DGOTDU
	1944	Igreja das Antas, FERNANDO TUDELA (inaugurada em 1954, e completada nos anos 60)	FT.DGOTDU
1945		FIM DA 2ª Guerra Mundial	
	1946	Decreto-Lei n.º 35 931, De 4 Novembro – Institui a figura do “ <b>Anteplano de Urbanização</b> ” – APU, substituindo o “Plano Geral de Urbanização” de 1934.	
o	1946	PLANO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO NA AREOSA – <b>CMP / GEPGU</b> (Centro Desportivo)	DGOTDU
1947		ANTEPLANO REGIONAL DO PORTO – <b>ANTÃO DE ALMEIDA GARRETT</b> (ARRU)	DGOTDU
o	1947	Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC – <b>Arantes e Oliveira</b> (de 02/04/1947 a 02/04/1954)	
	1948	ANTEPLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO – <b>ANTÃO DE ALMEIDA GARRETT</b>	CMP
	1948	Carta Militar de Portugal, Série M888, esc. 1/25.000 (1ª edição), IGE 1948, f.122 (PORTO)	
	1948	1º Congresso Nacional dos Arquitectos ODAM – Organização dos Arquitectos Modernos	
	1948	PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DO PORTO - CMP	
1949		Aquisição pelo Estado da Quinta do Campo Alegre	
	1949-1952	Contrato de Urbanização com a CMP	
•	1951	Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de Agosto – institui o <b>RGEU</b> – Regulamento Geral das Edificações Urbanas	
o	1952	PLANO REGULADOR DA CIDADE DO PORTO – <b>ANTÃO DE ALMEIDA GARRETT</b> (pub. CMP 1952) [ <b>1946-1954</b> ]	DGOTDU
	1952	Estádio das Antas, <b>OLDEMIRO CARNEIRO</b> (demolido em 2004)	FCP

1954 a 1967					HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE Sta. MARIA – inauguração	
					Ministro das Obras Públicas – MOP – <b>Arantes e Oliveira</b> (MOP de 02/04/1954 a 12/04/1967)	
		1953			ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR – <b>ARMÉNIO LOSA, (1950- 1956)</b> , (ver desenho de 1953 in MM, 218). Aprovado em 1954	DGOTDU
		1954			HOSPITAL ESCOLAR DO PORTO – <b>HERMANN DISTEL</b> (1938-1959 inauguração), (desenhos de 1954) (a Faculdade de Medicina instala-se em 1959 no HEP)	HSJ/PS-IM
		1954			Definida a “ <b>Zona de protecção do edifício do Hospital Escolar do Porto</b> ” a 16 de Julho de 1954, por Eduardo Arantes de Oliveira, MOP.	
1955 a 1961					Publicação do Inquérito à Arquitectura Popular	
		1955			PLANO DE URBANIZAÇÃO DO CAMPO ALEGRE _FUTURA ENTRADA DA CIDADE PELA PONTE DA ARRÁBIDA – <b>JANUÁRIO GODINHO</b>	UP
		1955			Plano da Cidade Universitária de Lisboa – Norberto Correia e João Simões	
o		1956			PLANO DE MELHORAMENTOS CAMARÁRIO (DL n.º 40619, de 28 de Maio de 1956), (40616, de 20 de Maio) introduz a alteração do uso do solo, permitindo a sua valorização em áreas onde a edificação era interdita pelo Plano Regulador	CMP
		1956			Adjudicação da construção da PONTE da ARRÁBIDA	
		1957			PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR – <b>ARMÉNIO LOSA</b> , (PLANO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO)	AL.DGOTDU
		1959			VIA NORTE – abertura ao trânsito, c/ 4 faixas – Último CIAM	
1959					Planta Topográfica da Cidade do Porto – ST.CMP	
		1960			Proposta de AMPLIAÇÃO DA ÁREA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO	UP
		1960			ANTE-PROJECTO DA CUP – <b>OLDEMIRO CARNEIRO</b>	OC.CDFAUP
		1960			Faculdade de Economia da Universidade do Porto – <b>VIANA DE LIMA</b> – 1960/1969/1974 (inauguração)	VL.CDFAUP
		1962			PLANO SUMÁRIO DE IMPLANTAÇÕES – <b>OLDEMIRO CARNEIRO</b> , 1962 – EM 1965 ENTREGA O 1º PLANO PARA A CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO ( <b>CUP</b> ) [Também referido como Plano Geral da CUP, de 1960 (MM)] (60-65). LUIZ CUNHA trabalha no Gabinete de Urbanização da CMP	OC.CDFAUP
o		1962			PLANO DIRECTOR DA CIDADE DO PORTO – <b>ROBERT AUZELLE</b> – CMP (iniciado em 1956 - 1962, aprovado em 1964) (delimita a CUP e a Zona de Protecção do HEP) Alterada a filosofia do Plano Regulador, tornando necessária a sua revisão pelo Gabinete de Urbanização da CM, sob a responsabilidade de Auzelle (memo – Arquivo Municipal), (localiza a FLUP na Asprela)	RA.CMP
		1963			Inauguração da Ponte da Arrábida – <b>EDGAR CARDOSO</b> (projecto de 1952, obra de 1953 a 1963)	

			VCI – 1ª fase		
			ANTEPLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO DO NOROESTE PORTUGUÊS – <b>ANTÃO DE ALMEIDA GARRETT</b>		AG.DGOTDU
			PLANO DE CONJUGAÇÃO INTERCONCELHIO A NORTE DO HOSPITAL DE SÃO JOÃO (PORTO) – <b>HEITOR BESSA</b>		DGOTDU
	1971		Decreto-Lei n.º 560/71, de 17 de Dezembro – converte os Anteplos de Urbanização em <b>Planos Gerais de Urbanização Criação do Centro Hospitalar de Coimbra</b>		
			Escola Superior de Enfermagem (desde 2007) (o D-L n.º 175/2004 de 21 de Julho, determina a fusão das escolas de enfermagem públicas do Porto) (1977)		
			PLANO ESTRUTURA – <b>LUIZ CUNHA</b> , 1973 (PLANO PARA O PÓLO 2 da UP)		LC/UP
			INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DO PORTO / IPO – <b>ANTÓNIO AFONSO</b>		IPO
1974			Golpe de Estado militar, ocorrido a 25 de Abril de 1974, que depôs o regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933, e que iniciou um processo que viria a terminar com a implantação de um regime democrático, com a entrada em vigor da nova Constituição a 25 de Abril de 1976.		
		1977	Definida a <b>Zona de protecção do Hospital Escolar do Porto e Zona limite da Cidade Universitária do Porto</b>		UP
		1977	Criação do Grupo Coordenador das Instalações da Universidade do Porto, por despacho conjunto dos secretários de estado do Ensino Superior e das Obras Públicas (22 de Julho de 1977)		
o		1978	PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO – <b>DUARTE CASTEL-BRANCO</b> (1974-1978)		CB.CMP
		1978/79	Levantamento Aerofotogramétrico - CMP		
		1979-1983	Escola Superior de Educação do IPP – <b>NUNO TASSO DE SOUSA</b> – (formada em 1979, entrou em funcionamento em 1985)		NTS.IPPP NTS
		1984	Cemitério da JFP – 2ª fase (novo cemitério adjacente ao anterior)		
		1984	INSTITUTO PORTUGUÊS DE ONCOLOGIA DO PORTO / IPO – <b>ANTÓNIO AFONSO</b> / 2.ª FASE		IPO
		1984	Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica Portuguesa – <b>JOÃO ADÃO DA FONSECA</b> e Arquitecta Paisagista TERESA ANDRESEN		JAF
		1985	Plano Director do Hospital de S. João		HSJ/PS-IM
		1975 1994	PLANO DO PÓLO 3 da UP (PG, PB, AP) – <b>NUNO TASSO DE SOUSA</b>		NTS.UP NTS
		1985	Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto – <b>ÁLVARO SIZA</b> (1985-1996)		FAUP ASV
		1986	Universidade Portucalense Infante D. Henrique (UPT) – <b>ANTÓNIO LACERDA</b> (inauguração em 1994)		IPO
o		1987	PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – <b>DUARTE CASTEL-BRANCO</b> (1978/1987, aprovado em 1992)		CCB.CMP

			1987	PLANO DO PÓLO II DA UNIVERSIDADE DO PORTO – <b>LUIZ CUNHA, 1987</b> (Aprovado em 1988 como <b>PLANO ESTRUTURA</b> )	L.C.ADUP
			1988 1994	Plano Geral do Pólo 3 da UP, Sistema de Acessos, CMO/UP, NUNO TASSO DE SOUSA	NTS
			1989	VCI - 2ª fase	
			1989	IPATIMUP (1ª fase) – <b>SÉRGIO LOSA RAMALHO</b> 1992-1995)	SLR
	*		1989	Residências Estudantes – <b>LUIZ CUNHA</b> - PE (1991 - 1995)	LC:UP
			1989	BIC – Centro de Inovação do Porto – <b>CAMILO CORTESÃO e MERCÊS VIEIRA</b> – PE (ABR.1989) (1988)	MVCC
	1990			Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março – Regime Jurídico dos Planos Municipais de Ordenamento do Território	
	1992			Cartografia Digital – ST.CMP	
	1997			Carta Militar de Portugal – IGE - Série M888, esc. 1/25,000 IGE 1999, f.122 / PORTO. (2ª edição 1999)	
o			1993	PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DO PORTO – CMP – <b>DUARTE CASTEL-BRANCO</b>	CB.CMP
			1993	Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física – <b>CRISTIANO MOREIRA</b> (1985-1995)	UP
	**		1994	Faculdade de Engenharia da UP (FEUP) – <b>PEDRO RAMALHO e LUÍS RAMALHO</b> – EP (concurso) de 1988, primeira versão de 1989, AP de 1991 e PE/visão OUT.94, obra de 1996-2000 (mudança de instalações em 2000 e inauguração em 2001)	PR.UP PR
			1994	Faculdade de Medicina Dentária da UP – <b>DOMINGOS TAVARES, JOSÉ QUINTÃO, LÚCIO PARENTE</b> / CEFA (1989/1994) concl. 1997	CEFA/UP
			1994	VCI – 3ª fase	
			1994	VIA ESTRUTURANTE - GERSEI	
			1995	Inauguração da PONTE do FREIXO (1991-1995)	
	*		1995	Residências Universitárias – <b>LUIZ CUNHA</b> (1989, 1991/1995)	
			1995	Instituto Superior de Engenharia do Porto do IPP, edifício F – <b>FILIPE OLIVEIRA DIAS</b> (1995)	FOD/IPP
			1996	Loteamento do Núcleo Regional Norte da Liga Portuguesa contra o cancro / <b>LPCC</b> (1995-1996) (Urbanização de terrenos da Quinta da Azenha)	LPCC/CMP
			1996	IPO – Unidade de Cuidados Continuados – <b>TEIXEIRA DE SOUSA</b>	TS/IPO
			1996	PROJECTO DA ÁREA CENTRAL DO PÓLO UNIVERSITÁRIO DA ASPRELA – <b>RUI MEALHA</b> (EP/1996-1997; PP/ 1998-2002)	RM.UP - RM
	1997			CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS – <b>RUI MEALHA</b> (12.Nov.1997)	RM.UP - RM
			1998	Cantina Universitária FEUP – <b>PEDRO RAMALHO e LUÍS RAMALHO</b> (set.2098-2000)	PR

1998	Construção da <b>A3</b>			
2003	Serviços Académicos do IPP – <b>FILIPE OLIVEIRA DIAS</b> (2003)			FOD
2004	Centro Comercial Campus São João / hotel IBIS			
2004	IPATIMUP (2ª fase) – <b>SÉRGIO LOSA RAMALHO</b>			SLR
2000	PROJECTO URBANO DA ÁREA CENTRAL DO PÓLO UNIVERSITÁRIO DA ASPRELA (UP) – <b>RUI MEALHA</b> (2000-2004)			RM, UP / RM
2003 2006	Metro do Porto – Linha D ou Linha Amarela – Inserção Urbana – <b>RUI MEALHA</b> (2005 e 2006)			RM
2005	Faculdade de Psicologia e ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE-UP) – <b>FERNANDO TÁVORA E JOSÉ BERNARDO TÁVORA</b> (inauguração a 22/05/2006) Programa preliminar de 1984			JBT
2005	Edifício do INEGI – <b>PEDRO RAMALHO</b>			PR
2006	REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – <b>MANUEL FERNANDES DE SÁ</b> (2000-2003-2006)			MFS.CMP MFS
2006	Estação de Metro do Pólo Universitário – <b>ADALBERTO DIAS</b> (2005)			AD
2007	Inauguração da VIA ESTRUTURANTE da FEUP – rua D. Frei Vicente da Soledad e Castro			
2009	Edifício da UPTEC– Incubadora de base tecnológica - <b>RUI MEALHA</b> (1ªef/2006-2009; 2ªef/2010-2013)			RM,UPTEC RM
2010	V4C – <b>RUI MEALHA</b> (1ª f.)			RM,UPTEC RM
2011	Alterações ao PDM do Porto – CMP/DMPU/DMPPU			CMP
2012	Regularização do cadastro dos terrenos da UP na Asprela – <b>PEDRO SILVA</b>			PS,UP PS
2012	Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FM-UP) – <b>OFF4</b> Oficina de Arquitectos – <b>MANUEL GONÇALVES</b> e <b>NUNO DUBORJAL</b>			OFF4,UP
2013	Edifício Central da UPTEC (2012-2013) – <b>RUI MEALHA</b>			RM,UPTEC RM
2014	Edifício I3S – <b>JOÃO PEDRO SERÓDIO</b>			JPS,IPATIMUP JPS

anexo **VIII.4. DOCUMENTOS**

*[84 FICHAS]*



## **ÍNDICE DO ANEXO DOCUMENTOS**



## ÍNDICE DO ANEXO DOCUMENTOS

<b>01.</b>	<i>assunto</i>	Publicação no DIÁRIO DO GOVERNO – I SÉRIE – Número 299, de 21.12.1934, p. 2137-2141, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações do, <b>Decreto-Lei n.º 24:802</b> , que Obriga as câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes a promover o levantamento de plantas topográficas e a elaboração de planos gerais de urbanização		
	<i>data(s)</i>	<b>1934-12-21</b>		
	<i>processo(s)</i>	Lex		
	<i>tema(s)</i>	PLANTAS TOPOGRÁFICAS – PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO		
	<i>título(s)</i>	D-I n.º 24:802, de 21/12/1934		
	<i>fonte(s)</i>	arquivo dre <a href="http://digestoconvidados.dre.pt/digesto/(S(qxcs1qyhynlpqbztudfe245))/Paginas/DiplomaDetalhado.aspx?claint=19342530@s1">http://digestoconvidados.dre.pt/digesto/(S(qxcs1qyhynlpqbztudfe245))/Paginas/DiplomaDetalhado.aspx?claint=19342530@s1</a>		
	<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	DIGESTO: Documento: (297078) DECRETO LEI MOP
<b>02.</b>	<i>assunto</i>	Carta do Director da Faculdade de Ciências dirigida ao Reitor da UP, dando conta que o PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO da CMP inutiliza parte da quinta do Campo Alegre (Jardim Botânico, Pólo 3), solicitando que interceda junto do novo presidente da Câmara e poder central.		
	<i>assunto(s)</i>	Carta do Reitor da UP dirigida ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, enviando a exposição do C. Escolar da Fac. Ciências, e solicitando a sua apresentação ao Ministro		
	<i>data(s)</i>	<b>1942-10-22 e 1942-10-24</b>		
	<i>processo(s)</i>	Proc.189, N.º 4599, L.º 7, Fls.217		
	<i>tema(s)</i>	Processos de correspondência recebida e expedida pela Reitoria relativos à conservação, aquisição e construção de bens imóveis da Universidade do Porto.		
	<i>título(s)</i>	Processos de correspondência		
	<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP P46_Ac_Rscup_01_P.pdf		
	<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>03.</b>	<i>assunto</i>	Carta do Reitor da UP dirigida ao Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas e Comunicações solicitando a apresentação de ofício ao Ministro;		
	<i>assunto(s)</i>	Carta do Reitor da UP dirigida ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações aludindo às Obras do Hospital Escolar		
	<i>data(s)</i>	<b>1944-09-22 e 1944-09-24</b>		
	<i>processo(s)</i>	Proc.189, pp. 449 - 451		
	<i>tema(s)</i>	Processos de correspondência recebida e expedida pela Reitoria relativos à conservação, aquisição e construção de bens imóveis da Universidade do Porto.		
	<i>título(s)</i>	P46_Ac_Rscup_01_P		
	<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP P46_Ac_Rscup_01_P		
	<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>04.</b>	<i>assunto</i>	Publicação no DIÁRIO DO GOVERNO – I SÉRIE – Número 250, p. 1, do Decreto-Lei n.º 35:931 – <b>ANTEPLANOS DE URBANIZAÇÃO</b> – institui e aplica		
	<i>data(s)</i>	<b>1946-11-04</b>		
	<i>processo(s)</i>	Regime Jurídico do Planeamento Urbanístico		
	<i>tema(s)</i>	LEX		
	<i>título(s)</i>	DIÁRIO DA REPÚBLICA		
	<i>fonte(s)</i>	DIÁRIO DA REPÚBLICA		
	<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT
<b>05.</b>	<i>assunto</i>	Publicação no DIÁRIO DO GOVERNO – II SÉRIE – Número 182, de a de Agosto de 1954, p. 4926, da Zona de Protecção do Hospital Escolar do Porto, Pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização		
	<i>data(s)</i>	<b>1954-08-04</b>		
	<i>processo(s)</i>	AC-3022		
	<i>tema(s)</i>	HEP		
	<i>título(s)</i>	Área de Protecção		
	<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
	<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT

<b>06.</b>	<i>assunto</i> Publicação no DIÁRIO DO GOVERNO – II SÉRIE – Número 182, p. 4926, da Zona de Protecção do Hospital Escolar do Porto, Pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização
<i>data(s)</i>	<b>1977- (?)</b> (matriz original da peça gráfica de 1954-08-04, inscrip.)
<i>processo(s)</i>	AC-3022
<i>tema(s)</i>	HEP
<i>título(s)</i>	Área de Protecção
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT – Projectos de instalações [1927-2002]
<b>07.</b>	<i>assunto</i> Carta do Reitor da UP ao DGEBSA solicitando a reconsideração das obras das instalações desportivas suspensas devido ao Plano de Urbanização decorrente da construção da ponte da Arrábida no Campo Alegre. [Vêr comentário: relações com a Asprela]
<i>data(s)</i>	<b>1956-06-14</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0292 – 0293
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	DOCUMENTO – Of.º 76/42
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>08.</b>	<i>assunto</i> Ofício da DGEBSA dirigido ao Chefe do GMOP com despacho manuscrito <i>super</i> do DGEBSA, dirigido à CANEU, acerca das instalações desportivas do Campo Alegre.
<i>data(s)</i>	<b>1956-07-03</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0291
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	DOCUMENTO – Of.º
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>09.</b>	<i>assunto</i> Despacho do Ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira, acerca das INSTALAÇÕES UNIVERSITÁRIAS DO PORTO, contendo em anexo quadro com prioridades e faseamento
<i>data(s)</i>	<b>1957-01-16</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0287 – 0290;
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	DOCUMENTO – Of.º
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>10.</b>	<i>assunto</i> Nota de Serviço do Ministro dirigida à CANEU dando conta de envio de despacho, convocando o Arq. (Januário) Godinho e mais elementos da DOCUL (2 cartões manuscritos)
<i>data(s)</i>	<b>1957-01-11</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0285 - 0286
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>11.</b>	<i>assunto</i> Nota de Serviço Urgente do Ministro dirigida à CANEU dando conta de envio de despacho, convocando o Arq. (a zona Do Campo Alegre) Godinho e mais elementos da DOCUL (2 cartões manuscritos)
<i>data(s)</i>	<b>1957-02-09</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0283 - 0284
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>sonteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência

<b>12.</b>	<i>assunto</i> Informação da CANEU ao MOP acerca de prazos acordados com o AQRq. (Januário) Godinho para entrega do estudo prévio do Plano Geral das Instalações Universitárias no Campo Alegre, com relevância para as decisões acerca do programa da Asprela.
<i>data(s)</i>	<b>1957-07-15</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0281
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>13.</b>	<i>assunto</i> Nota de Serviço do Ministro dirigidas à CANIU acerca dos resultados esperados dos estudos de Godinho para o Campo Alegre, receando resultados desfavoráveis (2 cartões manuscritos)
<i>data(s)</i>	<b>1957-07-26</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 279 - 0280
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>14.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU ao MOP informando da possibilidade, segundo Januário Godinho, em instalar no Campo Alegre os vários serviços propostos pelo Reitor da UP.
<i>data(s)</i>	<b>1957-09-17</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0242 e 0278
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>15.</b>	<i>assunto</i> Ofício com informação desfavorável da CMP acerca da pretensão de edificação no Campo Alegre, estando reservados terrenos na área da Asprela, demarcados em PLANO REGULADOR DA CIDADE DO PORTO (Antão de Almeida Garrett, 1952) e ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR (Arménio Losa, 1954).
<i>data(s)</i>	<b>1958-04-30</b> (recepção a 5. MAI.58)
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0270 - 0274
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>16.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU ao MOP enviando e comentando o parecer da CMP que é desfavorável á pretensão de mais construções no Campo Alegre, estando reservados terrenos na área da Asprela, demarcados em PLANO REGULADOR DA CIDADE DO PORTO (Antão de Almeida Garrett, 1952) e ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR (Arménio Losa, 1954).
<i>data(s)</i>	<b>1958-05-24</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0267 – 0269
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	Ofício
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>17.</b>	<i>assunto</i> Despacho manuscrito <i>super</i> a ofício da CANIU para o MOP com o programa desportivo ampliado pretendido pela UP, e considerado no estudo de Januário Godinho pelo programa definido em 17 de Setembro de 1957 (po-581 : 0244)
<i>data(s)</i>	<b>1958-06-28</b> (ofício) e <b>1958-07-02</b> (despacho <i>super</i> )
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0265
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	Ofício e despacho manuscrito <i>super</i>
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>18.</b>	<i>assunto</i> Carta do Reitor da UP, Amândio Tavares (com timbre do MOP?) dirigida ao Chefe de Gabinete do Ministro das obras públicas com transmissão de informações de Antão de Almeida Garrett. Descrição de opção por modelo de parque. As novas instalações da Asprela – Impossibilidade do aproveitamento pretendido para a Quinta do Campo Alegre
<i>data(s)</i>	<b>1958-07-26</b>
<i>processo(s)</i>	Proc.581 : 0088 - 0094

<i>tema(s)</i>	UP – MOP – CUP
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> colecções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>19.</b>	<i>assunto</i> Entrevista ao Eng.º Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas, ao jornal “O Primeiro de Janeiro”, de 25-10-1958, confirmando a construção da Cidade Universitária nos terrenos da Asprela, e minimizando a perda de espaço físico da Universidade na zona do Campo Alegre, devido à construção da Ponte da Arrábida e correspondente nó rodoviário
<i>data(s)</i>	<b>1958-10-25</b>
<i>processo(s)</i>	-
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	ADUP REIT – Recortes de imprensa [1919-1987] – O Primeiro de Janeiro / série 472 – Arquivo Noticioso
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> colecções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>20.</b>	<i>assunto</i> ACTA acerca do PROGRAMA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DA ASPRELA Protocolo da reunião realizada a 28-NOVENBRO-1958
<i>data(s)</i>	<b>1958-12-02</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0210
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> colecções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>21.</b>	<i>assunto</i> Envio pela CANIU (sem timbre) de elementos para o <b>Arq. Norberto Correia</b> e <b>Arq. Oldemiro Carneiro</b> para orientação dos trabalhos do PLANO CONJUNTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO – Asprela. (estudo, em princípio elaborado em colaboração, mas mais tarde constituindo encomenda em duplicado, mas o MOP optou por Oldemiro Carneiro)
<i>data(s)</i>	<b>1958-12-02</b> e <b>1958-12-05</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0226 e 0224
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> colecções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>22.</b>	<i>assunto</i> Elementos solicitados pelo Arq. <b>Norberto Corrêa</b> para desenvolvimento dos trabalhos do PLANO CONJUNTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO – Asprela- incluído na proposta para elaboração do PCUP
<i>data(s)</i>	<b>1958-12-04</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0204
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> colecções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>23.</b>	<i>assunto</i> Ofício do IAC do MEN dirigido à CANEU acerca de viagem de Almeida Garrett à Alemanha, para visita a instalações de ensino universitário, com vista à preparação dos planos das instalações semelhantes da Universidade do Porto.
<i>data(s)</i>	<b>1959-02-14</b> reenviada para o MOP a <b>1959-04-08</b> (acerca da questão orçamental)
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0226 e 0224
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> colecções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>24.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANEU (sem timbre) dirigido ao Secretário do IAC (MEN) acerca da viagem à Alemanha de Almeida Garrett e nomeação do mesmo como Delegado na CANEU em representação da UP.
<i>data(s)</i>	<b>1959-02-24</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0238
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP

<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>25.</b>	<i>assunto</i> M. Norberto CORRÊA envia para a CANIU proposta para elaboração do contrato de trabalho referente ao Plano da Cidade Universitária do Porto
<i>data(s)</i>	<b>1959-03-26 (proposta);</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0193; 0194 – 0203; 0204; 0205
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>26.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU (sem timbre) dirigido ao Presidente da Câmara do Porto, solicitando elementos necessários para a realização do estudo prévio do antepiano de urbanização da Cidade Universitária do Porto.
<i>data(s)</i>	<b>1959-04-08</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0187
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>27.</b>	<i>assunto</i> Carta de Oldemiro Carneiro, dirigida à CANIU, dando conta da inexistência de elementos solicitados
<i>data(s)</i>	<b>1959-04-16</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0188-0190
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>28.</b>	<i>assunto</i> Ordem de Serviço de Arantes e Oliveira (MOP) dirigida ao Presidente da CANIU (4 cartões) <b>Ordena urgência do Plano Geral da CUP com implantação da FEP, Lar, Residências e Estádio Universitário Manda elaborar “desde já” o projecto da FEP, sugerindo a contratação de Viana de Lima.</b>
<i>data(s)</i>	<b>1959-07-04</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0183 - 0186
<i>tema(s)</i>	<b>CUP – PLANO GERAL - FEP – VIANA DE LIMA</b>
<i>título(s)</i>	ORDEM DE SERVIÇO
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>29.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU em resposta à Ordem de Serviço de Arantes e Oliveira (MOP) , de 4/7/1959 <b>Propõe a execução dos trabalhos pela DELEGAÇÃO DO PORTO, e sugere a reorientação de saldo da verba inscrita no ORÇAMENTO DAS DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS DO MOP, e aí destinada à CUL, ao abrigo do DL n.º 41.173 de 4 de Julho de 1957.</b>
<i>data(s)</i>	<b>1959-07-10(?)</b> e despacho <i>super</i> de <b>1959/07/18</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0180 - 0181
<i>tema(s)</i>	<b>CUP – PLANO GERAL - FEP – VIANA DE LIMA</b>
<i>título(s)</i>	ORDEM DE SERVIÇO
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>30.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU, dirigido ao Arq, Norberto Corrêa, convidando-o para apresentação de nova proposta para a elaboração do ANTEPROJECTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO, mas, em simultâneo, dando conta da nulidade de qualquer acordo, dada a ausência do Arq. e grande urgência dos estudos.
<i>data(s)</i>	<b>1959-07-14</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0179
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – NORBERTO CORRÊA
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência

<b>31.</b>	<i>assunto</i> Carta de Norberto Corrêa, em resposta ao Ofício da CANIU, dirigida ao Eng.º Inspector Superior Fernando Galvão Jácome de Castro e ao Vice-Presidente da CANIU, mostrando-se indignado com a missiva de anulação do acordo para a elaboração do ANTEPROJECTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO.
<i>data(s)</i>	<b>1959-09-29</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0177 - 0178
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – NORBERTO CORRÊA
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>32.</b>	<i>assunto</i> Carta de Norberto Corrêa, em resposta ao Ofício da CANIU, dirigida ao Ministro das Obras Públicas - MOP, mostrando-se indignado com a missiva de anulação do acordo para a elaboração do ANTEPROJECTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO. Despacho do Ministro das Obras Públicas exarado <i>super</i> à carta
<i>data(s)</i>	<b>1959-09-29</b> ; (despacho <i>super</i> de 1959-10-04)
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0172 – 0174; 0171 (despacho. <i>super</i> )
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – NORBERTO CORRÊA
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>33.</b>	<i>assunto</i> MINUTA da CANIU s/ timbre e s/ ass., dirigida ao Ministro das Obras Públicas, dando conta que a Comissão para estudar o programa da FEP vai apresentar o relatório final, recomendando ainda a inscrição no orçamento das despesas extraordinárias do MOP da necessária rúbrica.
<i>data(s)</i>	<b>1959-?</b> (após 12 de Setembro)
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0166 - 0167
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – PROGRAMA DA FEP
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>34.</b>	<i>assunto</i> Carta de Oldemiro Carneiro, com timbre da CANIU, dirigida ao Vice-Presidente da CANIU (Lisboa), dando conta da entrega do novo estudo sobre o Plano Geral da CUP
<i>data(s)</i>	<b>1960-03-28</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0165
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – OLDEMIRO CARNEIRO
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>35.</b>	<i>assunto</i> Carta de Oldemiro Carneiro, com timbre do MOP // CANIU, dirigida ao Vice-Presidente da CANIU (Lisboa), dando conta da entrega do ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO GERAL DA CUP
<i>data(s)</i>	<b>1960-10-17</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0161
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – OLDEMIRO CARNEIRO
<i>título(s)</i>	Ofício n.º 947
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>36.</b>	<i>assunto</i> Carta do Vice-Presidente da CANIU dirigida a César Montenegro e Oldemiro Carneiro com instruções acerca da apresentação dos estudos para a CUP
<i>data(s)</i>	<b>1960-10-20</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0160
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – OLDEMIRO CARNEIRO
<i>título(s)</i>	Ofício n.º 2414 - resposta ao ofício n.º 947
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência

<b>37.</b>	<i>assunto</i> Carta do Vice-Presidente da CANIU dirigida ao Ministro das Obras Públicas solicitando autorização para proceder a levantamentos topográficos urgentes, dando conta que o projecto da FEP já foi adjudicado.
<i>data(s)</i>	<b>1960-10-20</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0157
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO
<i>título(s)</i>	
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>38.</b>	<i>assunto</i> Carta de Oldemiro Carneiro, com timbre do MOP // CANIU, dirigida ao Vice-Presidente da CANIU (Lisboa), dando conta da entrega do ANTEPROJECTO DO PLANO GERAL DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO - Estudo e Memória Descritiva
<i>data(s)</i>	<b>1960-10-03</b> (1960-10-30?)
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0147; 0148 – 0155 (anexo: memória descritiva)
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – OLDEMIRO CARNEIRO
<i>título(s)</i>	ANTEPROJECTO DO PLANO GERAL DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>39.</b>	<i>assunto</i> Carta do Reitor da UP dirigida ao Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas, referindo parecer da Almeida Garrett acerca dos terrenos destinados à CUP, solicitando a afectação de mais cerca de 17ha a nascente dos mesmos. (despacho exarado <i>super</i> por Arantes e Oliveira
<i>data(s)</i>	<b>1960-11-15</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0163 – 0164; 0096 – 0097
<i>tema(s)</i>	CUP – RUP – MOP
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>40.</b>	<i>assunto</i> Carta/Nota de Oldemiro Carneiro, sem timbre (2.ª via) dirigida a (?), acerca da AMPLIAÇÃO PARA NORDESTE da CUP e dos terrenos da Quinta e Campo do Outeiro (S. C. Cruz).
<i>data(s)</i>	<b>1960-11-18</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0144 - 0145
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – OLDEMIRO CARNEIRO – ALMEIDA GARRETT – TERRENOS NE
<i>título(s)</i>	ANTEPROJECTO DO PLANO GERAL DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>41.</b>	<i>assunto</i> Carta (sem timbre) do Vice-Presidente da CANIU dirigida a Antão de Almeida Garrett, enviando o ANTE-PROJECTO DA CUP, para parecer.
<i>data(s)</i>	<b>1960-11-16</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0142
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO
<i>título(s)</i>	
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência

<b>42.</b>	<i>assunto</i> Ofício (cópia sem timbre) do Vice-Presidente da CANIU dirigida ao Reitor da UP, dando conhecimento do parecer do Ministro acerca do <b>ANTE-PROJECTO DA CUP</b> . (Primeira versão do estudo de Oldemiro Carneiro, ao serviço da CANIU).
<i>data(s)</i>	<b>1960-11-22</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0141
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO
<i>título(s)</i>	
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>43.</b>	<i>assunto</i> Ofício (com timbre) do Vice-Presidente da CANIU dirigida ao Ministro das Obras Públicas, enviando e comentando o <b>ANTE-PROJECTO DA CUP (primeiro estudo), de Oldemiro Carneiro</b> , em serviço na CANIU.
<i>data(s)</i>	<b>1960-11-14</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0137 - 0138
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – Oldemiro Carneiro - ANTEPLANO
<i>título(s)</i>	
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>44.</b>	<i>assunto</i> Ofício (com timbre do MOP) do Reitor da UP (e de AAG dirigido à UP), dirigido ao Presidente da CANIU, enviando cópia da informação de Almeida Garrett (timbre da FEUP /UP acerca das novas instalações da CUP, representante da UP junto da CANIU, referindo ainda em anexo o Anteprojecto da CUP
<i>data(s)</i>	<b>1960-11-30; 1960-11-25</b> (parecer de Almeida Garrett com cópia de 26); <b>1960-11-21</b> (prog. das I. Desportivas – CDUP)
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0132 – 0133 – 0134; 0076
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – RUP – Almeida Garrett - CDUP
<i>título(s)</i>	
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>45.</b>	<i>assunto</i> Ofício (cópia sem timbre) do Vice-Presidente da CANIU dirigida a César Montenegro e OLDEMIRO CARNEIRO, dando conhecimento do parecer do Ministro acerca do ANTE-PROJECTO DA CUP.
<i>data(s)</i>	<b>1960-12-09</b> (Of.º da CANIU)
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0130
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – ALMEIDA GARRETT – OLDEMIRO CARNEIRO
<i>título(s)</i>	
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>46.</b>	<i>assunto</i> Resposta d e OLDEMIRO CARNEIRO ao parecer do Ministro acerca do ANTE-PROJECTO DA CUP, defendendo o MODELO CONCEPTUAL como jardim de sinuosos arruamentos (...), bem como no que respeita ao traçado
<i>data(s)</i>	<b>1960-12-13</b> (resposta de Oldemiro Carneiro)
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0124 – 0129; 0079 – 0082
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – ALMEIDA GARRETT – OLDEMIRO CARNEIRO
<i>título(s)</i>	
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>47.</b>	<i>assunto</i> Ofício do Reitor da UP dirigido ao Presidente da CANIU enviando os PROGRAMAS “detalhados” do Pavilhão Desportivo e da Piscina Coberta, definidos pela Direcção do Centro Desportivo Universitário.
<i>data(s)</i>	<b>1960-12-28</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0121
<i>tema(s)</i>	CUP – UP – CANIU – ID
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência



<b>48.</b>	<i>assunto</i> Envio, com timbre do MOP, por Oldemiro Carneiro ao Vice-Presidente da CANIU, de Relatório e <u>Estudo Comparativo das INSTALAÇÕES DESPORTIVAS de Lisboa, Coimbra e Porto, a pedido do Ministro</u> , referindo-se ao Anteprojecto elaborado, mostrando interesse em conhecer o Anteprojecto e Maqueta do “Pavilhão Desportivo da AACoimbra.
<i>data(s)</i>	<b>1961-03-04 (03)</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0112-117
<i>tema(s)</i>	CUP – UP – CANIU – ID/ZD
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>49.</b>	<i>assunto</i> Envio, com timbre do MOP, por Oldemiro Carneiro ao Vice-Presidente da CANIU, enviando o ESBOCETO DO PAVILHÃO DESPORTIVO, de acordo com o programa apresentado pela UP, juntando uma planta geral da CUP com a sua localização e memória descritiva.
<i>data(s)</i>	<b>1961-03-27</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0105-0109
<i>tema(s)</i>	CUP – UP – CANIU – ID/ZD
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>50.</b>	<i>assunto</i> Envio, com timbre do MOP, por Oldemiro Carneiro ao Vice-Presidente da CANIU, de informação acerca da ZONA <u>DESPORTIVA da CUP</u> , incluindo ainda o ESBOCETO DO PAVILHÃO DESPORTIVO.
<i>data(s)</i>	<b>1961-10-18</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0111
<i>tema(s)</i>	CUP – UP – CANIU – ID/ZD
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>51.</b>	<i>assunto</i> Envio, com timbre do MOP, por Oldemiro Carneiro ao Vice-Presidente da CANIU (Lisboa), de informação acerca do <u>projecto de “Residência de Estudantes” de Arménio Losa</u> , recebido da UP, em desconformidade com os últimos estudos para a CUP.
<i>data(s)</i>	<b>1961-05-18</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0110
<i>tema(s)</i>	CUP – ARMÊNIO LOSA
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>52.</b>	<i>assunto</i> Ofício do Administrador.delegado da CANIU dirigida a Ministro das OP (Arantes e Oliveira, dando conta do envio a Almeida Garrett do primeiro estudo da CUP, elaborado por Oldemiro Carneiro, ao serviço da comissão (CANIU), tendo recebido resposta e agora elaborado parecer – Arruamento Privativo – Ampliação da CUP para Nascente – Terrenos – Zona Desportiva
<i>data(s)</i>	<b>1962-03-05</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0067 – 0072; 0060 - 0065
<i>tema(s)</i>	MOP – CANIU – CUP – CSOP -
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>53.</b>	<i>assunto</i> Ofício do CSOP (timbre MOP) dirigido à CANIU, com parecer n.º 3158 e despacho do Ministro acerca do ESTUDO PRÉVIO DA CUP.
<i>data(s)</i>	<b>1962-06-15</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0031 – 0058
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU - CSOP
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência

<b>54.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU (sem timbre) ao Eng. César Montenegro e Arq. Oldemiro Carneiro, solicitando celeridade na resolução dos problemas pendentes e que implicam possibilidade de dispensar verbas para estudos de planeamento (com localização da FEP para efeito de sondagens), projecto de armazém e aquisição de terrenos.
<i>data(s)</i>	<b>1962(?) - 10-10</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0238
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções <b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<b>55.</b>	<i>assunto</i> Ofício da RUP dirigido à DGESBA, remetido <i>super</i> à CANIU e à DGEMN (MOP) à consideração, apresentando a necessidade em adquirir terrenos e construir Faculdades (FEP e outras) na Asprela, dado o aumento da frequência da Universidade do Porto, e consequente carência em instalações.
<i>data(s)</i>	<b>1962-11-22</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0213 - 0216
<i>tema(s)</i>	FEP, TERRENOS, LARES
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções <b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<b>56.</b>	<i>assunto</i> Notas relativas às observações do Ministro OP / CANIU acerca dos diferentes assuntos focados no ofício da Reitoria da UP Novo Edifício da FEP, e Terrenos na Asprela
<i>data(s)</i>	<b>1962-12-17</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0025 - 0026
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções <b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<b>57.</b>	<i>assunto</i> Aprovação do PLANO DIRECTOR DA CIDADE DO PORTO [Plano AUZELLE] por despacho ministerial de 1/8/1964. Extrato – Regulamento de Aplicação – Art.os 1.º e 35.º
<i>data(s)</i>	<b>1964-08-01</b>
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0035-0039
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções <b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<b>58.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU dirigido ao Administrador-Delegado da CANIU, assinado por Oldemiro Carneiro, enviando elementos relativos ao projecto do Estádio Universitário do Porto.
<i>data(s)</i>	<b>1964-09-10</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0230
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções <b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<b>59.</b>	<i>assunto</i> PARECER da CANIU acerca da CUP, NA ASPRELA – ZONA DE PROTECÇÃO DO HE a NORTE da EC, anexada aos ofícios seguintes, dirigidos ao MOP e à DGSU, nos termos aí redigidos, mas contraditórios no que respeita ao programa formulado por Oldemiro Carneiro.
<i>data(s)</i>	<b>1965-02-01</b>
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0010-0015 : 0023-0028
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções <b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

<b>60.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU dirigido ao MOP, acerca da CUP, na Asprela – Estudo Urbanístico a Norte da Estrada da Circunvalação – Zona de Protecção
<i>data(s)</i>	<b>1965-02-10</b>
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0007-0009 : 0020-0022
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>61.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU dirigido à DGSU, acerca da CUP, na Asprela – Estudo Urbanístico a Norte da Estrada da Circunvalação – Zona de Protecção, recordando proposta de programa para os terrenos a norte da EC, e juntando parecer de 1-2-1955
<i>data(s)</i>	<b>1965-02-20</b>
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0005-0006 : 0018-0019
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>62.</b>	<i>assunto</i> RELATÓRIO da CANIU de OUT.1967 acerca do programa das Instalações Universitárias da Cidade do Porto, com anexo de 1957-01-16 de Arantes e Oliveira.
<i>data(s)</i>	<b>1967-OUTUBRO</b>
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0050-0051 anexo : po-576 : 0052-0057 : 0058-0087
<i>tema(s)</i>	CUP, CANIU, DGEMN, III Plano de Fomento
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>63.</b>	<i>assunto</i> Carta do Reitor da UP, Correia de Barros, dirigida ao Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, do Ministério da Educação Nacional, dando conta do processo das “Instalações Universitárias da cidade do Porto”.
<i>data(s)</i>	<b>1968-01-18</b>
<i>processo(s)</i>	proc.189, pp. 209-211
<i>tema(s)</i>	Processos de correspondência recebida e expedida pela Reitoria relativos à conservação, aquisição e construção de bens imóveis da Universidade do Porto.
<i>título(s)</i>	P46_Ac_Rscup_01_P
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP P46_Ac_Rscup_01_P
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>64.</b>	<i>assunto</i> Pedido de Aquisição de Terrenos (timbre da CANIU)
<i>data(s)</i>	<b>1969-05-27</b>
<i>processo(s)</i>	P0-576 : 0045 – 0047 - 0049
<i>tema(s)</i>	Terrenos
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP P46_Ac_Rscup_01_P
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>65.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU dirigido ao MOP-DG-DGSU acerca da CUP, na Asprela dando conta do estudo urbanístico a Norte da EC – Zona de Protecção / Pedidos de construção / estado do Plano Interconcelhio
<i>data(s)</i>	<b>1969-12-03</b>
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0029-0030
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo coleções ADUP REIT - Processos de correspondência

<b>66.</b>	<i>assunto</i> Ordem de Serviço (n.º 54/71) da DGCE (Direcção-Geral das Construções Escolares) dirigido à DIU (Direcção das Instalações Universitárias) para recolha de toda a informação da antiga CANIU.
<i>data(s)</i>	<b>1971-05-26</b>
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0043-0044
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>67.</b>	<i>assunto</i> Ordem de serviço da DGCE dirigida à DIU para desenvolvimento de novo PLANO para a Asprela e contratação de LUIZ CUNHA.
<i>data(s)</i>	<b>1971-05-27</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0014 - 0015
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>68.</b>	<i>assunto</i> Informação DIU / DEP - Memoriais do MOP relativos aos “terrenos cativos e aproveitamento urbanístico na zona do Hospital Escolar de S. João no Porto”. - Revisão do ante-plano de urbanização da CUP: Antecedentes; Condicionantes a uma revisão; Princípios orientadores da revisão - Escolha de LUÍZ CUNHA
<i>data(s)</i>	<b>1971-06-03</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0008 – 0013 (572)
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>69.</b>	<i>assunto</i> Ofício da DG/DGSUP dirigido aos Serviços de Urbanização da CMP, solicitando elementos necessários para desenvolvimento do PLANO ESTRUTURA de Luiz Cunha.
<i>data(s)</i>	<b>1972-05-12</b>
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0042
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>70.</b>	<i>assunto</i> CONTRATO com LUIZ CUNHA para elaboração do PLANO-ESTRUTURA.
<i>data(s)</i>	<b>1972-06-26</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0016 - 0023
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>71.</b>	<i>assunto</i> “ANTECEDENTES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO (Arqt.º Januário Godinho) REVISÃO DO PLANO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO NA ASPRELA “Manuscrito sublinhado de urgente do Gabinete da DGCE, dirigida à DIU (ao Chefe de Divisão), ordenando a apreciação do Plano de ‘Expansão’ de Luiz Cunha para a CUP.
<i>data(s)</i>	<b>1973-06-18</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0004
<i>tema(s)</i>	MOP – DGCE – Carlos Ramos – CUL – Luís Cunha – CUP
<i>título(s)</i>	Ordem de Serviço
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT – “ANTECEDENTES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO (Arqt.º Januário Godinho)”

<b>72.</b>	<i>assunto</i> "ANTECEDENTES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO (Arqt.º Januário Godinho) REVISÃO DO PLANO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO NA ASPRELA "Manuscrito sublinhado de urgente do Gabinete da DGCE, dirigida à DIU (ao Chefe de Divisão), ordenando a apreciação do Plano de 'Expansão' de Luiz Cunha para a CUP.
<i>data(s)</i>	<b>1973-06-20</b>
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0003
<i>tema(s)</i>	MOP – DGCE – Carlos Ramos – CUL – Luís Cunha – CUP
<i>título(s)</i>	Ordem de Serviço
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT – "ANTECEDENTES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO (Arqt.º Januário Godinho)
<b>73.</b>	<i>assunto</i> Recorte de imprensa / Jornal de Notícias / Vida universitária: o novo edifício de Economia entrou em funcionamento, nem discursos, nem banquetes
<i>data(s)</i>	<b>1974-11-12</b>
<i>processo(s)</i>	-
<i>tema(s)</i>	Asprela – CUP - FEP
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	ADUP REIT - Recortes de imprensa [1919-1987] – Jornal de Notícias / série 472 – Arquivo Noticioso
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>74.</b>	<i>assunto</i> Recorte de imprensa / Jornal de Notícias / Entrevista ao Arquitecto <b>LUÍS CUNHA</b> sobre o <b>PLANO ESTRUTURA</b> do Pólo 2 da Universidade do Porto, com a apresentação do esquema das construções escolares e da rede viária na Asprela, confirmando-se a construção prioritária dos edifícios para a Faculdade de Engenharia e para a de Farmácia.
<i>data(s)</i>	<b>1974-11-30</b>
<i>processo(s)</i>	-
<i>tema(s)</i>	Asprela – CUP – LUIZ CUNHA – plano-estrutura
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	ADUP REIT - Recortes de imprensa [1919-1987] – Jornal de Notícias / série 472 – Arquivo Noticioso
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>75.</b>	<i>assunto</i> Recorte de imprensa / Jornal de Notícias / Continuação da entrevista ao arquitecto <b>LUÍS CUNHA</b> sobre os projectos arquitectónicos para o pólo universitário da Asprela, referindo construções de apoio à vida circum-escolar ilustrada com o esquema para as zonas residenciais.
<i>data(s)</i>	<b>1974-12-02</b>
<i>processo(s)</i>	-
<i>tema(s)</i>	Asprela – CUP – LUIZ CUNHA – plano-estrutura
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	ADUP REIT - Recortes de imprensa [1919-1987] – Jornal de Notícias / série 472 – Arquivo Noticioso
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>76.</b>	<i>assunto</i> Informação do GEP (Gabinete de Estudos e Planeamento da DGCE / MOP acerca do Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto. Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto. Antecedentes. Situação actual do processo e proposta de actuação.
<i>data(s)</i>	<b>1975-07-17/25</b>
<i>processo(s)</i>	po-583 : 0023 – 0024 - 0031
<i>tema(s)</i>	Asprela – CUP – LUIZ CUNHA – plano-estrutura
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	-
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT

<b>77.</b>	<i>assunto</i> R.U.M. – CANTINA E RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA MASCULINA DO PORTO – PROGRAMA BASE – <u>ARQUITECTO JOÃO ATHAYDE E MELO</u> – PEÇAS ESCRITAS E DESENHADAS - 1977 Localizada no terreno a sul da rua DR. Manuel Pereira da Silva, incluindo CANTINA para 500 lugares x 4 turnos, e 4000 refeições/dia, Sala de Convívio, Bar e BIBLIOTECA- Sala de Estudo) APARENTEMENTE CONSISTE NO MESMO PROJECTO PARA O BECO DO PAÇO
<i>data(s)</i>	<b>1976 e 1977</b>
<i>processo(s)</i>	P0-560; po-561
<i>tema(s)</i>	“R.U.M.” – Residência Universitária Masculina
<i>título(s)</i>	
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP Po-560_Ac_Rscup_01_P
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções ADUP REIT - Processos de correspondência
<b>78.</b>	<i>assunto</i> Ofício do FFH – DHN, dirigida à DCEN, acerca do CONJUNTO HABITACIONAL DE PARANHOS e PLANO-ESTRUTURA do P2 da UP
<i>data(s)</i>	<b>1978-07-21</b> [despacho super remissivo para análise técnica]
<i>processo(s)</i>	po-583 : 0022
<i>tema(s)</i>	DHN-FFH – DCE – DCEN – P2 – Pólo 2 – CUL - Reforma
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções SIPA
<b>79.</b>	<i>assunto</i> Informação da DGCE (Direcção-Geral Das Construções Escolares) dirigida à DIU (Direcção das Instalações Universitárias) acerca do CONJUNTO HABITACIONAL DE PARANHOS e PLANO-ESTRUTURA do P2 da UP
<i>data(s)</i>	<b>1978-08-28</b> [despacho super diversos]
<i>processo(s)</i>	po-583 : 0012 – 0014; 0015; 0016
<i>tema(s)</i>	DHN-FFH – DCE – DCEN – P2 – Pólo 2 – CUL - Reforma
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções SIPA
<b>80.</b>	<i>assunto</i> Informação da DIU- DEP acerca do CONJUNTO HABITACIONAL DE PARANHOS e PLANO-ESTRUTURA da UP
<i>data(s)</i>	<b>1978-12-29</b> [despacho super de 16/1/79]
<i>processo(s)</i>	po-583 : 0005 – 0011; 0017 - 0018; po-583 : 0012 – 0014; 0015; 0016; po 583 : 0032 -0033
<i>tema(s)</i>	DHN-FFH – DCE – DCEN – P2 – Pólo 2 – CUL - Reforma
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções SIPA
<b>81.</b>	<i>assunto</i> Ofício do IPPC dirigido ao DGEMN acerca da classificação do SOLAR DE LAMAS
<i>data(s)</i>	<b>1986-01-17</b>
<i>processo(s)</i>	DPA-85/3(112)
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	SIPA
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções SIPA
<b>82.</b>	<i>assunto</i> MEC/Secretaria de Estado da Administração Escolar/Direcção-Geral dos Equipamentos Escolares Permuta de terrenos entre o Estado e a CMMaia para construção da ESB-UC
<i>data(s)</i>	<b>1986-04-10</b>
<i>processo(s)</i>	Po-595 : 0067 : 0087
<i>tema(s)</i>	-
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> coleções SIPA

<b>83.</b>	<i>assunto</i> Artigo em jornal – Exposição/homenagem a Viana de Lima, inaugurada por Jorge Sampaio, com a presença de M.el M. <sup>a</sup> Carrilho e Fernando Gomes
<i>data(s)</i>	<b>1996-10-18 e 1996-10-24</b>
<i>processo(s)</i>	RI-1996-322.
<i>tema(s)</i>	Artigo em jornal
<i>título(s)</i>	Jornal de Notícias
<i>fonte(s)</i>	ADUP FAUP – Recortes de imprensa [1987-1996]
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> <i>coleções</i> ADUP - FAUP
<b>84.</b>	<i>assunto</i> Decisão de proceder à vedação provisória da Área Central do Pólo II – constante da Informação de 11 de Novembro de 1999 (ass. Fernando de Pinho Noites) com aprovação de António Silva Cardoso (Pró-Reitor) e J. A. Novais Barbosa (Reitor), a 12/11/1999
<i>Data(s)</i>	<b>1999-11-11</b>
<i>Processo(s)</i>	po-1355 : 0122-0125
<i>Tema(s)</i>	Processos de Informações do Gabinete de Construção e Conservação das Instalações da Universidade do Porto
<i>Título(s)</i>	INFORMAÇÃO
<i>Fonte(s)</i>	repositório temático UP
<i>Conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> <i>coleções</i> ADUP REIT - Processos de correspondência - PASTA 1355
<b>Modelo</b>	<i>assunto</i>
<b>00.</b>	
<i>data(s)</i>	-
<i>processo(s)</i>	
<i>tema(s)</i>	
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	-
	-
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> <i>coleções</i> -

## **DOCUMENTOS - FICHAS**



<b>01.</b>	<i>assunto</i> Publicação no DIÁRIO DO GOVERNO – I SÉRIE – Número 299, de 21.12.1934, p. 2137-2141, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações do, <b>Decreto-Lei n.º 24:802</b> , que Obriga as câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes a promover o levantamento de plantas topográficas e a elaboração de planos gerais de urbanização		
<i>data(s)</i>	<b>1934-12-21</b>		
<i>processo(s)</i>	Lex		
<i>tema(s)</i>	PLANTAS TOPOGRÁFICAS – PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO		
<i>título(s)</i>	D-I n.º 24:802, de 21/12/1934		
<i>fonte(s)</i>	<u>arquivo</u> dre <a href="http://digestoconvidados.dre.pt/digesto/(S(qxcs1qyhynlpqbztudfe245))/Paginas/DiplomaDetalhado.aspx?claint=19342530@s1">http://digestoconvidados.dre.pt/digesto/(S(qxcs1qyhynlpqbztudfe245))/Paginas/DiplomaDetalhado.aspx?claint=19342530@s1</a>		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	DIGESTO: Documento: (297078) DECRETO LEI MOP

*transcrições - [comentários]*

#### SUMÁRIO

Decreto-lei n.º 24:802 – Obriga as câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes a promover o levantamento de plantas topográficas e a elaboração de **planos gerais de urbanização**.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 21 de Dezembro de 1934. – O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.

*fac-símile(s)*

Sexta-feira 21 de Dezembro de 1934

I Série—Número 299



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTA NÚMERO — \$90

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a negócios e à assinatura do Diário do Governo, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 5 exemplares semestrais gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 2 séries . . . . . Ano 1934	Semestre . . . . . 180\$
A 1.ª série . . . . . 90\$	“ . . . . . 45\$
A 2.ª série . . . . . 90\$	“ . . . . . 45\$
A 3.ª série . . . . . 90\$	“ . . . . . 45\$

Avulso: Número de duas páginas 250;  
de mais de duas páginas \$30 por cada duas páginas

O preço das séries (pagamento adiantado) é de 2\$50 a lista, acrescido do respectivo imposto do selo. Os assinantes a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10119, de 24-12-1934, têm 40 por cento de abatimento.

## SUMÁRIO

### Ministério da Justiça:

**Portaria n.º 7:951** — Determina que as repartições onde têm lugar os protestos de letras, livranças, cheques, extractos de facturas e quaisquer outros títulos que a lei sujeita a protesto estejam encerradas, para este efeito, no dia 24 de Dezembro de 1934, podendo a apresentação a protesto que terminava nesse dia efectuar-se no dia 26 do mesmo mês e ano.

### Ministério da Marinha:

**Decreto-lei n.º 24:801** — Determina que o cargo de presidente do conselho administrativo da Direcção Geral da Marinha seja desempenhado pelo mais graduado dos directores que dele fazem parte, e em igualdade de gradação pelo mais antigo.

### Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

**Decreto-lei n.º 24:802** — Obriga as câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes a promover o levantamento de plantas topográficas e a elaboração de planos gerais de urbanização.

### Ministério das Colónias:

**Portaria n.º 7:952** — Inclui várias categorias nas classes da tabela anexa ao decreto n.º 20:260, sobre abonos, concessões de licenças e passagens aos funcionários ou empregados civis e militares do serviço das colónias, em substituição das classes designadas na portaria n.º 7:844.

**Decreto n.º 24:803** — Suprime o júri no julgamento das causas comerciais nas colónias.

testo cujo prazo terminar nesse dia ter lugar no dia 26 do mesmo mês e ano.

Paços do Governo da República, 21 de Dezembro de 1934.—O Ministro da Justiça, *Manuel Rodrigues Júnior*.

## MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção Geral da Marinha

Direcção da Marinha Mercante

1.ª Repartição

5.ª Secção

**Decreto-lei n.º 24:801**

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

**Artigo 1.º** O cargo de presidente do conselho administrativo da Direcção Geral da Marinha será desempenhado pelo mais graduado dos directores que dele fazem parte, e em igualdade de gradação pelo mais antigo.

**Art. 2.º** Fica assim revogado o disposto em contrário no artigo 1.º do decreto n.º 16:051, de 19 de Outubro de 1928.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Dezembro de 1934.—**ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA** — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Antal de Mesquita Guimarães* — *José Caseiro da Mata* — *Duarte Pacheco* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Eusébio Tasmagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramirez* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral dos Serviços Centrais da Justiça e dos Cuitos

1.ª Repartição

**Portaria n.º 7:951**

Atendendo a que vários estabelecimentos bancários pretendem encerrar as suas portas no dia 24 do corrente, véspera do dia consagrado à Festa da Família;

Atendendo a que tais desejos não se podem efectivar sem que o Governo adopte providências quanto ao protesto de letras e outros documentos de natureza análoga, que devem ser apresentados para este efeito naquele dia:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que as repartições onde têm lugar os protestos de letras, livranças, cheques, extractos de facturas e quaisquer outros títulos que a lei sujeita a protesto estejam encerradas, para esse efeito, no dia 24 de Dezembro de 1934, podendo a apresentação a pro-

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

**Decreto-lei n.º 24:802**

No desejo de estender o mais possível os benefícios da assistência pelo trabalho aos que dêste se encontram privados tem o Governo promovido em regime de comparticipação das câmaras municipais e do Estado, pelo Fundo de Desemprego, a realização de melhoramentos locais de natureza vária em todo o País.

Considera o Governo esta forma de assistência a mais fecunda, pelos múltiplos benefícios morais e materiais que dela advêm para a comunidade. Por um lado, conseguiu-se reduzir a grandezas ínfimas as percentagens dos trabalhadores e operários desocupados, por motivo da crise, nos diferentes concelhos; por outro lado, pode asseverar-se com legítima satisfação que d'este modo se aplicam os recursos do Fundo de Desemprego na criação da riqueza pública.

Sucedem porém que muitas câmaras municipais, seguindo o impulso renovador que hoje atinge todos os recantos do País, solicitam o concurso do Governo para importantes trabalhos de urbanização, nem sempre delineados com o melhor critério e a mais justa consideração das condições locais e das necessidades futuras, nem segundo as melhores regras da hygiene e da conveniência das aglomerações urbanas.

Explica-se que assim suceda por na maioria dos casos não disporem as câmaras municipais de técnicos especializados na moderna arte, que também é ciência, da urbanização.

Mas pretendendo o Governo que as somas despendidas nos trabalhos desta natureza, seja qual for a sua proveniência, tenham a utilidade mais eficaz e duradoura, applicando-se de facto na criação de riqueza pública, importa estabelecer os princípios gerais que em matéria de urbanização sirvam a orientar as câmaras municipais.

Em primeiro lugar é indispensável que todas as câmaras municipais possuam plantas topográficas, em escalas apropriadas, das zonas urbanas de maior interesse público.

Depois, não deverão empreender-se quaisquer trabalhos de urbanização que não estejam subordinados a um plano convenientemente delineado com a previsão do futuro, de tal arte que o valor intrínseco das obras executadas cresça à medida que a execução do plano se for desenvolvendo.

Pois que a não applicação destes princípios elementares tem por causa fundamental a falta de técnicos especializados ao serviço das câmaras, preparou o Governo uma solução para os dois problemas enunciados, que, dando por um lado às câmaras municipais a garantia da maior economia e da assistência técnica do Estado, permite também proporcionar aos architectos e engenheiros portugueses o ensejo de desenvolverem o gosto e o interesse pelos estudos de urbanização.

O levantamento das plantas topográficas das cidades, com excepção de Lisboa e Porto, vilas e localidades importantes do País será objecto de um concurso público geral e a sua execução será feita sob a direcção e fiscalização do Governo.

Os planos de urbanização a organizar sobre essas plantas serão elaborados por iniciativa das câmaras municipais, segundo as bases que o Governo estabelece, para dar unidade e eficiência ao trabalho dos municípios.

Attingido o objectivo deste diploma — e o Governo confia que as câmaras municipais ponham nisso o seu maior interesse — ficará assegurado que, de futuro, nenhuma obra de urbanização se realizará que não seja parte integrante de um plano geral de urbanização devidamente concebido.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.<sup>a</sup> parte do n.º 2.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As câmaras municipais do continente e ilhas adjacentes são obrigadas a promover o levantamento de plantas topográficas e a elaboração de planos gerais de urbanização das sedes dos seus municípios, em ordem a obter a sua transformação e desenvolvimento segundo as exigências da vida económica e social, da estética, da

hygiene e da viação, com o máximo proveito e comodidade para os seus habitantes.

Art. 2.º Serão igualmente elaboradas plantas topográficas e planos gerais de urbanização:

a) Das localidades com mais de 2:500 habitantes que, entre dois recenseamentos officiaes consecutivos, acusem um aumento populacional superior a 10 por cento;

b) Dos centros urbanos ou zonas de interesse turistico, recreativo, climático, terapêutico, espirital, histórico ou artistico designados pelo Governo em relação a publicar pelos Ministérios do Interior e das Obras Públicas e Comunicações.

§ único. A organização das plantas e dos planos relativos a estes aglomerados populacionais compete às câmaras municipais dos concelhos a que pertençam, salvo no caso da alínea b), quando o Governo dêles tome a iniciativa.

Art. 3.º Os levantamentos das plantas topográficas serão feitos na escala 1:500, com curvas de nível equidistantes de 1 metro, e abrangerão as áreas urbanizadas e urbanizáveis, com sufficiente detalhe para poderem servir de base à elaboração dos planos de urbanização.

§ 1.º Em casos especiais, mediante autorização do Governo, poderá adoptar-se a escala 1:1000.

§ 2.º Quando os levantamentos sejam feitos por processos fotogramétricos deverão as câmaras adquirir as respectivas provas fototopográficas e mosaicos fotograficos das áreas levantadas.

§ 3.º As plantas já existentes, que satisfaçam às necessárias condições de rigor, deverão ser, pelas respectivas câmaras municipais, convenientemente actualizadas e remodeladas na conformidade das disposições deste decreto.

Art. 4.º Os planos gerais de urbanização compreenderão:

a) As zonas já edificadas;

b) As zonas a urbanizar no interior ou na periferia das localidades;

c) As artérias de ligação às rédes de viação ordinária e acelerada e a quaisquer centros próximos de recreio, cura, repouso ou de interesse turistico.

Art. 5.º As câmaras municipais de dois ou mais concelhos vizinhos poderão associar-se para o efeito de procederem em comum à elaboração de planos de urbanização de zonas que compreendam terrenos pertencentes a todos elles.

§ único. O pacto de associação entre as diferentes câmaras municipais, para os fins do presente artigo, só terá validade quando aprovado pelo Ministro do Interior.

Art. 6.º O Ministro das Obras Públicas e Comunicações promoverá, ouvidas as câmaras municipais, a abertura de um concurso geral para a organização, no prazo de três anos, das plantas topográficas a levantar, nos termos e condições estabelecidos neste decreto.

§ único. As áreas a levantar serão delimitadas por comissões constituídas por um delegado do Ministério do Interior, um engenheiro designado pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações e um representante da câmara municipal respectiva.

Art. 7.º As câmaras municipais pagarão ao Estado, em três prestações iguais, vencíveis nos anos económicos de 1935-1936, 1936-1937 e 1937-1938, como compensação das despesas que este tiver de efectuar, as importâncias correspondentes a 100\$ por hectare levantado.

§ 1.º Este preço unitário poderá ser alterado pelo Governo depois de realizado o concurso a que se refere o artigo anterior.

§ 2.º Se alguma câmara não effectuar no prazo devido o pagamento que lhe respeita, promover-se-á a sua cobrança de conta das receitas arrecadadas pelo Estado pertencentes à mesma câmara.

Art. 8.º As câmaras municipais são obrigadas a submeter à apreciação do Governo, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, no prazo de três anos, a contar da data da conclusão das respectivas plantas topográficas, os planos gerais de urbanização elaborados nos termos deste decreto.

§ 1.º Em casos especiais poderá o Governo determinar ou autorizar, sob proposta fundamentada da câmara respectiva, a alteração deste prazo.

§ 2.º Os planos a apresentar ao Governo deverão ser acompanhados dos resultados do inquérito público, aberto durante trinta dias, por editais afixados nas formas e lugares do costume, e das informações do município, da junta de higiene concelhia e da comissão de iniciativa e turismo, quando a houver.

§ 3.º A aprovação dos planos de urbanização, pelo Governo, será dada precedendo pareceres dos Conselhos Superiores de Obras Públicas, de Higiene e de Turismo.

§ 4.º As câmaras municipais darão execução aos planos de urbanização pela ordem do maior interesse público e segundo as suas possibilidades financeiras e não poderão emprender a realização de qualquer das suas partes ou de obras que os prejudiquem antes da aprovação dos planos pelo Governo.

§ 5.º Nos planos aprovados não poderão ser feitas pelos municípios quaisquer alterações sem prévio consentimento do Governo, ouvido o Conselho Superior de Obras Públicas.

Art. 9.º Para a elaboração dos projectos de urbanização as câmaras municipais abrirão concurso entre arquitectos e engenheiros civis portugueses, ou fá-lo-ão executar pelos seus serviços técnicos de urbanização, quando os tenham devidamente organizados.

Neste último caso, as municipalidades poderão submeter previamente à apreciação do Ministro das Obras Públicas e Comunicações um anteprojecto sumário do plano a estabelecer.

§ 1.º Nos projectos organizados pelos serviços municipais, ou presentes aos concursos, deverá sempre assegurar-se a colaboração de arquitectos urbanistas.

§ 2.º Em casos especiais autorizados pelo Governo poderão ser admitidos aos concursos urbanistas estrangeiros.

Art. 10.º Os concursos serão abertos perante as respectivas câmaras municipais e realizar-se-ão na conformidade do programa junto ao presente decreto, que baixa assinado, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

§ 1.º O anúncio, o programa e as bases do concurso serão publicados no *Diário do Governo* e, pelo menos, em três jornais: um do respectivo distrito, outro de Lisboa e o terceiro do Porto.

§ 2.º Haverá sempre três prémios pecuniários, cuja importância será fixada pelo município, tendo em atenção a extensão e a complexidade da urbanização proposta, não podendo porém o seu valor global ser inferior ao correspondente aos preços unitários constantes da tabela A, anexa a este decreto.

§ 3.º O valor dos prémios será distribuído nas proporções seguintes:

1.º prémio . . . . .	60 por cento
2.º prémio . . . . .	25 por cento
3.º prémio . . . . .	15 por cento

§ 4.º A atribuição dos prémios, feita pelo júri que aprecie e classifique os projectos, é válida e terá imediata execução, sem dependência de quaisquer outras resoluções e aprovações.

§ 5.º O pagamento dos prémios e outras despesas dos concursos constituem encargos das câmaras municipais.

§ 6.º No caso da associação prevista no artigo 4.º, as câmaras associadas estabelecerão no pacto a forma de

repartição dos respectivos encargos do concurso e designarão uma delas para organizar o respectivo processo.

Art. 11.º Os urbanistas autores dos planos de urbanização aprovados pelo Governo desempenharão a função de urbanista consultor da câmara respectiva, durante o período por ela fixado, devendo os seus serviços ser remunerados nas condições que entre si vierem a ser acordadas.

Art. 12.º Na elaboração dos planos gerais de urbanização as câmaras poderão fazer-se substituir pelas comissões de iniciativa, quando estas o desejem, ou por empresas particulares, mediante a celebração de contratos aprovados pelo Governo.

§ único. Neste último caso poderá o Governo dispensar a realização do concurso a que se refere o artigo 9.º

Art. 13.º As câmaras municipais que promoverem a abertura de concursos fornecerão aos concorrentes plantas topográficas das zonas delimitadas a urbanizar, fazendo-as acompanhar de bases que indiquem:

- a) População, tendência de expansão ou declínio demográfico, costumes e tradições;
- b) Dados climáticos, ventos dominantes;
- c) Sistemas de tratamento de lixos, de abastecimento de águas, de esgôto, de iluminação e respectivas redes, quando existam;
- d) Características arquitecturais próprias da localidade;
- e) Parques, matas e principais monumentos e obras de arte existentes;
- f) Localização das escolas, hospitais, sanatórios, edifícios públicos, campos de jogos, etc., existentes;
- g) Centros industriais e comerciais, e previsão sobre o seu desenvolvimento futuro;

A) Exigências particulares respeitantes à viação e à higiene;

i) Edifícios públicos e instalações de interesse social, de carácter desportivo, ou especiais, a prever;

j) Regras, regulamentos urbanos e instruções a respeitar;

k) Quaisquer outras imposições ou factores a considerar;

l) Obras em curso.

Art. 14.º Os planos gerais de urbanização deverão compreender, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Uma planta geral designada «planta de orientação», em escala reduzida, com a indicação, a cores e traços convencionais, dos arranjos e traçados projectados;

b) A mesma planta transformada em «plano de apresentação», dando a impressão do projecto realizado;

c) Uma planta geral na escala designada no artigo 3.º, com curvas de nível, chamada «planta de trabalho», onde estarão lançados os traçados simples dos arruamentos projectados, de forma a poderem relacionar-se com os perfis longitudinais apresentados;

d) Uma planta geral na mesma escala, designada «plano de urbanização», onde, a traços e cores convencionais, serão indicadas as ruas, praças, alamedas, jardins e parques, os espaços livres a utilizar, a localização dos principais edifícios públicos, mercados, matadouros, *gares*, embarcaderos, cemitérios, instalações de interesse social ou económico, campos de jogos, etc.;

e) Planta esquemática do sistema de drenagem de águas pluviais e esgotos;

f) Plantas esquemáticas das redes de abastecimento de águas e de iluminação pública;

g) Planta análoga com a previsão dos novos transportes em comum;

h) Perfis longitudinais dos principais arruamentos e perfis transversais tipo;

i) Memória descritiva e justificativa da orientação e dos métodos adoptados acompanhada das regras especiais e regulamentos municipais a publicar para salva-

guarda da estética, do carácter architectónico, pitoresco e histórico das urbes, da higiene, segurança e conforto dos seus habitantes, onde se contenham as imposições a estabelecer no aproveitamento dos terrenos disponíveis, na construção e salubridade das edificações, na distribuição de água e luz, na utilização da rede de esgotos e na circulação dos transportes.

Art. 15.º Depois de 1 de Janeiro de 1940 nenhuma expropriação por utilidade pública para a abertura de novas ruas ou para a execução de outros trabalhos de urbanização será autorizada pelo Governo sem que as câmaras municipais interessadas demonstrem que o trabalho projectado faz parte de um plano de urbanização elaborado e aprovado, nos termos do presente decreto.

§ único. Aos centros urbanos cujos planos de urbanização sejam aprovados pelo Governo antes daquela data serão desde então applicáveis as disposições deste artigo.

Art. 16.º Para facilitar a execução dos planos de urbanização o Governo poderá decretar, a requerimento das câmaras municipais, a expropriação, por zonas, das áreas necessárias.

Art. 17.º As disposições dos artigos 3.º e 6.º deste decreto não são applicáveis às Câmaras Municipais de Lisboa e Porto.

Art. 18.º Fica o Governo autorizado a inscrever no orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações as importâncias necessárias para a execução do presente decreto, por contrapartida da descrição de iguais quantias no orçamento das receitas do Estado.

Art. 19.º São as câmaras municipais obrigadas a inscrever nos seus orçamentos para os anos económicos de 1935-1936, 1936-1937 e 1937-1938 as verbas a entregar ao Estado, nos termos deste decreto.

Art. 20.º As dívidas que surgirem na execução do presente decreto serão resolvidas por despacho do Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 21 de Dezembro de 1934. — ANTONIO OSCAR DE FIGOSO CARMOXA — António de Oliveira Salazar — Henrique Linhares de Lima — Manuel Rodrigues Júnior — Abílio Augusto Valdes de Passos e Sousa — Anibal de Mesquita Guimarães — José Coeiro da Mata — Duarte Pacheco — Armindo Rodrigues Monteiro — Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação — Sebastião Garcia Ramires — Rafael da Silva Neves Duque.

Tabela A

Até 50 hectares — 300\$000 por hectare	
De 50 a 60	» — 290\$000 »
De 60 a 70	» — 280\$000 »
De 70 a 80	» — 270\$000 »
De 80 a 90	» — 260\$000 »
De 90 a 100	» — 250\$000 »
De 100 a 200	» — 240\$000 »
De 200 a 300	» — 230\$000 »
De 300 a 400	» — 220\$000 »
De 400 a 500	» — 210\$000 »
De 500 a 600	» — 200\$000 »
De 600 a 700	» — 190\$000 »
De 700 a 800	» — 180\$000 »
De 800 a 900	» — 170\$000 »
De 900 a 1:000	» — 160\$000 »
De 1:000 a 1:100	» — 150\$000 »
De 1:100 a 1:200	» — 140\$000 »
De 1:200 a 1:300	» — 130\$000 »
De 1:300 a 1:400	» — 120\$000 »
De 1:400 a 1:500	» — 110\$000 »
Acima de 1:500	» — 100\$000 »

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 21 de Dezembro de 1934. — O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Duarte Pacheco.

## Planos de urbanização

### Programa dos concursos

Artigo 1.º Perante a Câmara Municipal do concelho de ... é aberto concurso entre architectos e engenheiros civis portugueses para o projecto de urbanização dos terrenos indicados nas plantas patentes na secretaria da Câmara e conforme as bases juntas a este programa.

Art. 2.º O concurso é aberto pelo prazo de ... dias, a contar de ... de ... de 193..., terminando às quinze horas do dia ... de ... de 193...

Art. 3.º Os architectos e engenheiros que desejarem tomar parte no concurso devem requerer a sua admissão à Câmara Municipal de ..., no prazo de sessenta dias, a contar da data da abertura do concurso, juntando ao requerimento as seguintes peças:

a) Documentos comprovativos de estarem no uso dos seus direitos civis;

b) Documento comprovativo de que são architectos ou engenheiros civis diplomados por qualquer escola superior, nacional ou estrangeira, da respectiva especialidade.

§ 1.º Se vários indivíduos nas condições requeridas desejarem associar-se para o estudo e apresentação de um projecto, cada um d'elles requererá separadamente a sua admissão, nos termos indicados no presente artigo.

§ 2.º Os documentos mencionados nas alíneas a) e b) deste artigo podem ser substituídos por um certificado passado pelo Sindicato Nacional dos Architectos ou pela Ordem dos Engenheiros, se já existirem.

§ 3.º A Câmara Municipal de ... resolverá sobre a admissão de cada um dos candidatos no prazo de oito dias, depois da entrada dos respectivos requerimentos na secretaria da Câmara.

§ 4.º A Câmara só poderá recusar a admissão aos concorrentes que não estejam no uso dos seus direitos civis ou que não sejam architectos ou engenheiros civis diplomados pelas escolas superiores da respectiva especialidade.

Art. 4.º Os concorrentes admitidos nos termos do artigo anterior poderão adquirir uma cópia heliográfica da planta dos terrenos e das presentes bases mediante o pagamento do preço de custo.

Art. 5.º Os projectos organizados como se indica nas bases anexas a este programa serão entregues na secretaria da Câmara Municipal de ..., das onze às quinze horas do referido dia ... de ... de 193... (dia de encerramento do concurso).

Art. 6.º Todas as peças desenhadas, modeladas e escritas do projecto serão assinadas com uma divisa ou distinctivo, sem qualquer outra indicação ou sinal que permita identificar os concorrentes, antes de o júri publicar a respectiva classificação.

Art. 7.º Os concorrentes entregarão, juntamente com o projecto, um sobrescrito fechado e selado, com sinete impresso em laço. A face exterior deste sobrescrito apresentará, dactilografada, a mesma divisa que assinala as peças do projecto, sem qualquer outra indicação ou marca, e dentro do sobrescrito será encerrada uma carta com a divisa do projecto e o nome ou nomes dos seus autores, seus títulos profissionais e moradas.

Art. 8.º A pessoa que fizer a entrega do projecto e do sobrescrito mencionado no artigo anterior apresentará, ao mesmo tempo, ao funcionário encarregado da recepção, uma lista, em duplicado, de todas as peças, desenhadas, modeladas e escritas, que constituírem o projecto. O recepcionário, depois de verificar a exactidão da lista e do seu duplicado, assinará um dos exemplares, que entregará ao apresentante para servir de recibo, e guardará o outro.

Art. 9.º Os projectos serão apreciados e classificados por um júri constituído pelas seguintes entidades:

- a) O presidente da Câmara Municipal de ... , que será o presidente do júri;
- b) O presidente da Comissão de Iniciativa e Turismo ou, na falta desta, um vereador da câmara municipal;
- c) O delegado de saúde;
- d) Um engenheiro civil nomeado pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações;
- e) Um engenheiro civil, designado pela Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses, ou pela Ordem dos Engenheiros, se já estiver constituída;
- f) Dois arquitectos nomeados pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações;
- g) Um arquitecto designado pela Associação dos Arquitectos Portugueses, ou pelo respectivo Sindicato Nacional, se já estiver constituído;
- h) Um representante do comércio e da indústria locais;
- i) Uma pessoa notável do concelho, à escolha da câmara.

§ único. O presidente do júri tem voto de qualidade, se for necessário desempatar.

Art. 10.º O júri reunirá em sessão secreta, tantas vezes quantas julgar convenientes, para apreciar e classificar os projectos apresentados.

Art. 11.º Os projectos serão classificados em mérito absoluto e em mérito relativo.

Art. 12.º As votações sobre mérito absoluto serão feitas por escrutínio secreto, sendo excluídos os projectos que não obtiverem maioria absoluta de votos favoráveis.

§ único. Dos resultados destas votações será lavrada uma acta, assinada por todos os membros do júri que tiverem assistido à votação, não sendo permitidas abstenções. Esta acta não será publicada, mas ficará junta ao processo do concurso.

Art. 13.º As votações sobre o mérito relativo serão feitas pela forma que o júri escolher, não sendo também permitidas abstenções, e só o resultado final, contendo a classificação por ordem de mérito dos projectos admitidos, será imediatamente publicado.

§ único. A classificação por mérito relativo deve ser publicada no prazo de trinta dias depois do encerramento do concurso.

Art. 14.º Aos projectos admitidos em mérito absoluto serão atribuídos os seguintes prémios:

- a) Um primeiro prémio, de ...\$...;
- b) Um segundo prémio, de ...\$...;
- c) Um terceiro prémio, de ...\$...;
- d) Menções honrosas, em número a fixar pelo júri.

Art. 15.º Feita e publicada a classificação final, o presidente do júri anunciará, por edital afixado no átrio do edifício da câmara, a data da sessão pública em que o júri procederá à abertura dos sobrescritos mencionados no artigo 7.º

§ 1.º A sessão pública mencionada no presente artigo deve realizar-se entre três e oito dias, a contar da data do edital.

§ 2.º Serão abertos somente os sobrescritos relativos aos projectos premiados; os restantes, com os respectivos projectos, serão entregues aos apresentantes em troca dos recibos mencionados no artigo 8.º

§ 3.º Os concorrentes têm o direito de verificar na presença do júri, antes da abertura dos sobrescritos, se algum destes apresenta vestígios de ter sido aberto.

Art. 15.º Abertos os sobrescritos dos projectos premiados pela ordem de classificação destes, serão proclamados, em voz alta, os nomes dos respectivos autores e os prémios correspondentes aos projectos que apresentaram.

§ único. Da sessão pública lavrar-se-á um auto, que será publicado no *Diário do Governo* e de que se afixará uma cópia no átrio do edifício da câmara.

Art. 17.º Das decisões do júri sobre o mérito absoluto ou relativo dos projectos não haverá recurso.

Art. 18.º Os projectos premiados serão expostos ao público em local adequado, à escolha da câmara municipal.

§ único. Os autores dos projectos terão o direito, por ordem de classificação e nos limites do espaço disponível e do plano estabelecido pela câmara, de escolher a disposição mais conveniente dos desenhos e maquetas dos seus projectos que o júri tiver designado para serem expostos.

Art. 19.º O projecto classificado em primeiro lugar ficará pertencendo à Câmara Municipal de ... , que o fará executar ou não, sem direito a qualquer indemnização para o seu autor.

Art. 20.º Se a câmara resolver executar o projecto classificado em primeiro lugar, e se, antes ou no decorrer da execução, se reconhecer a conveniência de alterar algumas das suas partes, o autor do projecto será previamente consultado — se o puder ser —, e convidado a estudar as alterações.

§ 1.º Se o autor do projecto discordar das alterações indicadas, a câmara terá o direito de as fazer estudar por outra pessoa da sua escolha, mediante prévia notificação, por escrito, ao autor do projecto premiado.

§ 2.º Se o autor do projecto não puder ser consultado por falecimento ou ausência, a câmara poderá exercer, sem mais formalidades, o direito indicado no § 1.º deste artigo.

§ 3.º Em qualquer dos casos mencionados nos parágrafos anteriores as alterações propostas, antes de executadas, devem ser apreciadas pelo Conselho Superior de Obras Públicas e aprovadas pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 21 de Dezembro de 1934.—O Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Duarte Pacheco*.

## MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Repartição de Contabilidade das Colónias

Portaria n.º 7:952

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do § único do artigo 17.º do decreto-lei n.º 20:260, de 31 de Agosto de 1931, que, em substituição das classes designadas na portaria n.º 7:844, de 16 de Junho de 1934, sejam incluídas na tabela anexa ao referido decreto-lei as seguintes categorias:

### CLASSE IV

Director dos portos e caminhos de ferro do sul da colónia de Angola.

Director do porto do Lobito e da fiscalização dos caminhos de ferro de Benguela.

### CLASSE X

Professora directora da Escola-Oficina Rita Norton de Matos, da colónia de Angola.

### CLASSE XIV

Mestra de costura da Escola-Oficina n.º 20, de Adolfo Coelho, da colónia de Angola.

Mestre de officio (carpinteiro) da Escola-Oficina n.º 20, de Adolfo Coelho, da colónia de Angola.

<b>02.</b>	<i>assunto</i>	Carta do Director da Faculdade de Ciências dirigida ao Reitor da UP, dando conta que o PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO da CMP inutiliza parte da quinta do Campo Alegre (Jardim Botânico, Pólo 3), solicitando que interceda junto do novo presidente da Câmara e poder central.
	<i>assunto(s)</i>	Carta do Reitor da UP dirigida ao Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, enviando a exposição do C. Escolar da Fac. Ciências, e solicitando a sua apresentação ao Ministro
	<i>data(s)</i>	<b>1942-10-22 e 1942-10-24</b>
	<i>processo(s)</i>	Proc.189, N.º 4599, L.º 7, Fls.217
	<i>tema(s)</i>	Processos de correspondência recebida e expedida pela Reitoria relativos à conservação, aquisição e construção de bens imóveis da Universidade do Porto.
	<i>título(s)</i>	Processos de correspondência
	<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP P46_Ac_Rscup_01_P.pdf
	<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i> <i>coleções</i> ADUP REIT - Processos de correspondência
	<i>transcrições - [comentários]</i>	

---

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO]

Exmo. Sr. Reitor da Universidade do Porto

Ninguém melhor do que V. Ex<sup>a</sup> conhece e aprecia os incalculáveis benefícios que adviriam para a Faculdade de Ciências e para a Universidade em geral da aquisição da Quinta do Campo Alegre, para nela serem instalados o Jardim Botânico, Museu da História Natural, Observatório, campo de jogos para os alunos, etc.

V. Ex<sup>a</sup>. que, com tanta dedicação e inteligência coordenou e presidiu às diligências empreendidas no sentido de conseguir esse desiderato, conhece melhor que ninguém as esperanças que era lícito alimentar, perante os resultados obtidos por esses esforços.

Pois, da maneira mais inesperada e ilógica, surgem agora acontecimentos que ameaçam inutilizar todos os esforços feitos, e subverter todas as esperanças. Na verdade, seria de esperar uma certa relutância do Poder Central em consentir na despesa, relativamente elevada (embora perfeitamente justificada e legítima), a que forçaria a aquisição e adaptação daquela propriedade. Mas o que não era de esperar, o que é imensamente lamentável nas suas consequências e na sua significação, é que seja a própria cidade, representada pela sua Câmara Municipal, que tome a iniciativa de inutilizar completa e definitivamente aquela prometedora realização, dando um golpe gravíssimo na sua Universidade.

**É público e notório que se estão fazendo estudos em Coimbra para a criação da cidade universitária, em que se gastarão cem mil contos. Todo o País se regozijará por certo com esta manifestação eloquentíssima de que o Estado aprecia em toda a sua importância o valor da cultura portuguesa.**

É público e notório que a Capital estuda com afinco o problema da sua cidade universitária. Tal atitude não merece senão aplausos.

**Mas, quando as outras universidades portuguesas trabalham neste ambiente reconfortante de esperança e de progresso, a do Porto vê-se abandonada e desconhecida da própria Municipalidade.**

**Muito se tem trabalhado no plano geral de urbanização do Porto, cuja falta era realmente indesculpável. Parte desse plano já está delineado e aprovado pela Exma. Camara. Pois, segundo informações dignas de todo o crédito, esse plano implica a destruição dos belíssimos jardins e parque da Quinta do Campo Alegre!**

Facto extramente grave, repito, nas suas consequências e na sua significação. Em Lisboa e Coimbra, a Universidade ocupa um lugar proeminente nas preocupações dos respectivos Municípios. No Porto, triste é reconhecê-lo, o futuro da Universidade não parece um problema municipal!

**Trabalha-se em um larguíssimo plano geral de urbanização, espécie de armadura que há-de sujeitar e dirigir o crescimento, progresso e desenvolvimento da cidade, nos decénios ou séculos futuros. Reuniram-se para isso distintos técnicos nacionais e estrangeiros.**

**Mas, para tal, não foi ouvida nem achada a Universidade!** Na constelação de valores que integram o Porto presente e futuro, que papel é atribuído á cultura? Que papel é atribuído à Universidade, seu principal baluarte de cultura?

**É certo que, do plano de urbanização, faz parte o Hospital da cidade, mas não é difícil reconhecer que, se tal acontece, é porque esse hospital interessa mais como estabelecimento de assistência, do que como instrumento cultural.**

**De modo que, no plano geral de urbanização, não só foi esquecido o futuro progresso e desenvolvimento da Universidade, como activamente se projecta inutilizar um importantíssimo melhoramento que era lícito esperar para breve.**

Nessa conformidade, deliberou o Conselho desta Faculdade, em sua reunião de 19 do corrente, solicitar a V. Exa. que envie todos os seus esforços junto de S. Exa. o novo presidente da Câmara e junto do Poder Central que, em última instância, tem de resolver o assunto para que o lamentabilíssimo projecto de destruição da Quinta do Campo Alegre (verdadeiro atentado contra as maiores e mais legítimas aspirações da Universidade, e contra a estética e a higiene da cidade) não seja levado por diante, bem como para que a Universidade, pelos seus organismos representativos seja chamada a colaborar, pelo menos, na parte que diz respeito ao seu futuro desenvolvimento e progresso.

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em 22 de Outubro de 1942.

O DIRECTOR DA FACULDADE

(AP)

---



fac-símile(s)

Ofício de envio

Exm<sup>o</sup>. Snr. Director Geral do Ensino Superior  
e das Belas Artes

4 / 199  
41/49

Regendo a V.Exa. se digno apresentá-la a S.Exa.  
o Ministro e para ela chamar a especial atenção de S.  
Exa. dada a importância do assunto nela versado, tenho a  
honra de remeter a V.Exa. a adjunta cópia da exposição de

Envio exposição  
do C. Escelar da  
Fac. de Ciências  
sob o projecto  
destruição Quin-  
ta do Campo Ale-  
gre.

Conselho Escelar da Faculdade de Ciências desta Universi-  
dade sobre o projecto de destruição do Quinto do Campo Ale-  
gre, cuja aquisição foi há umas solicitada por esta Univer-  
sidade em virtude se considerar de grande necessidade, para  
o desenvolvimento das suas instalações, e bem assim para a  
criação de campos de jogos e de outras associações es-  
colares culturais, etc.

A sua de Moção.

Reitoria da Universidade de Porto, 24 de Outubro de

1942.

O Reitor,

<b>03.</b>	<i>assunto</i> Carta do Reitor da UP dirigida ao Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas e Comunicações solicitando a apresentação de ofício ao Ministro; Carta do Reitor da UP dirigida ao Ministro das Obras Públicas e Comunicações aludindo às Obras do Hospital Escolar		
<i>data(s)</i>	<b>1944-09-22 e 1944-09-24</b>		
<i>processo(s)</i>	Proc.189, pp. 449 - 451		
<i>tema(s)</i>	Processos de correspondência recebida e expedida pela Reitoria relativos à conservação, aquisição e construção de bens imóveis da Universidade do Porto.		
<i>título(s)</i>	P46_Ac_Rscup_01_P		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP P46_Ac_Rscup_01_P		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			

**REITORIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

Exm<sup>o</sup>. Sr. Ministro das Obras Públicas e Comunicações

Reiterando a V. Ex<sup>a</sup>., em meu nome pessoal e no da Universidade do Porto, as mais respeitosas homenagens pela sua justa elevação ao alto cargo em que se encontra, permita-me V. Ex<sup>a</sup>. que venha solicitar-lhe o seu decisivo patrocínio em favor da minha Universidade.

Duas aspirações principais tem ela, no momento presente.

**A primeira é ver continuar as obras do seu Hospital Escolar com a celeridade necessária, de harmonia com a angustiosa carência de meios hospitalares da cidade do Porto e com a falta das devidas instituições de ensino com que em tal matéria luta a Faculdade de Medicina.**

Neste sentido foi com alto aprazimento que vi na Imprensa relatada a visita de V. Ex<sup>a</sup>. Às obras do Hospital Escolar de Lisboa, acompanhado do Exm<sup>o</sup>. Sub-Secretário de Estado.

Essa visita mostra quanto o Governo e, em especial, V. Ex<sup>a</sup>. Se interessa por tão magnos problemas, cuja resolução virá melhorar sensivelmente as condições de assistência hospitalar das duas maiores cidades do país.

**A segunda aspiração é constituída pela aquisição da Quinta do Campo Alegre (...).**

Em nome da Universidade, desde já agradeço a V. Ex<sup>o</sup>. todo o interesse que as suas tão justas aspirações venham a merecer-lhe.

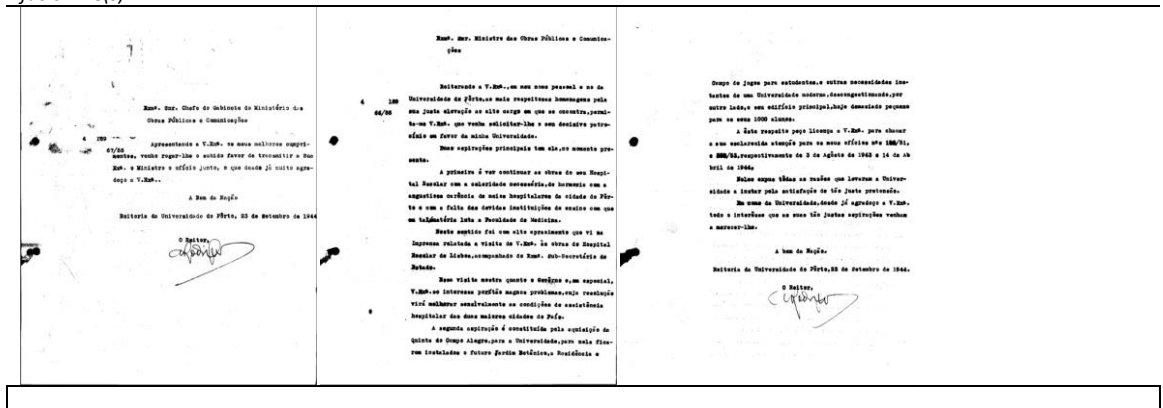
A bem da Nação.

Reitoria da Universidade do Porto, 23 de Setembro de 1944.

O Reitor,

(ass.)

*fac-símile(s)*



<b>04.</b>	<i>assunto</i> Publicação no DIÁRIO DO GOVERNO – I SÉRIE – Número 250, p. 1, do Decreto-Lei n.º 35:931 – <b>ANTEPLANOS DE URBANIZAÇÃO</b> – institui e aplica		
<i>data(s)</i>	<b>1946-11-04</b>		
<i>processo(s)</i>	Regime Jurídico do Planeamento Urbanístico		
<i>tema(s)</i>	LEX		
<i>título(s)</i>			
<i>fonte(s)</i>	DIÁRIO DA REPÚBLICA		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT

*transcrições - [comentários]*

#### SUMÁRIO

#### MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Decreto-Lei n.º 35:931 – Determina que os anteplos de urbanização aprovados pelo Ministro sobre parecer do Conselho Superior das Obras Públicas sejam obrigatoriamente respeitados em todas as edificações, reedificações ou transformações de prédios e no traçado de novos arruamentos nas áreas das sedes de concelho e demais localidades ou zonas por ele abrangidos, sendo-lhes aplicáveis as disposições do artigo 29.º do decreto-lei n.º 33:921 e do artigo 61.º do Código Administrativo

#### MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

#### GABINETE DO MINISTRO

Decreto-lei n.º 35:931

Em cumprimento do disposto no decreto-lei n.º 33:921, de 5 de Setembro de 1944, *encontram-se em estudo algumas centenas de planos de urbanização de sedes de concelho e de localidades definidas no artigo 2.º do mesmo diploma.*

De harmonia com a prática corrente em trabalhos desta natureza, os técnicos encarregados desses estudos apresentam em primeiro lugar **anteplos pormenorizados**, que, depois de apreciados pelas entidades e serviços competentes, servem de base aos projectos definitivos, mas que já por si definem linhas gerais de arranjos urbanísticos que convém fazer cumprir rigorosamente, até à conclusão dos estudos definitivos.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2 do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único: Os anteplos de urbanização aprovados pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações sobre parecer do Conselho Superior das Obras Públicas serão obrigatoriamente respeitados em todas as edificações, reedificações ou transformações de prédios e no traçado de novos arruamentos nas áreas das sedes de concelho e demais localidades ou zonas por ele abrangidos, sendo-lhes aplicáveis as disposições do artigo 29.º do decreto-lei n.º 33:921, de 5 de Setembro de 1944, e do artigo 61.º do Código Administrativo.

As atribuições a que se refere o artigo 62.º deste Código competirão às respectivas câmaras municipais, independentemente da sua categoria.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Novembro de 1946 – ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA – António de Oliveira Salazar – Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz – Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira – João Pinto da Costa Leite – Fernando dos Santos Costa – América Deus Rodrigues Thomaz – Augusto Cacella de Abreu – Marcello José das Neves Alves Caetano - José Caeiro da Matta – Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

*fac-símile(s)*

Segunda-feira 4 de Novembro de 1946

I Série — Número 250



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 030

Toda a correspondência, quer editorial, quer relativa a anúncios e à administração do Diário do Governo, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares acionam-se gratuitamente.

ANUNCIOS		SEMESTRAIS	
Até 3 séries . . .	Ano 240\$	1.º semestre . . . . .	120\$
A 1.ª série . . . .	90\$	" . . . . .	45\$
A 2.ª série . . . .	80\$	" . . . . .	40\$
A 3.ª série . . . .	80\$	" . . . . .	40\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 250 a 1200, acrescido do respectivo imposto de selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 3.º do decreto n.º 10119, de 24-12-1924, são 40 por cento do abastecimento.

## Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

### AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

### SUMÁRIO

#### Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

- Decreto-lei n.º 35-931** — Determina que os anteprojectos de urbanização aprovados pelo Ministro sobre parecer do Conselho Superior de Obras Públicas sejam obrigatoriamente respeitados em todas as edificações, reedificações ou transformações de prédios e no traçado de novos arruamentos nas áreas das sedes de concelho e demais localidades ou zonas por eles abrangidos, sendo-lhes aplicáveis as disposições do artigo 29.º do decreto-lei n.º 33-921 e do artigo 61.º do Código Administrativo.
- Decreto n.º 35-932** — Autoriza a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato para a execução das obras de reparações no quartel de artilharia de costa (Trafaria).
- Decreto-lei n.º 35-933** — Determina que o número de gratificações a abonar, nos termos da tabela anexa ao decreto-lei n.º 29-225, aos fiscais da posta, primeiras-telefonistas investidas na função de vigilantes e carteiros de Lisboa e Porto investidos na função de divisores seja fixado em despacho ministerial, dado sobre proposta do administrador geral dos correios, telégrafos e telefones.

#### Ministério da Educação Nacional:

Declaração de ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 4.º do orçamento do Ministério.

## MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

### Decreto-lei n.º 35-931

Em cumprimento do disposto no decreto-lei n.º 33-921, de 5 de Setembro de 1944, encontram-se em estudo algumas centenas de planos de urbanização de sedes de concelho e de localidades definidas no artigo 2.º do mesmo diploma.

De harmonia com a prática corrente em trabalhos desta natureza, os técnicos encarregados desses estudos apresentam em primeiro lugar anteprojectos pormenorizados, que, depois de apreciados pelas entidades e serviços competentes, servem de base aos projectos definitivos, mas que já por si definem linhas gerais de arranjos urbanísticos que convém fazer cumprir rigorosamente, até à conclusão dos estudos definitivos.

nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

**Artigo único.** Os anteprojectos de urbanização aprovados pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações sobre parecer do Conselho Superior de Obras Públicas serão obrigatoriamente respeitados em todas as edificações, reedificações ou transformações de prédios e no traçado de novos arruamentos nas áreas das sedes de concelho e demais localidades ou zonas por eles abrangidos, sendo-lhes aplicáveis as disposições do artigo 29.º do decreto-lei n.º 33-921, de 5 de Setembro de 1944, e do artigo 61.º do Código Administrativo.

As atribuições a que se refere o artigo 62.º deste Código competirão às respectivas câmaras municipais, independentemente da sua categoria.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Novembro de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomas — Augusto Cancellata de Azevedo — Marcello José das Neves Alves Castano — José Caserio da Matta — Clotário Luis Supício Ribeiro Pinto.

## Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

### Decreto n.º 35-932

Considerando que foram adjudicadas a José Luis Pereira as obras de reparações no quartel de artilharia de costa (Trafaria);

Considerando que para a execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de cento e vinte dias, que abrange parte do ano económico de 1946 e do de 1947;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do decreto n.º 27-563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

**Artigo 1.º** É autorizada a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com José Luis Pereira para a execução das obras de reparações no quartel de artilharia de costa (Trafaria), pela importância de 264.650\$.

<b>05.</b>	<i>assunto</i> Publicação no DIÁRIO DO GOVERNO – II SÉRIE – Número 182, de a de Agosto de 1954, p. 4926, da Zona de Protecção do Hospital Escolar do Porto, Pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização		
<i>data(s)</i>	<b>1954-08-04</b>		
<i>processo(s)</i>	AC-3022		
<i>tema(s)</i>	HEP		
<i>título(s)</i>	Área de Protecção		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT

*transcrições - [comentários]*

**DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO**

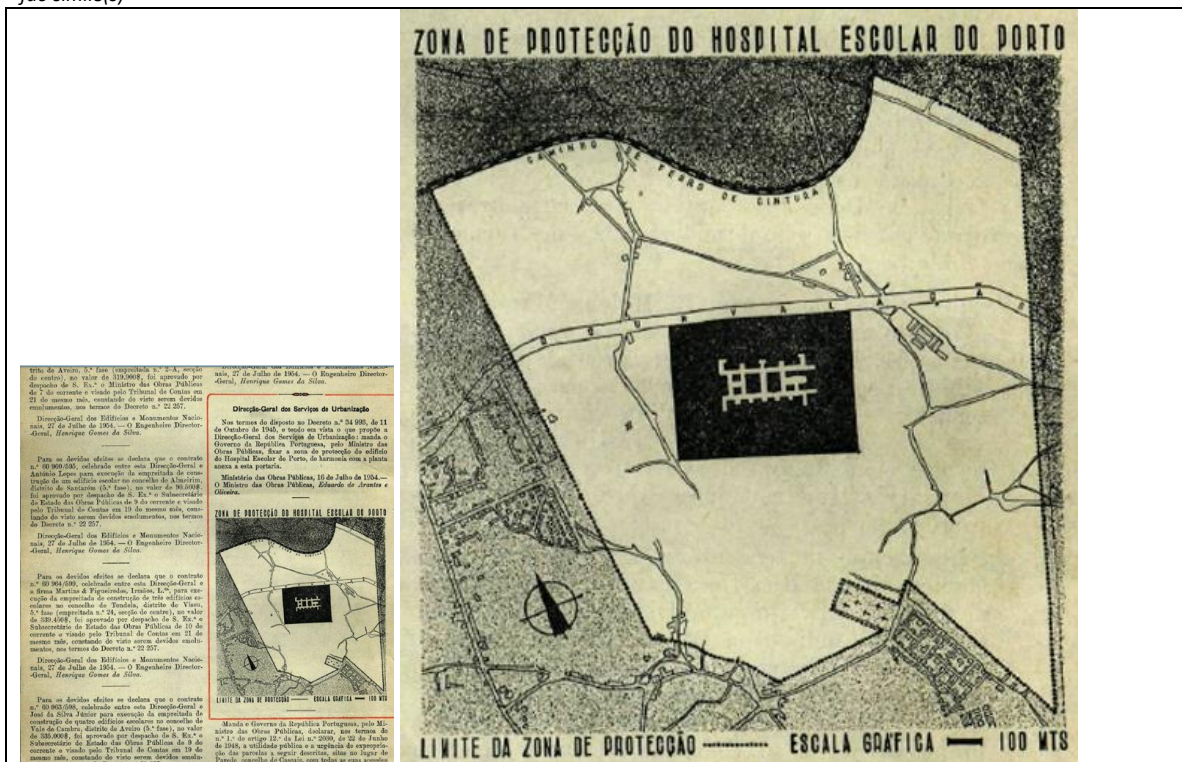
Nos termos dispostos no Decreto n.º 34 993, de 11 de Outubro de 1945, e tendo em vista o que se propõe a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização; manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas, fixar a zona de protecção do edifício do Hospital Escolar do Porto, de harmonia com a planta anexa a esta portaria.

Portaria / Ministério das Obras Públicas / Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização / *Diário do Governo* – 2.ª série, Lisboa 182 (4 de Agosto de 1954) – 4926 - 16 de Julho de 1954.

(O Ministro das Obras Públicas, *Eduardo de Arantes e Oliveira*).

[Verifique-se que a base já representa o HEP, a Estrada da Circunvalação, elementos do traçado rural e urbano (parte da rua de S. Tomé e rua Dr. Manuel Pereira da Silva), o cemitério paroquial de Paranhos, os Bairros da Azenha, de Paranhos e da Fábrica da Areosa e a linha de caminho de ferro de cintura (S. Mamede de Infesta), que corresponde ao limite norte da zona de protecção definida]. O limite nascente corresponde sensivelmente ao traçado da futura estrada de Famalicão e Braga (hoje A3), o limite poente corresponde à rua de S. Tomé, excluindo as construções em ambas as margens, prolongado a norte até ao canal ferroviário e contornando, a sul, as frente da rua Dionísio dos Santos Silva, e o limite sul acompanha a rua Dr. Manuel Pereira da Silva, libertando as suas frentes.

*fac-símile(s)*



<b>06.</b>	<i>assunto</i> Publicação no DIÁRIO DO GOVERNO – II SÉRIE – Número 182, p. 4926, da Zona de Protecção do Hospital Escolar do Porto, Pela Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização		
<i>data(s)</i>	<b>1977- (?) (matriz original da peça gráfica de 1954-08-04, inscrip.)</b>		
<i>processo(s)</i>	AC-3022		
<i>tema(s)</i>	HEP		
<i>título(s)</i>	Área de Protecção		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT – Projectos de instalações [1927-2002]

*transcrições - [comentários]*

Zona de protecção do Hospital Escolar [do Porto] : Diário do Governo, II Série, n.º 182, 4 de Agosto 1954 / CANIU; Arq. [Oldemiro Carneiro] ; Des. [A.P.Leite]. - 1:2000. - 1 planta em 1 folha : col. Com informação a lápis de terrenos adquiridos anteriormente, em 1976 e em 1977. N.º do desenho: 8103r-png-72.png

[A peça gráfica em 'plástico/ozalid sépia tem as seguintes inscrições junto à margem superior:

**ZONA DE PROTECÇÃO DO HOSPITAL ESCOLAR DO PORTO / DIÁRIO DO GOVERNO, II SÉRIE, Nº 182, 4 DE AGOSTO DE 1954**

No canto inferior direito encontram-se as seguintes inscrições de identificação (a sépia):

**CANIU; PORTO; Arq. (ass. Oldemiro Carneiro); Des. (ass. A.P.Leite).**

No canto inferior esquerdo encontra-se inscrita a escala da base:

ESCALA 1/2000

**Encontram-se demarcados dois limites, com legenda directa junto à margem inferior.**

**●●●●Zona de protecção do H.E.P. - - - -Zona limite da C.U.P.**

Os dois limites são sensivelmente coincidentes, com as seguintes diferenças principais: o limite da CUP, não inclui o ISE nem os terrenos actualmente ocupados pela ESBUC e inclui a bolsa de terrenos a sul da Rua Dr. Manuel Pereira da Silva. O limite da zona de protecção do HEP não inclui as áreas atrás referidas, assim como a faixa norte na frende daquele último arruamento e a área da segunda fase do cemitério paroquial, abarcando, no entanto, o corredor ferroviário a norte e o arruamento previsto ao longo do limite NE. **[Ao limite da ZP-HEP, acrescenta-se o limite da Z-CUP]**

Também a sépia encontram-se todos os arruamentos e construções com excepção das adiante referidas, mas são legendados 'a tinta da china preta' os seguintes arruamentos:

RUA DE S. TOMÉ; RUA CONDE DE ABRANCHES; RUA DO DR. ANTÓNIO BERNARDINO DE ALMEIDA; RUA DIONÍSIO SANTOS SILVA; LARGO DA IGREJA DE PARANHOS; RUA DA IGREJA DE PARANHOS; RUA DE ÁLVARO CASTELÕES; RUA DA ASPRELA; RUA DO DR. MANUEL PEREIRA DA SILVA; RUA DO ACTOR FERREIRA DA SILVA; RUA DO DR. ROBERTO FRIAS; RUA DO DR. JÚLIO DE MATOS; RUA DA FONTE DO OUTEIRO; RUA DE HONÓRIO DE LIMA; RUA DO BAIRRO DA AREOSA; ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO; RUA DE ARROTEIA; RUA PARTICULAR DA ARROTEIA.

**A 'preto' encontram-se implantadas as seguintes construções (limite e riscado interior), com legendas directas: I.S.E., junto ao tramo sul da rua de S. Tomé), I.P.O., a ESCOLA DE ENFERMAGEM, a poente do edifício do Hospital, e um conjunto de cinco construções (junto ao gaveto da rua Dr. Roberto Frias com a rua do Dr. Plácido da Costa) legendadas como Medicina DENTÁRIA, CONSULTAS, MEDICINA, ANFITEATRO E CANTINA, encontrando-se a CASA MORTUÁRIA a norte destas. A FAC. DE ECONOMIA está implantada junto ao cemitério e bairro do Outeiro que consta igualmente da planta.**

Com trama riscada encontram-se uma série de terrenos a sul da Rua Dr. Plácido da Costa, entre esta e o ribeiro da Asprela, hoje ocupados pelas instalações do FCDEF, e a nascente da rua Dr. Roberto Frias, hoje ocupados pelas instalações da ESSE (IPP) e por parte da FEUP, respectivamente, constando em legenda junto à margem inferior do desenho, as seguintes inscrições (não se encontrando, no entanto acompanhadas pelo preenchimento das caixas das entidades gráficas); TERRENOS ADQUIRIDOS ANTERIORMENTE; TERRENOS ADQUIRIDOS EM 1976; TERRENOS A ADQUIRIR EM 1977 [o que, aparentemente localiza este 'plástico' de trabalho em 1977, após a entrega do PLANO ESTRUTURA de Luiz Cunha]

fac-símile(s)



<b>07.</b>	<i>assunto</i> Carta do Reitor da UP ao DGESBA solicitando a reconsideração das obras das instalações desportivas suspensas devido ao Plano de Urbanização decorrente da construção da ponte da Arrábida no Campo Alegre. [Vêr comentário: relações com a Asprela]		
<i>data(s)</i>	<b>1956-06-14</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0292 – 0293		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	DOCUMENTO – Of.º 76/42		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>O Estádio Universitário do Porto, inaugurado em Abril de 1953, possui apenas: a) Um campo de futebol (não relvado); b) Cinco pistas de Atletismo construídas em condições muito deficientes; c) Bancada para 1.500 pessoas (carecida de arranjo); d) Um campo de basquetebol provisório.</p> <p>Quando da sua inauguração estava projectada a construção de dois campos de ténis, um ring de patinagem, uma piscina, um ginásio, a casa do guarda, e iluminação e instalação sonora.</p> <p>Algumas destas construções já estiveram orçamentadas, mas a sua execução foi suspensa devido ao novo PLANO DE URBANIZAÇÃO decorrente da construção da ponte da Arrábida.</p> <p>Uma vez aprovado o Plano de Urbanização desta zona, conviria que fosse superiormente considerada a necessidade da continuação das obras do Estádio Universitário do Porto, expropriando-se desde já os terrenos com que vai ser compensada a Universidade e atendendo-se ao seguinte programa: a) Rectificação das pistas de atletismo; b) Casa do guarda; Ring de patinagem; d) Piscina; e) Campo de Voleibol; Campo de Basquetebol; g) Campo de Ténis; h) Ginásio; i) Iluminação e instalação sonora; j) Relvar o campo de futebol; l) Cobrir os taludes que circundam o campo de futebol com uma pequena camada de asfalto, para evitar o crescimento de ervas.</p> <p>(...)</p> <p>Reitoria da Universidade do Porto, 14 de Junho de 1956          (ass. Amândio Tavares)</p> <p><b>[No entanto, <u>Oldemiro Carneiro</u> trabalha no seu PLANO SUMÁRIO DE IMPLANTAÇÕES desde 1960, desenhando e elaborando uma ‘maqueta’ de uma zona desportiva em grande parte do terreno]</b></p>			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			



<b>08.</b>	<i>assunto</i> Ofício da DGESBA dirigido ao Chefe do GMOP com despacho manuscrito <i>super</i> do DGESBA, dirigido à CANEU, acerca das instalações desportivas do Campo Alegre.		
<i>data(s)</i>	<b>1956-07-03</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0291		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	DOCUMENTO – Of.º		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência

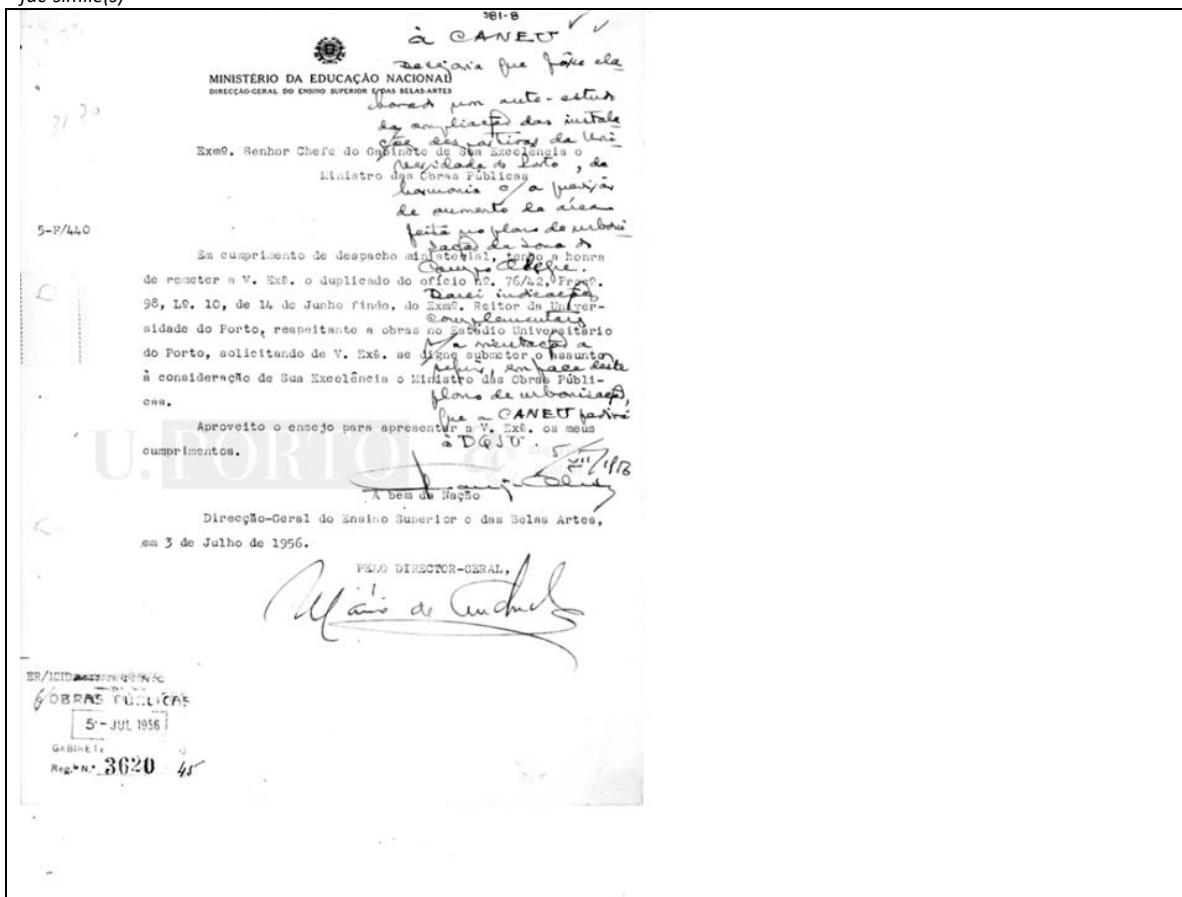
*transcrições - [comentários]*

(of.º da DGESBA enviando ao GMOP a comunicação do Reitor da UP de 1956/06/14)  
 DESPACHO MANUSCRITO pelo Director.Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, de 5.VII-1956 dirigido à CANEU:

Desejaria que fosse **elaborado um ante-estudo da ampliação das instalações desportivas** da Universidade do Porto de harmonia c/ a questão do aumento da área feita **no plano de urbanização da zona do Campo Alegre**. Darei indicações complementares p/ a orientação a seguir, em face **deste plano de urbanização, que a CANEU pedirá `DGSU**.

[No entanto, **Oldemiro Carneiro** trabalha no seu **PLANO SUMÁRIO DE IMPLANTAÇÕES** desde 1960, desenhando e elaborando uma 'maqueta' de uma zona desportiva em grande parte do terreno]

*fac-símile(s)*



<b>09.</b>	<i>assunto</i> Despacho do Ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira, acerca das INSTALAÇÕES UNIVERSITÁRIAS DO PORTO, contendo em anexo quadro com prioridades e faseamento		
<i>data(s)</i>	<b>1957-01-16</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0287 – 0290;		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	DOCUMENTO – Of.º		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<i>fac-símile(s)</i>			

NÚCLEOS	ACTUALMENTE	1ª. FASE	ULTERIORMENTE
Central	Reitoria Faculdade de Ciências Museus Faculdade de Economia	Reitoria (ampliada) Faculdade de Ciências (ampliada) - -	-
Actual Faculdade de Medicina	Faculdade de Medicina Órgãos Circum-Ecolares	Faculdade de Economia Órgãos Circum-Ecolares Centros de Estudo Institutos Estrangeiros	Faculdade de Economia Centros de Estudo Institutos Estrangeiros (ampliada)
Campo Alegre	Instituto Botânico Instalações Desportivas	Instituto Botânico Instalações Desportivas (ampliada) Museu História Natural Residências	Instituto Botânico Instalações Desportivas (ampliadas) Museu História Natural (ampliada) Residências (ampliada) Órgãos Circum-Ecolares
Asprela	Hospital-Faculdade	Hospital-Faculdade Escola de Enfermagem Residências Instituições Académicas	Hospital-Faculdade Escola de Enfermagem Residências (ampliadas) Instituições Académicas (ampliações) Outras Faculdades e Institutos

[Decisões acerca de Programas e Localizações.

O MOP tem algumas dúvidas acerca da componente desportiva, e manda estudar; Não toma decisões acerca do desenvolvimento e envergadura de alguns programas, como o da FEUP; tem ainda alguma convicção acerca da localização, no Núcleo Central, da FEP]

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS – GABINETE DO MINISTRO  
INSTALAÇÕES UNIVERSITÁRIAS DO PORTO

1 – Examinei com a atenção merecida o categorizado parecer do Exm<sup>o</sup>. Reitor da Universidade do Porto. Tudo ponderado de novo, afigura-se-me que em severos condicionamentos de ordem prática existentes, já anteriormente referidos, recomendam que se dê prioridade de consideração, pelo menos nesta fase preliminar de desbravamento do problema, às soluções de mais segura exequibilidade – embora porventura menos aliciantes à primeira vista.

2 – Iremos assim começar por examinar mais de perto os pontos ainda mal esclarecidos do esquema geral que se baseia no desenvolvimento dos serviços universitários em torno dos núcleos existentes, homogeneizando-se quanto possível para minimizar os inconvenientes da sua dispersão, e assegurando a melhoria gradual das actuais instalações.

3 – Não se fará mais do que uma referência “pro memoria” às Faculdades de Engenharia e de Farmácia e à Escola Superior de Belas Artes, cujos problemas não oferecem aspectos importantes para o que está em causa, depois da atenção que têm merecido ao Governo, e em relação às quais não se poria já, em qualquer hipótese, a questão de mudança de local.

4 – Também não vale a pena recapitular detidamente o que pode considerar-se assente em princípio quanto actual núcleo central da Universidade e ao edifício da actual Faculdade de Medicina. Apenas se assinalará que, havendo que seriar os problemas, será necessário desdobrar a evolução das instalações da actual Faculdade de Medicina em duas fases – dando já por concluídas as obras em curso: a primeira, conseqüente da saída da Faculdade de Medicina para o Hospital Escolar, com aspecto principal na instalação da Faculdade de Economia; a segunda, conseqüente da construção de instalações próprias para os organismos circum-escolares, com aspecto de maior realce na melhoria das instalações dos institutos de cultura estrangeira.

5 – As questões principais a focar referem-se, pois, em última análise ao papel a desempenhar pelas zonas da Asprela e de Campo Alegre. Dentro do esquema geral em consideração, esta última deverá vir a comportar, além do Instituto e Jardim Botânicos, o Estádio Universitário, o Museu de História Natural, o núcleo principal das residências de estudantes universitários, e os organismos circum-escolares.

Fica assim neste esquema reservada a zona da Asprela para o Hospital-Faculdade e Escola de Enfermagem anexa, e para outras Faculdades ou Institutos de eventual criação futura – ao que haverá de acrescentar-se, logo em fase inicial, núcleos residenciais e outras instalações para alunos e professores, embora reduzidos ao mínimo insuprível pelo Centro Universitário do Campo Alegre.

6 – Independentemente da condição obrigatória de realização gradual que tem de presidir à execução dos programas a que se refere o número anterior, o que há que apurar antes de mais é se é ou não viável instalar na zona do Campo Alegre tudo o que fica enumerado, sobretudo quando se consideram as necessidades do Estádio Universitário – do que possa realizar-se já e do que haja de ser realizado de futuro. Há já uma primeira tentativa de estudo que, embora de certo modo prometedor, não pode ainda habilitar a conclusões seguras. Está naturalmente indicado que se prossiga com a possível rapidez no exame deste assunto, com base neste primeiro estudo. É o que irá fazer por intermédio da Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários [CANEU], à qual se darão nesta data as necessárias instruções, com a prestante colaboração da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN por intermédio do Director dos Edifícios do Norte [DEN]. Para melhor rendimento do trabalho interessaria que a Comissão pudesse ser assistida por um representante da Universidade do Porto qualificado para o efeito.

7 – Resume-se tudo o que fica dito no quadro anexo, que porventura poderá ser útil para a formulação do comentário que sobre a matéria desejaria que me fosse facultado pelo Exm<sup>o</sup>. Reitor, para de seguida poder ser submetido o assunto à consideração de Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional [MEN].

Lisboa, em 16 de Janeiro de 1957

a) Arantes e Oliveira

<b>10.</b>	<i>assunto</i> Nota de Serviço do Ministro dirigida à CANEU dando conta de envio de despacho, convocando o Arq. (Januário) Godinho e mais elementos da DOCUL (2 cartões manuscritos)		
<i>data(s)</i>	<b>1957-01-11</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0285 - 0286		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS – GABINETE DO MINISTRO  
 À CANEU

a//.: Instalações Universitárias do Porto

Nesta data é remetida cópia do meu despacho que atribui à CANEU a incumbência de prosseguir com o estudo das instalações universitárias na zona do Campo Alegre.

Continuaremos a contar c/ a colaboração do Arq. Godinho que a CANEU contratará logo que haja base definida p/ medir a terefa que lhe é pedida.

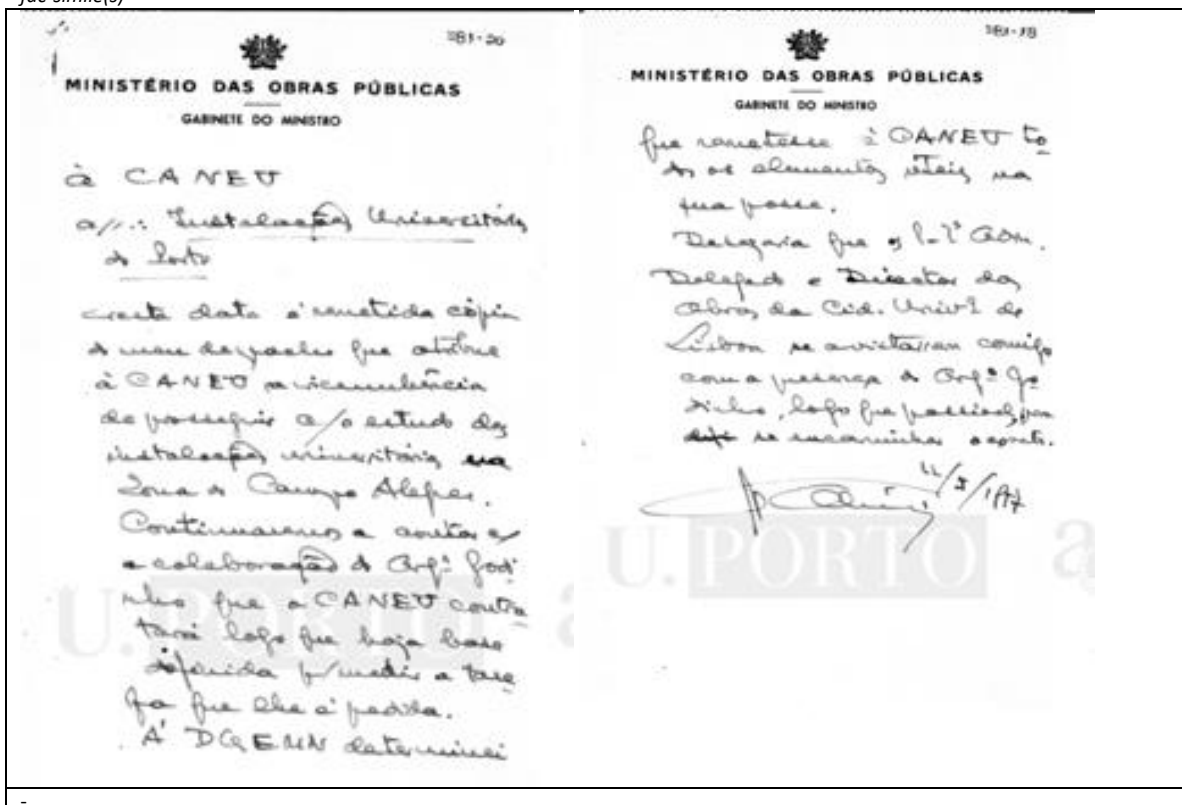
Á DGEMN determinei que remetesse à CANEU todos os elementos úteis na sua posse.

Desejaria que os Exm.ºs Adm. Delegado e Director das Obras da Cid. Univª de Lisboa se avistassem comigo com a presença do Arq. Godinho, logo que possível, para se encaminhar o assunto.

11/1/1957

(ass. Arantes e Oliveira)

*fac-símile(s)*



<b>11.</b>	<i>assunto</i> Nota de Serviço Urgente do Ministro dirigida à CANEU dando conta de envio de despacho, convocando o Arq. (a zona Do Campo Alegre) Godinho e mais elementos da DOCUL (2 cartões manuscritos)		
<i>data(s)</i>	<b>1957-02-09</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0283 - 0284		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>fonte(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS – GABINETE DO MINISTRO

À CANEU - URGENTE

Publicado já o diploma que amplia as atribuições da CANEU, é agora possível imprimir bom andamento às questões que esperavam essa publicação.

É particularmente urgente prosseguir-se na construção das instalações desportivas universitárias na zona do Campo Alegre (Porto), pelo que se deverá assegurar a maior rapidez nos estudos do plano geral desta zona relativos às instalações universitárias do Porto.

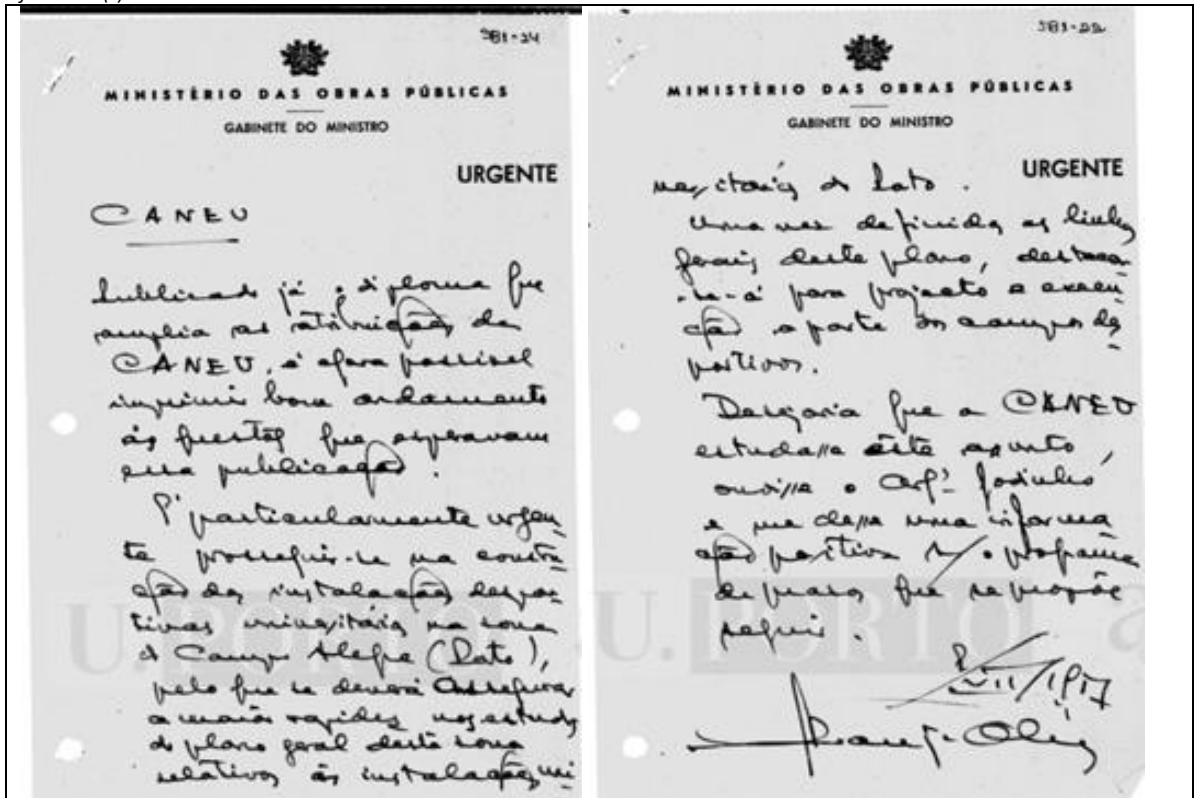
Uma vez definidas as linhas gerais deste plano, destacar-se-á para projecto e execução a parte dos campos desportivos.

Desejaria que a CANEU estudasse este assunto, ouvisse o Arq. Godinho e me desse uma informação positiva s/ o programa de prazos que se propõe seguir.

9/II/1957

(ass. Arantes e Oliveira)

*fac-símile(s)*



<b>12.</b>	<i>assunto</i> Informação da CANEU ao MOP acerca de prazos acordados com o AQRq. (Januário) Godinho para entrega do estudo prévio do Plano Geral das Instalações Universitárias no Campo Alegre, com relevância para as decisões acerca do programa da Asprela.		
<i>data(s)</i>	<b>1957-07-15</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0281		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS – CANEU INFORMAÇÃO A SUA EXCELÊNCIA O MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS Tendo conferenciado com o Sr. Arquitecto Godinho acerca do plano geral das Instalações Universitárias no Campo Alegre, acordei que dentro de três semanas se possam apresentar a Vossa Excelência o resultado do estudo prévio a que o mesmo arquitecto está procedendo. Lisboa, 15 de Julho de 1957 (ass.) (visto manuscrito) Visto. Convém não ultrapassar o prazo indicado pois me ausentarei logo de seguida. 15/VII/1957 (ass. Arantes e Oliveira)			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>13.</b>	<i>assunto</i> Nota de Serviço do Ministro dirigidas à CANIU acerca dos resultados esperados dos estudos de Godinho para o Campo Alegre, receando resultados desfavoráveis (2 cartões manuscritos)		
<i>data(s)</i>	<b>1957-07-26</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 279 - 0280		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

**MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS – GABINETE DO MINISTRO**

À CANIU p/ conhecimento

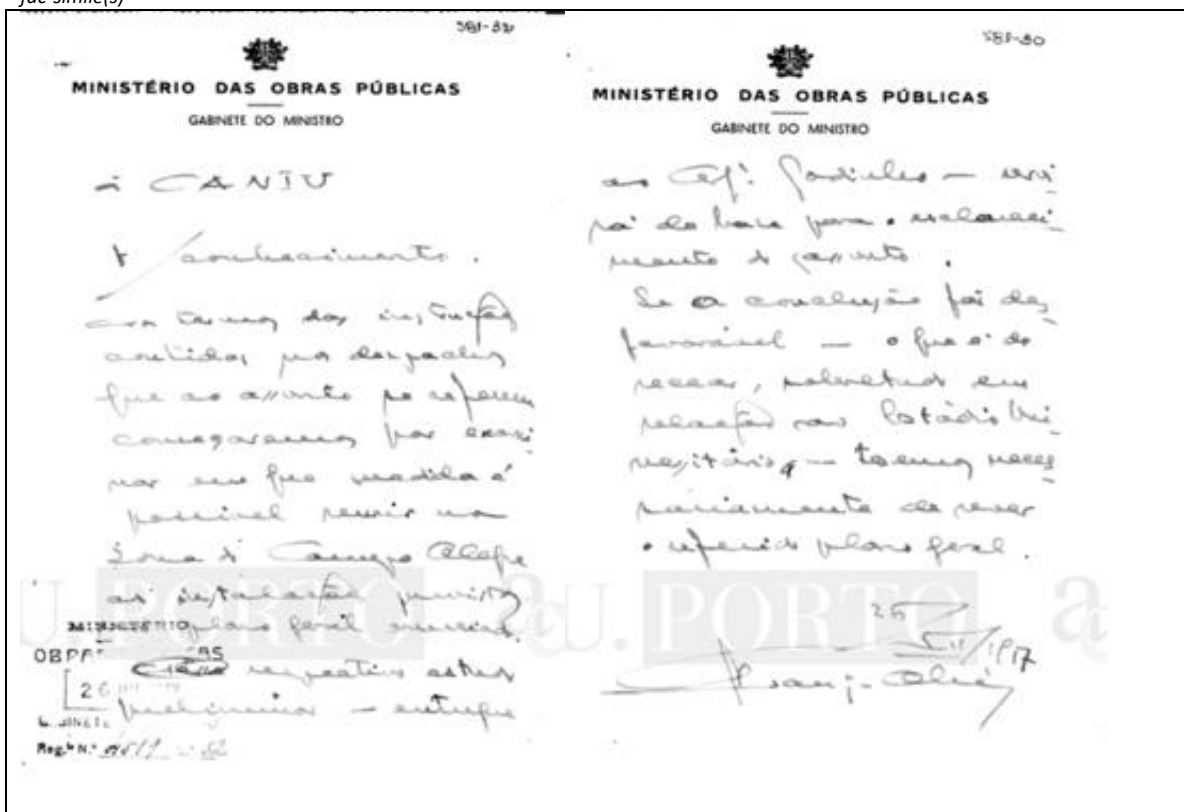
Nos termos das instruções contidas nos despachos que ao assunto se referem começaremos por examinar em que medida é possível na Zona do Campo Alegre as instalações previstas no plano geral enunciado. O respectivo estudo preliminar – entregue ao Arq. Godinho – servirá de base para o esclarecimento do assunto.

Se a conclusão for desfavorável – o que é de recear, sobretudo em relação ao Estádio Universitário – teremos necessariamente de rever o referido plano geral.

26/VII/1957

(ass. Arantes e Oliveira)

*fac-símile(s)*



<b>14.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU ao MOP informando da possibilidade, segundo Januário Godinho, em instalar no Campo Alegre os vários serviços propostos pelo Reitor da UP.		
<i>data(s)</i>	<b>1957-09-17</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0242 e 0278		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS – CANIU Senhor Ministro das Obras Públicas (...) <p>Tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência, o resultado do estudo levado a efeito pelo Arquitecto Januário Godinho, com vista a averiguar da possibilidade de instalar no Campo Alegre os vários Serviços que constam do programa apresentado pelo Exmo. Sr. Reitor da Universidade do Porto.</p> <p><b>Segundo se vê, parece ser possível dar satisfação ao referido programa, embora se tenha de considerar que a zona desportiva não poderá ser ampliada, ficando pois saturada.</b></p> Aguardo as superiores directivas de Vossa Excelência para o prosseguimento do assunto em causa. (...) P'lo Vice-Presidente, o Administrador Delegado (ass. Manuel Tavares Cardoso)			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			



<b>15.</b>	<i>assunto</i> Ofício com informação desfavorável da CMP acerca da pretensão de edificação no Campo Alegre, estando reservados terrenos na área da Asprela, demarcados em PLANO REGULADOR DA CIDADE DO PORTO (Antão de Almeida Garrett, 1952) e ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR (Arménio Losa, 1954).		
<i>data(s)</i>	<b>1958-04-30</b> (recepção a 5. MAI.58)		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0270 - 0274		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
Zona do Campo Alegre". Apresento a V. Ex. <sup>ª</sup> os meus melhores cumprimentos A bem da Nação Porto e Paços do Concelho, 30 de Abril de 1958 O Presidente (ass. José Albino Machado Vaz)			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO - PRESIDÊNCIA

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias (CANIU)  
Lisboa,

Em referência ao ofício nº 533 – Proc. 3170, de 4 de Março último, sobre o estudo das Novas Instalações da Universidade do Porto elaborado pelo Arquitecto Januário Godinho, tenho a honra de comunicar a V. Ex.<sup>ª</sup> que, ouvido sobre o assunto o Gabinete de Urbanização, foi este departamento Municipal do seguinte parecer:

“O estudo junto refere-se à implantação de várias instalações adstritas à Universidade do Porto na zona do Campo Alegre. O programa previsto compreende: Museus (...); Organismos circum-escolares (centro Universitário da Mocidade Portuguesa, Teatro Universitário, Orfeão Universitário); Instalações desportivas (...); Lares Universitários (...).”

Como se vê, trata-se de instalações numerosas e importantes, que irão constituir um núcleo escolar de consideráveis proporções.

Ora estando de há muito prevista a concentração de todas as actividades universitárias na zona da Asprela da qual o primeiro elemento, em vias de conclusão, é constituído pelo Hospital Escolar com a sua Faculdade de Medicina, afigura-se-nos nitidamente inconveniente a criação de novas instalações universitárias localizadas a cerca de 5 quilómetros daquela zona.

No **Plano Regulador da Cidade** foi considerada a reserva duma extensa área de terreno destinado às instalações universitárias.

Nele se faz notar que: a Faculdade de Medicina será a primeira a ser transferida; a Faculdade de Engenharia está instalada num edifício já insuficiente para a actual frequência; a Faculdade de Farmácia encontra-se num edifício também acanhado; haverá que contar com o restabelecimento da Faculdade de Letras. Posteriormente criou-se a Faculdade de Economia, que também não dispõe de edifício próprio.

Todos esses novos edifícios deverão localizar-se na zona do Hospital Escolar.

No **Ante-Plano de Urbanização dessa zona** diz-se o seguinte:

“A grande área de terrenos livres situada entre o Hospital Escolar e a unidade residencial da Areosa fica reservada com uma finalidade especial.

Estes terrenos, bem situados em relação à estrutura principal da Cidade, bem expostos e susceptíveis de uma grande valorização, podem e devem, portanto, reservar-se desde já. Constituiriam a futura Cidade Universitária.

É evidente que a maioria das instalações das várias Faculdades existentes não corresponde já às

necessidades do ensino e que outras Faculdades ou Institutos Superiores virão a ser criados em futuro próximo. Manter ou não a actual dispersão é outro problema. É possível que se recolham alguns benefícios do isolamento das diversas escolas e serviços de ensino superior, mas parece lógico supor que da concentração poderão resultar benefícios ainda maiores.

Admitindo que não há prejuízo em agrupar o maior número possível de Faculdades – todos os países aderem a este princípio – a presença da nova Faculdade de Medicina seria o bastante para definir o local como o mais adequado para a construção de outras instalações e serviços universitários. Razões complementares se somam a esta: a contiguidade de um complexo residencial com abundância de alojamentos; a contiguidade de um grande parque para recreio e exercícios desportivos; os espaços convenientes para o desenvolvimento de um jardim botânico; a facilidade de acessos e transportes colectivos”.

No parecer do Concelho Superior de Obras Públicas sobre o referido Ante-Plano (alínea 2. 3. 6.) diz-se: “Zona do Hospital Escolar – O Município e a Comissão de Revisão (da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização) concordam com a urbanização proposta para esta zona.

Este Conselho considera da maior importância a previsão de um parque urbano, reservas de terrenos para edifícios universitários e afins cujas exigências futuras devem ser salvaguardadas.”

Finalmente, no **Plano definitivo da Zona do Hospital Escolar**, fazem-se as seguintes considerações: “Cidade Universitária – Reservaram-se as áreas consideradas indispensáveis à criação de uma futura Cidade Universitária que conteria não só as escolas superiores como tudo o que contribua para a eficiência do ensino ou dele depende. Reservaram-se também as áreas livres não necessárias à imediata expansão da cidade e que poderão ser úteis, amanhã, para qualquer extensão imprevisível da Cidade Universitária.

E sugere-se com esta localização de uma futura Cidade Universitária, que se faça uma revisão completa de tudo quanto se tem resolvido ou preconizado em matéria de instalações para o ensino superior, evitando-se a dispersão que se agrava cada vez mais com todos os seus inconvenientes.

O Estádio Universitário, por exemplo, de criação recente, não é frequentado. E já se projectam outras instalações universitárias sem nenhuma integração num programa de conjunto.”

O Plano da Zona do Hospital Escolar acaba de ser superiormente aprovado sem qualquer objecção no que se refere à orientação adoptada quanto às futuras instalações universitárias.

Nestas condições, julga-se pouco conveniente a localização das instalações universitárias previstas na Zona do Campo Alegre”.

Apresento a V. Ex.<sup>ª</sup> os meus melhores cumprimentos

A bem da Nação

Porto e Paços do Concelho, 30 de Abril de 1958

O Presidente

(ass. José Albino Machado Vaz)

<b>16.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU ao MOP enviando e comentando o parecer da CMP que é desfavorável á pretensão de mais construções no Campo Alegre, estando reservados terrenos na área da Asprela, demarcados em PLANO REGULADOR DA CIDADE DO PORTO (Antão de Almeida Garrett, 1952) e ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR (Arménio Losa, 1954).		
<i>data(s)</i>	<b>1958-05-24</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0267 – 0269		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	Ofício		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS – CANIU

Senhor Ministro das Obras Públicas

(...)

Em cumprimento do despacho de Vossa Excelência de 30 de Novembro do ano findo, tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência o parecer da Câmara Municipal do Porto, sobre o estudo da autoria do Arquitecto Januário Godinho, relativo às instalações desportivas da Universidade do Porto, a considerar na zona do Campo Alegre.

Pela sua leitura se deduz que a Câmara Municipal do Porto não vê com simpatia a localização de tais instalações no Campo Alegre por uma série de razões das quais ressalta a de **estar de há muito prevista a concentração de todas as actividades Universitárias na zona da Asprela, tal como consta quer do Plano Regulador da Cidade quer do Antepiano de Urbanização ambos superiormente aprovados.**

Pela nossa parte Julgamos dever ponderar a Vossa Excelência que se nos afigura insuficiente o programa de instalações desportivas pedidas pela Universidade do Porto, pois não prevê sequer como é indispensável campo de treinos para foot-ball e para rugby.

Ora analisando o estudo feito pelo Arquitecto Godinho, vê-se logo que é impossível ampliar o programa o que aliás o referido Arquitecto salienta na sua memória ao dizer que é possível dar satisfação ao actual programa, embora não fique já com aquele desafogo que seria para desejar, mas sem possibilidade de ser aumentado.

Como elemento de comparação junta-se a nota das instalações desportivas previstas na Cidade Universitária de Lisboa.

Em conclusão, esta Comissão independente de qualquer outra razão pela qual não seja de aconselhar o aproveitamento do Campo Alegre para as Instalações Desportivas da Universidade do Porto, julga não ser vantajoso tal aproveitamento por não dispor de área suficiente para instalar com desafogo tudo quanto é indispensável a tais instalações e ser considerado com grave inconveniente a sua fragmentação por vários campos.

(...)

P'lo Vice-Presidente, o Administrador Delegado

(ass. Manuel Tavares Cardoso)

Anexo: Instalações Desportivas Previstas Para a Cidade Universitária de Lisboa


Informação manuscrita *super*:

*Colha-se o parecer da Reitoria da universidade, em face das conclusões formuladas quanto à aparente insuficiência do programa das instalações desportivas e à falta de espaço que considera no Campo Alegre um programa mais completo. 26/V/1958*

(ass. Arantes e Oliveira)

*fac-símile(s)*

361-53



**MINISTÉRIO  
DAS  
OBRAS PÚBLICAS**

COMISSÃO ADMINISTRATIVA  
DAS NOVAS INSTALAÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Avenida António Sérgio, 26, 3.º-D.  
LISBOA  
Telefones 77 10 31 - 77 10 62

INSTALAÇÕES DESPORTIVAS PREVISTAS PARA A

CIDADE UNIVERSITÁRIA DE LISBOA

Of.º N.º \_\_\_\_\_  
 Processo N.º \_\_\_\_\_

Estadie . . . . .	1	}	
Campo de Atletismo . . . . .	1		
Campo de treinos de Football e Ragby . . . . .	2		}
Tenis (treino) -4 campos junto às residencias; Total . . . . .	6		}
Tenis (meios campos com muro) . . . . .	2		
Tenis (competição) . . . . .	1		
Basketball ( um em frente às residencias) . . . . .	3		}
Volleyball (3 junto às residencias) total . . . . .	5		
Rink de patinagem e ekey . . . . .	1		
Piscina coberta . . . . .	1		
Piscina descoberta . . . . .	1		
Piscina de recreio . . . . .	1		
Tanque de remo . . . . .	1		
Ginasio com 4 salas . . . . .	1	}	
Pavilhão desportivo . . . . .	1		
Centro médico . . . . .	1		

Instalações Desportivas Previstas Para a Cidade Universitária de Lisboa  
 [comparar com o programa desenvolvido por Oldemiro Carneiro em PLANO SUMÁRIO DE IMPLANTAÇÕES, de 1962,  
 para a CUP na ASPRELA]

<b>17.</b>	<i>assunto</i> Despacho manuscrito <i>super</i> a ofício da CANIU para o MOP com o programa desportivo ampliado pretendido pela UP, e considerado no estudo de Januário Godinho pelo programa definido em 17 de Setembro de 1957 (po-581 : 0244)		
<i>data(s)</i>	<b>1958-06-28</b> (ofício) e <b>1958-07-02</b> (despacho <i>super</i> )		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0265		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	Ofício e despacho manuscrito <i>super</i>		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS – CANIU

Senhor Ministro das Obras Públicas

(...)

Ora, o arquitecto autor do presente estudo diz no seu relatório o seguinte: “O programa desportivo (correspondente ao que então era pedido) cabe nos terrenos previstos, porém, não poderá ser ampliado sem prejuízo do conjunto, devendo considerar-se uma zona saturada”

(...)

P’lo Vice-Presidente, o Administrador Delegado

(ass. Manuel Tavares Cardoso)

Despacho manuscrito *super*:

Examinei amplamente o assunto c/ o Reitor da Universidade do Porto e com o Prof. Almeida Garrett. Ficou assente que este último iria enviar dentro em breve um esquema de plano para tradução das conclusões obtidas na nossa conferência. Convirá aguardar a aprovação deste plano geral para podermos caminhar com segurança.

2/VII/1958

(ass. Arantes e Oliveira)

*fac-símile(s)*

Programa anterior previsto no estudo	Programa Actual
1 Estádio	1 Estádio
-----	1 Campo de treinos de futebol e Rink
1 Rink de patinagem	-----
1 Piscina	1 Piscina coberta
1 Campo de Voleibol	1 Campo de Voleibol
1 Campo de Basquetebol	2 Campo de Basquetebol
2 Campos de Tenis	2 Campos de Tenis
1 Ginásio	1 Ginásio
-----	1 Tanque de Remes
-----	1 Pavilhão desportivo
-----	1 Centre médico

Programa pretendido pela RUP e considerado por Januário Godinho no estudo para o Campo Alegre. [comparar com o programa desenvolvido por Oldemiro Carneiro em PLANO SUMÁRIO DE IMPLANTAÇÕES, de 1962, para a CUP na ASPRELA]

<b>18.</b>	<i>assunto</i> Carta do Reitor da UP, Amândio Tavares (com timbre do MOP?) dirigida ao Chefe de Gabinete do Ministro das obras públicas com transmissão de informações de Antão de Almeida Garrett. <u>Descrição de opção por modelo de parque. As novas instalações da Asprela – Impossibilidade do aproveitamento pretendido para a Quinta do Campo Alegre</u>		
<i>data(s)</i>	<b>1958-07-26</b>		
<i>processo(s)</i>	Proc.581 : 0088 - 0094		
<i>tema(s)</i>	UP – MOP – CUP		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			

As novas Instalações Universitárias na Asprela.

A impossibilidade do aproveitamento da Quinta do Campo Alegre para tudo o que se pretendeu lá colocar, levou a encaminhar o estudo das novas instalações para a Asprela, onde foi reservado um terreno com cerca de 98 Ha para esse fim, pelo Plano Regulador da Cidade do Porto e no qual o Hospital-Escolar – em vias de conclusão – tem à sua parte cerca de 20 Ha.

Ficam, portanto, livres ainda 78 Ha, assim distribuídos:

- Extensão de Nascente – Sensivelmente um rectângulo com 450 x 750 m, isto é de 33 e 34 Ha, de bom terreno para construções;
- Extensão do sul – Duas parcelas: a do Cemitério de Paranhos, com cerca de 16 Ha de forma mais irregular e onde corre o Ribeiro de Lordelo e inundável; a que fica a Sul do Hospital-Escolar, um rectângulo de 200 x 253 m, cerca de 12,6 Ha de bom terreno para construção;
- Extensão Poente – em forma de cunha rombuda, de cerca de 16 Há, local onde já se pensou por o Instituto de Oncologia e a Escola de Enfermagem.

A trasladação dos Museus da Faculdade de Ciências para o edifício que a Faculdade de Medicina vai deixar (...) levanta o problema da (...) **Faculdade de Economia. Terá de localizar-se na Asprela, de modo a integrar-se, no futuro, num conjunto orgânico com os demais.**

Num primeiro balanço (...) tomemos como ponto de partida as áreas atribuídas às novas Faculdades da Universidade de Lisboa. Admitamos que para a Faculdade de Farmácia são precisos 12.000m<sup>2</sup> e que para a Faculdade de Engenharia, com os seus pavilhões e oficinas, se destinam 40.000 m<sup>2</sup>. Teríamos ao todo 163.000 m<sup>2</sup> para os edifícios. Dando agora aos acessos e logradouros 100 a 200% dessa área, o que não é exagerar (o edifício do Hospital Escolar ocupa aproximadamente ¼ da área do talhão que o contém), vê-se que é necessária e suficiente a Extensão do Nascente com os seus 33 a 34 Ha.

**Uma outra exigência da Universidade é constituída pelas Instalações Desportivas e bem assim dos Organismos Circum-Ecolares.** Não deseja o Governo que sejam na Universidade do Porto inferiores às das outras duas Universidades e que estão sendo traçadas com a devida largueza.

Não deve merecer reparos que tais instalações se façam nas Extensões Sul do Hospital Escolar, aproveitando a linha de água para a formação dum lago e para a piscina, tirando todo o partido possível da fácil arborização dos terrenos sobrantes. Em nosso entender, deveria deveria formar-se nessa zona um dos parques da cidade e nela situarem-se as instalações desportivas universitárias. À medida que se caminha para Norte, em direcção ao Hospital, onde os terrenos são já mais altos, iria dando-se preferência aos jogos, ocupando menor área, às Presidências e até às instalações dos Organismos Circum-Ecolares, sempre dentro desse parque. (...) A formação do parque transcende o interesse meramente universitário, para ir fazer parte do património (?) de zonas verdes duma cidade que – se era aldeã (...) do seu território de periferia e nos jardins das suas casas antigas – está a transformar-se numa cidade muito densa, sem que se tenha tido a preocupação de reservar nas suas extensões, espaços para novos jardins públicos. Os jardins e praças ajardinadas do Porto datam de há mais de 60 anos.

Neste sentido, entendemos que a Câmara deverá interessar-se pela formação do parque da Asprela, embora sede das Instalações Desportivas e dos Organismos Circum-Ecolares da Universidade do Porto, quanto mais não seja, tomando sobre si o encargo da manutenção por meio do seu Serviço dos Jardins.

Na área reservada pelo Plano Regulador fica ainda a Extensão Poente, onde, como já se disse, se pensou construir o Instituto de Oncologia e a Escola de Enfermagem. Cremos que deverá ficar em potencial para estes ou outros edifícios, até certo ponto ligados à Medicina, isto é, como lógico complemento do Hospital Escolar.

Estimativa de custos dos terrenos // (confidencial)

Por informações colhidas junto da Câmara Municipal do Porto, poderá tomar-se como base que não venha a trazer surpresas:

100 a 150 esc./m<sup>2</sup> das faixas de terreno junto dos arruamentos abertos e na largura de 40m;

30 a 40 esc./ m<sup>2</sup> nos restantes terrenos interiores. (...). Totais - faixa marginante: 197.000 m<sup>2</sup>; terrenos interiores: 585.000 m<sup>2</sup>. (...). (ass. Antão de Almeida Garrett)

*fac-símile(s)*

Reitoria-----	13.000 m2
Faculdade de Direito-----	12.000 "
Faculdade de Letras-----	17.000 "
Faculdade de Ciências (com Museus e Jardim Botânico--	46.000 "
Escola de Belas Artes-----	<u>23.000 "</u>
Total-----	111.000 m2

CUL



<b>19.</b>	<i>assunto</i> Entrevista ao Eng.º Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas, ao jornal “O Primeiro de Janeiro”, de 25-10-1958, confirmando a construção da Cidade Universitária nos terrenos da Asprela, e minimizando a perda de espaço físico da Universidade na zona do Campo Alegre, devido à construção da Ponte da Arrábida e correspondente nó rodoviário		
<i>data(s)</i>	<b>1958-10-25</b>		
<i>processo(s)</i>	-		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	ADUP REIT – Recortes de imprensa [1919-1987] – O Primeiro de Janeiro / série 472 – Arquivo Noticioso		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

[AN3-N291a-P211.png] Viemos trocar algumas impressões sobre este problema. A ideia está a nascer. (...) O ensino superior ministrado nesta cidade e destinado à população escolar de todo o norte do País está longe de corresponder ao que dele se espera. E um dos mais fortes motivos reside, precisamente, na dispersão dos serviços na falta de condições de trabalho profícuo, quer para alunos quer para mestres, na carência de apetrechamento conveniente e na ausência de um sentimento de comunidade académica, indispensável para o estímulo ao estudo e à investigação científica.

[AN3-N291b-P211.png] Por motivos de ordem vária, principalmente económica, mas a que também não era estranho um certo sentimento de tacanhez e rotina e falta de perspectiva do futuro – a ideia de uma futura Cidade Universitária do Porto tinha sido praticamente posta de lado. Contudo, segundo o antepiano de urbanização da cidade, nos vastos terrenos da Asprela (...) estava prevista a construção de uma Cidade Universitária, compreendendo Reitoria, Faculdades, Residências para Estudantes, Estádio Universitário, Museus, Laboratórios, etc. Felizmente – há males que vêm por bem – a construção da ponte da Arrábida e seus acessos, cortando uma vasta área pertencente à Universidade, no Campo Alegre, obrigou a uma revisão das soluções provisórias e precárias previstas para a expansão necessária da Universidade do Porto. O Sr. Ministro das Obras Públicas, ao analisar o Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar, em que os terrenos continuavam cativos para a edificação de uma possível Cidade Universitária, aconselhou o seu autor, o arquitecto Arménio Losa, a prosseguir no desenvolvimento da ideia. Quisemos, porém esclarecer o caso, (...).

Confirmada a decisão superior sobre tão importante assunto (...), soubemos que as primeiras construções a realizar (...) serão a Faculdade de Economia e o Estádio Universitário (O actual campo de jogos do Campo Alegre ficará ao serviço das escolas técnicas Infante D. Henrique e Gomes Teixeira). Os novos edifícios dos Institutos Comercial e Industrial já deverão, igualmente, ser edificados na zona da futura Cidade Universitária, bem como uma Escola de Enfermagem.

*fac-símile(s)*



<b>20.</b>	<i>assunto</i> ACTA acerca do PROGRAMA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DA ASPRELA Protocolo da reunião realizada a 28-NOVENBRO-1958		
<i>data(s)</i>	<b>1958-12-02</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0210		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO – ASPRELA / PROGRAMA´

Protocolo da reunião realizada no dia 28 de Novembro de 1958 em que estiveram presentes:

- (...) Reitor da Universidade
- (...) Prof. Almeida Garrett
- (...) Prof. Hernani Monteiro
- (...) Engº Administrador-Delegado Manuel Tavares Cardoso
- (...) Engº Delegado no Norte Octávio José Filgueiras
- (...) Arq. Norberto correia
- (...) Arq. Oldemiro Carneiro
- (...) Engº Manuel J. Pinheiro de Meireles (que serviu de secretário)

1º. – Ideia do agrupamento dos vários ramos de ensino a considerar na Asprela:

- 1º)- Economia e Letras
- 2º)- Medicina e Farmácia
- 3º)- Ciências e Engenharia

2º. – Deve-se também prever a transferência para a Asprela de todas as Instalações Universitárias. Porém com prioridade e urgência a Faculdade de Economia, o Estádio Universitário e as Residências para estudantes por agora das Faculdades de Medicina e de Economia.

3º. – Deve-se também prever a instalação na Asprela de todos os Organismos Circum-Ecolares (Teatro Universitário, Orfeão, etc.).

4º. – O Edifício da Reitoria deve ser o elemento dominante do conjunto.

5º. – Os Museus devem ficar na zona central da cidade (aproveitamento do actual edifício da Universidade do Porto), não só porque a parte utilizada pelos alunos é realmente pequena mas também para se constituir um Museu Central que sirva para cultura geral.

6º. – Deverá também prever-se a Escola de Belas Artes que deverá ser localizada no núcleo de Ciências-Engenharia tendo em vista a colaboração que cada vez mais se deve acentuar entre os Engenheiros e Arquitectos.

7º. – Está definitivamente assente a localização do Lar e Escola de Enfermeiras dentro dos terrenos do Hospital Escolar.

8º. – Necessitam de alojamento (segundo o inquérito feito aos alunos no acto de inscrição no ano de 1958-59) cerca de 1.200 alunos. As residências albergariam alunos de várias Faculdades (espírito Universitário) tendo em vista no entretanto a distância a percorrer entre a residência e a respectiva Faculdade. (...).

9º. – Há uma certa dificuldade em prevêr o possível aumento de frequência nas várias Faculdades.

Lisboa, 2 de Dezembro de 1958

(ass.)

*fac-símile(s)*

--

<b>21.</b>	<i>assunto</i> Envio pela CANIU (sem timbre) de elementos para o <b>Arq. Norberto Correia</b> e <b>Arq. Oldemiro Carneiro</b> para orientação dos trabalhos do PLANO CONJUNTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO – Asprela. (estudo, em princípio elaborado em colaboração, mas mais tarde constituindo encomenda em duplicado, mas o MOP optou por Oldemiro Carneiro)		
<i>data(s)</i>	<b>1958-12-02 e 1958-12-05</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0226 e 0224		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
CANIU (sem timbre) Exmo. Sr. <b>Arquitecto Norberto Correia</b> (...) Lisboa (...) junto envio vários documentos que servirão para ter uma orientação quanto aos desejos do Exm <sup>o</sup> . Reitor da Universidade do Porto. (...) P'lo Vice-Presidente O Engenheiro Administrador Delegado (ass. Manuel Tavares Cardoso)			
CANIU (sem timbre) Exmo. Sr. <b>Arq. Oldemiro Carneiro</b> (...) (...) junto envio vários documentos que servirão para ter uma orientação quanto aos desejos do Exm <sup>o</sup> . Reitor da Universidade do Porto. (...) P'lo Vice-Presidente O Engenheiro Administrador Delegado (ass. Manuel Tavares Cardoso)			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>22.</b>	<i>assunto</i> Elementos solicitados pelo Arq. <b>Norberto Corrêa</b> para desenvolvimento dos trabalhos do PLANO CONJUNTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO – Asprela- incluído na proposta para elaboração do PCUP		
<i>data(s)</i>	<b>1958-12-04</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0204		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>PRINCIPAIS ELEMENTOS GRÁFICOS NECESSÁRIOS para a elaboração do estudo (relação provisória)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) – Planta topográfica actualizada (com indicação das construções existentes) – ou plantas cuja conjugação permita a análise do estado actual e a altimetria do terreno - esc. 1:500 e 1:2.500.</li> <li>b) – Planta ou plantas com elementos projectados e aprovados e indicação da ordem de realização.</li> <li>c) – Planta de trabalho referente aos principais arruamentos envolventes ou esquema de traçado, com a definição dos ângulos e distâncias planimétricas entre cruzamentos.</li> <li>d) – Perfis Longitudinais e transversais (ou razantes e esquemas das cartas transversais) dos mesmos arruamentos.</li> <li>e) – Plantas dos terrenos com delimitação de propriedade (p. cadastral), com indicação dos que pertencem ao Estado, à Câmara Municipal e a particulares; esquema das fases de aquisição; compromissos assumidos.</li> <li>f) – Esquema da rede principal de transportes colectivos prevista para a zona e artérias envolventes.</li> <li>g) – Planta geral da zona com indicação esquemática das áreas inundáveis e elementos de natureza geológica dos terrenos, que porventura sejam conhecidos.</li> </ul> <p>Lisboa, 4 de Dezembro de 1958; O Arquitecto                  (ass. M. Norberto Corrêa)</p>			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>23.</b>	<i>assunto</i> Ofício do IAC do MEN dirigido à CANEU acerca de viagem de Almeida Garrett à Alemanha, para visita a instalações de ensino universitário, com vista à preparação dos planos das instalações semelhantes da Universidade do Porto.		
<i>data(s)</i>	<b>1959-02-14</b> reenviada para o MOP a <b>1959-04-08</b> (acerca da questão orçamental)		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0226 e 0224		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>INSTITUTO DE ALTA CULTURA – MEN</p> <p>Exmo. Senhor Presidente da Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários</p> <p>Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto reconheceu a vantagem de ser concedida por este Instituto ao professor da mesma Faculdade Eng.º Antão de Almeida Garrett uma bolsa de estudo de curta duração para, na Alemanha, visitar instalações de ensino universitário alemão, com vista <u>à preparação dos planos das instalações semelhantes da Universidade do Porto, a construir</u>. Julga o Conselho daquela Faculdade que só assim <u>o Prof. Antão de Almeida Garrett poderá desempenhar-se</u> convenientemente <u>da missão de delegado da Universidade junto dessa Comissão Administrativa</u>. Em face do exposto, venho rogar a V. Ex<sup>a</sup> o obséquio de me informar, para elucidação da Direcção deste Instituto, sobre se essa Comissão julga necessária e conveniente a deslocação do referido professor à Alemanha para o mencionado fim e se essa Comissão poderá ocorrer às despesas.</p> <p>(...)</p> <p>O Secretário (ass. A. de Medeiros-Gouvêa)</p>			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>24.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANEU (sem timbre) dirigido ao Secretário do IAC (MEN) acerca da viagem à Alemanha de Almeida Garrett e nomeação do mesmo como Delegado na CANEU em representação da UP.		
<i>data(s)</i>	<b>1959-02-24</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0238		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>CANEU (sem timbre)</p> <p>Acuso a recepção do ofício (...), e em resposta ao qual cumpre-me informar (...) que reconhece esta Comissão Administrativa ser da maior vantagem a viagem de estudo prevista (...) com vista à preparação dos planos das instalações universitárias do Porto, tanto mais que [Almeida Garrett] (...) foi designado para representar aquela Universidade, como seu Delegado, nesta Comissão Administrativa.</p> <p>Lamento (...) que não pode este Organismo ocorrer às despesas (...) <u>visto não ter sido prevista no Orçamento das despesas extraordinárias deste Ministério para 1959 e destinadas às obras a cargo desta Comissão, qualquer verba para a Cidade Universitária do Porto.</u></p> <p>(...)</p> <p>P'lo Vice-Presidente</p> <p>O engº Administrador Delegado</p> <p>(ass. Manuel Tavares Cardoso)</p>			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>25.</b>	<i>assunto</i> M. Norberto CORRÊA envia para a CANIU proposta para elaboração do contrato de trabalho referente ao Plano da Cidade Universitária do Porto		
<i>data(s)</i>	<b>1959-03-26 (proposta);</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0193; 0194 – 0203; 0204; 0205		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

(ao Vice-Presidente da) CANIU

PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DO CONTRATO PARA O PLANO DA CUP

DE acordo com as circunstâncias previstas, considera-se que o estudo do Plano da CUP será desenvolvido fundamentalmente segundo a ordem de trabalhos que adiante se apresenta, dada a natureza muito especial da presente planificação e entrevedo-se desde já os meios disponíveis e conhecendo-se os objectivos práticos a ter em conta (recebidos documento e desenho para o efeito):

1º: ESBOCETO DO CONJUNTO (...) com a tradução gráfica de uma ideia de conjunto, envolvendo esquema de circulação e zonamento e o agrupamento das principais instalações – devendo ser efectuado após a recolha e actualização dos principais elementos gráficos relativos ao local, onde ficará situada a Cidade Universitária, e após a obtenção dos dados urbanísticos, que informam ou condicionam as linhas gerais de composição e, finalmente, após a análise dos dados programáticos fornecidos para concretização de um Programa Geral das instalações a prever.

Este programa será ainda completado com a indagação das necessidades primordiais dos serviços e das prioridades a respeitar e com o esclarecimento das relativas viabilidades de execução.

2º: ESTUDO PRÉVIO PARA UM ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO (...) basear-se-á em uma rectificação do Esboceto, em face da apreciação a que for sujeito, e consistirá numa revisão pormenorizada de todo o estudo anteriormente realizado e do programa, procedendo-se ao desenvolvimento do trabalho e à conclusão e sistematização dos elementos do inquérito, a uma maior discriminação do Programa Geral e ao estudo particular do programa de cada uma das principais instalações para definição da articulação funcional do conjunto e previsão, embora esquemática, dos volumes de construção e da sua implantação.



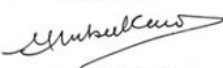
[A proposta refere-se então ao Esboceto e ao Estudo Prévio para um Antepiano de Urbanização, considerando Norberto de Corrêa que a este trabalho deverão seguir-se um Antepiano Geral ou Antepianos parciais, em ‘escala maior’ e relativos, neste caso, a cada uma das principais zonas ou ‘grupos’ de instalações “sempre que condições especiais tal aconselham ou o exijam; arranjos parciais de urbanização; projectos de composição de elementos do conjunto; e, finalmente os projectos para execução de edifícios, arruamentos, parques, jardins, etc.”]

[É definido um prazo de 8 meses, não havendo bases, inquéritos, programa definido (apenas ‘agrupamentos’ de instalações dimensionadas aprioristicamente à partida (pelo que, de forma prevenida Norberto Corrêa propõe-se começar por um esboceto, seguido de um Estudo Prévio de conteúdos sumários, esperando pela apreciação da tutela]

[Sublinha que a entrega das peças referidas fica integralmente condicionada ao fornecimento, por parte da Comissão (CANIU), dos elementos indispensáveis a esse fim, enumerando-os (planta da cidade, planta topográfica actualizada em vegetal, planta de trabalho das vias, cotada e com ângulos, perfis longitudinais e transversais, com indicação das rasantes, plantas do cadastro, planta com indicação das zonas inundáveis, plantas dos estudos recentemente efectuados e ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, de Arménio Losa]

(ass. Manuel Norberto Freire de Oliveira Corrêa)

fac-símile(s)

<p style="text-align: right;">581-318</p> <p style="text-align: center;">   <b>MINISTÉRIO</b>  <b>DAS</b>  <b>OBRAS PÚBLICAS</b>                  COMISSÃO ADMINISTRATIVA                  DAS NOVAS INSTALAÇÕES UNIVERSITÁRIAS                  Avenida António Sérgio, 26, 3.º D.                  LISBOA                  Telefones: 21490-27/1942                  Of.º N.º 3070                  Processo N.º 31793             </p> <p style="text-align: center;"> <b>Exm.º Sr. Arquitecto Norberto Corrêa</b>                  Av: dos Estados Unidos da América, Lote 6                  3.ª. Esq.ª.                  LISBOA             </p> <p style="text-align: center;">                 Em aditamento ao meu officio nº. 4.942 de 4 de corrente mês, junto envio um documento e respectivo desenho, que servirão para ter uma orientação quanto aos desejos do Exm.º Rector da Universidade do Porto.             </p> <p style="text-align: center;">                 A Bem da Nação                  Lisboa, 17 de Dez 58                  O Engenheiro Administrador-Delegado                    Emanuel Tavares Cardoso             </p>	<p>Ofício da CANIU (MOP) de envio a Norberto Corrêa de 'documento e desenho' orientadores para desenvolvimento do Plano da Cidade Universitária do Porto (quanto aos desejos do Exm.º Rector. (13-DEZ-58)</p>
<p style="text-align: right;">581-302</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin-bottom: 10px;">                 RECEBIDO                  14 1959                  777 PROCESSO N.º 31793             </div> <p style="text-align: center;"> <b>Exm.º Senhor</b>                  Engenheiro Fernando Galvão Jácome de Castro                  Digníssimo Vice-Presidente da Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias                  Av. António Sérgio, 26 - 3.ª-D.ª                  LISBOA             </p> <p style="text-align: center;">                 Tenho a honra de entregar a V. Ex.ª., em duplicado, a proposta referente ao Plano da Cidade Universitária do Porto.             </p> <p style="text-align: center;">                 Agradeço, desde já, o bom acolhimento que o assunto possa merecer a V. Ex.ª..             </p> <p style="text-align: center;">                 Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Ex.ª. com os protestos da maior consideração, os meus melhores cumprimentos.             </p> <p style="text-align: center;">                 Lisboa, 30 de Março de 1959             </p> <p style="text-align: center;">                 O Arquitecto,                    N. Norberto Corrêa             </p>	<p>Carta de Norberto Corrêa de envio à CANIU a sua proposta, em duplicado, referente ao Plano da Cidade Universitária de Porto. (30-MAR-59)</p>



<b>26.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU (sem timbre) dirigido ao Presidente da Câmara do Porto, solicitando elementos necessários para a realização do estudo prévio do antepiano de urbanização da Cidade Universitária do Porto.		
<i>data(s)</i>	<b>1959-04-08</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0187		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

CANIU (sem timbre)  
 Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal do Porto  
 Afim de se proceder à elaboração do estudo prévio do antepiano da Cidade Universitária do Porto, na Asprela, venho rogar a V. Ex<sup>o</sup>. a subida finesa de me informar se pala Exma. Câmara (...) podem ser fornecidos os seguintes elementos:  
 1)- Planta ou plantas da zona com elementos projectados e aprovados (...);  
 2)- Planta de trabalho referente aos principais arruamentos envolventes e de penetração ou atravessamento ou esquema geral do traçado (...);  
 3)- Perfis longitudinais e transversais (...);  
 4)- Esquema da rede principal de transportes colectivos (...);  
 5)- Planta geral da zona (...), com a indicação esquemática das áreas inundáveis (...)  
 (...)  
 P'lo Vice-Presidente, O Engenheiro Administrador-Delegado  
 (ass. Manuel Tavares Cardoso)

*fac-símile(s)*

-

<b>27.</b>	<i>assunto</i> Carta de Oldemiro Carneiro, dirigida à CANIU, dando conta da inexistência de elementos solicitados		
<i>data(s)</i>	<b>1959-04-16</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0188-0190		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

**OLDEMIRO CARNEIRO ARQUITECTO**

Exmo. Senhor Engenheiro (...) Administrador-Delegado da CANIU (...),

Em referência ao ofício n.º 970, de 8 do corrente, (...) dirigido à Câmara Municipal do Porto (...) cumpre-me informar:

Os elementos solicitados nas alíneas 2), 3), e 5), não são possíveis de aquisição, pois a Câmara não os possui. As plantas na alínea 1) parece já terem sido entregues. [não foi encontrada nota de entrega]. Quanto aos elementos da alínea 4) , o pedido terá que ser dirigido aos STCP (...).

No que respeita à aquisição das plantas gerais à escala 1:2.500, com curvas de nível, (...) esclarecem-me que talvez fosse viável a solução de as pedir ao Ministério da Guerra. São plantas fotogramétricas, muito perfeitas, (---) sem dúvida que este pedido terá de ser feito por uma entidade oficial – neste caso a CANIU (...).

Por outro lado, consegui descobrir no Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto uma colecção de fotografias aéreas da cidade do Porto, à escala 1:2.500, a que chamam "FOTO-PLANO" Com muita clareza se vê toda a zona da Asprela e o Hospital Escolar.

O trabalho fotográfico deve ter sido realizado em 1957/58, quando ainda não estava iniciado o arranjo dos jardins e o arruamento privativo do H.E.P. Contudo, é o elemento mais recente de actualização da zona da Asprela, e consequentemente o da zona correspondente à futura CIDADE UNIVERSITÁRIA. Este trabalho foi encomendado à ARTOP – Aero Topográfica, Lda (...).

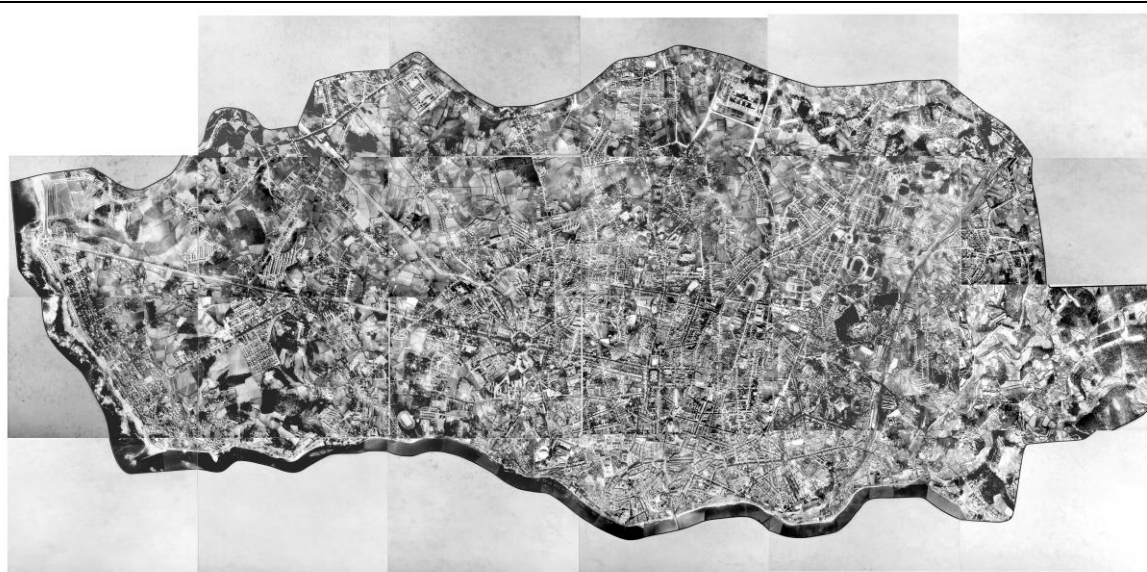
Pergunto: Tal trabalho interessará ao meu colega, Arquitecto Norberto Corrêa (...)

Porto, 16 de Abril de 1959

O ARQUITECTO

(ass. Oldemiro Carneiro)

*fac-símile(s)*



**FOTOPLANO**, Levantamento Aéreo 1958, ARTOP, Arquivo Histórico, CMP.

<b>28.</b>	<i>assunto</i> Ordem de Serviço de Arantes e Oliveira (MOP) dirigida ao Presidente da CANIU (4 cartões) <b>Ordena urgência do Plano Geral da CUP com implantação da FEP, Lar, Residências e Estádio Universitário</b> <b>Manda elaborar “desde já” o projecto da FEP, sugerindo a contratação de Viana de Lima.</b>		
<i>data(s)</i>	<b>1959-07-04</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0183 - 0186		
<i>tema(s)</i>	<b>CUP – PLANO GERAL - FEP – VIANA DE LIMA</b>		
<i>título(s)</i>	ORDEM DE SERVIÇO		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS / GABINETE DO MINISTRO  
 Ao Exmo. Presidente da CANIU  
 Assunto.: Instalações Universitárias do Porto  
 1 – Cidade Universitária, na Asprela  
 Torna-se urgente por em marcha o estudo do respectivo plano geral, segundo as instruções já *definidas [riscado]* enunciadas.  
 É especialmente urgente levar este estudo até ao ponto de ficarem definidas as localizações das seguintes instalações, por ordem de necessidade de consideração:

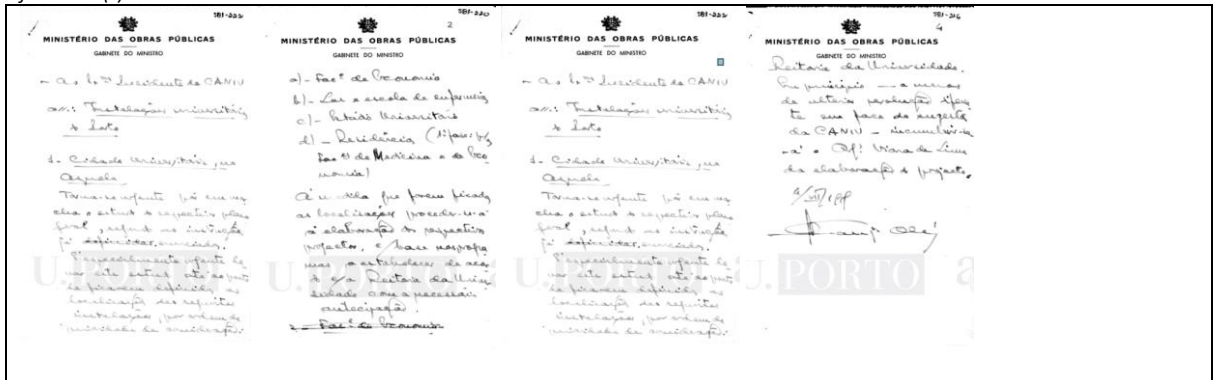
- a) – Fac.ª de Economia
- b) – Lar e escola de enfermeiras
- c) – Estádio Universitário
- d) – Residências (1ª fase: para as Fac.es de Medicina e de Economia)

À medida que forem fixadas as localizações proceder-se-á à elaboração dos respectivos projectos c/ base nos programas a estabelecer de acordo c/ a Reitoria da Universidade com a necessária antecipação.

2 – *Fac.ª de Economia [riscado]*  
 A CANIU deverá repetir na sua proposta orçamental p/ 1960 as diligências p/ a obtenção das verbas necessárias p/ as despesas gerais da CANIU em relação c/ a Univ.ª do Porto e elaboração de projectos, e para a 1.ª fase de aquisição dos terrenos p/ a Cid. Univ.ª.

2 – Faculdade de Economia  
 Deverá elaborar-se desde já o estudo do respectivo projecto a começar pela formulação do programa das instalações que se pedirá à Reitoria da Universidade.  
 Em princípio – a menos de ulterior resolução diferente em face de sugestão da CANIU – incumbir-se-á o Arqº Viana de Lima da elaboração do projecto.  
 4/VII/1959  
 (ass. Arantes e Oliveira)

*fac-símile(s)*



29.	<i>assunto</i> Ofício da CANIU em resposta à Ordem de Serviço de Arantes e Oliveira (MOP) , de 4/7/1959 <b>Propõe a execução dos trabalhos pela DELEGAÇÃO DO PORTO, e sugere a reorientação de saldo da verba inscrita no ORÇAMENTO DAS DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS DO MOP, e aí destinada à CUL, ao abrigo do DL n.º 41.173 de 4 de Julho de 1957.</b>		
<i>data(s)</i>	<b>1959-07-10(?) e despacho <i>super</i> de 1959/07/18</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0180 - 0181		
<i>tema(s)</i>	<b>CUP – PLANO GERAL - FEP – VIANA DE LIMA</b>		
<i>título(s)</i>	ORDEM DE SERVIÇO		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS / CANIU                  Senhor Ministro das Obras Públicas, Excelência:                  Pela ordem de Serviço de 4-VII-59 dignou-se Vossa Excelência determinar que iniciasse esta comissão o estudo do respectivo plano geral das “Instalações Universitárias do Porto” definindo localizações das seguintes, por ordem de prioridade de consideração:                  a)– Fac. de Economia; b)– Lar e escola de enfermeiras; c)– Estádio Universitário; d)– Residências (1ª fase: para as Fac.es de Medicina e de Economia)                  e procedendo à medida que forem fixadas aquelas localizações à elaboração dos respectivos projectos, com base nos programas a estabelecer de acordo com a Reitoria da Universidade.</p> <p><b>Tem esta comissão de manter na sua <u>Delegação do Porto</u>, ainda por alguns meses, parte do seu pessoal técnico e administrativo visto o mesmo ser indispensável para proceder à recepção definitiva das grandes quantidades do equipamento que foi recentemente entregue no Hospital de São João e acompanhar os trabalhos finais de transferência completa da Faculdade de Medicina para as suas novas instalações e da adaptação do respectivo mobiliário. Afigura-se-me, portanto, <b>ser oportuno aproveitar os serviços daquele pessoal para se dar imediato cumprimento à superior determinação</b> de Vossa Excelência, contida na ordem de serviço acima referida, <b>procedendo-se desde já aos estudos e projectos tendentes a definir as localizações dos edifícios indicados e promovendo a expropriação de alguns prédios em conformidade com o plano a aprovar.</b> No entanto, (...) <b>não foi inscrito no actual orçamento das <u>despesas extraordinárias deste Ministério qualquer verba com essa finalidade.</u></b></b></p> <p>Nesta conformidade sendo possível considerar nesta altura do ano, em face da evolução das obras presentemente em curso da Cidade Universitária de Lisboa, que <u>se poderá dispor de um saldo</u> de 750 contos, tenho a (...) propor (...), <u>atendendo ao disposto no Decreto-Lei n.º 41.173 de 4 de Julho de 1957 – que ampliou a competência destes serviços ao estudo e execução das Novas instalações da Universidade do Porto – que seja inscrito no Cap.º 21.º Art.º 125, n.º 1, do Orçamento das despesas extraordinárias deste Ministério para 1959 a seguinte rubrica:</u></p> <p>c)- Novas Instalações Universitárias do Porto 750.000 escudos. [símbolo]                  Em contrapartida será anulada igual importância na dotação da alínea b) do mesmo Artigo destinado à Cidade Universitária de Lisboa. (...).</p> <p>P’lo Vice-Presidente, O engenheiro Administrador-Delegado                  (ass. Manuel Tavares Cardoso)</p> <p>[despacho redigido <i>super</i>]                  Concordo, submeta-se à apreciação de S. Excia. O Ministro das Finanças por intermédio da 8.ª Rep. da DGOP. 18/VII/1959                  (ass. Arantes e Oliveira)</p>			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>30.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU, dirigido ao Arq, Norberto Corrêa, convidando-o para apresentação de nova proposta para a elaboração do ANTEPROJECTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO, mas, em simultâneo, dando conta da nulidade de qualquer acordo, dada a ausência do Arq. e grande urgência dos estudos.	
<i>data(s)</i>	<b>1959-07-14</b>	
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0179	
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – NORBERTO CORRÊA	
<i>título(s)</i>	-	
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP	
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i> <b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

MOP – CANIU

[O Vice-Presidente, Eng.º Administrador-Delegado da CANIU, Manuel Tavares Cardoso, em nome do Ministro das Obras Públicas, **convida Norberto Corrêa a apresentar uma segunda proposta para a elaboração do Antepiano da futura Cidade Universitária do Porto, compreendendo o estudo prévio e o respectivo anteprojecto.** A proposta anteriormente apresentada, a 26 de Março foi considerada inaceitável pelo seu elevado valor.]

(...) Por minha sugestão Sua Ex.ª o Ministro aceitou que V. Ex.ª apresentasse **uma outra modalidade em que ficaria apenas com o encargo de concepção e orientação, mas sem quaisquer despesas relativas a elementos a obter e respectivos desenhos.**

Tendo pedido (...) para não se ausentar do País sem me habilitar a informar oportunamente (...) o Ministro acerca desta modalidade, verifiquei com surpresa que, ao contrário do que supunha, não me foi presente uma nova proposta, donde depreendo não ter ela interessado a V, Ex.ª.

Apesar-de-tudo propus a (...) o Ministro que se aguardasse a sua vinda do estrangeiro para melhor esclarecer o assunto, convencido como estava, que regressaria ao País com o Eng.º Oom do Valle.

[1905-1964, Inácio Constantino de Menezes Oom do Valle, Tenente-coronel de Engenharia, técnico da CANEU, participando na construção do IPO/Lisboa [fonte: FORJAZ, Jorge; NORONHA, José Francisco de (2003) *LDIP, Os lusodescendentes da Índia Portuguesa*, Lisboa, Fundação Oriente, vol. III, p. 52 ([http://www.geneall.net/P/per\\_page.php?id=190917](http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=190917))]

Tendo porém sido informado que o seu regresso está bastante protelado, determinou (...) o Ministro que carecendo o assunto de uma solução imediata incompatível com qualquer demora, fosse comunicado a V. Ex.ª, ter ficado nula e de nenhum efeito qualquer possível acordo sobre os trabalhos que inicialmente previra poderem ser realizados por V. Ex.ª.

Nestes termos, agradeço o favor de me indicar o dia e hora em que posso mandar buscar todos os elementos que a V. Ex.ª foram confiados por esta Comissão em satisfação do pedido constante das suas cartas de 4 de Dezembro de 1958 e 19 de Março de 1959.

Lisboa, P'lo Vice-Presidente, O Eng.º Administrador-Delegado  
 (ass. Manuel Tavares Cardoso)

*fac-símile(s)*

-

<b>31.</b>	<i>assunto</i> Carta de Norberto Corrêa, em resposta ao Ofício da CANIU, dirigida ao Eng.º Inspector Superior Fernando Galvão Jácome de Castro e ao Vice-Presidente da CANIU, mostrando-se indignado com a missiva de anulação do acordo para a elaboração do ANTEPROJECTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO.	
<i>data(s)</i>	<b>1959-09-29</b>	
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0177 - 0178	
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – NORBERTO CORRÊA	
<i>título(s)</i>	-	
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP	
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i> <b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>		
<p>[Eng.º Fernando Galvão Jácome de Castro colaborou no projecto da Fac. de Letras da UL, de Harro Wittmer e Pardal Monteiro (SIPA) e escreveu: <b>Faculdade de Medicina e Hospital de São João / Fernando Galvão Jácome de Castro. Porto : [s.n.], 1959.; Notes sur le problème de l'habitation, sous l'aspect d'habitation à bon marché, au Portugal / Fernando Galvão Jácome de Castro. [S.l. : s.n.], 1946.</b>]</p> <p>[afirma que, regressado de missão ao Estrangeiro, onde se demorou pouco mais de um mês, tomou conhecimento da decisão do seu afastamento do Antepiano da CUP, esclarecendo que informara o Eng.º Tavares Cardoso (Vice-Presidente, Eng.º Administrador-Delegado da CANIU) da impossibilidade de estudar uma nova modalidade de trabalho em apenas três dias antes da sua viagem].</p> <p>(...) Estranho, por conseguinte, o andamento que este caso tomou na minha ausência (aliás em serviço do MOP e da própria CANIU) e ainda mais porque durante vários meses procedera já à orientação para a recolha dos elementos indispensáveis ao estudo, tendo chegado a elaborar desenhos para esse efeito. (...).</p> <p>[lamentando profundamente o facto registado].</p> <p>Lisboa, 29 de Setembro de 1959</p> <p>O Arquitecto, (ass. M. Norberto Corrêa)</p>		
<i>fac-símile(s)</i>		
-		

<b>32.</b>	<i>assunto</i> Carta de Norberto Corrêa, em resposta ao Ofício da CANIU, dirigida ao Ministro das Obras Públicas - MOP, mostrando-se indignado com a missiva de anulação do acordo para a elaboração do ANTEPROJECTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO. Despacho do Ministro das Obras Públicas exarado <i>super</i> à carta		
<i>data(s)</i>	<b>1959-09-29; (despacho <i>super</i> de 1959-10-04)</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0172 – 0174; 0171 (despacho. <i>super</i> )		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – NORBERTO CORRÊA		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

Senhor Ministro das Obras Públicas // Excelência  
 Tendo ocorrido um facto, que julgo de certa gravidade, quanto à minha colaboração relativa ao plano da Cidade Universitária do Porto, - em devido tempo, solicitei a honra de ser recebido por Vossa Excelência.  
 (...)
   
 [Em Outubro de 1958 recebeu “com grande alvoroço e entusiasmo” o convite para proceder à elaboração do plano da CUP. “Estabelecendo os necessários contactos, feitas todas as diligências iniciais, tomado conhecimento da situação do problema e uma vez confirmada a entrega do estudo, elaborei a minha proposta que apresentei em Março (...). O montante dos honorários foi então determinado, tendo em atenção **que me era imposta a colaboração do Exmo. Arquitecto Oldemiro Carneiro (colocado no Porto, em serviço da CANIU) que deveria ficar em igualdade de circunstâncias quanto à remuneração**, e ainda considerando que os honorários relativos aos estudos da Cidade Universitária de Lisboa, embora sucessivamente rectificados, deixam prejuízo, porquanto as despesas foram maiores que as importâncias recebidas e os trabalhos prolongaram-se muito mais que o tempo previsto, em face de muitos condicionamentos, que solicitaram vários estudos parciais.  
 Durante meses procedi à orientação na recolha dos elementos (...) indispensáveis para o estudo do plano, **ensaando o programa geral** e aguardando ordem para execução do trabalho.  
 [informou pessoalmente o Eng.º Tavares Cardoso, em vésperas de viagem em missão do MOP, da dificuldade em elaborar nova proposta noutros moldes, em tão curto período de tempo, solicitando que aguardasse pelo fim da missão]. Ao regressar (...) tomei conhecimento, com grande espanto, do ofício (...) no qual se diz ter-me sido retirado o referido trabalho, **invocando-se razões de desinteresse absolutamente contestáveis**.  
 (...)
   
 [solicita que seja feita justiça quanto aos factos expostos]  
 (...)
   
 Lisboa, 29 de Setembro de 1959  
 O Arquitecto, (ass. M. Norberto Corrêa)

Despacho do Ministro exarado *super* à carta: *Verifico com prazer que o que pode tornar-se como sinal de desinteresse, tem afinal uma explicação compatível com o apreço em que é tido o Arquitecto Norberto Correia.*  
*Independentemente desta circunstância, não considero porém conveniente alterar a orientação que foi adoptada como preferível para o estudo da Cidade Universitária do Porto e que, pelo menos por agora, dispensa a colaboração do signatário. 4-X-1959. (a transmitir pela CANIU); (ass. Arantes e Oliveira)*

*fac-símile(s)*

-

<b>33.</b>	<i>assunto</i> MINUTA da CANIU s/ timbre e s/ ass., dirigida ao Ministro das Obras Públicas, dando conta que a Comissão para estudar o programa da FEP vai apresentar o relatório final, recomendando ainda a inscrição no orçamento das despesas extraordinárias do MOP da necessária rubrica.	
<i>data(s)</i>	<b>1959-?</b> (após 12 de Setembro)	
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0166 - 0167	
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – PROGRAMA DA FEP	
<i>título(s)</i>	-	
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP	
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i> <b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

MINUTA

Pela ordem de serviço de 4-VII-959 dignou-se Vossa Excelência determinar que esta Comissão iniciasse o estudo do respectivo plano geral das “Instalações Universitárias do Porto” definindo as localizações das seguintes por ordem de prioridade de localização: a)- Faculdade de Economia; b)- Lar e Escola de Enfermeiras; c)- Estádio Universitário; d)- Residências (1.ª fase para as Faculdades de Medicina e de Economia).

**Por portaria de 12 de Setembro último foi nomeada a Comissão para estudar o programa da Faculdade de Economia.** Esta Comissão tem já concluído o seu trabalho e dentro de breves dias deverá submeter à superior apreciação [do Ministro] (...) o **relatório final**.

Afigura-se-me que seria aconselhável proceder durante o ano de 1960 à elaboração do ante-projecto e projecto não só dessa Faculdade mas também do Lar e Escola e Estádio Universitário para se ficar assim habilitado a iniciar a construção do que for julgado mais necessário logo que sejam postas à disposição desta Comissão Administrativa as respectivas dotações.

Porém para que durante o ano de 1960 se possa proceder como se me afigura de grande vantagem aos estudos acima referidos, torna-se indispensável que seja inscrito no orçamento das despesas extraordinárias deste Ministério para o corrente ano a necessária rubrica.

E po que se julga possível dispor de um saldo [de 300 contos da verba do MOP na rubrica CUL, do cap. 13º, art.º 1279, n.º1, al.ª b) do orçamento em vigor] (...), tenho a honra de propor aquela importância em contrapartida da nova rubrica a inscrever com esta finalidade no mesmo capítulo e artigo.

C- Novas instalações Universitárias do Porto 300.000 escudos

*fac-símile(s)*

-



<b>34.</b>	<i>assunto</i> Carta de Oldemiro Carneiro, com timbre da CANIU, dirigida ao Vice-Presidente da CANIU (Lisboa), dando conta da entrega do novo estudo sobre o Plano Geral da CUP		
<i>data(s)</i>	<b>1960-03-28</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0165		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – OLDEMIRO CARNEIRO		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>			
MOP // CANIU Exmo. Snr. Vice-Presidente da CANIU (...) LISBOA Junto tenho a honra de enviar a V. Ex. <sup>a</sup> três cópias do novo estudo sobre o Plano Geral da CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO. (...) Porto, 28MAR1960 O Arquitecto (ass. Oldemiro Carneiro)			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>35.</b>	<i>assunto</i> Carta de Oldemiro Carneiro, com timbre do MOP // CANIU, dirigida ao Vice-Presidente da CANIU (Lisboa), dando conta da entrega do ESTUDO DE IMPLANTAÇÃO GERAL DA CUP		
<i>data(s)</i>	<b>1960-10-17</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0161		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – OLDEMIRO CARNEIRO		
<i>título(s)</i>	Ofício n.º 947		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>			
MOP // CANIU Exmo. Snr. Vice-Presidente da CANIU (...) LISBOA Conforme instruções (...) e de acordo com as superiores directrizes do Exm.º Sr. Vice-Presidente da Comissão, tenho a honra de enviar o estudo de implantação geral da Cidade Universitária do Porto. (...) Porto, 17.OUT.1960 O Arquitecto (ass. Oldemiro Carneiro)			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>36.</b>	<i>assunto</i> Carta do Vice-Presidente da CANIU dirigida a César Montenegro e Oldemiro Carneiro com instruções acerca da apresentação dos estudos para a CUP		
<i>data(s)</i>	<b>1960-10-20</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0160		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – OLDEMIRO CARNEIRO		
<i>título(s)</i>	Ofício n.º 2414 - resposta ao ofício n.º 947		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

[S/ Timbre]

[manuscrito *super*: “ORIENTAÇÃO SOBRE A FORMA DE APRESENTAR O ANTE-PLANO”]

Exm<sup>os</sup> Srs. Eng.º César Montenegro e Arq.º Oldemiro Carneiro

Em referência ao ofício n.º 947, informo que se torna necessário apresentar um estudo que permita ser presente a Sua Excelência o Ministro e assim:

1 – Quanto à parte gráfica

Se quanto à parte do **centro desportivo está de aceitar** quanto à **Cidade Universitária não pode ser aceite pois é necessário eliminar os arruamentos e casas existentes, ficando apenas a Faculdade de Economia e a futura Faculdade de Engenharia**; o resto do terreno deverá ser representado num maciço como se fez no centro desportivo, além de que convém também prever já o acesso à Faculdade de Engenharia.

2 – Quanto à parte escrita

É indispensável uma memória descritiva e justificativa suficientemente desenvolvida (...).

Lisboa, 20.OUT.1960

P'lo Vice-Presidente O Engenheiro Administrador-Delegado

(ass. Manuel Tavares Cardoso)

*fac-símile(s)*

-

<b>37.</b>	<i>assunto</i> Carta do Vice-Presidente da CANIU dirigida ao Ministro das Obras Públicas solicitando autorização para proceder a levantamentos topográficos urgentes, dando conta que o projecto da FEP já foi adjudicado.		
<i>data(s)</i>	<b>1960-10-20</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0157		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO		
<i>título(s)</i>			
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

MOP // CANIU

[manuscrito *super*: “Autorizo” // 24/X/1960 (ass. Arantes e Oliveira)

Sendo da maior conveniência que esta Comissão mande proceder ao **levantamento topográfico dos terrenos da zona da Cidade Universitária do Porto, afim de poder com a necessária segurança promover quer os estudos de urbanização, quer os dos edifícios universitários e circum-escolares, especialmente o da Faculdade de Economia, cujo projecto já foi adjudicado** (...).

[É indicado o nome do prestador dos serviços de topografia, escolhido mediante consultas, e o valor por este proposto para os trabalhos. É indicado cabimento orçamental e invocada grande urgência]

(...)

P'lo Vice-Presidente O Engenheiro Administrador-Delegado

(ass. Manuel Tavares Cardoso)

*fac-símile(s)*

-

<b>38.</b>	<i>assunto</i> Carta de Oldemiro Carneiro, com timbre do MOP // CANIU, dirigida ao Vice-Presidente da CANIU (Lisboa), dando conta da <u>entrega do ANTEPROJECTO DO PLANO GERAL DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO - Estudo e Memória Descritiva</u>		
<i>data(s)</i>	<b>1960-10-03 (1960-10-30?)</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0147; 0148 – 0155 (anexo: memória descritiva)		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – OLDEMIRO CARNEIRO		
<i>título(s)</i>	ANTEPROJECTO DO PLANO GERAL DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

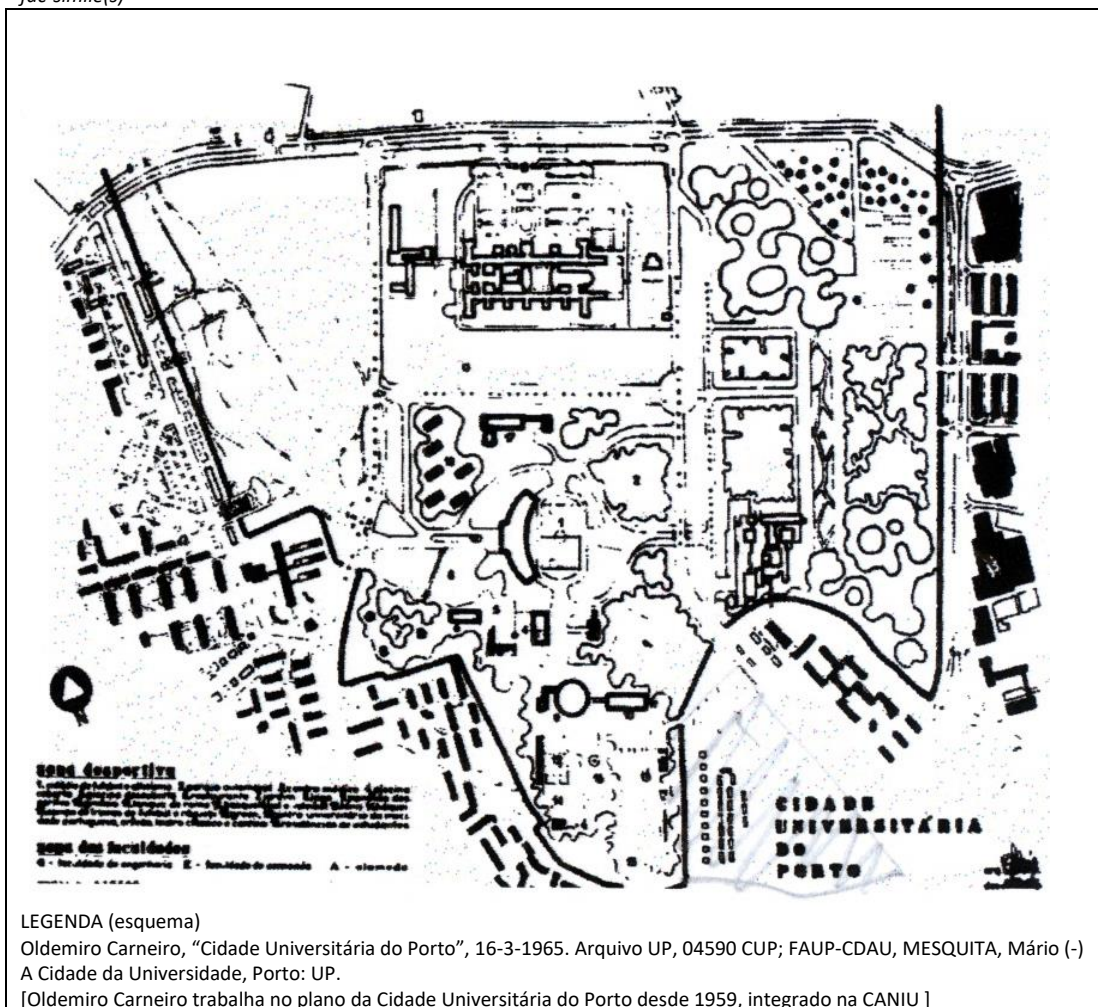
MOP // CANIU

Exmo. Snr. Vice-Presidente da CANIU (...) LISBOA

De harmonia com as superiores directrizes (...) junto tenho a honra de enviar o **anteprojecto do Plano Geral da Cidade Universitária do Porto**. Junto 3 cópias do estudo e 2 exemplares da memória descritiva. (...). Porto, 3.NOV.1960

O Arquitecto (ass. Oldemiro Carneiro)

*fac-símile(s)*



Anexo(s)

<p>[Memória Descritiva]</p> <p><b><u>CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO // ANTEPROJECTO</u></b> [adiante designado como <b>ESBOCETO</b>]</p> <p>[anotado super: ANTE-PLANO // ESTUDO PRÉVIO]</p> <p>[Acerca do PLANO SUMÁRIO DE IMPLANTAÇÕES]</p> <p>O Presente anteprojecto das novas instalações universitárias da Asprela, que constituirão no futuro a “CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO”, foi concebido <u>de acordo com as superiores directrizes da C.A.N.I.U., e baseado nos pareceres emitidos pela Reitoria da Universidade, através do seu digno representante, o Exmo. Sr. Professor Antão de Almeida Garrett, autor do Plano Regulador do Porto.</u></p> <p>Abrangendo uma área de terreno com cerca de 98 Ha, da qual cerca de 20 Ha são ocupados pelo actual edifício do Hospital-Faculdade de Medicina, o conjunto das instalações agora em estudo ocuparia, por conseguinte, cerca de 78 Ha distribuídos por três zonas:</p> <p>Zona a nascente ..... 33 Ha Zona a sul ..... 29 Ha Zona a poente ..... 16 Ha</p> <p>Assim, a extensão do terreno destinado às instalações universitárias apresenta-se nos seccionada em quatro zonas distintas, se às três acima referidas juntarmos a <u>já definida pelo Hospital-Faculdade de Medicina.</u></p> <p><u>Qualquer ideia de concepção que alterasse a delimitação destas zonas – com arruamentos já existentes e delineados de harmonia com o Plano Regulador da Cidade – não seria de aconselhar.</u></p> <p>Daqui se infere que a concepção geral do anteprojecto teve de acompanhar este condicionamento, o de um todo seccionado, impondo-se determinada conduta de pensamento. Mesmo assim, procurou-se não desvirtuar a ideia base da concepção, tentando um conjunto harmonioso.</p> <p>Esquematisando, poderemos dizer que a “Zona Nascente” se destinaria às diversas Faculdades, a “Zona Sul” às Instalações Desportivas e a “Zona Poente” aos futuros edifícios inerentes à cidade universitária.</p> <p><b>ZONA NASCENTE</b></p> <p>O futuro conjunto de edifícios seria realçado por uma <u>ampla alameda ajardinada para a qual dariam as frontarias principais das diversas Faculdades.</u></p> <p>Essa alameda ligaria a arruamentos transversais e privativos de cada edifício. Os do lado nascente permitiriam o acesso aos parques-automóveis situados entre fachadas posteriores e o previsto arruamento camarário que delimita a zona universitária. Os do lado poente, identicamente, ligariam ao arruamento norte-sul que se projecta paralelamente à actual via de circulação, denominada Rua do Dr. Roberto Frias - via de circulação rodoviária cada vez mais intensa, pois é a mais cómoda e directa para as viaturas provindas do centro da cidade no seu acesso ao Hospital de São João e à Faculdade de Medicina.</p> <p>Tem outro fim, ainda, esta sugestão: o de <u>criar um recinto ao ar livre onde poderiam convergir os alunos das diversas Faculdades,</u> provocando-lhes um natural convívio que lhes ocasionasse uma útil permuta dos seus problemas estudantis e uma sã e recíproca amizade tão necessária no decurso da sua futura vida profissional.</p> <p>O conjunto das Faculdades ligaria à zona das instalações desportivas por uma rotunda circular, prevista à mesma cota de nível da citada e actual rua nascente, e por outro arruamento a cota inferior, sob pontão, traçado segundo o eixo menor do Estádio.</p> <p>Considerando como eixo principal da composição desta “ZONA NASCENTE” e o eixo nascente-poente da rotunda, imaginemos duas sub-zonas: a norte e a sul.</p> <p>A sub-zona norte comportaria futuramente o núcleo <u>FACULDADE DE CIÊNCIAS – FACULDADE DE ENGENHARIA – ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES,</u> tal como foi sugerido na reunião de 28 de Novembro de 1958 a que presidiu o Exmo<sup>o</sup>. Senhor Reitor da Universidade do Porto.</p>
---

Para a localização da Faculdade de Engenharia procurou-se aquela que melhor acesso poderia usufruir dos arruamentos laterais previstos pelo Plano Regulador da Cidade, no sentido de que aos seus Laboratórios cada vez mais terá necessidade de recorrer a Indústria.

A sub-zona sul comportaria no futuro a FACULDADE DE LETRAS e é nela, desde já, que se prevê a FACULDADE DE ECONOMIA.

A sua localização viria a satisfazer o parecer, de 26 de Julho de 1958, do Professor Almeida Garrett, quando diz:

“Cremos que uma boa política seria ir comprando da periferia para o Hospital Escolar e, possivelmente, do ângulo SE para NE, de forma a já se poderem instalar a Faculdade de Economia e as Instalações Desportivas, numa primeira fase”. Também se conjuga com esta sugestão, o superior parecer de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas que considera, quanto à prioridade das novas instalações para a Cidade Universitária do Porto – antes do Lar e Escola de Enfermeiras e do Estádio Universitário – o da imediata previsão da Faculdade de Economia (parecer de 4/7/59).

#### **ZONA SUL**

O elemento predominante deste conjunto seria o ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO que se destinaria às competições do futebol e do atletismo.

Delineado com o eixo maior segundo a orientação norte-sul, as bancadas formariam “concha” aberta a nascente.

Na sua localização predominou o desejo de o situar na parte mais baixa do terreno, para que a sua construção em elevação pudesse ser o mais económica possível e o seu rectângulo relvado de jogos e as pistas de cinza do atletismo obtivessem uma eficiente drenagem para o Ribeiro de Lordelo.

A entrada para as entidades oficiais e camarotes (considerada entrada principal) far-se-ia pela sua fachada poente, ligando-a a um arruamento privativo que, inflectindo para norte, terminaria junto do cunhal das ruas existentes a poente e sul do Hospital – Faculdade de Medicina – a Rua do Dr. Plácido da Costa, a sul, e a Rua do Dr. António Bernardino de Almeida, a poente. Além desta entrada o Estádio teria mais três acessos correspondentes aos seus eixos maior e menor, isto é, a norte, a sul e a nascente.

Os parques de estacionamento de viaturas prevêem-se integrados na zona verde situada a norte, designada por “parque-automóvel”.

Deste conjunto de instalações desportivas fariam parte:

- Um Pavilhão Desportivo
- Um Centro Médico
- Uma Piscina Coberta
- Uma Piscina Descuberta
- Um Restaurante

Foi intencionalmente que se procurou para estas três últimas instalações determinada localização, conjugando-a com uma zona destinada a jardim e a proximidade dum lago, este criado à custa do natural aproveitamento do Ribeiro de Lordelo que corre de nascente para poente e se desvia depois para norte. Seria um lugar aprazível, aconchegado pelas condições naturais do actual terreno.

Separadamente se prevêem as restantes instalações desportivas, com entrada privativa pela Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva, consideradas de utilização permanente ou de mais intensa actividade de treino:

- Um Ginásio
- Um Tanque de Remo
- Dois Campos de Basquetebol
- Dois Campos de Voleibol
- Três Campos de Ténis
- Um Rink de Hóquei e Patinagem
- Um Campo de Treinos de Futebol e Râguebi.

Esta separação, puramente funcional, que se obteria por intermédio da colonata que une o núcleo de edifícios Pavilhão Desportivo – Ginásio, pareceu-nos digna de ser encarada ao considerarmos a actividade desportiva do estudante tanto quanto possível liberta do anterior conjunto, que poderia ser – segundo a louvável opinião do Exm<sup>o</sup>. Snr. Professor Almeida Garrett – “um parque que transcenderia o interesse puramente universitário, para ir fazer parte do património de zonas verdes duma cidade”.

Falta dizer, que da “ZONA SUL” faria parte, ainda, um edifício contendo os Organismos Circum – Escolares – o CENTRO UNIVERSITÁRIO; o ORFEÃO UNIVERSITÁRIO e o TEATRO CLÁSSICO UNIVERSITÁRIO DO PORTO – para o qual se procurou a parcela norte duma cunha de bom terreno para construções (já propriedade do Estado), de cota elevada, dominando todo o conjunto das Instalações Desportivas. A este edifício se agregariam a Cantina e os Salões de Estar dos Estudantes, bem perto das suas “Residências”, também localizadas em situação privilegiada.

#### **ZONA POENTE**

Nesta zona se prevêem outros futuros edifícios inerentes à Cidade Universitária, com ligação à “ZONA SUL” junto da linha de água do Ribeiro de Lordelo.

Das quatro zonas que atrás nos referimos, esta, a de poente, é a que oferece piores condições para a construção de edifícios, com excepção da parcela de terreno que acompanha, em parte da sua extensão, a Estrada da Circunvalação e a Rua Dr. António Bernardino de Almeida, a poente do Hospital – Faculdade de Medicina. Nela se pensou edificar o Instituto de Oncologia e o Lar – Escola de Enfermeiras. No presente estudo encara-se a solução de aí se instalarem, como dissemos, outros futuros edifícios da Cidade Universitária, pois ficou assente, definitivamente, localizar o Lar – Escola de Enfermeiras dentro dos terrenos do Hospital Escolar – segundo consta do protocolo da reunião de 28 de Novembro de 1958.

Também no presente estudo se encara a possibilidade de aí se prever um dia a futura FACULDADE DE FARMÁCIA, ramo de ensino que conviria, tanto quanto possível, agregar à Faculdade de Medicina.

#### **ANOTAÇÃO**

Como anotação ao estudo deste anteprojecto, permitimo-nos salientar a necessidade de eliminar, quando necessário, o actual bairro de moradias a norte da “ZONA NASCENTE” – Bairro de Manuel Pinto de Azevedo, o que significa que a extensão de terreno destinada às Faculdades, sem esse recurso, não é, como poderia à primeira vista parecer, suficientemente espaçosa para o desenvolvimento duma desafogada implantação.

Mas a inquietação é evidente no que diz respeito ao Cemitério de Paranhos na “ZONA SUL”, cuja supressão seria de aconselhar. De momento tal hipótese não foi encarada, e parece não ter afectado grandemente o estudo do presente **esboceto**. Isto não quer dizer que não tenha de vir a ser ponderada, no futuro, ou talvez o mais breve possível por se tratar duma resolução assaz delicada e, com certeza, bastante morosa.

Saliente-se que **o Plano Regulador da Cidade não o inclui no âmbito citadino, mas sim considerou-o integrado adentro dos limites da Zona universitária.**

De momento o inconveniente da sua localização – desagradável cunha que entra pelas instalações desportivas e de fácil visibilidade das janelas das enfermarias do Hospital de São João – só poderá ser atenuada com uma frondosa e permanente arborização, criando uma cortina de pujante verdura que distraia e pretenda fazer esquecer o antagonismo que se nos apresenta.



<b>39.</b>	<i>assunto</i> Carta do Reitor da UP dirigida ao Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas, referindo parecer da Almeida Garrett acerca dos terrenos destinados à CUP, solicitando a afectação de mais cerca de 17ha a nascente dos mesmos. (despacho exarado <i>super</i> por Arantes e Oliveira)		
<i>data(s)</i>	<b>1960-11-15</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0163 – 0164; 0096 – 0097		
<i>tema(s)</i>	CUP – RUP – MOP		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

UP // REITORIA

Exm.º Senhor Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas

**O Prof. Doutor Antão de Almeida Garrett, representante da Universidade do Porto [junto da CANIU]** expôs a esta Reitoria o receio [compartilhado pelos técnicos do Gabinete de Urbanização da CMP] de que a área destinada à [CUP] no Plano Regulador da Cidade do Porto venha, de futuro, a ser insuficiente.

De facto, a experiência tem mostrado em Coimbra e, sobretudo, em Lisboa – onde se dispôs inicialmente de uma grande área – que as previsões foram ultrapassadas.


[Almeida Garrett afirma, no parecer referido pelo RUP, que é possível a reserva “para uma provável ampliação da CUP” **de terrenos livres a nordeste da projectada via de ligação da Avenida de Cintura à Estrada da Circunvalação, pedindo ao Ministro que esta área Com cerca de 17ha seja incluída na zona vinculada à CUP.** Afirma ainda o Reitor, a grande vantagem adicional em permitir que tal arruamento de ligação se integre nos da CUP, “dispensando um desdobraimento sempre caro e que levaria a desperdiçar terreno”. Do mesmo parecer terá ainda sido informado o Presidente da CMP].

(...)

Reitoria da Universidade do Porto, 15 de Novembro de 1960, O Reitor  
(ass. Amândio Joaquim Tavares)

Despacho exarado *super*: AMPLIAÇÃO DA ÁREA RESERVADA PELA C.M.; À Del. CANIU p/ troca de informação (?) no próximo despacho. 16/XI/1960 (ass. Arantes e Oliveira). Visto que está pendente do exame da universidade o esboço do plano da CU do Porto, convirá aguardar o respectivo parecer que certamente não deixará de referir a sugestão aqui apresentada e de a justificar à face do programa das instalações da CU. Transmita-se à Reitoria (?) deste despacho. 21/XI/1960; (ass. Arantes e Oliveira)

fac-simile(s)



**Universidade do Porto**  
Reitoria

S.º 11 Proc.º 38  
Of.º 55/113

Telheiro  
4 de Novembro

**MINISTERIO  
OPRAS PUBLICAS**  
16 NOV 1960  
GABINETE DO MINISTRO  
Reg.º N.º 804 L.º 211

Dactilografado por:  
Confirmando por:

581-063

5. 31

ANEXO DA  
AREA RESERVADA

av.º Prof.º CAMILO  
PELA C.M.

✓ Área de um par  
de mil metros  
quadrados.

Exm.º Senhor Chefe de Gabinete de Sua Excelên-  
cia o Ministro das Obras Públicas

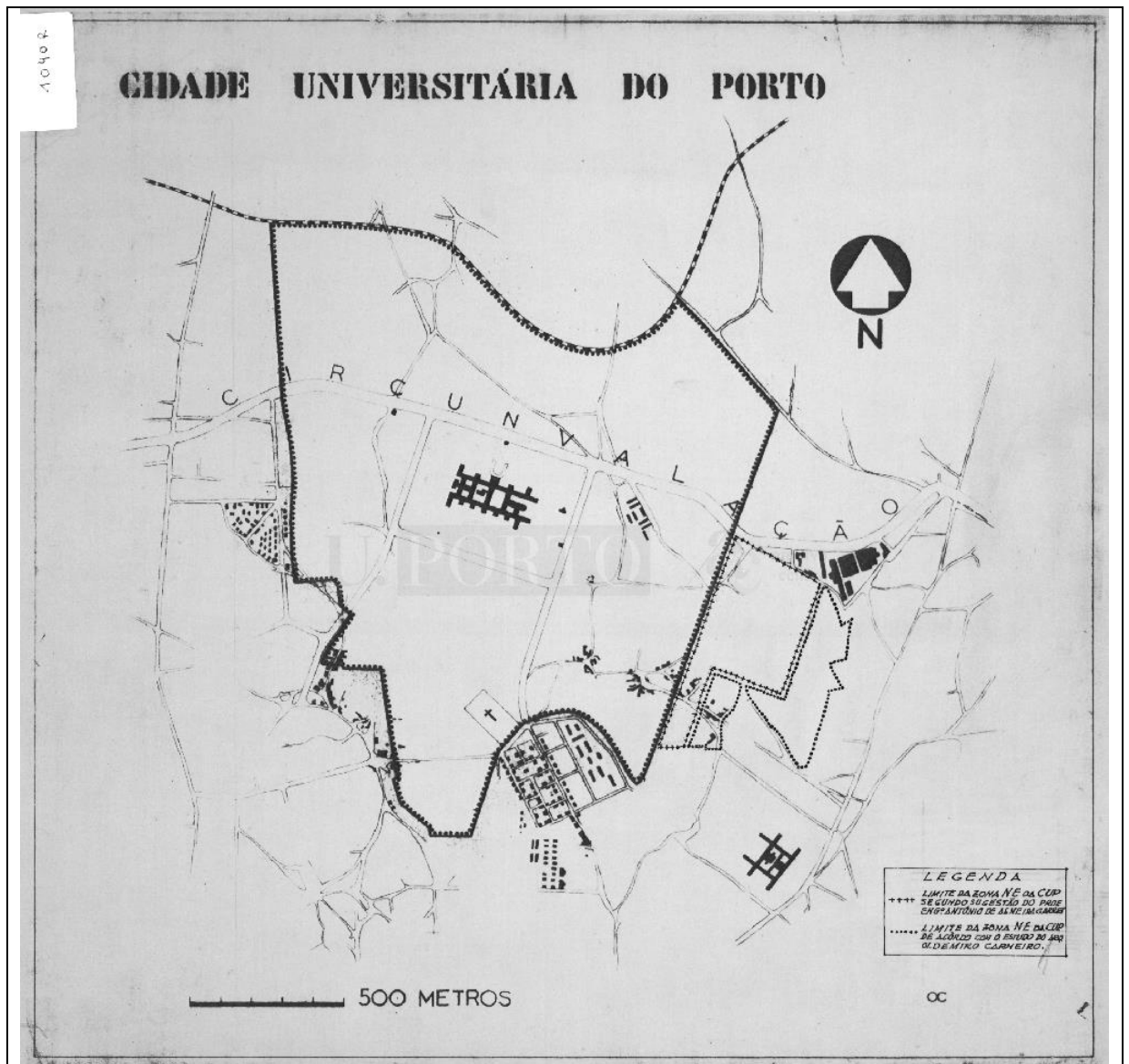
v.º de que esta verdade

O Prof. Doutor Antão de Almeida Garrett, repre-  
sentante da Universidade do Porto junto da Comissão  
Administrativa dos Novos Edifícios Universitários, expõe  
a esta Reitoria o receio - que afirma ser compartilhado  
pelos técnicos do Gabinete de Urbanização da Excelentí-  
sima Câmara Municipal do Porto - de que a área destinada  
à Cidade Universitária no Plano Regulador da Cidade do  
Porto venha, de futuro, a ser insuficiente.

De facto, a experiência tem mostrado em Coim-  
bra e, sobretudo, em Lisboa - onde se dispôs inicialmente  
de uma grande área - que as previsões foram ultrapassa-  
das.

Havendo - no dizer daquele professor - a possi-  
bilidade de se reservarem, para uma provável ampliação  
da Cidade Universitária, terrenos actualmente livres a  
Nordeste da projectada via de ligação da Avenida de Cin-  
tura à Estrada da Circunvalação (E. N. 12), venho rogar a  
V. Ex.ª se digne transmitir a Sua Excelência o Ministro -  
a quem tantas e tão gratas atenções deve a Universidade  
do Porto - o pedido desta Reitoria no sentido de promover  
que seja incluída na zona vinculada à Cidade Universitá-

(...)



Nesta versão os dois limites são coincidentes, abarcando a bolsa de terrenos a sul da rua Dr. Manuel Pereira da Silva, diferindo apenas na "zona NE", da Areosa.

LEGENDA

- Limite da zona NE da CUP segundo sugestão do Prof. Eng.º Antão de Almeida Garrett
  - ..... Limite da zona NE da CUP de acordo com o estudo do Arq. Oldemiro Carneiro (a maior)
- Oldemiro Carneiro (OC), Arquivo UP, 10407 CUP

<b>40.</b>	<i>assunto</i> Carta/Nota de Oldemiro Carneiro, sem timbre (2.ª via) dirigida a (?), acerca da AMPLIAÇÃO PARA NORDESTE da CUP e dos terrenos da Quinta e Campo do Outeiro (S. C. Cruz).		
<i>data(s)</i>	<b>1960-11-18</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0144 - 0145		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – OLDEMIRO CARNEIRO – ALMEIDA GARRETT – TERRENOS NE		
<i>título(s)</i>	ANTEPROJECTO DO PLANO GERAL DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

**CIDADE UNIVERSITÁRIA DE PORTO  
 TERRENOS A NORDESTE**

Indica-se a cor carmim a limitação dos terrenos a nordeste da actual zona da Cidade Universitária, segundo indicação do Professor Almeida Garrett que calcula a Área em cerca de 17 hectares.

O terreno é bom para construção, de cultivo muito fraco, com edifícios de acabamento rudimentar destinados à lavoura e de habitabilidade muito pobre. (...).

A única propriedade cujo edifício (indicado a cor verde) se destaca um pouco do conjunto, é a “Quinta do Outeiro”, nome pomposo a que não corresponde o valor arquitectónico e agrícola. Do conjunto também se destaca um campo desportivo, o “Campo do Outeiro” onde o Sporting Club da Cruz, agremiação modesta, pratica o jogo de futebol.

Como apontamento, permito-me recordar que precisamente nestes terrenos pensou o Futebol Clube do Porto construir o seu Estádio em 1946. Eram tantos os proprietários (cerca de 45) e tais as exigências (cerca de 20 mil contos), que não chegando a um justo acordo, desistiu e construiu o seu Estádio nas Antas.

Pode ser que hoje o problema se resolva melhor.

Porto, 18-XI-60

O Arquitecto (ass. Oldemiro Carneiro)

*fac-símile(s)*

--

<b>41.</b>	<i>assunto</i> Carta (sem timbre) do Vice-Presidente da CANIU dirigida a Antão de Almeida Garrett, enviando o ANTE-PROJECTO DA CUP, para parecer.		
<i>data(s)</i>	<b>1960-11-16</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0142		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO		
<i>título(s)</i>			
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

[manuscrito *super*: ANTE\_PROJECTO PARA PARECER]  
 Exmo. Sr. Professor Eng.º Antão de Almeida Garrett  
 (...)  
 Em cumprimento do despacho de Sua Excelência o Ministro lançado no nosso ofício n.º 2651 de 14 do corrente, (...) enviar a V. Ex.ª como **Delegado da Universidade do Porto junto desta Comissão, o anteprojecto da Cidade Universitária do Porto.**  
 Permito-me também solicitar que quanto à zona desportiva nos sejam indicadas as instalações consideradas mais urgentes.  
 (...)  
 P'lo Vice-Presidente O Engenheiro Administrador-Delegado  
 (ass. Manuel Tavares Cardoso)

*fac-símile(s)*

-

<b>42.</b>	<i>assunto</i> Ofício (cópia sem timbre) do Vice-Presidente da CANIU dirigida ao Reitor da UP, dando conhecimento do parecer do Ministro acerca do <b>ANTE-PROJECTO DA CUP</b> . (Primeira versão do estudo de Oldemiro Carneiro, ao serviço da CANIU).		
<i>data(s)</i>	<b>1960-11-22</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0141		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO		
<i>título(s)</i>			
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

[manuscrito *super*: **AMPLIAÇÃO DA ÁREA RESERVADA PELA CMP**]

Exmo. Sr. Reitor da Universidade do Porto

O ofício n.º 55/103 – L. 11, Proc.º. 38 de 15 do corrente dirigido por V. Ex.ª ao (...) Chefe de Gabinete de (...) Ministro das Obras Públicas mereceu deste (...) o seguinte despacho:

- Visto que está pendente do exame da Universidade o esboço do plano da Cidade Universitária do Porto, convirá aguardar o respectivo parecer que certamente não deixará de referir a sugestão aqui apresentada e de a justificar à face do programa das instalações da Cidade Universitária.

Transmita-se à Reitoria da Faculdade este despacho.

21/XI/1960 a) Arantes e Oliveira

(...)

22/11/1960\* [original com erro na data, lançada como 1970]

P'lo Vice-Presidente O Engenheiro Administrador-Delegado

(ass. Manuel Tavares Cardoso)

*fac-símile(s)*

-

<b>43.</b>	<i>assunto</i> Ofício (com timbre) do Vice-Presidente da CANIU dirigida ao Ministro das Obras Públicas, enviando e comentando o <b>ANTE-PROJECTO DA CUP (primeiro estudo), de Oldemiro Carneiro</b> , em serviço na CANIU.		
<i>data(s)</i>	<b>1960-11-14</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0137 - 0138		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – Oldemiro Carneiro - ANTEPLANO		
<i>título(s)</i>			
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

Senhor Ministro das Obras Públicas  
Tenho a honra de submeter à alta apreciação (...) o primeiro estudo da Cidade Universitária do Porto elaborado pelo arquitecto em serviço nesta Comissão Oldemiro Carneiro.  
O referido trabalho constituído por uma memória descritiva e planta na escala 1:2.500 julgo satisfazer às directivas recebidas a tal respeito e assim a zona Nascente é destinada às diversas Faculdades, a zona Sul às instalações desportivas e a zona Poente aos futuros edifícios inerentes à Cidade Universitária.  
Na zona Nascente **localiza-se em definitivo no ângulo Sul Poente a Faculdade de Economia para uma vez construída poder utilizar dos acessos e meios de transporte já existentes. A outra Faculdade cuja construção se prevê para um futuro próximo é a de Engenharia** que se localiza no ângulo Norte Nascente **para permitir o seu fácil acesso a todas as empresas fabris que certamente virão a utilizar os respectivos laboratórios de ensaio.**  
Todos estes edifícios, conforme se salienta na memória, terão as suas frentes principais viradas para uma alameda central que servirá de convívio para todos os alunos das várias Faculdades.  
**A zona Sul é destinada às instalações desportivas** onde estão previstas aquelas actividades constantes do último programa e também os Organismos Circum-Ecolares, tais como o Centro Universitário, o Orfeão Universitário e o Teatro Clássico.  
Finalmente na zona Poente previu-se a construção de futuros edifícios inerentes à Cidade Universitária e ligada à referida zona Sul por um acesso junto da linha de água do Ribeiro de Lordelo.  
Permito-me desde já esclarecer que, conforme se salienta na memória descritiva, **está prevista a transferência do cemitério de Paranhos.**  
São de todos conhecidas as dificuldades inerentes a estas transferências mas não podemos deixar de propor a Vossa Excelência que seja desde já encarado tal problema que julgamos fundamental, embora não seja para execução imediata.  
Esta Comissão julga assim que o estudo que tem a honra de apresentar corresponde às premissas estabelecidas, aguardando as directivas que superiormente (...) entenda dar-lhe a tal respeito.  
(...) Lisboa, 14/11/1960\*[original com erro na data, lançada como 1970]  
P'lo Vice-Presidente O Engenheiro Administrador-Delegado  
(ass. Manuel Tavares Cardoso)  
[despacho exarado *super* ao ofício: Obtenha-se a apreciação do douto Senado Universitário, por intermédio do seu representante junto C. Adm.ª; 14/XI/60; a) Arantes e Oliveira]; [ainda anotação *super*: *Vêr o processo dos despachos ministeriais*]

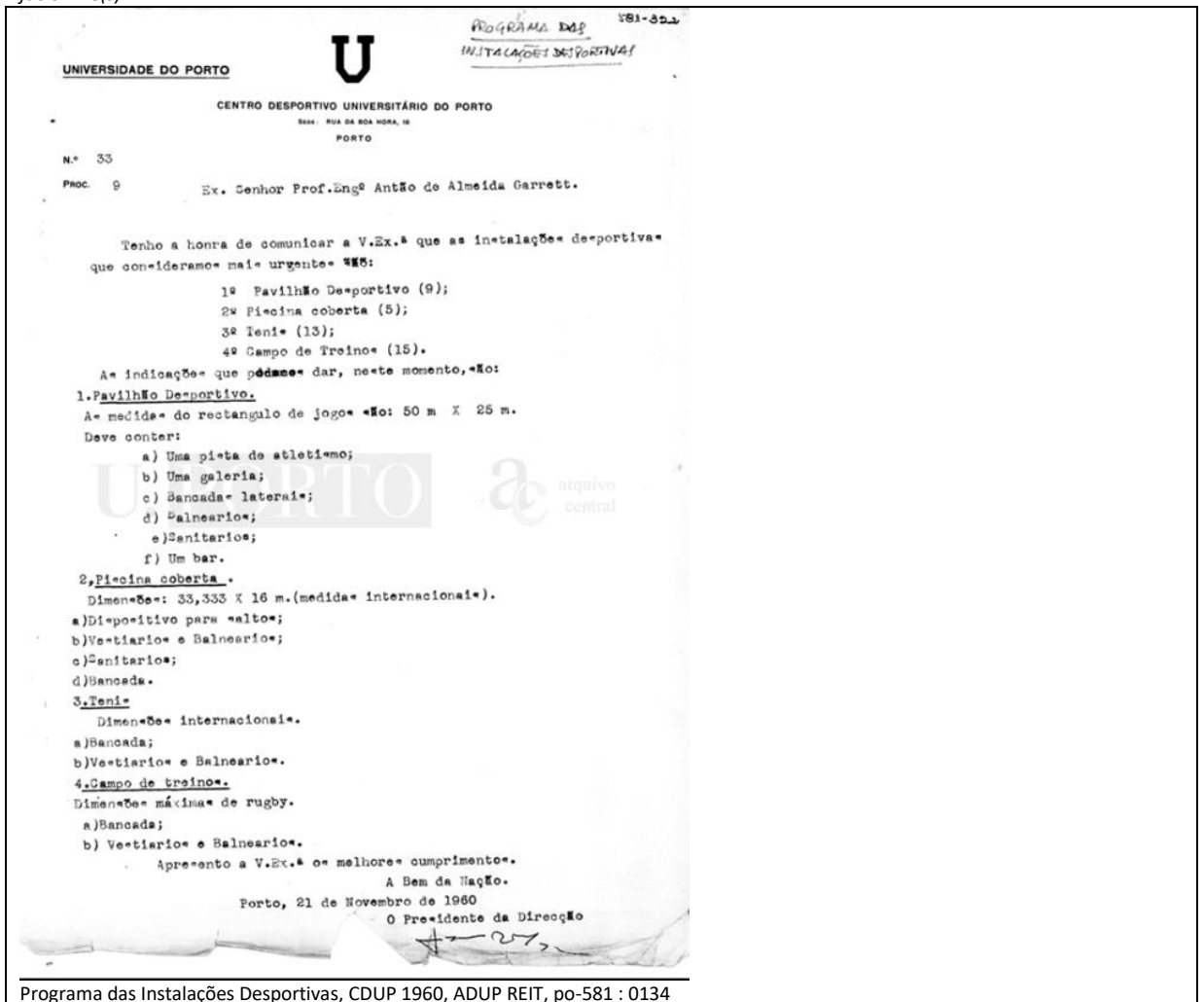
*fac-símile(s)*

-

<b>44.</b>	<i>assunto</i> Ofício (com timbre do MOP) do Reitor da UP (e de AAG dirigido à UP), dirigido ao Presidente da CANIU, enviando cópia da informação de Almeida Garrett (timbre da FEUP /UP acerca das novas instalações da CUP, representante da UP junto da CANIU, referindo ainda em anexo o Anteprojecto da CUP		
<i>data(s)</i>	<b>1960-11-30; 1960-11-25</b> (parecer de Almeida Garrett com cópia de 26); <b>1960-11-21</b> (prog. das I. Desportivas – CDUP)		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0132 – 0133 – 0134; 0076		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – RUP – Almeida Garrett - CDUP		
<i>título(s)</i>			
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	colecções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>			
(...); Reitoria da Universidade do Porto, 30 de Novembro de 1960 (ass. O REITOR) ANEXOS: Anteprojecto da CUP; Of.º n.º 2651, de 14/XI/1960, do CANIU; Of.º n.º 33, P.º 9, de 21/XI/1960, do Presidente do Centro Desportivo Universitário do Porto.			
<i>Anexo(s)</i>			
UNIVERSIDADE DO PORTO // Faculdade de Engenharia // Laboratório de Ensaio de Materiais INFORMAÇÃO REFERENTE AO ANTEPROJECTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO, de Oldemiro Carneiro. [anotações <i>super</i> : PARECER DO REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE; Alargamento da área; Avenida Central; Zona Desportiva] - Concorda-se com a orientação prevista na Memória do 1.º anteprojecto de arranjo da Cidade Universitária do Porto. - <u>É louvável a ideia de, por enquanto, apenas localizar as duas Faculdades, de <b>Economia – de construção urgentíssima – e a de Engenharia no ponto mais aconselhável na proximidade duma zona industrial</b>, com que se deve estar em contacto. Todas as restantes Faculdades deverão vir a ser localizadas em face das exigências dos seus respectivos programas. <u>Por se prever que possa vir a ser exígua a Área da Zona Nascente, se diligencia em alarga-la para terrenos ainda livres a Nascente da grande artéria de ligação da Avenida de Cintura à 2.ª grande Cintura constituída pela E.N. 12 (Estrada da Circunvalação).</u>                  - <u>Aprova-se a ideia de uma avenida central à que se pretende seja ampla, como um jardim e convidativa dum convívio entre estudantes de várias Faculdades.</u>                  - <u>Quanto ao esquema da Zona Desportiva, parece satisfazer o que se pretende e adaptar-se bem ao terreno de que se dispõe.</u> Junta-se cópia do ofício do Presidente da Direcção do Centro Desportivo Universitário que indica as instalações desportivas mais urgentes. À cabeça o Pavilhão Desportivo.                  - No mais, apenas para que fique ressalvada a liberdade duma futura apreciação mais objectiva do arranjo viário fundamental, parece não perfeitamente justificado o desdobramento da Rua Dr. Roberto Frias, de 20m de largura. Uma rua paralela privativa de 13m, separada por uma faixa verde de 40m, fará um dispêndio de 4,5 Ha. <u>Não se poderá esquecer que a Rua Dr. Roberto Frias, de 20m de largura, hoje de muito movimento para o Hospital Escolar, perderá essa importância uma vez feita a grande artéria de Nascente, acima referida.</u>                  - São estas, em síntese, as observações que se nos oferece fazer.                  Porto e Faculdade de Engenharia, 25 de Novembro de 1960 (ass. Antão de Almeida Garrett)             </u>			
CDUP PROGRAMA DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS Ex. Senhor Prof. Eng.º Antão de Almeida Garrett. (...) as instalações desportivas mais urgentes são: 1.º Pavilhão Desportivo; 2.º Piscina Coberta; 3.º Tenis; 4.º Campo de treino. As indicações que podemos dar, neste momento são (...); [valências dimensionamento global de cada uma das instalações desportivas consideradas prioritárias (em fac-símile)] (...). Porto, 21 de Novembro de 1960; O presidente da Direcção (ass.)			



fac-símile(s)



<b>45.</b>	<i>assunto</i> Ofício (cópia sem timbre) do Vice-Presidente da CANIU dirigida a César Montenegro e OLDEMIRO CARNEIRO, dando conhecimento do parecer do Ministro acerca do ANTE-PROJECTO DA CUP.		
<i>data(s)</i>	<b>1960-12-09</b> (Of.º da CANIU)		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0130		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – ALMEIDA GARRETT – OLDEMIRO CARNEIRO		
<i>título(s)</i>			
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>Exmo.s Srs. Eng.º César Montenegro e Arq.º Oldemiro Carneiro                  Junto envio a fotocópia da informação prestada pelo (...) Professor Almeida Garrett a(o) (...) Reitor da Universidade do Porto acerca do estudo prévio da Cidade Universitária.                  Por que julgo que <u>será possível justificar com fortes argumentos a construção do arruamento paralelo à Rua Roberto Frias</u>, agradeço o favor de um esclarecimento justificativo da solução prevista. (...). Lisboa, 9.DEZ.1960.                  P'lo Vice-Presidente O Engenheiro Administrador-Delegado (ass. Manuel Tavares Cardoso)</p>			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>46.</b>	<i>assunto</i> Resposta d e OLDEMIRO CARNEIRO ao parecer do Ministro acerca do ANTE-PROJECTO DA CUP, defendendo o MODELO CONCEPTUAL como jardim de sinuosos arruamentos (...), bem como no que respeita ao traçado		
<i>data(s)</i>	<b>1960-12-13</b> (resposta de Oldemiro Carneiro)		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0124 – 0129; 0079 – 0082		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU – ALMEIDA GARRETT – OLDEMIRO CARNEIRO		
<i>título(s)</i>			
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>			

*Ministério das Obras Públicas – of . nº 1130 (581-342) - Comissão Administrativa das Novas instalações Universitárias – nº 2439, ao Ex.mo Snr. Vice-Presidente da Com. Admn. das Novas Insts. Universitárias - Av. António Serpa, 26 – 3º. Lisboa*

Em referência ao ofício nº. 2902/60, que se relaciona com o douto parecer da Universidade do Porto em face do estudo prévio do anteprojecto do PLANO GERAL DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO, tenho a honra de esclarecer V.Exª.:

- Quando salientei na memória descritiva que o terreno destinado às instalações da CIDADE UNIVERSITÁRIA se apresentava seccionado em quatro zonas distintas – a do actual Hospital – Faculdade de Medicina, a Desportiva, a das Faculdades e a de Reserva para a construção de futuros edifícios inerentes à cidade universitária – devo ter esquecido um mais profundo esclarecimento sobre esse problema, que agora, presente o douto parecer da Universidade, me permito classificar de doloroso para quem **conceba uma cidade universitária, desejoso dum conjunto que se assemelhe a jardim de sinuosos arruamentos e de cativante colorido**, também manifesto desejo do Professor Antão de Almeida Garrett.

Os três actuais arruamentos que retalham a zona universitária foram demarcados, não haja dúvida, somente para satisfazer as necessidades de acesso ao recentemente inaugurado Hospital – Faculdade, não com a previsão de muito em breve se integrarem na planificação geral desse grandioso “jardim” que todos desejamos para a Universidade do Porto. Doutra forma haveria que acautelar o seu traçado intrinsecamente funcional, rectilíneo, rígido, de saber asfáltico de via pública. Agora, são sulcos que impiedosamente dilaceram o coração da jovem Cidade Universitária.

Isto pretende esclarecer por que procurei atenuar a rigidez de traçado de uma dessas artérias – a Rua Dr. Roberto Frias - concebendo um seu desdobraimento, “arruamento privativo da ZONA DAS FACULDADES”, tal como elemento de composição agregado, que permitisse uma simbiose componente da concepção geral.

Esta, uma das razões da sua inclusão no anteprojecto, razão resultante dum princípio de pura concepção, que poderia ser discutível se outras não houvesse que a justificasse. E outras há, de maior valia:

1) – Não se poderá olvidar a intensa circulação de viaturas que no futuro movimentarão os diversos parque-automóveis de cada uma das Faculdades situadas a poente do eixo N-S da ZONA DAS FACULDADES. Digo “intensa circulação” tomando por flagrante exemplo o número de automóveis e sua movimentação que hoje se verifica diariamente para uma só Faculdade: a actual Faculdade de Medicina. Ora o caudal de veículos de, pelo menos, mais três futuras Faculdades, aliado à periódica circulação de táxis e de autocarros dos S.T.C., e outros, não me parece conveniente desaguar abruptamente numa das vias de rápido acesso ao Hospital de São João. E outro desvio ou resguardo não é previsto em toda a área da ZONA DAS FACULDADES, em que os hectares centrais do terreno foram destinados à exclusiva circulação de peões, à ampla zona de convívio dos estudantes.

2) – Não se poderá renunciar a uma transição suave entre o actual traçado da Rua Dr. Roberto Frias e o actual terreno da ZONA DAS FACULDADES; na metade a norte a Rua está a uma cota de nível inferior à do terreno das Faculdades (cerca de 1,50m) e na metade a sul a uma cota superior, cerca de 4 metros.

A não ser uma muito dispendiosa terraplanagem na área sul do terreno das Faculdades, má sob o aspecto construtivo das fundações dos futuros edifícios, parece-me mais económico manter os actuais desníveis dos terrenos, criando-lhes taludes arrelvados, faixas verdes, cuja escala métrica se não amesquinhe nas proporções da planificação geral.

Também, só assim, não ficaria “enterrada” a nova Faculdade de Economia.

3) – Não se poderá prescindir duma ligação fácil e cómoda entre a ZONA DAS FACULDADES e a ZONA DESPORTIVA, já que a intenção é a de criar um todo.

Essa interligação, prevista sob amplo pontão da Rua Dr. Roberto Frias, atenuaria a ideia dum tapume às Faculdades localizadas a sul – caso do terreno da Faculdade de Economia que se situa, como disse, a cerca de 4 metros abaixo da referida Rua.

5) – E finalmente, estou persuadido – salvo o devido respeito pela douta opinião da Universidade do Porto – que o intenso trânsito de viaturas pela Rua Dr. Roberto Frias não perderá a presente importância, mesmo quando feita a grande artéria de Nascente, a “Avenida de Cintura”.

A menos que ao automobilista lhe seja interdito o trânsito, não será à “Avenida de Cintura” – neste caso a mais longa distância que outras ruas secundárias que ligam à Rua Dr. Roberto Frias – que irá convergir, quando provindo da cidade, sabendo que essas ruas secundárias lhe permitem atingir as duas entradas principais do Hospital – Faculdade, a futura Faculdade de Economia, e outras, com mais rapidez e menor dispêndio.

Também não procurará uma artéria que o vai lançar numa grande via de intensa circulação de viaturas pesadas: a Estrada da Circunvalação.

Ele procurará, creio, essas ruas secundárias, já que a sabedoria humana que o caminho mais curto entre dois pontos é a linha recta.

E isto, bem entendido, nos dias em que não houver Desporto no ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO. Quando houver, a Rua Dr. Roberto Frias será sempre um dos dois grandes acessos ao ESTÁDIO e o seu desdobramento um útil desvio ou refúgio da restante circulação de viaturas, daquelas que só pretendam ingressar nos parques-automóveis das Faculdades, pois nesses dias a verdade é que nem todos consideram que “o Futebol é Rei”...

São estes os esclarecimentos que permito apresentar ao superior critério de V.Ex<sup>ª</sup>., na convicção de que o dispêndio de 4,5 hectares será uma partícula ínfima da CIDADE UNIVERSITÁRIA se atentarmos no valor duma solução desafogada que salvguarde a responsabilidade do presente e o imprevisto do futuro.

Apresento a V.Ex<sup>ª</sup>. os meus cumprimentos.

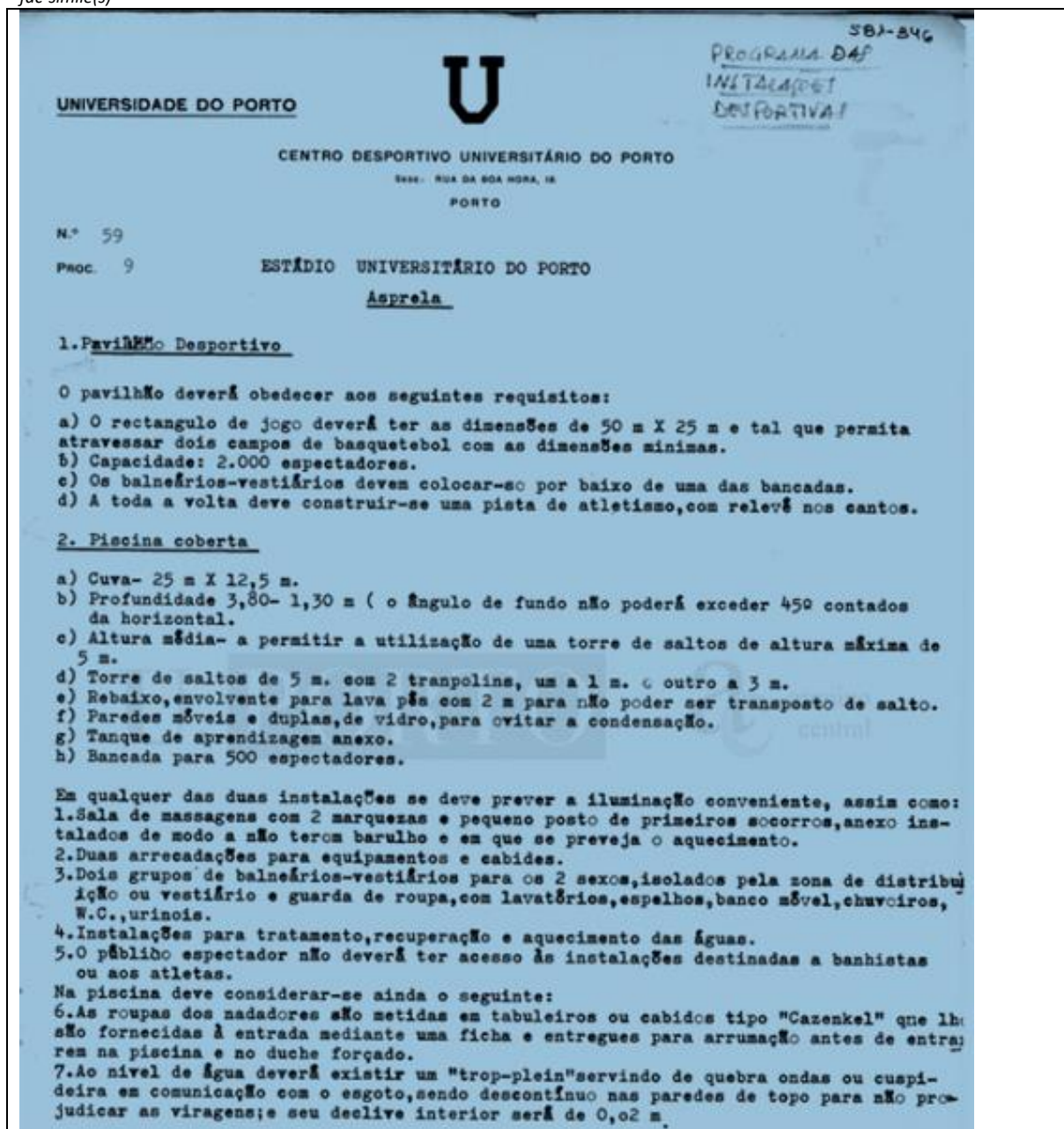
Porto, 13 DEZ.1950, (...) O ARQUITECTO – OLDEMIRO CARNEIRO

<b>47.</b>	<i>assunto</i> Ofício do Reitor da UP dirigido ao Presidente da CANIU enviando os PROGRAMAS “detalhados” do Pavilhão Desportivo e da Piscina Coberta, definidos pela Direcção do Centro Desportivo Universitário.		
<i>data(s)</i>	<b>1960-12-28</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0121		
<i>tema(s)</i>	CUP – UP – CANIU – ID		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

-

*fac-símile(s)*



<b>48.</b>	<i>assunto</i> Envio, com timbre do MOP, por Oldemiro Carneiro ao Vice-Presidente da CANIU, de Relatório e <u>Estudo Comparativo das INSTALAÇÕES DESPORTIVAS de Lisboa, Coimbra e Porto, a pedido do Ministro</u> , referindo-se ao Anteprojecto elaborado, mostrando interesse em conhecer o Anteprojecto e Maqueta do “Pavilhão Desportivo da AACoimbra.		
<i>data(s)</i>	<b>1961-03-04 (03)</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0112-117		
<i>tema(s)</i>	CUP – UP – CANIU – ID/ZD		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

**CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO // INSTALAÇÕES DESPORTIVAS**

(...) A UP, através do seu “Centro Desportivo Universitário”, em 30 de Novembro de 1960, (...) considerou mais urgentes as seguintes instalações desportivas: 1ª) – Pavilhão Desportivo; 2ª) – Piscina Coberta; 3ª) – Ténis; 4ª) – Campo de Treinos. Acompanharam esta informação da UP alguns elementos elucidativos muito genéricos, mais tarde ampliados através do seu ofício (...), mas ainda muito vagos para se poder estabelecer um programa-base de um esboço. De qualquer forma, não há dúvida que as silhuetas indicadas no estudo prévio da CUP não me parecem comportar o volume construtivo que a UP pretende sugerir. O final da minha memória descritiva, que acompanhou o estudo prévio, cautelosamente dizia: - “Resta esclarecer: o volume e a forma das edificações indicadas no presente anteprojecto não correspondem a qualquer programa neste momento estabelecido. São simples sugestões arquitectónicas, livremente concebidas”.

Destaco, como exemplo, o “pavilhão desportivo”, o elemento ao qual a UP dá primazia: Os elementos fornecidos pela UP correspondem precisamente aos apresentados pela Associação Académica de Coimbra, ressalvada a capacidade da assistência – que em Coimbra foi mandada reduzir e no Porto pedem 2.000 espectadores -, o palco convertível e a dormida dos estudantes por baixo das bancadas. (...).

[aponta diversos problemas de dimensionamento do equipamento, que inclui pista de atletismo, referindo que o “Pavilhão dos Desportos” construído nos jardins do antigo Palácio de Cristal mede 90 metros de diâmetro (...)]. [Aponta modelo de rectângulo ladeado por galeria ‘segundo ideia importada da América do Norte’ e referências de dimensionamento das instalações para atletismo, de acordo com a opinião de Hollanda Loyola e da Fédération Française d’Athlétisme, e ainda segundo o Dr. Diem e Hans Lipka]

*fac-símile(s)*

<p><u>CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO</u>                  * <u>INSTALAÇÕES DESPORTIVAS</u> *  <u>QUADRO COMPARATIVO</u></p>				Quadro comparativo de instalações desportivas LISBOA – COIMBRA – PORTO – Opinião da UP (18-06-1956)	
	LISBOA	COIMBRA	PORTO		OPINIÃO DA U.P. Em 18-6-1958
Estádio de Futebol, Hóquei e Atletismo	1	1	1		1
Campo de Treinos de Futebol e Hóquei	1	1	1		1
Ténis ( treino )	2	2	2		
Ténis ( meios campos com muro )	1	1	1		2
Ténis ( competição )	1	1	1		
Basquetbol	2	2	2		2
Voleibol	4	2	2		1
Óquei e Patinagem	1	1	1		
Piscina coberta	1	1	1		1
Piscina descoberta	1	1	1		
Piscina de recreio	1				
Tanque de remo	1	1	1		1
Ginásio	1		1	1	
Centro Médico	1		1	1	
Pavilhão Desportivo	1	1	1	1	

<b>49.</b>	<i>assunto</i> Envio, com timbre do MOP, por Oldemiro Carneiro ao Vice-Presidente da CANIU, enviando o ESBOCETO DO PAVILHÃO DESPORTIVO, de acordo com o programa apresentado pela UP, juntando uma planta geral da CUP com a sua localização e memória descritiva.		
<i>data(s)</i>	<b>1961-03-27</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0105-0109		
<i>tema(s)</i>	CUP – UP – CANIU – ID/ZD		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>			
-			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>50.</b>	<i>assunto</i> Envio, com timbre do MOP, por Oldemiro Carneiro ao Vice-Presidente da CANIU, de informação acerca da ZONA <u>DESPORTIVA da CUP</u> , incluindo ainda o <u>ESBOCETO DO PAVILHÃO DESPORTIVO</u> .		
<i>data(s)</i>	<b>1961-10-18</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0111		
<i>tema(s)</i>	CUP – UP – CANIU – ID/ZD		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>			
-			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			



<b>51.</b>	<i>assunto</i> Envio, com timbre do MOP, por Oldemiro Carneiro ao Vice-Presidente da CANIU (Lisboa), de informação acerca do <u>projecto de “Residência de Estudantes” de Arménio Losa, recebido da UP, em desconformidade com os últimos estudos para a CUP.</u>		
<i>data(s)</i>	<b>1961-05-18</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0110		
<i>tema(s)</i>	CUP – ARMÊNIO LOSA		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>			
MOP //			
O Sr. Professor Eng.º Almeida Garrett solicitou há dias a minha presença na Faculdade de Engenharia – onde presentemente é Director interino – para me apresentar um <u>estudo prévio de “Residência de Estudantes” da autoria do Arquitecto Arménio Losa, recebido através da Reitoria da Universidade.</u> (...) <u>essas residências para estudantes estão localizadas segundo o antigo ante-plano de urbanização elaborado pelo mesmo arquitecto, em 28 de Fevereiro de 1953, assim <b>com absoluto desconhecimento dos actuais planos da CANIU.</b></u> (...). O ARQUITECTO (Oldemiro Carneiro).			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>52.</b>	<i>assunto</i> Ofício do Administrador.delegado da CANIU dirigida a Ministo das OP (Arantes e Oliveira, dando conta do envio a Almeida Garrett do primeiro estudo da CUP, elaborado por Oldemiro Carneiro, ao serviço da comissão (CANIU), tendo recebido resposta e agora elaborado parecer – Arruamento Privativo – Ampliação da CUP para Nascente – Terrenos – Zona Desportiva		
<i>data(s)</i>	<b>1962-03-05</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0067 – 0072; 0060 - 0065		
<i>tema(s)</i>	MOP – CANIU – CUP – CSOP -		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>MOP// Senhor Ministro das Obras Públicas  <i>[manuscrito super: Despacho / Ao CSOP para emitir o seu douto parecer / 5-3-62 / a) Arantes e Oliveira]</i>                  Excelência:                  Em cumprimento do despacho de V. Ex.º (...) foi enviado ao Exmº. Sr. Professor Antão de Almeida Garrett o primeiro estudo da Cidade Universitária do Porto elaborado pelo Arquitecto em serviço nesta Comissão, Oldemiro Carneiro. Em resposta recebeu esta Comissão o ofício (...) da Reitoria da Universidade do Porto (...) que acompanhou o parecer do mesmo Exmº. Professor. Em face de todos estes elementos de que dispõe elaborou esta Comissão a informação que a seguir tenho a honra de submeter à alta apreciação de Vossa excelência:                  I – Cidade Universitária // O parecer [de AAG] acentua em primeiro lugar <u>a vantagem de ser alargada a zona destinada [à CUP] utilizando os terrenos ainda livres que se situam a Nascente da grande artéria de ligação da Avenida de Cintura à segunda Grande cintura EN12 (EC); em segundo lugar manifesta o seu desacordo com o arruamento privativo que está previsto paralelo à Rua Dr. Roberto Frias por se traduzir num dispêndio de terreno de 4,5 Ha e quando é certo que aquele arruamento Dr, Roberto Frias perderá a sua importância uma vez feita a grande artéria de Nascente e acima citada.</u>                  Em face desta objecção julgou-se conveniente ouvir de novo o autor do projecto que no relatório (...) defende o seu anterior ponto de vista.                  Porque os argumentos apresentados em defesa da manutenção do arruamento privativo se me afiguram dignos de atenção parece, salvo melhor opinião, que <u>convirá mante-lo, porquanto embora a circulação pela Rua Roberto Frias passe a ser muito limitada parece indispensável que a ligação entre as zonas dos edifícios e a desportiva se faça através de uma passagem inferior.</u>                  É certo que tal arruamento desfalca a área dos terrenos destinados aos edifícios em cerca de 4,5 Há; mas afigura-se-me serem compensadoras as vantagens daí resultantes, como parece ressaltar da perspectiva que se junta (desenho n.º I).                  Quanto à proposta de se ampliar para Nascente a zona destinada à Cidade Universitária do Porto [CUP], permito-me recordar que um dos primeiros elementos recebidos da Universidade do Porto [UP] foi o ofício (...) de 28 de Julho de 1958, acompanhado da informação prestada pelo Professor Antão de Almeida Garrett, de que se junta cópia (documento n.º 3) <u>donde se depreende ser suficiente a área prevista.</u> Porém, mais recentemente, pelo ofício (...) de 15 de Novembro de 1960 (documento n.º 4), da Reitoria da CUP, manifesta-se <u>o receio de que tal área venha a ser insuficiente e preconiza-se a sua ampliação (...).</u>                  Pelas averiguações feitas os terrenos a Nascente não estão ainda vinculados a qualquer finalidade mas afigura-se-nos que convirá estudar cuidadosamente (...) devendo-se ter sempre em atenção <u>que não será possível protelar por muito tempo a reserva de tão grande extensão sem que se proceda às respectivas expropriações.</u>                  [Quanto à Zona Desportiva junta um quadro comparativo]                  [É dada grande relevância e desenvolvimento ao PROGRAMA DA ZONA DESPORTIVA]                  P'lo Vice-Presidente, O Engenheiro Administrador Delegado                  (ass. Manuel Tavares Cardoso)</p>			

fac-símile(s)

	U.P. (1957)	U.P. (1961)	Estudo prévio	C.U.L.	
Estádio	-	1	1	1	Programa da Zona Desportiva da CUP - quadro comparativo - o que a UP pretendia em 1957 - o que a UP pretende actualmente - o que se delineou no estudo prévio - o que está previsto na CUL
Campo de treinos	-	1	1	2	
Ténis (competição)	1	1	1	1	
Ténis (treino)	-	1	2	2	
Basquetebol	1	2	2	2	
Voleibol	1	1	2	4	
Rink de patinagem	1	-	1	1	
Piscina coberta	1	1	1	1	
Piscina descoberta	-	-	1	1	
Tanque de remo	-	1	1	1	
Ginásio	1	1	1	1	
Centro médico	-	1	1	1	
Pavilhão desportivo	-	1	1	1	
Auditório ao ar livre	-	-	-	1	
Campo de atletismo	-	-	-	1	
Instalações desportivas funcionais	-	-	-	1	

<b>53.</b>	<i>assunto</i> Ofício do CSOP (timbre MOP) dirigido à CANIU, com parecer n.º 3158 e despacho do Ministro acerca do ESTUDO PRÉVIO DA CUP.		
<i>data(s)</i>	<b>1962-06-15</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0031 – 0058		
<i>tema(s)</i>	CUP – CANIU - CSOP		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

MOP // CSOP

Estudo Prévio da Cidade Universitária de Porto

Junto tenho a honra de devolver (...) o processo em epígrafe, que acompanhou o ofício acima indicado (...). O Conselho superior de Obras Públicas, O Presidente, a) Duarte Abecassis.

[lista dos 16 documentos escritos e gráficos constituintes do processo, e descrição-história]

(...) em conclusão (...) o programa necessita de ser revisto para que seja definido qual o equipamento indispensável a considerar; e,

- Que a zona de protecção fixada do Hospital de S. João (desenho V) conviria ser revista, e também definida a zona de reserva com as áreas de terrenos que sejam considerados em definitivo para a CUO (...) 5/III/1962 a) – Arantes e Oliveira

**APRECIÇÃO do CSOP**

A informação da CANIU (...) refere-se, em resumo, a três problemas, cujas soluções podem interferir na concepção do plano geral da CUP e obrigar a alterar o arranjo fixado no “estudo prévio” já realizado (...).

Quanto à área da CUP – (...) não é fácil verificar-se, com precisão, se a área do terreno considerada no estudo prévio é de facto exígua, (...) por não estarem ainda fixados os programas de todas as faculdades que virão a ser instaladas nesta CU e o que é urgente que se faça para que a CANIU por sua vez possa elaborar o plano geral do conjunto. Contudo, (...) com base nos estudos de comparação com as áreas ocupadas por outras cidades universitárias, o Concelho está convencido que é exígua a que está prevista no estudo prévio (...) e por conseguinte, são de aceitar os alargamentos propostos.

Quanto à revisão do programa das instalações desportivas – [aceita as dúvidas formuladas pela CANIU, e a pertinência das sugestões da UP, concluindo pela necessidade da revisão do programa, devendo ser ouvidos os organismos competentes do MEN – Ministério da Educação Nacional]

Quanto ao arruamento (...) paralelo à Rua Roberto Frias – que atendendo à diferença de nível que se verifica entre a Rua Roberto Frias e o terreno envolvente, parece justificar-se o referido arruamento tanto mais que é conveniente manter-se a implantação fixada no estudo prévio para o edifício da Faculdade de Economia, a que essa via dá acesso.

*fac-símile(s)*

-

<b>54.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU (sem timbre) ao Eng. César Montenegro e Arq. Oldemiro Carneiro, solicitando celeridade na resolução dos problemas pendentes e que implicam possibilidade de dispensar verbas para estudos de planeamento (com localização da FEP para efeito de sondagens), projecto de armazém e aquisição de terrenos.		
<i>data(s)</i>	<b>1962(?) - 10-10</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0238		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>			
CANIU (sem timbre) Exm.ºs Srs. Eng.º. César Montenegro e Arq. Oldemiro Carneiro (...) <p>Peço a maior atenção na necessidade de serem rapidamente resolvidos todos os problemas pendentes e que implicam possibilidade de despender verbas até ao fim do ano. Nomeadamente:</p> 1º - Projecto do edifício para armazém 2º - <u>Aquisição de terrenos</u> 3º - <u>Estudo do plano de urbanização para localização definitiva da Faculdade de Economia para efeitos de sondagens.</u> (...) <p>P'lo Vice-Presidente, O Engenheiro Administrador Delegado                  (ass. Manuel Tavares Cardoso)</p>			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>55.</b>	<i>assunto</i> Ofício da RUP dirigido à DGESBA, remetido <i>super</i> à CANIU e à DGEMN (MOP) à consideração, apresentando a necessidade em adquirir terrenos e construir Faculdades (FEP e outras) na Asprela, dado o aumento da frequência da Universidade do Porto, e consequente carência em instalações.		
<i>data(s)</i>	<b>1962-11-22</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0213 - 0216		
<i>tema(s)</i>	FEP, TERRENOS, LARES		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

**UP – REITORIA // (...)** expor a V. Ex<sup>a</sup> os problemas que o aumento da frequência da Universidade do Porto veio a tornar mais agudas, e para os quais chamo por isso particularmente a atenção:

**EDIFÍCIO PARA A FACULDADE DE ECONOMIA**

A frequência da Faculdade de Economia tem continuado a aumentar, assim como a da Faculdade de Ciências em cujo edifício ela está instalada, de maneira precária, embora com muito sacrifício para esta última. Uma e outra coisa tornam inadiável a construção do edifício para a **Faculdade de Economia, em estudo há algum tempo já**. Se as circunstâncias de momento tornam inoportuna a despesa da construção do edifício completo, a Universidade contentar-se-á em que se construa só a parte estritamente utilitária – salas de aula e de trabalho, com os respectivos acessos e um mínimo de dependências -, ficando tudo o resto para ocasião mais favorável.

(Despacho manuscrito) *supra*: C C da CANIU; É, de facto necessário (?) quando possa mal a elaboração do projecto, por forma a ficarmos preparados em relação à obra logo que disponhamos dos meios financeiros necessários. Desejava inteirar-me da posição actual deste assunto. Tomar-se-á em conta na (?) do projecto a proposta da Universidade quanto à construção da obra em duas fases. (transcrição proposta).

**AQUISIÇÃO DOS TERRENOS NA ASPRELA**

São ainda de propriedade particular os terrenos da Asprela onde se prevê construir o edifício para a Faculdade de Economia, e depois, presumivelmente, por esta ordem, os das Faculdades de Farmácia, Letras, Engenharia e Ciências, assim como os dos Lares e outras instituições circum-escolares. Com a construção do Hospital de S. João e Faculdade de Medicina, e a consequente abertura de vias de acesso e criação de carreiras de autocarros, esses terrenos começaram a valorizar-se rapidamente, e, a não se adquirirem já deverá desistir-se da construção na Asprela da Cidade Universitária, pelo excessivo custo dos terrenos, e situar cada edifício onde se revelar mais conveniente, em localização dispersa – e que, por outros motivos, não deixa também de ter vantagens -, urge que se tome uma decisão a este respeito, pois dela depende, desde já, a localização a escolher para a Faculdade de Economia.

(Despacho manuscrito) *supra*: *Aguarda-se o conhecimento da (?) fina l(?) 1953, para reexaminar o assunto e procurar tomar posição definitiva. A CANIU examinará entretanto a alternativa ou alternativas que podem considerar-se (...)* (transcrição proposta).

**LAR UNIVERSITÁRIO DA ASPRELA**

Por causa da distância a que a Faculdade de Medicina ficou de qualquer dos actuais Lares Universitários, verifica-se que as alunas (...) não procuram esses Lares. Não há nas imediações da Faculdade qualquer entidade que lhes possa oferecer alojamento conveniente (...) por outro lado não há também nessa zona casa em condições de se adaptar facilmente a Lar Universitário. Urge por isso construir com urgência um dos Lares Universitários Femininos projectados para a zona da Asprela.

Mesmo que se desista da construção duma Cidade Universitária nessa zona, por não se adquirirem desde já os respectivos terrenos, não poderá este Lar deixar de ser construído na sua vizinhança, por se destinar às alunas da Faculdade de Medicina. O mesmo se diga de ou dos Lares necessários de futuro, para os alunos da mesma Faculdade.

(Despacho manuscrito) *supra*: *Este assunto não poderá ter qualquer andamento – independentemente do aspecto financeiro – mas que o M. Ed. vai elaborar a legislação que há-de orientar a resolução do problema das alojamentos p/ estudantes universitários conforme está determinado pela Leg<sup>a</sup> da Const<sup>a</sup>* (transcrição proposta).

(...) Reitoria da UP, 22 de Novembro de 1962; O Reitor, a). Manuel Corrêa de Barros Júnior

<b>56.</b>	<i>assunto</i> Notas relativas às observações do Ministro OP / CANIU acerca dos diferentes assuntos focados no ofício da Reitoria da UP Novo Edifício da FEP, e Terrenos na Asprela		
<i>data(s)</i>	<b>1962-12-17</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0025 - 0026		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

MOP / CANIU

NOTAS RELATIVAS ÀS OBSERVAÇÕES DO MINISTRO ACERCA DOS DIFERENTES ASSUNTOS FOCADOS NO OFÍCIO DA REITORIA DA UP – PROCESSO N.º 38, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1962

**I – NOVO EDIFÍCIO DA FACULDADE DE ECONOMIA**

O Arquitecto Viana de Lima foi encarregado de remodelar e estudo prévio deste edifício, em conformidade com o (...) parecer do CSOP.

O estudo remodelado (4.º Estudo Prévio) já foi entregue por aquele técnico e vai ser, com o parecer da Comissão de Revisão, submetido à elevada consideração superior.

A comissão já apreciou este estudo e a apresentação do parecer respectivo está apenas aguardando a entrada em serviço do novo Administrador-Delegado.

**II – TERRENOS DA ASPRELA**

O projecto da CUP desenvolve-se a Sul da EC, envolvendo por Nascente, Sul e Poente, o novo edifício do Hospital Faculdade.

A área prevista é da ordem dos 940.000 m<sup>2</sup>, constituída ainda em grande parte por terrenos de cultura, mas abrangendo também parcelas servidas por arruamentos existentes e alguns prédios urbanos.

Segundo as indicações que recentemente se obtiveram da CMP acerca do preço corrente dos prédios localizados nesta zona e noutras dela próximas, o custo por metro quadrado oscila entre 250/350 escudos para terrenos com uma profundidade de 40 metros junto à Estrada da Circunvalação ou servidos por outras artérias; para além deste limite e numa profundidade de 100 metros (terrenos interiores) o preço é da ordem dos 80 escudos/m<sup>2</sup>. As restantes parcelas rústicas podem ser compradas numa base de 50 escudos/m<sup>2</sup>.

Procede-se, neste momento ao cálculo de uma estimativa para, com base nos elementos assim referidos, se determinar o encargo provável com as aquisições dos prédios (...). [com base no valor médio de 100 escudos/m<sup>2</sup>, chegou-se ao custo global de 94.000 contos (940.000 m<sup>2</sup> x 100 esc.)]

O problema da construção não agrupada das instalações universitárias requer a maior ponderação e, embora previsto pela UP, julga-se que deverá ser analisado em colaboração com a mesma Universidade e a CMP, afim de se poder conhecer quais as parcelas livres que reúnem as condições indispensáveis para o fim em vista.

No entanto afigura-se que as instalações desportivas não poderão ser deslocadas para o Campo Alegre visto este local não comportar, como se sabe, todas as construções que se prevêm no respectivo programa.

Lisboa, 17 de Setembro de 1962

*fac-símile(s)*

-

<b>57.</b>	<i>assunto</i> Aprovação do PLANO DIRECTOR DA CIDADE DO PORTO [Plano AUZELLE] por despacho ministerial de 1/8/1964. Extrato – Regulamento de Aplicação – Art.os 1.º e 35.º		
<i>data(s)</i>	<b>1964-08-01</b>		
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0035-0039		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
Art.º 1. Zonamento Art.º 2. Licenciamento de Obras Art.º 34. Zonas Desportivas Art.º 35. Zona Universitária Art.º 43. Construções junto à Estrada da Circunvalação			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			



<b>58.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU dirigido ao Administrador-Delegado da CANIU, assinado por Oldemiro Carneiro, enviando elementos relativos ao projecto do Estádio Universitário do Porto.		
<i>data(s)</i>	<b>1964-09-10</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0230		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
(...) <p>Junto (...) os desenhos solicitados, em papel sensibilizado (...) são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Planta parcial do Estádio Universitário indicando o Pavilhão Desportivo, à escala 1/500.</li> <li>- Vedações e Acessos do Estádio Universitário, (...) desenho da DENN.</li> </ul> [simple estudo, segundo a <u>Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte</u> ] <p>(...)</p> O Arquitecto (ass. Oldemiro Carneiro)			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>59.</b>	<i>assunto</i> PARECER da CANIU acerca da CUP, NA ASPRELA – ZONA DE PROTECÇÃO DO HE a NORTE da EC, anexada aos ofícios seguintes, dirigidos ao MOP e à DGSU, nos termos aí redigidos, mas contraditórios no que respeita ao programa formulado por Oldemiro Carneiro.		
<i>data(s)</i>	<b>1965-02-01</b>		
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0010-0015 : 0023-0028		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>MOP / CANIU //</p> <p><u>PARECER</u></p> <p><u>CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO, NA ASPRELA – ZONA DE PROTECÇÃO DO HOSPITAL ESCOLAR A NORTE DA ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO</u></p> <p>(Orientou o estudo urbanístico promovido pela DGSU)</p> <p>A – Zona de Protecção do HSJ., definindo duas sub-zonas – “interdita à construção” e de “construção condicionada” já consentida (prédios residenciais), mas nos quais “não pudessem ser incluídas indústrias caseiras, estabelecimentos comerciais ou similares”.</p> <p>O Arquitecto Oldemiro Carneiro, dos Serviços Técnicos da CANIU (Porto) e autor do estudo da CUP, em informação com a data de 16/11/1960, diz o seguinte: penso que poderiam ser autorizadas novas construções, reformas ou ampliações, desde que se destinassem a manter exclusivamente um carácter residencial, nunca com possibilidades de adaptação a comércio, indústria ou similares em grande escala. Poder-se-ia consentir o pequeno comércio, aliás já existente nos enclaves que a [CMP] criou, no sentido de poder satisfazer os actuais núcleos habitacionais. E sendo assim já porque não seria justo eliminar o pequeno comércio de há longos anos, talvez não repugnasse a ideia de ver em frente ao edifício do Hospital Faculdade e em frente do Centro Anti-Canceroso da zona Norte, que a DGEMN vai construir a Poente do Hospital Escolar, prédios de traça arquitectónica equilibrada, sóbria, possivelmente até destinados a abrigar aqueles que vivem dos seus empregos no Hospital e futuras Faculdades. Esses prédios obedeceriam a determinados requisitos de estética, afastamento da via pública, distância entre fachadas laterais, etc., (...). E acrescenta ainda: Esta sugestão refere-se à zona designada até aqui por ‘zona interdita à construção’ – faixa de 100 metros ao longo da Circunvalação – que deixaria de o ser em virtude de no Plano Geral da Cidade Universitária não ter sido previsto qualquer traçado de urbanização, limitando-se o seu interesse futuro ao de simples protecção básica do Hospital-Faculdade.</p> <p><i>A CANIU concorda, mantendo a afectação até à conclusão e aprovação do estudo urbanística, assumindo a missão da defesa dos termos de enquadramento do HSJ e utilização dos imóveis a construir na sua envolvente, de modo a evitar uma “incómoda e imprópria vizinhança, incumbindo Oldemiro Carneiro de tal tarefa.</i></p> <p><i>[O ante-projecto da CUP teve de ser concebido como “um conjunto retalhado”, devido às circunstâncias que se apresentavam, nomeadamente no que respeita à rede viária já existente. A CUP é assim formada pelas seguintes zonas distintas, separadas por arruamentos da Cidade: A zona do HE-HSJ, a norte e faculdades a nascente; as instalações circum-escolares a sul e a zona de reserva a poente. Assim o Ante-Projecto da CUP previa a criação de passagens superiores e túneis de ligação entre as zonas poente-sul-nascente].</i></p> <p>(...)</p> <p>O Eng.º Administrador Delegado</p> <p>a) Augusto Lousa Viana</p>			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>60.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU dirigido ao MOP, acerca da CUP, na Asprela – Estudo Urbanístico a Norte da Estrada da Circunvalação – Zona de Protecção		
<i>data(s)</i>	<b>1965-02-10</b>		
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0007-0009 : 0020-0022		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

Timbre MOP//

[*Despacho exarado super: Concedido / 10-2-65, a) Arantes e Oliveira*]

Senhor Ministro das Obras Públicas

(...)

A Direcção Geral dos Serviços de Urbanização que tenciona promover o estudo urbanística de aproveitamento dos terrenos a norte da Estrada da Circunvalação no Porto, na vizinhança do [HSJ], pediu a esta Comissão Administrativa para que informe se (...) pensa utilizar os referidos terrenos para a implantação de quaisquer construções relacionadas com a Cidade Universitária ou se entende conveniente que se mantenham de reserva para futuras e por ora improváveis instalações.

Relativamente a este assunto cumpre-me prestar (...) a seguinte informação:

1 – Por portaria de 16 de Julho de 1954, publicada no Diário do Governo, II Série, n.º 182, de 4 de Agosto (...), foi fixada a zona de protecção do Hospital Escolar do Porto, os seus limites duas áreas (...) distintas: uma a norte da Estrada Nacional n.º 12 – Estrada da Circunvalação, e outra a sul desta artéria.

Desde então se admitiu que a futura Cidade Universitária viria a ser desenvolvida nos terrenos a sul daquela via de comunicação, não procurando, por isso, a CANIU contrariar o desenvolvimento urbano na área (...) a norte da mesma estrada, sem que, no entanto, deixasse de ter sempre presente a necessidade de salvaguardar a proximidade do [HSJ] a fim de não comprometer o seu condigno enquadramento.

2 – [*Para orientação dos serviços a CANIU define duas sub-áreas, uma interdita à construção, numa faixa de 100m de largura, outra de construção condicionada, com 50m de profundidade, para ‘prédios residenciais’*], admitindo-se, todavia, que nelas pudessem ser incluídas *índústrias caseiras, estabelecimentos comerciais ou ‘similares.* [contrariando o parecer de 1-2-1965]

3 – No anteprojecto do Plano Geral da Cidade do Porto não foi prevista [tal] utilização dos terrenos [*nem como zona de reserva*], (...).

4 – Nesta conformidade é a CANIU de parecer que nos terrenos a norte daquela artéria deverá ser mantida unicamente a zona de protecção do [HSJ], sem os limites estabelecidos na portaria de 1954 [até à aprovação do estudo urbanístico que a DGEU vai promover].

5 – [A CANIU põe à disposição da DGEU o Arq. Oldemiro Carneiro, que, por ser o autor dos estudos da zona de protecção e da Cidade Universitária e prestar serviço na Delegação do Porto, será a pessoa indicada para manter o contacto com o técnico que vai ser encarregado daquele estudo].

6 – [Acrescenta o ofício, que uma vez concluído e aprovado o referido estudo, será de considerar a revisão da zona de protecção ao HE].

(...)

O Eng.º Administrador Delegado

a) Augusto Lousa Viana

*fac-símile(s)*

-

<b>61.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU dirigido à DGSU, acerca da CUP, na Asprela – Estudo Urbanístico a Norte da Estrada da Circunvalação – Zona de Protecção, recordando proposta de programa para os terrenos a norte da EC, e juntando parecer de 1-2-1955		
<i>data(s)</i>	<b>1965-02-20</b>		
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0005-0006 : 0018-0019		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>MOP//                  (...) Senhor Director-Geral dos Serviços de Urbanização                  (...)                  [Informa que junta cópia da informação prestada ao Ministro, do qual mereceu concordância, por despacho do de 10-2-65. Recorda que teve então a oportunidade de propor, para os terrenos a norte da EC, <u>dentro da Zona de Protecção do Hospital Escolar do Porto, a construção de residências destinadas a Professores, Estudantes e Pessoal do Hospital e de outras instalações da Cidade Universitária</u>, recordando, a propósito, que a DGSU solicitou oportunamente o parecer do Prof. Eng. Antão de Almeida Garrett, na sua qualidade de representante da Universidade do Porto junto da CANIU, que, a 3-5-52 em que defendeu a ideia de que os referidos terrenos deveriam ser destinados a uma zona residencial para pessoas ligadas ao Hospital Escolar e Cidade Universitária, com a concordância do Ministro].                  (...)                  O Eng.º Administrador Delegado                  a) Augusto Lousa Viana</p>			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>62.</b>	<i>assunto</i> RELATÓRIO da CANIU de OUT.1967 acerca do programa das Instalações Universitárias da Cidade do Porto, com anexo de 1957-01-16 de Arantes e Oliveira.		
<i>data(s)</i>	<b>1967-OUTUBRO</b>		
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0050-0051 anexo : po-576 : 0052-0057 : 0058-0087		
<i>tema(s)</i>	CUP, CANIU, DGEMN, III Plano de Fomento		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>INSTALAÇÕES UNIVERSITÁRIAS DA CIDADE DO PORTO</p> <p>Conscientes das responsabilidades que legalmente lhe estão atribuídas, a CANIU, ao avizinhar-se o início da vigência do III Plano de Fomento, julga oportuno apresentar (...) um relatório sobre as instalações universitárias da Cidade do Porto, na convicção de que tal possa contribuir para a solução dos diversos problemas afectos a tão importante sector. (...).</p> <p>Cap. 1. Antecedentes (compilação)</p> <p>Cap. 2. Situação actual (ponto de situação)</p> <p>Cap. 3. Conclusões (sugestões da CANIU)</p> <p>(...)</p> <p>Documento de 1957-01-17 a) Arantes e Oliveira</p> <p>Quadro dos NÚCLEOS (Central, Act. FMUP, Campo Alegre, Asprela) / ACTUALMENTE / 1.ª FASE / ULTERIORMENTE</p> <p>Documento abordando os programas pretendidos para a Asprela, os programas dos edifícios/faculdades, a questão dos terrenos, entre outros aspectos.</p>			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>63.</b>	<i>assunto</i> Carta do Reitor da UP, Correia de Barros, dirigida ao Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, do Ministério da Educação Nacional, dando conta do processo das “Instalações Universitárias da cidade do Porto”.		
<i>data(s)</i>	<b>1968-01-18</b>		
<i>processo(s)</i>	proc.189, pp. 209-211		
<i>tema(s)</i>	Processos de correspondência recebida e expedida pela Reitoria relativos à conservação, aquisição e construção de bens imóveis da Universidade do Porto.		
<i>título(s)</i>	P46_Ac_Rscup_01_P		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP P46_Ac_Rscup_01_P		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

**RUP**

Para os devidos efeitos, junto tenho a honra de remeter a V. Ex<sup>a</sup>. O relatório acerca da “Instalações Universitárias da cidade do Porto” que me foi remetido pelo Presidente da Comissão Administrativa das novas Instalações Universitárias, acompanhado do ofício de que junto fotocópia, assim como do ofício que lhe enviei em resposta.

Acerca do assunto, confirmo o ofício que, como elemento para elaboração do III Plano de Fomento, remeti a V. Ex<sup>a</sup>, em 24 de Outubro passado. Devo informar de que, das obras nele mencionadas, considero de extrema urgência, a ponto de não poderem esperar pela elaboração do plano de conjunto proposto no relatório que envio:

**A construção do novo edifício para a Faculdade de Economia, na Asprela;**

As obras de adaptação de parte do antigo quartel das Taipas, para nele alojar a mesma Faculdade enquanto o referido edifício não estiver concluído;

A construção de mais um andar sobre parte (...).

**Já, no entretanto, foi adquirida parte do terreno destinado à primeira destas obras (...).**

**Finalmente, chamo a atenção para os graves inconvenientes da maneira por que presentemente são estudadas e realizadas as obras relativas às instalações desta Universidade, a cargo de dois serviços distintos do Ministério das Obras Públicas, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias, que trabalham quase sem ligação entre si ou com a Universidade. Daí resultam demoras, omissões e duplicação de trabalho, que se evitariam com uma organização do género da existente em Coimbra.**

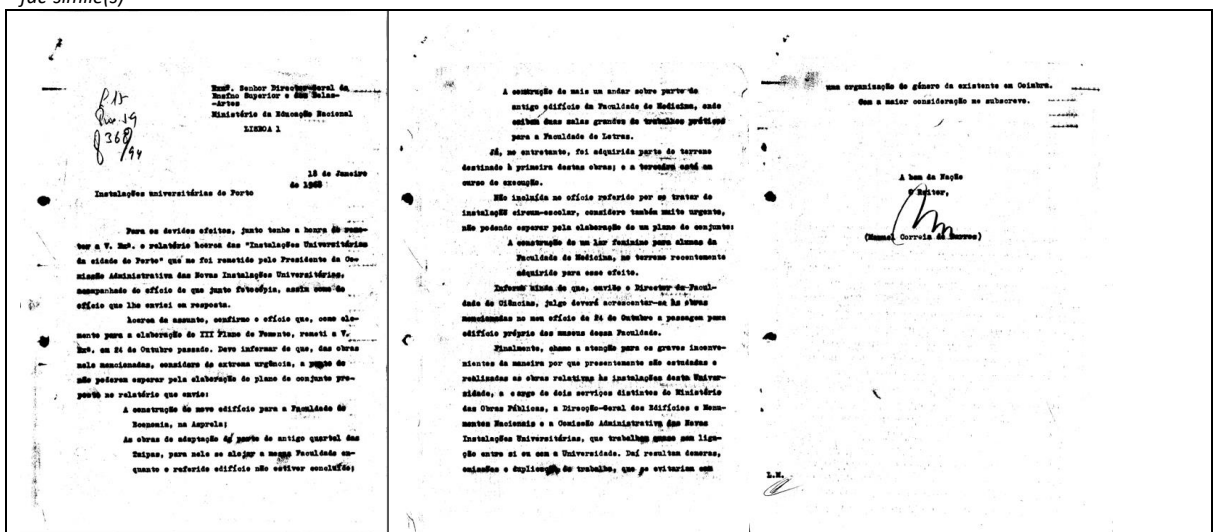
Com a maior consideração me subscrevo.

A bem da Nação

O Reitor,

(Manuel Correia de Barros)

*fac-símile(s)*



<b>64.</b>	<i>assunto</i> Pedido de Aquisição de Terrenos (timbre da CANIU)		
<i>data(s)</i>	<b>1969-05-27</b>		
<i>processo(s)</i>	P0-576 : 0045 – 0047 - 0049		
<i>tema(s)</i>	Terrenos		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP P46_Ac_Rscup_01_P		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>MOP / CANIU//                  Apontamento <i>super</i>: PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE TERRENOS NA CUP;                  Despacho exarado <i>super</i>: À consideração (...) do Ministro em cumprimento do despacho.                  a) Augusto Louza Vianna                  CITAÇÕES:                  - CÓDIGO CIVIL: Art.ºs 1305º e 1306º;                  - REGULAMENTO GERAL DAS EDIFICAÇÕES URBANAS: Art.º 3.º, aprovado pelo D.L. n.º 38382, de 7/8/51;                  - ZONAS DE PROTECÇÃO: D.L. n.º 21875, de 18/11/32, e n.º 34993, de 11/10/45;                  - DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA: D.L. n.º 33921, e Lei n.º 2030, de 22/6/48.                  [Informa que a área reservada no Plano Director da Cidade do Porto para o cto das construções escolares e circum-escolares universitárias corresponde, de uma maneira geral, aos limites da área de protecção do HSJ, e que serviu de base a um estudo elaborado na CANIU, em 1960, em que se consideravam a FEP, a FEUP e as instalações circum-escolares desportivas, sociais e culturais – e se fazia referência na memória descritiva a outras (...)]. A) O Vogal-Secretário</p>			
<i>fac-símile(s)</i>			

<b>65.</b>	<i>assunto</i> Ofício da CANIU dirigido ao MOP-DG-DGSU acerca da CUP, na Asprela dando conta do estudo urbanístico a Norte da EC – Zona de Protecção / Pedidos de construção / estado do Plano Interconcelhio		
<i>data(s)</i>	<b>1969-12-03</b>		
<i>processa(s)</i>	po-576 : 0029-0030		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

MOP//  
 Informação N.º 32/DIU/DEP – Pedidos de construção dentro da zona de protecção do HEP.  
 (...) Senhor Director-Geral  
Ainda na vigência da CANIU, foram enviados pela DGSU dois ofícios (...) pedido parecer sobre pedido de construção dentro da zona de protecção do HEP (...).  
 Na realidade, os terrenos (...) situam-se dentro da vasta zona de protecção do HSJ, classificada como 'Zona Universitária' do Plano Director da Cidade do Porto, aprovado por despacho ministerial de 1/8/64 (...).  
 Entretanto foi determinado (...) que a DGSU levasse a efeito o estudo de um Plano de Conjugação Interconcelhia, que incluísse os terrenos a norte da EC e dentro da zona de protecção do HSJ [encontrando-se concluído e em fase de apreciação na DUP da DGSU, o referido Plano;  
 Assim,  
 - os dois pedidos de construção integram-se na posição tomada na generalidade (...);  
 - (...) a DGSU submeta o referido estudo à apreciação da DGCE, para resposta às questões formuladas pelo Ministro (...)].  
 O Director de Serviços,  
 a) Augusto Louza Vianna



<b>66.</b>	<i>assunto</i> Ordem de Serviço (n.º 54/71) da DGCE (Direcção-Geral das Construções Escolares) dirigido à DIU (Direcção das Instalações Universitárias) para recolha de toda a informação da antiga CANIU.		
<i>data(s)</i>	<b>1971-05-26</b>		
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0043-0044		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>DGCE                  À DIU                  Assunto: zona do HESJ – Porto                  Há largos anos que se encontra reservada no plano de urbanização da cidade uma vasta área (...) destinada à construção das instalações universitárias, que envolve o HEP-HSJ. À excepção da FEP (...) não foi ainda definido nem aprovado qualquer estudo de ocupação (...), o que cria uma situação injusta e insustentável para a maioria dos proprietários e não traz qualquer vantagem para a administração pública.                  Estamos em face de problema idêntico ao (...) CUL, e como tal carece igualmente de urgente solução, como foi (...) reconhecido em relação a esta última, cujos estudos se encontram presentemente em fase adiantada.                  Para a realização dos estudos da zona da Asprela, que é agora determinada, a DIU terá de recolher toda a informação existente nos arquivos da antiga CANIU (...), e aquela que possa ser obtida nos serviços competentes da CMP, (...).                  DGCE (...),                  O Director-Geral                  a) José Ferreira da Cunha</p>			

<b>67.</b>	<i>assunto</i> Ordem de serviço da DGCE dirigida à DIU para desenvolvimento de novo PLANO para a Asprela e contratação de LUIZ CUNHA.		
<i>data(s)</i>	<b>1971-05-27</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0014 - 0015		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

MOP // DIRECÇÃO GERAL DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES // REPARTIÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – ordem de serviço 54/71  
 À DIU  
 Há largos anos que se encontra reservada no plano de urbanização da cidade uma vasta área de terrenos, em princípio destinada à construção de instalações universitárias, que envolve o Hospital Escolar de S. João. À excepção da implantação da Faculdade de Economia nessa zona, cuja obra de construção se acha em curso, **não foi ainda definido nem aprovado qualquer estudo de ocupação que permita concretizar a aplicação desses terrenos a novas construções**, quer oficiais quer particulares, o que cria uma situação injusta e insustentável para a maioria dos proprietários e não traz qualquer vantagem para a administração pública.  
 Estamos em face de problema idêntico ao que se tem passado em relação à área reservada para a CUL, e como tal carece igualmente de urgente solução, como foi (...) reconhecido em relação a esta última, cujos estudos se encontram presentemente em fase adiantada.  
 Para a realização dos estudos da zona da Asprela, que é agora determinada, a DIU terá de recolher toda a informação existente nos arquivos da antiga CANIU (...) e aquela que possa ser obtida nos serviços (...) da CMP, com quem convirá estabelecer-se contacto pessoal ao nível de direcção, com vista ao estabelecimento de melhor orientação a seguir.  
 Dado que haverá que recorrer a pessoal técnico estranho aos serviços (...) **convide-se para o efeito o Senhor Arquitecto Luís Sarmento Cunha** (...).  
 Director-Geral das Construções Escolares. A) José Ferreira da Cunha  
 [despacho super: à DEP- Divisão de Estudos e Projectos]

*fac-símile(s)*

-

<b>68.</b>	<i>assunto</i> Informação DIU / DEP - Memoriais do MOP relativos aos “terrenos cativos e aproveitamento urbanístico na zona do Hospital Escolar de S. João no Porto”. - Revisão do ante-plano de urbanização da CUP: Antecedentes; Condicionantes a uma revisão; Princípios orientadores da revisão - Escolha de LUÍZ CUNHA		
<i>data(s)</i>	<b>1971-06-03</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0008 – 0013 (572)		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>

*transcrições - [comentários]*

Informação DIU / DEP

- Memoriais do MOP relativos aos “terrenos cativos e aproveitamento urbanístico na zona do Hospital Escolar de S. João no Porto”.  
 - Revisão do ante-plano de urbanização da CUP.

### **1 – ANTECEDENTES**

Ao concluir-se a construção do Hospital Escolar do Porto, mais tarde chamado de S. João, foi por portaria publicada no Diário do Governo NC.182 – II Série de 4/8/54, fixada a zona de protecção a este edifício.

Posteriormente, foi proposta uma rectificação ao traçado da protecção regulada pela citada portaria, pela forma como consta na planta anexa, mas até à presente data, ainda não solucionada, em obediência aos requisitos legais para casos como o presente.

*[manuscrito super proximus: Ver parecer da CANIU que acompanhou o estudo da CUP que foi submetido à apreciação do CSOP]*

Entretanto, pelos serviços da extinta CANIU, foi solicitada a realização ao falecido Arquitecto Oldemiro Carneiro, do estudo urbanístico para a realização da CUP, confinada à zona de protecção legalmente estabelecida.

Apesar de esse ante-plano nunca ter sido superiormente aprovado, procurou-se cumprir um plano de aquisições de propriedades rústicas e urbanas, abrangidas pela zona de protecção citada, sendo hoje do Património do Estado as extensas áreas assinaladas na planta anexa a esta informação.

*[manuscrito super proximus: O estudo elaborado foi submetido a parecer do CSOP. O parecer foi homologado por S. Ex. o Ministro em 12/6/62]*

Porém, devido às limitações de verbas para aquisição de propriedades que não correspondessem a necessidades imediatas de construção de empreendimentos, houve que suspender-se essa linha de orientação. Entretanto, ou através da CMP ou directamente pelos proprietários interessados, têm vindo a ser apresentadas numerosas pretensões relativas quer à venda de parcelas (...) quer à reconstrução de imóveis, quer ainda à sua beneficiação.

A situação resultante de todo este estado de coisas, justifica a (...) revisão do ante-plano da CUP, ou mesmo de um total e novo plano que resolvesse os problemas [da CUP, dos proprietários e ao próprio plano urbanístico] interessando o conjunto da Cidade do Porto.

### **2 – CONDICIONANTES A UMA REVISÃO DO ANTE-PLANO DA CUP**

O já referido ante-plano da CUP, datado de 1960 tem vindo a servir, à falta de outro, de instrumento de trabalho, orientando a implantação de Instalações Universitárias e outras, subordinadas aos zonamentos nesse ante-plano estabelecidos.

É o caso da localização da nova FEP e outras, como o IPO e Instituto Industrial e Escola de Enfermagem, que não sendo departamentos caracteristicamente universitários, foram mesmo assim localizados dentro da zona de protecção (...) [em áreas consideradas para instalações afins à UP ou ao HSJ].

Presentemente, surgem com intensidade implicações decorrentes da **necessidade de localizar instalações universitárias, nomeadamente para (...) Farmácia, Letras e Engenharia**, se entretanto (...) for julgada conveniente a sua instalação na zona da Asprela.

Estas circunstâncias acrescidas ainda da necessidade de se pensar a curto prazo de dotar o Porto, de

adequadas instalações desportivas para os universitários, a que o apertado núcleo do Campo Alegre, já não dá satisfação levam à conclusão ser do maior interesse e urgência a revisão do antepiano da CUP.

### 3 – PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA REVISÃO

[sendo conveniente tal revisão] considera-se necessário confiar essa tarefa a um técnico de reconhecida experiência e actualizado nos seguintes aspectos:

- Conceitos actuais sobre a implantação de complexos universitários.
- Evolução da política pedagógica sobre instalações universitárias na cidade do Porto.
- Estabelecimento de um ordenamento urbanístico para aquelas zonas que se entendesse deverem ser libertadas à construção de particulares.

Revisão dos novos limites da zona de protecção, seus acessos e circulações, em complementaridade com o plano de urbanização da cidade do Porto.

### 4 – CONCLUSÕES

(...) solicita-se que seja designado um técnico que reúna as condições já enunciadas (...).

(...) a par do encargo do estudo do plano da CUP, fosse também encarregado, e em conjunto com a CMP, de definir o necessário ordenamento [das construções, reconstruções e zonas 'libertadas'].

*[manuscrito super omne: à DEP / O Senhor Director-Geral já deu orientação sobre o assunto determinando que se elabore uma informação em que se historie a evolução do problema relativo à CUP, na Asprela (...)] Já consegui falar com o Arqto. Luís Cunha (...)]*

O Chefe de Divisão de Estudos e Projectos, a) Joaquim Fausto Janela Lucas

*fac-símile(s)*

-

<b>69.</b>	<i>assunto</i> Ofício da DG/DGSUP dirigido aos Serviços de Urbanização da CMP, solicitando elementos necessários para desenvolvimento do PLANO ESTRUTURA de Luiz Cunha.		
<i>data(s)</i>	<b>1972-05-12</b>		
<i>processo(s)</i>	po-576 : 0042		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>			
CANIU / sem timbre Elaboração do PLANO-ESTRUTURA para a CUP, adjudicado ao arquitecto LUÍS SARMENTO DE CARVALHO E CUNHA. (...) Senhor Director dos Serviços de Urbanização e Obras da CMP [Informa que Luiz Cunha foi incumbido pela DG da revisão a actualização do Plano-estrutura da CUP, e que carece de elementos da DSU-CMP] (...). O Engenheiro Director dos Serviços a) Augusto Louza Vianna			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

<b>70.</b>	<i>assunto</i> CONTRATO com LUIZ CUNHA para elaboração do PLANO-ESTRUTURA.		
<i>data(s)</i>	<b>1972-06-26</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0016 - 0023		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	<b>ADUP REIT - Processos de correspondência</b>
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>MOP // DGCE - DIRECÇÃO GERAL DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES // DIU - DIRECÇÃO DAS INSTALAÇÕES UNIVERSITÁRIAS</p> <p>Contrato n.º 130/DIU/72</p> <p>Elaboração do PLANO-ESTRUTURA para a CUP, adjudicado ao arquitecto LUÍS SARMENTO DE CARVALHO E CUNHA, pela importância de 200.000 escudos, contendo os seguintes elementos (...):</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Memória descritiva e justificativa <u>focando os aspectos dos conceitos actuais sobre cidades universitárias, áreas disponíveis, previsões de crescimento condicionadas aos dados estatísticos e à Reforma do Ensino, partido geral a adoptar, inter-relações Cidade Universitária com a cidade do Porto e viabilidade económica;</u></li> <li>Planta de localização na escala 1:5000;</li> <li>Planta geral à escala 1:500, interessando as zonas urbanas envolventes tendo em atenção o Plano de Urbanização do Porto;</li> <li>Planta cadastral à escala 1:500 com sobreposição dos esquemas urbanísticos propostos, tendo em atenção a necessidade de definição das futuras aquisições;</li> <li>Perfis de conjunto à escala 1:500;</li> <li>Maqueta de volumes à escala 1:2000;</li> <li>Fotocópias da maqueta de volumes;</li> <li>Estudo económico relativo à aquisição de terrenos (...);</li> <li>Definição clara, quer escrita quer gráfica (na escala 1:500), das <u>zonas de construção interdita e condicionada</u>, tendo em atenção os legítimos direitos dos proprietários mas tendo também em consideração o plano de urbanização do Porto.</li> </ol>			
<i>fac-símile(s)</i>			
-			

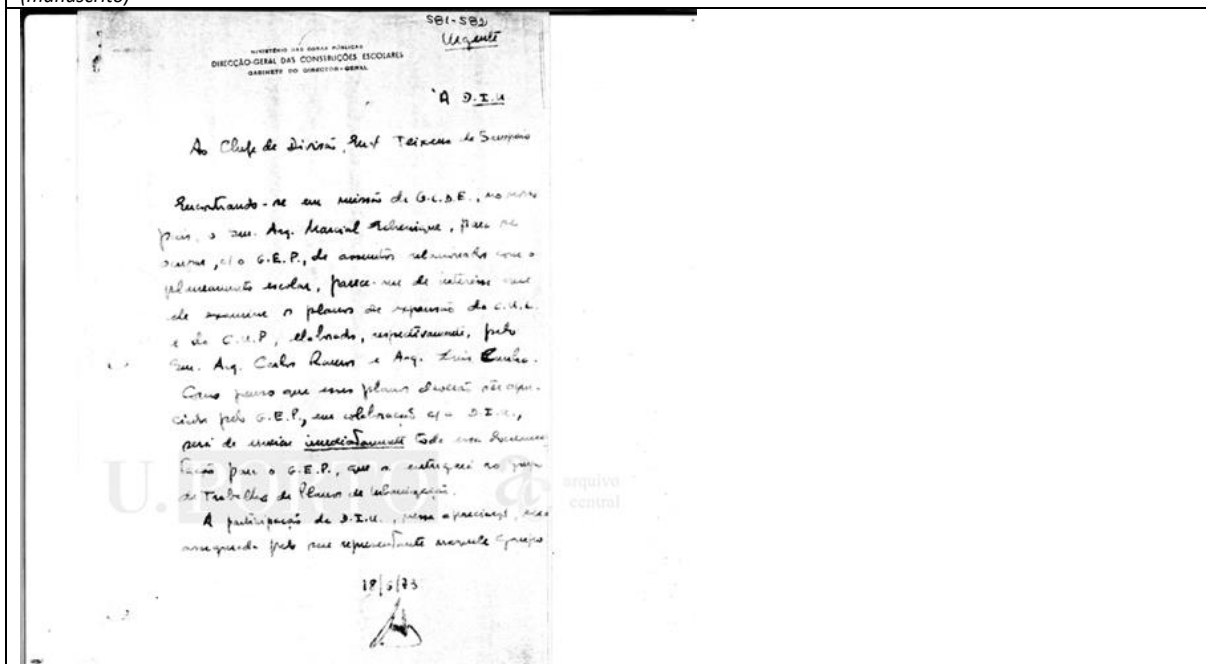
<b>71.</b>	<i>assunto</i> "ANTECEDENTES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO (Arqt.º Januário Godinho) REVISÃO DO PLANO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO NA ASPRELA "Manuscrito sublinhado de urgente do Gabinete da DGCE, dirigida à DIU (ao Chefe de Divisão), ordenando a apreciação do Plano de 'Expansão' de Luiz Cunha para a CUP.		
<i>data(s)</i>	<b>1973-06-18</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0004		
<i>tema(s)</i>	MOP – DGCE – Carlos Ramos – CUL – Luís Cunha – CUP		
<i>título(s)</i>	Ordem de Serviço		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT – "ANTECEDENTES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO (Arqt.º Januário Godinho)"

*transcrições - [comentários]*

[manuscrito com timbre do MOP-DGCE // DIRECÇÃO-GERAL DAS CONSTRUÇÕES ESCOLARES // GABINETE DO DIRECTOR GERAL]  
 À DIA  
 Ao Chefe de Divisão, Eng. Teixeira de Sampaio  
 Encontrando-se em missão da GCDE, no nosso país o Sr. Arquitecto Marcial Echevique, para se ocupar, c/ o G.E.P, de assuntos relacionados com o planeamento escolar, parece-me de interesse que ele **examine os planos de expansão** da CUL e da CUP, elaborados, respectivamente, pelo Ex.º Arq. Carlos Ramos e **Arq. Luiz Cunha**.  
**Como penso que esses planos deverão ser apreciados pelo GEP, em colaboração c/ a DIU, será de enviar imediatamente toda essa documentação para o GEP, que a entregará ao Grupo de Trabalho de Planos de Urbanização.**  
 A participação da DIU, nessa apreciação está assegurada pelo seu representante naquele grupo.  
 18/6/73  
 Ass. ilegível

*fac-símile(s)*

*(manuscrito)*



<b>72.</b>	<i>assunto</i> "ANTECEDENTES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO (Arqt.º Januário Godinho) REVISÃO DO PLANO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO NA ASPRELA "Manuscrito sublinhado de urgente do Gabinete da DGCE, dirigida à DIU (ao Chefe de Divisão), ordenando a apreciação do Plano de 'Expansão' de Luiz Cunha para a CUP.		
<i>data(s)</i>	<b>1973-06-20</b>		
<i>processo(s)</i>	po-581 : 0003		
<i>tema(s)</i>	MOP – DGCE – Carlos Ramos – CUL – Luís Cunha – CUP		
<i>título(s)</i>	Ordem de Serviço		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT – "ANTECEDENTES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO (Arqt.º Januário Godinho)"

*transcrições - [comentários]*

Ex.mo Senhor Director do Gabinete de Estudos e Planeamento – (Lisboa)  
 - Planos de expansão da C.U.L . e C.U.P.  
 Para os fins convenientes, junto envio a V.Exª. fotocópia do despacho do Exmº. Senhor Director-Geral, de 18 do mês em curso, relativamente aos assuntos em epígrafe.  
 Em cumprimento do referido despacho foi remetido a esse gabinete, em 19 do mês em curso, a seguinte documentação:  
 - Maquete do ante-plano da C.U.P., da autoria do Arqº. Sarmento Cunha [**Luiz Cunha**];  
 - 2 processos com desenhos e peças escritas respeitantes à supracitada maquete;  
 - Revisão do ante-plano – Maio de 1971 e orçamento do quarteirão definido pelo Campo Grande – Avenidas 28 de Maio, 5 de Outubro e Prof. Aníbal de Betencourt.  
 A Bem da Nação- o Director dos Serviços – J.O de Campos (?)

*fac-símile(s)*

--



<b>73.</b>	<i>assunto</i> Recorte de imprensa / Jornal de Notícias / Vida universitária: o novo edifício de Economia entrou em funcionamento, nem discursos, nem banquetes		
<i>data(s)</i>	<b>1974-11-12</b>		
<i>processo(s)</i>	-		
<i>tema(s)</i>	Asprela – CUP - FEP		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	ADUP REIT - <a href="#">Recortes de imprensa [1919-1987]</a> – Jornal de Notícias / série 472 – Arquivo Noticioso		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

[AN4-N412-P159.png] Inauguração das actividades escolares no novo edifício da Faculdade de Economia, na Asprela, ilustrada com a fotografia de uma das aulas regidas, sem qualquer acto comemorativo associado. Abertura do ano lectivo, em moldes provisórios, da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.

[CAIXAS]

Legenda da fotografia: Luz indirecta em salas que, de tão grandes, são já consideradas anti didácticas. Algumas palavras na abertura: Não vivemos de paredes bonitas. Esta escola foi concebida para uma capacidade de 2500 alunos e, no ano lectivo em que se inaugura, já estão inscritos 3400. (...) Estamos longe de tudo. Nem café temos à mão...e a parte de convívio foi perfeitamente descurada. Há uma cantina (...) que está prevista para fornecer 100 refeições diárias.

*fac-símile(s)*

217

Luz indirecta em salas que, de tão grandes, são já consideradas anti didácticas.

**VIDA UNIVERSITÁRIA**

**O NOVO EDIFÍCIO DE ECONOMIA ENTROU EM FUNCIONAMENTO**

❖ **NEM DISCURSOS, NEM BANQUETES**

As aulas da Faculdade de Economia já se realizam no novo edifício em Furebras. O moderno e algo simpulário edifício (tendo com algumas obras de acabamento) entrou ontem em serviço, tendo a esta ocasião a generalidade dos estudantes de Economia, salvo os do 1.º ano, pois para estes ainda nada está estabelecido.

As aulas não o são no sentido clássico do termo pois se tratam de cursos intensivos.

culdade de Economia ter entrado em funcionamento.

Não se realizou qualquer acto inaugural. Efectivamente, o caso não é do comum porque se viveu, nem ainda 25 de Abril e teríamos figurado novo. Estivémosse antes de ter, através de discursos apologeticos figuras grandes, grandes contradicções e (como era de praxe) um lance banquete onde nada faltaria. Seria um dia de «festa» e a todos os ventos se clamaria pela grandiosidade do empreendimento, pela maneira como se teria a «edificação» neoclassica. Acrescentemos que se gera muito mal porque os cursos estão a ser revistos e está a proceder-se à «lavagem do unto» faculdade.

O que leva tempo e boarvontade.

Farmácia significava confusão.

Os trabalhos têm a participação de docentes e de discentes — salvo os do primeiro ano — estabelecendo-se o que interessa ou não estudar e que matérias leccionar para não ocorrer o que sucedia até a este ano lectivo: duplicação de matérias e ausência de outras.

É resolvel a participação de estudantes. O que se acordar nestas reuniões será o Programa de 74/75 e será submetido ao Ministério da Educação e Cultura para se articular com os programas das outras duas faculdades do pólo. Tratase portanto, de uma articulação transitória.

**Algumas palavras na abertura**

Não, não houve discursos no primeiro dia de funcionamento da Faculdade. Mas ouviram-se algumas palavras da boca de alunos — que, essas sim foram algumas, colhidas ao acaso:

« Não vivemos de paredes bonitas. Esta escola foi concebida para uma capacidade de 2500 alunos e, no ano lectivo em que se inaugura, já estão inscritos 3400! »

« Nesta altura em que está a ser revisto, não se sabe o que se vai fazer e a parte de convívio foi perfeitamente descurada. Há uma cantina, que ninguém sabe quando começará a funcionar, e que está prevista para fornecer 100 refeições diárias. Mas chega nem para as encomendas. »

« Há muitas matérias diversas (novas na Faculdade) que não vão ser incluídas no programa. A participação dos estudantes é grande. De concreto, a novidade do «novo» FEP

**Início de actividades na Faculdade de Farmácia**

Ontem às 9 horas, na Faculdade de Farmácia, iniciaram-se os trabalhos relativos ao ano lectivo 74/75. Não foi com o propósito de aulas pois os cursos estão a ser revistos e adaptados tendo em conta a reforma «Viva Simão» indicada para a(s) faculdade(s) de

**Candidatos aos exames «ad hoc» contra exame de aplicação**

Não comunicamos divulgados por uma «Comissão de alunos» candidatos aos exames de aplicação «ad hoc» da Faculdade de Economia, os estudantes protestaram contra as medidas tomadas quanto a admissão à Universidade.

Situam os alunos a solução no conjunto de medidas com que se pretende resolver os problemas do ensino superior, particularmente os do ensino da população escolar, respondendo tal tipo de solução e exigindo o ingresso imediato na Universidade.

<b>74.</b>	<i>assunto</i> Recorte de imprensa / Jornal de Notícias / Entrevista ao Arquitecto <b>LUÍS CUNHA</b> sobre o <b>PLANO ESTRUTURA</b> do Pólo 2 da Universidade do Porto, com a apresentação do esquema das construções escolares e da rede viária na Asprela, confirmando-se a construção prioritária dos edifícios para a Faculdade de Engenharia e para a de Farmácia.		
<i>data(s)</i>	<b>1974-11-30</b>		
<i>processo(s)</i>	-		
<i>tema(s)</i>	Asprela – CUP – LUIZ CUNHA – plano-estrutura		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	ADUP REIT - Recortes de imprensa [1919-1987] – Jornal de Notícias / série 472 – Arquivo Noticioso		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>			

[AN4-N478-P177.png] A Universidade no «PORTO 2000» FARMÁCIA E ENGENHARIA – Prioridade para Construção.

Em considerações prévias ao seu “plano-estrutura” 1973] (...) Luís Cunha reconhece (...) que a construção de um núcleo desse carácter envolve dificuldades que não podem ser ignoradas, “particularmente no momento actual, em que muitos dos seus aspectos tradicionais têm sido postos em causa e se procede a experiências no sentido de encontrar novos termos de equilíbrio”.

Dificuldades agravadas, no caso presente, por ausência de um programa de aspirações no domínio didáctico ou social. Incluindo a definição de cursos a instalar, previsões da frequência escolar, etc.; e ainda pelo desconhecimento das disponibilidades financeiras possíveis, a curto e médio prazo, com vista aos respectivos empreendimentos. E, a propósito, revela, então, que analisou alguns exemplos de Universidades [antigas e recentes], a fim de determinar o tipo ou tipos de organização, em seu entender, mais adequados à situação portuguesa, nomeadamente a que se apresenta na cidade do Porto. (...) Assim, o arq.º Luís Cunha entende que o seu “plano-estrutura”, para já terá a vantagem de dar origem a uma tomada de posição por parte das autoridades competentes sobre os aspectos fundamentais do problema em causa [definição e dimensionamento do programa urbanístico], pelo que conclui:

“Seria pois do maior interesse, numa segunda fase deste estudo – a qual se nos afigura imprescindível – a realização de reuniões das diversas entidades interessadas, de modo a definir-se um programa, que, uma vez detalhado, serviria de base aos estudos de pormenor. O que não impedirá – uma vez aceite algumas linhas mestras do nosso trabalho – que se possa dar início ao programa arquitectónico das Faculdades, cuja necessidade urgente é conhecida e incontroversa”.

O autor do trabalho advoga soluções de continuidade entre os edifícios propriamente universitários e os residenciais ou socioculturais, num sistema que se aproxima da malha urbana tradicional; e a criação, já no plano especificamente didáctico, de uma malha de edifícios onde a individualização das faculdades se torne em grande parte diluída, o que “permitirá contactos entre os alunos das diferentes faculdades – e daí um enriquecimento da sua formação e cultura – e dará a possibilidade de estruturar cursos que abranjam zonas de ensino comuns àqueles”.

Voltando aos pormenores mais salientes (...) do «plano-estrutura» (...):

**Análise dos condicionamentos:**

- Existem umas pequenas construções bastante antigas, na sua maioria mal conservadas, ligadas sobretudo à exploração agrícola do solo e espacialmente concentradas na confluência das ruas do Dr. Manuel Pereira da Silva e do Dr. Júlio de Matos. O plano prevê a demolição de todos estes pequenos edifícios, conservando-se apenas uma residência dos fins do séc. XVIII ou XIX, que, apesar do abandono em que se encontra, ainda revela uma certa grandeza senhorial realçada por algumas cantarias lavradas e por um monumental portão de entrada no terreiro que lhe dá acesso. Assim, esta moradia será conservada – bem como todo o jardim que a circunda (...) – e aproveitada para a instalação de um centro de Convívio Juvenil, ficando integrada no novo conjunto de edifícios como testemunho vivo do passado daquela zona.

- A Direcção das Instalações Universitárias – DIU – deu-nos a conhecer (...) o desejo de dar início, o mais brevemente possível, à construção das novas faculdades de Farmácia e de Engenharia. (...). Luís Cunha (...) afirma que a impossibilidade presente de uma avaliação exacta das necessidades e simultaneamente as incertezas sobre as instalações a implementar na zona “para além das duas faculdades (Farmácia e Engenharia) cuja construção se encontra decidida, leva, como é óbvio, à imposição de um plano flexível e adaptável aos programas que vierem a ser elaborados”. Por outro lado, acrescenta, “os vultosos investimentos envolvidos no empreendimento global obrigam igualmente a considerar uma construção por fases, pelo que essa possibilidade tem que ser assegurada através de um parcelamento do conjunto, de modo a que cada parcela contenha os elementos indispensáveis a um funcionamento equilibrado dos diversos serviços (...)”. [planos pretendidos como flexíveis, mas desenhados com uma imagem rígida, com linguagem arquitectónica definida, na correspondência a um programa arquitectónico inexistente].

**Memória descritiva e justificativa do plano-estrutura:**

- (...) desafecção de uma parcela no limite sul dos terrenos da zona universitária, e que se lhe dê um destino de interesse público, “que poderia ser – conforme proposta da Câmara Municipal do Porto – para a construção da Escola do Magistério Primário”.

- Relativamente aos sistemas de circulação e hierarquia das artérias – e partindo do reconhecimento da importância que os contactos pessoais e o convívio comunitário apresentam no estabelecimento de um ‘clima’ propício à troca de conhecimentos e à formação cultural dos alunos -, o autor do projecto situa a composição volumétrica do ‘pólo universitário’ sobre uma rede contínua de percursos pedestres [à maneira das Unidades de Vizinhança dos planos funcionalistas precedentes], a qual constituirá uma verdadeira ‘espinha’ central na estruturação das relações entre os diversos edifícios. “Estes percursos de perfil transversal variável, intermitentemente arborizados e mobilados com bancos, fontes, etc., pavimentados em calçada ou outro tipo de piso que revele expressivamente o tipo de trânsito a que se destinam, têm um traçado em que se inscrevem várias inflexões, de modo a variar as perspectivas e assim contrariar

o desagradável efeito dos percursos que se têm que fazer a pé e se abrangem de um só golpe de vista”. E, a propósito, recomenda: “Embora a maioria das instalações que geram entre si transito pedestre não fiquem afastadas umas das outras mais de 8 a 10 minutos (quando percorridos a pé), admitimos a conveniência de existir um serviço de transporte do tipo frequentemente empregado para transporte de visitantes em parques, recintos de exposições ou feiras comerciais”.

- Quanto (...) ao sistema viário será, na sua maior parte, o existente ou projectado pela Câmara Municipal do Porto. Deste sistema (...) uma avenida de dupla faixa que, traçada no prolongamento da actual rua de Faria Guimarães, ligará o centro cívico tradicional da cidade com o centro do conjunto universitário e dará acesso ao grande parque de estacionamento semicoberto, complementar das instalações socioculturais (...). (...) O estacionamento subdividido em parques cuja capacidade se situa numa média de 150 carros, terá uma capacidade global da ordem dos 4 mil carros, dos quais, aproximadamente mil correspondem ao parque central a sul do Hospital Escolar de S. João.

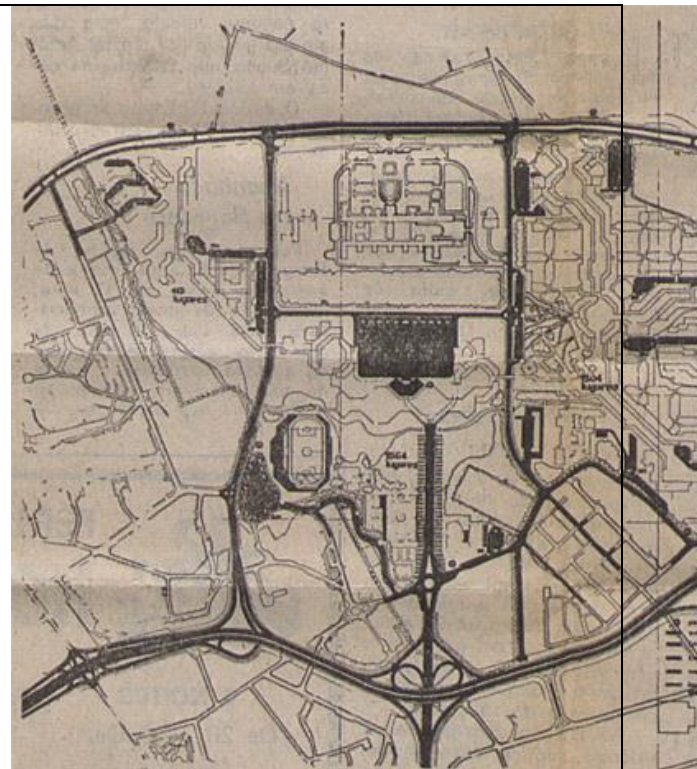
Na zona onde se concentrará a maior parte das faculdades (Farmácia, Ciências, Economia, Engenharia, etc.) terá lugares para 1500 carros, o que equivale à proporção de um lugar por cada 10 alunos, indicada para a Grã-Bretanha nas **‘normas’ do University Grants Committee.**

fac-símile(s)

Jornal de Notícias, Porto, 30/11/1974  
A UNIVERSIDADE NO «PORTO – ANO 2000»  
Por Eduardo Soares

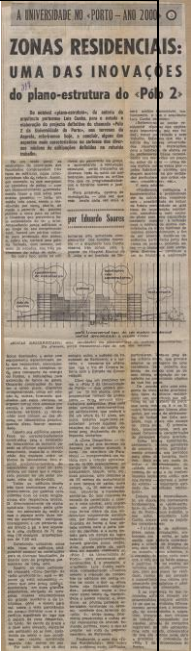


*ESQUEMA DA REDE VIÁRIA DO TRÂNSITO MECÂNICO*  
*Pólo 2 da Universidade do Porto, no qual se acham localizados*  
*os quatro principais parques de estacionamento*  
*com a capacidade global de 4 mil carros*  
*Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, Luiz Cunha,*  
*1973*

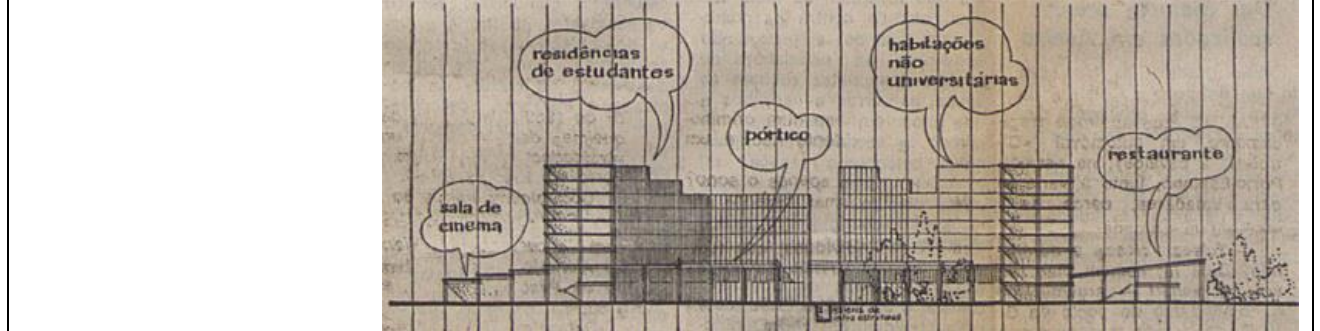




<b>75.</b>	<i>assunto</i> Recorte de imprensa / Jornal de Notícias / Continuação da entrevista ao arquitecto LUÍS CUNHA sobre os projectos arquitectónicos para o pólo universitário da Asprela, referindo construções de apoio à vida circum-escolar ilustrada com o esquema para as zonas residenciais.
<i>data(s)</i>	<b>1974-12-02</b>
<i>processo(s)</i>	-
<i>tema(s)</i>	Asprela – CUP – LUIZ CUNHA – plano-estrutura
<i>título(s)</i>	-
<i>fonte(s)</i>	<a href="#">ADUP REIT - Recortes de imprensa [1919-1987]</a> – Jornal de Notícias / série 472 – Arquivo Noticioso
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>   <i>coleções</i>   ADUP REIT - Processos de correspondência
<i>transcrições - [comentários]</i>	
[AN4-N479-P177.png] ZONAS RESIDENCIAIS: UMA DAS INOVAÇÕES do plano-estrutura do Pólo 2 De um modo geral, as ‘manchas’ de construção das faculdades	

<i>fac-símile(s)</i>	<p>Jornal de Notícias, Porto, 2/12/1974                  A UNIVERSIDADE NO «PORTO – ANO 2000»                  Por Eduardo Soares</p> 
----------------------	--

**ZONAS RESIDENCIAIS**  
 Perfil transversal-tipo de um núcleo residencial (escala original de 1:500)  
 Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, Luiz Cunha, 1973



<b>76.</b>	<i>assunto</i> Informação do GEP (Gabinete de Estudos e Planeamento da DGCE / MOP acerca do Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto. Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto. Antecedentes. Situação actual do processo e proposta de actuação.		
<i>data(s)</i>	<b>1975-07-17/25</b>		
<i>processo(s)</i>	po-583 : 0023 – 0024 - 0031		
<i>tema(s)</i>	Asprela – CUP – LUIZ CUNHA – plano-estrutura		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	-		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	colecções	ADUP REIT
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>MOP                  DGCE // GEP                  Considerando o Encontro do Porto de Novembro de 1974 que, com a participação das diferentes Entidades ligadas ao assunto em causa, aprovou na generalidade o PLANO-ESTRUTURA elaborado pela DGCE.                  Considerando a urgência, expressa nas conclusões do referido 'Encontro', da imediata aquisição dos terrenos já cativos e, a fim de ser obtida declaração de utilidade pública urgente, para o perímetro afecto à Cidade Universitária, Pólo 2;                  Propõe-se que o 'Plano-Estrutura', em anexo, seja aprovado como documento base, definidor das linhas genéricas de ocupação do solo.                  "Planos de Cobertura Escolar" a) António Ramos; "Planeamento Físico" a) João Reis Machado                  ANEXO: Plano Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto //                  Antecedentes                  A zona de protecção do HEP foi demarcada e ganhou forma jurídica pela publicação em Diário do Governo, série II, n.º 182, de 4-6-1954.                  A área necessária para a CUP ficou delimitada no Plano Director da Cidade do Porto, com parecer n.º 3.337 emitido pelo Conselho Superior de Obras Públicas, homologado pelo Ministro das Obras Públicas em Agosto de 1964.                  O Arquitecto Luiz Cunha, contratado pela DGCE, entrega em Abril de 1973 o "Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto".                  Em Dezembro de 1973, o Sector de Planeamento Físico do GEP da DGCE, chamado a pronunciar-se, procedeu à análise do estudo realizado, tendo prestado um parecer que, em resumo, "lamentava por um lado a carência de bases programáticas, (que não foram fornecidas pelo MEN) e, por outro lado salientava o elevado nível técnico da proposta apresentada. Este parecer (Inf. GEP n.º 123/73) considerava insustentável continuar a manter (...) actuações independentes do MOP e do MEN, propondo um trabalho conjunto (...) e opinando que um tal trabalho teria de ser conduzido por uma estrutura orgânica específica (...).                  Descrição sumária do 'Encontro do Porto', de discussão das acções a empreender para progresso dos trabalhos.                  Situação Actual                  Descrição do Plano das unidades funcionais a localizar, levantamento cadastral efectuado pela DGCE-N,                  Estimativa orçamental das aquisições das parcelas e estratégia de faseamento das dotações orçamentais e condições de expropriação (aprovação do Plano e disponibilização de verbas) por parte do Sector de Aquisições inserido no 'Planeamento Físico' da DGCE.                  Apresentação de indecisões na delimitação da área do Plano – recinto do IPO, parte a desafectar por motivos financeiros (necessidade em concluir as obras em curso no IPO), e terrenos adjacentes ao Grupo de Casas Económicas de Paranhos, por solicitação da CMP.                  Proposta de Actuação                  Definição pelo Gabinete de Estudos de Planeamento (GEP) da DGCE, das principais medidas para cumprimento das recomendações do 'Encontro do Porto', como a necessária aprovação do Plano, enquanto documento base definidor das linhas genéricas de ocupação do solo, com vista à obtenção urgente da declaração de utilidade pública, e a constituição do 'Gabinete Técnico' integrado na orgânica da DGCE e por ela financiado, para desenvolvimento do projecto, em colaboração com o Gabinete de Planeamento da Reitoria da Universidade do Porto, tendo ainda como incumbência o estudo do dimensionamento e localização do Pólo 3 da Universidade do Porto.                  Sectos de Planos de Cobertura Escolar a) Eng.º António Ramos                  Anexo: Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto.</p>			



<b>77.</b>	<i>assunto</i> <b>R.U.M. – CANTINA E RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA MASCULINA DO PORTO – PROGRAMA BASE – <u>ARQUITECTO JOÃO ATHAYDE E MELO</u> – PEÇAS ESCRITAS E DESENHADAS - 1977</b> Localizada no terreno a sul da rua DR. Manuel Pereira da Silva, incluindo CANTINA para 500 lugares x 4 turnos, e 4000 refeições/dia, Sala de Convívio, Bar e BIBLIOTECA- Sala de Estudo) <b>APARENTEMENTE CONSISTE NO MESMO PROJECTO PARA O BECO DO PAÇO</b>		
<i>data(s)</i>	<b>1976 e 1977</b>		
<i>processo(s)</i>	PO-560; po-561		
<i>tema(s)</i>	"R.U.M." – Residência Universitária Masculina		
<i>título(s)</i>			
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP Po-560_Ac_Rscup_01_P		
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	ADUP REIT - Processos de correspondência

*transcrições - [comentários]*

MOP; DGCE; DCEN (Ministério das Obras Públicas; Direcção-Geral das Construções Escolares; Direcção das Construções Escolares do Norte). **CANTINA E RUM do Porto – PROGRAMA BASE –Memória Descritiva e Justificativa, de 18 de Agosto de 1977 (ass. João de Athayde e Melo).**

"2. ANTECEDENTES – Da consulta dos elementos do processo permitimo-nos recolher e salientar como antecedentes da RUM: 2.1. O Plano Intercalar de Fomento em que se previu uma verba para residências de estudantes; 2.2. **O III Plano de Fomento em que se previu a construção de dois colégios universitários no Porto** e dentro de cuja orientação e concretização se construiu a RUF e se adquiriu parte do terreno no qual se pretendia implantar a RUM; 2.3. Um estudo prévio elaborado por uma equipa técnica, em actividade privada, contratada para o efeito, mas que não teve seguimento devido ao parecer desfavorável do Conselho Superior de Obras Públicas, relativamente ao programa que fora fornecido ao autor; 2.4. Retomado o problema pela DGCE, a Comissão Directiva do Centro Universitário do Porto manifestou (em 8.8.74) preferência para que no Beco do Paço se construísse uma cantina em vez da residência projectada. Como tal a DGCE, através DIU, solicitou à Direcção Geral do Ensino Superior directrizes sobre o assunto, incluindo o programa da cantina; 2.5. Este empreendimento está considerado pela DGES como de 1.ª prioridade e está incluído no plano de obras da DGCE, tendo a sua execução sido cometida à DCEN; 3. PROGRAMA – **Da resposta da DGES à solicitação referida em 2.4 e dos posteriores contactos com a Assessoria de Planeamento da U.P.** – a sua qualidade de coordenador do programa designado pela DGES – e com a C D. do Centro Universitário do Porto resultou o programa preliminar que se junta a título informativo (anexo I).

Este programa preliminar foi objecto de uma análise e contraproposta prévia da CEN que mereceu judiciosos comentários do Exm<sup>o</sup>. Director da DIU; posteriormente redigiu-se uma edição preliminar do programa-base, o qual, depois de apreciado pela Assessoria de Planeamento da U. P. e pelos serviços sociais da U. P., e tidos na devida conta os comentários escritos daquela e orais deste, julgados pertinentes, se reduz à presente forma; 3.1. O complexo a edificar (cave, r/c + 9 pisos) compreenderá dois serviços distintos e tanto quanto possível independentes que são uma cantina e uma residência universitária; em officio recente a direcção dos Serviços Sociais da U. P. solicitou a construção de mais um andar; 3.2. A parcela de terreno, sita no Beco do Paço, adquirida oportunamente pelo Estado, onde se tencionava implantar o edificio mostrou-se insuficiente para a dimensão e funcionalidade que se lhe pretende conferir e como tal optou-se por uma nova localização na zona do pólo 2, em terrenos cuja aquisição está a decorrer simultaneamente com a de outros, todos dentro dos limites definidos para a zona da Cidade Universitária, conforme planta topográfica anexa; 3.3. Os aspectos funcionais que se traduziram nas peças desenhadas do 'Estudo para programa base' revelam intencionalmente uma diferenciação física nítida entre as instalações (...) indicando-se entre parêntesis a classificação UPEC atribuída a cada local (...). [po-560 : 0003 a 0013][po-561].

ANEXO I – Programa preliminar – documento da ASSESSORIA DE PLANEAMENTO acerca do estrangulamento das instalações localizadas do Beco do Paço, / terrenos e acessos. [po-560 : 0023 a 0024].

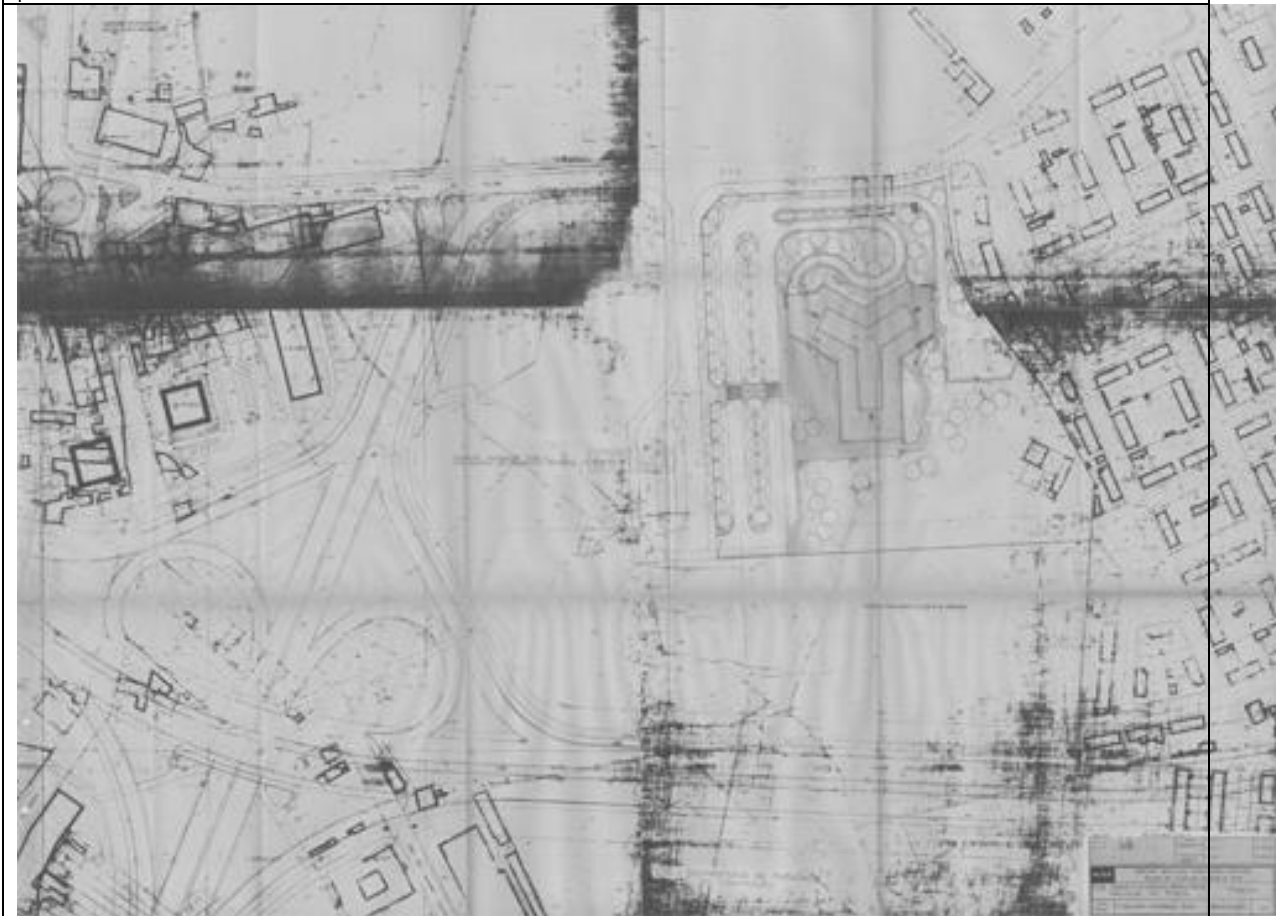
ANEXO II – Of.º do Director dos Serviços Sociais da U.P (Dr. Luís Gonzaga Ribeiro de Campos), de 9/6/1976, dirigido ao Eng.º-Director Rogério Leão de Almeida, da Direcção das Instalações Escolares (Lisboa), esclarecendo algumas dúvidas na interpretação da memória descritiva enviada pela Assessoria de Planeamento em 22/4/1976 relativa ao Programa-Preliminar da RUM. (conforme assunto). [po-560 : 0025 a 0027].

ANEXO III – Of.º do Centro Universitário do Porto (ass. Director dos Serviços Sociais da UP – Dr. Luís Gonzaga Ribeiro de Campos), de 6/7/1977, dirigido à Direcção das Construções Escolares do Norte , comunicando que **“Após a apreciação feita à sugestão proposta e referida à mudança de local da instalação da R.U.M. reafirmamos a posição já assumida pelo inteiro acordo. Aproveitamos a oportunidade para pedir a introdução de mais um andar, pois traduzir-se-ia num bom benefício no que respeita à capacidade de alojamento (...)”**. [po-560 : 0028].

ANEXO IV - Of.º da Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras da CMP-1363/77/RU, de 7/7/1977 dirigido à Comissão Directiva da Direcção das Construções Escolares do Norte, informando que **“considera correcta a localização proposta para estas instalações, porquanto se implantam dentro dos limites da ‘Zona Universitária’ não se vendo inconveniente na alteração proposta quanto à bolsa de acesso destinada a servir os vários edifícios públicos. Nestas condições nada há a objectar do ponto de vista urbanístico, uma vez que a proposta se enquadra perfeitamente no planeamento geral da cidade(...)”**. (ass. Pel’O Director dos Serviços – Luís de Almeida D’Eça)[po-560 : 0029].

*fac-símile(s)*

RUM: Cantina e Residência Universitária Masculina do Porto: Porto : Estudo para Programa Base: Implantação: 01 / M.O.P., Direcção Geral das Construções Escolares, Direcção das Construções Escolares do Norte; Desenhou [*illegível*-F. Mello], 1:100 -1977-08-30 – 1 planta em 1 folha.



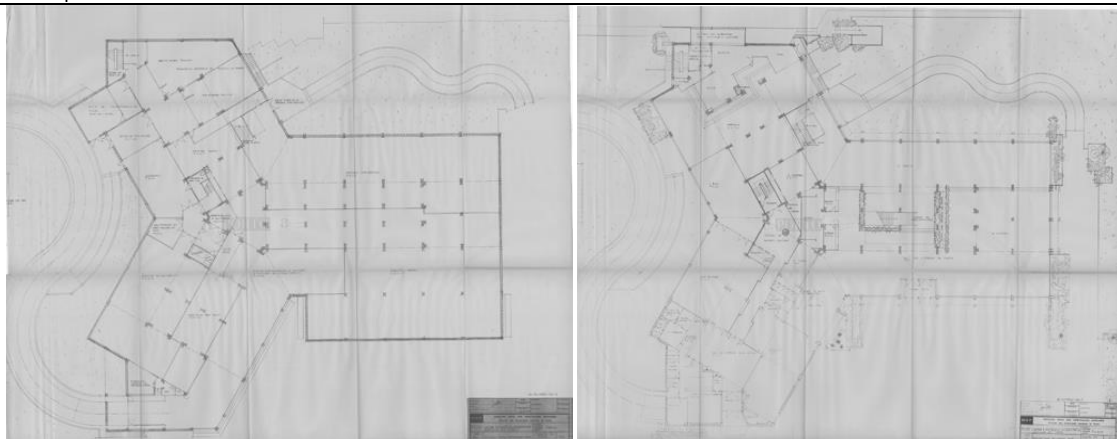
**RUM. Cantina e Residência Universitária do Beco do Paço, Porto: implantação / MOP, DGCE; DCEN; 12.NOV. 1976; escala 1:500; Desenho n.º 1154-11, in: FERNANDES, M. E. Matos, p. 245.**

RUM:



RUM: Cantina e Residência Universitária Masculina do Porto: Porto : Estudo para Programa Base: Planta do 1.º Piso: 02 / M.O.P., Direcção Geral das Construções Escolares, Direcção das Construções Escolares do Norte; Desenhou [ilegível-F. Mello], 1:100 -1977-08-30 – 1 planta em 1 folha.

RUM: Cantina e Residência Universitária Masculina do Porto: Porto : Estudo para Programa Base: Planta do Piso 2 : 03 / M.O.P., Direcção Geral das Construções Escolares, Direcção das Construções Escolares do Norte; Desenhou [ilegível-F. Mello], 1:100 -1977-08-30 – 1 planta em 1 folha.

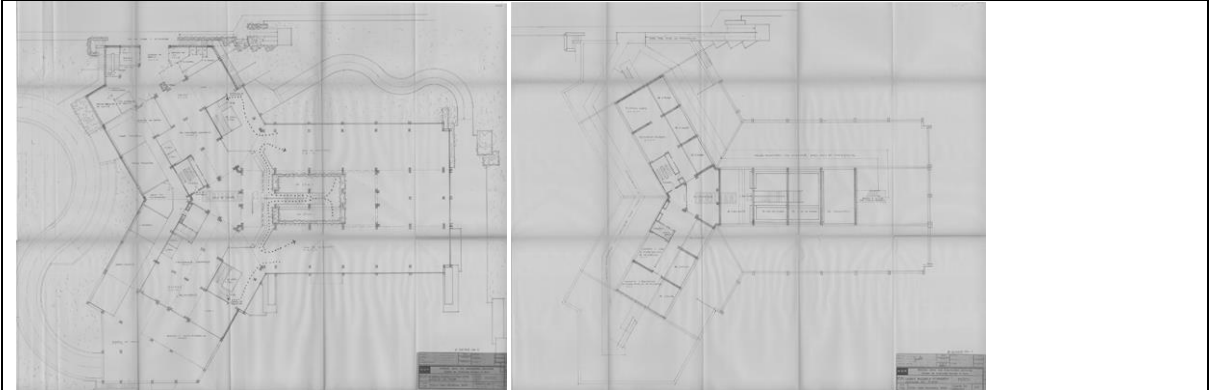


RUM: Cantina e Residência Universitária Masculina do Porto: Porto : Estudo para Programa Base: Planta do Piso 2 : 03 / M.O.P., Direcção Geral das Construções Escolares, Direcção das Construções Escolares do Norte; Desenhou [ilegível-F. Mello], 1:100 -1977-08-30 – 1 planta em 1 folha.

RUM: Cantina e Residência Universitária Masculina do Porto: Porto : Estudo para Programa Base: Planta do Piso 3 : 04 / M.O.P., Direcção Geral das Construções Escolares, Direcção das Construções Escolares do Norte; Desenhou [ilegível-F. Mello], 1:100 -1977-08-30 – 1 planta em 1 folha.

RUM: Cantina e Residência Universitária Masculina do Porto: Porto : Estudo para Programa Base: Planta do Piso 3 : 04 / M.O.P., Direcção Geral das Construções Escolares, Direcção das Construções Escolares do Norte; Desenhou [ilegível-F. Mello], 1:100 -1977-08-30 – 1 planta em 1 folha.

RUM: Cantina e Residência Universitária Masculina do Porto: Porto : Estudo para Programa Base: Planta do Entrepiso : 05 / M.O.P., Direcção Geral das Construções Escolares, Direcção das Construções Escolares do Norte; Desenhou [ilegível-F. Mello], 1:100 -1977-08-30 – 1 planta em 1 folha.

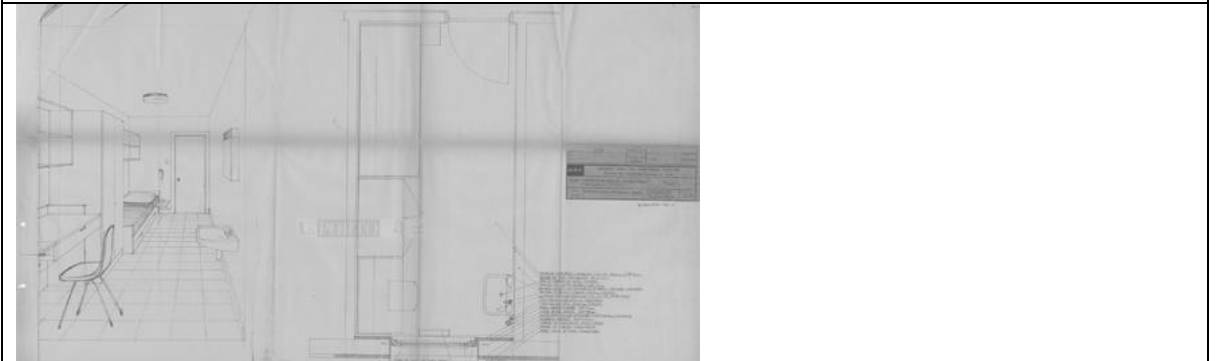


RUM: Cantina e Residência Universitária Masculina do Porto: Porto : Estudo para Programa Base: Planta dos pisos 4 a 10: 06 / M.O.P., Direcção Geral das Construções Escolares, Direcção das Construções Escolares do Norte; Desenhou [ilegível-F. Mello], 1:100 -1977-08-30 – 1 planta em 1 folha.

RUM: Cantina e Residência Universitária Masculina do Porto: Porto : Estudo para Programa Base: Planta do piso 11: 07 / M.O.P., Direcção Geral das Construções Escolares, Direcção das Construções Escolares do Norte; Desenhou [ilegível-F. Mello], 1:100 -1977-08-30 – 1 planta em 1 folha.



RUM: Cantina e Residência Universitária Masculina do Porto: Porto : Estudo para Programa Base: Quarto Individual: 08 / M.O.P., Direcção Geral das Construções Escolares, Direcção das Construções Escolares do Norte; Desenhou [ilegível-F. Mello], 1:10 -1977-08-30 – 1 planta em 1 folha, 1 perspectiva.



<b>78.</b>	<i>assunto</i> Ofício do FFH – DHN, dirigida à DCEN, acerca do CONJUNTO HABITACIONAL DE PARANHOS e PLANO-ESTRUTURA do P2 da UP		
<i>data(s)</i>	<b>1978-07-21</b> [despacho super remissivo para análise técnica]		
<i>processo(s)</i>	po-583 : 0022		
<i>tema(s)</i>	DHN-FFH – DCE – DCEN – P2 – Pólo 2 – CUL - Reforma		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>			
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	SIPA
<i>transcrições - [comentários]</i>			
<p>FFH                  DHN                  Para o DCEN (Direcção das Construções Escolares do Norte)                  Defende o conjunto habitacional pretendido, estando já em fase de construção os blocos adjacentes, para aproveitamento máximo da disponibilidade em terrenos do património da CMP, garantindo o necessário orçamento.                  O Engenheiro Chefe a) António Pereira</p>			
<i>fac-símile(s)</i>			

<b>79.</b>	<i>assunto</i> Informação da DGCE (Direcção-Geral Das Construções Escolares) dirigida à DIU (Direcção das Instalações Universitárias) acerca do CONJUNTO HABITACIONAL DE PARANHOS e PLANO-ESTRUTURA do P2 da UP		
<i>data(s)</i>	<b>1978-08-28</b> [despacho super diversos]		
<i>processo(s)</i>	po-583 : 0012 – 0014; 0015; 0016		
<i>tema(s)</i>	DHN-FFH – DCE – DCEN – P2 – Pólo 2 – CUL - Reforma		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>			
<i>conteúdo(s)</i>	<i>arquivo</i>	<i>coleções</i>	SIPA
<i>transcrições - [comentários]</i>			
DGCE / DGCEN À DIU [Comentando o ofício da DHN, do FFH] Como se trata de uma obra de alcance social, que vai completar um conjunto de vulto, já em curso de construção, a DGCE considera que, embora a CMP pretende a sua implantação dentro dos limites da área do Pólo 2 da UP, é de autorizar tal implantação. A parcela desejada pela CMP não foi adquirida até então pelos serviços da DGCEN, que apenas terá adquirido a área lapisada.			
<i>fac-símile(s)</i>			

<b>80.</b>	<i>assunto</i> Informação da DIU- DEP acerca do CONJUNTO HABITACIONAL DE PARANHOS e PLANO-ESTRUTURA da UP		
<i>data(s)</i>	<b>1978-12-29</b> [despacho super de 16/1/79]		
<i>processo(s)</i>	po-583 : 0005 – 0011; 0017 - 0018; po-583 : 0012 – 0014; 0015; 0016; po 583 : 0032 -0033		
<i>tema(s)</i>	DHN-FFH – DCE – DCEN – P2 – Pólo 2 – CUL - Reforma		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>			
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	colecções	SIPA

*transcrições - [comentários]*

MESA // DGCE // DIU

Despachos exarados *super:para conhecimento da DIU (...)*.

Informação da DIU acerca do CONJUNTO HABITACIONAL DE PARANHOS e PLANO-ESTRUTURA da UP

1 – A direcção da Habitação do Norte, do Fundo de Fomento da Habitação solicitou à Direcção das Construções Escolares do Norte (...) que lhe fosse permitida a ocupação de um terreno, para construção de um bloco habitacional de 48 fogos, situado no limite do Pólo 2 da UP. Prestaram estes serviços a informação (...) de que não devia ser autorizada a construção de bloco habitacional no local proposto por não ser de transigir com a afectação a fins que não sejam especificamente escolares dos terrenos situados dentro da área que no Plano Director da Cidade do Porto foi limitada e afectada [ao P2], área coincidente com a considerada no Plano-Estrutura [do P2] aprovado por despacho ministerial de 28/7/75, como documento definidor das linhas genéricas de ocupação do solo, com vista à expropriação de terrenos.

A este parecer foi prestado o despacho ministerial de “Concordo”, exarado em 4/9/78, do qual se deu conhecimento à DCEN que, por sua vez, o transmitiu à DHN.

2 – Em 2/11/78 (...) a DHN solicita ao Senhor Secretário de Estado da Habitação as suas diligências para a revogação do despacho acima referido (...), repetindo a sua opinião de que essa desafectação não traria qualquer inconveniente, e citando o Arquitecto Luiz Cunha, autor do projecto do Plano-Estrutura do Pólo 2, como tendo ‘afirmado a vantagem que adviria da construção em causa, uma vez que o pretendido é a completa inserção da zona escolar na zona envolvente habitacional’.

Junto a este ofício vem uma planta à escala 1:500 do Conjunto Habitacional de Paranhos (...) com a indicação do terreno pretendido (...).

3 – (...) estes Serviços podem informar (...) não transigir [com outros usos, que não os previstos (...)]. Têm estes Serviços a experiência adquirida com a CUL, de que nunca são demais os terrenos delimitados, pois as necessidades das instalações escolares são sempre maiores do que as inicialmente previstas (...). E que sabemos nós das necessidades de instalações que possam derivar de reformas do ensino universitário (...)? [a implantação dos blocos toca nas bancadas do estádio, ainda sem projecto de execução com os acessos e arranjos exteriores].

De resto, a planta à escala 1/500 do Conjunto Habitacional de Paranhos ignora o arruamento que serve o conjunto desportivo do Pólo 2, bordejando-o desde a Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva até ao vasto parque de estacionamento junto ao estádio (...), e não apresenta solução alternativa.

4 – Em face do que se informa, julga-se ser de indeferir a pretensão da Direcção da Habitação do Norte não revogando o despacho ministerial de 4/9/78 exarado na informação da DIU (...) de 28/8/78.

O engenheiro Civil a) Leonel Santos Pereira

po-583 : 0012 – 0014; 0015; 0016

MOP // DGCE // DIU

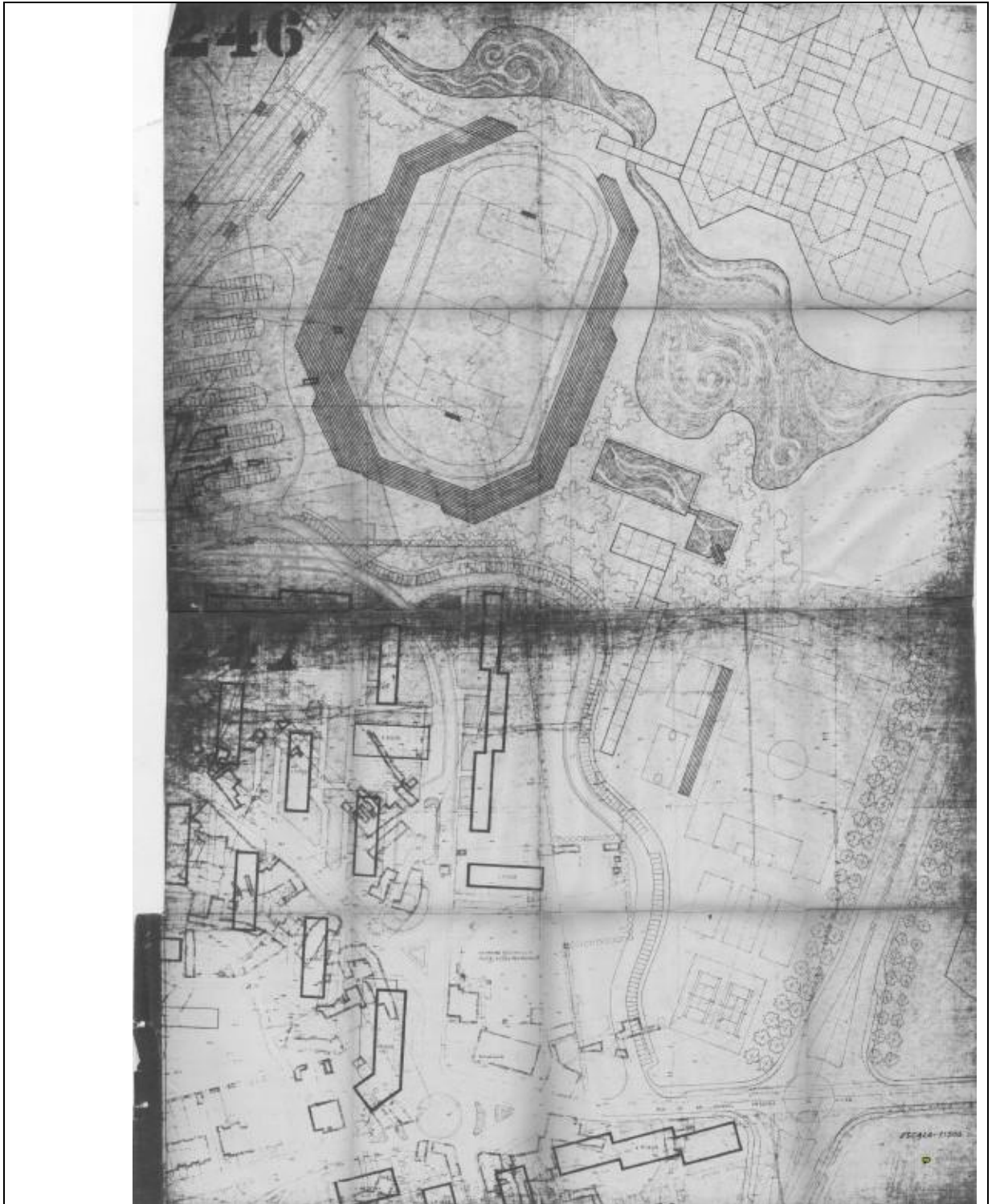
Antecedentes – documentos anexos

[Informação da DGCE, indeferindo a localização dos blocos pretendidos no interior da área do P2 da UP].

E oficia ainda a CEN, para obter informações de quais razões do desvio do arruamento referido em relação à posição do Plano-Estrutura, de Luiz Cunha, aprovado por despacho de 28/7/1975.

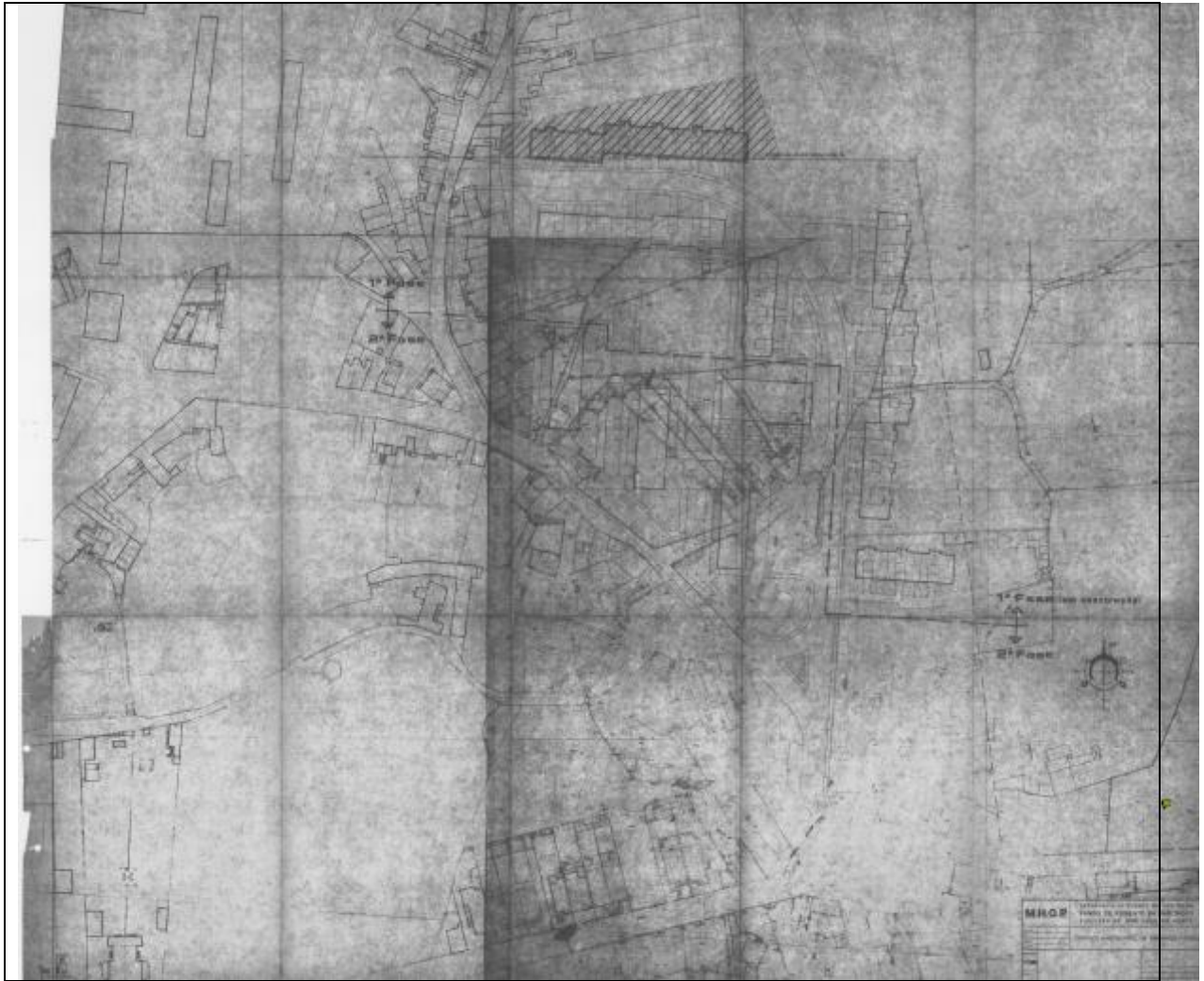
O Director dos Serviços. a) António Teixeira de Sampayo

*fac-símile(s)*

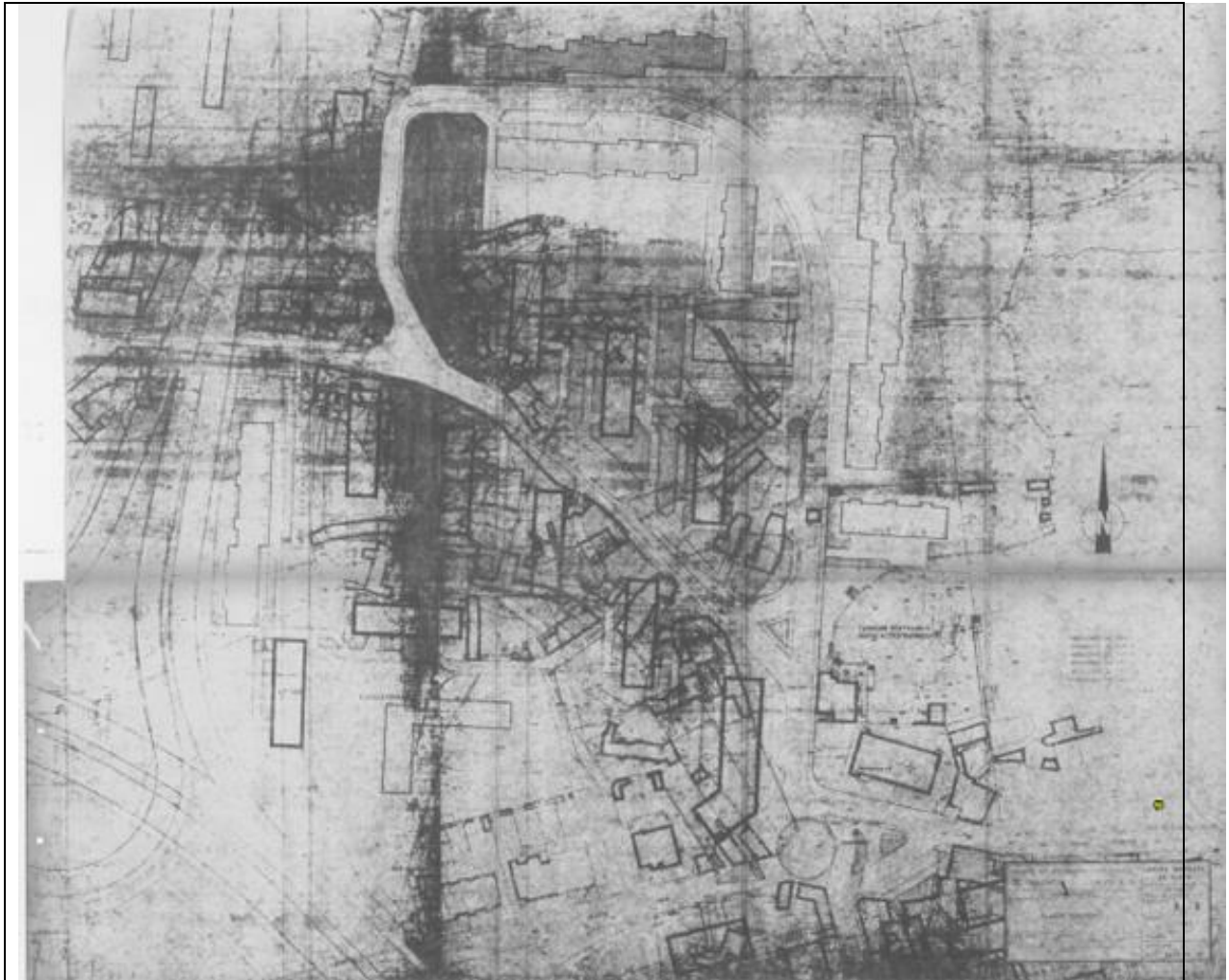


Conjunto Habitacional de Paranhos. Planta Topográfica (1:500). Plano-Estrutura do P2 da UP, po-583 : 0015  
[Universidade do Porto : Planta Topográfica] : 246 – 1:500

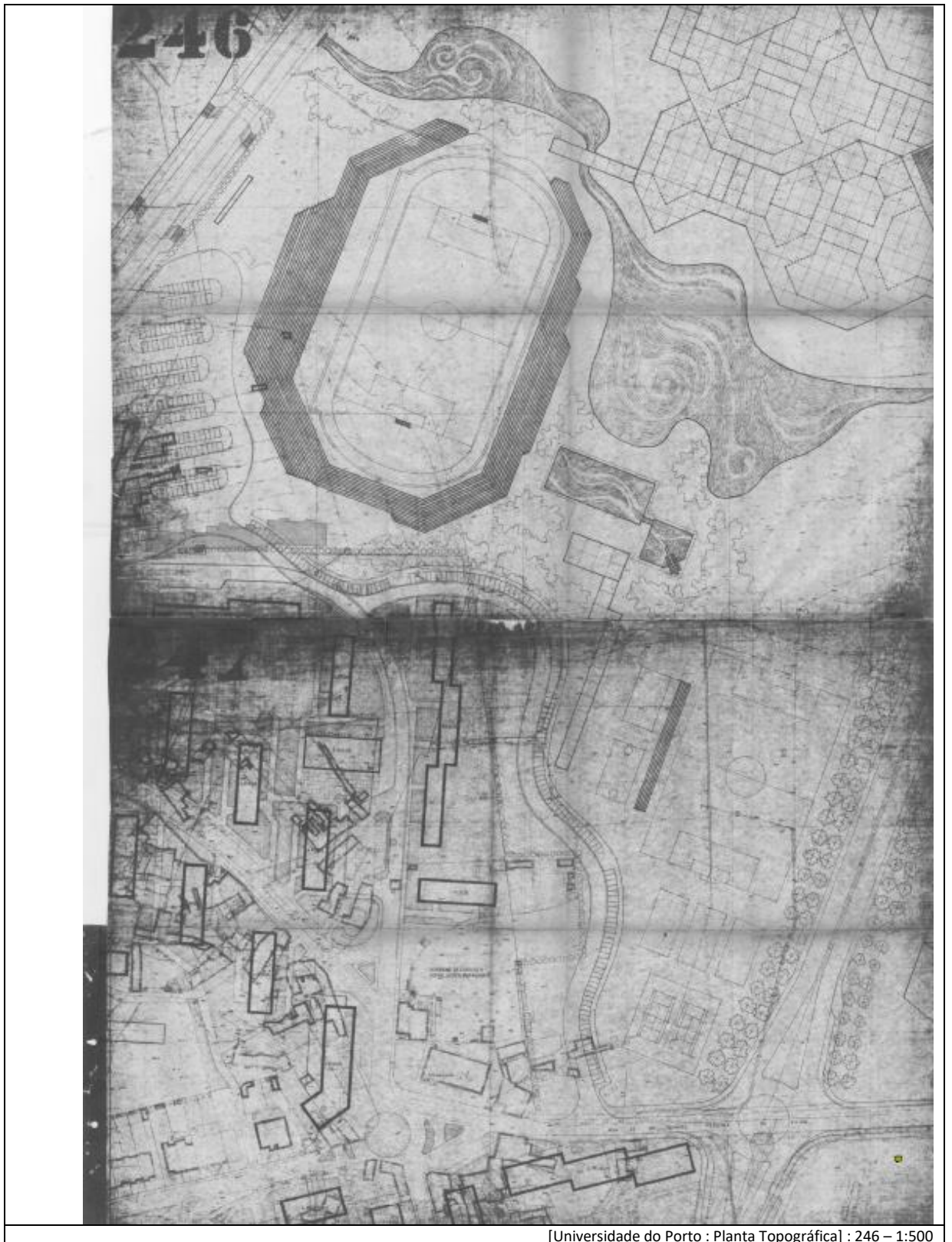




Conjunto Habitacional de Paranhos – Porto / M.H.O.P, Secretaria de Estado da Habitação,  
Fundo de Fomento da Habitação, Direcção de Habitação do Norte – 1:500



Grupo de Moradias Populares de Paranhos (Grupo A) : Urbanização : Planta Topográfica : Desenho n.º 2 / Câmara Municipal do Poro,  
Direcção dos Serviços de Habitação – 1:500



[Universidade do Porto : Planta Topográfica] : 246 – 1:500

<b>81.</b>	<i>assunto</i> Ofício do IPPC dirigido ao DGEMN acerca da classificação do SOLAR DE LAMAS		
<i>data(s)</i>	<b>1986-01-17</b>		
<i>processo(s)</i>	DPA-85/3(112)		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	SIPA		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	SIPA

*transcrições - [comentários]*

MINISTÉRIO DA CULTURA – IPPC  
 Exmo. Senhor DGEMN,  
 Tenho a honra de comunicar a V. Exa. Que por despacho proferido sobre parecer deste Instituto, foi determinada a classificação como valor concelhio do “Solar de Lamas”, sito na Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, no Porto.  
 (...)

*fac-símile(s)*

**SIPATXT:01658681**

**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
 INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO CULTURAL

**CUMPRIDO**  
 21 JAN 1986

GP	GEP	DSE	DSM
DSA	AJ	CDI	DEN
DEC	DEL	DES	DMN
DMC	DML	DMS	

Data: 20.1.1986  
 Director-Geral

Exmo. Senhor  
 Director-Geral dos Edifícios e  
 Monumentos Nacionais  
 Praça do Comércio  
 1194 LISBOA CODEX

Seu referência: Sua comunicação de: Nossa referência: Pêlo Nacional de Ajuda: 1300 LISBOA

ASSUNTO: Proposta de classificação do "Solar de Lamas", sito na Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, no Porto. 13 JAN. 86-J00526

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que, por despacho proferido sobre parecer deste Instituto, foi determinada a classificação como valor concelhio do "Solar de Lamas", sito na Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, no Porto.

O referido imóvel fica sujeito às disposições do artº 19º do Decreto nº 46349, de 22 de Maio de 1965 (corpo do artigo e número 1º, 3º e 4º do seu § 1º), do Decreto-Lei nº 1/78, de 7 de Janeiro, do Decreto-Lei nº 59/80, de 3 de Abril e do Decreto-Regulamentar nº 34/80, de 2 de Agosto.

Com os melhores cumprimentos.

PRESIDENTE,  
 ( João Palma-Ferreira )

162-309

17 JAN 1986  
 ENTREGA Nº 24 14 58

SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico I.P.C./A.R.

<b>82.</b>	<i>assunto</i> MEC/Secretaria de Estado da Administração Escolar/Direcção-Geral dos Equipamentos Escolares Permuta de terrenos entre o Estado e a CMMaia para construção da ESB-UC		
<i>data(s)</i>	<b>1986-04-10</b>		
<i>processo(s)</i>	Po-595 : 0067 : 0087		
<i>tema(s)</i>	-		
<i>título(s)</i>	-		
<i>fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	SIPA

*transcrições - [comentários]*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – SEAE / DGEE

*Pavilhão de Biotecnologia da Universidade Católica*

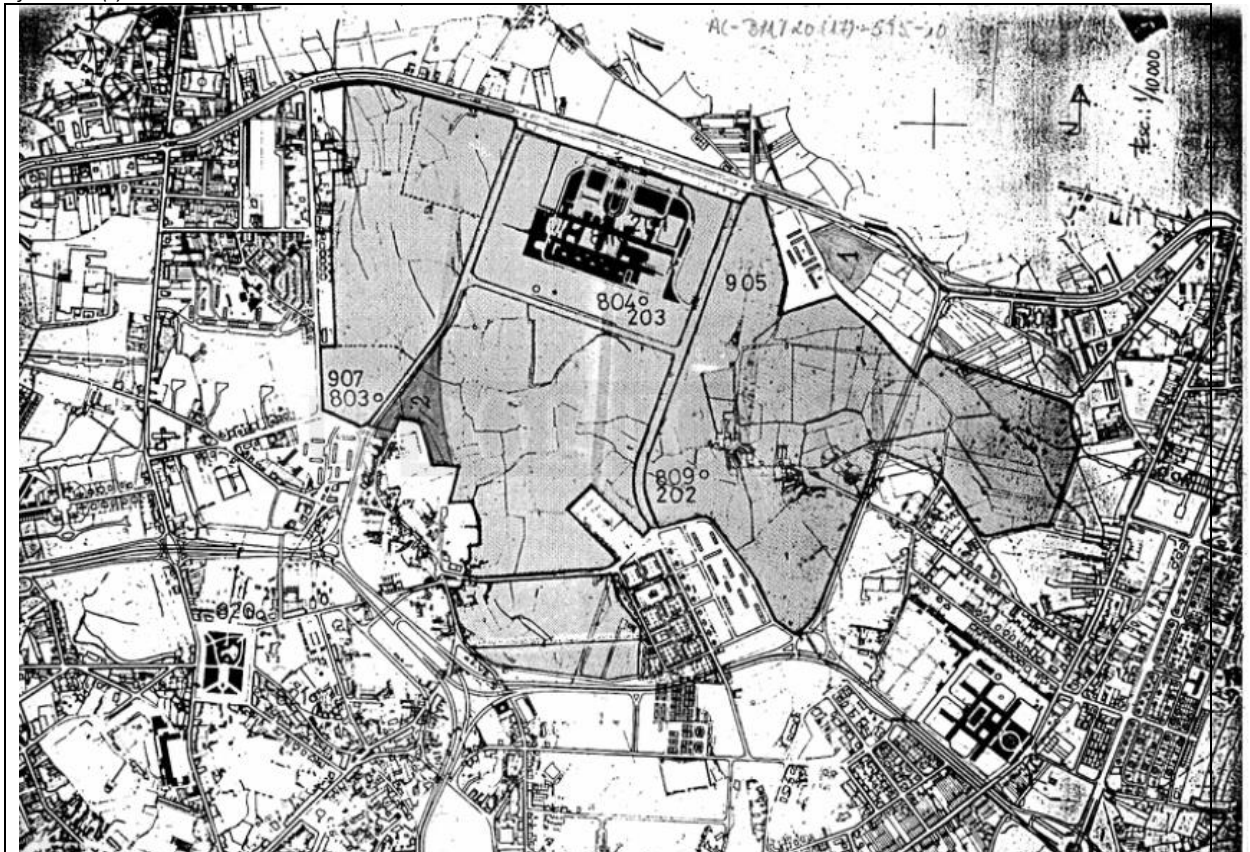
Por despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas, de 11.07.85, foi autorizada a permuta de uma parcela de terreno com a área de 22.470m<sup>2</sup>, oportunamente adquirida para o Pólo II da UP, pelo Ministério do Equipamento Social / MES, por uma parcela de terreno pertença da Câmara Municipal da Maia.

A parcela de terreno a ceder à CMM destina-se à construção pela Universidade Católica de uma Escola Superior de Biotecnologia, por impossibilidade de utilização (para o mesmo fim) do terreno onde está projectado um nó rodoviário, na ligação da auto-estrada do Norte com a estrada interior da Circunvalação.

Com *carimbo super*: AUTORIZO, datado de 6/5/86.

[sujeito à aprovação pela Direcção das Construções Escolares do Norte, tutelada pela Direcção-Geral das Construções Escolares, tutelada pelo Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes]

*fac-símile(s)*



<b>83.</b>	<i>assunto</i> Artigo em jornal – Exposição/homenagem a Viana de Lima, inaugurada por Jorge Sampaio, com a presença de M.ºl M.ª Carrilho e Fernando Gomes		
<i>data(s)</i>	<b>1996-10-18 e 1996-10-24</b>		
<i>processo(s)</i>	RI-1996-322.		
<i>tema(s)</i>	Artigo em jornal		
<i>título(s)</i>	Jornal de Notícias		
<i>fonte(s)</i>	ADUP FAUP – Recortes de imprensa [1987-1996]		
<i>conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP - FAUP

*transcrições - [comentários]*

[2]Exposição/homenagem ao Arquitecto Viana de Lima, inaugurada na Cadeia da Relação (...). Organizada em conjunto pela Cooperativa Árvore e pela Fundação Caloste Gulbenkian, a exposição reúne originais de Viana de Lima, documentos e fotografias. Um livro/catálogo com cerca de 100 trabalhos (...) foi também lançado (...). [1] A publicação, com texto crítico de Pedro Vieira de Almeida, inclui ainda uma série de depoimentos de amigos e individualidades ligados a Viana de Lima, nomeadamente, José Blanco, Silva Telles, Duarte Castel-Branco, Napoleão Amorim, António Moura e Fernando Azevedo. Durante o período em que a mostra estará patente no Porto, realizar-se-á (...) uma mesa redonda 8...) presentes Jacinto Rodrigues, Manuel Mendes, Álvaro Siza Vieira, António Moura, Alcino Soutinho, Sérgio Fernandez e Eduarda Neves. (...)A iniciativa conta com o apoio do IPPAR [2]Viana de Lima, (...) viveu entre 1913 e 1991, tendo ingressado, ainda novo, na antiga Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e assumido o cargo de consultor da Unesco. Das várias distinções que recebeu de universidades e instituições, destaca-se o Prémio de Arquitectura da Fundação Gulbenkian, em 1961. (...)

*fac-símile(s)*

<p>No próximo dia 23, no Porto  <b>Jorge Sampaio inaugura                  exposição de Viana de Lima</b></p>  <p>O Presidente da República vai inaugurar, no dia 23 de Outubro, uma exposição dedicada ao arquitecto Viana de Lima, no Palácio Nacional da Batalha, em Lisboa. A exposição, organizada pela Fundação Caloste Gulbenkian e pela Cooperativa Árvore, reunirá originais de Viana de Lima, documentos e fotografias, incluindo ainda uma série de depoimentos de amigos e individualidades ligados a Viana de Lima, nomeadamente José Blanco, Silva Telles, Duarte Castel-Branco, Napoleão Amorim, António Moura e Fernando Azevedo. Durante o período em que a mostra estará patente no Porto, realizar-se-á (...) uma mesa redonda 8...) presentes Jacinto Rodrigues, Manuel Mendes, Álvaro Siza Vieira, António Moura, Alcino Soutinho, Sérgio Fernandez e Eduarda Neves. (...)A iniciativa conta com o apoio do IPPAR [2]Viana de Lima, (...) viveu entre 1913 e 1991, tendo ingressado, ainda novo, na antiga Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e assumido o cargo de consultor da Unesco. Das várias distinções que recebeu de universidades e instituições, destaca-se o Prémio de Arquitectura da Fundação Gulbenkian, em 1961. (...)</p>	<p><b>EXPOSIÇÃO DE VIANA DE LIMA                  INAUGURADA POR JORGE SAMPAIO</b></p> <p>Ministro da Cultura também esteve na Cadeia da Relação, no Porto</p>  <p>Viana de Lima, autor de um vasto património arquitectónico, desde 1913 e 1991, tendo ingressado no cargo de consultor da Unesco. Das várias distinções que recebeu de universidades e instituições, destaca-se o Prémio de Arquitectura da Fundação Gulbenkian, em 1961.</p> <p>Depois de uma ligeira visita pela zona, Manuel Maria Carrilho passou o período que se seguiu ao lançamento da exposição, em 1996, a uma mesa redonda sobre a actividade do arquitecto. Depois de uma ligeira visita pela zona, Manuel Maria Carrilho passou o período que se seguiu ao lançamento da exposição, em 1996, a uma mesa redonda sobre a actividade do arquitecto.</p>
---	---

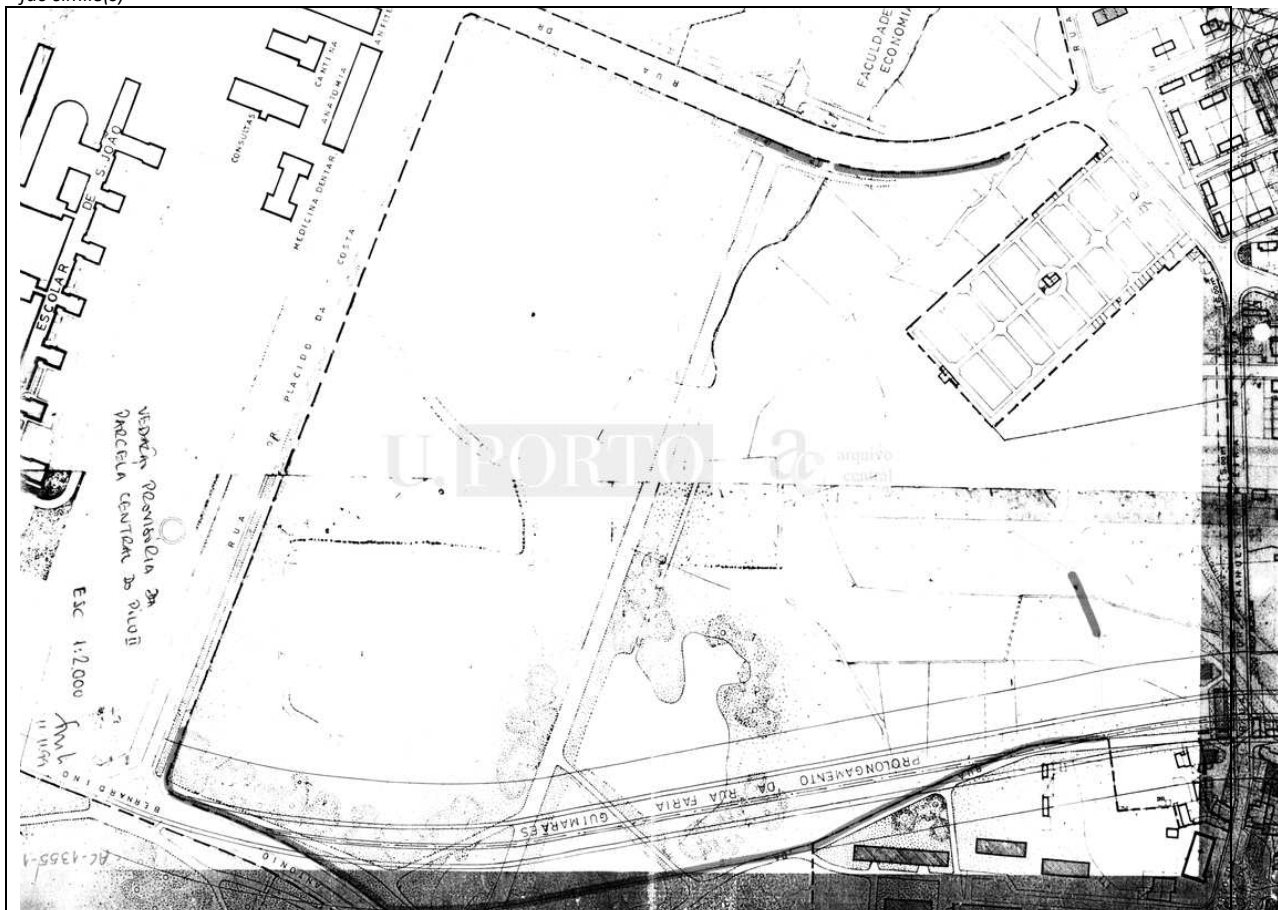
<b>84.</b>	<i>assunto</i> Decisão de proceder à vedação provisória da Área Central do Pólo II – constante da Informação de 11 de Novembro de 1999 (ass. Fernando de Pinho Noites) com aprovação de António Silva Cardoso (Pró-Reitor) e J. A. Novais Barbosa (Reitor), a 12/11/1999		
<i>Data(s)</i>	<b>1999-11-11</b>		
<i>Processo(s)</i>	po-1355 : 0122-0125		
<i>Tema(s)</i>	Processos de Informações do Gabinete de Construção e Conservação das Instalações da Universidade do Porto		
<i>Título(s)</i>	INFORMAÇÃO		
<i>Fonte(s)</i>	repositório temático UP		
<i>Conteúdo(s)</i>	arquivo	coleções	ADUP REIT - Processos de correspondência - PASTA 1355

*transcrições - [comentários]*

Verifica-se ser necessário proceder à vedação provisória da Área Central do Pólo II, por forma a evitar a ocupação por estranhos de terrenos pertença da Universidade (...)  
 (ass. Fernando de Pinho Noites – Assessor Principal)

Vedação demarcada sobre estudo urbanístico donde consta aia o prolongamento da rua Faria Guimarães, estando ‘tracejado’ a vedação já existente da FCDEF, e a ‘cheio’ o limite dos terrenos destinados à CUP.

*fac-simile(s)*



**anexo C. PROJECTOS CODA**

Disciplina : Concurso da 15.ª e 16.ª cadeira	Ano Lectivo: 1952-53
Professor:	Aluno:
Tema: Ante Plano de uma Cidade Universitária	Data: 1953-03

I. - CONCURSO DE EMULAÇÃO

**Anteplano de urbanização duma cidade universitária numa capital de distrito**

**PROGRAMA**

Entre os vários, muito importantes e urgentes problemas a resolver em todos os países (cidade do Chile) conta-se, sem dúvida alguma, o da formação moral, intelectual e física do seu escólo juvenil.

Preocupados com este problema fundamental, de cuja solução um grande país depende a sua destino, pelo voluntarismo colectivo que a vida nacional podem prestar tanta ajuda que se dedicam ao estudo das cidades e dos seus, já os discípulos de alguns países de alta-mentos construíram instituições a necessidade de estudar das Cidades Universitárias onde, a par do ambiente mais propício as melhores lutas da sua actividade, os estudantes possam executar complexas e adequadas instalações residenciais e didácticas.

O exemplo a dar de se seguir ao confirmado está, entre nós, a ilha e a marinha itálica natural impulso da ampliação e que tem total reedificação da Cidade Universitária de Coimbra.

Na cidade do Porto, onde os ditos estabelecimentos de Ensino Superior se encontram dispersos e, por isso, em menos boas condições de trabalho — o que, praticamente, impedia a par de professores e alunos, muitos dos quais, sendo da provincia, vivem em mal separado pelo facto de, no seu centro, não encontrarem alojamento em boas condições de salubridade, conforto, salubridade e economia — o problema do núcleo universitário ainda não foi resolvido e não deixará, do lado, de preocupar seriamente todos aqueles que, quer pelo, procurarem melhorá-lo por todos os meios ao seu alcance, através de um antepelo pelo seguinte plano de acções ou superioritárias venozas da cidade e do país.

Neste orden de ideias e considerando que o presente plano a dar nesse sentido geral e deve ser o da elaboração do respectivo antepelo de urbanização, julgou-se oportuno submetê-lo por meio do presente Concurso de Emulação, devidamente exposto neste antepelo programa e no plano topográfico (em separado, em separado, se farão no escala de 1:2.500, e sendo, submetido, em separado):

A — As direções do sistema viário da cidade do Porto, previstas no seu plano regional e de urbanização, tendo pelo-que do respeito a arranjo do espaço a preços, espaços livres e parques de estacionamento;

B — A construção, em cima do Hospital Facultade, onde funcionar a Faculdade de Medicina e que, pelas suas vastas possibilidades, terá não só o ponto de partida, mas o elemento preponderante de toda a concepção a estudar que, além disso, compreenderá:

- 1 — As Faculdades de: Ciências, Letras, Engenharia, Farmácia e Ciências Económicas e Financieiras; a Escola Superior de Belas Artes e o Conservatório de Música;
- 2 — Os edifícios de carácter cívico destinados a: Administração; ao grande depósito de livros e Coleções; Biblioteca, Museu Cultural, Cine-Teatro, Clube, Cantina, etc.; etc.;
- 3 — Edifícios de carácter residencial, para estudantes e professores, misturados e funcionários;
- 4 — A Alameda das Faculdades, com um jardim, pequenos lagos e jogos de água; e
- 5 — O Estádio Universitário, construído por campos de jogos e de futebol, para futebol, hóquei em patim, handebol, etc., etc.

Estabelecimento no recinto universitário, a delimitar, grosso-modo, no plano geral do plano anexo a este programa:

- 1 — Uma quadra de edifícios para os professores dos departamentos de Ciências e das Ciências Exactas;
- 2 — Uma quadra de edifícios para os departamentos de Ciências Exactas;
- 3 — Várias casas comunitárias locais;
- 4 — Uma zona para estacionamento, compreendendo, sobretudo, casas económicas e de modo limitado, espaços livres públicos, jardins, recreio e parques, jardins e ao se livre, água, etc.

Os dados existentes a favor de um estabelecimento, sobre a base de dados estabelecimentos de ensino médio, tendo quanto possível, completos, sob todos os aspectos de carácter técnico, pelo momento a este plano.

Estimando, deve-se fazer:

- 1 — Com uma frequência de 3.000 a 4.000 alunos, 3.500 a 4.000 dos quais, sendo da provincia, deverão encontrar alojamento na Cidade Universitária;
- 2 — Com cerca de cinco a seis mil habitantes, sendo com para o corpo docente e os estudantes para os funcionários.

Este antepelo, a apresentar rigorosamente nos desenhos a estabelecer a um data a designar, compreenderá:

- a — Uma menção descritiva e pormenorizada;
- b — Uma planta topográfica, no escala de 1:25.000, incluindo a sua perfeita integração no conjunto viário do Plano Regional da Cidade do Porto;
- c — Uma planta geral com indicações, tanto quanto possível generalizadas, de todos os elementos pedidos, no que não o sendo não serem consideradas independentemente e certamente pelo seu gradiente conjunto;
- d — Um diagrama de circulação, sistematicamente a organização dos transportes colectivos;
- e — Uma perspectiva geral, em perspectiva, onde predominar a ALAMEDA DAS FACULDADES, mas onde possam ser, também, e claramente, o volume dos restantes elementos da composição.

**N. B. —** A planta topográfica do estudo actual, no escala de 1:25.000, incluindo a sua integração no conjunto viário do Plano Regional da Cidade do Porto, será devidamente actualizada, para obter de classificação, não somente antes da data que no caso da Faculdade e no estado para a sua apresentação definitiva.

Porto e Faculdade Superior de Belas Artes, 18 de Dezembro de 1953.

— 93 —

Enunciado: David Moreira da Silva,, Ante Plano de Urbanização de uma estância termal, 29 Dezembro de 1949. In David Moreira da Silva, Curriculum Vitae, 1962, 93-94.



Painel  
 TE 133 s.a., in Álvaro Augusto de Oliveira Vieira (1945-1972), Ante Plano de Urbanização de um bairro periférico de uma cidade universitária, Concurso da 15ª e 16ª cadeira, ESBAP, 1952-53, Professores David Moreira da Silva e António Brito e Cunha.  
 Arquivo CDAUP - APU Álv A O Teixeira 12 (96)





anexo **VIII.5. EXCURSOS**

AUTORES, PERCURSOS, PLANOS, PROJECTOS E ICONOGRAFIA DE REFERÊNCIA

apontamentos

*Arménio Losa*

*Oldemiro Carneiro*

*Luiz Cunha*

*Rui Mealha*

AUTORES, PERCURSOS, PLANOS, PROJECTOS E ICONOGRAFIA DE REFERÊNCIA  
apontamentos

ARMÉNIO TAVEIRA LOSA apontamentos

**PLANO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO NA AREOSA**

ARMÉNIO LOSA, 1944

**ANTE-PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR**

ARMÉNIO LOSA – 1954

**PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR**

ARMÉNIO LOSA – 1957

FRANCISCO OLDEMIRO CARNEIRO apontamentos

**LIMITES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO**

OLDEMIRO CARNEIRO, 1955

**PLANO SUMÁRIO DE IMPLANTAÇÕES**

ESBOCETO DO ANTEPLANO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO

CUP - ASPRELA

OLDEMIRO CARNEIRO, 1962 (1960-1965)

LUIZ SARMENTO CARVALHO E CUNHA apontamentos

**CENTRO DE CARIDADE DE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO**

LUIZ CUNHA, 1962

**PLANO ESTRUTURA CUP - ASPRELA**

PLANO PARA O PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO

LUIZ CUNHA, 1973

**PLANO DO PÓLO II DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

LUIZ CUNHA, 1987/1988

**RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES NA ASPRELA**

LUIZ CUNHA, 1989 /1995

RUI MANUEL VIEIRA PASSOS MEALHA apontamentos

**CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS DA ASPRELA**

RUI MEALHA, 1997

**PROJECTO URBANO DA ÁREA CENTRAL DA ASPRELA *cota 108,70***

RUI MEALHA, 2000

**INSERÇÃO URBANA NA ASPRELA**

RUI MEALHA, 2005

---

Arménio Losa, 1950  
In: RAMALHO, Pedro e MENDES, *Manuel, Uma homenagem a Arménio Losa*,  
Porto: Câmara Municipal de Matosinhos / edições Afrontamento,  
1995, p. 27



---

ARMÉNIO TAVEIRA LOSA apontamentos

---

**PLANO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO NA AREOSA**

ARMÉNIO LOSA, 1944

**ANTE-PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR**

ARMÉNIO LOSA – 1954

**PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR**

ARMÉNIO LOSA – 1957

Arménio Losa nasceu em Braga a 28 de Outubro de 1908 e morre no Porto em 1988.

Matriculou-se no primeiro ano do curso preparatório (1925) frequentando o curso de Pintura na Escola de Belas Artes do Porto. Após aprovação nos três anos deste curso, frequentou o Curso Especial de Arquitectura, que finalizou em 1931. De seguida, ingressou no Curso Superior, cujas provas escolares concluiu em 1933 com a defesa do "Projecto de construção geral" e, em 1935, obteve aprovação com 17 valores, nas provas de concurso ao Diploma de Arquitecto, que requereu no ano seguinte, mas que apenas lhe foi concedido em 1941.

Foi discípulo de Marques da Silva, com quem colaborou ainda estudante, e conheceu Cassiano Barbosa (1911-1998) com quem veio a desenvolver uma longa carreira profissional.

No princípio da sua prática profissional colaborou com José Coelho Freitas e Aucíndio Ferreira dos Santos.

De 1939 a 1945 integrou o Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização da Câmara Municipal do Porto e iniciou uma parceria laboral com o arquitecto Cassiano Barbosa, mantida, com algumas interrupções, até aos anos 60. No seu escritório de arquitectura, juntos projectaram obras marcantes na cidade do Porto e nos seus arredores, destinadas unicamente a clientes privados, uma vez que a sua conotação com a oposição ao regime os afastou das obras públicas.

Em 1945, por proposta de Carlos João Chambers Ramos (1897-1969), professor de arquitectura na ESBAP, foi convidado a integrar o corpo docente desta Escola, a fim de leccionar a cadeira de Urbanismo do Curso de Arquitectura. Porém, e apesar de ter tomado posse do lugar, a sua integração foi inviabilizada por informação negativa da polícia política.

Losa, admirador confessor do influente arquitecto e urbanista Le Corbusier (1887-1965), procurou sempre acompanhar as evoluções internacionais do Movimento Moderno. Em 1947 integrou o grupo de arquitectos que fundaram no Porto a ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos), uma organização profissional que juntou arquitectos progressistas do norte do país e difundiu as teses dos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitectura

Moderna).

Em 1948 participou no I Congresso dos Arquitectos Portugueses. Em 1953 visitou Aix-en-Provence e, de volta a Portugal, participou no III Congresso da UIA (União Internacional de Arquitectos), realizado no Porto, no qual apresentou uma comunicação sobre o ‘habitat, o alojamento, e o urbanismo’.

O Urbanismo foi outra das suas áreas de interesse. Neste âmbito, foi responsável pelo referido primeiro gabinete de urbanização da Câmara Municipal do Porto (1939-1945), onde elaborou vários estudos, Anteplos e Planos, entre os quais se destacam os estudos para a zona da Sé do Porto, em 1940; os Anteplos de Urbanização para Vila Nova de Gaia, entre 1944 e 1949, com Bonfim Barreiros; os estudos para Macedo de Cavaleiros, entre 1945 e 1951; bem como diversos estudos para Carraceda de Ansiães, Famalicão, Guimarães e Viana do Castelo.

É muito interessante o posicionamento do Anteplo de Urbanização da zona do Hospital Escolar (1954) e a versão do Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar (de S. João), na Asprela (1957), realizados para a Câmara Municipal do Porto, onde observa algumas questões com expressão para além da área intervencionada por aqueles estudos, quer por motivações de enquadramento, quer como formulação de sugestões complementares às medidas então preconizadas.

De salientar ainda a sua ligação a Matosinhos, município para o qual, nos anos sessenta e setenta, realizou, entre outros, o Plano Regulador do Concelho (1964-1965) e os estudos dos Planos de Pormenor para Gondivai (1976-1977).

Arménio Losa foi autor e co-autor de inúmeros projectos de arquitectura de expressão predominantemente modernista, marcados pela urgência do progresso da tecnologia e da racionalidade. A rigorosa utilização da luz como matéria-prima do projecto e o manifesto domínio dos novos sistemas construtivos, a par do entendimento do modernismo e das suas principais referências morfo-tipológicas e formais, aplicadas em territórios de diversa natureza, são aspectos preponderantes ao seu exercício da arquitectura e do urbanismo, marcado por opções funcionalistas e nexos racionalistas.

Às questões do urbanismo dedicou, progressivamente, grande parte da sua vida profissional<sup>6</sup>. Foram seus colaboradores, entre muitos outros, Alfredo Matos Ferreira, Beatriz Madureira, Carlos Prata e Henrique de Carvalho.

Desde 1992 que grande parte do seu arquivo profissional se encontra em depósito no Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

“A convicção e afirmação dos conceitos de A. Losa e C. Barbosa originam uma espacialidade herdada pelas gerações seguintes que reagindo ou seguindo os seus ideais, criam uma arquitectura com uma genealogia regional singular, inédita.

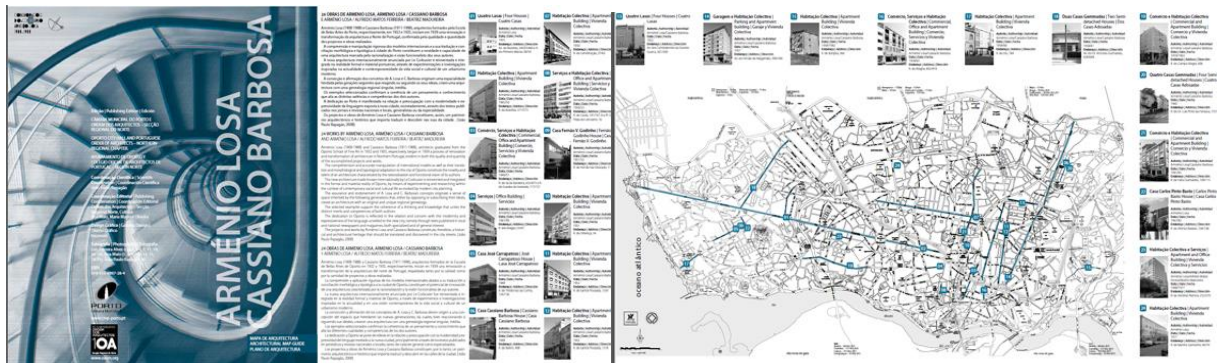
Os exemplos seleccionados confirmam a coerência de um pensamento e conhecimento que alia as distintas valências e competências dos dois autores.

A dedicação ao Porto é manifestada na relação e preocupação com a modernidade e expressividade da linguagem exposta à nova cidade, nomeadamente, através dos textos publicados nos jornais e revistas nacionais e locais, generalistas ou da especialidade”<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Informação em Alumni – *Antigos alunos ilustres da Universidade do Porto* (sigarra.up.pt), UP - Universidade do Porto - Arménio LOSA: Homenagens/Obras; UP - Universidade do Porto, Arménio LOSA, Publicações; UP - Universidade do Porto, Arménio LOSA, bibliografia consultada

<sup>7</sup> RAPAGÃO, João Paulo (Coord. Cient.), *Mapa de Arquitectura, Roteiro com 24 obras de Arénio Losa/cassiano Barbosa e Arménio Losa/Alfredo Matos Ferreira/Beatriz Madureira, na cidade do Porto*, comemorações do centenário Arménio Losa, Porto, CMP e AO-SRN.



Roteiro com 24 obras de Arménio Losa/Cassiano Barbosa e Arménio Losa/Alfredo Matos Ferreira/Beatriz Madureira, na cidade do Porto.

[RAPAGÃO, João Paulo (Coord. Científica), *Mapa de Arquitectura, Roteiro com 24 obras de Arénio Losa/cassiano Barbosa e Arménio Losa/Alfredo Matos Ferreira/Beatriz Madureira, na cidade do Porto*, comemorações do centenário Arménio Losa, Porto, CMP e AO-SRN.]

### **percurso Arménio Losa / Cassiano Barbosa (arquitetos)**

O roteiro apresenta 24 obras de Arménio Losa/Cassiano Barbosa e Arménio Losa/Alfredo Matos Ferreira/Beatriz Madureira, na cidade do Porto.

Editado em português, inglês e espanhol, com uma tiragem de 40.000 exemplares, o roteiro está disponível na secretaria da OASRN e nos postos de turismo do Porto.

"Arménio Losa (1908-1988) e Cassiano Barbosa (1911-1998), arquitectos formados pela Escola de Belas-Artes do Porto, respectivamente, em 1932 e 1935, iniciam em 1939 uma renovação e transformação da arquitectura a Norte de Portugal, confirmada pela qualidade e quantidade dos projectos e obras realizados.

A compreensão e manipulação rigorosa dos modelos internacionais e a sua tradução e conciliação morfológica e tipológica à cidade do Porto constituem a novidade e capacidade de uma arquitectura marcada pela racionalização e visão funcionalista dos seus autores. A nova arquitectura internacionalmente anunciada por Le Corbusier é reinventada e integrada na realidade formal e material portuense, através de experimentações e investigações inspiradas na actualidade e contemporaneidade da vida social e cultural de um urbanismo moderno. A convicção e afirmação dos conceitos de A. Losa e C. Barbosa originam uma espacialidade herdada pelas gerações seguintes que reagindo ou seguindo os seus ideais, criam uma arquitectura com uma genealogia regional singular, inédita.

Os exemplos seleccionados confirmam a coerência de um pensamento e conhecimento que alia as distintas valências e competências dos dois autores.

A dedicação ao Porto é manifestada na relação e preocupação com a modernidade e expressividade da linguagem exposta à nova cidade, nomeadamente, através dos textos publicados nos jornais e revistas nacionais e locais, generalistas ou da especialidade. Os projectos e obras de Arménio Losa e Cassiano Barbosa constituem, assim, um património arquitectónico e histórico que importa traduzir e descobrir nas ruas da cidade"<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> RAPAGÃO, João Paulo, op. cit.



Cooperativa do Pinheiro Manso,  
1935, Av. da Boavista



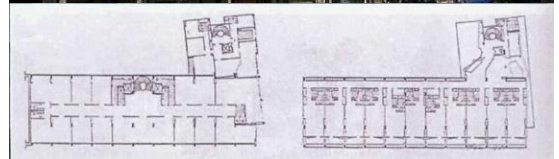
Edifício da Carvalho , 1945 ,  
Rua da Boavista



Bloco de habitação Colectiva,  
1949, Rua da Constituição



Edifício DKW , 1936/51,  
(com., serv., hab. Colectiva)  
Rua Sá da Bandeira, 633/673  
Rua Guedes de Azevedo,  
117/121

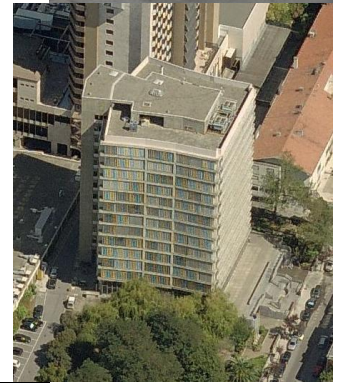


[B1] Edifícios de Arménio Losa [Google Earth e RM]

Rua Latino Coelho



Sede da Caixa de Previdência ,  
1968, Rua Antonio Patricio



Ed. Soares & Irmão, 1950-1953  
(Serv. e Habitação Colectiva)  
Rua de Ceuta, 141-141-A  
e Praça D. Filipa de Lencastre



[B2] Edifícios de Arménio Losa [Google Earth e RM]



## **PLANO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO NA AREOSA**

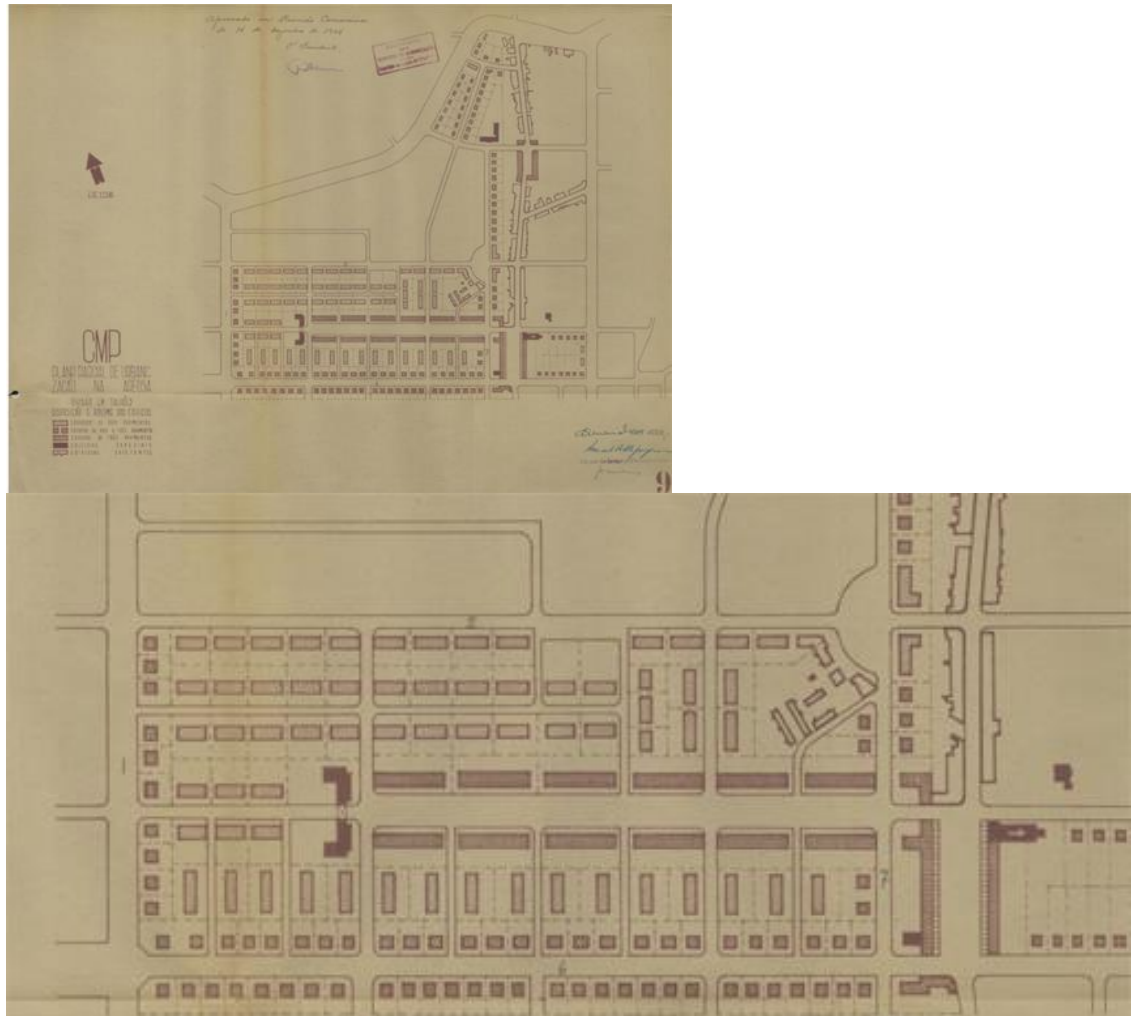
ARMÉNIO LOSA, 1944

## PLANO PARCIAL DE URBANIZAÇÃO NA AREOSA

ARMÉNIO LOSA - 1944



[B3] Plano Parcial de Urbanização na Areosa, Arménio Losa, 1944  
[Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]



[B4] Plano Parcial de Urbanização na Areosa, Arménio Losa, 1944  
[Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]

Nome: Plano Parcial de Urbanização na Areosa  
Designação do Plano: Plano Parcial de Urbanização  
Tipo de Plano: Planos Parciais de Urbanização  
Ano: 1944  
Autor: Arménio Losa (Arq.) e Bernardo Rodrigues (Arq.)  
Número de Plantas: 1  
Entidade Adjudicante: Câmara Municipal do Porto  
Notas: Aprovado em Reunião Camarária de 14 de Dezembro de 1944.  
Designação da peça escrita: Pg. 1 - Memória Descritiva e Justificativa / A. Considerações Gerais  
Data: 01-12-1944

### **Posição do projecto em relação ao plano geral**

O plano geral de urbanização da Cidade do Porto está sendo elaborado segundo o princípio base de promover a expansão urbana principalmente para ocidente. Assim, conjugando-se com a reconhecida necessidade de dotar o Porto com uma nova ponte e julgando-se, por vários estudos já feitos, como devendo ser o local da Arrábida o mais apropriado para o seu estabelecimento, dominam como elementos fundamentais do plano geral, a urbanização do Campo Alegre, a urbanização da foz e a criação de zona industrial de Ramalde-Senhora da Hora. Toda esta extensa área, entre a Cidade propriamente dita e o Mar, quasi que ainda de características semi-rurais na sua maior parte, seria logicamente o campo indicado para edificar, no futuro, como que a nova Cidade.

Entretanto, o plano geral toma também em consideração outros importantes problemas urbanos: o caminho a seguir no tratamento do núcleo central, as disposições a adoptar na correcção e reorganização da zona semi-anelar imediatamente contígua ao centro – onde a construção se tem efectuado duma forma desarticulada e irregular -, o aproveitamento de mais algumas áreas adequadas para o [...] estabelecimento de indústrias e a definição ou reorganização de outras secundárias zonas residenciais nos sectores a norte e a nordeste da Cidade. Não se prevê para estas zonas de expansão o desenvolvimento e a grandeza que deverá ter a urbanização do Campo Alegre. Mas sendo este uma obra dependente de realizações de grande vulto (extenso plano de expropriações, nova ponte, grandes vias de ligação dessa ponte aos territórios a norte da Cidade e à estrada nacional Porto-Lisboa, e como tal de demorada efectivação, julgamos vantajoso que, desde já, se vão arrançando outros sectores de alcance mais limitado, para expansão disciplinada e orgânica, em locais apropriados e de reconhecido interesse urbano.

Neste sentido se explicam as zonas residenciais previstas a norte e a nordeste da Cidade que sendo de realização relativamente económica, podem ir satisfazendo a grande parte das necessidades urgentes de terrenos de construção.

É justamente numa dessas zonas de expansão previstas a norte da Cidade, em terrenos com óptimas condições de salubridade, que se situa o plano parcial a que se refere esta memória

descritiva e justificativa (Esquema nº 1).

Tal plano integra-se perfeitamente no estudo geral de conjunto, enquadrando-se bem no esquema das vias fundamentais de circulação existentes e futuras: a área a urbanizar ficará servida nos primeiros tempos pela Rua de Costa Cabral e pela Estrada da Circunvalação e depois virá a ser dotada com duas novas artérias de ligação ao centro – Avenida de Fernão de Magalhães já parcialmente aberta e a nova via projectada que, do ponto de confluência da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra com a Rua de Costa Cabral, irá até à Circunvalação, constituindo o prolongamento das Ruas de Santos Pousada e da Alegria, as quais, desta forma, passarão a ser valorizadas como artérias radiais de apreciável importância.

(...)

Teremos assim uma triplicação da Rua de Santa Catarina, por si só insuficiente para o grande volume de tráfego que serve.

Em resumo: o projecto de expansão parcial da Areosa ajusta-se bem às linhas gerais do arranjo e extensão da Cidade e, portanto, a sua efectivação irá de encontro ao programa que o plano geral representa.

### **Concepção unitária de projecto**

Traçou-se o novo arranjo de expansão local como um agrupamento de edificações que, apreciado em conjunto com o actual Bairro de Costa Cabral, com o desenvolvimento que para este se prevê e, ainda, com as construções existentes nas proximidades, pudesse realizar uma unidade urbanística de certo modo bastando-se a si própria (Esquema nº 2).

Para reduzir ao mínimo a tendência de gravitação em torno do centro da Cidade, já muito sobrecarregado nas suas atribuições de centro de comércio, de distrações, de serviços públicos, etc., prevê-se a dotação do novo aglomerado com alguns serviços de carácter colectivo em proporção, tais como dois pequenos centros comerciais, uma área industrial de complemento à indústria local estabelecida, escola, teatro, igreja e campo desportivo.

(...)

O mercado acessível aos novos habitantes, localiza-se um pouco fora da área a urbanizar porque deverá servir todo grande sector da Cidade constituído pelos bairros à volta do Hospital de Conde Ferreira, pela zona das Antas, por Contumil, pelo Bairro de Costa Cabral e pela nova expansão projectada. Parece-nos que a sua posição mais indicada será



nos terrenos em frente da Rua de Aníbal Patrício junto da Rua Costa Cabral.

### **O projecto em relação às condições actuais de transportes colectivos**

O plano desenvolve-se, em quasi toda a sua extensão, ao lado oeste da linha de carros eléctricos da Areosa, ficando portanto os novos habitantes em aceitáveis condições para a sua utilização. A frequência dos carros e a vida industriosa da zona circundante darão, com certeza, ao novo aglomerado, grandes possibilidades de desenvolvimento rápido.

Estão previstos, para futuro, novos transportes colectivos pela artéria que fará a ligação do início da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra com a Estrada da Circunvalação e com o novo Hospital Escolar. Será um elemento de valorização local que, a seu tempo, completará a já razoáveis condições iniciais de transportes.

(...)

(Esquema nº 6).

### **Justificação do projecto**

A existência local da grande Fábrica de Fiação e Tecidos da Areosa, o valor ainda quasi que exclusivamente agrícola dos terrenos, o serviço de transportes eléctricos, a salubridade da zona, a relativa proximidade do centro (4Km), a situação imediatamente lateral a uma importante saída da Cidade – todas estas boas premissas de estabelecimento conjugadas com a urgente necessidade de oferecer aos particulares áreas edificáveis, incluindo nestes terrenos para bairros operários em cuja construção estão tão empenhados os Dirigentes da Fábrica já referida – justificam o plano de expansão parcial projectado e dão à Câmara oportunidade de dar início à execução dum programa orgânico de urbanização da Cidade.

### **Descrição do Plano**

#### **Situação / Área / Características**

A zona a organizar está situada nos limites do Concelho do Porto, junto ao cruzamento da Rua de Costa Cabral com a Estrada da Circunvalação.

O terreno tem a cota média aproximada de 132 metros acima do nível médio do mar com uma ligeira pendente de 2% a 3% para WNW, é de utilização agrícola encontrando-se quasi totalmente livre de construções.

(...)

Abrange uma área limitada ao Norte pela Estrada da Circunvalação, a Leste pela Rua de Costa Cabral, a Sul pelos terrenos contíguos às Ruas do Salgueiral e Particular de Borges

& Irmão e a Oeste pela também projectada via de prolongamento da Rua da Alegria até à Circunvalação.

São cerca de 380.800 metros quadrados dos quais se reservam:

- a) 86.400 m.q. para a instalação de indústrias (79.670 m.q. para terrenos edificáveis ou já edificados e 6.730 m.q. para novos arruamentos de serviço exclusivamente industrial);
- b) 16.600 m.q. para a cortina verde de protecção da indústria;
- c) 37.200 m.q. para área desportiva e de parque circundante;
- d) 6.000 m.q. para grupo escolar;
- e) 234.600 m.q. para a área de urbanização residencial (170.000 m.q. de terrenos de construção e 64.000 de novos arruamentos).

(Esquema nº 7)

Faz-se notar que a formação da cortina de verde de protecção das indústrias ficará a cargo das empresas que se fixarão na área industrial, pelo que o terreno respectivo deverá ser integrado nos talhões a tal fim destinados mas com os vínculos expressos de ser arborizado com espécies de alto porte e de não ser edificável.

A localização do campo desportivo e do parque nos terrenos a Sul, afastados da via pública, obedeceu a uma razão de economia de arruamentos; ao mesmo tempo, também, dá-se corpo a uma faixa de verde de penetração transversal, limitando e isolando o aglomerado.

(...)

As características da urbanização estudada traduzem-se: pelo equilíbrio social que se procura dar ao conjunto com a constituição de tipos diversos de residências unifamiliares; por um parcelamento económico dos quarteirões prevendo grande número de fiadas de edificações contíguas; pela orientação racional dessas fiadas ou blocos com vista a que se venham a ter boas condições de insolação e arejamento; pela ausência de quarteirões fechados e pelo traçado geral bem adaptado ao terreno, claro e ortogonal, fazendo ressaltar uma ideia de ordem na desconexão viária existente na maior parte da Cidade.

### **Rede viária local**

No traçado da malha de arruamentos (Esquema nº 5) deistinguem-se: vias principais, destinadas ao tráfego de ligação com o núcleo central da Cidade e com outras zonas

laterais de interesse urbano – vias locais destinadas exclusivamente ao serviço das habitações.

As vias principais são constituídas pela Avenida de Fernão de Magalhães, pela Rua de Costa Cabral e pela artéria que há-de fazer a ligação entre o início da Avenida dos Combatentes e a Circunvalação, para acesso ao hospital escolar; nesta categoria considera-se também a via que passa tangencialmente, pelo Sul, ao aglomerado, e que virá a realizar, prolongada até à Rua do Ameal uma transversal de ligação com as futuras áreas urbanizadas deste sector.

(...)

Desta forma, as correntes mais intensas do movimento, canalizadas por essas vias principais, passarão tangentes ao aglomerado sem o atravessar e sem interferir, portanto, com a sua vida própria sossegada.

As vias locais de habitação definem quarteirões rectangulares na generalidade. São todas acessíveis aos automóveis se bem que nalgumas os perfis transversais foram estudados segundo o princípio de maior economia de construção. Então neste caso as vias de lotização de 5 metros de largura, ladeadas de amplos jardins ou quintais fronteiros às edificações. Aliás, são sempre previstos recuos apreciáveis dos alinhamentos das construções relativamente aos alinhamentos das ruas, compensando a falsa estreiteza de largura destas e permitindo, pelo contrário, desafogo e boa aparência às perspectivas.

Há algumas vias de circulação local, de 10 metros de largura, para a articulação do sistema. Mas o mais importante motivo urbanístico do aglomerado, além da Praça na Rua de Costa Cabral será a Alameda Central arborizada, de 25 metros de largura. A sua execução dará à urbanização um eixo representativo, numa entrada ampla e rasgada, e uma excelente alameda de passeio. Nela a construção será de categoria condigna destas características e de arquitectura bastante cuidada.

### **Tipos de construções . Particularidades**

As habitações serão todas, como se disse, de carácter individual, com quintais privativos, mas de dois tipos de construções distintos: agrupadas em blocos ou isoladas.

(...)

Daqui resulta que haverá duas espécies de talhões: grandes talhões para edificação de casas em conjunto e pequenos talhões para edificação de casas isoladas (Esquema nº 9).

Nos primeiros respeitar-se-á a distância mínima de 2,5 m. entre as casas terminais de cada bloco e o limite do talhão respectivo, para a zona operária. Para as edificações da Avenida Central a distância entre fachadas laterais estará de 10 metros.

Nos talhões para construção isolada essa distância será de 6 metros. Admita-se que nesta zona de parcelas individuais, para se dar certa elasticidade ao plano sem no entanto o desvirtuar, se possa agrupar o máximo de três casas no mínimo de dois talhões formando um só, para efeito de construção mais económica.

Entre fachadas principais fronteiras ou entre fachadas posteriores do mesmo quarteirão nunca se desce abaixo de 20 metros. Na Praça principal, centro cívico do conjunto, na Rua de Costa Cabral, bem como na outra Praça situada mais ao norte, as construções far-se-ão obedecendo a um plano especial arquitectónico: formação de pórticos, destino dos primeiros pavimentos para funções comerciais, construção da igreja, do teatro, da biblioteca e instalação de outros serviços administrativos e de carácter colectivo, etc....

### **Fases de execução**

(...)

Prevê-se que o plano se execute em três tempos (Esquema nº 10) relativamente às oportunidades mais favoráveis e à conveniente valorização de certos terrenos: a primeira fase constará da urbanização da zona operária contígua à área das indústrias, a segunda será dependente da abertura da via tangencial de passagem, ao sul, e finalmente a terceira consistirá na formação da Avenida central de 25 metros de largura.

### **Instalações de serviços públicos**

Além do que diz respeito aos transportes eléctricos, a que já atrás fizemos referência, encarou-se, como é óbvio, a forma de dotar a zona de expansão com um plano gradual de serviços públicos em função do seu desenvolvimento traçado das canalizações de esgoto, do abastecimento de águas, a luz eléctrica e os telefones.

### **Índices característicos . Número de habitantes**

Os índices demográficos e de construção que se seguem resultam da consideração duma área que representa a extensão residencial do aglomerado e os verdes de protecção, da escola, do parque, e do campo desportivo. Exclue-se do nosso cálculo a área das indústrias que, a tomar-se para tal efeito, viria a falsear os resultados característicos da urbanização. Deixa-se também de fora a pequena praça superior que, sómente quando da execução dos

arruamentos projectados entre a Rua Costa Cabral e a Avenida de Fernão de Magalhães, virá a ter a sua oportunidade de formação.

(...)

São os seguintes os dados característicos do plano de expansão parcial projectada

(Esquema nº 7)<sup>9</sup>.

Área dos verdes de protecção	15.000	m.q.	
Área do parque e campo desportivo	37.200	m.q.	
Área do grupo escolar	6.000	m.q.	
Área a urbanizar	234.600	m.q.	
ÁREA TOTAL	292.800	m.q.	
Número de casas da 1ª fase	220		
Isoladas	60		
Em fiadas	160		
Número de casas da 2ª fase	180		
Isoladas	60		
Em fiadas	120		
Número de casas da 3ª fase	130		
Isoladas	10		
Em fiadas	120		
Número total de casas (Esquema nº 9)	530		
Número de habitantes (a 5 hab. / casa)	2.650		
Da Área Total de 292.800 m.q., temos:			
Área de arruamentos	64.600	m.q.	22%
Área de terreno de construção	170.000	m.q.	58%
Área de verdes	52.200	m.q.	18%
Área do grupo escolar	6.000	m.q.	2%

Número de habitantes por hectare - 2.650 hab. / 29 ha = **90 hab. / ha**

Deduz-se que a sistematização projectada tem características de zonamento residencial extensivo.

### Balanço económico

O total da área a expropriar seria aproximadamente de 347.800 m.q.: ao total da área a organizar – 380.800 m.q. – deduz-se a área ocupada actualmente pelas instalações da Fábrica de Fiação e Tecidos da Areosa (33.000 m.q.).

Da área a expropriar destinamos:

64.400 m.q. para arruamentos na zona residencial ;

6.700 m.q. para arruamentos na zona das indústrias;

<sup>9</sup> Excluiu-se a pequena faixa que limita a oeste a área das indústrias.

170.000 m.q. para terrenos de construção na zona residencial;

61.670 m.q. para terrenos de construção na zona industrial;

O restante (38.800 m.q.) ficará para espaços verdes públicos. Tomando um preço de custo médio desfavorável de 10\$00 / m.q. para aquisição dos terrenos, teremos uma despesa de compra de 3.500 contos. Somando os gastos de urbanização computados por excesso em 4.300 contos (71.330 m.q. de ruas a 60\$00 / m.q.) resulta uma despesa total aproximada de 7.800 contos.

(...)

Os três tempos previstos para a execução da obra permitiriam seguramente a valorização de certas áreas num grau que está fora da estimativa considerada, mas que, em todo o caso seria favorável ao sucesso da realização.

### **8 – Regulamento especial de construção**

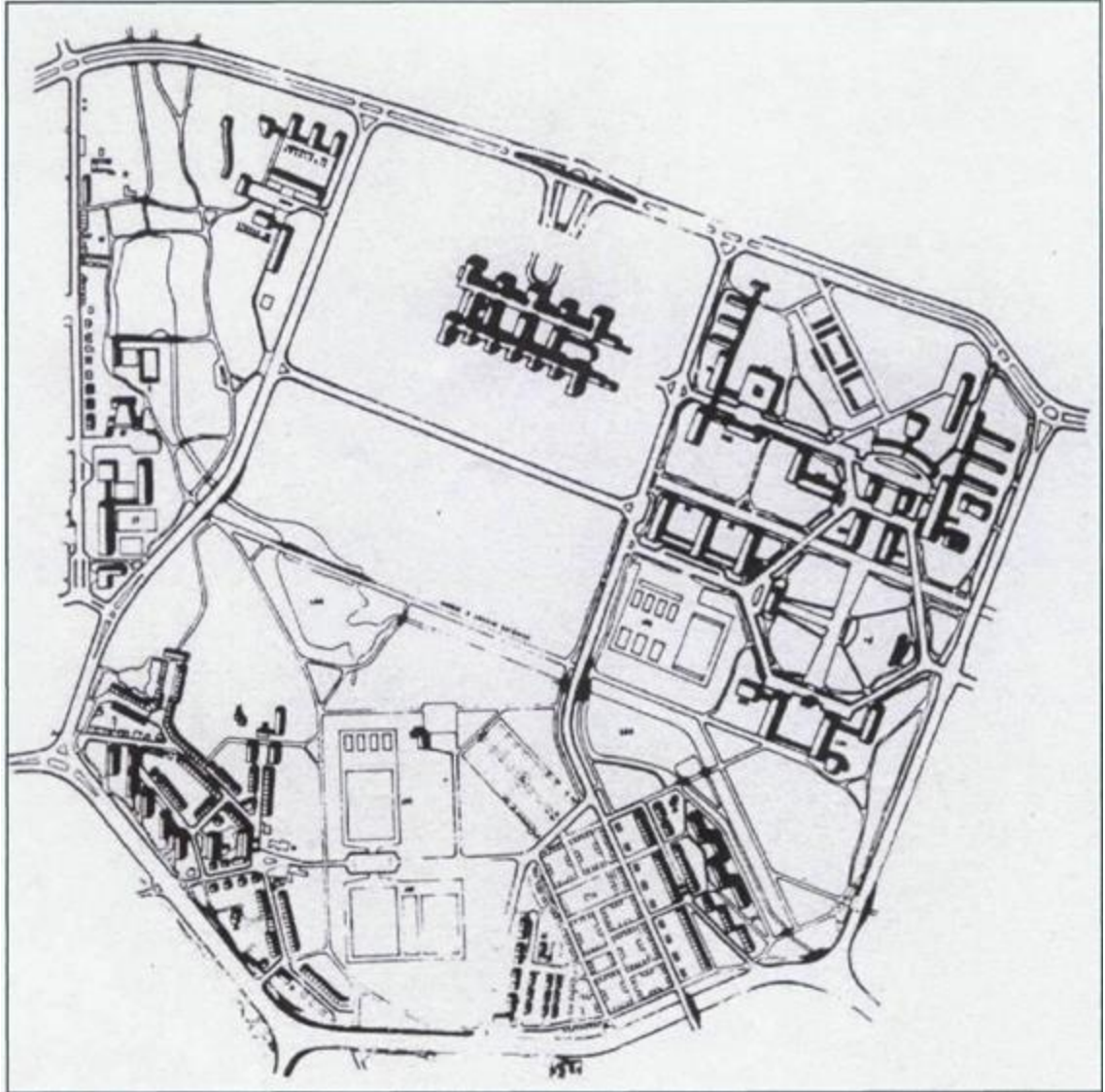
Para disciplinar a execução do projecto elaborou-se um regulamento de construção especial.

Fixam-se as regras precisas de parcelamento dos terrenos, as dimensões e características das construções, as rendas máximas das construções mais económicas, o processo da construção das divisórias e limites de propriedade, as prescrições para a construção de anexos e garagens, o condicionamento local de oficinas e de estabelecimentos de comércio e as normas para a altura dos edifícios, para a sistematização das coberturas e para a arquitectura dos grupos e das casas isoladas.



## ANTE-PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR

ARMÉNIO LOSA, 1954



[B5] Arménio Losa, 1954, Ante-Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar  
[Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]



## ANTE-PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR

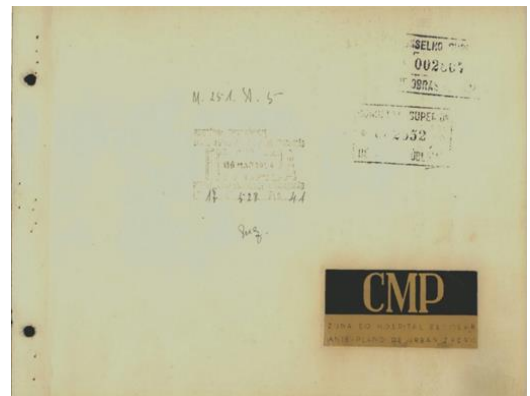
ARMÉNIO LOSA – 1954



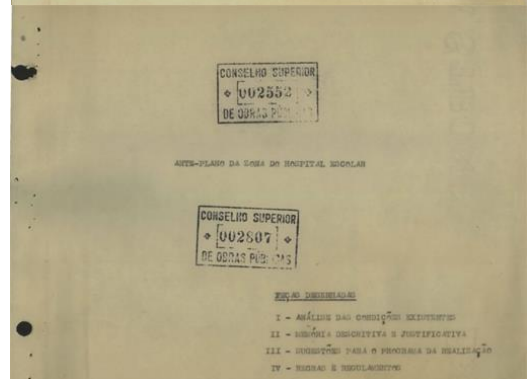
[B6] Arménio Losa, 1954, Ante-Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar  
Planta de conjunto - *carimbada pelo CSOP*  
[Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]

Designação do Plano: Anteplano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar  
Designação Complementar: Anteplano de Urbanização  
Tipo de Plano: Anteplanos de Urbanização  
Ano: 1954  
Autor: Arménio Losa (Arq.)  
Entidade Adjudicante: Câmara Municipal do Porto  
Número de Plantas: 1  
Proprietário: DGOTDU  
Nome da Planta: Planta de Conjunto  
Número de Identificação: 5  
Escala: 1/5 000  
Regime Jurídico: DL n.º 33921 de 05/09/1944  
Número do Parecer: 002552; 002807  
Concelho: PORTO  
Dimensão: 84 x 65 cm  
N.º do Parecer do CSOPT: 002552; 002807  
Data da Planta: 06-03-1954

[B7]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 1] capa  
[Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]



[B8]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 2] Índice  
PEÇAS DESENHADAS  
I – ANÁLISE DAS CONDIÇÕES EXISTENTES  
II – MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA  
III – SUGESTÕES PARA O PROGRAMA DA  
REALIZAÇÃO  
IV – REGRAS E REGULAMENTO  
[carimbado CSOP]  
[Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]



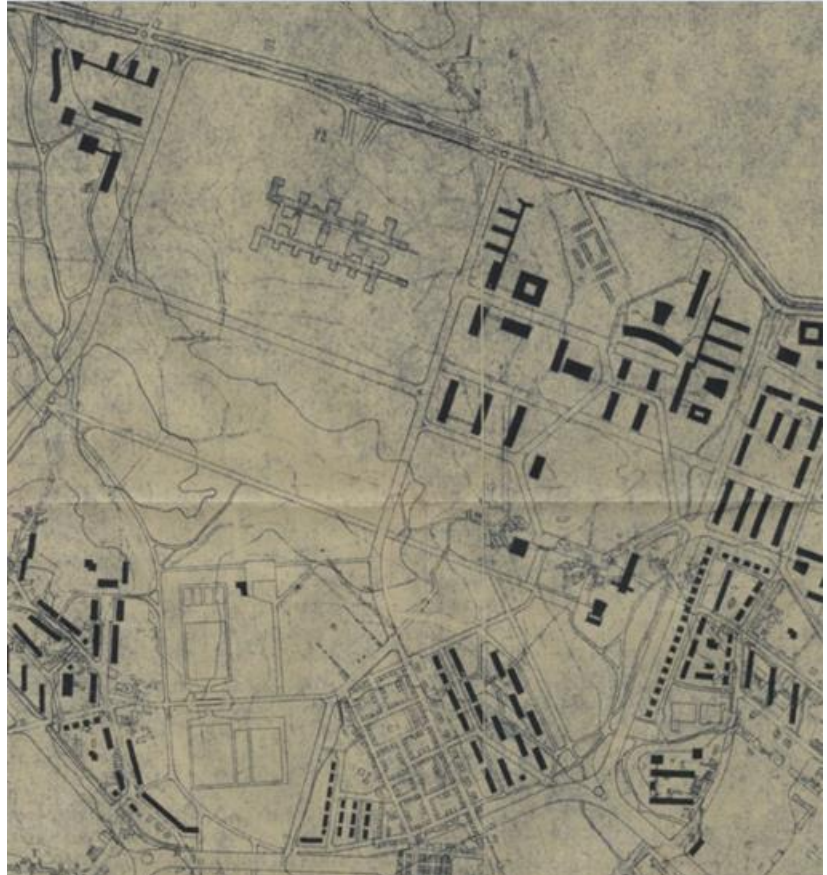
[B9]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO  
HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[sector AREOSA]  
[Arquivo Histórico da  
DGOTDU – SNIT]



[B10]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO  
HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[sector AMIAL]  
[Arquivo Histórico da  
DGOTDU – SNIT]



[B11]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO  
HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[área CENTRAL]  
[Arquivo Histórico da  
DGOTDU – SNIT]



## PEÇAS DESENHADAS

I – Análise das condições existentes

II – Memória Descritiva e Justificativa

III – Sugestões para o Programa da Realização

IV – Regras e Regulamento

(...)

A presença na cidade do novo Hospital Escolar, com todas as consequências que irão resultar de sua entrada em funcionamento, fez incidir as atenções das autoridades responsáveis sobre as zonas que o cercam.

Um grande Hospital Escolar exige, por si mesmo, que à sua volta se tomem medidas de vária ordem para a boa eficiência das suas funções específicas. Mas a influência do Hospital abraça uma área mais vasta, provocando transformações que é necessário analisar, prever e orientar.

O ante-projecto de urbanização estudado incide sobre esta área mais afectada por aquelas transformações, propondo as medidas e os arranjos indispensáveis para a integrar, harmónicamente, no conjunto urbano.

(...)

Os seus limites são determinados pela estrutura fixada no Plano Regulador da cidade, elemento essencial de coordenação de todas iniciativas de urbanização.

A zona exterior à circunvalação, também afectada pela construção do Hospital, deveria do mesmo modo ser estudada em pormenor para se evitar que a iniciativa e os interesses particulares se sobreponham à iniciativa oficial e aos interesses gerais. A falta de elementos topográficos completos impediu que o ante-projecto se alargasse àquela zona onde se encontram os limites de vários concelhos vizinhos e, portanto, não inteiramente submetida à jurisdição da Cidade.

## **ANÁLISE (...).**

(...)

## **O TERRENO**

Grande parte do terreno está já comprometido pela expansão urbana feita sem planificação.

Extensas superfícies foram ocupadas por instalações industriais que, sem qualquer critério de arrumação, se disseminaram ao sabor das circunstâncias por todos os pontos da cidade. Os caminhos rurais, as estradas de saída da cidade e um ou outro arruamento aberto por iniciativa particular, encheram-se quase por completo de prédios de toda a natureza, dispostos, também, mais ou menos ao acaso. Apenas os bairros de casas económicas, que ocupam áreas bastante grandes, e alguns arruamentos recentemente abertos ou em vias de execução, foram planificados e construídos por iniciativa oficial.

Os terrenos ainda livres – por falta de acessos e de transportes – são na maioria campos de lavradio e alguns lameiros. Somente nas cotas mais altas se veem ainda restos de matas.

Toda a propriedade é particular – com seus limites de acesso bem patenteados nos traçados existentes – excepção feita das cercas dos Hospitais : Conde Ferreira e no novo Hospital Escolar.

### **RELEVO**

O terreno é pouco acidentado mas apresenta, no entanto, várias pendentes a Norte pouco propícios à expansão urbana.

(...)

Alguns terrenos fundos são húmidos e pantanosos, dando origem a nevoeiros, sobretudo na linha de água que contorna o Hospital Escolar pelo Sul e Poente.

A drenagem natural segue quase toda em direcção oposta à da actual rede de saneamento.

### **OS EDIFÍCIOS**

Os edifícios existentes são, principalmente, habitações de todos os padrões económicos e de todas as idades. Predominam, apesar de tudo, por sua superfície e volume, as instalações industriais e as construções hospitalares.

Os bairros de casas económicas dão a única nota de unidade. Os restantes prédios apresentam, lado a lado, as mais caprichosas formas e volumes, prédios altos e baixos, novos e decrépitos, isolados ou em fila contínua, modestos e ricos, casas de lavoura e blocos de habitação colectiva. Apesar de acumulados em alguns núcleos mais desenvolvidos e ao longo de certas ruas, apresentam ainda o mesmo carácter dispersivo de todas as áreas de urbanização espontânea, sem qualquer organização nem centro polarizador.

A habitação unifamiliar é predominante. Mas nas construções mais recentes verificam-se já

uma nítida tendência para a habitação colectiva por andares.

(...)

### **COMÉRCIO**

Instalado ao acaso das possibilidades que se oferecem, sobretudo nas ruas de meia circulação, o comércio apresenta o mesmo carácter dispersivo e desorganizado da restante edificação e é insuficiente para as necessidades da população local.

### **AS INDÚSTRIAS**

Alguns estabelecimentos industriais situados dentro da zona são de tal importância que não podem admitir qualquer possibilidade de transferências imediata ou futura.

Terão de permanecer junto das áreas residenciais próximas, mais ou menos isolados por vegetação.

Há porém instalações cuja transferência se impõe, mais cedo ou mais tarde, pelos prejuízos e incómodos a que dão origem: duas fábricas entre as ruas de Honório de Lima e Júlio de Matos, situadas sobre o alinhamento das ruas de habitação, sem qualquer possibilidade de isolamento nem de expansão e que perturbam com o seu tráfego pesado a tranquilidade da população; uma unidade industrial recente e isolada a nascente da rua do Ameal que é um estorvo à organização residencial do sector que a rodeia.

### **OS HOSPITAIS**

Além do novo Hospital Escolar em construção, dois outros estabelecimentos hospitalares de considerável importância virão a ser afectados pela expansão urbana agora estudada e, sobretudo, pelo traçado das grandes artérias fixadas no Plano Regulador: o Hospital Conde Ferreira e o Hospital- Sanatório Rodrigues Semide.

(...)

Todos eles estão rodeados por cercas que continuarão a assegurar-lhes a protecção necessária e suficiente, isolando-os da edificação envolvente e dos ruídos, trepidações e poeiras da circulação. Os maiores males que, porventura poderão afectá-los, sobretudo ao do Conde Ferreira, serão os provocados pela vizinhança de fábricas existentes.

### **ORGANIZAÇÃO**

A zona a urbanizar não possui nenhuma espécie de orgânica para serviço da sua população, já bastante considerável. Os poucos estabelecimentos comerciais existentes são insuficientes, incompletos e dispersos. Não existem nem serviços públicos nem um centro

de convívio ou convergência.

Os bairros de casas económicas possuem apenas as escolas primárias, carecendo de tudo o mais. Só um deles está apetrechado com um recreio infantil e uma pequena capela.

### **TRABALHO**

Não é possível analisar as possibilidades locais de aplicação de trabalho, dada a dificuldade em situar os elementos estatísticas oficiais dentro dos limites do ante-plano em estudo.

(...)

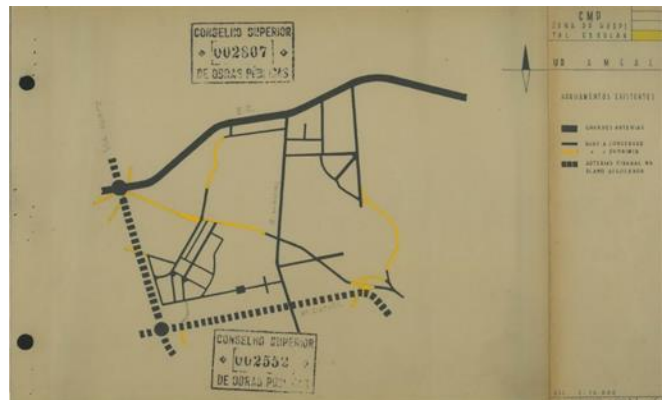
Poderá no entanto deduzir-se que, embora algumas fontes de trabalho existem já e uma outra venha a surgir com o novo Hospital Escolar, a maioria da população activa da zona se desloca e continuará a deslocar-se para lugares distantes, especialmente para o centro da Cidade.

### **ESPAÇOS LIVRES**

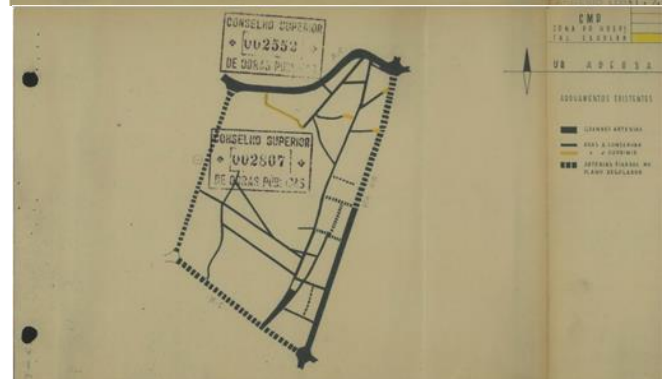
A falta de coordenação e de planificação na expansão urbana conduziu nesta zona, como em todas as outras da cidade, ao completo abandono das preocupações de ordem estética. Salvo os bairros de casas económicas onde um certo arranjo criou algumas perspectivas e uma ordenação intencional ou forçada, tudo o mais se desenvolveu caóticamente, sem preocupações de conjunto, sem unidade, sem beleza.

Os prédios são de todos os tamanhos e feitios e de todos as qualidades, mesmo nos arruamentos mais recentes.

[B12]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 11] UR AMEAL  
ARRUAMENTOS EXISTENTES  
(grandes artérias; ruas a conservar, ruas a suprimir;  
artérias fixadas no Plano Regulador) – 1/18 (28)



[B13]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 12] UR AREOSA  
ARRUAMENTOS EXISTENTES  
(grandes artérias; ruas a conservar, ruas a suprimir;  
artérias fixadas no Plano Regulador) – 2/18 (37)





## **POPULAÇÃO**

A população existente não apresenta motivos especiais de análise. É idêntica à que se encontra distribuída por muitas outras áreas da cidade, sem características diferenciadas. Pode dizer-se que se encontram aqui os dois extremos da escala social – em acordo com os edifícios de habitação – dominando a população de modestos recursos nas zonas mais próximas da circunvalação.

(...)

## **AS ÁREAS EDIFICADAS**

As construções, que foram pouco a pouco invadindo os terrenos marginais das principais vias de circulação, alastraram depois por certas zonas, abertas a expansão por circunstâncias várias. As “concentrações” notam-se sobretudo nas proximidades da circunvalação, onde a edificação é mais densa, e a Norte do Hospital de Conde Ferreira.

Os bairros de casas económicas ocupam também grandes áreas, em locais mais ou menos isolados, constituindo as manchas mais densas de edificação.

## **OS ARRUAMENTOS**

Os arruamentos existentes poderão classificar-se, segundo suas origens, nas categorias seguintes: antigas estradas de saída da Cidade (ruas do Ameal e de Costa Cabral); caminhos rurais; ruas ou troços de ruas, abertas por iniciativa particular ao sabor das conveniências dos proprietários dos terrenos; arruamentos dos bairros de casas económicas projectados directamente pelos Serviços Governamentais, e os arruamentos da urbanização em curso a leste do Hospital Conde Ferreira.

Resultando de circunstâncias as mais diversas e traçados em épocas muito diferentes, estes arruamentos não foram ordenados de acordo com qualquer hierarquia.

(...)

Acumulam todas as funções de circulação: o trânsito local e o de passagem, ligeiro e pesado, mecânico e de peões. E, de um modo geral, os perfis respectivos não correspondem às funções simples ou acumuladas que lhes vierem a corresponder: ruas largas sem movimento (rua do Rio) e ruas estreitas saturadas de trânsito. Quasi todos estes arruamentos estão já de tal modo recheados de construções que dificilmente permitirão os ajustamentos e correcções a aconselhar. Alguns, porém, podem ser supridas sem

inconvenientes por não possuírem ainda nem infra-estruturas nem revestimento, e estarem, por mero acaso, ainda livres de construções marginais.

### **TRANSPORTES COLECTIVOS**

Os carros eléctricos eram, até há pouco, os únicos meios de transportes colectivo ao serviço da zona, em duas linhas: pelas ruas do Ameal e de Costa Cabral. Foram estes transportes que provocaram a expansão linear e descontrolada da Cidade, provocando também o congestionamento do trânsito.

Mais recentemente criaram-se algumas carreiras de autocarros que, sendo de um incontestável benefício para a população já estabelecida, vieram contudo dar novo incremento à edificação antes de se fixarem devidamente as regras e os planos indispensáveis a qualquer expansão urbana. As dificuldades já postas à intervenção da autoridade municipal avolumarem-se ainda.

(...)

Estas novas carreiras são forçadas a percursos impróprios com manobras complicadas, através de vias de largura reduzida – umas saturadas de trânsito e outras concebidas apenas para a circulação local. A população, dispersa e reduzida, não é bastante, também. Para assegurar o funcionamento normal e intensivo das carreiras que não podem por isso deixar de ser deficitárias ou menos rendosas.

### **EDIFÍCIOS A DEMOLIR**

Muitos edifícios da zona, demasiado velhos e decrepitos, aguardam apenas a oportunidade mais favorável para se transformarem. A valorização progressiva dos terrenos será suficiente para impor a natural reforma dos prédios susceptíveis de beneficiação, embora não baste para a conduzir com harmonia em relação aos conjuntos. Outros porém, terão de desaparecer ou por força dos traçados das vias de maior importância ou para libertarem completamente certas áreas atribuídas a melhores destinos. No entanto as demolições reduzem-se ao mínimo imprescindível e só afectam os prédios de reduzido valor. Apenas as instalações industriais a transferir exigem esforço mais considerável.

[B14]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 16] Análise da Estrutura - Circulação  
 Mecânica  
 A. SOLUÇÃO DO ANTE-PLANO  
 REGULADOR – f.1/9(19)



ANÁLISE DA ESTRUTURA / CIRCULAÇÃO MECÂNICA  
 A. SOLUÇÃO DO ANTE-PLANO REGULADOR

As correntes principais da circulação de e para o hospital, das zonas ocidentais da cidade, não aproveitam inteiramente a artéria especialmente concebida para acesso ao hospital, indo sobrecarregar outras vias. Todavia aquela artéria, com este traçado serviria a futura zona universitária (a nascente).

[B15]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 17] Análise da Estrutura - Circulação  
 Mecânica  
 B. SOLUÇÃO DO PLANO REGULADOR –  
 f.2/9(20)



ANÁLISE DA ESTRUTURA / CIRCULAÇÃO MECÂNICA  
 B. SOLUÇÃO DO PLANO REGULADOR

As correntes principais da circulação, das zonas ocidentais da cidade, não aproveitam inteiramente a artéria. Esta só conduz o transito da zona baixa do centro e não serve nenhuma área intermédia. A independência do traçado torna-a de construção dispendiosa.

[B16]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 18] Análise da Estrutura - Circulação  
 Mecânica  
 C. SOLUÇÃO PROPOSTA – f.3/9(21)

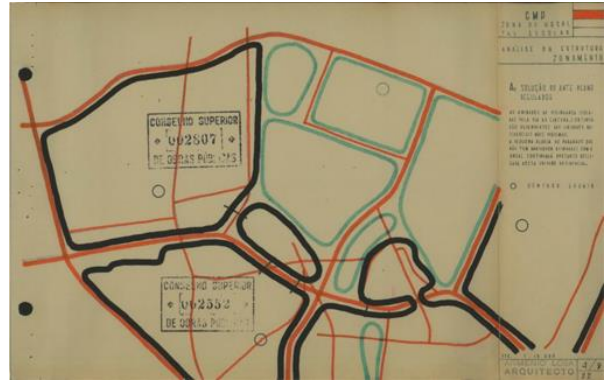


ANÁLISE DA ESTRUTURA / CIRCULAÇÃO MECÂNICA  
 C. SOLUÇÃO PROPOSTA

As correntes principais da circulação convergem para esta artéria, libertando as outras vias do transito de e para o hospital.

Utilizando um troço de outra artéria, torna-se mais económica e, Por contactar com a unidade residencial do Ameal, terá dupla utilidade enquanto se não construir a grande via de cintura (AB).

[B17]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 19] Análise da Estrutura - ZONAMENTO  
 A. SOLUÇÃO DO ANTE-PLANO  
 REGULADOR – f.4/9(22)  
 (○ Centros Locais)



ANÁLISE DA ESTRUTURA / ZONAMENTO  
 A. SOLUÇÃO DO ANTE-PLANO REGULADOR

As Unidades de Visinhança isoladas pela Via de Cintura, continuarão dependentes das Unidades Residênciais mais próximas.  
 A pequena aldeia de Paranhos que não tem quaisquer afinidades com o Ameal continuará portanto desligada desta Unidade Residencial.

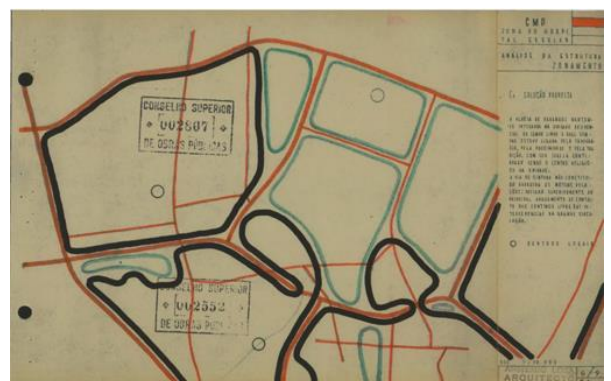
[B18]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 20] Análise da Estrutura - ZONAMENTO  
 B. SOLUÇÃO DO PLANO REGULADOR –  
 f.5/9(23)  
 (○ Centros Locais)



ANÁLISE DA ESTRUTURA / ZONAMENTO  
 B. SOLUÇÃO DO PLANO REGULADOR

Com esta estrutura a aldeia de Paranhos é integrada na Unidade Residencial do Ameal apenas como um apêndice, contrariando as tendências e afinidades naturais.

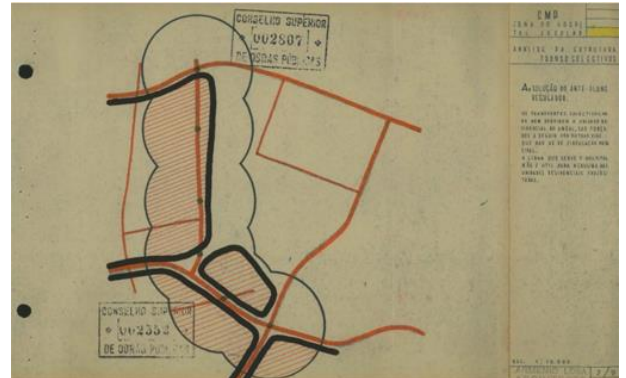
[B19]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 21] Análise da Estrutura - ZONAMENTO  
 C. SOLUÇÃO PROPOSTA – f.6/9(24)  
 (○ Centros Locais)



ANÁLISE DA ESTRUTURA / ZONAMENTO  
 C. SOLUÇÃO PROPOSTA

A aldeia de Paranhos mantém-se integrada na Unidade Residencial do Campo Lindo à qual sempre esteve ligada pela topografia, pela proximidade e pela tradição. Com a sua igreja continuará sendo o centro religioso da unidade.  
 A via de cintura não constituirá barreira às mútuas relações: passará superiormente ao principal arruamento de contacto que continua livre das interferências da grande circulação.

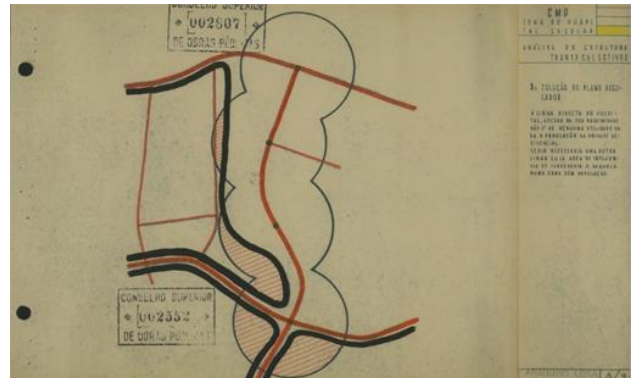
[B20]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 22] Análise da Estrutura – TRANSPORTES  
COLECTIVOS  
A. SOLUÇÃO DO ANTE-PLANO  
REGULADOR – f.7/9(25)



ANÁLISE DA ESTRUTURA / TRANSPORTES COLECTIVOS  
A. SOLUÇÃO DO ANTE-PLANO REGULADOR

Os transportes colectivos para bem servirem a Unidade Residencial do AMEAL, são forçados a seguir por outras vias que não as de circulação principal.  
A linha que serve o hospital não é útil para nenhuma das Unidades Residenciais projectadas.

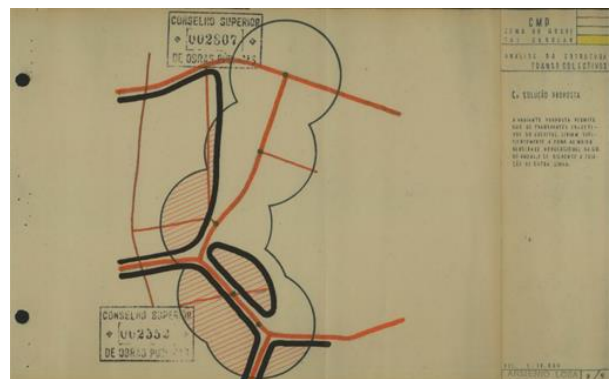
[B21]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 23] Análise da Estrutura – TRANSPORTES  
COLECTIVOS  
B. SOLUÇÃO DO PLANO REGULADOR –  
f.8/9(26)



ANÁLISE DA ESTRUTURA / TRANSPORTES COLECTIVOS  
B. SOLUÇÃO DO PLANO REGULADOR

A linha directa do hospital, apesar da sua proximidade não é de nenhuma utilidade para a população da Unidade Residencial.  
Seria necessária uma outra linha cuja área de influência se sobreporia à daquela numa zona sem população.

[B22]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 24] Análise da Estrutura – TRANSPORTES  
COLECTIVOS  
C. SOLUÇÃO PROPOSTA – f.9/9(27)



ANÁLISE DA ESTRUTURA / TRANSPORTES COLECTIVOS  
C. SOLUÇÃO PROPOSTA

A variante proposta permite que os transportes colectivos do hospital sirvam suficientemente a zona de maior densidade populacional da U.R. do Ameal, e se dispense a criação de outra linha.

## **OS TRAÇADOS DO PLANO REGULADOR**

O Plano Regulador estabelece uma rede de grandes vias de circulação rápida e segura para onde será canalizado o trânsito principal da Cidade – que constitui o esqueleto essencial de toda a urbanização.

(...)

Uma destas vias tem como finalidade quasi exclusiva, facilitar o acesso ao novo Hospital Escolar, estabelecendo melhor contacto entre este e a zona central da Cidade. É o prolongamento para Norte da rua de Faria de Guimarães.

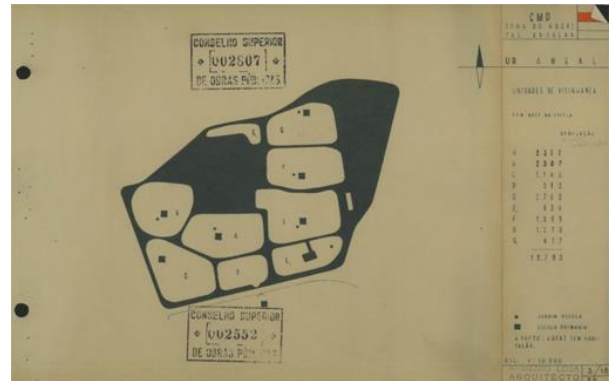
No ante-plano que precedeu o Plano Regulador esta artéria contornava o Hospital pelo Nascente. Depois, por sugestão já dos estudos que agora se apresentam, o seu traçado foi transferido para o lado oposto do Hospital. Os ajustamentos do pormenor sugerem ligeiras modificações no traçado destas vias, que se esclarecem e justificam nos esquemas anexos.

(...)

## II – MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

[B23]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 27] UR AMEAL  
 UNIDADES DE VIZINHANÇA  
 com base na escola

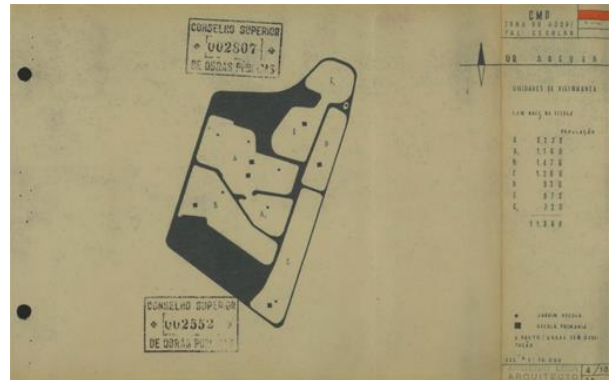
- jardim escola
  - escola primária
- “a preto” - área sem habitação



UNIDADE RESIDENCIAL DO AMEAL  
 UNIDADES DE VIZINHANÇA COM BASE NA ESCOLA  
 (população A-2.367; B-2.507; C-1.143; D-513; E-2.795; E'-634; F-1.089; G-1.270; G'-477; total-12.795)

[B24]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 28] UR AREOSA  
 UNIDADES DE VIZINHANÇA  
 com base na escola

- jardim escola
  - escola primária
- “a preto” - área sem habitação



UNIDADE RESIDENCIAL DA AREOSA  
 UNIDADES DE VIZINHANÇA COM BASE NA ESCOLA  
 (população A-5.235; A'-1.140; B-1.476; C-1.260; D-850; E-875; E'-720; total-11.560)

[B25]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 30] UR AMEAL  
 RELEVO DO TERRENO



UNIDADE RESIDENCIAL DO AMEAL  
 RELEVO DO TERRENO  
 Cotas entre 94 e 120

[B26]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 31) UR AREOSA  
RELEVO DO TERRENO



UNIDADE RESIDENCIAL DA AREOSA  
RELEVO DO TERRENO  
Cotas entre 122 e 158



(...)

### **SUBDIVISÃO URBANA**

A área estudada reparte-se por três sectores, de acordo com o plano Regulador. E, ainda de acordo com este Plano, dois destes sectores são atribuídos a residência e um – o mais central – a parque. O relevo do terreno e a necessidade de proteger o Hospital Escolar determinam o destino deste sector. Cada sector residencial constitue uma Unidade Residencial Autónoma, isto é, apetrechada com serviços e instalações convenientes para a vida cotidiana da população local.

Cada unidade Residencial é, por sua vez, subdividida em vários sectores com alguma autonomia, que se designam por “Unidades de Vizinhança”, terminologia também adoptada pelo Plano Regulador.

As unidades Residenciais são delimitadas pelas artérias de circulação principal.

As Unidades de Vizinhança são definidas e delimitadas – na medida do possível – pelas vias de circulação local.

[B27]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 33) UR AMEAL  
 ORGANIZAÇÃO



UNIDADE RESIDENCIAL DO AMEAL  
 ORGANIZAÇÃO

CC CENTRO URBANO CÍVICO-COMERCIAL ADMINISTRATIVO

- CINE-TEATRO; SALAS DE EXPOSIÇÕES E CONFERÊNCIAS; CAFÉ-ESPLANADA; BIBLIOTECA-MUSEU.
- LOJAS DE COMÉRCIO; ESCRITÓRIOS; ATELIERES; PRAÇA DE TAXIS; RESTAURANTE.
- ESTAÇÃO CTT; ESQUADRA DE POLÍCIA; BOMBEIROS; POSTO CLÍNICO; REGEDORIA; JUNTA DE FREGUESIA.

I IGREJA, CATEQUESE, PATRONATO, ADRO E PARQUE

ET escola profissional; ○ escola primária; ● jardim escola; □ biblioteca / museu; P piscina; CL comércio local;  
 ■ garagens / estação de serviço; ► ◀ parques públicos; — alameda de passeio (7/10 – esc. 1:10.000)

[B28]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 34) UR AREOSA  
 ORGANIZAÇÃO



UNIDADE RESIDENCIAL DA AREOSA  
 ORGANIZAÇÃO

CC CENTRO URBANO CÍVICO-COMERCIAL ADMINISTRATIVO

- CINE-TEATRO; SALAS DE EXPOSIÇÕES E CONFERÊNCIAS; CAFÉ-ESPLANADA; BIBLIOTECA-MUSEU.
- LOJAS DE COMÉRCIO; ESCRITÓRIOS; ATELIERES; PRAÇA DE TAXIS; RESTAURANTE.
- ESTAÇÃO CTT; ESQUADRA DE POLÍCIA; BOMBEIROS; POSTO CLÍNICO; REGEDORIA; JUNTA DE FREGUESIA.

I IGREJA, CATEQUESE, PATRONATO, ADRO E PARQUE

ET escola profissional; ○ escola primária; ● jardim escola; □ biblioteca / museu; P piscina; CL comércio local;  
 ■ garagens / estação de serviço; ► ◀ parques públicos; — alameda de passeio (7/10 – esc. 1:10.000)

## **SELECÇÃO DO TERRENO**

As Unidades Residenciais, e também algumas Unidades de Vizinhança, não ocupam todo o terreno compreendido dentro dos seus limites. Os terrenos mais húmidos ou de fraca exposição ao sol, assim como aqueles muito próximos das instalações industriais existentes, ou ficam livres ou são atribuídos a edificações não residenciais.

(...)

Os traçados dos arruamentos secundários e a implantação dos edifícios têm sempre, ou o mais possível, na devida conta, a adaptação ao relevo, para maior facilidade de realização.

O terreno é apenas corrigido nas zonas onde foi violentado por exploração de pedreiras, onde a necessidade de uma melhor drenagem ou o enxugo de lameiros o justifique e, também, no traçado das grandes artérias de circulação rápida que não podem subordinar-se inteiramente ao acidentado natural.

Os acidentes do terreno são aproveitados e valorizados para a constituição de planos a vários níveis e de passagem de peões independentes das vias de circulação mecânica.

## **ORGANIZAÇÃO**

De acordo com o Plano Regulador, cada Unidade Residencial é dotada com as instalações e serviços necessários à vida cotidiana, de modo a evitarem-se deslocações e percursos escusados.

(...)

As solicitações e necessidades do agregado familiar, composto por indivíduos de várias idades e interesses, são as primeiras a considerar: o jardim de quarteirão para os jogos infantis, colocado junto de cada grupo de residências, sob a vigilância directa da mãe; o jardim-escola e a escola primária com seus recreios mais ou menos reservados, e o Centro de Comércio Local.

(...)

Estes serviços e instalações são normalmente contidos no interior de cada Unidade de Vizinhança, onde todos os percursos obrigatórios utilizam apenas caminhos de peão, afastados dos perigos e perturbações da circulação mecânica.

As Unidades de contêm ainda espaços livres destinados à vida ao ar livre e à reunião e convívio dos vizinhos: as alamedas de passeio, também libertas do trânsito mecânico.

Os serviços comuns a toda a população de cada Unidade Residencial, são agrupados num

centro único, local de convergência natural: o Centro Cívico.

A população é, portanto, instalada em núcleos definidos, autónomos, exclusivamente reservados à habitação – as Unidades de Vizinhança – que, no seu conjunto, formam uma Unidade Residencial com o Centro comum.

### **CENTROS**

Os centros cívicos (*dois*) são grandes áreas que se desenvolvem em praças, galerias, esplanadas e alamedas. As instalações culturais e recreativas, os organismos oficiais de administração e assistência, o comércio principal e os locais de reunião e convívio, são instalados em edifícios próprios situados em sectores adequados à margem ou no meio daquelas praças e esplanadas.

Cada edifício é rodeado pelos espaços mais conformes com as respectivas funções: ou simples áreas de circulação, ou jardins e parques para aquelas actividades que podem ou devem prolongar-se para o exterior.

Os Centros Cívicos – e cumulativamente centros comerciais e administrativos – são inacessíveis aos veículos.

Todo o terreno, todas as circulações, são domínio exclusivo do peão. As vias de circulação passam à margem destes recintos de convergência local, servindo-os sem os perturbarem.

A Igreja paroquial é o núcleo de um outro centro, mais ou menos próximo do Centro Cívico mas independente dele: o Centro Religioso, que compreende, além da igreja, as instalações anexas, a residência paroquial, um adro ou praça e terrenos para jogos.

### **COMÉRCIO**

O comércio é agrupado em locais escolhidos e não ao longo das artérias de circulação mecânica. A cada Unidade de Vigilância corresponde sempre um pequeno núcleo comercial colocado a pouca distância de qualquer das moradias e, portanto, facilmente acessível por caminhos de peão. Estes núcleos situam-se em pequenas praças, à margem das artérias de circulação ou ao lado das alamedas de passeio.

(...)

Em qualquer dos casos as lojas comerciais instalam-se em edifícios, por partes de edifícios especialmente concebidos para esse fim não podendo invadir indiscriminadamente, dispersando-se e perturbando-os, todos os edifícios residenciais. Ao longo das alamedas ocuparão as construções baixas independentes e apenas nas praças comerciais se poderão

instalar ao rés-do-chão de edifícios com atribuições mistas.

No Centro Cívico, alguns edifícios são reservados, em toda a sua altura, para escritórios, consultórios e ateliers que, deste modo, também se arrumam e agrupam nos locais mais adequados.

### **SERVIÇOS PÚBLICOS**

Os serviços públicos são instalados num só edifício – ou dois no máximo – onde, com a indispensável autonomia, se concentram os organismos oficiais de interesse de colectividade : Junta de Freguesia, esquadra da polícia, serviço de incêndios e de socorros, correios, etc.

Esta concentração de serviços permite dar maior relevo à sua própria presença e mais facilmente determinar o local onde podem ser encontrados. De outro modo passariam despercebidos, perdendo-se também como elementos de organização e valorização.

### **SERVIÇOS CULTURAIS**

A estruturação e organização das Unidades Residenciais permitem que as actividades culturais e recreativas das respectivas populações, se desenvolvem com certa autonomia.

(...)

Por isso, e para esse fim, alguns edifícios são total ou parcialmente reservados junto de largos espaços livres que lhes garantem o isolamento necessário e o prolongamento para o exterior.

De acordo com o Plano Regulador prevêem-se instalações para um teatro-cinema, salas para conferências e exposições, salas para clubes e grupos, bibliotecas, etc. além das esplanadas para reuniões e convívio ao ar livre.

Estes serviços não poderão fixar-se com rigidez. Da iniciativa e vitalidade da população depende, em grande parte, a determinação do seu número e ordem de grandeza, è no entanto indispensável que se não comprometa, por uma apreciação precipitada das possibilidades iniciais, um maior desenvolvimento posterior das capacidades, interesses e novas possibilidades de uma população.

Não deveria por isso dar-se diverso destino àqueles locais, instalações ou serviços que só gradualmente virão a tornar-se indispensáveis.

### **ENSINO**

O apetrechamento da população em matéria de ensino, pressupõe a construção de tantos

Jardins-Escolas e Escolas Primárias quantas as Unidades de Vizinhança. Assim, os percursos obrigatórios entre a habitação e a Escola ficam dentro dos limites destas Unidades.

(...)

As crianças terão de percorrer apenas pequenas distâncias que poderão fazer sózinhas nas melhores condições de segurança, libertando os pais de tarefas e preocupações que são inevitáveis quando o caminho da Escola não é suficientemente seguro.

As dimensões das Escolas Primárias não são constantes, podendo variar de acordo com o volume da população a servir, entre o edifício de duas salas e o grupo escolar de dez.

As instalações para o ensino técnico elementar, previstas no plano, não se localizam em posição central dentro das Unidades Residenciais, mas nos seus extremos, em contacto com outras Unidades contíguas. Poderão deste modo servir um aglomerado mais amplo, com população suficiente para as justificar, pois uma só Unidade Residencial não comporta o mínimo de alunos indispensável para o funcionamento regular de uma escola especializada em determinado ramo de ensino. Pelas mesmas razões não foi prevista no Plano Regulador a localização de instalações para o ensino secundário dentro da zona estudada.

## **DESPORTOS**

As crianças têm, dentro das Unidades de Vizinhança, nos recreios de quarteirão, os espaços de que precisem para os seus jogos. Os indivíduos de outras idades encontram os campos desportivos de treino nas grandes áreas livres situadas junto aos próprios limites das Unidades Residenciais.

(...)

## **ESPAÇOS LIVRES**

Um dos problemas mais descuidados pelas entidades administrativas é o das áreas livres. De há muitas dezenas de anos que as áreas dos parques e jardins não aumenta no Porto e, no entanto, a cidade e a sua população continuam a crescer em ritmo normal. É de atribuir, possivelmente, esta falta de atenção pelos parques e jardins, à circunstância de se ter generalizado, nas últimas décadas, o tipo de casa isolada que sucedeu à casa com quintal e que deu algumas zonas da cidade um aspecto mais rasgado e arejado.

Todavia, ainda muita gente continua privada de um bocado de terreno, carência que é

sentida, sobretudo e de um modo grave, pelas crianças.

O quintal privado não é solução de recomendar senão para as poucas zonas de habitação rica, dispendiosa de resto do ponto de vista administrativo e não inteiramente eficaz.

Aliás é indispensável, para se evitar a ruína da administração, que a população de uma cidade como o Porto, de dimensões já consideráveis, se disperse o menos possível. Assim não poderá oferecer-se um quintal ou um jardim privado a todas as famílias e a todas as crianças que, no entanto, tem absoluta necessidade física e mental de se libertarem da clausua da própria casa e de conviverem com outras crianças.

No ante-plano, os espaços livres necessários a toda a população são distribuídos de acordo com as várias idades. Nos novos quarteirões, o terreno que rodeia os edifícios é mantido livre e público, em lugar de se fraccionar em quintais privados.

(...)

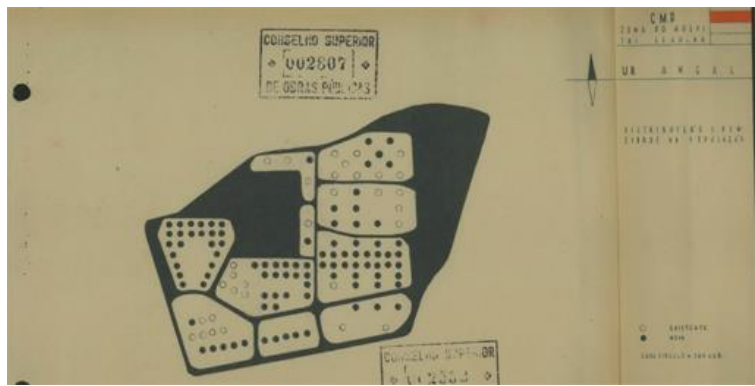
Estes terrenos são o logradouro comum dos inquilinos e os recreios das crianças. Estas podem aqui brincar em segurança, em contacto permanente com a habitação e sob a vigilância directa dos pais.

Para os jovens e os adultos estabelecido, também, em cada Unidade de Vizinhança, uma larga alameda de passeio, arborizada e de nível, ligada a todos os edifícios por veredas e caminhos abertos através daqueles parques e jardins.

As praças e esplanadas do Centro Cívico são ainda grandes áreas livres abertas a toda a população.

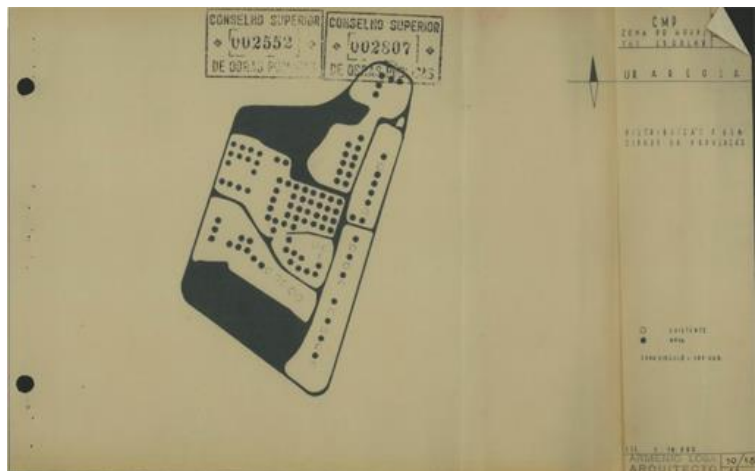
Estes parques, jardins, alamedas e esplanadas, sempre isoladas da circulação mecânica e mais ou menos recatadas conforme os seus destinos e função principais, são os espaços de utilização cotidiana. Os grandes parques exteriores completam este sistema de espaços livres.

[B29]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO  
HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 41) UR AMEAL  
POPULAÇÃO



UNIDADE RESIDENCIAL DO AMEAL  
DISTRIBUIÇÃO E DENSIDADE DA POPULAÇÃO  
○ 100 habitantes (população existente)  
● 100 habitantes (população nova: 11.500 hab.)

[B30]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO  
HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 42) UR AREOSA  
POPULAÇÃO



UNIDADE RESIDENCIAL DA AREOSA  
DISTRIBUIÇÃO E DENSIDADE DA POPULAÇÃO  
○ 100 habitantes (população existente)  
● 100 habitantes (população nova: 13.000 hab.)



## **POPULAÇÃO**

As duas Unidades Residenciais comportam-se, cada uma, população superior a muitas das nossas cidades: 11.500 e 13.000 habitantes. A constituição provável desta população, suas características e nível económico – não é fácil de determinar à priori, dependendo em grande parte da orientação oficial, ainda por definir, quanto aos tipos de habitação a construir e a maior ou menor liberdade deixada à iniciativa particular. Esta, em geral, não se orienta senão para a construção unifamiliar ou para as casas colectivas de rendas elevadas.

(...)

Algumas medidas deverão ser tomadas no sentido de fixar nesta zona uma população modesta de recursos que, embora constitua a grande massa da cidade, raras vezes tem sido motivo de atenção ao elaborarem-se os planos urbanísticos e os projectos de edificação.

As classes mais abastadas tem já largas zonas para se instalarem, zonas quasi exclusivas e em permanente desenvolvimento: Antas, Campo Alegre, Gomes da Costa, Foz.

Agora importa instalar, sobretudo, aquela população de nível económico menos folgado.

No ante-plano, a maioria das edificações é, por isso, destinada à habitação colectiva por andares o que permite não só variar as dimensões das residências de acordo com as necessidades como, também, tornar mais acessíveis as rendas.

A habitação unifamiliar, acessível a uma parcela mínima da população das grandes cidades, apenas se estabelece naquelas zonas ou sectores já demasiado comprometidos pela edificação e estruturação existentes.

## **DENSIDADE**

Nas zonas de residência abrangidas pelo ante-plano, procurou-se elevar para um plano satisfatório a densidade populacional. Não se atingiram as médias desejáveis do ponto de vista da economia urbana, mas os números alcançados podem considerar-se já razoáveis se se confrontarem com os das realizações anteriores.

(...)

A média geral de cada Unidade Residencial é prejudicada não só pela presença das instalações industriais, que absorvem grandes áreas subtraídas a habitação e pela própria natureza de alguns terrenos que não tem condições de edificação, como, principalmente,

pelo carácter dispersivo das áreas já urbanizadas e definitivamente comprometidas.

Portanto, as densidades altas só praticamente se conseguem nos sectores ainda livres onde foi possível projectar as construções em altura. Nestes sectores a densidade aproxima-se dos 300 habitantes por hectare.

Os esquemas anexos ilustres com números muito aproximados os resultados obtidos quanto à densidade populacional das duas Unidades Residenciais e de cada uma das diversas Unidades de Vizinhança.

Uma intervenção mais ousada nas zonas já comprometidas permitiria melhorar o projecto e as condições económicas da sua realização. Só, porém, depois de fixada a orientação superior quanto a este pormenor se poderá com segurança escolher o caminho a seguir.

Convém, no entanto, insistir desde já na necessidade de rever os critérios seguidos até hoje. A cidade tem-se dispersado perigosamente com uma baixíssima densidade da população, não só por virtude de um crescimento incontrolado e anárquico mas, também, por culpa de uma orientação assente em princípios discutíveis. A dispersão e a baixa densidade populacional são hoje uma das principais causas das grandes dificuldades que pesam sobre a administração municipal.

É, pois, indispensável pensar-se seriamente não apenas na planificação urbana como, também, no aumento da densidade de cada novo sector residencial, até aos máximos permitidos pelas condições de salubridade.

### **HABITAÇÃO**

Para se conseguirem rendas acessíveis sem grandes desperdícios de terreno, preconiza-se a generalização do tipo de habitação por andares, de maior ou menor área conforme as necessidades e as possibilidades da população a instalar. As Unidades de Vizinhança livres de condicionamentos, são assim destinadas, dentro do possível, a este género de habitação em altura que oferece, além de outras, as vantagens de uma maior densidade com reduzida ocupação do solo.

A habitação individual, isolada ou em fila contínua, também tem lugar nas áreas onde a urbanização já tinha iniciada. Mas só nos sectores que não podem ser alterados sem grandes dificuldades ou sem perturbações sérias para a organização local se continua a adoptar este tipo dispersivo de residência. E para que se não agravem as condições desfavoráveis de uma urbanização extensiva, preconiza-se o agrupamento das casas em

filas contínuas de preferência às construções isoladas.

Com todos os tipos de habitação sugeridos no ante-plano se poderão fazer, por iniciativa municipal, muitas experiências úteis para o futuro desenvolvimento da cidade.

## **OS EDIFÍCIOS**

Os edifícios são implantados com maior ou menor independência relativamente ao alinhamento das ruas de circulação mecânica, colocando-se no terreno de acordo com o relevo e a orientação solar mais favorável. A orientação, que não é de grande importância para os edifícios unifamiliares, isolados e baixos, é, pelo contrário, fundamental para a salubridade geral do ambiente e do próprio interior dos edifícios, quando se trata de prédios altos.

A independência dos alinhamentos, a orientação e o desenvolvimento em altura dos edifícios, permite criar uma moldura de vegetação num ambiente natural e amplo, banhado de sol no inverno e protegido no verão pela sombra das árvores.

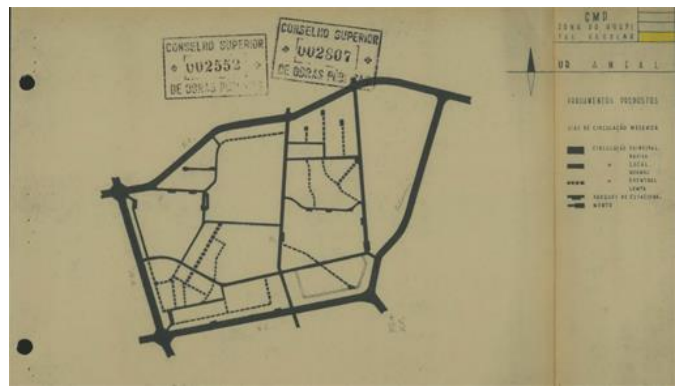
Os edifícios de habitação colectiva são de dois tipos principais: sem ascensor e com ascensor. O primeiro, limitado a quatro pisos – rés-do-chão e três andares - está já generalizado entre nós em repetidos exemplos, embora imperfeitos e fraccionados, espalhados por toda a cidade. O segundo tipo, ainda não conhecido na cidade do Porto mas já adoptado em Lisboa, é o edifício de mais de sete andares, com um ou vários acessos verticais, destinado sobretudo a habitações de área reduzida.

O desenvolvimento dos edifícios em altura não só liberta o solo numa percentagem considerável como permite adensar a população com vantagens incontestáveis para a economia geral da cidade.

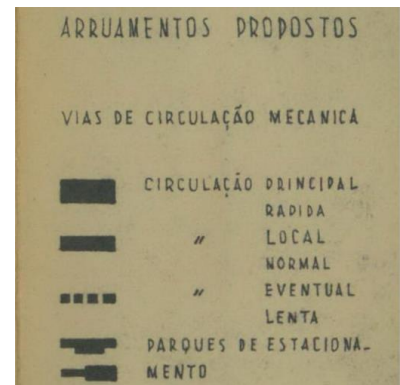
Os edifícios altos podem ainda deixar livre uma parte do terreno coberto para maior facilidade dos contactos e dos percursos entre vários quarteirões e para prolongamento abrigado dos recreios ao ar livre.

Todos os edifícios tem atribuições rigorosamente definidas e inalteráveis, estabelecidas de acordo com as zonas e os locais que ocupam dentro dessas zonas.

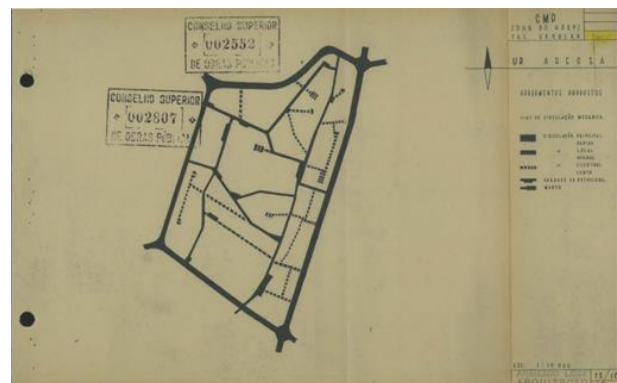
[B31]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 49) UR AREOSA  
ARRUAMENTOS PROPOSTOS



[B32]  
UNIDADES RESIDENCIAIS  
ARRUAMENTOS PROPOSTOS



[B33]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 50) UR AREOSA  
ARRUAMENTOS PROPOSTOS



Os edifícios residenciais são exclusivamente destinados à habitação, assim como os edifícios de interesse público ou colectivos se reservam apenas para funções pré-estabelecidas. Apenas em alguns factores ou centros comerciais perfeitamente delimitados se considera de vantagem a atribuição para lojas do rés-do-chão de alguns prédios de residência. Normalmente, porém, as lojas comerciais de venda directa a público são instaladas em construções baixas e independentes em conjuntos com características próprias.

Os edifícios para oficinas e armazéns, embora forçosamente individualizados, terão de integrar-se num conjunto arquitectónico. Em alguns casos situam-se em locais de muita evidência – avenidas ou ruas de grande convergência de trânsito – e muito próximos dos sectores residenciais. Terão por isso de apresentar um aspecto cuidado, não só fachadas como das próprias coberturas. Um projecto total para cada grupo garantirá o bom aspecto exterior destas instalações sem prejuízo da individualização e adaptação internas a quaisquer necessidades.

(...)

### **CIRCULAÇÃO**

Dois princípios fundamentais presidiram a toda a concepção do ante-plano: distinção e separação entre o trânsito mecânico e trânsito de peões; hierarquia das vias de circulação. Na classificação das vias fixam-se três categorias principais, de harmonia com a importância relativa do respectivo tráfego. A estas três categorias correspondem perfis, estruturas e características diferenciadas:

- as artérias de circulação principal (determinadas pelo Plano Regulador) que contornam e delimitam as Unidades Residenciais e asseguram o trânsito rápido entre as diversas partes da cidade e entre esta e o exterior,
- as artérias de distribuição, ou de circulação local, que, partindo das primeiras, contornam as Unidades de Vizinhança assegurando o acesso de veículos a estes complexos residenciais e, finalmente,
- as artérias de circulação eventual que apenas servem para a penetração de sectores definidos ou acesso a grupos de edifícios.

Deste modo a circulação de grande velocidade é sempre exterior aos grandes conjuntos urbanos e completamente desimpedida de interferências estranhas.

(...)

Além dos cruzamentos de nível – que não puderem evitar-se – nenhuma outras servidões laterais virão perturbar o normal e rápido fluxo de grande circulação.

A circulação local também não perturba a tranquilidade e segurança dos complexos residenciais ou do Centro Cívico : contorna-os, isolando-os. No interior de cada Unidade de Vizinhança (salvo naquelas onde não foi possível corrigir os traçados e demais condições existentes) a circulação mecânica limita-se ao movimento eventual que não afecta a segurança dos habitantes. É, de resto, reduzida a algumas penetrações de acesso aos principais edifícios e não chega a retalhar o complexo residencial.

As faixas de rodagem são limitadas ao estritamente necessário para a circulação e, portanto, reduzidas na sua largura.

O estacionamento de veículos desaparece do leito dos arruamentos para parques distribuídos pelos locais de maior atracção do movimento.

Cada grande edifício ou grupo de edifícios terá o seu parque de estacionamento junto à porta de acesso ou a curta distância desta.

As garagens de serviço e de recolha concentram-se em zonas adequadas, em contacto directo ou próximo com os arruamentos de circulação, ou ao pé do próprio imóvel de habitação.

Dentro de cada Unidade Residencial é muito reduzido o número e extensão das novas vias de circulação mecânica.

(...)

Limitam-se, praticamente, aos contornos das Unidades de Vizinhança que servem, delimitam e definem. No interior destas unidades, o terreno é domínio exclusivo do peão.

Esta independência entre circulação, mais ou menos rápida, e a circulação, mais ou menos rápida, é a circulação pedestre, garante não só a eficiência e segurança do tráfego como a tranquilidade, comodidade e segurança da população dentro de cada Unidade de Vizinhança. Os percursos entre a casa e a escola, entre a casa e os locais de abastecimento cotidiano e para todas as relações internas, normalmente feitos a pé, são percursos agradáveis e seguros através de caminhos rodeados de vegetação.

As crianças podem deixar as mães entregues aos afazeres domésticos e seguir sózinhas para o jardim-escola ou para a escola primária sem se exporem aos perigos do

atravessamento de uma rua com automóveis.

Em cada Unidade de Vizinhança há, além dos caminhos necessários aos diversos percursos, uma alameda larga, extensa e de nível, inacessível também aos veículos. É o centro de cada um destes complexos residenciais, local de convergência, de convívio, de passeio e repouso.

Onde a configuração do terreno o consente, criam-se ainda passagens a níveis diferentes das das vias de trânsito mecânico para ligar entre si várias unidades ou ligar estas às áreas dos grandes parques. Prolonga-se assim, na medida do economicamente possível, a rede de percursos de peão para além da Unidade de Vizinhança. O projecto é modesto na indicação destes percursos contínuos de interligação pedestre, limitando as passagens – inferiores e superiores – aos locais propícios pelo acidentado do terreno.

(...)

Poderia melhorar, criando uma rede completa sem qualquer quebra de continuidade, sem um só atravessamento forçado das vias de mais intenso movimento. Os percursos já projectados poderiam também ser melhorados com a construção de galerias para protecção em dias de chuva.

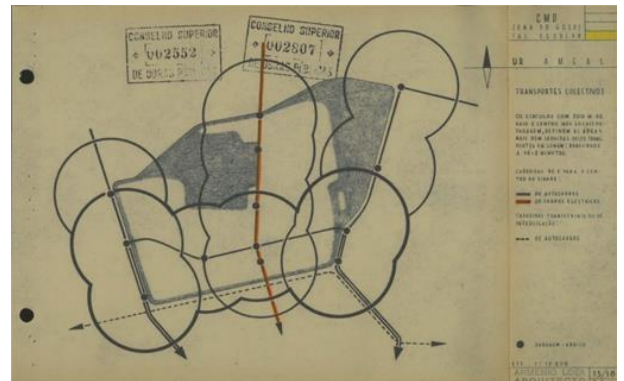
O projecto definitivo poderá, portanto, ser beneficiado neste aspecto, se da análise e crítica do ante-plano resultarem directivas superiores que permitem aperfeiçoar os percursos tímidamente esboçados; e poderá ser grandemente prejudicado se não forem bem compreendidas as vantagens incontestáveis de uma circulação eficiente e segura do peão.

### **TRANSPORTES COLECTIVOS**

A rede dos transportes colectivos de cada Unidade Residencial é constituída pela linha de carros eléctricos; por novas linhas, tangências e de passagem, e por uma carreira de penetração e atravessamento.

Estas linhas cobrem todo o complexo residencial com as suas faixas de influência de largura não superior a trezentos metros. Deste modo as máximas distâncias entre a paragem e qualquer edifício ou local vencem-se em três minutos de marcha normal.

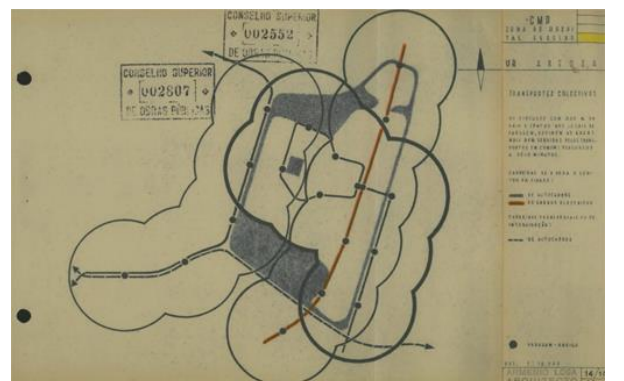
[B34]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 54) UR AMEAL  
 TRANSPORTES COLECTIVOS



UNIDADE RESIDENCIAL DO AMEAL  
 TRANSPORTES COLECTIVOS

Carreiras de e para a cidade: — autocarros; — carros eléctricos; ---- autocarros (carreiras transversais ou de interligação); ● paragem abrigo  
 Os círculos com 300 m. de raio e centro nos locais de paragem, definem as áreas mais bem servidas pelos transportes em comum: percursos a pé – 3 minutos.

[B35]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 57) UR AREOSA  
 TRANSPORTES COLECTIVOS



UNIDADE RESIDENCIAL DA AREOSA  
 TRANSPORTES COLECTIVOS

Carreiras de e para a cidade: — autocarros; — carros eléctricos; ---- autocarros (carreiras transversais ou de interligação); ● paragem abrigo  
 Os círculos com 300 m. de raio e centro nos locais de paragem, definem as áreas mais bem servidas pelos transportes em comum: percursos a pé – 3 minutos.



As paragens dos transportes colectivos reduzem-se e distanciam-se para maior rendimento e eficiência das carreiras, localizando-se nos pontos de maior convergência de percursos.

Os transportes circulam apenas nas artérias de circulação rápida ou de circulação local e nunca nas de circulação eventual das paragens encostam-se a remansos à margem das faixas de rodagem, junto a pequenas construções que servem simultaneamente para abrigo e para instalação de estabelecimentos comerciais

(...)

Para as novas linhas sugerem-se as carreiras de autocarros. A sua maior flexibilidade e a circunstância de poderem estabelecer-se sobre artérias de circulação rápida, asseguram aos transportes colectivos uma eficiência que os carros eléctricos não podem oferecer. Uma outra vantagem resulta do sistema: o dispensarem-se os carris e a malha de postes e de fios que tanto perturbam a paisagem urbana.

## **TRABALHO**

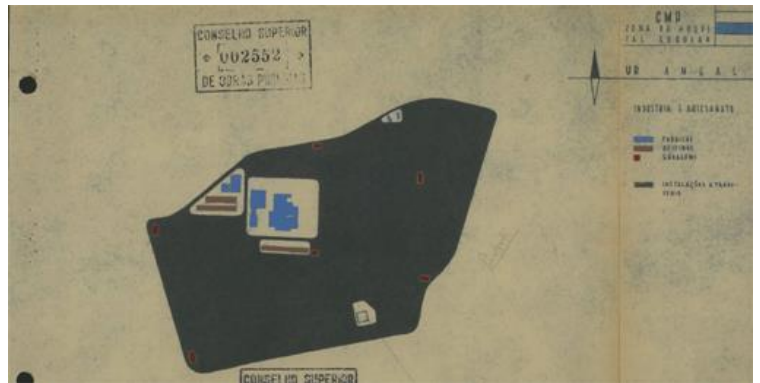
As indústrias existentes, dentro mesmo dos complexos residenciais, embora constituem elementos de perturbação e desorganização, tem por outro lado a vantagem de oferecerem fontes de trabalho próximas. E, por não ser possível afastar essas indústrias para além dos limites da organização residencial, colocando-os em zonas próprias – e, também, porque alguns terrenos não possuem todas as características requeridas pela habitação – ampliam-se as instalações existentes e reservam-se terrenos para a criação de outras.

Normalmente, entre as instalações industriais e as zonas de habitação, intercalam-se grupos de oficinas e armazéns. Estas construções, convenientemente arrumadas e agrupadas, são elementos complementares do apetrechamento de cada Unidade.

(...)

As novas fábricas e as oficinas, conjuntamente com os centros de comércio e o Hospital Escolar, farão alargar as possibilidades de aplicação local do trabalho de uma parte importante da população activa.

[B36]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO  
HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 58) UR AMEAL  
INDÚSTRIA E ARTESANATO



UNIDADE RESIDENCIAL DO AMEAL  
INDÚSTRIA E ARTESANATO

- fábricas; ■ oficinas; ■ garagens; ■ instalações a transferir

[B37]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO  
HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 59) UR AREOSA  
INDÚSTRIA E ARTESANATO



UNIDADE RESIDENCIAL DA AREOSA  
INDÚSTRIA E ARTESANATO

- fábricas; ■ oficinas; ■ garagens; ■ instalações a transferir

## **HOSPITAL ESCOLAR**

O Hospital Escolar fica rodeado pelas áreas livres do futuro grande parque que se estende principalmente para Sul. Dentro da sua zona, definida por uma malha de grandes artérias, apenas se situam as construções complementares da Escola de Enfermagem, o Instituto de Oncologia e a Cidade Universitária. Estas construções são, porém, igualmente rodeadas de vegetação de modo que o ambiente natural se mantém, até grande distância, em volta do Hospital.

Aquelas artérias, de circulação rápida, canalizam o trânsito de todas as partes da cidade até à Estrada da Circunvalação onde se situa a entrada principal. Este acesso, por se verificar numa estrada de grande e rápido movimento, é feito com as preocupações necessárias para se evitar os cruzamentos de nível.

A área fronteira ao Hospital, do lado Norte, não foi ainda analisada por falta de elementos topográficos suficientes para um estudo consciencioso. Encontram-se ali os limites administrativos de três concelhos o que, também, dificulta a estruturação de um provável complexo residencial, organizado devidamente. Embora, pelas condições de proximidade, seja propícia à instalação de residências para as pessoas ligadas aos vários serviços do Hospital – professores, médicos, enfermeiros e pessoal administrativo e auxiliar – não poderia, no entanto, vir a permitir um agrupamento com dimensões bastantes para se organizar com a necessária autonomia.

(...)

Por outro lado, a circunstância de se constituírem, nas proximidades, duas zonas organizadas de residência com um apetrechamento que não é fácil de obter em núcleos mais pequenos, dispensará a construção de uma nova e especial zona de habitação expressamente destinada à instalação do pessoal do Hospital Escolar. Evitar-se-ia a dispersão territorial e de esforços, fazendo convergir as atenções para as Unidades Residenciais projectadas que, assim, mais rapidamente se desenvolveriam e completariam.

## **CIDADE UNIVERSITÁRIA**

A grande área de terrenos livres situada entre o Hospital Escolar e a Unidade Residencial da Areosa, fica reservada com uma finalidade especial. A cidade não se expande com ritmo tal que justifique a absorção ou reserva de todos os terrenos propícios, apenas para a habitação. Importa, pelo contrário, definir áreas delimitadas para este fim, suficientes para

uma expansão gradual e controlada, sem se invadir e comprometer indiscriminadamente todo o território subordinado à administração municipal. Estes terrenos, bem situados em relação à estrutura principal da Cidade, bem expostos e susceptíveis de uma grande valorização, podem e devem, portanto, reservar-se desde já, até que surja a necessidade da sua utilização especial. Constituíriam a futura Cidade Universitária.

(...)

É evidente que a maioria das instalações das várias Faculdades existentes não corresponde já às necessidades do ensino e que outras Faculdades ou Institutos Superiores virão a ser criados em futuro próximo. Manter ou não a actual dispersão é outro problema. É possível que se recolham alguns benefícios do isolamento das diversas escolas e serviços do ensino superior, mas parece lógico supor que da concentração poderão resultar benefícios ainda maiores.

Admitindo que não há prejuízo em agrupar o maior número possível de Faculdades – todos os países aderem a este princípio – a presença da nova Faculdade de Medicina seria o bastante para definir o local como o mais adequado para a construção de outras instalações e serviços universitários. Razões complementares se somam a esta: a contiguidade de um complexo residencial com abundância de alojamentos; a contiguidade de um grande parque para recreio e exercícios desportivos; os espaços convenientes para o desenvolvimento de um jardim botânico; a facilidade de acessos e de transportes colectivos.

O estudo apresentado para a Cidade Universitária é apenas um esquema-sugestão das possibilidades locais.

### **O GRANDE PARQUE**

O parque surge inicialmente com o objectivo principal de garantir, em volta do Hospital Escolar, uma grande zona natural de protecção.

(...)

Este objectivo poderia alcançar-se com tão sómente manter como reserva rural os terrenos integrados nesta zona, de resto poucos propícios na maior parte para edificação.

Como, porém, há vantagem em criar espaços públicos acessíveis à população da cidade, instalada não só nas proximidades como em toda a zona Norte, não é bastante a simples manutenção das condições existentes. Importa que, pouco a pouco, conforme as

possibilidades financeiras do Município e em colaboração com o Estado, todo o terreno vá sendo integrado no património público e sistematicamente adaptado a parque da cidade.

A integração no património público poderia iniciar-se com a transferência dos viveiros municipais e a construção de campos de jogos desportivos, conjugando as iniciativas de grupos e de associações com a iniciativa oficial. E, mantendo embora o carácter rural, continuando mesmo a exploração agrícola do solo, ir-se-iam pouco a pouco alargando as áreas acessíveis à população com a construção de caminhos de peões, pistas de ciclistas, pequenos bosques e largas clareiras de relvados.

### **DRENAGEM E ESGOTOS**

Com a criação dos percursos de peão através dos edifícios e sectores residenciais, as redes de esgotos e todas as outras redes deixam de ser obrigatoriamente instaladas sob a calçada dos arruamentos de circulação para, com maior independência, convergirem directamente para os talvegues, seguindo as pendentes naturais.

(...)

Libertam-se, assim, as faixas de rodagem de uma infraestrututa dispendiosa e onerada pelas reparações, inspecções e alterações que obrigam a levantamentos constantes do pavimento e a reposições sempre enervantes e defeituosas.

Seguindo as linhas de água, a rede de esgotos pode, de resto, seguir mais próxima da superfície da terre, dispensando as galerias visitáveis. E as reparações ou alterações não perturbarão o trânsito, mais importante, das artérias de circulação mecânica.

As vertentes da maior parte da zona seguem direcção oposta à do actual sistema de saneamento. É necessário, por isso, encarar a construção de um novo sistema, independentemente da rede existente.

### **ECONOMIA GERAL DA URBANIZAÇÃO**

(...)

[B38]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 69) UR AMEAL  
FASEAMENTO



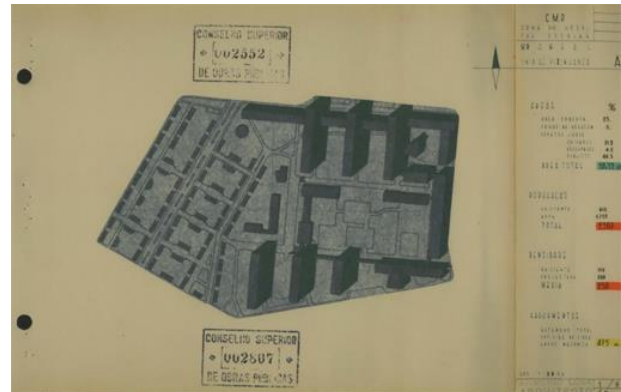
UNIDADE RESIDENCIAL DO AMEAL  
FASES DE REALIZAÇÃO  
■ 1.ª fase; ■ 2.ª fase; ■ 3.ª fase

[B39]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 70) UR AREOSA  
FASEAMENTO

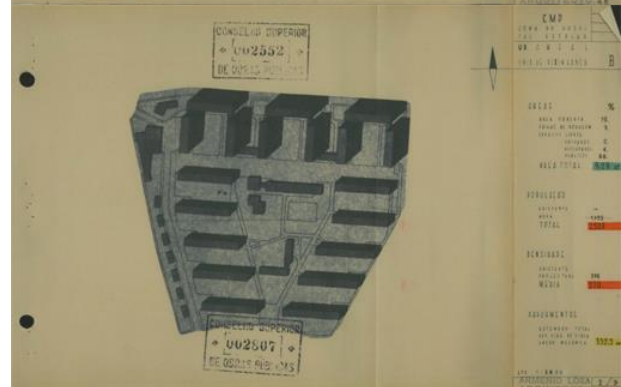


UNIDADE RESIDENCIAL DA AREOSA  
FASES DE REALIZAÇÃO  
■ 1.ª fase; ■ 2.ª fase; ■ 3.ª fase

[B40]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 80) UR AMEAL – UV.A (1/9)



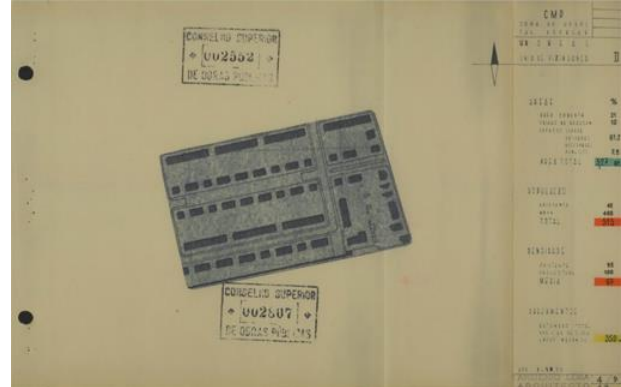
[B41]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 81) UR AMEAL – UV.B (2/9)



[B42]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 82) UR AMEAL – UV.C (3/9)



[B43]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 83) UR AMEAL – UV.D (4/9)

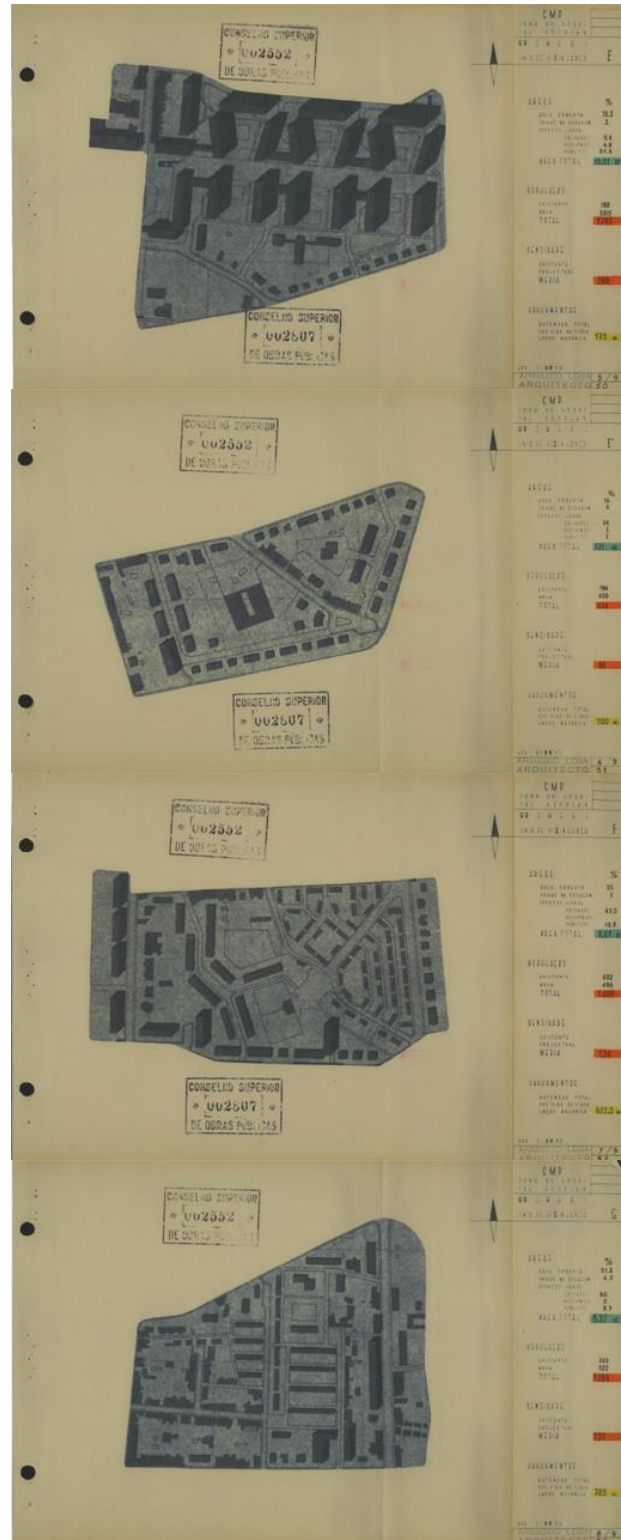


[B44]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 84] UR AMEAL – UV.E (5/9)

[B45]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 85] UR AMEAL – UV.E' (6/9)

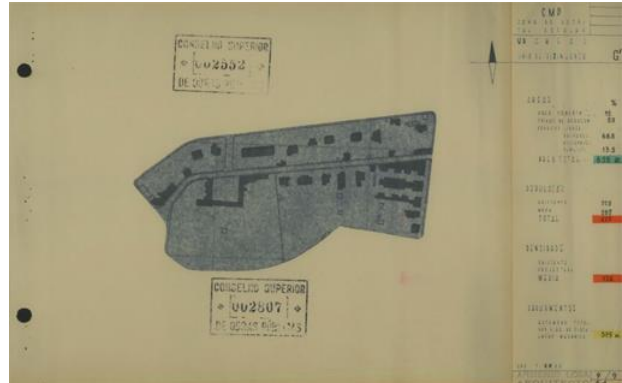
[B46]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 86] UR AMEAL – UV.F (7/9)

[B47]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 87] UR AMEAL – UV.G (8/9)

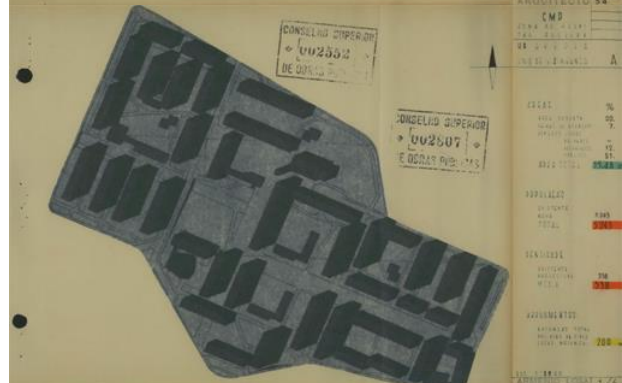




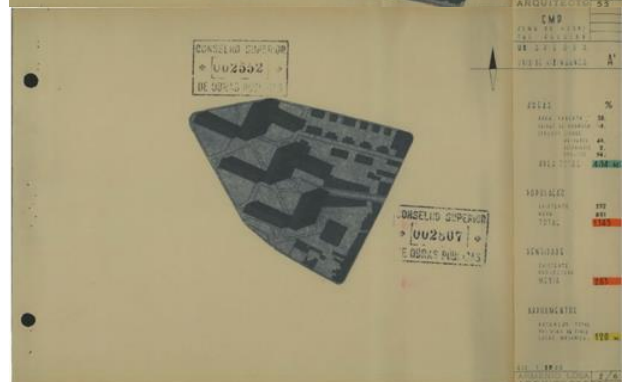
[B48]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 88) UR AMEAL – UV.G’ (9/9)



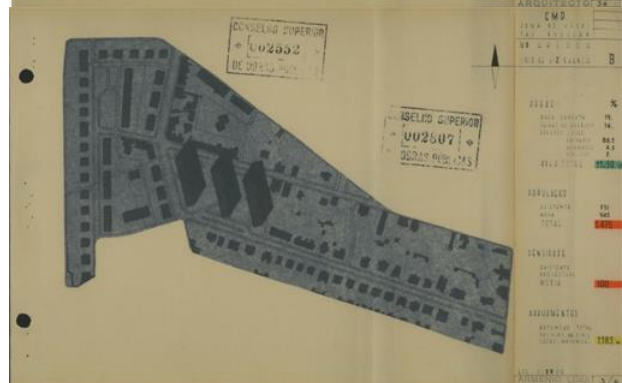
[B49]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 89) UR AREOSA – UV.A (1/6)



[B50]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 90) UR AREOSA – UV.A’ (2/6)



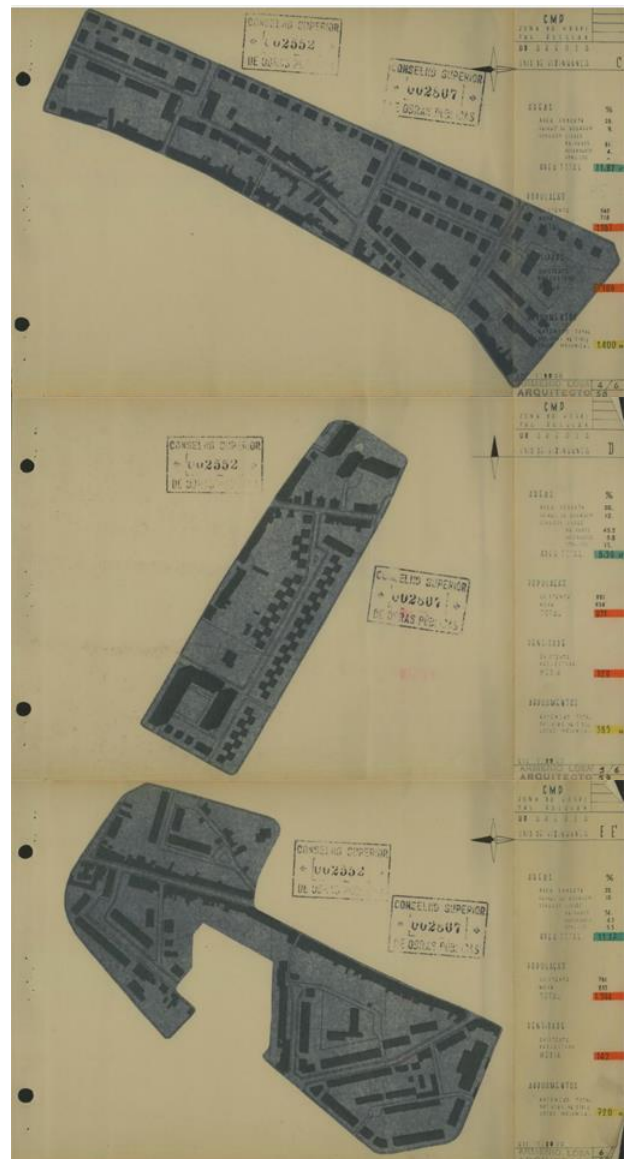
[B51]  
 ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
 ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1954  
 [p. 91) UR AREOSA – UV.B (3/6)



[B52]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 92) UR AREOSA – UV.C (4/6)

[B53]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 93) UR AREOSA – UV.D (5/6)

[B54]  
ANTE-PLANO DA ZONA DO HOSPITAL  
ESCOLAR  
Arménio Losa, 1954  
[p. 94) UR AREOSA – UV.EE' (6/6)



(...)

**PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR**  
ARMÉNIO LOSA, 1957

## PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR

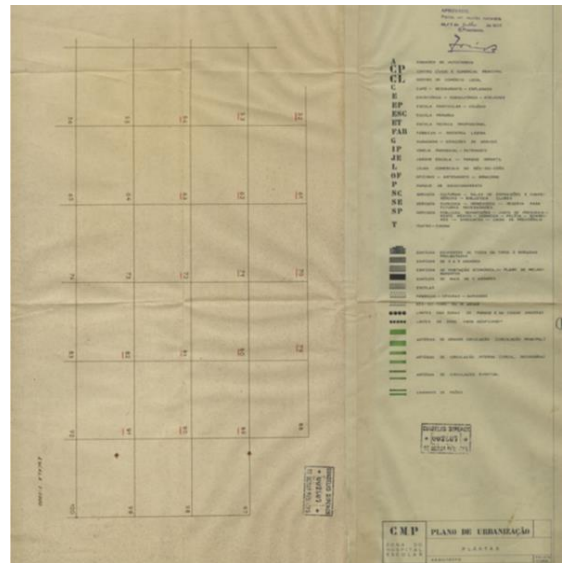
ARMÉNIO LOSA - 1957



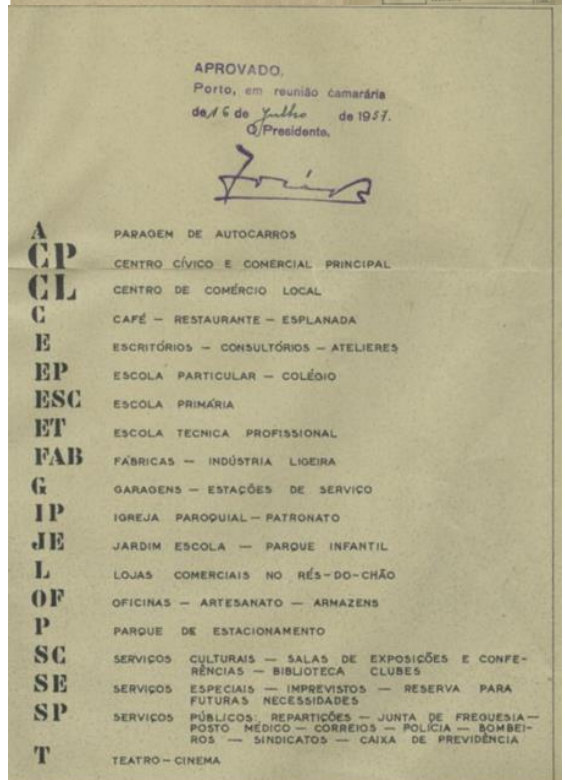
[B55] PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR, Arménio Losa, 1957  
Planta de conjunto - carimbada pelo CSOP. [Arquivo Histórico da DGOTDU – SNIT]

Designação do Plano: Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar  
Designação Complementar: Plano de Urbanização  
Tipo de Plano: Planos de Urbanização  
Ano: 1957  
Autor: Arménio Losa (Arq.)  
Entidade Adjudicante: Câmara Municipal do Porto  
Proprietário: DGOTDU  
Nome da Planta: Plantas - Legenda  
Número de Identificação: 15  
Escala: 1/1 000  
Regime Jurídico: DL n.º 33921 de 05/09/1944  
Número do Parecer: 002807  
Concelho: PORTO  
Dimensão: 59 x 63 cm  
N.º do Parecer do CSOPT: 002807

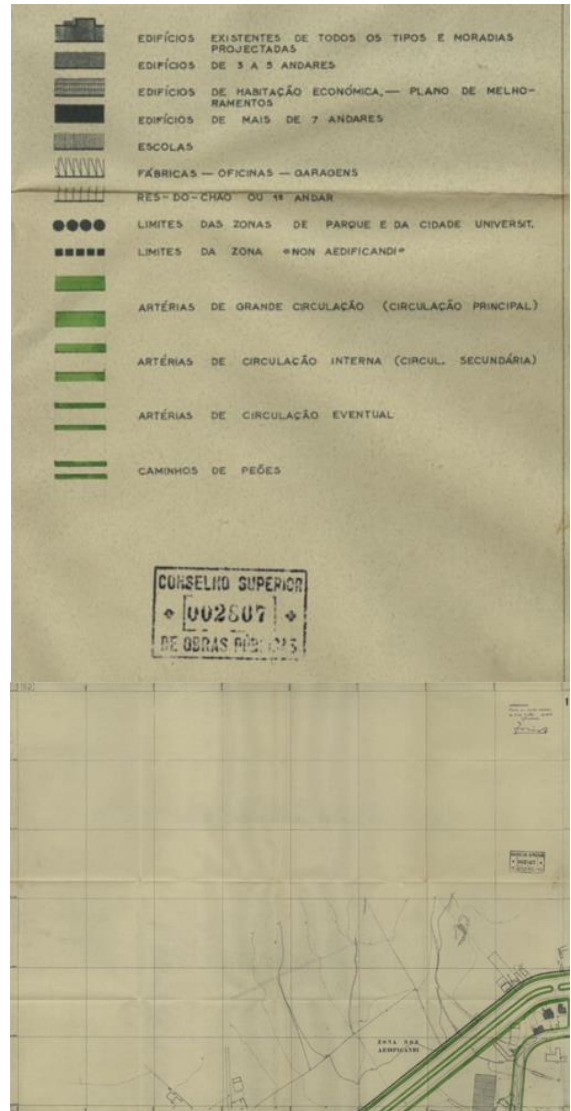
[B56]  
 PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1957  
 Montagem  
 Fonte: DGOTDU



[B57]  
 PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1957  
 LEGENDA a  
 Fonte: DGOTDU



[B58]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
LEGENDA b  
Fonte: DGOTDU

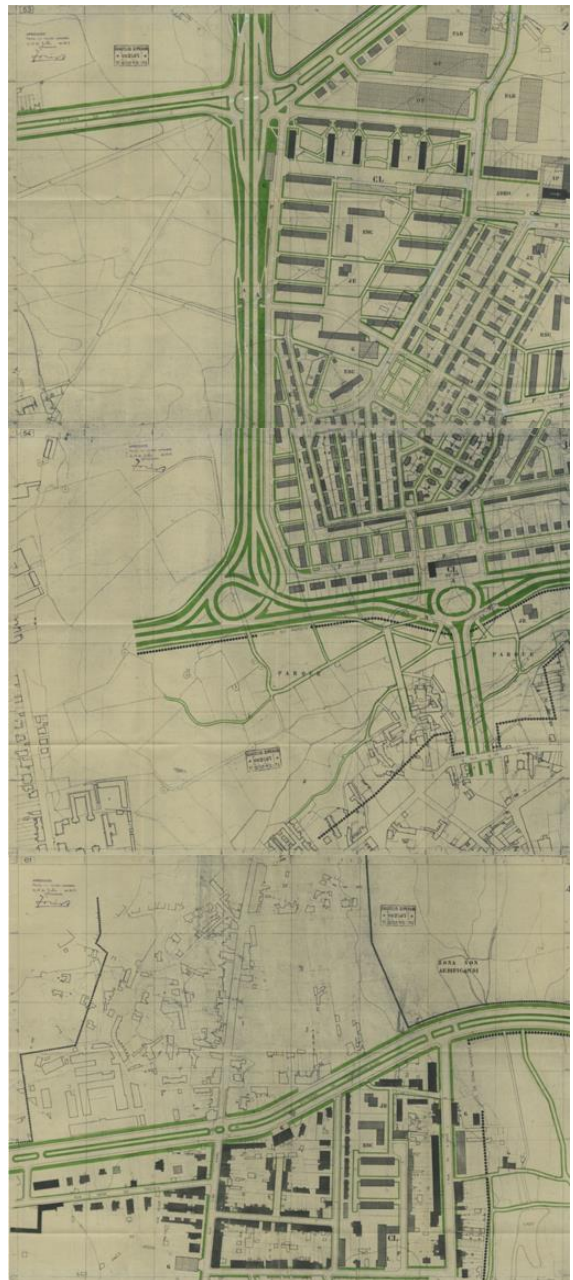


[B59]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 1-52  
Fonte: DGOTDU

[B60]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 2-53  
Fonte: DGOTDU

[B61]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 3-54  
Fonte: DGOTDU

[B62]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 4-61  
Fonte: DGOTDU



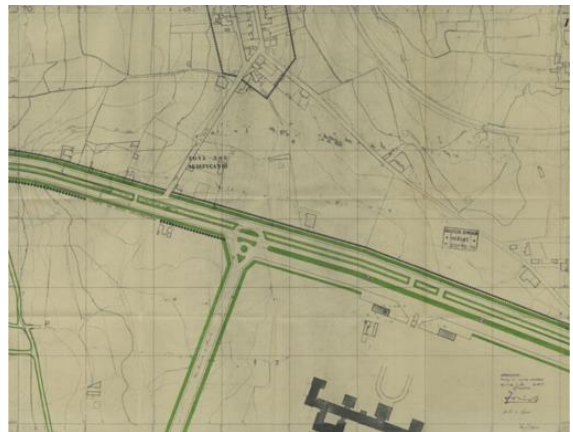
[B63]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 5-62  
Fonte: DGOTDU



[B64]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 6-63  
Fonte: DGOTDU



[B65]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 7-64  
Fonte: DGOTDU





[B66]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 8-71  
Fonte: DGOTDU

[B67]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 9-72  
Fonte: DGOTDU

[B68]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 10-79  
Fonte: DGOTDU

[B69]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 11-80  
Fonte: DGOTDU



[B70]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 12-81  
Fonte: DGOTDU

[B71]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 13-82  
Fonte: DGOTDU

[B72]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 14-88-89  
Fonte: DGOTDU



[B73]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 15-90  
Fonte: DGOTDU



[B74]  
PLANO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
Mosaico 16-91  
Fonte: DGOTDU



(...)

Em Abril de 1953 foi entregue o Ante-Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar que depois de devidamente apreciado pelas entidades competentes, deveria ser corrigido, desenvolvido e pormenorizado de modo a transformar-se em definitivo no Plano de Urbanização.

É este Plano que se Apresenta, organizado nos termos do contrato acordado entre o autor e a Exma Câmara Municipal.

Desde a entrega do Ante-Plano decorreu largo período de tempo [pouco mais de 3 anos; de 1953 a 1957] dispendido em análises críticas e pareceres e na preparação dos elementos de trabalho que à Câmara competia organizar. No estudo do Plano gastou-se também algum tempo mais do que o previsto, por razões várias entre as quais as motivadas pela necessidade de ajustar o espaço às transformações entretanto verificadas e pela falta de alguns elementos essenciais de informação. Os trabalhos iniciaram-se antes de recolhidos todos estes elementos, com plantas topográficas não actualizadas e, portanto, sem um conhecimento suficiente das numerosas condicionantes surgidas durante aquele período de tempo.

O simples facto de terem surgido tantas alterações em pouco mais de três anos, dentro dos limites do Plano, põe em evidência a necessidade de se estabelecerem urgentemente as regras onde se orientem todas as iniciativas.

(...)

Durante este tempo surgiram também novas perspectivas favoráveis à urbanização na cidade.

Em primeiro lugar o plano de supressões das “ilhas” do Porto em que o Município toma a deanteira à iniciativa particular – tanto na organização do espaço urbano como na edificação – com a construção sistemática de habitações para as classes mais modestas da população, em blocos de quatro pisos.

Em seguida, a regulamentação da lei sobre a propriedade horizontal que veio permitir, finalmente, que os pequenos capitais individuais se reúnam, somando-se, para a edificação de prédios de maior vulto.

Dentro da área do Plano precisam-se já os locais em que serão implantados alguns dos

blocos a construir pelo Município e os edifícios que poderão constituir-se em propriedade horizontal.

Estas boas perspectivas, propiciadoras de um novo e mais metódico impulso da urbanização, poderão vir, no entanto, a ser muito reduzidas – senão mesmo anuladas – pela dispersão de esforços que se anuncia.

A actividade oficial, nos próximos anos, vai repartir-se por todo o território urbano, dividir-se por vários núcleos fraccionados dos muitos planos que já elaborou ou que tem em estudo. A cidade alargar-se-á, evidentemente, expandir-se-á para zonas ainda livres com novas facilidades de edificações, rejuvenescerá com vias largas de circulação rápida e segura. Mas também se tornará cada vez mais dispersa e desorganizada, e mais dependente do seu único e apertado centro, por falta de ocasião para se concentrarem as atenções sobre determinado sector, para o organizar, apetrechar e concluir.

(...)

O crescimento médio, normal, da população do Porto é de cerca de 30.000 novos habitantes em cada período decenal. Uma larga percentagem desta nova população há-de continuar a alojar-se um pouco por toda a parte, dispersando-se inevitavelmente por todos os locais onde se encontram, ainda as costumadas facilidades de edificação, herança de um passado de expansão anárquica. Restarão talvez menos de 20.000 habitantes susceptíveis de ser solicitados para as novas áreas planeadas pela iniciativa oficial. Se esta iniciativa se repartir por três zonas com capacidade para 60.000 pessoas – exemplo: Campo Alegre, Pasteleira, Hospital Escolar – e apenas por estas, serão precisos trinta anos de preocupações e canseiras para concluir a organização e o apetrechamento de todas e de cada uma dessas zonas e de cada uma das respectivas unidades residenciais.

Quer dizer: os primeiros moradores dessas zonas teriam de aguardar durante trinta anos aqueles serviços e comodidades que só nos desenhos se podem considerar garantidos. A autoridade administrativa teria também de aguardar o termo daqueles trinta anos para apreciar a sua obra em todo o seu conjunto.

A zona do Hospital Escolar, quando completa, absorverá nas suas duas Unidades Residenciais autónomas uma população nova de cerca de 17.000 pessoas – num total de 28.000. Se não houver o cuidado de atrair estes dezassete mil habitantes – mais de metade da população a alojar de novo em dez anos – para aquelas duas Unidades Residenciais

durante um período de tempo determinado, com todas as atenções e energias concentradas na realização sistemática do Plano, nem o Plano se concluirá em tempo útil nem o Município recolherá todos os frutos do seu esforço. E a população residente só muito tarde virá a apreciar os benefícios de que se faz alarde em Urbanização.

(...)

O Plano não pode ser sómente um Plano de Urbanização, mais ou menos bem concebido e aceite, a realizar-se por si próprio. Se não se desenvolver num plano mais vasto de iniciativas e actividades bem coordenadas e conduzidas com método e disciplina por uma autoridade apetrechada com os meios capazes, tudo o que se fez terá sido inútil.

O Ante-Plano foi objecto de análise e de crítica exaustivas, registadas com três pareceres sucessivos. No primeiro fazem-se reparos que, parecendo incidir apenas sobre o pormenor, levantam questões de doutrina. Os restantes afirmam a sua discordância com aqueles reparos, apoiando a maioria dos pontos de vista do autor. As recomendações feitas nestes últimos pareceres foram sempre recordadas no decurso da elaboração do Plano definitivo e só não foram acatadas plenamente por dificuldades difíceis de vencer. Nas páginas seguintes se apontarão as razões impeditivas.

Sua Excia o Ministro, ao homologar o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas, estabelece também pontos de doutrina pelos quais o autor se orientou ao elaborar o presente Plano.

(...)

Registam-se as afirmações de apreço pelo Ante-Plano.

Sinceramente se declara que elas contribuíram grandemente para animar o autor a prosseguir com mais confiança no estudo dos problemas da Urbanização e sobretudo no desenvolvimento do estudo deste Plano de Urbanização da Zona do Hospital Escolar.

### **SUBDIVISÃO URBANA**

O Plano mantém o essencial da estrutura projectada no Ante-plano, ajustada apenas aos limites impostos por alguns estudos de pormenor entretanto surgidos: - os projectos de execução da Via de Cintura Interna, da Via de Acesso do Hospital Escolar (no prolongamento da Rua de Faria de Guimarães) e da Via Norte.

Estas vias deslocaram-se ligeiramente da implantação primitiva mas não trouxeram modificações sensíveis que obrigassem a uma revisão de critério, no que respeita à

subdivisão urbana antes sugerida.

A área do Plano reparte-se, portanto, por duas Unidades Residenciais e por uma grande zona de parque que inclui a futura Cidade Universitária. A zona exterior à circunvalação e as áreas livres a sul da Via de Cintura Interna, abrangidas agora no Plano, analisam-se com o objectivo de se definir o seu destino mais conveniente. Mas como não influem na subdivisão fixada, nem interessam à estrutura da zona a urbanizar não foram objecto de estudos de pormenor.

Os estudos de pormenor incidem sómente, como é de boa prudência, sobre as áreas afectadas ou requeridas por realizações imediatas.

(...)

### **AS UNIDADES RESIDENCIAIS**

A alteração dos limites da zona incidiu exclusivamente sobre a U.R. do Amial. Modificou os seus contornos e ampliou-lhe a superfície. As Unidades de Vizinhança em que se reparte tiveram de tomar novas formas e conteúdo diferente.

A U.R. da Areosa não sofreu alterações exteriores mas uma das suas Unidades de Vizinhança (U.V.B.) ficou praticamente reduzida à população existente, por ter sido acatada a recomendação que aconselhava a manutenção das instalações fabris ali estabelecidas. Esta Unidade de Vizinhança fica, por isso, sem qualquer apetrechamento e com circulação imprópria, pois não parece possível introduzir-lhe as beneficiações que em áreas menos edificadas ainda se conseguiu estações que em áreas menos edificadas ainda se conseguiu estabelecer.

A mesma Unidade Residencial contém uma outra Unidade de Vizinhança a que se fizeram justos e oportunos reparos: U.V.C.. É uma Unidade demasiado extensa, com reduzida população e sem forma, circulações e equipamentos adequados. Esta Unidade foge, porém ao contrôlo do Plano por ter sido anteriormente projectada e estar quasi saturada. Mesmo os elementos de organização previstos no Ante-plano estão já bastante comprometidos pelas mais recentes edificações e pelos acordos estabelecidos com os proprietários locais, tendo de admitir-se que não cheguem a instalar-se se não houver uma modificação de atitude no que respeita à validade dos Planos de Urbanização.

(...)

A divisão interna da U. R. da Areosa sofreu ainda pequena alteração que só teóricamente

afecta a sua estrutura: a U. V. D. ampliou-se à custa da U. V. . É para integrar mais vantajosamente e com percursos apropriados, toda a área servida pela organização, agora melhor localizada, daquela Unidade de Vizinhança.

A U. V. D. foi objecto de um estudo parcial elaborado pelos serviços especializados do Município, por haver urgência em resolver os problemas levantados pelo prolongamento da Avenida de Fernão de Magalhães. Porque o estudo foi bem elaborado e se integra perfeitamente nos princípios estabelecidos no Ante-plano, adoptou-se neste Plano sem qualquer alteração.

A U. V. E. da U. R. do Amial, dependente da sua vizinha mais próxima, transformou-se por completo. Alargada em superfície com a modificação dos traçados das grandes artérias, pode agora comportar todo o equipamento requerido e tornar-se autónoma. Tem além disso acessos e circulações que a colocam em posição favorável relativamente a outros sectores da cidade e a equipamentos mais gerais. Uma passagem superior sobre a Via de Cintura Interna liga-a à Escola Técnica situada nas imediações.



[B75]  
 PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1957  
 ORGANIZAÇÃO - UR AMEAL e UR AREOSA  
 Legenda  
 Fonte: DGOTDU [MD-p.7b]

[B76]  
 PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1957  
 ORGANIZAÇÃO - UR AMEAL  
 Fonte: DGOTDU [MD-p.7b]

[B77]  
 PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
 Arménio Losa, 1957  
 ORGANIZAÇÃO - UR AREOSA  
 Fonte: DGOTDU [MD-p.7b]



## ORGANIZAÇÃO

(...)

O desenvolvimento dos estudos não conduziu a um maior aperfeiçoamento da orgânica prevista no Ante-plano, embora se não tenha descurado este objectivo primordial: prever, na medida do possível e nos locais mais adequados, os serviços e comodidades convenientes para se evitarem deslocações escusadas e percursos desagradáveis ou perigosos. Em certa medida houve mesmo retrocesso, em alguns casos de pormenor, porque às dificuldades que não puderam vencer-se somaram-se novas dificuldades acumuladas nos três anos decorridos desde a entrega do Ante-plano.

A organização dos grandes conjuntos não foi afectada e desenvolveu-se, com a ampliação de escala, até um ponto que só a intervenção do pormenor arquitectónico poderá aperfeiçoar. Mas as pequenas Unidades de Vizinhança que deveriam conter um equipamento básico constituído pelo jardim-escola, pela escola primária e por um pequeno núcleo comercial – além dos espaços para recreio e repouso ajustados às diferentes idades – ficam em alguns casos privados de uma parte dessa organização, senão da totalidade. Acontece assim com aqueles sectores mais edificados onde já não existem terrenos livres, ou onde os terrenos ainda livres estão demasiado desvalorizados ou comprometidos. Acontece assim, também, nos sectores subordinados irremediavelmente a arruamentos e a circulação de acaso, não conformes com qualquer tipo de estrutura razoável.

Na U.R. da Areosa a U.V. B. não conterà nem escolas nem centro comercial e na U.V.C. resta uma única área disponível para a eventual localização da escola. Ambas dependem, para todos os trajectos, das mesmas circulações do trânsito mecânico.

As mesmas deficiências de circulação encontram-se na U.V.C. e U.V.D. da V.R. do Amial, onde só muito dificilmente se poderiam introduzir quaisquer correcções.

(...)

O Bairro de Casas Económicas do Estado, abrangido por estas duas unidades foi recentemente ampliado com dezenas de novas casas que mais comprometeram o arranjo desejável. A ampliação surgiu de surpresa quando se estava nesta segunda fase de estudo de urbanização da zona.

## **EQUIPAMENTO**

No Plano não se localizaram, nem se previram, todas as instalações usualmente adoptadas em países mais avançados em matéria de urbanização, mas sómente as que se consideram indispensáveis e mais conformes com as realidades nacionais.

E apesar disso é natural que grande parte do equipamento sugerido não chegue a tomar vulto, tanto por falta de recursos como por falta de experiência, tendo de admitir-se que seja a própria autoridade administrativa a não considerar muito importantes os factores Organização e Equipamento. Não há experiência suficiente nas realizações nacionais e ainda menos nas portuguesas, que aproveite como exemplo do caminho a seguir para se evitarem erros ou deficiências difíceis de reparar.

O equipamento, reduzido ao essencial das necessidades imediatas da população residente, compreende, conforme os esquemas juntos:

### **NAS UNIDADES DE VIZINHANÇA:**

(...)

- Jardim Escola para as crianças dos três aos sete anos de idade, com jardins e recreios;
- Escola Priimária, com parque de recreio;
- Jardins de quarteirão para recreio das crianças;
- Alameda de passeio isolada do trânsito;
- Centro de Comércio local.

### **NAS UNIDADES RESIDENCIAIS:**

- Igreja Paroquial, com patronato, residência e anexos;
- Garagens e estações de serviço automóvel, à distância máxima de 250 metros de qualquer habitação;
- Serviços públicos: Junta de Freguesia, polícia, correios, assistência médica, bombeiros;
- Serviços culturais: salas para exposições e conferências, biblioteca – museu, sedes de associações culturais;
- Teatro / cinema;
- Cafés / restaurantes com esplanadas;
- Locais de trabalho em edifício especial: salas para escritórios, consultórios, ateliers, lojas para pequenas oficinas;
- Lojas de comércio;

- Praças para táxis;
- Parques de estacionamento para veículos;
- Parques- abrigo para os autocarros;
- Locais de trabalho em fábricas e oficinas.

#### **EM CONJUNTO COM OUTRA OU OUTRAS UNIDADES RESIDENCIAIS:**

- Escola Técnica Profissional;
- Os grandes Parques para recreio e desportos.

(...)

Independentemente deste apetrechamento básico, indispensável ao modo de viver urbano, a população residente nesta zona privilegiada da cidade terá ainda ao seu serviço os estabelecimentos de ensino especiais, localizados dentro da área do Plano: a Faculdade de Medicina, o Instituto Industrial, a Escola de Enfermagem e as Escolas Superiores da Cidade Universitária.

#### **CENTROS**

Os centros principais pormenorizaram-se com um pouco mais de cuidado. A implantação dos edifícios e a respectiva atribuição é fixada com rigidez talvez excessiva, mas julgou-se útil materializar alguns princípios, que convém respeitar, quanto à utilização do espaço e, sobretudo, quanto ao destino das áreas cobertas, para se evitar que, por descuido, se regressasse à dispersão e desorganização usuais.

As poucas alterações surgidas no decurso do estudo do Plano reduzem-se à estruturação de uma praça fechada na U.R. do Amial, por se entender que o espaço previsto no Ante-plano para a constituição do Centro principal era extenso demais, sem forma adequada e, portanto, pouco funcional.

Reduzido a dimensões mais conformes com a escala do conjunto, transformou-se em recinto bem caracterizado para as funções que lhe competem.

Na U.R. da Areosa também se reduziu um pouco a área livre do centro principal mas conservou-se o seu carácter de espaço aberto.

(...)

A forma e expressão destes centros representativos que acumulam todas as funções dos grandes centros urbanos, só poderão ser conseguidas, em definitivo, pelos projectos de arquitectura.

Os restantes centros – centros religiosos e centros de comércio local – não sofreram alteração sensível, apresentando, conservando a mesma forma e a mesma localização do Ante-plano.

A localização do centro religioso da U.R. do Amial levantou algumas objecções que não se julgavam de aceitar. O principal reparo refere-se à distância a que ficará do centro principal, entendendo-se, por razões não justificadas, que a igreja deve situar-se no centro cívico. O intuito do Plano é, pelo contrário, o de criar um recinto próprio, independente e isolado dos ruídos e da movimentação que constituem o ambiente normal dos sítios profanos.

A Igreja deve prolongar-se para o exterior, segundo uma tradição que continua válida ainda hoje. Mas o prolongamento para o exterior não é concebível se este exterior tiver atribuições permanentes não conformes com o recato requerido pelo culto.

Por outro lado, a presença da igreja não seria de vantagem no centro de vida social onde a maior extensão possível das frentes dos edifícios deve atribuir-se a funções utilitárias permanentes – de todos os dias e de todas as horas. Se um centro for ocupado por edifícios ou instalações sem vida permanente em proporções excessivas, poderá tornar-se inútil como local de fixação de vida social e transformar-se em zona morta da cidade.

(...)

O centro deve, pois, reservar-se principalmente às instalações e serviços que correspondem às solicitações de todas as horas. A igreja, assim como aqueles serviços ou comércio que apenas funcionam durante períodos limitados, convirá que se instalem não no coração dos centros principais mas na sua órbita ou em recinto próprio. A igreja não precisaria de ser empurrada para longe mas, como tem exigências especiais e porque é elemento importante de valorização plástica que se basta a si próprio, entendeu-se ser de vantagem situá-la em local privilegiado quanto às perspectivas criadas. E por isso se conserva no mesmo local, com um adro fronteiro e uma torre alta destacada do corpo principal, visível de pontos extremos da Unidade Residencial.

## **COMÉRCIO**

A arrumação dos estabelecimentos comerciais em locais apropriados, foi motivo de constante preocupação. A dispersão não aproveita nem à população nem ao próprio comércio. A concentração, pelo contrário, não só activa os próprios negócios, como facilita a vida da população. Apresenta ainda outras vantagens que não podem desprezar-se:

polariza a vida de convívio naqueles locais, desviando dos sectores de residência os ruídos e a movimentação que lhes perturbariam o sossego; permite a organização na vizinhança de outras actividades e serviços úteis que não poderiam criar-se e manter-se sem um forte agrupamento populacional.

(...)

As lojas comerciais constituem também a principal atracção dos centros cívicos. O Plano reserva, portanto, a maior parte das frentes dos edifícios que constituem estes centros para a instalação preferencial dos estabelecimentos de maior interesse para o conjunto da população, incluindo aqueles cujo funcionamento se prolonga para além das horas normais de encerramento e que, por isso são motivo de atracção permanente: cafés, confeitarias, etc.. A atracção de algumas lojas prolonga-se, também, para além das horas de encerramento com a iluminação das montras. Às lojas deste tipo deveria ser dada prioridade sobre quaisquer outras – casas bancárias, comércio por grosso – sobretudo nas praças dos centros principais.

Ótimo seria que os estabelecimentos, assim como todas as actividades e serviços, se agrupassem de harmonia com as respectivas afinidades e segundo o horário de funcionamento, para se conseguirem zonas ou sectores de grande intensidade.

No Plano procurou-se já a arrumação de alguns serviços segundo este critério dos horários. A arrumação do comércio só poderá conseguir-se pela persuasão, durante todo o tempo da realização do Plano.

## **SERVIÇOS PÚBLICOS**

Continua a sugerir-se o agrupamento dos Serviços Públicos numa mesma instalação.

(...)

Naturalmente, nem todos os serviços se poderão associar e concentrar no mesmo edifício, ou por incompatibilidades evidentes ou por haver vantagem em certa dispersão.

Os correios, por exemplo, deverão instalar-se em todos os centros de comércio local para bem servirem o público. Todavia, a dispersão não baseada em razões fortes só trará inconvenientes e os edifícios em que se instalarem isoladamente não terão nem dignidade nem grandeza.

Os edifícios poderão, de resto, ter tantas entradas quantas as necessárias para se conseguir a independência dos diversos serviços, assim como poderão limitar-se a uma só entrada e a

um só contrôle se for esta a solução mais conveniente. Um programa bem ponderado congregará na altura própria as particularidades dos organismos interessados: Junta de Freguesia, Serviços Municipalizados, Federação das Caixas de Previdência, Polícia, Bombeiros, Correios, etc..

Os locais reservados para os Serviços Públicos são sempre servidos por vários acessos com parques de estacionamento privativos.

### **SERVIÇOS CULTURAIS**

Mais difícil de determinar é o programa dos serviços culturais. Só teóricamente se poderá estabelecer a relação das prováveis necessidades em matéria de instalações culturais e é muito provável que as teorias venham a falhar.

(...)

As necessidades ou as solicitações da população sofrem a influência de muitos factores e por isso variam, podendo haver tendências para aumentar como para diminuir.

A tendência natural é para aumentar, senão no que respeita à qualidade pelo menos no que se refere à quantidade: aumenta com o desenvolvimento da própria cultura, aumenta com o nível de vida e aumenta também na medida em que se concedem certas facilidades.

Ao determinar-se a localização das actividades culturais não houve o propósito de delimitar o que por natureza tende a expandir-se. Determinou-se apenas uma necessidade reconhecida, mas nem sempre satisfeita, reservando-se a área mais aconselhável para o mínimo aceitável, sem prejuízo de um futuro desenvolvimento. Este desenvolvimento poderá conseguir-se pela conquista de mais espaço dentro do mesmo edifício, que deverá, portanto, ser concebido com suficiente elasticidade.

Como mínimo os serviços culturais compreendem: biblioteca, salas para festas, exposições e conferências; salas de organismos profissionais, desportivos e recreativos; ginásio.

### **ENSINO**

O Jardim-Escola e a Escola Primária deveriam ser o centro e o ponto de partida do mais pequeno núcleo urbano: a Unidade de Vizinhança. Dentro desta Unidade de Vizinhança a circulação deveria também ser sempre fácil, segura, exclusiva para as pessoas. Deveriam evitar-se os perigos que, para as crianças sobretudo, constitue o simples atravessamento de uma rua de trânsito mecânico e reduzir-se ao mínimo os percursos obrigatórios.

(...)

Mas não se conseguiu generalizar este princípio. A cidade, crescendo desordenadamente, já alastrou pela zona do Plano, onde largos tratos de terreno estão definitivamente comprometidos pelos arruamentos e pelas construções.

Alguns sectores terão, por consequência, de ficar isolados e dependentes das Unidades Vizinhas, sem equipamento ou com equipamento deficiente. As crianças ali residentes não poderão beneficiar da proximidade das Escolas, tendo de expor-se a perigos que se impunha evitar.

Só nas áreas ainda livres foi possível criar as condições de vizinhança indispensáveis para a boa estruturação das circulações e a conveniente organização do apetrechamento.

Nas Unidades de Vizinhança concebidas sem constrangimentos, os percursos são sempre independentes dos arruamentos reservados ao trânsito mecânico. Até aos dez anos de idade as crianças não precisam de se expôr aos riscos de um atravessamento perigoso. O mundo da criança em idade escolar limita-se a este pequeno território em que se sente segura e que garante também a tranquilidade dos pais: a sua Unidade de Vizinhança.

(...)

É certo que a partir dos dez anos a criança é súbitamente obrigada a expôr-se a novos riscos, apesar de não ter amadurecido ainda o bastante para os suportar. Será obrigada a percursos longos e complicados que lhe roubam tempo e que custam caro, por vezes.

Estes males, e muitos outros, poderiam evitar-se se a Escola Primária se prolongasse um pouco para além dos quatro anos regulamentares, englobando o primeiro ciclo dos Liceus.

Esta seria uma solução óptima não apenas para poupar e proteger as crianças mas, também para descongestionar os Liceus, já hoje demasiado superlotados. Algumas dificuldades de orgânica opor-se-iam a esta solução mas nenhuma, por certo, difícil de vencer.

Uma escola, pelo menos, em cada Unidade Residencial poderia compreender o primeiro ciclo dos Liceus e estruturar-se com as instalações e serviços adequados.

O tamanho das escolas terá de variar, forçosamente, de acordo com o número de crianças em idade escolar de cada Unidade de Vizinhança e dos sectores vizinhos dependentes. Assim como não é possível distribuir a população uniformemente por todos os aglomerados autónomos, também as escolas terão de comportar maior ou menor número de salas. O caso mais desfavorável será porém aquele em que não fôr possível separar completamente as quatro classes. As escolas que concentrarem grande número de alunos



poderão organizar-se em melhores métodos, com anexos e salas de estudo, com actividades circum-escolares e com direcção eficiente.

É o que acontece na U.V.A. da Areosa, onde um grupo escolar, com separação de sexos, servirá um conjunto as U.V.A.' e U. V. A.' nas melhores condições de distância e de segurança.

(...)

No Ante-plano haviam-se localizado duas escolas para o ensino técnico elementar, uma em cada Unidade Residencial.

Aceitando-se as recomendações da Exma Câmara, suprimiu-se a que se indicara na U.R. do Amial por não estar em boas condições de servir a população de outras zonas da cidade, como convém, e que deverá instalar-se mais a sul, fora dos limites do Plano.

O terreno assim libertado foi escolhido depois para a construção das futuras instalações do Instituto Industrial do Porto e por isso se reserva para esse fim especial.

O Instituto ficará bem servido de acessos e de transportes colectivos, próximo de outros estabelecimentos de ensino complementar e superior e na bordadura do grande parque.

A Escola Técnica da U. R. da Areosa mantém-se na mesma situação que se considera boa em relação à população escolar a servir. O terreno não é próprio para edificações de outro tipo e a proximidade de instalações industriais, de transportes colectivos e das áreas livres do grande parque são também vantagens a considerar.

O equipamento da zona quanto a estabelecimentos de ensino poderá considerar-se, pois, satisfatório e mesmo privilegiado, salvo no que respeita ao ensino liceal. Não só compreende as escolas indispensáveis, como ainda algumas daquelas que servem em exclusivo toda a cidade e a sua região: O Instituto Industrial e a Faculdade de Medicina.

(...)

Se vier a efectivar-se ainda o que está na intenção das autoridades responsáveis – construção de uma escola de enfermagem e da Cidade Universitária – a zona será de grande atractivo para largo sector da população: professores, estudantes e respectivas famílias.

## **DESPORTOS**

Os desportos principais, com suas exigências de espaço não se arrumariam facilmente no próprio interior de uma Unidade Residencial sem prejuízo sério para as densidades

desejadas da população. Por outro lado, a contiguidade das áreas livres dos grandes parques aconselha a que aí se disponham com a liberdade e o carácter que lhes são próprios.

Dentro de cada Unidade Residencial teriam lugar – apenas , mas forçosamente – os espaços indispensáveis aos folguedos infantis, variados na forma e na quantidade e sempre ao lado das habitações, e os pequenos campos de jogos dos adolescentes e mesmo dos adultos, que se instalem em qualquer jardim de quarteirão.

O ginásio, ou ginásios, requerem lugar privilegiado no edifício reservado aos serviços de cultura e poderá instalar-se no último piso, aberto para o ar livre e para o horizonte sobre os terraços.

Os desportos principais são instalados nos grandes parques. Aí haverá espaço para jogos de competição, para campos de treino de todas as modalidades e para toda a população, pistas para corridas e até mesmo para piscinas.

(...)

### **ESPAÇOS LIVRES**

Nos sectores novos do Plano, o terreno que rodeia os prédios de habitação fica livre, aberto e em grande parte arborizado. Pode dizer-se que toda a área é constituída por um grande parque e que os seus moradores residem no meio da natureza como se morassem nos jardins do Palácio de Cristal. As alamedas que atravessam as novas Unidades de Vizinhança são como a Avenida das Tílias daqueles jardins, com suas clareiras laterais onde também haverá parques infantis, esplanadas, pequenos campos de jogos, etc.. Só não terão gradeamentos, nem portões.

No seu parecer a Exma Câmara considera insuficientes estas áreas livres e entende que cada Unidade Residencial deveria incluir ainda um parque interior: “Parece-nos que o Ante-plano não corresponde, neste ponto, ao desejável propósito de dotar as necessidades de vizinhança com jardins para recreio das crianças, jogos dos adolescentes e repouso e passeio das pessoas idosas, e de dotar os dois conjuntos das unidades residenciais do Amial e da Areosa com dois parques centrais, como núcleos em volta dos quais se concentrem os serviços representativos do comércio, cultura e religião, reorganizando em pontos focais bem determinados a vida de relação, como convém a uma cidade dispersa como é o Porto”. Pelo que se depreende deste parecer, os parques – que faltam no Plano – é que deveriam

ser os núcleos em volta dos quais se iriam concentrar os serviços do comércio, cultura e religião. E a vida de relação deveria reorganizar-se em pontos focais bem determinados como convém, etc..

(...)

Os restantes pareceres não concordam com este ponto de vista, nem consideram tão mal resolvidos os problemas de organização e concentração. Quanto aos parques e jardins, é de supôr que também o Município se não manterá definitivamente dentro de uma atitude tão rígida – e tão generosa quanto às suas exigências nesta matéria – se se atender ao elevado custo do terreno e a todos os encargos subsequentes.

Os espaços livres são de importância primordial na economia da urbanização. Não poderão ser esquecidos nem ficar eternamente só no Plano. Mas não poderão situar-se como se pretendia, no interior dos aglomerados urbanos. A economia do Plano assenta, sobretudo, na concentração máxima da população, na redução das distâncias a percorrer todos os dias, na maior acessibilidade possível aos locais de trabalho, no aperfeiçoamento dos terrenos propícios a edificação, etc.. A colocação de um parque no centro do aglomerado teria precisamente o efeito contrário.

Além disso, um parque não serviria para criar aqueles pontos focais indispensáveis à vida de relação. Pelo contrário, isolá-los-ia, atirando-os para as suas bordas, possivelmente extremas, e cortando-os das áreas residenciais.

(...)

O Plano insiste, pois, na estruturação estudada e projectada no Ante-plano, que consiste em manter livres e utilizáveis as áreas que envolvem os edifícios – áreas que considera suficientes e económicas – ligando cada Unidade Residencial aos parques exteriores, estabelecidos em terrenos impróprios para a construção. De um lado a concentração máxima da população em volta dos seus centros orgânicos – as Unidades Residenciais – do outro, grandes áreas livres, sem população, facilmente acessíveis – os grandes parques.

A estes parques se fará referência em outro capítulo.

## **POPULAÇÃO**

As duas Unidades Residenciais comportam, como se constatou no Ante-plano, população superior a muitas das nossas cidades capitais de distrito. Mas, ao contrário do que então se afirmava, podem agora determinar-se com mais acerto as características de uma parte da

população que ali se instalará.

O Plano Municipal para a supressão dos tugúrios da cidade, plano concreto, realista e apoiado nos créditos indispensáveis; estruturado no espaço e no tempo e com uma orgânica própria para a sua realização – plano a quatro dimensões – surgiu em boa hora para permitir considerar com mais optimismo a intervenção da autoridade administrativa nestas questões de urbanização. É a primeira vez, desde há muitos anos, que, no Porto, as actividades municipais se ajustam a um plano e se determinam por ele. E, embora esse plano vise objectivos não inteiramente convergentes com os que se procuram atingir com a planificação da Zona do Hospital Escolar, não deixará de contribuir para uma parte substancial da sua realização.

(...)

O Plano Municipal prevê a construção de numerosos blocos de habitação de quatro pisos, para onde serão transferidos os moradores das “ilhas” e de outros casebres insalubres.

Uma parte destes blocos construir-se-á nas Unidades Residencias projectadas, especialmente na U.V. do Amial, fixando ali uma boa parte da população mais modesta da cidade.

A U.R. da Areosa poderá também comportar um certo número de habitações deste tipo se resultar em vantagem para a rapidez do plano ou para a procurada dispersão das classes menos favorecidas. Entretanto localizaram-se ali apenas cinco blocos de dezasseis fogos cada, com o propósito de não desvalorizar demasiado os terrenos que terão de ser vendidos a preços compensadores para se conseguir o indispensável equilíbrio financeiro.

A população destes blocos – população transferida – é naturalmente, uma população com características bem definidas quanto a nível de vida.

Os edifícios de mais de sete andares, obrigados a ascensor e a outras instalações especiais, virão a possuir níveis de conforto só acessíveis a famílias de economia folgada. O mesmo sucederá com as moradias independentes ou isoladas. Porém, todos os outros tipos de habitação poderão ter destinos mais ou menos modestos, tudo dependendo do programa imposto aos respectivos projectos.

As características da população a instalar de novo variará, portanto, entre os dois extremos da escala social, dependendo em grande parte das áreas que se atribuírem a cada fogo das habitações em andar.



PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR

U.R. AMIAL					
Unidade de Vizinhança U.V.	População				Estimativa do Ante-Plano
	Existente	Transf.	Nova	Total	
A	639		1.200	1.839	2.367
B	58		1.806	1.864	2.507
C	706	1.080	284	2.070	1.143
D	421		1.064	1.485	513
E	117		2.699	2.816	2.795
E'	252	2.016	252	2.520	634
F	630	1.188	218	2.036	1.089
G	837		823	1.660	1.270
G'	139		49	188	477
PARCIAIS	3.799	4.284	8.395	16.478	12.795

U.R. AREOSA					
Unidade de Vizinhança U.V.	População				Estimativa do Ante-Plano
	Existente	Transf.	Nova	Total	
A		134	3.573	3.707	5.235
A''			1.440	1.440	
A'	261		976	1.237	1.140
B	454		329	783	1.476
C	792		756	1.548	1.260
D	333		1.395	1.728	850
E	364	324	464	1.152	875
E'	144		63	207	720
PARCIAIS	2.348	458	8.996	11.802	11.560

TOTAIS	6.147	4.742	17.391	28.280	24.355
--------	-------	-------	--------	--------	--------

[B78]

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR

Arménio Losa, 1957

Quadros Síntese - UR AMIAL e UR AREOSA

Fonte: DGOTDU [MD]

(...)

### **DENSIDADE POPULACIONAL**

Afirmava-se no Ante-plano que a “cidade se tem dispersado perigosamente com baixíssima densidade da população, por se seguir uma orientação assente em princípios discutíveis”. Entretanto modificaram-se um pouco os critérios de orientação e hoje caminha-se já no sentido de se conseguir maior densidade urbana com a construção de edifícios residenciais de vários andares.

O que mereceu tanto reparos do Município é agora princípio assente no Plano de supressão de “ilhas” em que se adoptou o sistema de habitação colectiva em blocos de quatro pisos.

A habitação para alugar – a que interessa à esmagadora maioria da população das grandes cidades – não se conforma, efectivamente, com os tipos que se pretendia impôr de moradia independente, unifamiliar, com quintal e jardim

Além de que este tipo ideal de habitação não permite o adensamento desejável e economicamente indispensável, nem mesmo à custa de um intenso fraccionamento dos terrenos.

Tendo-se, pois, evoluído no sentido de uma mais intensiva edificação, não havia necessidade de corrigir os princípios seguidos na elaboração do Ante-plano. As mesmas densidades – apenas corrigidos certos números que as modificações de espaço obrigaram a rever – apresentam-se no Plano definitivo: muito baixas onde já não foi possível qualquer intervenção e altas onde se pode projectar sem o impecilho dos condicionamentos existentes.

(...)

### **TIPOS DE HABITAÇÃO**

No Plano não se alteram os dados estabelecidos pelo Ante-plano sobre esta matéria. A habitação em altura cuja finalidade é – como se vem afirmando – a de permitir um maior adensamento com reduzida ocupação do solo e de fornecer os mais variados tipos de habitação de acordo com as solicitações sempre variáveis daquelas famílias que não podem possuir casa própria, continua a afirmar-se como sistema adequado para resolver uma boa parte do problema da habitação.

O que poderá alterar-se é o próprio Plano, realizando-o incompletamente, se não se

entender, como importa, tudo o que nele se visa.

Todos os problemas estão de tal modo interligados que, qualquer alteração mal pensada poderia fazer desarticular o conjunto: habitação em altura, espaços livres, densidade, população total, serviços e comodidades, etc.

A construção em altura que se apontava erradamente como não integrada na tradição portuense, mas que, para quem quiser observar com atenção, se verifica ser de uso corrente, apesar das restrições que se lhe opõem – recebeu novo impulso com o recente regulamento de lei sobre a Propriedade Horizontal. Se, até agora, só a limitação das possibilidades financeiras do capital privado, impunham restrições na generalização de um tipo de investimento já muito procurado, estas restrições reduzir-se-ão com as novas possibilidades trazidas por aquela lei. Bastará que o Município crie condições propícias de implantação e conceda as facilidades usuais para se multiplicarem as iniciativas particulares que muito virão contribuir para ajudar a solucionar os problemas de habitação.

(...)

Convém não esquecer que, quasi sómente aqueles poucos priverligiados que reúnem as condições económicas indispensáveis para se tornarem auto-suficientes em matéria de habitação, é que procuram realizar o ideal – comum a todos os homens, mas não praticável nas grandes cidades – de possuir casa própria, independente e isolada. E, todavia, o isolamento e a independência que idealizaram não passa quase sempre de uma triste ilusão.

## **OS EDIFÍCIOS**

“Os edifícios são implantados com mais ou menos independência das ruas de circulação mecânica, colocando-se no terreno de acordo com o relevo e a orientação solar mais favorável”.

O relevo do terreno é a primeira condicionante e, por isso, procurou fazer-se a distribuição, de modo a se evitarem grandes movimentos de terras. Procurou também evitar-se a colocação destes edifícios em áreas de aterro que tornariam a construção mais dispendiosa.

(...)

A segunda condicionante é a orientação que determina a altura dos edifícios. Os edifícios que, por subordinação ao relevo não podem ser implantados no sentido norte-sul, são sempre de altura limitada, para não produzirem sombras demasiado extensas, que iriam tornar frio e húmido o ambiente. Só edifícios orientados segundo o meridiano se elevam a



mais de quatro pisos e são os que formam os grandes blocos de habitação colectiva em altura – com ascensores – podendo atingir os nove andares. Com esta orientação todo o terreno é banhado pelo sol durante algumas horas do dia.

A altura não é determinada porém, exclusivamente, por este princípio da orientação. Só se projectam edifícios altos em sectores bem determinados, onde um apetrechamento mais completo aconselha a fixação de grande número de habitações. Não se generaliza, porém, este tipo de construção e, mesmo muitos daqueles que se implantam nas melhores condições de ensolamento, projectam-se com altura reduzida, de acordo com as recomendações superiores.

Em alguns casos, entendeu-se não ser conveniente, também, uma grande altura dos edifícios, por razões de escala – Centro Principal e Centro Comercial da U.V.A. da U.R. do Amial – apesar das atribuições que lhes são inerentes e a própria localização tenderem para o máximo aproveitamento das possibilidades de capitalização.

A atribuição de cada edifício – do seu espaço interior e exterior – é bem definido no Plano e não deverá alterar-se sem uma profunda análise das consequências resultantes. A boa harmonia dos conjuntos depende, em grande parte, da arrumação em lugar próprio dos serviços, instalações ou actividades que constituem o apetrechamento do núcleo urbano. No Capítulo Regulamentação procurou-se fixar as normas a seguir para se evitem prejuízos de maior. Não bastarão no entanto aquelas normas se não se entenderem as razões que conduziram às soluções projectadas.

(...)

O principal objectivo em vista é proteger a habitação contra tudo quanto é prejudicial ou estranho à “função de habitar”. Portanto, não deverão ser consentidas nos sectores residenciais nem instalações, nem actividades que possam tornar-se incómodas para qualquer vizinho. Todas as actividades, instalações ou serviços deverão situar-se nos locais indicados e, portanto, nestes locais não deverá consentir-se que outras ocupem espaços indevidos, expulsando as próprias do seu lugar.

Os edifícios dos centros principais ou locais não poderão, por isso, atribuir-se a habitação – salvo nos últimos pisos – sem se comprometer gravemente a orgânica estabelecida, que é a base do Plano. Os edifícios com atribuições especiais – serviços públicos, serviços culturais – também não poderão ter destino diferente pelas mesmas razões. E todos os

locais de trabalho – os rés-do-chão comerciais; os andares para consultórios, escritórios ou ateliers; as lojas para o artesanato, as oficinas, etc. – devem na mesma medida preservar-se para as funções respectivas, nos locais e nos edifícios apropriados.

(...)

Nos centros locais deverá ser dada prioridade aos estabelecimentos comerciais mais solicitados pelas necessidades cotidianas. Nos centros principais – centros cívicos e representativos, centros de vida diurna e nocturna – já seria mais vantajoso instalar, nos locais mais acessíveis ou mais frequentados, aquele comércio que carece do atractivo das luzes e de largas montras de exposição, relegando para zonas menos representativas as lojas que dispensam o reclame.

Os edifícios reservados para Serviços Especiais destinam-se a suprir as faltas de previsão. No decurso da realização não-de surgir imperativos de vária natureza cuja satisfação poderá ser viável dentro das regras do Plano.

Mas depois de inteiramente construído, depois de atribuído todo o espaço com suas funções bem definidas, não-de surgir novas necessidades em apetrechamento de qualquer outra natureza: exigências da população residente, exigências da administração, ou exigências do Estado. A reserva de alguns locais mostrar-se-á então proveitosa se, olhando o futuro, houver o cuidado de os preservar até que surja uma razão forte para a sua utilização.

Alguns edifícios possuem naturalmente características especiais que os distinguem: os cinemas, as igrejas, as escolas e jardim-escolas, os edifícios públicos, etc.. Para eles reservou-se sempre posição adequada, ajustada às suas funções e à circulação que motivam.

Outros que deveriam também distinguir-se poderão confundir-se com os restantes prédios de habitação se não houver cuidado de os tratar e caracterizar como convém. Os edifícios que enquadram os centros principais – e os centros locais mais representativos – terão de ser objecto de estudo arquitectónico muito desenvolvido que abranja cada conjunto e que não descuide nenhum pormenor.

(...)

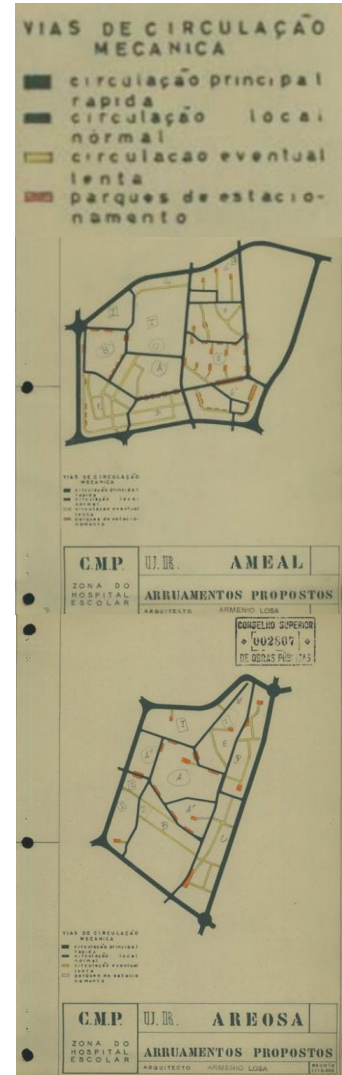
Nos sectores comerciais e nos locais de convívio, o pórtico, a colunata, a galeria, os grandes rasgamentos dos pisos de trabalho, assim como as diferenças de plano dos vários

desníveis, poderão, à falta de melhor, fornecer matéria bastante para alimentar a imaginação e o poder criador dos nossos artistas. Oxalá possa ser-lhe dada em breve uma tal oportunidade.

[B79]  
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
ARRUAMENTOS PROPOSTOS - UR AMEAL e UR AREOSA  
Legenda  
[DGOTDU\_MD-p.30bc]

[B80]  
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
ARRUAMENTOS PROPOSTOS - UR AMEAL  
[DGOTDU\_MD-p.30b]

[B81]  
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
ARRUAMENTOS PROPOSTOS - UR AMEAL  
[DGOTDU\_MD-p.30c]



## CIRCULAÇÃO

Os dois princípios adoptados na concepção do Ante-plano continuaram a orientar os estudos do Plano e só não foram respeitados onde se tornava impossível alterar as condições existentes:

- distinção e separação entre trânsito mecânico e trânsito de peões
- hierarquia das vias de circulação.

Os percursos de peão, dentro das Unidades de Vizinhança com estrutura nova, constituem a principal rede de circulação a ligar todos os locais entre si, desde a porta da habitação até aos centros de convergência habitual: a escola, os estabelecimentos comerciais. Onde o relevo do terreno permitiu estes percursos atravessam as artérias de circulação mecânica ligando entre si dois ou mais núcleos autónomos ou prolongando as Unidades Residenciais para os parques exteriores.

A margem das artérias de grande circulação projectaram-se também caminhos para peões – e ciclistas – separados das faixas de rodagens. Houve o propósito de libertar aquelas artérias de um movimento que as perturba mas que não poderia desviar-se para traçados independentes.

(...)

Estes caminhos e os caminhos interiores de cada Unidade de Vizinhança poderiam constituir, - integrando-os melhor e atravessando a níveis diferentes as vias perigosas – uma rede completa de circuitos contínuos de peão. Afirmava-se no Ante-plano que o projecto era “modesto na indicação destes percursos contínuos de interligação pedestre”, mas que poderia ser beneficiado neste aspecto se da análise e crítica do Ante-plano resultassem directivas superiores que permitissem aperfeiçoar os percursos tímidamente esboçados.

Mas, como não houve unanimidade na apreciação das vantagens destes percursos, que o Município considerava ruinosos, e não foram estabelecidas directrizes claras no sentido de se melhorar o seu traçado, os percursos de peão e os atravessamentos a níveis diferentes reduzem-se ao já estabelecido no Ante-Plano, ou seja aos que se puderam ajustar às condições naturais do terreno.

A hierarquia das vias de circulação mecânica também não pode melhorar-se grandemente

em relação ao Ante-Plano.

As grandes artérias exteriores definiram-se com maior clareza e adaptam-se com bastante eficiência às funções que lhes são reservadas; mas já não é tão nítida a atribuição que pretendia fixar-se para cada arruamento, no interior das Unidades Residenciais.

(...)

Não só não poderam suprimir-se ou vedar-se ao trânsito geral muitas das ruas que recortam áreas que deveriam manter-se isoladas, como se não pode deixar de aproveitar para um trânsito mais intenso arruamentos de calibre insuficiente.

Na U. R. do Amial todo o sector sudoeste fica bastante mal estruturado por via das muitas ruas do Bairro de casas económicas e por causa da ampliação recente do Bairro de casas económicas e por causa da ampliação recente do bairro que, ao expropriar-se sobre terrenos livres, veio ainda agravar os males anteriores. A clareza desejada para a circulação local ficou muito comprometida depois disso.

Algumas ruas de pequena importância poderão ainda subtrair-se ao trânsito de passagem ou com a alteração do pavimento ou com a continuidade dos passeios das ruas de distribuição. Isto será, porém questão de pormenor a resolver de acordo com outras experiências.

Para o serviço dos sectores industriais e de oficinas criou-se circulação própria, com a finalidade de se reduzir a um mínimo as perturbações de um trânsito pegado e sujo.

Na U. R. da Areosa, onde surgiu novo sector industrial o trânsito das fábricas existentes, como das novas, será desviado directamente para as vias de circulação rápida, deixando de utilizar as ruas de residência. Na U.R. do Amial, as oficinas e as fábricas a instalar de novo serão também servidas por arruamentos próprios ou à margem das Unidades de Vizinhança.

As grandes artérias de circulação principal, reservadas ao trânsito rápido, foram, entretanto, motivo de estudos especiais e estão já quase todas definidas em projectos aprovados.

(...)

O Plano, de acordo com as recomendações superiores, adoptou esses projectos subordinando-se a eles. Estão neste caso o prolongamento da Avenida de Fernão de Magalhães, a Via de Cintura Interna, o acesso ao Hospital Escolar no prolongamento da

Rua de Faria de Guimarães e o desvio para a entrada do Hospital.

O Plano só sugere alterações no traçado do troço da Via Norte, a sul da Via de Cintura Interna, motivadas pelo desvio do troço a cargo do Estado entre esta Cintura Interna e a Estrada da Circunvalação.

Não se pretende que estas alterações venham a considerar-se como definitivas, visto o novo traçado poder muito melhorar-se se se vencerem as dificuldades que hoje o forçam a um desvio tão acentuado para poente. Apresentado como sugestão, visa os seguintes objectivos: evitar um cruzamento de quatro pontas no nó de desvio da estrada de acesso à nova ponte, dando lugar a que o grande trânsito de atravessamento da Cidade (via Norte – Cintura Interna – Ponte de Arrábida) se desenvolva com maior continuidade; aproveitar o mesmo troço para canalizar uma parte da circulação do Hospital Escolar e, ainda, aliviar as ruas estreitas e sobrecarregadas de Antero de Quental e de Vale Formoso.

A via norte passa a entroncar-se na Via de Cintura Interna e não a cruzá-la como nas soluções anteriores.

(...)

No nó do troço principal, de longe o mais importante, os circuitos simplificam-se sem voltas e contra-voltas, partindo do princípio que é à circulação da auto-estrada que deve dar-se toda a prioridade e que a Via de Cintura Interna fica reduzida à função de artéria colectora nos restantes percursos de serviço exclusivamente urbano (a nascente da via norte).

Esta artéria colectora – e distribuidora – continua a desempenhar um papel importante mesmo depois de deixar o trânsito rápido de atravessamento da cidade, que acumula entre a Via Norte e a Ponte. Mas perde grande parte das características próprias de uma via rápida devido aos cruzamentos de nível com algumas vias existentes de muito tráfego e aos muitos outros entroncamentos, mais simples mas também estorvantes.

Adoptou-se o seu traçado tal como foi o projecto por se verificar não ser fácil qualquer melhoria de concepção senão à custa de encargos incompatíveis. Sugerimos, no entanto, ligeiras alterações de razante para se não interromper o trânsito de peões, bastante intenso, entre as duas zonas por elas cortadas. Se não bastasse o argumento de serem aquelas zonas bastante povoadas e interdependentes, os acessos às paragens dos autocarros justificariam a criação imediata ou futura de tantas passagens inferiores quantas possam ser consentidas

pelos desníveis do terreno.

Na cidade não é problema a construção de aterros pois o que mais falta são depósitos de terras. Subir aquelas vias que não têm construções ou serventias marginais é sempre de vantagem não só quanto ao presente mas, também, na previsão do futuro.

(...)

A circulação, sempre a aumentar de intensidade, tornará impossível o atravessamento dos peões. Não comprometer o futuro será de boa política.

A análise da estrada da Circunvalação não é da competência deste Plano. O troço que atravessa a área é de tal modo restrito, em relação á sua grande extensão e importância, que se não justifica qualquer preocupação de estudo dos problemas que ela põe. Mas não pode deixar-se de chamar a atenção para os muitos problemas que levanta e que não podem descurar-se indefinidamente. A estrada da Circunvalação carece de um estudo completo não apenas para se definirem perfis e cruzamentos mas, principalmente para se determinar o destino das faixas marginais. Dentro em breve, se não houver cuidado em regulamentar – ou impedir – as construções ao longo de todo o seu percurso, haverá mais uma grande rua na cidade e uma estrada de grande circulação a menos.

Ao determinar os perfis transversais dos vários tipos de arruamento, o Plano orientou-se pelos seguintes critérios:

1º - de eficiência: às faixas de rodagem é dada largura conforme com a velocidade prevista – 3,75 nas grandes artérias de circulação rápida, 3,50 nas artérias colectoras, nas vias pouco extensas e nas ruas de distribuição e 3,00 nos arruamentos de circulação local.

(...)

2º - de economia: as faixas são nítidamentedefinidas e contínuas, não se alargando nem se estreitando por qualquer razão. O estacionamento é feito sempre à margem das faixas de rodagem, em baías ou faixas próprias sempre destacadas e com revestimento diferenciado. Nenhuma artéria tem mais de duas faixas de rodagem para cada sentido do trânsito, sendo uma para a marcha normal e a outra sómente para as ultrapassagens. Nas artérias de trânsito rápido, mesmo as baías de estacionamento só se admitem nas paragens dos autocarros e nos poucos casos em que se estabelecem servidões laterais (sector industrial da U. R. da Areosa).

3º - de segurança: as faixas de rodagem, nas artérias principais são, sempre que possível,



isoladas dos caminhos de peão. De ambos os lados uma fita contínua de terreno arrelvado com, pelo menos, dois metros de largura, ao mesmo nível e sem obstáculos de qualquer natureza, dará à circulação a necessária sensação de segurança e permitirá que qualquer viatura em pane se arrume para não causar estorvo.

Os dois sentidos do trânsito separam-se também por faixas arrelvadas sem obstáculos. Quando não se possa prescindir da iluminação central, com postes, estas faixas terão um mínimo de quatro metros de largura para se não reduzir a menos de dois metros a zona lateral de segurança.

Os entroncamentos são sempre resolvidos de harmonia com a importância das artérias que se cruzam.

Só não foi possível resolver satisfatoriamente, como já se referiu, os cruzamentos com as grandes vias que hoje canalizam todo o trânsito de passagem: as ruas do Amial e a Rua de Costa Cabral.

(...)

A via de Cintura Interna e a Estrada da Circunvalação ficarão muito limitadas quanto a rapidez e segurança de trânsito por causa do atravessamento daquelas ruas. Na Circunvalação ainda se projectaram pequenas placas giratórias que solucionarão, pelo menos, o problema da segurança. Na Cintura Interna serão obrigatórias as pausas e uma sinalização permanente.

Os entroncamentos das vias principais foram estudados e resolvidos nos respectivos projectos de execução já aprovados. A única alteração sugerida no Plano motiva-se na modificação de traçado da Via Norte e na diferenciação de competências quanto à execução da Via de Cintura Interna. Este entroncamento reduziu-se a três braços o que permitiu a adopção do tipo de corneta, mais simples e de maior continuidade de circulação. Outros nós ou entroncamentos, sugeridos no Plano, deverão ser objecto de estudo mais aprofundado, conjuntamente com os traçados das respectivas vias. Só em projecto especial se poderá em definitivo determinar a localização e a forma mais convenientes para a inserção, na via de Cintura Interna, do troço sul da Via Norte, do arruamento que partirá da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e de quaisquer outros que se situem para além dos limites fixados ao Plano.

A circulação de ciclistas assume na cidade do Porto e nos seus arredores, importância

considerável. O plano não ignorou este problema embora não possa dar-lhe remédio dentro dos limites em que se confina. É assunto de competência mais vasta e que não se conforma com soluções parciais.

(...)

No entanto procurou apontar-se um princípio de solução ao elevar as vias de grande trânsito para se criarem passagens inferiores que permitam dar continuidade, em pistas próprias, ao movimento conjunto de ciclistas e peões.

Os caminhos de peão são também os dos ciclistas e por isso se prolongam para além das Unidades de Vizinhança e para além das Unidades Residenciais. Outros Planos de Urbanização ou outros estudos especiais fixarão os percursos a destinar para tal circulação.

O Plano prevê, porém – e sómente – um percurso de atravessamento para ciclistas que interessa ao movimento geral da cidade. Este percurso segue a linha do Talvegue que atravessa o grande Parque ultrapassando a Circunvalação. A sua ligação ou continuidade para a cidade e para o exterior já não é da competência do Plano que aponta apenas a necessidade de se não descurar o problema.

## **TRANSPORTES COLECTIVOS**

O plano apenas aponta uma pequena modificação de percurso em relação aos problemas já estudados no Ante-Plano. Esta modificação resulta da supressão de um entroncamento com a Via Norte e não apresenta senão vantagens em relação às soluções antes preconizadas. Uma pequena área que não era abrangida pelos círculos de influência dos transportes colectivos – com centros nos locais de garagem – fica agora completamente colmatada.

(...)

As paragens dos autocarros, mas grandes artérias de circulação rápida, são, como já se referiu, servidas por passagens inferiores e por abrigos.

## **AS FÁBRICAS EXISTENTES**

Acatando os pareceres emitidos, todas as fábricas existentes dentro da zona se mantêm. Persiste-se no entanto em considerar como péssima a Unidade Industrial situada entre as ruas de Honório de Lima e Júlio de Matos. Além de outros inconvenientes importa citar os seguintes: 1º- o de não poder isolar-se do ambiente residencial, pois ocupa toda a área entre aquelas ruas ; 2º- o de provocar movimento impróprio de um sector de habitação e através de arruamentos estreitos e, 3º- o de causar permanente falta de asseio nos referidos arruamentos, com os transportes de combustíveis.

A objecção, levantada pela Câmara, à transferência das Unidades Industriais, apoia-se somente no valor incomportável das indemnizações que qualquer mudança exigiria.

Esta objecção seria justa se efectivamente se tratasse de uma transferência imposta pelo Município, violenta e imediata, e, assim, com direitos a indemnização. Mas tal não é necessário nem de aconselhar, dados os numerosos casos idênticos a resolver por idênticos processos, nem é o critério indicado pelo Plano. O que sugeria era um novo destino a dar ao terreno logo que aquela empresa se resolva a transferir as suas instalações por iniciativa própria – por necessidades de expansão que o local já não consente ou por imperativos de qualquer ordem.

[B82]  
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
TRANSPORTES COLECTIVOS - UR AMEAL e UR AREOSA  
Legenda  
Fonte: DGOTDU [MD-p.40bc]

[B83]  
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
TRANSPORTES COLECTIVOS - UR AMEAL  
Fonte: DGOTDU [MD-p.40b]

[B84]  
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
TRANSPORTES COLECTIVOS - UR AREOSA  
Fonte: DGOTDU [MD-p.40c]

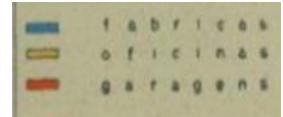


(...)

É sabido que a direcção da empresa já encarou a hipótese de uma mudança de instalações, precisamente por falta de espaço para se expandir. E tentou mesmo, junto do Município, obter a autorização de que precisava para construir nova fábrica em local mais amplo, que só tinha o inconveniente de ser mais impróprio do que o actual. Mas se tivesse encontrado as facilidades, que só a autoridade municipal pode conceder, de se instalar em terrenos adequados, já teria abandonado as instalações actuais – que abandonará mais cedo ou mais tarde. Assim, resta saber se é de aconselhar ou não, perpetuar o local onde se encontra hoje aquela fábrica como local destinado à indústria e se será de alguma vantagem que ali se instale amanhã outra Unidade Industrial completamente diferente da que agora está em causa.

Se, como no Ante-plano se estabelecia, fosse reservado outro destino aos terrenos logo que ficassem livres ou desocupados, ter-se-iam garantido para o futuro condições mais conformes com o carácter e o ambiente próprio do sector.

[B85]  
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
INDÚSTRIA E ARTESANATO - UR AMEAL e UR AREOSA  
DGOTDU [MD-p.40de]



[B86]  
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
INDÚSTRIA E ARTESANATO - UR AMEAL  
DGOTDU [MD-p.40d]



[B87]  
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
INDÚSTRIA E ARTESANATO - UR AREOSA  
DGOTDU [MD-p.40e]



## **LOCAIS DE TRABALHO**

Além das fábricas, agora em maior número, das oficinas e dos Hospitais, que oferecem condições de trabalho a grande parte da população residente, os novos centros fixarão também muitas actividades só atraídas normalmente pelo centro tradicional da cidade.

(...)

A organização dos novos centros, quando bem conduzida, fará alterar grande parte das condições existentes na cidade, caracterizada ainda pelo centro único, excessivamente denso e congestionado. Novas fontes de trabalho serão criadas com a fixação preferencial, naqueles centros, de organizações comerciais que se somarão às actividades propriamente locais. Mas o que não deverá descuidar-se é a instalação, no interior de cada Unidade Residencial, de todas aquelas actividades que a população prevista pode vir a sustentar, além do comércio, dos serviços e comodidades.

Uma destas actividades é a do artesanato ou das pequenas oficinas familiares para as quais se deverá reservar uma parte dos edifícios comerciais: a sub-loja daqueles que, devido aos desníveis do terreno, virão a ter dois pavimentos de rés-do-chão, ou o andar dos edifícios só de dois pisos.

## **HOSPITAL ESCOLAR**

O Hospital, agora em vias de conclusão, não mereceu qualquer desenvolvimento dos estudos feitos em Ante-plano. A questão mais importante que se levantava era a dos acessos e estes já estão projectados em pormenor e prestes a ser executados. Quanto à zona de protecção e á reserva de terrenos para instalações subsidiárias far-se-á referência mais adiante.

(...)

## **CIDADE UNIVERSITÁRIA**

A zona Universitária não se permonoriza: não faz sentido organizar e atribuir espaços, distribuir edifícios e pressupor necessidades ou serviços antes de se estabelecer um programa de todo o complexo. A questão não está ainda amadurecida e não deve portanto ser-se mais do que previdente.

Reserveram-se sómente as áreas consideradas indispensáveis à criação de uma futura Cidade Universitária que conteria não só as Escolas Superiores como tudo o que contribue para a eficiência do ensino ou dele depende. Reservam-se também as áreas\_livres não

necessárias à imediata expansão da cidade e que poderão ser úteis, amanhã, para qualquer extensão imprevisível da Cidade Universitária.

E sugere-se com esta localização de uma futura Cidade Universitária, que se faça uma revisão completa de tudo quanto se tem resolvido ou preconizado em matéria de instalações para o Ensino Superior, evitando-se a dispersão que se agrava cada vez mais com todos os seus inconvenientes. O Estádio Universitário, por exemplo, de criação recente, não é frequentado. E já se projectam outras instalações universitárias, sem nenhuma integração num programa de conjunto.

### **OS GRANDES PARQUES**

O Parque a sul e poente do Hospital Escolar surgiu da verificação de três dados essenciais:

1º - conveniência em criar-se um ambiente próprio para o grande Hospital;

(...)

2º - a cidade não deve expandir-se indiscriminadamente por todo o território urbano, não tem necessidade de o ocupar totalmente e carece de espaços livres; e

3º - grande parte dos terrenos são impróprios para a edificação.

As mesmas premissas – exceptuando a presença de um edifício a proteger – levaram à criação de outro grande parque a sul da U.R. do Amial. Trata-se de um Talvegue com alguns terrenos mal expostos, húmidos, frios e pouco consistentes.

A atribuição a parque desta zona foi já claramente definida no PLANO REGULADOR [1952-Antão de Almeida GARRETT] e o Plano não faz mais do que confirmar esta atribuição perfeitamente justificada, fixando com maior precisão os seus limites para que não venha a dar-se-lhe destino impróprio.

Este parque, embora isolado da U.R. do Amial pela Via de Cintura Interna ficará em contacto com ela através de percursos de peões que atravessam aquela via em passagens inferiores. As escolas da U.V.D. situam-se dentro do parque em local privilegiado para se não comprometerem terrenos mais úteis para a construção de residências.

Os parques não são definidos em pormenor por falta de programa e, principalmente, porque a sua integração no domínio público não pode ainda prever-se. Delimitam-se apenas os seus contornos para melhor aplicação dos regulamentos que hão-de defender estas áreas da invasão das edificações particulares.

Não bastará todavia defendê-la contra os interesses privados. É também indispensável que



o próprio Município se abstenha de iniciativas que possam comprometer o destino final destas áreas livres.

(...)

A tendência municipal tem sido até agora a de ocupar todos os terrenos livres, de preferência os de custo reduzido, com instalações ou serviços que não foram devidamente planeados no quadro de urbanização. O Município não tem pensado verdadeiramente, nas vantagens de se deixarem espaços livres no meio da cidade e menos ainda em oferecer esses espaços, sob a forma de parques, à usufruição dos munícipes.

Não deve esquecer-se que o parque do ex- Palácio de Cristal se deve à iniciativa bairrista de alguns particulares e que, apesar de a sua recente integração no património municipal, continua reservado a fins especiais – legítimos de certo – com entradas pagas. Funciona apenas como espaço livre dentro da cidade, e é nesse sentido um valor precioso. Mas não desempenha integralmente todas as funções que caracterizam os parques urbanos.

Recentes realizações e projectos são prenúncio de uma sadia mudança de atitude: a vinculação de uma grande área livre no Bairro da Federação das Caixas de Previdência e a criação de um pequeno parque na chamada “Quinta do Covelo”. É de esperar portanto que outras iniciativas venham a surgir em breve.

“A integração no domínio público poderia iniciar-se com a transferência dos viveiros municipais e a construção de campos de jogos desportivos, conjugando as iniciativas de grupos e de associações com a iniciativa oficial. E, mantendo embora o carácter rural, continuando mesmo a exploração agrícola do solo, ir-se-iam pouco a pouco alargando as áreas acessíveis à população com a construção de caminhos de peões, pistas de ciclistas, pequenos bosques, e largas clareiras de relvados.

(...)

### **ZONA EXTERIOR À CIRCUNVALAÇÃO**

No Ante-Plano não se analisou a zona exterior à Estrada da Circunvalação por falta de elementos topográficos.

Feitos os levantamentos indispensáveis pude agora fazer essa análise e propor-se a atribuição mais conveniente dos terrenos.

As seguintes constatações resultam espontâneamente a qualquer observador atento:

1º - Não é de vantagem nem para a cidade nem para os concelhos limítrofes, a que aquelas

áreas pertencem, que a edificação continue a alastrar sem que préviamente se estabeleçam planos bem estruturados e justificados de expansão urbana.

2º - Grande parte dos terrenos está ainda livre de edificações por falta de acessos ou por não terem acessos convenientes. Não será preciso exercer violências para os conservar com o seu carácter rural.

3º - As áreas edificadas podem delimitar-se com relativa facilidade, impedindo-se que alastram.

(...)

4º - Os terrenos marginais dos velhos caminhos rústicos estão bastante valorizados pela introdução recente de beneficiação nos pavimentos e até com a criação de carreiras dos transportes colectivos. Na Estrada da Circunvalação os terrenos têm sido também valorizados devido à iniciativa oficial. A supressão do fosso que separava a estrada exterior, mal pavimentada e mal traçada, colocou grande parte dos terrenos marginais em condições óptimas para a edificação.

5º - Ao longo da Circunvalação há terrenos de nível com estradas, ou mais altos.

O valor destes terrenos é já elevado e tende a aumentar por falta de uma regulamentação reestrutiva da edificação. Há também terrenos fundos – onde a estrada passa em aterro – estes terrenos estão livres, são cultivados e não têm valor para a construção residencial.

6º - A falta de regulamentação restritiva transformará dentro em breve toda a Circunvalação numa avenida de casa de todos os feitios e para todas as funções, em prejuízo irremediável do seu carácter de estrada.

7º - Impõe-se por conseguinte, não apenas o estudo dos problemas relativos à zona do Hospital Escolar, com vistas á sua protecção, mas um estudo aturado da Estrada da Circunvalação em todo o seu longo percurso.

8º - A presença do Hospital Escolar e a criação da Cidade Universitária, aconselham toda a prudência quanto à ocupação dos terrenos próximos. É de toda a vantagem que se não comprometam quaisquer futuras necessidades de expansão ou de apetrechamento da Cidade Universitária.

(...)

Em resultado destas constatações o Plano preconiza a adopção das seguintes sugestões:

1º - Que se defina desde já uma Zona de Reserva “Non- Aedificanti” entre a estrada da Circunvalação a sul, o Caminho de Ferro de Cintura a Norte, a Via Norte a poente ea Via Nordeste (prolongamento da Avenida de Fernão de Magalhães) a nascente.

2º Que dentro desta Zona se não autorize o alargamento dos núcleos urbanos existentes para além dos limites estabelecidos no Plano, enquanto se não estruturarem os respectivos Planos de Urbanização.

3º - Que se promova o estudo dos Planos Parciais de Urbanização de cada um desses núcleos de modo a apetrechá-los com a estrutura e equipamento correspondentes.

### **MAIS VALIA E MENOS VALIA**

Alguns terrenos descerão verticalmente de valor com a aplicação das sugestões preconizadas. O mesmo sucedeu aos terrenos marginais da Circunvalação incluídos na área do grande parque ou da Cidade Universitária. Outros terrenos, diferentemente localizados, aumentarão de valor. Ao longo da mesma artéria haverá, portanto, por simples deliberação das autoridades, uns proprietários injustamente beneficiados e outros não menos injustamente prejudicados.

Esta é uma questão de mais-valia e de menos-valia que não convirá deixar de levantar para ser resolvida por quem de direito.

(...)

### **DRENAGEM E ESGOTOS**

“Com a criação dos percursos de peão através dos edifícios e sectores residenciais, as redes de esgotos e todas as outras redes deixam de ser obrigatoriamente instaladas sob a calçada dos arruamentos de circulação para, com mais independência, convergirem directamente para os talvegues, seguindo as pendentes naturais”. “As vertentes da maior parte da zona seguem, porém, direcção oposta à do actual sistema de saneamento. É necessário, por isso, encarar a construção de um novo sistema, independente da rede existente”.

A execução do Plano não poderá encarar-se enquanto não for resolvido satisfatoriamente este grave problema do saneamento da zona. Quasi toda a área se situa nas vertentes do rio Leça e não tem, portanto, rede de esgotos, apesar das muitas construções existentes e, entre elas, as dos Bairros de Casas Económicas. Problemas imediatos surgiram já com a construção do Hospital Escolar. Mas então, em lugar de se encarar a solução do conjunto, de se estudarem os problemas levantados por todo o programa de urbanização – que

motivou a elaboração do presente Plano – preferiu-se resolver aquele problema imediato por processos independentes, isolados e dispendiosos também. A economia do Plano começou, deste modo, a encarar-se desde início sob pontos de vista pouco suspiciosos.

(...)

### **ECONOMIA GERAL DA URBANIZAÇÃO**

O Plano, pela maneira como foi estruturado, poderá realizar-se em condições vantajosas de economia, como se fez salientar, resumidamente, no Ante-Plano.

Mas os objectivos de economia não poderão conseguir-se sómente por um mais ou menos bom traçado, por um mais ou menos bom aproveitamento e arrumação do espaço. Os resultados económicos finais hão-de resultar não só do Plano como dos métodos de realização. Se os métodos de realização forem incorrectos também os resultados não poderão ser muito positivos.

Já se fez referênciã à falta de uma política geral de conjunto ao analisar-se o problema dos esgotos. Outros aspectos da mesma falta ressaltaram da análise de outros problemas urbanos que interessam ao Plano. De um modo geral pode dizer-se que a culpa cabe, sobretudo, a uma lamentável carênciã de coordenação entre os diversos organismos ou serviços que interferem na Cidade, que durante anos se esquivaram a qualquer colaboração. Recentes realizações dão mostras de se ter enveredado por caminhos mais seguros, dando lugar a um certo óptimismo quanto às iniciativas mais imediatas.

Os resultados económicos do Plano dependerão do caminho escolhido para a sua realização.

(...)

### **OCUPAÇÃO DO SOLO**

“Grande parte do projecto baseia-se na prévia apropriação do terreno pelo Município, que não voltará a aliená-lo”. “O Município limitar-se-á a ceder o direito de construir os edifícios previstos no Plano com uma área e um volume determinados”.

Este princípio, corrente em todo o mundo, não foi bem aceite de início, chegando a preconizar-se superiormente uma redução sensível dos edifícios de habitação por andares, em benefício da habitação isolada a construir em terrenos definitivamente integrados na propriedade particular. Entretanto o próprio Município tomou iniciativa de urbanizar grandes áreas segundo o mesmo princípio e com resultados óptimos (Bairro da Federação

das Caixas de Previdência e Blocos de Casas para famílias pobres) e continua a promover a construção de núcleos residenciais sem alienar os terrenos, entregando-os em usufruto a toda a população residente.

A ideia do Plano não é todavia a de obrigar o Município a ficar com os encargos inerentes à posse daqueles terrenos que deverão constituir logradouro público. “ Nos próprios habitantes poderá inculcar-se o natural orgulho de cuidar directamente de um bem que, na verdade, lhes pertence”.

O bairrismo da gente do Porto não precisa, de resto, de ser instigado bastando organizá-lo em associações com finalidades concretas: associação de inquilinos de um mesmo prédio interessados na conservação e beneficiação dos espaços livres. Exemplos de associações espontâneas, criadas para fins idênticos, existem já na cidade.

(...)

### **ESTÉTICA**

Um factor que intervêm decisivamente na valorização plástica do Plano – que não foi mencionado no Ante-plano, que dando lugar a interpretações pouco justas – é a diferença de planos, marcada com bastante nitidez em alguns casos particulares.

A diferença de planos não é criada artificialmente, como uma ideia fixa, e com o propósito deliberado de buscar efeitos. Resulta da configuração natural do terreno e aproveita-o também naturalmente, sem contrafacções. Ao contrário dos hábitos introduzidos na prática corrente de urbanização – legado pernicioso de um passado em que se desprezava a teoria – que tudo nivelava e tudo reduzia a ruas e quarteirões, o Plano distingue e separa as artérias de circulação mecânica dos caminhos e alamedas só destinadas ao peão.

E caracteriza-as diversamente. O peão pode subir rampas íngrimes para fazer qualquer trajecto, mas perfere o terreno plano para passear ou para se sentar ao ar livre num banco ou em volta de uma mesa. Ao automóvel têm de garantir-se as rampas mais próprias para qualquer percurso ou para qualquer acesso e as curvas para mudança de direcção; o peão vence a diferença de nível de dois planos com uma escada e não tem necessidade de gavetos arredondados para fazer as curvas.

Ao procurar reduzir ao mínimo os traneis das alamedas de passeio, sem violentar demasiado o terreno, surgiram diferenças de plano que se aproveitaram para valorização plástica.

(...)

Não poderá afirmar-se que o Plano seja ousado neste aproveitamento das condições naturais. Sucede sómente que não as desprezou e que as utilizou como elementos de valorização de alto valor, integrando-as arquitectónicamente nos conjuntos urbanos.

As possibilidades destes elementos arquitectónicos são ilimitadas e fornecerão novos rumos à fantasia dos arquitectos e dos artistas plásticos que saibam aproveitá-los.

Os futuros moradores também não deixarão de apreciá-las: pontos de vista e panoramas diferentes, horizontes mais largos, maior domínio do espaço – sobretudo das varandas que se criam.

As perspectivas, que houve o cuidado de aproveitar e valorizar em todos os casos possíveis, foram objecto de constante preocupação durante o desenvolvimento do Plano. Alguns edifícios avançam dos alinhamentos correntes para remate de uma rua longa que se encurva depois; outros situam-se propositadamente em posição frontal ou erguem-se acima dos restantes; as torres das igrejas destacam-se do corpo principal para se situarem na posição mais dominante.

Estes aspectos e os já referidos no Ante-planos são contributos apreciáveis para o embelezamento de toda a zona, especialmente dos sectores residenciais.

## **REALIZAÇÃO POR FASES**

(...)

Conclui-se da crítica feita ao Ante-Plano que não é de aceitar a sugestão preconizada de se relegarem os centros principais para última fase de realização. Entre os reparos levantados há um que merece ser salientado e tido em boa conta: é que, entretanto, pode surgir o perigo de “se criarem hábitos que contrariem a boa orgânica das unidades a que eles pertencem”. Quanto aos outros aspectos negativos deste faseamento em último lugar, convirá fazer posteriormente uma análise mais profunda dos prós e contras que inevitavelmente hão-de surgir, quer se adopte a solução preconizada no Plano ou a que se sugere nos Pareceres.

A solução do Plano não é certamente a melhor pois privaria a população instalada da grande parte do equipamento previsto – e necessário – durante longo período de tempo.

Por outro lado o equipamento a oferecer, por iniciativa particular, não poderá imaginar-se sequer enquanto não se houver instalado uma população suficientemente numerosa para o

manter.

Os serviços de competência oficial poderiam – e deviam – antecipar-se a quaisquer outras realizações, não apenas para “servirem” mas como atractivos, como garantia da efectivação a despertar o interesse da iniciativa particular, como elementos de aceleração do Plano. Mas convém não esquecer que a iniciativa oficial é mais lenta ainda que a iniciativa particular e que os serviços públicos só surgem, de ordinário, após longa pressão das forças vivas que os solicitam.

(...)

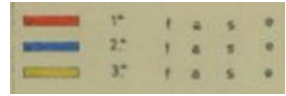
O óptimo seria, de certo, que o apetrechamento local de cada Unidade Residencial e de cada Unidade de Vizinhança tomasse todas as procedências; que toda a estrutura – vias de comunicação, transportes colectivos, redes de abastecimento e de esgotos – e todos os serviços - administrativos, assistenciais, culturais – se afirmassem de início como realidades palpáveis e não apenas como um programa de boas intenções. O Município retiraria também enormes vantagens, pois teria valorizado ao máximo tudo o que tivesse de constituir receita compensadora dos encargos do empreendimento. Mas será possível empresa de tal envergadura numa cidade onde não há uma só experiência de realização integral?

Não temos qualquer experiência, nem no Porto nem em Portugal, da criação de um centro novo, nascido inteiro de um plano. Nem a experiência de Alvalade nos aproveita, pois ali não se criou uma estrutura e uma organização que possam tomar-se como modelos. Os centros em Portugal são todos o resultado de um crescimento de séculos com todos os inconvenientes – e pitorescos – resultantes dos estorvos de toda a ordem.

O centro principal será para cada Unidade o coração dessa Unidade. E poderá ser algo mais. Mas, como formular um programa com tal antecipação, sem comprometer o futuro?

Quais serão, qualitativa e quantitativamente, as necessidades da futura população em matéria de cultura, de recreio, de convívio, e que capacidades terá para sustentar todo o complexo?

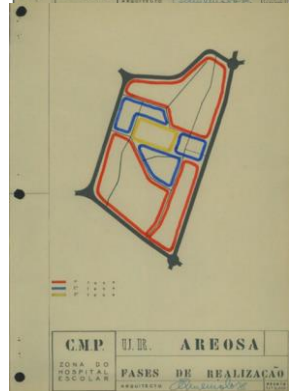
[B88]  
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
FASES DE REALIZAÇÃO - UR AMEAL e UR AREOSA – Legenda - Fonte:  
DGOTDU [MD-p.54bc]



[B89]  
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
FASES DE REALIZAÇÃO - UR AMEAL  
Legenda Fonte: DGOTDU [MD-p.54b]



[B90]  
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA DO HOSPITAL ESCOLAR  
Arménio Losa, 1957  
FASES DE REALIZAÇÃO - UR AREOSA  
Legenda Fonte: DGOTDU [MD-p.54c]





Estas são as razões que levaram a sugerir a realização do centro principal (centro cívico, cultural, comercial, etc.) em última fase. Então haverá já uma população a exprimir desejos, a mostrar capacidades, a organizar movimentos e associações, a reclamar serviços e comodidades. E um espaço, não inteiramente comprometido, para as respectivas instalações.

(...)

Com a realização dos centros principais em primeira ou última fase, ou em execução simultânea com quaisquer das partes do Plano, o que se torna indispensável – e quanto a este ponto não deve subsistir qualquer dúvida – é a expropriação prévia de todo o terreno e não apenas das parcelas destinadas às construções oficiais: expropriação total e antes de qualquer nova valorização.

E, assim como se devem tomar todas as precauções para que se não provoquem, entretanto, como acontece frequentemente, novas valorizações dos terrenos – e da zona – a expropriar, também deverá depois haver o cuidado de não alienar nenhuma pequena parcela enquanto não tiver atingido o seu máximo de valor.

### **CONDICIONAMENTOS LIMITATIVOS**

Às dificuldades encontradas quando se iniciarem os estudos de urbanização da zona – a que no Ante-plano se faz ligeira referência – outras se juntaram durante o período decorrido após a entrega do Ante-plano em Abril de 1953.

(...)

Surgiram novas habitações em áreas reservadas para a construção de oficinas; consentiu-se na instalação de novos estabelecimentos comerciais e industriais com localização imprópria; autorizou-se a construção de habitações onde se localizava um pequeno centro comercial; ampliou-se o bairro de casas económicas do Amial na completa ignorância do que estava planeado; retalharam-se alguns terrenos e deu-se-lhes destino diferente do que fora estabelecido; construiu-se um prédio na embocadura de uma das ruas projectadas; fizeram-se acordos com alguns proprietários dos terrenos expropriados para um dos acessos ao Hospital Escolar, que obrigaram a rever os traçados previstos e projectaram-se arranjos parciais, dentro dos limites da zona, sem conhecimento do autor do Plano.

Todas estas implicações, umas inevitáveis, outras devidas apenas a descuido, provocaram dificuldades e demoras na apresentação do Plano, obrigando a revisões e a estudos novos

dos problemas já anteriormente arrumados.

O Plano definitivo deixou de ser, como devia, o desenvolvimento em pormenor do Ante-Plano para se tornar, em grande parte, um estudo inteiramente novo de grande número de problemas.

As cancelas e os atrasos não têm de certo grande significação ao encarar-se tarefa de vulto como esta do estudo da Urbanização de uma extensa zona da cidade. O que importa considerar é que houve iniciativas, deliberações, construções, etc., contrárias a um programa já aceite em princípio: o do Ante-plano.

(...)

O Ante-plano não é conhecido dos departamentos oficiais que interferem directamente nos destinos da cidade e assim, não é de estranhar que algumas realizações tenham sido levadas a efeito em manifesto prejuízo do que nele se estabelece.

Mas o mais grave é o desconhecimento pelos próprios serviços municipais ou municipalizados que podem conduzir a factos consumados irremediáveis. Qualquer plano, se tornará inútil se não for devidamente conhecido e acatado.

(...)



---

Oldemiro Carneiro

-

---

FRANCISCO OLDEMIRO CARNEIRO apontamentos

---

**LIMITES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO**

OLDEMIRO CARNEIRO, 1955

**PLANO SUMÁRIO DE IMPLANTAÇÕES**

ESBOCETO DO ANTEPLANO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO

CUP - ASPRELA

OLDEMIRO CARNEIRO, 1962 (1960-1965)

Francisco Oldemiro Carneiro frequentou o curso de arquitectura nas Belas artes do Porto, concluindo com o CODA 64, entregue em 31 de Maio de 1947.

Foi quadro da *Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Escolares* (CANEU), substituída em 1957 pela *Comissão Administrativa das Novas Instalações Universitárias* (CANIU), dependente do Ministério das Obras Públicas, à qual são atribuídas funções de estudo e execução das novas instalações da Universidade do Porto.

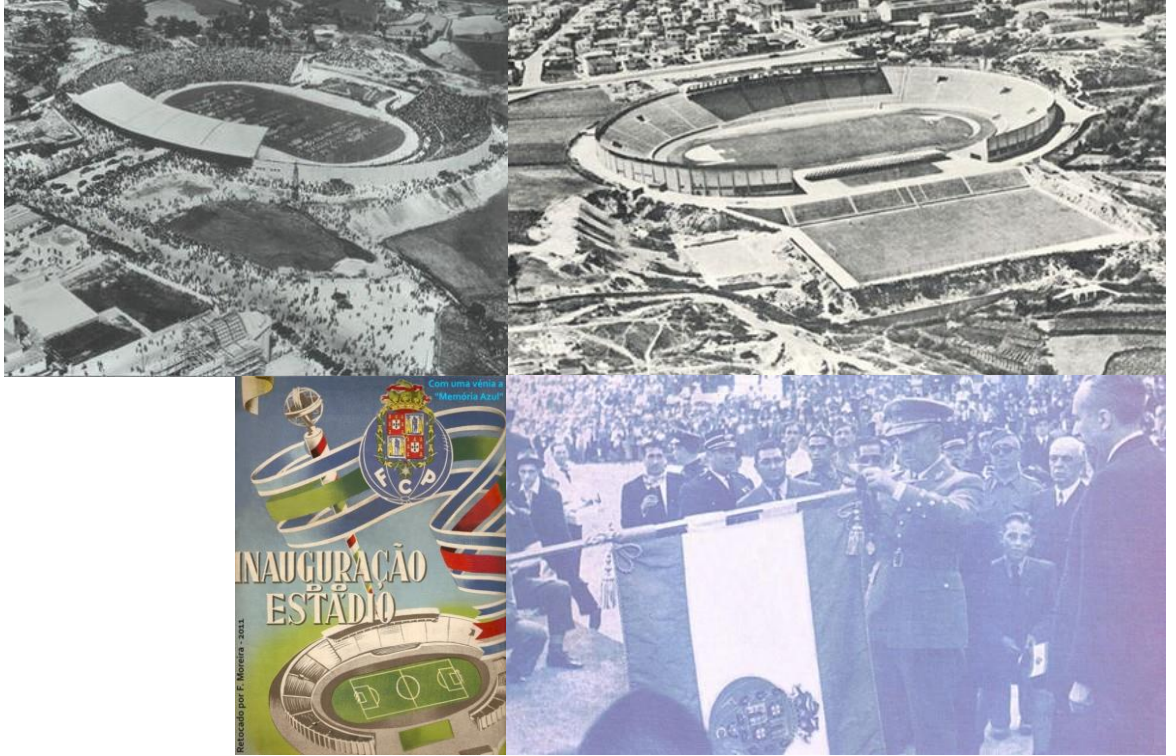
Oldemiro Carneiro ainda prestou funções na *Delegação do Norte da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, colaborando em estudos diversos e em trabalhos de assistência técnica a obras públicas, como a do Hospital Escolar do Porto, por exemplo. Exerceu ainda a profissão liberal com gabinete próprio, onde em 1945 estagiou Fernando Távora, e onde colaborou na realização de vários projectos durante os anos de 1946 e 1947, sobre grande composição, construção geral, composição decorativa, arqueologia e urbanização.

Das suas obras de arquitectura e urbanismo destacam-se:

- O Pavilhão de Tecnologias da Escola de Belas Artes do Porto, construído em 1954 em colaboração com Manuel Lima Fernandes de Sá, com uma planta em forma de “L”, assumindo uma linguagem modernista, marcada pela horizontalidade da sua composição em dois pisos.

O conjunto formado pelo edifício original oitocentista (palacete de linguagem erudita Neoclássica/Beaux-Arts (1873), com remodelação interior dos anos 50 de acordo com projecto de Eduardo Brito, e jardim da autoria do Arqto. Paisagista Florent Claes do final do século XIX, mas também remodelado ao longo do século XX, os diversos pavilhões de ensino construídos nomeadamente por Carlos Ramos, e ainda o espólio artístico conservado no museu e no jardim, foram objecto de classificação como Monumento de Interesse Público pelo Conselho Nacional de Cultura, pela Portaria n.º 175/2013, DR, 2.<sup>a</sup> série, n.º 67, de 5-04-2013.

- Foi também autor do Estádio das Antas, do Futebol Clube de Porto, com projecto desenvolvido durante 1949 (52 mil lugares) com Aires de Sá, e obra iniciada a 16 de Dezembro de 1950 a cargo do Eng.º Miguel Resende, e inaugurada a 28 de Maio de 1952. O regime político nunca manifestou grande entusiasmo por esta obra, dificultando a necessária aprovação e apoio por parte do Ministério das Obras Públicas, estando, contudo, presente na inauguração o Presidente da República, General Craveiro Lopes. Este imóvel acabou por ser demolido em Março de 2004, após a inauguração do novo Estádio do Dragão, com projecto de Manuel Salgado.
- Projectou o interior cenográfico (marcado por elementos revivalistas de inspiração *art nouveau*) de “O Nosso Café”, antiga garagem transformada em espaço de tertúlia inserido no quarteirão noroeste da avenida da Liberdade em Braga, e já desaparecido (acta n.º 10/2011 da Assembleia Municipal de Braga).
- Participou intensamente nos trabalhos de programação e gestão do processo da Cidade Universitária do Porto, por demarcação (com Antão de Almeida Garrett) da área destinada à CUP, e por desenvolvimento (a partir de 1959) do Plano Sumário de Implantações / Anteplano da Cidade Universitária do Porto, na área delimitada desde 1954, com entrega do Esboceto do Anteplano de Urbanização em 1960, respeitando algumas das propostas estruturantes do Plano Regulador da Cidade do Porto, de Antão de Almeida Garrett (1952). A versão como Plano Sumário de Implantações foi entregue em 1962, e o Plano da Cidade Universitária do Porto, de 16/05/1965 (UP, 04590 CUP), já após a aprovação (1964) do Plano Director da Cidade do Porto, de Robert Auzelle, documento este que internaliza as propostas de Oldemiro Carneiro.



[B91] Vista aérea do Estádio do Futebol Clube do Porto, Plano Director da Cidade do Porto (Plano Auzelle), fig. 15. Estádio das Antas (1952), cartaz e fotografia da cerimónia de inauguração por Craveiro Lopes, Arquivo e Museu do FCP.

## LIMITES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO - CUP

CANEU – s/d



[B92] Cidade Universitária do Porto, planta topográfica, escala 1:2000, desenho 8107, ADUP REIT.

### [CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO]

Planta topográfica à escala de 1:2.000, com demarcação de curvas de nível (equidistância de 2m), indicação dos caminhos e cadastro rural, assim como o Bairro do Outeiro e a rua Actor Ferreira da Silva, a Estrada da Circunvalação, a rua de S. Tomé e a rua Dr. António Bernardino de Almeida.



## LIMITES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO - CUP

OLDEMIRO CARNEIRO, s/d



LEGENDA OC ARQ. OLDEMIRO CARNEIRO

••• Limite da CUP

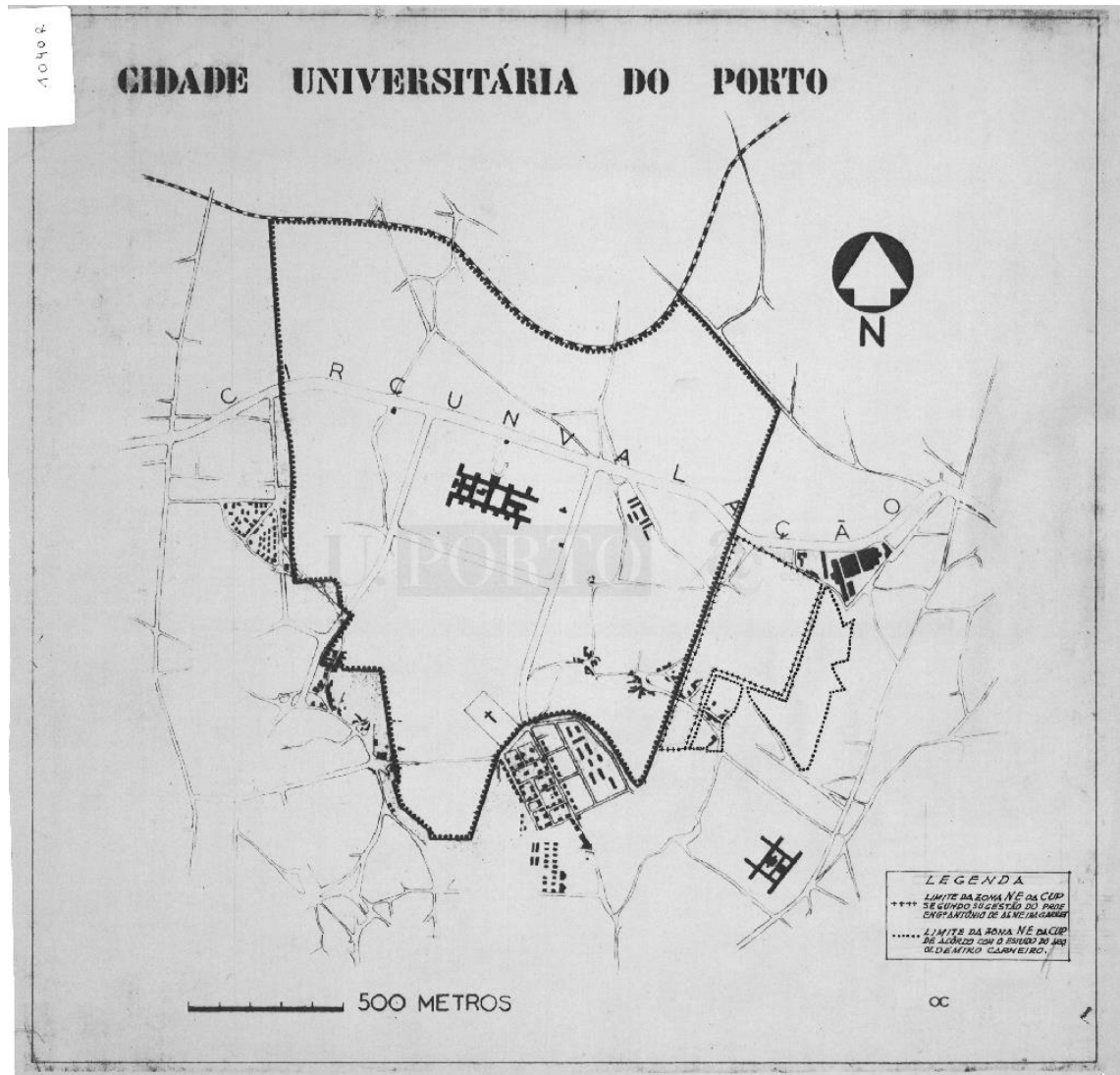
[B93] Limites da "Cidade Universitária do Porto", Oldemiro Carneiro, s/ d., escala 1:500, desenho 8106, ADUP REIT.

### [CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO]

Delimitação dos terrenos destinados à CUP. A lapizado encontra-se demarcada a silhueta da Faculdade de Economia do Porto (FEP), com localização decidida no âmbito do Plano Sumário de Implantações (Oldemiro Carneiro, 1962), e cujo projecto foi adjudicado a Viana de Lima em 1961.

## LIMITES DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO - CUP

OLDEMIRO CARNEIRO E ANTÃO DE ALMEIDA GARRETT – s/d



[ - ]

### LEGENDA

- ++++ LIMITE DA ZONA NE DA CUP SEGUNDO SUGESTÃO DO PROF. ENG.º ANTÓNIO DE ALMEIDA GARRETT
- .... LIMITE DA ZONA NE DA CUP DE ACORDO COM O ESTUDO DO ARQ. OLDEMIRO CARNEIRO
- OC ARQ. OLDEMIRO CARNEIRO

[B94] Oldemiro Carneiro, “Cidade Universitária do Porto”, 16-3-1965, Arquivo UP, 04590 CUP, FAUP-CDAU, MESQUITA, Mário, A Cidade da Universidade, Porto, UP

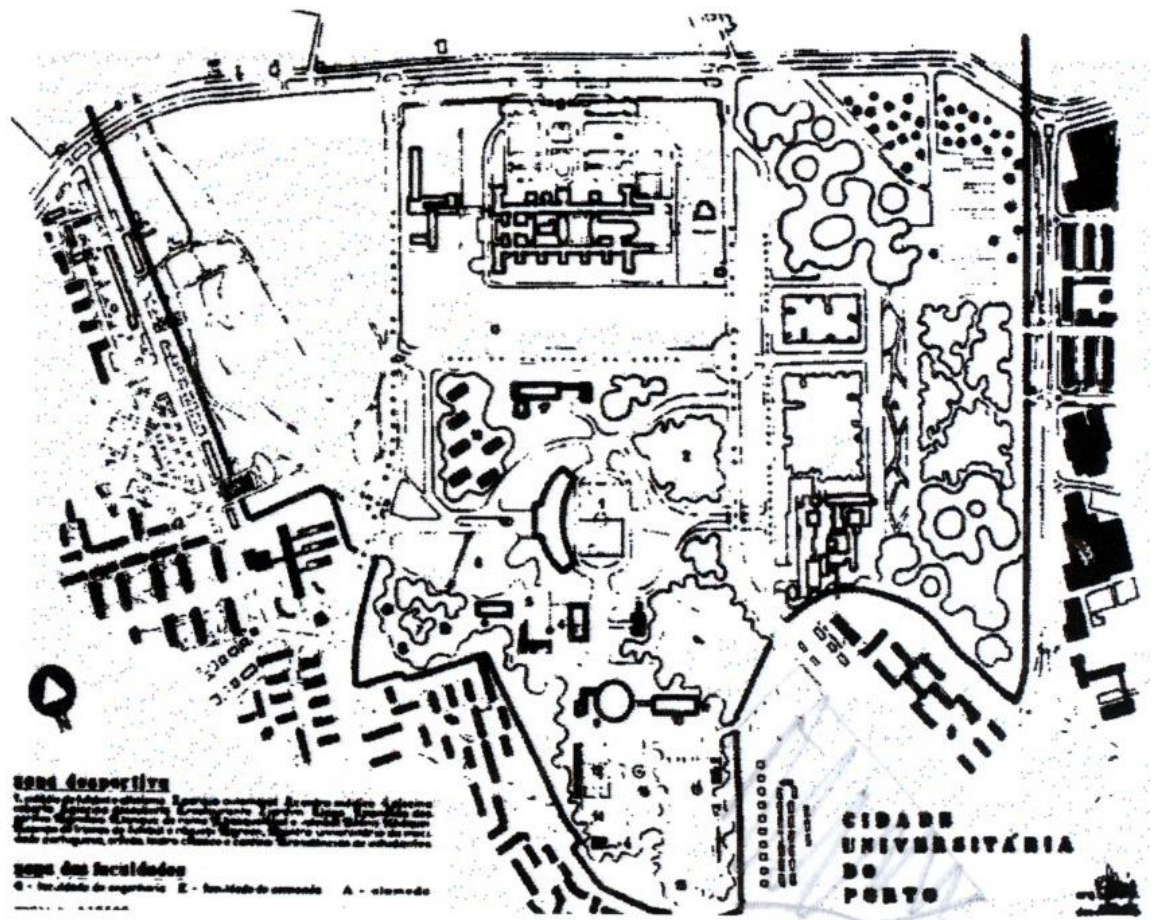
[Plano geral - Pólo 2, ADUP REIT]

### [CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO]

PROPOSTAS DE LIMITE DA CUP, constantes, em anexo, a ofício da Reitoria da Universidade do Porto (dirigido ao Gabinete do MOP), de 15/11/1960,

## PLANO SUMÁRIO DE IMPLANTAÇÕES

OLDEMIRO CARNEIRO – 1962



[B95]

Nome: PLANO SUMÁRIO DE IMPLANTAÇÕES

Designação do Plano: PLANO SUMÁRIO DE IMPLANTAÇÕES – ESBOCETO DO ANTEPLANO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DO PORTO

Tipo de Plano: ANTE-PLANO DE URBANIZAÇÃO

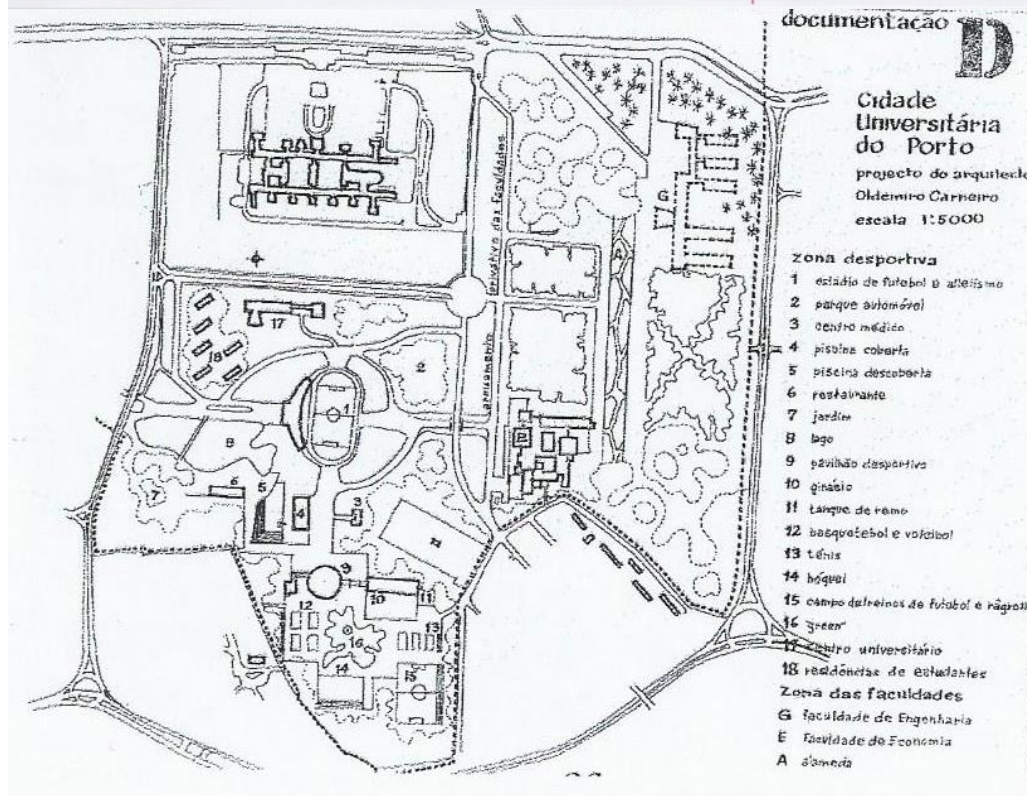
Ano: 1962

Autor: Oldemiro Carneiro (arq.)

Entidade Adjudicante: CANIU - MOP

Oldemiro Carneiro, “Cidade Universitária do Porto”, 16-3-1965. Arquivo UP, 04590 CUP; FAUP-CDAU, MESQUITA, Mário (-) A Cidade da Universidade, Porto: UP

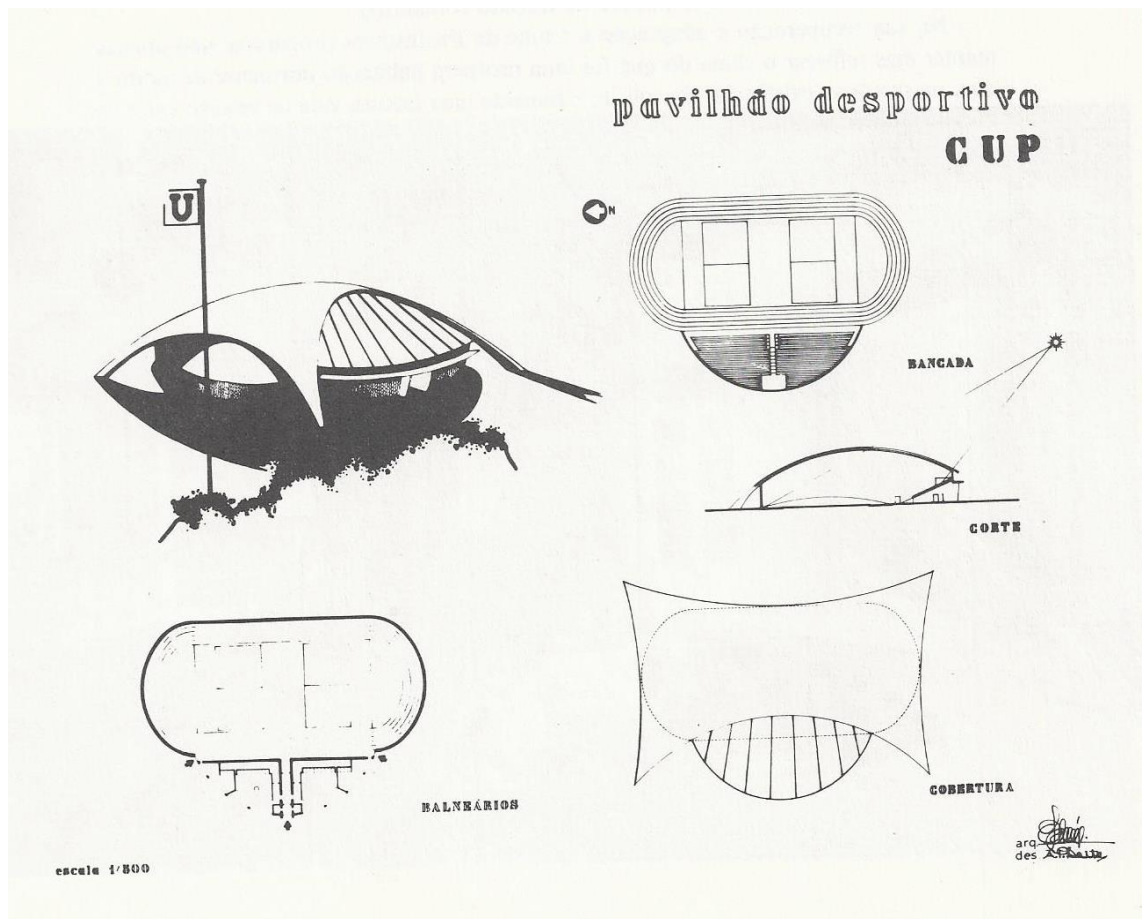
[Oldemiro Carneiro trabalha no plano da Cidade Universitária do Porto desde 1959, integrado na CANIU ]



[B96] Oldemiro Carneiro, “Cidade Universitária do Porto”, 16-3-1965.

[Arquivo UP, 04590 CUP; FAUP-CDAU, MESQUITA, Mário, *A Cidade da Universidade*, Porto, UP.]

(Oldemiro Carneiro trabalha no plano da Cidade Universitária do Porto desde 1959, integrado na CANIU)



[B97] Oldemiro Carneiro, “Cidade Universitária do Porto”, estudo prévio do pavilhão desportivo da CUP, s/d.  
[Arquivo UP, 04590 CUP, FAUP-CDAU]

A Componente lectiva da CUP é remetida para a bolsa de terrenos localizada entre a rua de Roberto Frias e a projectada Via Nordeste e é estruturada por um “arruamento privativo das faculdades” e por uma “alameda” (central), ambas paralelas à rua do Dr. Roberto Frias e à Via Mordeste, junto à qual se localizava a Faculdade de Engenharia, explorando a proximidade (dos seus institutos) com a zona industrial projectada ao longo da frente nascente da Via Nordeste, entre a Estrada da Circunvalação e o lugar do Cruz, na Areosa. O “arruamento privativo das faculdades” que foi mal acolhido pelos serviços do MOP (que apontavam a duplicação da infra-estrutura), destinava-se a retirar da Roberto Frias o trânsito interno da CUP, mas também tinha como objectivo a resolução da diferença de cotas entre a rua existente e os terrenos. De qualquer modo, determinou o recuo da implantação da Faculdade de Economia, cujo alinhamento foi mais tarde adoptado pela Faculdade de Engenharia.

A componente desportiva revelou-se dominante, com o grande estádio de futebol da cidade em posição central (dotado de uma solução de cobertura em betão, inovadora e tecnologicamente avançada para a altura), rodeado pelas diversas valências do programa, disposto numa área a qualificar como um parque, onde Oldemiro Carneiro incluía ainda um conjunto de residências de estudantes e um Centro Universitário (teatro clássico e áreas sociais).

O plano de Oldemiro Carneiro teve ainda mais consequências, como o Instituto anti-canceroso (IPO), o Instituto Industrial e a Escola de Enfermagem.

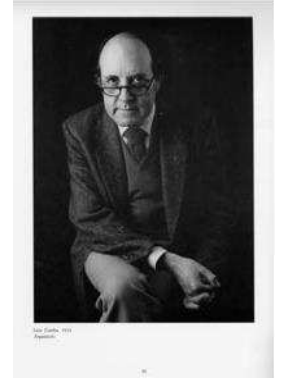
Observe-se que o estádio de futebol (e os restantes campos envolventes) verifica princípios compositivos de simetria, implantando-se a eixo do HEP.

O eixo transversal (nascente-poente) ao estádio, garante os principais acessos ao mesmo, e tem desenvolvimento entre a rua do Dr. António Bernardino de Almeida e o “arruamento privativo das faculdades” com o qual comunica por uma passagem inferior à rua do Dr. Roberto Frias, rematando no acesso principal da Faculdade de Economia.



---

“Luiz Cunha, 1933, Arquitecto”  
In: GIL, Mário Cabrita (1986), *A idade da Prata*,  
Lisboa: edição Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p. 28



---

LUIZ SARMENTO CARVALHO E CUNHA apontamentos

---

**CENTRO DE CARIDADE DE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO**

LUIZ CUNHA, 1962

**PLANO ESTRUTURA CUP - ASPRELA**

LUIZ CUNHA, 1973

**PLANO DO PÓLO II DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

LUIZ CUNHA, 1987/1988

**RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES NA ASPRELA**

LUIZ CUNHA, 1989 /1995



Luiz Cunha nasceu no Porto em 1933 e concluiu o curso de Arquitectura em 1953, na ESBAP.

Trabalhou na Câmara Municipal do Porto até 1966, onde, entre outros projectos, colaborou nos trabalhos do Plano Director da Cidade do Porto (1960-1962) com Robert Auzelle, após o que exerceu a profissão liberal como arquitecto e urbanista.

O seu estilo expressionista e eclético destaca-se no panorama da arquitectura portuguesa da segunda metade do século XX.

Como urbanista, destacam-se os seguintes projectos:

- Participação, como arquitecto municipal, no Plano Director da Cidade do Porto, com Robert Auzelle (1960 – 1964);
- Plano para o Pólo 2 da Universidade do Porto – Plano Estrutura (1973);
- Plano Geral de Ordenamento do Santuário de Cristo Rei em Almada, em colaboração com Domingos Ávila Gomes (1984);
- Plano do Pólo II da Universidade do Porto (1987/1988);
- Plano da Área Turística da Praia do Pópulo, em S. Miguel, nos Açores;
- Projecto da Avenida Marginal de Ponta Delgada, nos Açores;

Destacam-se ainda as seguintes obras de arquitectura:

- Sede do Centro de Caridade de N. Sr.<sup>a</sup> do Perpétuo Socorro (1962), no Porto;
- Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Maria e José, no Carvalhido, Porto (1967 – 1969);
- Igreja Paroquial de Sta. Joana Princesa, em Aveiro (1972 – 1976);
- Igreja e Convento dos Dominicanos, e residência de religiosas em Fátima (1972 – 1976);
- Residência para religiosas na Parede, Lisboa (1977);
- Convento e Seminário de Braga (1979);
- Igreja de Ponta Delgada, S. Miguel, Açores (1980);
- Igreja de Cristo Rei de Portela de Sacavém, em loures (1982, inaugurada nos anos 90);
- Conjunto de residências universitária no Pólo II da Universidade do Porto, com Domingos Ávila Gomes (1989/1995).

Projectou ainda vários edifícios que não chegaram a ser construídos, como um teatro municipal para o Porto, com Januário Godinho, um edifício para os serviços

municipalizados de Aveiro, com X. Olazabal, entre vários outros.

Luiz Cunha revela uma grande admiração por Le Corbusier, tendo estudado profundamente a sua obra, para além de outros arquitectos. “Gosto muito de Steven Holl. Descobri a certa altura o Plecknic, que para mim foi uma grande revelação, sobretudo por uma identificação muito grande com a obra dele. Eu já tinha tentado muita coisa parecida e um dia descubro que ele navegava nas mesmas águas. Mas podia citar muitos outros”<sup>10</sup>.

Em 2000, na entrevista a José Charters Monteiro, e acerca da filiação da sua obra na corrente ecléctica do pós-modernismo, Luiz Cunha afirmou que “era uma coincidência puramente furtuita, porque nunca tive a preocupação de seguir aquilo que era identificado teoricamente como pós-modernismo. Houve realmente uma certa aproximação que coincidiu nesse período. Como sabe, foi um período que se esgotou relativamente depressa. Eu continuei o meu caminho e as pessoas quase que se esqueceram também do meu trabalho”<sup>11</sup>.

Na entrevista à revista *unidade u06*, de 1998, a propósito dos seus trabalhos para a Asprela, nomeadamente acerca da residência de estudantes, afirmou que “a Universidade do Porto encomendou-me um edifício e eu perguntei se estavam na disposição de em vez de fazerem um edifício fazerem seis. Eu penso que está nesse aspecto a raiz daquela solução; foi desmembrar aquilo que seria um edifício com uma porta de entrada e muitas janelas numa mini aldeia em que se diferenciavam os edifícios públicos e os edifícios residenciais. A veste exterior, o facto de ter reminiscências clássicas ou não ter, para mim tem pouca importância, foi reflexo de um gosto que naquele momento eu tinha, mas o essencial, o cerne daquela solução foi a sua articulação urbana, uma mini aldeia em que os alunos se sentissem menos artificialmente alojados num dado edifício”<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> CUNHA, Luiz, 1998, «entrevista com Luiz Cunha», in *unidade u06*, p. 76.

<sup>11</sup> CUNHA, Luiz, 2000, «Uma realidade no limite do imaginário: entrevista a Luís Cunha por José Charters Monteiro», in *Arquitectura e Vida n.º 9*, out. 2000, pp. 39.

<sup>12</sup> CUNHA, Luiz, 1998, «entrevista com Luiz Cunha», in *unidade u06*, p. 74.

*Algumas referências*

AA.VV., JA- Jornal Arquitectos, n.º 208, Novembro/Dezembro 2002. *A Condição Pós-Moderna*.

AA.VV., 2004, *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920-1970. Um Património a Conhecer e Salvar*, Lisboa, IGESPAR / Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Catálogo da exposição itinerante.

AUZELLE, Robert (1962), Playdoier pour une organisation consciente de l'espace, illustrations de Luíz Cunha, in: *L'architecture d'Aujourd'hui*, 117, Octobre/Novembre 1962, pp. 1-7.

CUNHA, Luiz, 1965, «Museu de arte e Arqueologia do Seminário maior do Porto, 1957-1962», *Arquitectura* 87, mar./abr. 1965, pp. 76-79.

CUNHA, Luiz, 1968, «Igreja de São Mamede de Negrelas, Santo Tirso / Luís Cunha», in *Arquitectura* 102, mar./abr. 1968, pp. 68-72.

CUNHA, Luiz, 1970a, «Reflexões sobre as megaestruturas urbanísticas e a arquitectura celular», in *Binário* 147, p. 264 (comunicação com que Luíz Cunha participou no Congresso da Federação Europeia da cultura em maio de 1970 na cidade de Roterdão).

CUNHA, Luiz, 1970b, «Reflexões sobre as megaestruturas urbanísticas e a arquitectura celular», in *Binário* 147, dez. 1970, p. 264.

CUNHA, Luiz, 1971, «Centro de caridade no Porto / Luiz Cunha», in *Binário* 153, jun.1971, pp. 360-366.

CUNHA, Luís, 1982, «Capa, Desenho, Luiz Cunha: Projectos e Outros Desenhos», in

*Arquitectura*, Ano IV, (4.ª Série), Fevereiro de 1982, pp.16, 42-75.

CUNHA, Luís, 1985, «Centro Psico Geriátrico de N. Sra. de Fátima na Parede, Cascais / Luiz Cunha», in *Jornal dos Arquitectos*, 33/34, jan./fev. 1985, pp. 55-56.

CUNHA, Luiz, 1995, «Plano de Pormenor do Polo II da Universidade do Porto /Luiz Cunha», in *Jornal dos Arquitectos* 154, dez. 1995, pp. 25-29.

CUNHA, Luiz, 1998, «entrevista com Luiz Cunha», in *unidade u06*, pp. 73-76.

CUNHA, Luiz, 2000, «Uma realidade no limite do imaginário: entrevista a Luís Cunha por José Charters Monteiro», in *Arquitectura e Vida* 9, out. 2000, pp. 36-43.

EMÍLIA, Cristina, FURTADO, Gonçalo, *Ideias da Arquitectura Portuguesa em Viagem*, Joelho #3, Coimbra, e|d|arq-ed. do Departamento de Arquitectura da FATUC.

GIL, Mário Cabrita, 1987, *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Secretaria de Estado da Cultura de Portugal.  
(sobre obras de Álvaro Siza Vieira, Raul Hestnes Ferreira, Luís Cunha, Manuel Vicente, Tomás Taveira).

LAMAS, José Manuel Ressano, 1992, «Luiz Cunha, Percursos de Carreira», in «Percursos de Carreira-Pancho Guedes, Victor Figueiredo, Chorão Ramalho, Maurício Vasconcellos, Luiz Cunha», in *JA-Jornal Arquitectos* 112-113, Ano Xi, jun./jul. 1992, pp. 60-63.

LAPA, Vasco (coord.), ABREU, Maria Fernanda de, ILLINGWORTH, David (trad.), CABRITA, Mário, [Et Al], 1987, *Tendencias de la arquitectura portuguesa: obras de Álvaro Siza, Hestnes Ferreira, Luiz Cunha, Manuel Vicente, Tomás Taveira* [catálogo de exposição do Fundo Teresa Capucho], Barcelona, Collegi d'Arquitectes de Catalunya.

PIMENTEL, Diogo Lino, 1972, «Comentário Breve a alguns trabalhos de Luiz Cunha», in *Arquitectura* 124, maio 1972, pp. 9-10 [obras: pp.10-30].

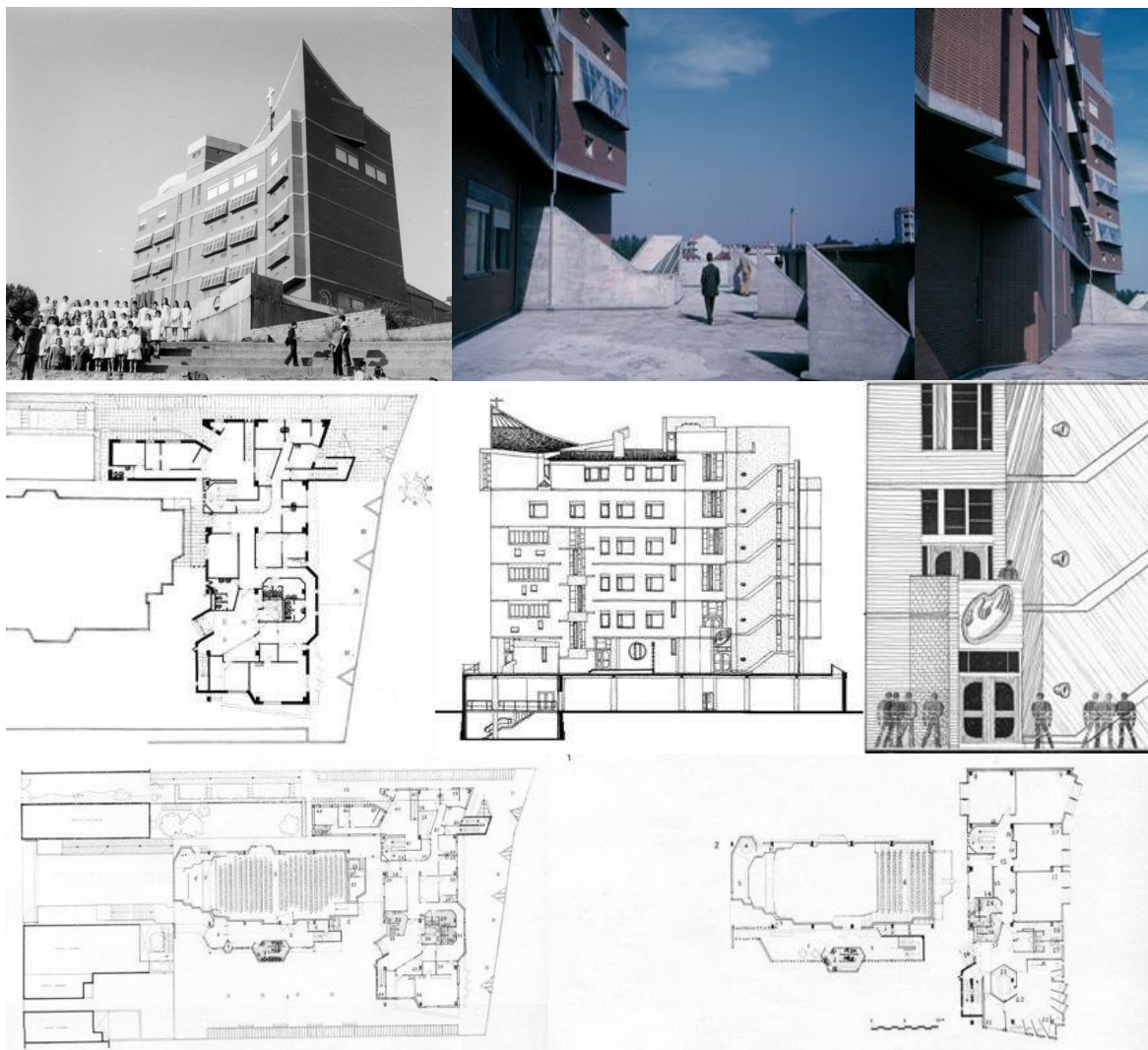
TÁVORA, Fernando, 1964, «Escola Primária em Vila Nova de Gaia (1957-1961)», in *Arquitectura* 85, dez. 1964, pp. 175-179 [comentário de Luiz Cunha].

TOSTÔES, Annette Becker; WILFRIED, Ana Cristina Wang, 1998, *Arquitectura do Século XX – Portugal (Catálogo da Exposição)*. Frankfurt /Lisboa.

TOUSSAINT, Michel A. P., 1989, “Luiz Cunha-Tempos Recentes”, in *Tendências da Arquitectura Portuguesa*, catálogo da exposição, Lisboa, 2.ª ed., 1989, pp. 48-49.

## SEDE DO CENTRO DE CARIDADE DE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO

Rua de Costa Cabral, 120-144, Porto  
LUIZ CUNHA, 1962



1 | 2 | 3 | 1-2-3 - fotografias  
4 | 5 | 6 | 5 – Alçado norte, esc. 1/100, cópia 1967  
[Arquivo Luiz Cunha]

[B98] LUIZ CUNHA, 1962, Sede do Centro de Caridade de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Porto [Arquivo Luiz Cunha]

A Sede do Centro de Caridade de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Perpétuo Socorro é uma obra expressionista, de expressão brutalista, e ainda de inspiração corbusiana, em tempos de contestação ao Movimento Moderno. Luiz Cunha acrescenta-lhe já alguns efeitos plásticos com intensa carga simbólica, como a abundância de referências e de materiais – a veemência do betão (em paramentos e marcação da estrutura), o preenchimento por tijolo vermelho, o recorte volumétrico e forma de inserção da cruz luminosa, a morfologia da cobertura (‘rampa de lançamento das almas’), o jogo entre a horizontalidade e a verticalidade dos seus elementos, são exemplo de uma atitude inovadora enquadrada no movimento de renovação da arte religiosa (MERAR) com afirmação nos anos ’50, contrariando os canons formais anteriormente reproduzidos. A aposta numa linguagem e símbolos de afirmação de uma nova atitude restauradora, de eminente consciência e acção social, determinou profundas alterações dos conteúdos e das correlações entre a função (sendo neste caso um equipamento escolar com vários graus de ensino) e as formas dos projectos de arquitectura.

A sua peculiaridade plástica resulta também da grande complexidade e flexibilidade do programa, que integra um salão de festas com cinema em balcão e plateia (com um total de 810 lugares) e uma torre com nove pisos, coroada pela capela, e contendo salas de aulas de vários níveis de ensino, ginásio, biblioteca, administração e serviços médicos, entre outras valências complementares.

A forma de inserção urbana é dominante à escala do sector, quer pela volumetria, quer pela sua imagem singular surpreendente, desenvolta e movimentada, e ainda pelo uso colectivo, prolongando o espaço público no seu interior, onde adquire desenvolvimento horizontal e vertical, percorrendo e estruturando o edifício, sublinhando com intensidade o sentido cívico e colectivo do complexo.

De facto, o edifício é pensado (e utilizado) como uma pequena cidade, como um *cluster* de valências ariculadas e mutuamente complementares.

**PLANO-ESTRUTURA DO PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

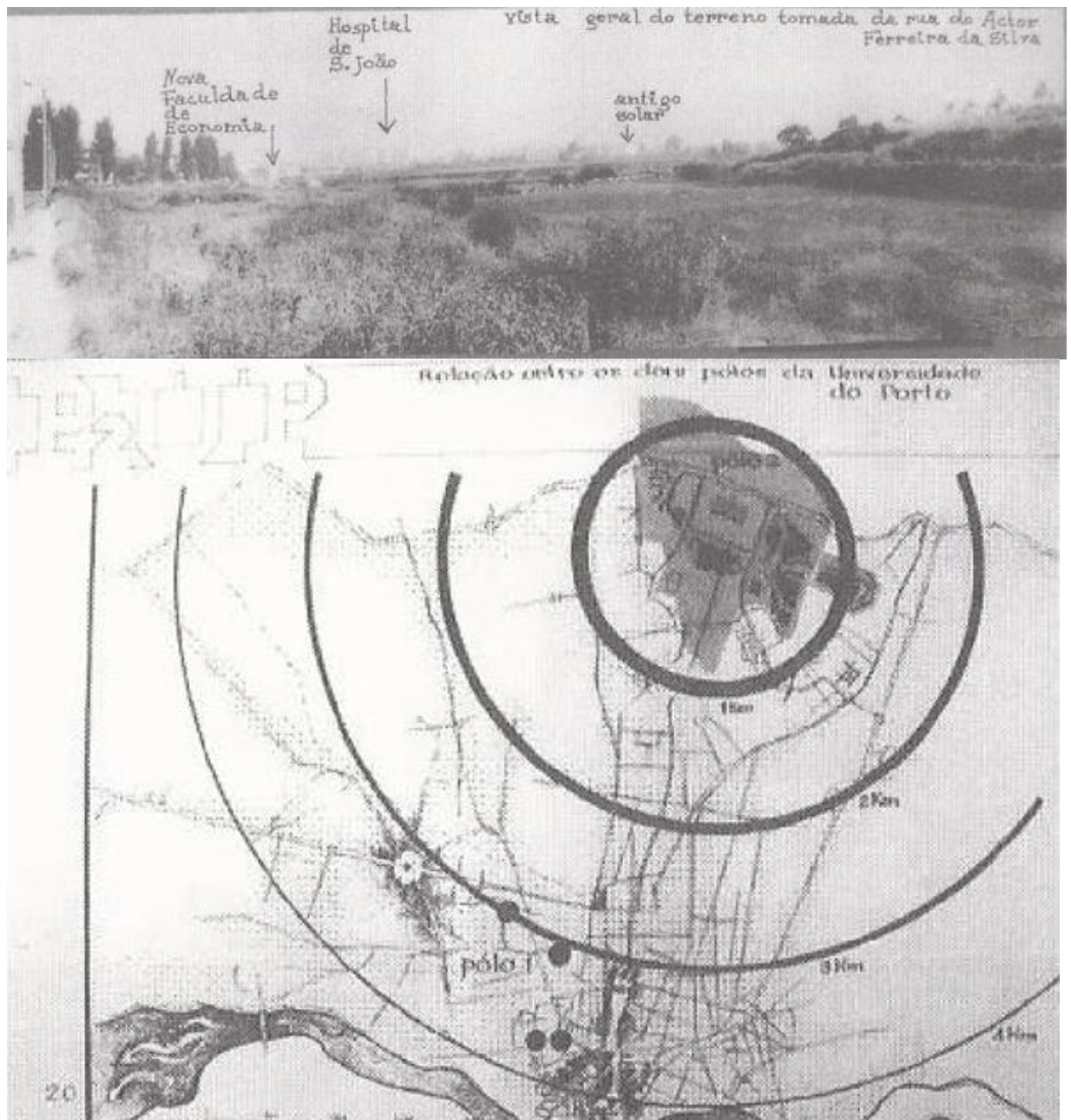
CUP - ASPRELA

LUIZ CUNHA, 1973

## PLANO-ESTRUTURA DO PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO

CUP - ASPRELA

LUIZ CUNHA, 1973



[B99] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto,  
VISTA GERAL DO TERRENO, E RELAÇÃO ENTRE OS DOIS PÓLOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO.  
[repositório temático da UP, po-595]



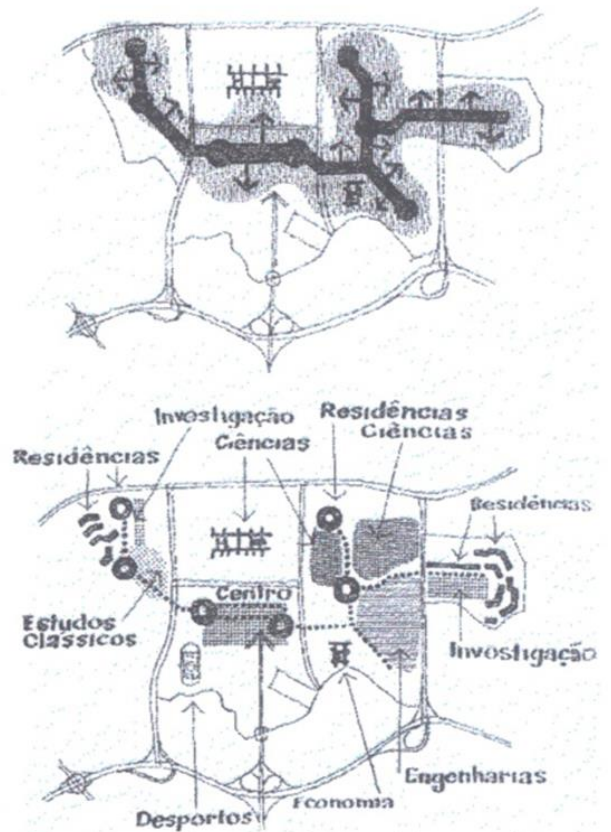
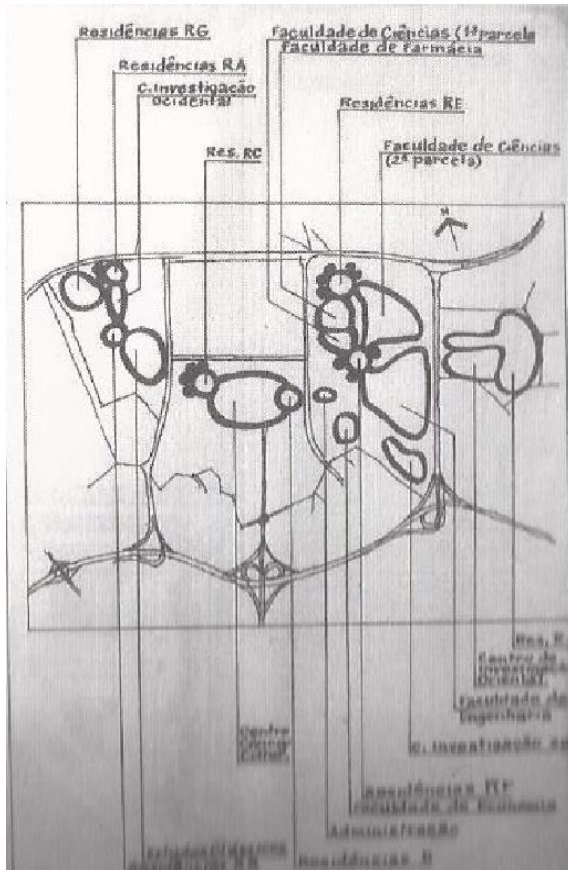
Logo após a conclusão do Hospital Escolar de S. João, foi confirmado que a sua área envolvente se destinaria à Cidade Universitária do Porto (CUP).

A Zona de Protecção do edifício hospitalar foi fixada em 1954, com a sua publicação pelo Diário da Governo, série II, n.º 182 (4 de Agosto), tendo sido desenvolvidos vários estudos urbanísticos (Arménio Losa e Oldemiro Carneiro) que ‘reservaram’ terrenos para a CUP e permitiram implantar a Faculdade de Economia, cujo projecto, de Viana de Lima, teve início em 1961.

A área afecta à cidade universitária, definida como necessária para tal fim, ficou definitivamente delimitada no Plano Director da Cidade do Porto, aprovado em 1964. Este Plano (Robert Auzelle, CMP, 1960-1964) foi objecto do Parecer n.º 3337 do Conselho Superior das Obras Públicas que o reputa como de muito mérito.

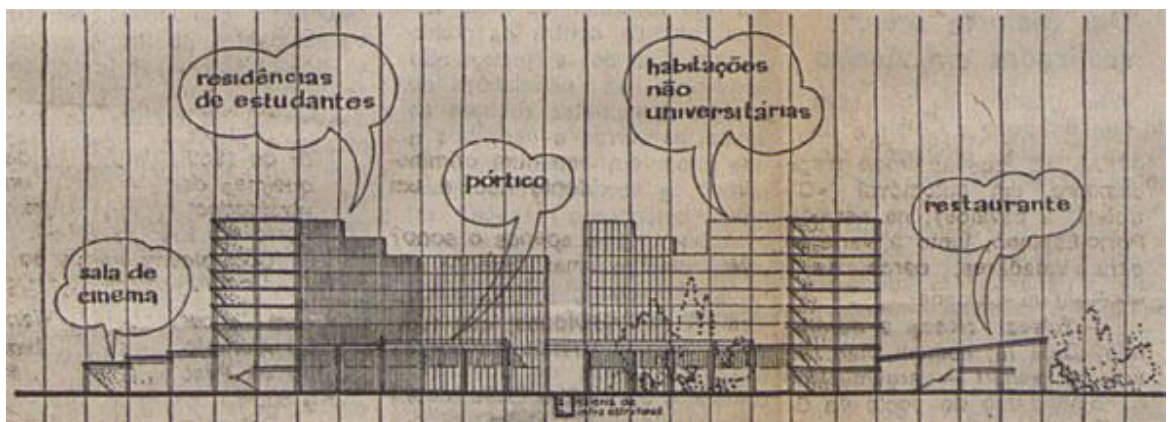
Mais tarde, a Direcção-Geral das Construções Escolares contratou o Arquitecto Luiz Sarmiento Cunha para desenvolvimento de estudos urbanísticos para a área da Asprela, que foram concluídos em Abril de 1973 com a designação de Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, sendo constituído pelos seguintes elementos:

- Memória descritiva e justificativa focando os aspectos dos conceitos actuais sobre cidades universitárias, áreas disponíveis, previsões de crescimento condicionadas aos dados estatísticos e à Reforma do Ensino, partido geral a adoptar, inter-relações da Cidade Universitária com a cidade do Porto e estudo de viabilidade económica;
- Planta de localização na escala 1:5000;
- Planta geral à escala 1:500, interessando as zonas urbanas envolventes tendo em atenção o Plano de Urbanização do Porto;
- Planta cadastral à escala 1:500 com sobreposição dos esquemas urbanísticos propostos, tendo em atenção a necessidade de definição das futuras aquisições;
- Perfis de conjunto à escala 1:500;
- Maqueta de volumes à escala 1:2000;
- Estudo económico relativo à aquisição de terrenos;
- Definição clara, à escala 1:500, das zonas de construção interdita e condicionada, tendo em atenção os direitos dos proprietários, mas tendo também em consideração o plano de urbanização do Porto.



[B100] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, *SISTEMA ESPACIAL E ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL* da CUP.

[repositório temático da UP, po-595]



[B101] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, *PERFIL TRANSVERSAL-TIPO DE UM NÚCLEO RESIDENCIAL* (escala original de 1:500).

[repositório temático da UP, po-595]

Luiz Cunha trabalhou a partir do plano (programa) de expansão da Cidade Universitária do Porto (CUP), que ele próprio elaborara.

Acerca da Análise aos Condicionamentos, o plano considera os seguintes aspectos:

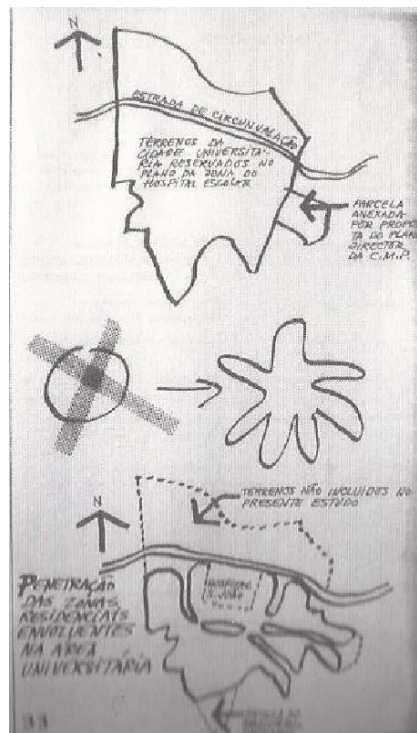
- Existem umas pequenas construções bastante antigas, na sua maioria mal conservadas, ligadas sobretudo à exploração agrícola do solo e espacialmente concentradas na confluência das ruas do Dr. Manuel Pereira da Silva e do Dr. Júlio de Matos.

O plano prevê a demolição de todos estes pequenos edifícios, do lugar de Lamas, conservando-se apenas uma residência dos fins do séc. XVIII (o Solar de Lamas ou da Viscondessa de Roriz, supostamente de Nicolau Nasini), que, apesar do abandono em que se encontra, ainda revela uma certa grandeza senhorial realçada por algumas cantarias lavradas e por um monumental portão de entrada no terreiro que lhe dá acesso.

Assim, esta moradia será conservada – bem como todo o jardim que a circunda – e aproveitada para a instalação de um centro de Convívio Juvenil, ficando integrada no novo conjunto de edifícios, como testemunho vivo do passado daquela zona;

- A Direcção das Instalações Universitárias manifestou o desejo de dar início, com a maior brevemente possível, à construção das novas faculdades de Farmácia e de Engenharia (a Reitoria da Universidade do Porto desejava que as Faculdades de Ciências e de Farmácia se localizassem nos terrenos hoje ocupados pela Escola Superior de Educação e por outras funcionalidades do Instituto Politécnico do Porto, conforme esquema de estruturação funcional de Luiz Cunha, datado de 1973).

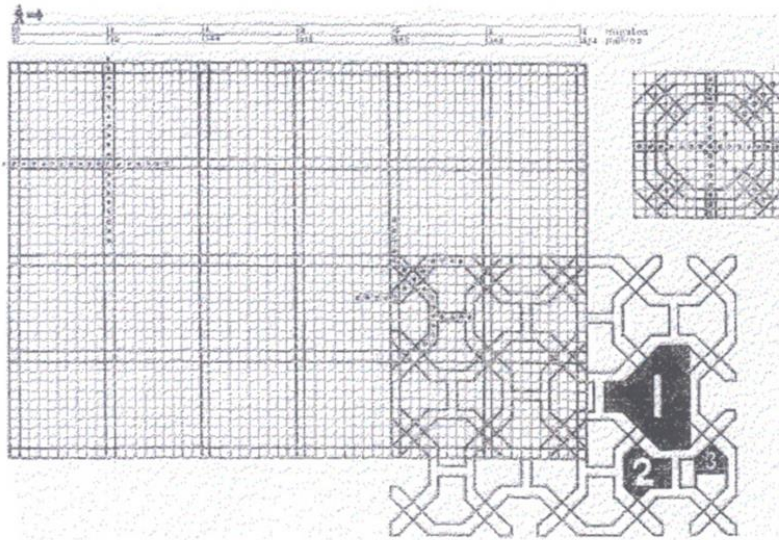
Luís Cunha afirma que a impossibilidade de uma avaliação exacta das necessidades da UP e, simultaneamente, as incertezas sobre as instalações a implementar na zona, para além das duas faculdades (Farmácia e Engenharia) cuja construção se encontrava já decidida, leva, como é óbvio, à opção por um plano flexível e adaptável aos programas que viessem a ser elaborados. Por outro lado, acrescenta, “os vultosos investimentos envolvidos no empreendimento global obrigam igualmente a considerar uma construção por fases, pelo que essa possibilidade tem que ser assegurada através de um parcelamento do conjunto, de modo a que cada parcela contenha os elementos indispensáveis a um funcionamento equilibrado dos diversos serviços (...)”.



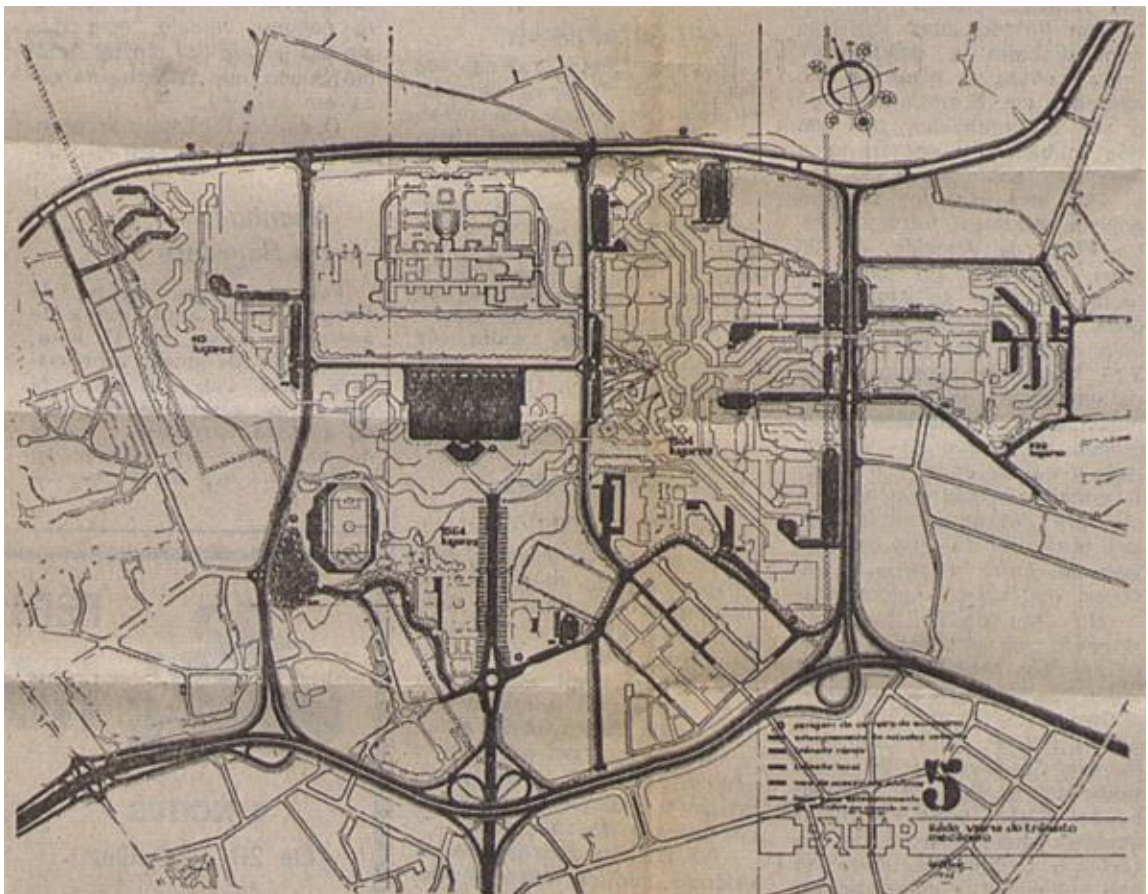
[B102] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto,  
*SISTEMA ESPACIAL E ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL* da CUP.  
[repositório temático da UP, po-595]

O Plano-Estrutura defende os seguintes aspectos:

- É proposta a desafecção de uma parcela no limite sul dos terrenos da zona universitária, à qual se deveria atribuir um destino de interesse público, “que poderia ser – conforme proposta da Câmara Municipal do Porto – para a construção da Escola do Magistério Primário”.
- Relativamente aos sistemas de circulação e hierarquia das artérias – e partindo do reconhecimento da importância que os contactos pessoais e o convívio comunitário apresentam no estabelecimento de um ‘clima’ propício à troca de conhecimentos e à formação cultural dos alunos -, o autor do projecto situa a composição volumétrica do ‘pólo universitário’ sobre uma rede contínua de percursos pedestres, à maneira das Unidades de Vizinhança dos planos funcionalistas precedentes, a qual constituirá uma verdadeira ‘espinha’ central na estruturação das relações entre os diversos edifícios.  
 “Estes percursos de perfil transversal variável, intermitentemente arborizados e mobilados com bancos, fontes, etc., pavimentados em calçada ou outro tipo de piso que revele expressivamente o tipo de trânsito a que se destinam, têm um traçado em que se inscrevem várias inflexões, de modo a variar as perspectivas e assim contrariar o desagradável efeito dos percursos que se têm que fazer a pé e se abrangem de um só golpe de vista”. E, a propósito, recomenda ainda que “embora a maioria das instalações que geram entre si trânsito pedestre, não fiquem afastadas umas das outras mais de 8 a 10 minutos (quando percorridos a pé), admitimos a conveniência de existir um serviço de transporte do tipo frequentemente empregado para transporte de visitantes em parques, recintos de exposições ou feiras comerciais”.
- Quanto ao sistema viário será, na sua maior parte, o existente ou projectado pela Câmara Municipal do Porto. Este sistema integra uma avenida de dupla faixa que, traçada no prolongamento da actual rua de Faria Guimarães, ligará o centro cívico tradicional da cidade com o centro do conjunto universitário e dará acesso ao grande parque de estacionamento semicoberto, complementar das instalações socioculturais.  
 O estacionamento, subdividido em parques cuja capacidade se situa numa média de 150 carros, terá uma capacidade global da ordem dos 4 mil carros, dos quais, aproximadamente mil correspondem ao parque central a sul do Hospital Escolar de S. João.



[B103] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, PLANTA GERAL DE APRESENTAÇÃO [2]. [repositório temático da UP, po-595]



[B104] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, ESQUEMA DA REDE VIÁRIA DO TRÂNSITO MECÂNICO, com a localização dos quatro principais parques de estacionamento, com a capacidade global de 4 mil carros. [repositório temático da UP, po-595]

Na zona onde se concentrará a maior parte das faculdades (Farmácia, Ciências, Economia, Engenharia, etc.) terá lugares para 1500 carros, o que equivale à proporção de um lugar por cada 10 alunos, indicada para a Grã-Bretanha nas ‘normas’ do *University Grants Committee*.

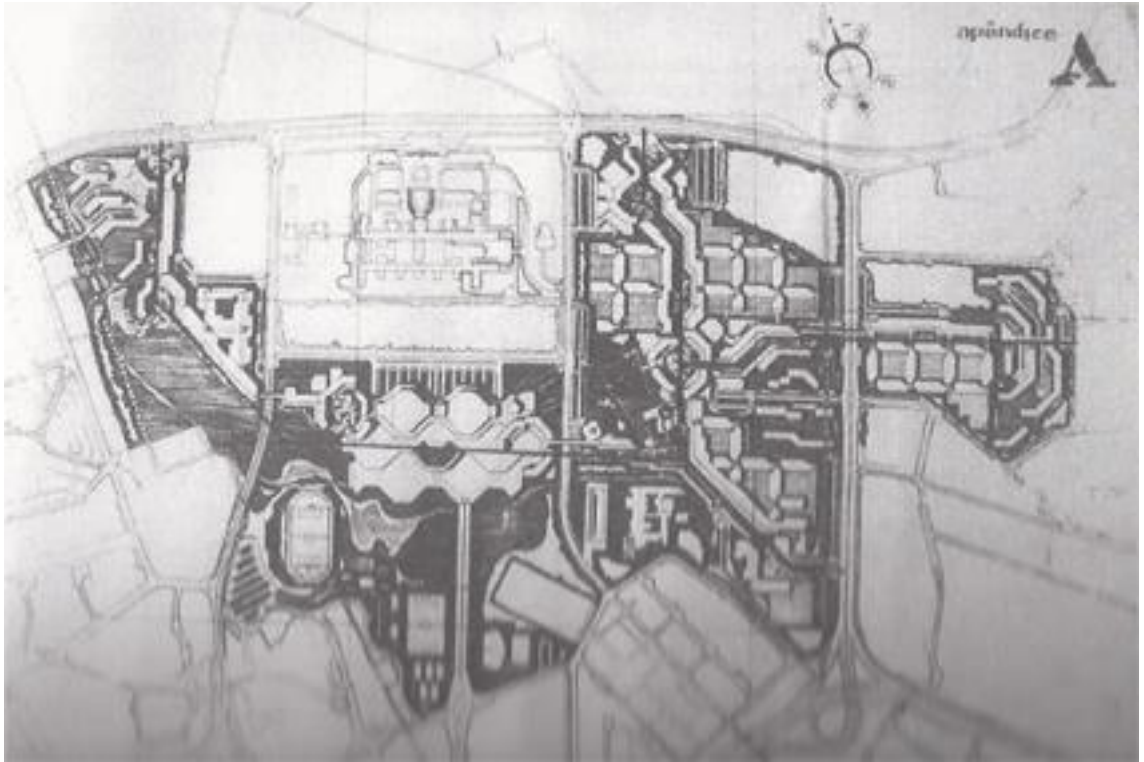
Em Dezembro de 1973, o Sector de Planeamento Físico do GEP da DGCE procedeu à avaliação do estudo desenvolvido, tendo concluído que “lamentava por um lado a carência de bases programáticas, que nem o autor do estudo nem a DGCE lograram conseguir do Ministério da Educação Nacional”<sup>13</sup> e, por outro lado salientava o “elevado nível técnico da proposta apresentada”<sup>14</sup>, considerando insustentável, para assuntos de tal importância e responsabilidade, continuar a actuar de forma independente do MOP e do MEN, sendo indispensável trabalhar em conjunto com ambos os ministérios. Conforme proposta posterior, foi pensada uma estrutura orgânica simples (um ‘Gabinete Técnico Projectista’), para concertação dos trabalhos, integrando os Serviços do MOP responsáveis pelas construções universitárias e os Serviços do MEN com competências atribuídas no domínio das relações com a UP.

Tal ‘Gabinete Técnico Projectista’ seria coadjuvado por ‘Gabinetes de Planeamento’ estabelecidos junto à UP (programação estratégica, pedagógica/curricular e de avaliação) e junto à DGCE (planeamento, programação física, enquadramento processual e financeiro). Este modelo reconhece a importância e complexidade dos estudos urbanísticos a desenvolver, bem como as indecisões acerca da estruturação e espacialização de programas pretendidos como coerentes, coesos e adequados aos lugares intervencionados, reconhecendo ainda a genialidade de Luiz Cunha, da sua forma inovadora de pensar e de comunicar soluções urbanísticas marcadas por linguagens arquitectónicas bem afirmadas.

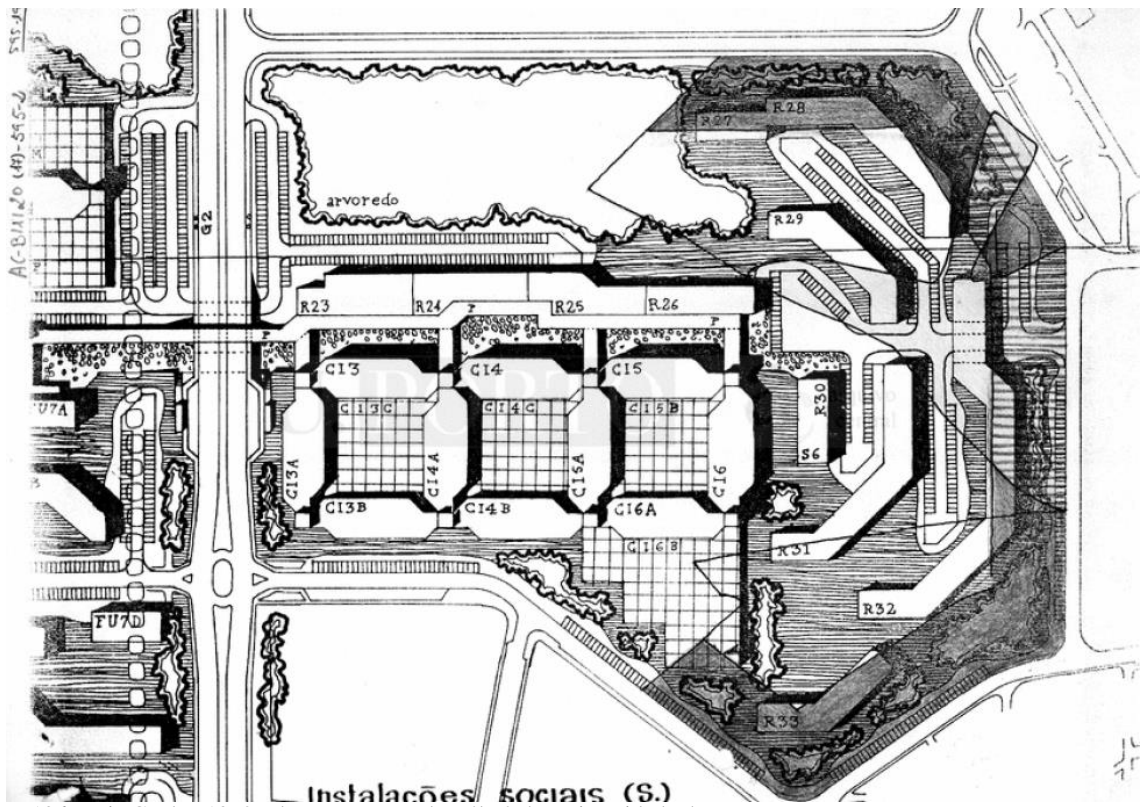
---

<sup>13</sup> Informação GEP n.º 123/73, in: po-583, 0026, ADUP REIT.

<sup>14</sup> *Ibidem*, po-583 : 0026.



[B105] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, PLANTA GERAL DE APRESENTAÇÃO [2].  
[MESQUITA, Mário, *A Cidade da Universidade*, p. 274]



[B106] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, PLANTA DO SECTOR NASCENTE.  
[repositório temático da UP, po-595, 0058]



Mas, reconhecido o interesse em simplificar os necessários procedimentos de acompanhamento e validação dos estudos, entre planos e projectos, e onde a questão do(s) programa(s) tornou-se a mais preocupante, as diversas comunicações estabelecidas com o MEN não tiveram resultados satisfatórios.

Na reunião de Lisboa, realizada em 12 de Fevereiro de 1974, entre a UP, a DGCE/MOP, a DGES/MEN e com a presença de Luiz Cunha, comprovou-se a grande dificuldade em estabelecer uma “programação coordenada das diferentes faculdades a instalar no Pólo 2, afim de fundamentar o prosseguimento dos estudos [do Plano Estrutura] e de molde a obter ao longo do tempo uma adequação das funções pedagógicas e sociais às características físicas das instalações”<sup>15</sup>.

A consciência do factor ‘tempo’ reflecte-se, a vários níveis, nos trabalhos de programação urbanística e avaliação das soluções propostas, desde logo no que respeita ao dimensionamento do(s) programa(s), tendo em vista a perspectiva seu faseamento face a alterações previstas ou imprevistas que possam ser prevenidas por adequadas reservas de flexibilidade para ajustes ou ampliações das correspondentes unidades orgânicas.

Outra preocupação capital respeitava à estruturação programática conjunta, à escala do Pólo Universitário, conducente à consecução de economias de escala favoráveis aos objectivos muito ambiciosos de constituição de uma série de novos equipamentos universitários, o que manifestamente obrigava a uma coordenação de grande eficácia, por consideração de valências complementares e de acompanhamento, bem como no que respeita à polivalências de determinadas instalações.

Alterado o regime político com o 25 de Abril, só no final de 1974 este assunto foi retomado.

Assim, na designado ‘Encontro do Porto’, reunião alargada realizada a 19 e 20 de Novembro de 1974, para debate do Plano-Estrutura, foram convidadas uma série de entidades, tendo comparecido a maioria dos seus directores, técnicos e representantes dos órgãos de gestão de seguida nomeados.

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, pp-583, p. 0027.



[B107] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, MAQUETA DE ESTUDO.  
[repositório temático da UP, po-595, 0058]

- UP (Universidade do Porto);
- UC (Universidade de Coimbra);
- UL (Universidade de Lisboa);
- UNL (Universidade Nova de Lisboa<sup>16</sup>);
- UNM (Universidade Nova do Minho);
- UNA (Universidade Nova de Aveiro);
- DGSU (Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização);
- DGCE (Direcção-Geral das Construções Escolares);
- DGES-MEIC (Direcção-Geral do Ensino Superior do Ministério da Educação e Investigação Científica);
- GEP-MEIC (Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e Investigação Científica);
- FFH (Fundo de Fomento da Habitação);
- CMP (Câmara Municipal do Porto);
- GPRP (Gabinete do Plano Regional do Porto).

Os trabalhos foram antecidos por uma apresentação do Plano, efectuada pelo seu autor, Luiz Cunha, embora tenha sido previamente distribuída documentação acerca do projecto em discussão, e concluídos com a apresentação das seguintes conclusões:

“Nesta reunião conjunta, concordou-se, em princípio, nas seguintes acções a iniciar imediata e simultaneamente:

1. Imediada aquisição dos terrenos cativos, na máxima área possível.
2. Imediata constituição da equipa projectista, sob a direcção efectiva do Arquitecto Luiz Cunha. Esta equipa não poderia deixar de ter a sua sede e gabinete de trabalho no Porto.
3. Imediata reunião, por parte das Faculdades dos elementos que considerem como indispensáveis (mesmo que numa 1.<sup>a</sup> fase não sejam completos) para que o gabinete projectista possa prosseguir o seu trabalho de acordo com as orientações fixadas.

---

<sup>16</sup> A Universidade Nova de Lisboa não se fez representar na reunião, tendo enviado, no entanto, um parecer acerca do Plano-Estrutura, contendo recomendações para progresso dos estudos. [Proc. cit., po-583].

4. Imediata organização, adjunto à Reitoria, de um Gabinete de Planeamento que coligirá aqueles elementos e estabelecerá as ligações com o gabinete projectista.
5. Imediata definição, pela Universidade do Porto, do Pólo 2.
6. Imediata procura e apreciação dos terrenos para um Pólo 3.
7. Demarches no sentido de conseguir que a Guarda Republicana liberte o quartel do Carmo, que se agregaria ao Pólo 1.

Na ocasião, a Reitoria da Universidade do Porto teria<sup>17</sup> já constituído a ‘Assessoria de Planeamento’ encarregada dos processos relacionados com a programação das suas instalações e funcionalidades, respectivos dimensionamentos e localizações, dando corpo à acção 4. definida no ‘Encontro do Porto’, de Novembro de 1974.

Entretanto, do Plano-Estrutura de 1973 propõe e tem como base os seguintes aspectos fundamentais:

- Aponta a necessidade de instalação das Faculdades de Medicina, Economia, Farmácia e Engenharia, para uma previsão de cerca de 6.000 alunos em 1975 e de 12.500 alunos para 1985;
- Elaboração<sup>18</sup> do cadastro dos terrenos existentes na área intervencionada e estabelece uma primeira estimativa para expropriação das parcelas, de cerca de 350.000.000\$00, propondo a inscrição, desde logo uma pequena parte no Programa de Execução da DGCE para 1975, do IV Plano de Fomento, o que determina grande urgência na prossecução dos estudos, para confirmação de implantações e prioridades, dado que o esforço das expropriações seria inevitavelmente faseada.

A aquisição de terrenos revela-se, na verdade, muito delicada, tanto mais que é admitida a implantação de instalações provisórias já para o ano de 1975/1976, situação pouco compatível com o quadro legal então em vigor para o efeito, em que a declaração de utilidade pública dos terrenos cativados aumentava a morosidade de tramitação dos necessários processos.

---

<sup>17</sup> Segundo a Informação n.º GEP 46/75, in: po-583, RUP, p. 5..

<sup>18</sup> Pela DGCEN (Direcção-Geral das Construções Escolares do Norte).

Existe um serviço de aquisições de terrenos, integrado no ‘Planeamento físico’ da DGCE preparado para suprir a questão dos terrenos, para o que conta com um orçamento anual, desde que o Plano esteja aprovado nas suas linhas gerais;

- o Plano apresenta uma série de dúvidas<sup>19</sup> acerca do limite da área intervencionada, como a pretensão de desafecção de terrenos a norte-poente, dada a necessidade em concluir as obras do Centro Regional do Norte do Instituto Português de Oncologia (IPO)<sup>20</sup>; ou ainda no que respeita aos terrenos cuja aquisição foi proposta pela CMP, junto ao Grupo de Casas Económicas de Paranhos, para o mesmo aproveitamento, e destinadas pelo Plano para localização da Escola do Magistério Primário;

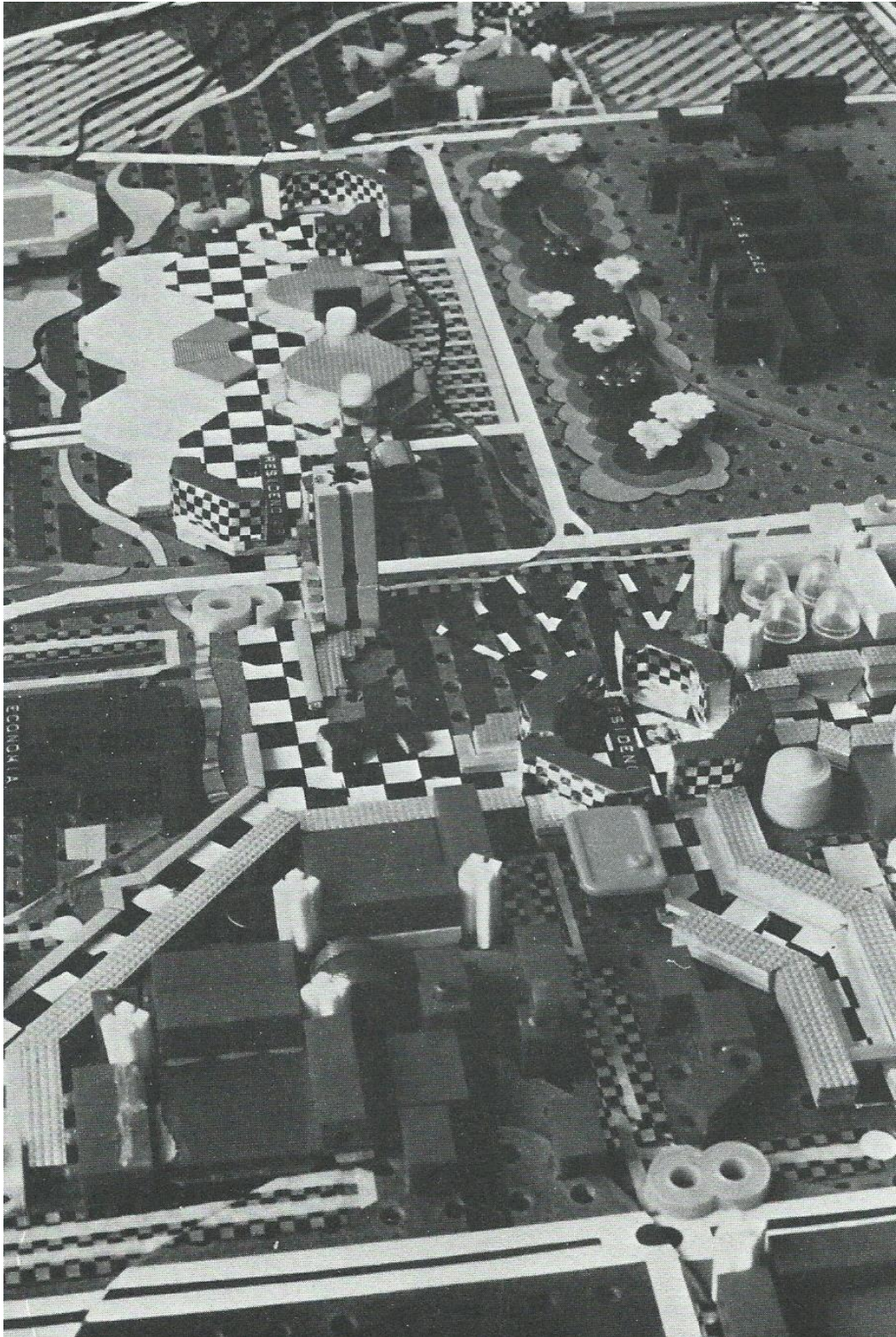
- No início do ano lectivo de 1974/1975, com a conclusão das obras da FEP, verifica-se que existem ainda trabalhos por completar assim como não está ainda concluído o processo de aquisição do mobiliário, sendo manifestas as dificuldades orçamentais da tutela.

Para cumprimento das conclusões do ‘Encontro do Porto’, de Novembro de 1974, o Gabinete de Estudos e Planeamento propõe as seguintes acções:

1. Sendo que o Plano-Estrutura terá desenvolvimentos concertados com a Assessoria de Planeamento da Reitoria da Universidade do Porto, a versão apresentada deverá ser aprovada pela tutela, como documento base definidor das linhas genéricas de ocupação do solo, aprovação indispensável à obtenção da declaração de utilidade pública para o perímetro da CUP;
2. Solicitar a Luiz Cunha proposta para constituição de ‘Gabinete Técnico’ sediado no Porto, para desenvolvimento dos estudos urbanísticos já em curso, em colaboração com o Gabinete de Planeamento da Reitoria da Universidade do Porto, a ser financiado pela DGCE, estabelecendo com esta relações orgânicas a definir, sendo-lhe também atribuído o desenvolvimento de uma proposta de dimensionamento e localização do Pólo 3 da Universidade do Porto.

<sup>19</sup> Tendo como fontes, alguns officios da DGEMN (d direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), entre outras não especificadas.

<sup>20</sup> Desafecção entretanto consumada com um processo de obras urbanização (loteamento urbano) de programa habitacional, conduzido pela LPCC (Liga Portuguesa Contra o Cancro).



[B108] Luiz Cunha, 1973, Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto, MAQUETA DE ESTUDO.  
[Edifícios da Universidade do Porto, catálogo da exposição integrada nas comemorações do 75.º aniversário da UP, Museu Nacional Soares dos Reis, fevereiro 1987, Porto, Ed. UP, p. 15.]

O Conjunto do Plano-Estrutura do Pólo 2 da Universidade do Porto foi aprovado por despacho do secretário de Estado, de 28/7/75, como documento base definidor das linhas genéricas de ocupação do solo e base para prosseguimento dos estudos. Em desenho da planta à escala de 1/5 000, é demarcada a linha limite do conjunto por definição de um arruamento marginal geral.

Subsistiram, no entanto algumas indecisões e contradições com outros processos que tramitavam em simultâneo.

O aspecto com maior visibilidade respeitava às propostas para os terrenos onde IPO tinha já obras a decorrer.

Em 1978 desenrolaram-se diversos procedimentos por ofícios do Fundo de Fomento da Habitação (Direcção da Habitação do Norte), com a pretensão de localização de uma série de blocos do Conjunto Habitacional de Paranhos junto ao estádio preconizado pelo projecto de Luiz Cunha, para o qual ficariam orientadas as fachadas de tardoz.

Este enclave, assim como o da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica, nunca foram integrados ou ligados com as propostas do plano de 1973 de Luiz Cunha, que trabalhou apenas o interior da área abarcada pelo projecto, e tratou o perímetro como uma barreira.limite.

Apesar de tudo, Luiz Cunha afirma que existem vantagens na coexistência com o bairro da Asprela, “uma vez que o pretendido é a completa inserção da zona escolar na envolvente habitacional”<sup>21</sup>.

Conclui-se assim que o plano é pretendido como (tendo uma estrutura) flexível, não obstante tenha sido desenhado com uma imagem rígida, imposta pelo esquema do traçado e pela linguagem arquitectónica utilizada, na correspondência a um programa urbanístico pouco desenvolvido, e a um programa arquitectónico inexistente.

---

<sup>21</sup> Informação da DIU-DEP acerca do conjunto habitacional de Paranhos e do Plano-Estrutura da UP. [po-583, pp. 0017-0018, repositório temático da UP].

## **PLANO DO PÓLO II DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

LUIZ CUNHA, 1987/1988



## PLANO DO PÓLO II DA UNIVERSIDADE DO PORTO

LUIZ CUNHA, 1987/1988

Os estudos urbanísticos de Luiz Cunha (1987/1988) para a Asprela, obedeceram a vários objectivos, e com a revisão do plano anteriormente desenvolvido observaram programas mais elaborados, embora ainda mal esclarecidos no que respeita à organização e articulação das suas valências.

Foram diversas as funcionalidades implantadas como a Faculdade de Engenharia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Psicologia, a Escola de Medicina Dentária, o Instituto Biomédico, a Escola de Nutricionismo, Cantinas, Residências Universitárias, um Hotel Universitário, uma casa de chá, o Parque Central, vários Jardins Públicos, um Centro Comercial, um Templo Interconfessional, Central Telefónica, várias praças, entre outras, tendo sido também representadas diversas construções existentes ou previstas com localizações já decididas e projectadas (Faculdade de Economia, Instituto Superior de Engenharia (IPP), Escola Superior de Educação (IPP), Instituto Superior de Educação Física, etc.).

O Plano de 1987/1988 para o Pólo 2 da UP na asprela teve várias versões e variantes desenhadas, não só respeitantes a diferentes conceitos de organização do programa, mas como relativas à própria linguagem arquitectónica com que Luiz Cunha concebeu o projecto urbanístico.

Luis Cunha enfatizou o carácter que propunha para as edificações e para os espaços colectivos, com motivos eclécticos, clássicos e decorativos, pretendendo assim assegurar uma identidade conjunta, a garantir para cada uma das fases de implementação consideradas.

O formalismo das propostas confunde-se com a metodologia de trabalho do arquitecto, que organiza as suas propostas a partir de referências tipológicas e imagéticas, criando ambientes de vida muito particulares. As suas abordagens são das escalas da arquitectura, depois reduzida e depurada atraçados e implantações, mas sempre com um sentido topográfico e volumétrico.

Luiz Cunha reúne conjuntos de factos arquitectónicos (infra-estruturas e edificações) com sentido tipológico (como espaços de vivências próprias às valências do programa), conferindo-lhes estruturação conjunta por elementos de articulação (repetição, ritmo, simetria, percursos de distribuição, etc.) e um suporte urbanizado.

Mas as soluções revelam resultados distintos.

O Plano-Estrutura, de 1973, com ‘ligantes’ (eixos de estruturação) à escala do sector urbano, e com uma grelha isotrópica de ocupação do território, constitui-se como (proposta de) um imenso emaranhado de estruturas complexas interligadas, ou seja, como um mat-building constituído pela fusão de subunidades, também entrelaçadas, de menor dimensão.

No essencial, o Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto, de 1987/1988 apresenta uma estrutura rígida (em qualquer das suas versões) e complexa, com volumes articulados em sistema de cluster, no que respeita à Faculdade de Engenharia, sendo as restantes funcionalidades organizadas por arquitecturas autónomas (em terrenos livres) sem relações mútuas aparentes. De facto, o plano aprovado em 1988 tinha como objectivo fundamental encontrar uma localização (e configuração espacial de base) para a ‘grande peça’ da Asprela, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto que, pelo investimento a realizar e pela área consumida, exigia cuidados especiais, nomeadamente para construção de alguns termos de referência para o concurso subsequente.

Mas em ambos os planos, Luiz Cunha pretendeu ‘fazer cidade’, pelo tipo de relações e modelo com que respondeu ao programa, pelas características do traçado e sistema de espaços colectivos, e pelas densidades resultantes, não obstante o grande parque central em terrenos considerados impróprios para construção. As funcionalidades edificadas relacionam-se directa ou indirectamente com os arruamentos existentes e propostos, e agrupam-se em *cluster* bem definido (FEUP) ou correspondem a construções isoladas em ‘recintos’ (áreas em geral não vedadas) que se agrupam em bolsas igualmente bem definidas, e o parque, como funcionalidade autónoma, é entendido como uma construção específica dotada de relevo, curso e espelhos de água.

Não obstante a afectação formal das suas propostas, Luiz Cunha considerou sempre as suas soluções como sistemas flexíveis, sendo que ele próprio desenvolveu uma série de soluções variantes.

Em suma, o entendimento de Luiz Cunha é o da cidade como uma grande arquitectura, constituída por factos elementares agregados e/ou segregados.



[B109] Luiz Cunha, jan. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
ESTUDO PRÉVIO, PRIMEIRA VERSÃO, SOLUÇÃO I, PLANTA GERAL  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8538r-72-png]

Na versão de Estudo Preliminar, de maio de 1987, estão demarcados dois limites, o da área do plano (a tracejado), e o das áreas destinadas à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, constituídas por duas grandes bolsas – a norte e a sul da via transversal estruturante / núcleo de matriz rural (lugar de Lamas).

Na bolsa de norte, a faculdade é implantada como um conjunto complexo em forma de ‘pente’, com pátios abertos para os arruamentos envolventes, e onde se organizam várias plataformas de estacionamento automóvel. Ao centro, onde as construções são interrompidas, localiza-se um parque axial, com a direcção sul/norte, ligando a área envolvente ao lugar de Lamas ao pequeno bosque que se situava junto ao bairro da Fábrica da Areosa. Este *cluster*, apresenta uma galeria longitudinal (poente/nascente) que unifica o complexo, e que remata numa frente mais trabalhada orientada para a rua de Roberto Frias, onde se desenha um parque de estacionamento. Este complexo, que orientou o programa do concurso para a FEUP, de 1988, aparentemente teve influência na solução adoptada por Pedro Ramalho e Luís Ramalho. Observe-se alguns aspectos determinantes, como o recuo face à rua de Roberto Frias, a localização do principal parque de estacionamento, a interferência de elementos marcantes preexistentes no território (rural) como o muro e aqueduto da Quinta de Lamas, que condiciona a nova morfologia edificada, como memória do lugar intervencionado.

A bolsa a sul do lugar de Lamas, e entre as instalações da Faculdade de Economia / BIC (Centro de Inovação Empresarial) e a auto-estrada A3, era também destinada a instalações da FEUP.

Nos estudos de 1987/1988, o solar da Quinta de Lamas é destinado a uma delegação da Reitoria da UP, e as construções do lugar de Lamas são parcialmente preservadas e articuladas com novas edificações.

Nesta versão do plano, a área a nascente da A3 destinava-se à Faculdade de Direito e à Faculdade de Psicologia, sendo ainda propostas uma Cantina, uma Residência Universitária e um Hotel Universitário a rematar a via estruturante, que apresentava um amplo separador central definido como Jardim Público.



[B110] Luiz Cunha, fev. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
ESTUDO PRÉVIO, PRIMEIRA VERSÃO, SOLUÇÃO II, PLANTA GERAL  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8539r-72-png]

Observe-se que quer a Faculdade de Direito quer a Faculdade de Psicologia apresentam implantações com morfologias muito elaboradas, sendo a primeira dotada de um claustro central. Ambas as construções reproduzem a solução da FEUP, da constituição de alas edificadas abertas para os arruamentos, e envolvendo áreas de estacionamento.

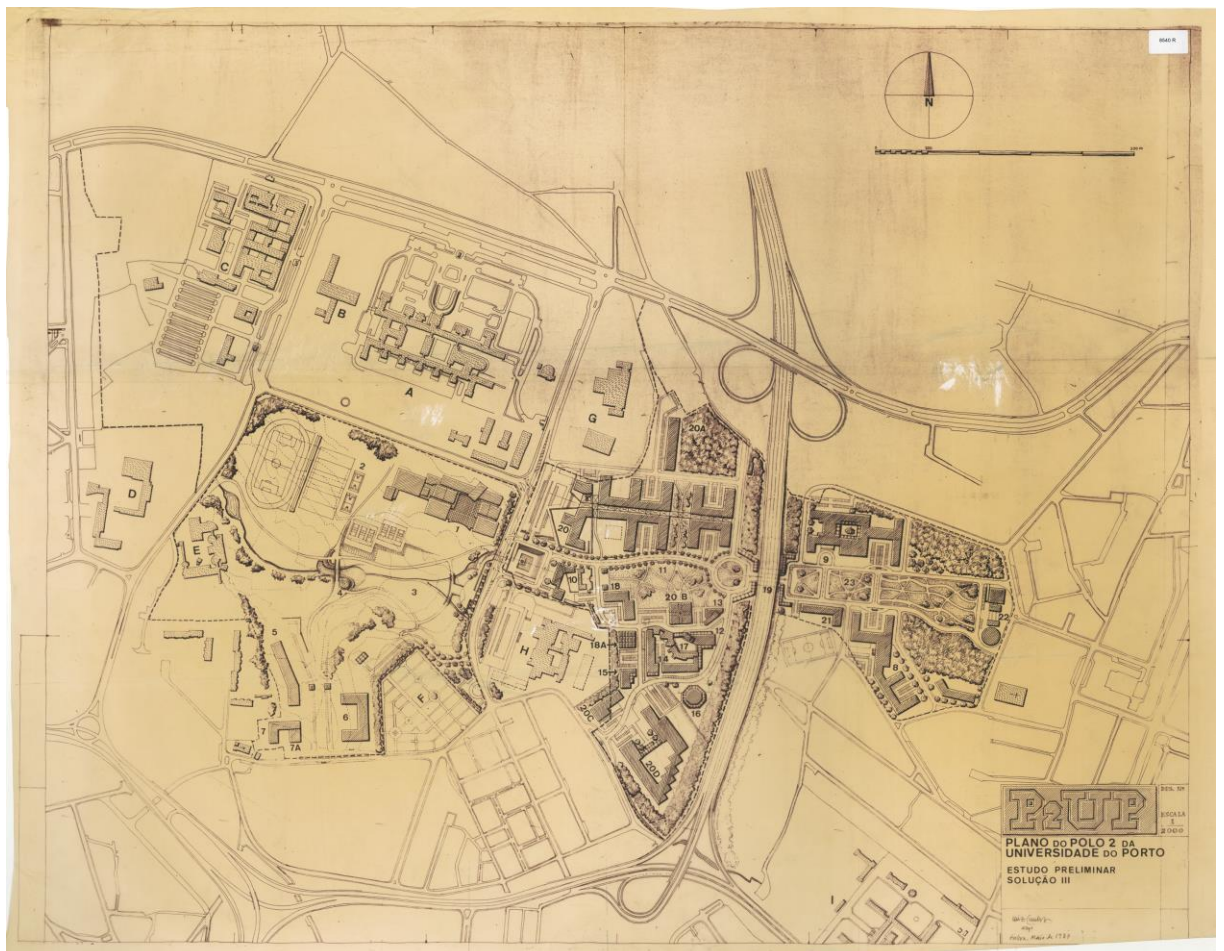
O ‘Instituto Superior de Educação Física encontra-se já implantado, bem como os seus campos de jogos, sendo de referir que Luiz Cunha desenhou alguns taludes resultantes da necessária modelação dos terrenos destes campos.

Para a área central, constituída por lameiros (ainda não drenados), Luiz Cunha propõe um amplo parque estruturado pela ribeira da Asprela, formando dois espelhos de água e com algumas manchas de arborização.

Na rua do Dr. Manuel Pereira da Silva, esta versão [Estudo Preliminar, Solução IV] propõe uma entrada para o parque da área central, constituída por um impasse com estacionamento, e ainda a implantação de um edifício em forma de bloco simples destinado à Escola de Medicina Dentária ou ao Instituto Biomédico, uma Escola de Nutricionismo, junto ao cemitério de Paranhos e um bloco para residência universitária e Cantina, junto à igreja paroquial.

A componente ambiental assume alguma relevância, pelas áreas de jardim e áreas florestadas, e ainda pelas cortinas instaladas ao longo da auto-estrada A3, soluções estas mais desenvolvidas nos desenhos efectuados em outubro de 1987, sobre a cartografia do levantamento aerofotogramétrico à escala de 1:1.000.

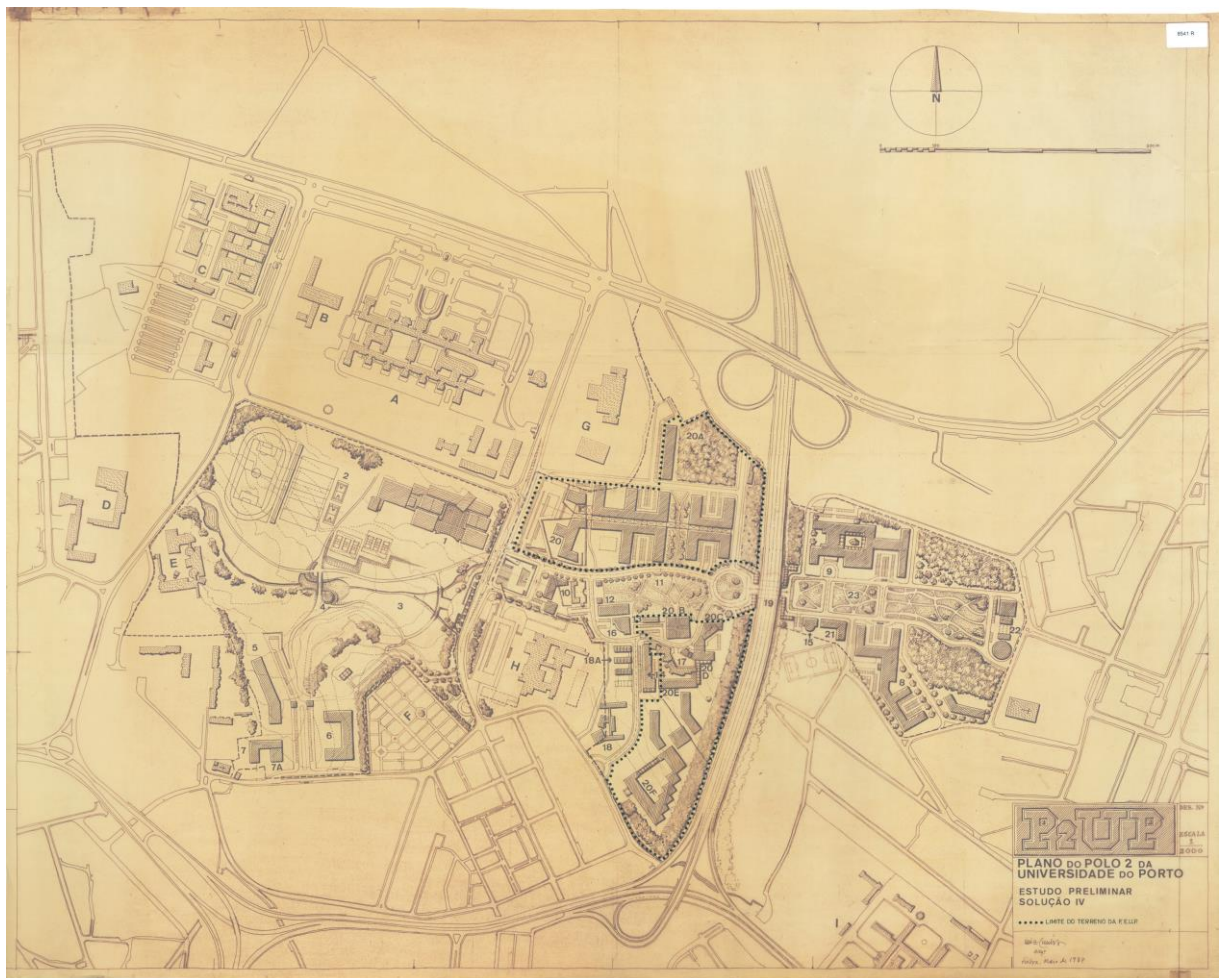
Em fevereiro de 1988 Luiz Cunha altera novamente a solução do plano, propondo novas morfologias e implantações.



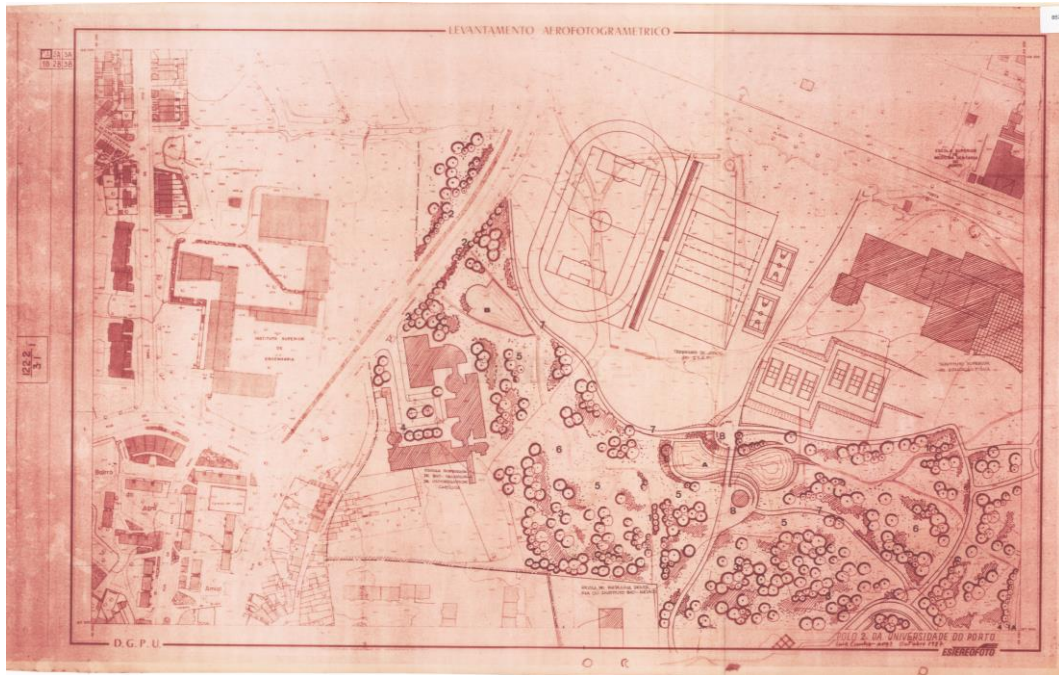
[B111] Luiz Cunha, mai. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Estudo Preliminar, Solução III, Planta Geral  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8540r-72-png]

O traçado da via estruturante apresenta rotundas de cada lado da passagem desnivelada sob a auto-estrada A3, sendo que a do lado poente apresenta ao centro a ‘Torre da Universidade’ constituída por depósito geral de água e relógio central. Na inserção com a rua de Roberto Frias é proposta uma “Praça de Entrada (Praça das Três Fontes)” onde se vislumbra a ribeira da Asprela, encabeçando o conjunto sequencial da Quinta de Lamas e do lugar de Lamas, assim como um pórtico sobre o arruamento, que, ao centro é coberto por um ‘edifício-ponte’, ligando a faculdade às áreas sociais localizadas junto ao lugar de Lamas. A FEUP é proposta como um *cluster* de edifícios de quatro frentes (e de algumas pequenas construções) com claustro central, unificados por uma galeria longitudinal de distribuição, no enfiamento da rua do Dr, Plácido da Costa, segundo uma composição simétrica, incluindo um espaço de praça, auditório e os diversos departamentos, alguns dos quais se implantam a norte do conjunto referido.

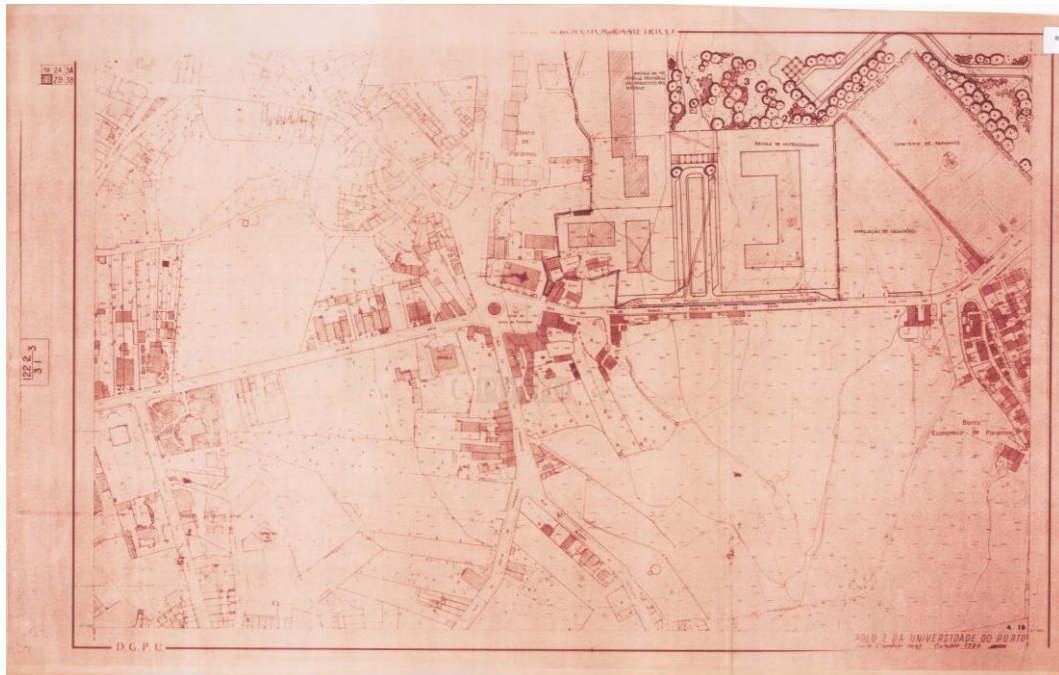




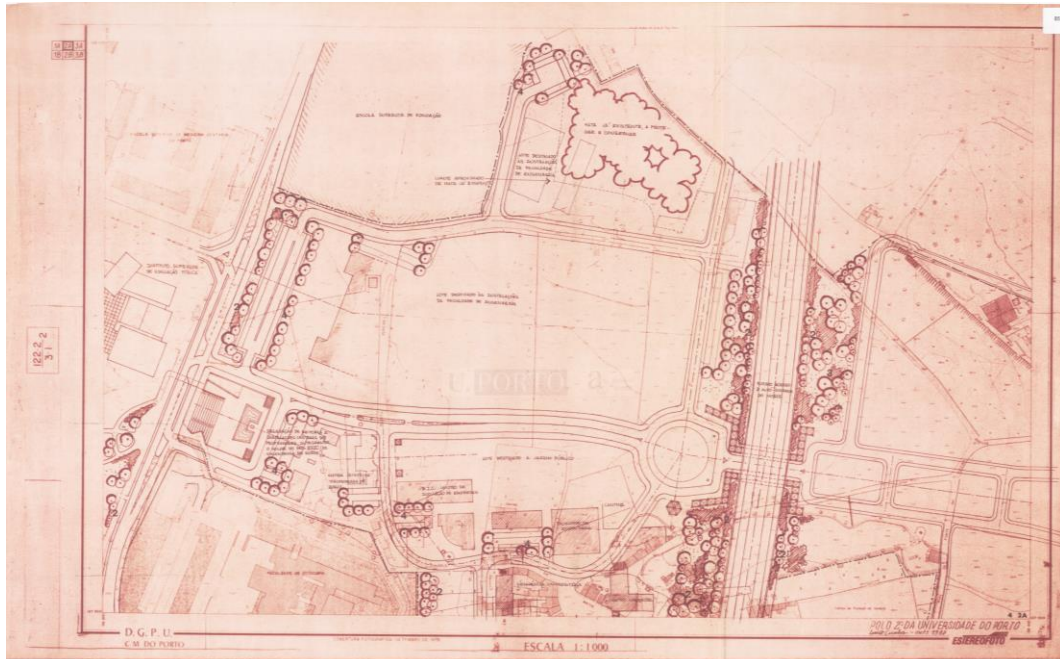
[B112] Luiz Cunha, mai. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Estudo Preliminar, Solução IV, Planta Geral  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8541r-72-png]



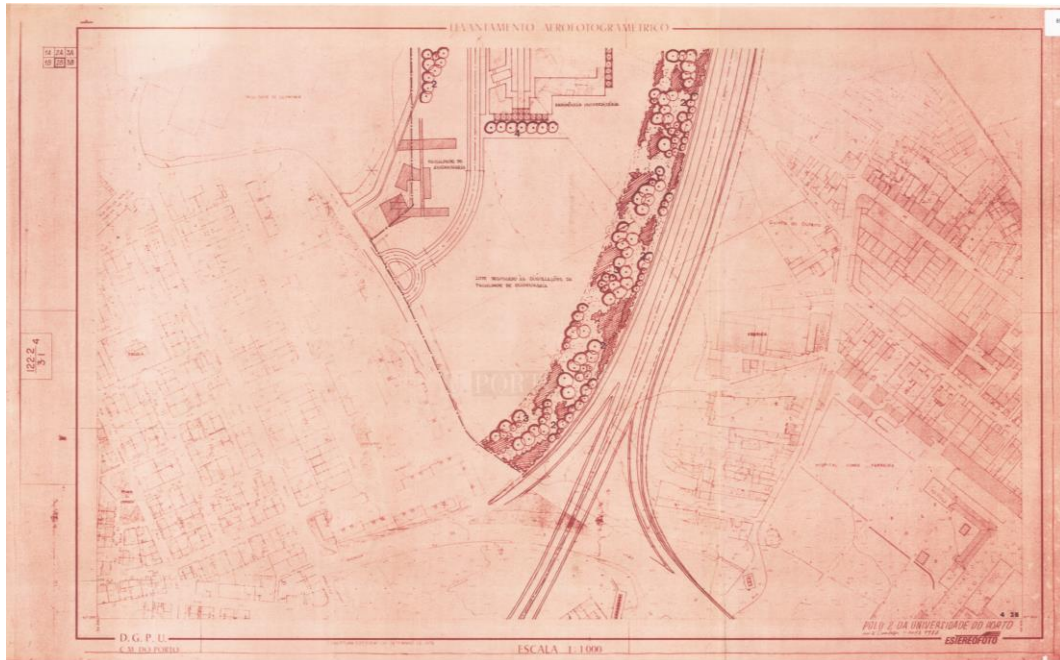
[B113] Luiz Cunha, out. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Estudo Preliminar, Solução IV, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 1A - 8785  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8785]  
8785



[B114] Luiz Cunha, out. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Estudo Preliminar, Solução IV, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 1B - 8786  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8786]  
8786



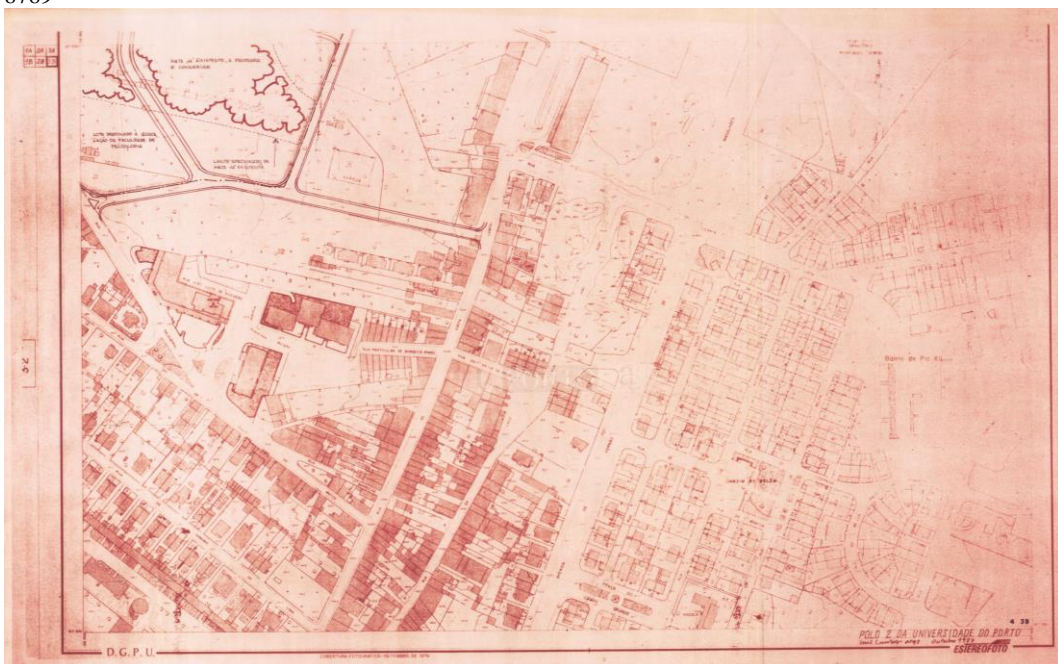
[B115] Luiz Cunha, out. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Estudo Preliminar, Solução IV, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 2A - 8787  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8787]  
8787



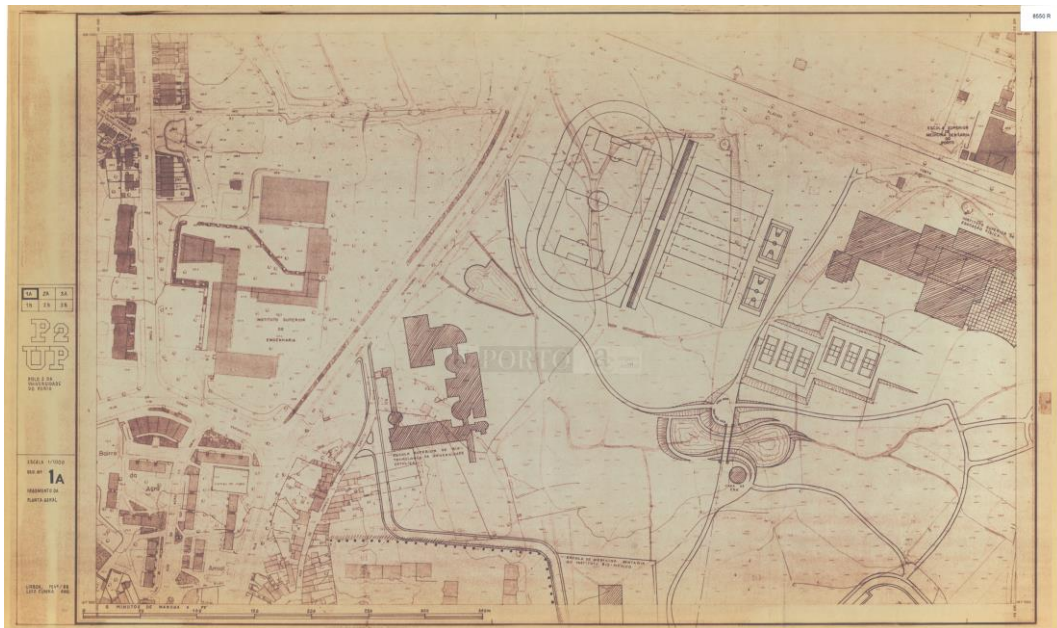
[B116] Luiz Cunha, out. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Estudo Preliminar, Solução IV, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 2B - 8788  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8788]  
8788



[B117] Luiz Cunha, out. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Estudo Preliminar, Solução IV, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 3A - 8789  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8789]  
8789



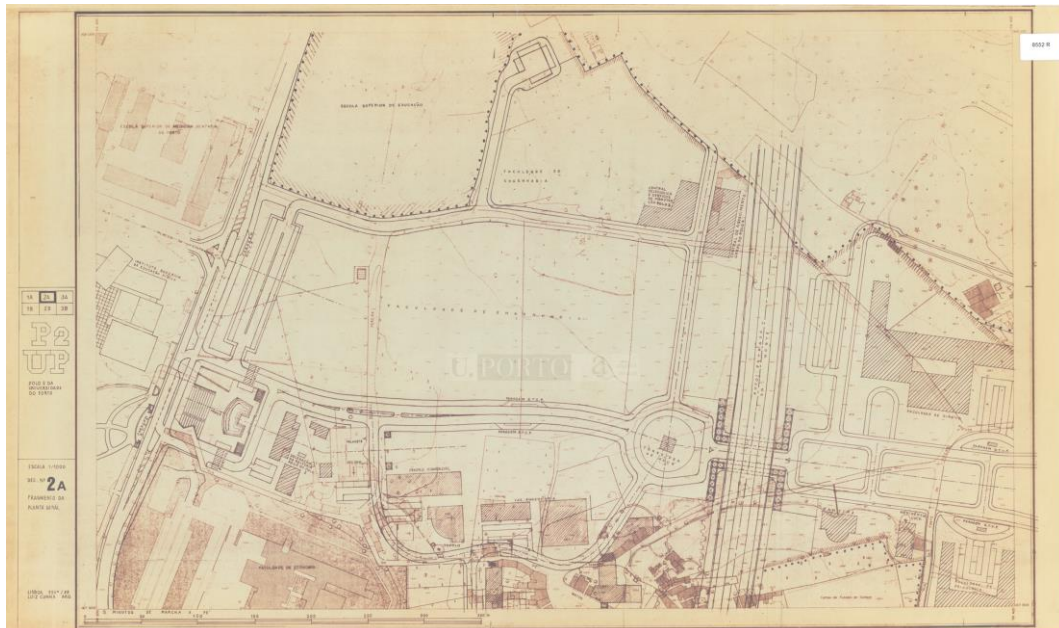
[B118] Luiz Cunha, out. 1987, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Estudo Preliminar, Solução IV, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 3B - 8790  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8790]  
8790



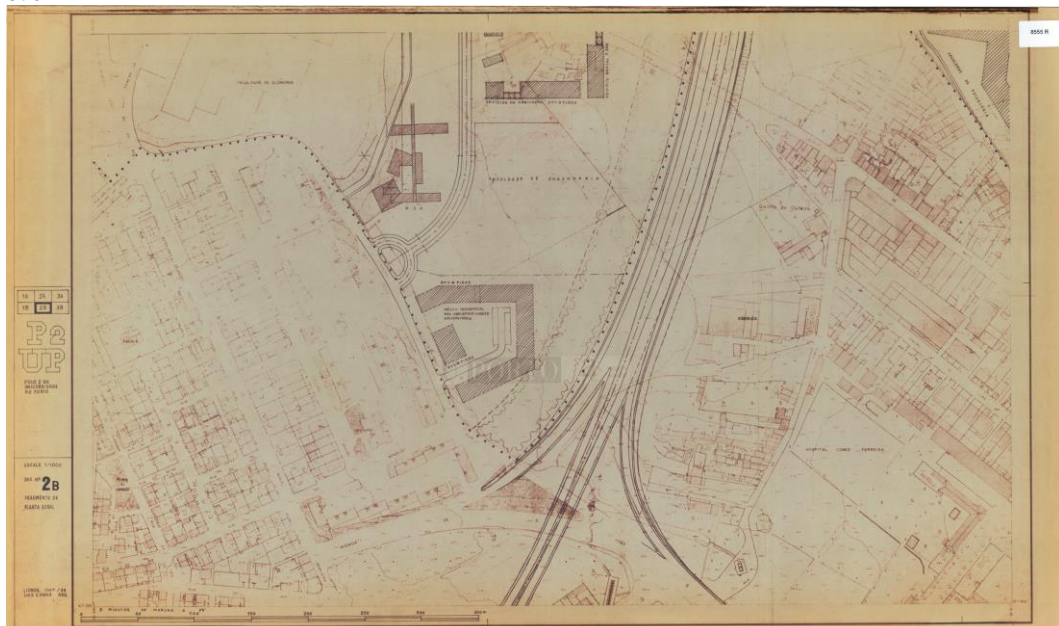
[B119] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Fragmento da Planta Geral, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 1A.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8762]  
8762



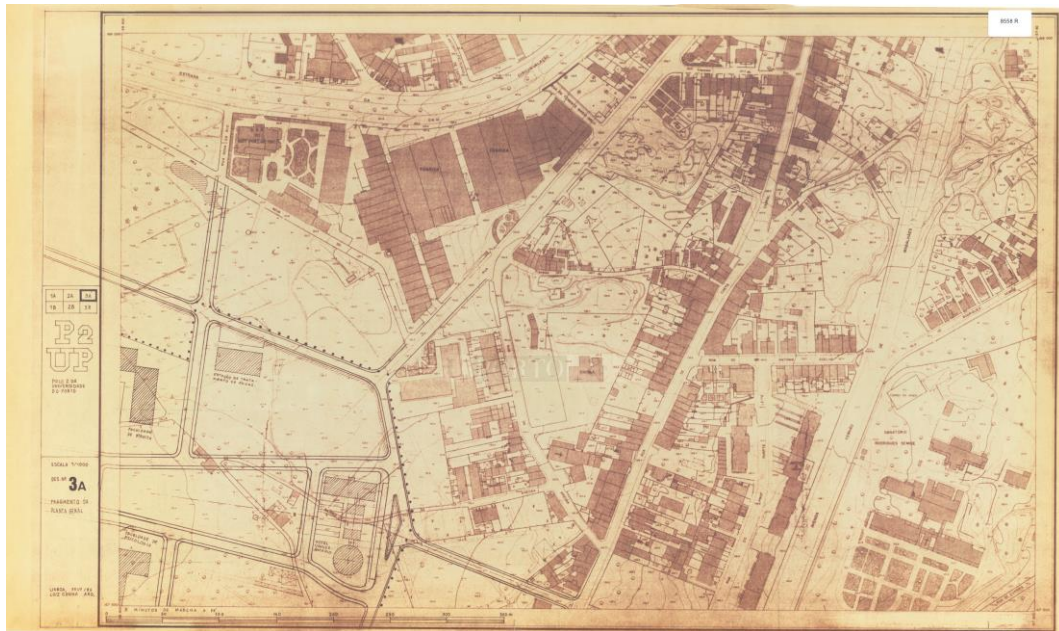
[B120] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Fragmento da Planta Geral, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 1B.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8763]  
8763



[B121] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Fragmento da Planta Geral, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 2A.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8764]  
8764



[B122] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Fragmento da Planta Geral, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 2B.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8767]  
8767



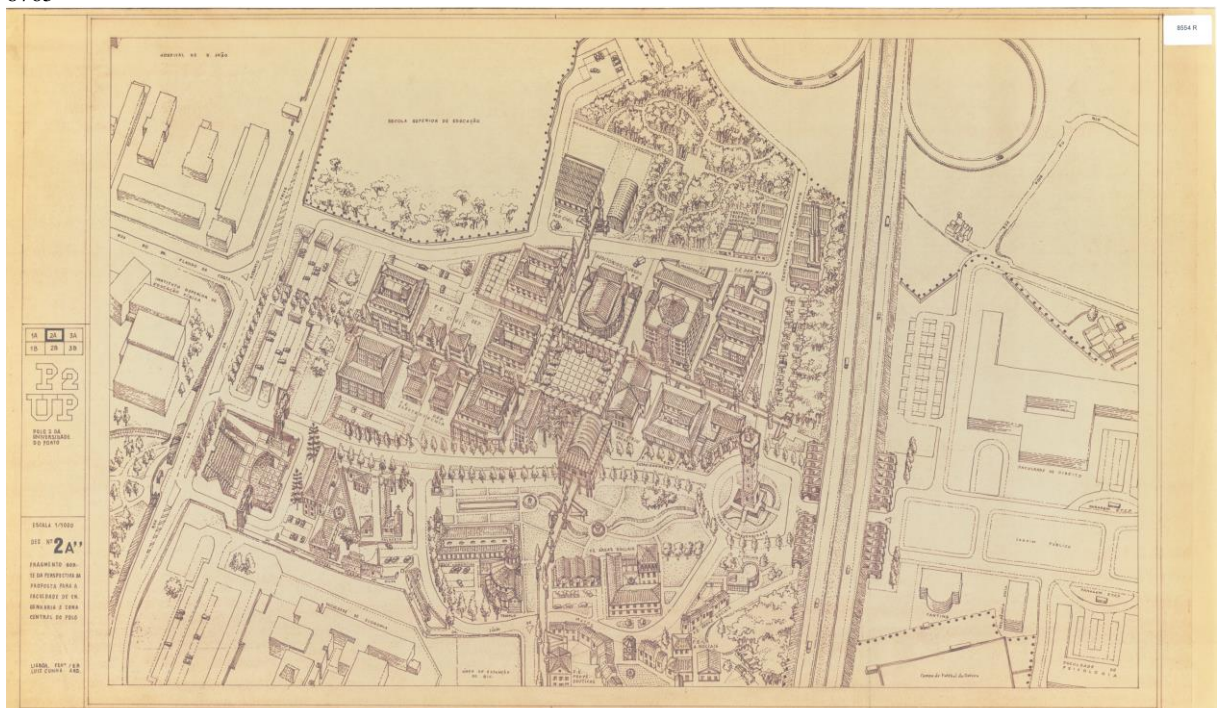
[B123] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Fragmento da Planta Geral, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 3A.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8770]  
8770



[B124] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Fragmento da Planta Geral, traçado sobre base topográfica (aerofotogramétrico), f. 3B.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8771]  
8771

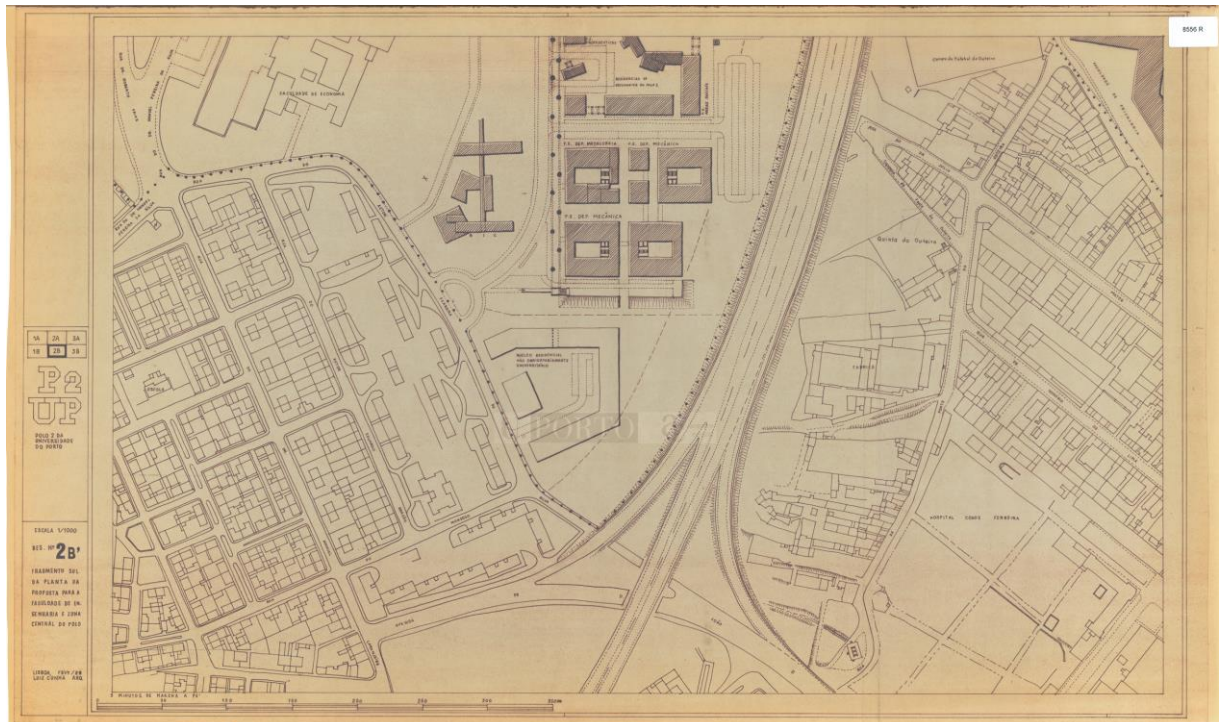


[B125] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Fragmento Norte da Planta da Proposta para a Faculdade de Engenharia e Zona Central do Pólo, f. 2A’.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8765]  
8765

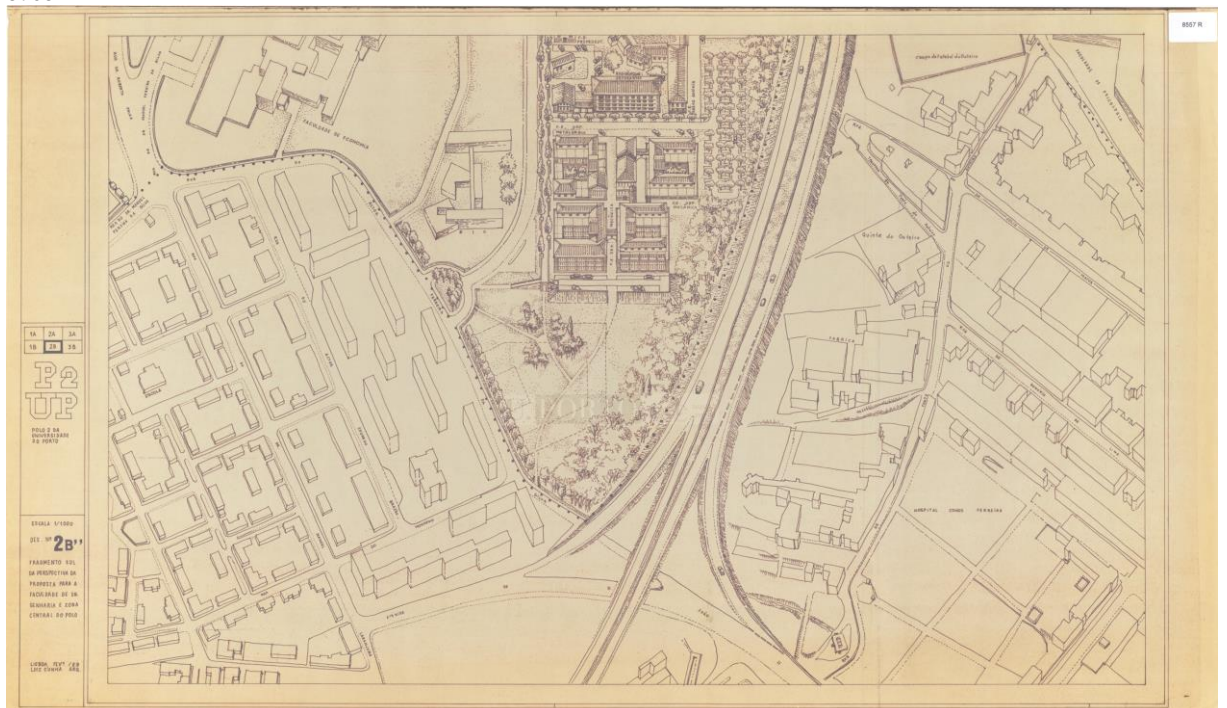


[B126] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Fragmento Norte da Perspectiva da Proposta para a Faculdade de Engenharia e Zona Central do Pólo, f. 2A’’.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8766]  
8766





[B127] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Fragmento Sul da Planta da Proposta para a Faculdade de Engenharia e Zona Central do Pólo, f. 2B'.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8768]  
8768



[B128] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Fragmento Sul da Perspectiva da Proposta para a Faculdade de Engenharia e Zona Central do Pólo, f. 2B''.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8769]  
8769

8568 R (1)

POLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
ANTEPROJECTO  
PLANTA GERAL A ESCALA 1/2 000

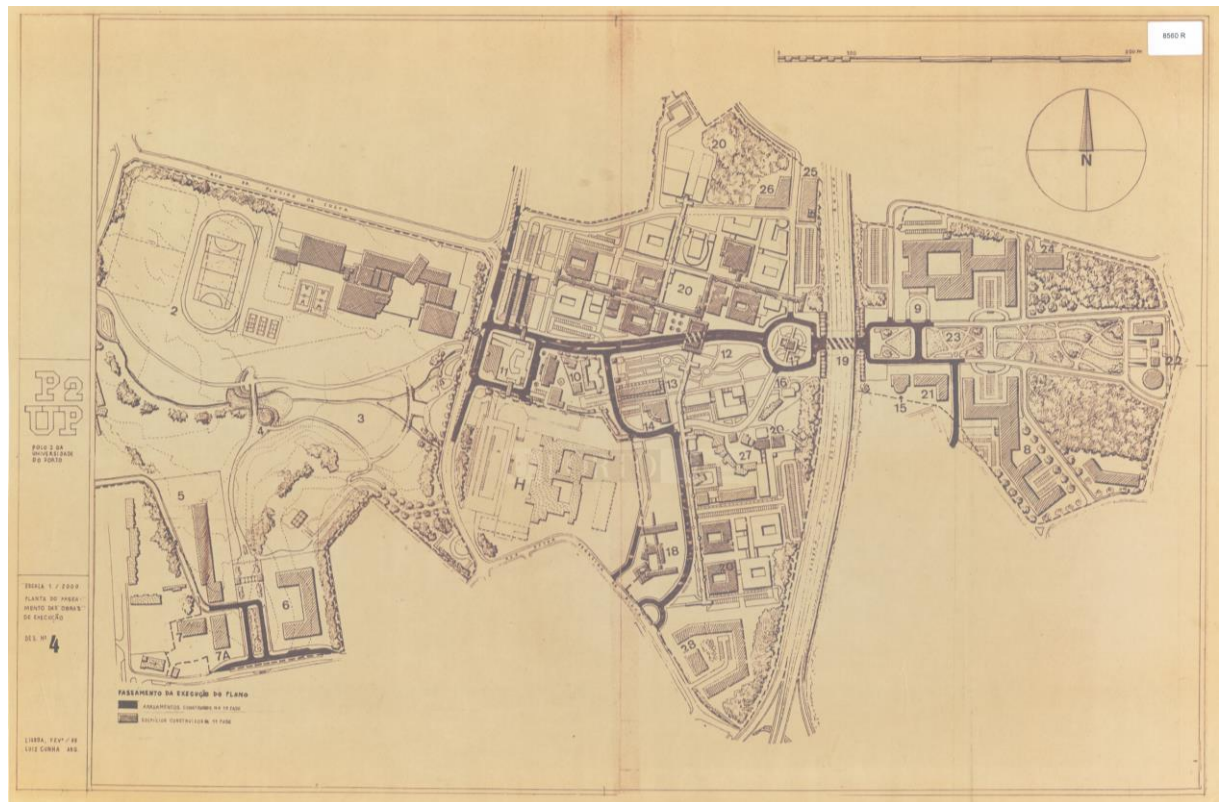
INSTALAÇÕES EXISTENTES JUNTO A AREA DE TERRENO DO POLO 2 OU NELA INTEGRADAS

- A - Hospital de S. João
- B - Centro Escolar de Enfermagem
- C - Instituto Português de Oncologia - Centro Regional do Norte
- D - Instituto Superior de Engenharia (Instituto Industrial)
- E - Escola Superior de Bio-tecnologia da Universidade Católica
- F - Cemitério da Junta de Freguesia de Paranhos
- G - Escola Superior de Educação
- H - Faculdade de Economia
- I - Hospital de Conde Ferreira

INSTALAÇÕES PROPOSTAS NO ANTEPROJECTO

- 1 - Instituto Superior de Educação Física
- 2 - Terrenos de Jogos do I.S.E.F.
- 3 - Parque público
- 4 - Casa de Chá
- 5 - Escola de Medicina Dentária ou Instituto Bio-médico
- 6 - Escola de Nutricionismo
- 7 - Residência Universitária e Cantina (7A)
- 8 + 8A - Faculdade de Psicologia
- 9 - Faculdade de Direito
- 10- Solar do Século XVIII adaptado interiormente para instalação de uma delegação da Reitoria da U.P. e apoiado por mais dois edifícios novos para a administração central do Polo 2
- 11- "Praça de Entrada" (Praça das Três Fontes")
- 12- Jardim Público
- 13- Centro Comercial
- 14- Templo interconfessional (ecuménico)
- 15- Cantina
- 16- Cantina da Faculdade de Engenharia
- 17- "Torre da Universidade"- Depósito geral de água e relógio central.
- 18- B.I.C. - Centro de Inovação de Empresas
- 19- Auto-Estrada do Norte (Porto-Braga) com passagem inferior
- 20- Faculdade de Engenharia
- 21- Residência Universitária
- 22- Hotel Universitário
- 23- Jardim público
- 24- Pequena estação para tratamento das águas para os lagos dos jardins públicos
- 25- Central de aquecimento para todo o conjunto do Polo 2
- 26- Central telefónica e serviços de manutenção do Polo 2
- 27- Núcleo de construções antigas a conservar na função residencial eventualmente não universitária
- 28- Núcleo residencial não universitário, a oriar.

[B129] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP  
Legenda, f. 8568r(1).  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 8780]  
8780



[B130] Luiz Cunha, fev. 1988, Plano do Pólo 2 da Universidade do Porto – P2UP

Planta do Faseamento das Obras de Execução, f. 4.

[ADUP REIT – projectos de instalações, 8772]  
8772

— Arruamentos Construídos na 1.ª Fase  
■ Edifícios Construídos na 1.ª Fase

**PLANO DO PÓLO II DA UNIVERSIDADE DO PORTO (ASPRELA)**  
**PLANO ESTRUTURA**  
**CUP - ASPRELA**  
**LUIZ CUNHA, 1987 - 1988**

**ESTUDOS SOBRE LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAFÉMICO**

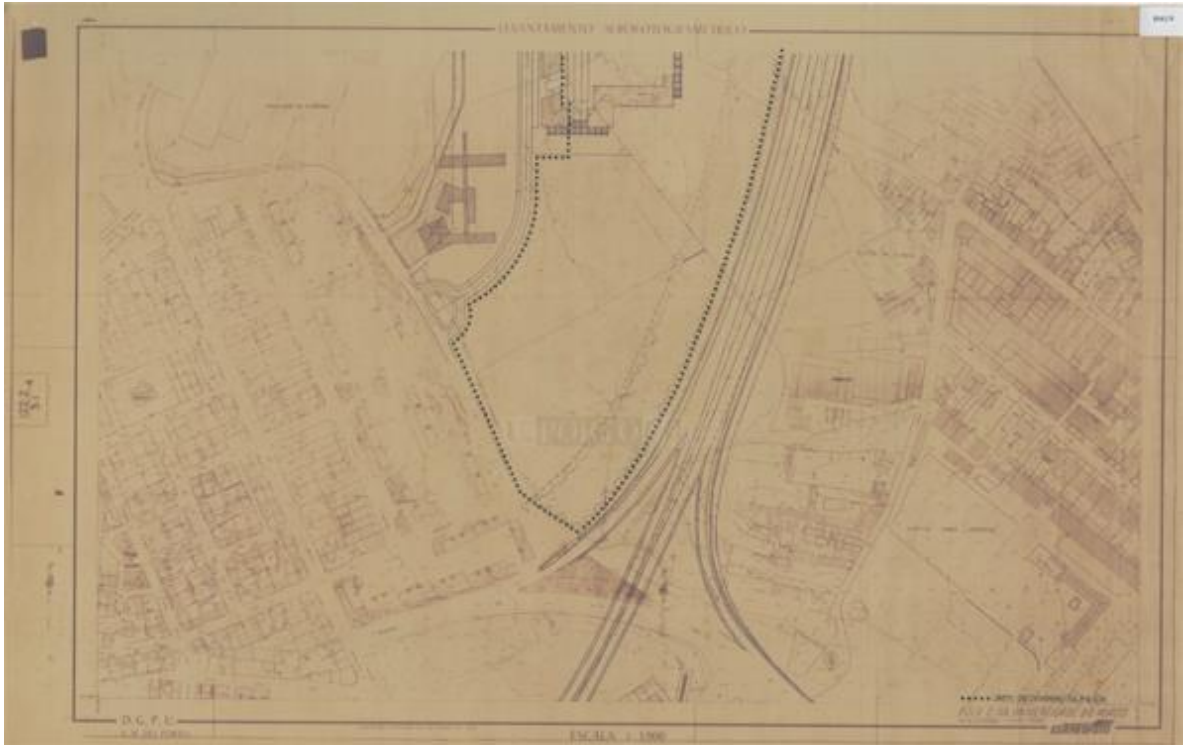


[B131] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988

•••• LIMITE DO TERRENO DA FEUP – PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Base CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f.122-2/3-1//4 : 4  
2B.

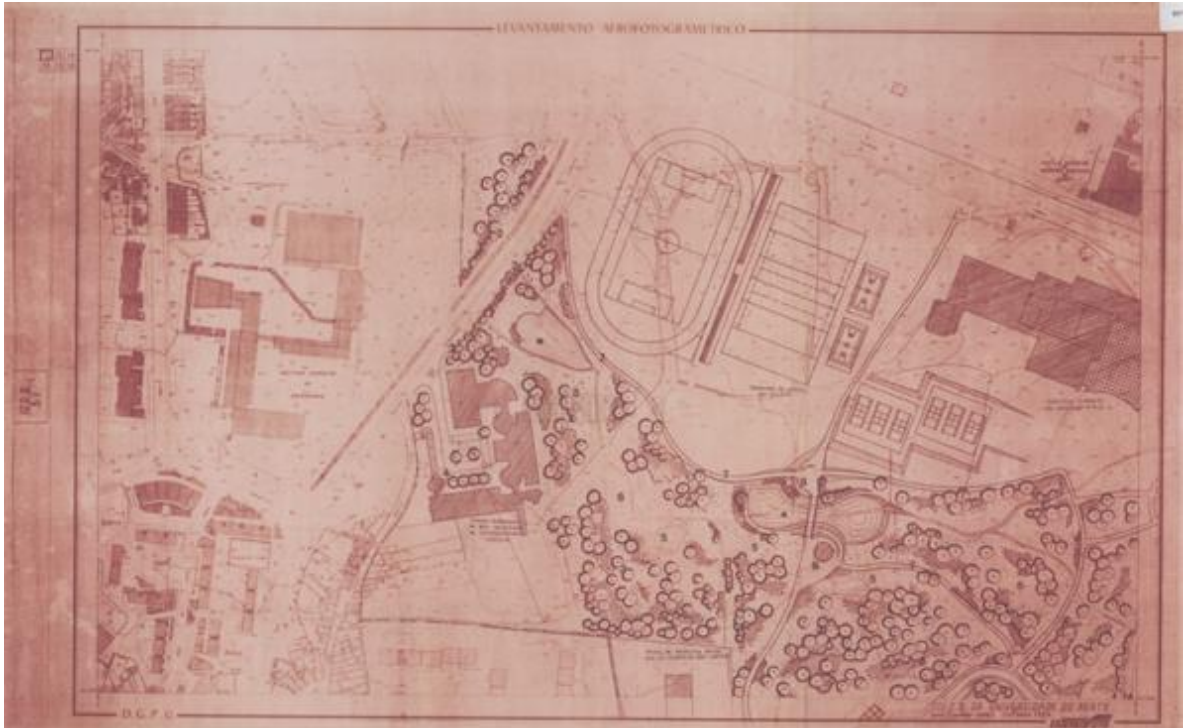
[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8571R]



[B132] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987

•••• LIMITE DO TERRENO DA FEUP – PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987.  
Base: CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f.122-2/3-1//4.  
[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8542]

Na planta (assinada por Luiz CUNHA, com a data de outubro de 1987) pode ver-se a implantação do projecto do BIC, o recorte da implantação da Faculdade de Economia do Porto (FEP) e o limite do terreno da FEUP, assim como o arruamento projectado entre ambos e a futura A3 (via de acesso à auto-estrada do norte), com inserção na Rua Actor Ferreira da Silva, e Avenida D. João II.



[B133] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987

*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987.

(legendas directas de norte para sul) ESCOLA SUPERIOR DE MEDICINA DENTÁRIA DO PORTO / INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA / TERRENOS DE JOGOS DO I.S.E.F. / INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA / ESCOLA SUPERIOR DE BIO-TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA / ESCOLA DE MEDICINA DENTÁRIA OU INSTITUTO BIO-MÉDICO

*Base:* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 1A : 122-2/3-1 1 : 4 1A.

[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8573]

Na planta (assinada por Luiz CUNHA com a data de outubro de 1987) pode ver-se a implantação do então designado Instituto Superior de Educação Física (edifício e terrenos de jogos) na sua localização actual, com acesso a partir da rua do Dr. Plácido da Costa, assim como a ESB-UC, rodeados por uma área de parque com veredas e dois espelhos de água.

Curiosamente, a localização da então Escola Superior de Medicina Dentária do Porto, encontra-se demarcada no interior do recinto do HSJ, mas também junto ao Bairro da Asprela, admitindo ainda, neste último local, a localização do Instituto Biomédico, onde sensivelmente hoje se localiza a FPCE-UP.

A ponte da Rua Dr. António Bernardino de Almeida, e entre esta e a Rua de S. Tomé, está implantado o ISEP (IPP). Note-se que a Rua do Dr. Dionísio Santos Silva está articulada com a Rua do Dr. António Bernardino de Almeida.



[B134] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988

*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / 1988-02

    GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira

*Base:*    CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 1A : N.º 97. 190

[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8603]

Estando definidos os recintos da FCEF-UP, e o recinto da ESB-UC, e de modo a não interferir com o parque e planos de água demarcados por Luiz CUNHA (desenho 8573) surge o anteprojecto do traçado de um arruamento ligando a rua Dr., António Bernardino de Almeida (aproveitando a inserção da rua Dionísio Santos Silva com este arruamento) à rua Dr. Manuel Pereira da Silva (do cemitério), contornando a ESB-UC (por poente) e o Bairro de Paranhos (por nascente).



[B135] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987

*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987.

(legendas directas de norte para sul) ESCOLA SUPERIOR DE MEDICINA DENTÁRIA OU INSTITUTO BIOMÉDICO (onde se localiza actualmente a FPCE-UP) / ESCOLA DE NUTRICIONISMO (onde se localiza actualmente a FMD-UP) / CEMITÉRIO DE PARANHOS / AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO.

*Base:* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 1B : 122-2/3-1 3 : 4 1B.

[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8574]

Na planta (assinada por Luíz CUNHA com a data de outubro de 1987) pode ver-se a implantação da Escola de Nutricionismo, adjacente à área demarcada para ampliação de cemitério, onde hoje se encontra a FMD-UP, sendo que esta (ou Instituto Biomédico) é localizada junto ao Bairro de Paranhos onde actualmente se encontra a FPCE-UP. É curioso o traçado de acesso aos terrenos a norte do cemitério (semelhante ao que serve actualmente o IPATIMUP), assim como a acesso apontado a partir da rua Dr. Manuel Pereira da Silva, ambos em “cul-de-sac”. Na extrema destes acessos são formalizadas estruturas porticadas de “portas do parque”, aos quais se sucedem veredas dos mesmos.





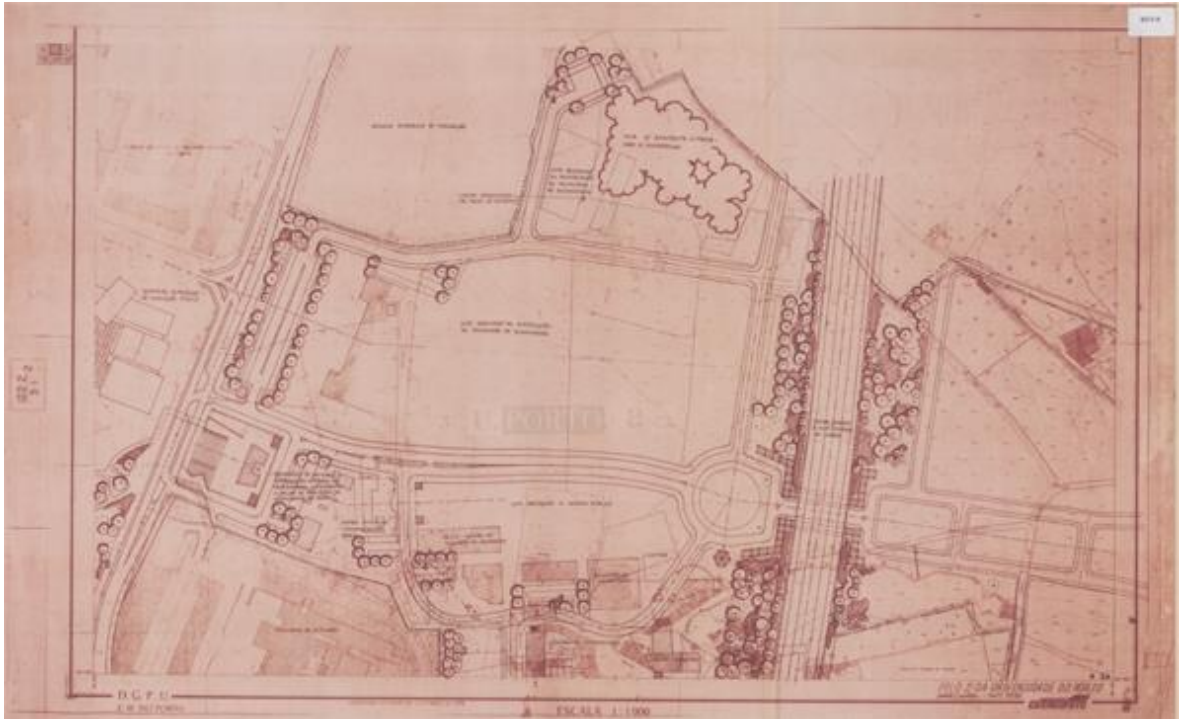
[B136] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988

*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / 1988-02  
GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira

*Base:* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 1B : N.º 97. 191  
[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8604]

Sector sul/poente.

O novo arruamento insere-se no ‘laço’ proposto por Luiz CUNHA, a partir da rua Dr. Manuel Pereira da Silva, desfazendo o impasse anteriormente desenhado (desenho 8574).



[B137] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987

*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987.

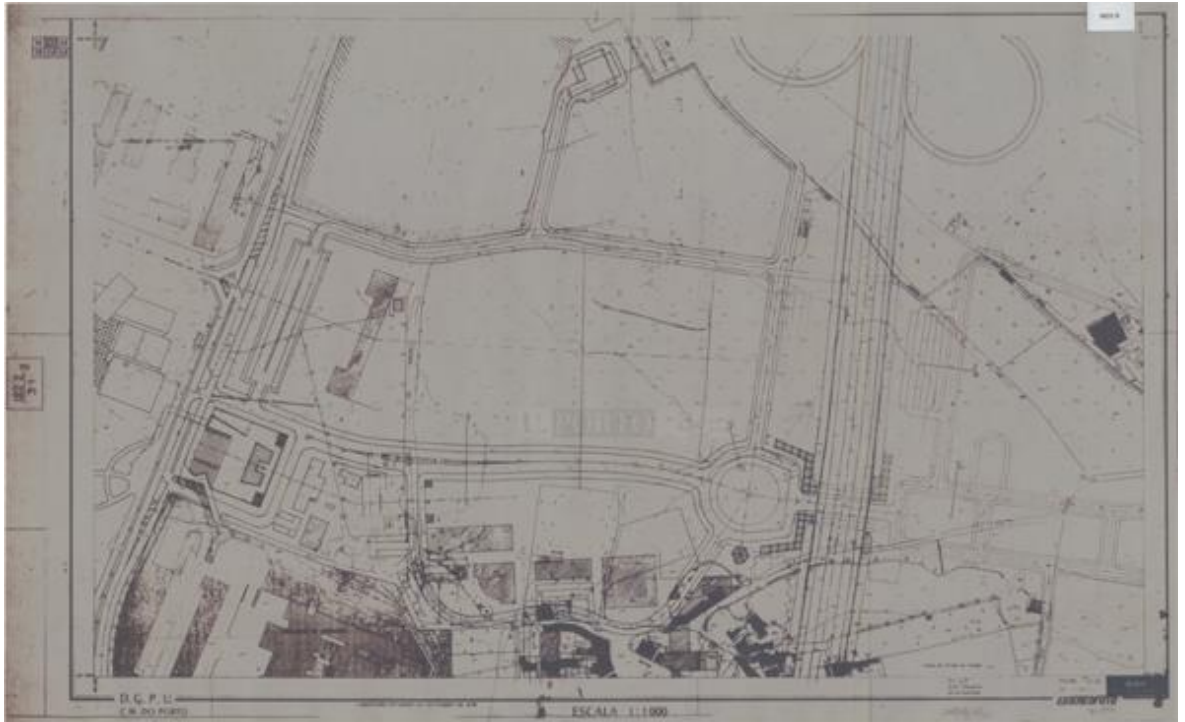
(legendas directas de norte para sul) ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO / LOTE DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DA FACULDADE DE ENGENHARIA / MATA EXISTENTE, A PROTEGER E CONSERVAR / LIMITE APROXIMADO DE MATA JÁ EXISTENTE / INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA / FUTURO ACESSO À AUTO-ESTRADA DO NORTE / (via estruturante) / DELEGAÇÃO DA REITORIA E INSTALAÇÕES CENTRAIS DE PROFESSORES, INTEGRANDO O SOLAR DO SEC. XVIII (DA VISCONDESSA DE RORIZ) / ANTIGA QUINTA DA VISCONDESSA DE RORIZ / BIC CENTRO DE INOVAÇÃO DE EMPRESAS / LOTE DESTINADO A JARDIM PÚBLICO / FACULDADE DE ENGENHARIA / CANTINA / FACULDADE DE ECONOMIA / RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA / CENTRO COMERCIAL (sobre malha de matriz orgânica).

*Base:* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 2A : 122-2/3-1 2 : 4 2A.

[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8575]

Na planta (assinada por Luiz CUNHA com a data de outubro de 1987) pode ver-se o traçado nascente-poente (correspondendo sensivelmente à actual ‘via estruturante da FEUP) no alinhamento da passagem inferior da A3 (“futuro acesso à auto-estrada do norte”), junto ao qual apresenta uma rotunda, estabelecendo dois sectores: a norte, o lote destinado às instalações da Faculdade de Engenharia e o limite da área da Escola Superior de Educação, como veio a acontecer, e a sul, um lote destinado a jardim público, cantina e outras instalações da FEUP, o BIC (centro de Inovação de empresas) e, a Delegação da Reitoria e Instalações centrais de professores, integrando o solar do século XVIII da Viscondessa de Roriz (veja-se em ficheiro próprio – NAZONI) e parte dos terrenos da antiga quinta da Viscondessa de Roriz.

A nascente da Faculdade de Economia, junto ao pequeno núcleo de matriz rural, propõe uma residência universitária e um designado centro comercial. A norte do lote destinado às instalações da FEUP, consta em legenda directa “ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO” e “MATA JÁ EXISTENTE A PROTEGER E CONSERVAR”, assim como o seu “LIMITE APROXIMADO”.



[B138] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988

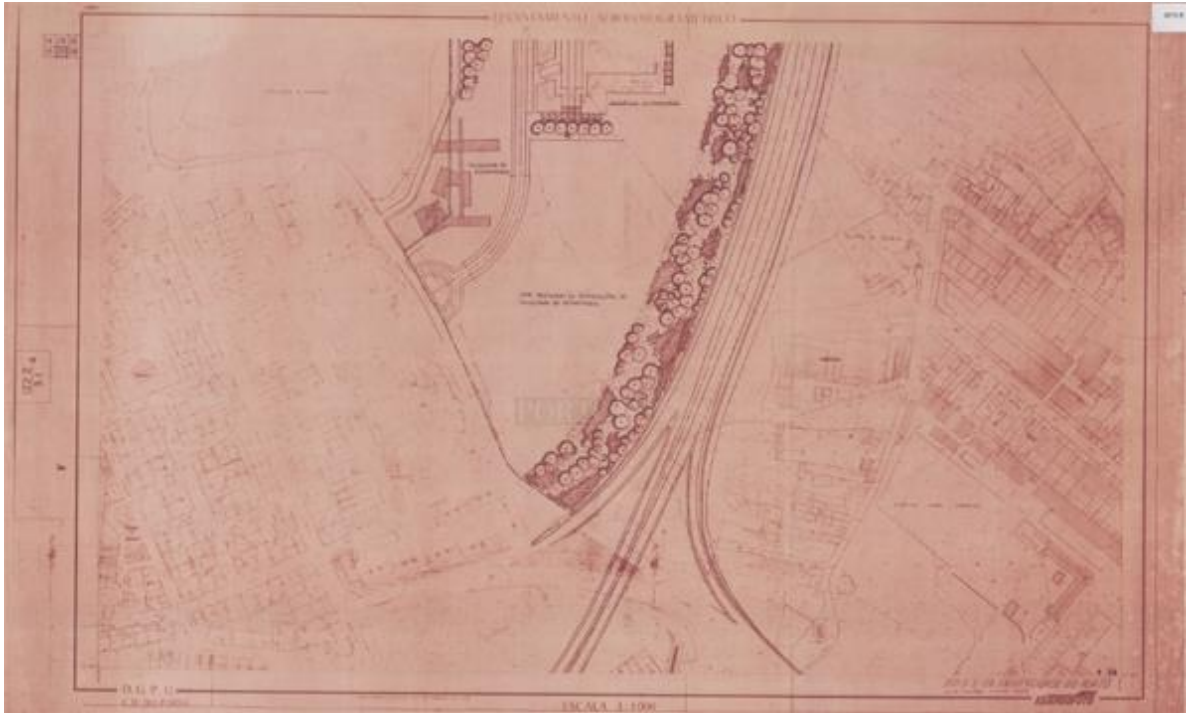
*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / 1988-02

    GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira

*Base:*    CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 2A : N.º 97. 192

[ Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8605]

Anteprojecto dos arruamentos demarcados por Luiz CUNHA (desenho n.º 8575) para a ligação entre a rua Dr. Roberto Frias e a área da Areosa. Via estruturante e via sinuosa a sul desta, contornando em bolsa a cantina prevista junto ao núcleo de matriz orgânica e Quinta da Viscondessa de Roriz.



[B139] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987

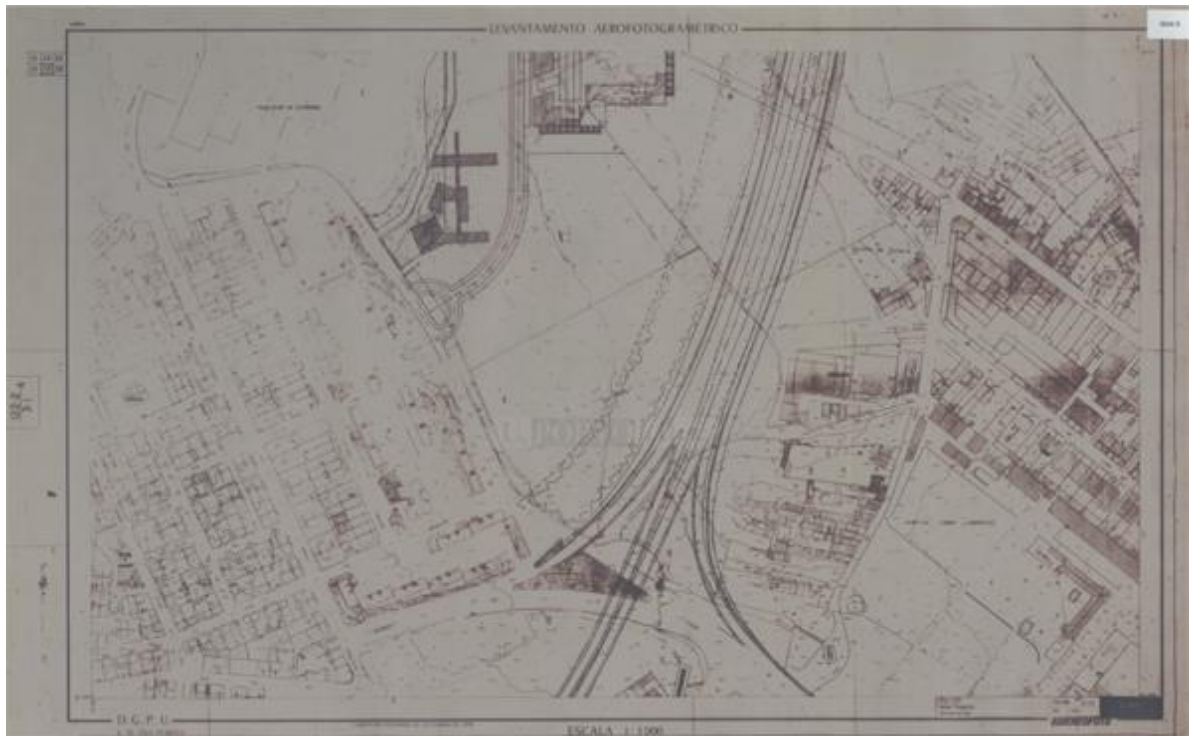
*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987.

(legendas directas de norte para sul) RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA / FACULDADE DE ENGENHARIA (como legenda do BIC, já demarcado) / LOTE DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DA FACULDADE DE ENGENHARIA (entre o BIC e a “A3”).

*Base:* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 2B : 122-2/3-1 4 : 4 2B.

[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8576]

Na planta (assinada por Luiz CUNHA com a data de outubro de 1987) pode ver-se uma alternativa para a localização das instalações da FEUP, a sul do núcleo de matriz rural até à rua Actor Ferreira da Silva, com dimensões relativamente reduzidas face à outra alternativa a norte do referido núcleo da rua Dr. Júlio de Matos. Junto ao núcleo de matriz rural, e entre o BIC e a “A3” está demarcada uma “RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA”. Note-se que o acesso à Auto-Estrada do Norte apresenta 4 faixas de rodagem e bermas periféricas, protecção ambiental com cortina arbórea ao longo do seu limite a poente, cortando parte da Quinta do Outeiro e Campo do Cruz.



[B140] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988

*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / 1988-02

GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira

*Base:* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 2B : N.º 97. 193

[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8606]

Anteprojecto dos arruamentos demarcados por Luiz CUNHA (desenho n.º 8576) para a ligação entre a rua Actor Ferreira da Silva e a versão estudada para a ‘via estruturante’. Observe-se o nó com a Avenida D. João II e com a Rua do Actor Ferreira da Silva.



[B141] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987

*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987.

DESENHO DE TRAÇADO VIÁRIO.

(legendas directas de norte para sul) LIMITE APROXIMADO DE MATA JÁ EXISTENTE / LOTE DESTINADO À INSTALAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO (à esquerda na imagem) / MATA JÁ EXISTENTE, A PROTEGER E CONSERVAR, CONDICIONADA PELA IMPLANTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PREVISTAS / JARDIM PÚBLICO A INSTALAR (separador da via estruturante) / LOTE DESTINADO A HOTEL UNIVERSITÁRIO / LOTE DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DA FACULDADE DE PSICOLOGIA

*Base:* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 3A : 122-2/3-2 1 : 4 3A.

[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8577]

Planta assinada por Luiz CUNHA com a data de outubro de 1987.

Nesta base do Levantamento Aerofotogramétrico da área, junto à Estrada da Circunvalação, na Areosa, são demarcados terrenos destinados à Faculdade de Direito, a um hotel Universitário (no separador da via estruturante), à Faculdade de Psicologia (junto ao Cruz), assinalando matas existentes a proteger e um jardim público rodeado por eixos viários que têm continuidade na passagem inferior da A3. É ainda traçado o prolongamento a sul da Rua Nova do Rio, a partir da Estrada da Circunvalação, e demarcado o C.S.A. do Instituto Português de Oncologia.



[B142] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988

*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / 1988-02

GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira

*Base:* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 3A : N.º 97. 194

[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8607]

Anteprojecto dos arruamentos demarcados por Luiz CUNHA (desenho n.º 8577) para a área da Areosa, algumas com consequências, como a Rua Dr. Eduardo Santos Silva e Rua da Igreja da Areosa, parte da Rua Horácio Marçal e Rua João Allen, por exemplo.





[B143] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1987

*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – a) Luiz Cunha, Out.º 1987.

DESENHO DE TRAÇADO VIÁRIO.

(legendas directas de norte para sul) MATA JÁ EXISTENTE, A PROTEGER E CONSERVAR / LOTE DESTINADO ÀS INSTALAÇÕES DA FACULDADE DE PSICOLOGIA / LIMITE APROXIMADO DE MATA JÁ EXISTENTE

*Base:* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 3A : 122-2/3-2 1 : 4 3B.

[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8578]

Este registo, também na Areosa, junto ao Cruz, altera a sugestão de localização da Faculdade de Psicologia, implantada junto à Rua do Salgueiral. Encontram-se também demarcadas áreas de mata já existente a proteger e conservar, o edifício ‘Raione’ e a localização da Igreja da Areosa, bem como o conjunto da praça Francisco Lopes, não existindo ainda a Escola EB 2/3 da Areosa.

Constam as propostas de traçados de novos arruamentos, como a que liga a Rua do Salgueiral à Rua de Costa Cabral, a sul da Paróquia de N. Sr.<sup>a</sup> da Areosa.



[B144] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988

*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / 1988-02

GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira

*Base:* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 3B : N.º 97. 195

[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8608]

Anteprojecto dos arruamentos demarcados por Luiz CUNHA (desenho n.º 8578) para a área da Areosa, parcialmente executados (parte da Rua Professor António Cruz, por exemplo).



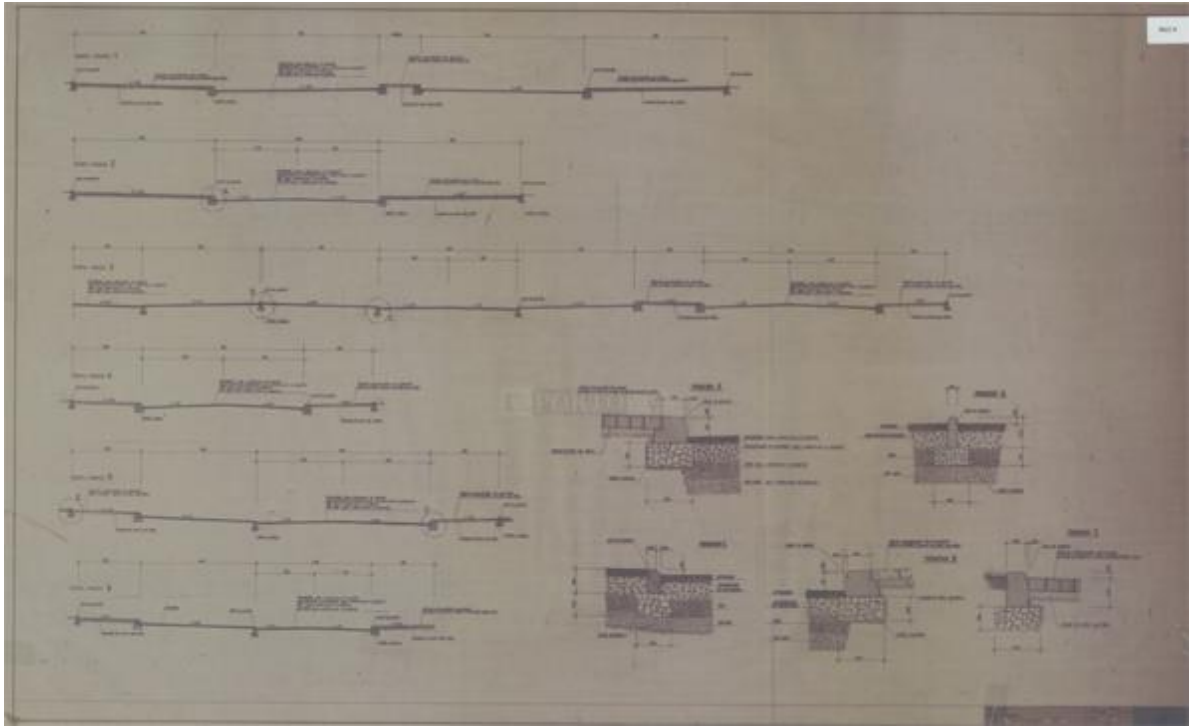
[B145] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988

*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / PERFIS LONGITUDINAIS / 1988-02, GOP, J. de Araújo Sobreira

*Base:* CMP, DGPU, escala 1:1000, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 97. 208

[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8621]

Perfis da Rua A (eixo O-E), B (eixo N-S-N) e C (eixo N-S), verificando-se os correspondentes movimentos de terras – desaterros (principalmente nas vias B e C, e aterros (3 perfis longitudinais).



[B146] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988

*Legenda:* PÓLO 2 DA UNIVERSIDADE DO PORTO – Ante-Projecto ARRUAMENTOS / PERFIS LONGITUDINAIS / 1988-02, GOP, J. de Araújo Sobreira

*Base:* CMP, DGPU, escalas 1:10 e 1:50, cobertura Fotográfica de 1979-09, Estereofoto, Levant. Aerofotog., f. 97. 209.  
[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8622]

Perfis transversais e pormenores construtivos dos arruamentos propostos por Luiz CUNHA  
(5 pormenores, 6 perfis).

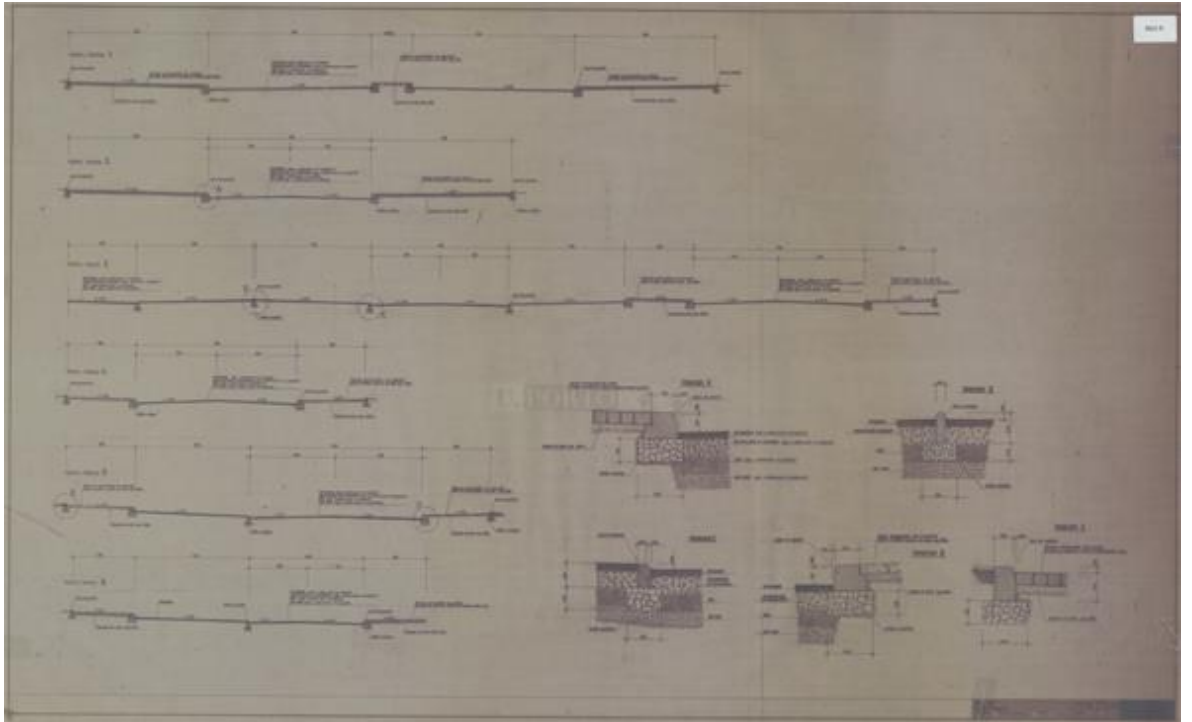


**ANTEPROJECTO DE ARRUMENTOS : 1988-02**

[B147] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988

P[ólo] 2 UP : Ante-Projecto : Arruamentos : Perfis longitudinais : N. ° 97. 208 / GOP, Eng. ° J. de Araújo Sobreira. - 1:1000. - **1988-02**. - 3 perfis em 1 folha : col. N.º do desenho: 8621.

[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8621]



**ANTEPROJECTO DE ARRUAMENTOS, 1988-02**

[B148] Luiz Cunha, Plano-Estrutura, 1988

P[ólo] 2 UP : Ante-Projecto : Perfis transversais tipo : N.º 97. 209 / GOP, Eng.º J. de Araújo Sobreira. - 1:10 ; 1:50. - 1988-02. - 5 pormenores, 6 perfis em 1 folha : col. N.º do desenho: 8622.

[Repositorio Temático Universidade do Porto - desenho 8622]

**RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES NA ASPRELA**

LUIZ CUNHA, 1989 /1995



[B149] Luiz Cunha, 1989, Residência Universitária de Paranãos, Anteprojecto, Alçado de capa e fotografias tomadas na rua Dr. Manuel Pereira da Silva, desenhos 9569 e 9575. [ADUP REIT – projectos de instalações, 9569, 9575]



A definição arquitectónica da residência universitária integrada no pólo 2 da Universidade do Porto teve como base o anteprojecto do plano urbanístico na sua versão de fevereiro de 1988, onde se encontra a localização, serventias e dimensionamento geral da residência, cujo programa preliminar foi elaborado pelos técnicos das *Instalações dos Serviços de Acção Social da Universidade do Porto*.

A solução “foi configurada (...) sobre informações e documentos de estudo que incluíram entrevistas com directores de residências universitárias com experiência no sector, visitas a exemplos nacionais (...) e análise de documentação gráfica relativa a exemplos estrangeiros”<sup>22</sup>.

Mas Luiz Cunha afastou-se das soluções apontadas pelo Programa Preliminar (dos Serviços de Acção Social da UP), bem como do seu próprio estudo urbanístico, no que respeita ao modelo de alojamento e às soluções morfo-tipológicas (sentido tipológico e morfologia da implantação), respectivamente.

O anteprojecto do estudo urbanístico definia os terrenos afectados ao programa, mas a localização junto à rua Dr. Manuel Pereira da Silva permitiu reduzir os custos das obras de urbanização, limitando-se igualmente os trabalhos de nivelamento dos terrenos.

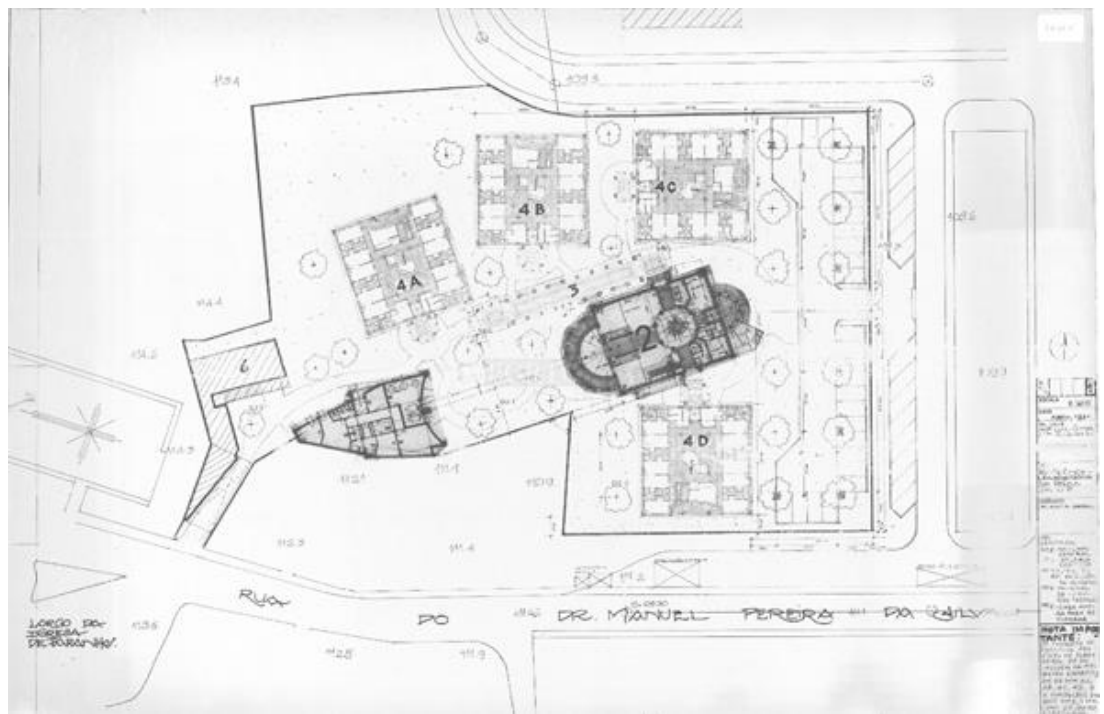
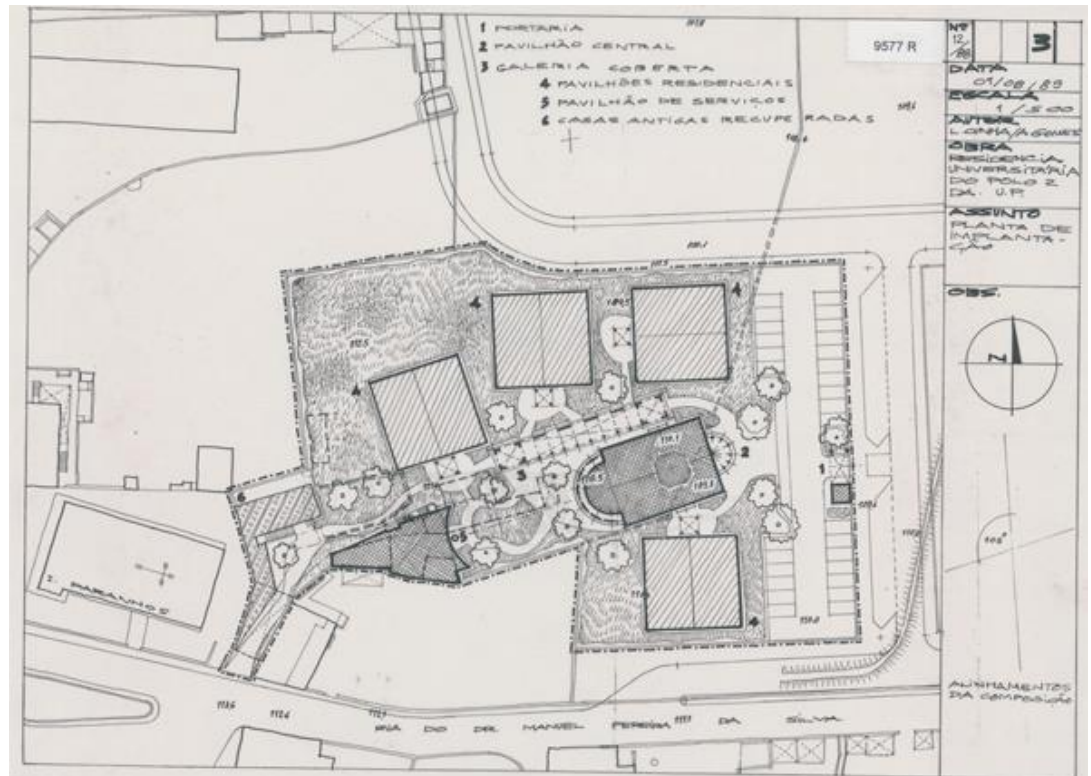
O plano previa uma ‘peça’ em forma de ‘U’, constituída por uma residência e uma cantina. Esta última funcionalidade, articulada com o programa de alojamento foi no entanto abandonada por opção da Reitoria que previa a integração de cantinas nos complexos das diversas faculdades a constituir. Em alternativa a um edifício único, foi opção de Luiz Cunha a distribuição do programa por várias construções de pequena volumetria (como as existentes na envolvente urbana), de modo a criar um ambiente similar ao de uma “pequena aldeia”<sup>23</sup>.

Foram assim considerados quatro pequenas construções residenciais com três pisos, e um edifício isolado com apenas um piso (e cave), destinado a salas de convívio e de estudo. O conjunto integra ainda um pavilhão na entrada do recinto e uma galeria coberta (do percurso) de distribuição, que conferia alguma unidade ao grupo de edifícios.

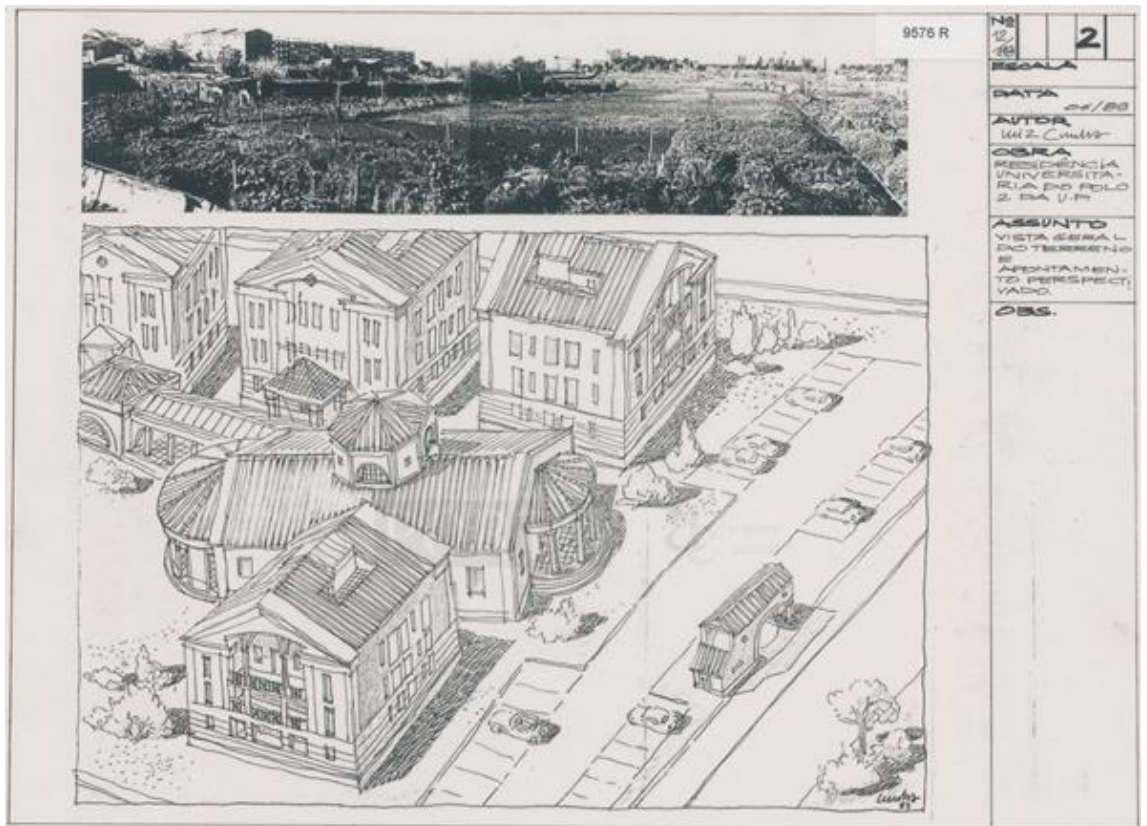
As construções residenciais são organizadas por uma caixa de escadas central, rodeada pelos quartos duplos e individuais.

<sup>22</sup> CUNHA, Luiz, ÁVILA, Domingos, 1991, Residência Universitária do Pólo 2 da Universidade do Porto, Anteprojecto, memória descritiva e justificativa, p. 1.

<sup>23</sup> Entrevista a Luiz Cunha, in # unidade u6, 1998, Porto, AEFAUP, p. 74.

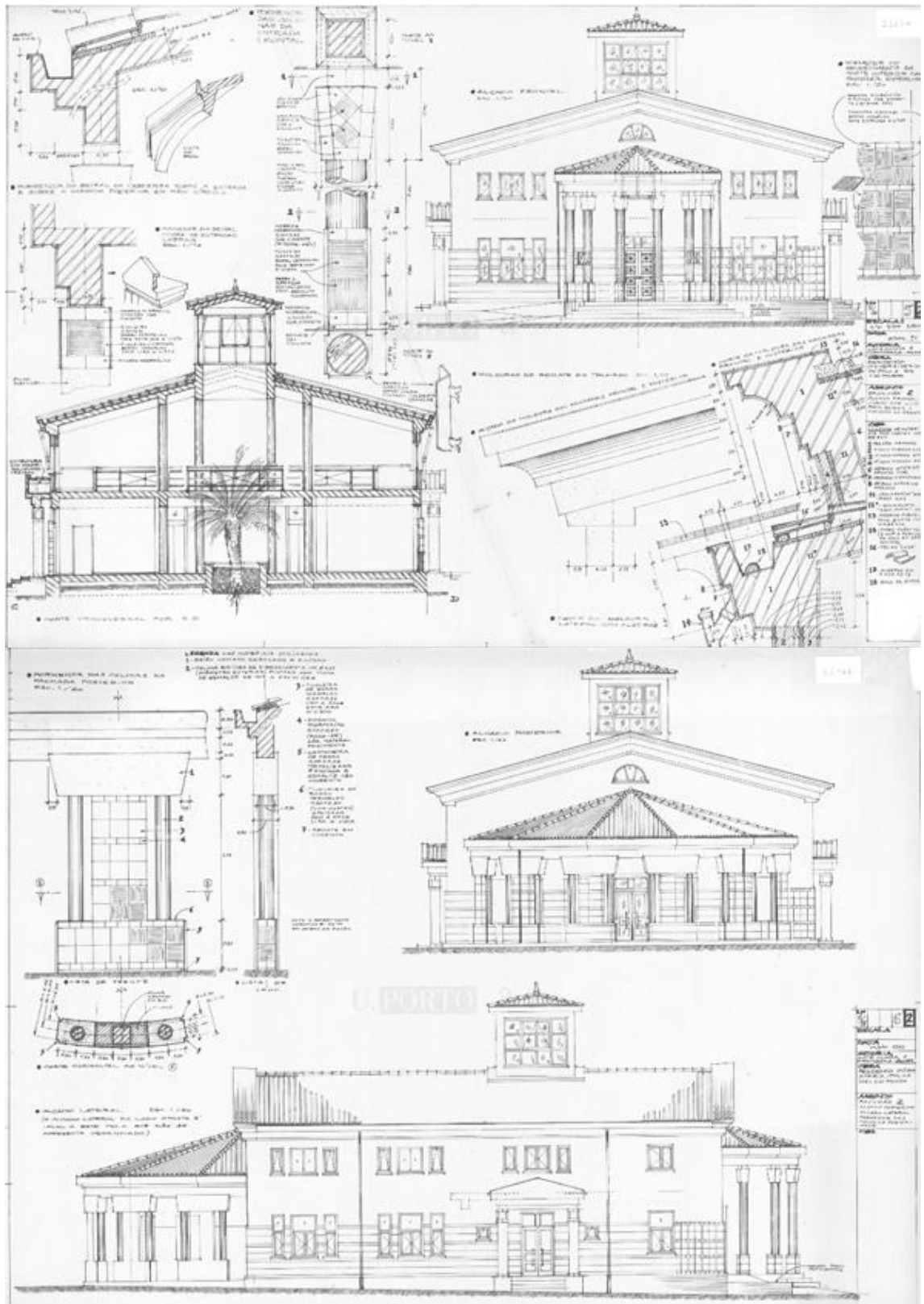


[B150] Luiz Cunha, 1991, Residência Universitária de Paranhos, Planta de Implantação e Planta Geral, desenhos 9577 e 1186.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 9577, 1186]



[B151] Luiz Cunha, 1991, Vista Geral do Terreno e apontamento perspectivado, desenho 9576.

[ADUP REIT – projectos de instalações, 9577, 1186]



[B152] Luiz Cunha, 1991, Residência Universitária de Paranhos, Pavilhão 2, alçado posterior, alçado lateral, pormenor das colunas posteriores, desenhos 1183 e 1184.  
[ADUP REIT – projectos de instalações, 1183, 1184]



---

RUI M. V. PASSOS MEALHA apontamentos

---

**CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS DA ASPRELA**

RUI MEALHA, 1997

**PROJECTO URBANO DA ÁREA CENTRAL DA ASPRELA**

RUI MEALHA, 2000

**INSERÇÃO URBANA DA METRO DO PORTO NA ASPRELA**

RUI MEALHA, 2005

## **CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS DA ASPRELA**

RUI MEALHA, 1997

## **INTRODUÇÃO**

O presente documento constitui uma breve síntese dos principais aspectos que importam ao progresso da intervenção urbanística na área do Pólo Universitário da Asprela, onde se integra o Pólo II da Universidade do Porto.

Trata-se de um documento de trabalho que procura a validação de um conjunto de programas desde já propostos no âmbito das tarefas de coordenação das acções em curso para aquela área, e que mais interessam aos objectivos de concertação pretendidos.

De toda a documentação e estudos entretanto desenvolvidos, apresentam-se apenas os elementos que se afiguram como factores estruturantes da intervenção urbanística em curso e que conduziram à formulação da Carta de Objectivos Comuns agora apresentada.

O enquadramento adoptado para a apresentação dos programas propostos conduz a que vários dos sistemas e estruturas preconizadas surjam sucessivamente descritas no âmbito dos vários contextos temáticos a que respeitam.

## **METODOLOGIA**

### **Breve nota metodológica**

#### **Enquadramento técnico-disciplinar**

Os trabalhos de coordenação dos projectos de intervenção na área do Pólo Universitário da Asprela apresentam as seguintes incidências principais:

- Recolha de toda a informação dispersa e respectiva sistematização por ficheiros organizados pelos temas, acções e processos a que respeitam, assim como por registo e actualização cartográfica com vista a uma resolução (de aproximação) final à escala de 1/1.000;
- Avaliação do estado actual da intervenção urbanística, nomeadamente quanto a compromissos, afectações, problemas e constrangimentos existentes ou previsíveis, formulando objectivos e formas de actuação consentâneas ao respectivo enquadramento conjunto;
- Definição de critérios e programas tendentes à assunção dos objectivos de estruturação



urbanística e qualificação ambiental, estabelecidos na correspondência ao modelo invocado (parâmetros funcionais, físicos, formais e vivenciais);

– Acompanhamento das acções em curso ou previstas por parte dos vários intervenientes públicos e privados, assim como acompanhamento das tarefas de gestão urbanísticas exercidas pela Câmara Municipal do Porto (CMP) para a área intervencionada e áreas urbanas envolventes.

Quanto a este último aspecto, consideramos que todos os intervenientes, públicos e privados, deverão submeter os projectos de sua iniciativa ao correspondente licenciamento prévio por parte da CMP, para que possam ser assegurados critérios urbanísticos claros e eficazes em matérias como a dos aproveitamentos construtivos e infra-estruturas, entre outras.

As tarefas de consulta e articulação com as várias entidades interventoras foram objectivadas no sentido da progressiva concertação das acções previstas e propostas e no que respeita ao ajuste pontual das primeiras e validação das últimas, entre outros aspectos de natureza técnica e operativa.

A forma de actuação adoptada pretende o enquadramento de um conjunto de temáticas que, de forma integrada, permitam reduzir os actuais níveis de incerteza dos seguintes âmbitos:

- Termos de progresso e conclusão da intervenção por parte das várias entidades em presença, com relevo para as instituições de saúde, de ensino e CMP;
- Níveis de articulação espacial e funcional e níveis de infra-estruturação do sector urbano;
- Termos de qualificação ambiental, nomeadamente no que respeita a critérios e soluções para intervenção no espaço público de carácter vivencial.

Pretende-se ainda o estabelecimento de estratégias operativas que permitam a autonomização de acções, processos e procedimentos, uma vez garantidos os termos da respectiva concertação e enquadramento conjunto.

Trata-se, no fundo, da reavaliação metodológica e operativa da intervenção em curso, por enquadramento das modificações entretanto produzidas e ainda por introdução de um conjunto de programas de guarnição e estruturação urbanística, procurando consensos alargados quanto aos aproveitamentos e efeitos a instalar.

Os elementos agora formalizados respeitam sobretudo a objectivos, critérios e programas

de intervenção, pelo que as figurações projectivas apresentadas constituem-se sobretudo como exemplos da aplicação e concreção dos programas preconizados. Procurou-se assim testar, desde logo, a capacidade das propostas estruturantes poderem rapidamente evoluir para a fase de projecto e mesmo de obra.

Sendo que as propostas foram desenvolvidas com vista à assunção de objectivos diversificados, a respectiva espacialização e concreção figurativa deverá atender à concertação de interesses tipológicos, formais e funcionais, tendentes à sistematização de parâmetros de complementaridade, recorrência e outros relevantes a uma intervenção que (ainda) se pretende significativa.

Reportando-se a um entendimento da área intervencionada como uma parte da cidade que deverá assumir funções, tratamentos e ambientes claramente urbanos, os programas propostos são objectivados no sentido do seu ordenamento, estruturação e qualificação urbanística.

As aproximações projectivas estabelecidas instruem o Programa Preliminar de estruturação urbanística de todo o sector urbano, igualmente proposto enquanto base da Carta de Objectivos Comuns.

A representação (gráfica) da área em estudo procura registar a situação em que se encontra a intervenção institucional, e no que respeita aos correspondentes elementos, estruturas e sistemas a reconhecer nas qualidades de programas existentes (em presença), previstos (em projecto ou início de obra) e propostos.

Dados os objectivos deste relatório, apresentam-se apenas os elementos que importam ao enquadramento e avaliação das propostas estruturantes preconizadas, nomeadamente quanto às respectivas condições de pertinência e correspondentes exigências técnicas e operativas.

### **Elementos para a definição de um modelo urbanístico**

A área do Pólo Universitário da Asprela é suporte de grandes equipamentos de saúde e de ensino, assim como de alguns programas de alojamento que em geral correspondem a soluções urbanísticas não concertadas entre si, nem articuladas face à malha urbana envolvente.

Os resultados morfológicos dos aproveitamentos existentes, assim como os impasses

urbanísticos decorrentes das escalas dos aproveitamentos existentes e da presença de importantes elementos da macroestrutura viária (A3, VCI, EC), entre outros aspectos, revelam o entendimento eminentemente quantitativo daquela área como periferia específica da cidade. Como um fragmento desarticulado das restantes formas urbanas envolventes, repositório de programas especiais definidos na correspondência à disponibilidade física em espaços não urbanizados. E ainda como um fragmento constituído, ele próprio, por fragmentos de menor dimensão, correspondentes às formas e escalas das estruturas parcelares e edificadas em presença.

Vejam-se, a propósito, as características peculiares de alguns dos programas instalados em terrenos de grandes dimensões, com extensas frentes urbanas, vedados e de acesso restrito. A área em questão resulta assim como território-depósito de estruturas e imagens singulares mutuamente desconcertadas.

As afectações regulamentares que a destinavam, e ainda obrigam, exclusivamente à localização de equipamentos específicos, assim como autonomia que tradicionalmente pautou o exercício de algumas entidades interventoras, são igualmente factores que determinaram muitos dos problemas actualmente existentes.

Com uma carga funcional marcada por cerca de 38.500 utentes, valor que poderá a curto prazo ascender aos 47.500, e tendo presente os constrangimentos estruturais congénitos de que padece, a área da Asprela deverá, com urgência, aceder a parâmetros urbanísticos que absorvam e ordenem os impactos resultantes e, sobretudo, adquirir um significado conjunto de factores de caracterização cívica e vivencial, de momento inexistentes ou inadequados.

Trata-se de saber o que ainda poderá e deverá ser feito para contrariar o sentido de periferia urbana que actualmente prevalece, e, ao invés do seu entendimento meramente quantitativo, permitir o reconhecimento daquela área como um lugar urbano, como uma parte interessante da cidade, dotada de identidade, formas e carácter cívico próprios.

Neste sentido, os termos de qualificação urbanística pretendidos assentamos seguintes aspectos fundamentais, mutuamente conformados:

– Diversificação e enriquecimento da estrutura programática da intervenção urbanística, por introdução de valências complementares e de acompanhamento às funções já existentes e previstas (lazer, desporto, animação, etc.), assim como novos programas de

utilização em permanência (habitação, comércio, serviços e outros factores de centralidade) que permitam amortecer os efeitos da actual especialização funcional.

Pretende-se, de resto, a assunção de uma nova centralidade urbana, embora específica e porventura marcada por formas peculiares:

– Melhoria das condições de funcionamento da malha urbana, quer por densificação (na medida do possível) da rede viária interna e por articulação aos sectores urbanos envolventes, quer por revisão das competências do actual traçado, introduzindo corredores de transportes públicos, estruturas de estacionamento e demais facilidades modais;

– Reforço do nível de infra-estruturação do sector, na correspondência às acções previstas e propostas;

– Intervenção significativa ao nível dos espaços públicos, por critérios e soluções tendentes a uma marcada qualificação cívica e vivencial dos mesmos, para o que se afigura determinante a dotação dos seus componentes estruturantes de elevados padrões de qualidade e conforto;

– Intervenção ao nível da renovação, reabilitação e melhoramento dos bairros existentes, por medidas de articulação dos mesmos face à malha urbana e outras medidas de natureza variada que invertam os processos de degradação que em geral os afectam, como intervenções no interior dos fogos, ao nível das fachadas e sobre os espaços de utilização colectiva.

Tratando-se da implementação de sistemas espaciais coerentes e de fácil apreensão, colocando “em rede” as estruturas existentes, previstas e propostas, considera-se fundamental a definição de estratégias operativas favoráveis à implementação singular ou conjunta das medidas recomendadas.

## ENQUADRAMENTO

### Enquadramento urbanístico

#### **Instrumentos existentes, afectações e limites do Pólo Universitário**

##### **PDM – Plano Director Municipal do Porto**

A área do Pólo Universitário da Asprela encontra-se demarcada em “regulamento” do PDM do Porto como “Zona Universitária e Cultural” e “Zona Hospitalar” (áreas do HSJ e do IPO/LPCC). [cartograma “Afectações PDM/ Aproximação à Estrutura Fundiária”]

Sobre parte da área do Pólo II impendem ainda algumas restrições (secção I, artº 18) estabelecidas enquanto “Zona de Protecção Paisagística”.

A Norte do HSJ, e ao longo da Estrada Exterior da Circunvalação, encontra-se uma área demarcada como “Zona de Reserva”, embora já quase na sua totalidade ocupada por novas construções.

Toda a área do Pólo II apresenta capacidade construtiva nula ( $\cos=0\text{m}^3/\text{m}^2$ ), com excepção de duas pequenas bolsas localizadas a sul da Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva, e em parte dos terrenos localizados a nascente da A3, na Areosa, com  $\cos=2\text{m}^3/\text{m}^2$  e  $\cos=5\text{m}^3/\text{m}^2$ . [extracto documental PDM do Porto]

As áreas acima referidas (a nascente da A3 na Areosa, e a Sul da Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva), assim como alguns terrenos situados a nascente da Faculdade de Economia (entre esta e a A3), não terão ainda sido adquiridos por nenhuma das entidades interventoras no Pólo Universitário.

Entre outros aspectos, tal situação resulta das alterações assumidas quanto às localizações inicialmente previstas para equipamentos como a Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação ou para a Faculdade de Direito da UP, ou resulta ainda das indecisões que subsistem quanto à necessidade, pertinência e localização de alguns programas complementares e de acção social, de iniciativa da UP e dos demais intervenientes institucionais.

Existindo pretensões formuladas por alguns dos respectivos proprietários, que se manifestam apreensivos quanto à delonga da afectação regulamentar apontada e simultâneo aparente desinteresse por parte das entidades interventoras no Pólo II, e dadas

as indefinições que ainda persistem quanto a alguns equipamentos e valências complementares, torna-se premente a tomada de decisões quanto à estrutura programática definitiva.

Tanto mais que se admite a possibilidade dos particulares virem a protagonizar algumas daquelas valências de acompanhamento, enquadráveis face ao PDM, como a função alojamento para estudantes, ou sobretudo no que se refere aos programas agora propostos enquanto factores de centralidade a introduzir no sector urbano observado.

Naturalmente que uma demarcação definitiva dos limites do Pólo II obriga à prévia decisão acerca de um conjunto de programas pretendidos pelas diversas entidades interventoras, e ainda sem enquadramento operativo, não validadas e não espacializadas.

De facto, consideramos que uma vez decididas as respectivas estruturas programáticas e incidências espaciais (e dada por terminada a intervenção institucional), a afectação regulamentar do PDM do Porto poderá, caso conveniente, ser reformulada em sede própria.

Para além desta possibilidade ou em articulação com a mesma, considera-se que as áreas ainda sem destino definitivo deverão, previamente, ser objecto de estudo que defina as respectivas arquitecturas urbanas conjuntas (morfologias e estrutura funcional), tendo em atenção os parâmetros urbanísticos pretendidos quer no interior da área referida quer no que concerne ao respectivo perímetro e articulação face à cidade.

Como critérios gerais de actuação, propomos ainda a consideração dos seguintes aspectos:

### **Área a nascente da A3, à Areosa**

– Alargamento do estudo elaborado pela Divisão de Estudos Urbanísticos da CMP, designado como “Novos Arruamentos Envolventes à Escola C+S da Areosa”, para definição dos programas e aproveitamentos construtivos conjuntos, tendo em atenção o cadastro existente e os objectivos de estruturação / modelo urbanístico pretendido para todo o sector urbano.

O estudo a desenvolver deverá abarcar todo o espaço aberto situado a norte da área estudada pela DEU-CMP, limitado a poente pela A3, a norte pela Estrada da Circunvalação e a nascente pela malha urbana estruturada pela Rua de Costa Cabral;

– Revisão da afectação regulamentar do PDM que reserva para cemitério os terrenos

situados junto ao nó da A3 com a Estrada da Circunvalação, o que poderá igualmente interessar ao complemento do referido nó rodoviário;

- Introdução de programas de habitação, por soluções tipológicas diversificadas, assim como dos factores de centralidade pretendidos para todo o sector urbano;
- Definição de programas de restabelecimento dos traçados e estruturas truncadas pelo corredor da A3, assim como para tratamento ambiental do mesmo espaço-canal.

### **Área entre a Faculdade de Economia e a A3**

Para esta área é desde já posto à consideração o enquadramento dos seguintes programas, entre outros, a organizar por mútua concertação e em articulação com as estruturas já existentes:

- Armazéns e Administração dos Serviços de Acção Social da UP;
- Cortina verde (cobertos arbóreos e arbustivos) de tratamento ambiental rasante à A3, integrando a função estacionamento de acesso livre e um conjunto de espaços públicos recorrentes;
- Campos Desportivos (ervado e outros) e circuito de manutenção, integrados em rede mais abrangente que inclui percursos de peões e pistas de bicicletas, entre diversas outras estruturas.

Os aproveitamentos sugeridos obrigam, naturalmente, à aquisição dos necessários terrenos pela UP e outras entidades que eventualmente pretendam assumir alguma das iniciativas apontadas.

### **Área a sul da Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva**

Para além de outros aproveitamentos que venham a ser definidos, pretende-se a formalização do espaço de praça definido no âmbito da rede de espaços públicos agora proposta, assim como um conjunto de programas tendentes à afirmação de parâmetros de uma nova centralidade, como pequeno comércio e serviços, e onde a função alojamento poderá assumir uma importância relevante. Os factores de centralidade apontados sugerem uma organização apoiada em porticado urbano recorrente ao longo da frente com a Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva.

Observe-se que muitos destes programas não verificam enquadramentos favoráveis face às

afecções regulamentares apontadas, encontrando-se grande parte dos correspondentes terrenos desprovidos de capacidade construtiva.

Sendo que muitos dos programas propostos, fundamentais à assunção de parâmetros de uma nova centralidade urbana, não se permitem a enquadramentos claros face ao PDM, e para além dos aspectos já apontados neste mesmo sentido, julgamos pertinente a respectiva definição e dimensionamento em articulação a acções com cabimento jurídico efectivo, e enquanto valências complementares a instalar.

### **PP – Plano de pormenor da Área do Pólo II da Universidade do Porto**

O Plano de Pormenor da Área do Pólo II, da iniciativa da Universidade do Porto, já determinou no local um conjunto de infra-estruturas e equipamentos significativos.

Programas como os da Faculdade de Medicina Dentária e das Residências de Estudantes da Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva, entre outros, resultaram das prescrições iniciais do PP, enquanto que vários outros programas (como a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, por exemplo) terão surgido por versões revistas, produzidas no âmbito das tarefas de implementação do Plano.

Entretanto, foram também decididas algumas modificações quanto à própria estrutura programática da intervenção pretendida pela Universidade do Porto.

Com o progresso das acções da UP, IPP e UC, as figurações propostas pelo PP ou aditadas ao mesmo foram tomando forma arquitectónica e construtiva.

Os aproveitamentos já instalados constituem-se como condicionantes dos restantes empreendimentos já previstos ou agora propostos, assim como no que respeita às soluções para a necessária qualificação das respectivas serventias e restantes espaços urbanos envolventes.

Os programas e padrões de tratamento físico e ambiental propostos no âmbito desta consulta, e adiante formulados, procuram integrar determinadas estruturas já preconizadas pelo PP (como o jardim, espelho de água central e casa de chá, entre várias outras), introduzindo um conjunto de novos programas e infra-estruturas entendidas no sentido do modelo urbanístico defendido para a área intervencionada.



### **Estrutura da propriedade**

Foram entretanto ultrapassadas as indefinições detectadas ao nível da inconformação das parcelas adstritas a alguns dos equipamentos instalados e /ou previstos.

Muitos dos referidos desajustes, identificados enquanto sobreposições ou desacertos resultantes na meação de terrenos contíguos, ou como indefinições quanto aos terrenos “em si” ou quanto aos aproveitamentos e tratamentos a instalar nos mesmos, correspondem a áreas que agora integram o sistema de espaços colectivos proposto ou são objecto de programas específicos de tratamento ambiental.

De resto, as propostas apresentadas procuram enquadramentos operativos e formas de ajustamento ao cadastro existente. Algumas das propostas de estruturação urbanística adiante formuladas obrigam, naturalmente, a acertos pontuais para a localização de novas serventias e infra-estruturas, ou para implementação de tratamentos ambientais específicos. Veja-se, apenas como exemplo, as situações em que a inserção de novas serventias viárias, áreas destinadas a estacionamento automóvel, a inserção da linha de metro ou a instalação de tratamentos ambientais motivam acertos pontuais das meações de muitos dos terrenos em presença.

Alguns dos programas propostos, e uma vez confirmadas as respectivas localizações definitivas, determinarão a aquisição dos necessários terrenos. Trata-se, entre outros, dos programas adiante apontadas para a bolsa existente entre a Faculdade de Economia e a A3, ou para a área da Areosa, a nascente do corredor da auto-estrada.

Refira-se ainda que a CMP é proprietária de um conjunto de terrenos no sector urbano em apreço, situação favorável ao enquadramento de várias das acções preconizadas.

Neste sentido, vejam-se as relações entre as seguintes acções e os correspondentes terrenos, nomeadamente no que respeita à estrutura e titularidade dos mesmos:

- Nova Igreja de Paranhos;
- Parques de estacionamento;
- Novas infra-estruturas, serventias e demais espaços públicos;
- Programas de renovação e reabilitação das áreas degradadas existentes.

## **Estrutura funcional**

### **Situação actual e acções previstas**

Para efeitos de enquadramento geral da intervenção urbanística em curso na área do Pólo Universitário da Asprela, apresenta-se uma breve perspectiva da estrutura funcional existente e prevista.

Os equipamentos existentes apresentam uma carga funcional de cerca de 38.500 utentes. Esta estimativa refere-se aos programas já edificados, embora alguns ainda não estejam em funcionamento ou cuja capacidade máxima ainda não terá sido alcançada.

Este valor crescerá seguramente para cerca de 47.500 utentes, com a construção dos equipamentos previstos adiante referidos.

De resto, este tipo de indicador deverá ser melhor descrito pelas diversas categorias de utilização e frequência, enquanto utentes residentes (funcionários), visitantes e por demais regimes com exigências distintas quanto a serviços de apoio e facilidades de natureza diversa como ao nível do estacionamento automóvel, entre outros aspectos igualmente relevantes.

As questões inerentes à forte compartimentação da estrutura funcional, na sequência das peculiaridades próprias aos correspondentes programas e flagrante ausência de complementaridades de natureza cívica e vivencial, deverão ser igualmente observadas face à sua distribuição geográfica no território intervencionado.

Verifique-se que, mesmo após a instalação da Faculdade de Engenharia, cerca de 50% da carga de utilização respeita aos equipamentos localizados a poente da Rua do Dr. António Bernardino de Almeida (IPO, U. Portucalense, ISEP–IPP), ou ainda no que respeita à incontornável polarização funcional (tipo de equipamento e número de utentes) determinada pela contiguidade do HSJ e IPO.

Os factores locativos revelam-se assim determinantes à definição das acções sobre a rede viária e espaços públicos, ou respeitantes ao traçado do metropolitano ligeiro e respectivas estações, localização dos programas de índole social, entre vários outros aspectos que importam à estruturação urbanística do Pólo Universitário e respectiva articulação à cidade e metrópole em que se insere.

Vejam-se alguns aspectos do estado actual da intervenção. [QUADRO GERAL DE REFERÊNCIAS]  
Encontram-se previstos (em fase de projecto ou de obra) os seguintes equipamentos da UP:

- Faculdade de Engenharia, em fase de início de obra. Com uma população estimada em 7.500 utentes e uma área bruta de construção de 82.000 m<sup>2</sup>, será o segundo maior programa do Pólo II, a seguir ao Hospital de HSJ;
- Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, em fase de Estudo prévio. Dimensionada para 1.335 utentes, a sua localização obriga a serventias específicas;
- Residência de Estudantes adstrita à Faculdade de Economia, com 168 camas;
- Cantina, igualmente adstrita à Faculdade de Economia, com capacidade de 454 comensais e 1400 refeições. Estes dois últimos programas correspondem a um projecto único que contempla ainda 19 lugares de estacionamento privativo;
- Residência de Estudantes adstrita à Faculdade de Engenharia, com 86 quartos, 163 camas e estacionamento próprio para 36 viaturas;
- Cantina adstrita à Faculdade de Engenharia, dimensionada para uma capacidade de 2.500 refeições, e com 120 lugares de estacionamento próprio (em comum com a Associação de Estudantes da mesma escola);
- Associação de Estudantes, com 1.000 m<sup>2</sup> de área de construção.

O IPP pretende intervir no âmbito do alojamento para estudantes, programa este a articular com valências desportivas de pequena dimensão.

Alguns dos equipamentos existentes e previstos apresentam desequilíbrios intrínsecos à sua própria estrutura programática. Trata-se, por exemplo, dos casos em que a componente estacionamento próprio é deficientemente assegurada, ou mesmo descurada, situações adiante referidas face ao tema em questão.

Subsistindo referências contraditórias no que respeita à quantificação das valências e indicadores de interesse urbanístico (número de utentes, capacidade em estacionamento próprio, entre outras) de alguns dos equipamentos existentes e previstos, aguardam-se os resultados da recomendada reavaliação das correspondentes estruturas programáticas.

No mesmo sentido, será de avaliar a componente evolutiva ou de ampliação de instalações, pretendida por algumas das entidades interventoras no processo, nomeadamente quanto às correspondentes exigências espaciais, ou no que respeita à eventual reposição de valências de acompanhamento urbanístico ou reforço de capacidades disponíveis.

A reavaliação operativa de programas e acções supõe, naturalmente, a possibilidade e pertinência do enquadramento conjunto de várias das medidas a adoptar, nomeadamente as

que conformam padrões de mútua complementaridade.

Recorde-se que a área do Pólo Universitário encontra-se totalmente desprovida de factores de centralidade urbana, assim como de programas de habitação por tipologias convencionais de mercado.

Esta questão central aos objectivos de actuação formulados será adiante retomada a vários níveis propositivos. [QUADRO GERAL DE REFERÊNCIAS]

### **Programas propostos**

No sentido dos objectivos de estruturação urbanística e qualificação ambiental de toda a área do Pólo Universitário e áreas de enquadramento urbano envolventes de toda a área do Pólo Universitário e áreas de enquadramento urbano envolventes, recomendamos a consideração das seguintes acções e procedimentos:

- Desenvolvimento de medidas correctoras das distorções funcionais detectadas, e adiante referidas na correspondência aos temas abordados;
- Desenvolvimento de acções de reabilitação e renovação urbana das áreas degradadas e mal-conformadas em presença, de que são exemplo, e entre outros, alguns dos programas de alojamento social existentes.

Trata-se, nomeadamente, do reforço dos respectivos níveis de infra-estruturação, assim como da dotação daquelas áreas por parâmetros de conforto e qualidade ambiental adequados ao estatuto pretendido para todo o sector urbano observado:

- Desenvolvimento dos programas adiante formulados face aos contextos temáticos abordados, como acções sobre a rede viária, ou respeitantes ao estacionamento, metropolitano ligeiro e, sobretudo, ao espaço público de utilização vivencial;
- Definição de programas concretos de alojamento em tipologias especiais (residências de estudantes e outras) e por tipologias familiares normais e diversificadas.

Refira-se que as iniciativas pretendidas pela UP e pelo IPP, acima referidas, poderão ser enquadradas face às acções de renovação urbana propostas, ou enquadradas pelos sistemas a estudar para os espaços abertos existentes.

De facto, quer a nascente da A3 e a norte da “Via Estruturante da Fac. de Engenharia”,

quer para a área situada a sul desta última via, propõe-se o estudo de uma malha urbana que, por soluções tipológicas diversificadas, compatibilize programas de alojamento e pequeno comércio com novas áreas verdes e pequenos apoios desportivos, entre vários outros factores de centralidade.

Sendo pretendidas profundas articulações e complementaridade no interior da estrutura programática resultante (do conjunto das funções e elementos existentes, previstos e propostos), sugerem-se critérios gerais de conjugação e sistematização dos interesses funcionais, formais, paisagísticos e operativos das principais acções preconizadas.

Veja-se, apenas como exemplo, a conjugação entre programas de estacionamento público e programas de tratamento ambiental dotados de forte componente arbórea, ou de como ambos se articulam com os elementos da macroestrutura viária, promovendo restituições funcionais, tratamentos ambientais e facilidades modais. Observe-se ainda que alguns daqueles aproveitamentos verificam enquadramentos operativos face aos necessários terrenos, ou face às afectações e condicionantes superiores.

Grande parte dos programas desde já propostos, referem-se aos sistemas de espaços públicos, que se pretendem de fácil apreensão, não obstante a diversidade de componentes elementares e complexidade das correspondentes competências.

Pelas razões adiante apontadas será de prever a inevitabilidade em intervir a curto e médio prazo ao nível dos elementos da rede viária, reorganizando os perfis dos arruamentos existentes.

Serão então contemplados tratamentos tendentes à respectiva articulação com os novos espaços colectivos propostos, nomeadamente no que respeita aos percursos de peões, pistas de bicicletas e outras estruturas recorrentes.

A estrutura programática preconizada permite-se assim a enquadramentos estratégicos favoráveis, em que cada um dos seus componentes poderá desempenhar objectivos diversificados. Igualmente importante é o facto dos critérios apontados favorecerem abordagens disciplinares diversificadas como a arquitectura urbana, a arquitectura dos espaços públicos ou ainda a arquitectura de perímetros (limites), eixos ou frentes-impasses. Acrescentem-se ainda algumas referências ao programa pretendido pela Federação Académica do Porto (FAP).

A FAP aguarda o enquadramento operativo dos recursos necessários à construção de uma

estação de rádio, espaço residencial, espaço de estudo e programas complementares pretendidos para a área do Pólo Universitário da Asprela.

O programa preliminar estabelece a base de partida para a efectiva definição da intervenção pretendida, permitindo ainda avaliar alguns aspectos, como os que se referem a exigências de implantação e infra-estruturas urbanísticas, ou outras de natureza operativa.

A compartimentação do programa por unidades susceptíveis de funcionamento autónomo permite encarar eventuais estratégias de faseamento dos investimentos, devendo a solução arquitectónica reflectir essas mesmas estratégias.

As valências apontadas deverão ser acrescentadas áreas destinadas a estacionamento próprio, dimensionadas em função dos utentes do equipamento, assim como destinadas a eventuais componentes exteriores de lazer e animação (apoiadas no anfiteatro ao ar livre, esplanada e jardim, entre outras estruturas).

Sem compromissos tipológicos quanto à escala e composição efectiva a adoptar para a estrutura pretendida, propomos desde já uma localização apoiada na nova praça da Rua do Dr. Roberto Frias, com inserção fundamentada face aos sistemas preconizados (rede de equipamentos e rede de espaços públicos).

A localização intermédia entre a área dos programas sociais e a área central / jardim do Pólo Universitário permite uma clara inserção na rede de espaços públicos preconizada, potenciando o sentido cívico dos seus componentes. A articulação com a nova praça/belvedere, proposta para a Rua do Dr. Roberto Frias, permite a dotação de claro sentido cívico e clareza tipológica ao empreendimento.

## **ESTRUTURA VIÁRIA**

### **Estrutura viária**

A Rede Viária existente [cartograma SISTEMA VIÁRIO E REDE DE METRO] apresenta-se, na área observada, com uma forte componente em elementos da macroestrutura metropolitana (Auto-Estrada A3, Via Rápida Urbana VCI e a Estrada da Circunvalação, que a envolvem), e cujas articulações às vias fundamentais de ligação e vias de servidão local apresentam problemas variados. [cartogramas SISTEMA VIÁRIO E REDE DE METRO; HIERARQUIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E FUNDAMENTAL E NOVAS VIAS]

Veja-se, por exemplo, os constrangimentos da via fundamental de ligação norte/sul, pelas carências de perfil (entre o Largo da Igreja de Paranhos e a Rua Dr. António Bernardino de Almeida (troços correspondentes à Rua do Coronel Almeida Valente e Rua de Dionísio dos Santos Silva), situação em vias de resolução por iniciativa da JAE e CMP.

Por outro lado, todo o sector urbano se apresenta praticamente desprovido de “Vias de Servidão Local”, resultando assim conformado por grandes bolsas, situação que determina alguns dos graves problemas de circulação existentes.

Para uma melhor estruturação das servidões locais, e sobretudo como estrutura fundamental de ligação, contribuirá, certamente, a prevista “Via Estruturante da Faculdade de Engenharia” (nascente / poente), que se prolongará a nascente com inserção na malha consolidada da Areosa.

Encontram-se previstos e são agora propostos um conjunto de novos arruamentos que importam à estruturação urbanística e funcionamento do sector urbano em estudo, quer no seu conjunto quer para cada uma das suas partes constitutivas.

As estruturas propostas, definidas por articulação às existentes e previstas, concorrem para a clarificação dos sistemas a reconhecer no interior da rede viária resultante.

Os traçados e demais especificações adiante apontadas, sendo indicativos dos objectivos, estratégias e programas de estruturação urbanística propostos, observam ainda um conjunto de exigências e condicionamentos decorrentes de aspectos como a topografia, a estrutura fundiária e os compromissos existentes, entre outros.

São igualmente propostas acções de modificação e ajuste de perfis e trainéis de alguns arruamentos existentes, para que possam integrar, com desenvoltura, ou sistemas preconizados.

Refira-se a forte incidência das acções de reorganização dos perfis transversais dos arruamentos existentes, para reposicionamento hierárquico, melhoramento de alguns dos seus componentes, inserção de infra-estruturas ou de novos programas (como a rede de metropolitano, com corredor de 7,0 metros), ou ainda para a instalação dos tratamentos paisagísticos e ambientais preconizados.

De resto, o generalizado estado de degradação dos pavimentos leva a considerar a inevitabilidade da sua recuperação ou substituição, para a quase totalidade dos arruamentos existentes.

Observem-se apenas as formas e conteúdos gerais dos principais sistemas identificados.

### **Sistema transversal de articulação da área do Pólo Universitário com as malhas urbanas consolidadas a nascente e a poente**

- A futura “Via Estruturante da Faculdade de Engenharia” permite a ligação entre a Rua do Dr. Roberto Frias e a malha da Areosa estruturada pela Rua de Costa Cabral. A passagem inferior à A3 é, de momento, a única estrutura de ligação entre aqueles dois sectores urbanos.

A referida passagem inferior apresenta um vão de 10 metros entre pilares, destinadas às faixas de rodagem, ao qual se acrescentam dois vãos laterais com cerca de 5 metros, destinados à utilização pelos peões.

Foi promovida a articulação da via em apreço com os arruamentos envolventes à Escola C+S da Areosa, previstos no âmbito de estudo desenvolvido pela Divisão de Estudo Urbanísticos da CMP.

Aguarda-se a extensão deste estudo a toda a área situada a norte, conformada pela A3 e pela Estrada da Circunvalação, situação que permitirá a fixação dos projectos relativos à via estruturante e aos arruamentos envolventes à Escola C+S da Areosa.

Para a designada Via Estruturante propõe-se um perfil transversal complexo, que contempla 3 faixas de rodagem (1 faixa bus e dois sentidos de trânsito), passeios com cerca de 3 metros, separadores laterais relvados e arborizados, pista de bicicletas e outras faixas



destinadas à instalação de tratamentos ambientais.

É pretendido um elevado nível de conforto para peões, situação apenas prejudicada pelo atravessamento do desvão da A3;

- Novo arruamento de ligação entre a Rua do Dr. António Bernardino de Almeida e a Rua de S. Tomé, com inserção nos terrenos do IPO e LPCC, junto à respectiva extrema sul, de meação com a U. Portucalense.

Esta via, fundamental à estruturação do sistema transversal nascente/poente, permite a introdução de uma escala intermédia aos quarteirões resultantes.

O alinhamento do arruamento proposto com a Rua da Azenha permite considerar a melhoria das condições de articulação a poente, situação a estudar para toda a área situada entre a Estrada da Circunvalação e o eixo da Rua da Telheira / Rua do Coronel Almeida Valente.

O traçado proposto será naturalmente articulado com as serventias previstas no âmbito da urbanização em curso junto ao gaveto da Rua de S. Tomé com a Estrada da Circunvalação, permitindo ainda a abertura de uma nova frente urbana e localização de alguns programas pretendidos pelo IPO, com relevo para uma estrutura de estacionamento que poderá atingir uma considerável capacidade de veículos.

Propõe-se igualmente a organização de um perfil complexo, que integra a instalação de uma alameda, no lado sul, assim como de separadores laterais relevados, entre a faixa de rodagem e os passeios de peões.

Tal como para a futura Via Estruturante acima referida, prevê-se a organização de uma faixa destinada a transportes colectivos, assim como de corredores destinados à inserção da pista de bicicletas e instalação de tratamentos paisagísticos e ambientais;

- Novo arruamento de ligação entre a Rua de S. Tomé e a Rua do Amial, por abertura e prolongamento da estrutura espacial condicionada do Bairro de S. Tomé.

A via proposta permite assim aceder aos eixos estruturantes da Rua do Amial e Rua da Telheira / Rua do Coronel Almeida Valente.

### **Sistema de arruamentos rasantes aos elementos da macroestrutura viária**

Trata-se de um conjunto de arruamentos estabelecidos ao longo dos corredores da A3 e da VCI, com o objectivo da (parcial) reposição funcional das afectações cometidas por estas

vias sobre a malha urbana, minorando os efeitos dos impasses determinados, assim como para estruturação urbanística e serventia das áreas-limites que atravessam.

As vias previstas e propostas, que integram este sistema, deverão assegurar especificações adequadas às competências funcionais a assumir, assim como perfis suficientes à instalação de significativos cobertos arbóreos e arbustivos de correcção acústica e tratamento ambiental.

Vejam-se, entre outras, as seguintes estruturas propostas:

- Arruamentos rasantes a nascente e poente da A3, junto ao respectivo nó com a VCI.

Estas vias induzem fortes capacidades de articulação à rede viária local, que desta forma adquire desenvolvimentos significativos.

Observe-se o caso da via rasante a poente da A3, que se prolonga até à Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva (junto à FMD), por recurso à Rua do Mondego / Rua do Ave e novo arruamento que, a norte da VCI, acompanha o traçado proposto para a linha do metropolitano ligeiro.

Veja-se ainda a importância da via rasante a nascente da A3, que permite retomar as ligações entre as Ruas da Fonte do Outeiro, de Honório de Lima, de Júlio de Matos e Travessa de Lamas.

Encontra-se igualmente proposta a ligação entre as duas vias preconizadas, por nova passagem inferior à auto-estrada, aproveitando os desníveis em presença;

- Arruamentos rasantes a norte da VCI, como o acima apontado com desenvolvimento entre a Rua do Dr. Manuel Laranjeira e a Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, ou os que estabelecem a ligação entre a Rua de Delfim Maia, Rua de Leonardo Coimbra e Rua de Sá de Miranda;

- Vejam-se ainda alguns exemplos de vias complementares de articulação às rasantes apontadas:

- Novo arruamento a nascente da Faculdade de Economia da UP, ligando a Rua Actor Ferreira da Silva à Via Estruturante, para serventia das futuras cantinas e residência de estudantes adstrita à FEP;
- Arruamento entre a Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva (onde se insere em posição fronteira ao Cemitério de Paranhos) e a nova praça proposta como espaço de apoio à

futura estação de Salgueiros do metropolitano ligeiro.

Esta ligação recorre a parte do actual acesso da Subestação de Paranhos da EN – Electricidade do Norte, SA;

- Propõe-se ainda um arruamento de ligação entre o eixo rasante de poente (entre a Rua de Delfim Maia e a Rua do Amial) e a Rua do Coronel Almeida Valente.

### **Intervenções sobre a rede viária existente**

Trata-se de um conjunto de acções pontuais que visam a melhoria estrutural e funcional da rede, ou a correcção de desajustes existentes, entre outros aspectos.

Refira-se que alguns dos pequenos acertos apontados poderão ter reflexos abrangentes a todo o sector urbano observado.

A resolução da articulação ou mútua inserção entre arruamentos, a resolução de situações pontuais de impasse, assim como a reorganização dos perfis transversais de alguns arruamentos constituem as incidências fundamentais deste grande grupo de acções sobre a rede viária existente.

Refiram-se alguns dos exemplos mais significativos das acções em apreço:

– Prolongamento da Rua da Asprela e respectiva inserção na Rua do Dr. António Bernardino de Almeida.

Esta acção determina a demolição de algumas construções, tanto mais que é pretendido um perfil correspondente ao existente, na situação do actual impasse, entre os blocos de habitação e o edifício da ESB / UC. Esta acção será ainda concertada com a nova praça proposta em situação fronteira à actual Igreja de Paranhos, onde se articulam os vários percursos que aí confluem;

– Alargamento e rectificação do perfil das ruas do Coronel Almeida Valente e de Dionísio Santos Silva, entre a Igreja de Paranhos e a Rua do Dr. António Bernardino Almeida, com projecto elaborado pela JAE e já aprovado.

Esta acção, a desenvolver entre duas praças propostas em articulação à actual e à futura Igrejas de Paranhos, é concorrente aos objectivos de renovação urbana daquela área, introduzindo novas potencialidades de estruturação urbanística e qualificação ambiental. Neste sentido, e entre vários outros aspectos, deverão ser estudadas soluções de abertura de

novas serventias a partir do eixo em apreço, assim como no que respeita à valorização dos espaços colectivos existentes, para complemento da malha e articulação das várias ruas, travessas e vielas em presença. [extracto documental – ALARGAMENTO E RECTIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS]

Apenas condicionado pelos compromissos edificatórios assumidos para o gaveto da Rua do Coronel Almeida Valente com a Rua do Dr. António Bernardino de Almeida, a acção em causa obriga ao redesenho do largo da actual Igreja de Paranhos e inserção específica da nova praça proposta em posição fronteira à nova igreja, entre outros factores adiante referidos;

– Ligação dos novos arruamentos do empreendimento da LPCC (praceta de retorno junto ao lote nº9) à Rua de S. Tomé, em situação de alinhamento com a Rua do Caniçal.

A presença de depósitos dos SMAS, assim como o desnível a vencer são alguns dos factores a considerar pelos necessários estudos de pormenor.

A considerável diferença de cotas poderá ser resolvida por um maior desenvolvimento longitudinal da ligação proposta;

– Ligações entre a Estrada da Circunvalação (a norte do HSJ) e o eixo da Tr. do Dr. Barros / Tr. da Asprela, e deste com a Rua do Padre Costa.

Tratando-se de serventias locais, o seu conjunto permite considerar uma melhor estruturação da correspondente malha urbana e melhoria das condições de acesso à área situada a norte, onde se localizam algumas instalações do IPP.

Esta acção corresponde essencialmente à simplificação e concertação dos componentes da rede prevista para o local;

– Reorganização dos perfis transversais de alguns arruamentos, para beneficiação das condições de funcionamento e para instalação de estruturas de conforto e demais tratamentos ambientais propostos.

Veja-se como exemplo, e na correspondência aos sistemas preconizados, o interesse em reformular os perfis das Ruas do Dr. Manuel Pereira da Silva, do Dr. Plácido da Costa, do Dr. Roberto Frias e do Dr. Manuel Laranjeira, entre outras, para adequação aos usos atribuídos e introdução de novos tratamentos físicos e ambientais;

– Reorganização dos perfis transversais de alguns arruamentos, por via da inserção de canal específico de transportes públicos.

A instalação da rede de metropolitano ligeiro obrigará à reformulação dos actuais perfis da Alameda do Dr. Hernâni Monteiro, assim como do tramo norte da Rua do Dr. António Bernardino de Almeida, entre o IPO e o HSJ. De resto, considera-se que o perfil a adoptar para este último arruamento deverá ter continuidade ao longo de todo o desenvolvimento longitudinal do mesmo, sendo que a bitola correspondente ao canal do metro, no tramo norte (7 metros), reverterá ao alargamento de passeios, estacionamento longitudinal e faixa bus, para o tramo sul. Prevê-se ainda a introdução de um canal bus nas Ruas do Dr. Roberto Frias e Via Estruturante nascente / poente.

### **Intervenções sobre os elementos da macroestrutura viária**

Encontra-se previsto, pela JAE, o redimensionamento do nó rodoviário da A3 com a VCI. Esta intervenção poderá importar à viabilização da acção de complemento do nó da A3 com a Estrada da Circunvalação, adiante proposta.

São propostas as seguintes acções que, de alguma forma, apresentam incidências sobre a A3, VCI e EC:

- Passagem inferior à A3 que possibilite uma segunda ligação entre as malhas urbanas situadas a nascente e a poente da auto-estrada.

A localização proposta corresponde a condições topográficas favoráveis, sendo de referir a conveniência em assegurar um vão de dimensão suficiente a uma adequada utilização daquela passagem pelos peões;

- Complemento do nó da A3 com a Estrada da Circunvalação.

Esta acção permitiria evitar parte da actual carga de atravessamento suportada pela rede viária interior ao Pólo Universitário, assim como uma melhor serventia de todo o seu sector norte, onde se localizam os grandes equipamentos de saúde;

- As condições de inserção de algumas das vias rasantes propostas poderão obrigarão recurso a soluções técnicas específicas.

Trata-se da rasante à VCI definida por prolongamento da Rua do Ave, para ligação à futura estação de metro de Salgueiros, ou a que liga a Rua de Delfim Maia à Rua do Amial, com inserções pontuais muito próximas e a consideráveis desníveis face à VCI;

- Ocupação, por estacionamento automóvel, e sem prejuízo dos tratamentos ambientais

igualmente propostos, do desvão de viaduto que integra o nó da Rua de Faria de Guimarães com a VCI;

- Ingresso directo em estrutura de park-and-ride, a partir de uma das componentes do nó rodoviário entre a Rua de Faria de Guimarães e a VCI.

Recorde-se que a estrutura de estacionamento em apreço articule-se em sistema complexo que integra a futura praça e estação de metropolitano de Salgueiros;

- Qualificação urbanística dos viadutos sobre a VCI, correspondentes às Ruas de Delfim Maia e de Leonardo Coimbra.

Os eixos em questão, assim como o eixo da Rua do Campolindo / Rua da Igreja de Paranhos, integram importante sistema de espaços colectivos, ligando as áreas do Jardim de Arca de Água, Campo Lindo e Covelo ao Jardim central do Pólo Universitário.

Pretende-se o aumento dos perfis transversais dos viadutos em questão, para melhoria das condições de conforto dos peões e redução dos impactos resultantes do intenso tráfego rodoviário da VCI;

- Tratamentos ambientais dos corredores da A3 e VCI, por instalação de cortinas arbóreas e arbustivas, assim como de soluções ao nível da modelação pontual do próprio terreno.

### **Outras acções e estudos em curso**

Encontra-se em curso um conjunto de tarefas respeitantes à avaliação das modificações dos perfis de grande parte dos arruamentos existentes, adaptando-os às novas necessidades e ajustando-os às competências efectivas a que respeitam, matéria esta a concertar com as restantes infra-estruturas urbanísticas.

Igualmente em estudo encontra-se o traçado do prolongamento a nascente da “Via Estruturante da Faculdade de Engenharia”, para inserção na malha consolidada da Areosa e articulação com as prescrições da DEU / CMP respeitantes aos novos arruamentos envolventes à Escola C+S da Areosa. Este estudo, que se destina ao subsequente desenvolvimento do necessário projecto de execução, contempla ainda a definição do traçado e demais especificações das novas vias previstas para a área situada entre a Faculdade de Economia e a A3.

Aguarda-se o desenvolvimento dos necessários estudos de estruturação urbanística do espaço aberto situado a norte da Escola C+S da Areosa, e limitado pela A3, Estrada da

Circunvalação e Rua de Costa Cabral.

Deverão ainda ser desenvolvidos estudos específicos dos subsistemas estruturantes propostos, de que são exemplos as novas vias (capilares) de serventia ao interior da bolsa central do Pólo Universitário, para acesso à Faculdade de Medicina Dentária e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, articuladas aos novos espaços públicos, percursos de peões, pistas de bicicletas, via do metropolitano e demais estruturas propostas. Refira-se que esta rede poderá assumir regimes de utilização selectivos ou condicionados, a definir por soluções de gestão convenientes ao desempenho das suas funções.

### **Circulação e transportes**

No sector urbano do Pólo Universitário da Asprela, o tráfego rodoviário revela picos de intensidade que constantemente conduzem o sistema à ruptura.

A circulação e o estacionamento caóticos constituem, seguramente, um dos mais graves problemas em presença, que deverá ser equacionado por múltiplas medidas concorrentes à minoração dos impactos existentes e previsíveis a curto e médio prazo.

Como causas dos impactos existentes, vejam-se, entre outros, os seguintes factores endógenos:

– Factores determinados pela carga funcional induzida pelos grandes equipamentos em presença, em especial pelo HSJ (10.000 utentes) e IPO (5.000 utentes), e que praticamente se encontram desprovidos de capacidade de estacionamento para acolhimento dos utentes visitantes. De resto, todos os grandes equipamentos determinam afluxos consideráveis.

Refira-se a propósito, que a rede viária existente e prevista será proximamente confrontada com cargas de uso ainda mais elevadas, decorrentes da entrada em funcionamento de equipamentos como, entre outros, a Faculdade de Medicina Dentária e o FCDEF (que juntos totalizam cerca de 2.000 utentes em permanência) e, mais tarde, com a conclusão da Faculdade de Engenharia da UP que, com os seus 7.500 utentes previstos, passará a constituir a segunda maior estrutura a seguir ao HSJ;

– Flagrante ausência de estruturas de estacionamento dimensionadas em função da carga funcional instalada, o que determina o estacionamento informal ao longo dos arruamentos existentes, situação tolerada pela falta de alternativas;

– Exiguidade e incompetência da rede viária existente, marcada por tráfego de

atravessamento e tráfego com origem ou destino na área do Pólo Universitário.

– Factores acima apontados como insuficiências, deficiências e estrangulamentos, ou desarticulação da própria rede viária, identificados quer no interior, quer no exterior da área urbana do Pólo Universitário, e cujos efeitos se farão repercutir a vários níveis e em distintos tramos da rede.

Vejam-se, a propósito, os efeitos da presença de elementos da macroestrutura viária, e em especial os que presumivelmente resultam da sua deficiente articulação com os elementos dos restantes níveis hierárquicos.

Parecem-nos flagrantes os efeitos do Nó da Areosa (A3 com a Estrada da Circunvalação) sobre todo o sector urbano, e resultantes, entre outros aspectos, do facto de tal estrutura se encontrar incompleta.

De facto, parte dos impactos da circulação rodoviária, por resultarem de tráfego de atravessamento sem origem ou destino na área do Pólo Universitário e áreas de enquadramento directamente envolventes, obrigam a enquadramentos técnicos equacionados a montante, a escalas mais abrangentes à cidade e metrópole.

De qualquer forma, os problemas de circulação rodoviária deverão ser abordados a vários níveis e modos, considerando que os transportes públicos, o futuro Metropolitano Ligeiro, as eficácias ao nível da resolução dos problemas de estacionamento, a reformulação de perfis e competências funcionais dos arruamentos, e uma mais eficaz estruturação urbanística de todo o sector, a par do exercício da gestão da via pública, serão as principais chaves disponíveis para assunção de parâmetros de funcionamento aceitáveis do sistema.

Várias das propostas formuladas em matéria de rede viária, estacionamento e demais termos de estruturação urbanística invocados verificam objectivos de ordenamento (com efeitos previsíveis) ao nível da circulação rodoviária.

São desde já apontadas um conjunto de propostas ao nível dos transportes públicos, que incluem, entre vários outros aspectos, a organização de corredores bus e de estruturas de acolhimento dos utentes do modo em apreço.

Os corredores bus propostos deverão ser considerados numa perspectiva alargada às redes em que se inserem, dada a grande importância dos transportes colectivos, que asseguram cerca de 53% das deslocações dos utentes dos equipamentos da Asprela.



Esta situação leva, de facto, a considerar a necessidade de uma gestão melhor objectivada da via pública, não obstante a conveniência em dotar os arruamentos de perfis capacitados a responder com desenvoltura a alterações dos regimes de ordenamento do tráfego. De resto, uma criteriosa definição dos perfis dos arruamentos poderá potenciar as condições de longevidade dos tratamentos a instalar.

A rede de metro prevista será, naturalmente, factor revolucionário do actual balanço e comportamento dos vários modos de transporte no sector urbano da Asprela, e, espera-se, com efeitos benéficos ao nível da circulação rodoviária, amortecendo parte das actuais cargas de uso.

De resto, parte dos programas propostos concorrem à criação de condições de articulação modal entre o metro, autocarros e veículos particulares.

A utilização da linha ferroviária de Leixões para transporte de passageiros, poderá igualmente assumir uma importância relevante a nível regional, se considerarmos a tendencial expansão do Pólo Universitário para norte, nomeadamente por localização de equipamentos do IPP.

## **Estacionamento**

Na área do Pólo Universitário da Asprela, a capacidade de estacionamento disponível é absolutamente irrisória face à carga funcional instalada e níveis de procura local deste tipo de facilidades.

Esta situação, obrigando ao estacionamento informal e maior permanência em circulação dos veículos com destino na área referida, é motivo de parte dos estrangulamentos de que enferma a rede viária local e conseqüente degradação das condições de circulação.

Sendo certo que parte dos problemas existentes poderão ser atenuados por algumas das acções em curso ou agora propostas, da iniciativa da CMP e demais entidades em presença, das quais resultará a construção de parques de estacionamento e a instalação do metropolitano ligeiro, subsistem muitas dúvidas quanto a factores de previsibilidade muito relativa, como os inerentes a aspectos comportamentais dos utentes, níveis de eficácia dos transportes públicos ou outros relativos ao exercício da gestão do tráfego automóvel.

O panorama actual, que poderá agravar-se com a entrada em funcionamento dos novos equipamentos previstos (com relevo para a futura Faculdade de Engenharia da UP), leva a supor a necessidade de abordagens a vários níveis e escalas de intervenção, singulares e conjuntas.

As abordagens desde já delineadas referem-se essencialmente a um conjunto de medidas sobre a rede viária e á definição de um sistema de parques de estacionamento concertados com os programas e objectivos que procuram servir, mas eles próprios dotados de um conjunto de valências de acompanhamento, apoio e de tratamento ambiental.

Já foram apresentadas, na generalidade, um conjunto de propostas de abertura de novos arruamentos e reformulação dos perfis de muitos dos arruamentos existentes, parte dos quais assumirão capacidades de estacionamento público. [PERFIS]

Encontrando-se em estudo as acções sobre a rede viária, refira-se, no entanto, a adopção de parâmetros de flexibilidade que permitam dotar a gestão com condições de grande desenvoltura. Trata-se, por exemplo, de preparar e dotar alguns dos referidos perfis com bitolas e tratamentos que permitam a ampliação dos passeios, organização de baias de estacionamento, introdução de faixas “bus” e outras, ou que permitam absorver os novos

usos e modificações previsíveis a médio prazo.

Para além das carências ao nível da capacidade de estacionamento próprio destinado aos seus utentes – visitantes, alguns dos equipamentos existentes não asseguram sequer o aparcamento da totalidade de veículos (dos seus quadros) residentes.

Este problema obriga a abordagens diversificadas, como, entre outras, a reposição das capacidades em défice por cada uma das funções já instaladas e a reavaliação da componente estacionamento dos programas previstos, para que estes não venham a enfermar dos mesmos desequilíbrios funcionais que inevitavelmente se repercutem sobre os espaços públicos envolventes.

De resto, encontram-se previstas algumas iniciativas tendentes ao reforço da capacidade de estacionamento próprio, de que é exemplo o silo-auto pretendido (em articulação com as componentes hotel, comércio e serviços de apoio) pelo HSJ para o gaveto da Rua do Dr. António Bernardino de Almeida com a Rua do Dr. Plácido Costa.

Se parte das carências em estacionamento próprio poderão eventualmente ser supridas por estruturas similares de acesso misto ou de acesso público, será neste último tipo de facilidades que o sector urbano da Asprela revela as suas mais graves insuficiências.

De facto, não existem estruturas específicas destinadas ao aparcamento público (para além das baias da Rua do Dr. Plácido Costa e da Alameda Prof. Hernâni Monteiro), que, sem alternativas, se impõe informalmente ao longo dos arruamentos e restantes espaços não edificados.

No sentido do que já foi afirmado sobre o tema, propomos um conjunto de parques de estacionamento de acesso público (com formas de gestão singular ou integrada a definir oportunamente), estrategicamente localizados, e para cumprimento dos diversos objectivos inerentes ao ordenamento e articulação funcional de todo o sector urbano observado.

[cartograma ESTACIONAMENTO]

Pretende-se assim abarcar uma série de questões como a conveniência em retirar parte ou a totalidade do estacionamento actualmente existente em alguns arruamentos, ou os aspectos de articulação modal a assumir por algumas das estruturas propostas.

Recorde-se que praticamente todas as estruturas de aparcamento agora propostas são parte integrante de programas mais abrangentes que incluem a construção de espaços públicos (novas vias, praças, alamedas jardim urbano, etc.), a instalação de valências de

acompanhamento (como pequeno comércio e alguns serviços, por exemplo), ou a instalação de tratamentos ambientais e paisagísticos (estruturas de conforto como percursos cobertos, mobiliário urbano, cobertos arbóreos e arbustivos nomeadamente nas faixas rasantes à A3 e VCI, entre outros). Mais se observa a intenção em “sobrepor” a alguns parques de estacionamento outros motivos de interesse vivencial, igualmente a prever ao longo dos percursos de articulação daquelas facilidades com os equipamentos e estruturas que motivam a sua procura e localização específica.

As propostas adiante descritas na generalidade são pontualmente apontadas face aos demais temas com que a valência estacionamento automóvel se pretende concertada.

Vejam-se então alguns dos programas de estacionamento automóvel propostos [cartograma ESTACIONAMENTO]:

– Parque de estacionamento coberto a localizar em terrenos do IPO / LPCC, com acesso a parte da Rua do Dr. António Bernardino de Almeida ou a partir do novo arruamento proposto entre esta última Rua e a Rua de S. Tomé.

Propõe-se a articulação da componente estacionamento com outros programas que contribuam para o sentido cívico pretendido para aquele novo arruamento.

Os 200 veículos agora apontados constituem a capacidade mínima a assegurar como estacionamento público para cumprimento dos principais objectivos de natureza urbanística. Naturalmente que aquele valor poderá ser fortemente potenciado, para estacionamento público ou estacionamento próprio (IPO), pela construção de vários pisos subterrâneos ou outras soluções técnicas a estudar.

Aguarda-se assim a definição de um programa global para esta acção, que dimensione, com rigor, cada um dos seus componentes.

Refira-se ainda que o traçado e perfil do novo arruamento de serventia a esta acção contempla uma capacidade de estacionamento público (longitudinal) que poderá ascender aos 160 veículos, permitindo assim retirar o estacionamento actualmente existente no tramo norte da Rua do Dr. António Bernardino de Almeida, cujo perfil transversal será naturalmente reformulado para introdução do canal (próprio, de 6,50 m) destinado ao metropolitano ligeiro;

– Parque de estacionamento coberto a localizar a poente da Faculdade de Economia da UP e a norte do cemitério da JF de Paranhos, servido pela Rua do Dr. Roberto Frias.

Propõe-se a instalação do programa estacionamento no desvão de uma estrutura cuja cobertura, à cota da rua, se constitui como um novo espaço público de praça e belvedere sobre o Jardim central do Pólo Universitário.

O desnível do terreno permite considerar a instalação do parque de estacionamento semienterrado, com abertura a poente face ao jardim, frente ao longo da qual se poderá organizar um percurso coberto de peões, em porticado à cota baixa.

A plataforma da praça permitirá articular um conjunto de programas (instalações da FAP, apoios e outros) e percursos relevantes aos sistemas agora propostos como rede de espaços públicos.

Com uma capacidade estimada em 500 veículos, a sua localização estratégica supõe a remoção do estacionamento actualmente existente ao longo da Rua do Dr. Roberto Frias (cerca de 160 veículos), para reformulação do respectivo perfil. Esta estrutura poderá contribuir ainda para a resolução de parte dos problemas com que a Faculdade de Economia da UP e os equipamentos da Junta de Paranhos se deparam em matéria de estacionamento;

– Parque de estacionamento a executar junto à Rua de Leonardo Coimbra, e servido pela nova via, rasante à VCI, proposta para restabelecimento da malha urbana afectada.

Para uma versão em sub-solo, e integrando já os tratamentos ambientais propostos para esta área-limite, a estrutura em causa poderá atingir a capacidade de 250 veículos em regime de acesso público.

Refira-se que parte dos necessários terrenos são propriedades da CMP, o que permite desde já a implementação de uma pequena fracção do aproveitamento proposto, sendo que as restantes áreas arroladas ao programa se constituem no corredor *non-aedificandi* de protecção à Via de Cintura Interna.

Esta acção deverá ser naturalmente compatibilizada com os aproveitamentos imobiliários pretendidos para a área em questão;

– Parque de estacionamento rasante à VCI, junto ao nó desta via com a Rua de Faria Guimarães.

Esta estrutura que ocupa igualmente a faixa de protecção da VCI apoia-se em novo arruamento proposto entre a Rua do Ave (do Bairro de Paranhos) e a Rua do Dr. Manuel pereira da Silva, onde se insere junto ao edifício da Faculdade de Medicina Dentária.

Permitindo-se a ligações directas da VCI, o programa apontado constitui-se em grande medida como estrutura “park-and-ride”, pela relação que estabelece com a futura estação de Salgueiros do metropolitano, e sobretudo se vier a ser praticada, nesta estação, a interrupção das correspondentes frequências de exploração.

A área de estacionamento, estruturada entre a nova via proposta e o canal (em superfície) do metropolitano, integra-se em programa mais complexo que inclui duas novas praças em cada uma das suas extremidades, um percurso parcialmente coberto para peões, pista de bicicletas, um conjunto de programas complementares e de apoio, como quiosque, cafetaria e outros, assim como uma expressiva componente arbórea e demais programas de tratamento físico e ambiental. [planta CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS]

Na sua versão inteiramente em superfície, apresenta uma capacidade estimada em 780 veículos, valor este a potenciar, se for possível aceder, para os mesmos fins, ao aproveitamento de parte do desvão dos elementos estruturais (viaduto) do próprio nó rodoviário contíguo.

De resto, este parque de estacionamento servirá todo o sector sul do Pólo Universitário, participando no sistema de espaços públicos que se sucedem entre a estação de metropolitano de Salgueiros e a estação de metropolitano do jardim universitário (a localizar entre a futura Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e o CIBO / IPATIMUP).

Encontra-se previsto o acesso directo da VCI, por elemento do nó existente, sendo de transferir a organização das cargas de ingresso para corredor interno ao parque de estacionamento, e por forma a não prejudicar o funcionamento daquele nó rodoviário.

Admite-se a organização de parte da capacidade de estacionamento estimada, por solução alternativa integrada em eventual aproveitamento imobiliário dos terrenos situados entre a Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva e a VCI, situação que permitiria reforçar a componente arbórea e perfil da alameda proposta ao longo da estrutura em apreço.

– Parque de estacionamento subterrâneo, a organizar no desvão da nova praça da estação de metropolitano do jardim, entre o CIBO / IPATIMUP e a futura FPCE da Universidade do Porto, com uma capacidade estimada em 250 lugares;

– Parque de estacionamento a localizar junto ao nó da Areosa, da A3 com a EC, que, e uma vez articulado àquelas vias, poderá igualmente assumir parte das funções de “park-

and-ride” em conjugação com a futura estação de metropolitano do HSJ (terminal), ou ainda como reforço das capacidades de estacionamento oferecidas pelo IPP, e previstas para futura Faculdade de Engenharia da UP.

Devendo igualmente ser dotada de uma significativa componente arbórea, esta acção prevê ainda a reabilitação /renovação do bairro adjacente. Na correspondência a esta última preocupação, estima-se uma capacidade de 380 veículos para versão de estacionamento em superfície;

– Facilidades de estacionamento a organizar ao longo de algumas das ruas existentes e propostas, a avaliar face à (re)definição dos respectivos perfis e a assegurar em articulação funcional aos presumíveis destinos próximos.

Tendo já sido referidos alguns exemplos deste tipo, vejam-se ainda os arruamentos que ligarão a futura “Via Estruturante da Faculdade de Engenharia” e núcleo de matriz rural da Qt.<sup>a</sup> de Lamas, à Rua do Actor Ferreira da Silva. Para este sector (bolsa situada entre a Faculdade de Economia e o canal da A3) deverão ser previstas capacidades de estacionamento correspondentes às exigências dos programas de índole social previstos (duas residências de estudantes, duas grandes cantinas, serviços) e das demais funções desportivas e de animação propostas.

Ainda no que respeita ao tema “estacionamento”, encontram-se em estudo os termos de viabilidade e pertinência de aspectos como:

– Possibilidade em conjugar futuras facilidades de estacionamento dos utentes do jardim / parque central do Pólo Universitário, porventura com serventia a partir da Rua do Dr. António Bernardino de Almeida e da Rua da Asprela, com as áreas de estacionamento próprio da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, em sistema “de-fora-a-fora” (com formas de gestão autónoma ou conjunta).

Em alternativa, ou de forma conjugada, poderá ser estudada uma estrutura similar (contraponto) da acima proposta (enquanto praça / belvedere e estacionamento coberto) para a extrema nascente do jardim, junto à Rua de Roberto Frias;

– Possibilidade de articulação, igualmente em sistema “de-fora-a-fora”, dos parques de estacionamento adstritos à Faculdade de Medicina Dentária e ao CIBO / IPATIMUP, permitindo acompanhar o conjunto de tratamentos recorrentes propostos, onde se inclui um

percurso de peões e uma pista de bicicletas. Chama-se a atenção para a possibilidade de implementação do sistema pretendido; mesmo se a título de utilização especial, e sem prejuízo das obras levadas a cabo pelo CIBO / IPATIMUP, para tratamento dos seus espaços exteriores envolventes. Neste caso, trata-se fundamentalmente de concordâncias morfológicas, com relevo para as soluções ao nível das soleiras públicas;

– Possibilidade de construção de um parque de estacionamento subterrâneo que abarcasse algumas das áreas não arborizadas fronteiras ao HSJ (actualmente sobre ocupadas por estacionamento de superfície), ou mesmo da Alameda Prof. Hernâni Monteiro, programas eventualmente a ponderar em articulação com as valências de apoio à futura estação de metropolitano ligeiro. Para a Alameda do Prof. Hernâni Monteiro propõe-se, desde já, a localização de um parque de estacionamento subterrâneo com a capacidade de 200 lugares;

– Interesse em incluir uma componente expressiva de estacionamento no programa da nova Igreja de Paranhos, nomeadamente em articulação com a nova praça proposta em situação fronteira.

Por fim recomendam-se os seguintes procedimentos de consulta e articulação:

– Avaliação das carências e exigências específicas de cada um dos equipamentos existentes e previstos, no que respeita a “estacionamento próprio”, e enquadramento de eventuais medidas correctivas pontuais ou conjuntas.

Vejam-se, entre outros, os programas de índole social pretendidos pela UP;

– Definição de programas, sistemas e soluções de estacionamento público para todo o sector urbano observado, com relevo para as malhas a intervencionar por programas de renovação e/ou reabilitação urbana propostos.

São deste tema exemplos as áreas da Igreja de Paranhos / Bairro da Asprela, Bairro de Paranhos / Bairro do Outeiro, Bairro de S. Tomé / Bairro da Agra do Amial, entre outros;

– Avaliação das exigências específicas ao nível da gestão da rede e das capacidades que resultam do conjunto das estruturas já existentes, previstas e agora propostas na generalidade.



## **Metropolitano ligeiro**

A inserção urbana do traçado do metropolitano do Porto, assim como a localização das correspondentes estações e demais programas de acompanhamento, são aspectos fundamentais aos termos de estruturação urbanística da cidade e de cada uma das suas partes. Esta situação afigura-se de grande relevância para as áreas, como a do Pólo Universitário da Asprela, que se apresentam fisicamente desarticuladas da cidade tradicional, com sobrecargas funcionais, mas ainda não consolidadas.

Abarcando um vasto conjunto de questões que deverão ser equacionadas face a uma perspectiva global de intervenção e modelo urbanístico a reconhecer para o sector, foram estudadas diversas alternativas de traçado e tratamento do canal próprio a que o sistema se obriga. Tais soluções alternativas contemplaram o estudo de variantes inteiramente à superfície e parcialmente em túnel, galeria ou em trincheira.

A solução de referência que presidiu às primeiras fases do concurso promovido pela Empresa do Metro do Porto, SA, assim como as soluções alternativas estudadas, foram avaliadas e cotejadas face a um conjunto de referências elementares dos seguintes âmbitos:

### **Caracterização Geral**

Especificações gerais como as relativas à extensão da linha no sector da Asprela (entre a estação de Salgueiros, prevista para o local de atravessamento da VCI, e a estação terminal do HSJ), número e tipo de estações, ou ainda acerca dos correspondentes programas de acompanhamento e articulação.

### **Condicionamentos técnicos / Afectações decorrentes sobre as estruturas físicas existentes**

Exigências específicas e outras condições de inserção do sistema, decorrentes das peculiaridades do traçado em questão.

Identificação dos principais impactos de instalação e exploração do sistema.

### **Potencialidades urbanísticas**

Referência à capacidade em integrar ou desempenhar os objectivos urbanísticos gerais

pretendidos para a área observada, e que, no fundamental, se prendem com a implementação de alguns factores de centralidade urbana, assim como no que respeita a uma expressiva e significativa caracterização cívica e vivencial dos espaços públicos resultantes.

Será ainda de referir a importância da localização das paragens de cada um dos traçados cotejados, nomeadamente face às condições de articulação funcional com os equipamentos e demais programas já instalados ou previstos para a área em apreço.

### **Encargos de execução**

Estimativa orçamental do empreendimento, respeitante à instalação da via dupla, catenária, paragens, plataformas e demais estruturas necessárias à inserção do sistema na área do Pólo Universitário da Asprela.

A redução dos estudos desenvolvidos à solução agora proposta decorre do facto desta se constituir como a que manifestamente melhor interpreta os pressupostos de estruturação urbanística, articulação funcional e qualificação ambiental invocados para a área do Pólo Universitário, revelando-se, de resto, como uma interessante oportunidade de qualificação ambiental invocados para a área do Pólo Universitário, revelando-se, de resto, como uma interessante oportunidade de qualificação acrescida do espaço aberto central, entendido como rótula dos vários sistemas (espaços públicos e outros) existentes e preconizados.

Veja-se de seguida uma breve síntese comparativa entre o traçado de referência previsto [s.1.] e o traçado agora proposto [s.2.]. [Cartograma REDE DE METRO LIGEIRO]

– [s.1.] **Solução de Referência – Traçado**

**Sector da Asprela entre a estação de Salgueiros e a estação terminal**

**Caracterização geral**

Paragens (2 un.):	Pólo Universitário (Rua do Dr. Roberto Frias) HSJ (terminal)
Plataforma à superfície:	1.430 metros
Via dupla à superfície:	1.430 metros
Programas em articulação:	Park-and-ride (estação do HSJ), Parque de máquinas terminal

**Condicionamentos técnicos**

Afectações decorrentes sobre as estruturas físicas existentes.

- O tramo previsto entre as estações de Salgueiros e Pólo Universitário (Rua do Dr. Roberto Frias), com traçado de superfície, determina fortes estrangulamentos aos espaços públicos existentes junto ao cemitério da JF de Paranhos, obrigando a uma complexa solução de articulação, em rotunda, entre a Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva, Rua do Dr. Manuel Laranjeira, Rua do Actor Ferreira da Silva e Rua do Dr. Roberto Frias;
- A instalação da via dupla do metropolitano determina a remoção das árvores instaladas nos espaços públicos confrontantes ao cemitério da JF de Paranhos;
- Na Rua do Dr. Roberto Frias, o canal próprio do metropolitano é instalado com recurso a uma franja dos terrenos confrontantes de nascente.

**Potencialidades urbanísticas – síntese**

- O traçado de referência encontra-se polarizado face ao território do Pólo Universitário, estabelecendo boas serventias aos equipamentos e demais funções do respectivo sector nascente, como, e entre outras, a Faculdade de Economia, FCDEF, futura Faculdade de Engenharia e programas de acção social da UP, bastando para tal as duas estações previstas, e em detrimento de todo o sector poente (IPO; U. Portucalense, ISEP) que resulta assim deficientemente servido.

A estação do HSJ localiza-se a norte do IPP / ESSE, do lado nascente da Rua do Dr. Roberto Frias, sem oportunidade de assegurar uma ligação directa e apoiada ao hospital.

### **Encargos globais de execução**

802.110.000 escudos

### **– [s.2.] Solução Poente / Alternativa em Superfície – Traçado**

#### **Sector da Asprela entre a estação de Salgueiros e a estação terminal**

#### **Caracterização geral**

Paragens (3 un.):	Pólo Universitário (jardim) IPO HSJ (terminal)
Plataforma à superfície:	2.050 metros
Viaduto:	100 metros
Via dupla à superfície:	2.150 metros
Programas em articulação:	Park-and-ride (estação de Salgueiros) Park-and-ride (estação do HSJ) Praça central (estação do HSJ) Parque de máquinas terminal

### **Condicionamentos técnicos / Afectações decorrentes sobre estruturas físicas existentes**

- O traçado proposto determina uma reorientação da estação de Salgueiros;
- Prevê-se uma modelação pontual da faixa de terreno rasante à VCI, junto à estação de Salgueiros, para inserção da via, instalação da estrutura park-and-ride e instalação de tratamentos paisagísticos, entre outros programas propostos;
- No espaço central localizado entre a FPCE e o CIBO / IPATIMUP, o traçado da via aproveita as condições morfológicas do terreno para se manter de nível. De resto, esta solução mantém um traçado com pendentes insignificantes, pela presença de um pequeno viaduto (sobre a água) localizado entre a estação do Pólo Universitário / Jardim e a inserção do canal na Rua do Dr. António Bernardino de Almeida;
- Reformulação dos perfis da Rua do Dr. António Bernardino de Almeida e da Alameda do Prof. Hernâni Monteiro, para inserção do canal de via dupla em superfície;
- O corredor existente entre o imóvel da Faculdade de Medicina Dentária e as residências de estudantes da Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva (38,50 m entre muros e 74,00 m entre fachadas), apresenta um perfil favorável à implementação do sistema de espaços públicos e tratamentos propostos.

### **Potencialidades urbanísticas – síntese**

- Este traçado revela-se o mais equilibrado quanto à cobertura do território-alvo, dada a sua centralidade e condições de boa serventia aos maiores equipamentos instalados (IPO e HSJ), para o que contribuem as localizações fronteiras das correspondentes estações;
- Todo o traçado de superfície, e especialmente os tramos definidos entre as estações de Salgueiros e do IPO, apresenta capacidades indutoras de parâmetros ambientais bem qualificados, sendo que todas as estações revelam capacidades em contribuir directamente para a introdução de um conjunto significativo de factores de centralidade urbana. Face a este último aspecto, a localização da estação do Pólo Universitário / Jardim contribui para o sentido da correspondente praça central, enquanto estrutura de articulação entre os vários equipamentos envolventes.

### **Encargos globais de execução**

231.550.000 escudos

**REDE DE METRO LIGEIRO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO**

**Linha Stº Ovídio – Hospital S. João/ Sector do Pólo II à Asprela**

**Encargos de execução – Quadro Comparativo**

	<u>Quantidade</u>	<u>Preço unitário</u>	<u>Total (KPTE)</u>
<b><u>Solução de Referência</u></b>			
Comprimento do traçado: 1430 m			
PARAGENS	2 Un.	60.000 c/Un.	120 000
PLATAFORMA À SUPERFÍCIE	1.430 m	300.000 c/ Km	429 000
VIA DUPLA À SUPERFÍCIE	1.430 m	120.000 c/ Km	171 600
CATENÁRIA	1.430 m	57.000 c/ Km	81 510
			<b>802 110</b>

**Alternativa Pólo Universitário**

Comprimento do traçado: 2150 m

**Solução 2.1 – Em superfície**

PARAGENS	3 Un.	60.000 c/ Un	180 000
PLATAFORMA À SUPERFÍCIE	2.050 m	300.000 c/ Km	615 000
VIADUTO	100 m	560.000 c/ Km	56 000
VIA DUPLA À SUPERFÍCIE	2.150 m	120.000 c/ Km	258 000
CATENÁRIA	2.150 m	57.000 c/ Km	122 550
			<b>1 231 550</b>

O traçado proposto para o metropolitano encontra-se pontualmente descrito, nos seus aspectos gerais de inserção urbana e articulação aos demais programas de intervenção, no âmbito dos diversos temas tratados, nomeadamente face ao estacionamento e à rede de espaços públicos em que participa.

De qualquer modo, observem-se as seguintes especificações propostas para o traçado do metropolitano na área do Pólo Universitário da Asprela [Carta de Objectivos Comuns]:

### **Tramo definido entre a estação de Salgueiros e a estação do Pólo Universitário / Jardim.**

Entre a estação de Salgueiros (subterrânea, sob a VCI) e Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva, o traçado integra um sistema composto por novas vias, parque de estacionamento (park-and-ride e para serventia do sector sul do Pólo), percursos de peões e outras estruturas de apoio.

Para todo este sector, prevê-se que o canal venha a ser acompanhado de um renque de árvores de fuste alinhado, que se estabelece na orla do coberto arbóreo de tratamento ambiental do parque de estacionamento e na sequência das cortinas rasantes à VCI, sendo ainda parte integrante dos tratamentos da alameda situada mais a norte, entre a Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva e o futuro Jardim do Pólo Universitário.

### **Tramo definido entre a estação do Pólo Universitário / Jardim e a estação do IPO**

O traçado proposto aproveita as condições do relevo natural para organizar a estação situada no espaço aberto existente entre a futura Fac. De Psicologia e Ciências de Educação e o CIBO / IPATIMUP, em plataforma sobranceira ao jardim naturalizado e espelho de água previstos. Para evitar pendentes desnecessárias e para ultrapassar o referido espelho de água, encontra-se previsto um pequeno viaduto entre a referida estação e a Rua do Dr. António Bernardino de Almeida (lado nascente).

O perfil transversal desta rua será naturalmente revisto para inserção do canal, com 6,50 m de largura, em situação rasante à confrontação com os terrenos do HSJ.

A estação do IPO será localizada na contiguidade do gaveto norte da Rua do Dr. Bernardino de Almeida com a Rua do Dr. Plácido Costa.

### **Tramo definido entre a estação do IPO e a estação do HSJ**

Tal como para a Rua do Dr. António Bernardino de Almeida, o perfil da Alameda do Dr. Hernâni Monteiro será igualmente reformulado para inserção do canal de metropolitano e implantação da estação do HSJ. Prevê-se a localização desta estação terminal na contiguidade do gaveto poente entre aquela Alameda e a Rua do Dr. Roberto Frias.

De resto, a via, já depois da estação terminal, atravessa a Rua do Roberto Frias e prolonga-

se por uma faixa de terreno do IPP em direcção ao parque de manutenção, a localizar a norte da Estrada da Circunvalação.

Por último, recomendam-se os seguintes procedimentos de consulta e articulação:

– Para a situação da estação terminal, propõe-se o enquadramento de alternativas à estrutura de *park-and-ride* prevista junto ao nó da Areosa da A3 (com a Estrada da Circunvalação), estudando, nomeadamente, a hipótese de construção de um parque de estacionamento subterrâneo, ao longo da Alameda do Prof. Hernâni Monteiro, em situação de maior proximidade à futura estação do HSJ, e em articulação com alguns programas de centralidade urbana, à semelhança dos pretendidos para a área da estação do IPO.

Refira-se ainda que, para a área envolvente ao nó da Areosa, é proposta uma acção de renovação /reabilitação urbana, a par de alguma da capacidade de estacionamento prevista pela solução inicial de referência. Sendo ainda de propor o completamento do nó rodoviário, esta área revela-se, de resto, como uma das possíveis serventias, por norte, à futura Faculdade de Engenharia e Institutos a instalar.

Sendo que para o gaveto (norte) da Rua do Dr. António Bernardino de Almeida com a Rua do Dr. Plácido Costa se prevê um aproveitamento imobiliário de apoio ao HSJ (hotelaria, pequeno comércio, serviços, estacionamento próprio), serão porventura de estudar formas adequadas de articulação entre aquele programa e a contígua estação de metro, nomeadamente no que respeita à organização de alguns factores de centralidade urbana (restauração, agências bancárias e de telecomunicações, pequeno comércio, serviços, etc.) a dotar de serventias urbanísticas próprias, directamente articuladas ao espaço público.

A versão proposta para o traçado da linha de metro na área urbana da Asprela, tal como formulada pelos Elementos Prévios, terá já integrado, nos seus aspectos fundamentais, os termos de referência da última fase do concurso de adjudicação da empreitada.

A rede de metro, sendo inteiramente em superfície para o sector urbano observado, participa em sistemas espaciais mais ou menos complexos, que obrigam a enquadramentos operativos específicos.

Neste sentido, importa esclarecer as formas de articulação entre as várias entidades



envolvidas, nomeadamente na execução das praças propostas junto às novas estações de metro, respectivas infra-estruturas e programas de apoio como estacionamento, pequeno comércio e serviços, entre outros.

Ou ainda no que respeita aos tratamentos urbanísticos previstos e propostos para inserção do canal próprio a que a rede se habilita, e que naturalmente obriga à reformulação ou ajuste de perfis e infra-estruturas. Refira-se, em síntese, as principais estruturas e acções que importam à inserção urbanística da rede de metropolitano ligeiro na área do Pólo Universitário da Asprela:

- Reformulação dos perfis transversais da Rua do Dr. António Bernardino de Almeida e Alameda do Dr. Hernâni Monteiro;
- Novas praças propostas em articulação às estações de Salgueiros e do Jardim;
- Estruturas de “park-and-ride” articulada com a estação de Salgueiros, e parques de estacionamento subterrâneos à praça da estação do Jardim e estação terminal do HSJ;
- Estruturas especiais de conforto para as áreas das estações, assim como no que respeita a programas de pequeno comércio e serviços de apoio.

## **ESPAÇOS PÚBLICOS**

### **Rede dos espaços públicos**

São propostas diversas acções tendentes à afirmação de sistemas espaciais de utilização colectiva, em articulação com os programas já existentes ou previstos.

Sendo que cerca de 30% da população de Paranhos se desloca a pé, e verificando a concentração e polarização espacial de programas como, e entre outros, as cantinas e residências de estudantes, cuja distância aos equipamentos de ensino dispensa o recurso a transporte próprio ou colectivo, conclui-se pela grande importância dos espaços pedestrenizados recorrentes, assim como pela pertinência das pistas de bicicletas propostas. Observe-se, no mesmo sentido, a importância dos espaços colectivos como estruturas de acolhimento e distribuição dos utentes do sector urbano em causa.

Os programas de estruturação urbanística e qualificação ambiental apontados reconhecem os seguintes sistemas de espaços urbanos de utilização colectiva, constituídos pela concertação de elementos e estruturas espaciais existentes, previstas e propostas. [cartograma SISTEMA DE ESPAÇOS PÚBLICOS]

Trata-se de um conjunto de espaços urbanos sequenciais, com formas e tratamentos diversificados, apoiados em percursos recorrentes de ligação entre os vários sectores e programas que compõem o Pólo Universitário.

### **Eixo sul / norte**

O eixo estabelecido entre a prevista estação de metro de Salgueiros e o Jardim do Pólo Universitário revela dois desenvolvimentos principais, a sul e a norte da Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva (junto à Faculdade de Medicina Dentária). [planta CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS]

A sul daquele arruamento propõe-se um sistema complexo, composto por novos arruamentos, canal do metropolitano, alameda e percurso parcialmente coberto para peões, pista de bicicletas, parque de estacionamento e um conjunto de programas complementares e de apoio, como quiosque, cafetaria e outros. Recorde-se que confluem aqui vários programas de tratamento físico e ambiental, como os cobertos arbóreos do parque de

estacionamento, cortina rasante à VCI, renques longitudinais, entre outros.

Este sistema é rematado por duas praças – a praça de acesso à estação de metro de Salgueiros e a que se situa na frente sul da Rua do Dr. Manuel Pereira da Silva. De resto, para a frente norte daquele arruamento propõe-se, em contraponto, a localização da praça de entrada no Pólo.

A este último espaço urbano sucede-se um conjunto de espaços públicos a definir por várias ordens formais – praça de entrada no Pólo e subseqüentes alameda, jardim formal naturalizado.

A praça da estação de metro e o jardim central do Pólo Universitário constituem-se como espaços de confluência dos sistemas estruturantes apontados. [planta EXEMPLO DE SOLUÇÕES A DESENVOLVER]

### **Eixo nascente /poente**

O eixo transversal nascente / poente é constituído pela alameda da via estruturante, praça fronteira à FEP, praça da estação de metro do Jardim e conjunto de ligações a poente, por articulação à malha estruturada pela Rua do Dr. António Bernardino de Almeida e Rua de S. Tomé.

A nascente da Rua do Dr. Roberto Frias encontra-se ainda um conjunto de espaços urbanos estruturados pela Rua do Dr. Júlio de Matos (confrontante, a norte, com a Faculdade de Economia), como os que integram o pequeno núcleo de matriz rural existente.

Para este sector encontram-se previstos vários equipamentos e serviços de índole social da UP, assim como um conjunto de programas de acompanhamento agora propostos, com exigências específicas quanto aos necessários espaços públicos.

A praça proposta em posição fronteira à Faculdade de Economia, pretende dar seqüência espacial, para poente, dos percursos (peões e bicicletas) correspondentes à Rua do Dr. Júlio de Matos e dos que acompanham a futura “via estruturante da Faculdade de Engenharia”.

De resto, os percursos pretendidos articulam-se sucessivamente com o CIBO / IPATIMUP, terreiro da estação de metro, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, prolongando-se ainda a nascente por estruturas similares existentes ou propostas no interior das malhas estruturadas pelas Ruas do Dr. António Bernardino de Almeida e do Coronel Almeida Valente, entre outras. Com forte sentido morfológico decorrente de aspectos

como a modelação do próprio suporte físico, este eixo articula-se com o anterior (norte / sul na área do terreiro da futura estação de metro designada como Pólo Universitário / Jardim.

Em articulação com os sistemas referidos, os elementos do traçado viário, e nomeadamente as vias de servidão local (existentes, previstas e propostas), completam rede de espaços públicos da área observada.

As reformulações propostas para os perfis transversais de muitos dos arruamentos existentes, para além da introdução de novas valências (corredores viários específicos, canal do metro, pista de bicicletas, entre outros), da instalação de mobiliário urbano e de tratamentos ambientais diversos procuram beneficiar os percursos de peões periféricos que se articulam e complementam aos eixos acima descritos na generalidade. [PERFIS]

Cabe ainda que uma referência para as acções de renovação /reabilitação propostas para algumas das malhas em presença, e no que respeita à importância das vertentes projectivas de estruturação e qualificação dos correspondentes espaços públicos.

## **VALORES**

### **Valores significantes em presença**

Encontram-se em curso as tarefas de identificação de um conjunto de estruturas e elementos significantes a integrar pelos programas e de soluções de intervenção a implementar na área do Pólo Universitário da Asprela.

Tais estruturas e elementos, de natureza diversa, poderão ou deverão integrar os programas de intervenção a implementar, enquanto factores de alguma forma concorrentes à respectiva contextualização física e inserção urbana. São assim entendidos, sobretudo, aos seguintes níveis:

- Como factores de reconhecimento morfológico, tipológico e formal do lugar da intervenção;
- Como factores de enquadramento das estratégias de intervenção invocadas, nomeadamente no que concerne ao reconhecimento dos correspondentes contextos físicos e temáticos;

– Como factores de avaliação das soluções adoptadas.

Trata-se sobretudo da definição da forma dos necessários estudos de arquitectura destinados à construção dos espaços de utilização pública, de como tais instrumentos reconhecem o lugar a modificar.

Vejam-se, apenas como exemplo, e entre outros, os seguintes significantes a incorporar pela intervenção urbanística na área do Pólo Universitário da Asprela:

– A morfologia do terreno natural é factor relevante ao entendimento quer de programas quer das correspondentes soluções tipológicas. Será o caso do programa de jardim, definido por aproveitamento do relevo e explorando o tema da água. Ou dos programas propostos ao longo do percurso nascente / poente sobranceiro àquele jardim, como o terreiro da estação de metro, anfiteatro ao ar livre e outros.

Pretende-se sobretudo a clareza tipológica das soluções a desenvolver, de que é exemplo favorável a implantação do imóvel do CIBO / IPATIMUP, articulado a duas cotas – cota alta de serventia e percursos recorrentes e cota baixa do jardim naturalizado e percursos de utilização lúdica predominante.

Este mesmo princípio é utilizado para assentamento do programa destinado à FAP, correspondendo a cota alta, ao nível da Rua do Dr. Roberto Frias, á nova praça proposta igualmente em posição sobranceira ao jardim.

Recorde-se que o desvão edificado desta praça destina-se a um parque de estacionamento, sendo que o contacto com o jardim poderá assumir a forma de belvedere à cota da praça e percurso coberto de peões, em porticado, à cota natural do terreno;

– Percursos relevantes, de matriz rural ou com inerentes interesses locativos, cujo traçado, estruturas confrontantes (muros, etc.) ou outros elementos em presença se conjugam com objectivos de intervenção definidos na generalidade. Como exemplo refiram-se as interessantes potencialidades ambientais de serventias como a Travessa de Cortes e outras com que se articula, nomeadamente como percursos de ligação entre a actual e a futura Igreja de Paranhos.

Ou no que se refere ao conjunto de estruturas do pequeno núcleo adjacente à Faculdade de Economia. De resto, recorde-se a conclusão do processo de classificação de algumas das estruturas da Qta. de Lamas, de interesse patrimonial, enquadradas pela intervenção da

Faculdade de Engenharia;

– Ainda como exemplo, refira-se que este tipo de referências, igualmente pelo seu inerente sentido fundiário, poderão vir a revelar-se pertinentes aos critérios e soluções de estruturação urbanística de áreas como a que se situa a norte do campo de futebol do Outeiro, na Areosa.

## **PROCEDIMENTOS**

### **Procedimentos operativos propostos**

Na sequência do presente trabalho, recomendam-se os seguintes procedimentos necessários ao enquadramento técnico e operativo dos programas propostos:

- a) Elaboração de um conjunto de estudos técnicos necessários ao desenvolvimento das acções de estruturação urbanística e de qualificação ambiental constantes da Carta de Objectivos Comuns e demais documentos produzidos no decurso da fase de trabalho agora vencida.

Trata-se do desenvolvimento de um conjunto diversificado de aproximações projectivas, a várias escalas de resolução estabelecidas, desde o reconhecimento conjunto do sector urbano da Asprela e respectivo enquadramento face à cidade e à região até à representação detalhada de cada uma das suas componentes estruturantes.

Os trabalhos de coordenação desenvolvidos estabelecem a estrutura programática preliminar dos estudos a elaborar enquanto instrumento de gestão e instrumento de efectiva actuação urbanística.

Como instrumento de gestão, e para efeitos de instrução processual dos estudos em apreço, admite-se a adopção da figura do Plano de Urbanização.

Como instrumento de actuação urbanística, integra todos os elementos técnicos necessários à implementação das acções estruturantes definidas em plano geral, com relevo para as que respeitam aos espaços públicos de utilização colectiva.

O projecto de espaços públicos será, efectivamente, a vertente temática que melhor interpreta o tempo e estado actual da intervenção urbanística na área da Asprela.

As tarefas a desenvolver deverão verificar uma forte articulação com a autarquia, junto à

gestão urbanística e serviços técnicos com trabalho relevante já produzido, nomeadamente no que respeita à concepção de um modelo urbanístico para o sector da Asprela.

- b) Desenvolvimento de projectos de execução das principais acções sobre a rede viária e elementos da macroestrutura existentes, de que é exemplo o estudo em curso para a designada Via Estruturante e arruamentos envolventes.
- c) Desenvolvimento dos termos de referência – programas e cadernos de encargos de eventuais concursos pretendidos pelas entidades interventoras na área do Pólo Universitário da Asprela e áreas de enquadramento envolventes.

Os referidos concursos poderão ser estabelecidos por modalidades diversificadas, na correspondência aos objectivos e programas a que respeitam, agregando ou não as componentes concepção, execução e concessão.

Encontram-se de momento em preparação os processos relativos aos seguintes concursos:

– Concurso público para concessão de espaços, a promover pela UP, para a área central do Pólo Universitário.

Do programa constam a execução do jardim central, dos espaços de praça, da alameda e demais tratamentos preconizados, assim como a exploração das áreas comerciais, de serviços e destinadas a estacionamento automóvel de acesso público.

Sendo que no interior daquela área deverão ser reservadas zonas para implantação das estruturas que verificam processos sem cabimento no concurso em questão, como as pretendidas pela FAP, ou para inserção do canal de metro, entre outras, será necessário garantir os termos da respectiva concertação técnica e processual;

– Concurso de ideias destinado a jovens arquitectos, a promover pela FAP, para concepção das instalações igualmente pretendidas para a área central /jardim do Pólo Universitário.

– Aguardam-se decisões acerca do concurso levado a efeito pela empresa Metro do Porto, SA, para seguimento das tarefas de concertação de processos, situação conveniente à compatibilização de empreitadas autónomas, embora contíguas e concorrentes aos mesmos objectivos de estruturação urbanística.







Sistema Viário



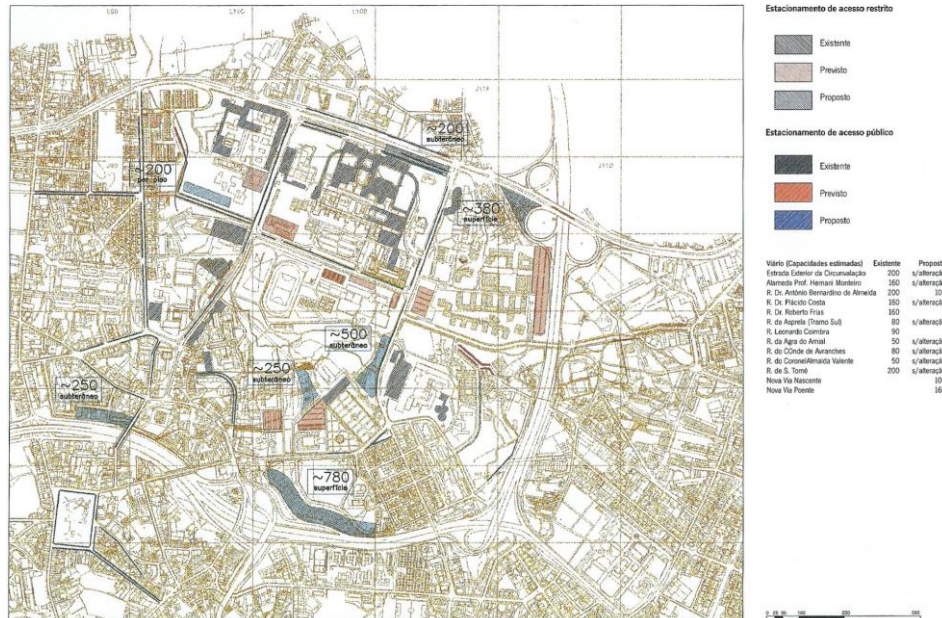
[B157] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Sistema Viário.  
[PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]

Alargamento e rectificação de arruamentos - JAE



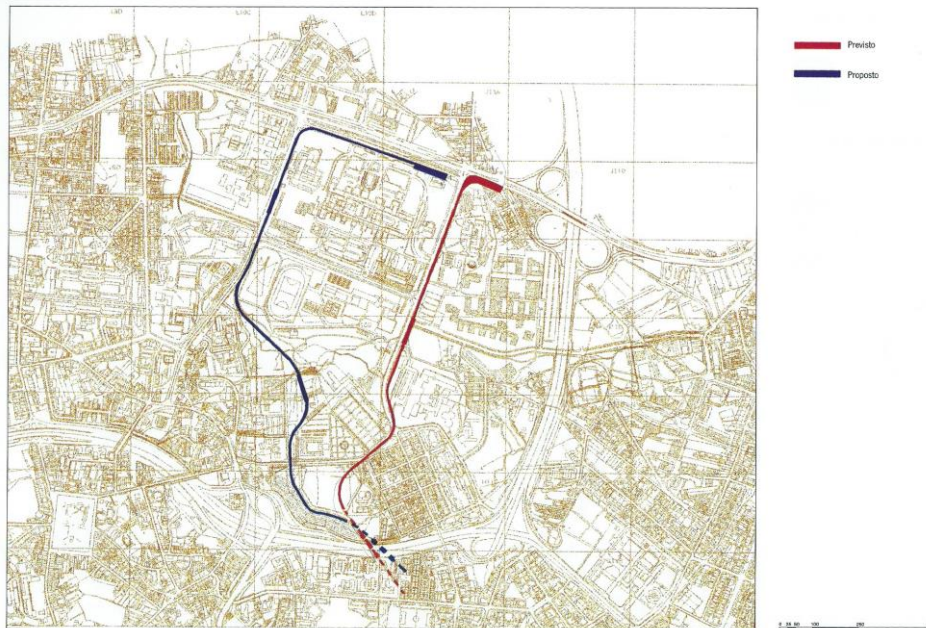
[B158] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns),  
Alargamento e Rectificação de Arruamentos.  
[PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]

**Estacionamento**

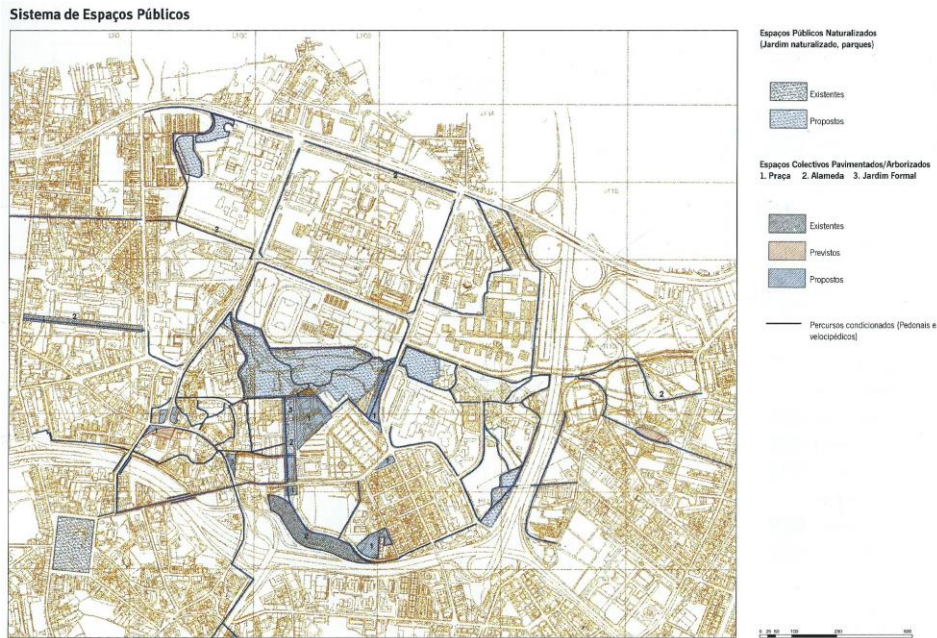


[B159] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Estacionamento Existente, Previsto e Proposto. [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]

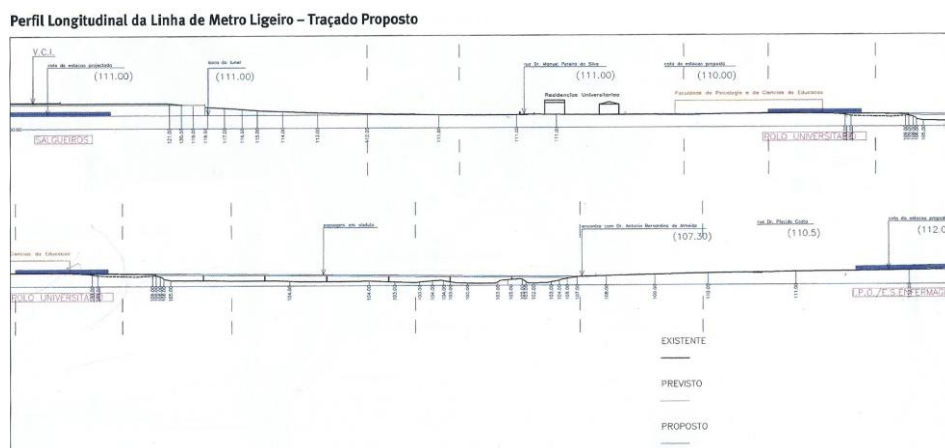
**Rede de Metro Ligeiro**



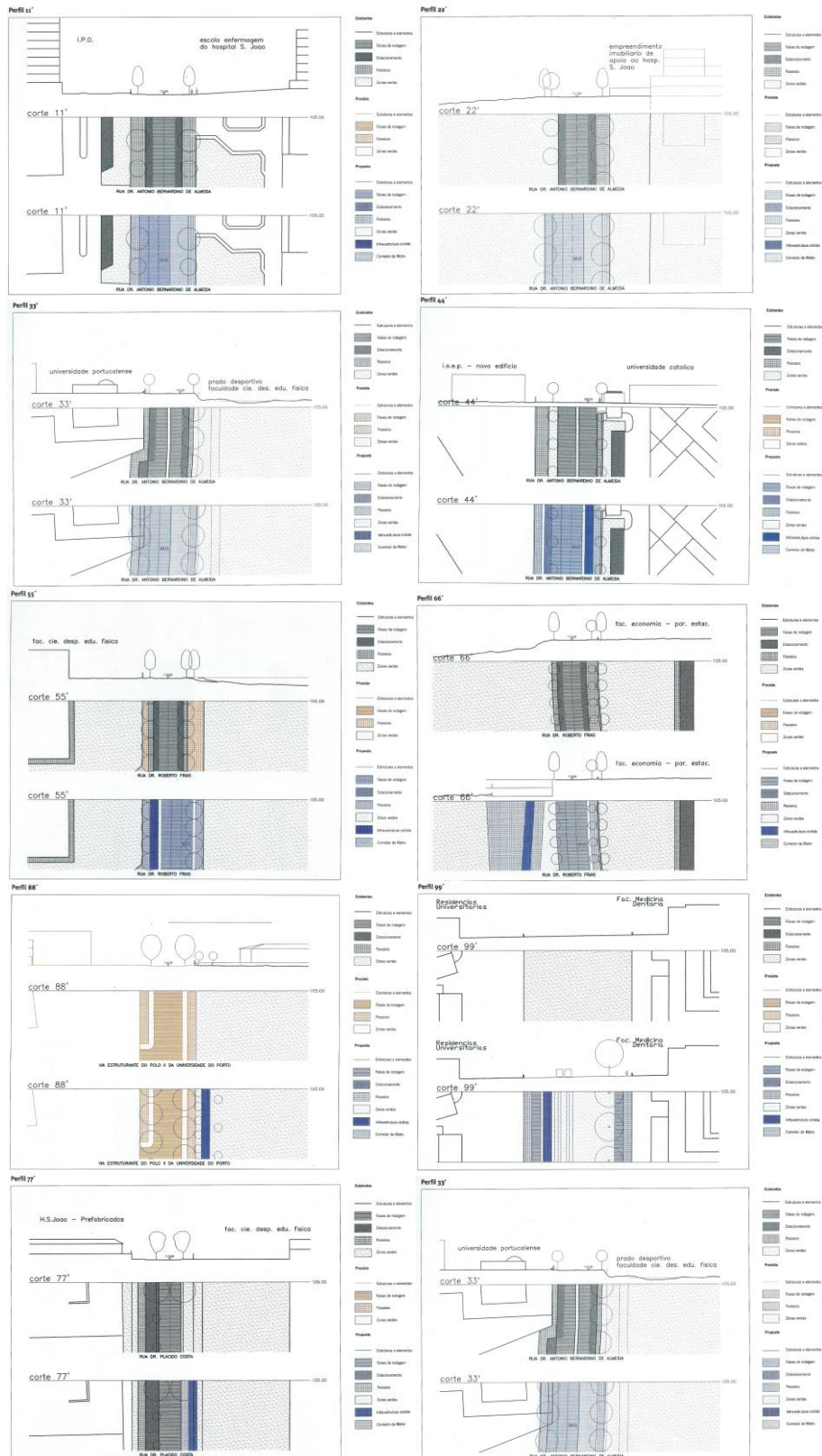
[B160] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Rede de Metro Ligeiro, Traçado Previsto e Traçado Proposto. [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]



[B161] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Sistema de Espaços Públicos Existentes e Propostos. [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]

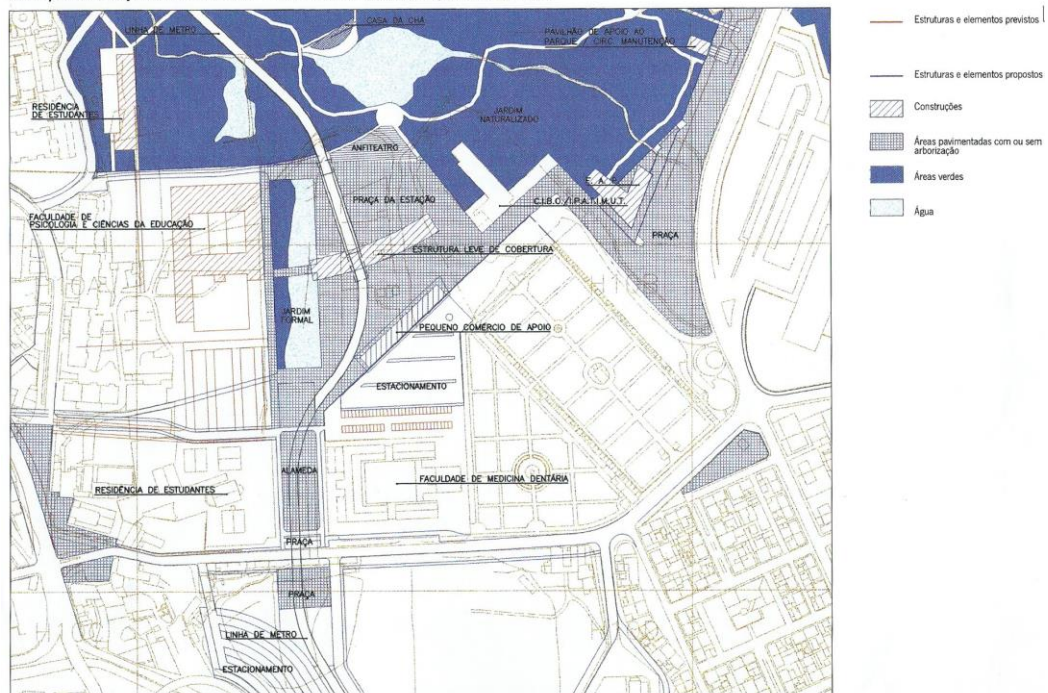


[B162] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Perfil Longitudinal da Linha de Metro Ligeiro – Traçado Proposto. [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]



[B163] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Perfis Existentes e Propostos [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]

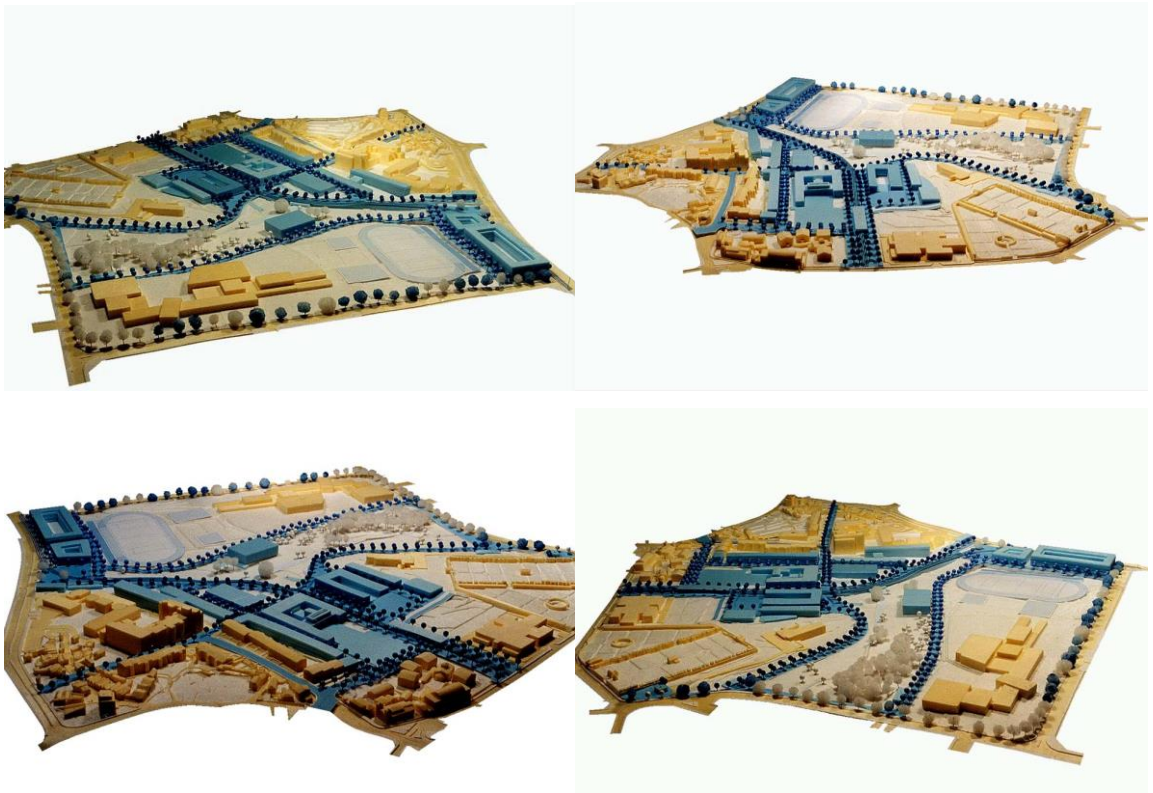
Exemplo de soluções a desenvolver • Extracto da Carta de Objectivos Comuns



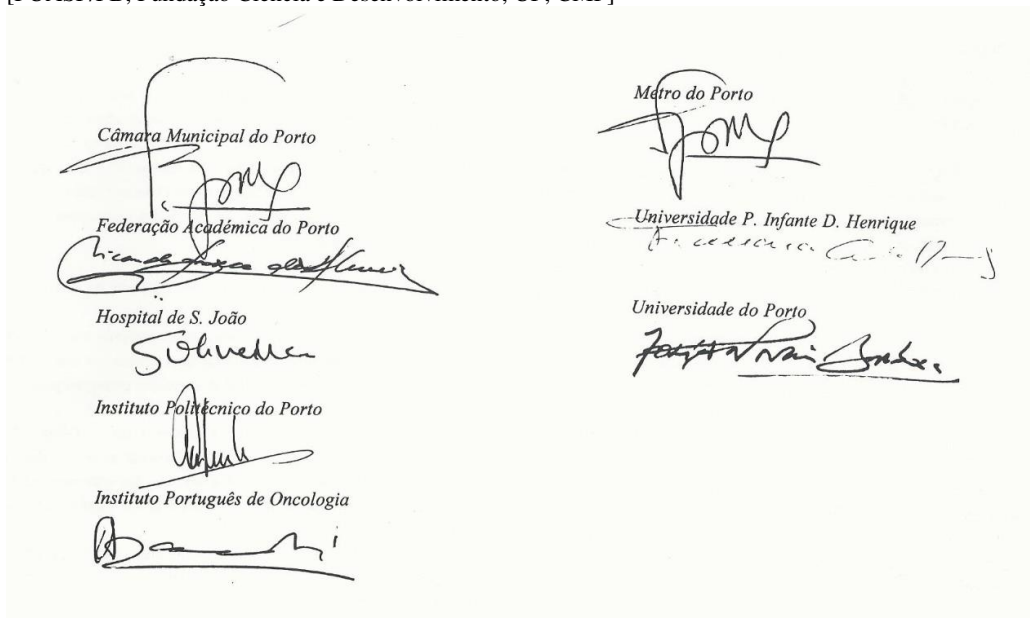
[B164] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Exemplo de Soluções a Desenvolver, Extracto da Carta de Objectivos Comuns.  
 [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]

Índice	Índice das peças gráficas
1. Introdução	21
2. Breve nota metodológica	23
2.1. Enquadramento técnico-disciplinar	23
2.2. Elementos para a definição de um modelo urbanístico	24
3. Enquadramento urbanístico	27
3.1. Instrumentos existentes, afectações e limites do Pólo Universitário	27
3.2. Estrutura da propriedade	29
3.3. Estrutura funcional	30
4. Estrutura viária	35
5. Circulação e transportes	41
6. Estacionamento	43
7. Metropolitano ligeiro	49
8. Rede de espaços públicos	55
9. Valores significantes em presença	57
10. Procedimentos operativos propostos	59
11. Cartogramas	61
	21
	23
	24
	27
	27
	29
	30
	35
	41
	43
	49
	55
	57
	59
	61
	63
	65
	67
	69
	71
	73
	75
	77
	79
	81
	83
	85
	87
	89
	91
	93
	95
	97
	99
	101
	Carta de Objectivos Comuns

[B165] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base, (Carta de Objectivos Comuns), Forma do Projecto  
 [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]



[B166] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), Fotografias de Modelo de Trabalho. [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]



[B167] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]

**Carta de Objectivos Comuns – 1999**

*Contexto*

Estrutura Urbana  
Propriedade  
(...)

*Entidades envolvidas*

CMP  
JFP  
UP (...)  
IPP  
UC  
UPortucalense  
HSJ (...)  
IPO  
IPATIMUP  
JAE

*dinâmicas*

MP – 1ª fase  
FEUP  
JAE

*Estudos de apoio*

Mobilidade  
Infraestruturas

[B168] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), CARTA DE OBJECTIVOS COMUNS – forma do projecto [PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP]





**PROJECTO URBANO DA ÁREA CENTRAL DA ASPRELA**

***PROGRAMA BASE***

RUI MEALHA, 2000

Em Janeiro de 2000 foi entregue a primeira versão do Programa Base do Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, elaborado com base no Programa Preliminar (Carta de Objectivos Comuns), após intenso debate e reflexão crítica, e com a seguinte estrutura:

## ***PROJECTO DA ÁREA CENTRAL DO PÓLO II DA UNIVERSIDADE DO PORTO***

### **PROGRAMA BASE**

#### **1. Introdução**

#### **2. Objectivos e Critérios Gerais de Intervenção**

- 2.1. Considerações Gerais
- 2.2. A Perspectiva Urbanística e a Expressão Relacional  
Dimensão  
A Afecção Urbanística  
Escala de Relação e Centralidade
- 2.3. A Área de Intervenção e os Componentes Agregadores do Projecto  
Componente Ciência e Tecnologia  
Componente Lúdica e Cultural – A Universidade e a Cidade
- 2.4. Condições de Inovação
- 2.5. Notas Para a Definição de Um Modelo Urbanístico

#### **3. Programa de Estruturação Urbanística (Programa Base – Solução Proposta)**

- 3.1. Os Grandes Sistemas Espaciais
- 3.2. Estrutura Viária
- 3.3. Metro Ligeiro
- 3.4. Alameda Central [A]
- 3.5. Parque da Asprela [B]
- 3.6. Praça do Pólo Universitário [1]
- 3.7. Edifício de Comércio e Serviços [3]
- 3.8. Residência de Estudantes, Cantina e Serviços [4]
- 3.9. Complexo da FAP [5]
- 3.10. Pavilhão de Representação [6]
- 3.11. Espaço de Ciência e Tecnologia [7]
- 3.12. Edifício de Habitação – Bloco Sul [8]
- 3.13. Alojamento, Comércio e Serviços [9]
- 3.14. Pavilhão de Serviços [10]
- 3.15. Piscina Coberta [13]  
Restaurante / Cafeteria / Serviços Comuns [14]  
Jardim de Inverno [15]
- 3.16. Pavilhões de Apoio [16]
- 3.17. Quadro Síntese

#### 4. Notas Para Um Programa de Estruturação Paisagística

- 4.1. Introdução e Objectivos
- 4.2. Desenho dos Espaços Colectivos
- 4.3. O Parque da Asprela – Principais Tipologias de Intervenção Paisagística
  - Zona de Conservação da Natureza
  - Maciços Arbóreo-Arbustivos de Estruturação Espacial, Habitat e Enquadramento
  - Prados Semi-Espontâneos
  - Elementos de Água
  - Caminhos do Parque
  - Esplanadas e Zonas de Estadia
  - Zonas de Recreio Infantil e Juvenil
  - Ruas Arborizadas
  - Praças / Zonas Pavimentadas e Arborizadas

#### 5. Procedimentos de Articulação

(anexo/desdobrável)

*peças gráficas*

[desenho 1a.]	<b>Planta de Síntese</b>	esc. de 1/2000
[desenho 1b.]	<b>Planta de Trabalho</b>	esc. de 1/2000
[desenho 2. ]	<b>Perfis</b>	esc. de 1/1000
[desenho 3. ]	<b>Perfis</b>	esc. de 1/1000, de 1/500, e de 1/200

## 1. Introdução

Apresenta-se, de seguida, algumas considerações de síntese do *Programa Base* de intervenção para *Área Central do Pólo II da Universidade do Porto*.

No *Programa Base* de intervenção para *Área Central do Pólo II da Universidade do Porto* foram tomados em consideração os termos de caracterização urbanística constantes do *Programa Preliminar de Intervenção Urbanística*, que constitui o principal documento de enquadramento do processo que teve início com a referida fase de trabalho, a par do documento orientador elaborado pela Reitoria da Universidade do Porto (*Primeira Abordagem de um Programa Preliminar*).

Consideramos assim que o referido Programa Preliminar estabeleceu as principais exigências de enquadramento e articulação geral face à cidade, por reconhecimento dos grandes sistemas recorrentes que presidiram à concepção formal e espacialização da intervenção urbanística.

O modelo urbanístico de referência foi então definido por reconhecimento do lugar urbano intervencionado, em todas as suas componentes social, física, funcional e ambiental.

O *Programa Base* procurou uma concreção morfológica dos sistemas e estruturas cujo enquadramento lhe foi cometido, como forma de abordagem de maior fertilidade disciplinar, pese embora os níveis de incerteza que ainda subsistem quanto a alguns dos seus componentes.

Esta metodologia, para além de beneficiar a comunicação da estratégia geral de intervenção, permite ainda testar aspectos específicos inerentes à figuração e representação dos diversos componentes do programa.

## 2. Objectivos e Critérios Gerais de Intervenção

### 2.1. Considerações Gerais

#### *Asprela – A Universidade e a Cidade*<sup>24</sup>

A Universidade do Porto (UP) é uma instituição que envolve, de uma forma directa, mais de 28000 pessoas, 24000 dos quais discentes, repartidas por três núcleos fundamentais (Pólos I, II e III), núcleos esses que ocupam cerca de 150 hectares do concelho do Porto. De acordo com o «Guia de Desenvolvimento Estratégico da Universidade do Porto, 2000-2004», esta dimensão deverá aumentar para valores superiores a 35000 pessoas, consubstanciando um crescimento extraordinário em pouco mais de duas décadas, em discentes, docentes e funcionários.

Na tentativa de corresponder ao aumento registado, a UP desenvolveu um notável esforço na construção de novos edifícios para uma parte significativa das Faculdades que a integram, essencialmente as que ocupavam ainda localizações mais centrais, reforçando a importância dos Pólos II e III. Esta opção que decorre, designadamente, das dificuldades de ampliação física dos equipamentos implantados em áreas urbanas de expansão oitocentista (que, apesar de dimensionadas para um número de alunos bastante inferior ao actual, foram absorvendo o crescimento do sistema), contribuiu também, num outro plano, para algum esvaziamento do centro da cidade, prosseguindo os efeitos das migrações centrífugas da residência e de alguns tipos de serviços, bem como o aparecimento de áreas monofuncionais peri-centrais e periféricas.

O crescimento do Pólo II e a implementação de um projecto urbano para a Asprela, com o intuito de planear a última fase de estruturação/ocupação da área, e tentar mitigar e corrigir os problemas funcionais e ambientais pendentes, consagra, também, uma nova atitude. Para além de reflectir preocupações com o aumento dos utentes e da área ocupada, incorpora princípios que exprimem tentativas de melhorar o relacionamento com a cidade,

---

<sup>24</sup> Contributo de MARTINS, Luís Paulo Saldanha, 2000, *A Universidade e a Cidade*, in Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Porto, Rui Mealha, arquitectos.

participando de uma linguagem urbana mais avançada, pela qualificação das áreas que ocupa e pela melhoria das condições de articulação com os espaços envolventes.

Complementarmente, a UP entende que devem ser criadas condições para dotar a área da Asprela de novas funções que contribuam para definir uma nova centralidade tanto de alcance local como regional ou nacional. Os vários níveis de centralidade deverão resultar, à escala local, de valências específicas nos domínios do comércio e dos serviços ou do lazer, tanto através de vertentes culturais como desportivas, e, à escala regional ou nacional, da criação de sedes que alberguem iniciativas com difusão nos meios económico ou social, da criação de mecanismos catalizadores e potenciadores das dinâmicas de desenvolvimento local e regional, a exemplo do suporte a projectos inovadores, da intermediação tecnológica ou da criação de estruturas de comunicação e multimédia que desenvolvam, no plano virtual, formas complementares de centralidade.

Como princípio genérico, as diferentes iniciativas deverão contribuir para estreitar e aprofundar a inter-relação entre a Universidade, os seus alunos, o meio urbano, e os meios económico, social ou cultural.

## **2.2. A Perspectiva Urbanística e a Expressão Relacional**

### *Dimensão*

#### *A Afectação Urbanística*

#### *Escalas de Relação e Centralidade*

### *Dimensão*

O Pólo II da UP será a curto prazo o mais importante na dimensão da população envolvida e no que respeita à área ocupada, passando a concentrar cerca de 50% do total de discentes ( $\pm 11500$ ), docentes ( $\pm 1000$ ) e funcionários ( $\pm 550$ ), e por ocupação de cerca de 70% do total da área urbana em que se implantam os edifícios universitários.

Acresce, na caracterização da dimensão da área, os mais de 9000 utentes das escolas do Instituto Politécnico do Porto, os mais de 6000 das escolas superiores privadas ou os mais de 15000 das instituições de saúde, perfazendo mais de 45000 utentes potenciais.

As áreas residenciais coalescentes – nomeadamente os Bairros de S. Tomé, Agra do Amial,

Azenha, Asprela, Paranhos e Outeiro – constituem outra componente de reforço da importância da área que deve ser considerada pela dimensão populacional que envolve, nomeadamente nas componentes de infra-estruturas urbanísticas, abastecimento em bens e serviços ou mobilidade.

Uma outra vertente que confere dimensão à área respeita ao volume de tráfego regional e metropolitano que nela desemboca e/ou a atravessa com origem na A3, ou o tráfego metropolitano e local que percorre a *VCI* ou a *Circunvalação (EC)*.

De acordo com os valores disponibilizados pela JAE, em 1995, o Tmd (tráfego médio diário) rondaria os 79000 veículos no tramo de Águas Santas, quando em 1990 andaria pelos 21500 (a título de exemplo refira-se que, também em 1995 o Tmd na Ponte da Arrábida rondava os 125000 veículos). Ou seja, as alterações na acessibilidade decorrentes da construção de novos traçados dos Itinerários Principais desencadearam aumentos muito significativos dos fluxos registados, igualmente resultantes de transferências de antigos traçados, colocando os arruamentos que atravessam a área de intervenção como acessos privilegiados na entrada e saída da cidade do Porto.

Esta situação releva a condição da área em estudo, como um *mosaico* cortado pelos elementos da macro estrutura viária, resultando assim mal coligado aos sectores urbanos directamente envolventes.

A área, cujo núcleo é ocupado pelos equipamentos de saúde e de ensino instalados, pela coalescência de áreas residenciais e pelo atravessamento por tráfego local, metropolitano e regional, constitui, por si, um importante foco gerador de fluxos (centrífgos e centrípetos) na cidade do Porto e concelhos limítrofes, pelo que a componente de articulação entre os vários equipamentos instalados ou a instalar será tão importante quanto a componente relacional com as áreas envolventes.

### *A Afectação Urbanística*

O sector urbano da Asprela apresenta-se com características especiais, numa outra perspectiva, e na medida em que, desde o Plano Regulador de Almeida Garrett (com quase cinquenta anos) assumiu uma restrição funcional como «Zona do Hospital Escolar», afectação essa confirmada e alargada no PGU e no PDM em «Zona Universitária e Cultural».

Se a dimensão antes retratada decorre do facto de ser uma área nova em muitos dos seus componentes urbanos, tendo sido sujeita desde há alguns anos a um intenso e rápido processo de transformação, quer pelas alterações nas acessibilidades intra-urbanas ou regionais quer pelos edifícios e equipamentos construídos, as condicionantes urbanísticas



não terão favorecido formas adequadas de conexão com os sectores urbanos envolventes. A afectação desta grande bolsa de terreno de matriz rural (globalmente com uma área superior a 100 hectares), balizada e atravessada por vias percorridas por intensos caudais de tráfego (e sobre-ocupada por estacionamento formal e informal), na maioria dos casos com perfis desajustados à sobreposição entre atravessamentos, estacionamento e acessos aos equipamentos (gerando numerosos pontos de conflito), não se referindo a suporte estrutural efectivo, e pela morosidade da intervenção institucional, acabou por perder sentido urbanístico, sobretudo face aos resultados da segregação e desequilíbrio funcional. A evolução da cidade, o precipitado urbano e o tempo, não foram suficientes para estruturar a área por programas de diversificação e enriquecimento da estrutura funcional, nomeadamente no que respeita à habitação, comércio, serviços e outros factores de centralidade e de guarnição vivencial. Pelo contrário, alguns contrastes e incongruências tornaram-se mais evidentes.

As linhas de “fixação”, materializadas nas vias rápidas existentes, contribuíram também assinalavelmente para impedir uma expansão articulada com o território da cidade, quer numa perspectiva sectorial – de sentido sul/norte – quer numa configuração zonal de direcção nascente/poente.

Acresce, na perspectiva dos instrumentos de planeamento disponíveis, a ausência de uma vertente cultural assumida, saldando-se pelas iniciativas que pontualmente possam ter lugar nas instituições existentes.

#### *Escalas de Relação e Centralidade*

O tipo de crescimento que teve lugar na área, que passou pela construção de grandes equipamentos essencialmente voltados para o interior, ensimesmados, com ligações à cidade estranguladas por “portas” potenciadoras de conflito na circulação pedonal e automóvel, limita-se a dar lugar a diversas “ilhas” isoladas do espaço envolvente. Resulta assim uma estrutura mal conformada e completamente desarticulada, marcada por frequentes impasses (extensas frentes urbanas vedadas e corredores dos elementos da macroestrutura viária), e pela fragilidade das infra-estruturas urbanísticas, nomeadamente ao nível da exiguidade de traçado e fraca capacidade de estacionamento automóvel. Por norma, acresce a deficiente qualidade ambiental e de tratamento dos espaços

envolventes aos edifícios, sendo que a maioria apresenta morfologias residuais, amiúde transformados em imensos e confusos parques de estacionamento.

Numa escala local, perante as concepções urbanas actuais, há uma insuficiente e inaceitável articulação com a malha urbana existente e em processo de construção, e uma total ausência de motivação atractiva ou interacção com as populações residentes e com os próprios utentes não residentes, para além das funções básicas inerentes e interiores aos equipamentos instalados.

Ainda numa escala local, a manterem-se os modelos actualmente existentes, a relação com a cidade passa essencialmente por um problema de mobilidade, entre a área de intervenção, o quadrante urbano em que se inscreve e as restantes formas da cidade (ou seja de e para a cidade), não existindo outros componentes urbanos susceptíveis de gerar motivos complementares de atracção, que permitam aprofundar as interacções entre o Pólo Universitário e a cidade.

O sector da Asprela encontra-se desprovido de espaços qualificados susceptíveis de definir lugares com centralidade mais elevada, com capacidade de agregação e dinamização social ou cultural, não sendo mobilizados os efeitos de escala que poderão resultar da grande concentração de equipamentos.

Os factores de centralidade, quer materiais quer imateriais, estão assim confinados às funções directamente decorrentes do ensino, da investigação e da prestação de cuidados de saúde, estando por aproveitar o potencial urbano e as competências das instituições instaladas ou a instalar na área em estudo.

Uma outra perspectiva, estritamente relacionada com o afirmado, merece ainda referência. Depois das experiências realizadas entre os anos sessenta e setenta, de fundação de “campos” universitários muitas vezes isolados e periféricos às cidades, ocorre hoje uma clara inversão daquela tendência, sendo essa forma de segregação territorial encarada com fortes reservas.

Os grandes equipamentos colectivos associam-se agora à qualificação das áreas urbanas, nomeadamente as mais centrais, e como parte das soluções de requalificação e revitalização dos centros urbanos.

A área do projecto, ao ocupar uma localização pericentral com elevadas acessibilidades potenciais e específicas, poderá, naturalmente, desempenhar um significativo papel neste

domínio, como componente de uma parte importante da cidade, que se pretende fortemente valorizada e provida de uma estrutura funcional, formal e ambiental significativa.

As escalas regional, nacional e internacional, deverão ser encaradas segundo um outro tipo de abordagem, que apresentam diferentes planos de concordância e de sobreposição. De uma forma simplificada, o aspecto mais significativo passa pela manifestação da importância tanto da instituição universidade como da localidade que a acolhe, ou seja, o prestígio de uma concorre necessariamente para o prestígio da outra, e as áreas de influência interpenetram-se enquanto as competências estão profundamente interligadas.

Os planos de concordância passam assim pelo contributo para a definição de uma determinada centralidade, como resultante quantificada da capacidade de atracção de um lugar face às funções centrais que presta, mas também pela capacidade de assumir competências próprias e estreitar nexos de relação, com comportamentos individualizáveis ou cumulativos às diferentes escalas de abordagem.

A escala regional, manifesta-se ainda segundo uma perspectiva de inscrição territorial concreta e não negligenciável face às condições de mobilidade actuais e previstas.

### **2.3. A Área de Intervenção e os Componentes Agregadores do Projecto**

#### *Componente Ciência e Tecnologia*

A Universidade do Porto, em colaboração com outras instituições públicas e privadas, desenvolveu, nos primeiros anos da década de noventa, um modelo de Parque de Ciência e Tecnologia fisicamente repartido em três pólos – Maia, Feira e Guimarães – que visava promover o desenvolvimento regional, em estreita interdependência com a melhoria da capacidade de investigação e de inovação, associando a formação universitária básica e avançada aos projectos industriais a promover. O tema foi, por isso, amplamente tratado em estudos técnicos e diversos artigos, que abordaram diferentes perspectivas do projecto e discutiram concepções distintas do Parque de Ciência e Tecnologia para o Porto.

Neste momento, importa recuperar apenas alguns componentes básicos de discussão em torno do projecto, e proceder a um rápido enquadramento da questão face à abundância de estudos produzidos sobre a matéria.

Em primeiro lugar, as situações mais frequentes de parques de ciência e tecnologia surgiram ou em áreas urbanas degradadas, como componente de um processo de re-industrialização e como instrumento de requalificação e revitalização do território, ou surgiram em áreas periféricas, num isolamento protector aos agentes de inovação, ocorrendo ainda em áreas rurais deprimidas, como linha avançada de processos específicos de desenvolvimento.

Em segundo lugar, a designação aparece aplicada tanto a áreas ocupadas por empresas industriais privadas ou públicas, como a áreas de serviços às empresas, e áreas de ensino com forte vocação em investigação e desenvolvimento.

Em terceiro lugar, os parques de ciência e tecnologia são instrumentos utilizados pelos países mais desenvolvidos, para assegurar níveis elevados de competitividade face a parceiros congéneres, amiúde associados a fortes investimentos estatais ou a mercados tecnologicamente muito exigentes.

O quadro segundo o qual é formatado o Parque de Ciência e Tecnologia do Porto parece divergir substancialmente destes elementos de referência, tendo como prioridade o desenvolvimento regional, a potenciação de “sinergias” entre parceiros estratégicos, a criação de emprego e a acumulação de experiência tecnológica a partir da presença de empresas multinacionais. De uma forma geral, está reflectida a necessidade de institucionalização da capacidade de inovação, assim como a criação de mecanismos de articulação entre os meios inovadores e os meios produtivos industriais.

Nestes termos, talvez seja de considerar que as componentes passíveis de instalar na Asprela tanto podem ser entendidas como complementares ao projecto antes desenvolvido, como podem surgir enquanto componentes autónomas, vocacionadas a apoiar projectos inovadores, ainda que pequenos projectos e segundo um enquadramento menos formal.

No plano do relacionamento com a indústria, avulta a possibilidade de obviar a carências comuns entre as pequenas e médias empresas, nomeadamente no domínio das indústrias tradicionais, responsáveis por uma parte substantiva do emprego no Norte de Portugal, tanto ao nível do acesso a competências profissionais especializadas, como no acesso à formação e à informação.

Admitir igualmente que determinados equipamentos a instalar na Asprela pela Universidade do Porto possam estar vocacionados à prestação de serviços especializados,

não apenas ao nível do sector industrial, mas igualmente no dos serviços (como os de saúde ou de lazer, a exemplo dos culturais), abre novas perspectivas que merecem ser objecto de discussão e de aprofundamento.

Os equipamentos e as valências a sediar na área em estudo poderão funcionar como o *centro*, assente em componentes materiais e virtuais, de um Parque de Ciência e Tecnologia, com capacidades agregadoras, distribuidoras, catalizadoras e dinamizadoras dos processos a implementar entre os diversos agentes associados.

As experiências desenvolvidas, com diferentes objectivos e graus de sucesso, não parecem conclusivas sobre a importância da proximidade física ao meio industrial, nem habilitam a certezas quanto à densidade tecnológica necessária à inovação, prevalecendo a importância de “gerar nova informação de alto valor através da interacção humana” expressa na criação de “sinergias” efectivas.

#### *Alunos, formação e as relações com a instituição formadora*

O estado das ciências e a capacidade (facilidade) de desactualização de conceitos e informação, indicia que uma graduação ao nível da licenciatura abre as portas a algo mais abrangente, mais profundo, mais exigente e mutuamente responsabilizador, entre a instituição formadora e o formando, que o deixa de ser por um período curto e perfeitamente datado, quer no ciclo de vida quer no ciclo de emprego, e se transforma numa relação duradoura com vantagens mútuas.

Se esta perspectiva parece fazer sentido especialmente enquanto uma licenciatura poderia ser considerada como um “salvo conduto” para a esfera do emprego, parece fazer também sentido que as universidades sejam as primeiras instituições interessadas em valorizar o potencial humano que delas emana, nomeadamente perante as frequentes dificuldades de enquadramento face ao mercado de trabalho, e perante as sempre renovadas e variadas exigências de tal enquadramento.

Neste sentido, a instituição universitária terá interesse em prolongar o relacionamento com alguns dos seus formandos, em processos que contribuam simultaneamente para o estreitar das relações com os agentes económicos, sociais ou culturais, e prestar apoio qualificado em domínios específicos.

Este enquadramento permitiria beneficiar tanto do estatuto de “qualidade” associável à

instituição universitária como criar uma bolsa de disponibilidade para tentar encontrar soluções concretas para problemas concretos, não perdendo de vista as novas preocupações sociais da instituição, consolidando a extensão social ou aprofundando a necessidade de encontrar soluções socialmente inovadoras e empenhadas.

De uma forma geral, seria a resposta possível à crescente tendência para enquadrar a institucionalização dos desafios apontados, criando mecanismos que simultaneamente fossem proveitosos para os discentes da instituição, por isso para a universidade, para as empresas e para os utilizadores individuais dos serviços prestados, por isso globalmente útil e integradora.

#### *Componente Lúdica e Cultural – A Universidade e a Cidade*

As interligações entre a Universidade do Porto e a Cidade do Porto serão igualmente aprofundadas pela criação e disponibilização de valências que extravasem o campo académico imediato e possam chegar a um número mais alargado de população, tanto residente como utente da cidade, que encontrem motivos suficientes e renovados de atracção.

O lazer, em múltiplas vertentes que lhe andam associadas, pode constituir um dos vectores, por excelência, deste relacionamento, por valências edificadas e não edificadas.

- *componente circular*: criação do parque central com percursos pedestres e permitindo corrida de manutenção, circuitos para bicicletas, patins, etc.; definição de estruturas de distribuição espacial;

- *componente estar*: áreas dotadas de mobiliário urbano adequado à função; esplanada ligada a serviço de cafetaria, bar e demais apoios;

- *componente animar*: áreas multifuncionais susceptíveis de acolher diferentes realizações de ar livre ou em recintos cobertos, desde o cinema a concertos, instalações, etc.;

- *componente competir*: equipamentos básicos que permitam assegurar jogos e eventos desportivos formais ou informais;

- *componente formar/informar*: equipamentos de ar livre ou edificadas, com forte pendor científico, susceptíveis de difundir informação sobre as principais fileiras temáticas presentes no Pólo II.

Nestes termos, será de considerar uma importante valência de *Representação* que reúna

condições suficientes ao acolhimento de eventos relacionados com as componentes acima apontadas.

## 2.4. Condições de Inovação

### *Universidade e inovação*

Entre as componentes com maior capacidade agregadora no projecto Asprela, podem ser destacadas a difusão da inovação científica, o acesso à informação objectivamente dirigida e a prestação de serviços especializados que signifiquem incorporação e teste de conhecimentos na instituição universitária.

Estas componentes podem ser asseguradas tanto numa perspectiva de lazer, orientadas para utentes que esporádica ou ciclicamente visitem os equipamentos da área de intervenção e correspondentes valências específicas de *representação* e *divulgação*, como numa componente de base económica e/ou apoio social, dirigidas a utentes individuais ou empresariais.

Garantir a capacidade de inovação, à luz das perspectivas mais amplas de globalização, pode significar garantir a competitividade das instituições, permitindo continuar a reforçar a ideia de universidade enquanto paradigma de avanço científico e tecnológico e, indubitavelmente, de inovação e de desenvolvimento.

A difusão do conhecimento científico, estruturada em torno de exemplos tipo e veiculada por equipamentos imaginosos e atractivos, deverá constituir um paradigmático veículo de relacionamento com a comunidade, susceptível de motivar dinâmicas culturais e vivenciais favoráveis, nomeadamente em torno das áreas tecnológicas emergentes.

No plano da organização, onde tem cabimento o acesso à informação, os equipamentos e as funções a implementar na Asprela podem exercer uma intervenção muito activa no processo de relacionamento, nomeadamente com o tecido empresarial.

Acresce ainda que, à medida que a investigação fundamental se torna inovação socialmente relevante quando implementada, permite ser testemunho e manifestação da densidade científica e tecnológica que potencia as suas próprias condições de inovação.

### *Urbanismo e inovação*

Um projecto desta natureza seria amputado de uma componente fundamental de existência se não envolvesse vertentes de inovação que permitam contrariar o imobilismo da mera adição de edifícios em espaços ainda por estruturar.

São três as vertentes fundamentais de inovação:

A primeira componente diz respeito ao que possa reflectir como atitude integradora da Universidade do Porto face ao espaço urbano da cidade, assumindo formas de compreensão recíproca ao nível da linguagem urbanística;

A segunda refere-se à utilidade das áreas ocupadas pela Universidade que passam a acolher em passagem ou em lazer os habitantes da cidade, que desta forma contribuem para diminuir o esvaziamento humano das instituições em períodos de menor actividade escolar;

A terceira respeita às próprias soluções técnicas de arquitectura dos espaços edificados e não edificados, assim como no que respeita às soluções a desenvolver para as infra-estruturas urbanísticas (em especial para as redes de comunicações e de iluminação pública), e no que concerne à capacidade de todas aquelas vertentes em assumir e interpretar padrões ambientais verdadeiramente relevantes.

Considera-se assim que a arquitectura urbana e o desenho dos espaços públicos possam conter ou interpretar uma “imagem de marca” que estabeleça a simbiose entre cidade e universidade, precisamente por reconhecimento e valorização das diversas formas de articulação mútua e, sobretudo, por reconhecimento e valorização dos seus lugares urbanos específicos.

## **2.5. Notas Para a Definição de Um Modelo Urbanístico**

A intervenção urbanística a desenvolver na Área Central do Pólo Universitário da Asprela procura reconhecer os seguintes critérios gerais de actuação:

### *Enquadramento urbanístico e relacional*

Integrar a Área de Intervenção no contexto urbano do Porto, tendo em consideração a evolução de um processo de formação urbana que não conseguiu integrar e harmonizar as sucessivas formas de crescimento, expansão e densificação, e por reconhecimento dos factores que ainda poderão permitir a assunção de uma estrutura, imagem e ambiente



significativos;

Estabelecer e reforçar novas centralidades de escala local, regional e nacional através de uma vertente física que se manifesta pela diversificação da estrutura funcional, melhoria das condições de mobilidade (Metro urbano e proximidade a nós de eixos fundamentais da macro estrutura viária), e pela corporização da centralidade virtual decorrente da criação de novas infra-estruturas de comunicação e informação.

#### *Definir e consolidar um centro cívico*

Estruturação de acções materiais de adequação dos espaços às funções associadas ao quotidiano urbano, a exemplo da definição das características do apoio em bens e serviços a prestar à população utente da área, ou no que respeita à definição do perfil das actividades de lazer;

Formulação de um quadro de acções imateriais, susceptíveis de conferir visibilidade e de criar mecanismos de atracção que transcendam a academia e o próprio sector urbano.

#### *Estruturação Urbanística e Estruturação Ambiental*

Qualificar o espaço utilizado pela UP, melhorando as conexões com os espaços envolventes, nomeadamente de circulação pedonal e automóvel;

Integrar as novas infra-estruturas de mobilidade;

Definir e elaborar programas a promover pela UP com funcionalidades específicas;

Dotar a área de valências comerciais, de serviços e factores de centralidade capazes de a vivificar em permanência, considerando a grande importância das formas de residência como o alojamento de estudantes e o alojamento convencional;

Criar funcionalidades avançadas, que passem pela informação, formação ou prestação de serviços;

Criar condições que aumentem a atractividade da área, nomeadamente em períodos de vazio escolar através do comércio e dos serviços, mas essencialmente através de vertentes do lazer, desportivas ou culturais;

Criar figurinos organizativos avançados, que potenciem os ambientes de inovação, designadamente pela agregação e incorporação de novos agentes, e que contribuam para a densificação dos nexos que alimentam o processo de desenvolvimento, inclusive o de matriz científica.

A *Solução Base* proposta reconhece os seguintes aspectos fundamentais à construção de uma “ideia” que se pretende coerente, global e significativa para o lugar intervencionado:

Modelo claramente urbano marcado pelo desenvolvimento, hierarquia e competências do traçado, a par de uma morfologia parcelar com características peculiares, marcada por sucessivos *terreiros* ou *plataformas* de inserção dos vários equipamentos e demais edificado destinado a habitação, comércio e serviços;

Instalação de uma área verde de Parque, assim entendido na diversidade dos seus espaços ajardinados e naturalizados, enquadrados por frentes de equipamentos e alamedas formais.

A solução deverá assim contribuir para a “construção” do lugar urbano a que se refere, por fixação e valorização dos seus significantes mais relevantes.

### 3. Programa de Estruturação Urbanística (Programa Base – Solução Proposta)

#### 3.1. Os Grandes Sistemas Espaciais

A solução espacial proposta baseia-se na afirmação dos seguintes grandes sistemas mutuamente concertados e articulados face às estruturas urbanas envolventes:

O *Sistema Transversal* é fundamentalmente constituído pela estrutura do espaço aberto do futuro *Parque da Asprela* e correspondentes (eixos) *frentes de serventia*.

O arruamento da frente sul do Parque, estabelecido entre a Rua Dr. Roberto Frias e a Rua da Asprela, ligando ainda à Rua Dr. António Bernardino de Almeida, constitui o principal eixo deste sistema.

O *Parque da Asprela* constitui o grande espaço aberto de utilização colectiva, sendo estabelecido por reconhecimento dos significantes morfológicos e ambientais que ainda subsistem (linhas de água, salgueiral e lameiros).

A sua escala e desenvolvimento transversal aberto ao traçado do sector urbano da Asprela (com frentes para a Rua Dr. Roberto Frias e Rua Dr. António Bernardino de Almeida), são factores que determinam a importância estruturante deste espaço central.

As estruturas do sistema em apreço, como as vias transversais (integrando a Rua Dr. Plácido da Costa), espaços abertos e arborização recorrente, prolongam-se a nascente (Lameiro da Quinta de Lamas e espaços verdes adjacentes à futura Via Estruturante da Faculdade de Engenharia) e a poente (novo arruamento de ligação entre a Rua Dr. António Bernardino de Almeida e a Rua de S. Tomé, com prolongamento pela Rua da Azenha), adquirindo assim uma escala abrangente ao sector da Asprela, promovendo a respectiva articulação aos sectores urbanos da Areosa e do Amial.

O *Eixo Longitudinal* é constituído pelo *arruamento sul/norte* (entre a Rua Dr. Manuel Pereira da Silva e a Rua Dr. António Bernardino de Almeida) e pelas estruturas espaciais rasantes e laterais ao mesmo, como a *Alameda Central*, o traçado do *Metro Ligeiro* e a *Praça do Pólo Universitário*.

As várias ordens espaciais conjugadas neste sistema permitem considerar condições de

recorrência e articulação funcional, pelo que o arruamento e alameda propostos constituem os principais elementos de estruturação urbanística da área em estudo.

A Alameda revela-se como a estrutura espacial mais significativa, de articulação e serventia aos vários equipamentos existentes e previstos, como eixo aglutinador dos factores de centralidade preconizados e acesso formal ao Parque Urbano.

O Programa Preliminar de Intervenção urbanística, abrangente a todo o sector urbano, reconhece o prolongamento a sul do sistema em apreço, e respectiva inserção no eixo da Rua do Ave / Rua do Mondego, onde se conjuga com o *Sistema Rasante à VCI* que, para além das ordens formais e funcionais já apontadas, integra ainda a instalação de cortinas ambientais.

De resto, este sistema permite-se a um novo atravessamento (passagem inferior) à A3, a nascente da Rua Actor Ferreira da Silva, situação concorrente ao melhoramento das condições de articulação entre os sectores da Asprela e da Areosa.

A imagem prevalecente deste eixo decorre da sua expressiva arborização, estrutura esta que permite a respectiva contextualização à escala de todo o sector urbano, e como *ligante* dos seus vários quadrantes constitutivos.

### **3.2. Estrutura Viária**

É proposto um traçado baseado em dois eixos principais (*viário 1.* e *viário 2.*) que verificam capacidades de recorrência e articulação com a malha urbana envolvente, e que se cruzam no espaço central da área em estudo.

A articulação entre estes dois eixos principais é assegurada por um traçado complementar (*viário 4.*) que estrutura o espaço central e quadrante sul/poente da área de intervenção.

Para além daquelas estruturas é ainda definido o eixo da frente norte do Parque Urbano (*viário 3.*).

O sistema apresenta assim algum desenvolvimento e hierarquização, na correspondência às exigências do programa, objectivos da intervenção e modelo urbanístico adoptado.

Refira-se que o traçado proposto é sobretudo entendido como de interesse local e com importância à escala da área central do Pólo Universitário.

Os perfis transversais dos arruamentos são tipificados por adopção de bitolas reduzidas

para as faixas de rodagem, de que resultam soluções universais para duas faixas de circulação automóvel, em geral acompanhadas por uma baía de estacionamento longitudinal.

Desta forma, se a opção de gestão da via pública consistir na organização de sentidos únicos de circulação, tal critério permitirá a fácil adaptação do perfil, que adquire a segunda baía de estacionamento, resultando a faixa de circulação ligeiramente bonificada.

Este critério permite, de resto, dotar a infra-estrutura de condições de longevidade que advêm dos termos de flexibilidade das bitolas e tratamentos a instalar.

O traçado configura assim um conjunto de *quarteirões* que se constituem como o principal suporte morfológico da solução geral preconizada.

De facto, tais *quarteirões-plataforma* destinam-se à organização de espaços de utilização colectiva ou à implantação das componentes edificadas do programa de intervenção.

### ***Viário 1.***

Trata-se do eixo sul/norte que atravessa o terreno, ligando a Rua Dr. Manuel Pereira da Silva à Rua Dr. António Bernardino de Almeida.

Este arruamento integra o sistema complexo constituído pelo traçado da *linha de metro* ligeiro, acompanhando-a em todo o seu desenvolvimento no interior da área intervencionada, sistema ainda constituído pela *Alameda Central* rasante a nascente, e com desenvolvimento entre a Rua Dr. Manuel Pereira da Silva e o Parque Urbano. Esta última estrutura encontra prolongamento a norte, até à Rua Dr. António Bernardino de Almeida, pelo *Passeio Público* organizado ao longo da varanda ou belvedere do Parque urbano.

O tramo sul deste sistema apresenta um perfil transversal conjunto com cerca de 40,00 metros, com desenvolvimento entre o Parque da Asprela e a Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, onde se insere.

O sistema apresenta capacidade de prolongamento a sul, tal como apontado pelo *Programa Preliminar* de intervenção urbanística.

O eixo em apreço insere-se, a norte, na Rua Dr. António Bernardino de Almeida, junto à Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica (ESB-UC), lugar em que se prevê a organização de um novo espaço de praça, a considerar como ordem específica de transição e remate para articulação das diversas infra-estruturas que aí confluem, e como

entrada poente do Parque urbano (ao qual se acede por uma extensa rampa relvada que se prolonga a nascente a partir do referido espaço de praça).

O arruamento é dimensionado como estrutura de serventia local, pelo que as faixas de rodagem poderão apresentar um perfil transversal de bitola reduzida, embora dotada de condições de plena competência funcional.

O sistema espacial garante boas condições de conforto para os peões, pela generosidade das superfícies da Alameda e do Passeio Público/Varanda do Parque, embora as soleiras destinadas aos peões sejam pontualmente partilhadas com o Metro e com serventias rodoviárias condicionadas.

### ***Viário 2.***

Constituído pelo eixo transversal ao anterior, com desenvolvimento nascente/poente, de ligação entre a Rua Dr. Roberto Frias e a Rua da Asprela, prolongando-se ainda a poente para inserção na Rua Dr. António Bernardino de Almeida (já próximo da sua extrema sul, lugar da futura Igreja de Paranhos).

Este arruamento apresenta dois tramos fundamentais, a nascente e a poente da Alameda Central proposta.

O *tramo de nascente* constitui-se como frente sul do Parque e acesso ao mesmo, bem como importante acesso à Alameda Central onde se localiza a Praça, Estação de Metro e principais factores de centralidade constantes do programa de intervenção.

O *tramo de poente* prolonga o anterior até à Rua da Asprela, esperando-se a sua inserção na Rua Dr. António Bernardino de Almeida.

O perfil transversal do corredor permite considerar passeios laterais generosos, assim como programas específicos de arborização a ajardinamento.

O seu perfil transversal poderá assumir soluções marcadas por faixas de rodagem de bitola estreita, passeios laterais arborizados, pavimentados e semi-permeáveis (no contacto com a área de Parque), e um corredor rasante destinado a bicicletas.

Esta última infra-estrutura ciclista poderá, de resto, adquirir uma expressão abrangente à escala do sector urbano, por acompanhamento dos novos arruamentos (e respectivos prolongamentos) previstos e propostos, e porque se habilita a percursos e atravessamentos pontuais de corredor muito constrangido.

### ***Viário 3.***

Constituído pelo arruamento transversal da frente norte do Parque.

Este eixo assume competências hierárquicas de nível inferior às estruturas acima apontadas, já que não se insere directamente na Rua Dr. António Bernardino de Almeida, mas antes no espaço da praça de acesso ao Parque, onde igualmente se articula com o tramo que permite a sua ligação à Rua Dr. Plácido da Costa.

Este último arruamento assegura ainda condições de serventia urbanística à frente nascente do edifício-quarteirão proposto para o gaveto da Rua Dr. António Bernardino de Almeida com a Rua Dr. Plácido Costa.

O eixo da frente norte do Parque estabelece acesso ao interior do mesmo, assim como aos equipamentos aí localizados, como a Piscina Coberta, o Jardim de Inverno e o Restaurante/Cafetaria de apoio, constituindo-se, tal como a frente sul, como importante percurso transversal de peões.

### ***Viário 4.***

É constituído pelos elementos de traçado que articulam internamente o sistema, estabelecendo ligações entre as vias estruturantes principais.

Deste conjunto de arruamentos refira-se a importância do eixo de ligação entre o lugar da Igreja de Paranhos e a Alameda Central, tendo como remate a Estação de Metro.

A inserção deste arruamento com a Rua da Asprela e com a Rua Dr. Manuel Pereira da Silva/Rua Coronel Almeida Valente, pressupõe a remodelação destes eixos, por forma a que seja alargado o passeio confrontante com a Igreja, bonificando assim as condições de segurança e de conforto dos peões.

A remodelação da Rua da Asprela assume uma grande importância no interior do sistema apontado, já que se pretende a resolução do actual impasse, a par da renovação da sua estrutura ambiental.

	Pl- <i>ml</i>	Pt- <i>ml</i>
<i>Viário 1.</i>	600,00	3,00+5,60+3,00
<i>Viário 2.</i>	730,00	3,00+5,60+3,00
<i>Viário 3.</i>	750,00	3,00+5,60+3,00
<i>Viário 4.</i>	850,00	3,00+5,60+3,00

### 3.3. Metro Ligeiro

#### Estação de Metro do Pólo Universitário

A infra-estrutura do Metro Ligeiro atravessa o interior da área em estudo, sendo uma das ordens integrantes do sistema longitudinal norte/sul.

Propõe-se um ajuste pontual das cotas do traçado, situação que resulta da integração de todos os componentes do programa a instalar.

As condições de assentamento da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (FPCE), com estudos em fase de Projecto de Execução, bem como os termos de articulação do traçado proposto, são os factores que levam a considerar alguns ajustes à solução formulada pelo Programa Preliminar, e que se baseava numa estrutura em viaduto monopilar, com desenvolvimento entre a plataforma a nascente da FPCE e a plataforma de inserção com a Rua Dr. António Bernardino de Almeida.

A cota de referência proposta para articulação dos dois grandes sistemas apontados, (longitudinal e transversal, no cruzamento do *Viário 1.* e *2.*), descendo ligeiramente (para os 107,37 metros), constitui o motivo central da preferência pela alternativa que consiste no assentamento da infra-estrutura numa plataforma contínua em varanda sobre o Parque, conformada por um muro de suporte, e modelada por aterro ou estabelecida como cobertura de áreas destinadas a estacionamento automóvel.

Esta varanda permite ainda resolver as questões de conforto e segurança dos peões, que assim disporão de um *Passeio Público* de ligação entre a Rua Dr. António Bernardino de Almeida e a área central do Pólo Universitário.

A *Estação de Metro* localiza-se na Alameda Central que promove a articulação entre os demais espaços colectivos, equipamentos e restantes funções existentes e a instalar.

Encontra-se assim directamente articulada com um espaço de praça guarnecido por factores de centralidade de interesse local, estando asseguradas as articulações a nascente (ligação à Rua Dr. Roberto Frias) e a poente (ligação ao lugar da Igreja de Paranhos e Rua Dr. António Bernardino de Almeida).

Neste sentido, a Estação do Polo Universitário servirá ainda os equipamentos e programas



de alojamento localizados na envolvente urbana da área em estudo.

As condições de desenvolvimento do traçado e Estação de Metro são aspectos a concertar com a Empresa Metro do Porto, S.A., e com a empresa concessionária do empreendimento.

### 3.4. Alameda Central

Espaço colectivo estruturante de todo o sector central da intervenção, e álea de acesso formal ao Parque Urbano.

Constitui estrutura ligante e serventia dos equipamentos e serviços existentes e previstos para a área situada entre a Rua Dr. Manuel Pereira da Silva e o espaço aberto do futuro Parque Urbano, como as residências de estudantes, Faculdade de Medicina Dentária, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Estação de Metro do Pólo Universitário, Praça Central e edifícios de comércio e serviços.

A *Alameda* constitui, pelas suas características, termos de inserção urbanística e potencialidades vivenciais, o espaço cívico por excelência, estruturante central de toda a solução, pelo que deverá ser devidamente guarnecido por equipamento urbano de apoio à circulação e estadia de peões.

Poderá vir a ser considerada a organização de estacionamento automóvel no subsolo da Alameda Central.

<i>Alameda Central</i>	Pl-ml 290,00	Pt-ml 3,00+7,00+16,00
------------------------	-----------------	--------------------------

### 3.5. Parque da Asprela

Este programa é fundamentalmente estabelecido por reconhecimento dos significantes morfológicos e ambientais que ainda subsistem, constituindo um importante nódulo do sistema natural de que restam testemunhos como os valados das linhas de água a nascente (afectado pelo traçado da Via Estruturante da Faculdade de Engenharia) e a poente

(afectado pelo empreendimento imobiliário da LPCC) da área em estudo, sendo os terrenos permeáveis a sul do FCDEF e o Lameiro da Quinta de Lamas as estruturas naturais com efectiva relevância significativa que ainda subsistem, encontrando-se a última estrutura classificada como de valor patrimonial.

A estrutura do *Parque* corresponde assim ao espaço aberto de confluência das linhas de água, estabelecido entre a Rua Dr. Roberto Frias e a Rua Dr. António Bernardino de Almeida, sendo as suas frentes norte e sul marcadas por novos arruamentos de serventia.

A frente nascente, fronteira à Faculdade de Economia, é entendida como *varanda* do Parque, a formalizar por alargamento do passeio da Rua Dr. Roberto Frias.

A frente poente (plataforma de assentamento do arruamento, traçado do metro e passeio público estabelecido entre a Rua Dr. António Bernardino de Almeida e a nova Praça Central) constitui-se igualmente como *varanda* ou *belvedere* do Parque assente em muro de suporte em granito.

Este espaço-varanda é percorrido, em toda a sua extensão, pela linha de Metro e pelo eixo viário longitudinal (sul/norte).

O Parque constitui-se como um espaço aberto, de cota inferior ao espaço urbanizado envolvente, e de razoável dimensão à escala do sector urbano.

A densidade da arborização pretendida para os arruamentos envolventes (renques formalmente alinhados) é factor de interpenetração dos referentes ambientais, e factor de simultânea delimitação espacial do Parque, cuja área interior se pretende visualmente muito depurada.

Embora se pretenda um entendimento arquitectónico do programa, a sua componente natural revela-se fortemente expressiva sobretudo para o quadrante arborizado a nascente.

Como princípio geral de concepção do Parque, considera-se o mesmo como constituído pelas seguintes três áreas ou espaços fundamentais, que se fundem na grande bacia em forma de masseira.

Um *espaço central*, marcado pela presença da água, e onde se concentram os equipamentos (Piscina, Jardim de Inverno, Apoios de Cafeteria e outros).

Este espaço apresenta-se como remate da Alameda Central procurando assim integrar um conjunto de referenciais morfológicos presentes à solução base desenvolvida, e estruturantes da malha urbana preconizada.

O *espaço naturalizado a nascente* é constituído pelo lameiro e pelas notáveis espécies autóctones em presença (salgueiral e outras espécies).

O tratamento e valorização desta área deverão reconhecer os termos da respectiva articulação formal com o Lameiro da Quinta de Lamas.

O *espaço ajardinado a poente* é fundamentalmente constituído por uma extensa rampa ervada/relvada de ligação à Rua Dr. Roberto Frias.

Esta área, encimada por um espaço de praça (como ordem de articulação formal com a Rua Dr. António Bernardino de Almeida), pela sua estrutura em anfiteatro e envolvimento por varandas altas, apresenta interessantes potencialidades para acolhimento de eventos de animação urbana de média e de grande dimensão.

As construções propostas a jusante desta área poderão, porventura, constituir-se como aparatos de cena e apoios de tais eventos de animação urbana.

Os acessos ao Parque a partir da Rua Dr. Roberto Frias são pontuados por pequenos pavilhões de apoio vivencial, a definir em articulação com o parque de estacionamento a construir no desvão daquele arruamento.

Pretende-se assim que este parque de estacionamento seja igualmente estabelecido como estrutura de guarnição do próprio Parque Urbano e dos equipamentos aí instalados, à semelhança da estrutura de estacionamento proposta para o subsolo da praça poente (com acesso a partir da Rua Dr. António Bernardino de Almeida).

Como estrutura técnica de instalação e gestão do Parque, propomos ainda a localização, no jardim de inverno, de uma brigada de jardinagem residente.

O tema do Parque Urbano é adiante retomado nas *Notas Para Um Programa de Estruturação Paisagística* (pto. 4.), a desenvolver no âmbito dos presentes estudos.

	<i>Ab</i>	
<i>Parque</i>	45 000,00 m <sup>2</sup>	
<i>Praça de acesso por poente</i>	3 000,00 m <sup>2</sup>	~90 lug. estacionamento/cv

### 3.6. Praça do Pólo Universitário

Constitui importante espaço colectivo marcado pela concentração de uma série de factores de centralidade, como serviços e comércio de interesse local, a par da presença de uma cantina e de uma residência de estudantes.

Directamente articuladas ao espaço da praça encontram-se funções como a Estação de Metro do Pólo Universitário (localizada na Alameda), o edifício da FAP que integra um pequeno auditório polivalente, a Residência de Estudantes e Cantina, entre outras valências de interesse colectivo.

O espaço de praça é rematado a nascente pelo edifício de comércio e serviços, onde se localizará um pequeno supermercado.

O desvão da Praça será ocupado por um parque de estacionamento que poderá ser articulado com as estruturas similares previstas para os programas envolventes.

*Praça do Pólo Universitário*

*Ab*  
2 500,00 m<sup>2</sup>      ~100 lug. estacionamento/cv

### 3.7. Edifício de Comércio e Serviços

Constitui uma unidade de programa directamente articulada com a Praça do Pólo Universitário, rematando-a a nascente, e integra um pequeno supermercado assim como uma área destinada a estabelecimentos comerciais e serviços específicos.

<b>Edifício de Comércio e Serviços</b>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<i>Supermercado</i>		
Acessos	-	
Espaço de venda	-	
Serviços	-	
Armazém	-	
	<i>Sub-total / Ab</i> 1 600,00 m2	
 <i>Comércio e Serviços - módulos</i>		
Utilidades, loja de conveniência, serviços pessoais	200,00 m2	
<i>Apoios conjuntos</i>	200,00 m2	
	<i>Sub-total / Ab</i> 400,00 m2	
 <u>Quadro resumo</u>		
<i>Implantação</i>	1 000,00 m2	
<i>N.º de Pisos</i>	2	<i>cv+r/c+1</i>
<i>Área Bruta de Construção (não inclui estacionam. coberto)</i>	2 000,00 m2	
 <i>Capacidade de Estacionamento Coberto (autom.)</i>	*80	
<i>Capacidade de Estacionamento Descoberto (autom.)</i>	80	

\* A este valor acrescem os 100 lugares previstos para a Praça fronteira

### 3.8. Residência de Estudantes, Cantina e Serviços

Edifício destinado ao alojamento de estudantes por tipologias a definir, e com piso baixo ocupado por uma cantina e por áreas de comércio e serviços de interesse local.

Este edifício, directamente articulado com a Alameda Central e com a Praça do Pólo Universitário, permite considerar limiares de utilização vivencial satisfatórios, em permanência, para o novo lugar urbano.

Constituindo-se como um bloco-quarteirão, a construção em apreço é envolvida por arruamentos de serventia, sendo que as suas frentes apresentam ambientes e tratamentos diversificados, determinados pela natureza das confrontações como o edifício da FAP (a nascente), o espaço de Praça (a sul), a Alameda (a poente) e o Parque Urbano (a norte)

O programa contempla ainda um piso subterrâneo para estacionamento residente.

<i>Residência de Estudantes, Cantina e Serviços</i>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<i>Alojamento de Estudantes</i>		Pisos altos
Átrios, acessos, salas de estar e de visita, salas de refeições, lavandarias, apoios diversos, serviços	-	
Áreas administrativas gerais	-	
Quartos simples, quartos duplos, estúdios, módulos específicos	-	~300 camas
<i>Sub-total / Ab</i>	<i>4 800,00 m2</i>	
<i>Comércio e Serviços - módulos</i>		Piso baixo
Cyber-café, confeitaria, tabacaria, livraria, comércio cultural, galerias, lavandaria, centro de cópias, agência bancária, artigos de informática, artigos de som e imagem, equipamento desportivo, outros factores de centralidade	-	Piso baixo e 1º andar Frente da Alameda ou frente da Praça
<i>Sub-total / Ab</i>	<i>2 000,00 m2</i>	
<i>Cantina</i>		Piso baixo
Átrio, sala de estar, bar, sala de refeições, serviços, arrecadação	-	Piso baixo Frente da Praça ou frente da Alameda
<i>Sub-total / Ab</i>	<i>1 700,00 m2</i>	
<b><u>Quadro resumo</u></b>		
<i>Implantação</i>	<i>3 000,00 m2</i>	
<i>Nº. de Pisos</i>	<i>3</i>	<i>cv+r/c+2</i>
<i>Área Bruta de Construção (não inclui estacionam. coberto)</i>	<i>8 500,00 m2</i>	
<i>Capacidade de Estacionamento Coberto (autom.)</i>	<i>200</i>	<i>Possibilidade em duplicar por mais uma cave</i>

<i>Capacidade de Estacionamento Descoberto (autom.)</i>	<b>**30</b>	
*Nº Habitantes		*~ 300
*Nº unidades de Alojamento		*~180 quartos
* Em função do sentido tipológico da construção		
** Capacidade a complementar com o parque de estacionamento da Praça e demais programas envolventes, assim como com o estacionamento à superfície		

### 3.9. Complexo da FAP

O programa pretendido pela *Federação Académica do Porto* é agora especializado na forma de Programa Base de intervenção.

O imóvel em apreço agrega um conjunto de serviços e um auditório polivalente, tendo sido adoptada, para esta última valência, uma localização estabelecida por articulação directa com o espaço da Praça.

Procura-se a interligação de componentes programáticas estabelecidas por complementaridade ou acompanhamento mútuo, como o auditório, o centro multimédia e de documentação, e as instalações centrais da Rádio FAP.

A componente de alojamento de estudantes, assim como a componente baseada em espaços comerciais, apresentam enquadramento urbanístico pelas estruturas edificadas confrontantes a poente e a sul.

<b>Complexo da Federação Académica do Porto</b>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<i>Instalações da FAP e Rádio da FAP</i>		-
Recepção, secretariado, salas de estar e de trabalho, gabinetes, área SEJ, estúdio de rádio, redacção, arquivo, apoios e serviços	-	
<i>Sub-total / Ab</i>	<b>1 200,00 m2</b>	
<i>Centro Multimédia e Espaço Ágora</i>		-
Salas de trabalho e de estar, cafetaria, biblioteca de periódicos, áreas técnicas e serviços	-	
<i>Sub-total / Ab</i>	<b>1 200,00 m2</b>	
<i>Auditório polivalente</i>		Piso baixo e cave
Átrio, sala de estar, cafetaria, anfiteatro com 400 lugares, cena, serviços, arrecadações	-	
<i>Sub-total / Ab</i>	<b>1 600,00 m2</b>	
<b>Quadro resumo</b>		
<i>Implantação</i>	<b>1 700,00 m2</b>	
<i>Nº. de Pisos</i>	<b>3</b>	cv+r/c+2
<i>Área Bruta de Construção (não inclui estacionam. coberto)</i>	<b>4 000,00 m2</b>	
<i>Capacidade de Estacionamento Coberto (autom.)</i>	<b>100</b>	Possibilidade de duplicação
<i>Capacidade de Estacionamento Descoberto (autom.)</i>	<b>*30</b>	

\* Capacidade a complementar com o parque de estacionamento da Praça e demais programas envolventes





### 3.10. Pavilhão de Representação

Trata-se de um *compacto* constituído por uma nave multiusos, para eventos de representação da Universidade do Porto, e, nomeadamente, das valências agregadas no Espaço Ciência e Tecnologia, adjacente a poente.

O espaço da nave prolonga-se pela plataforma exterior a nascente, sobranceira ao Parque Urbano, podendo albergar exposições, certames, festas e outros eventos de representação.

Este espaço permite-se ainda à modelação como estúdio multimédia ou à realização de diversos eventos desportivos. Para esta última situação prevê-se a integração de instalações técnicas convenientemente dimensionadas, a par de áreas generosas de arrecadação e arrumos (para equipamento, mobiliário e acervos temporários em depósito).

A cabeceira norte da nave articula-se com um volume (simultaneamente interior e exterior ao espaço da nave) constituído por 3 pisos, destinados a áreas administrativas, de apoio e de exposição.

O último piso deste conjunto será ocupado por áreas de estar, bar, restaurante e sala de recepções, em situação de panorâmica abrangente ao Parque Urbano e restante área central do Pólo Universitário.

<i>Pavilhão de Representação</i>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<i>Nave Multiusos</i>		
Espaço polivalente	1 400,00 m2	
Arrecadação	600,00 m2	<i>av</i>
Plataforma exterior de apoio	1 800,00 m2	
<i>Sub-total / Ab</i>	1 400,00 m2	
<i>Recepção e auditório</i>		Piso baixo+1º andar
Auditório com 125 lugares, átrio, cafetaria, serviços		
<i>Sub-total / Ab</i>	1 100,00 m2	
<i>Serviços de Apoio</i>		1º e 2º andar
Salas de exposição	-	
<i>Sub-total / Ab</i>	500,00 m2	
<i>Bar/Restaurante</i>		2º andar
Salas de estar, bar, sala de refeições, serviços, arrecadação	-	
<i>Sub-total / Ab</i>	500,00 m2	
 <u>Quadro resumo</u>		
<i>Implantação</i>	2 100,00 m2	
<i>Nº. de Pisos</i>	Nave+3 pisos	Nave//cv+r/c+2
<i>Área Bruta de Construção (não inclui estacionam. coberto)</i>	3 500,00 m2	
<i>Capacidade de Estacionamento Coberto (autom.)</i>	180	
<i>Capacidade de Estacionamento Descoberto (autom.)</i>	20	

### 3.11. Espaço de Ciência e Tecnologia

Prevê-se que a componente programática estabelecida em áreas científicas e tecnológicas da investigação, formação avançada e ligação ao tecido empresarial, se constitua como uma das vertentes fundamentais da intervenção urbanística a empreender, e como veículo das pretendidas condições de inovação, por forma a que se produzam espaços de *interface de saberes* em pleno meio urbano.

As soluções espaciais e arquitectónicas deverão observar as novas expectativas do “habitar” na cidade existente, pelo preciso reconhecimento das exigências vivenciais e ambientais do futuro.

A componente alojamento temporário agregado ao programa do Espaço Ciência e Tecnologia poderá ser assegurado em articulação directa com o mesmo, ou por estrutura espacialmente autónoma como a Quinta de Lamas ou algumas das construções do pequeno núcleo de matriz rural existente a nascente da referida quinta.

Veja-se, a propósito, as considerações formuladas em *pto. 2.* acima, acerca das vertentes temáticas de ciência e tecnologia a desenvolver.

<i>Espaço de Ciência e Tecnologia</i>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<i>Centro de Recursos Multimédia e Comunicações</i>		Bloco nascente
Produção multimédia	-	
Intranet office	-	
Centro de vídeo conferência	-	
Módulos de tele-trabalho	-	
<i>Sub-total / Ab</i>	<i>1 700,00 m2</i>	
<i>Centro de Intermediação Tecnológica / PCT</i>		Bloco nascente
<i>Sub-total / Ab</i>	<i>3 000,00 m2</i>	
<i>Espaço de Incubação de Empresas</i>		Bloco poente
<i>Sub-total / Ab</i>	<i>2 500,00 m2</i>	
<i>Instituto de Formação Contínua</i>		Bloco poente
<i>Sub-total / Ab</i>	<i>4 000,00 m2</i>	
<i>Serviços gerais de apoio</i>		Corpo central
<i>Sub-total / Ab</i>	<i>800,00 m2</i>	
<b>Quadro resumo</b>		
<i>Implantação</i>	<i>3 400,00 m2</i>	1 600,00 m2 + 1 600,00 m2 + 200,00 m2
<i>N.º de Pisos</i>	<i>3 e 4</i>	bloco nascente: 2cv+r/c+2 bloco poente: 2cv+r/c+(2 ou 3)
<i>Área Bruta de Construção (não inclui estacionam. coberto)</i>	<i>12 000,00 m2</i>	
<i>Capacidade de Estacionamento Coberto (autom.)</i>	<i>600</i>	
<i>Capacidade de Estacionamento Descoberto (autom.)</i>	<i>60</i>	

### 3.12. Edifício de Habitação – Bloco Sul

Trata-se da construção de um edifício de habitação para estruturação da bolsa confrontante a poente com a futura Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

A solução urbanística baseia-se no modelo do quarteirão fechado, constituído por blocos de frente urbana contínua.

A integração dos blocos do Bairro da Asprela pressupõe a reabilitação física das construções e espaços exteriores fronteiros ou de logradouro.

O programa base encontra-se definido na correspondência a soluções tipológicas convencionais, embora se admita a possibilidade e interesse pela constituição de tipologias residenciais específicas.

<i>Edifício de Habitação – bloco sul</i>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<u>Quadro resumo</u>		
<i>Implantação</i>	2 180,00 m <sup>2</sup>	
<i>N.º de Pisos</i>	4	cv+r/c+3
<i>Área Bruta de Construção (não inclui estacionam. coberto)</i>	8 720,00 m <sup>2</sup>	
<i>N.º de Fogos</i>	72	*24T2+48T3
<i>N.º Habitantes</i>	264	**264
<i>Capacidade de Estacionamento Coberto (autom.)</i>	80	
<i>Capacidade de Estacionamento Descoberto (autom.)</i>	30	

\* Considerando um padrão tipológico convencional para balanço a 1/3 e 2/3 de fogos T2 e T3 respectivamente

\*\* Em função do sentido tipológico das construções

### 3.13. Alojamento, Comércio e Serviços

Trata-se de dois blocos-quarteirão estabelecidos desde o gaveto da Rua Dr. Plácido da Costa com a Rua Dr. António Bernardino de Almeida até ao novo espaço de praça para acesso ao Parque a partir daquele último arruamento.

A tipologia urbana e morfologias adoptadas requerem a construção do arruamento de serventia por nascente, com traçado paralelo à Rua Dr. António Bernardino de Almeida,

entre a Rua Dr. Plácido da Costa e o novo espaço de praça de acesso ao Parque.

Este arruamento poderá, ele próprio, constituir um dos acessos ao Parque Urbano, em articulação com a via transversal (frente norte do Parque) que acompanha a extrema sul dos terrenos adstritos ao FCDEF.

O programa proposto resulta do reconhecimento da função alojamento (quer de estudantes, quer enquanto habitação familiar convencional), a par do comércio e serviços de interesse local, como factores de centralidade e vivificação do sector urbano, actualmente marcado pela estrutura uni funcional de grandes equipamentos.

Subsiste no entanto a hipótese de vir a ser considerada a localização de um equipamento de ensino na área em apreço, situação a avaliar na próxima fase de desenvolvimento dos estudos.

Tal hipótese não compromete necessariamente a desejada componente de comércio e serviços.

Neste sentido, apresenta-se apenas um cenário baseado em tipologias convencionais de residência nos pisos altos, a par da organização de espaços comerciais e de serviços, a localizar nos pisos baixos da frente da Rua Dr. António Bernardino de Almeida e frentes dos gavetos norte e sul do conjunto edificado.

A serventia aos espaços comerciais e de serviços poderá ser estruturada por uma galeria, solução com possibilidades de recorrência a norte, até à estação de metro do IPO.

A inserção do traçado do metro obriga, naturalmente, à reorganização do perfil da Rua Dr. António Bernardino de Almeida, com substancial alargamento do passeio correspondente à sua frente nascente.

As volumetrias propostas baseiam-se no perfil e desenho conjunto das frentes urbanas da Rua Dr. António Bernardino de Almeida

A resolução do gaveto da Rua Dr. António Bernardino de Almeida com a Rua Dr. Plácido da Costa tem ainda em consideração o empreendimento previsto pelo Hospital de S. João, com desenvolvimento entre o referido gaveto e a futura estação de Metro do IPO.

O programa proposto deverá ser articulado com a organização dos espaços exteriores do FCDEF, para concertação dos termos de serventia ao equipamento, assim como no que respeita à adequação dos tratamentos ambientais e vedações a instalar.

A disposição dos campos de jogos do equipamento referido, tal como representados na planta de síntese e perfis em anexo, constitui apenas uma figuração esquemática que permite avaliar (ter presente) as escalas e condições de articulação mútua das correspondentes estruturas, não se constituindo, nestes termos, como proposta dos presentes estudos.

<i>Alojamento, Comércio e Serviços</i>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<i>Alojamento por tipologias convencionais ou por tipologias específicas para estudantes</i>		<i>Pisos altos Piso baixo - frente nascente</i>
	<i>Sub-total / Ab</i>	
	<i>22 500,00 m2</i>	
<i>Comércio e Serviços - módulos</i>		<i>Piso baixo na frente e gavetos da Rua Dr. Ant.º Bernardino de Almeida</i>
	<i>Sub-total / Ab</i>	
	<i>3 000,00 m2</i>	

#### Quadro resumo

<i>Implantação</i>	<i>5 600,00 m2</i>	
<i>N.º de Pisos</i>	<i>5</i>	<i>Bloco de gaveto: cv+r/c+4</i>
	<i>e</i>	<i>Bloco na R. Dr. Ant.º B. Almeida:</i>
	<i>4</i>	<i>cv+r/c+3</i>
<i>Área Bruta de Construção (não inclui estacionam. coberto)</i>	<i>25 500,00 m2</i>	
<i>N.º de Fogos (para solução por tipologias convencionais)</i>	<i>*180</i>	<i>*60T2+120T3</i>
<i>N.º Habitantes (para solução por tipologias convencionais)</i>		<i>**660</i>
<i>Capacidade de Estacionamento Coberto (autom.)</i>	<i>360</i>	<i>Possibilidade em duplicar</i>
<i>Capacidade de Estacionamento Descoberto (autom.)</i>	<i>60</i>	

\* Considerando um padrão tipológico convencional para balanço a 1/3 e 2/3 de fogos T2 e T3 respectivamente

\*\* Em função do sentido tipológico das construções

### **3.14 Pavilhão para Comércio e Serviços**

Trata-se de uma construção destinada a comércio e serviços, para apoio do espaço de praça fronteiro e percurso de acesso ao Parque urbano.

Esta construção deverá articular-se com o Espaço Ciência e Tecnologia e com o Pavilhão de Representação (imóveis a nascente), pelo que poderá integrar funções de acolhimento

estabelecidas junto ao principal acesso a partir da Rua Dr. António Bernardino de Almeida. As necessidades em estacionamento serão garantidas pela estrutura prevista no subsolo da praça confrontante a norte.

<i>Pavilhão para Comércio e Serviços</i>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<u>Quadro resumo</u>		
<i>Implantação</i>	<i>400,00 m2</i>	
<i>N.º de Pisos</i>	<i>3</i>	<i>r/c+2</i>
<i>Área Bruta de Construção (não inclui estacionam. coberto)</i>	<i>1200,00 m2</i>	
<i>Capacidade de Estacionamento Coberto (autom.)</i>	<i>90</i>	<i>Na Praça fronteira Possibilidade em duplicar</i>

### **3.15. Piscina Coberta** **Restaurante / Cafeteria / Serviços Comuns** **Jardim de Inverno**

No alinhamento da Alameda Central, com localização no interior do Parque Urbano e servido pelo arruamento da sua frente norte, propõe-se um *compacto* de funções mutuamente articuladas, e relacionadas com os temas estruturantes do próprio parque (jardim, água e árvore), reforçando o seu sentido lúdico e entendimento arquitectónico.

Trata-se de duas naves destinadas a Piscina e a Jardim de Inverno, intercaladas por uma estrutura de serviços comuns de apoio.

A integração volumétrica dos programas apontados procura aceder a uma estruturação funcional e imagem conjunta inovadora e marcante de todo o espaço aberto central da área intervencionada.

A localização e peculiaridades funcionais do conjunto são factores relevantes à imagem de todo o sector, pelas leituras a que se permite a partir de localizações mais remotas (Rua Dr. Roberto Frias, Rua Dr. António Bernardino de Almeida, nó de Paranhos/VCI), ou em situação de maior proximidade (da Alameda Central ou a partir da varanda/belvedere sobre o Parque, sistema este em que se integra o traçado do Metro Ligeiro).

O conjunto é dotado ainda de uma pequena plataforma de apoio para estacionamento de 3 autocarros e 10 automóveis residentes, sendo ainda possível assegurar alguma capacidade de estacionamento em baía longitudinal integrante do perfil do arruamento de serventia.

A *Piscina* constitui uma importante valência complementar aos equipamentos e demais

programas propostos, com relevo para a componente residencial de estudantes.

Prevê-se um tanque de 25,00 metros e demais condições técnicas que permitam diversificar os potenciais termos de utilização e gestão do imóvel, como os relacionados com actividades lúdicas e recreativas, eventos desportivos, aparato (como caixa e ecrã) multimédia ou macro luminária do Parque Urbano (em conjunto com o Jardim de Inverno), entre outras formas de utilização potencial.

O *Jardim de Inverno* consiste numa grande nave ajardinada e arborizada, a reconhecer como componente do Parque Urbano, e permitindo que este seja utilizado todo o ano por regimes de permanência e estadia.

A recorrência entre espaço exterior e espaço coberto poderá ser motivo de interesse para a concepção arquitectónica do imóvel e conjunto em que se integra.

Podendo albergar eventos de natureza cultural ou outros, este espaço será guarnecido por um bar/cafetaria e pelos necessários serviços de apoio (partilhados com a piscina).

Propõe-se ainda que integre áreas técnicas para sede de uma brigada de jardinagem residente, a dimensionar em função das exigências de instalação, manutenção e vigilância do Parque Urbano e Jardim de Inverno.

Refira-se, neste sentido, a conveniência da concertação entre todos os procedimentos de maneo das estruturas verdes, incluindo a arborização da alameda e dos arruamentos, e ainda dos espaços ajardinados adstritos aos diversos equipamentos, a reconhecer como um grande sistema composto por diversas ordens formais e ambientais hierarquizadas.

A componente *Restaurante/Cafetaria/Serviços Comuns* constitui valência de apoio a ambas as naves que o ladeiam (Piscina Coberta e Jardim de Inverno), pelo que integra os vestiários/balneários e recepção da piscina, assim como o serviço de restaurante, bar, cafetaria e serviço de esplanadas (a organizar no exterior do edifício e no interior do Jardim de Inverno).

Deverá ser prevista uma solução funcional que permita condições de articulação e autonomia das diversas componentes do programa (restauração, serviços, áreas técnicas e arrecadações).

<b><i>Piscina Coberta</i></b>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<u>Quadro resumo</u>		
<i>Implantação</i>	<i>650,00 m2</i>	
<i>N.º. de Pisos</i>	<i>1</i>	<i>nave</i>
<i>Área Bruta de Construção (não inclui estacionam. coberto)</i>	<i>900,00 m2</i>	
<i>Capacidade de Estacionamento Coberto</i>	<i>10 aut. 3 bus</i>	<i>Capacidades residentes do conjunto</i>
<b><i>Restaurante / Cafeteria / Serviços Comuns</i></b>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<u>Quadro resumo</u>		
<i>Implantação</i>	<i>350,00 m2</i>	
<i>N.º. de Pisos</i>	<i>4</i>	<i>cv+r/c+2</i>
<i>Área Bruta de Construção (não inclui estacionam. coberto)</i>	<i>1 400,00 m2</i>	
<i>Capacidade de Estacionamento Coberto</i>	<i>10 aut. 3 bus</i>	<i>Capacidades residentes do conjunto</i>
<b><i>Jardim de Inverno</i></b>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<u>Quadro resumo</u>		
<i>Implantação</i>	<i>1 000,00 m2</i>	
<i>N.º. de Pisos</i>	<i>1</i>	<i>nave</i>
<i>Área Bruta de Construção (não inclui estacionam. coberto)</i>	<i>1 500,00 m2</i>	
<i>Capacidade de Estacionamento Coberto</i>	<i>10 aut. 3 bus</i>	<i>Capacidades residentes do conjunto</i>

### 3.16. Pavilhões de Apoio

Trata-se de um conjunto de três pequenas estruturas de apoio às principais entradas do Parque, organizando lugares de encontro e de estadia articulados ao eixo da Rua Dr. Roberto Frias, e pontuando a varanda do espaço aberto e passeio público de nascente.

Baseados no serviço de cafeteria e de merendas, os vários módulos poderão ainda integrar outras componentes como tabacaria, banca de jornais, terminal multimédia/posto de informações (Internet e intranet).

É sugestiva a possibilidade dos pavilhões se articularem com os acessos ao parque de estacionamento proposto para o desvão da Rua Dr. Roberto Frias, permitindo assim integrar os equipamentos de apoio ao utente daquela estrutura.

Será ainda de considerar a organização de esplanadas para as unidades norte e central.



Esta última unidade revela especial importância como apoio vivencial do percurso de peões entre a Praça Central/Estação de Metro e o sector nascente, da Faculdade de Economia e da Quinta de Lamas.

Já o módulo sul é especialmente destinado à serventia do Parque de Estacionamento subterrâneo da Rua Dr. Roberto Frias, não obstante poder vir a revelar algum interesse como elemento de organização de um eventual futuro Adro do Cemitério de Paranhos.

Esta hipótese deverá ser equacionada no âmbito do estudo de remodelação do cruzamento em questão (Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, Rua Dr. Manuel Laranjeira, Rua Actor Ferreira da Silva e Rua Dr. Roberto Frias).

<b><i>Pavilhão norte</i></b>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<u>Quadro resumo</u>		
<i>Implantação</i>	<i>170,00 m2</i>	
<i>N.º de Pisos</i>	<i>1</i>	
<i>Área Bruta de Construção (não inclui esplanada)</i>	<i>170,00 m2</i>	
<b><i>Pavilhão central</i></b>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<u>Quadro resumo</u>		
<i>Implantação</i>	<i>230,00 m2</i>	
<i>N.º de Pisos</i>	<i>1</i>	
<i>Área Bruta de Construção (não inclui esplanada)</i>	<i>230,00 m2</i>	
<b><i>Pavilhão sul</i></b>	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<u>Quadro resumo</u>		
<i>Implantação</i>	<i>100,00 m2</i>	
<i>N.º de Pisos</i>	<i>1</i>	
<i>Área Bruta de Construção (não inclui esplanada)</i>	<i>100,00 m2</i>	

### 3.17. Quadro Síntese

	<i>Ab</i>	<i>Obs.</i>
<u>Quadro resumo</u>		
[3] Edifício de Comércio e Serviços	2 000,00 m <sup>2</sup>	
[4] Residência de Estudantes, Cantina e Serviços	8 500,00 m <sup>2</sup>	
[5] Complexo da FAP	4 000,00 m <sup>2</sup>	
[6] Pavilhão de Representação	3 500,00 m <sup>2</sup>	
[7] Espaço de Ciência e Tecnologia	12 000,00 m <sup>2</sup>	
[8] Edifício de Habitação – Bloco Sul	8 720,00 m <sup>2</sup>	72 fogos; 264 hab.
[9] Alojamento, Comércio e Serviços	25 500,00 m <sup>2</sup>	Tipologias a definir
[10] Pavilhão Para Comércio e Serviços	1 200,00 m <sup>2</sup>	
[13] Piscina Coberta	900,00 m <sup>2</sup>	
[14] Restaurante / Cafeteria / Serviços Comuns	1 400,00 m <sup>2</sup>	
[15] Jardim de Inverno	1 500,00 m <sup>2</sup>	
[16] Pavilhões de Apoio	500,00 m <sup>2</sup>	3 unidades
	<i>Pl-mi</i>	<i>Pt-mi</i>
<i>Viário 1.</i>	600,00	3,00+5,60+3,00
<i>Viário 2.</i>	730,00	3,00+5,60+3,00
<i>Viário 3.</i>	750,00	3,00+5,60+3,00
<i>Viário 4.</i>	850,00	3,00+5,60+3,00
<i>Alameda Central</i>	290,00	3,00+7,00+16,00
	<i>Ab</i>	<i>exteriores</i>
<i>Parque (apenas o recinto central naturalizado)</i>	45 000,00 m <sup>2</sup>	espaços exteriores e jardins envolventes não incluídos
<i>Praça de acesso ao parque por poente</i>	3 000,00 m <sup>2</sup>	
<i>Praça do Pólo Universitário</i>	2 200,00 m <sup>2</sup>	

## 4. Notas Para Um Programa de Estruturação Paisagística<sup>25</sup>

### 4.1. Introdução e Objectivos

O Programa de Intervenção Paisagística aqui apresentado assenta no desenvolvimento de uma acção unificadora, ancorada num desenho paisagista despojado mas afirmativo, consonante com os princípios da perenidade, da sustentabilidade, e da diversidade biológica e sensorial dos sistemas vivos.

Esta abordagem visa criar uma paisagem contemporânea, congruente e diversificada, que contribua para uma ligação satisfatória entre os espaços edificados e a sua envolvente, no sentido de construir uma unidade territorial de elevada qualidade visual e ambiental.

Os objectivos deste programa base pretendem a instalação e consolidação de uma estrutura verde urbana capaz de cumprir o seguintes requisitos:

- Maximizar a permeabilidade do solo;
- Criar oportunidades para a instalação de espaços exteriores amplos, desafogados, seguros, e de fácil manutenção;
- Maximizar a presença da vegetação na matriz urbana, sobretudo a de porte arbóreo;
- Promover o carácter visual e ecológico dos lugares;
- Estimular a diversidade biológica e sensorial, a partir de comunidades pré-existentes ou de novas estruturas verdes e húmidas que cumpram essas funções;
- Moderar o micro-clima urbano e mitigar os efeitos de poluição atmosférica e de escoamento superficial de águas pluviais;
- Criar oportunidades de utilização recreativa para todas as faixas etárias da população;
- Tirar partido das pré-existências na área do Parque, mantendo linhas de água a céu aberto, mantendo comunidades arbóreo-arbustivas e mantendo zonas húmidas (salgueiral, charcas e lameiros).

---

<sup>25</sup> Col. Paulo F. Marques.

O projecto de espaços exteriores onde domina a componente viva é sempre um processo contínuo, completamente dependente dos ritmos naturais, do crescimento, do uso e da gestão das áreas homogéneas concebidas.

O seu dinamismo é elevado, evoluindo após a instalação, de um estado incipiente e frágil para um estado climax e mais estável, onde plenamente se consumam as intenções desenhadas.

#### **4.2. Desenho dos Espaços Colectivos**

O desenho adoptado para a zona correspondente ao Parque da Asprela assenta no modelo paisagístico de clareira-orla aplicado ao espaço urbano, que otimiza a relação do Homem com o exterior, garantindo uma elevada funcionalidade de uso e gestão do traçado-tipo, e otimiza aspectos de diversidade sensorial e ecológica.

Este modelo preocupa-se em minorar custos de instalação e manutenção, sem comprometer a estabilidade do desenho e o seu diálogo com as unidades construídas, prevendo-se que evolua, a médio prazo (10 - 20 anos), para um conjunto formalmente estável, de aceitável qualidade estética e significativa biodiversidade.

Todo o desenho reflecte um intencional contraste entre zonas abertas (clareiras) e zonas densamente plantadas (orlas e maciços), permitindo ao utilizador obter sensações múltiplas, respectivamente provocados por efeitos de clausura e expansão/abertura visual.

As *clareiras* são espaços abertos que criam oportunidades para actividades de movimento, pisoteio e elevada densidade de utilizadores; em termos recreativos definem espaços que promovem o passeio, a brincadeira, o jogo e a festa.

São dominadas pelo estrato herbáceo ou sub-arbustivo, o qual, para manter as características de espaço aberto com elevada capacidade de carga, deve ser frequentemente cortado, regado e escarificado.

As clareiras são zonas onde a sucessão ecológica é regularmente interrompida por um fenómeno natural ou cultural de perturbação, o qual impede a natural evolução das formações vegetais para os estados subsequentes, onde começam a dominar comunidades arbustivas e arbóreas; esta dinâmica vem favorecer um habitat particularmente favorável às

actividades humanas como o movimento.

As *orlas* são unidades de espaço revestido por formações arbustivas, arbóreo-arbustivas ou arbóreas, normalmente com elevada densidade de coberto vegetal.

Constituem ecossistemas de transição de elevada diversidade sensorial e ecológica, que oferecem uma multiplicidade de habitats, um elevado número de efeitos sensoriais dinâmicos, provocados pelas características físicas e biológicas das formações vegetais em presença (efeitos formais, cromáticos, texturais, sazonais, aromáticos, luminosos, etc.).

As orlas promovem o efeito de barreira contra o ruído, a poluição atmosférica, os ventos e a insolação, permitindo o controle de vistas, e otimizando as características do lugar ao nível micro-climático.

O seu dinamismo sazonal, expresso pela transformação cíclica da vegetação ao longo do ano, e a clausura selectiva que estabelecem, provocam no utilizador sensações mistas de protecção e surpresa, as quais enriquecem a experiência do lugar, suscitando o interesse e o convite à sua descoberta.

A orla é normalmente constituída pelos estratos arbóreo, arbustivo e herbáceo, correntemente dominada pelos dois primeiros, dando origem a comunidades vegetais lenhosas muito ricas que funcionam como verdadeiros pólos de diversidade.

Quanto maior for o número de estratos florísiticos presentes na orla, maior o seu potencial ecológico e sensorial. Esta deve, portanto, evoluir no sentido da sucessão ecológica normal (no sentido das formações arbóreas climácicas), podendo em situações de exiguidade de espaço ser intervencionada pontualmente de modo a estimular ou aumentar o seu potencial de biodiversidade.

De um modo geral, o estrato arbóreo deve assim ser mantido em crescimento livre e o estrato arbustivo em crescimento semi-livre, no sentido de maximizar os efeitos estéticos e ecológicos criados pelas suas formas naturais, texturas das folhagens e intensidade de cor das florações.

Pelo facto de criarem oportunidades de abrigo, alimento e refúgio à micro-fauna silvestre, constituem ainda zonas prioritárias para a observação e fruição das espécies mais "extrovertidas", com particular relevo para as aves canoras e insectívoras, bem representadas na área em estudo.

### 4.3. O Parque da Asprela – Principais Tipologias de Intervenção Paisagística<sup>26</sup>



*Tipologia do Parque – Estrutura dominante maioritariamente definida por maciços arbóreos em crescimento livre sobre coberto herbáceo cortado regularmente*

[B169] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base  
[PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP, RM, PFM]

O Parque da Asprela segue um desenho e organização espacial que assenta nos conceitos e tipologias de *parque*, amplamente explorados na cultura ocidental.

O parque corresponde assim a uma tipologia de paisagem ordenada, que predominantemente se caracteriza por um amplo espaço verde permeável onde crescem árvores, dispersas ou em grupo (com uma métrica ordenada ou aleatória) sobre um revestimento herbáceo ou sub-arbustivo cujo crescimento é regularmente controlado pelo corte, pastoreio ou fogo.

As oportunidades de movimento, de vistas e de exploração, tornam-na uma das tipologias paisagísticas mais favoráveis ao uso e gestão humana, sendo por isso sido adequada a actividades de produção e recreio.

Existem em Portugal inúmeros exemplos de paisagem cultural que seguem este modelo, tais como os montados, os soutos, os olivais, os amendoais, os figueirais e os pomares.

No espaço urbano, esta tipologia tem seguido os modelos de parque muito desenvolvidos e divulgados pela cultura anglo-saxónica, que assentam na tipologia de parque urbano inglês e norte americano, setecentista e oitocentista, cujos desempenhos espacial, ecológico, funcional e estético mantêm uma notável actualidade, devido ao eficaz e sustentável uso contemporâneo que propiciam.

---

<sup>26</sup> Contributo de MARQUES, Paulo Farinha, 2000, O Parque da Asprela: Principais Tipologias de Intervenção Paisagística, in Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Porto, *Rui Mealha, arquitectos*.

No Parque da Asprela estão previstas as áreas homogéneas que seguidamente se apresentam.

### ***Zona de Conservação (Salgueiral, Charcas e Lameiros)***



a em estudo - *Zona húmida de elevada diversidade biológica, elevado efeito sensorial e elevado interesse referencial.*  
[B170] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base  
[PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP, RM, PFM]

Situa-se na ala nordeste do Parque e corresponde a um ecossistema de zona húmida relativamente estabilizado, onde se identificam três unidades paisagísticas fundamentais e de elevado valor biológico, estético e referencial: o Salgueiral, as charcas e os lameiros.

O Salgueiral é um maciço arbóreo de salgueiros brancos (*Salix alba* ssp. *vitellina*), em crescimento livre nos últimos anos, definindo a orla dos campos (lameiros).

É um habitat particularmente importante para insectos e aves insectívoras e canoras de elevado perfil ambiental.

Esta unidade deve ser integralmente preservada em crescimento livre, sendo assim integrada no Parque sem qualquer esforço de instalação, gestão ou manutenção.

As Charcas situam-se no lado norte do salgueiral, e correspondem a um ecossistema espontâneo, formado pela acumulação de água, originando uma zona húmida colonizada por uma comunidade dominada pelo lírio dos charcos (*Íris pseudacorus*), sumauíma (*Thypha latifolia*) e salgueiro branco (*Salix alba* ssp. *vitellina*), tendo ainda alguns exemplares de borrazeira negra (*Salix atrocinerea*) e amieiro (*Alnus glutinosa*).

O seu valor como habitat é elevado, sustentando uma interessante (e surpreendente) comunidade faunística de aves aquáticas, tais como o pato real, a galinha de água e o galeirão (todos estes observados durante visita ao local em Outubro de 1999).

Neste sentido as charcas devem ser preservadas no seu estado actual, continuando a desempenhar a sua função de promoção e suporte da diversidade biológica, tão difícil de conseguir na paisagem urbana e rural dos nossos dias.

Os Lameiros situam-se no lado sul do salgueiral, constituindo a tipologia primordial dominante neste vale, e testemunho do seu anterior uso agrícola.

Os que restam são zonas húmidas cultivadas e ciclicamente geridas pelo Homem (unidade de paisagem cultural), constituindo espaços abertos dominados por formações herbáceas, particularmente importantes pela sua composição florística de herbáceas vivazes, de onde se destacam várias espécies de hortelã brava (*Mentha* sp.), botão de ouro (*Ranunculus repens*) e várias espécies de gramíneas vivazes.

A intensificação da agricultura em toda a Europa, com as acções de drenagem, uso indiscriminado de herbicidas e a prática de monoculturas quimicamente fertilizadas, a par do crescimento das cidades, são aspectos que progressivamente remetem estes ecossistemas agrícolas para a condição de extinção.

Os processos de expansão e crescimento da cidade determinam por vezes, como na Asprela, a interiorização na malha urbana de bolsas residuais de terrenos desta tipologia.

Assim, a sua preservação no contexto do futuro Parque é imprescindível, devendo continuar a desempenhar as suas funções de espaços abertos geridos regularmente através de cortes altos com gadanheira, de modo a manterem a sua composição florística.

O seu valor para a vida silvestre é muito grande, tendo mesmo sido observado um bando de narcejas, que, aparentemente indiferentes à envolvente urbana em transformação, continuam a usar estes lameiros para estacionar e se alimentar.

Estas unidades concentram em si o que há de mais valioso na área em estudo, definindo o



seu próprio interesse contemporâneo e afirmando o seu carácter único na matriz urbana envolvente.

***Maciços Arbóreo-Arbustivos de Estruturação Espacial, Habitat e Enquadramento em crescimento livre***



a em estudo – *Estrutura/matriz: clareira-orla; prados e lameiros (clareiras) e salgueiros (orlas e maciços)*  
[B171] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Programa Base  
[PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP, RM, PFM]

De acordo com a tipologia de Parque adoptada, as amplas zonas de clareira serão rematadas com novos elementos lineares de orla e maciços de estruturação espacial.

Estes, de composição arbóreo-arbustiva, pretendem celebrar o salgueiral herdado, sendo por isso predominantemente previstos em espécies arbóreas autóctones, em crescimento livre, regularmente plantadas sobre revestimento arbustivo ou herbáceo em crescimento semi-livre.

As espécies arbóreas previstas são o salgueiro-branco (*Salix alba* ssp. *vitellina*), a borrazeira negra (*Salix atrocinerea*), o amieiro (*Alnus glutinosa*), o choupo negro (*Populus nigra*) e o sabugueiro (*Sambucus nigra*).

Na ala oeste, em áreas mais secas e afastadas da Zona de Conservação da Natureza, a

estrutura verde arbóreo-arbustiva poderá ainda incorporar espécies de árvores, nativas ou ornamentais, maioritariamente de folha caduca, evocativas da vegetação natural e cultural da cidade/território, tais como o carvalho roble (*Quercus robur*), o pinheiro manso (*Pinus pinea*), a tília (*Tilia* sp.), o plátano (*Platanus x acerifolia*), o liquidambar (*Liquidambar styraciflua*) e o tulipeiro (*Liriodendron tulipifera*).

Estas unidades irão constituir os principais volumes verdes do Parque, desempenhando importantes funções ao nível do desenho do espaço, enquadramento de unidades edificadas, estabelecimento de novos habitats e formação de barreiras contra elementos ambientais indesejáveis.

### ***Prados Semi-Espontâneos cortados regularmente***



Área em estudo - Clareiras de prados e lameiros rematados com orla de salgueiral.  
[B172] Rui Mealha, 1997, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela,  
Programa Base  
[PUASP/PB, Fundação Ciência e Desenvolvimento, UP, CMP, RM, PFM]

Em contraponto às unidades de orla e maciços arbóreo-arbustivos, as clareiras de prado cortado e regado afirmam-se como a tipologia dominante do Parque.

São zonas amplas que permitem fluxo e o movimento de pessoas, garantindo a função de

espaço aberto desafogado que convida ao passeio e guia as vistas através dos volumes arbóreos e dos elementos de água.

Devem instalar-se a partir de sementeira de mistura de gramíneas e leguminosas a definir oportunamente. Nas zonas baixas, os prados devem ser mantidos húmidos, deixando-os evoluir para situações similares às que ocorrem nos lameiros, quer do ponto de vista de composição florística quer do ponto de vista da gestão e manutenção.

Neste sentido estas zonas baixas não serão drenadas para poder desempenhar o papel de novas comunidades herbáceas húmidas.

Nas zonas mais altas, e por isso mais secas, os prados deverão seguir um tratamento similar ao dos relvados, incluindo a instalação de rega automática por aspersão. Esta é a tipologia mais exigente em acções de gestão e manutenção, requerendo cortes frequentes, rega e escarificação, de modo a desempenhar a sua função de revestimento apto para o pisoteio generalizado.

### *Elementos de Água para Enquadramento e Estimulação da Diversidade Biológica e Visual*

#### *Lago para estimulação visual e da fixação da vida silvestre.*

No seio da clareira principal que se desenvolve longitudinalmente ao Parque, prevê-se um pequeno lago semi-naturalizado, formado pela inundação da zona baixa a partir da construção de um açude nas linhas de drenagem naturais. Esta unidade funcionará como elemento de estimulação ecológica e visual, adicionando biodiversidade, luz e dinamismo ao lugar.

As suas margens serão maioritariamente naturalizadas, deixando que a vegetação espontânea se desenvolva, garantindo troços de margem em que o prado é cortado até ao plano de água para permitir que as vistas fluam ininterruptamente.

O lago pode constituir um elemento gerador do Parque, podendo contribuir para um elevado valor cénico e biológico.

### ***Caminhos do Parque para Peões e Ciclistas***

A circulação pedonal, de ciclistas e eventuais cavaleiros é garantida através de percursos que atravessam o Parque, ligando-o aos pontos de entrada e de concentração de actividades. Estes caminhos devem ser em pavimento permeável ou semi-permeável para os peões e ciclistas, e pavimento permeável para cavaleiros.

### ***Esplanadas e Zonas de Estadia***

Em zonas com boa exposição solar e vistas gratificantes poderão ser instaladas esplanadas, zonas de estadia no exterior, espaços de encontro e pontos de miradouro, associados a algum equipamento edificado de apoio.

A sua existência deve estimular o uso do Parque, criando oportunidades para formas de recreio e animação urbana.

### ***Zonas de Recreio Infantil e Juvenil***

Junto às zonas de esplanada e estadia, ou por enquadramentos específicos a definir, poderá ser localizado equipamento de recreio infantil e juvenil, que crie oportunidades para experimentar actividades de estimulação e criatividade motora das camadas mais jovens da população.

Poderão ser considerados programas de base didáctica no que respeita aos temas, mecanismos e enquadramentos a desenvolver (o conhecimento do jogo/o jogo do conhecimento).

### ***Ruas Arborizadas***

*Árvores de crescimento médio-rápido, folha caduca, crescimento livre, inst. em caldeiras*

As ruas e alamedas arborizadas desenvolvem-se em toda a área urbana em estudo, definindo alinhamentos de ritmo regular que traduzem um elevado efeito formal.

Cada unidade de alinhamento deverá integrar árvores de uma só espécie, de grande porte, folha caduca e crescimento livre.

Estas árvores serão plantadas em caldeiras desenhadas nos passeios pedonais, bem

drenadas, preenchidas com boa terra vegetal fertilizada, e regadas automaticamente.

Os indivíduos arbóreos a utilizar devem ser especialmente formados para árvores de arruamento (fuste não inferior a 2,50 metros), copa natural e guia principal intacta e viva.

Os alinhamentos de cada rua são homogéneos, à base de espécies caducifóleas, de grande porte e interesse primaveril, estival e outonal, sobretudo ao nível da cor e textura das folhas.

Estas árvores devem ser geridas e mantidas em crescimento livre, não devendo por isso ser submetidas a qualquer tipo de poda, de modo poderem exibir o seu perfil natural durante o inverno, com o característico efeito textural e escultórico das copas sem folhas

As espécies previstas serão seleccionadas de entre aquelas que têm provado sucesso adaptativo na região, significativo efeito ornamental e bom desempenho no espaço urbano, tais como o plátano (*Platanus x acerifolia*), a tília de folhas pequenas e copa estreita (*Tilia cordata* “Greenspire”), o carvalho roble (*Quercus robur*), o liquidambar (*liquidambar styraciflua* ou *Liquidambar orientalis*), o tulipeiro (*Liriodendron tulipifera*), o castanheiro-da-índia (*Aesculus x carnea*), o bordo (*Acer pseudoplatanus*), o choupo negro estreito (*Populus nigra* “Italica”) e a ginkgobiloba (*Ginkgo biloba*).

### ***Praças / Zonas Pavimentadas e Arborizadas***

Determinados espaços exteriores adstritos a alguns equipamentos e serviços, e abertos na malha urbana proposta, poderão, por alternativa e em complemento ao Parque, criar oportunidades para organização de jardins.

Estes espaços devem ser desenvolvidos a partir de um desenho conjunto e organização espacial que maximize a permeabilidade dos solo, a intercepção de águas pluviais, a fixação de poeiras atmosféricas, as actividades de movimento, a estadia e o deleite visual.

Neste sentido devem ser dotados de zonas de clareiras relvadas, orlas arbóreo-arbustivas de elevada diversidade biológica e sensorial, percursos pedonais permeáveis ou semi-permeáveis, elementos água em movimento, equipamentos de recreio infantil e juvenil, locais de esplanada em zonas microclimaticamente favoráveis e sobre pavimentos semi-permeáveis.

## 5. Procedimentos de Articulação

A solução base proposta revela um conjunto de exigências de articulação, para sucessiva integração e concreção dos correspondentes programas parciais.

A próxima fase de *Estudo Prévio* deverá ser instruída, na medida do possível, por validação dos principais programas estruturantes, e que, no essencial, se prendem com o traçado viário e infra-estrutura do Metro Ligeiro, assim como com o Parque Urbano, a Praça, a Alameda Central e demais programas edificados articulados por esta última estrutura espacial.

Neste sentido, e para progresso dos trabalhos, aponta-se, entre outros, os seguintes procedimentos de articulação a desenvolver:

- **UP**

Articulação com os diversos intervenientes institucionais presentes no Pólo Universitário.

- **CMP**

Articulação com a Câmara Municipal do Porto, para enquadramento das propostas face aos termos de planeamento e gestão do sector urbano da Asprela.

O enquadramento das infra-estruturas, a par dos programas de estruturação urbanística previstos e propostos para todo o sector urbano, são aspectos que importam ao progresso dos trabalhos.

A reorganização do perfil transversal da Rua Dr. Roberto Frias e da Rua Dr. António Bernardino de Almeida, a remodelação do cruzamento fronteiro à Faculdade de Economia, o novo traçado viário e respectiva articulação com Rua da Asprela, Rua Dr. António Bernardino de Almeida, Rua Dr. Plácido da Costa, Rua Dr. Roberto Frias e Rua Dr. Manual Pereira da Silva, a construção de parques de estacionamento e a reabilitação do Bairro da Asprela, são, entre vários outros, alguns dos temas a debater.

- **Empresa Metro do Porto**

Avaliação das condições de inserção da infra-estrutura, localização da Estação do Pólo Universitário, e demais exigências técnicas a observar no desenvolvimento do projecto. Avaliação das questões de natureza operativa, como calendarização de projectos e

obras, promoção das mesmas, e formas de articulação com as acções adjacentes e outras intervenções espacialmente coincidentes.

- **FAP**

Desenvolvimento e progressiva concreção do programa, a par da definição dos investimentos, faseamentos e atribuição (iniciativa) das acções parciais.

- **U. Católica**

Concertação do programa para inserção do eixo principal sul/norte na Rua Dr. António Bernardino de Almeida, assim como para tratamento das novas confrontações com a ESB.

- Possíveis **Parceiros** ou Investidores em algumas das acções propostas, avaliando as exigências operativas e outras a reconhecer pelas soluções a desenvolver.

- **Outras entidades**, para divulgação e discussão das propostas de estruturação urbanística e estruturação ambiental da área em estudo.

Em novembro de 2001, foi editado o ANTEPROJECTO DA ÁREA CENTRAL DO PÓLO DA ASPRELA, após um conjunto de procedimentos de articulação com diversas entidades, como a CMP, o PCTP, a METRO do PORTO, a DRARN-N, a UP, a FEUP (Pedro Ramalho), entre outras, tendo sido consideradas as seguintes alterações em relação ao Estudo Prévio, conforme relatório de progresso que acompanhava o trabalho.

As propostas da fase anterior foram desenvolvidas, ajustadas e acrescentadas por referências acerca das especialidades envolvidas, como o paisagismo, arruamentos e pavimentação, iluminação pública, redes hidráulicas e RSU, de modo a poderem ser lançados concursos e desenvolvidos os projectos das obras de urbanização e de edificação. Esta fase dos estudos revelou-se crucial à fixação dos principais componentes de estruturação urbanística, nomeadamente no que respeita ao programa e correspondentes termos gerais de concreção morfológica e tipológica.

### **Nota de Síntese – Propósitos fundamentais da Intervenção**

O projecto tem em vista o completamento da intervenção institucional nas suas diversas componentes de estruturação funcional, estruturação urbanística e estruturação ambiental, desenvolvidas para a área abarcada pelos estudos.

Pretende-se a construção do *lugar urbano da Asprela* na perspectiva da afirmação de uma forte identidade própria e respectiva coligação aos sectores urbanos envolventes, e no que ainda será possível e pertinente realizar.

A solução proposta baseia-se fundamentalmente no modelo urbanístico adoptado, a reconhecer pelos seguintes aspectos gerais:

- Formalização de um sistema de espaços colectivos, constituído pelas novas alamedas, praças, arruamentos e demais serventias mutuamente articuladas, e coligadas com as malhas urbanas envolventes;
- Edificação dos quarteirões resultantes, definidos na correspondência às unidades funcionais existentes e propostas;
- Instalação de um parque urbano inserido no sistema de espaços naturalizados, transversal ao sector da Asprela, igualmente constituído pelo lameiro da Quinta de Lamas e pelos *corredores verdes* que acompanharão os novos arruamentos de articulação com as malhas da Areosa e do Amial.



Esta componente será pontuada por unidades funcionais específicas como o jardim de Inverno, o espaço de representação (nave polivalente), centro de estágios, unidade hoteleira e diversos pavilhões de apoio;

- Enriquecimento e diversificação da estrutura programática, por introdução de factores de centralidade e funções de guarnição vivencial da malha urbana resultante e coalescente, como alojamento por tipologias convencionais, alojamento de estudantes, comércio e serviços de proximidade, valências desportivas e espaços verdes ajardinados e arborizados de utilização colectiva;
- Clarificação dos padrões gerais de mobilidade, por desenvolvimento do traçado, correcção de barreiras urbanísticas e arquitectónicas, inserção da infra-estrutura do metro e de canais destinados a transportes colectivos (e correspondentes interfaces), e instalação de capacidade de estacionamento bastante às exigências das unidades funcionais existentes e propostas, entre outros aspectos igualmente pertinentes;
- As componentes lúdicas, cultural e ambiental, fundamentais à construção de nexos urbanos relevantes, permitem considerar um conjunto de aspectos inovadores quanto às relações entre a universidade e a cidade, como expressão de uma atitude integradora da universidade face ao espaço urbano em construção, assumindo formas de compreensão recíproca ao nível da linguagem urbanística.

Os componentes agregadores da solução resultam assim do seu próprio desenho, como estruturas integrantes de sistemas abrangentes, como arquitectura urbana que se pretende significativa, e como processo de aquisição da pretendida expressão relacional com a cidade.

Espera-se, deste modo, a recomposição morfológica, funcional e significativa do lugar intervencionado, reconhecendo os seus valores e potencialidades intrínsecas, a par da correspondente capacitação cívica e vivencial efectiva, como *espaço de habitar* qualificado.

## **Programa de Estruturação Urbanística (ANTEPROJECTO – Solução Proposta)** **Os Grandes Sistemas Espaciais**

A solução geral proposta baseia-se na afirmação dos seguintes grandes sistemas espaciais mutuamente concertados, e articulados face ao contexto urbano envolvente:

O *Sistema Transversal* (nascente/poente) é fundamentalmente constituído pela estrutura do espaço aberto do futuro *Parque da Asprela* e correspondentes (eixos) *frentes de serventia*.

O arruamento da frente sul do Parque (Viário 2), estabelecido entre a Rua Dr. Roberto Frias e a Rua da Asprela, prolongando-se ainda até à Rua Dr. António Bernardino de Almeida, constitui o principal eixo deste sistema.

O *Parque da Asprela* constitui o grande espaço aberto de utilização colectiva, sendo concebido por reconhecimento dos significantes morfológicos e ambientais que ainda subsistem (linhas de água, salgueiral e lameiros), assim como por reconhecimento das respectivas potencialidades cívicas e vivenciais.

A sua escala e desenvolvimento transversal aberto ao traçado do sector urbano da Asprela (com frentes para a Rua Dr. Roberto Frias e Rua Dr. António Bernardino de Almeida), são factores que determinam a importância estruturante deste espaço central.

Os componentes do sistema em apreço, como as vias transversais (integrando a Rua Dr. Plácido da Costa), os espaços abertos e a arborização recorrente, prolongam-se ainda a nascente (Lameiro da Quinta de Lamas e espaços verdes adjacentes à Via Estruturante da Faculdade de Engenharia), e a poente (novo arruamento de ligação entre a Rua Dr. António Bernardino de Almeida e a Rua de S. Tomé - alameda arborizada - com prolongamento pela Rua da Azenha).

O sistema transversal apontado adquire assim uma escala abrangente ao sector da Asprela, contribuindo ainda para a correspondente coligação aos sectores urbanos da Areosa e do Amial.

O *Eixo Longitudinal* é constituído pelo *arruamento sul/norte* (entre a Rua Dr. Manuel Pereira da Silva e a Rua Dr. António Bernardino de Almeida) e pelas estruturas espaciais

rasantes e agregadas ao mesmo, como a *Alameda do Pólo Universitário*, a *Praça da Asprela* e o *Passeio Público / Varanda Poente do Parque da Asprela*.

As várias ordens espaciais conjugadas neste sistema permitem considerar condições de recorrência e plena articulação funcional, pelo que o arruamento e alameda propostos constituem os principais elementos de estruturação urbanística da área em estudo.

A Alameda revela-se como a estrutura espacial mais significativa, de articulação e serventia aos vários equipamentos existentes e previstos, como eixo aglutinador dos factores de centralidade preconizados, e como um dos principais acessos formais ao Parque Urbano.

O *Programa Preliminar* de Intervenção urbanística, abrangente a todo o sector urbano, assim como o *Programa Base*, anteriormente desenvolvidos, reconhecem o prolongamento a sul do sistema em apreço, e respectiva inserção no eixo da Rua do Ave / Rua do Mondego, onde se conjuga com o *Sistema Rasante à VCI* que, para além das ordens formais e funcionais já apontadas, integra ainda a instalação de cortinas ambientais e outros tratamentos paisagísticos considerados relevantes.

De resto, este sistema, para além de repor as ligações entre os eixos cortados pelos elementos da macro estrutura viária, permite-se ainda a um novo atravessamento da A3 (por passagem inferior junto ao nó com VCI), a nascente da Rua Actor Ferreira da Silva, situação concorrente ao melhoramento das condições de articulação entre os sectores da Asprela e da Areosa, para o que igualmente concorrem a nova Via Estruturante da Faculdade de Engenharia e a passagem superior proposta pelo *Programa Preliminar* em situação rasante ao nó com a Estrada da Circunvalação e a sul do mesmo.

A imagem prevalecente da maioria dos eixos propostos decorre da sua expressiva arborização, estrutura esta que permite o respectivo entendimento arquitectónico, como vector de contextualização da solução à escala de todo o sector urbano, e como um dos *ligantes* (ordem espacial, formal e funcional de articulação) dos seus vários quadrantes constitutivos.

Refira-se que toda a componente de reconhecimento e de modelação do suporte físico precipita-se no ponto em que se cruzam os principais eixos transversal e longitudinal (junto à extrema norte da futura Alameda do Pólo Universitário), cuja *cota mestra* de 108,70

metros permite compatibilizar as diversas condicionantes decorrentes do traçado das infra-estruturas (urbanísticas e de mobilidade, incluindo o traçado do Metro, parcialmente em túnel), assim como no que respeita às condições de assentamento das construções e à inserção dos demais componentes do programa de intervenção.

### **Alameda do Pólo Universitário**

A Alameda do Pólo Universitário constitui o principal espaço colectivo estruturante de todo o sector central da intervenção, sendo fundamentalmente concebido como passeio público e álea formal de acesso ao Parque Urbano.

Constitui uma estrutura de ligação e serventia aos equipamentos e serviços existentes e previstos para a área situada entre a Rua Dr. Manuel Pereira da Silva e o espaço aberto do futuro Parque Urbano, como as residências de estudantes, Faculdade de Medicina Dentária, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Estação de Metro do Pólo Universitário, Praça da Asprela, edifício Sede da FAP, e os edifícios de alojamento, comércio e serviços servidos directamente pela Alameda e pela Praça adstrita à mesma.

Pela estrutura funcional servida, a Alameda constitui-se como o *espaço central* do sector urbano da Asprela, onde, a par da Estação de Metro e dos equipamentos referidos, é ainda proposta a localização de alojamento (por tipologias convencionais e residências de estudantes), de serviços de interesse local, e de comércio de proximidade por segmentos diversificados (agências bancárias, cafés, restaurantes, comércio cultural, supermercado, estabelecimentos comerciais diversificados, etc.).

A infra-estrutura do Metro, assim como a estação do Pólo Universitário, surgem agora em túnel no desvão da Alameda, pelas razões apontadas em 4.5., encontrando-se no entanto asseguradas condições de flexibilidade que permitam a eventual retoma da solução em superfície, por partilhada do espaço com os peões, tal como preconizado pelo Programa Base dos presentes estudos.

Encontra-se ainda prevista, em *Programa Preliminar*, a possibilidade do prolongamento da Alameda para sul da Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, e respectiva inserção na Rua Dr. Manuel Laranjeira e Rua do Actor Ferreira da Silva, para o que integrará a Rua do Ave e a Rua do Mondego, dos Bairros de Paranhos e do Outeiro.

A norte, a alameda terá sequência espacial pelo Passeio Público/Varanda do Parque, com

desenvolvimento até à Rua Dr. António Bernardino de Almeida.

A *Alameda* constitui, pelas suas características, termos de inserção urbanística e potencialidades vivenciais, o espaço cívico por excelência, estruturante central de toda a solução, pelo que deverá ser devidamente guarnecida por equipamento e mobiliário urbano de apoio à circulação e estadia de peões, incluindo cobertos e alpendres. Veja-se, de resto, que parte da Alameda será acompanhada pelas galerias/porticados urbanos das construções adjacentes.

A última versão da infra-estrutura do Metro impede a organização de estacionamento automóvel no subsolo da Alameda do Pólo Universitário, encontrando-se previstos vários parques de estacionamento na sua envolvente directa, com especial relevo para o que se localiza a sul do Núcleo Cultural Académico da Cidade, que poderá vir a ser constituído à superfície ou enquanto construção específica (silo-auto com frente comercial e de serviços face à Alameda).

### **Praça da Asprela (Praça Central)**

A Praça da Asprela constitui-se como um dos principais espaços colectivos de todo o sector urbano resultante da intervenção proposta.

Esta Praça integra o sistema espacial estruturado pela Alameda, onde se concentram toda uma série de factores de centralidade como serviços e comércio de interesse local.

De resto, é pretendida uma estrutura multi-funcional composta igualmente por alojamento de tipologias convencionais, residências de estudantes, espaços de restauração e muitas outras valências de guarnição vivencial do lugar urbano preconizado.

Directamente articuladas ao espaço da praça encontram-se ainda funções como a Estação de Metro do Pólo Universitário (no desvão da Alameda), o edifício do Núcleo Cultural Académico da Cidade que integra um pequeno auditório polivalente, e uma superfície comercial/supermercado (Pavilhão de Comércio e Serviços, que constitui a frente nascente do espaço de praça).

O desvão da Praça será ocupado por um parque de estacionamento subterrâneo que poderá ser articulado com as estruturas similares previstas para as áreas (e programas) adjacentes.

As condições de implantação, acessos e demais características do referido parque de estacionamento admitem, precisamente, a possibilidade da respectiva interligação com as

unidades funcionais envolventes ao espaço de praça.

Como espaço de encontro e de estadia de peões, a Praça da Asprela será guarnecida por mobiliário e equipamento urbano adequados ao acolhimento dos seus usuários, por elevados padrões de conforto, incluindo a instalação de esplanadas servidas pelas funções previstas para as suas frentes urbanas.

Neste mesmo sentido, os edifícios envolventes à futura Praça serão dotados de galerias ou porticados directamente articulados com o espaço colectivo.

Estas estruturas conformam um sistema espacialmente recorrente de percursos cobertos, com desenvolvimento em torno da Praça, ao longo da Alameda, e ao longo de toda a frente sul do Parque Urbano até à Rua Dr. Roberto Frias.

### **Passeio Público / Varanda Poente**

O Passeio Público é estabelecido na continuidade da Alameda do Pólo Universitário, ligando-a à Rua Dr. Bernardino de Almeida, onde se insere, integrando o sistema longitudinal de espaços colectivos abrangentes ao sector urbano intervencionado.

O carácter de “passeio público” resulta do seu generoso perfil transversal (entre 6,90m e 9,20m), dos tratamentos ambientais específicos (pavimentos sem juntas, integralmente faceados e pontuados por arborização formal), e por constituir um dos principais acessos à futura Praça da Asprela, ligando-a ao quadrante norte/poente do sector urbano intervencionado.

Tratando-se da frente poente do parque, e pelo desnível resultante face ao mesmo, adquire ainda a qualidade de varanda ou belveder sobranceiro ao espaço aberto naturalizado.

A frente poente do Parque urbano será assim conformada por um muro de suporte em perpeanho de granito amarelo, aparelhado a junta seca, com desenvolvimento correspondente ao peitoril (0,60m) do Passeio Público à cota alta.

O sistema longitudinal em que se integra o Passeio Público resultará da modelação do terreno, sendo conformado pelo referido muro de granito do Parque Urbano (a nascente) e pela estrutura do parque de estacionamento subterrâneo do PCTP (a poente).

O intervalo entre as duas estruturas/muros de suporte será aterrado, por forma a permitir a instalação das árvores que acompanham o sistema Viário 1./Passeio Público, assim como para inserção de galeria técnica destinada ao encaminhamento das infra-estruturas

urbanísticas.

No referido intervalo “entre muros” localizar-se-á ainda a conduta de drenagem dos terrenos integrantes do futuro Parque Urbano da Asprela, e para encanamento da linha de água no tramo a que corresponde.

O encaminhamento das infra-estruturas apontadas processa-se em direcção à Rua Dr. António Bernardino de Almeida, onde se inserem na redes existentes que, para o efeito, deverão ser reforçadas.

A conduta da linha de água e de drenagem dos terrenos a naturalizar, terá continuidade para poente pela infra-estrutura já existente, prevendo-se, no entanto, a hipótese de melhoramento das condições de atravessamento da Rua Dr. António Bernardino de Almeida (por rebaixamento da actual conduta e da primeira caixa de visita a jusante).

Os pavimentos destinados aos peões serão integralmente nivelados e acabados por betuminoso pigmentado, com excepção de uma faixa de passeio longitudinal junto ao corredor de circulação automóvel, que será acabada por pedrinha de granito azul conformada por guias e contra-guias igualmente em granito.

O remate do pavimento junto ao parapeito de granito (Varanda do Parque) será igualmente assegurado por contra-guias ou lajeado de granito.

### **Praça do Parque**

O Passeio Público/Varanda do Parque é rematado a norte por um espaço de praça, lateral à Rua Dr. António Bernardino de Almeida, que se constitui como uma das charneiras comuns aos dois grandes sistemas espaciais apontados (Sistema Transversal e Sistema Longitudinal).

Esta nova praça resulta como o principal espaço de recepção e acesso, por norte, ao interior da área central intervencionada, cumprindo ainda as funções inerentes à sua qualidade como *adro* do Parque Urbano.

O Parque Urbano é estabelecido assim a partir deste espaço de praça, por uma extensa rampa relvada, o que propicia condições de acesso informal ao seu interior.

É igualmente a partir da nova Praça Poente que se estabelece um dos principais acessos ao espaço central da Praça da Asprela, assegurado pelo Viário 1./Passeio Público, eixo este que apresenta assim um desenvolvimento “entre praças”.

A Praça do Parque é parcialmente arborizada por bosqueto formal, procurando-se assim conjugar as ordens ambientais propostas ao longo dos arruamentos envolventes ao Parque Urbano, frentes estas que confluem precisamente no espaço colectivo proposto.

O bosqueto assegura uma interessante ordem de “fecho” e sombreamento (*espaço fresco*), em contraponto com os espaços abertos confrontantes a nascente e a poente (Parque Urbano e área adjacente à Rua Dr. António Bernardino de Almeida).

A actual versão da infra-estrutura do Metro prevê a inserção da via dupla à superfície da nova praça e ao longo da rampa correspondente ao sector poente do Parque Urbano.

A frente norte da nova praça é conformada por um bloco quarteirão destinado a unidade hoteleira (ou, em alternativa, destinado a alojamento por diversas tipologias), assim como para comércio e serviços no piso térreo.

A frente sul é constituída por um pavilhão destinado a comércio e serviços, o que reforça os termos de centralidade do novo espaço colectivo.

As confrontações de nascente e de poente são, como já referido, constituídas pelo Parque Urbano e pela Rua Dr. António Bernardino de Almeida, respectivamente.

O parque de estacionamento do bloco quarteirão confrontante a norte prolonga-se para a área não arborizada no subsolo da nova praça, aproveitando o desnível entre a actual cota do terreno e a cota proposta para a soleira pública, tal como adiante esquematizado (em 4.4.).

### **Varanda e Espaços de Nascente**

Os Espaços Colectivos de Nascente resultam fundamentalmente da remodelação da Rua Dr. Roberto Frias, nomeadamente por alargamento do passeio confrontante com o futuro Parque Urbano da Asprela.

Os desníveis entre o passeio da Rua Dr. Roberto Frias e os terrenos confrontantes destinados ao Parque Urbano, conferem ao primeiro daqueles espaços públicos a qualidade de limite e varanda sobranceira à área naturalizada do parque.

Na extremidade norte do espaço colectivo a recriar, organiza-se um dos acessos ao interior do Parque Urbano, pelo novo arruamento transversal (Viário 3B.).

Este mesmo eixo, que será de utilização condicionada (com soleira à cota do passeio) por



privilégio dos peões, servirá igualmente o equipamento compacto inserido na frente norte do Parque Urbano.

O espaço da Varanda em questão é rematado a norte por um pequeno pavilhão de apoio com implantação junto à referida entrada do Parque.

Na extrema sul do espaço-Varanda insere-se o novo arruamento transversal de acesso à Praça da Asprela e acesso ao próprio Parque Urbano (Viário 2.), e que se constitui como frente sul deste último espaço.

Junto à inserção do referido eixo (Viário 2.) com a Rua Dr. Roberto Frias, localizam-se o pretendido Centro de Estágios/Nave Polivalente (Pavilhão de Representação), e um novo complexo residencial para estudantes.

Estas unidades funcionais terão serventia directa a partir da Rua Dr. Roberto Frias e do Espaço-Varanda em questão.

Para além da referida inserção do Viário 2., a extrema sul do sistema em apreço é ainda rematada por um pequeno espaço de Adro do Cemitério de Paranhos, lateral ao mesmo, pontuado por um pavilhão de apoio.

Este espaço de Adro deverá ainda ser articulado com o espaço de estar arborizado, de cota sobrelevada, no gaveto da Rua Dr. Manuel Laranjeira com a Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, sendo ainda de considerar o alargamento pontual dos passeios deste último arruamento.

Prevê-se o aproveitamento do desvão do espaço-Varanda confinante com o jardim público, por organização de um percurso coberto em porticado, estrutura esta que se articula, a norte, com o parque de estacionamento subterrâneo previsto para os terrenos da Quinta de Lamas.

O referido porticado, para além de acrescentar uma ordem formal ao remate nascente do jardim, assegura a continuidade do sistema de percursos cobertos estabelecidos ao longo da Alameda do Pólo Universitário, Praça da Asprela e frente sul do Parque Urbano.

O parque de estacionamento proposto para a Quinta de Lamas procura contribuir para o enquadramento das actuais cargas de aparcamento informal na Rua Dr. Roberto Frias, destinando-se ainda à guarnição das novas funções apontadas, com relevo para o próprio Parque Urbano da Asprela e respectivos equipamentos de apoio.

Para além de outros aspectos inerentes ao tratamento dos limites da Quinta de Lamas e do

recinto da Faculdade de Economia (organização dos acessos, tratamentos paisagísticos e ambientais, etc.) refira-se o interesse pela reposição da ordem de arborização formal da Rua Dr. Roberto Frias, caracterizada por exemplares de grande porte.

### **Percurso Coberto (Frente Sul do Parque Urbano)**

Este programa consiste na construção de uma galeria coberta que acompanha o passeio sul do novo eixo designado como Viário 2, para o tramo com desenvolvimento entre a Rua Dr. Roberto Frias e a futura Praça da Asprela.

A estrutura em apreço é concebida como uma consola adossada ao terreno do IPATIMUP, aproveitando o desnível do mesmo, servindo ainda como espaço de varanda e remate dos jardins daquela entidade.

Como percurso coberto propicia condições de conforto adequadas aos peões, para as ligações que estabelece, inserindo-se em sistema abrangente que se prolonga a norte, pelo porticado à cota do Parque Urbano (ao longo da Rua Dr. Roberto Frias), e a sul, ao longo da Alameda do Pólo Universitário.

Desprovido de pilares de apoio, esta estrutura arquitectónica pretende assegurar uma ordem formal de excelência, que delimite e qualifique a frente sul do Parque Urbano.

Reforçando este último aspecto, é proposta a instalação de um painel de azulejaria com cerca de 2,10 metros de altura, disposto ao longo de, praticamente, todo o paramento vertical da estrutura em apreço.

O painel deverá ser pontualmente interrompido para acerto das fiadas de azulejos, já que o mesmo se desenvolve ao longo de uma pendente ligeira.

O tema do referido painel de azulejaria será objecto de desenvolvimento e discussão no âmbito de estudos específicos, a partir de uma ideia do lugar, e tendo em atenção as dimensões e as formas de leitura dinâmica do artefacto disposto ao longo de um percurso com cerca de 220 metros.

Pelas suas características peculiares, é sugestiva uma aproximação narrativa aos significantes do lugar, em diálogo com o lameiro e salgueiral confrontantes, e a conjugar com a representação das novas relações entre a universidade e a cidade, entre outros motivos de composição a considerar oportunamente.

Sendo uma das componentes do percurso em que se insere, a estrutura em consola

contribuirá ainda para a organização de algumas infra-estruturas, com especial relevo para a ordem de iluminação pública da superfície rasante destinada aos peões, para o que integrará um friso contínuo (sanca) de iluminação especial (pelas suas próprias características de cor, intensidade e luminescência), destinada igualmente à valorização do painel de azulejos a instalar.

O painel de azulejos poderá constituir uma acção autónoma, ou integrar o simpósio de arte urbana pretendido como acção de animação destinada a equipar o Parque Urbano e os restantes espaços colectivos preconizados.

### **Parque Urbano da Asprela**

Este programa é fundamentalmente estabelecido por reconhecimento dos significantes morfológicos e ambientais que subsistem na área em estudo, constituindo-se como um importante nódulo do sistema natural de que ainda restam alguns testemunhos, como os valados das linhas de água a nascente (afectados pelo traçado da Via Estruturante da Faculdade de Engenharia) e a poente (afectados pelos diversos equipamentos existentes e pelo empreendimento imobiliário da LPCC) da área em estudo, sendo os terrenos permeáveis a sul do FCDEF e o lameiro da Quinta de Lamas as estruturas naturais com efectiva relevância significativa e manifesto interesse patrimonial.

A estrutura do *Parque* corresponde assim ao espaço aberto de confluência das linhas de água, estabelecido entre a Rua Dr. Roberto Frias e a Rua Dr. António Bernardino de Almeida, sendo as suas frentes norte e sul marcadas por novos arruamentos de serventia.

O seu entendimento como Parque Urbano advém da diversidade das suas estruturas constitutivas existentes e propostas, como o pequeno bosque (ulmeiros e salgueiros), o lameiro, charca e prado, os jardins formais e naturalizados, o jardim de inverno, as linhas de água, o pequeno espelho de água, as veredas, as esplanadas, e os diversos equipamentos de apoio.

A área de parque é envolvida pelos seguintes espaços e estruturas fundamentais:

- A *frente nascente*, fronteira à Faculdade de Economia, é entendida como *varanda* do Parque, a formalizar por alargamento do passeio da Rua Dr. Roberto Frias. No desvão desta varanda organiza-se um percurso coberto à cota do parque;
- A *frente poente* (plataforma de assentamento do arruamento e passeio público

estabelecido entre a Rua Dr. António Bernardino de Almeida e a nova Praça da Asprela) constitui-se igualmente como *varanda* ou *belveder* do Parque (assente em muro de suporte em alvenaria de granito, calçado e aparelhado a junta seca).

O Parque Urbano é rematado a poente por uma nova praça parcialmente arborizada por bosque formal, para onde conflui por uma extensa rampa relvada;

- A *frente sul* é constituída por um dos principais eixos transversais ao sector urbano (Viário 2.), assegurando condições de acesso ao interior do Parque, acesso à área central da futura Praça da Asprela e Alameda do Pólo Universitário, e serventia às unidades funcionais que nele se apoiam;

- A *frente norte* é conformada por um eixo de utilização condicionada, para acesso ao Parque Urbano e serventia do seu principal equipamento interior – o edifício *compacto/loft* de Piscina Coberta, Cafeteria, Restauração e Jardim de Inverno.

Este eixo terá soleiras formalmente conotadas com o ambiente do próprio parque, e destinadas preferencialmente a peões e bicicletas.

Neste sentido, os seus pavimentos serão nivelados com as superfícies de peões adstritas à Rua Dr. Roberto Frias e Rua Dr. António Bernardino de Almeida.

A densidade da arborização pretendida para os arruamentos envolventes (renques formalmente alinhados) é factor de inter-penetração dos referentes ambientais propostos, e factor de simultânea delimitação espacial do Parque, cuja área interior deseja-se visualmente muito depurada.

Embora se pretenda um entendimento arquitectónico do programa do Parque e das correspondentes frentes-limite, a sua componente natural revela-se fortemente expressiva, sobretudo para o sector arborizado de nascente.

O Parque resulta assim como um espaço aberto, de cota inferior ao espaço urbanizado e frentes envolventes, e com razoável dimensão à escala do sector urbano da Asprela.

Como princípio geral de concepção do Parque, considera-se o mesmo como constituído pelas seguintes três áreas ou espaços fundamentais, que se fundem na grande bacia em forma de masseira.

### *Sector Central*

É no *espaço central*, fortemente marcado pela presença da água, onde se concentram os

principais equipamentos, em edifício compacto, por conjugação dos programas da Piscina, Jardim de Inverno, Restaurante, Apoios de Cafetaria, e outras valências complementares.

O edifício compacto, sendo transparente e translúcido, garante uma inter-penetração entre as áreas interiores e exteriores, sendo relevantes os temas da água e do jardim associados, respectivamente, às componentes programáticas da Piscina e do Jardim de Inverno.

A envolvente exterior do edifício compacto constitui-se como espaço de estar, encontrando-se assim preparada para a instalação de esplanadas e demais equipamentos de guarnição vivencial.

É aqui que, de resto, convergem as diversas veredas e percursos, assim como os valados que alimentam o espelho de água.

O sector central do Parque Urbano apresenta-se ainda como remate naturalizado da Alameda do Pólo Universitário, sendo esta considerada como um dos principais percursos de entrada no mesmo.

O acesso ao Parque a partir da Alameda será garantido por um escadório de granito e de madeira que poderá ainda ser utilizado como anfiteatro ao ar livre.

O espelho de água será envolvido por uma bacia de cheia, para protecção da envolvente natural do parque, e para protecção da entrada do túnel do metro, em caso de inundação.

Encontra-se formulada uma solução técnica em que a água do referido espelho é autonomizada da linha de água natural, tornando-a assim imune face ao estado de poluição em que esta última se encontra, não obstante a necessária acção de limpeza e de eliminação das fontes de poluição detectadas.

O pequeno lago será ainda dotado de sistema de recirculação da água, por reposição a montante, sendo que a energia necessária a esta operação poderá ser gerada pela própria queda de jusante, conferindo assim condições de auto-suficiência ao sistema.

### Sector Nascente

O espaço naturalizado a nascente é fundamentalmente constituído pela área de prado, pelo lameiro e pelas notáveis espécies autóctones em presença (salgueiros, ulmeiros e outras espécies em estado fitossanitário aceitável).

As soluções de tratamento e valorização desta área reconhecem os termos da respectiva articulação formal com o Lameiro da Quinta de Lamas.

Junto à Rua Dr. Roberto Frias, este sector encontra-se pontuado por um pequeno pavilhão de cafetaria, a norte, e pelo Centro de Estágios (que integra uma componente de cafetaria de acesso público) e pelas residências de estudantes, a sul, funções que pontuam as correspondentes entradas do Parque.

O Centro de Estágios integra um espaço de representação que consiste numa nave polivalente aberta ao espaço ajardinado envolvente, pretendendo-se assim um efeito de continuidade e inter-penetração entre os espaços interior e exterior.

Encontra-se ainda prevista a instalação de equipamentos (brinquedos) destinados a crianças, de espaços informais para exercício de modalidades desportivas, e de uma série de artefactos didácticos e de entretenimento (jardins temáticos de base didáctica, muro de escalada, caixas de salto, pistas de malha, pontões lúdicos, mesas de jogos, entre vários outros artefactos a considerar oportunamente).

Neste mesmo sentido é considerada a instalação de artes urbanas alusivas às relações entre a universidade e a cidade, entre outras temáticas centrais.

Prevê-se a hipótese da realização de um simpósio de artes urbanas como acção de concepção, produção e instalação dos primeiros elementos de arte urbana.

Serão ainda construídas pequenas estufas para apoio às necessidades de instalação e de manutenção do Parque Urbano. Propõe-se, de resto, a instalação de uma brigada de jardinagem residente, agregada ao jardim de inverno, que garanta as condições de instalação, manutenção e vigilância das áreas verdes preconizadas.

Prevê-se, por último, a inserção de uma série de cobertos e alpendres, para apoio dos principais percursos, e para sinalização dos pontos de articulação entre veredas.

Considera-se que os equipamentos e artefactos a instalar, para além de contribuírem para uma perspectiva inovadora do espaço colectivo, deverão ser concebidos como elementos escultóricos, instalações, objectos de arte urbana ou de pendor tecnológico.

### Sector Poente

O espaço ajardinado a poente é fundamentalmente constituído por uma extensa rampa ervada/relvada de ligação à Rua Dr. António Bernardino de Almeida, com pendente estabelecida entre a Praça do Parque, lateral ao referido eixo viário, e o espelho de água proposto para o sector central do Parque Urbano.

Todo o sector poente do Parque, encimado pelo referido espaço de praça (como ordem de articulação formal com a Rua Dr. António Bernardino de Almeida) e envolvido por varandas altas, e pela estrutura em anfiteatro que assim resulta, apresenta interessantes potencialidades para acolhimento de eventos de animação urbana de média e de grande dimensão.

O *compacto* edificado proposto a jusante desta área, poderá, porventura, constituir-se como suporte e aparato de cena de tais eventos de animação urbana.

Este sector é ainda percorrido pela infra-estrutura do Metro Ligeiro, ao longo da rampa entre a Praça do Parque (a poente, lateral à Rua Dr. António Bernardino de Almeida) e a entrada do túnel a construir no subsolo da Alameda do Pólo Universitário.

A referida rampa, que caracteriza este sector do Parque Urbano, será modelada por aterro e conformada pelo muro de suporte da Varanda Poente.

Os materiais de aterro provêm do rebaixamento das cotas da área a inundar pelo espelho de água, assim como das escavações para construção dos diversos parques de estacionamento previstos para a sua envolvente directa.

A drenagem dos terrenos e o encaminhamento das águas para norte/poente, obedecerá à solução técnica de base apontada pelos presentes estudos.

Para além de condutas específicas a inserir sob o Passeio Público/Varanda Poente, e da eventual construção de novas infra-estruturas junto à Rua Dr. António Bernardino de Almeida, é ainda considerada uma bacia de contenção de cheias (envolvente ao espelho de água do sector central do Parque) para segurança da infra-estrutura do metro e protecção das áreas verdes envolventes.

Como estrutura técnica de instalação e gestão do Parque, propomos ainda a localização, no Jardim de Inverno, de instalações destinadas a uma brigada de jardinagem residente, constituídas por áreas de serviço, garagem, armazém e uma pequena unidade de alojamento.

Neste mesmo sentido, é igualmente proposta a construção de uma série de pequenas estufas, para apoio às tarefas de instalação e de manutenção do Parque e dos restantes espaços verdes de utilização colectiva previstos para o sector urbano da Asprela.

O Parque Urbano será guarnecido por estruturas de estacionamento automóvel a construir em toda a sua envolvente, como o parques de estacionamento subterrâneo ao terreno da Quinta de Lamas fronteiro à Rua Dr. Roberto Frias (a nascente), o parque de estacionamento da Praça do Parque (a poente) e o parque de estacionamento do campo de jogos do FCDEF (a norte).

Pretende-se assim que os referidos parques de estacionamento sejam entendidos como estruturas de guarnição do próprio Parque Urbano e dos equipamentos aí instalados, para além de, naturalmente, servirem as funções existentes e previstas na sua envolvente directa.

Os presentes estudos integram ainda o Projecto Geral do Parque Urbano que, para além do desenho dos aspectos já apontados, incluirá a especificação dos equipamentos e dos elementos de mobiliário a instalar.

Pretende-se que o Parque seja equipado com uma série de elementos e artefactos de guarnição vivencial, de utilização lúdica e recreativa, ou de base didáctica, tecnológica e artística, que deverão ainda ser concebidos como arte pública, numa perspectiva de inovação estética, funcional e significativa.

Veja-se ainda, neste mesmo sentido, os já referidos elementos escultóricos, o painel de azulejaria (para a sua frente sul), os artefactos para jogos e actividades radicais, os jardins temáticos e os próprios elementos de mobiliário ou respeitantes a algumas das infra-estruturas a instalar.

Serão então consideradas estratégias específicas para produção e instalação de tais equipamentos, artes e artefactos, que poderão configurar parcerias com várias entidades, ou o desenvolvimento de determinadas acções, como a realização de seminários e simpósios de produção desses mesmos elementos.

### **Adro do Cemitério**

Este programa consiste na conformação de um pequeno espaço colectivo lateral ao Cemitério de Paranhos e à Rua Dr. Roberto Frias, junto ao cruzamento com a Rua Dr. Manuel Pereira da Silva.



Trata-se da remodelação do espaço existente, bonificando as condições de conforto, acolhimento e estadia de peões.

O espaço de largo será rematado a norte por um pequeno pavilhão de apoio (quiosque, florista, apoio sanitário), assim como pela residência de estudantes. O piso baixo deste último edifício será ocupado por pequenos espaços comerciais (cafetaria e similares).

Refira-se ainda que é no Adro do Cemitério que desemboca o extenso percurso coberto que o liga à Praça da Asprela e à Alameda do Pólo Universitário. Este percurso, para além da estrutura específica a inserir ao longo do arruamento, integra ainda a galeria/porticado das construções a implantar junto ao Cemitério de Paranhos, destinadas a alojamento de estudantes.

O tratamento deste espaço de largo deverá ser articulado com a remodelação do espaço fronteiro, no outro lado da Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, de cota sobreelevada e arborizado, condições estas que lhe conferem um ambiente de recolhimento muito próprio. Para o efeito, sugere-se a execução de um pequeno escadório orientado a norte no sentido do Adro proposto.

O Cemitério encontra-se desprovido de Adro, pelo que os espaços referidos poderão cumprir as funções de acolhimento dos seus utentes, nomeadamente por ocasião das cerimónias religiosas cometidas ao equipamento.

### **Núcleo Cultural Académico da Asprela**

Trata-se de um programa constituído essencialmente por valências de representação a instalar no edifício implantado na frente sul da futura Praça da Asprela, participando intensamente na conformação e imagem deste novo espaço colectivo.

Encontrando-se ao serviço da comunidade académica e também da população em geral, pretende-se que este programa interprete, precisamente, alguns dos principais factores de inter-relacionamento entre a Universidade e a Cidade, resultando assim como um importante pólo de guarnição vivencial da nova praça.

Será ainda de reconhecer a importância da sua frente/serventia a partir da Alameda do Pólo Universitário, onde é sinalizada uma solução (volumétrica) de chamada ao percurso em galeria/porticado que acompanha longitudinalmente todo o edifício.

A referida galeria integra o sistema de percursos cobertos que envolvem a Praça da Asprela

e a ligam ao Parque Urbano (pela frente da Alameda do Pólo Universitário), tendo ainda sequência, pela consola proposta como frente sul do Parque urbano, até à Rua Dr. Roberto Frias

O imóvel em apreço, com 5 pisos acima do nível do solo, agrega um conjunto de serviços e um pequeno auditório polivalente, directamente articulados com o espaço da Praça.

Procura-se a interligação das diversas componentes programáticas estabelecidas por complementaridade ou acompanhamento mútuo, como o auditório, um centro multimédia e de documentação, o espaço-ágora, as áreas de trabalho, podendo ainda vir a ser consideradas instalações centrais de uma estação de rádio da academia.

O estacionamento próprio do programa será assegurado no parque adjacente a sul [P1], podendo ainda, para o efeito, ser considerada a construção de caves agregadas ao próprio edifício. Esta última situação apresenta-se especialmente sugestiva caso se opte pela alternativa edificada como solução para o referido parque de estacionamento.

### **Parque de Ciência e Tecnologia do Porto - PCTP**

- a) Enquadramento Geral
- b) Cronologia
- c) Referência Funcional
- d) Solução de Base

#### a) Enquadramento Geral

A instalação da unidade funcional do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (PCTP) constitui uma das principais acções estruturantes do Projecto da Área Central do Pólo II da Universidade do Porto.

A componente programática estabelecida em áreas científicas e tecnológicas de investigação, formação avançada e ligação ao tecido empresarial, configura uma das vertentes fundamentais da intervenção urbanística a empreender, pelas complementaridades que permite estabelecer com os equipamentos já instalados e previstos para o sector, e pela capacidade de inovação que veicula por via da produção de espaços de *interface de saberes* em pleno meio urbano.

As soluções espacial e arquitectónica deverão observar as novas expectativas do

“habitar/usufruir” a cidade existente, pelo preciso reconhecimento de padrões vivenciais e ambientais de grande relevância.

Poderá vir a ser contemplada uma componente pontual de alojamento temporário agregado ao programa do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto, em articulação directa com o mesmo, ou por estruturas espacialmente autónomas a definir para o sector urbano da Asprela.

#### b) Cronologia

A Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (APCTP) encontra-se neste momento a finalizar a 1ª Fase dos Pólos de Santa Maria da Feira e das Taipas, para que dentro (de cerca) de um ano se inicie a fase de instalação de empresas e de centros de tecnologia nessas duas áreas.

Entretanto, com o desenvolvimento do processo de instalação daqueles dois pólos, constatou-se a necessidade de criar um novo pólo do Parque de Ciência e Tecnologia (PCTP) no centro da Área Metropolitana do Porto (AMP), com funções complementares dos anteriores.

É hoje consensual que os Pólos das Taipas e de Santa Maria da Feira encontram-se dirigidos sobretudo para empresas tecnológicas predominantemente industriais, com necessidades sensíveis de espaço para as suas instalações, para as quais a localização nessas áreas relativamente distantes do centro da AMP não se constitui como entrave, seja porque apresentam menores exigências de proximidade ao Porto, seja porque o factor de centralidade que as motiva encontra-se associado a outros fenómenos, como a integração em manchas industriais de grande densidade, de que são exemplos o Vale do Ave ou a zona de Entre-Douro-e-Vouga.

Neste contexto, e atendendo à procura que normalmente solicita este tipo de infra-estruturas, decidiu a Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto, em estreita articulação com a Universidade do Porto, desenvolver um novo Pólo do PCTP com carácter diferenciado dos anteriores, dirigido essencialmente para empresas de serviços de alto valor acrescentado tecnológico, com menores exigências quantitativas de espaço para as suas instalações, mas com maiores exigências de centralidade, quer relativamente à AMP, quer, sobretudo, aos principais centros de produção de conhecimento tecnológico.

Neste domínio, assumem especial relevo as Universidades, que normalmente se constituem como áreas de captação de mão-de-obra, e como espaços com massa crítica suficiente para gerarem as sinergias necessárias ao aparecimento de novas iniciativas empresariais de base tecnológica.

A Universidade do Porto, por outro lado, está a desenvolver o programa da Asprela, onde se localizam já diversos centros de formação superior, entre os quais se destacam a Faculdade de Engenharia, a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Economia, o Instituto Superior de Engenharia do Porto (Instituto Politécnico), a Escola Superior de Biotecnologia (Universidade Católica) e a Universidade Portucalense, entre outros.

Neste contexto, a zona urbana revela-se como a maior concentração regional de docentes, estudantes e investigadores nos diversos domínios tecnológicos.

Assim, este espaço constitui-se como uma área excepcionalmente atractiva para a localização de empresas com componentes tecnológicas significativas, não só pela proximidade aos centros universitários referidos e proximidade a instituições de investigação e desenvolvimento que gravitam na área de influência das Universidades, mas também pela elevada qualidade urbana pretendida para a envolvente do espaço em causa.

### c) Referência Funcional

Nos termos do conceito de ocupação do espaço, a obtenção de uma elevada qualidade ambiental constitui-se como referência fundamental, tendo por isso sido considerados no desenvolvimento do projecto *Pólo da Asprela do PCTP* os seguintes requisitos de base:

- A localização da edificação deverá apresentar uma elevada coerência, de modo a resultar uma forte unidade de toda a estrutura pretendida;
- Manter a densidade de ocupação a um nível reduzido, de modo a promover um ambiente ameno, de transição entre os espaços verdes (do parque e dos jardins) e os espaços construídos;
- Embora mantendo uma relação franca com os restantes espaços do Pólo II da UP, as construções do PCTP deverão estar preferencialmente orientadas para o espaço natural do futuro parque de lazer que irá ser instalado neste espaço;
- Conceber um edifício de maior notoriedade, onde se localizarão as sedes da APCTP e do Parque em Rede, o qual poderá constituir-se como referência central deste Pólo de Ciência

e Tecnologia;

- Evitar a existência de vias rodoviárias de atravessamento que possam compartimentar ou interferir com a unidade espacial do PCTP, reduzindo-lhe a sua unidade interna.

Em termos programáticos, neste novo Pólo de Ciência e Tecnologia serão edificadas, para além da sede da APCTP, as construções destinadas às seguintes funções:

- Instalação de empresas tecnológicas, principal componente em termos de área de construção;
- Localização de entidades complementares, como será o caso da sede do Parque em Rede ou do Instituto de Formação Contínua da Universidade do Porto;
- Funções comuns (auditórios, salas de reunião, salas de teleconferência, salas de exposição, cafetaria, restaurante, etc).

Importará referir que, relativamente às empresas tecnológicas cuja instalação é pretendida nesta área, admite-se um tratamento diferenciado segundo três tipos de situações:

- Empresas âncora, de dimensão significativa, cuja localização no pólo constituirá um factor fundamental de atracção de outras entidades;
- Empresas em regime de incubação, disponibilizando espaços para localização de novas estruturas empresariais em fase de arranque, e por períodos determinados;
- Empresas tecnológicas existentes que pretendam localizar-se neste pólo, seja pelos serviços disponibilizados pelo PCTP, seja pela proximidade aos centros de investigação e de formação, seja pela proximidade a empresas com níveis tecnológicos semelhantes.

Também será importante ter presente que, relativamente às empresas que venham a instalar-se neste novo Pólo do PCTP, todas elas deverão observar as seguintes duas características: em primeiro lugar, não deverão ser muito exigentes relativamente às áreas de que necessitam (apontando-se como dimensão típica de uma empresa um valor da ordem da centena de metros quadrados), e, para além disso, deverão apresentar um elevado valor acrescentado tecnológico.

Naturalmente que, para o caso das empresas âncora, a dimensão média será bastante superior ao número referido, e, em contraponto, as empresas em regime de incubação

deverão registar uma dimensão média inferior.

#### d) Solução de Base

A área destinada ao PCTP constitui-se como uma plataforma modelada, adjacente (a nascente) à Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica (ESB-UC).

A sua morfologia resulta dos termos de estruturação urbanística e de estruturação ambiental de todo o sector, tal como preconizados pelo projecto urbano em curso, e com relevo para os seguintes aspectos:

- O programa edificado do PCTP constitui-se como um imóvel único, não obstante se afirmar por volumetrias recortadas por vários pavilhões, na correspondência às diversas valências que compõem o programa.

A implantação da construção é estabelecida por duas alas ao longo das extremas sul e poente da plataforma destinada à unidade funcional, conformando assim um espaço de forma triangular, aberto para a área da varanda e parque urbano, que será tratado como pátio cerimonial, serventia dos pavilhões e jardim formal.

Toda a área exterior articula-se directamente com os espaços colectivos envolventes, pelo que não será vedada;

- Na frente sul da plataforma resultante localiza-se o corpo principal do imóvel, destinado à Sede da APCTP, Sede do Parque em Rede e diversos Serviços Comuns – recepção central, áreas administrativas, auditórios, salas de exposição, salas de reunião, cafetaria e restaurante (no último piso).

Este volume, com 4 pisos, estabelecerá relações privilegiadas com as áreas pavimentadas e ajardinadas confrontantes, situação acentuada pelo alinhamento (refundado) e franca abertura do piso baixo;

- A ala poente, junto à confrontação com a ESB-UC, apresentará 4 volumes de 3 pisos, destinados a empresas tecnológicas e empresas embrionárias em fase de incubação.

Apresenta-se, em anexo, uma primeira aproximação ao sentido tipológico do imóvel, sendo de considerar configurações de geometria variável para os espaços destinados à incubação de empresas, facilitando assim a respectiva adaptação às diversas necessidades dos seus utilizadores;

- Na charneira entre as duas alas localiza-se um volume de 4 pisos destinado a outras

entidades que se farão representar na estrutura do PCTP;

- Para além da galeria de distribuição horizontal que liga todos os volumes do imóvel ao nível do primeiro piso de estacionamento, considera-se ainda a possibilidade de articulação entre os mesmos volumes por passadiços altos;

- As caves, destinadas a estacionamento automóvel (para um total de 580 lugares em dois pisos, ou para 890 lugares em três pisos), correspondem a grande parte da área (plataforma) destinada ao PCTP, e resultam do aproveitamento do desnível entre o terreno actual e as cotas de projecto propostas para os futuros arruamentos de serventia e demais espaços colectivos preconizados pelos presentes estudos.

Os acessos às caves (entradas e saídas de automóveis) serão estabelecidos a partir do eixo viário principal norte-sul.

Todas as colunas verticais (caixas de escadas e elevadores) servem igualmente os pisos de estacionamento, onde se considera a respectiva agregação por galeria de distribuição horizontal.

Estes pisos serão ainda compartimentados por estruturas corta-fogo e providos de diversos acessos directos ao espaço exterior, destinados a peões;

- As principais infra-estruturas urbanísticas localizar-se-ão no eixo principal norte-sul, com características técnicas e regimes de execução a concretizar oportunamente.

### **Acção de Qualificação do Bairro da Asprela**

Esta acção tem em vista a reabilitação das construções do Bairro da Asprela e das correspondentes áreas exteriores directamente envolventes, para cumprimento das suas novas competências urbanísticas, decorrentes do novo traçado a nascente (Viário 4C) e a norte (Viário 2), das novas confrontações estabelecidas com o edifício da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, e das restantes medidas preconizadas pelos presentes estudos.

De facto, a solução de estruturação urbanística proposta determina novas condições de “abertura” e exposição dos blocos em questão, sem que estes se encontrem preparados para o desempenho de tais competências.

Trata-se, nomeadamente das fachadas de tardoz muito desqualificadas, e das áreas

exteriores envolventes aos edifícios, com carácter manifestamente residual, desprovidas de tratamento ambiental, e pontualmente apropriadas por usos informais desajustados.

A intervenção proposta baseia-se assim nas seguintes componentes fundamentais com pertinência urbanística:

- Reabilitação das fachadas de tardoz orientadas a nascente, por forma a que as mesmas acedam a uma imagem devidamente qualificada, e enquanto novas frentes urbanas.

Esta intervenção poderá resumir-se à instalação/fixação pontual de um novo paramento de fachada (em parte da actual superfície), constituído, apenas como exemplo, por grelhas metálicas e correspondentes estruturas de fixação, por forma a organizar os estendais de roupa, e que possam veicular uma imagem renovada de qualidade.

Sendo ainda de considerar vários outros critérios possíveis de actuação, refira-se ainda a hipótese de uma intervenção mais profunda que consiste em acoplar uma construção de perfil transversal reduzido, com estrutura autónoma mas coligada aos blocos existentes, que resultaria como uma pequena ampliação para varandas e áreas de tratamento de roupa, ou para organização de outras necessidades domésticas, constituindo-se assim como uma nova fachada dos edifícios;

- Remate da extrema nascente dos blocos orientados a sul, resolvendo a empena actualmente existente, e para marcação do novo alinhamento (do muro da frente) do arruamento proposto entre os blocos em apreço e a futura Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.

Esta pequena construção, com quatro pisos acima do solo, destina-se a 3 ou 4 fogos de tipologias convencionais, ou a um programa de tipologia especial (destinado a crianças ou a idosos, por exemplo);

- Tratamento dos espaços exteriores adstritos aos blocos (e orientados a nascente), por construção de muro de suporte em alvenaria de granito, aparelhado a junta seca.

A plataforma resultante constitui-se como uma varanda sobranceira ao novo arruamento V4C, podendo ser arborizada e relvada, assim como dotada de equipamento e de mobiliário urbano para acolhimento de peões.

Neste espaço poderá ainda ser organizado um percurso longitudinal à cota alta;

- Com inserção subterrânea à plataforma anteriormente referida, é proposta a construção de

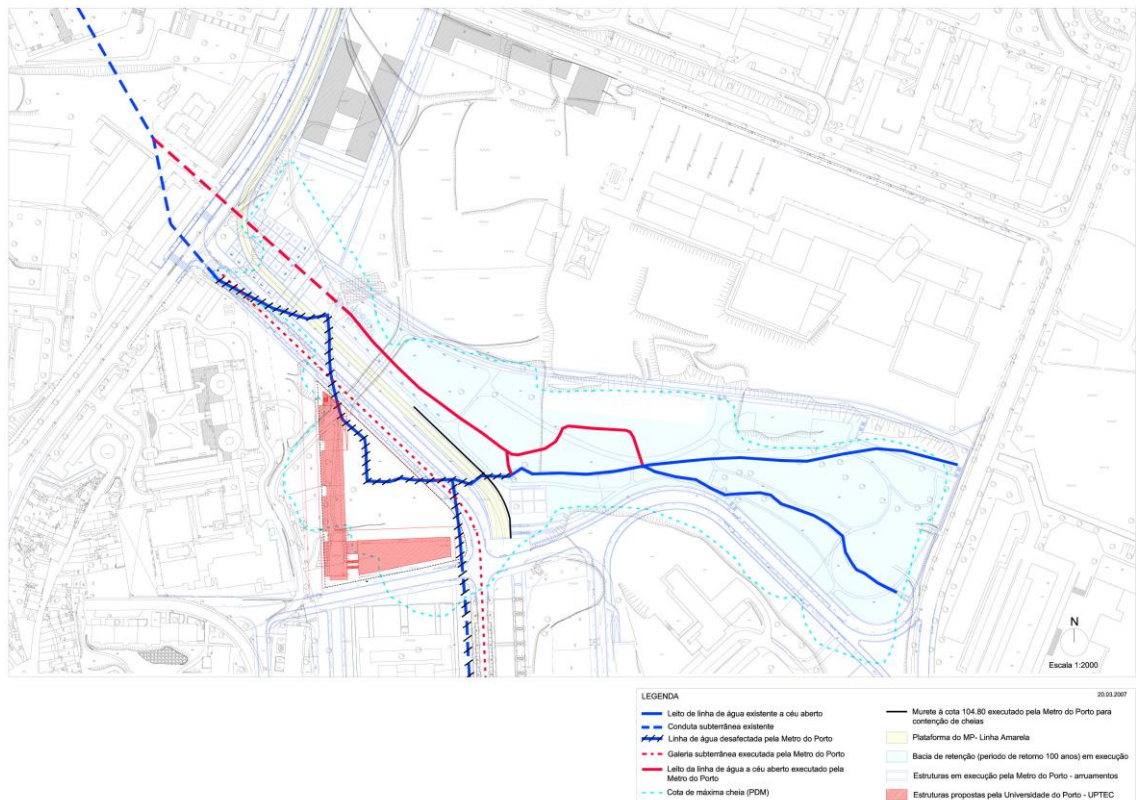


um parque de estacionamento para guarnição dos fogos do bairro, podendo ainda ser de acesso público.

A implantação do parque de estacionamento considera uma faixa de terreno natural entre o mesmo e o muro de suporte em granito (da frente do novo arruamento), para instalação do coberto arbóreo preconizado.

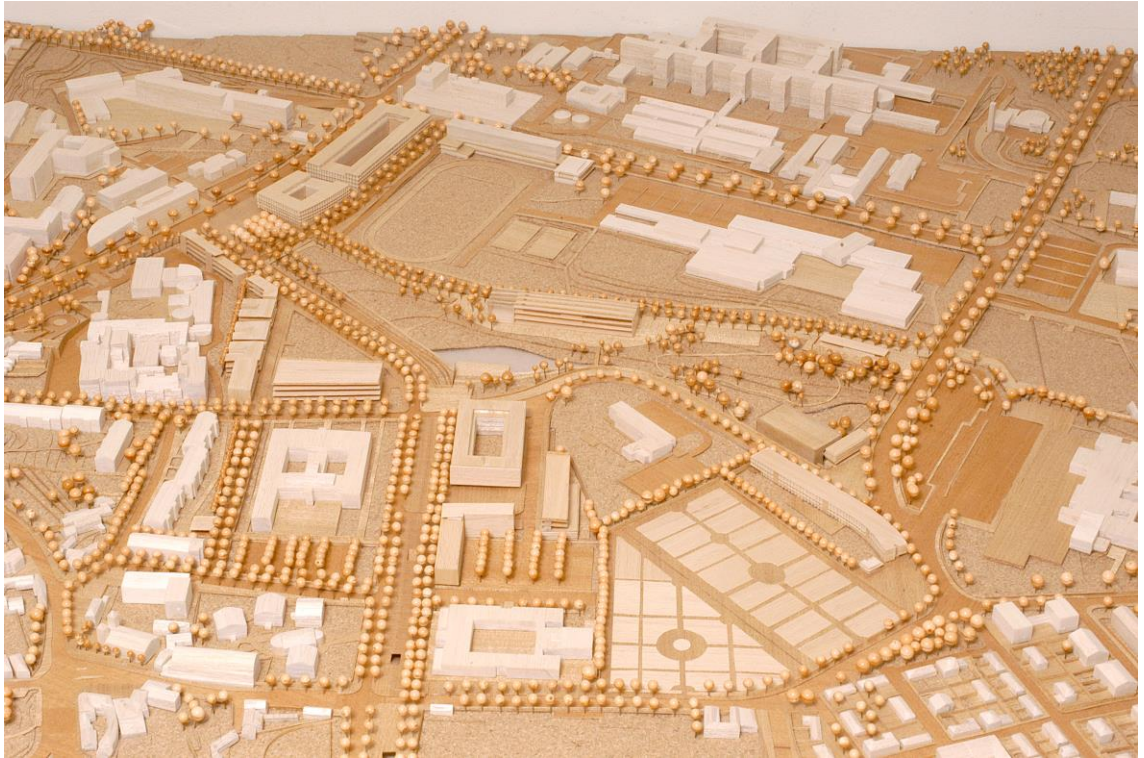
Prevê-se que o referido parque de estacionamento venha a atingir uma capacidade entre os 62 e os 165 automóveis, na correspondência a uma e três caves, respectivamente;

- Como estrutura de remate sul do muro de suporte em granito, e para apoio do percurso transversal (nascente/poente) de peões, propõe-se a construção de um pequeno pavilhão destinado a cafetaria e correspondentes serviços, e que integra uma área social destinada aos moradores do Bairro.

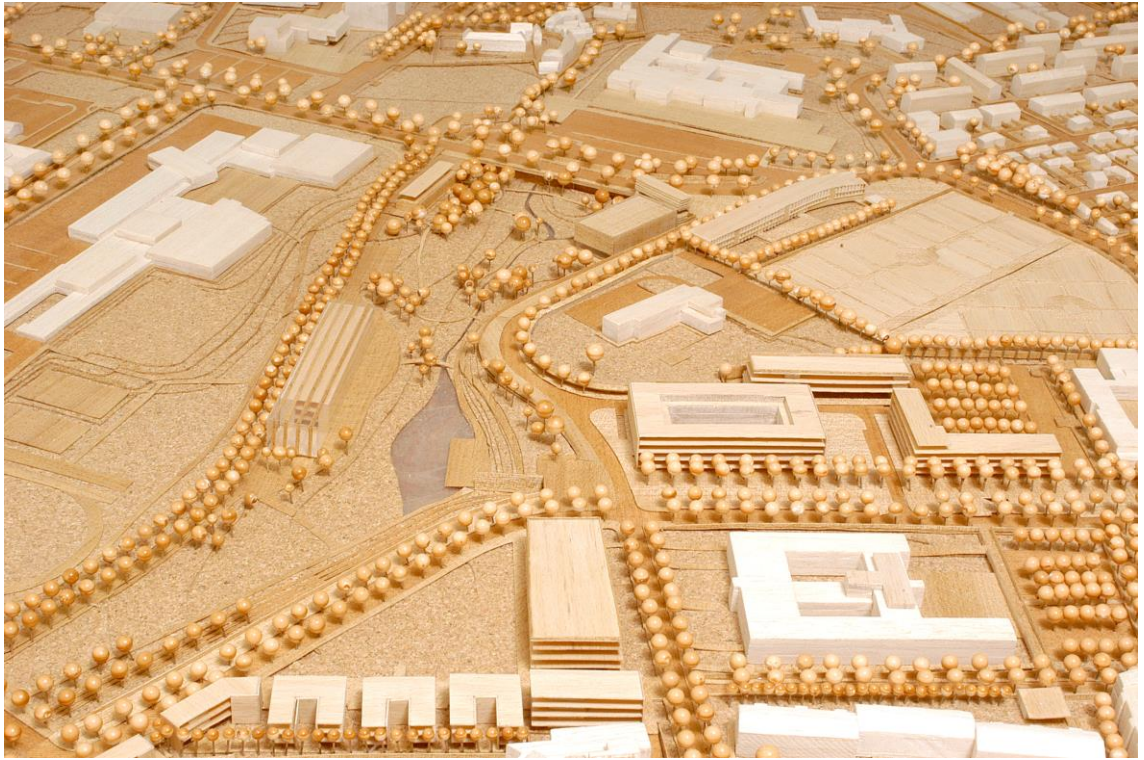


[B173] Rui Mealha, 2000, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Inserção Urbana da Metro do Porto, procedimento de concertação com a IHRH.

[RM]



[B174] Rui Mealha, 2000, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Modelo de Trabalho.  
[RM]



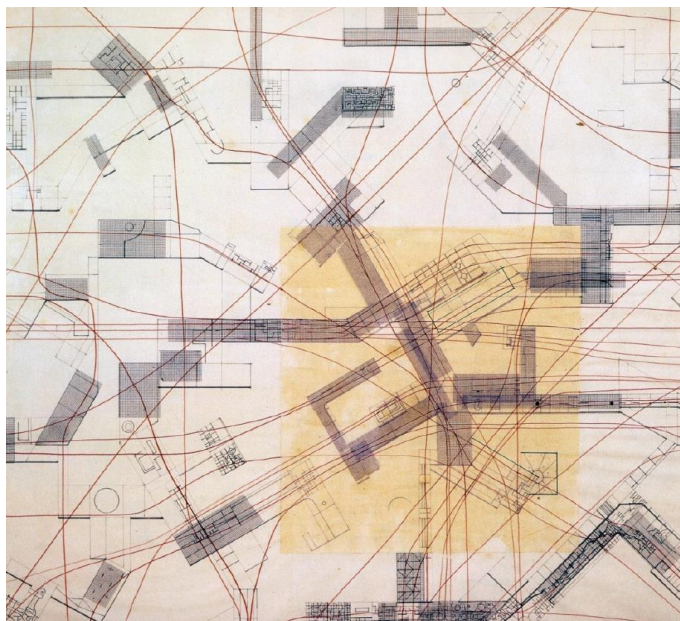
[B175] Rui Mealha, 2000, Projecto Urbano da Área Central do Pólo Universitário da Asprela, Modelo de Trabalho. [RM]





Rui Manuel Vieira Passos Mealha

aspectos da actuação urbanística entre programas, planos e projectos  
programas, tempos e formas do projecto urbano – a carta da Asprela



Dissertação de Doutoramento em Arquitectura  
apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto  
2015

*Imagem da contracapa*

Constant Nieuwenhuys, 1959, *Groep Sectoren* ("Grupo de Sectores"), in WIGLEY, Mark, 1998, *Constant's New Babylon: the hyper-architecture of desire*, catálogo de exposição e textos, Rotterdam, Witte de With, Center for Contemporary Art / 010 Publishers, p. 118.





